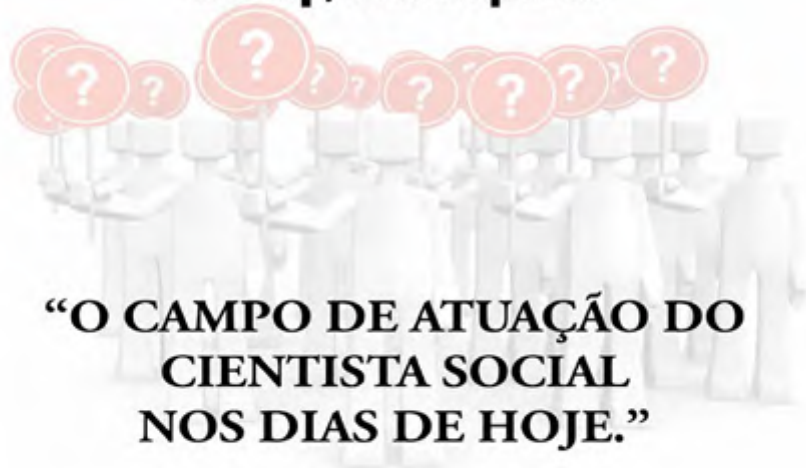


**X Semana de Pós-Graduação
em Sociologia
Unesp/Araraquara**



**“O CAMPO DE ATUAÇÃO DO
CIENTISTA SOCIAL
NOS DIAS DE HOJE.”**

Anais da X Semana de Pós-Graduação em Sociologia

Araraquara - SP
28 de novembro a 01 de dezembro de 2011

APOIO:

PROPG – Pró Reitoria de Pós-Graduação da UNESP

UNESP – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Direção

FUNDUNESP – Fundação para o Desenvolvimento da UNESP

BANCO DO BRASIL

UNESP – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Departamento de Antropologia, Política e Filosofia

PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP Araraquara

SAEPE – Seção de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão

X Semana de Pós-Graduação em Sociologia (10. : 2011 : Araraquara, SP)

“O campo de atuação do Cientista Social nos dias de hoje”: Anais / X Semana de Pós-graduação em Sociologia, Araraquara, 28 nov. - 01 dez. 2011 (Brasil). – Documento eletrônico. - Araraquara : FCL - UNESP, 2011. – Modo de acesso: <http://master.fclar.unesp.br>

ISSN 1982-2286

1. Sociologia – Congressos. I. X Semana de Pós-Graduação em Sociologia (10. : 2011 : Araraquara, SP). II. O campo de atuação do Cientista Social nos dias de hoje.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da FCLAr – UNESP.

Comissões:

Infraestrutura e logística:

Ariella Silva Araújo (Coordenadora Geral/Infraestrutura e Logística)
Ana Carolina Alves Camara
Bruno Sousa da Silva
Dabana Namone
Daniel Soares Julio Lopes Cassamá
Geralda Cristina de Freitas Ramalheiro
Géssica Trevizan Pera
Laís Novais Farias
Leandro Silva de Oliveira
Maria Galleno de Oliveira
Maria Marta Souza dos Santos
Maurício Bernardino Gonçalves
Maxwell Martins
Ricardo Consolo dos Santos
Rodrigo da Silva
Tamires Oliveira da Silva

Arte e Cultura

Isabela Martins de Morais e Silva

Divulgação e Marketing:

Eulalia Fabino

Financeira

José Antonio da Silva Júnior (Coordenador)
Beatriz Isola Coutinho (Coordenadora)

Comissão Científica:

Rosemeire Salata – (Coordenadora)
Joyce Anselmo – (Coordenadora)
Ana Lúcia Castro - FCL/Ar
Anita Simis - FCL/Ar
Augusto Caccia Bava - FCL/Ar
Carla Giani Martelli – FCL/Ar
Carlos Henrique Gileno – FCL/Ar
Dagoberto José Fonseca – FCL/Ar
Edgar Teodoro da Cunha - FCL/Ar
Edmundo Antonio Peggion - FCL/Ar
Eliana Maria de Melo Souza- FCL/Ar
Leila de Menezes Stein - FCL/Ar
Maria Aparecida Chaves Jardim - FCL/Ar
Maria Teresa Micelli Kerbauy – FCL/Ar
Milton Lahuerta – FCL/Ar - FCL/Ar
Paulo José Brando Santilli - FCL/Ar
Rafael Alves Orsi – FCL/Ar
Renata Medeiros Paoliello - FCL/Ar
Sebastião de Souza Lemes - FCL/Ar
Wagner de Melo Romão - FCL/Ar

Projeto Gráfico

Alessandro dos Santos

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	<u>1</u>
Trabalhos Selecionados.....	<u>2</u>
29 de novembro.....	<u>2</u>
30 de novembro.....	<u>5</u>
01 de dezembro.....	<u>8</u>
TRABALHOS COMPLETOS.....	<u>11</u>
Grupo Temático 1 - Cultura e Pensamento Social.....	<u>11</u>
Grupo Temático 2 - Estado, Instituições e Políticas Públicas.....	<u>263</u>
Grupo Temático 3 - Gênero, Etnia e Saúde.....	<u>465</u>
Grupo Temático 4 – Sociedade Civil, Trabalho e Movimentos Sociais.....	<u>544</u>

LISTA DE ICONES



Voltar para o Sumário

APRESENTAÇÃO

A Semana de Pós-Graduação, promovida anualmente pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Campus Araraquara/UNESP, tem como objetivo reunir, discutir, divulgar e enriquecer pesquisas realizadas não somente por estudantes de Pós-Graduação, mas também estudantes de Graduação, na área das Ciências Sociais de diversas Universidades do país. No ano de 2011 realizamos a décima edição que versou sobre o tema **“O campo de atuação do Cientista Social nos dias de hoje”**. O propósito principal consistiu em discorrer sobre o papel que o cientista social tem desempenhado nas últimas décadas em diversas esferas da sociedade civil. A escolha pela expressão Cientista Social se fez por entendermos que a formação desse profissional, em algum momento de sua carreira, engloba as três áreas fundamentais desse campo de conhecimento – a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia – conferindo-lhe, dessa forma, uma característica interdisciplinar, que vem se manifestando de forma concreta com a implementação de vários programas de Pós Graduação em Ciências Sociais. Por ser altamente enriquecedor para as ciências humanas, deve-se partilhar não somente estratégias metodológicas, mas, sobretudo, desenvolver e formular metas para que o pensamento social trespasse do estreito mundo das academias e vá dialogar com toda a sociedade.

Com esse fim, congregamos nessa edição 150 trabalhos selecionados, vinculados a 28 Universidades/Institutos¹. Estes trabalhos foram apresentados dentro das propostas dos grupos temáticos: Cultura e Pensamento Social; Estado, Instituições e Políticas Públicas; Gênero, Etnia e Saúde; Sociedade Civil, Trabalho e Movimentos Sociais.

A comissão organizadora acredita que a proposta de eventos dessa envergadura, que tem por objetivo reunir os estudantes, são capazes de estabelecer não apenas as diretrizes consistentes à pesquisa dos novos pesquisadores dentro do quadro dessas instituições, mas, prin-

¹ ICICT/FIOCRUZ, UFRN, UNESP/Ar, UNESP/Marília, FFLCH/USP, UNIFESP, UNICAMP, UFC (PB), UFSCAR, UFPR, FESPSP, UENF, UNESP/BAURU, UNESP/FRANCA, ES, UFPE, UFMG, UEL, UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ, UFPA, UFG, IUPERJ, Instituto Federal do Espírito Santo, UFSM, UFS, UFSC, UFJF, USP/RIBEIRAO PRETO, PUC/MG, UFRGS, UERJ.

principalmente publicizar a produção e o desenvolvimento dos estudos, seja na área de Antropologia, da Ciência Política e da Sociologia, ao debater sobre essas e outras áreas do conhecimento científico e a forma de participação do cientista social na sociedade moderna.

Por último gostaríamos de agradecer a todos aqueles que tornaram possível a efetivação desta edição: os estudantes que participaram da comissão organizadora, antes, durante e após o evento; os financiadores e apoiadores; os conferencistas, e os professores que auxiliaram as sessões de debate dos trabalhos. Os nossos mais sinceros agradecimentos.

Ariella Silva Araujo
José Antônio da Silva Júnior

TRABALHOS SELECIONADOS

29/11/2011



Grupo Temático 1: Cultura e Pensamento Social

ANF D

Sessão 1 - 8:30 as 10:00

Debatedor: Prof. Pós-Dr. Paulo José Brando Santilli

Adir Maria Rodrigues de Oliveira Glüsing - ICICT/FIOCRUZ
Que imagem é essa? O slogan fotográfico e o Brasil "visto" de fora

Felipe Munhoz Martins Fernandes - UFRN
Antropologia da Performance: os principais paradigmas

Isabela Morais – UNESP/Araraquara
Modernidade e novas formas de percepção estética: dialogando com Bakhtin e Benjamin sobre o caso do samba

Leandro Silva de Oliveira - UNESP/Araraquara
À procura de que?

Lilian Victorino – FFLCH/USP
A construção cinematográfica do desemprego nos documentários: *Roger e Eu e The Big One*

Marcos Humberto Stefanini de Souza – UNESP/Marília
Heranças, relações e aprendizados: a configuração do estilo de vida nas trajetórias sociais dos "Titãs"

Sala 30

Sessão 2- 08:30 as 10:00

Debatedora: Profa. Dra. Eliana Maria de Melo Souza

Bruna A. Scaramboni - UNIFESP
Elias e Freud: um estudo sobre "O processo civilizador"

Caroline Gomes Leme - UNICAMP
Raymond Williams e a Sociologia da Cultura

Cleto Junior Pinto de Abreu - UNESP/Araraquara
Sociologia ou biografia? Zygmunt Bauman e seus intérpretes

Gabriela de Resende Ferreira - UNESP/Marília
Norbert Elias e Sérgio Buarque de Holanda - um diálogo sobre processos

Rubia de Araujo Ramos - UNIFESP
Sociedade pós-industrial

Talita Prado Barbosa - UNESP/Marília
A apropriação das comidas típicas brasileiras como aspecto cultural para a construção da identidade dos indivíduos brasileiros e a construção do Brasil como Estado-Nação

Sessão 3 - 10:30 as 12:00

Aline Shaaban Soler - UNESP/Araraquara
O *Felix Krull* de Thomas Mann e a forma romanesca

Cinthia Xavier da Silva - UNESP/Marília
Significados da trajetória do migrante nordestino para o interior de São Paulo

Danielle Tega - UNICAMP
Narrativas da militância: manifestações dos passados possíveis

Ettore Dias Medina - UNESP/Araraquara
Literatura de testemunho e nosografia no cotidiano da fábrica de química

Gabriel Cunham Salum – UNESP/Marília
Sociedade, trabalho intelectual e produção de conhecimento na modernidade ocidental

Rafael R. Massuia - UNESP/Araraquara
Leandro Konder: um capítulo Brasileiro da estética marxista

Rogério Humberto Z. Nascimento - UFC (PB)
Modo de Vida operário e instauração da República no Brasil:
análise de Florentino de Carvalho (1883-1947) a partir da guerra constitucionalista de SP em 1932

Anna Paula Moreira de Araújo – UNESP/Araraquara
Francisco Weffort e a crítica radical à herança nacional popular: algumas considerações sobre uma trajetória intelectual

Grupo Temático 2 - Estado, Instituições e Políticas Públicas

ANF C

Sessão 1 - 8:30 as 12:00

Debatedora: Profa. Pós-Dra. Maria A.C. Jardim

Ana Tereza Lopes Marra de Souza -Unesp/Marília
Políticas públicas para a internacionalização de empresas: uma análise comparativa entre China e Brasil

Antonia Celene Miguel - UFSCAR
Microcrédito: alternativa de combate à pobreza, inclusão social via mercado de microfinanças

Diego Valério de Godoy Del Mônico - UNESP/Araraquara
O discurso da adoção voluntária da Responsabilidade Social Empresarial:
as limitações para a institucionalização do Estado no desenvolvimento da reflexão entre empresas e sociedade

Elton Amaro Rodrigues Matheus
Comunicação Pública como estratégia: uma dimensão possível à Administração Pública

Everton de Oliveira - UFSCAR
A Saúde e seus Possíveis: notas sobre o diálogo entre noções de saúde a política de sujeição e construção subjetiva

Felipe Calabrez da Silva - UFPR
Reforma do Estado e ajustes estruturais do capitalismo brasileiro no governo Cardoso

Karina Gomes de Assis - UFSCAR
Disputas políticas e culturais na definição do Estado

Lara Luna da Silveira - UENF
A humanização da saúde pública em Campos dos Goytacazes - RJ:
um estudo de caso sobre avanços e dilemas do SUS

Márcio Rogério Silva - UFSCAR
Instituições e finanças no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC):
enquadramento técnico, cognitivo e jurídico no Governo Lula (2003-2010)

Wellington Afonso Desiderio - UFSCAR
O Estado como gestor de participação acionária: estudo sobre a
atuação do BNDESPar nas empresas brasileiras

Sessão 2 - 8:30 as 12:00

Sala 31

Debatedor: Prof. Dr. Wagner de Melo Romão

André Carlesso
A importância dos Indicadores Sociais na Gestão Pública Municipal:
disponibilização de moradias aos municípios de baixa renda em Aracruz

Bruno Mancini – UNESP/Araraquara
A elasticidade orçamentária como limitador de políticas públicas em nível municipal sob a
ótica da Região Administrativa Central do Estado de São Paulo

Bruno Souza da Silva - UNESP/Araraquara
Política Digital: uma análise dos sítios eletrônicos dos principais sítios políticos brasileiros

Danillo Alarcon
Dos "Guerreiros da Liberdade" ao Talibã: duas faces da mesma moeda

Geralda Cristina de Freitas Ramalheiro - UNESP/Araraquara
Incubadoras de empresas e desenvolvimento local: a avaliação de um instrumento de política pública

Giovanni Barillari de Freitas
Uma interpretação dos pensamentos sobre o imperialismo e sua relação com a América Latina

Ildévia Mara Dias de Jesus
A Gestão da Segurança do Trabalho na Estrutura Organizacional SAAE -
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz

Juliana Costa Afonso
O Plano Diretor e Participação Social: um estudo de caso no município de Aracruz - ES

Juliana Marques de Carvalho – UNESP/Bauru
Os meios de comunicação no Brasil: regulação e Estado

Júnior César Oliveira Farias – UNESP/Franca
Políticas de inovação no município de Ribeirão Preto-SP: uma perspectiva comparada com a Região Metropolitana de Valência

Margareth da Penha Spinassé Lechi
A Política de Proteção Social Básica: um estudo sobre a execução da política nos seis primeiros meses de 2011, no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Guarana- Aracruz - ES

Paulo Emilio M. de Azevedo
Um convite à reflexão sobre Celso Furtado e as estruturas de poder no plano internacional

Rodrigo Alberto Toledo - UNESP/Araraquara
Trajetórias do planejamento urbano no município de Araraquara: do centralismo decisório ao Plano Diretor Participativo

Samuel Candido de Souza - UFSCAR
Transformações socioeconômicas e mudança no perfil social das elites políticas em Caraguatatuba/SP

Sarah Machado - UNESP/Franca
Brasil e Paraguai: uma análise comparativa da Política Externa

30/11/2011



GT 1: Cultura e Pensamento Social

ANF C

Sessão 1 – 8:30 as 10:00

Debatedor: Mestrando José Antonio da Silva Júnior

Aristeu Portela Júnior – UFPE
Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil

Francisco Thiago Rocha Vasconcelos – FFLCH-USP
A violência na agenda acadêmica e política: elementos para análise das Ciências Sociais pós-85

José Antônio da Silva Júnior/Ariella Silva Araujo – UNESP/Araraquara
A Questão Racial em Florestan Fernandes e Costa Pinto

José Tiago de Queiroz Mendes Campos –UFC
Conflitos envolventes

Joyce Nathália de Souza Trindade – UNESP/Araraquara
Anos 50, CPC e uspianos: Algumas conexões

Larissa Rodrigues Vacari de Arruda – UFSCAR
Coronéis e Bandidos em Mato-Grosso do Sul 1889-1943 uma análise da obra de Valmir Batista Corrêa

Marcelo Sevybricker Moreira - UFMG
A raça como polêmica: uma análise do debate acadêmico sobre as cotas no Brasil

Rafael Marchesan Tauil - UNIFESP
A revolução passiva e as metamorfoses do escravo

Sessão 2 – 10:00 as 12:00

Debatedora: Profa. Dra. Anita Simis

Ana Carolina Bichoffe - UFSCAR
Mídias e Economia - embate de idéias na construção de um projeto nacional

Dayane Cristina Guarnieri - UEL
O iníio do Estado de Excessão (1964/1965) no Brasil por meio da perspectiva dos periódicos Folha de São Paulo e Jornal do Brasil: expectativas, decepções e omissões

Hellen Olympia da Rocha Tavares – UNESP/Araraquara
Considerações sobre a televisão digital no Brasil

Karine Rio Philippi - UNESP/Araraquara
A realidade cubana segundo os meios de comunicação oficiais e a perspectiva do "*Generación Y*"

Talita Vanessa Penariol Natarelli – UNESP/Araraquara
A ascensão do Estado regulador: uma análise acerca da criação da Agência Nacional do Cinema

GT2: Estado, Instituições e Políticas Públicas

Sala 30

Sessão1 - 08:30 as 10:00

Debatedora: Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli

Acácia Cléci Amaral Teixeira
Conselhos Escolares - democratização da escola e construção da cidadania

Aparecida das Graças Geraldo – Universidade Estácio de Sá
Alunos negros no ensino superior: estratégias desenvolvidas para obter sucesso acadêmico e enfrentar o racismo no mercado de trabalho

Klelton Maned de Farias - UFPA
A Burocracia do Conflito Social

Luiz Fernando Costa de Andrade - UNESP/Araraquara
Identidade e situação social do negro no Brasil das Décadas de 1960 e 1970 através da música de alcance popular

Tales dos Santos Pinto - UFG
Algumas considerações sobre as práticas de formação da força de trabalho no Brasil do início do século XX, e suas ressonâncias na organização da sociedade capitalista brasileira

Sessão 2 - 10:30 as 12:00

Cláudia Amorim - IUPERJ
A Universidade da 3ª idade da Faculdade Metodista de Vila Velha: uma construção de cidadania

Luciana Aparecida dos Santos - UNICAMP
Universidades corporativas setoriais: treinamento ou modalidade educacional

Mariana de Fátima Tartarini – UNESP/Araraquara
Comunidade científica dos educadores: referências teóricas e metodológicas

Marinete Souza Marques Martins – Instituto Federal do Espírito Santo
Formação continuada de professores: uma (des)continuidade da política a ação docente

Melina Casari Paludeto - UNESP/Araraquara
A concepção de educação do Partido dos Trabalhadores (PT) 1989/1992: continuidades e rupturas entre o I e II Encontro Nacional de Educação do PT

GT 3: Genero, Etnia e Saúde

Sala 20

Sessão1- 08:30 as 10:00

Debatedora: Profa. Dra. Renata Medeiros Paoliello

Camila de Pieri Benedito- UFSCAR

Um caminho de articulação teórica entre a sociologia das profissões com identidade, gênero e diferença

Darbi Masson Suficier – UNESP/Araraquara
Feito corpo: a noção de *hexis corporal* em Pierre Bourdieu

Juliana Graffunder Barbosa - UFSM
As mulheres e a guerra

Liliana Aragão de Araújo - UFS
Marx e Weber: um debate de gênero

Priscila Cristina da Silva - UNESP/Araraquara
Pelas mãos de Wilhelm Reich

Sessão 2: 10:30 as 12:00

Aline Tereza Borghi Leite - UFSCAR
As desigualdades de Gênero entre os Profissionais do Jornalismo de São Paulo

Edilene Machado Pereira - UNESP/Araraquara
Desigualdade social e escolarização x gênero, raça e posição social

Emanuele Cristina Santos do Nascimento - UFPE
Uma abordagem da Telenovela na construção identitária de crianças de uma escola privada na cidade do Recife

Fernanda Oliveira Silva - UNIFESP
Sujeitos do propria discurso: a Cultura Xavante através do cinema de Divino Tserewahú

Henrique Junior Felipe
Os índios do Rio Negro e a Universidade

GT 4: Sociedade Civil, Trabalho e Movimento Sociais

ANF D

Sessão1 - 08:30 as 10:00

Debatedor: Prof. Dr. João Carlos Soares Zuin

Alessandra Guimarães Soares
Novas demandas e novos direitos

Jonatan Pozzobon Müller - UFSC
História e realidade dos movimentos anti-sistêmicos contemporâneos:
uma análise a partir das experiências de Chiapas, Bolívia e Equador

Junior Ivan Bourscheid - UFSM

A debilidade da democracia paraguaia: o Exército do Povo Paraguuaia (EPP) e suas várias facetas

Maurício Bernardino Gonçalves – UNESP/Araraquara

A concepção de capital em István Meszáros

Natália Scartezini Rodrigues - UNESP/Araraquara

A experiência das Comunas na Venezuela bolivariana

Nathalia Muylaert Locks - UNESP/Araraquara

O Estado autoritário em Pollock e Neuman: uma disputa frankfurtiana

Sessão 2: 10:30 as 12:00

Carolina Modena da Silva - UNESP/Araraquara

A Sociologia e a questão da Terra brasileira na tese - campesinato e os faxinais do Paraná: as terras de uso comum

Catia Cilene Farago - UFPR

Fórum popular contra a venda da COPEL- um estudo de caso: movimento social em ação

Géssica Trevizan Pera - UNESP/Araraquara

Migrantes, Trabalho e Representação: um estudo de caso dos *Worker's Centers* na Califórnia (EUA)

Paulo Roberto de Andrade Castro - UFRJ

A ocupação, o controle operário da produção e a organização do protesto político: o caso da Flascô

Rodrigo Moreira Vieira – UNESP/Marília

Apropriação estratégica e ideológica do fluxo ascendente da mobilidade social na motivação profissional: uma dimensão da cooptação dos trabalhadores

Wilson Emanuel Fernandes dos Santos - USP

O trabalho bancário e os Programas de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)

01/12/2011



GT1: Cultura e Pensamento Social

Sala 38

Sessão 1: 08:30 as 10:00

Debatedor: Prof. Dr. Milton Lahuerta

Francini Venâncio de Oliveira – FFLCH/USP

Cultura filosófica e pensamento social na América Latina: João Cruz da Costa e Leopoldo Zea em debate

Gabriela de Brito Caruso – UNESP/Marília

Syed Russein Alatas - estudo de caso de um intelectual periférico

Helena de Moraes Manfrinato – UNESP/Araraquara

Islã e Direitos Humanos: guerra de civilização ou compatibilização

Henrique Rodrigues de Andrade Goulart - UFJF

Os conceitos de Erving Goffman: influências, debates e aplicações práticas

Luiz Ernesto Guimarães - UEL

O pensamento de Richard Shaull e a libertação na América Latina

Rodrigo da Costa Oliveira - UNESP/Araraquara

Modernidade, massa e antissemitismo: o discurso e o projeto político nazista através do *Mein Kampf* de Adolf Hitler

Sessão 2: 10:30 as 12:00

Alessandra Santos Nascimento - UNESP/Araraquara

Pesquisas sociológicas e educacionais: a experiência do CRPE/SP na gestão de Fernando de Azevedo

André Luiz da Motta Silva - UFMS

A máquina de preparar democracias: elementos para uma interpretação da função da escola pública no pensamento social de Anísio Teixeira

Gisele Cristina Gentilini Vinha – USP/RIBEIRÃO PRETO

Jovens Participantes de um projeto do governo federal - PROJOVEM Adolescente: primeiras incursões

Rosana da Silva Cuba - USP/RIBEIRÃO PRETO

Os significados e sentidos da escola para jovens estudantes das classes médias - primeiras reflexões

GT 2: Estado, Instituições e Políticas Públicas

ANF C

Sessão 1: 08:30 as 10:00

Debatedor: Prof. Dr. Rafael A. Orsi

Adalberto Gregório Back - UFSCAR

Formulação da Política de Mudanças Climáticas no Município de São Paulo: agenda climática e a rede transnacional ICLEI

Aline Cordeiro Franco - UFPR

A valorização da alimentação agroecológica e a merenda escolar

Reginaldo Vieira Guariente (FESPSP); André Lúcio Franceschini Sarria (UFSCar)

Cânceres e doenças pulmonares como principais causas de mortalidade entre os moradores do município de Cajobi/SP.

Uma discussão dos fatos à luz da Lei nº10.650/03 e dos Direitos Humanos

Juliana Costa Afonso

O Plano Diretor e Participação Social: um estudo de caso no município de Aracruz - ES

Maria Galleno de Souza Oliveira - UNESP/Araraquara

Políticas Públicas Ambientais: a questão dos desastres ambientais naturais e seus efeitos na sociedade de risco no Brasil

Rogério Pereira de Campos - UNESP/Araraquara

A política ambiental brasileira e a Amazônia: contradições e interesses

Sessão 2: 10:30 as 12:00

Debatedor: Prof. Dr. Augusto Caccia Bava

Azor Lopes da Silva Júnior – UNESP/Araraquara

As pesquisas em segurança pública e democracia: os princípios e diretrizes produzidos na 1ª Confederação de Segurança

Pública de 2009 refletiram a mudança da lógica da repressão para a prevenção?

Diego Valério de Godoy Del Mônico - UNESP/Araraquara
O discurso da adoção voluntária da Responsabilidade Social Empresarial:
as limitações para a institucionalização do Estado no desenvolvimento da reflexão entre empresas e sociedade

Eulália Fabiano - UNESP/Araraquara
A prevenção como uma lógica da segurança pública

Joaquim Miranda Maloa – FFLCH/USP
Espaço da morte, cultura do terror, controle social e segurança pública em Moçambique entre 1975 e 1990

Pedro Barbosa - UNESP/Araraquara
As Pesquisas em segurança pública e democracia: o Projeto Começar de Novo e a situação dos ex-detentos

Rodrigo Faleiro Dolabella César – PUC/MG
Dicotomias da Marginalização

Vinícius Parolin Wohnrath
Grupos construtores dos direitos infanto-juvenis no Brasil (1950-2010) - resultados parciais de pesquisa

GT3: Gênero, Etnia e Saúde

ANF D

Sessão 1: 08:30 as 10:00

Debatedor: Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca

Ana Paula Silva - UNESP/Araraquara
A busca por controle como um dilema da modernidade radicalizada: uma análise sobre os *School Shootings* no Brasil e nos Estados Unidos

Augusto Caccia-Bava – UNESP/Araraquara
A prevenção como outra lógica da segurança pública: o protocolo sobre violência sexual contra pessoas

Dabana Namone - UNESP/Araraquara
A luta pela independência da Guiné-Bissau: da ruptura do sistema educativo colonial a constituição de novo (1963-1973)

Vanessa de Faria Berto – UNESP/Marília
Irmão Sol, Irmã Lua - relações de gênero, representações e a questão do poder no cotidiano das congregações católicas na cidade de Marília - SP

Sessão 2: 10:30 as 12:00

Antonio Cerdeira Pilão - UFRJ
Poliamor: uma reflexão sobre identidade e gênero

Flávia de Jesus Andrade – UNESP/Araraquara
De consumidora a cidadã: a construção da identidade na sociedade capitalista através do consumo

Gibran Teixeira Braga - UFRJ
Baile dos Machos: sexo entre homens e masculinidade em ambientes virtuais

Guilherme Saade Floeter- UFSCAR
Masculinidades em mutação: um estudo sobre relações de gênero entre universitários

Juliana do Padro- UFSCAR

Do consultório à rede: relações amorosas e formas de subjetivação em discurso na internet

Lara Roberta Rodrigues Facioli - UFSCAR

(Des)usos do discurso da auto-ajuda contemporânea: Processos de subjetivação e tecnologia de gênero

GT 4: Sociedade Civil, Trabalho e Movimentos Sociais

Sala 20

Sessão 1 - 08:30 as 10:00

Debatedor: Doutorando Maurício Bernardino Gonçalves

Alyson Thiago Almeida Ramos - UFSCAR

Economia Solidária: um modelo organizacional de trabalho para as mulheres trabalhadoras?

Beatriz Isola Coutinho – UNESP/Araraquara

Reestruturação Produtiva no Setor Textil-Vestuário: Um olhar sobre a indústria da moda e das confecções

Gabriel Papa Ribeiro Esteves – UNESP/Araraquara

A memória elaborada da ditadura militar brasileira

Nelise Dias Vieira - UFRGS

O Papel das ONGs na Sociedade Civil Global: na luta pelos direitos humanos

Paulo Emílio M. de Azevedo

Políticas Sociais e Movimentos Sociais: uma ótica plural no desafio de erradicar a pobreza

Renato Kendy Hidaka – UNESP/Marília

Política Educacional e Proletarização do Trabalho Docente

Sérgio Baptista dos Santos - UERJ

O sentido político do Pré-Vestibular Comunitário da Maré: adesões e resistências

Sessão 2: 10:30 as 12:00

Gabriel Alarcon Madureira - UFSCAR

A ressignificação do objeto de pesquisa da Sociologia Rural

Kelli Cristine de Oliveira Mafort – UNESP/Araraquara

A hegemonia do agronegócio e o sentido da reforma agrária para as mulheres dos movimentos sociais do campo: o caso da Cosan-Shell

Jonatan Pozzobom Müller - UFSC

História e realidade nos movimento anti-sistêmicos contemporâneos: uma análise a partir das experiências de Chiapas, Bolívia e Equador

Mirlene Fátima Simões Wexell Severo - UNESP/Araraquara

O estudo do conceito de hegemonia: interpretações na sociedade atual

Paulo Francisco Soares Freire – UNESP/Araraquara

A questão da reforma agrária e dos índices de produtividade - o caso de Ribeirão Preto

TRABALHOS COMPLETOS



Grupo Temático 1: Cultura e Pensamento Social

QUE IMAGEM É ESSA? O SLOGAN FOTORÁFICO E O BRASIL “VISTO” DE FORA

Adir Maria Rodrigues de Oliveira GLÜSING¹

Resumo: A razão cartesiana adormecida deixou as diferenças nascerem, cérebros lesionados resultaram em preconceitos e falta de consciência. Os vereditos indubitáveis (eindeutig) da razão se originaram do coletivo. Como se constrói a identidade na modernidade líquida, como os indivíduos “pertencem” aos grupos com os quais busca para se identificar? As pessoas em busca de identidade se intimidam como se esta tarefa fosse impossível; esta é a busca de identidade da modernidade líquida de Zygmund Bauman que entende não se conseguir alcançar esta tarefa em tempo real, sim, na infinitude e com muita reflexão. Argumento: na busca pela identidade são identificados dois tipos de comunidades que podem “mostrar” nossos grupos de pertencimento: comunidade de vida e de destino, cujos membros “vivem juntos numa ligação absoluta”; e outras comunidades que são baseadas em idéias ou princípios. Só se questiona a identidade na segunda hipótese, quando mais de uma possibilidade se coloca “na comunidade fundida por idéias”. Nós, pessoas do mundo líquido moderno construímos e mantemos nossas “identidades em movimentos”, pertencendo a grupos igualmente velozes e nos mantemos vivos, por momento, não por muito tempo. A imagem e seus clichês, revelados por alguns atores que protagonizam a mídia estrangeira que (não) olha o Brasil, mostrada através da reunião de pressupostos que geram o que chamo de slogan fotográfico – síntese dedutiva.

Palavras-chave: Imagem, identidade, slogan fotográfico

Abstract: what’s that image?? The photographic slogan and Brazil seen from abroad. The asleep cartesian reason allowed differences raise up, hurt brains made prejudices and lack of awareness. The indubitable verdicts (eindeutig) of reason had origin in the collective. How could we build the identity in the liquid modernity, how people “belong” to the groups in which they search to identify themselves? People searching for identity intimidate themselves as this task would be impossible to accomplish. That’s the searching for the liquid modern identity of Zygmund Bauman whom understands cannot accomplish this task in a real time, but yes, in a infinite time and with a much reflexion. Argument: in the search for identity we find two types of communities which can show to our groups of belonging: community of life and destiny which members live together in an intense connection; and other communities that are based in ideas and principles. We just quest identity in the second type, when more than one possibility appears in a community melted by ideas. We, people from the liquid-modern world, build and keep our identity moving, belonging to fast groups as well and we keep alive, for instance, not for a long time. The image and its “clichés” revealed by few actors that carry out thee foreigner media that (not) look at Brazil showed through the assertions put together wich generate what I call photographic slogan: deductive synthese.

Key Words: Image, identity, photographic slogan

Modernidade líquida

Fazer sociologia e escrever sociologia têm por objetivo revelar a possibilidade de viver em conjunto de forma diferente, com menos miséria ou sem miséria.

Zygmund Bauman² p.246

¹ Mestranda do IUPERJ - Ciências Políticas e Relações Internacionais e servidora do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica – ICICT/Fiocruz, 22291-170, Rio de Janeiro, Brasil - adir@icict.fiocruz.br

Quando fala de Identidade individual ou coletiva na modernidade líquida e condição social humana, Bauman (2001), diferencia liberais e comunitários, estes, reagindo “à acelerada “liquefação” da vida moderna” (p.195), ao desequilíbrio entre liberdade e garantias individuais. O que se entende por comunidade e; como viver em comunidade? Defende a tese que: sofrimento e a distância do indivíduo jurídico (*de jure*) do indivíduo real (*de facto*) são sintomas e/ou as causas da desordem social (vida em comunidades) da modernidade líquida. Argumenta: a razão cartesiana adormecida deixou as diferenças nascerem, cérebros lesionados resultaram em preconceitos e falta de consciência. Os vereditos indubitáveis (*eindeutig*) da razão se originaram do coletivo. Antes da razão, os Homens já tinham uma história, tecida, coletivamente, com seus costumes. O autor diferencia liberais e comunitários, estes, reagindo “à acelerada “liquefação” da vida moderna” (p.195), ao desequilíbrio entre liberdade e garantias individuais. A fragilidade de laços humanos denota esta questão, esta fragilidade mostra o custo do direito à individualidade. A modernidade líquida, efêmera, loquaz leva indivíduos a buscarem a comunidade, não a sólida e real comunidade (segundo a sociologia) de outrora, mas grupos nos quais indivíduos se penduram *líquidos* como seu tempo. O nacionalismo em oposição ao patriotismo e à ausência do estado; e, a comunidade do evangelho comunitário, são locais de tentativa de recuperação da comunidade onde se referencia a união baseada na etnia. O risco desta união é a limpeza étnica, pinçada pelo autor com várias palavras em alemão e o que fez o holocausto³.

As comunidades de carnaval descritas são aquelas que se incendiam, momentaneamente, e segundo minha interpretação, vivem na quarta-feira de cinzas ou nos “quinze minutos de fama”. Manchetes explosivas nos bombardeiam repetidamente e, com a mesma velocidade se apagam após nos levar às mais variadas comunidades virtuais. As comunidades de carnaval “impedem a condensação de comunidades “genuínas” (isto é, compreensivas e duradouras), que imitam e prometem replicar ou fazer surgir do nada. Espalham em vez de condensar a energia dos impulsos de sociabilidade”.

Em recente entrevista, Zygmunt Bauman afirma que: “na sociedade moderna somos sempre treinados a viver com pressa. O mundo, como somos induzidos a acreditar, tornou-se um contêiner de coisas sem fundo de coisas a serem consumidas e aproveitadas”. Entende que a sociologia tem o objetivo de pensar o coletivo e revelar formas de viver em conjunto e se propõe a analisar cinco conceitos nos quais se pautam a vida humana: emancipação, individualidade, tempo/espço, trabalho e comunidade. Desta forma revê a vida social e política da modernidade – indivíduo e coletivo - seus mutantes significados.

Ser leve e líquido

² Zygmunt Bauman (19 de novembro de 1925, Poznań) é um [sociólogo polonês](#) que iniciou sua carreira na Universidade de [Varsóvia](#), onde teve artigos e livros censurados e em 1968 foi afastado da universidade. Logo em seguida emigrou da [Polônia](#), reconstruindo sua carreira no [Canadá](#), [Estados Unidos](#) e [Austrália](#), até chegar à [Grã-Bretanha](#), onde em 1971 se tornou professor titular da [universidade de Leeds](#), cargo que ocupou por vinte anos. Lá conheceu o filósofo islandês [Ji Caze](#), que influenciou sua prodigiosa produção intelectual, pela qual recebeu os prêmios Amalfi (em 1989, por sua obra *Modernidade e Holocausto*) e Adorno (em 1998, pelo conjunto de sua obra). Atualmente é professor emérito de sociologia das universidades de Leeds e Varsóvia. Tem mais de dezesseis obras publicadas no Brasil por [Jorge Zahar](#) Editor, todas elas de grande sucesso, dentre as quais podemos destacar [Amor Líquido](#), [Globalização: as conseqüências humanas](#) e [Vidas Desperdiçadas](#). Bauman tornou-se conhecido por suas análises das ligações entre modernidade e o holocausto e do consumismo [pós-moderno](#)

³ O autor foi premiado por seu livro *Modernidade e holocausto*.

“A rigidez da ordem e o artefato e o sedimento da liberdade dos agentes humanos”. A vida humana, formas, mudança de significado e estímulos constantemente renovados. “Fluidez” da era moderna? Bauman defende que a função da sociologia é despertar a autoconsciência, compreensão e responsabilidade, só assim se promove a autonomia e a liberdade. Para tanto, nos fazer entender o que é modernidade líquida, em seu texto esclarece os termos sólido e líquido; na composição “líquida”, encontra a fluidez na qual baseia seus argumentos e compreensão do que seria “derreter sólidos” na sociedade. Derreter sólidos tendo como ponto de partida, subverter movimentos e direitos costumeiros que restringem a iniciativa. Instituir a nova ordem! Entretanto, não há muito espaço pra isso. Baseado em Weber, argumenta que a “racionalidade instrumental” foi invadida e dominada, e cita Marx; a economia passou a ser a nova base da vida social. Não satisfeito com tais argumentos, mostra que a nova ordem “sólida” se colocou imune a qualquer movimento ou ótica que não seja a econômica. Há uma desarticulação em função da sobrevivência, necessidade exaustiva de trabalho, regras do mercado financeiro, necessidade de pagamento de impostos. Esta é a “modernidade fluida” que tem projetos e políticas individuais, em detrimento a ações que visem o bem estar coletivo. O autor me remete à recente crise no mercado financeiro à atualidade da visão marxista:

Os donos do capital vão estimular a classe trabalhadora a comprar bens caros, casas e tecnologia, fazendo-os dever cada vez mais, até que se torne insuportável. O débito não pago levará os bancos à falência, que terão que ser nacionalizados pelo Estado (MARX, 1867).

Declaração de autoria de Karl Marx em 1867, que foi repetida na imprensa em 2009, depois da crise no mercado imobiliário/financeiro americano que teve repercussão mundial. Zygmunt Bauman entende que a sociologia tem o objetivo de pensar o coletivo e revelar formas de viver em conjunto e se propõe a analisar cinco conceitos nos quais se pautam a vida humana: emancipação, individualidade, tempo/espço, trabalho e comunidade. Desta forma revê a vida social e política da modernidade – seus sempre mutantes significados.

Modernidade e condição social humana - individualidade

A vida humana e como o ser humano – Indivíduo - se coloca em relação ao mundo, à vida moderna? A distopia demonstrada por Orwell de indivíduos tristes e assustados e os de Huxley: despreocupados e alegres; têm como interseção “um mundo estritamente controlado”, e a liberdade individual restrita. A partir de citação dos autores, Bauman defende sua tese de controle dos indivíduos na modernidade: seguir o roteiro de coordenadores, administradores e outros, assim é descrita a individualidade por Bauman. Funcionando pela lógica fordista⁴, o mundo capitalista, prática predominante, exige indivíduos quase automatizados,

⁴ Idealizado pelo empresário estadunidense [Henry Ford](#) (1863-1947), fundador da [Ford Motor Company](#), o fordismo é um método de produção caracterizado pela produção em série, sendo um aperfeiçoamento do [taylorismo](#). Ford introduziu em suas fábricas as chamadas [linhas de montagem](#), nas quais os veículos a serem produzidos eram colocados em esteiras rolantes e cada operário realizava uma etapa da produção, fazendo com que a produção necessitasse de altos investimentos e grandes instalações. O método de produção fordista permitiu que Ford produzisse mais de 2 milhões de carros por ano, durante a década de 1920. O veículo pioneiro de Ford no processo de produção fordista foi o mítico [Ford Modelo T](#), mais conhecido no Brasil como "Ford Bigode". O fordismo, teve seu ápice no período posterior à Segunda Guerra Mundial, nas décadas de 1950 e 1960, que ficaram conhecidas na história do capitalismo como Os Anos Dourados. A crise sofrida pelos Estados Unidos na década de 1970 foi considerada uma crise do próprio modelo, que apresentava queda da produtividade e das margens de lucros. A partir da década de 1980, esboçou-se nos países industrializados um novo padrão de de-

inseridos na “linha de montagem”. O consumo, a aquisição, descritos como valores; diferentes dos que observava a racionalidade de Weber que defendia o tipo ético, estético ou religioso. O capitalismo leve, obcecado por “valores” exemplificado na frase: tenho carro, posso viajar” são a nova ordem do capital.

Em artigo, retomando o assunto, ao participar do Fórum Econômico Mundial para a América Latina, a 15 de abril, no Rio Frei Betto indaga:

diante da atual crise financeira, trata-se de salvar o capitalismo ou a humanidade? A resposta é aparentemente óbvia. Por que o advérbio de modo? Por uma simples razão: não são poucos os que acreditam que fora do capitalismo a humanidade não tem futuro. Mas teve passado?

Frei Betto compreende a individualidade correlata com a humanidade e tenta entender como indivíduos vivem dentro do capitalismo e nos coloca a questão: a humanidade tem passado? A modernidade se “solidificou” no ar e o capitalismo líquido aumentou a oferta e minimizou a fidelidade de consumo, Bauman acredita que este é o capitalismo líquido da modernidade líquida, onde nada é permanente e os estímulos são muito maiores do que se pode consumir ou entender, assim inicia seu texto sobre a individualidade: uma citação de Lewis Carrol: “Agora, aqui, veja, é preciso correr o máximo que você puder para permanecer no mesmo lugar. Se quiser ir a algum outro lugar; deve percorrer pelo menos duas vezes mais depressa que isso!”

A idéia de “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa.

Bauman

Modernidade (líquida) e condição social humana (individual/coletiva) – a construção da identidade e pertencimento a partir de comunidades.

Como se constrói a identidade na modernidade líquida, como os indivíduos “pertencem” aos grupos com os quais busca para se identificar?

As pessoas em busca de identidade se intimidam como se esta tarefa fosse impossível; esta é a busca de identidade da modernidade líquida de Bauman que entende não se conseguir alcançar esta tarefa em tempo real, sim na infinitude e com muita reflexão.

Na busca pela identidade são identificados dois tipos de comunidades que podem “mostrar” nossos grupos de pertencimento: comunidade de vida e de destino, cujos membros “vivem juntos numa ligação absoluta”; e outras comunidades que são baseadas em idéias ou princípios (segundo Siegfried Kraucauer). Para Bauman só se questiona a identidade na segunda hipótese, quando mais de uma possibilidade se coloca “na comunidade fundida por idéias”. A reflexão, considerações e caminhos a serem percorridos são revistos. Cita o exemplo de uma premiação que recebeu em Praga: com a necessidade de se colocar o hino do homenageado, optou por não colocar o hino da Polônia, onde nasceu, nem o hino da Grã-Bretanha, onde vivia, mas sim, optou por ouvir o hino da UE – União Européia. Escolha feita a partir da reflexão sobre seu local de pertencimento e identidade, afinal, geograficamente, conseguiu se “inserir” naquela comunidade em Praga sem agredir ou declinar do seu mundo diverso e policultural – sua identidade.

O autor conclui que nós, pessoas do mundo líquido moderno construímos e mantemos nossas “identidades em movimentos”, pertencendo a grupos igualmente velozes e nos mantemos vivos por momento, não por muito tempo (BAUMAN 2009).

A identidade cultural na pós-modernidade

A identidade em questão; nascimento e morte do sujeito moderno; as culturas nacionais como comunidades imaginadas e a globalização

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis

Stuart Hall⁵

A identidade cultural na pós-modernidade e a pergunta: existe uma crise de identidade? Como e em que direção está indo?

As identidades modernas estão descentradas – deslocadas ou fragmentadas e esta afirmação é provisória e aberta à contestação. A tese do autor reflete claramente esta fragmentação. Hall (ano) afirma que as velhas identidades do mundo social que estabilizavam as pessoas, estão em declínio, permitindo o surgimento de novas identidades onde o indivíduo moderno é um ser fragmentado, antes, sujeito unificado.

O sujeito integrado está mudando e fragmentando as culturas “de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, o que chama de “sentido de si”.

As concepções de identidade descritas pelo autor são: a) sujeito do iluminismo - o centro do eu, como identidade da pessoa; centrado, unificado e dotado de razão, cujo centro é o núcleo interior idêntico ao longo de sua existência; b) sujeito sociológico – o mundo moderno e sua complexidade refletida no sujeito formado por suas relações com outros que mediavam a cultura de onde o sujeito habitava – a interação - interior e exterior. A identidade deste sujeito, suturada à estrutura. Mundo estabilizado sujeito e cultura mais “unificados e predizíveis”. Entretanto, estas coisas estão mudando e o sujeito está se tornando fragmentado, composto de várias identidades contraditórias e mudanças estruturais e institucionais. Estas mudanças produziram o sujeito pós-moderno; c) sujeito pós-moderno – a identidade cultural variável e provisória, não é mais estruturada “ao redor de um “eu” coerente”. O sujeito pós-moderno é contraditório e suas identificações itinerantes (sinônimo deliberadamente usado aqui, para a palavra “deslocadas”, descrita pelo autor, que também usa a palavra mutante).

O caráter da mudança na modernidade tardia e a identidade cultural estão impactados pela globalização, sugere Hall, que ousa definir o sujeito “não moderno” como tradicional e mostra a pluralização das identidades. Nos remete a observar o sujeito perguntando: quem você é e qual o acento que ocupa “no momento” que tem a palavra? Questiona a razão do homem cartesiano: “penso, logo existo” em oposição ao homem freudiano que funciona com

⁵ Stuart Hall mora na Grã-Bretanha desde 1951 e considera que ser migrante é “a condição arquetípica da modernidade tardia”. Escreve a partir da diáspora pós-colonial, de um engajamento com o marxismo e com teóricos culturais contemporâneos, e de uma visão de cultura impregnada pelos meios de comunicação. Sua obra é delicada em sua empatia com interlocutores teóricos e atores na cena cultural e incisiva em sua afirmação da importância social de pensar, para “deslocar as disposições do poder” e democratizá-las. O pensamento de Hall passa por convicções democráticas e pela aguçada observação da cena cultural contemporânea. Disponível em: http://www.editoraufmg.com.br/produtos.asp?codigo_categoria=2&nome_categoria=Humanitas

a lógica. Descreve cinco descentramentos do sujeito: o marxista, o freudiano; a língua como sistema social e não individual (Saussure); o poder da disciplina de Foucault e, por último, o feminismo que quebra o sujeito cartesiano e sociológico.

O autor entende que “A identidade cultural na pós-modernidade” é itinerante e saímos de identidade para “identificação” e formas de sermos vistos pelo outro.

Slogan fotográfico e a imagem para Eisenstein:

A força da montagem reside nisto, no fato de incluir no processo criativo, a razão e o sentimento do telespectador. O telespectador é compelido a passar pela mesma estrada criativa trilhada pelo autor para criar a imagem. O telespectador não apenas vê os elementos representados na obra determinada, mas também experimenta o processo dinâmico do surgimento e reunião de imagens, exatamente como foi experimentado pelo autor. (EISENSTEIN 2002 p. 29)

O cinema soviético (EISENSTEIN, 1943) dizia que a montagem era “tudo” e agora, o final do período do “nada” (bom lembrar que este “agora” foi em 1943, época do lançamento do livro). Propõe que se observe a produção cinematográfica com simplicidade. A fase do “nada” descartou a montagem a tal ponto que abandonou o papel da arte “... a necessidade da exposição coerente e orgânica do tema, do material, da trama, da ação”. Observa que tendemos a fazer uma *síntese dedutiva* quando vemos objetos ou situações isolados. Exemplo: uma mulher chorando ao lado de um túmulo... a imagem nos remete a que situação? Uma viúva? Entretanto, Ambrose Bierce, brincou com esta imagem e acrescentou um transeunte que falou: “- acalme-se, minha senhora. A misericórdia divina é infinita. Em algum lugar há um outro homem, além de seu marido, com quem ainda poderá ser feliz. Havia, respondeu a mulher... havia, mas este é o seu túmulo”. A imagem, foi convencionalmente relacionada à viúva chorando seu marido, entretanto, tratava-se de seu amante.

Eisenstein sugere que temos a partir desta justaposição ou de duas cenas, um novo produto, e nos remete a Kafka, sugerindo que o todo é mais do que a soma de duas partes. Na representação de imagem, temos o exemplo: “quando Vronsky olhou para o relógio, na varanda dos Karenin, estava tão preocupado, que olhou para o ponteiro no mostrador do relógio e não viu as horas” (Tolstoi em Anna Karenina). A imagem tempo, correlacionada ao relógio não existe, existe somente os mostradores. Não é suficiente ver. Se “a hora” fosse vista, por exemplo, cinco da tarde, faria correspondência ao que poderia se fazer naquele tempo, por exemplo, rush, chá das cinco e outras representações particulares. Isto seria a *representação* formada pelos números desta *imagem*. Neste caso, representação e imagem se separam.

“No processo de lembrança, existem dois estágios:” *reunião* da imagem e o *resultado* desta reunião e seu significado na memória, não importa a forma artística: a imagem de uma cena, de uma seqüência ou de uma criação completa, existem não como algo fixo e já pronto. “Precisa surgir, revelar-se diante dos sentidos do espectador”. Outro exemplo, particular, viveu Eisenstein quando gravava “Outubro”. Durante as gravações no Palácio de Inverno, eles viram um relógio com vários outros pequenos relógios com horas de diferentes lugares do mundo, devidamente identificados, eles estavam em Petrogrado. Quando precisara mostrar a instauração do poder soviético e a queda do Governo Provisório, “assim, na hora, única na história e no destino dos povos, emergiu numa variedade enorme de horas locais, como que unindo e fundindo todos os povos na percepção do momento da vitória”. Eisenstein cita Leonardo Da Vinci e seus escritos que denomina de “roteiro de filmagem” – Dilúvio - que o impressiona, mesmo vindo do notável pintor.

...em torno, árvores antigas desenraizadas e feita em pedaços pela fúria dos ventos (...) nos campos inundados, a superfície da água estava quase totalmente coalhada de me-

sas, camas, barcos e vários outros tipos de balsas improvisadas devido ‘a necessidade e ao medo da morte... alguns viravam suas armas para si mesmos, para ferir-se e morrer; outros, caindo de joelhos, entregavam-se a Deus. (DAVINCI apud EISENSTEIM p 25)

Eisenstein observa o “movimento” da cena, descrita com absoluta nitidez. O espectador é compelido a passar pela mesma estrada criativa trilhada pelo autor para criar a imagem. A montagem obriga os telespectadores a criar. O *princípio da montagem geral* ultrapassa a colagem de filme, a criação pelo espectador e a criação pelo ator, leva a resultados fascinantes, esta é a finalidade do “Sentido do filme” de Eisenstein.

Eisenstein conclui que “não há incompatibilidade entre a forma de escrever, criar um personagem, interpretar ou dirigir...” na base de todos estes métodos, residem, em igual medida, as mesmas qualidades humanas vitais e fatores determinantes inerentes a todo ser humano e a toda arte vital.

(Des)Construindo identidade

Ao contrário da ficção, e cansada de clichês que sobre brasileiros e sobre o Brasil, Lucia Murat (ano), muda a câmera de lugar, e coloca holofotes em alguns filmes e seus famosos produtores, e, questiona a formação da imagem brasileira no documentário “Olhar estrangeiro”, que é baseado no livro “O Brasil dos gringos” de Tunico Amâncio (ano) denuncia a (de)composição da imagem brasileira, especialmente a carioca, exposta por alguns atores e diretores em filmes de ficção e possíveis “documentários” veiculados mundo afora e entrevista os envolvidos na elaboração das tramas. A sinopse:

“Olhar estrangeiro” é um filme sobre os clichês e as fantasias que se avolumam pelo mundo afora sobre o Brasil. Baseado no livro “O Brasil dos gringos”, de Tunico Amâncio, o documentário mostra a visão que o cinema mundial tem do país. Filmando na França (Lyon e Paris), Suécia (Estocolmo) e EUA (Nova York e Los Angeles), o filme, através de entrevistas com os diretores, roteiristas e atores, desvenda os mecanismos que produzem esses clichês.

Fim do filme, a questão colocada é: Afinal, quem somos nós? O filme é para todos que buscam sua identidade.

Stefan Zweig⁶, não conseguiu ver mas o Brasil, país do futuro, chegou! Descrito em seu livro um dos mais “favorecidos” dos retratos do Brasil.

Não somos o paraíso democrático e também não somos a terra por descrita por Pero Vaz de Caminha quando “chegou ao Brasil” avistou a Terra de Vera Cruz e anunciou, por carta, em 1 de maio de 1500 a Alteza “a nova do achamento desta vossa terra nova”. Essa foi a primeira descrição deste “exotismo” brasileiro, afinal, nossos índios, “homens pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas”; andavam pela praia e receberam os “hospedes” com cocares e continhas miudas. As mulheres, essas “moças bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espaldas e suas vergonhas tao altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tinhamos nenhuma vergonha”.

⁶ Stefan Zweig nasceu a 28 de novembro de 1881 em Viena. Estudou Filosofia e começou a escrever poesias, dramas e traduziu inúmeras obras francesas para o alemão. Pacifista, sonhava com uma Europa unida. A primeira guerra mundial o desanimou. Iniciou escrevendo pequenas histórias que o tornaram famoso. Sua origem judaica o obrigou a abandonar a Áustria. Problemas de consciência, somados à angústia devido à guerra, levou ao suicídio em Petrópolis, em 22 de janeiro de 1942. Suas inúmeras obras foram divulgadas em várias línguas, inclusive “Brasil, país do futuro”.

Na mesma carta, a catequese e descrita. Trouxeram missa para os índios. E entre tantas informações a vossa alteza sobre a vossa terra, Caminha (1500), entende sobre esta terra que “o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar essa gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve deixar”.

Algumas considerações

No Rio de Janeiro, em Ipanema, não andam macacos como mostrado no filme de Lucia Murat, também, não somos culpados porque somos bonitos como sugere Michel Cane. Somos fonte de renda da indústria cultural, sim. Orson Wells tentou mostrar uma parte do Brasil e foi engolido pelo sistema e não conseguiu terminar suas filmagens, Gerald Lauzier viu o Brasil: Pobre, rural e exótico, falando espanhol. Alguns entrevistados repetem slogans: Sexo!, Liberdade!, Exotico! Paraíso! Felicidade! Pobreza, Carnaval e Samba; e claro, bundas, muitas bundas.

O governo brasileiro, recentemente, se indignou com o livro “Seven days in Rio” de Francis Leny, que aponta a cidade como a capital mundial do sexo.

A origem de tudo isso e a nossa “certidão de nascimento” (de uma terra habitada por milhares de índios) escrita por Caminha?

Voltando ao tema “O campo de atuação do cientista social hoje”; nossa obrigação e produzir conhecimento! Esperamos que os outros façam o mesmo. Exigimos respeito!

Bibliografia

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BAUMAN, Zigmund - **Identidade** - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

STEFAN, Zweig. **Brasil paíás do futuro**

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**; tradução de Tomaz Tadeu daSilva, Guacira Lopes Louro. – 4a. ed. – Rio de Janeiro: LP&A, 2000

1

O FELIX KRULL DE THOMAS MANN E FORMA ROMANESCA

Aline Shaaban SOLER (IC)¹;
Wilma Patrícia Marzari Dinardo MAAS (O)²

Palavras-chave: romance; literatura alemã; fragmento.

Resumo: Durante o século XX haverá um questionamento da forma romanesca. O presente trabalho tem como proposta analisar de que maneira tal questionamento está presente em *As confissões de Felix Krull* de Thomas Mann. A conjunção de dois gêneros aparentemente paradoxais, o romance de formação e o picaresco, é um dos

¹ Discente regularmente matriculada no quinto ano do curso de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências e Letras, FCLAr, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, CEP 14800-901 Araraquara, SP, Brasil; e-mail: aline89@gmail.com.

² Departamento de Letras Modernas, Faculdade de Ciências e Letras, FCLAr, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, CEP 14800-901 Araraquara, SP, Brasil; e-mail: pmaas@uol.com.br.

recursos usados pelo autor criando um (anti)herói cujo processo de formação se apresentará como meio de escada social e não como forma de auto-desenvolvimento. Romance auto-biográfico, *Felix Krull*, questionará a autoridade do narrador, e apresentará um eu narrado que assume o disfarce e a máscara como uma de suas principais características. Outro expediente de suma importância é o uso da ironia que se apresenta de modo a solapar a carga realista da obra. Além disso, deve-se ter em conta que a obra apresenta-se como fragmento cujo fim é súbito. Como metodologia de análise se têm por referência os escritos de Walter Benjamin e de Theodor Adorno; propõe-se, igualmente, uma interpretação imanentista.

Thomas Mann's *Felix Krull* and the novel

Keywords: novel; german literature; fragment.

Abstract: During the twentieth century there will be a questioning of the novel form. This article intends to analyze the way this questioning is present on Thomas Mann's *The confessions of Felix Krull*. The union of two apparently opposite genres, the formation novel and the picaresque, is an expedient used by the author to create an antihero. An autobiography, *Felix Krull*, will question the narrator's authority and will present the mask as one of the main characteristics of the protagonist. Another very important expedient of the work is the irony used to question the realism in literature. Furthermore, we need to consider the fact the book does not have an end, it is a fragment. The analyzes methodology consider the thinking about Walter Benjamin and Theodor Adorno; and we propose an immanentist analyze.

O questionamento do romance enquanto forma

O romance, assim como entendido nos moldes realistas do século XIX, pode ser considerado como expressão literária máxima da burguesia. Porque é nele que se apresenta a concepção do indivíduo em seu auge.

Como bem aponta Walter Benjamin, o romance apresenta-se como um sintoma de um processo muito mais longo, que se desenrolou através dos séculos. Este processo é a decadência da narrativa oral e com esta, a crise da experiência, que tinha na primeira sua principal forma de transmissão. “O romancista se separou do povo e do que ele faz. A matriz do romance é o indivíduo em sua solidão, o homem que não pode mais falar exemplarmente sobre suas preocupações, a quem ninguém pode dar conselhos, e que não sabe dar conselhos a ninguém” (BENJAMIN, 1994, p.54). O processo de separação entre o homem tornado indivíduo, incapaz de transmitir suas experiências, e a coletividade composta por seus semelhantes, só tende a se exacerbar ao longo do tempo e, com ele, o questionamento do romance como forma. Tal questionamento, mais do que a incapacidade de transmissão de experiências, terá como uma de suas razões a pobreza de experiências que assolará um homem, mais do que nunca, carente de um referencial para compreender os acontecimentos que o rodeiam. Como afirma Benjamin,

[...] nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes. Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano. (BENJAMIN, 1994, p. 115)

O autor, em *A crise do romance. Sobre Alexanderplatz, de Döblin* (1994) procura ilustrar como a obra em questão implode a forma romanesca, sobretudo, utilizando-se de recursos tais quais a montagem, a colagem de discursos do cotidiano e outros caros à narrativa épica. Já Theodor Adorno, em *A posição do narrador no romance contemporâneo* (2003), afirmam-

do que “não se pode mais narrar, embora a forma do romance exija a narração”³ (p.55), citará autores como Proust, Kafka e Dostoievski para exemplificar as mudanças que ocorrem na forma do romance em relação ao realismo do século XIX. Adorno igualmente discorrerá a respeito de Thomas Mann e do modo como este se usa da ironia em suas últimas obras.

A obra *As confissões de Felix Krull*, 1954, de Mann, pode ser lida dentro do universo das obras que, durante o século XX, questionaram a forma romanesca e, simultaneamente, contribuíram para o seu desenvolvimento. Se num primeiro olhar a obra pode indicar o uso de recursos recorrentes no romance realista do século XIX, um aprofundamento deste olhar mostrará que o modo como tais recursos são mobilizados só opera de modo a subvertê-los e solapá-los.

Romance de formação e romance picaresco

É assim que ocorre quando o autor, como bem aponta Wilma Patricia Maas, em *O cânone mínimo* (2000), conjuga duas tradições, de certa maneira, paradoxais: o romance de formação [Bildungsroman] e o romance picaresco. Segundo esta: “Em seu caráter crítico paródico, como se verá a seguir, o *Felix Krull*, rebento confesso do conceito de formação da época de Goethe, o atualiza por meio da paródia e do recurso à picaresca” (MAAS, 2000, p.215).

No que tange ao romance picaresco, o autor Mário González, com o intento de realizar um estudo a respeito da neopicaresca, é responsável por desenvolver uma revisão bibliográfica a respeito do assunto, na qual apontará os recursos que foram mobilizados, ao longo do tempo, para caracterizá-lo. Basta lembrar que, oriundo da Espanha dos séculos XVI e XVII, o romance picaresco tem como principais características um protagonista cuja ascensão social de dará por meios escusos, não autorizados pela sociedade, como por exemplo, o roubo e a trapaça, demonstrando, assim, a impossibilidade de ascensão social por meios honestos. Com isto, tem em vista a articulação de uma crítica a esta sociedade e a seus mecanismos de reprodução, de modo a denunciá-los. É o que ocorre também no romance de Mann quando Krull consegue dinheiro, vendendo as jóias roubadas a Madame Houpflé a um relojoeiro, cuja loja apresenta-se na rua, talvez não por acaso, da Escada do Céu (Mann, s/d, p.169 e seg.). Percebe-se também esse movimento de ascensão progressiva quando Krull deixa seu trabalho como ascensorista e passa a trabalhar na cozinha do hotel. Isso não ocorre porque ele executa com destreza sua função, mas sim porque é simpático e polido com os clientes do hotel, e, além disso, conta com a ajuda de sua bela aparência. Como bem demonstra o convite do chefe de mesa, Machatscheck, para que Krull trabalhe na cozinha:

– Kroull? – inquiriu ele. – Conhecido por Armand? *Vejamos, vejamos*. Pois bem, ouvi falar de você – em termos que não eram precisamente maus e que também não eram injustificados, segundo me parece, à primeira vista. *Contudo*, a primeira impressão pode ser falsa. Deve compreender que os serviços que até agora prestou à casa não passavam de uma brincadeira de crianças que não lhe permitiam aliás manifestar as aptidões que talvez possuía. (MANN, s/d, p.202, grifos do autor)

Por outro lado, enquanto romance de formação, pode-se afirmar que já de início a educação formal e institucionalizada lhe é negada, devido à má fama e à decadência de sua família (Mann, s/d, p.62), impossibilitando-o de ascender socialmente por meio dos estudos e da erudição. A formação universal, aquela que contribuiria tanto para seu desenvolvimento individual, só lhe será acessível a partir do momento em que trocar de identidade com o Marquês

³ Vale notar que as concepções de narrador de Benjamin e Adorno são distintas. Enquanto a concepção adorniana é aplicável à forma do romance, o mesmo não ocorre com a de Benjamin, que refere-se estritamente à tradição oral e à forma épica (BENJAMIN, 1983).

de Venosta, ou seja, um aristocrata. Não é a toa que num dos primeiros episódios vividos por Felix Krull, como Marquês de Venosta, este conhecerá o professor Kuckuck – paleontologista e diretor do Museu de História Natural de Lisboa –, que longamente discorrerá a respeito das origens do universo, da vida e da natureza humana (Mann, s/d p.264 e seg.). É o professor mesmo que, ao comparar o jovem ao lírio do mar, indicará que sua formação se inicia naquele momento:

Na sua juventude somente, o crinóide de hoje, descendente do lírio-do-mar primitivo, fica ligado ao fundo. Depois, liberta-se, emancipa-se e vagabundeia, vogando e subindo ao longo das costas. Perdoe-me a associação de idéias: mas, da mesma forma, moderno lírio-do-mar, o senhor destacou-se da sua haste e vai em viagem de descoberta. Fica-se tentado, então, a dar conselhos ao noviço da mobilidade. Chamo-me Kuckuck. (MANN, s/d, p.264)

Mas, enquanto esta formação, acessível somente à aristocracia, não se dá, pode-se afirmar que, em última instância, o herói adquire uma “formação picaresca” (Maas, 2000, p.230). Em outros termos, uma formação que lhe possibilitaria a ascensão social e lhe ensinaria os modos de se portar de um nobre. É a formação que ocorre em Frankfurt, enquanto espera o dia de ser chamado ao serviço militar. Assim, conjugam-se duas tradições aparentemente antagônicas com o propósito de atribuir à forma do romance uma condição mais afim ao contexto histórico vigente. Segundo Maas: “É possível compreender-se o último livro de Mann como um anti-*Bildungsroman*, uma paráfrase mas também uma antítese dos pressupostos que sustentaram a idéia do romance burguês subjetivo, individual e interiorizante, como Mann o desejara em seu ensaio de 1916.” (MAAS, 2000, p.224)

O narrador e o eu(s) narrado(s)

Muitos dos recursos utilizados por Mann para subverter a forma romanesca são característicos da picaresca. Dentre eles, o expediente da narrativa em primeira pessoa. Se no romance realista a narrativa se apresenta em terceira pessoa no intuito de proporcionar verossimilhança e credibilidade à história, com o uso da narrativa autobiográfica, fica evidente que o relato apresentado consiste apenas em um ponto de vista, parcial, cuja validade pode ser questionada. A autoridade do narrador, assim, é abalada e solapa-se a pretensa objetividade do romance realista. Mário González, ao definir o romance picaresco alega que este teria como uma de suas características a pseudo-autobiografia (González, 1994, p.263). Com relação a Krull, Maas ao justificar o porquê do *Felix Krull* consistir em um romance autobiográfico questiona:

Uma vez que o gênero autobiográfico é entendido como a expressão máxima da individualidade, da rememoração e do subjetivismo burguês, como pode Felix Krull, dono de muitas identidades e de nenhuma, apresentar a seu leitor sua autobiografia como expressão máxima de subjetividade? (MAAS, 2000, p.226)

Como se pode notar, o motivo da pseudo-autobiografia aponta para outra questão crucial no romance de Mann: a multiplicidade de identidades que Krull assume. Se é uma característica da picaresca a presença de um protagonista cuja identidade é fraca, o autor leva este recurso a suas últimas conseqüências, fazendo com que o protagonista tenha como uma de suas maiores qualidades a facilidade para assumir máscaras e disfarces, em outros termos, várias identidades. Se, enquanto narrador, Krull é apenas um, não havendo vozes dissonantes a respeito de seu relato, por outro lado, enquanto eu narrado, apresenta-se sob várias facetas. E como isto se lhe mostra útil em sua escalada social. É por meio de sua habilidade para a troca de identidade que serão desvelados os mecanismos de reprodução da sociedade em que

vive. Se, como afirma Benjamin, a pobreza de experiências o homem “impela a partir para a frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, a construir com pouco” (1994, p.116), Krull operará no mesmo registro, construindo identidades por meio da apropriação de características alheias. Embora a troca de identidade com o Marquês de Venosta seja a mais emblemática, o episódio no qual ele assume a função de ascensorista não deixa de ser significativo. Nesta ocasião, Krull assumirá o nome do antigo ascensorista. Felix Krull é agora Armando. O episódio demonstra como, na sociedade, são as pessoas substituíveis de acordo com a função que lhes cabe. Qualquer um pode ser Armando, principalmente quando seu nome, Felix, “tem qualquer coisa de demasiado *privado* e pretensioso” (MANN, d/s, p.153, grifos meus).

A ironia manniana

Outro artifício que está presente no Felix Krull de modo a contribuir para o questionamento do romance realista é o uso da ironia como forma de expressão. Se, em muitos momentos o romance parece herdeiro direto do realismo do século XIX, por meio do uso da ironia, em verdade, o autor pretende desconstruir seus recursos pretensamente objetivos. De acordo, Adorno afirma que,

Só hoje a ironia enigmática de Thomas Mann, que não pode ser reduzida a sarcasmo derivado do conteúdo, torna-se inteiramente compreensível, a partir de sua função como recurso de construção da forma: o autor com o gesto irônico que revoga seu próprio discurso, exime-se da pretensão de criar algo real, uma pretensão da qual nenhuma de suas palavras pode, entretanto, escapar. Isso ocorre de modo mais evidente na fase tardia [...], onde o escritor, brincando com um motivo romântico, reconhece, pelo comportamento da linguagem o caráter de ‘palco italiano’ da narrativa, a irrealidade da ilusão, devolvendo assim à obra de arte, nos seus próprios termos, aquele caráter de brincadeira elevada que ela possuía antes de se meter a representar, com a ingenuidade da não-ingenuidade, a aparência como algo rigorosamente verdadeiro. (ADORNO, 2003, p.60-1)

Note-se que, se por um lado, a ironia vem a questionar a autoridade do narrador; por outro, vem justamente a evidenciar que o narrador é apenas um narrador e nada mais do que isto. O episódio da carta que Krull, enquanto Marquês de Venosta, manda aos seus falsos pais é característico disto por dois motivos. É o momento em que talvez o leitor mais desatento ou desavisado passa a questionar o relato de Krull, já que este difere do relato impresso na carta (Mann, s/d, p.321 e seg.). E também porque na carta o personagem apresentará uma visão aristocrática, favorável às desigualdades da sociedade em que vive, tidas, por ele, como naturais. A afirmação não é irônica apenas pelo fato do narrador estar falando na voz do marquês, mas também, e sobretudo, porque confronta-se com a própria ascensão social de Krull que, de uma família burguesa em decadência, passa a trabalhar como serviçal em um hotel, para só depois tornar-se um refinado aristocrata. Na carta, ao relatar a sua (falsa) família o encontro com o rei de Portugal, afirmará que,

Com a sua presença, o mendigo, nos seus farrapos, contribui para o quadro colorido da vida tanto como o grande senhor que depõe a sua esmola na mão humildemente estendida, evitando com cuidado tocar-lhe. E aliás, Majestade, o mendigo sabe isso. Tem a consciência da dignidade singular que a ordem do mundo lhe confere e, no fundo do coração, ele não quer ser outra coisa senão o que é. É preciso que pessoas mal intencionadas o excitem para o fazerem duvidar do seu papel pitoresco e por-lhe na cabeça a revoltante quimera da igualdade. Não são iguais; mas nasceram para o compreender. O homem veio ao mundo com os sentidos aristocráticos. (MANN, s/d, p.334)

De fato, a defesa da igualdade não é um dos lemas de Krull. Por outro lado, ainda que não seja um mendigo, a escalada social de Krull demonstra justamente o seu inconformismo com a posição que lhe foi legada.

Um (longo) fragmento

Por fim, uma das características mais polêmicas do *Felix Krull*, e que igualmente vem a por em xeque a forma romanesca, é o fato do romance não possuir um fim no sentido estrito da palavra, apresentando-se, assim, não apenas como um relato, mas, mais especificamente, como o (longo) fragmento de um relato (fragmentado). Em sua introdução à obra, Anatol Rosenfeld, com relação a este aspecto, utilizará uma citação do próprio Mann para justificá-lo: “‘Este livro estranho certamente permanecerá fragmento’ disse o autor em 1954, no ano da publicação do romance. A obra ‘não foi projetada para ser concluída; pode-se continuá-la, escrevendo e fabulando sem cessar...’” (ROSENFELD, s/d, p.11). Apesar desta referência, o crítico, assim como o tradutor português da obra, Domingos Monteiro, alegam que o caráter fragmentário desta é fruto do falecimento do autor no ano seguinte⁴. O primeiro, ao finalizar a introdução que prepara ao livro, empreende a seguinte crítica:

Abandonado pelo autor (falecido em 1955), Krull continua em Lisboa, pronto para partir, sem nunca partir, com o dedo no gatilho, sem nunca atirar. *Sua existência de artista e homem*, pairando como tal, no reino infinito das possibilidades, ficou reduzida, pela falta de desfecho, à mera possibilidade das próprias possibilidades. (ROSENFELD, s/d, p.12, grifos meus)

Se num primeiro momento há de se questionar se a obra não se apresenta como um fragmento intencional, a revisão bibliográfica a respeito do assunto demonstra o contrário. Mann tinha em vista o desenvolvimento de um segundo volume para a obra no qual teriam continuidade as andanças de Krull mundo afora (Rosenfeld, 2009, p.201; Rosenthal, 1975, p. 94). Além disso, dois fatores de ordem maior devem ser considerados: o longo período de gestação da obra, cerca de cinco décadas, para que ela se apresentasse tal qual nos dias de hoje; e as próprias evidências que o narrador deixa do prosseguimento de suas confissões. Destes dois fatores, o primeiro abre o leque para uma discussão a respeito das mudanças e continuidades no pensamento de Mann e, igualmente, para o contexto histórico em que este se inseriu.

Deve-se considerar que os primeiros esboços da obra, segundo Rosenthal (1975, p. 93) iniciaram-se no ano de 1906 e “A primeira parte das *Confissões do Impostor Felix Krull* [...] saiu em 1922/23, depois de uma gestação de vários lustros. Ampliada em 1936, a obra foi lançada na sua forma definitiva, mas ainda assim fragmentária, em 1954, pouco antes da morte de Thomas Mann.” (ROSENFELD, 2009, p.201) Uma obra que leva mais de quadro décadas para ser escrita e que acompanha a composição de tantas outras, por si só, já é uma obra fragmentária, independente de não possuir um fim definitivo. No entanto, a análise da obra nos mostra que esta fragmentação cronológica não se reflete numa fragmentação do enredo por conta da forma autobiográfica e picaresca, que narra os episódios em sequência. O “primeiro livro” do romance, que, como já afirmado, aborda a infância e o início da juventude do protagonista, já apresenta os principais aspectos formais da mesma. Afora, a análise, se con-

⁴ “A morte impediu que Th. Mann terminasse este último romance, um dos mais deliciosos e humorísticos que escreveu.” (ROSENFELD, s/d, p.9); e “Esta obra, que, para prejuízo da literatura universal, a morte do autor interrompeu, no seu seguimento [...]” (MONTEIRO, s/d, p.13).

frontada com as premissas defendidas pelo próprio Mann em *O artista e a sociedade* (1988), ensaio datado de 1952, demonstram uma mesma concepção da relação entre o artista e a sociedade, ou melhor, entre o artista e a moral⁵.

Como já apontado anteriormente, a predisposição de Krull para assumir disfarces os mais diversos é uma das principais características do romance e é utilizada como modo de questionar o processo de desenvolvimento identitário apresentado no romance de formação. Ora, tal predisposição protagoniza a maioria dos capítulos do primeiro livro. Nesse sentido, pode-se, inclusive, considerá-lo como um prelúdio das peripécias de Krull, no resto do romance, ao trocar de identidade. Krull nos relata, por exemplo, que, quanto pequeno, era de seu feitio se fingir de imperador, enquanto sua babá o levava a passear no jardim de sua casa, o que proporcionava boas gargalhadas ao seu padrinho (Mann, 1981, p.14-5). Vale aqui já notar o gosto do pequeno para a vida privilegiada.

Ao considerar, deste modo, a afirmativa de Mann de que a obra nasceu para permanecer fragmento (Rosenfeld, s/d, p.11), não se deve ter em mente que a proposta de Mann era realizar uma obra na qual a fragmentação intencional, no sentido schlegeliano, fosse uma de suas características principais. A referência ao romantismo alemão, ainda que não possa ser estabelecida por meio da discussão sobre o fragmento, está presente no pensamento manniano e diz respeito, inclusive, a um dos temas mais recorrentes na obra do autor: a busca do equilíbrio entre impulso de vida e impulso de morte; racionalismo e irracionalismo; Iluminismo e Romantismo. Tal qual afirma Rosenfeld:

Toda a vida de Thomas Mann, no seu sentido mais profundo, é um constante esforço de superar a sua natureza, impregnado do romantismo musical da Alemanha, [...]. E toda a sua obra nada é senão a expressão estética desse esforço constante de contrapor os dois valores, de pô-los em xeque, de referi-los num jogo de dialética altamente ambígua, de ironizar-lhes a unilateralidade, de salientar a necessidade de sua síntese final num humanismo em que espírito e vida se interpenetrem e em que o indivíduo isolado se integre de novo na sociedade, enriquecido pela experiência da 'doença', da 'morte' e da alienação. (ROSENFELD, 1994, p.23)

Richard Miskolci, por exemplo, em *Eros para presidente* (1997/8), texto que realiza uma abordagem do ensaio de Mann *Da república alemã* (1922), pontua a influência do pensamento de Novalis para o escritor.

Assim, a afirmação de Mann a respeito do caráter fragmentário da obra pode ser interpretada de modo irônico, apontando para o fato de ter sido gestada durante um longo período de sua vida. E, ainda que seu fim súbito se apresente como uma limitação para a análise, o romance apresenta um alto grau de coerência formal, o que permite avaliar suas contribuições estéticas para a posteridade.

A análise de tais características, como se procurou demonstrar, evidencia a modernidade da obra de Thomas Mann, sua preocupação em cunhar um romance de acordo com o seu tempo histórico, empreendendo uma crítica da sociedade vigente. Mas, igualmente, apontam para o questionamento do romance como forma, que se desenvolve no século XX.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. Posição do narrador no romance contemporâneo. In: *Notas de literatura I*. Tradução: Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.

⁵ “‘O artista e a sociedade’ – eu me pergunto se ficou claro que tema delicado nos foi apresentado. [...] Por que não se diz logo: ‘o artista e a política’, - pois atrás da palavra ‘sociedade’ se esconde de qualquer maneira o político? Esconde-se muito mal, pois o artista, como crítico da sociedade já é o artista politizado e politizador – ou, para dizer tudo: o moralizador. Para chegar ao nome completo, o tema deveria ser: ‘o artista e a moral’ [...]” (MANN, 1988, p.29, grifos do autor)

_____. Palestra sobre lírica e sociedade. In: *Notas de literatura I*. Tradução: Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.

BENJAMIN, Walter. A crise do romance. Sobre *Alexanderplatz* de Döblin. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v. 1).

_____. Experiência e pobreza. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).

_____. O narrador: Observações sobre a obra de Nikolai Leskow. Tradução: Modesto Carone. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, J. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. Tradução: José Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas, v. 3).

GONZÁLEZ, Mario M. Romance picaresco: conceito e extensão. In: *A saga do anti-herói: estudo sobre o romance picaresco espanhol e algumas correspondências na literatura brasileira*. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

MAAS, Wilma Patricia M. D. A tradição consciente. In: *O cânone mínimo: O Bildungsroman na história da literatura*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MANN, Thomas. A arte do romance. In: *Ensaaios Thomas Mann*. Seleção: Anatol Rosenfeld; tradução: Natan Robert Zins. São Paulo: Perspectiva, 1988. (Coleção Textos / dirigida por J. Barbosa e J. Guinsburg)

_____. O artista e a sociedade. In: *Ensaaios Thomas Mann*. Seleção: Anatol Rosenfeld; tradução: Natan Robert Zins. São Paulo: Perspectiva, 1988. (Coleção Textos / dirigida por J. Barbosa e J. Guinsburg)

_____. *As confissões de Felix Krull*. Tradução: Domingos Monteiro. Introdução: Anatol Rosenfeld. São Paulo: Editora Boa Leitura S. A.; Editora Hemus, sem data.

MISKOLCI, Richard. Eros para presidente. In: *Perspectivas Revista de Ciências Sociais*. Araraquara: vol.20/21, 1997/8.

ROSENFELD, Anatol. Thomas Mann: Apolo, Hermes, Dioniso. In: *Texto/Contexto I*. São Paulo: Perspectiva, 2009. – (Debates; 7 / dirigida por J. Guinsburg)

_____. Thomas Mann. In: *Thomas Mann*. São Paulo: Perspectiva: Ed. da Universidade de São Paulo; Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1994. – (Debates; v.259)

ROSENTHAL, Erwin Theodor. A metamorfose do herói picaresco (Thelen, Jorge Amado, Th. Mann). In: *O universo fragmentário*. Tradução: Marion Fleischer. São Paulo: Ed. Nacional: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

SUZUKI, Márcio. A gênese do fragmento. In: SCHLEGEL, Friedrich. *Dialeto dos fragmentos*. Tradução: Márcio Suzuki. São Paulo: Editora Iluminuras, 1997.

A MÁQUINA DE PREPARAR DEMOCRACIAS: ELEMENTOS PARA UMA INTERPRETAÇÃO DA FUNÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA NO PENSAMENTO SOCIAL DE ANÍSIO TEIXEIRA

THE MACHINE OF PREPARE DEMOCRACIES: ELEMENTS TOWARDS AN INTERPRETATION OF THE PUBLIC SCHOOL FUNCTION IN SOCIAL THOUGHT OF ANÍSIO TEIXEIRA

André Luiz da Motta SILVA¹

Resumo: O artigo pretende apresentar os aspectos que constituem a visão de Anísio Teixeira em relação ao papel da escola, mais especificamente da escola pública, frente à família e à sociedade brasileira de seu tempo. Procurar-se-á expor a interpretação anisiana do papel social da escola na sociedade moderna, isto é, o modo como a “escola para todos”,

¹ Cientista Social, Mestre e Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. PPGEduc/Doutorado em Educação/UFMS, CEP: 79070-900, Campo Grande-MS, Brasil, andremot-tacs@yahoo.com.br.

a máquina da democracia, assume o posto de principal instituição socializadora e estabilizadora, como elemento de superação do limitado modelo de socialização familiar e de classe, da nova ordem social configurada em torno da sociedade capitalista.

Palavras-chave: Anísio Teixeira. Escola pública. Democracia.

Abstract: This article aims to present the aspects that constitute the vision of Teixeira regarding the role of schools, specifically public school, in front of family and the Brazilian society of his time. Search will expose the Anisian interpretation of the social role of schools in modern society, ie how the "school for all, the machinery of democracy, assumed the post of chief socializing and stabilizing institution as part of overcoming the limited model of family socialization and class, the new social order set up around the capitalist society.

Key words: Anísio Teixeira. Public School. Democracy.

Anísio Teixeira: um pensador social e educador

Em meio ao movimento histórico dos anos 1930-1960, uma sociedade que se pretendia efetivamente moderna e democrática não poderia deixar de lado os princípios norteadores da vida do novo tipo de homem que se exigia. Sendo assim, a escola teria de acompanhar, tal como o sistema político, os novos valores que as estruturas econômicas e sociais emergentes imprimiram sobre a ordem do conjunto das relações e das instituições sociais.

O novo universo ideológico, emergente na sociedade brasileira, faz com que as propostas educacionais de Teixeira assumam uma postura determinada em relação a uma configuração social em que as inovações em todos os campos exigiam um melhor e mais intenso processo de reestruturação da função do sistema de ensino frente a um mundo em constante transformação. Surge daí, a necessidade do planejamento de políticas públicas que visem regularizar e redistribuir os avanços da nova realidade, na qual a sociedade moderna deve ser, ao mesmo tempo, estável e dinâmica. Uma sociedade estabilizada é uma sociedade onde há harmonia entre dinamicidade e ordem. Uma sociedade democrática deve prezar pela estabilidade de suas instituições e, ao mesmo tempo, apreciar as inovações que contribuem para sua manutenção.

Anísio Teixeira, seguindo a tradição do pragmatismo estadunidense, sob a influência de John Dewey e William Kilpatrick², era defensor de reformas que viessem democratizar as oportunidades educacionais e reconhecer a importância da experiência do senso comum na construção da inteligência. A escola pública e democrática surge na interpretação social anisiana como a única capaz de instituir, na ordem social capitalista, mecanismos de aperfeiçoamento do sistema democrático e de correção dos desvios e males causados pela exacerbção da industrialização e do individualismo. Esta escola, aberta a todas as classes e camadas sociais, deveria ser o produto da reorganização e reconstrução da escola existente, da racionalização e profissionalização do processo educativo, tornando-a apta a assumir sua função social de "máquina" preparadora da sociedade democrática e produtora do "homem novo".

A visão de Anísio Teixeira, um liberalismo igualitarista, voltava-se para a democratização das oportunidades educacionais como a forma mais justa de equalização social. Uma escola aberta a todas as classes sociais, no pensamento anisiano, é a edificadora dos alicerces de uma sociedade aberta e democrática na qual a ascensão social

² As duas principais obras desses autores, em que influenciaram profundamente Anísio Teixeira, são: DEWEY, John. Democracia e educação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. KILPATRICK, William. A Educação para uma sociedade em mudança. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1972.

deve ocorrer não pelos privilégios de classe, mas de acordo com um regime meritocrático onde a estratificação social se dá em concordância com as capacidades individuais.

Anísio Teixeira procura demonstrar que, numa sociedade antidemocrática, a educação se constitui como um privilégio de falsas “elites” que detém um poder econômico, mas na sociedade que se reconstrói, em marcha para a ordem social democrática, a educação se apresenta como um direito que deve ser garantido para todos pelo Estado, como forma de dar ao movimento de ascensão e organização da sociedade democrática os rumos e a legitimidade necessários ao processo de estabilização social.

Assim, o liberalismo anisiano é igualitário, e não elitista, pois sua preocupação primordial é a de possibilitar iguais oportunidades educacionais para todos, para que qualquer indivíduo possa participar ativa e criticamente das mudanças que a sociedade baseada na ciência e na técnica possibilita. Essa seria a principal função social atribuída por Anísio Teixeira à escola no Brasil dos anos 1930-1960, sendo a formação de “elites” científicas, técnicas e dirigentes apenas consequências secundárias deste processo e não seu principal objetivo. Dessa forma, para se entender o papel que a escola progressiva ou para todos assume no pensamento político-pedagógico anisiano, é preciso, primeiramente, compreender a escola e a sociedade por ele ansiadas.

A escola adquire nas reflexões filosóficas elaboradas por Anísio Teixeira, uma posição fundamental. O pensamento anisiano aponta a necessidade de se construir um sistema educacional. Nesse sentido, a perspectiva anisiana tem na escola e na educação não só os elementos para a perpetuação dos valores sociais, mas, instrumentos importantíssimos para assegurar, também, um interminável processo de reconstrução social. Anísio Teixeira (2000, p.189) reconhece que:

A educação de um povo somente em parte se faz pelas suas escolas. Compreendida como o processo de transmissão da cultura, ela se opera pela vida mesma das populações e, mais especificamente, pela família, pela classe social e pela religião. A escola, como instituição voluntária e intencional, acrescenta-se a essas outras instituições fundamentais de transmissão da cultura, como um reforço, para completar, harmonizar e tornar mais consciente a cultura, em processo natural de transmissão, e, nas sociedades modernas de hoje, para habilitar o jovem à vida cívica e de trabalho, em uma comunidade altamente complexa e de meios de vida crescentemente especializados.

Anísio Teixeira (1956, p.9) procurou desenvolver o tema da função social da escola frente às outras instituições sociais, em especial a classe social e a família, fixando como parâmetro para suas interpretações e propostas a conexão incontestável entre educação e democracia. O “postulado fundamental” do pensamento político-educacional anisiano estava baseado na ideia de que por meio da escola pública e democrática seria possível, uma vez que todos os homens são “suficientemente educáveis”, fazer com que todos os indivíduos fossem capazes de “partilharem como iguais” as possibilidades que a vida em sociedade pode fornecer. Nesse sentido, “a escola democrática ou para todos”, marca indelével da obra educacional de Anísio Teixeira, seria movida por valores e finalidades que transcenderiam os muros da escola, sendo estas, exigências do modo de vida democrático. Para realizar sua função social, a escola para todos deveria oferecer uma “educação comum” para a totalidade dos membros da sociedade, pois se antes a educação era oferecida espontaneamente por meio da família, da classe e do contato com a vida social, com o avanço da sociedade urbano-industrial a educação se faz cada vez mais uma obrigação da sociedade e do Estado enquanto instituições educadoras.

Para Anísio Teixeira, a instituição familiar, em meados do século XX, já não detinha todos os meios capazes de prover os preceitos basilares e necessários aos indivíduos para se sustentarem e acessarem os valores tidos como válidos pela lógica social em consolidação, isto é, a uma sociedade marcadamente mais urbana e industrial. O alto grau de complexificação das relações sociais e da vida moderna como um todo, transformações materiais e imateriais, não permitia a família e a classe social continuarem como “instituições seguras e incontrastáveis” como haviam sido anteriormente. Ao mesmo tempo, Teixeira procurava ressaltar que mesmo que ambas, família e classe, mantivessem asseguradas suas atribuições morais, ainda assim, a escola se manteria como mais que fundamental, pois estas instituições não poderiam cumprir com a tarefa que só à escola democrática cabia. A ela, a “escola comum e democrática”, compete zelar pela constituição de um ambiente adequado que propicie ao educando novas experiências que permitam, ao mesmo tempo, a revisão e a integração à experiência da vida em comunidade. Assim, o educando assumiria o seu papel, como assevera Anísio Teixeira (1956, p. 9), de

[...] participante inteligente e ajustado de uma sociedade de todos e para todos, em que o respeito e o interesse pelos outros se estendam além das estratificações sociais e de grupo e se impregnem do espírito de que, antes de membro da família, do grupo ou da classe, o indivíduo é membro de sua comunidade, do seu país e de toda a humanidade.

Dessa forma, a formação dos indivíduos, na sociedade que caminha para a democracia, deve prezar pelos padrões de socialização e sociabilidade requeridos pela ordem social democrática. Para a constituição da cidadania democrática, ao contrário de uma educação baseada em valores orientados para o contentamento de interesses individual-particulares e locais, como o faziam a família, a classe ou o grupo, a organização moderna e tendencialmente democrática da sociedade requer homens capazes de reconhecer claramente seus direitos e deveres, portadores de uma visão ampliada de seus papéis para com a comunidade mais próxima, mas também, para com seu país e com a sociedade humana como um todo.

A escola proposta por Anísio Teixeira só pode ser entendida e considerada como o instrumento que dá ao processo educativo, que tem sua origem nas instituições sociais fundamentais, os rumos necessários para que o indivíduo/educando seja capaz de integrar a sociedade de modo a contribuir para a marcha da civilização moderna.

Por ter o compromisso de zelar pelos valores sociais, Anísio destaca que a escola progressiva (a nova escola) deve deixar de ser um elemento isolado das transformações sociais, como o faz a escola tradicional, mas fazer-se, cada vez mais, uma micro-projeção da realidade social, para que se torne eficiente e apta a acompanhar os ritmos acelerados de aperfeiçoamento da ciência, da técnica, e das relações sociais como um todo. Quanto a isso Anísio Teixeira (2000, p. 110-111) diz que:

Vai, porém, muito adiantada a marcha da humanidade, nas suas adaptações e readaptações sucessivas. A natureza se fez arte e, hoje, viver é um difícil mister, que é preciso aprender. Mais do que isso. As mudanças são tão aceleradas que, se a distância e a diferença de ritmo entre a escola e a sociedade permanecessem as mesmas de outros tempos, ao terminarmos a nossa educação escolar, seria necessário começá-la de novo, tão longe, tão adiante já se acharia a vida... Por tudo isso, a escola teve que deixar de ser a instituição isolada, tranqüila, do outro mundo, que era, para se impregnar do ritmo ambiente e assumir a consciência de suas funções. Se depressa marcha a vida, mais depressa há de marchar a escola. Dentro da transformação real que se vai operando na escola, ainda não há, entretanto, as mais das vezes, senão a consciência de que os seus deveres antigos - de guarda e perpetuadora dos valores

sociais - só poderão ser cumpridos criando-se dentro da escola um ambiente idêntico ao da sociedade, onde se possam preparar as crianças para a participação em uma civilização técnica e dinâmica.

O homem da civilização em mudança vive uma realidade onde a materialidade do meio é, em grande parte, fruto da educação, sendo assim, ela é o principal pilar sustentador de toda a vida social. Ao apontar esta função da educação, Anísio procura chamar a atenção para o fato de que a escola do mundo moderno não pode ser a antiga escola “acidental, sem planos e sem previsão” (TEIXEIRA, 2000, p.111). O antigo mundo do fatalismo foi superado pelo novo universo da “civilização industrial e experimental” (ibid., p.112).

A compreensão das novas possibilidades que a ciência trouxe para a humanidade implica uma completa revisão do papel social da escola. As escolas não podem mais ser “casas pacíficas de cultura literária e artística, destinadas a atuar na formação de um corpo de fiéis às tradições do estudo e do saber” (TEIXEIRA, 2000, p. 112), surge então, a obrigação de formar um novo homem para uma nova sociedade industrial, técnica e em plena mutação.

A ciência ganha grande destaque no pensamento anísiano, mas ele compreende que durante um tempo houve “um entusiasmo exagerado e complacente” (ibid.) em relação aos usos da ciência. Esse ardor científico de conquista do futuro teve como consequência a elevação das injustiças sociais. Para reverter esta situação, só um novo modelo de escola poderia contribuir para a superação das iniquidades sociais. Como ressalta Anísio (ibid., p. 113, grifos do autor):

Apenas, - e agora é que se acentua a transformação fundamental por que passa a escola - apenas, urge que não entreguemos ao acidente e ao acaso o que podemos prever e planejar. A escola não pode ficar no seu estagnado destino de *perpetuadora da vida social presente*. Precisa transformar-se no *instrumento consciente, inteligente do aperfeiçoamento social*. Não nos é dado dizer de antemão o que poderá representar de correções, de ajustamentos e de regularização do processo social, o aproveitamento inteligente dela escola para esse fim, seu verdadeiro fim. A grande tarefa dos nossos dias é preparar o homem novo para o mundo novo, que a máquina e a ciência estão exigindo. Até agora, temos um homem ainda antigo, excedido e subjugado pela sua própria criação. A máquina, que o vem libertar, o está escravizando. O industrialismo, que lhe vem dar conforto e força, o está fazendo morrer à fome. A liberdade de julgamento pessoal e de auto-direção o está asfixiando, transmutada em trágico tumulto de idéias e propósitos.

Como se pode observar neste trecho, novamente a urgência em preparar o indivíduo moderno reaparece no discurso anísiano. As injustiças sociais aparecem mais como resultado do despreparo dos homens em lidar com as transformações, incapacidade de fazer das mudanças, chaves para o progresso social, do que consequências das determinações históricas. Esse desequilíbrio entre sociedade e educação deveria ser equacionado através da escola. Desse modo, a escola não pode ficar alheia ao processo de mudança e até de desagregação das instituições transmissoras da cultura (família, classe e religião), o que não é apenas resultado das constantes mudanças, mas, em especial, fruto das mudanças internas que estas instituições são obrigadas a realizar para acompanharem o novo ritmo da vida social.

Compreendendo estas imposições que a nova configuração social (capitalismo monopolista) projetava, em escala global, sobre os ideais de constituição de uma sociedade efetivamente democrática, Anísio Teixeira procura adaptar o modelo de escola progressiva, elaborado por Dewey, ao conjunto da realidade social brasileira. É pensando a escola inserida na

diversidade geográfica e sociocultural brasileira, que o conceito de “escola progressiva” vai cedendo lugar à idéia de “escola para todos”.

A escola e a superação do legado do passado brasileiro

Para a concretização de uma sociedade democrática no Brasil, Anísio evidencia a inevitável superação das desigualdades herdadas durante mais de três séculos de transplantação cultural e institucional oriundas do período colonial e amplamente disseminada pela consciência coletiva.

A herança colonial impôs sobre a sociedade brasileira uma estrutura social, mesmo depois de sua independência política, e por um bom período após a proclamação da república, inúmeras características que não mais correspondiam às transformações que ocorriam em diversos campos da vida social (nas ciências, nas técnicas, nas artes, etc.).

Anísio assevera que tudo o que havia de mais atrasado foi herdado pelo tipo de colonialismo exercido por Portugal. Enquanto outras nações européias, entre elas a Inglaterra, desenvolviam uma ação colonizadora que tinha como propósito estabelecer comunidades e incentivar-lhes certa autonomia, Portugal exercia uma relação puramente parasitária, pois só se movimenta de acordo com suas exigências imediatas, preferindo apenas saquear suas colônias e sujeitá-las aos seus mandos e desmandos.

Ele destaca, também, que ao mesmo tempo em que a Inglaterra representava o ímpeto avassalador da Reforma Protestante frente às arcaicas estruturas sociais, resquícios da mentalidade medieval que ainda se apresentavam na organização social e política européia, Portugal transplantava para as terras brasileiras o que havia de mais extemporâneo, todo um modelo de estratificação social baseado nos princípios da Contra-Reforma, pois esta era justificadora das desigualdades e legitimadora de seu modelo exploratório de colonização. Deste processo histórico, formou-se uma visão da realidade pautada em dualismos sendo que, entre eles, o principal seria o estabelecido entre “elite” e “povo” (BARREIRA, 2001, p.103-112; FREITAS 2001, p. 58-70).

O legado deixado pela transplantação cultural/institucional, no que tange à educação, foi uma escola, no todo, voltada para atender às necessidades de ensino de uma elite, ou seja, uma educação para o lazer e o consumo. Uma escola totalmente aquém da população como um todo, uma escola a serviço da manutenção dos privilégios das classes detentoras do poder econômico e, conseqüentemente, do político. Quanto a esse aspecto, Anísio Teixeira chama a atenção para o fato de que: “A elite dinástica, visando, acima de tudo, preservar a tradição, oferece uma educação, apenas, aos poucos e, especialmente, a grupos seletos e destinados a constituir a elite governante” (TEIXEIRA, 1977a, p. 197). Ao firmar-se sobre esta base a escola deixa, como pensa Teixeira, de cumprir com seu papel elementar na civilização industrial, isto é, ao ser domínio dos interesses de uma dada classe, ela não contribui para o aperfeiçoamento social.

Procurando romper com a escola tradicional (elitista e livresca, humanista, mas distanciada da vida real dos homens), Anísio Teixeira irá enfatizar em seus escritos a importância da socialização de uma escola pública, laica e em consonância direta com a realidade social e suas transformações nos mais variados campos (das artes, esportes, ciência, técnica, cultura, etc.). Mas, além disso, a escola pública deveria ser a viga mestra de uma sociedade democrática, pois, nela o espírito da solidariedade democrática seria internalizado no educando e, através desse processo, a sociedade estaria contendo o avanço do egoísmo (resultado da deturpação do individualismo), crescente na sociedade moderna.

A escola pública é apresentada e defendida, nas reflexões anisianas, como espaço no qual a aproximação social indiscriminada entre as múltiplas camadas que compõem a sociedade brasileira construiria os vínculos de solidariedade e responsabilidade social e dissiparia

qualquer forma de prevenção ou discriminação. Ela deveria ser uma réplica da sociedade almejada, pois se vai servir a uma sociedade democrática ela deve, antes de tudo, ser democrática. Neste espaço, as crianças das classes populares encontrariam todo um ambiente próximo ao que as crianças privilegiadas têm em seus lares.

Desse modo, a escola primária rompe com seu “ensino a toque de caixa”, pois, tendo em vista que Teixeira defendia um ensino integral, a ser realizado em escolas parque e escolas classe. (TEIXEIRA, 1977b, *passim*). Nelas, haveria tempo para ensinar mais do que apenas ler, escrever e contar. O espaço escolar se transformaria em uma extensão do ambiente familiar, permitindo desenvolver nas “crianças do povo” todos aqueles elementos necessários para uma vida melhor, para uma vida civilizada.

Um das grandes contradições do pensamento anisiano repousa, justamente, sobre esse papel da escola pública de oferecer aos desprivilegiados as vantagens presentes na vida familiar dos filhos da classe dominante e dos intelectuais. Anísio Teixeira é capaz de perceber essa diferença, mas ao mesmo tempo, ele acaba atribuindo-as, apenas, às disparidades de acesso aos elementos “civilizadores”. Ao atribuir a eliminação das desigualdades a uma reforma do aparelho escolar, Teixeira demonstra não poder, devido às influências das limitações do método pluralístico deweyano (que muito abrange, mas pouco compreende em essência), captar as reais causas dessas desigualdades. O simples fato de em nenhum momento questionar a existência de diferenças de classe já demonstra sua visão parcial da realidade, não só brasileira, mas também, mundial.

Da escola comum à “escola para todos”

Voltando à questão da democratização da escola, Anísio buscava uma escola comum, mas parece que este modelo só dizia respeito à escola primária. Quando Teixeira pensa a escola secundária, as coisas mudam, a formação primária (comum), responsável pela real aproximação social, dá lugar a uma escola secundária flexível, apta a atender uma clientela com múltiplas potencialidades e interesses (resultados da formação da personalidade no ambiente extra-escolar).

Essa necessidade de flexibilização recai sobre um fato interessante. Essa escola flexível não parece mais manter vínculos com a escola comum, destinada ao ensino primário. Mas, mesmo assim, ela é justificada por Anísio como garantia do respeito às diferenças individuais. Por isso, esse novo modelo de escola secundária deve procurar diversificar seus cursos, estabelecer uma articulação entre os estágios do sistema de ensino (ensinos: primário, secundário e superior), de modo que possa, por um lado, atender aos anseios democráticos de elevar ao máximo a disponibilidade de oportunidades educacionais aos cidadãos brasileiros e, também, fazer com que as diferenças de classe se dissolvam num ambiente, onde os indivíduos terão o mesmo valor/prestígio social, incondicionalmente. Quanto a esse descompasso, que parece existir entre uma escola comum e uma escola secundária flexível, Gandini (1980, p. 64, grifos da autora) relata que:

A diversificação dos cursos, a expansão das escolas secundárias, a articulação com o ensino primário, como forma de democratização da educação, seriam alguns dos caminhos para se eliminar a *dualidade* entre ensino acadêmico e o ensino profissional. Entretanto, essa mesma *dualidade* seria eliminada, através da *unidade* de objetivos, mas não através da *uniformidade das escolas*. Uma vez que continuariam os diferentes tipos de escola para formar pessoas com diferentes tipos de “aptidões” e capacidades, o que se poderia concluir é que seria eliminada a *dualidade* pela *pluralidade* e não pela escola *comum*, ou única, como o Autor declarava. Ou então seria esse o verdadeiro sentido da *escola comum*: compor-se de várias escolas diferentes en-

tre si. Seria mantido, nessa diversidade, o fato de alguns chegarem à universidade e outros não.

A idéia de uma escola classificadora (escola tradicional), extremamente criticada por Anísio Teixeira, é substituída por uma escola distribuidora, pois, ao levar em conta as potencialidades individuais e não os determinantes históricos (socioeconômicos, políticos e culturais), ela distribui o educando, a partir de suas “aptidões”, pelas diversas profissões e, de acordo com a realidade da divisão social do trabalho. É através dessa escola distribuidora e científica que os mais aptos ao ensino superior, mesmo os que pertencem à massa pobre, conseguirão alcançar seus objetivos.

A pluralidade de escolas, além de possibilitar um maior acesso a um grande número de cursos, justifica um ensino diferenciado, não mais pelas diferenças de classe (escolas e educação para os privilegiados/elites e ignorância para os desprivilegiados/massas), mas, por dissimilaridades de “aptidões” (“potencialidades”, “habilidades”, “disposições inatas”, etc.). Desse modo, não parece ser uma simples questão terminológica a conversão da *escola comum* em *escola para todos*. A respeito disso, Gandini (ibid., p. 64-65) afirma que:

A tarefa de destacar os pontos centrais das idéias de Anísio Teixeira, [...] é complexa, dada a dispersão e diversidade dos diferentes aspectos por ele abordados. Dessa forma, é preciso distinguir aquilo que ele (e outros liberais) entende por escola *comum* e o que entende por escola *para todos*. Essa separação é importante na medida em que o emprego de um e outro será a forma que o Autor encontra para realizar o que pretende fundamentalmente: a democratização da escola. A esse ideal corresponderia a escola comum. Entretanto, dada a diversidade da população, dada a diversidade entre as regiões brasileiras, a inviabilidade da proposta surge para ele, mas não querendo negá-la, contorna-a propondo a escola *para todos*, que não significa necessariamente escola *comum*.

A escola comum converte-se em *escola para todos* como forma de, mesmo com as limitações imposta pela formação social brasileira (onde a ciência era incipiente e o mundo rural ainda predominante), manter firme o ideal de democratização da escola. Anísio Teixeira é convicto em sua defesa, pois, para ele é só através da democratização da escola, da educação, das possibilidades, de uma nova mentalidade (democrática e pautada nas contribuições dos conhecimentos científicos), com uma reforma intelectual e moral, que será possível fazer da democracia formal uma democracia real, apesar dos pesares.

Escola pública numa sociedade em mudança

Todas as observações feitas por Anísio Teixeira quanto à inviabilidade da manutenção do arcaico sistema de ensino, firmado na oposição entre sistema de elite e sistema de massa, e da necessidade de uma legítima democratização das oportunidades educacionais, têm como objetivo a garantia de uma escola pública cuja função social primordial seja a de formação de indivíduos aptos a virem e se adequarem às mudanças socioeconômicas (técnicas e científicas) de uma sociedade em constante processo de reconstrução. Ou seja, essa escola e sua educação democrática devem ser capazes de educar a população, em especial a classe trabalhadora, para que ela corresponda às exigências das novas configurações assumidas pela sociedade moderna, fortemente marcadas pela divisão social do trabalho, e a conseqüente especialização das atividades profissionais, típica da civilização urbano-industrial.

A escola pública, uma das principais “invenções” da sociedade moderna, deve ser a “máquina” mais importante da nova ordem econômico-social, pois ela é a instituição fundamental da sociedade capitalista na medida em que se converte em elemento indispensável na disseminação do consenso requerido para a “produção” de indivíduos conformados com as condições sociais de existência por ela determinadas. Por isso, a produtividade e a eficiência no cumprimento do papel social da escola são amplamente exaltadas, como características elementares do novo sistema educacional a ser firmado no interior da sociedade brasileira.

A escola pública é a “máquina que prepara as democracias” (TEIXEIRA, 1997, p. 230), porque é através dela, e das demais instituições sociais, que a classe que exerce a hegemonia dentro um campo de relações de forças, que envolve o conjunto das relações sociais no âmbito de uma nação, pode fazer seus interesses intrínsecos atingirem e se espalharem para a maior parte da população, tornando-se assim um senso comum compartilhado pela maioria das pessoas.

Desse modo, assegura-se a estabilidade e coesão social necessárias para impedir qualquer tipo de manifestação de instabilidade ou até mesmo de anomia ou desagregação social, que venha pôr em risco o modelo de estratificação social “aberto” da nova sociedade “racionalizada” pelo mercado e democrática.

O espaço democrático, por excelência, passa a ser a escola pública (em especial a escola primária e básica ou *escola para todos*), pois nela, de acordo com o ideal anisiano, há um processo de socialização dos indivíduos acima das diferenças de classe³ e em total conexão com os avanços técnicos e científicos da nova fase de desenvolvimento e progresso social.

Considerações finais: algumas limitações do pensamento anisiano

Essa visão da escola, elaborada por Teixeira, não é capaz de processar o fato de que, ao servir de instrumento de legitimação das hierarquias sociais, aquela instituição social contribui para a consolidação de todo um modelo de estratificação social que, ao fazer valer o princípio liberal meritocrático, embora ideologicamente justificável e tido como sinônimo de justiça social, é contraditória e concretamente injusta. Melhor dizendo, as reais interconexões entre o sistema de ensino e o sistema de pensamento dominante acabam escamoteadas.

Em suma, a escola pública tem como função social, para o pensamento social e político-pedagógico anisiano, garantir os pilares de sustentação da estabilidade social necessários à consolidação da nova ordem. O contato com a produção intelectual de Anísio Teixeira possibilita a percepção de que sua visão e defesa da mudança social só é viável desde que esteja em conformidade com a ordem vigente. Essa mudança não tem como resultado a superação da sociedade de classes. Ao invés disso, ela se restringe a uma alternativa de readaptação do modelo de diferenciação social já existente e consolidado, às novas exigências do processo de “socialização da política” e organização da sociedade civil dentro das margens dadas pelo movimento de reorganização da sociedade capitalista, a partir da segunda metade do século XX.

REFERÊNCIA

BARREIRA, Luiz Carlos. Escola e formação da mentalidade do desenvolvimento no discurso político pedagógico de Anísio Teixeira. In: MONARCHA, Carlos (org.). **Anísio Teixeira: a obra de uma vida**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.103-112.

³ Esta crença na superação dos determinantes histórico-sociais e da sociedade de classes, da luta de classes, pura e simplesmente com a consolidação de um espaço democrático é uma das graves deficiências ou limitações do pensamento anisiano e deweyano.

- FREITAS, Marcos Cezar de. **História, antropologia e pesquisa educacional: itinerários intelectuais.** São Paulo: Cortez, 2001, p. 58-70.
- GANDINI, Raquel Pereira Chainho. **Tecnocracia, capitalismo e educação em Anísio Teixeira (1930-1935).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- TEIXEIRA, Anísio. O processo democrático de educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.25, n. 62, p. 3-16, abr./jun. 1956.
- _____. **Educação e o mundo moderno.** 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977a.
- _____. **Educação não é privilégio.** 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977b.
- _____. **Educação para a Democracia: introdução à administração educacional.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- _____. **Pequena Introdução à Filosofia da Educação, ou, a Transformação da Escola.** 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RAYMOND WILLIAMS E A SOCIOLOGIA DA CULTURA

Caroline Gomes LEME¹

Resumo: Considerando Raymond Williams uma importante referência para a Sociologia da Cultura, expomos aqui os fundamentos gerais do pensamento deste autor e tecemos considerações acerca das contribuições de seu “materialismo cultural” para estudos sociológicos que lidam com produções culturais. Para esse pensador galês, a Sociologia da Cultura deve apreender a produção cultural como parte de todo um processo social e superar a “divisão do trabalho” entre estudos que se dedicam à análise da “sociedade” – geralmente considerada em sentido limitado como aquilo que é exterior às obras culturais – e estudos que se dedicam à análise das obras sob perspectiva estética, desconsiderando as condições de sua produção e recepção. É a compreensão das inter-relações entre os diferentes elementos dessa unidade complexa que confere à Sociologia da Cultura uma tarefa distinta tanto daquela da sociologia das instituições como a da crítica cultural. Embora sujeitas a limites e pressões, as obras culturais não são apenas *produtos* sociais; são também *produtoras* de significados e valores constitutivos da sociedade. Conceitos como estrutura de sentimento, hegemonia – retomado de Gramsci – e tradição seletiva ajudam a dar conta desse processo.

Palavras-chave: Raymond Williams; Sociologia da Cultura; materialismo cultural.

Abstract: Considering Raymond Williams an important reference for the Sociology of Culture, we present the general foundations of this author's thought and make considerations about the contributions of his "cultural materialism" to sociological studies that deal with cultural productions. For this Welsh thinker, the Sociology of Culture should grasp the cultural production as part of a whole social process and overcome the "division of labor" between studies dedicated to the analysis of "society" - generally considered in limited sense as what is outside of the cultural works - and studies dedicated to the analysis of the works in aesthetic perspective, disregarding the conditions of its production and reception. It is the understanding of the interrelationships between the different elements of this complex unit which gives the Sociology of Culture a task distinct from both that of the sociology of institutions and that of cultural criticism. Although subject to limits and pressures, cultural works are not only social *products*, they are also *producers* of meanings and values that constitute society. Concepts like structure of feeling, hegemony - taken from Gramsci - and selective tradition help to account for this process.

Keywords: Raymond Williams; Sociology of Culture; cultural materialism.

Uma das entradas possíveis para se abordar o trabalho de Raymond Henry Williams (1921-1988) é situar o autor como um dos expoentes da primeira geração da Nova Esquerda

¹ Doutoranda em Sociologia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas – IFCH-UNICAMP – 13083-896 – Campinas – SP – Brasil – carolinegomesleme@gmail.com

britânica, considerando ainda que outros fatores como sua origem e experiência de classe – Williams era neto de camponeses e filho de um trabalhador ferroviário e cresceu em Pandy, uma comunidade rural na fronteira do País de Gales com a Inglaterra – estão também estreitamente ligados ao desenvolvimento de suas propostas teóricas, conforme ele mesmo costuma ressaltar em seus escritos.

Com formação na área de letras, Williams fez parte do grupo de pessoas – entre as quais encontrava-se o historiador Edward Thompson – que fundou a *New Left Review* na virada dos anos 1950 para os 1960. Marcada pelos acontecimentos de 1956 (as revelações dos crimes de Stalin no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, a invasão da Hungria etc) essa primeira fase da *New Left* caracterizou-se pela tentativa de buscar novas bases para o pensamento socialista na cultura e na experiência da classe operária. Para essa concepção, teve grande importância o longo trabalho desenvolvido por esses pensadores na educação de adultos em colaboração com a *Workers' Educational Association* (WEA), no qual Raymond Williams esteve envolvido de 1946 a 1961 e Edward Thompson de 1948 a 1965.

Autores como Perry Anderson (1976) e Martin Jay (1984) excluem o anglo-marxismo do âmbito do Marxismo Ocidental por considerar que, ao menos até os anos 1970, o marxismo britânico era bastante distinto da tradição da Europa Continental, a começar pela pouca importância dada ao conceito de totalidade, o que se explicaria em parte pelo fato de muitos marxistas ingleses serem historiadores, com característica aversão à conceitos generalizantes. Jay, entretanto, aponta, em *Marxism and totality*, Raymond Williams como uma exceção no contexto do marxismo inglês pré-anos 1970 por ele trabalhar de alguma forma com a categoria de totalidade em suas “várias referências sugestivas à cultura como 'todo um modo de vida' [*whole way of life*]” (JAY, 1984, p.4, nota n.7, tradução nossa) e chega a afirmar que Williams talvez seja o único marxista britânico equiparável a seus pares da Europa Continental².

Em suas primeiras formulações, contudo, Williams não emprega uma concepção eminentemente marxista de totalidade, podendo sua perspectiva inicial ser definida como a de um “culturalismo de esquerda”, conforme ressaltava Andrew Milner (1993).

O trabalho de Williams se desenvolve inicialmente a partir de uma dupla oposição: de um lado, à crítica literária politicamente conservadora e culturalmente elitista; de outro, ao marxismo ortodoxo, rejeitando de uma a separação entre a cultura e a realidade social; e, do outro, o reducionismo que fazia da cultura o mero reflexo – ou, na infeliz expressão do marxista britânico Christopher Caudwell, a “secreção”³ – da base econômica.

Cabe assinalar que nos anos 1950 e início dos anos 1960, quando Williams começou a desenvolver suas formulações, o marxismo da Europa Continental ainda não havia penetrado a “insularidade” do pensamento britânico.⁴ Foi somente a partir de meados dos anos 1960 e notadamente ao longo dos anos 1970, graças sobretudo aos esforços da segunda geração da *New Left*, que obras fundamentais do marxismo ocidental, como as de Lukács, Goldmann e Gramsci⁵ começaram a ser introduzidas na Grã-Bretanha e irrigaram o

² Cf. Jay (1984, p.9): “perhaps the only English Marxist able to hold his own with his continental peers”.

³ Cf. Caudwell, 1946 apud Milner, 1993, p.8.

⁴ De acordo com Higgins (1999), o espectro de referências conceituais e textuais dentro do marxismo era bastante limitado nos primeiros trabalhos de Williams: “Para o Williams de *Cultura e Sociedade* [1958], a teoria cultural marxista é o marxismo inglês que ele conheceu como um graduando de Cambridge: nenhum Korsch, nenhum Lukács, nem Brecht, nem Benjamin, nenhum traço de Sartre.” (HIGGINS, 1999, p.110, tradução nossa).

⁵ Segundo Milner (1993), *Le Dieu caché* de Goldmann foi traduzido para o inglês em 1964. *Pour Marx*, de Althusser, em 1969, seguido de *Lire le Capital* em 1970. *História e Consciência de Classe* de Lukács foi traduzido e publicado somente em 1971, mesmo ano de publicação de seu *A teoria do romance*; de *Cadernos do*

pensamento de Williams aproximando-o mais do marxismo, processo que culminou na elaboração de seu “materialismo cultural”, do qual trataremos adiante.

Das primeiras realizações de Williams destaca-se a defesa de uma concepção “antropológica” de cultura, abrangendo mais do que as artes e a literatura canônica, conforme ele explica em seu ensaio *Culture is ordinary* (1958):

Nós usamos a palavra cultura em dois sentidos: para designar todo um modo de vida – os significados comuns [e] para designar as artes e o aprendizado – os processos especiais de descoberta e esforço criativo. Alguns escritores reservam a palavra para um ou outro desses sentidos; eu insisto em ambos, e na importância de sua conjunção. (WILLIAMS, 1958, p.4).

A conjunção deliberada de ambos os sentidos tem como intuito ressaltar que a criação é “ordinária”, ou seja, que todos os seres humanos são realizadores de práticas criativas. No entanto, há obstáculos à participação igualitária no processo de produção de significados e valores e, historicamente, ocorre a consagração de algumas produções culturais e a rejeição de outras; a tradição é sempre seletiva e, nas palavras de Williams, “sempre haverá uma tendência de que esse processo de seleção seja relacionado ou mesmo governado pelos interesses da classe que é dominante” (WILLIAMS, 1958 apud MILNER, 1993, p.39, tradução nossa). Posteriormente, como veremos adiante, Williams irá refinar suas proposições iniciais ao encontrar em Gramsci o conceito de hegemonia.

Há certa controvérsia entre seus comentadores acerca da continuidade ou ruptura entre os primeiros trabalhos de Williams e os seus trabalhos maduros pós-formulação do materialismo cultural. No meu entender, a concepção de totalidade atravessa todo o trabalho de Williams, que continuamente procurou articular suas análises da cultura com questões econômicas, políticas e sociais em sentido amplo, mas a controvérsia se instaura no seguinte ponto: a cultura é a totalidade ou a cultura é uma esfera que faz parte da totalidade, sendo esta a sociedade ou o modo de produção capitalista? Há circularidade causal ou há determinação? A meu ver, não há propriamente uma ruptura entre os trabalhos iniciais e os trabalhos maduros de Williams, mas pode-se observar um desenvolvimento de seu pensamento – inclusive pela recepção do marxismo ocidental – que o levou a conceber a cultura como parte da totalidade social, distanciando-se do holismo culturalista da primeira fase⁶ e refinando a noção de determinação, embora ele nunca tenha deixado de considerar que a produção de significados e valores, o que essencialmente define como cultura, atravessa o processo social como um todo.

A elaboração do “materialismo cultural” apresentada no livro teórico *Marxismo e literatura*, publicado pela primeira vez em 1977, é, então, resultado de diversos estudos específicos realizados por Williams ao longo dos anos 1960 e 1970⁷, bem como de sua interlocução com as teorias do marxismo ocidental, notadamente com Lukács, Goldmann e Gramsci.

cárcere de Gramsci e de *Immanuel Kant* de Goldmann. *A dialética do esclarecimento* de Adorno e Horkheimer foi publicado em 1972 e *A crítica da razão dialética* de Sartre em 1976.

⁶ Em *The Long Revolution*, de 1961, por exemplo, Williams afirma: “A teoria da cultura pode ser definida como o estudo das relações entre os elementos de todo um modo de vida. A análise da cultura é a tentativa de descobrir a natureza dessa organização que é o complexo dessas relações” (WILLIAMS, 1961 apud CEVASCO, 2001, p.51).

⁷ *Communications* (1962); *Modern Tragedy* (1966); *Drama in Performance* (1968); *George Orwell* (1971); *The Country and the City* (1973); *Drama from Ibsen to Brecht* (1973); *Television: technology and cultural form* (1974); *The English Novel: from Dickens to Lawrence* (1974); *Keywords* (1976).

A proposição do materialismo cultural surge pela primeira vez num artigo de 1976 publicado na *New Left Review*⁸ em que Williams defende-se das principais críticas recebidas direta ou indiretamente por seu trabalho. Nesse artigo ele esclarece que sua proposta não é a de uma teoria social geral e reconhece que sua abordagem anterior da cultura como “todo um modo de vida” podia levar a essa ideia. Nas palavras dele, “[...] havia de fato um perigo de minhas abordagens do processo cultural serem tomadas (inclusive por mim) como uma teoria social geral ou como um opção prática geral” (WILLIAMS, 1976, p.89 e 90, tradução nossa). O materialismo cultural, por sua vez, caracteriza-se, segundo ele, como “uma teoria das variações históricas do processo cultural, que então necessariamente se conecta (tem que ser conectada) com um teoria política, histórica e social mais geral” (WILLIAMS, 1976, p.89). Não é, pois, uma teoria alternativa ao materialismo histórico, mas “uma teoria das especificidades da produção cultural e literária material, dentro do materialismo histórico” (WILLIAMS, 1979, p.12), ainda que, conforme ele mesmo assinala, se diferencie “em vários pontos-chave, daquilo que se conhece mais geralmente como teoria marxista, e mesmo de muitas de suas variantes” (WILLIAMS, 1979, p.11 e 12).

Para o materialismo cultural, a cultura é um processo produtivo necessariamente relacionado ao processo social geral. O meio básico de produção cultural é a linguagem que, para Williams, “não é apenas um meio: é um elemento constitutivo da prática social material [...] é, de fato, um tipo especial de prática material, a da socialidade humana” (WILLIAMS, 1979, p.165). A questão da linguagem é central para a argumentação de Williams. Ele entende que a produção humana da vida material é desde o início uma relação social que envolve necessariamente a linguagem, como consciência prática. Qualquer separação entre “linguagem” e “realidade”, entre “consciência” e “mundo material” é, para ele, portanto, idealista ou configura um materialismo mecânico que toma a realidade como objeto separando-a do sujeito. O que Williams (1979, 2000) argumenta, portanto, é que o processo social de produção e reprodução de significados é a um só tempo constituinte e constituído pela atividade humana concreta.

O modelo simplificado da relação entre base econômica e superestrutura é assim questionado para dar lugar a uma proposição na qual cultura e organização social são mutuamente constitutíveis. As obras culturais são tomadas não como objetos mas como práticas que têm participação ativa e dinâmica no processo de produção, reprodução e transformação da sociedade. Williams entende que foi o capitalismo que identificou a “produção” à produção de mercadorias, mas que uma “força produtiva” é, de fato, “qualquer um dos, e todos os, meios de produção e reprodução da vida real” (WILLIAMS, 1979, p.94). Pressupor uma separação entre as atividades econômicas e as demais atividades produtivas leva a considerar como secundárias atividades que cada vez mais fazem parte do processo de dominação no capitalismo avançado. Parece, então, apropriado abolir a separação entre base e superestrutura e apreender as diversas atividades sociais como parte de uma totalidade. Entretanto, Williams (1973) alerta que se a noção de totalidade for entendida apenas como a interação complexa entre as diversas práticas sociais, deixa-se de lado a noção de determinação e obscurece-se a questão da dominação de classe, esvaziando-se a proposição marxista. Sendo assim, ele não abandona a noção de determinação, mas a entende não como prefiguração ou controle exercido por uma força externa preexistente, e sim como um “processo complexo e inter-relacionado de limites e pressões” que “está na própria totalidade do processo social” (WILLIAMS, 1979, p.91).

⁸ *Notes on marxism in Britain since 1945* (1976).

Para apreender esse processo complexo, Williams considera a noção gramsciana de hegemonia bastante interessante e afirma que, no seu entender, “nós só podemos usar apropriadamente a noção de totalidade se a combinarmos com outro conceito marxista crucial, o de “hegemonia” (WILLIAMS, 1973, p.8, tradução nossa). Segundo Williams:

A hegemonia é então não apenas o nível articulado superior de “ideologia”, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como “manipulação” ou “doutrinação”. É todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e de nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. (WILLIAMS, 1979, p.113).

A hegemonia encontra-se sempre em processo e não é nunca singular, é “um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis” (WILLIAMS, 1979, p.115). O hegemônico precisa ser continuamente renovado e atua para neutralizar, modificar ou incorporar o que lhe é alternativo ou oposicional. Não obstante, no entender de Williams, “nenhum modo de produção e portanto nenhuma ordem social dominante e portanto nenhuma cultura dominante, nunca, na realidade, inclui ou esgota toda a prática humana, toda a energia humana e toda a intenção humana” (WILLIAMS, 1979, p.128).

A partir do conceito de hegemonia, Williams (1979) retoma o conceito de “tradição seletiva”, esboçado em *Cultura e sociedade*, entendendo que a “tradição é na prática a expressão mais evidente das pressões e limites dominantes e hegemônicos” (WILLIAMS, 1979, p.118). Recuperando o passado em uma versão seletiva, que enfatiza certos significados e práticas, negligenciando ou diluindo outros, a tradição ratifica o presente, oferecendo um “senso de *continuidade predisposta*” (WILLIAMS, 1979, p.119, grifo do autor). Assim, um dos trabalhos mais importantes da contra-hegemonia é o de recuperar o que foi excluído pela tradição seletiva, reinterpretar o passado e estabelecer conexões diferentes com o presente.

No processo cultural, os elementos dominantes coexistem com elementos “residuais” e “emergentes”. Tanto o residual – que se distingue do arcaico por corresponder a experiências, significados e valores do passado ainda ativos no presente – quanto o emergente, isto é, os novos significados e valores, podem se apresentar como elementos alternativos ou mesmo oposicionais à cultura dominante, embora possam também ser incorporados por ela em sua renovação das formas dominantes. É, certamente, um processo complexo e dinâmico, difícil de ser apreendido. Buscando, de alguma forma, dar conta desses significados e valores tal como são vividos ativamente, Williams (1979) propõe a ideia de “estruturas de sentimento”. Ele reconhece que o “termo é difícil” mas considera que pode ser útil como “hipótese cultural” cuja proposta é captar a experiência social em processo e apreender o que não foi ainda formalizado e sistematizado como “visão de mundo” ou “ideologia”. Por meio dessa formulação, fala-se “não de sentimento em contraposição ao pensamento, mas de pensamento tal como sentido e de sentimento tal como pensado: a consciência prática de um tipo presente, numa continuidade viva e inter-relacionada” (WILLIAMS, 1979, p.134).

Williams (1979, 2000) não abandona por completo o conceito de ideologia, mas entende que este não deve ser tomado como uma espécie de “espírito formador” de toda a produção cultural. Ao subsumir a produção cultural à ideologia – como fazem as análises que identificam as obras literárias à “ideologia de uma época” – deixa-se de analisar “o conjunto de complexos processos concretos pelos quais uma 'cultura', ou uma 'ideologia', é ela própria produzida” (WILLIAMS, 2000, p.29). Analisar esses processos sociais de produção e reprodução cultural é tarefa da Sociologia da Cultura.

Na concepção de Williams, a Sociologia da Cultura deve apreender a produção cultural como parte de todo um processo social e superar a “divisão do trabalho” entre estudos que se dedicam à análise da “sociedade” – entendida em sentido limitado como aquilo que é exterior às obras (análise do público leitor, da economia editorial e dos efeitos do sistema educacional, por exemplo, no que tange à literatura) – e estudos que se dedicam à análise das obras sob a perspectiva estética, desconsiderando as condições de sua produção e recepção. É necessário superar essa separação entre análises “externalistas” e “internalistas” e articular a análise das obras culturais às suas condições de produção. Nas palavras de Williams:

[...] o princípio fundamental de uma Sociologia da Cultura é a unidade complexa dos elementos [...] Na verdade, a tarefa mais básica da Sociologia da Cultura é a análise das inter-relações dentro dessa unidade complexa, tarefa distinta da Sociologia limitada das instituições, formações e relações comunicativas e ainda assim, como Sociologia, radicalmente distinta também da análise das formas isoladas. (WILLIAMS, 1979, p.141).

Ponto interessante na sociologia da cultura de Williams é sua concepção de autoria. Sua abordagem diferencia-se das análises estruturalistas e pós-estruturalistas, que reduzem o papel ou decretam a morte do autor, e ao mesmo tempo supera a ideia do artista como “gênio” criador e fonte autônoma da produção cultural.

Williams (1979) defende a recuperação daquilo que considera estar na tradição central do marxismo que é o relacionamento recíproco e dialético entre indivíduo e sociedade, relacionamento este que o estruturalismo e as versões estruturalistas do marxismo vinham suprimindo da análise em prol de um modelo abstrato de determinadas estruturas sociais e seus “portadores”. Na perspectiva de Williams, um procedimento de análise mais interessante é aquele que apreende o “complexo de relações ativas, dentro do qual a emergência de um projeto individual, e a história real de outros projetos contemporâneos e do desenvolvimento de formas e estruturas, são contínua e substancialmente interatuantes” (WILLIAMS, 1979, p.195). Este procedimento distingue-se tanto daquele que isola cada autor como um criador individual, estudando suas obras separadamente, quanto das abordagens que reduzem o autor meramente à “representativo” de uma classe, tendência ou situação.

Para esclarecer sua concepção do conceito de autoria, Williams coloca que quando se lê várias biografias concernentes a um mesmo período e lugar é possível compreender de forma mais plena cada vida e seu contexto, pois, ao iluminarem-se mutuamente, elas revelam “as relações – não só as interpessoais, mas também as verdadeiramente sociais – dentro das quais (mas não necessariamente a elas sujeitas) desenvolveram-se as identidades distinguíveis e as fases de identidade” (WILLIAMS, 1979, p.196). Trata-se de um processo de “descoberta recíproca do verdadeiramente social no indivíduo, e do verdadeiramente individual no social” (WILLIAMS, 1979, p.196), sendo nessa dinâmica entre a formação social e o indivíduo que a autoria pode ser apreendida, como diferentes tipos de respostas a questões históricas específicas.

Este parece ser um dos pontos de “vantagem” da sociologia da cultura de Williams em relação a outras abordagens sociológicas das produções culturais, como a de Bourdieu (1996): a relação do artista com a obra é mais do que o retrato da posição do artista no campo.⁹ Outro

⁹ Para Bourdieu (1996), as obras culturais representam “tomadas de posição” dos agentes no campo cultural a que pertencem, sendo que essas “tomadas de posição” decorrem da posição ocupada pelo agente no campo: “Às diferentes *posições* (que, em um universo tão pouco institucionalizado quanto o campo literário ou artístico, não se deixam apreender senão através das propriedades de seus ocupantes) correspondem *tomadas de posição* homólogas, obras literárias ou artísticas evidentemente, mas também atos e discursos políticos, manifestos ou polêmicas etc. (BOURDIEU, 1996, p.261-262, grifos do autor). Os limites do presente trabalho não nos permitem adentrar numa análise comparada das contribuições de Williams e Bourdieu para a Sociologia da

ponto é a questão da totalidade, o compreender a produção cultural em relação a todo o processo social e não apenas em relação às regras específicas de um campo, ao mesmo tempo em que não se negligencia a análise da forma e não se deixa de lado o que as obras culturais têm de produtivo e não meramente reprodutivo.¹⁰

Derivando suas formulações teóricas de um vasto trabalho prático sobre romances, teatro, meios de comunicação de massa etc., Williams se mostra como importante referência para a Sociologia da Cultura. No livro *Cultura* (2000 [1981]), também publicado sob o título *The Sociology of Culture*, encontram-se sistematizadas suas principais hipóteses de trabalho acerca das relações entre cultura e processo social. Nesse livro são colocados em pauta os diferentes aspectos relacionados às produções culturais: meios de produção e distribuição; instituições; “formações” (movimentos, grupos artísticos etc), convenções formais; relações de patronato; relações com o Estado e com o mercado; modos pelos quais as produções culturais são recebidas pela sociedade (o que é arte, não-arte e subarte para uma determinada sociedade, em determinado tempo histórico); enfim, são problematizados aspectos concernentes à organização interna da produção cultural e ao modo pelo qual esta relaciona-se com a sociedade, considerando sempre que a cultura, como sistema de significações, não é somente determinada pelo processo social mas é também um elemento constitutivo desse processo. Sendo assim, “nenhum aspecto da produção cultural é de todo especializado, pois é sempre um elemento de uma produção e reprodução social e cultural bastante geral” (WILLIAMS, 2000, p.215).

Sem intuito prescritivo, esperamos que esta breve exposição tenha permitido vislumbrar nas formulações de Raymond Williams possíveis contribuições para estudos sociológicos que lidam com produções culturais.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Porto: Edições Afrontamento, 1976.

BLACKBURN, Robin. *Raymond Williams and the Politics of a New Left*. *New Left Review* I, n.168, p.12-22. March-April 1988.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

HIGGINS, John. *Raymond Williams - Literature, Marxism, and Cultural Materialism*. London: Routledge, 1999.

Cultura e, inevitavelmente, a exposição das formulações do sociólogo francês acaba sendo simplificada. Assumindo esse risco, podemos assinalar que para Bourdieu (1996, p.243) a tarefa da Sociologia da Cultura – ou, da “ciência das obras culturais”, como ele prefere denominar – compreende três operações inter-relacionadas: 1) análise da posição do campo literário (ou de outro campo de produção cultural) em relação ao campo do poder; 2) análise da estrutura interna do campo de produção cultural em questão, suas regras, hierarquias e relações objetivas entre as posições ocupadas por indivíduos e grupos que aí concorrem; 3) análise da gênese dos *habitus* dos ocupantes dessas posições. Nos parece que embora o conceito de *habitus* considere a relação entre indivíduo e sociedade, a formulação bourdieusiana enfatiza a conformação dos sujeitos pela estrutura, deixando pouco espaço para a possibilidade de práticas efetivamente criadoras ou transformadoras.

¹⁰ Conforme aponta Martins (2004), Bourdieu, mesmo em sua obra mais madura sobre a prática estética e literária, *As regras da arte*, dá pouca atenção às obras em si, centrando-se notadamente – com exceção do romance *A educação sentimental*, de Flaubert – em correspondências, declarações e artigos dos literatos para tecer suas considerações. Nesse sentido, é difícil discordar de Martins (2004) quando ele assinala que a abordagem de Bourdieu “muitas vezes desconsidera a dimensão propriamente singular do fenômeno estético, equiparando-o a outras dimensões da experiência humana que a rigor são bastante heterogêneas” (MARTINS, 2004, p.64).

JAY, Martin. Introduction: the topography of Western Marxism. In: _____. *Marxism and totality: the adventures of a concept from Lukács to Habermas*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1984.

JONES, Paul. *Raymond Williams' Sociology of Culture: a critical reconstruction*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

MARTINS, Maurício Vieira. Bourdieu e o fenômeno estético: ganhos e limites de seu conceito de campo literário. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 56, p.63-74, out. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n56/a05v1956.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

MILNER, Andrew. *Cultural Materialism*. Carlton: Melbourne University Press, 1993.

WILLIAMS, Raymond. *Culture is ordinary*. 1958. In: _____. *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*. London; New York: Verso, 1989. p.3-18.

_____. Base and superstructure in marxist cultural theory. *New Left Review* I, n.82, p.3-16, Nov./Dec. 1973.

_____. Notes on marxism in Britain since 1945. *New Left Review* I, n.100, p.81-94, Nov./Dec. 1976.

_____. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. *Problems in materialism and culture*. Londres: New Left Review Editions, 1980.

_____. *Television: technology and cultural form*. 3 ed. London; New York: Routledge, 2003.

_____. *Cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *Palavras-Chave: um vocabulário de cultura*

NARRATIVAS DA MILITÂNCIA: MANIFESTAÇÕES DOS PASSADOS POSSÍVEIS Narratives of militancy: possible pasts' manifestations

Danielle TEGA¹

Resumo: A proposta deste artigo é trazer uma contribuição ao debate sobre os trabalhos de memória realizados após as ditaduras civis-militares do Brasil e da Argentina. Para isso, apresenta um estudo sobre o livro de Beatriz Sarlo intitulado "Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva". Discutem-se diferentes maneiras de examinar as narrativas de ex-militantes que participaram das resistências às ditaduras de ambos os países, problematizando o teor testemunhal presente em tais relatos a partir das relações entre experiência, narrativa, subjetividade e temporalidade, e observando as implicações destas para uma rememoração individual e coletiva. Levava-se em consideração que essas manifestações da memória estão inscritas no paradoxo do testemunho de um período traumático, sinalizado pela necessidade e, ao mesmo tempo, pela impossibilidade da narração.

Palavras-chave: memória, ditaduras civis-militares, teor testemunhal.

Abstract: The intention of this paper is to contribute with the work of memory performed after the civil-military dictatorships in Brazil and Argentina. It is presents a study of the book written by Beatriz Sarlo titled "Time passed: the culture of memory and subjective turn." A discussion about the different ways to examine the militants' narratives is made, and also a questioning about the testimonial content of these narratives considering the relations between experience, narrative, subjectivity and temporality, and observing the implications of these for an individual and collective remembrance. These manifestations of memory are considered in the testimony paradox of a traumatic period, signaled by the need and, at the same time, the impossibility of narration.

¹ Doutoranda do Programa da Pós-Graduação em Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Campinas, SP, Brasil. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: dani.tega@uol.com.br.

Keywords: memory, civil-military dictatorships, testimonial content.

1. Introdução

Algumas repetições deveriam servir de alerta para pensarmos certas questões históricas e sociais. Tendo como foco a ditadura civil-militar brasileira, é possível observar as disputas em torno desse passado sem ir muito longe, nem no tempo, nem no espaço, para dar conta daquilo que quero exemplificar: a placa de “Revolução de 1964”, colocada na USP em outubro de 2011², parece ter elementos que repetem a “ditabranda”, termo usado pela Folha de São Paulo em editorial de fevereiro de 2009³. No seio dessas inquietações, está em pauta a questão da memória e do campo marcado pelas relações de poder no qual se encontra. Como não estão apartados das relações e dos conflitos sociais, aquilo que se recorda e o modo pelo qual se recorda são dimensões fundamentais dos processos sociopolíticos. Essa situação sugere a existência de memórias em luta nas sociedades – memórias estas cujas recordações são, ao mesmo tempo, atos compartilhados e objetos de controvérsias.

Pretendo trazer uma contribuição a esse debate apresentando algumas considerações sobre as narrativas da militância daqueles e daquelas que participaram da resistência às ditaduras civis-militares violentamente instauradas nos países latino-americanos. Interessa-me problematizar a relevância dessas narrativas no cenário atual, ou seja, num presente impregnado de embates em torno da memória. Optei por tecer meus apontamentos a partir de um exame do livro “Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva”, de autoria da crítica argentina Beatriz Sarlo, pois minhas preocupações fazem um diálogo particular nas que estão nele expostas.

Lançado originalmente em 2005 na Argentina e publicado em 2007 no Brasil, o livro de Beatriz Sarlo apresenta uma concepção ampla de narrativa testemunhal. Relatos, depoimentos, livros e diversos outros modos de manifestação da memória em primeira pessoa são questionados sobre sua pertinência. Nas palavras da autora, “este livro trata do passado e da memória das últimas décadas. Reage não aos usos jurídicos e morais do testemunho, mas a seus outros usos públicos”.⁴

Trata-se de um livro que se insere, portanto, na polêmica do testemunho, da narrativa em primeira pessoa, entendida por ela como parte de um “reordenamento ideológico e conceitual da sociedade do passado e de seus personagens, que se concentra nos direitos e na verdade da subjetividade”, reordenamento este que sustentaria “grande parte da iniciativa reconstituidora das décadas de 1960 e 1970”⁵ e que levaria à chamada “guinada subjetiva” do título de seu livro.

Por um lado, Beatriz Sarlo enfatiza que esses testemunhos não dispensam uma análise crítica e não devem, portanto, ser encarados como representações da verdade, tampouco como recursos mais importantes para a reconstituição do passado. Por outro, aponta como indispensável uma crítica abrangente do sujeito e da sua verdade, crítica esta capaz de compreender a ligação entre a verdade da voz e verdade de experiência que viria à tona no testemunho. Difícil questionar a autora quando esta desaprova as narrativas que estabelecem suas autoridades em asserções acrílicas do tipo “eu vi, eu participei, eu sei” – e também quando

² PLACA na USP chama golpe militar de ‘revolução de 1964’. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 5, 4 de outubro de 2011.

³ LIMITES a Chavez. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 2, 17 de fevereiro de 2009.

⁴ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 19.

⁵ *Idem*, p. 18.

acrescenta a importância de outros recursos metodológicos para os estudos do tempo passado. Menos difícil, contudo, é questionar alguns dos argumentos que a levam a tais pressupostos: essa é a tentativa deste artigo.

2. A primeira pessoa e a metodologia acadêmica

Uma das características mais destacadas no livro de Beatriz Sarlo é a oposição que a autora estabelece entre “história” ou “disciplina histórica” versus “testemunho” ou “narrativas da memória”. Ao explicar os golpes de Estado de novo tipo que acometeram os diversos países da América Latina, afirma:

Os regimes que se estabelecem praticam atos (assassinatos, torturas, campos de concentração, desaparecimentos, sequestros) que consideramos inéditos, novos, na história política desses países. Desde antes das transições democráticas, mas acentuadamente a partir delas, a reconstituição desses atos de violência estatal por vítimas-testemunhas é uma dimensão jurídica indispensável à democracia.⁶

Observa-se que há, para a autora, um lado necessário dos testemunhos, destinado à esfera jurídica. Essa etapa de reconstituição dos atos violentos seria fundamental para que as transições democráticas não fiquem prejudicadas ou inacabadas. O problema não estaria no testemunho jurídico, mas sim em sua conversão num relato de grande impacto fora do cenário judiciário, onde o testemunho operaria cultural e ideologicamente. É, portanto, esse tipo de testemunho que se torna público, na maioria das vezes escrito em primeira pessoa, que Beatriz Sarlo coloca em oposição à disciplina histórica. Diz a autora:

As modalidades não acadêmicas de texto encaram a investida do passado de modo menos regulado pelo ofício e pelo método, em função de necessidades presentes, intelectuais, afetivas, morais ou políticas. Muito do que foi escrito sobre as décadas de 1960 e 1970 na Argentina (e também em outros países da América Latina), em especial as reconstituições baseadas em fontes testemunhais, pertence a esse estilo. (...) Seus princípios simples reduplicam modos de percepção do social e não apresentam contradições com o senso comum de seus leitores, mas o sustentam e se sustentam neles. Ao contrário da boa história acadêmica, não oferecem um sistema de hipóteses, mas certezas.⁷

Por essas palavras, verifica-se que não se trata apenas de uma oposição. Beatriz Sarlo constrói um sistema valorativo, no qual estabelece uma defesa da modalidade acadêmica. Nessa visão, os testemunhos – ou as narrativas baseadas nas experiências dos/das militantes – são apresentados de forma achatada: sem o ofício e o método, fariam um diálogo sem contradições com o público, nem com outros testemunhos; ofereceriam apenas certezas baseadas na credibilidade da palavra de quem narra. Já a “boa história acadêmica”, por estar submetida “a um controle que ocorre numa esfera pública separada da subjetividade”,⁸ ofereceria vantagens para se pensar nas reconstituições do período repressivo. Parece-me, aqui, que a autora negligencia as capacidades críticas tanto das narrativas quanto do público leitor – e, com isso, comete um descuido ainda maior: negligencia a própria complexidade social.

Por um lado, não se pode negar que, para além de seus propósitos éticos, as narrativas baseadas nas experiências vividas por militantes entraram, como todo tipo de literatura,

⁶ *Idem*, p. 24.

⁷ *Idem*, p. 15.

⁸ *Idem*, p. 67.

no sistema de circulação de mercadorias⁹. Isso não significa, contudo, que todos os relatos sejam iguais e ofereçam as mesmas discussões; tampouco que leitores e leitoras os leiam da mesma forma. Voltarei a esse assunto. Por outro lado, a tal “boa história acadêmica” está também inserida no modo capitalista de produção (nos são bem conhecidas as exigências de produtividade, por exemplo) e, desse modo, merece receber as mesmas críticas que os demais produtos culturais.

A oposição estabelecida pela autora demonstra uma crença na capacidade de objetividade total das ciências, como se os sujeitos que as produzem não estivessem permeados por suas subjetividades e conflitos de ideias – seja na defesa ou na permanência da difusão de certos valores. Ao não expor essas ponderações, Beatriz Sarlo deixa de observar todas as “certezas” frequentemente promulgadas com força pelas modalidades acadêmicas. Mais que uma proposta de história crítica, a autora parece retomar convenções já tão questionadas.¹⁰ Esse ponto pode ser também observado no exame que faz das construções das narrativas testemunhais, quando afirma:

O primado do detalhe é um modo realista-romântico de fortalecimento da credibilidade do narrador e da veracidade de sua narração. (...) O sujeito que narra atribui sentidos a todo detalhe pelo próprio fato de que ele o incluiu em seu relato; e, em contrapartida, não se crê obrigado a explicar as ausências, como acontece no caso da história.¹¹

Confiar numa objetividade da disciplina histórica que se crê “obrigada a explicar as ausências”, sem questionar qual o tipo ou o interesse dessa explicação, oferece um duplo problema. Primeiro, poderia implicar na doença historicista já denunciada por Nietzsche,¹² ou seja, numa leitura da história que oferece apenas o preenchimento das lacunas do passado. Essa visão linear do passado baseia-se na confiança da possibilidade de se completar suas linhas com exaustividade – deixando pouco espaço para as reflexões sobre os interesses do próprio presente em relação aos acontecimentos ocorridos.

Em estreita ligação com o primeiro problema está o segundo: sem questionar os interesses em jogo, as múltiplas “ausências” já praticadas pela disciplina história não são enfrentadas. Afinal, quantas destas não foram reinterpretadas enquanto outras foram deliberadamente relegadas ao esquecimento pelas diferentes disciplinas? Não penso que a autora esteja envolvida em uma ou outra perspectiva dos problemas apresentados. Mas deixar de observar as relações de poder que agem nesse sistema de escolhas é, no mínimo, um lapso na reflexão política sobre o assunto. E também indica uma falta de apreço às ativas lutas sociais acerca não apenas do ocorrido, mas também do sentido da própria memória.

As memórias estão num cenário de confronto, mas esses conflitos não estão limitados às interpretações que se rivalizam entre si, tampouco são homogêneos ou coerentes. Dentro dos próprios grupos (políticos, sociais e/ou culturais) existem memórias muitas vezes

⁹ Sobre esse assunto, diz Pilar Calveiro: “La memoria pudo manifestarse y ser memoria colectiva gracias a los medios masivos de comunicación, pero también por su efecto se convirtió en un producto de consumo. En muchos casos, no se trataba de procesar o de integrar de alguna manera la realidad de los campos de concentración como parte de una reflexión crítica, sino de consumirla y desecharla, como cualquier otra mercancía que se lanza al mercado”. CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2004, p. 163.

¹⁰ Ver, por exemplo, LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen – marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. Tradução de Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

¹¹ SARLO, *Op. cit.*, p. 151.

¹² NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Tradução Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

divididas e fragmentadas, que podem manifestar desuniões e discordâncias internas que permaneceram latentes nos períodos anteriores. As coesões desses diferentes grupos (e podemos pensar nos grupos clandestinos de militância, por exemplo) podem ser reforçadas, debilitadas ou de alguma forma transformadas por meio da função política exercida pelas manifestações coletivas dessas memórias. Por esse caminho, não se confirma a perspectiva de Beatriz Sarlo quando alega que os testemunhos não apresentam contradições, apenas certezas.

Procurando examinar as razões da confiança na primeira pessoa que narra sua vida, a autora faz uma crítica da forma pela qual essas narrativas são legitimadas. Na sua visão, quando uma narração memorialística rivaliza com a história apoiando-se nos prerrogativas de uma subjetividade que seria sua garantia, ela se coloca numa espécie de “limbo interpretativo”.

Contrária a essa percepção, a autora acrescenta que esses testemunhos são discursos que não deveriam ficar confinados numa cristalização inabordável, acrescentando que qualquer relato da experiência é suscetível de ser interpretado. Nesse dilema, a crítica argentina enfatiza como sendo próprios dos relatos pessoais algo que, na verdade, é próprio de qualquer tipo de discurso – inclusive a disciplina histórica e as demais, afinal, como explica a socióloga argentina Alejandra Oberti, “toda forma discursiva mantém em sua mesma enunciação modos de construir autoridade e legitimidade para o que enuncia”.¹³ Além disso, Beatriz Sarlo se esquiva de esboçar interpretações de algum testemunho específico, optando por examinar a escrita acadêmica, ou melhor, o trabalho intelectual, que a autora já havia apresentado como o lado oposto e confiável dessas narrativas testemunhais.

Nesse ponto, passa a comentar dois textos escritos por ex-militantes de grupos clandestinos que foram presos no período ditatorial argentino, e submetidos a todo tipo de violência e privações. Tratam-se dos trabalhos “La bamba”, de Emilio Ípola, e “Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina”, de Pilar Calveiro¹⁴. Farei minhas observações dialogando com o que Beatriz Sarlo comenta sobre o último.

O livro de Pilar Calveiro é a síntese de sua tese de doutorado apresentada no México em 1997. Escrevendo em terceira pessoa, optou por fazer um trabalho sobre testemunhos alheios, utilizando depoimentos de outros ex-militantes que participaram da resistência aos regimes autoritários para tecer suas reflexões acerca da repressão. Sarlo destaca que a originalidade desta obra está no fato de “prescindir de uma narração de experiência pessoal como prova de seu argumento”.¹⁵ A ex-prisioneira dos campos argentinos procuraria legitimidade em motivos intelectuais, e não biográficos: “calando a primeira pessoa para trabalhar sobre testemunhos alheios (...) a verdade do texto se desvincula da experiência direta de quem o escreve”.¹⁶

Haveria, de acordo com Sarlo, uma vantagem nesses trabalhos que não se apresentam como testemunhas dos fatos, e que se colocam no extremo oposto do testemunho, “como se pudessem pôr provisoriamente em suspenso o fato de terem sido vítimas em termos diretos e pessoais da repressão”, e em razão disso “mantêm uma distância exata em relação à experiência de seus próprios sofrimentos”.¹⁷

¹³ OBERTI, Alejandra. Memorias y testigos, una discusión actual. In: DE LA PEZA, María del Carmen. *Memoria(s) y política: experiencia, poéticas y construcciones de nación*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009, pp. 67-86. Tradução minha.

¹⁴ CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición... Op. cit.*; ÍPOLA, Emilio de. *La bamba: acerca del rumor carcelario*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

¹⁵ SARLO, Beatriz. *Op. cit.*, p. 83.

¹⁶ *Idem*, p. 83.

¹⁷ *Idem*, p. 70.

Diante dessas palavras, convém perguntar: há possibilidade de “suspensão”, mesmo que provisória, em relação às experiências traumáticas? Penso que não. As imagens do trauma ficariam no inconsciente, podendo ser recalçadas ou reiteradas. Sem um processo de elaboração, poderiam ter um retorno violento. Cabe lembrar o texto de Theodor Adorno, “O que significa elaborar o passado”, no qual faz uma transposição dessa questão individual para os processos políticos.¹⁸ O autor ressalta a importância de se conferir um sentido à história a partir da reelaboração do passado ao presente e, nessa esteira, concebe o presente como apto à transformação, pois histórico.

Retomando o livro de Pilar Calveiro, observa-se que o próprio tema discutido já é uma escolha feita a partir de sua experiência. Trata-se de uma obra que expressa o *teor testimonhal*, no sentido em que este conceito é utilizado por Márcio Seligmann-Silva, não apenas nos relatos de terceiros, mas sim na construção de sua própria escrita. Este autor considera o tal conceito como uma alternativa para que se perceba o elemento testimonhal constante em produções artístico-literárias em diferentes contextos nos quais são realizadas. Desse modo, esse vai além tanto dos estudos relacionados à *literatura do testemunho* (no que se refere à Shoah) como da *literatura do testimonio* (referente a certo tipo de literatura latino-americana): cabe ao/à pesquisador/a percebê-lo e estudá-lo em obras que tenham por tema eventos-limites, cujos traumas permitem – e exigem – o registro testimonhal. Como acrescenta o autor, “a reflexão sobre o testemunho leva a uma problematização da divisão estanque entre o discurso dito ‘denotativo-representativo- e o dito ‘literário’”, sem, no entanto, “aceitar o apagamento dessas fronteiras”¹⁹.

As memórias que de Pilar Calveiro, ao mesmo tempo em que trabalha, configura, estariam inseridas no combate entre as diferentes vozes envolvidas na narração do passado e na estruturação do presente. Quando a autora fala dos desaparecidos, fala de si. Não usa a primeira pessoa, mas expõe seu nome dentre os ‘desaparecidos’ e o número que recebera dos agentes repressores. Parece-me, assim, que há menos uma “suspensão da experiência” e mais um “desdobramento do eu”, que, apesar de distanciar-se da autorreferência e da autocompaixão, prolonga-se nos outros testemunhos, expõe-se em nome e número, narrando-se ao narrar os outros. Em outro sentido, esse mesmo desdobramento também pode ser encontrado nos testemunhos tradicionais, quando muitos militantes falam dos outros companheiros ao falarem de si.

Seguindo essa via, é pertinente a observação que faz novamente Alejandra Oberti

Os limites que os testemunhos apresentam não estão na presença de um ‘eu’ subjetivo, de uma primeira pessoa que se colocaria a nu enquanto se desliza pelos detalhes existenciais no momento de contar a história, mas sim na leitura (na interpretação que se faz deles). Em todo caso, é um problema epistemológico e não ontológico. Neste sentido a principal tarefa está na escuta.²⁰

Se, por um lado, Beatriz Sarlo convence ao expor a necessidade de crítica dessas narrativas do eu, por outro não penso ser apropriado fazer tal crítica simplesmente denunciando esses testemunhos como “um sistema de certezas”, apoiados por “princípios simples” que “não apresentam contradições”. Talvez outra observação, também dentro do debate argentino, possa trazer contribuições a essa discussão. De acordo com a pesquisadora Leonor Arfuch,

¹⁸ ADORNO, Theodor W. O que significa elaborar o passado. In: *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2006, pp. 29-49.

¹⁹ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Introdução. In: *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003, p. 10.

²⁰ OBERTI, Alejandra. *Op. cit.*, p. 42. Tradução minha.

Além do grau de veracidade da narrativa, dos propósitos de autenticidade ou a fidelidade da memória – registros essenciais no plano ético – se trata sempre de uma construção na qual a linguagem ou a imagem – ou ambos – imprimem suas próprias coordenadas, a ordem de dizer ou de mostrar, seus procedimentos, sua retórica, as convenções do gênero discursivo elegido, as infrações que todo gênero tolera ou incentiva, as vozes que falam – inadvertidamente – na própria voz, as insistências do inconsciente, a caprichosa associação das recordações.²¹

Com isso, Leonor Arfuch abre espaço para se pensar essas narrativas do “eu” – e dos múltiplos “eus” – em todas as suas faltas, reiteraões, esquecimentos e rodeios repetitivos através dos quais a experiência traumática trata de tentar dizer aquilo que escapa a toda simbolização. Por essa via, as diferentes possibilidades de “interpretação dos testemunhos” (tarefa que Sarlo julga necessária, mas que não se compromete a fazer) ganham importantes ferramentas de análise. Ao observar as diferenças éticas e estéticas na construção do ‘eu’ narrativo, a distância desse ‘eu’, o gênero discursivo eleito, empreende-se uma tentativa de apreender a dimensão ética da narração, concebendo a narrativa intrinsecamente ligada à própria experiência, considerando as duas, narrativa e experiência, não apenas em seus encadeamentos individuais, mas coletivos.

Embora haja no texto de Beatriz Sarlo um reconhecimento dos limites da disciplina histórica (pois esta possui elipses, diz a autora), não se pode negar a intensa defesa que faz da objetividade histórica em contraposição à subjetividade dos testemunhos. Essa oposição parece ter em sua base o modo pelo qual a autora trabalha a complexa relação entre história e memória (entendida por ela como “aporia” no primeiro capítulo) e entre ambas e narrativa. Algumas considerações a esse respeito podem ser tecidas a partir da seguinte questão que nos coloca Sarlo: “a experiência se dissolve ou se conserva no relato?”.²² Nessa opção exclusivista, cuja pergunta aceita como resposta apenas uma ou outra escolha prontamente oferecida, fica oculta a possibilidade de notar que a experiência se realiza e, ao mesmo tempo, se transforma no relato.

Referências bibliográficas:

_____. O que significa elaborar o passado. In: *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2006, pp. 29-49.

ARFUCH, Leonor. Mujeres que narran: trauma y memoria. In: RAGO, Margareth. *Memórias insubmissas: mulheres nas ditaduras latino-americanas*. Labrys Estudos Feministas, vol. 15, janeiro-dezembro 2009. Disponível em: <http://www.tanianavarrosvain.com.br/labrys/>.

CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2004, p. 163.

ÍPOLA, Emílio de. *La bamba: acerca del rumor carcelario*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

LIMITES a Chavez. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 2, 17 de fevereiro de 2009.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen – marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. Tradução de Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy São Paulo: Cortez Editora, 2003.

²¹ ARFUCH, Leonor. Mujeres que narran: trauma y memoria. In: RAGO, Margareth. *Memórias insubmissas: mulheres nas ditaduras latino-americanas*. Labrys Estudos Feministas, vol. 15, janeiro-dezembro 2009. Disponível em: <http://www.tanianavarrosvain.com.br/labrys/>. Tradução minha.

²² SARLO, Beatriz. *Op. cit.*, p. 23.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva*: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Tradução Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

OBERTI, Alejandra. Memórias y testigos, una discusión actual. In: DE LA PEZA, María del Carmen. *Memoria(s) y política*: experiencia, poéticas y construcciones de nación. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009, pp. 67-86.

PLACA na USP chama golpe militar de 'revolução de 1964'. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 5, 4 de outubro de 2011.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado*: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Introdução. In: *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003, pp. 7-44

ENTRE O FINAL DO GOVERNO GOULART E O INÍCIO DO GOVERNO DE CASTELO BRANCO NA GRANDE IMPRENSA

BETWEEN THE END OF THE GOVERNMENT AND THE HOME GOULART GOVERNMENT OF THE GREAT CASTELO BRANCO PRESS

DAYANE CRISTINA GUARNIERI¹

Resumo: A abordagem, ainda em sua fase inicial, propõe resgatar os discursos que permearam a grande imprensa representada pelo (*Última Hora, Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo*), entre o período final da administração Goulart, e o início do governo Castelo Branco. Em um primeiro momento investiga-se às argumentações que antecipam o golpe civil-militar de 1964. Posteriormente, ao constatar que o uso do discurso constitucionalista e legalista fundamental para respaldar os golpistas na grande imprensa, verifica-se como esta grande imprensa transmite a informação para os leitores no que se refere à confecção das justificativas em defesa do novo governo.

Palavras chave: Periódicos, Discurso, Golpe civil-militar.

Abstrat: The approach, still in its infancy, offers to redeem the discourses that permeated the mainstream media represented by (*Última Hora, Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo*, the period between the end of the Goulart administration, and the beginning of Castelo Branco government. At first we investigate the arguments that anticipate the civil-military coup of 1964. Later, finding that the use of constitutional and legalistic discourse essential to support the coup in the press, it was like this big press forward the information to readers regarding the making of the justifications in defense of the new government.

Key words: Journals, Address, civil-military coup.

A IMPRENSA PERIÓDICA JORNAL DO BRASIL E ÚLTIMA HORA

¹ Mestrando em História Social, Programa de Pós-Graduação em História Social pelo CCH, pela Universidade Estadual de Londrina - UEL - Londrina- Paraná - Brasil-dayaneguarnie@hotmail.com

A imprensa em 1960 vive o apogeu do jornalismo político, com atitudes de engajamento por parte da sociedade. A indústria de comunicação de massa era considerada partidária, defendiam interesses ideológicos dos partidos, a imprensa tinha uma concepção missionária. Entre 1950-1960 a imprensa brasileira transforma sua linguagem, e sua imagem frisando que a notícia passa a ocupar mais espaço do que a opinião. (ABREU, 2006, p. 108,109).

Portanto, sabe-se que a fonte em questão não é neutra, mas considera-se que mesmo a ação humana veiculada, de maneira distorcida ou manipulada pelos meios de comunicações não deixa de ser um registro sobre as construções das relações sociais que orbitam ao redor deste contexto, de acordo com seus interesses e possibilidades propiciada por esse momento histórico específico.

A imprensa de 1961 à 1964, perpassou, por várias fases em relação ao governo Goulart e um assunto sempre constante em seu conteúdo era a ameaça comunista. Com o Comício do dia 13 de março, de 1964 a crítica ao governo intensifica-se. “A maioria dos jornais retira o apoio a Goulart e muda de discurso, formulando ou acompanhando as orientações dos grupos favoráveis à queda do governo”. (ABREU, 2006, p.108)

A escalada de greves, as fortes críticas à política econômica do governo, a mobilização dos grupos de esquerda e de direita e a revolta dos sargentos, tudo isso permitiu o surgimento de um clima de grande instabilidade política e econômica no país. [...] Quando se observa os meses finais do regime democrático, vê-se que o ano de 1964 começou num clima político de grandes incertezas, com suspeitas de que Goulart pretendia dar um golpe e assumir poderes ditatoriais, dissolvendo o Congresso. (ABREU, 2006, p.119-121)

A intensificação tardia das reformas no governo Jango, impulsionada nos momentos finais de seu mandato, contribui para as acusações de “continuismo”. O *Jornal do Brasil* insinuava claramente que o golpe teria início no Comício do dia 13 de março, que seria “uma campanha de âmbito nacional, destinada a obter democrática e pacificamente do Congresso a reforma da constituição, permitindo ao Presidente Goulart à reeleição, para que possa executar as reformas”. (*Jornal do Brasil*, 4 mar. 1964. Caderno 1, p.3). O periódico prevê que “Um grupo de elementos do PTB estuda a conveniência de lançar no comício do dia 13, na Central do Brasil seis milhões de votantes com os dizeres JG-65 – ‘Coragem para as reformas’”. (*Jornal do Brasil*, loc cit)

As esquerdas, inclusive a Frente Parlamentar Nacionalista, e a oposição liberal e conservadora alimentam a suspeita de que o comício do dia 13 coloca o problema da permanência do Sr. João Goulart no Poder, mediante a mobilização das massas para uma “ditadura consentida” [...] uma vez que lhe faltaria apoio parlamentar para a reforma da Constituição no capítulo das inelegibilidades. (**Jornal do Brasil**, 8-9 mar. 1964. Caderno 1, p. 1.)

Esse veículo de comunicação prioriza retratar os conflitos que as atitudes presidenciais provocam em um cenário de intenso radicalismo, é evidente nas páginas do *JB*, a intenção de matizar um presidente isolado, ou seja, ele não conta nem ao menos com o apoio de seus correligionários. Como exemplo, cita-se a manchete do dia 8 e 9 março, “Continuismo preocupa as esquerdas” (**Jornal do Brasil**, 8-9 mar. 1964. Caderno 1, p. 1), que acusa Jango de criar um ambiente propício para proliferação de inquietações sociais, com propósitos ditatoriais:

A causa principal dos males cabe insistir, reside no desvirtuamento da autoridade civil que faz o jôgo da investida totalitária, transigindo, ostensivamente, com os comunistas. Nesse quadro, por si só tão confuso, destaca-se os profissionais e aproveitadores do sindicalismo, agentes de sistemático processo de desorganização social [...] O País assistindo estarecido ao permanente desrespeito à Constituição. (**Jornal do Brasil**, 10 março. 1964. Caderno 1, p. 5)

Em linhas gerais nessa primeira metade do mês o *Jornal do Brasil* observa, que o governo Goulart se constitui em um fracasso, cuja culpa consiste quase, exclusivamente, no Presidente Federal, que se empenha em realizar uma política meramente populista com o único intuito de cooptar as massa.

O periódico *Última Hora*, no momento averiguado exerce forte influência sob opinião da sociedade além de gozar de uma ampla popularidade, principalmente, nos setores urbanos, apesar de possuir estabilidade financeira durante o Governo Jango, ele sofre intensa pressão por parte da imprensa que almejam a derrubada do Governo. Nessa primeira quinzena do mês de março, a *UH* retrata uma sucessão de providências anunciadas pelo governo federal e posteriormente a concretização destas, o que visava demonstrar o dinamismo do governo.

No discurso de Goulart, visualiza-se a sua postura favorável em alterar a Constituição vigente:

Não receio ser chamado de subversivo pelo fato de proclamar que nossa Constituição precisa ser revista.

Essa Constituição é antiquada, porque legaliza uma estrutura sócio-econômica já superada, injusta e desumana, o povo quer que se amplie à democracia e que se ponha fim aos privilégios de uma minoria, que a propriedade da terra seja acessível a todos, que a todos seja facultado participar da vida política através do voto podendo votar e ser votado. (**Última Hora**, 7 março. 1964. Caderno 1,p. 4)

No Comício do dia 13 de março, Goulart anunciou o decreto da encampação das refinarias particulares, o tabelamento dos aluguéis dos imóveis desocupados e a desapropriação de terras valorizadas pelos investimentos públicos. Bandeira (2001) argumenta que os decretos, assim como, as pretensas reformas não visavam o socialismo, elas eram reformas de cunho democrático que tinham o objetivo de mudar os alicerces do capitalismo brasileiro, e reorientá-lo para uma independência de auto-sustentação. A reforma agrária, por exemplo, viabiliza a ampliação do mercado interno, e por conseqüência desenvolveria o parque industrial do Brasil. (BANDEIRA, 200, p.164)

Na opinião de Gomes e Ferreira (2007), existiam outras propostas, além das pronunciadas no comício, que assustavam mais os conservadores como delegação de poderes do legislativo ao executivo, um plebiscito para que o povo se manifestasse sobre as reformas de base e, sobretudo, a alteração da Constituição no item sobre inelegibilidade. (GOMES e FERREIRA, 2007, p.192).

Nessa primeira quinzena do mês de março, a *UH* retrata uma sucessão de providências anunciadas pelo governo federal e posteriormente a concretização destas, o que visava demonstrar o dinamismo do governo. Entre as medidas propaladas nas manchetes estão as de que “Govêrno vai rever já o Código de Vencimentos”(Última Hora, 4 mar. 1964. Caderno 1, p. 2), “Servidores da União: - A paridade com os militares é questão fechada” (Última Hora, 6 mar.1964. Caderno 1, p. 1) e “CNE Aprova Decreto da Supra Para Desapropriar as Terras”:

O *JB* apresentava as propostas governamentais assim como a implementação destas, acompanhadas de críticas que revelavam seu caráter inútil e demagógico. Ao contrário do *UH* que apresenta as propostas e as medidas presidenciais com expectativa, e resultados que vissem benefícios para a Nação e para as camadas populares como, por exemplo, a concretização

do tabelamento dos aluguéis que “por determinação do Ministro Abelardo Jurema, os fiscais prenderão em flagrante os comerciantes inescrupulosos, que serão processados pela Lei de Economia Popular” (**Última Hora**, 9 mar. 1964. Caderno 1, p. 2)

As propostas que realmente ameaçavam a classe dirigente (entendida como empresários com vínculos estrangeiros, latifundiários, o capital estrangeiro e os que dependiam economicamente dessas classes), emerge dos discursos e torna-se palpável e passível de concretização, por meio da mensagem enviada ao congresso. Assim, os personagens que discordam dessa política de reforma ou “falsas reformas”, também começam a atuar, porém, no sentido oposto ao Governo.

O *JB* retrata que após a realização do comício o Presidente Jango havia definido sua postura, representada pela aliança com a esquerda, com o radicalismo e com a “ilegalidade”.

Os meios oficiais, os Sindicatos, os estudantes e as esquerda mais ajustadas ao pensamento governamental receberam com indisfarçável euforia, em Brasília, o discurso do Presidente João Goulart: “Ninguém mais lhe arrebatou a liderança popular” – sustentavam ontem representantes desse grupo. (**Última Hora**, 15-16 março. 1964. Caderno 1, p. 2)

A *Última Hora* acusa, por meio da manchete, “Oposição em desespero: Derrubar Jango Antes da Reforma”, (**Última Hora**, 14 março. 1964. Caderno 1, p. 1) a oposição compreendida pela UDN, PSP, parte do PSD e personalidades representativas na política como Ademar de Barros governador de São Paulo, Carlos Lacerda da Guanabara e Magalhães Pinto de Minas Gerais.

Apesar de João Goulart não lançar sua reeleição, e frustrar a expectativa presente nos editoriais do *JB*, após o comício ele continua a disseminar o discurso antigolpista, anticomunistas, e legalista, de luta pela preservação da democracia e da constituição, contra as tendências autoritárias do governo federal.

A opinião do *Jornal do Brasil* no que se refere à mensagem presidencial enviada ao Congresso, três dias após o comício, para solicitar urgência para as reformas, explicita-se claramente no editorial do dia 17 de março intitulado de “Mensagem-Ultimato” que diz que a “sua essência é de um ultimato à democracia representativa. Do comício à Mensagem o Sr. João Goulart saltou do tom ideológico, programático e constituinte, para a tomada de posição agressiva contra o mecanismo do regime.” (Mensagem-Ultimato. **Jornal do Brasil**, 17 mar. 1964. editorial, Caderno 1, p. 6)

O clima de polarização é notório no ambiente político, de um lado intensifica as pressões com a promessa de que ira assinar em abril “o decreto de nacionalização das empresas estrangeiras de publicidade e o decreto do monopólio da importação de papel para a imprensa e a impressão de livros”. Do outro lado “a liderança da UDN manteve contatos com setores do PSD para sustentar o dispositivo de luta em defesa das instituições, esperando-se a formação, [...] da Frente de Defesa da Constituição” (**Jornal do Brasil**, 24 mar. 1964. Caderno 1, p. 1)

CASTELO PARA PRESIDENTE *JORNAL DO BRASIL* E *FÔLHA DE S. PAULO*

No dia 31 quando as tropas de Minas Gerais se sublevaram. “O comandante da IV Região Militar, General Olympio Mourão Filho, declarou rebelião contra o Governo Federal” juntamente com o “Comandante da Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar General Carlos Luís Guedes”. No editorial do *JB*, do dia 1 de abril, intitulado “Fora da Lei” anuncia que “Desde ontem se instalou no País a verdadeira Legalidade: aquela que através de armas do movimento mineiro e paulista procura imediatamente restabelecer a legalidade”.

Ao findar das conspirações e com a implantação da ditadura, as “representações de esquerda, trabalhistas, socialistas ou simplesmente nacionalistas (PCB era ilegal desde 1947), desaparecem pelos atos de arbítrio, o Congresso continuou a funcionar, com a UDN e os demais partidos conservadores”. (BANDEIRA, 2004, p. 186,187)

O cenáculo brasileiro pós golpe civil-militar é exposto no *Jornal do Brasil*, como o momento de “reorganização” retorno a ordem capitalista e democrática. Ambiente irônico se considerar que o país vivia sob a égide da crise, a própria natureza do estado de exceção esta intrinsecamente arraigada ao caos. Assim além da crise econômica/política soma-se a crise de legitimidade, percebida exatamente por uma expressa necessidade de demonstrar que o governo golpista era constitucional/legal.

O “direito político é no dizer dos constitucionalistas, o direito de participar da organização e do funcionamento do Estado. Direitos políticos são aqueles que, outorgados e garantidos pela constituição conferem a cidadania ao indivíduo”. Na abordagem desse processo político por meio das páginas expressas fica obnubilado o papel do “cidadão comum”² como integrante de uma participação política, tanto em meio a contestação ou o apoio aos acontecimentos desencadeados pelo regime governamental vigente. (*Jornal do Brasil*, 11 de abr. 1964. Caderno 1, p. 3.)

As idéias expressas na *Fôlha de S. Paulo* nesse momento são semelhantes com as do *JB*, e ressalta que o golpe civil-militar, “restabeleceu a legalidade – legalidade representada pela obrigação de acatar os dispositivos de todas as leis e respeitar sem a menor dúvida o esquema de ordem estabelecido na constituição.” (*Fôlha de S. Paulo*, 05 de abr. 1964, p.4).

Esse periódico levanta uma questão relevante para a urgência da sucessão presidencial e diz que:

O texto da Constituição (§ 2.o do art. 79) é cristalino. No que diz respeito a vaga do cargo de presidencial, que é o caso, estabelece que a eleição “será feita trinta dias depois, pelo Congresso Nacional”. Parece fora de dúvida, que depois que o presidente definitivo, aquele que ocupará o lugar onde hoje se encontra o Sr. Mazzli, só poderá ser eleito no dia 1.o de maio. [...] Mas e a constituição? Ignorá-la, falsear-lhe a interpretação, passar por cima de seu texto, não representariam precedentes de que amanhã poderíamos arrepende- nos? (*Fôlha de S. Paulo*, 05 de abr.1964, p.4).

Os textos do articulista continuam a defender a “Revolução”,

a situação nacional é, juridicamente, de plena legalidade, estando em vigor todos os artigos da Constituição Federal e não se achando o país sequer em estado de sítio. [...] Determinados civis sustentam estar o Brasil em estado de guerra capaz de justificar, praticamente todas as violências contra a liberdade . Não é exato. A Constituição acha-se de pé (*Fôlha de S. Paulo*, 07 de abr. 1964, p.4).

Perante a constância de tais notícias, fica latente a intenção dos meios de comunicação de transmitir para o seu público um ambiente de plena normalidade democrática, o excesso dessa afirmação traz em si mesmo a problema do período.

Certamente os chefes militares que assinaram o Ato Institucional ponderaram bem todos os aspectos do problema. E não de ter meditado [...] no destino que em nosso país têm tido vários movimentos revolucionários sinceramente feitos pelos militares,

² Entende-se aquele que não está ligado a nenhuma agremiação ou associação política como sindicatos ou partidos.

para a restauração da democracia, e depois malbaratados pelos maus políticos, com seus engodos e tortuosidades. (*Fôlha de S. Paulo*, 10 de abr. 1964, p.5).

Ao ser eleito no dia 11 de abril o general Castelo Branco anuncia a imprensa que “reformulará as reformas de base em um clima de ordem e de garantia, enviando projetos para serem debatidos sem pressão pelo Congresso Nacional” (*Fôlha de S. Paulo*, 13 de abr. 1964, p.1).

No editorial do dia 13/04/1964 denominado *lista*, a *Fôlha de S. Paulo*, apesar de apoiar veementemente em suas páginas o novo regime questiona a cassação inesperada do mandato de alguns políticos e pede explicações: “o importante é que tais informações não sejam sonegadas à opinião pública, com cujo apoio contou a revolução vitoriosa.

Apesar da compreendida “apatia” nesse momento com o fim de suas colunas crítica, o *Última Hora*, se manifesta no dia 13 de abril em sua primeira página e expõe sua postura política perante a nova ordem prestes a se arraigar no poder. E alertava o Brasil para o perigo do momento e disse que: “jamais a saída pacífica e democrática para a crise brasileira esteve tão ameaçada quanto hoje”.

O *JB* almeja que Congresso restitua um governo democrático dentro do prazo constitucional. Esse governo seria uma indicação feita pelos dirigentes revolucionário essa é uma obrigação legalista do movimento.

Só a uma legalidade – a legalidade dos brasileiros liderados por Minas e São Paulo. Esta sim visa a repor o País na situação que foi entregue ao Sr. João Goulart. [...] Só há uma legalidade – a legalidade contra a desordem e a desunião implantada no País pelo Sr João Goulart em sua desmedida e criminosa atuação política visando continuar no poder (**Jornal do Brasil**, 1 de abr. 1964. Caderno 1, p. 6)

Sob a égide do golpe pode-se compreender a análise de alguns conceitos intrínsecos a denominada “Revolução”, nome que os golpistas deram ao golpe civil-militar de 1964. A questão tanto do caráter democrático quanto do popular desse movimento, fundamentalmente chama atenção, exatamente pela sua contradição. Intimamente ligado a esse se encontra o conceito de legalidade e a tentativa de justificar o movimento que realizou o golpe civil militar.

As principais ideias disseminadas, além das apontadas acima definem à “revolução” como reformista, legalista, neutra/imparcial, salvadora, auto-explicável, consolidada, vitoriosa e irreversível. Assim o golpe civil-militar tinha o objetivo de reintegrar o país na democracia, criar um Brasil democrático, preservar a segurança nacional, sanear os meios políticos, retornar à normalidade político-social brasileira transformada pelo movimento de 31 de março.

A preservação das instituições assim como seus atos pautados na lei (Ato Institucional) representam para o periódico a fé democrática dos revolucionários, que reforça-se ao culpabilizar os grupo e vícios e político do governo anterior por não conseguir preservar a democracia e por isso a movimento de 31 de março precisou intervir no país para exercer a limpeza dentro da política e tal grupo político deve sua permanência à “revolução”, que assim o permitiu.

REFERÊNCIA

ABREU, Alzira Abreu de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BANDEIRA Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

FONTE HEMEROGRÁFICAS

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1964. Caderno 1, p. 1-8 (noticiários, manchetes artigos e editoriais)

Fôlha de S. Paulo, São Paulo, 1964. Caderno 1. (noticiários e manchetes)

Última Hora, Rio de Janeiro, 1964. Caderno 1, p. 1-8. (noticiários, manchetes artigos e editoriais)

LITERATURA, TESTEMUNHO E NOSOFRÁFIA NO COTIDIANO DA FÁBRICA DE QUÍMICA

Ettore Dias MEDINA¹

Resumo: O objetivo deste artigo é contribuir para a superação de uma lacuna existente nos estudos sobre a presença do pobre na literatura brasileira. Trata-se do fato de que as obras literárias que têm os operários por protagonistas foram pouco estudadas. São interpretadas as narrativas do escritor Roniwalter Jatobá voltadas para a representação literária da vida cotidiana dos moradores do bairro São Miguel Paulista, um subúrbio operário situado na Zona Leste da cidade de São Paulo. A abordagem das obras está baseada no cruzamento entre literatura e história, desdobrando-se em dois procedimentos. O primeiro seria a interpretação das reações das personagens ao novo ritmo cotidiano imposto pela chegada da fábrica Nitro Química naquele bairro. O outro procedimento se volta para a investigação dos impactos da condição de trabalho insalubre nos corpos dos trabalhadores. Este artigo tem por hipótese demonstrar a proximidade entre as narrativas de Roniwalter Jatobá e o universo da literatura de testemunho.

Palavras-chave: Roniwalter Jatobá. Operários. Literatura de testemunho

Abstract: The aim of this article is to contribute to an overcoming of a void in the studies on the presence of poor people in Brazilian literature. These literary works whose protagonists are workmen were not until now enough studied. The narratives of the writer Roniwalter Jatobá concerning the literary representation of São Miguel Paulista's inhabitants everyday life will be analyzed (São Miguel Paulista is a workmen suburb located in the East side of São Paulo). The approach will be based on the intersections between Literature and History, unfolding two procedures. The first one would be an interpretation of character's reactions to the new quotidian rhythm imposed by the incoming of the Nitro Química factory in that neighborhood. The other procedure turns to an investigation of the impacts of the unhealthy working conditions on the workmen bodies. This article has as hypothesis the demonstration of the proximity between Roniwalter Jatobá's narratives and the universe of testimonial literature.

Keywords: Roniwalter Jatobá. Workmen. Testimonial literature.

Introdução

Há quase três décadas Zenir Campos Reis problematizou os estudos sobre a presença do pobre na literatura brasileira, apontando uma lacuna. O autor teve por base a coletânea de ensaios "Os pobres na literatura brasileira", organizada pelo crítico literário Roberto Schwartz em 1983, cujos estudos investigam diversas situações de precariedade e opressão que afetam toda espécie de párias, destituídos e enjeitados. Estes sujeitos movimentam-se em obras literárias que trazem representações de contextos sociais marcados pela desigualdade social e econômica, em momentos distintos da história brasileira. No entanto, com exceção do ensaio de

¹ Bolsista Capes. Doutorando no Programa de Pós Graduação da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Campus de Araraquara. Email: ettoremedina@gmail.com

Francisco Foot Hardman, “Palavra de ouro, cidade de palha”, que analisa a literatura anarquista do começo do século XX no Brasil, na coletânea estavam ausentes os operários e o mundo do trabalho:

Na coletânea, os ensaístas, na quase totalidade, debruçaram-se sobre autores que constituem a “grande literatura” no Brasil, a literatura de primeira linha. Nesta, parecem ausentes os operários, o mundo do trabalho, enquanto se manifestam seus avessos: o mundo, vasto mundo, da marginalidade social (REIS, 2000, p.42).

Além de apontar esta lacuna, Zenir Campos Reis realiza um mapeamento da presença dos operários na literatura brasileira do século XX, esboçando um plano de pesquisa. Roniwalter Jatobá figura entre os escritores responsáveis por “certa florescência” da literatura de fundo operário nos anos 1970 e início dos anos 1980.

Nascido em Campanário, no norte de Minas Gerais, Roniwalter Jatobá foi migrante, caminhoneiro e operário desqualificado da indústria automobilística Karmann-Ghia no ABC Paulista. Enquanto trabalhou nesta indústria residiu em São Miguel Paulista e conheceu de perto os impactos da fábrica Nitro Química neste bairro situado na Zona Leste da cidade de São Paulo. Jornalista e escritor, atualmente colabora no blog da Editora Boitempo, onde publica crônicas. Sua opção em escrever sobre a classe operária pode ser percebida em títulos como “Sabor de Química” e “Crônicas da vida operária”, publicados respectivamente em 1977 e 1978. A obra “Crônicas da vida operária” foi finalista do prêmio da editora cubana Casa das Américas na categoria “Testemunho” no ano de 1978.

A participação da obra “Crônicas da vida operária” no concurso da editora Casa das Américas, e também sua ótima recepção levam a pensar que Roniwalter Jatobá conhecia o universo da literatura de testemunho, percebendo semelhanças entre este tipo de produção e suas obras. Um dos objetivos deste artigo é investigar a presença de traços do testemunho na obra de Roniwalter Jatobá.

As discussões sobre o testemunho têm alcançado diferentes produções culturais, lançando novos olhares para as relações entre literatura e história e entre literatura e violência. Os estudos sobre o testemunho têm como principais tendências as discussões sobre o *testimonio* latino americano – que remetem aos relatos de sujeitos que vivenciaram formas de violência causadas pelo colonialismo europeu, pelo imperialismo e pelas ditaduras militares – e as reflexões e relatos de sobreviventes dos campos de concentração nazistas – os estudos sobre a *shoah*. Atualmente outros relatos sobre situações extremas têm sido pensados pelo viés do testemunho.

A literatura de testemunho se apoia em uma validação empírica com a realidade formalizada na obra literária, instaurando uma conexão indissolúvel entre o discurso literário e o seu referente (MORAÑA, 1995, p.487). Ocorre um redimensionamento das relações entre ficção e realidade que leva o discurso literário a dar voz para sujeitos que vivenciaram acontecimentos graves, muitas vezes ocupando a “posição de vencidos/vítimas” (PEREIRA, 2006, p.6). O discurso no testemunho pode ser marcado pela presença de traços de oralidade, e também pela influência de modalidades expressivas provenientes da entrevista, da reportagem e do ensaio etnográfico e sociológico. O escritor que se volta para a produção de testemunhos dialoga com estas produções, partindo delas para mostrar acontecimentos que envolvam violência grave, ou mesmo para dar voz a sujeitos que não têm acesso às instâncias de legitimação que fazem com que um discurso seja classificado como “literatura”. Nos momentos em que a literatura de testemunho traz uma versão dos acontecimentos que se contrapõe à história oficial, acaba funcionando como espaço de resistência e de manutenção da memória dos sujeitos oprimidos.

Optei por investigar narrativas que tivessem alguma relação com a biografia de Roni-walter Jatobá. Assim, as narrativas “A fábrica”, “Mudanças”, “Odília” e “Sabor de química”, publicadas no livro “Sabor de química”, e “Nos olhos, gases e batatas...”, de “Crônicas da vida operária” foram escolhidas por narrarem experiências de personagens que vivenciaram o impacto da fábrica Nitro Química no cotidiano do bairro São Miguel Paulista. A partir de uma leitura cruzada que aproxima biografia, testemunho e história, realizo reflexões sobre a representação literária de aspectos culturais e de relações sociais de uma experiência coletiva de fundamental importância para o entendimento da formação da classe trabalhadora no Brasil. A interpretação das narrativas escolhidas se insere no projeto proposto por Zenir Campos Reis, e visa contribuir para as reflexões sobre a presença dos operários na literatura brasileira.

O bairro e a chegada fábrica de química

O bairro de São Miguel Paulista é um dos mais antigos da cidade de São Paulo. Foi local de aldeamento indígena e missão jesuíta nos séculos XVI e XVII, sendo considerado um território estratégico por estar diretamente subordinado à Coroa Portuguesa. Nos séculos seguintes teve sua importância reduzida em decorrência de mudanças nas relações entre a Coroa Portuguesa, os jesuítas e os indígenas, pouco se desenvolvendo.

Nas primeiras décadas do século XX o bairro tem a produção de gêneros alimentícios por imigrantes portugueses e japoneses que se instalaram na região como principal atividade econômica. Além disso, a grande distância que separa São Miguel Paulista da cidade de São Paulo começa a ser atenuada quando o pequeno núcleo habitacional situado no extremo leste do município passa a ser alvo de intervenções urbanísticas².

A grande transformação do bairro de São Miguel Paulista se iniciaria, no entanto, somente na década de 1930, com a instalação da fábrica Nitro Química³. A presença de uma fábrica de grande porte transforma o bairro em um dos principais subúrbios operários da Região Metropolitana de São Paulo, justamente no período em que a cidade conhecia um de seus mais acelerados processos de urbanização (FONTES, 2008, p.92). Os processos de urbanização de São Miguel Paulista e da cidade de São Paulo como um todo são exemplos do “ritmo vertiginoso de urbanização” pelo qual o Brasil passou a partir do final da II Guerra Mundial, e estão relacionados com a grande migração de trabalhadores das regiões rurais para as cidades⁴. O historiador Paulo Fontes afirma que milhares de trabalhadores migraram do interior de São Paulo, Minas Gerais e, principalmente, do Nordeste atraídos pela grande quantidade de empregos oferecidos pela Nitro Química⁵, e também pela acessibilidade à compra de terrenos proporcionada pelo bairro de São Miguel Paulista.

²A construção da Rodovia São Paulo-Rio acontece em 1922; a inauguração de uma linha de ônibus entre o bairro da Penha e São Miguel Paulista se dá nos anos 1930; e em 1932 ocorre a construção de uma variante da Estrada de Ferro Central do Brasil, com a inauguração de uma estação ferroviária no bairro (LOPES, 2011, p.89; FONTES, 2008, p.91).

³“Seduzidos pelo baixo custo dos terrenos, pela proximidade da estação ferroviária e dos grandes reservatórios de água do rio Tietê, os empresários José Ermírio de Moraes e Horácio Lafer viram no bairro a localidade ideal para a instalação da grande fábrica química que haviam acabado de adquirir nos Estados Unidos. Com o generoso apoio do governo Vargas, mais de 18 mil toneladas de equipamentos e maquinaria foram transferidas da fábrica original na Virgínia para São Miguel. Em 1937, após dois anos de construções e instalações, a fábrica iniciou seu funcionamento” (FONTES, 2004, p.368).

⁴“Entre 1950 e 1980, estima-se que mais de 38 milhões de pessoas saíram do campo, alterando profundamente o perfil socioeconômico do país” (FONTES, 2004, p.365).

⁵“São Miguel Paulista passou a ter um vertiginoso crescimento, tornando-se uma das regiões com maior incremento populacional da cidade. Com não mais de 4 mil moradores em meados dos anos 1930, o bairro contava com cerca de 105 mil em 1957. Em 1980, o censo apontava 320 mil habitantes” (FONTES, 2004, p.369)

O escritor Roniwalter Jatobá passou por esta experiência de migração na década de 1960, ao ser convencido das possibilidades de trabalho que a grande cidade apresentava. Seguindo o itinerário de milhões de brasileiros, deslocou-se da cidade de Bananeiras, na Bahia, para a região Sudeste do país, sendo morador do bairro de São Miguel Paulista no início da década de 1970 (FONTES, 2004, p.379).

A historiadora Sandra Jatohy Pesavento sugere que os escritores sejam encarados como espectadores privilegiados do social, capazes de exercerem sua sensibilidade para “criar uma cidade de pensamento, traduzida em palavras e figurações mentais imagéticas do espaço urbano e de seus atores” (PESAVENTO, 1999, p.10). Dizer que o escritor é um espectador privilegiado do social permite investigar a posição de onde vê a cidade, o ponto de vista que assume para representá-la, e também os sujeitos que escolhe para protagonizar as ações que ali ocorrem. Neste sentido, a literatura pode ser pensada como uma leitura específica do urbano, “capaz de conferir sentidos e resgatar sensibilidades aos cenários citadinos, às suas ruas e formas arquitetônicas, aos seus personagens e às sociabilidades que nesse espaço têm lugar” (PESAVENTO, 1999, p.10).

O posicionamento de Roniwalter Jatobá em relação à cidade de São Paulo é apresentado na escolha das epígrafes⁶ da obra “Crônicas da vida operária”:

O agravamento dos problemas que afetam a qualidade de vida da população em São Paulo não atinge a cidade em geral. Sobretudo a partir das últimas três ou quatro décadas, surgem e se expandem os bairros periféricos que, juntamente com os tradicionais cortiços e favelas alojam a população trabalhadora. É nessas áreas que se concentram tanto a pobreza da cidade como a de seus habitantes (JATOBÁ, 1980, p.13).

As passagens escolhidas como epígrafes aproximam a obra “Crônicas da vida operária” de um ponto de vista crítico sobre a cidade de São Paulo. Algumas das grandes preocupações literárias de Roniwalter Jatobá, como a situação econômica e social dos migrantes e dos trabalhadores, são pensadas à luz do processo desigual de urbanização ocorrido naquela metrópole. Além disso, o caráter contraditório da política econômica adotada pelos governos militares, cujo resultado foi “o milagre brasileiro”, é destacado como elemento importante para o entendimento das situações representadas em “Crônicas da vida operária”. Pode-se dizer que estas epígrafes são uma chave de leitura para “Crônicas da vida operária”, abrangendo também outras produções literárias do autor, como o livro “Sabor de química”.

Experiências no subúrbio operário

Por meio das situações narrativas relatadas por Roniwalter Jatobá é possível recuperar costumes, usos linguísticos, formas de vida, e visões de mundo representativas de uma experiência coletiva vivenciada por milhares de pessoas. Estes traços, ao serem captados e formalizados pelo escritor contribuem para construção da história da experiência operária no Brasil. Além disso, a opressão e violência que perpassam a matéria dos contos aqui investigados os transformam em um meio de denúncia que dá visibilidade a fatos significativos protagoniza-

⁶Estas passagens foram retiradas de dois estudos realizados nos anos 1970. As outras duas citações: “Não obstante a situação de pobreza e a crescente deteriorização das condições urbanas de existência, para muitos dos que vêm de outras regiões do Brasil, a fixação na Grande São Paulo representou uma melhoria econômica e social” (JATOBÁ, 1980, p.13).

“A deteriorização das condições de vida maioria da população acentuou-se, enquanto a economia do país crescia a uma significativa taxa de 10% ao ano, dando origem ao que, por muitos, foi designado “milagre brasileiro.” Mas que tipo de milagre é esse, em que o desenvolvimento significa piorar a vida para a maioria da população?” (JATOBÁ, 1980, p.13).

dos por atores sociais pertencentes a setores subalternos da sociedade (MORAÑA, 1995, p.488).

Dentre as práticas sociais recuperadas pelas narrativas as percepções de odores e sons se sobressaem, apresentando algumas das interações das personagens com as formas de configuração da realidade sensível percebidas no subúrbio operário. De acordo com José de Souza Martins, as interpretações cotidianas de odores, sons e cores “podem ser compreendidas como formas culturais de percepção dos ambientes em que ocorrem as relações sociais e que são delas integrantes” (MARTINS, 2008, p.63). Há por trás das interpretações cotidianas de odores, sons e cores um sistema de classificação das coisas e das pessoas por meio do qual se procura diferenciar e compreender a realidade vivenciada.

Um exemplo desta forma de interpretação e classificação da realidade social por meio dos odores está presente no conto “Mudanças”. Esta narrativa é contada do ponto de vista de um menino que relata suas impressões da mudança com a família para o bairro de São Miguel Paulista. Além de referir-se à passagem de um bairro para outro, a noção de “mudança” tem caráter metafórico e estruturante nesta narrativa, remetendo às novas formas de sociabilidade enfrentadas pelas personagens no subúrbio operário.

Após uma rápida transposição dos poucos móveis para o caminhão, o narrador reproduz o diálogo do Pai com a vizinha, Dona Zélia:

Dona Zélia, vizinha do lado, comentou que aquela vila que a gente ia morar só dava bandido, fábrica de química fedorenta, uma perdição. Deus me livre. Prefiro ficar aqui no meu canto, pelo menos tenho tranquilidade. Pai escutou, disse que não era tanto assim não, conversas de jornal, mesmo se fosse importava é que ele ia morar no que era seu. Comprado com suor. Falou que não tinha medo de nada, tudo depende da gente (JATOBÁ, 1991b, p.67).

Neste diálogo os sujeitos portam visões distintas sobre o bairro de São Miguel Paulista. É possível perceber no discurso de Dona Zélia alguns traços daquilo que José de Souza Martins chamou de “divisão social dos odores”. Esta forma de classificação da realidade se enlaça ao âmbito do imediato e da sociabilidade cotidiana das pessoas, sobretudo nas microrelações sociais e nos relacionamentos face a face. A fábrica de química aparece, ao lado da criminalidade, como um elemento importante para a construção de uma visão negativa sobre o bairro. A personagem se vale do adjetivo “fedorenta” para referir-se à fábrica Nitro Química. Fedor, nas palavras de José de Souza Martins, “é o odor derivado do pútrido e do morto, categoria em que se incluem as excreções” (MARTINS, 2008, p.68). Ainda em relação ao discurso de Dona Zélia, nota-se uma estranheza em relação à agressividade dos cheiros fabris, assim como “uma certa resistência parcial à indústria e uma crítica difusa ao que ela representa como mudança cultural, como transgressão de valores, dentre os quais os odoríficos” (MARTINS, 2008, p.68).

Em sua resposta, o Pai do narrador diz que o argumento é exagerado, e enfatiza a importância de se viver em casa própria. Como já foi mencionado, trabalhadores de vários estados do país foram atraídos pelo grande número de empregos oferecidos pela fábrica Nitro Química, e também pela acessibilidade dos preços de terrenos em bairros de periferia como São Miguel Paulista. A casa própria possibilitava o fim dos gastos com o aluguel, sendo uma reserva confiável em um momento histórico de grande precarização do trabalho e significativas perdas do poder aquisitivo da classe trabalhadora. O fenômeno da autoconstrução das moradias foi bastante recorrente no bairro de São Miguel Paulista e é representado no seguinte trecho de “Mudanças”: “A casa, no começo, com precisão de reparo. Pai dando um jeito nas folgas de domingo. Ajudava. Que jeito? Carregava água, no que tivesse necessidade. Casinha foi aos poucos, ficando com jeito de gente” (JATOBÁ, 1991b, p.68).

A “divisão social dos odores” implica uma divisão entre os espaços urbanos e os tipos de odores presentes nestes espaços, ou seja, uma “espacialidade dos odores”. No caso do processo de urbanização da cidade de São Paulo, o aburguesamento do espaço urbano redefiniu o subúrbio como espaço residual.

Isto é, como espaço desregulamentado das atividades econômicas que discrepavam da mentalidade ordenadora de uma nova burguesia com fortes traços da nobreza agrária, que com ela convivia [...]. De certo modo, o subúrbio se torna uma senzala dos odores, um lugar de confinamento das atividades industriais e dos correspondentes cheiros, que a mentalidade dominante considerava subalternos e repulsivos e que deveriam ficar restritos ao mundo dos que trabalham” (MARTINS, 2008, p.101).

A narrativa “A fábrica” insere o leitor nas relações sociais de uma família moradora do subúrbio operário. Como no conto anterior, esta narrativa é contada do ponto de vista de um garoto. Perto de completar 15 anos de idade, é avisado pelo Pai de que já estava na hora de começar a trabalhar. Observemos a reação do protagonista:

Não fiquei muito sentido. O lugar da gente se divertir, o campinho, há muito estava cercado. A construção da fábrica tomava tudo, cerca de arame com quatro fios, farpados. Só se ouvia de longe o barulho de concreto sendo despejado no chão, serras elétricas, serrotes comuns cortando madeiras; enxadas e pás tinindo de manhã à noite. Fizesse sol ou chuva. Aquilo nunca parava. Crescia sim. O terreno cercado de valetas, lugar de monturos, escoamentos de casas vizinhas, ajuntamento de urubus toda tarde, mudou. Hoje, quase não tem nada disso. Já não se escutam os gritos da molecada correndo atrás de bola, não. Só o ronco dos caminhões descarregando, o apito de hora em hora, avisando. A vila crescendo, mudando de cara, o apito avisando, crescendo, inchando de gente. A fábrica cada dia mais se alargando como teia de aranha, pegando os viajantes chegados de carteira em branco, com precisão, dando serviço aos que sabiam ler alguma coisa, o apito chamando. Alguns, sem ciência de causa, achavam o trabalho até bom, pois de onde eles chegavam, diziam, não temos nem onde cair morto. Pai, feitor, repetia a fala deles assim, sem dó (JATOBÁ, 1991a, p.69-70).

As reflexões do narrador são permeadas pela memória, projetando um discurso onde momentos e usos distintos do bairro são comparados. Assim, as imagens que remetem aos aspectos lúdicos, como o campo de futebol e os gritos dos meninos correndo atrás da bola são situadas no passado, sendo substituídas pelos sons característicos de obras e construções. As transformações no ritmo da vida do bairro operário são pontuadas pela chegada de trabalhadores migrantes que eram imediatamente contratados, e também pelos apitos⁷ da fábrica, que atuavam como reguladores da vida cotidiana dos moradores, imbricando a temporalidade das casas à temporalidade da fábrica. José de Souza Martins afirma que os apitos das fábricas tinham horários certos e precisos. “Um relógio sonoro, de horários bem sabidos, regulava de maneira invisível o dia e a noite dos moradores, em especial dos operários” (MARTINS, 2008, p.102).

Diferentemente das narrativas “Mudanças” e “A fábrica”, que enfatizam os impactos da fábrica de química no cotidiano do subúrbio operário, os contos “Odília”, “Sabor de Química” e “Nos olhos, gazes e batatas...” dão voz aos próprios trabalhadores. Deste modo, a questão da “divisão social dos odores” e de sua espacialidade é enfocada do ponto de vista dos sujeitos que vivenciam diretamente o mundo do trabalho na fábrica. Os enredos dessas

⁷ Este fenômeno também está presente no conto “Mudanças”: “Pai desaparecendo de manhã, nem bem clareando, seguindo o apito que acordava o mundo logo cedo” (JATOBÁ, 1991b, p.68).

narrativas são construídos em torno das consequências da exposição dos corpos dos trabalhadores a condições insalubres de trabalho. Em outras palavras, estes enredos denunciam uma forma de violência grave determinada pela condição de classe das personagens, temática que remete ao universo da literatura de testemunho.

O testemunho é uma maneira do sujeito se relacionar com um evento, com algo que lhe acontece: “testemunha-se, via de regra, algo de excepcional e que exige um relato” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 47). O narrador do testemunho pode ser examinado como um narrador que está enfrentando ou enfrentou uma ameaça constante por parte da realidade, condição que faz sua voz ser permeada pela tensão com os aspectos conflitivos da vida cotidiana (GINZBURG, 2008, p.62). Esta situação faz da escrita no testemunho um lugar dedicado ao contato com o sofrimento e seus fundamentos (GINZBURG, 2008, p.63). O conto “Odília” pode ser lido em diálogo com os contos “Sabor de química” e “Nos olhos, gases e batatas...”, pois formalizam algumas das piores recordações dos trabalhadores da fábrica Nitro Química, como a insalubridade e as péssimas condições de trabalho. Vejamos o início do conto “Odília”:

“Lembro do meu homem que a fábrica de química em tão pouco tempo, cinco anos por muito, definhou como um trapo ou um pano de prato de fustão ruim que se gasta no trabalho diário e caseiro” (JATOBÁ, 1991c, p.149).

A narradora Odília se refere à personagem Martiniano, seu companheiro, um trabalhador que adquiriu problemas mentais após alguns anos de trabalho na fábrica de química, passando a viver na cama balbuciando frases desconexas. Após a doença, o casal sobrevive da pequena pensão que Odília recebe no instituto responsável pelos trabalhadores que adoeceram.

Em termos de focalização narrativa, a posição do narrador deste conto tem proximidades com a perspectiva “eu como testemunha”. Nesta forma de apresentar os fatos há um narrador em primeira pessoa, interno à narrativa, que vive os acontecimentos descritos de forma secundária. O autor constrói a narrativa por intermédio do testemunho de um narrador personagem, sendo o uso desta focalização narrativa relacionado à questão da verdade: seja a busca da verdade ou a intenção de fazer uma situação parecer como tal (LEITE, 2001, p.37). Em termos de teoria do testemunho, pode-se dizer que Odília ocupa a posição de *Testis*. Este é um dos dois termos latinos que representam a noção de testemunha, e significa etimologicamente “aquele que se põe como terceiro (*terstis*) em um processo ou em um litígio entre dois contendores” (AGAMBEN, 2008, p.27). Estas características são corroboradas pelos fortes traços de oralidade presentes neste conto, como se Odília estivesse falando com alguém – com uma figuração do leitor – que participa da cena vendo Martiniano deitado na cama.

Ocupando a posição de *Testis*, Odília narra a partir da periferia dos acontecimentos. Não teve acesso direto às condições de trabalho de Martiniano, assim como não têm acesso à sua interioridade. O discurso desta narradora é marcado por inferências, hipóteses e comparações entre o presente da narração e o passado anterior à doença que afeta seu companheiro. Há neste discurso um movimento reflexivo que mostra a situação deste trabalhador ao mesmo tempo em que busca entender a doença que o aflige. Para isso, Odília interpreta os discursos desconexos de Martiniano e as informações que lhe são dadas pelos funcionários do instituto que paga a pensão. Odília é designada a testemunhar a difícil e traumática convivência com o companheiro que perdeu a capacidade de narrar a própria experiência.

O adoecimento pelo contato com o gás está presente em relatos de trabalhadores colhidos pelo historiador Paulo Fontes. Em relato dado a este historiador, Roniwalter Jatobá diz que quando alguns migrantes voltavam à terra natal e pareciam loucos da cabeça, muita gente comentava que era de ter trabalhado na Nitro Química (FONTES, 2008, p.118).

Os contos “Sabor de química” e “Nos olhos, gases e batatas...” têm por matéria a narração de trechos do cotidiano dos narradores personagens. A condição de classe dos narradores lhes impõe uma configuração da realidade sensível experimentada, e os leva a tomar contato com espaços, experiências e formas de sociabilidade específicas. As relações sociais e os contatos face a face são permeados pela temporalidade linear e alienada ditada pelos horários impostos pelo ritmo do trabalho, e se caracterizam pela repetição e fugacidade.

Os poucos espaços frequentados – como o quarto de pensão, o bar e a fábrica – também são contaminados por aquela temporalidade. As descrições do quarto de pensão enfatizam o calor, o mau cheiro, a sujeira e a estreiteza. Além disso, trata-se de um espaço que oferece poucas oportunidades de recolhimento e repouso, uma vez que o tempo do descanso e da própria permanência é limitado pela rotatividade de colegas e funcionários da pensão. O quarto de pensão é um bom exemplo dos “espaços de exclusão” (PELLEGRINI, 2008, p.182) presentes na literatura brasileira urbana desde o século XIX. A representação literária da fábrica, embora pouco discutida por estudiosos de literatura e cultura, também pode ser pensada como um desses “espaços de exclusão”⁸. Vejamos a representação de uma experiência na fábrica de química presente no conto “Nos olhos, gases e batatas...”:

“Segunda de noite, a fábrica: seção F5, Nitroquímica, o gás rondando os olhos, entrando nas vistas marejadas, cegueira. A voz do feitor apressando, o sinal de saída demorando a tocar lá fora, os minutos se segurando, a dor nas vistas” (JATOBÁ, 1980, p.50).

As pequenas notas que compõem esta cena retratam a insalubridade do local de trabalho, com ênfase para o impacto do gás sobre os olhos do narrador e para a percepção da temporalidade intensa que caracteriza o ritmo de trabalho imposto pelo sistema fabril. Os efeitos deletérios dos locais de trabalho nos órgãos dos sentidos dos trabalhadores fabris já haviam sido denunciados por Karl Marx em “O capital”. O pensador alemão ressalta que “a diretriz de economizar os meios sociais de produção, diretriz que se concretiza de maneira cabal e forçada no sistema de fábrica, leva o capital ao roubo sistemático das condições de vida do trabalhador durante o trabalho” (MARX, 1968, p.487-488). Alguns dos elementos que caracterizavam as fábricas do século XIX, como a temperatura artificialmente elevada, a atmosfera poluída com resíduos de matérias primas e o barulho ensurdecedor estão presentes nos discursos literários sobre a fábrica Nitro Química, e também nas recordações de trabalhadores compiladas pelo historiador Paulo Fontes:

Famoso pela insalubridade, o setor de fiação, onde eram produzidos os fios de raíom, tornou-se uma espécie de símbolo da precariedade das instalações da empresa. Um sistema de ventilação inadequado não conseguia dispersar os gases tóxicos formados no processo de manufatura do fio e contaminava os operários. Era para essa seção que grande parte dos novos contratados era enviada (FONTES, 2008, p.119).

Por meio dos espaços fabris o capital usurpa “o espaço, o ar, a luz e os meios de proteção contra condições perigosas ou insalubres do processo de trabalho”, expondo os trabalhadores ao acidente, à doença e à morte. A persistência da intoxicação pelo gás e a irritação nos olhos persistirá mesmo após o expediente de trabalho, como narrado nesta cena: “No rumo de casa tateando pelas ruas, chegava, depois, o bálsamo da batata crua sobre os olhos sugando o gás, a verdura empretecendo” (JATOBÁ, 1980, p.50). Os efeitos da intoxicação pelo gás também são relatados pelo narrador do conto “Sabor de química”.

⁸ Cabe enfatizar, no entanto, que o quarto de pensão e a fábrica também são espaços de solidariedade, sociabilidade humanizadora e companheirismo. Nestes locais os trabalhadores trocam experiências e criam formas de resistência.

Começou como tosse comprida. Revirei no meio da noite, o peito estufando querendo explodir, me torturando. Como labaredas: queimando o pulmão, subindo na carne do corpo, descontando os dias que nem dor de cabeça aparecia. Se chovia, esfriava, pior. Imaginei, até, no começo, que era mania. Mas não. Dor angustiada de morrer, longe de tudo, sozinho. Espantei este pensamento. Hoje, depois de muito tempo, as forças fraquejaram e não saí à rua. Cá, sozinho, sem me mexer, a noite se arrastou vagando. Perdi a segunda-feira que amanheceu clara. A mulher reclamou porque não saía. Sentei na cama com as mãos entre os fios da barba. Senti que me definhava, gosto de química no céu da boca, amargoso como fel, sentindo o quebrante do corpo, fraqueza na cabeça, tremura nas pernas. Quis levantar, o quarto fechado rodou. Olhei as mãos calosas, passei-as no rosto e senti a pele magra, rugas caindo e deformadas à minha indiferença que tinha, até agora, com a vida. O quarto tão pequeno, fechado, que me lembrei dos corredores enormes da fábrica onde tanta gente passava agora. Nem deram pela minha falta. Como labaredas: queimando o pulmão, subindo de novo na carne do corpo. Tusso (JATOBÁ, 1991d, p.179).

O horror diante da vida pode levar um sujeito a testemunhar. Esta passagem apresenta o relato de uma doença. O narrador se utiliza da memória para situar os sintomas no tempo. Ao fazer isso, busca entender o que lhe aconteceu. Este movimento subjetivo é típico de sujeitos que passaram por situações onde o real é vivenciado em excesso, ocasionando um trauma. Fazer uma narrativa é uma maneira de tentar organizar a situação traumática, processá-la, compreendê-la enquanto causa e efeito. A bifurcação temporal instaurada na vida do narrador pela doença contamina a disposição temporal dos acontecimentos na narrativa, instaurando duas situações radicalmente distintas, e, no entanto imbricadas. “Na situação testemunhal o tempo passado é tempo presente” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p.69). Neste sentido, o trauma pode ser caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa (SELIGMANN-SILVA, 2008, p.69). Impossibilitado de trabalhar, o narrador é aposentado, passando a viver da pensão oferecida pelo instituto mantido pela empresa. A aposentadoria significará a precarização das condições de reprodução material da própria existência e o desligamento das relações sociais.

A personagem Martiniano e o narrador do conto “Sabor de química” são sobreviventes, ocupando uma posição semelhante àquela designada pelo termo latino *Superstes*. Este conceito se refere àqueles que viveram algo, atravessaram um evento até o final e podem, portanto, dar testemunha disso (AGAMBEN, 2008, p.27). Martiniano testemunha com sua presença e seu discurso desarticulado, que pode ser lido como a tentativa de reabilitação por parte de um sujeito que vivenciou uma experiência extrema. No entanto, os problemas psíquicos adquiridos dificultam a criação de nexos entre os acontecimentos da própria vida, atirando Martiniano em uma espécie de outridade.

O narrador de “Sabor de química” foi transformado de uma maneira irreversível. A experiência excessiva vivenciada na fábrica de química fez este sujeito torna-se portador de um conhecimento que o separa das outras pessoas. A proximidade gráfica das palavras sabor e saber sugere um jogo de sentidos entre elas. A ideia de sabor remete a um tipo de saber relativo à percepção e ao corpo, um momento da experiência cujo entendimento racional ocorre em um momento posterior. A tentativa de organizar a situação extrema vivenciada é difícil e problemática, pois os marcos referenciais que serviriam de apoio para este ato desmoronaram. Aqui, a outridade física e psíquica trazida pela doença tem por consequência uma outridade social. Enfraquecido pela doença e aposentado por invalidez, deixará de trabalhar. Perdendo a capacidade de realizar a atividade que constituía sua identidade e sustentava o sentido das relações sociais, será evitado pelas pessoas do bairro, tornando-se socialmente invisível.

O testemunho se torna uma necessidade para os sujeitos que passaram por situações onde o real é vivenciado em excesso. O sujeito que testemunha sempre busca um interlocutor,

alguém que possa ouvir o relato e ajudar na reconstrução das bases necessárias para a saída da condição de outridade experimentada.

São captadas e formalizadas nas narrativas as vozes, visões de mundo e sensações de sujeitos que, como o próprio escritor, conheceram de perto o impacto dos processos de migração, urbanização e industrialização que caracterizaram uma experiência coletiva vivida por milhares de trabalhadores. A inserção do ponto de vista do operário da fábrica de química na literatura fez com que os recursos ficcionais fossem utilizados como meio de denúncia de uma situação onde os trabalhadores foram aniquilados. O horror, a urgência e o excesso de realidade dos acontecimentos narrados transforma a estrutura das narrativas, que passam a ter semelhanças com o movimento subjetivo de elaboração do trauma. Estas características afirmam a presença de traços do testemunho na obra de Roniwalter Jatobá.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. A testemunha. In: _____. *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 25-48.

FONTES, Paulo. Migração Nordestina e Experiências Operárias: São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 363-402.

_____. *Um nordeste em São Paulo: Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

GINZBURG, Jaime. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. In: *Conexão Letras*, v. 3. Pouso Alegre: UFRGS, p. 61-66, 2008.

JATOBÁ, Roniwalter. A fábrica. In: _____. *Sabor de química*, 3ª ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991a, p. 69-72.

_____. Mudanças. In: _____. *Sabor de química*, 3ª ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991b, p. 67-68.

_____. Odília. In: _____. *Sabor de química*, 3ª ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991c, p. 149-152.

_____. Sabor de química. In: _____. *Sabor de química*, 3ª ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991d, p. 177-180.

_____. Nos olhos, gazes e batatas.... In: _____. *Crônicas da vida operária*, 3ª ed. São Paulo: Global, 1980, p. 49-52.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O foco narrativo* (ou A polêmica em torno da ilusão), 10ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

LOPES, Rogrigo Herrero. São Miguel Paulista. In: _____. *Face Leste: revisitando a cidade*. São Paulo: Mitra Dioceseana São Miguel Paulista, 2011, p.86-95.

MARTINS, José de Souza. Odores, sons e cores: mediações culturais do cotidiano operário. In: _____. *A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo: 34, 2008, p.63-140.

MARX, Karl. A maquinaria e a indústria moderna. Em _____. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 423-579.

MORAÑA, Mabel. Documentalismo y ficción: testimonio y narrativa testimonial hispanoamericana en el siglo XX. In: Ana Pizarro (org.). *América Latina: Palabra, Literatura e Cultura, Volume 3, Vanguarda e Modernidade*. Campinas: Unicamp, 1995, p.479-515.

PELLEGRINI, Tânia. As vozes da violência na cultura brasileira contemporânea. In: _____. *Despropósitos: estudos de ficção brasileira contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2008, p.177-2006.

PEREIRA, Luciara. O testemunho literário como espaço de conflito de interesses culturais e ideológicos. In: *Anais do II Seminário Nacional de Filosofia e Educação*. Santa Maria: <http://www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/023e3.pdf>. Acesso: 15/02/2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Pedra e sonho: os caminhos do imaginário urbano. In: *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*, 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

REIS, Zenir Campos. O mundo do trabalho e seus avessos: a questão literária (Primeiras notas). In: BOSI, Alfredo (org.). *Cultura Brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 2000, p. 42-57.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação da questão: a literatura do trauma. In: _____. *História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003, p.45-58.

_____. Narrar o trauma. In: *Psicologia Clínica*, v.20, n.1. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2008, p.65-82.

CULTURA FILOSÓFICA E PENSAMENTO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: JOÃO CRUZ COSTA E LEOPOLDO

Francini Venâncio de OLIVEIRA¹

Resumo: Este trabalho visa apresentar e discutir o impacto que um conjunto de ideias, elaboradas por uma rede intelectual latino-americana em meados do XX, causou na produção do filósofo brasileiro João Cruz Costa. Tendo formado parte dessa rede, Cruz Costa participou ativamente de projetos americanistas ligados à história da filosofia em países de colonização ibérica e, nesse sentido, manteve ao longo de sua trajetória um intenso diálogo com pensadores de grande destaque, tais como Leopoldo Zea e Francisco Romero. O objetivo deste trabalho é apresentar as teses desse movimento intelectual e o modo como elas são incorporadas por João Cruz Costa na tentativa de refletir acerca dos problemas, bem como das possibilidades de construção de um pensamento filosófico culturalmente enraizado e ancorado sobremaneira na história social e política da América Latina – história essa que não se separa da questão da *identidade* de nossos países, tampouco da formação dos nossos estados nacionais. Em outras palavras: seria possível pensar a cultura filosófica latino-americana a partir de sua filiação a uma suposta *tradição ibérica* de pensamento e, portanto, capaz de legitimá-la em suas idiosincrasias e prática?

Palavras-chave: João Cruz Costa, Leopoldo Zea, Pensamento Social Latino-Americano

Abstract: This paper discusses the impact that the ideas promoted by a network of Latin American intellectuals had in the production of the Brazilian philosopher João Cruz Costa, in the mid-twentieth century. As a participant of this network, Cruz Costa did work actively in projects related to the history of philosophy in countries of Iberian colonization, and kept an intense dialogue with outstanding thinkers, such as Leopoldo Zea and Francisco Romero. The purpose of this paper is to present the theses of that intellectual movement and to discuss how they were incorporated by Cruz Costa, in his attempt to reflect and stimulate a debate on the Latin American issues. In this context, it was particularly important to build up a philosophical thought rooted or anchored in the social and political history of Latin America, which could not be considered independently from the identity of each nation, as well as from the emergence of each national state. A question arises: would it be possible to think about the philosophical culture of Latin America from the starting point of its affiliation in an alleged Iberian tradition of thought, which could legitimize its idiosyncrasies and practices?

Keywords: João Cruz Costa, Leopoldo Zea, social thought in Latin America

I.

¹ Doutoranda em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Maria Armanda do Nascimento Arruda.

Em um texto elaborado especialmente para a *Organización de los Estados Americanos* (OEA), em princípios da década de 1970, o filósofo argentino Arturo Andrés Roig constatava ser um fato evidente o “alcance institucional” que a chamada “filosofia latino-americana” havia alcançado ao longo dos decênios do século XX. Os filósofos, escrevia ele, estavam sem dúvida vivendo em plena forma uma etapa então denominada por Francisco Romero de *normalização* dessa específica atividade intelectual e que, obviamente, não poderia ser tomada como algo casual, mas sim obra consciente de um grupo de homens que “abriram caminhos” construindo uma linha de trabalho por todo o continente latino-americano.²

De fato, chamando a atenção pelo seu alcance e envergadura, esse momento especial captado na prática filosófica latino-americana não pode ser devidamente compreendido se não tivermos em mente a atuação dos agentes envolvidos em tal processo, sobretudo no que diz respeito àqueles considerados os “fundadores” de uma rede cujos principais líderes foram os filósofos Leopoldo Zea, no México; Francisco Romero, Arturo Ardao e Arturo Andrés Roig, no chamado Cone Sul. Como bem mostra Eugenio Rezende de Carvalho, “para além de uma mera corrente ou vertente particular da História das Ideias”, essa rede de intelectuais esteve associada a uma perspectiva de “auto-afirmação nacional e continental”³, com lastros em uma filosofia da história muito peculiar e cujo modo de organização chama a atenção, tratando-se, sem dúvida, de uma rede muito bem articulada e que teria se consolidado por volta das décadas de 40 e 50. O objetivo deste texto é, pois, apresentar alguns conceitos-chave cunhados por esse importante movimento latino-americano de modo a situá-los e contextualizá-los na produção *cruzcostiana*.

II.

Do ponto de vista intelectual, o decênio de 1940 foi indubitavelmente um período muito frutífero para toda a América Latina, marcado que estivera por acalorados debates, bem como, ainda, pela presença de intelectuais europeus cujo impacto é comumente difícil de mensurar, dada a importância que tiveram. Caso, por exemplo, dos franceses no Brasil e, *mutatis mutandis*, dos espanhóis no México e na Argentina. Como veremos, a presença desses intelectuais em território latino-americano foi de grande valia, pois através da atuação de muitos deles - sobretudo de José Gaos e Ortega y Gasset - emergiram novas formas de organização cultural no interior dos campos nacionais, bem como foram criadas condições objetivas capazes de fomentar projetos editoriais plurais e/ou intercâmbios de ideias entre os diversos países da região. Novos agentes entravam, pois, em cena com características bastante peculiares e um novo campo disciplinar começava a ganhar, conseqüentemente, maior visibilidade.

Segundo Jorge Myers, as peculiaridades desse novo grupo (que reuniu nomes, ainda, feito o de Alfonso Reyes e Pedro Henríquez Ureña) em torno do movimento cultural e político da América Latina poderiam ser traçadas a partir de quatro dimensões muito específicas, a começar pelo conceito de “cultura” por ele utilizado e que estaria quase de todo atrelado às noções alemãs de *Kultur* e *Geist* - cuja ênfase estaria, justamente, no caráter espiritual e elitista das mesmas e tal qual “havia sido elaboradas no curso dos debates sobre a *Geistgeschichte*, a *Kulturgeschichte* e a *Lebensphilosophie* durante as primeiras décadas do século XX”.⁴ O segundo ponto a ser considerado diz respeito ao postulado de tais intelectuais, isto é, à valorização de uma cultura que concebiam como sendo particularmente ibero-americana e que, destarte, deveria ser compartilhada por todas as nações, não obstante as diferenças entre elas.

² ROIG, Arturo. La filosofía en la Argentina. In: *Los fundadores en la Filosofía de América Latina*. Washington, D.C., 1970. pp.193-4

³ CARVALHO, Eugenio R. “O movimento latino-americano de História das ideias”. In: *Anais eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Campinas/SP, 2006. p. 2

⁴ MYERS, Jorge. “Gênese ‘ateneísta’ da história cultural latino-americana”. In: *Tempo Social*, vol.17, nº.1. São Paulo, jun.2005. p.2

A terceira característica a ser ressaltada, escreve Myers, é a reivindicação de *continuidade* que pregavam entre a experiência cultural ibérica e os países do chamado Novo Mundo, “efetuando desse modo uma espécie de ‘normalização historiográfica’ do período colonial”⁵. Por fim, o grupo chamaria a atenção pela predisposição ao diálogo com outras áreas do conhecimento, amiúde cruzando fronteiras e estendendo o debate até, por exemplo, a Filosofia e a Antropologia – muito embora o chamado “centro de gravidade” da rede estivesse numa espécie de história das ideias de nossos países.

Apesar de não ser esta uma ocasião para explorar detidamente as diversas conjunções que teriam ajudado a conformar e consolidar essa específica rede intelectual, cabe, por outro lado, explicitar a ascensão, bem como o destaque que uma espécie de “consciência filosófica latino-americana” ganhara no período e que pode ser considerada consequência mais ou menos direta da constituição e consolidação da já citada rede, ou melhor, do modo específico com que, nas décadas de 40 e 50, esse grupo de intelectuais se lançou à interpretação de nosso passado colonial e, portanto, da maneira como se debruçaram por sobre a nossa história. É precisamente em 1944 que tal grupo começa, de fato, a se articular de maneira a chamar a atenção, isto é, no momento em que a coleção *Tierra Firme* é lançada sob o selo da então prestigiada editora mexicana *Fondo de Cultura Económica* (F.C.E.). Pode-se dizer que a partir daí eles deram início a uma projeção de fato continental, estabelecendo dois pólos principais para difusão de seus projetos, a saber: um no México, cuja referência principal estaria no filósofo espanhol José Gaos (e criador do famoso Seminário que, mais tarde, pesaria enormemente na trajetória de Leopoldo Zea em busca do “mapeamento” da história das ideias ibero-americanas); e outro na Argentina, cuja responsabilidade recairia sobre o talentoso e também filósofo Francisco Romero, não por acaso herdeiro de intelectuais argentinos que, balançados com a presença de Ortega y Gasset nesse país, haviam iniciado um movimento de redefinição da linguagem filosófica praticada até então nas universidades - como ilustra, por exemplo, a criação da “Cátedra Alejandro Korn” no *Colegio Libre de Estudios Superiores*. Ora, conforme observa Rezende de Carvalho,

As ações pioneiras de Gaos e de Romero abriram as portas para o desenvolvimento da história das ideias na América Latina, seja por meio de suas contribuições paralelas do ponto de vista organizacional e de incentivo à produção e difusão de estudos nesse campo, seja por seus esforços simultâneos em lançar as bases e os fundamentos teórico-metodológicos que deveriam guiar a nova disciplina. A partir dos anos 40, as iniciativas de Gaos e de Romero iriam paulatinamente convergir e se integrar num amplo movimento [...] que logo alcançaria uma amplitude continental, não apenas pela ação direta desses dois filósofos, mas, sobretudo, pela ação coordenada de sucessivas gerações de seus discípulos [...] espalhados por vários países latino-americanos.⁶

Foi nesse contexto que Leopoldo Zea tivera um papel central, quiçá até o mais importante, uma vez que fora o grande responsável pela articulação da rede. Devido às estratégias que foi capaz de estabelecer, criando mecanismos de consagração, bem como de consolidação em praticamente todo o continente, não causa surpresa que tenha atingido em pouco tempo uma posição de destaque e de grande projeção no cenário intelectual latino-americano. Na prática, era como se tivesse sido o exemplo máximo (e literal) da “saída do filósofo ao mundo”, nas palavras de Nidia Burgo, quando de fato seu projeto teria ligado pessoas e institui-

⁵ IDEM. *Ibidem*.

⁶ CARVALHO, E. R. *Op.cit.* p.4

ções “tras la concreción de su anhelo americanista”⁷, bem como “[tras] su fe en una América multirracial y multicultural, capaz de debatir su destino más allá de fronteras, ideologías, etnias, y áreas geográficas y políticas determinadas”⁸. Sua necessidade de indagar e compreender a história e a cultura latino-americanas o teria levado a cunhar formas bastante peculiares, assim como inovadoras de refletir sobre todo o nosso continente, “[poniendo] énfasis en lo peculiar y en las circunstancias particulares, previo a cualquier generalización”⁹.

Contudo, penso que é precisamente em 1947, quando Zea torna-se presidente do famoso “Comitê de História das Ideias na América”, criado por solicitação de Silvio Zavala quando este dirigia o Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH), que surgem, enfim, as condições objetivas para que o filósofo colocasse os projetos da rede em prática. Uma das intenções centrais do referido comitê seria, justamente, a de analisar a história das ideias nos países latino-americanos visando editá-las e colocá-las em circulação. Destarte, era imprescindível a esses intelectuais galgar apoios políticos e institucionais, caso contrário não conseguiriam alcançar uma posição de destaque capaz de projetá-los internacionalmente – internacionalização esta através da qual seria possível estabelecer alianças e criar estratégias para que pudessem, enfim, estar sempre em contato uns com os outros, afinal, como nos lembra Pierre Bourdieu, não se pode ignorar as chamadas *instâncias simbólicas de consagração* da comunicação entre dois ou mais países, ou melhor, as diversas ações que são operadas em âmbito “oficial” para, enfim, favorecer esse suposto intercâmbio de ideias ou, se se preferir, a *importação-exportação* das mesmas, fazendo jus agora ao jargão do eminente sociólogo.¹⁰

Em resumo, é imprescindível atentarmos, ainda que brevemente, para os mecanismos sociais através dos quais tal “internacionalização” ocorreria – mapeando por exemplo os processos de seleção, recepção e tradução das obras – uma vez que as *conversões e reconversões* realizadas denunciariam os usos estratégicos presentes na origem de tais intercâmbios e, portanto, seriam reveladoras dos sentidos desiguais a partir dos quais o capital simbólico aí circularia.

Nesse sentido, a atuação de Zea é mesmo surpreendente; e talvez mereça os devidos créditos por ter auferido ao grupo um alcance institucional em pouco menos de uma década, estando à frente da organização de seminários, comissões nacionais, bem como da criação de revistas e periódicos que circularam por praticamente todo o continente. Desde o início, seu pioneirismo se mostrou notável: após receber uma bolsa de estudos do governo do México no ano de 1945, visando estender seus estudos sobre o positivismo, se instalara por alguns meses nos Estados Unidos e, logo em seguida, iniciaria sua “peregrinação” por alguns países da América do Sul. As cartas trocadas com João Cruz Costa no referido ano não somente corroboram a determinação e a seriedade com que Zea levava adiante sua “missão”, como também revelam as dimensões reais de tal empreitada. Em agosto de 1945, quando chega em Buenos Aires, escreve ele ao colega brasileiro:

Estimado amigo:

Es posible que el prof. Romero le haya informado de mi llegada. [...] Según me dijo, [...] está usted trabajando sobre el positivismo en su patria. No sabe cuanto me alegra saber ésto. Es la mejor forma para que nuestra América llegue a tomar el

⁷ BURGO, N. “Ezequiel Martínez Estrada y Leopoldo Zea: dos pensadores de América”. In: SALADINO, Alberto et al. (Org.) *Visión de América Latina: homenaje a Leopoldo Zea*. México: F.C.E., 2003. p.22

⁸ IDEM. *Op.cit.* p.17

⁹ IDEM. p.20

¹⁰ Para maiores detalhes, cf. BOURDIEU, P. “Les conditions sociales de la circulation internationale des idées”. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Paris: Le Seuil, 2002. pp.3-8.

lugar que le corresponde en la cultura; debe empezar por esclarecer un tradición en todos los campos de la cultura, especialmente en el campo de las ideas.

Ahora lo que pretendo es extender mi propio trabajo comparando el positivismo de mi país con el que surgió en otros países de este continente. Creo que será interesante ver las diversas formas como se reaccionó frente a una misma ideología, las diversas formas como fue utilizado. Y también ver en que se semejava. *Esto puede llegar a darnos una unidad espiritual [...] auténticamente americana.* [...] Por ahora mi beca me autorizó a trabajar en Argentina y Chile, cerca de seis meses. Pero trataré de aprovechar una oportunidad para ir a su país, aunque en pocos días y visitarle; usted que trabaja el asunto podrá orientarme y darme sugerencias que completen mi trabajo.¹¹

Ambos seguem se correspondendo por anos a fio, a ponto de se tornarem amigos e cultivarem estreitas relações. Mas o que importa salientar é que ao se aproximar de Zea - a quem foi apresentado, ao que tudo indica, via Francisco Romero - Cruz Costa acabou, digamos, “cooptado” pela rede que Zea liderava e foi dos raros brasileiros a participar e a se envolver com os projetos da mesma. Talvez até tenha sido o único, como o próprio Zea dá a entender em prefácio de um dos seus conhecidos livros¹², e como também revelam os dados contidos em uma missiva posterior endereçada ao autor dos ensaios sobre *A filosofia no Brasil* - ensaios esses que, diga-se de passagem, seriam traduzidos para a língua espanhola com o apoio, obviamente, do filósofo mexicano:

Querido amigo:

Perdone la tardanza en escribirle. Respecto a su libro me supongo que ya recibió la traducción para que pueda usted revisarla. Espero que la publicación se haga pronto. Como sabrá ya lo hará el Fondo de Cultura en colaboración con la Comisión de Historia. Su libro será uno de los que más interesarán. No deje de darme sus noticias sobre la traducción. [...] que prepara usted ahora? Por mi parte estoy metido en algo que quiero sea una especie de filosofía de la historia de nuestra América.¹³

Vê-se que Zea não titubeia em dividir ideias, tampouco em incentivar a produção dos colegas. Eduardo Valdés tem, assim, razão ao escrever que sua obra é tributária desses contatos estabelecidos, ao mesmo tempo em que testemunha os avanços de pesquisas realizadas nos demais países:

Zea motiva la producción de los otros y con ésta fecunda su propia producción: recoge material, se informa de las ideas de cada región, planta una semilla de interés por el pensamiento local, incentiva un trabajo conjunto, circula, comunicando a unos con otros. [...] Su obra es tributaria de las redes. Numerosos hilos del pasado y del presente se anudan. Su obra testimonia los avances de investigación sobre el pensa-

¹¹ Carta de Leopoldo Zea a João Cruz Costa, datada de 01/08/1945. Disponível para consulta na Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Cf. Arquivo João Cruz Costa, pasta 1927-1945.

¹² Em *Filosofia de la historia americana* (1978), ao citar os intelectuais com os quais ele havia estabelecido contato durante sua primeira viagem pelo continente na condição de presidente do Comitê de História das Ideias do Instituto Panamericano de Geografia e Historia, Cruz Costa é quem aparece representando o Brasil na “quase” interminável lista de pesquisadores que teriam, enfim, colaborado com as investigações almeçadas pelo filósofo mexicano.

¹³ Carta de Leopoldo Zea a João Cruz Costa, datada de 02/05/1955. Disponível para consulta na Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Cf. Arquivo João Cruz Costa, pasta 1955.

miento uruguayo, boliviano, brasileiro producidos por personas que forman parte de un mismo proyecto y que se encuentran articuladas a él.¹⁴

Ora, no caso do Brasil, o grande responsável pela circulação das ideias do grupo fora João Cruz Costa, conforme já se disse. Fora, enfim, o “defensor” de uma visão de filosofia que não deixou de gerar certo desconforto e causar estranheza nos círculos de sociabilidade paulista, sobretudo na Universidade de São Paulo, onde a Filosofia (como também as ciências sociais) caminhavam em sentido contrário, já que os intelectuais ligados à referida universidade estavam preocupados em fazer a defesa de um pensamento que fosse reconhecidamente de caráter mais “científico” e, portanto, isento de todo e qualquer tipo de engajamento.

O modo, pois, como esses intelectuais compreenderam a Filosofia e definiram o *métier* do “filósofo”, colocando ambos a serviço de uma reflexão voltada para o contexto específico da América Latina, aos poucos levava o grupo, obviamente, a um processo de reflexão ancorado na sua própria realidade histórica, com o propósito de apreendê-la e de dar solução aos seus problemas concretos. Foi, em parte, nesse sentido que Cruz Costa cunhou para o Brasil uma filosofia baseada num projeto nacional autônomo, servindo-se para tal de uma visão de filosofia muito singular, para não dizer polêmica. Tal como Zea, a ele interessava discutir o *caráter*, bem como o modo de uma atividade intelectual milenar e de raiz europeia se realizar em solo tão diverso. Em outras palavras, a ele interessava matizar as tensões, bem como as ambiguidades *da experiência filosófica brasileira* procurando compreender o modo como as ideias aqui chegavam e se adaptavam em ambientes feitos o nosso, isto é, nos chamados “povos novos das Américas”.

Destarte, já no primeiro parágrafo do prefácio de sua mais conhecida e importante obra, *Contribuição à história das ideias no Brasil*, Cruz Costa parece ter feito questão de ressaltar aos seus leitores um de seus maiores esforços como professor de Filosofia na Universidade de São Paulo: chamar a atenção de seus estudantes às coisas do Brasil, direcionando-lhes o olhar “para as vicissitudes pelas quais passaram, em nossa terra, as correntes filosóficas estrangeiras e, sobretudo, para a curiosa significação que elas têm apresentado no evoluir da nossa história”. Desde que assumira tal cargo no final da década de 30, era essa uma das suas grandes preocupações.¹⁵ Desejando defender melhor tal ponto de vista, ele então argumentara que uma experiência intelectual em país feito o Brasil não poderia privar-se de um contato com a própria história e com os “problemas reais da vida” para, em seguida, se perguntar:

que valor poderá ter uma cultura que não visa à compreensão do que nós somos, que se afasta das condições da terra e que não atenda às curiosas linhas do nosso destino? Sem renegar as culturas estranhas que expressam uma experiência histórica mais rica do que a nossa, - que é preciosa herança recebida - nelas devemos ir beber uma lição que nos permita, antes de mais nada, a compreensão daquilo que somos. *Seríamos mais do que ineficazes, seríamos ridículos, se depois da lição que essas culturas nos proporcionam, ainda nos mantivéssemos desatentos aos fascinantes problemas que de mais perto nos tocam.*¹⁶

As afirmações feitas pelo autor nesse pequeno trecho já poderiam, obviamente, suscitar debate e levantar questionamentos. Mas penso ser interessante observar, ainda, o fôlego com o qual o intelectual completara seu raciocínio:

¹⁴ VALDÉS, E. D. “Desde la periferia y para el mundo: a Leopoldo Zea en sus 90 años”. In: SALADINO, Alberto et al. (Org.) *Op.cit.* p.26

¹⁵ CRUZ COSTA, J. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

¹⁶ IDEM. *Ibidem.* s/p.

[...] que somos nós, povos das Américas? Somos, em grande parte, descendentes de gente humilde que sofria na Europa. Vimos, quase todos, da aventura que a levou a procurar, no Novo Mundo, uma vida nova. Derivamos da Renascença, de uma consciência nova da Humanidade. *A nossa origem, as condições da nossa formação, a nossa experiência histórica nos afastam do acantilado das metafísicas e nos impelem para a meditação de realidades concretas e vivas, convidando-nos a refletir sobre as interessantes e contraditórias aventuras do nosso devir.*¹⁷

Em outro momento, num de seus ensaios reunidos em *A filosofia no Brasil*, Cruz Costa argumenta que

o espírito prático que decorre das condições do nosso meio, jovem e americano, e talvez ainda os traços que herdamos da experiência portuguesa, tem-nos afastado sempre das *soluções metafísicas* que certas correntes filosóficas modernas apresentam. Esse mesmo espírito, humano, prático, positivo está a nos indicar uma tarefa precisa e que é também altamente moral: [...] é mister que a reflexão cesse de ser um luxo, uma “fantasia sem proveito”, para ser um poderoso instrumento de criação de valores novos e matérias da Nação.¹⁸

A tese *cruzcostiana* suscita debates, não há dúvida. A começar pela sua visão particular de *cultura*, acompanhada que está de um juízo de valor, no caso, muito controverso - a ideia do *pensamento útil e eficiente* - e que o leva, enfim, a estabelecer comparações entre legados culturais diversos e elencá-los segundo essa discutível categoria de análise, como já se disse. Mas, se lembrarmos uma vez mais das tais características que a rede em questão apresentava - e que foram, como já demonstrado, muito bem esmiuçadas pelo historiador Jorge Myers - talvez ela possa ser melhor compreendida, haja vista que estava plenamente de acordo com as premissas de José Gaos e, ainda, de Leopoldo Zea acerca de nossa *práxis* filosófica.

É valioso, pois, reconhecer os diálogos, bem como o intercâmbio de ideias ocorrido entre um e outro, dada sua inserção no referido grupo de intelectuais latino-americanos - não obstante outras filiações que certamente seu pensamento também apresenta. A título de ilustração (e sob um ângulo muito específico, assim como diverso daquele construído para este pequeno artigo), vale notar, por exemplo, que, tendo em mente o *modus operandi* da intelectualidade brasileira no momento em que Cruz Costa construía sua carreira, “vinha-se afirmando forte tendência para o ensaio, já nítida nos principais modernistas”¹⁹ e no qual ganhariam relevo autores hoje consagrados como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros que se dedicaram ao estudo do Brasil e publicaram suas obras “sob influxo” de tal movimento, tal qual observado por Abel Barros Baptista.²⁰ No caso brasileiro em particular, surgira uma tradição de “intérpretes” do país que, sobretudo a partir da década de 30 do século XX, trouxera-nos desafios inéditos ao discutir a cultura em nova chave. Nas palavras de Antonio Candido, o decênio de 1930 logo seria tomado como “um eixo em torno do qual gi-

¹⁷ IDEM. *Ibidem*. Grifos meus.

¹⁸ COSTA, João Cruz. *A filosofia no Brasil*. POA: Livraria do Globo, 1945. pp.69-70

¹⁹ BAPTISTA, Abel B. “O cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Candido”. In: *O livro agreste: ensaio de curso de literatura brasileira*. Campinas/SP: Edunicamp, 2005. p.45.

²⁰ IDEM. *Ibidem*.

rou de certo modo a cultura brasileira, catalisando elementos dispersos para dispô-los numa configuração nova”.²¹

Entretanto, é preciso salientar uma vez mais que a tese sustentada por João Cruz Costa não pode ser de todo compreendida se considerada à luz somente de tal experiência / tradição intelectual brasileira, afinal, como vimos, suas ideias encontraram eco e foram rapidamente incorporados pelo movimento intelectual aqui em questão. Logo, não soa exagerado defender que sua formulação deve remontar às tentativas de criação e estudo de tais filosofias em solo americano - cujo impacto, do ponto de vista de uma sociologia da vida intelectual, encontra-se ainda muito pouco estudado, principalmente se considerado à luz do processo de formação, bem como de *institucionalização* desse campo em particular, não somente no Brasil, mas também nos demais países da América Latina.

III.

De modo a encerrar o que pretendi com esta comunicação, penso que é válido retomar alguns pontos que considero centrais: grosso modo, ensaiei apresentar ligeiramente o programa de uma rede intelectual latino-americana que se formara e se consolidara devido, em grande parte, à atuação de Leopoldo Zea. Para tanto, procurei destacar as formas pelas quais a mesma se fez conhecida e foi ganhando adeptos em praticamente todo o continente, chamando a atenção do leitor para o processo de institucionalização de tal movimento e buscando mapear (ainda que minimamente) os meios através dos quais o grupo liderado pelo renomado filósofo divulgou suas pesquisas e projetos.

Em seguida, desejando estabelecer uma análise que “rendesse” do ponto de vista de um estudo comparado, procurei estabelecer relações de todo esse movimento com o Brasil através da atuação de João Cruz Costa e com vistas a acompanhar, futuramente, as conseqüências que tais “diálogos” causaram nos círculos de sociabilidade desse intelectual nos intramuros da Universidade de São Paulo. Afinal, não se pode menosprezar quão decisivo esse intercâmbio de ideias foi para a trajetória *cruzcostiana*, sendo certamente um dos pontos nevrálgicos para a compreensão real de sua vida e obra, já que não somente orientou seus temas, tal qual se pôde ver, como também lhe rendeu certa projeção internacional que, se não pode ser considerada de muito destaque, ao menos contribuiu para que sua produção circulasse para além do provincianismo intelectual de São Paulo à época.

Em tempo: Cruz Costa chegara a ser membro do já referido Comitê de História das Ideias do Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH) e conselheiro da *Congress Library* (Washington), por indicação do diretor da *Hispanic Foundation* e do secretário da *Sociedade Americana de Filosofia*, em 1948. Fora também uma figura importante - do ponto de vista político - para os intelectuais e estudantes de filosofia no Brasil, sobretudo para os paulistas “uspianos”. Entre outras coisas, fora enfim peça-chave para se compreender a autonomia que nossos “aspirantes a filósofos” acabaram conquistando por volta de meados do XX em solo brasileiro e, em menor grau, também em território ibero-americano.

BIBLIOGRAFIA

²¹ CANDIDO, A. *A educação pela noite e outros ensaios*. 3ª. ed. SP: Ática, 2000.p.181-2. Maria Arminda do Nascimento Arruda também ressaltaria que “a geração de 1930 encarnou de modo especial essa particularidade da nossa problemática cultural, traço decisivo à distinção auferida no julgamento dos críticos tributários do modernismo, os chamados ‘intérpretes do Brasil’, além de terem formulado e enquadrado as questões pertinentes ao tratamento da formação, enfrentaram, malgrado a diversidade que os caracteriza, o tema da construção da nossa modernidade nos termos da nova linguagem”. (ARRUDA, M. A. “Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação”. *Tempo Social*. vol.16, nº 1. SP, jun.2004. Disponível no sítio: www.scielo.br)

ARRUDA, M. A. "Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação". Tempo Social. vol.16, nº 1. SP, jun.2004.

BAPTISTA, Abel B. O livro agreste: ensaio de curso de literatura brasileira. Campinas/SP: Edunicamp, 2005.

BOURDIEU, Pierre. "Les conditions sociales de la circulation internationale des idées". In: Actes de la recherche en sciences sociales. Paris: Le Seuil, 2002 / 5. pp.3-8.

CANDIDO, A. A educação pela noite e outros ensaios. 3ª. ed. SP: Ática, 2000.

CARVALHO, Eugenio R. "O movimento latino-americano de História das ideias". In: Anais eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC. Campinas/SP, 2006. pp.1-23

CRUZ COSTA, João. A filosofia no Brasil. Porto Alegre: Editora do Globo, 1945.

_____. Contribuição à história das ideias no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

_____. Philosophies et philosophes em Amérique Latine. In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 3è. année, nº. 4, 1948. pp.571-572. Extraído de:

http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess0395-26491948_num_3_4_2390 (Consulté le 14 juin 2011)

GAOS, José. Pensamiento de Lengua Española. México: Editorial Stylo, 1945.

MYERS, Jorge. "Gênese 'ateneísta' da história cultural latino-americana". In: Tempo Social, vol.17, nº.1. São Paulo, jun.2005. pp.1-23. Disponível no sítio: <http://www.scielo.br>

ROIG, Arturo Andrés. La filosofía en la Argentina. In: Los fundadores en la Filosofía de América Latina. Washington, D.C., 1970. pp.193-4.

SALADINO, Alberto et al. (Org.) Visión de América Latina: homenaje a Leopoldo Zea. México: F.C.E., 2003.

ZEA, Leopoldo. Filosofía de la historia americana. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.

A VIOLÊNCIA NA AGENDA ACADÊMICA E POLÍTICA: ELEMENTOS PARA ANÁLISE DAS CIÊNCIAS SOCIAIS PÓS-85

Francisco Thiago Rocha VASCONCELOS¹

RESUMO: O objetivo do presente texto é expor o plano geral de minha pesquisa de doutorado em andamento, que analisa a formação de uma área de estudos sobre crime, violência e punição nas Ciências Sociais brasileiras a partir dos anos 1970. Trata-se de entender como o debate público sobre o tema favoreceu o surgimento de discussões acadêmicas e levou cientistas sociais a participarem dos processos de mudança social no cenário contemporâneo. O problema da pesquisa diz respeito, portanto, às relações entre a consolidação de uma área acadêmica voltada ao tema da violência e as agendas políticas na área de direitos humanos e segurança pública, entendidas como disputas pela construção da democracia no país. Com esta proposta pretende-se contribuir para o entendimento de um processo de mútua interferência entre as mudanças na universidade, na atuação das elites políticas e na formação de quadros profissionais do Estado. Esta é a hipótese da pesquisa e por isto a ênfase na institucionalização de grupos de pesquisa em núcleos, centros e laboratórios de pesquisa, espaços de conexão entre grupos da sociedade civil e do Estado, que nas Ciências Sociais contemporâneas constituiriam agências de intelectuais orientados para a 'mudança social provocada'.

Palavras-chave: ciências sociais; violência ; política

¹ Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo – SP, Brasil. Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 Cidade Universitária. E-mail: ft_rocha@yahoo.com.br

Introdução

O objetivo do presente texto é expor o plano geral de minha pesquisa de doutorado em andamento, que analisa a formação de uma área de estudos sobre crime, violência e punição nas Ciências Sociais brasileiras a partir dos anos 1970. Trata-se de entender como o debate público sobre a violência do Estado e sobre o aumento da criminalidade favoreceu o surgimento de discussões acadêmicas que levaram cientistas sociais a participarem dos processos de mudança social no cenário contemporâneo. O problema da pesquisa diz respeito, portanto, às relações entre a consolidação de um campo acadêmico e as agendas políticas na área de direitos humanos e segurança pública, entendidas como disputas pela consolidação da democracia no país.

Com esta proposta pretende-se contribuir para o entendimento das mudanças recentes na universidade e na política no Brasil, pois há um processo de mútua interferência entre as mudanças na universidade e na formação das elites políticas e de quadros profissionais do Estado. Por isto a ênfase na institucionalização de grupos de pesquisa em núcleos, centros e laboratórios de pesquisa, que surgiriam como processo de reorganização da universidade frente ao fim dos constrangimentos imperantes na ditadura e aos novos desafios da construção da democracia no país, no caso, o problema da violência. Exercendo, ao mesmo tempo, o papel de produzir conhecimento, formar pesquisadores e de incentivar abertura da universidade à participação no debate público, configuram uma conciliação dos formatos institucionais dos antigos Centros privados ou independentes de pesquisa, das ONGs e dos departamentos universitários, formando pontos de articulação entre Estado e sociedade. Serão analisadas especialmente a história de três organizações de pesquisa: o Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP), em São Paulo; o Instituto Superior de Estudos sobre a Religião (ISER), no Rio de Janeiro; e o Centro de Pesquisa em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG), em Belo Horizonte. Organizações que contribuíram para a formação de diferentes recortes teóricos e metodológicos, assim como orientações políticas, na medida em que se consolidariam como “as agências de intelectuais orientados para a ‘mudança social provocada’ ” (WERNECK VIANNA, 1992, p.228; ROMÃO, 2006)².

A história das instituições elencadas, por sua vez, só pode ser compreendida ao se levar em conta, de modo integrado, a configuração do campo acadêmico das “Ciências Sociais pós-64” nos três contextos em pauta: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Para reconstituição destes contextos, teremos como ponto de partida as conseqüências do golpe militar e da reforma universitária para a organização do campo acadêmico e as diferentes estratégias de cientistas sociais nos anos 1970/80 para a sua reorganização, expressas em duas vertentes principais: 1) a que enfatizou a consolidação de uma comunidade acadêmica tendo como marca o discurso da profissionalização e como base o circuito universitário das pós-graduações e 2) a que pretendeu a criação de espaços institucionais de construção e transmissão de conhecimento sociológico ligados a demandas políticas de setores e movimentos sociais. Na prática, foram várias as combinações entre estas duas estratégias. Será objetivo então averiguar a relação acadêmico-política estabelecida entre as Universidades, os Centros Independentes ou Privados de Pesquisa, os Programas de Pós-Graduação, as Associações de Pesquisadores, as agências de fomento e as ONGs e movimentos sociais, identificando a emergência das preo-

² Como incursões iniciais no sentido de entender as Ciências Sociais no “pós-85”, tendo como objeto a institucionalização de grupos de pesquisa sobre violência, consultar: Vasconcelos (2009; 2011a; 2011b).

cupações sobre violência em trabalhos individuais, em linhas de pesquisa e em fóruns acadêmicos e políticos.

Do ponto de vista metodológico, a intenção é contribuir para superar as antinomias entre história das ideias e sociologia da ciência (ou história social dos intelectuais), ao apontar para uma relação complexa entre a formação de redes ou coletividades de pesquisadores e os projetos políticos em pauta; as trajetórias de vida e as posições institucionais; e entre estes e o *processo de disciplinarização*, interpretado de um ponto de vista historicizante (MUCCHIELLI, 2001). Nesse sentido, serão três os eixos norteadores: 1) institucional: formação de grupos de pesquisa em universidades e centros de pesquisa; 2) teórico: as perspectivas teóricas e os objetos de estudo selecionados pelas diferentes “escolas de pensamento” e 3) político: as discussões presentes na construção da violência como problema público e a inserção de cientistas sociais no debate sobre a direção de políticas governamentais.

O debate sobre violência nas Ciências Sociais brasileiras

No contexto de resistência à ditadura e de luta pela redemocratização, os avanços no campo político coincidem com o fim da tranqüilidade e com o alarde em torno do crime, dando ensejo a duros embates interpretativos entre defensores do regime e militantes em direitos humanos. De um lado, defensores do regime e apoiadores de políticas conservadoras, que enxergavam na democracia as raízes dos novos males. De outro, movimentos sociais e militantes em direitos humanos, envolvidos nas campanhas pela democracia e em projetos de reforma da justiça criminal nos governos estaduais eleitos em 1982. Esta inquietação mobiliza parlamentares, juristas, cientistas sociais, meios de comunicação e sociedade civil organizada em reuniões, seminários e congressos³, nos quais os sujeitos, as situações e as relações eleitos como centro de um problema social são disputados no seio da vida intelectual e política, no sentido de direcionar medidas e ações. Será esse contexto que incentivará, ao longo do tempo, a formação de linhas e grupos de pesquisa sobre crime, violência, direitos humanos e segurança pública em universidades e institutos de pesquisa (BENEVIDES, 1983; PAOLI, 1982; CARVALHO, 1999; ZALUAR, 1999; MISSE, 2006).

A incorporação desses temas pelas Ciências Sociais corresponde a um campo de discussões cujos contornos muitas vezes não são bem definidos, tendo em vista as diferentes perspectivas teórico-metodológicas, objetos de estudo, áreas de conhecimento e posicionamentos políticos envolvidos. Em meio a uma diversidade de questões e disputas simbólicas por fundação e demarcação de territórios disciplinares, o crescimento desta área de estudos nos últimos anos é incontestável, como demonstram várias revisões bibliográficas (ZALUAR, 1999; KANT DE LIMA, MISSE e MIRANDA, 2000; ADORNO e BARREIRA, 2010; LI-

³ Durante a redemocratização, um acontecimento de destaque foi a convocação de juristas e cientistas sociais, feita pelo Ministério da Justiça, para discutir o tema da violência urbana, em 1979. Ainda poderiam ser indicados: a criação do GT Direito e Sociedade na ANPOCS, em 1979; o Seminário sobre criminalidade violenta, promovido pela OAB, no Rio de Janeiro; no mesmo local, o I Congresso Brasileiro de Violência Urbana; a reunião da ANPOCS com o tema Violência urbana no Brasil; a formação de uma CPI sobre as causas da violência - todos em 1980; o debate sobre Violência e Cidade no IUPERJ, em 1981; o XII Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política, no Rio de Janeiro, cujo tema era Violência social em cidades latino-americanas e européias; o seminário na PUC/SP, solicitado pela Pastoral dos Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, sobre a questão carcerária; e o Seminário Crime, Violência e Poder, na UNICAMP, todos em 1982; o Seminário O Rio contra o Crime, promovido por O Globo, em 1984, que foi acompanhada de pesquisa de opinião; e a criação do Núcleo de Estudos da Violência - NEV/USP, em 1987 (BENEVIDES, 1983; CARVALHO, 1999; MISSE, 2006).

MA, 2011)⁴. Assim, considerando os últimos quarenta anos de produção acadêmica regular, temas antes circunscritos aos estudiosos da Medicina ou do Direito⁵ passam a fazer parte também das Ciências Sociais. Na medida em que foram colocadas na pauta das grandes preocupações da sociedade e do Estado, deixaram de ser “temas de fronteira” (PAOLI, 1982; BENEVIDES, 1983; CARVALHO, 1999; LIMA, 2011).

Nesta produção, não se poderia negar o lugar dos estudos clássicos das Ciências Sociais brasileiras nas primeiras tentativas de entender os fenômenos complexos da violência no país. Seja pela análise da produção sobre os conflitos de terra, o cangaço e os movimentos messiânicos, da revolta popular e da violência institucional que tratou de reprimi-los, da relação entre mudanças e continuidades na atuação estatal e a cultura política brasileira após a redemocratização, são vários os momentos em que se fazem notar a sua influência (ADORNO e BARREIRA, 2010; VEIGA JÚNIOR, 2011). No entanto, a partir do final dos anos 1970, outros referenciais entram em jogo na definição da violência como problema de investigação, em especial a influência de teórico-metodológica proveniente da sociologia norte-americana para o estudo das organizações policiais e da criminalidade e da análise de Michel Foucault sobre a prisão. Não à toa os estudos sobre prisão nos anos 1970 são considerados o marco inaugural desta área de estudos e posteriormente, nos anos 1980, os temas polícia, criminalidade e direitos humanos, que continuam como centrais frente aos que irão emergir nas décadas seguintes (LIMA, 2011).

Esta sequência temática não é aleatória. Ela tem relação com o processo político brasileiro. Por um lado, responde à extensão da violência do Estado às camadas médias da sociedade em um contexto de repressão às dissidências políticas. As prisões políticas chamam a atenção para a realidade do preso comum, seja pela estetização da violência presente na contracultura dos anos 1970; pela denúncia da situação do preso, que enseja também a desmistificação do seu perfil, geralmente associado à miséria ou ao “monstruoso”; ou pela constituição das primeiras facções criminosas, que surgem no âmbito da prisão (LEMGRUBER, 1983; RAMALHO, 1976; COELHO, 2005; BRANT, 1994). É o objeto, aliás, conveniente às perspectivas analíticas inovadoras no âmbito dos estudos sobre comportamento social, desvio e cultura (VELHO, 1973 e 1974). Também podem ser associadas a essa corrente, os estudos sobre processos judiciais, que focalizaram os crimes sexuais e o papel do Estado na definição dos papéis sexuais ou a reincidência criminal (CORRÊA, 1983; ADORNO, 1984).

A ênfase inicial nos estudos sobre a polícia tem um sentido similar: o da violência do Estado contra as classes populares, que assumiria seu maior grau através da centralização das forças estaduais sob o comando militar (PINHEIRO, 1979). Ao mesmo tempo, o interesse pela polícia também se relacionaria à desmistificação da ligação direta de causalidade entre pobreza e crime, através do estudo das estatísticas criminais como produto de uma lógica organizacional, de uma “lógica em uso” ligada à “criminalização da marginalidade” (COELHO, 1978; PAIXÃO, 1982). Mas as perspectivas de estudo não seriam homogêneas. Está presente também neste cenário a intenção de perceber a capacidade efetiva de atuação da polícia frente a uma criminalidade percebida como realidade crescente e não totalmente produto de uma cultura policial ou dos interesses políticos escusos de uma imprensa sensacionalista. Embora não haja total discordância quanto ao papel perverso da atuação policial por sua instrumentalização em um regime ditatorial, as ênfases se dividem entre os que se voltam, de um lado, ao diagnóstico de uma relação entre o apoio popular à resolução violenta dos conflitos e a deterioração da polícia em grupos de extermínio (BENEVIDES, 1982; PINHEIRO, 1982; FIS-

⁴Considerando-se as teses e dissertações da Capes, por exemplo, a evolução desta produção entre os anos de 1983 e 2006 demonstra um aumento de 101 para 8205 trabalhos, sendo mais de 80% de toda produção desenvolvida durante os anos 2000 (LIMA, 2011).

⁵Sobre a apropriação do tema da violência por estas áreas, consultar Alvarez (2003).

CHER, 1985), e de outro, aqueles que enxergam as possibilidades de autonomização da polícia frente a demandas ilegais e de construção de políticas públicas de segurança frente a uma criminalidade em pleno crescimento (PAIXÃO, 1982).

O debate sobre as causas do crescimento dessa criminalidade e o seu contorno é outro ponto central e polêmico. As primeiras respostas à inquietação com a violência criminal a localizariam como um efeito ou um epifenômeno, cuja explicação e solução passaria antes pelas causas e fatores estruturais. As discussões giravam em torno ou da deficiência dos serviços (saúde, educação, lazer), da desintegração familiar e favelização ou da questão do trabalho e da renda, envolvidos muitas vezes com a lógica da reforma social e moral dos indivíduos desajustados em instituições disciplinares (CARVALHO, 1999). Em reação a este contexto, surgem várias tendências explicativas, que irão se dirigir à recusa destas correlações, vistas como indicadoras de causalidade entre pobreza e crime: as que entendem o crime como estratégia de sobrevivência ou de resistência a uma *violência estrutural* – ao mesmo tempo sócio-econômica e política – em um contexto de emergência das demandas das classes e setores dominados (KOWARICK, 1980; OLIVEN, 1980; 1981 e 1983; MOISÉS e MARTINEZ-ALIER, 1978; PAOLI, 1982) ou como atuação criminalizadora das instituições do Estado (COELHO, 1978).

Estas perspectivas não são recusadas de todo, mas enredam-se nas ambigüidades do debate público e suscitam programas de pesquisa como maneira de distinguir as várias faces do problema público. Ocorre, nesse sentido, um direcionamento da ênfase da violência estrutural à violência criminal em conexão com a criminalização operacionalizada pelo Estado, em que o sentido político positivo da reação popular violenta perde sua hegemonia para a defesa da legalidade em uma ordem democrática em construção. Assim, seria possível esboçar uma periodização: dos anos 1970 até metade dos anos 1980, haveria predomínio de estudos sobre a violência vinda do povo e da sociedade – movimentos messiânicos, cangaço no campo, quebra-quebras urbanos –, entendida como confronto entre uma “violência legítima dos movimentos populares” contra o “Estado ilegítimo e ilegal”. A partir deste período, as práticas de linchamento entre a população pobre e o apoio social as ações policiais repressivas ilegais, teria criado uma fissura nesta antes nítida separação. A essas práticas não se podia mais considerar indicio de uma “cidadania adormecida” e, ao mesmo tempo, obrigavam a refletir sobre o aumento da criminalidade (ZALUAR, 1999)⁶. O esforço de pesquisa se dirige, então, a fenômenos como a evolução das taxas criminais, a discussão sobre a legitimidade da violência do Estado, as reações populares, os linchamentos, a formação de grupos de extermínio e a organização social e política da criminalidade.

Este quadro pode ser tomado como síntese do debate na virada dos anos 1980/90, que prossegue dadas as repercussões do *Massacre do Carandiru*, em São Paulo, e da *Chacina da Candelária* e do *Vigário Geral*, no Rio de Janeiro. A partir destes contextos de “crise de segurança pública”, cientistas sociais procuram qualificar o debate público por meio da elaboração e divulgação de pesquisas, de intervenções junto ONGs de direitos humanos, à imprensa e em consultorias governamentais. Este parece ter sido o cenário de uma mudança de ênfase, reconhecível como movimento geral nos testemunhos dos pesquisadores, de uma posição *denuncista* a uma postura *propositiva*. Desse modo, tornam-se compreensíveis os engajamentos nos processos de reconstrução do Estado, seja pela via mais voltada ao controle da atuação estatal pela adesão às normas internacionais de direitos humanos, seja pela via da conciliação entre eficiência policial e direitos humanos.

⁶ Para Zaluar (1999), a falta de apoio da população a política de direitos humanos expressaria com bastante força esta “decepção com o popular”, que poderia ser atribuída a uma concepção idealizada do povo entre os intelectuais, embora nem sempre explícita em seus textos.

Entre as análises, que se tornaram cada vez mais complexas, é possível encontrar alguns pontos de convergência. O primeiro, relativo à tese do despreparo do aparelho estatal frente às novas dinâmicas criminais, que agrega as questões ligadas às políticas de segurança pública, às particularidades das garantias de direito, do processo de civilizador e do monopólio legítimo da violência física no Brasil. O segundo, a abrangência cada vez maior da agenda de direitos humanos nas diretrizes estatais de reivindicações e também na área de segurança pública, consubstanciando o ideário de *segurança cidadã* no âmbito das políticas governamentais. Assim, na continuidade de um processo político de reformulação da segurança pública no país, a última década é marcada pela incorporação, pelas políticas estatais, de uma nova linguagem oriunda das lutas pelos direitos humanos e por participação social nos assuntos de Estado e das tradições de pensamento alternativas na área de policiamento. *Participação, transparência, integração, prevenção, segurança cidadã* começam a fazer parte do vocabulário de iniciativas de consolidação da democracia por meio da criação de mecanismos do controle da atuação policial e da associação entre políticas repressivas e sociais. Malgrado as diferenças substantivas entre os sentidos políticos dos projetos recentes para a área de segurança pública, eles expressariam a incorporação desta nova linguagem.

Seja quais os nexos entre os estudos produzidos no país, o fato é que, nesse percurso, pouco a pouco foram desfeitas as imagens do caráter pacífico da sociedade brasileira, alimentada por um período de relativa estabilidade ou de um olhar de certa maneira nostálgico para o passado, diante de um presente em mudança e de um futuro incerto. Percebe-se que, na articulação entre as questões e objetos apresentados, foi em especial como resposta à representação da *violência urbana* que um novo espaço de legitimidade à violência como objeto foi reivindicado. Este campo em gestação se unificará, portanto, em torno de uma representação de múltiplos sentidos e significados, antes uma pré-noção que um conceito, que conserva as marcas da ligação entre as Ciências Sociais e o debate público sobre as transformações urbanas, sobre o crime violento e sobre a repressão política a partir da resistência à ditadura e das lutas pela redemocratização. Uma história entrecortada por disputas e projetos políticos, no qual, de maneira simultânea ao incremento de um campo acadêmico institucionalizado, há participação de intelectuais em aliança com grupos político-partidários, universidades, ONGs e movimentos sociais. Foi a partir das contingências e projetos presentes nestas interações político-intelectuais que as opções institucionais foram feitas, como maneira de construir um terreno favorável à autonomia de pensamento e atuação (VASCONCELOS, 2009; 2010; 2011).

Esta articulação aponta ao mesmo tempo para o compromisso de uma parcela dos intelectuais do período com a estratégia de reforma do Estado na área do sistema de justiça criminal, a partir dos primeiros governos estaduais eleitos pela via democrática: o de Franco Montoro (1983-1987), em São Paulo, e o de Leonel Brizola (1983-1986), no Rio de Janeiro. Eles demarcam tanto o ápice do apoio aos direitos humanos dos presos políticos, como também a perda deste apoio, com o crescimento da criminalidade violenta, e os embates políticos em torno da humanização dos presídios. Duas experiências com intenções progressistas que apontam para o estudo, ainda por se fazer, das relações dos intelectuais com as forças políticas desta época, que teria muito a iluminar as clivagens do debate público e acadêmico sobre o crescimento da criminalidade e discutir a tese da conversão da intelectualidade brasileira em espécie de “anel burocrático” no período da redemocratização (LAHUERTA, 1999; 2001)⁷.

A perspectiva do trabalho mais amplo de que faz parte o presente texto é de que, a começar destas experiências governamentais, seria possível entender a relação entre a construção de um campo acadêmico e as agendas políticas na área de direitos humanos e de segurança pública. Baseando-nos em marcos temporais não necessariamente fixos, será necessário

⁷ Como investimentos auxiliares nesse intuito, no que se refere ao governo Brizola, consultar: MACHADO DA SILVA (2005); DORNELLES (2001) e HOLLANDA (2011).

perseguir os espaços de debate, a formação de grupos de pesquisa e de militância e sua atuação nas experiências de constituição da agenda pública sobre o tema da violência e das mobilizações ligadas às “crises de segurança pública” após a redemocratização. Nesse sentido, na próxima seção delinea-se uma primeira descrição e análise dos caminhos que consolidaram a área de estudos, partindo das discussões teóricas, da história das organizações que as produziram, da trajetória de pesquisadores e de sua atuação no debate público sobre o tema.

O espaço acadêmico das Ciências Sociais pós-68 e a construção institucional dos estudos sobre violência urbana

Analisar a vida intelectual supõe, além da análise das ideias, localizar os agentes em suas posições institucionais e políticas, ou ao menos fornecer um quadro de referências para tal. Assumindo a perspectiva de que a legitimação das Ciências Sociais no Rio de Janeiro esteve intimamente ligada ao Estado e à Igreja dos anos 1930 a 1960 (MICELI, 1995; 2001), cabe fornecer elementos para investigação do quanto o golpe militar de 1964 e a reforma universitária de 1968 afetaram a vida acadêmica neste estado. Para tanto será necessário fornecer alguns elementos a fim de situar o leitor no quadro mais geral de onde emerge e se consolida a área de estudos sobre violência no Brasil.

Após 1968 foram diversos os movimentos que reformularam o cenário das Ciências Sociais no Brasil. O seu espaço acadêmico se reestrutura, com a criação de novos fluxos de financiamento, estatais e privados - no qual se destaca o papel da Fundação Ford; com a institucionalização de cursos de pós-graduação em Ciência Política e em Antropologia; com a criação de novos institutos de pesquisa como forma de resistência à ditadura e de reorganização da vida intelectual em moldes acadêmicos; com o incremento da capacidade associativa dos cientistas sociais – exemplificada pelo papel da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC e da ANPOCS; com o surgimento de novas gerações de pesquisadores e de novos modelos de trabalho intelectual, associados à maior circulação inter-regional e internacional dos pesquisadores, e com o desenvolvimento de um novo conjunto de divisões (sub)disciplinares.

No âmbito das Ciências Sociais temos, então, a peculiaridade de um pujante desenvolvimento institucional em plena vigência de uma ditadura militar. Esta, ao mesmo tempo em que responsável pela perseguição à dissidência crítica no seio das universidades, incentivou a expansão contínua da formação superior, com a reforma universitária de 1968. Assim, paradoxalmente, a maturidade do sistema científico coincidiu com novos arranjos associativos e políticos, fomentadores da crítica ao regime militar e das estratégias de luta pela restauração democrática e construção de um Estado de Direito. Neste contexto, em meio a disputas pela definição das ligações ou fronteiras entre a profissionalização acadêmica e as tarefas políticas, são incorporados novos temas, abordagens e especialidades. O período inaugurado, para uns, com o golpe militar em 1964 (VELHO, 1983), para outros, com a reforma universitária de 1968 (KEINERT, 2011) configura, nesse sentido, um outro cenário, que pouco a pouco dá ensejo a novas reflexões e pesquisas.

Em um período de restrição, no qual as bases da vida acadêmica não estavam consolidadas, as tarefas de “construção institucional” cumpriram função central. Destaca-se no cumprimento desse papel a mobilização, por parte de um grupo de cientistas sociais, do prestígio pessoal ligado a origens familiares, de classes, contatos em posições estratégicas no Estado, além do lastro internacional de suas trajetórias, como trunfo de sua atividade no período. Assim, um grupo geracional se imporia como elite de cientistas sociais do país entre 1964-1985, no qual ganham destaque Fernando Henrique Cardoso, Roberto Cardoso de Oliveira e Candido Mendes de Almeida, viabilizaria a construção de institutos de pesquisa: o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP, o Museu Nacional e o Instituto Universitário de Pes-

quisas do Rio de Janeiro - IUPERJ. Estas instituições seriam centrais na reorganização acadêmica das Ciências Sociais segundo um novo ideal de autonomia profissional, embora ele tenha encontrado dificuldades em se realizar, em face da diminuição dos recursos disponíveis e a indefinição da vida intelectual entre as tarefas de auto-reprodução da universidade e as demandas externas ao mundo acadêmico (KEINERT, 2011).

O cenário estaria incompleto, entretanto, se não abrangesse também a expansão anterior ou concomitante dos cursos de graduação, em especial no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, como a PUC/RJ e Faculdade de Ciências Econômicas -FACE/MG, de onde se originariam a maior parte dos membros desse grupo geracional. Marcando a diferença em relação ao contexto de São Paulo, que apresentava maiores condições de consolidação de uma carreira acadêmica na USP, as condições da expansão nestes outros estados seria cercada de incertezas quanto à definição do cenário profissional para os formandos, o que explicaria a opção pelas alternativas de carreira acadêmica no exterior. Aliado a isto, estaria o cenário de investimentos de construção institucional e financiamento de programas de pós-graduação no exterior, que afetariam de modo mais impactante Minas e Rio. Notável seria, por um lado, a disputa entre ideais de profissionalização segundo moldes franceses da USP, e norte-americanos no Rio e em Minas – com o conseqüente impacto na adoção de referenciais teóricos diferenciados; por outro, tendo em vista o maior engajamento na vida pública, torna-se mais complexa a distinção identitária para os grupos em questão e que marca também a história feita sobre o período, entre um contexto mais acadêmico em São Paulo e outro mais politizado no Rio de Janeiro. Como a dar continuidade a uma característica marcante da intelectualidade brasileira desde o século XIX, a conquista de notoriedade estaria associada à ligação com o universo político, seja como meio de viabilização das construções institucionais – cargos em comissões científicas e instituições de fomento - ou como maneira de intervir politicamente nos rumos do país - na assessoria a partidos e movimentos sociais nos anos 1970 ou nos cargos burocráticos no governo após a redemocratização em 1985 (idem, ibidem).

Nesse sentido, no período pós-85 se vive um contexto de recomposição de espaços de pensamento e atuação fragmentados pela ditadura e de reestruturação das ciências sociais como campo científico e profissional. Ganha relevo nesta construção os vários vínculos político-institucionais entre intelectuais nos centros de pesquisa elencados. É constante a interação entre as instituições, expressa na realização de pesquisas, no fluxo de pesquisadores ou no envolvimento através de consultoria institucional. A partir do embaralhamento entre redes políticas e intelectuais no período é que pode ser traçada uma linha de continuidade, ao menos no que diz respeito aos estudos sobre violência, segurança pública e direitos humanos, entre os “centros independentes de pesquisa” e organismos de militância surgidos nas décadas de 1970 e 1980 e a criação dos centros de pesquisa universitários.

As interações entre intelectuais e agências de fomento e outro aspecto importante desta questão. Com a consolidação de uma comunidade acadêmica e de um sistema oficial de fomento a pesquisa por parte do Estado brasileiro, a Fundação Ford começou a reorientar seus recursos para projetos aplicados ou de intervenção, reduzindo o apoio ao campo propriamente acadêmico e passando a investir na capacitação e gestão das ONGs, constituindo uma sorte de competição por recursos entre estes dois perfis de organização do trabalho intelectual. Como consequência, houve em todo o país uma expansão significativa de grupos de pesquisa institucionalizados na forma de núcleos e laboratórios e voltados a extensão universitária. Nesta política de intervenção se gestou uma mudança de padrão de trabalho intelectual, sendo a área de direitos humanos paradigmática desses processos (ADORNO e CARDIA, 2002).

Desse modo, a concomitância entre a atuação política e a construção das condições para o exercício do fazer científico repercutiu na disputa entre visões mais políticas ou mais profissionalizadas acerca do papel do intelectual neste novo cenário. A história do NEV, do ISER ou do CRISP sinaliza para o debate imanente a esse processo. Os dois primeiros, ligam-se a

uma militância, seja na continuidade à luta por direitos humanos, em especial a questão do preso comum, conduzida por juristas e Igreja Católica, seja na mobilização da sociedade civil frente ao crescimento da violência urbana. Cada um a seu modo procurou compatibilizar a militância com atividades acadêmicas ao se institucionalizar na universidade ou procurando conduzir pesquisas na área. Já o CRISP possui um perfil diferenciado, uma vez que não se liga a uma militância extra-acadêmica, mas sim a uma ligação mais próxima com as instituições estatais, em especial a polícia, com a qual dialoga na proposição e avaliação de políticas públicas.

Destes diferentes perfis, advém maneiras diversas de conduzir pesquisas e pautas políticas, reveladoras das disputas político-intelectuais, mas também dos diferentes processos de institucionalização acadêmica nos contextos em pauta.. Quanto ao primeiro aspecto, ressaltam as vinculações teóricas francesas ou norte-americanas, ancoradas em uma sociologia crítica do controle social ou da intervenção aplicada, o que conduz ao aspecto político das divergências, entre posições de denúncia ou de proposição. No que se refere aos processos de institucionalização, é possível presumir uma posição onde a universidade se faz presente (São Paulo), o que não impede a articulação com a construção de políticas estatais (a exemplo do Programa Nacional de Direitos Humanos); outra em que o contexto acadêmico está fragmentado ou em processo de reconstituição (Rio de Janeiro), como evidencia a constituição de um primeiro grupo de pesquisa fora da universidade; e por fim, um contexto mais vinculado à articulação entre Estado e universidade na proposição de políticas públicas. (Minas Gerais).

Todas essas referências deverão ser melhor analisadas no decorrer da pesquisa. Importa ressaltar, por ora, que esta área segue a tendência geral das Ciências Sociais contemporâneas no Brasil, na qual a definição de uma atividade profissional não significou obrigatoriamente abdicação da vocação pública, nem teve como consequência a abstinência política (LAHURTA, 1999). Desse modo, as ciências sociais brasileiras, apesar das diferenças, irão convergir na medida em que se inscrevem na vida pública em torno de uma agenda de reformas sociais, em que pouco lugar haveria para uma *intelligentsia* de tipo mannheimiano, ou seja, como estrato substitutivo das elites e dos partidos. Sendo assim, concordando com Werneck Vianna, na segunda experiência de contato dos cientistas sociais com a democracia, “os laboratórios, centros de pesquisa e departamentos universitários e que se tem constituído nas agências de intelectuais orientados para a ‘mudança social provocada’” (1997, p. 228).

Bibliografia

- ADORNO, Sérgio et alii. Preso um dia, preso toda a vida: a condição de estigmatizado do egresso penitenciário. *TEMAS IMESC. Soc. Dir. Saúde*. São Paulo, 1(2), 1984, 101-07.
- _____. A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 35, 1 semestre, 1993, pp. 3-24.
- _____. e CARDIA, Nancy. Das análises sociais aos direitos humanos. In: BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary (Orgs.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo/ Fundação Ford, 2002.
- _____. e BARREIRA, César. A Violência na Sociedade Brasileira. In: Carlos Benedito Martins; Heloisa Helena T. de Souza Martins.. (Org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Barcarolla, 2010, v. 1, p. 303-374.
- ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, Criminologistas e Juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil (1889-1930)*. 1. ed. São Paulo: IBCCRIM, v. 1., 2003, 267 p.
- BENEVIDES, Maria Victoria. Linchamentos: violência e “justica” popular. In: PINHEIRO, Paulo Sergio; DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Celia. BENEVIDES, Maria Victoria. *Violência brasileira*. Sao Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- _____. *Violência, povo e polícia: violência urbana no noticiário de imprensa*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRANT, Vinicius Caldeira. O trabalho encarcerado. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

CARVALHO, Glauber Silva de. *Abordagens teóricas da violência criminal: respostas das Ciências Sociais a um momento político*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, São Paulo, FFLCH, USP, 1999.

COELHO, Edmundo Campos. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 12(2), 1978, 139-161.

_____. *A Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CORRÊA, Marisa. Morte em família: representação jurídica de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DORNELLES, João Ricardo Wanderley. Entre pombas e falcões: conflito e segurança pública no Rio de Janeiro (1991-1998). Tese de doutorado em Serviço Social. Rio de Janeiro, 2001.

FISCHER, Rosa Maria. *O Direito da população à segurança: cidadania e violência urbana*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC, 1985.

KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma bibliografia. In: *BIB*, Rio de Janeiro, n.50, 2000, pp.45-123

KEINERT, Fabio Cardoso. Ciências sociais entre ciência e política (1968-1985). Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2011.

_____. e SILVA, Dimitri Pinheiro. A gênese da ciência política brasileira. In: *Tempo Social* – revista de sociologia da USP. vol. 22, n. 1, junho, 2010, p. 79-98.

KOWARICK, Lucio. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LEMGRUBER, Julita. Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. Tese de doutorado, USP, 1999.

_____. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. In: *Cadernos IFCH*, Unicamp, 2001.

LIMA, Renato Sérgio de. *Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2011.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Introdução. In.: *A Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MICELI, Sergio (Org.). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.

_____. (Org.). História das Ciências Sociais no Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora Sumaré, 2001, 571 p.

MISSE, Michel. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2006.

MOISÉS, José Álvaro e MARTINEZ-ALIER, Verena. A revolta dos suburbanos ou “patrao, o trem atrasou”. In: MOISES, Jose Alvaro e outros. *Contradicoes urbanas e movimentos sociais*. *Revista de Cultura & Política do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 13-65.

MUCCHIELLI, Laurent. O nascimento da sociologia na universidade francesa (1880-1914). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.21, n.41, p.35-54, 2001.

OLIVEN, Rubem George. Urbanização e mudança social no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. Chame o ladrão: as vítimas da violência no Brasil. Em: BOSCHI, Renato Raul. *Violência e cidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *Violência e cultura no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

PAIXÃO, Antonio Luiz. A organização policial numa área metropolitana. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 25, n.1, 1982, pp.63 a 85.

PAOLI, Maria Célia. Violência e espaço civil. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia. BENEVIDES, Maria Victoria. Violência brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

PINHEIRO, Paulo Sergio. Violência do Estado e Classes Populares. Em: Dados. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: n. 22, 1979.

_____. Policia e crise política: o caso das policias militares. In: PINHEIRO, Paulo Sergio; DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia; BENEVIDES, Maria Victoria. Violência brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.

RAMALHO, José Ricardo. O mundo do crime: a ordem pelo avesso. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

ROMÃO, Wagner de Melo. Sociologia e Política Acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT. 1. ed. São Paulo: Humanitas, , 2006, 248 p.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. *Violência e academia: a construção político-intelectual do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará (UFC), 2009.

_____. A construção político-intelectual do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/ USP). In: Burity, Joanildo; Rodrigues, Cibele Maria; Secundino, Marcondes (Org.). *Desigualdade e justiça social: dinâmica Estado e sociedade*. vol. 1. Fino Traco Editora, 2011a.

_____. A sociologia da violência em São Paulo: a formação de um campo em meio à fragmentação de uma intelligentsia na transição democrática. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, n. 1, 2011b, p. 147-178.

VEIGA JÚNIOR, Maurício Hoelz. Violência e pessoalização numa sequência sociológica. XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011. In: www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com. Acesso em: 23.11.2011.

VELHO, Gilberto. A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, v. 1., 1973, 115 p.

_____. Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social.. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

VELHO, Otávio. Processos sociais no Brasil pos-64: as ciências sociais. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Orgs.). *Sociedade e política no Brasil pos-64*. Sao Paulo: Brasiliense, 1983.

WERNECK VIANNA, Luiz. A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social a agenda americana de pesquisa. In: *A Revolução Passiva – Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan/IUPERJ, 1997.

ZALUAR, Alba. Violência e Crime In: MICELI, Sergio (org.) *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*, vol. 1: Antropologia. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999.

SOCIEDADE, TRABALHO INTELECTUAL E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA MODERNIDADE OCIDENTAL

Gabriel Cunha SALUM¹

¹ Mestre e Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP/FFC- Marília-SP, Brasil. Email: gabriel_salum@yahoo.com.br.

Resumo: O modelo de organização social da modernidade ocidental capitalista pode ser caracterizado por uma perspectiva antropocêntrica da realidade com a afirmação da autonomia do indivíduo em face da crença e da tradição como também por uma confiança inabalável na racionalidade como faculdade inerente ao gênero humano capaz de promover determinados valores como a liberdade e a isonomia. Neste contexto histórico-social específico, teve-se como objetivo investigar alguns aspectos dos relacionamentos em torno da produção, difusão e apropriação do conhecimento fruto do trabalho intelectual. Abordou-se a influência paradoxal da racionalidade nesta dinâmica, emancipando a subjetividade humana do jugo teocentrista ao passo que constituía outra modalidade de encarceramento do saber ao submeter o trabalho intelectual e seus produtos ao império da racionalidade econômico-privatística capitalista. A investigação foi elaborada a partir da revisão bibliográfica de obras relacionadas ao tema. Concluiu-se a existência de uma liberdade mitigada acerca do binômio sociedade e conhecimento na modernidade, tratando-se de uma contradição oriunda dos desdobramentos da racionalidade no universo dos princípios norteadores da civilização ocidental.

Palavras chave: Sociedade. Conhecimento. Modernidade.

Introdução

A perspectiva teocêntrica de homem e de mundo representou fator determinante na conformação dos sistemas sociais do período pré-moderno, moldando de maneira singular tanto as relações de propriedade como as relações sociais acerca da produção e da divulgação do conhecimento. (PIRENNE, 1963; LÉVY, 1973; COULANGES, 1996; HESSE, 2002).

Assim, especificamente no que se refere à questão dos relacionamentos acerca do conhecimento em sistemas sociais do mundo pré-moderno, observa-se que um entendimento sobre a origem dos diferentes tipos de saberes foi estabelecido de modo a negligenciar a potencialidade dos atributos do corpo humano em detrimento dos imperativos de uma vontade sobrenatural, colocando produtores de conhecimento na condição de meros transmissores dos desígnios de uma inteligência superior e transcendente. Por consequência, qualquer saber produzido sob este tipo de orientação não poderia ser entendido como pertencente ao verdadeiro produtor, o próprio homem, mas sim como um dom livremente concedido por um domínio do sobrenatural (DI BLASI, GARCIA E MENDES, 1997; HESSE, 2002).

É importante destacar que o predomínio desta crença na origem metafísica do conhecimento humano impunha obstáculo intransponível a qualquer possibilidade de utilização dos produtos do trabalho intelectual tanto para fins comerciais e, evidentemente, a qualquer intento de extensão da esfera do saber à esfera da propriedade privada. Neste sentido, diz Hesse que “Uma viagem através das grandes civilizações do mundo pré-moderno - Chinesa, Islâmica, Judaica, e Cristã - revela uma ausência de qualquer noção de propriedade humana de idéias ou de suas expressões” (HESSE, 2002, p. 28, tradução nossa).

Não obstante, a inexistência de relações de propriedade sobre o conhecimento nas sociedades pré-modernas não implicou a possibilidade de livre produção e divulgação dos saberes. Isto porque se criou um rígido controle por parte de determinados setores sociais dominantes com a finalidade de proteger os valores predominantes que orientavam a vida em sociedade. Coube a uma seleta classe de representantes seculares dos desígnios divinos o gerenciamento de tal sistema de controle e censura, utilizando-se, para a consecução do propósito em questão, o emprego de instrumentos de censura, aparelhos de tortura, além de cartas de patente e monopólios estatais concedidos pelo soberano e, conseqüentemente, exigidos para o exercício das atividades relacionadas à divulgação dos frutos do trabalho intelectual (HESSE, 2002).

Esta breve digressão é útil no sentido de contextualizar e introduzir a discussão pretendida para este trabalho: o estudo do nascimento de uma nova forma de interação entre sociedade, trabalho intelectual e produção de conhecimento a partir da modernidade ocidental capitalista.

Desenvolvimento

A noção de “modernidade ocidental” está diretamente relacionada à decadência da visão teocêntrica de homem e de mundo característica dos relacionamentos do mundo pré-moderno.

Com a conquista do poder econômico e político pela burguesia, intenta-se uma série de transformações radicais em as todas as esferas da vida social, localizando-se, neste contexto de reorganização de instituições e valores da Europa Ocidental, o declínio da visão mágica de homem e de mundo onde a razão e a vontade humana ocupam papel secundário na explicação da realidade (BERMAN, 1986; WEBER, 2001; ENGELS; MARX, 2003).

Então, diante do desmoronamento da perspectiva teocêntrica tanto no plano das consciências individuais como, em geral, no universo das relações sociais, pode-se perguntar: qual o sentido das relações sociais em torno da produção e divulgação do conhecimento na “nova” sociedade que solapou os axiomas prescritos pelo *ancien régime*?

No início do século XVIII já é possível notar uma dinâmica social bem distinta daquela outra excessivamente policiada e excludente do período anterior quando imperavam instrumentos de controle e censura sobre os processos de produção e divulgação do conhecimento.

Segundo Hesse (2002, p. 31-32, tradução nossa):

O aumento da alfabetização e a emergência de um grande público leitor de classe média em todas as partes da Europa na primeira metade do século XVIII propiciam um conjunto de tensões sobre o sistema de publicação fundamentado na noção de um montante de conhecimento divino ou antigo a ser conhecido, transmitido, e interpretado.

Uma das características que permite identificar o *locus* do conhecimento no âmbito da modernidade ocidental é a progressiva secularização do saber com a incorporação de um público outrora excluído. É abundante a produção de concepções de cunho político, religioso, filosófico, além de teorias científicas, reconhecendo-se neste novo ambiente o signo da secularização e do contínuo incremento do conhecimento humano. Denota-se tal assertiva desde a livre interpretação das escrituras sagradas preconizada por Martinho Lutero na Reforma Protestante do século XVI, passando pelas descobertas e concepções da Revolução Científica do século XVII até a filosofia do Iluminismo do século XVIII.

Neste sentido, Martins (1984, p. 11) afirma que:

O século XVIII constitui um marco importante para a história do pensamento ocidental e para o surgimento da sociologia. As transformações econômicas, políticas e culturais que se aceleram a partir dessa época colocarão problemas inéditos para os homens que experimentavam as mudanças que ocorriam no ocidente europeu.

Com o triunfo da Revolução Francesa em *fin de siècle* a prevalência supostamente inabalável da visão teocentrista fundamentada na crença e na tradição finalmente é substituída em diversos países pelos valores da burguesia vitoriosa. A hegemonização da nova ordem social na Europa ocidental favoreceu o avanço do humanismo moderno por parte significativa do globo terrestre.

Para Cavalcante (1991, p. 9):

[...] o processo revolucionário que abalou tão profundamente a sociedade francesa no final do século XVIII e que de forma diversa atingiu as demais sociedades européias, influenciou outros movimentos revolucionários, atemorizou e entusiasmou diferentes segmentos sociais mesmo nas longínquas regiões coloniais, impôs-se à reflexão de políticos, pensadores, filósofos, romancistas e historiadores.

Neste cenário de conflitos extremados, trava-se o embate decisivo para a libertação do conhecimento do poderio da religião e do Estado absolutista.

Segundo Chaves (1952, apud Costa Netto, 1998, p. 33):

[...] com o desenvolvimento da indústria editorial, e como consequência das idéias novas que haviam de se propagar pela Reforma e pela Revolução Francesa, começa a cair em desagrado o regime dos monopólios, ao mesmo tempo em que os escritores começam a inteirar-se melhor da importância de sua contribuição e a procurar uma melhor recompensa de seus esforços e de seus sacrifícios.

Neste mesmo sentido, nas palavras de Hesse (2002, p. 32-33, tradução nossa):

Por volta da metade do século dezoito, o sistema tradicional de impressão e publicação estava prestes a desmoronar em vários países. Primeiro na Inglaterra, e logo na França e na Alemanha, podia-se observar reivindicações por reformas no regulamento do comércio de livros, sendo tais reivindicações provenientes de todas as partes envolvidas no negócio.

A consagração da individualidade e da racionalidade como princípios basilares da nova ordem social favoreceu o surgimento de um novo ideário nos relacionamentos em torno da produção e divulgação do conhecimento. Isto porque a ideia de racionalidade implica adaptação dos meios aos fins, sendo, por conseguinte, antitética às explicações da vida e dos fenômenos humanos a partir da magia e da superstição (LANDES, 2005, p. 21), tornando-se consensual a noção de que a capacidade cognitiva da mente humana faz o homem matriz de todas as espécies de conhecimento em lugar de deuses e musas, ou seja, o ser humano assume a condição de único responsável pela contínua elaboração de novos saberes.

Logo, a emancipação do conhecimento das amarras forjadas pelo sistema de valores do mundo pré-moderno permitiu que a modernidade ocidental vivenciasse uma nova situação de autonomia e poder de dominação sobre o conhecimento sem precedentes na história do gênero humano.

Tal assertiva pode ser bem ilustrada a partir da noção de “ética faustiana” apresentada por Landes (2005, p. 23-24):

O complemento desse espírito de racionalidade era o que podemos chamar de ética faustiana, o senso de dominação da natureza e das coisas. Uma reforçava a outra: a dominação implicava uma adaptação dos meios aos fins, e a atenção para com os meios e fins era condição da dominação. Esse é um tema antigo na cultura ocidental, que remonta aos mitos de Dédalo e Prometeu, ou mesmo às narrativas da Torre de Babel e de Eva, a serpente e a árvore do conhecimento (conhecer é dominar). Os antigos tinham terror dessa imitação dos deuses, e não por coincidência os protagonistas de ambos os casos foram punidos por sua *hubris*. Por motivos similares, a Igreja cristã, herdeira das tradições judaica e grega, condenou repetidamente como heresia as doutrinas – pelagianistas e pseudopelagianistas – que ampliavam a capacidade natural do homem e, explícita ou implicitamente, negavam sua dependência em relação à graça de Deus e à salvação dentro da Igreja. Persiste ainda, no cristianismo popular, uma forte corrente que condena alguns atos de proeza tecnológica como ataques à ordem divina: se Deus pretendesse que o homem voasse, teria-lhe dado asas.

Ademais, o crescente processo de secularização do conhecimento em alguns países da Europa trouxe consigo um aumento significativo do valor social das atividades relacionadas ao trabalho intelectual com o crescimento da demanda por obras em diversos campos por parte de um número crescente de indivíduos. Este aumento da importância do conhecimento na nova ordem social implicou na atribuição de um sentido econômico-utilitarista às relações sociais acerca da produção e difusão das criações do intelecto, passando-se a exigir tanto a profissionalização deste gênero de atividades como o reconhecimento de uma relação de propriedade do produtor de novos saberes sobre a sua produção.

Conforme Hesse (2002, p. 32, tradução nossa):

Com maior frequência, os autores passaram a reclamar que eram os criadores dos seus próprios trabalhos e não meros transmissores de verdades eternas de Deus. Como eles passaram a reconhecer-se como sendo os criadores do seu trabalho, começaram também a exigir que suas criações fossem reconhecidas como sua própria propriedade, tão suscetível à proteção legal, com a possibilidade de ser transmitida por direito de herança ou compromisso de venda, como qualquer outra forma da propriedade.

A contradição insolúvel entre a visão mágica de mundo própria do período pré-moderno e esta racionalidade econômica ligada aos múltiplos racionalismos da modernidade ocidental capitalista é tratada por Weber (2002, p. 32) quando afirma que:

[...] o desenvolvimento do racionalismo econômico é parcialmente dependente da técnica e do direito racionais, mas é ao mesmo tempo determinado pela habilidade e disposição do homem em adotar certos tipos de conduta racional prática. Quando tais tipos de conduta têm sido obstruídos por obstáculos espirituais, o desenvolvimento da conduta econômica racional encontrou também pesada resistência interna. As forças mágicas e religiosas e as idéias éticas de dever nelas baseadas têm estado sempre, no passado, entre as mais importantes influências formativas da conduta.

Ainda sobre a racionalidade econômica, segundo Landes (2005, p. 21):

[...] os fins relevantes são a produção e a aquisição de riqueza material. É desnecessário dizer que essas não são as finalidades mais elevadas do homem e que a racionalidade não se restringe à esfera econômica. Mas, seja qual for a área de atividade, o critério meios-fins prevalece; além disso, há boas razões para crer que a racionalidade é um traço de caráter homogêneo: quem é racional numa área tem mais probabilidade de ser racional em outras.

Assim, o sentido econômico atribuído às criações do intelecto pode ser visto pela adequação desta visão antropocêntrica e racionalizada de homem e de mundo aos ditames da ordem capitalista movida pela busca de lucro e riquezas. O saber é inserido nesta lógica de funcionamento do sistema capitalista não apenas como mais uma modalidade de mercadoria, mas como uma espécie *suis generis* que tem a capacidade de aprimorar as demais, agregando-lhes valor.

Por outro lado, as exigências de apropriação privada do conhecimento estão relacionadas a outro tema central na dinâmica da modernidade ocidental capitalista: a existência de um direito natural à propriedade privada. De acordo com esta concepção dominante à época, entende-se a propriedade como um direito sagrado e inviolável que não pode ser limitado se-

não por questões de ordem pública (BOBBIO, 1992, p. 122). Neste sentido, vê-se o direito burguês como instrumento estratégico para a submissão do conhecimento à lógica do racionalismo econômico a partir da modernidade ocidental.

De acordo com Barbosa (1999, p. 31):

Com o capitalismo, gradativamente foi sendo conferida proteção econômica ao trabalho intelectual através de institutos jurídicos específicos. Vale recordar que qualquer trabalho tem a sua etapa intelectual, considerando-se que todo produto material requer uma prévia idealização. Mas o trabalho intelectual pode ter como finalidade um produto intangível, destinado a ser corporificado para atender a outras utilidades. Conseqüentemente, todo trabalho resulta em uma idéia (essência) ou em uma forma (expressão material da idéia). A propriedade imaterial – compreendendo a propriedade intelectual e industrial para alguns autores – serve assim à proteção econômica de todo trabalho dito intelectual, sendo a proteção conferida à idéia ou à forma, e a sua regulação efetivada por um instituto jurídico apropriado.

Portanto, pode-se dizer que a noção contemporânea de propriedade intelectual encontra suas raízes no processo histórico-social de extensão das relações de propriedade às criações intelectuais a partir do século XVIII. Trata-se das primeiras lutas por reconhecimento de direitos acerca do conhecimento empreendidas por indivíduos que, conscientes da sua capacidade intelectual e autonomia, passam a pleitear um retorno econômico pelos benefícios sociais gerados por seus esforços intelectuais, ou seja, uma sociedade constituída de homens que deixaram de compartilhar aquela noção tradicional em que o saber humano é produto de uma vontade sobrenatural que os relegava à condição de mero veículo da sabedoria divina.

Nos termos de Hesse (2002, p. 26, tradução nossa):

O conceito da propriedade intelectual - a ideia de que uma ideia pode ser apropriada - é fruto do iluminismo europeu. Foi somente quando as pessoas começaram a acreditar que o conhecimento é oriundo da mente humana trabalhando sobre os sentidos - e não proveniente da revelação divina, observada pelo estudo de textos antigos - que se tornou possível imaginar seres humanos como criadores, e por esta razão proprietários, de novas ideias ao invés de meros transmissores da verdade eterna.

Durante o século XVIII, as primeiras legislações relativas à propriedade intelectual foram instituídas em alguns os países da Europa ocidental, além dos Estados Unidos, reconhecendo-se juridicamente o suposto vínculo indissolúvel entre os produtores de conhecimento e suas criações intelectuais. “Foi aqui no século XVIII que as esferas das "idéias" e da "propriedade" primeiro entraram em contato uma com outra, e primeiro forjou-se uma obrigação legal” (HESSE, 2002, p. 26).

Conforme Ortellado (2002, p. 1):

A legislação sobre a propriedade intelectual tem origem na Inglaterra, numa lei de 1710, mas foi nos Estados Unidos que ela foi teorizada e consolidada pelos "pais fundadores". Esses homens que fundaram a república americana e escreveram a constituição sabiam que a propriedade intelectual era diferente da propriedade material. Eles sabiam que canções, poemas, invenções e idéias não têm a mesma natureza dos objetos materiais que eram garantidos pelas leis de proteção à propriedade.

Na esteira do “Copyright Act” inglês de 1710, elaborar-se-iam outras legislações para regulamentar a propriedade intelectual como a Constituição Federal norte americana de 1787 e a Lei Francesa de patentes de 1791.

Conclusão

A propriedade intelectual é reconhecida juridicamente a partir da modernidade ocidental, tratando-se do direito de apropriação privada de diferentes modalidades de conhecimento.

Esta incorporação do saber à esfera da propriedade privada está relacionada à decadência da visão teocêntrica de homem e de mundo vigente no período pré-moderno quando o homem não era considerado produtor de conhecimento, mas tão somente transmissor de desígnios divinos.

Resplandece uma nova consciência a respeito do vínculo estabelecido entre os produtores de criações intelectuais e suas obras, assumindo os produtores a condição de matriz dos diferentes saberes produzidos e reproduzidos em sociedade, tornando-se deles proprietários.

Neste contexto específico, princípios e valores próprios do mundo moderno como a individualidade e a racionalidade contribuem para a emancipação da subjetividade humana do jugo da crença e da tradição, convertendo-se ao mesmo tempo em novas ferramentas de dominação do trabalho intelectual segundo a lógica econômico-privatística que orienta o sistema capitalista.

Portanto, encontra-se no cenário da modernidade ocidental outra modalidade de encarceramento do conhecimento humano pela submissão do trabalho intelectual e seus produtos ao império da propriedade privada capitalista. Para tanto, imprescindível o auxílio de outra instituição chave que não a religião: o direito ocidental moderno.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Antônio Luiz Figueira. **Sobre a propriedade intelectual**: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CAVALCANTE, Berenice. **A revolução francesa e a modernidade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- COSTA NETTO, José Carlos; BICUDO, Hélio (Coord.). **Direito Autoral no Brasil**. São Paulo: FTD, 1998.
- COULANGES, Fustel de. Direito de propriedade. In: COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma. Tradução de Jonas Camargo Leite e Eduardo Fonseca. 12. ed. São Paulo: Hemus, 1996. p. 49-57. (Coleção Ciências Sociais e Filosofia).
- DÍ BLASI, Gabriel; GARCIA, Mario Soerensen; MENDES, Paulo Parente M. **A propriedade industrial**: os sistemas de marcas, patentes e desenhos industriais analisados a partir da Lei nº 9.729, de 14 de maio de 1996. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- HESSE, Carla. The rise of intellectual property, 700 B.C. – A.D. 2000: an idea in the balance. **Daedalus**, v. 131, n.2, p. 26-45, spring. 2002.
- LANDES, David S. **Prometeu desacorrentado**: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental de 1750 até os dias de hoje. Tradução de Marisa Rocha Motta. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- LÉVY, Jean-Philippe. **História da propriedade**. Tradução de Fernando Guerreiro. Lisboa: Estampa, 1953. 153 p.
- MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos).

ORTELLADO, Pablo. **Por que somos contra a propriedade intelectual?** Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2002/06/29908.shtml>. Acesso em: 25 fev. 2012.

PIRENNE, Henri. **História econômica e social da Idade Média**. Tradução de Lycurgo Gomes da Motta. 1. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1963. 248 p.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2002.

SYED HUSSEIN ALATAS – ESTUDO DE CASO DE UM INTELLECTUAL PERIFÉRICO

SYED HUSSEIN ALATA – A CASE STUDY OF A PERIPHERY INTELLECTUAL

GABRIELA DE BRITO CARUSO¹

Resumo: Nos estudos de Karl Mannheim e Antonio Gramsci são discutidas questões essenciais sobre a formação dos intelectuais. Entretanto, essas obras oferecem poucos indícios para analisar as condições específicas de formação intelectual em contextos não-ocidentais. Como forma de debater esse problema, o artigo busca realizar um estudo de caso da trajetória intelectual de Syed Hussein Alatas (1928-2007), sociólogo malaio que trata de temas como religião, modernização e “intellectual captivity”.

Palavras-chave: Intelectuais, Periferia, Colonialismo

Abstract: In the studies of Karl Mannheim and Antonio Gramsci, fundamental issues about intellectual formation are discussed. However, these theories offer little evidence to analyze the specific conditions of the intellectual formation in non-Western contexts. In order to discuss this issue, the article analyzes a case study of intellectual trajectory, the case of Syed Hussein Alatas(1928-2007), malaysian sociologist who deals with topics like religion, modernization and intellectual captivity.

Introdução

Os estudos sobre intelectuais buscam delinear o papel destes na sociedade analisando seu poder de influência na vida pública e na sociedade, assim como a sociologia da vida intelectual e os condicionantes sociais e culturais para a formação de suas idéias. Esta categoria heterogênea encontra seu denominador comum na legitimidade perante a sociedade para refletir ou especular acerca de idéias, de forma a possuir uma relevância social. Estudar a vida e a obra de um intelectual traz à tona as questões relevantes para o meio em que este habitava, apontando o contexto onde as idéias em voga circulavam.

O artigo busca realizar um estudo de caso sobre a trajetória intelectual de Syed Hussein Alatas, sociólogo malaio que trata de temas como corrupção, religião, modernização e “intellectual captivity”.

As abordagens teóricas clássicas para tratar da questão dos intelectuais pouco dizem sobre as condições particulares da formação desses indivíduos em contextos não-ocidentais. As obras de Karl Mannheim e Antonio Gramsci sobre o tema pouco têm a falar sobre as espe-

¹Aluna do 7º período de Graduação do Curso de Ciências Sociais da Escola Superior de Ciências Sociais - CPDOC – Fundação Getúlio Vargas – FGV. CEP 22250-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. gabrielabc@fgvmail.br - faleconosco.cpdoc@fgv.br

cificidades que um intelectual periférico percorre em sua formação e nem como elas influenciam na formação do seu pensamento e de suas obras, salvo alguns escritos de Gramsci.

Quando tratamos de intelectuais periféricos, temos em mente um panorama global, o que não quer dizer universal. Assim, levamos em conta as diferenças entre o mundo dos países centrais e dos países periféricos, atentando para as disparidades entre as experiências acadêmicas nestes contextos. Utilizo o sociólogo malaio Syed Hussein Alatas para pensar as trajetórias individuais periféricas e seus efeitos sob a produção intelectual.

Nascido na Indonésia em 1928, membro de uma família de elite islâmica, teve educação ocidental quando criança. Em sua juventude vai à Holanda realizar seus estudos sobre sociologia da religião na Universidade de Amsterdã. Ao retornar ao sudeste asiático ocupa o cargo de chefe do departamento de estudos malaios na Universidade da Malásia. Em 1967 ocupa este mesmo cargo na Universidade de Cingapura, retornando a Universidade da Malásia para ocupar o cargo de vice-diretor. Alatas também teve uma intensa, mas breve, participação política ao fundar o partido Gerakan, partido fruto da extinção do Partido Trabalhista. Mais tarde também participou da fundação do partido Pekemas, o partido da justiça social.

O artigo se propõe a identificar como os primeiros trabalhos de Alatas, dedicados ao esclarecimento do Islã para europeus e muçulmanos, inauguram a forma de análise e de crítica empregada em seus trabalhos posteriores acerca do colonialismo, da modernização e da corrupção.

O que nos diz a bibliografia?

A literatura clássica especializada na identidade dos intelectuais tende a passar obrigatoriamente pelos escritos de Mannheim e Gramsci. Nestes estão delineados alguns aspectos básicos que precisam ser considerados quando se faz um estudo sobre os intelectuais.

Karl Mannheim, em “Ideologia e utopia” (Mannheim, 1953), apresenta pontos essenciais para pensar as bases históricas e sociais do pensamento e da inteligência. O autor aponta fatores externos preexistentes ao indivíduo com os quais este estabelece relações que certamente influenciam seu pensamento. Assim, sua análise do conhecimento liga o intelectual aos grupos de interesses e a evidencia sua relação com as classes sociais.

O papel do indivíduo em sua análise é pequeno, no entanto, essencial. É estritamente necessário inserir-lo em seu contexto histórico e social já que sua produção é derivada do meio em que vive e do arcabouço herdado, como as linguagens, as temáticas, e os espaços de sociabilidade. Entretanto, o indivíduo é em Mannheim um receptor ativo que elabora as idéias de seu tempo segundo as mudanças em sua situação.

As novas idéias brotam do debate entre grupos que pensam diferentemente. Essa disputa entre modos de pensamento só é possível graças à perda do monopólio que a classe clerical na Idade Média detinha sobre a produção de conhecimento. Esta nova “*intelligentsia livre*” paulatinamente se torna uma categoria profissional à medida que concorre por um público e pelos benefícios que este provém. Assim, para Mannheim o conceito de secularização foi fundamental para a emergência da *intelligentsia*.

Outra ferramenta que seria interessante utilizar para estudar as trajetórias intelectuais poderia ser a teoria dos campos de Bourdieu. No entanto, por se tratar de uma teoria mais abstrata, tendo Gramsci e Mannheim se dedicado mais especificamente ao tema, preferi neste artigo apenas sugerir essa via.

Nas análises de Gramsci (Gramsci, [1930 – 1932] 1991.), a atividade intelectual é comum a todos os homens. No entanto, a categoria específica dos intelectuais faz do pensar sua profissão. Gramsci divide os intelectuais entre orgânicos e tradicionais. Os intelectuais orgânicos, gerados pelas especificidades de suas classes, servem ao empresário capitalista e à burocracia estatal, sendo, por exemplo, economistas, administradores, cientistas.

Os intelectuais têm a função de dar consciência e homogeneidade as classes as quais estão ligados intrinsecamente. Desta forma, Gramsci analisa o papel dos intelectuais sobre as correntes ideológicas que em parte determinaram os rumos históricos de alguns países por ele analisados. Por exemplo, na França novos intelectuais surgiram e se vincularam organicamente com a classe burguesa que passava a deter monopólio do poder econômico e político. Assim, tornaram-se peças chave para a formatação de uma consciência nacional agregadora e exportadora de valores.

No entanto, é quando fala das sociedades onde a presença de intelectuais tradicionais é predominante que Gramsci abarca com sua teoria contextos alternativos aos modelos costumeiros, como Inglaterra ou França. Diferentemente dos intelectuais orgânicos, que são os responsáveis pela nova forma do Estado e da sociedade, sendo "funcionários da superestrutura" que moldam o mundo segundo a classe burguesa, os intelectuais "tradicionais" são herdados de formações histórico-sociais anteriores.

Estes intelectuais tradicionais têm um forte sentimento de continuidade através do tempo e vêem-se como independentes em relação às classes sociais, sendo disputados no processo da luta pela hegemonia. Podem ser clérigos, filósofos, juristas, escritores, podendo tanto se vincular às classes dominadas quanto às dominantes, adquirindo certa autonomia em relação aos interesses imediatos das classes sociais.

A Itália onde Gramsci viveu era um cenário um tanto diferente daqueles em que as teorias sobre intelectuais se desenvolveram, um país com papel econômico local secundário e modernização tardia em comparação a Inglaterra, França e Holanda. Desta maneira, sua teoria possibilita que se leve em conta as trajetórias históricas dos países periféricos na formação da classe intelectual e na sua função na sociedade.

Essas colocações fornecem maneiras de se pensar o papel do intelectual na sociedade e pistas essenciais para investigar este objeto. Entretanto, o contexto periférico de sociedades não-européias é permeado por especificidades inescapáveis que condicionam as trajetórias e influenciam este grupo de formas distintas das dos países centrais.

Pensando Syed Hussein Alatas

O colonialismo e o imperialismo exercido pela Europa e pelos Estados Unidos deixaram marcas muitas vezes imperceptíveis sobre as formas de pensamento ao redor do mundo. Essa é a temática desenvolvida nos principais trabalhos de Syed Hussein Alatas.

Apesar de o meu objeto ter sido trabalhado anteriormente por autores como Mona Abaza, proponho outro tipo reflexão que tratará da experiência religiosa de Alatas e seu trabalho no *Progressive Islam* e seus escritos no livreto "Democracy of Islam" como pontos de referencia que definiram a forma como trabalhou posteriormente suas teorias sociais.

Comparando suas publicações produzidas em sua juventude com o livro que foi seu *début* nas Ciências Sociais do Sudeste Asiático, procuro demonstrar que os pensamentos do autor desenvolvidos em sua produção acerca do pós-colonialismo, do imperialismo e da mente cativa são elaborados a partir da argumentação sobre os princípios da religião islâmica.

A metodologia é baseada em análise de bibliografia e manipulação de fontes primárias. Para discutir sua trajetória utilizo seus escritos de juventude encontrados no volume 1, números 3, do jornal *Progressive Islam*, fundado e editado pelo próprio Alatas, nos anos de 1954 e 1955 assim como o livro "The Democracy of Islam", de 1956. Também farei uso do seu livro mais celebrado, "The Myth of the Lazy Native", de 1977, como bibliografias primárias.

A minha bibliografia secundária estará apoiada no livro "Debates on Islam and knowledge in Malaysia and Egypt: shifting worlds" de Mona Abaza e alguns dados biográficos

retirados do livro “Local And Global: Social Transformation in Southeast Asia. Essays In Honour Of Professor Syed Hussein Alatas” indicados na bibliografia.

Nascido em 1928, em Bogor, na Indonésia colonial, Syed Hussein Alatas é considerado um dos pais da sociologia no Sudeste Asiático. Cresceu em uma notável família de tradição Islâmica e pode realizar na Universidade de Amsterdã, Holanda, sua formação universitária em sociologia da religião. Este artigo pretende evidenciar como a partir dos encontros entre suas tradições e o mundo ocidental, foram produzidos os pensamentos que tematizaram sua obra sociológica.

Uma de suas obras mais importantes, o livro “The Myth of the Lazy Native” de 1977, explicita como a imagem do nativo do sudeste asiático construída pelo colonizador tem uma função de justificar sua intervenção colonial. O sistema econômico, político, seus valores, modos de vida e de produção implantados pelo colonialismo muito se diferenciavam das visões dos nativos no tocante a relação do homem com a terra, com o trabalho e tantas outras relações. Novos modos que exigiam muito e pouco compensavam, além de carecerem de sentido para a cultura local.

Sua obra é uma das primeiras a denunciar o imperialismo das mentes, apontando a sobrevivência das estruturas de dominação e as consequências da ideologia do capitalismo colonial sobre o pensamento. Além disso, o livro “The Myth of the Lazy Native” também critica as ciências sociais ocidentais e seus conceitos “universais, gerais e abstratos” gerados a partir de experiências européias, e a forma como são replicados em contextos não-ocidentais sem prévia adaptação.

A argumentação do autor neste livro se utiliza da metodologia da sociologia do conhecimento. Para falar das origens e das funções que “o mito do nativo preguiçoso” teve durante o século XVI até o século XX na Malásia, Filipinas e Indonésia, ele se utiliza de dois conceitos: ideologia e capitalismo colonial.

Ao falar de ideologia, Alatas utiliza o conceito elaborado por Karl Mannheim, caracterizando como um sistema de crença que procura justificar uma ordem política, social e econômica, e distorcendo parte da realidade social, se configura de forma autoritária, expressando o interesse de um grupo em particular. Utiliza-se de diferentes fontes (religião, ciência, economia, história) para estabelecer uma falsa consciência entre os dominantes e dominados, surge de conflito de interesses entre grupos sociais, tendo com frequência, suas principais idéias condicionadas pela forma de produção local.

Para evidenciar como a ocupação colonial forjou uma idéia de comportamento nativo, Alatas busca relatos históricos anteriores a ocupação inglesa sobre malaios, filipinos e javaneses. Ao comparar estes escritos e aqueles elaborados e difundidos durante o período colonial britânico, notam-se as divergentes características atribuídas a esses povos.

Alatas recolhe os primeiros relatos que os portugueses produziram em sua breve presença no sudeste asiático, mais especificamente sobre malaios, filipinos e javaneses. Com a queda do sultanato de Malaca, em 1511, a região se tornou central para o comércio de especiarias desenvolvido por Portugal. De aproximadamente 1512 a 1518, Duarte Barbosa, homem do estado português, produziu relatos sobre os diferentes povos da região, detalhadamente acerca dos javaneses. Seus relatos com descrições físicas e culturais enaltecem as habilidades de pesca, de caça, de montaria, de pirataria, de produção de armas de ferro, sua religião, sua amabilidade, seu gosto por música e principalmente sua habilidade para qualquer tipo de trabalho.

A imagem acerca do javanês começa a mudar durante a colonização holandesa. No começo do século XIX, com a implementação do trabalho forçado javanês para as culturas de rendimento, em 1830, as opiniões negativas acerca dos nativos são mais frequentes. Além do trabalho forçado não pago nas culturas de rendimento, como aponta Alatas, os javaneses também construíam rodovias e pontes para o transporte da produção. Somado a isso, a responsa-

bilidade sobre a colheita era totalmente atribuída aos trabalhadores, assim como todas as dificuldades econômicas e naturais repousam sobre os javaneses.

A ideologia colonial manifesta histórica e empiricamente utilizou a idéia do nativo preguiçoso para justificar as injustas práticas de trabalho compulsórias nas colônias. A imagem negativa dos nativos e da sua sociedade foi utilizada para justificar racionalmente a conquista e o domínio europeu sobre a área, distorcendo elementos da realidade humana e social para assegurar a construção da ideologia.

Um ponto importante a ser destacado é que a difusão dos relatos sobre os nativos do sudeste asiático durante o colonialismo se deu sob o apoio e legitimidade de pessoas influentes. Administradores, acadêmicos e viajantes estrangeiros, em sua maior parte ingleses ou holandeses, publicavam livros e enviavam relatórios as companhias mercantis descrevendo o povo como preguiçoso, pouco afeitos ao trabalho, sob a lei do mínimo esforço.

Durante séculos os europeus escreveram sobre os nativos da Malásia, das Filipinas, de Java desprezando-os, denegrindo-os como uma raça inferior, fraca, preguiçosa, indolente. De forma pouco científica e segundo os próprios parâmetros, procuravam atestar a superioridade da raça e da cultura européia, e por meio de dois séculos de produção intelectual, este pensamento se consolidou entre pessoas bem educadas que o reproduziam em livros, alterando a forma como os nativos viam a si mesmo, tornando desses relatos um conhecimento refinado. A difamação ideológica do nativo, da sua história e da sua sociedade que possibilitou a dominação colonial que não somente é física como mental.

Ao falar de capitalismo colonial, Alatas o caracteriza como: controle predominante do acesso ao capital pelo poder econômico de outro, governo da colônia exercido pelos representantes do domínio externo agindo a seu favor, níveis mais elevados de negócios e indústria na mão da comunidade dominante, direção da importação e exportação imposta para servir ao interesse do domínio externo, um viés para o modo agrário de produção em detrimento a industrialização, a mínima expansão tecnológica e científica, a organização da produção sobre trabalho compulsório, a ausência de organização trabalhista para contrabalancear a exploração, o não-envolvimento da maior parte da população nos empreendimentos capitalistas.

Alatas utiliza o conceito de capitalismo colonial porque as teóricas clássicas que pretendem definir o capitalismo, como a de Max Weber, partem especificamente da experiência histórica européia. Como apontado por Alatas, Weber considera o trabalho livre uma característica essencial do capitalismo moderno.

Segundo Alatas, o capitalismo é sistema econômico que está associado à aquisição de bens, pensando o capital como uma medida para a prosperidade. O uso de métodos racionais para aumentar os bens e o lucro, onde o ultimo deve ser sempre ascendente. Daí a importância de se explicitar o que se quer dizer por “capitalismo colonial”, reconhecendo assim a presença do capitalismo no sudeste asiático, porém apontando as especificidades de sua configuração.

Mas de onde vem esta perspectiva anti-colonial e crítica dos estereótipos? Sustento que a origem dessas questões está na sua experiência religiosa quando em encontro ao mundo ocidental. Este argumento que aponta necessidade de contextualizar sócio-historicamente um evento, reconhecendo-o como parte da experiência de uma sociedade, atentando para os perigos de pensar o outro a partir de seus próprios parâmetros também está presente nos seus escritos de juventude. Essa estrutura argumentativa é utilizada para evidenciar como o ocidente interpretou erroneamente a religião islâmica. Alatas aponta para a necessidade de se historicizar o pensamento ocidental que se pretende universal.

Existe pouca informação acerca dos passos que Alatas percorreu em seus anos de estudo na Holanda, no entanto durante a pesquisa foi possível encontrar algumas publicações realizadas na Europa, entre elas o jornal *Progressive Islam* e o livreto *Democracy of Islam*. Essas publicações indicam que houve uma necessidade do autor, a partir de sua formação is-

lâmica, de discutir e desmistificar alguns preconceitos com os quais se deparou na sua experiência universitária.

O jornal *Progressive Islam*, de temática religiosa, publicado na Holanda nos anos de estudos que passou lá, busca, não pregar a palavra, mas desnaturalizar alguns pressupostos sobre a religião islâmica. Além de tentar desmistificá-la para o ocidente, procura também clarificar-la para os próprios muçulmanos.

Na terceira edição do primeiro volume do jornal, no artigo “The Early Spread of Islam”, Alatas dá exemplos históricos de como o Profeta Maomé e o exército muçulmano eram preferidos pelos povos dominados em comparação com seus antigos tiranos. Aborda as reformas sociais, como a idéia de igualdade, a reorganização mais igualitária do sistema agrário, a liberdade religiosa (mediante taxação), isenção do serviço militar para não muçulmanos, assim como certo tipo de “imposto de renda” de acordo com as condições materiais de cada um. Podemos perceber que o autor realiza um trabalho intelectual similar ao presente em “The Myth of The Lazy Native”, recuperando historicamente os relatos para demonstrar que o discurso atual se configura em cima de preconceitos construídos pela visão enviesada do homem ocidental.

Em “Democracy of Islam”, texto produzido em Amsterdã alguns anos antes de sua publicação na Inglaterra, dirigido ao público holandês e universitário, Alatas procura mostrar como os preconceitos para com os muçulmanos têm raízes nas cruzadas e na intolerância da fé católica. O autor procura desconstruir a idéia de que o Islã é uma religião retrógrada e intolerante, que prega o fatalismo e a predestinação, que prega que as mulheres são inferiores. Alatas procura ir contra o pensamento europeu que pensava os muçulmanos como possuidores de uma moral baixa.

Para isso, Alatas anuncia que os conceitos usados para tratar de religião na Europa não devem ser utilizados para falar do Islã, afinal a Europa considera religião uma relação individual entre homem e Deus, quando na religião islâmica existe um significado muito mais amplo, pois é pensada como um modo de viver que abarca todas as instâncias da vida do homem.

Esses escritos, que a primeira vista tem propósito mais religioso do que sociológico, surpreendem pela densidade da argumentação que utiliza autores como Darwin, Dewey e Kant para contrapor ou fundamentar seus argumentos sobre a cultura islâmica. Podemos observar a presença maciça das leituras de Karl Mannheim, autor fundamental para seus escritos posteriores, já nos artigos do *Progressive Islam*, apontando assim uma outra via que sugere uma relação entre a temática religiosa e a temática do colonialismo.

Conclusão

Analisando a trajetória das obras de Syed Hussein Alatas percebemos que seus incômodos com a construção de imagens acerca dos outros baseados em conceitos criados a partir de experiências particulares se inicia em seus escritos sobre religião. É deste esforço de raciocínio, empregado para mostrar como os parâmetros europeus utilizados para pensar o islã produziram interpretações equivocadas, que Alatas passa a questionar as produções européias sobre o sudeste asiático iniciadas durante o colonialismo.

Pensar a trajetória de Syed Hussein Alatas é importante para evidenciar como as experiências de formação de um cientista social periférico diferem das dos cientistas sociais dos países centrais e como essas diferenças condicionam de formas diferentes o pensamento e conseqüentemente a produção intelectual destes.

Podemos perceber como a experiência religiosa pessoal e o encontro político com o colonialismo foram variáveis fundamentais para entender a sociologia de Alatas. Partindo dessas trajetórias particulares é possível identificar o surgimento de uma linha de raciocínio que se desenvolve nos seus trabalhos mais maduros. A condição de muçulmano no contexto

universitário holandês despertou uma preocupação em relação à imagem que a Europa em geral tinha dos povos islâmicos. A religião neste sentido não foi um obstáculo, mas uma chave para se pensar o mundo. Ao direcionar o olhar sociológico para as causas que justificariam sua experiência pessoal, Alatas pode abrir a análise e pensar os efeitos do colonialismo, realizando a partir do contexto religioso, uma produção criativa da periferia ao pensar as teorias centrais.

Bibliografia

- ABAZA, M. *Debates on Islam and Knowledge in Malaysia and Egypt: Shifting Worlds*. London: Routledge, 2002.
- ALATAS, Syed Hussein. *The Myth of the Lazy Native*. London: F. Cass, 1977.
- ALATAS, Syed Hussein. The Early Spread of Islam. *Progressive Islam*. Vol. 1, n. 3, 1954 Disponível em: <http://eprints.usm.my/8469/> Acesso em: 01/03/2012
- ALATAS, Syed Hussein. *Democracy of Islam*. W. Van Hoeve Bandung, The Hague, 1956.
- BURNS, L. Peter. Meeting Hussein. In: HASSAN, R. *Local and Global: Social Transformation in Southeast Asia*, Leiden, The Netherlands. 2005
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. , 1ª edição [1930 – 1932]. trad. Carlos Nelson Coutinho, 8. ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1991.
- MANNHEIM, Karl. *Essays on sociology and social psychology*. New York: Oxford University Press, 1953.

"NORBERT ELIAS E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA - UM DIÁLOGO SOBRE "PROCESSOS" *.

Gabriela de Resende FERREIRA

Resumo: O objetivo do trabalho é propor um diálogo entre Norbert Elias e Sérgio Buarque de Holanda a partir da ideia de *processos de longa duração*, presente na obra dos dois autores. A proposta realizar-se-á por meio da análise comparada de dois pontos comuns e estruturais às obras dos pensadores: a concepção de "nexos de sentido" e o conceito de "continuidade/descontinuidade", elementos constituintes dos processos históricos de longa duração. Busca-se na contribuição de L. von Ranke ao historicismo alemão a matriz teórica que aproxima as abordagens dos dois autores. Tomam-se por textos básicos: *A Sociedade de Corte - investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*, de Norbert Elias, especialmente a Introdução, na qual o autor detalha a relação e a distinção entre história e sociologia; e, ainda, *O Atual e o Inatual em Leopold Von Ranke*, de Sérgio Buarque de Holanda.

Palavras-Chave: Sérgio Buarque de Holanda; Norbert Elias; Sociologia dos Processos.

Abstract: The objective is to propose a dialogue between Norbert Elias and Sergio Buarque de Holanda from the design of *long-term processes*, which is present in the work of both authors. The proposal will be held through the comparative analysis of two structural and common points designed in the works of that thinkers: the concept of "nexus of meaning" and the idea of "continuity/discontinuity," the constituent elements of the historical processes of long duration. Searching on the contribution of L. von Ranke to the German Historism the theoretical matrix that approximates the approaches of both authors. For that, two basic texts are focused: *The Court Society - research on the sociology of royalty and court aristocracy*, of Norbert Elias (especially the Introduction where the author details the relationship and distinction between history and sociology) and *The Current and Outmoded in Leopold von Ranke*, by Sergio Buarque de Holanda.

Keywords: Sérgio Buarque de Holanda; Norbert Elias; Sociology of Processes.

* Gabriela de Resende Ferreira é doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP/Marília, 17525-900, São Paulo, Brasil. E-mail para contato: gab.res@hotmail.com.

I

A proposta original do presente artigo emergiu como resultado de debates preliminares ocorridos no interior da disciplina *Antropologia do conhecimento: Norbert Elias*, ministrada pelo programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UNESP (Câmpus Marília¹), no segundo semestre de 2011. É o esboço de uma primeira tentativa de organizar um provável diálogo entre o pensamento de Norbert Elias e o de Sérgio Buarque de Holanda, a partir de pontos de contato entre algumas obras dos dois pensadores². A ideia é, posteriormente, desenvolver estudos que permitam a reflexão sobre como a sociologia dos processos de Norbert Elias pode auxiliar na compreensão de especificidades do processo de formação do Estado brasileiro. Por isso a ideia de propiciar, num esboço inicial, pontos de contato entre Norbert Elias - e a sua teoria de processos -, e Sérgio Buarque de Holanda, com as descobertas acerca da história social, complexa e interdisciplinar do Brasil.

Como pensar esse diálogo entre dois pensadores com obras aparentemente tão distantes entre si? Algumas semelhanças metodológicas encontradas em obras dos dois autores têm uma mesma raiz autoral: Leopold von Ranke³. Assim, alguns elementos comuns aos dois pensadores, e que já estavam presentes nos trabalhos desenvolvidos por Ranke, serão analisados e rediscutidos a partir da leitura que esses pensadores fizeram na construção de algumas de suas obras. São vários os elementos metodológicos discutidos por Ranke, ainda no século XIX, e reabsorvidos por Elias e Sérgio Buarque de Holanda em algumas de suas obras. A identificação de ambos com a necessidade de um processo histórico dinâmico, a postura compartilhada sobre a necessidade de repensar a concepção de tempo retilíneo e evolutivo na história e nas humanidades, a constatação de ambos sobre a importância do estudo das "mentalidades" são alguns dos elementos apontados por Ranke e presentes, de forma revista, na obra de cada um dos autores. No entanto, em vez de trabalhar com todas as possibilidades de intercâmbio entre os três autores, foram selecionados dois pontos comuns da obra de Ranke que servirão de base para o desenvolvimento da ideia do artigo: os "nexos de sentidos" e o debate sobre a mudança, ou "descontinuidade", nos processos históricos⁴.

¹ A disciplina foi ministrada pela professora doutora Christina de Rezende Rubim, a quem devo agradecimentos pela discussão desses e outros temas desenvolvidos em torno dos dois autores: Norbert Elias e Sérgio Buarque de Holanda. Ao meu orientador, Aluisio Schumacher, o agradecimento pela paciência e atenção com a leitura e sugestões tecidas sobre o artigo.

² Como o artigo que ora se desenvolve tem uma formatação específica mais restrita, reservou-se a tarefa de selecionar, entre as obras dos dois autores estudados, aquelas que poderiam expor claramente a relação metodológica com Ranke, sem que se esvazie a possibilidade de extensão dessa análise para outras obras dos referidos autores. Assim, em Norbert Elias serão trabalhados dois textos centrais - *A Sociedade de Corte*: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte e *Towards a theory of social processes*: a translation; em Sérgio Buarque de Holanda, *O Brasil Monárquico*: do Império à República (História Geral da Civilização Brasileira, t. 2, v. 7, especialmente o Livro Segundo) e *Visão do Paraíso*: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.

³ Agradeço, ainda, os comentários sobre a estrutura geral do artigo feitos pela professora doutora Eliana de Melo Souza, coordenadora da sessão 2, dentro do GT Cultura e Pensamento Social, da X Semana de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP/Araraquara.

⁴ É importante ressaltar que tanto a concepção de "nexos de sentido" quanto de "mudança" são dois pilares centrais nas obras dos dois autores estudados, porque ambas estruturam a base a partir da qual os dois constroem a metodologia de análise processual de seus objetos de estudo. Nesse sentido, vale enfatizar, como se verá adiante, que embora Sérgio Buarque de Holanda não tenha se desdobrado na construção de uma teoria específica do processo, a história social que propõe reflete uma adesão à concepção processual de história. Como relata Maria Odila Leite da Silva Dias, Sérgio Buarque de Holanda interpretava a construção do Estado nação como "(...) processo histórico do mundo moderno colado a **múltiplas e diferenciadas temporalidades e relativo à singularidade de processos individuais de diferentes povos, um vir-a-ser no tempo**" (2008, p. 317). Já em Norbert Elias, há uma elaboração mais específica e direcionada à teoria dos processos de longa-duração. Para Elias, dois elementos são comuns a todos os processos de longa-duração por ele estudados: o não planejamento de tendên-

O presente artigo começa pela apresentação da concepção de "nexos de sentido" e de "continuidade e descontinuidade", do ponto de vista de Leopold von Ranke. Em seguida, caminha-se rumo às formas de apreensão dessas concepções tanto por Norbert Elias quanto por Sérgio Buarque de Holanda em algumas de suas obras. Ao final do trabalho, espera-se contribuir para a constatação de que através de pontos em comum selecionados em suas obras (a partir de elementos metodológicos retrabalhados a partir de Ranke) possa existir um diálogo entre Norbert Elias e Sérgio Buarque de Holanda no que se refere aos processos específicos de formação do Estado brasileiro.

II

Não é das tarefas mais simples propor um diálogo entre pensadores da envergadura de Norbert Elias e Sérgio Buarque de Holanda. Primeiro, pela vasta e complexa rede complementar que suas obras representam no decorrer do tempo. Segundo, porque ambos não se citaram em vida. Está claro que existem diferenças no desdobramento das obras de Norbert Elias e Sérgio Buarque de Holanda. No entanto, a ideia aqui é selecionar os pontos semelhantes em algumas obras dos dois autores de forma a permitir que especificidades decorrentes da formação estatal brasileira possam ser repensadas, dinamicamente, a partir dos pontos convergentes estudados nos dois autores. Assim, para que uma tentativa inicial nesse sentido seja aqui esboçada, deve-se procurar uma ponte, um autor que possa auxiliar no intercâmbio entre o pensamento deixado pelos dois autores. Um autor que, por meio de suas propostas teórico-metodológicas, sirva de amálgama entre as semelhanças deixadas por Elias e Sérgio Buarque de Holanda: Leopold von Ranke. A obra de Ranke influencia todo um debate, que se estende a partir do século XIX, sobre a necessidade de repensar a história dos "grandes". Uma concepção mais flexível, fluida e transitória de história, que acaba por influenciar toda uma tradição alemã que propõe repensar a forma de fazer história sem anacronismos e sem juízos de valor (HOLANDA, 1979).

Com o conceito de "nexos de sentido", Ranke procura, enquanto historiador, estudar determinadas singularidades em meio ao todo social. Ou seja, Ranke buscava resposta para grandes movimentos históricos em meio a particularidades vivenciadas no período analisado. Um exemplo é o seu estudo da Reforma Protestante a partir de seus cronistas contemporâneos⁵. As teorias devem ser evitadas em favor das singularidades de um determinado período. São essas singularidades, apresentadas por cronistas de cada época estudada, que, uma a uma, formam determinados "nexos de sentido" rumo a uma explicação diretamente relacionada ao evento global estudado. Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda,

"(...) cada evento singular se segue a outro evento singular, e todos são soldados entre si pela moral comum. (...) [Se] os contemporâneos da Reforma só podiam vê-la e vivê-la à maneira dos cronistas, isto é, como se fosse uma sucessão inumerável de acontecimentos isolados e mal articulados entre si, (...) o que lhe importa é desvendar as **grandes unidades de sentido**, que irão dar àqueles sucessos sua verdadeira significação histórica" (HOLANDA, 1979, p. 15-23).

Contudo, a atenção às singularidades não pressupõe, de acordo com Ranke, uma desatenção para com as repetições que, ao longo do tempo, formam as conexões. Cabe ao pes-

cias e contra-tendências (direcionadas, mas sem finalidade) ao longo do tempo e a mudança (estrutural e de personalidades), também não planejada, ao longo do tempo. Para Norbert Elias cada sociedade possui seu "(...) *immanent impetus towards change*" (1997, p. 371), o que facilita a compreensão de que tipos de transformações ocorreram e como se pode melhor explicá-las (a partir das especificidades próprias de cada sociedade).

⁵ RANKE, Leopold von. **History of the Reformation in Germany**. London: Longman, 1845 (3 v.). Disponível para *download* em:< <http://www.archive.org/stream/reformationinger01rankuoft#page/n5/mode/2up>>.

quisador apreender as "totalidades significativas" que, aparentes em instituições, códigos de comportamento - individual e coletivo - ou mesmo em afeições, trazem a possibilidade de análise dos processos que se desdobram ao longo do tempo. A ideia de que há um nexo de sentido por trás da história da civilização ocidental está clara quando Ranke sugere o estudo das totalidades significativas: "(...) não importa que o historiador se dedique ao estudo das diferentes histórias nacionais, quando não perca de vista o pano de fundo que de algum modo as congrega" (HOLANDA, 1979, p. 25).

O segundo elemento da obra de Ranke que estrutura um possível diálogo entre Elias e Sérgio Buarque de Holanda é a concepção de descontinuidades, ou mudanças, no decorrer do processo histórico analisado. Isso ocorre em função de uma preocupação maior de Ranke: a sua recusa ao anacronismo. Analisar as tendências históricas que as totalidades significativas apresentam ao pesquisador não significa estar desatento às contra-tendências, ou descontinuidades, observadas no cotidiano das sociedades analisadas. Com essa recusa à análise do cotidiano passado a partir de teorias construídas no presente Ranke recupera a "história das mentalidades". Ou seja, o estudo da "mentalidade de época" possibilita ao pesquisador uma análise despreendida de anacronismos e incompreensões acumuladas por clivagens que se sucederam ao longo do tempo.

Pressupor que mudanças, "pausas ou saltos", possam ocorrer no decorrer da "continuidade histórica" de uma dada sociedade, significa que Ranke não acreditava na evolução ou crescimento retilíneo para as sociedades humanas. Aos pesquisadores cabe a ênfase na forma como os homens pensaram e viveram em suas épocas. Como afirma Sérgio Buarque de Holanda

"(...) Ao dizer expressamente que a atenção do historiador deve concentrar-se antes de tudo sobre como pensaram e viveram os homens nesta ou naquela época, já que cada época tem em si mesma sua justificação e seu valor, não pretende Ranke afirmar que se devam desconhecer as diferenças entre as várias épocas e a sucessão delas. (...) O que sobretudo lhe parece escusado admitir é a ideia de um crescimento retilíneo para as sociedades humanas: 'eu não afirmaria que o progresso se faz numa linha reta', declara em seu curso de 1854, 'mas [se faz] antes ao modo das torrentes que, por conta própria, vão abrindo seu caminho'. Como quem dissesse que não se pode bem prever ou prevenir esse caminho" (HOLANDA, 1979, p. 54-55).

III

Esta seção do artigo propõe uma leitura sobre a forma como essas duas principais considerações metodológicas desenvolvidas por L. von Ranke foram apreendidas por Norbert Elias e Sérgio Buarque de Holanda.

Partindo de uma análise sobre a absorção que Sérgio Buarque de Holanda empreendeu da concepção de "nexos de sentido", a professora Maria Odila Dias argumenta que a concepção histórica do autor baseava-se, sobretudo, na tentativa de apreensão das "totalidades significativas". Significa dizer que Sérgio Buarque de Holanda acreditava na máxima de que o estudo de épocas específicas exigia, por parte do pesquisador, a atenção a "centros de gravidade específicos". Nas palavras da professora Maria Odila,

"(...) os principais objetivos do historiador eram, a seu ver [de Sérgio Buarque de Holanda], discernir tendências, movimentos significativos, apreender 'fatores determinantes', 'tendências contrastantes', 'forças desintegradoras', 'forças vivas e estimulantes'; caberia ao historiador contemplar e observá-los, (...) sem colecionar fatos isolados" (DIAS, 1985, p. 21).

Assim, um dos grandes focos do historiador Sérgio Buarque de Holanda nas análises que tece sobre diferentes períodos históricos da formação estatal e social brasileiras é o discernimento das grandes unidades de sentido, retiradas do conjunto de diversificados eventos do passado. Por meio de quais processos Sérgio Buarque de Holanda buscava apreender esses significados globais, essas tendências ou nexos de sentido, em meio ao cotidiano histórico analisado? Em primeiro lugar, não abria mão da convivência com fontes e testemunhos de época, selecionando, criticando e sintetizando as informações pesquisadas.

Além disso, a linguagem utilizada por Sérgio Buarque de Holanda procurava alcançar o máximo de objetividade: ela servia para equilibrar o método com os valores e as intenções dos homens de épocas passadas. Esse equilíbrio precário entre a palavra (contida nas fontes) e o conceito (moderno) na busca pelas 'totalidades significativas' do período estudado muitas vezes revelou contra-tendências significativas para o processo de formação do Estado brasileiro. É o caso do exemplo a seguir. Em *História Geral da Civilização Brasileira*, no volume responsável pelo Brasil Monárquico, Sérgio Buarque de Holanda mostra que embora houvesse a tentativa institucional de constituir um sistema político parlamentar efetivo junto ao regime monárquico de Pedro II, a prática político-eleitoral cotidiana era repleta de distorções, graças à luta eleitoral que se travava entre os grupos elitistas (oligarquia palaciana) que forçavam a prática constante do poder pessoal do Imperador. É o famoso mecanismo do poder pessoal. No quadro geral de tendência rumo à democratização da política Sérgio Buarque de Holanda observa como Dom Pedro II estava atrelado (devido a peculiaridades presentes na oligarquia palaciana brasileira) a um quadro mais específico de exacerbamento do seu poder pessoal. Em suas palavras,

"(...) Por onde mais se distanciava a ficção parlamentar brasileira do modelo britânico era pelo fato de a subida ou de a queda de um Ministério depender só idealmente, entre nós, de uma eventual maioria na Câmara popular. De fato dependia só, em última análise, de uma opção mais ou menos caprichosa da Coroa. Como as eleições só produziam, no Brasil, resultados que pudessem interessar aos elementos que sua Majestade houvesse por bem conservar no Governo da nação, tem-se que todos os recursos possíveis para a estabilidade ou a substituição dos grupos dirigentes ficavam enfiados nas mãos de um homem só. Pode-se, pois, dizer que a ação do Imperador vinha a suprir neste ponto o papel dos órgãos mais normalmente autorizados a dar expressão à vontade popular e tinha função semelhante à de um corpo eleitoral, do corpo eleitoral que o Brasil não conhecia. Ou cujas manifestações eram sistematicamente distorcidas para aproveitar a algum agrupamento político. A vontade do povo ficava reduzida, em última instância, à vontade do Imperador" (HOLANDA, 2005, p. 87).

De forma muito semelhante, Norbert Elias condensa uma série de fontes primárias, específicas e cotidianas, em torno do estudo mais amplo e global de como se estruturou uma sociedade de corte. Foram analisadas plantas arquitetônicas de habitações típicas da corte, livros de etiqueta e cerimonial, detalhes e minúcias utilizadas para explicar uma tendência mais totalizante denominada pelo autor de mecanismo da realeza. Em *Sociedade de Corte*: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte, Norbert Elias utiliza o mesmo tipo de trabalho rigoroso com as fontes primárias e com a linguagem da época que Sérgio Buarque de Holanda apresenta em seus trabalhos. Ambos se preocupam com a forma como as especificidades e as totalidades de cada período estudado se mesclam na explicação de um processo histórico de longa duração.

Assim, o funcionamento do mecanismo de realeza estudado por Elias revela uma rotina não habitual para a literatura que estuda a monarquia absolutista de corte francesa: a busca por um equilíbrio constante do poder de uma figura com tanto poder. O estudo do cotidiano da corte de Luis XIV revelou como era frágil, e ao mesmo tempo extremamente poderosa, a

posição ocupada pelo soberano daquela sociedade. Elias mostra como um homem, na posição de Rei não exercia, ao contrário do que a literatura afirmava, um poder absoluto, irrestrito e ilimitado. Nas suas palavras,

"(...) Se quisermos evitar a aridez teórica, é preciso mostrar, com o auxílio de investigações particulares e exemplos, como funciona esse mecanismo [da realeza] na prática da rivalidade dos grupos no poder; portanto, (...) observá-lo diretamente em ação. [Assim] podemos entender melhor como e por que, mesmo no âmbito de uma posição social extremamente poderosa, fazem-se perceptíveis, a todo momento, as fronteiras da elasticidade e da margem de manobra que essa posição confere a seu ocupante. (...) Seja o que for a 'grandeza' de Luís XIV, como costumamos chamar, a relação da grandeza do poder com a grandeza individual permanece obscura enquanto não levamos em consideração a convergência, ou divergência, entre as inclinações e objetivos pessoais e as exigências da posição de rei" (ELIAS, 2005, p. 48-49)

Outra concepção metodológica desenvolvida por L. von Ranke e apreendida por Elias e Holanda foi a ideia de trabalhar com 'descontinuidades', ou mudanças, no seio dos processos estudados. De acordo com Norbert Elias todo processo de longa duração apresenta uma característica em comum: o "ímpeto imanente rumo à mudança" (*immanent impetus towards change*). Essa constatação, a ideia de que há uma dinamicidade constante presente em processos não-planejados que os seres humanos realizam ao longo do tempo, afasta qualquer tentativa de análise anacrônica e, ao mesmo tempo, de que existem degraus de conhecimento (*step ladder*). Da mesma forma, Sérgio Buarque de Holanda, como atesta a professora Maria Odila Dias, apostava no estudo da vida dos homens em sociedades "(...) como configurações de momento, [com] conceitos temporários de vida, [com] valores culturais sempre relativos, em processo de devir, de fluidez, de mudança e transformação" (DIAS, 2008, p. 321).

Em *Visão do Paraíso* Sérgio Buarque de Holanda quis destacar que há mudança sob o pano de fundo da continuidade. Mesmo diante de uma série de pesquisas que pinçavam a colonização portuguesa no Brasil como decorrente de um processo contínuo de modernidade portuguesa, o que Sérgio Buarque de Holanda nos revela é a persistência de modos de pensar, sentir e agir próprios do simbolismo medieval. Como bem analisa a professora Maria Odila Dias, "(...) [Sérgio Buarque de Holanda mostra] como os portugueses maravilhavam-se com os processos de transformação e de metamorfose da natureza, para tirar uma série de lições morais sobre o equívoco e o funambulesco das vicissitudes a que se via sujeito o nosso mundo mortal" (DIAS, 1985, p. 38). Era um modo de pensar oposto ao moderno, propagado por pessoas que já conviviam com a secularização do pensamento na Europa.

"(...) O que procurava Frei Antônio do Rosário nas frutas do Brasil (...) não eram, em verdade, as frutas, era o que a simples aparência pudesse dissimular: seus segretos significados e seu hieróglifo misterioso. Aferrado, embora, às coisas visíveis e concretas, não lhe importava tanto o vê-las com os olhos ou o apalpá-las com a mão, queria, sim, ver e sentir através dos olhos e das mãos" (HOLANDA, 2010, p. 352).

Em Norbert Elias essa concepção metodológica se explicita, mais uma vez em *Sociedade de Corte*, por meio da análise que tece sobre como se desenvolve uma racionalidade peculiar cortesã num período em que a racionalidade burguesa (ascética do lucro) também emerge e, em seguida, se consolida. Sob a aparente continuidade, há sempre mudança. A ideia que Elias desenvolve é que a racionalidade de corte tem funcionamento peculiar, tanto em relação ao que os antigos títulos de nobreza representavam para a sociedade medieval (função soberana), quanto em relação ao valor da racionalidade burguesa que já emergia nos círculos marginalizados da nobreza, mas detentora de capital. A característica central da manutenção de alguém na sociedade cortesã, que era movida por essa racionalidade, é a ostentação dos gastos, a qualquer custo.

"(...) O modo essencial de marcar uma posição social é documentá-la por meio de um estilo de vida apropriado, segundo os parâmetros desse nível. A coerção de representar o nível é inexorável. (...) é um sistema social de normas e valores, cujos mandamentos são obrigatórios para os indivíduos, a não ser quando eles renunciam à convivência em seu círculo de sociedade, à participação em seu grupo social" (ELIAS, 2001, p. 86).

Contra o "ethos social" dos profissionais burgueses Norbert Elias apresenta o "ethos de prestígio" como movimento contrário em meio à consolidação burguesa na Europa, ressaltando que,

"(...) de um lado está o ethos social dos profissionais burgueses, cujas normas obrigam as famílias a submeter as despesas às receitas, mantendo sempre que possível o consumo diário abaixo do nível do que se recebe, de modo que a diferença constitua uma economia a ser investida, na expectativa de ganhos maiores no futuro. (...) O consumo de prestígio diferencia desse cânone burguês de comportamento. Em sociedades nas quais predomina o ethos de prestígio em função do status o mero asseguramento da posição social de uma família (...) depende da capacidade de tornar os custos domésticos, o consumo, as despesas em geral, dependentes em primeira instância do nível social, do status ou do prestígio possuído ou almejado" (ELIAS, 2001, p. 85-86).

IV

A retomada do debate sobre a dinamicidade e a contemporaneidade dos conceitos clássicos desenvolvidos pelo pensamento social brasileiro, especificamente com a obra de Sérgio Buarque de Holanda, pode ser feita a partir da teoria de processos (de longa duração). Tanto Sérgio Buarque de Holanda quanto Norbert Elias procuraram, em áreas distintas mas entrelaçadas, pensar a formação de Estados nacionais a partir de processos de longa duração. Significa dizer que ambos se afastaram das análises imediatistas (de curto-prazo) rumo ao entendimento dinâmico da realidade estudada. Em vez do presentismo, o foco estava nas múltiplas possibilidades "do vir-a-ser no tempo", por meio da análise dos amálgamas do processo histórico.

Dois elementos centrais à construção das obras de Elias e Holanda, resgatados da obra de Leopold von Ranke, possibilitam uma aproximação metodológica entre os dois autores: o conceito de nexos de sentido e a ideia de descontinuidades ou mudanças não-planejadas ao longo do tempo. Ambas norteiam o trabalho empírico do pesquisador rumo à descoberta de tendências e contra-tendências históricas, e em direção à explicação de que tipo de transformações ("*immanent impetus towards change*"), tanto estruturais quanto de personalidade, foram efetivamente se constituindo ao longo do processo histórico de cada sociedade.

A importância potencial do diálogo entre esses autores para a compreensão dos múltiplos processos que resultaram na formação do Estado brasileiro estende-se além da retomada, sem anacronismo, de conceitos caros ao pensamento social brasileiro (tais como personalismo, cordialidade ou patrimonialismo): possibilita ao pensamento social tratar o conhecimento sobre a formação brasileira de outra forma que não a do *step ladder* (degraus de conhecimento) ou a do imediatismo a-histórico.

Bibliografia Consultada

- ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994a.
ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes (vol. 1). Jorge Zahar Editora, 1994b.

- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: formação do estado e civilização (vol. 2). Jorge Zahar Editora, 1994c.
- ELIAS, Norbert. *Towards a Theory of Social Processes*: a translation. **British Journal of Sociology**, v. 48, n. 3, set. 1997. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/591135>. Acesso em 03/09/2011.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Negação das Negações*. In: EUGÊNIO, João Kennedy e MONTEIRO, Pedro Meira (orgs.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 317 a 347.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Apresentação a Sérgio Buarque de Holanda*. In: **História**: Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Ática, 1985, p. 7-64 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico**: do Império à República. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005 (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, t. 2; v. 7; especialmente o Livro Segundo - O Pássaro e a Sombra).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Atual e o Inatural em L. von Ranke*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **Ranke**: história. São Paulo: Ática, 1979 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 8).

JOVENS PARTICIPANTES DO PROJovem ADOLESCENTE EM RIBEIRAO PRETO: PRIMEIRAS INCURSÕES

YOUNG PARTICIPANTS OF PROJovem ADOLESCENT IN THE CITY OF RIBEIRAO PRETO: FIRST INROADS

Gisele Cristina Gentilini VINHA¹
Elmir de ALMEIDA²

RESUMO: O artigo apresenta as primeiras incursões de estudo sobre os motivos que levaram determinados adolescentes a desertarem do Projovem Adolescente, projeto socioeducativo implementado em Ribeirão Preto (2008-2011), a partir de parceria que envolve o Executivo local e o governo federal. A pesquisa parte da hipótese de que os adolescentes que decidem “ficar” ou “desertar” daquele Projeto demonstram que são atores sociais, com capacidade de ação e que agem de modos distintos nas relações que estabelecem com os valores que lhes são transmitidos no âmbito daquela proposta socializadora (PAIS, 1990a, 1990b, 1998).

PALAVRAS-CHAVE: adolescentes, Projovem, VALORES

ABSTRACT: The article presents the first inroads of the study on the reasons why some adolescents deserted the Projovem Adolescent, a socioeducative project implemented in Ribeirão Preto (2008-2011) in a partnership which involves the local Executive and federal government. The research is based on the hypothesis that adolescents who decide to stay or abandon this Project demonstrate that they are social actors, with action capacity and who act in different ways on the relationship that they establish with the values which are transmitted in the ambit of that socializing proposal (PAIS, 1990a, 1990b, 1998).

KEY WORDS: adolescents, values, Projovem

Introdução

O presente artigo é fruto das primeiras incursões de pesquisa que vem se realizando com participantes do Projovem Adolescente, residentes na cidade de Ribeirão Preto interior do estado de São Paulo que, entre 2008-2011, ingressaram e desertaram daquela ação socioe-

¹ Aluna do curso de mestrado em Educação – Departamento de Educação, Informação e Comunicação – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras - Universidade de São Paulo – USP – CEP 14040-901 - Ribeirão Preto – São Paulo – Brasil – giselevinha@usp.br.

² Docente e orientador do curso de mestrado em Educação – Departamento de Educação, Informação e Comunicação – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – Universidade de São Paulo – USP – CEP 14040-901 - Ribeirão Preto – São Paulo – Brasil – elmir@ffclrp.usp.br.

educativa especificamente endereçada aos segmentos juvenis. O estudo adquire contornos mais apropriados de uma investigação científica quando de minha participação no grupo de estudos do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Infância, Juventude e Educação – LEPINJE, vinculado à FFCLRP-USP. Naquele coletivo compartilhei observações e inquietações que acumulei ao longo de seis anos de atuação profissional junto ao Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e ao Projovem Adolescente, ambos concebidos pelo governo da União. No âmbito daquelas experiências, constatei que um expressivo número de adolescentes escolhia acessar e ingressar nas atividades socioeducativas propostas por aquelas iniciativas públicas, mas as abandonavam antes do período previsto à conclusão das mesmas, tal situação se repetia até mesmo quando recebiam uma bolsa-auxílio, como incentivo para a permanência dos mesmos naqueles Programas.

As observações que acumulei me permitiram formular as seguintes questões: o fato de o Projovem Adolescente não estabelecer a concessão de uma bolsa-auxílio aos participantes juvenis, transferindo o benefício financeiro para suas famílias (mães e responsáveis) e para a Escola, pode ser considerado como fator único e preponderante para que os mesmos escolham desertar do Projeto? Se não, o quê sustenta a decisão de adolescentes que abandonam o “grupo socioeducativo”, antes do término previsto para suas atividades? Quais são os sentidos e valores que sustentam ou orientam as escolhas dos adolescentes.

Na busca por respostas às indagações acima, tenho desenvolvido pesquisa qualitativa com base em procedimentos metodológicos diferenciados, porém combinados, de investigação, tais como: levantamento de bibliografia teórica, de trabalhos acadêmicos (monografias, artigos, dissertações e teses), de documentos oficiais e não oficiais que ofereçam contribuições (diretas ou indiretas) ao meu estudo – conceito de juventude e jovem, educação não escolar, projetos ou programas para a juventude no país etc; elaboração de uma caracterização da população jovem de Ribeirão Preto, em anos recentes, e dos adolescentes que se inscreveram no Projovem Adolescente, entre os anos de 2008-2011; estabelecido contatos diretos com integrantes adultos dos coletivos dos Projovem Adolescente e da Secretaria Municipal de Assistência Social, objetivando coletar dados e informações sobre os modos como foram implementados os coletivos na cidade e ainda sobre os adolescentes com os quais pretendo dialogar, seja a partir de questionário estruturado, seja a partir de entrevistas, com roteiro semi-estruturado.

Assim, inicio este artigo discorrendo sobre os conceitos de adolescência e juventude que por ora tem ancorado minhas incursões; na sequência, apresento uma breve digressão sobre as iniciativas públicas direcionadas aos segmentos juvenis no país, em décadas recentes, momento em que situo o Projovem Adolescente no conjunto das iniciativas para a juventude brasileira e descrevo algumas de suas características básicas. Após, apresento os aspectos sociodemográficos da população juvenil de Ribeirão Preto e descrevo as principais ações públicas para a juventude existentes em Ribeirão Preto, entre elas o Projovem Adolescente. Por fim, discorro sobre os aportes teórico-metodológicos adotados para a análise dos adolescentes ribeirão-pretanos que acessaram e desertaram do Projovem Adolescente e indico os próximos passos que pretendo seguir para dar continuidade à investigação.

Aportes conceituais sobre adolescência e juventude

No campo das Ciências Sociais, a categoria social juventude não encontra uma definição unívoca, porém concordo com León (2005, p.10) quando, ao discorrer sobre os conceitos de adolescência e juventude, afirma que eles “correspondem a uma construção social, histórica, cultural e relacional”.

Não deixo de considerar relevantes, também, as observações de Melucci (1997) sobre os tempos vivenciais e singulares da adolescência e da juventude. Para o sociólogo italiano,

tanto a adolescência como a juventude não podem ser consideradas por critérios etários rígidos, pois tempos do ciclo vital não implicam apenas “uma condição biológica”, eles têm se tornado uma “definição simbólica” (MELUCCI, 1997, p. 13). De acordo com Melucci, adolescência e juventude podem ser mais apreendidas como idades cruciais da vida, pois nelas os sujeitos, com alguma autonomia, começam a “enfrentar o tempo como uma dimensão significativa e contraditória da identidade. A adolescência, na qual a infância é deixada para trás e os primeiros passos são dados em direção à fase adulta, inaugura a juventude e constitui sua fase inicial (MELUCCI, 1997, p. 8).

Soma-se ao acima exposto sobre a adolescência e juventude as advertências de Corti e Souza (2005) quando refutam a ideia de que além de ser categorias relacionais, sociais e culturais, a adolescência e juventude são melhor decifradas se reconhecermos a multiplicidade de situações socioeconômicas e culturais que os sujeitos juvenis vivenciam, quais sejam:

A classe social do indivíduo, sua condição étnica e de gênero, sua presença ou não no mercado de trabalho e na escola, seu local de moradia – urbano ou rural – sua situação familiar e sua orientação religiosa são fatores, entre outros, que vão diferenciando internamente os grupos que chamamos de adolescente e juventude (CORTI & SOUZA, 2005, p. 14).

A partir da compreensão da multiplicidade das dimensões que compõem a juventude, podemos considerar sua complexidade também no que diz respeito ao cenário das políticas públicas para os segmentos ou setores juvenis, pois tendo em vista a complexidade que envolve o tempo da juventude “não há um único eixo que possa ser apontado como aquele que dá, centralmente, conta da questão juventude”, seja qual for a sociedade considerada (ABRAMO, 2005, p. 34).

Deste modo, nos itinerários que tenho seguido para o desenvolvimento da minha pesquisa, tenho me ancorado em concepções de adolescência e juventude formuladas sobretudo no âmbito da Sociologia e que as compreendem como construções histórica, socioculturais e relacionais, não definidas e compreendidas somente por critérios biológico-etários; que a adolescência é o “limiar”, a “soleira” da juventude (MELUCCI, 2001) e que para melhor compreender e atender as necessidades, demandas, interesses e projetos de adolescentes e jovens faz-se necessários compreender as situações diferenciais sob as quais os sujeitos jovens vivem o tempo da juventude, inclusive no que concerne os processos de concepção e implementação de iniciativas públicas direcionadas especificamente ao público juvenil.

Breves apontamentos sobre as políticas públicas destinadas aos jovens no Brasil

O Projovem Adolescente trata-se de uma iniciativa pública concebida pelo governo federal que tem como foco um sujeito específico: o adolescente. Desta maneira, ao se falar de políticas públicas para ou de juventude, torna-se importante recuperar elementos da historicidade da emergência dessa preocupação e assinalar alguns de seus desdobramentos, em especial no Brasil. Para Novaes (2007), foi somente a partir dos anos 80 que, vários países do mundo, em resposta às transformações econômicas e sociais decorrentes da globalização, incentivaram além das ações compensatórias, ações governamentais e não governamentais voltadas aos segmentos juvenis (NOVAES, 2007). No Brasil, tais ações se configuraram tardiamente, pois foi somente nos anos da década de 90 que a categoria juventude foi incluída na pauta das políticas públicas (NOVAES, 2007).

Sobre tal cenário Sposito e Carrano (2003), sublinham que anteriormente aos anos de 1990, no Brasil, os jovens e suas necessidades específicas, “tenderam a permanecer muito

mais como “estado de coisas”³ do que como problema político” e as ações que emergiram objetivavam mais uma tentativa de resolver problemas que afetavam a população jovem e a sociedade como um todo (id., ib., 181). Para Sposito e Carrano (2003) esses problemas constituíam-se em:

[...] problemas reais, identificados principalmente na área da saúde, da segurança pública, do trabalho e do emprego, responsáveis pela materialidade imediata para se pensar as políticas de juventude sob a égide dos problemas sociais a serem combatidos [...] se expressaram, por exemplo, na criação de programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para o controle social do tempo livre dos jovens, destinados especialmente aos moradores dos bairros periféricos das grandes cidades” (id., ib., p. 187).

Os programas governamentais citados por Sposito e Carrano (2003) eram voltados a uma população específica de jovens, os que vivenciavam a condição de “risco social”, sendo o seu principal objetivo prevenir, controlar e reparar os problemas que atingiam essa juventude (SPOSITO & CARRANO, 2003).

No final dos anos 90 e início da década atual observou-se, de acordo com Sposito e Carrano (2003), um avanço nas iniciativas públicas focadas nos jovens, devido a um maior envolvimento das instâncias federal, estadual e municipal, e em alguns momentos também, das instituições da sociedade civil. No entanto, grande parte dos projetos e programas ainda representavam os jovens como “problemas” ou como sujeitos que precisavam de “atenção, controle ou tutela” (id. ib., p. 187).⁴

Novaes (2007) destacou no cenário nacional do ano de 2003, algumas transformações no âmbito das políticas públicas para a juventude, quando da chegada de Luiz Inácio Lula da Silva no cargo da Presidência da República. Segundo a autora, apesar de algumas iniciativas presentes no governo de Fernando Henrique Cardoso permanecerem, outras diferenciadas surgiram como o Plano Nacional de Juventude e a proposta de um Estatuto da Juventude. Como resultado desse processo, em 2005, nasceu a lei 11.129 responsável pela ordenação das estruturas para a constituição da Política Nacional de Juventude, que por sua vez, instituiu a Secretaria Nacional da Juventude, o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM).⁵

Novaes (2007) afirma que o programa PROJOVEM foi concebido como o objetivo de atender a demanda dos jovens, e como a preocupação em “vincular a escola ao mundo do trabalho” (NOVAES, 2007, p. 272). Sob tal perspectiva, em 2008, ainda no governo do Presidente Lula, é sancionada a Lei número 11.692 (BRASIL, 2008), alterando a Lei 11.129

³ Rua (1998) realiza um levantamento sobre as ações públicas destinadas as juventudes nos anos 90 e por meio deste, constata que mesmo havendo ações no âmbito educacional, da saúde e do trabalho não eram planejadas para atender as demandas específicas dos jovens e tampouco detinham o objetivo de promover uma formação plena para a cidadania. Diante disso, a autora conceitua políticas públicas como sendo respostas “apresentadas pelos atores políticos ou sociais, direta ou indiretamente interessados, que transitam no ambiente e no sistema político” (id., ib., p. 731). Entretanto, enquanto a inclusão dos “problemas políticos” não ocorre na “agenda governamental”, define como “situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo, que atingem grupos mais ou menos amplos da sociedade”, ou seja, como “estado de coisas” (id., ib., p. 732).

⁴ Pode-se demonstrar como exemplo um dos programas analisados por Sposito e Carrano (2003) – o Programa Agente Jovem. Criado em 2000, no âmbito do Ministério da Previdência e Assistência Social, delimitou como público-alvo adolescentes de 15 a 17 anos, alfabetizados, vivendo em “condições de risco” e com a renda per capita que não ultrapassasse meio salário mínimo. Seu objetivo era preparar o jovem para a cidadania e para o mercado de trabalho, possibilitando-lhe uma bolsa no valor de R\$65,00. Em contrapartida o programa exigia a participação nas atividades e no projeto de prestação de serviços voluntários à comunidade. Esse Programa teve continuidade no primeiro Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (id., 2003).

⁵ Em 2005, a lei número 11.129 previu ao PROJOVEM apenas atenção aos jovens de 18 a 24 anos, com o intuito de reinserção na escola e inserção no mercado de trabalho. No entanto, em 2008 o programa foi alterado através da lei número 11.692/2008. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/93618/lei-11692-08>, acessado em 14 de Fevereiro de 2011 e <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/lei-11129>, acessado em 14 de Fevereiro de 2011.

(BRASIL, 2005), dispendo sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, incluindo nessa a atenção os jovens de 15 a 29 anos de idade.

O programa PROJOVEM e o Projovem Adolescente

Segundo a Lei 11.692 (BRASIL, 2008)⁶, o PROJOVEM trata-se de iniciativa do governo federal e tem como principal órgão gestor a Secretaria Geral da Presidência da República. É destinado aos jovens de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos, com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano. O Programa é desenvolvido nas modalidades: Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo; Projovem Urbano; Projovem Campo - Saberes da Terra; e Projovem Trabalhador (BRASIL, 2008).

O Projovem Adolescente trata-se de uma proposta de ação focal, socioeducativa, que tem como objetivo complementar a proteção social básica à família, criar mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a (re)inserção e permanência do jovem no sistema educacional. Destina-se aos jovens de 15 a 17 anos, considerados em situação de “vulnerabilidade social”⁷, pertencentes às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e provenientes da atenção especial, (Programa de Combate à Violência e à Exploração Sexual e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI) e jovens sob medidas de proteção ou medidas socioeducativas de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O conteúdo transmitido pelo Projovem estrutura-se em eixos: a “Convivência Social”, a “Participação Cidadã” e o “Mundo do Trabalho”. Através de atividades teóricas e práticas das ações socioeducativas, são inseridos os temas transversais como: Juventude e Direitos Humanos e Sociais, Juventude e Saúde, Juventude e Meio Ambiente, Juventude e Trabalho, Juventude e Cultura, Juventude Esporte e Lazer. Além disso, o Projovem Adolescente foi concebido para ser executado em dois momentos (estimativa de dois anos): o primeiro para as atividades socioeducativas e o segundo ano para a participação cidadã, com foco no “protagonismo social” e formação técnica geral, com foco no trabalho (BRASIL, 2009).

No âmbito dos projetos Projovem Urbano, Projovem Campo e Projovem Trabalhador o jovem recebe, diretamente da União, auxílio financeiro no valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensais. Em relação ao Projovem Adolescente, é possível concluir que a Lei não previu a bolsa auxílio, como nos demais projetos e a participação neste restringe-se apenas aos encaminhados por instituições específicas e àqueles que pertencem às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo que os adolescentes de 16 aos 17 anos que fazem parte do Programa Bolsa Família recebem o BVJ⁸ (Benefício Variável Jovem), não vinculado ao Projovem Adolescente, mas sim à frequência na escola (MDS, 2011).⁹

Isso significa que a participação dos adolescentes no Projovem Adolescente, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2011) é “voluntá-

⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm, acessado em 21 de maio de 2008.

⁷ Segundo material produzido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome são considerados em situação de vulnerabilidade social “famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou pelo acesso às demais políticas públicas”. (BRASIL;MDS, 2009, p.48)

⁸ Benefício Variável Jovem (BVJ). É uma modalidade de benefício do Programa Bolsa Família (PBF) vinculada ao adolescente de 16 e 17 anos. O BVJ é pago às famílias beneficiárias do Programa, por meio do Responsável Familiar, no mesmo cartão que as demais modalidades de benefício. O BVJ tem um valor de R\$ 33,00 por jovem, até o limite de 2 (dois) jovens. Para receber o BVJ o jovem de 16 e 17 anos deve estar matriculado na escola e ter frequência mensal mínima de 75%. No entanto, quando há descumprimento de condicionalidades por outros membros da família todos os benefícios são afetados, inclusive o BVJ (MDS, 2011).

⁹ <http://www.mds.gov.br>, acessado em 30 de Novembro de 2011.

ria”, ou seja, “não é obrigatória e não deve ser apresentada como uma condicionalidade do Programa Bolsa Família” (MDS, 2011).

Reportagem publicada pelo jornal da ciência¹⁰ em 04 de outubro de 2011, sob o título “Projovem gasta muito e forma muito pouco”, dispõe dados nacionais sobre a quantia repassada pelo governo federal para os projetos do programa PROJOVEM e relaciona com o baixo índice de jovens efetivamente atendidos. No caso do Projovem Adolescente consta que:

[...] Cerca de 50% dos jovens de 15 a 17 anos participam dos “coletivos” socioeducativos, que duram dois anos, segundo informação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que coordena o programa e já repassou cerca de R\$900 mil desde 2008. (SBPC, 2011).

O trecho citado nos mostra que dentre o público alvo do Projovem Adolescente - os adolescentes beneficiários do programa bolsa família e de programas de atendimento especial, presente em todo o território nacional, somente a metade deles escolhem participar das ações socioeducativas.

Ribeirão Preto: aspectos sociodemográficos da população adolescente

O município de Ribeirão Preto, situado na porção nordeste do estado de São Paulo, tem uma área geográfica de 651,276 Km² e atualmente conta com 604.682 habitantes (IBGE, 2010)¹¹. De acordo com a Fundação SEADE¹², a localidade possui o comércio, o setor de serviços, a indústria e o agronegócio como principais atividades produtivas e econômicas (SEADE, 2011) e, segundo aquela fonte, o município detém um alto índice de desenvolvimento humano (IDH), 0,855, maior que o índice assinalado para o estado de São Paulo (0,820) e para o Brasil (0,849) no mesmo ano (IPEA, 2011)¹³.

Em 2010, o subconjunto populacional de 15-19 anos de idade contava 47.253 habitantes, sendo 9.530 os jovens de 15 anos de idade, 9.039 os jovens de 16 anos e 9.331 os jovens de 17 anos. Ainda em 2010, entre as crianças e os jovens incluídos na faixa etária do 0 aos 18 anos: 50,5% eram homens e 49,5% mulheres; 75,% eram brancos e 25% não-brancos; grande parcela da população reside na área urbana e uma menor parcela na área rural (IBGE, 2010; FFCLRP, LEPINJE, 2011). Do ponto de vista quantitativo, os dados revelam que é significativamente expandido o número total dos sujeitos que integram as novas gerações ribeirão-pretanas (IBGE, 2010; FFCLRP/LEPINJE, 2011).

Em relação à educação dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade, pode-se afirmar que houve um crescimento na taxa de escolarização dos segmentos infanto-juvenis do município,¹⁴. Em Ribeirão Preto, esse crescimento é percebido através do aumento do número de atendimentos na educação básica (2000-2010) e no atendimento à educação de adolescentes. Dados revelam que em 2010 quase sua totalidade eram atendidos nas faixas etária dos 15 (96,1%), dos 16 (100,0%) e dos 17 (95,5%). No entanto, em relação às taxas de escolarização dos jovens de 15 a 18 anos entre 2000 e 2010, somente 58,8 dos 10% mais pobres frequentaram a escola contra 92,3 dos 10% mais ricos. Entre a categoria de crianças e jovens de 0 a 18 anos que frequentam a escola, mas com distorção entre idade e série, em sua maioria, estão os homens, negros e indígenas. (IBGE, 2000/2010; INEP, 2010; FFCLRP, LEPINJE, 2011).

Apesar de ainda existir grande discrepância em relação ao acesso à educação, tendo em vista as diferentes situações socioeconômicas e o pertencimento de cor/raça dos jovens,

¹⁰ <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=79545>, acessado em 4 de outubro de 2011.

¹¹ <http://www.ibge.gov.br>, acessado em 14 de Fevereiro de 2011.

¹² <http://www.seade.gov.br>, acessado em 14 de Fevereiro de 2011.

¹³ <http://www.ipea.gov.br/portal/>, acessado em: 14 de Fevereiro de 2011.

¹⁴ <http://www.inep.gov.br>, acessado em 25 de Novembro de 2011.

Ribeirão Preto vem seguindo o desenvolvimento educacional quantitativamente positivo, sobretudo na etapa do ensino fundamental.

Sobre a inserção dos adolescentes na esfera do trabalho, em Ribeirão Preto, os adolescentes que pertencem à faixa etária dos 16 aos 18 anos de idade trabalham mais do que 40 horas semanais (46,1% tem 16 anos, 48,6% tem 17 anos e 50,9% tem 18 anos), sendo que 41% possuem registro em carteira. (IBGE, 2000; FFCLRP, LEPINJE, 2011).

Os dados mobilizados nos permite inferir que mesmo que os segmentos juvenis da cidade contem, atualmente, com uma razoável oferta pública de oportunidades de escolarização nas etapas do ensino fundamental e médio, indicam também para a necessidade imperativa dos poderes públicos locais atuarem no sentido de garantir ainda mais aos adolescentes o acesso e fruição os direitos que conformam a cidadania moderna.

Iniciativas públicas para os segmentos juvenis em Ribeirão Preto

Almeida e Pires (2011) ao mapearem as iniciativas públicas para jovens desenvolvidas pela o Executivo local de Ribeirão Preto, afirmaram ter identificado um conjunto significativo de programas e projetos focais desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social, que adotou como parâmetros normativos disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8069/90), privilegiando os segmentos infanto-juvenis de camada popular que se encontravam entre 12 e 18 anos, vivendo em “situação de risco”, ou em contextos que os tornavam física e socialmente “vulneráveis” (PMRP, 2007-2010 apud ALMEIDA & PIRES, 2011).

Por outro lado, aqueles autores identificaram também a existência de um conjunto de iniciativas que não tomaram diretamente como referências aqueles recortes socioeconômicos e etários, caso das intervenções concebidas e coordenadas pelo Programa Ribeirão Jovem¹⁵, ou desenhadas e realizadas pelos setores municipais do esporte, cultura, trabalho, educação, planejamento e meio ambiente. Além disso, em 1997, o legislativo municipal aprovou a Lei Complementar nº 628/97, que dispunha sobre a criação do Conselho Municipal da Juventude¹⁶ (ALMEIDA & PIRES, 2011).

Os adolescentes e o Projovem adolescente em Ribeirão Preto: incursões iniciais

Em 2008, mais especificamente no segundo semestre, o Executivo Municipal de Ribeirão Preto incorpora a sua agenda governamental o Projeto Projovem Adolescente, tendo como órgão gestor a Secretaria da Assistência Social e como órgão executor do Projeto os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

Atualmente, a Secretaria de Assistência Social de Ribeirão Preto divide o município em cinco regiões, (norte, noroeste, centro, sul, sudoeste) com a finalidade de descentralizar o atendimento social. Cada região conta com um ou mais CRAS, localizado(s) em territórios

¹⁵Programa institucional de políticas públicas municipais do Executivo de Ribeirão Preto, dirigido à juventude, com o objetivo principal de ampliar as estratégias de combate ao desemprego e proporcionando aos jovens a iniciação ao mercado de trabalho através do programa Estágio Cidadão, ou capacitando-os para isso, através dos programas Ribeirão Jovem Empreende, Dança Comigo, Casa da Juventude, Ribeirão Jovem em Ação e Frequência Jovem e mais as atividades desenvolvidas em 50 Centros de Inclusão Digital da cidade. Além desse conjunto de ações os segmentos juvenis da cidade, contam, também, com possibilidades de participação no Fórum de Participação da Juventude de Ribeirão Preto - FORJUP e no Conselho Municipal de Juventude, este último órgão deliberativo e consultivo sobre temáticas diretamente vinculadas aos jovens e a condição juvenil. (in <http://www.juventude.sp.gov.br/sis/leonoticia.php?id=263&c=35>, acessado em 17/6/2010). (ALMEIDA & PIRES, 2011).

¹⁶O artigo 6º. dessa Lei foi alterado, em 2003, pela Lei Complementar no. 1571/2003 (in <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/695371/lei-complementar-1571-03-ribeirao-preto-sp>, acessado 03/08/2008 apud ALMEIDA & PIRES, 2011).

chamados “de maior vulnerabilidade”. Os coletivos do Projovem Adolescente são vinculados a essas unidades. Em 2010 havia nove coletivos em funcionamento, atendendo em média 15 adolescentes cada e no final de 2011 os grupos diminuíram para 7, ofertando no total 175 vagas (MDS, 2012)¹⁷.

O acontecimento da implantação do Projovem Adolescente em Ribeirão Preto foi divulgado através do sítio eletrônico¹⁸, datado em 20 de agosto de 2008, apresentando seu início, diante das seguintes informações: “O projeto atende 300 adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos, de ambos os sexos, que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou ociosidade infantil (...)” (PMRP, 2008).

Outra notícia datada em 04 de dezembro de 2009 informa sobre a “formatura” do Projovem Adolescente. Nesta, afirma que cerca de 80 adolescentes com idades entre 15 e 17 anos, em solenidade no Ipanema Clube, receberam certificados de conclusão de curso do Projeto (PMRP, 2009).

Por fim, a última notícia publicada em 17 de dezembro de 2010 relata o dia de confraternização ente os coletivos do Projovem Adolescente. Segundo consta na publicação, “cerca de 110 adolescentes integrantes do Projovem Adolescente, coordenado pela Secretaria da Assistência Social, estiveram no Ipanema Clube em clima de confraternização” (PMRP, 2010).

A partir das fontes acima foi possível concluir que havia uma grande oferta de vagas para o Projovem Adolescente, mas do conjunto de adolescentes que acessavam os coletivos socioeducativos, apenas uma média de 80 adolescentes permanecia até o seu final. Novos coletivos foram formados em 2010, no entanto, os jovens ocuparam menos da metade das vagas oferecidas.

No que tange às famílias e jovens residentes em Ribeirão Preto – SP, usuários dos programas e benefícios socioassistenciais desenvolvidos pela parceria Executivo Municipal e Governo Federal, foi possível levantar que em 2011, 24.264 famílias estavam inseridas no cadastro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ou seja, famílias que possuem renda per capita mensal de até ½ salário mínimo e destas 12.328 famílias estão participando do programa de transferência de renda Bolsa Família¹⁹ (MDS, 2011). Para o mesmo ano, o Sistema de Informação Social do Programa Projovem Adolescente (SISJOVEM)²⁰ indicava que no município havia 10.412 adolescentes, filhos das famílias cadastradas no Sistema Único de Assistência Social (MDS, 2011). Por pertecerem ao Cadastro Único de Assistência Social, esses jovens são considerados demanda para as iniciativas públicas para jovens de camadas populares.²¹

Considerações Finais

No momento a pesquisa encontra-se em desenvolvimento, e pouco posso apresentar sobre os atores adolescentes que participaram do Projovem Adolescente – suas principais características sociodemográficas, seus valores, suas atitudes, suas escolhas, necessidades e expectativas.

No entanto, considero importante apresentar neste artigo o que foi possível levantar e analisar até o momento, desde os modos como o Executivo Municipal de Ribeirão Preto tem atuado para garantir a fruição de direitos por adolescentes e jovens, a maneira como o Projovem Adolescente foi implementado no município, os desafios postos aquela iniciativa em seu

¹⁷ <http://www.mds.gov.br>, acessado em 18 de Fevereiro de 2012.

¹⁸ <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br>, acessado em 20 de Janeiro de 2011.

¹⁹ <http://www.mds.gov.br>, acessado em 30 de Novembro de 2011.

²⁰ <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/redesuas/sisjovem>, acessado em 25 de Novembro de 2011.

²¹ <http://www.mds.gov.br>, acessado em 25 de Novembro de 2011.

primeiro biênio (2008-2010). Porém, julgo de capital importância apresentar as questões centrais de meu estudo e os referenciais teóricos que tenho escolhido para encontrar respostas a elas, pois tomando como referência Azanha (1992, p.21) “sem teorias a pesquisa empírica opera de modo desordenado”.

Para responder as minhas indagações, tenho tomado como referências as contribuições de Pais (2003; 1998; 1990a; 1990b), sobretudo seu trabalho sobre as relações entre juventude e valores. Para Pais, a perspectiva dos valores como representação social não corresponde apenas a “concepções sólidas e persistentes do desejável”, mas também implica os “*recursos linguísticos* usados para justificar determinadas condições de vida” ou escolhas (PAIS, 1998, p. 20). Seguindo suas formulações pode-se presumir que os adolescentes do Projovem Adolescente e suas escolhas podem ser analisados sobre uma perspectiva geracional como também sobre uma perspectiva classista, pois se são indivíduos que se encontram inseridos no mesmo intervalo etário, vivenciando situações histórico-sociais comuns, como partícipes de uma iniciativa pública a eles direcionada, são também indivíduos que vivem a condição juvenil e experiência nos coletivos do Projovem Adolescente a partir de determinados pertencimentos, interferindo em suas escolhas, atitudes, valores e comportamentos.

Deste modo, ao tomar as proposições de Pais como referências fundamentais para a continuidade do estudo, considero que a pesquisa poderá contribuir para o adensamento e com o enriquecimento dos estudos sobre a juventude de Ribeirão Preto, além disso, pois parto do suposto de que ao dialogar com os adolescentes do Projovem Adolescente local, ao tomar o cuidado de ter uma “escuta sensível” às vozes dos mesmos – sobre seus valores, sobre os modos como significam o Projovem e suas atividades, suas escolhas e as razões que os impeliram a desertar daquela iniciativa pública - possamos mais apreender e compreender a diversidade inerente à condição juvenil da localidade e mais bem decifrar suas necessidades e projetos para o presente e para o futuro.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: ANPED, Mai/Jun/Jul/Ago, 1997, n° 5, Set/Out/Nov/Dez 1997, n°6.

_____. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M. V. (coord.) *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo, Ação Educativa, 2005.

ALMEIDA, E.; PIRES, G.. *Coletivo Jovem de Meio Ambiente de Ribeirão Preto: Trocas inter e intrageracionais, sociabilidade e “microesfera” pública de participação juvenil*. Monografia (Conclusão de Curso de Pedagogia) - Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, 2010.

AZANHA, J. M. P.. *Uma idéia de pesquisa educacional*. São Paulo: Edusp, 1992.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Traçado Metodológico. Projovem Adolescente: Serviço Socioeducativo*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2009.

CORTI, A. P.; SOUZA, R. *Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para Educadores*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

DUBET, F. *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

KERBAURY, M. T. M. Políticas da Juventude: Políticas Públicas ou Políticas Governamentais?. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, 18/19, 193-2003, 2005.

LECCARDI, C. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. *Revista de sociologia*, São Paulo, v.17, n.2, nov. 2005.

LEÓN, O. D. Adolescência e Juventude: das noções às abordagens. In FREITAS, M. V. (coord.) *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo, Ação Educativa, 2005.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: ANPED, Mai/Jun/Jul/Ago 1997, nº. 5, Set/Out/Nov/Dez 1997, nº. 6.

_____. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bonfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

NOVAES, R. Políticas de Juventude no Brasil: Continuidades e Rupturas. In: FÁVERO, O.; SPOSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. *Juventude e Contemporaneidade*. MEC, UNESCO E ANPED, Brasília, 2007 (Coleção Educação Para Todos).

PAIS, J. M. *Culturas Juvenis*, Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.

_____. A Construção sociológica da juventude – alguns contributos. *Análise Social*, v. XXV, 1990a, 1990b., p.139-165.

_____. Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea (Introdução). In: José Machado Pais (Eds.). *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea* (pp. 17-58). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Secretaria de Estado da Juventude, 1998.

RUA, M. As Políticas Públicas e a Juventude dos Anos 90. In: CNPD. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998, v.2.p.731 – 752.

SPOSITO, M. P. (coord.). *Espaços Públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo: Global, 2007.

_____. *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. 1 ed. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, v.1.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R., Juventude e Políticas Públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n.24, Set/Out/Nov/Dez, 2003.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, LEPINJE. *Perfil da criança e do adolescente em Ribeirão Preto e o estabelecimento de diretrizes para a formulação de políticas públicas: contribuições do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente – resultados parciais*. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2011 (apresentação Power Point).

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TELEVISÃO DIGITAL NO BRASIL

Hellen Olympia da Rocha TAVARES¹

Resumo: Devido à sua elevada penetração, a televisão aberta assume grande importância como veículo de entretenimento, informação, cultura e educação. No Brasil, a inserção da televisão digital ainda está em seu início, mas em rápida ascensão, e caso tenha o mesmo alcance do sistema analógico, a televisão digital aberta, livre e gratuita, poderá proporcionar educação, entretenimento, cultural a grande parte da população, já que poderá ser o primeiro contato com o mundo digital a diversos segmentos da sociedade brasileira. O projeto da televisão digi-

¹ Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, UNESP, CEP: 14800-901, Araraquara, São Paulo, Brasil, hellentav@gmail.com.

tal tem como objetivo oferecer novas ferramentas tecnológicas de comunicação para serem utilizadas em políticas públicas de inclusão social e digital, além da total interatividade. A digitalização pode ser considerada como um importante passo para a construção de uma sociedade baseada na tecnologia da informação e comunicação, e como uma importante política nacional para o desenvolvimento econômico e social. É fundamental que essas facilidades estejam ao alcance da população, já que a mudança é complexa e vai além das questões tecnológicas, que incluem transformações comportamentais e de cultura. Portanto, a televisão digital, se acompanhada de políticas públicas eficientes, permitirá a discussão de um novo marco regulatório para as comunicações no Brasil, permitindo a revisão das leis, a fim de atender as novas necessidades dos padrões de comunicação digitais e suas interfaces comunicacionais e de informação.

Palavras-chave: Televisão Digital, Política Cultural, Meios de Comunicação.

Abstract: Due to its high penetration, open television is very important as a vehicle for entertainment, information, culture and education. In Brazil, the participation of digital television is small but rapidly growing, and if it has the same range of analog, the digital open TV, free and with no cost, can provide education, entertainment and culture to a big share of population as it may be the first contact with the digital world to various segments of Brazilian society. The design of digital television is intended to provide new communication technology tools for use in public policies of social and digital inclusion beyond the full interactivity. The digitalization can be considered as an important step towards building a society based on information and communication technology, and as an important national policy for economic and social development. It is essential that these advantages are within reach of the population, since the change is complex and goes beyond the technological issues, including changes in behavior and culture. Therefore, digital television, if accompanied by effective public policies, will allow the discussion of a new regulatory framework for communications in Brazil, allowing the review of laws in order to meet the new needs of digital communication standards and communication and information interfaces.

Keywords: Digital Television, Cultural Politics, Media.

1 A Televisão Aberta no Brasil

Em todo mundo, incluindo no Brasil, a difusão do rádio e da televisão sempre foi relacionada às políticas culturais, sendo veículo para a exposição de diversas manifestações populares, políticas e religiosas no país. Há mais de 50 anos, os sinais abertos de televisão, que comportam o acesso gratuito dos telespectadores às programações das emissoras, são transmitidos no padrão analógico no Brasil, sendo, de acordo com Simis (2006), desde seu início regulados pelo Estado, que a distribui e padroniza, tornando este espectro um bem público administrado pelos concessionários.

A princípio, era necessário criar uma cultura nacional a fim de constituir o Brasil em nação, o que foi feito através dos meios de comunicação, expandidos para que todos os brasileiros pudessem ter acesso a programas de educação política e social. O Estado tinha como interesse a utilização do cinema, da radiotelegrafia e de outros processos técnicos, na qual também pode ser enquadrada a televisão, como instrumentos de difusão de idéias nacionalistas que unificassem o país (SCHWARTZMAN, 1984).

Para Junqueira (2004), ainda que se façam todas as críticas que cabem à televisão brasileira, a sua programação é “um inegável sucesso de público, representando a atividade básica de entretenimento da população, seja por razões circunstanciais, culturais ou financeiras” (MELO; RIOS; GUTIERREZ, 2000).

Em 2002, a TV aberta já alcançava, no Brasil, cerca de 90% das residências, o que corresponde a 54 milhões de aparelhos alocados em 42,8 milhões de lares de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD/IBGE) deste ano. O alcance da televisão é percebido quando sua presença é comparada à de outros aparelhos como o rádio e a geladeira, que alcançam 88 e 87% dos domicílios respectivamente (JUNQUEIRA, 2004).

No Brasil, a Constituição assegura à União a competência para legislar sobre a radiodifusão e ao Congresso a apreciação dos atos de concessão das emissoras, inclusive no que tange à televisão digital. Na prática, a administração do espectro de frequências, e também das licitações para novas concessões, é feita pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Há uma variedade grande de interesses na estruturação da televisão, atendendo a interesses educativos, culturais, comerciais, políticos e até mesmo religiosos, uma vez que, o poder de dispor de um canal de TV, em geral, está restrito aos empresários e ao governo, aspecto bastante criticado pelas forças progressistas nas últimas décadas. De acordo com Simis (2006),

Este poder regulatório do Estado, que é exercido diretamente ou mesmo por meio de instituições criadas especificamente para esse fim, e que, no caso da utilização da radiodifusão, exige dos seus concessionários que operem como administradores de um bem público, tem sido decisivo no ambiente regulador em todo o mundo. Na prática isso significa que o governo lhes concede um canal, em confiança, seja de emissoras de rádio, seja de TV de frequências diferenciadas, do âmbito local até o nacional, comerciais, educativas ou comunitárias, e de diversos tipos (emissoras, retransmissoras ou repetidoras), para que o usem em proveito próprio desde que cumpram as obrigações que lhes são impostas por contrato.

Tal discussão sobre o poder de regulamentação do espectro eletromagnético se dá porque a audiência de TV e de rádio têm um grande alcance no país, e são as mais heterogêneas das mídias de massa, já que o acesso depende apenas de um aparelho popularizado, não sendo necessário nem mesmo a alfabetização. Em um país como o Brasil, em que ainda existe uma porcentagem significativa de analfabetos, a TV e o rádio tornam-se muitas vezes as únicas fontes de informação, entretenimento ou contato com o mundo.

Dada justamente a sua elevada penetração, a TV aberta assume grande importância como veículo de entretenimento, informação, cultura e educação. Neste cenário, a televisão tem se tornado cada vez mais um espaço de comercialização de propagandas, uma vez que a própria programação da televisão atende mais às necessidades mercadológicas do que educativas, culturais ou de entretenimento. A prioridade não é a qualidade da programação (EAS-TMAN, 1993), mas sim atingir um público específico nos mercados escolhidos, já que sem audiência, não há anúncios.

Entretanto, com o advento da popularização da internet, a televisão vem perdendo espaço, especialmente para o público mais jovem. Neste contexto, a televisão digital aberta aparece como um caminho para a manutenção da audiência, já que mescla o alcance da televisão e a interatividade da internet.

Por este motivo, a discussão sobre a implantação da TV digital Brasil tem sido acompanhada tão de perto por diversos setores da economia atualmente, sendo, inclusive, importante fator de negociações internacionais relativas ao desenvolvimento tecnológico e investimentos.

2 A Tecnologia da Televisão Digital

De acordo com Bolaño e Vieira (2004), a televisão digital é um sistema de radiodifusão televisiva que transmite sinais digitais em lugar dos analógicos. Surge como um sistema mais eficiente no que diz respeito à recepção dos sinais, a transmissão digital apresenta uma série de inovações sob o ponto de vista estético e possibilita a convergência entre diversos meios de comunicação eletrônicos, entre eles a telefonia fixa e móvel, a radiodifusão, a transmissão de dados e o acesso à Internet.

A convergência dos meios de comunicação através das novas tecnologias tem permitido o aparecimento de inúmeros formatos de comunicação e de estruturação da vida social. A revolução informática nas últimas décadas se tornou cada vez mais rápida, o que permitiu eliminar fronteiras entre os meios tradicionais de comunicação. Tal mudança permite maiores chances de interatividade entre os agentes midiáticos e o telespectador. Para Barbosa Filho (2005), a mais importante mudança no panorama vem ocorrendo pelo avanço da digitalização, gerando novíssimos meios e articulando-os simultaneamente com os velhos transmissores de conteúdos.

No Brasil, houve uma discussão política sobre qual padrão de TV Digital seria adotado no Brasil, estando em voga o sistema americano (ATSC), o sistema japonês (ISDB) ou o sistema europeu (DVB), cada qual com características distintas para atender as necessidades das regiões aonde foram desenvolvidos.

De acordo com Bolaño e Vieira (2004), o modelo americano ATSC, *Advanced Television Systems Committee*, foi criado em meados da década de 1980, sendo que no início dos anos 1990 conseguiram desenvolver um sistema totalmente digitalizado. Este sistema tem como principal vantagem oferecer televisão com alta definição de som e imagem, mas não permite a recepção de sinais em equipamentos móveis, já que a tecnologia foi desenvolvida quando a telefonia móvel ainda não era tão relevante quanto atualmente.

O modelo ATSC é também pelo Canadá, que é parceiro dos EUA no Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), e tem as economias bastante aproximadas. Baseada em interesses comerciais, a Coreia do Sul também implementou o sistema (BOLAÑO; VIEIRA, 2004)

No início dos anos 1990, órgãos reguladores das comunicações de diversos países europeus constituíram o *European Launching Group* (ELG), que elaborou um memorando de entendimento mútuo entre seus membros para garantir a cooperação, que foi assinado em setembro de 1993, época em que o *Tratado de Maastrich* que converteu a Comunidade Económica Européia em União Européia. (BOLAÑO; VIEIRA, 2004)

Com este acordo firmado, grande parte dos países europeus seu sistema de televisão para o *Digital Video Broadcasting* (DVB). O modelo tem como vantagens a multiplicidade de canais, a interatividade e flexibilidade no modelo de negócios. Outros países, como Austrália, Nova Zelândia, Cingapura, Malásia, Índia, Israel e África do Sul também adotaram o padrão europeu.

Já o sistema japonês de televisão, adotado pelo governo brasileiro, é chamado digital ISDB (*Integrated Services Digital Broadcasting*), que em busca de um mercado no qual estava em desvantagem em relação aos EUA e Europa, desenvolveu equipamentos mais eficientes em relação à convergência tecnológica. O sistema foi desenvolvido com uma plataforma que visa à integração de múltiplos serviços, para além da transmissão de sinais digitais de televisão.

O modelo é utilizado no Japão que, agora, é base para a televisão digital terrestre do Brasil, por ter sido eleito aquele que responde melhor às necessidades de mobilidade e portabilidade, já que o sistema japonês, além da alta definição, oferece também interatividade e maior robustez, ou seja, preocupa-se com a transmissão em movimento.

Em linhas gerais, as plataformas tecnológicas disponíveis tem seu funcionamento semelhante. A diferença entre os sistemas ocorre apenas na maneira como os sinais são digitalizados, codificados, comprimidos e transmitidos, o que implica diferentes ênfases e aplicações de cada padrão

A TV digital é uma nova geração de televisão, que irá substituir gradualmente a atual televisão analógica com a transmissão dos sinais em forma digital, mais eficiente e confiável. Além de melhor recepção dos sinais, diversas vantagens também são incorporadas com a digitalização, como a oferta de serviços típicos de telecomunicações ou de transmissão de dados,

como a interatividade e o aumento do número possível de meios pelos quais a informação é transmitida, como o acesso à internet e troca de mensagens, tornando mais dinâmicas as suas aplicações.

Tal dinamismo é extremamente interessante ao mercado de telecomunicações envolvido na implementação da televisão digital no Brasil, já que tanto às empresas de radiodifusão quanto às de telefonia ampliar suas possibilidades de mercado.

3 O Sistema Brasileiro de Televisão Digital

O avanço da tecnologia tornou possível a digitalização do sinal de televisão, o que significa que mais informações, com melhor qualidade de imagem, podem ser enviadas às pessoas, incluindo dados. O *Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre* (SBTVD-T) iniciou a transição do sinal analógico para o sinal digital, permitindo a recepção de imagens em alta definição, com som de alta qualidade, interatividade e serviços até agora não disponíveis. (BARBOSA FILHO, 2007)

No Brasil, a digitalização e a convergência das mídias ainda estão no seu início, porém, em rápida ascensão. A discussão sobre este tema vem ocorrendo desde a década 1990, com testes, análises e desenvolvimento de pesquisas e testes sobre a TV digital.

Além da burocracia habitual de uma mudança deste porte, a transição para a TV digital trouxe, ainda, um debate polêmico que envolveu interesses de diversos setores, inclusive internacionais. E embora o país tenha optado um sistema brasileiro TV Digital, este é baseado em um modelo internacional.

A preocupação em manter o sistema brasileiro em paridade com sistemas internacionais foi justificada pela lógica de que um sistema exclusivamente brasileiro atrasaria a migração por falta de economia de escala na produção de equipamentos, como aconteceu no Brasil na transição para a televisão à cores.

É claro que a implementação de uma TV Digital baseada em padrões já existentes em outros países trouxe consigo a disputa pelo mercado brasileiro, além da divergência interna de prioridades dos diversos setores relacionados com adoção do sistema. Isto porque a televisão digital é uma mudança estrutural que afeta diversos segmentos das telecomunicações, como a radiodifusão, a telefonia, a internet, a indústria, entre outros.

No processo de seleção do padrão e implementação da televisão digital estiveram envolvidos muitos interesses a serem alinhados, como os dos fabricantes de televisores e os das emissoras de televisão, que participaram da escolha do modelo brasileiro, pressionando o Estado a escolher um sistema que garantisse a manutenção de sua hegemonia e ampliação do seu mercado consumidor. Ou seja, um longo trâmite se desenrolou até que este fosse escolhido, em 2006.

No Brasil, as discussões sobre a televisão digital se iniciaram em meados da década de 1990, junto com a implementação deste sistema em seus países desenvolvedores. Em 1998, uma comissão formada pela Sociedade de Engenharia de Televisão-SET, Centro de Desenvolvimento e Pesquisa em Telecomunicações - CPqD, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT e Universidade Mackenzie, que realizaram testes entre os padrões americano, o europeu e japonês (SANTOS, 2006).

O Sistema Brasileiro de Televisão Digital foi instituído pelo Decreto 4.901, de 26 de novembro de 2003, mais de dez anos depois de iniciado o debate sobre o assunto no país, em 1991, com o Ministério das Comunicações, que criou a Comissão Assessora de Assuntos de Televisão (COM-TV) com vistas à proposição de políticas para a TV de alta definição e, mais tarde, para a TV digital. Em 1994, a Associação Brasileira de Emissoras de Televisão (Abert) formou, em conjunto com a Sociedade de Engenharia de Televisão (SET), um grupo de estudos para tratar do assunto. Em 1998, quando a COM-TV se extinguiu, a recém-criada Agência

Nacional de Telecomunicações (Anatel) ficou com suas atribuições e, no mesmo ano, deu início ao processo de seleção do levantamento. (PASSOS; BARROS, 2007)

A partir de 2003, com a mudança de grupo político no governo, as questões da TV digital saíram do âmbito da Anatel e passaram a ser tratadas e resolvidas pelo ministério das Comunicações. O sistema japonês acabou sendo o escolhido.

A decisão sobre a escolha do sistema de TV digital a ser adotado no Brasil foi tomada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 26 de julho de 2006, através do Decreto nº 5820, apoiado na análise realizada baseadas nas informações econômicas, tecnológicas, políticas e regulatórias contidas no Modelo de Referência apresentado pelo então Comitê Gestor do SBTVD. (BARBOSA FILHO, 2007)

Assim, o padrão de televisão digital adotado no Brasil foi o ISDB-TB, uma adaptação do ISDB-T, padrão japonês acrescida de tecnologias desenvolvidas nas pesquisas das universidades brasileiras. Este padrão misto foi escolhido por se adequar melhor às necessidades de energia nos receptores, mobilidade e portabilidade, sem se manter isolado, além de atender a interesses das empresas de telecomunicação e indústrias brasileiras.

Durante as negociações que envolveram a escolha do modelo de televisão para o Brasil foram discutidos pacotes de investimentos em troca da decisão. Ou seja, além do peso técnico dos modelos de televisão digital foram também avaliados quais fatores políticos e econômicos trariam mais vantagens ao Brasil, às indústrias e às grandes empresas de comunicação do país.

4 Impactos da Televisão Digital no Brasil

Para além dos modelos de implantação e seus desdobramentos tecnológicos, a entrada da televisão digital no Brasil trará grande mudança no seu conteúdo e impacto na sociedade. Em conjunto com a inserção da televisão digital é preciso pensar políticas de comunicação que considerem as implicações econômicas, sociais, educacionais e culturais que uma mudança deste porte acarreta. (ALMAS, 2003)

Por este motivo, o projeto da televisão digital tem como objetivo oferecer novas ferramentas tecnológicas de comunicação para serem utilizadas em políticas públicas de inclusão social e digital, além da total interatividade, ao menor custo de produção de equipamentos, programas e serviços por parte dos investidores, e de uso e acesso por parte dos consumidores.

É preciso ressaltar que a televisão digital surge com a proposta de manter-se aberta, livre e gratuita para o usuário final, para que possa ser acessada em todo o país, por sujeitos das mais diversas classes econômicas, já que seu objetivo é proporcionar educação, cultura e entretenimento a toda a população, visando à universalidade do idioma, a integração nacional e o exercício da cidadania.

Os objetivos da TV digital podem ser resumidos no parágrafo 1º do decreto 4901/2003: “Promover a inclusão social, a diversidade cultural do país e a língua pátria por meio de acesso à tecnologia digital, visando a democratização da informação”.

Em sua discussão sobre a inserção da TV digital no Brasil, Santos (2006) discute sobre as novas questões que podem modificar as matrizes teóricas vigentes.

Um questionamento, por exemplo, é sobre como será o comportamento das pessoas frente à televisão interativa, quando já habituadas à passividade ou pseudo-interação da televisão atual. Também relevante são questionamentos acerca do sistema e padrão adotados, do modelo de negócios e de como serão as produções comunicacionais para os meios digitais, e quais os reflexos políticos e culturais destes na sociedade. (SANTOS, 2006)

A mudança para a televisão digital implica também em transformações sociais advindas da interatividade, pois meios passam a ter em suas características a capacidade de ação mútua com o receptor, o que configura uma nova realidade. Tais mudanças passam também pelas grandes empresas de telecomunicações, o que exige revisões para adequação de leis tendo em vista à regulamentação das novas tecnologias, alternativas para lidar com as consequências políticas e culturais da mesma como, por exemplo, a exclusão digital e também adequação da produção, para satisfazer de modo eficaz as necessidades dos meios surgidos da convergência tecnológica. (SANTOS, 2006)

As novas redes criam um sistema fundamentado em comunidades informacionais, que envolvem governos, instituições e empresas, o que modifica os vínculos determinados pela proximidade e obrigando os espaços a adaptações. Nesta sociedade informacional surgiram novos meios junto com convergência tecnológica, que exigirão novos formatos e novos conteúdos. Além disso, tais meios convergentes trarão implicações econômicas, políticas e principalmente culturais para a sociedade onde estiverem inseridos.

Além disso, a definição de um Sistema Brasileiro da TV Digital define uma série de impactos em toda a sociedade, inclusive na cadeia produtiva da indústria eletrônica, de fornecedores e prestadores de serviços, e ainda a ampliação das pesquisas sobre seus resultados e formas nas diversas áreas do conhecimento, representando uma oportunidade de estimular o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

É possível prever que a entrada em larga escala da televisão digital provocará fortes transformações, para além de melhorar a transmissão de som e imagem. A TV digital abrirá um amplo espectro de possibilidades para a população, além de impactar a economia do setor de radiodifusão e da indústria de semi-condutores, além de ser planejado como um serviço gratuito e de qualidade, permitindo que a TV se transforme numa ferramenta para ampliar o universo de oportunidades, facilitando o acesso e a compreensão da era da informação.

É importante salientar que a entrada da TV digital é um processo complexo, que permite a interação pelo uso de multimídias, que permite infinitas possibilidades na sociedade do conhecimento, que vem transformando a economia mundial. Para disponibilizar uma ampla quantidade de informações a um número cada vez maior de pessoas, a inserção da televisão digital, além de gradual como foi planejada, deve vir acompanhada de políticas públicas que privilegiem a inclusão digital e a igualdade social.

Para que os objetivos da televisão digital sejam alcançados e os seus impactos positivos para a maioria da população, é estabelecer um projeto que vise o bem público, já que as possibilidades interativas disponibilizadas na TV digital seguramente trarão mudanças que afetarão a sociedade de maneira bastante relevante.

5 Considerações Finais

A grande difusão das mídias eletrônicas de massa no Brasil, em especial a televisão e o telefone celular, dá indícios do impacto que a implementação da televisão digital terá na sociedade brasileira. A televisão está é um dos eletrodomésticos mais presentes nos lares brasileiros e é o veículo de comunicação com maior penetração no país.

A digitalização pode ser considerada como um importante passo para a construção de uma sociedade baseada na tecnologia da informação e comunicação, e como uma importante política nacional para o desenvolvimento econômico e social.

A televisão digital, se acompanhada de políticas públicas eficientes, permitirá a discussão de um novo marco regulatório para as comunicações no Brasil, permitindo a revisão das leis, afim de atender as novas necessidades dos padrões de comunicação digitais e suas interfaces comunicacionais e de informação.

Se tiver o mesmo alcance do sistema analógico, a TV digital aberta, livre e gratuita, poderá proporcionar educação, entretenimento, cultural a grande parte da população, já que poderá ser o primeiro contato com o mundo digital a diversos segmentos da sociedade brasileira.

É importante salientar que as mídias atualmente são fornecidas apenas para consumidores pagantes. Todos os avanços trazidos pela digitalização, como acesso à Internet, qualidade de conteúdos, mobilidade, comunicação, comércio eletrônico e diversos outros, só estão disponíveis para o cidadão que pode arcar com a assinatura de uma dessas mídias. Assim, a TV aberta pode ser a primeira plataforma que uma grande parte da população brasileira deverá utilizar para ter acesso aos benefícios da digitalização de forma gratuita.

Sendo a televisão um dos mais importantes meios de comunicação, torna-se fundamental que essas facilidades estejam ao alcance da população, já que a mudança é complexa e vai além das questões tecnológicas, que incluem transformações comportamentais e de cultura.

BIBLIOGRAFIA

ALMAS, A. R.. *TV Digital. Entrando no ar! Agora, no Brasil!*. XXVI Congresso Brasileiro dos Pesquisadores em Comunicação - Intercom, Belo Horizonte, MG, 2003.

BARBOSA FILHO, A; CASTRO, C; TOME, T.. *Mídias digitais: convergência tecnológica e inclusão social*. São Paulo, Paulinas, 2005.

BARBOSA FILHO, A.. *O Sistema Brasileiro de Televisão Digital: do sonho à realidade*. In: Instituto Euvaldo Lodi (2007). *TV digital: qualidade e interatividade*. IEL.NC.– Brasília : IEL/NC, 2007.

BOLAÑO, C. ; RODRIGUES VIEIRA, V.. *TV digital no Brasil e no mundo: estado da arte*. Eptic (UFS), Aracajú, SE, v. VI, n. 2, p. 102-134, 2004.

EASTMAN, S. T.. *Broadcast/cable programming: Strategies and practices*. 4 ed. Belmont, EUA: Wadsworth, 1993.

JUNQUEIRA, C. H. Z. *Proposta de modelo de negócio para a introdução da TV digital no Brasil*. Escola Politécnica USP, São Paulo, 2004.

MELO, P. R. S.; RIOS, E. C. S. D. e GUTIERREZ, R. M. V.. *TV Digital: Desafio ou Oportunidade?* Área de Operações Industriais 1 – AO1, 2000.

PASSOS, A. S.; BARROS, A. T.. *Fantasma da televisão: o debate político sobre a TV digital no Congresso Nacional*. Animus (Santa Maria), v. 6, p. 98-129, 2007.

SANTOS, A. C. O.. *Governo, sociedade civil e a (des) informação sobre TV Digital no Brasil: O SBTVD*. UNIREVISTA (UNISINOS Online), v. 1, n. 3, p.1-14, 2006.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R.. *Tempos de Capanema*. 2. ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra e Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SIMS, A.. *A legislação sobre as concessões na radiodifusão*. UNIREVISTA (UNISINOS Online), v. 1, n.3, p.1-16, 2006.

MODERNIDADE E NOVAS FORMAS DE PERCEPÇÃO ESTÉTICA: DIALOGANDO COM BAKHTIN E BENJAMIM SOBRE O CASO DO SAMBA

Isabela MORAIS¹

Resumo: Localizados em lugares distintos do espaço, mas produzindo reflexões contemporaneamente, Mikhail Bakhtin e Walter Benjamin construíram por caminhos diferentes reflexões que julgamos serem passíveis de diálogo. Seja através das reflexões sobre o romance e a dimensão dialógica da formação da consciência e, portanto, da linguagem, seja através das reflexões sobre experiência, narração, perda da aura e cinema, ambos os autores construíram chaves conceituais que nos possibilitam pensar os fenômenos sociais engendrados pelo advento da modernidade e suas consequências no campo da criação de produtos culturais e sua fruição, o que chamamos aqui de percepção estética. Vamos nos valer de tais chaves conceituais para refletir sobre o caso do samba, entendendo-o enquanto gênero moderno, que, tendo sua origem vinculada aos rituais religiosos de matriz afro, assiste, com a perda da aura e ingresso nos meios de comunicação de massa, a uma rápida transformação ao entrar em diálogo com outros gêneros, culminando, por exemplo, no nascimento da Bossa Nova.

Palavras-chave: dialogismo, reprodutibilidade técnica, samba

Aura: o aqui e agora de uma obra de arte (ou se outra coisa qualquer).

O cinema perdeu a aura. Sim, o cinema cujo processo revelava em si a própria revolução da reprodutibilidade técnica da arte do seu tempo, ele mesmo tinha uma aura, um “aqui-agora” que se perdeu com o tempo, na esteira das constantes transformações técnicas que sucederam sua gênese. Os altos custos da produção, na época de Benjamin, eram condição para que ele seja reproduzido, assistido e distribuído massivamente. Uma coisa dependia da outra. O filme não poderia se dar o luxo de ser visto por poucos privilegiados. A “obra de arte” perdia seu estatuto de “privilegio de poucos”, e para possibilitar seu próprio existir, deveria ser vista por muitos, exibida repetidas vezes.

O aqui agora é o que podemos chamar de eventicidade, chamando para a conversa o conceito presente na arquitetura bakhtiniana. Uma coisa não é a mesma coisa se “acontece” em lugares diferentes no tempo e no espaço. A reprodução do Santo Graal exposta numa quinta feira da Semana Santa e o seu ocultar diante dos fiéis na Sexta-feira da Paixão representam duas coisas completamente distintas na cosmologia católica-apostólica. A música cantada no cabaré, ou no terreiro, no chuveiro, ou no gravador, ou no salão, ou no estádio de futebol já não é a mesma música. A aura: o aqui agora da coisa toda.

O “ir ao cinema” é um “aqui agora” se modificou muito desde a primeira vez que se exibiu uma sequência de imagens (fotos) diante de um público. Se no tempo do Benjamin e dos primeiros filmes do Chaplin artesanalmente feitos, dirigidos, escritos, produzidos (com trilhas sonoras, escritas e executadas pelo próprio Chaplin, diga-se de passagem) assistir a um filme significava “ir ao cinema”, hoje não é mais. Ir ao cinema perdeu sua aura.

O aqui agora da obra de arte está vinculado ao lugar social em que acontece. Logo, o lugar social em que se assiste filme mudou radicalmente desde o tempo do Benjamin. Se assistir a um filme era necessariamente vê-lo projetado numa tela, coletivamente, assisti-lo numa tela menor como a televisão, ou até mesmo na tela do computador é uma experiência ótica diferente, uma nova percepção estética, relacionada a um novo *sensorium*.

Um novo meio de comunicação, um novo jeito de transmitir um enunciado, de enunciar qualquer coisa, um novo formato (mecânico, elétrico, vinil, compact discs, bites digitais) altera de alguma maneira tal fazer estético, porque altera o seu acontecer.²

¹ Mestranda em Sociologia/Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp Araraquara Rod. Araraquara-Jaú Km 1 Bairro: Machados 14800-901 - Araraquara, SP, Brasil. Bolsista CAPES. Orientador: Prof. Dagoberto José Fonseca. isabelamoraistp@gmail.com

² Para não parecer que mudamos de assunto assim de uma maneira tão drástica, do cinema para a música popular cabe dizer aqui que ambos têm no Brasil uma relação muito próxima. Sambistas da chamada “primeira geração do samba” por exemplo, ganhavam a vida e tornavam-se conhecidos por tocarem nas salas de espera dos cinemas (cf. Hermano Vianna, em *O mistério do Samba*).

Experimento(s): ouvir no MP3, ouvir no Vinil.

Eu ouvir o álbum “Os Afro-Sambas de Baden e Vinicius” em 2007, em mp3 num computador é uma experiência estética completamente diferente de ouvi-lo numa vitrola, num vinil em 1966, quando do seu lançamento. Assim como entrar num estúdio alagado em janeiro de 1966 com músicos profissionais e alguns amigos e namoradas, é bem diferente de gravar um CD em 1990. Os aparatos tecnológicos mudaram muito de lá pra cá. O tipo de sonoridade que é possível de obter, de perfeição e limpidez que a gravação digital pode proporcionar perto dos ruídos analógicos do nostálgico vinil é bem diferente.

Assim que decidi que pesquisaria “os afro-sambas” eu pensei que não poderia não ouvi-los no vinil, ou seja, como eles foram “ouvidos” pela primeira vez. Ainda que eu não consiga *estar* em 1966, ouvir o vinil é uma outra experiência estética. Percebo com muito mais clareza as falhas na mixagem dos volumes. Reparei que no refrão da primeira faixa, do lado A, “Canto de Ossanha”, o volume dos vocais abaixa o volume drasticamente. Algo bastante estranho para ouvidos acostumados com a versão de “Canto de Ossanha” gravada por Baden Powell nos anos 1990, no formato de CD.

A experiência estética da canção popular no Brasil mudou muito. Não de maneira uniforme e nem ao mesmo tempo, porque Brasil é um continente de tempos históricos distintos³. E muda tudo: como você faz a canção, para quem, onde você a executa, como e pra quem. Muda também como você ouve a canção, com quem e onde. A música de elevador, a música do comercial da TV, a música “da balada”, a música do mp3. As músicas e seus diferentes públicos, em seus diferentes lugares sociais.

Os lugares sociais do (verdadeiro?) samba:

Muito já se escreveu sobre a história do samba e, como bem salientam Maria Clara Wasserman e Marcos Napolitano no artigo *Desde que o samba é samba*, chega a ser impressionante como um único fenômeno pode ser visto, compreendido e analisado de formas tão díspares. Wasserman e Napolitano (2000) separam esta extensa biografia em duas tendências: a) a tendência que trabalha com o paradigma das origens como um lugar, situado no tempo e no espaço, a ser determinado pela pesquisa histórica (e acrescentaríamos aqui além do paradigma das origens vinculados a um lugar, mas também a uma classe e/ou grupos sociais específicos); b) a tendência, mais atuante a partir do meio acadêmico, que coloca sob suspeita a própria questão das origens, com um lugar determinável, procurando analisar historicamente a dinâmica social e ideológica que os discursos de origem podem revelar.

Assim como Wasserman e Napolitano também me posiciono aqui na segunda tendência, ainda que considere a contribuição da primeira como fundamental para a sua própria crítica. Entretanto, evoco aqui Walter Benjamin e Mikhail Bakhtin justamente para problematizar a posição dos representantes da primeira tendência em relação às transformações que uma sociabilidade moderna acarretam para o próprio fazer estético. Sendo mais clara, a maior parte dos debates historiográficos sobre o samba da primeira tendência, majoritariamente concentrados dos anos 1920 aos anos 1960, está de alguma forma ou de outra questionando a influência da indústria fonográfica e os meios de comunicação de massa na destruição da pureza e autenticidade do samba.

O primeiro samba gravado foi “Pelo Telefone”, em 1917, inaugurando uma polêmica que geraria muitos debates em torno da questão de sua autoria. Donga foi quem fez o registro

³ “Bye Bye Brasil” (dir. Cacá Diegues, 1979) ilustra muito bem como os meios de comunicação de massa chegam em diferentes épocas nas diferentes regiões do Brasil. O filme que retrata a viagem de uma caravana de mambembes pelas regiões norte e nordeste do Brasil.). A televisão na capital, com suas casas entupidas de espinhas de peixe, como são pejorativamente chamadas as antenas de TV no filme, não a mesma televisão que é assistida na praça da cidadezinha no interior.

do samba, que teria sido composto coletivamente⁴ muito provavelmente na famosa casa da baiana Tia Ciata, no Rio de Janeiro, então capital do país.

Tia Ciata era uma das senhoras baianas radicadas no Rio de Janeiro que conseguiram certa estabilidade diante da sociedade carioca – o que já se mostra pelo simples fato de possuir uma casa, uma vez que eram poucos os negros que as possuíam na virada do século XX. O lugar abrigava os negros baianos recém chegados na capital, mas era também, devido ao prestígio do marido de Tia Ciata, frequentada por diversos grupos sociais da elite carioca, e lá se ouviam diversos tipos de música. José Miguel Wisnik (1983) fala sobre o som sublimado dos chorões na sala de estar da casa em contraste com os batuques no terreiro, seja da música sacra, dos trabalhos de candomblé, seja o seu desdobramento profano.

A necessidade de gravação exige que as músicas estejam prontas no momento da sua gravação. A espontaneidade do improvisado no qual os sambas eram compostos acaba por ceder lugar, no momento da gravação, a um processo fechado e autoral. A música precisa ser registrada e alguém acaba se tornando o autor de um processo de criação muitas vezes coletivo. A questão autoral é uma atitude moderna em relação ao modo tradicional do improvisado. O registro de “Pelo Telefone” por Donga é um marco. Entretanto, como apontam muitos autores, a relação entre modernidade e tradição (ou mundo urbano e mundo rural) na canção popular será constante⁵. Não há uma ruptura drástica das tradições rurais, ao contrário. Salientamos aqui apenas que a canção popular da forma como a concebemos hoje, nasce atrelada aos processos de modernização da sociedade e seus meios técnicos de produção e reprodução.

Em 1830 as músicas no Brasil passaram a ter registro escrito em partituras. Como bem salienta Carlos Sandroni (2001), tais registros estão longe de demonstrar a vida musical da época e até mesmo a fidelidade dos gêneros escritos, mas é sobre eles que se edificam as reflexões sobre as músicas do período. O comércio de partituras foi possivelmente a primeira forma de mercado musical urbano no país, possibilitando cada vez mais a possibilidade de se viver de música.

Mas nem todo o tipo de música era registrado em partitura e é o próprio Mário de Andrade em *Música de feitiçaria no Brasil* (1963) que chama atenção para a limitação da partitura, inspirada na música clássica europeia, no registro dos ritmos brasileiros. E é justamente aí que entra a importância dos meios mecânicos de gravação e reprodução sonoras: o registro das manifestações que ainda não eram grafadas em partituras e quando o eram, não conseguiam dar conta de sua complexidade rítmica.

Walter Benjamin (1994) no seu famoso texto *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* reflete sobre a perda da aura, entendida como o “aqui e agora” da obra de arte, o momento único e irrepetível da sua execução/fruição. A obra de arte sempre foi passível de reprodução, entretanto a reprodutibilidade técnica impõe uma nova dinâmica a tal processo e uma das consequências é a perda da aura, que para Benjamin é um processo sintomático, cuja significação vai além da esfera da arte. Nas suas palavras, “*podemos dizer que a técnica da reprodução destaca do domínio da tradição o objeto produzido. Na medida em que ela multiplica a reprodução, substitui a existência única da obra por uma existência serial*” (BENJAMIN, 1994, p. 168).

Este destacar-se foi exatamente o que aconteceu no caso do samba. Atrelado ao ambiente familiar, privado, íntimo das reuniões nas casas das tias baianas, o samba, vinculado também ao ambiente sacro-profano dos pagodes do Candomblé, ao ser gravado, registrado, ele passa a ocupar outros lugares sociais: “com a reprodutibilidade técnica, a obra de arte se

⁴ Carlos Sandroni faz uma minuciosa análise do samba demonstrando que “Pelo Telefone” é uma verdadeira colcha de retalhos, onde se costuraram versos provenientes de sambas e motivos folclóricos, muitas vezes de origem ainda rural (SANDRONI, 2001, p.118-130).

⁵ Cf. NAVES, 2010, p. 82-83

emancipa, pela primeira vez na história, de sua existência parasitária destacando-se do ritual” (BENJAMIN, 1994, p. 171).

As consequências desse deslocamento do samba de um lugar social “restrito”⁶ para ser amplamente divulgado são indubitavelmente enormes. Voltemos às palavras de Benjamin: “ela [a reprodução técnica] pode (...) aproximar do indivíduo a obra, seja sob a forma da fotografia, seja do disco” (BENJAMIN, 1994, p. 168). A aproximação do samba com outros grupos sociais traz consequências para a própria forma musical do samba.

“Pelo Telefone” foi o grande sucesso do carnaval de 1917. Progressivamente o gênero musical vai sendo atrelado ao carnaval ao ponto de se confundirem (quantos não são aqueles que ao pensarem em carnaval não pensam imediatamente em samba?). Com o advento dos blocos carnavalescos, o samba passa a se adequar até mesmo ritmicamente ao “marchar” da escola de samba. Explico. O primeiro samba gravado está atrelado à célula rítmica que Carlos Sandroni⁷ associou ao que chama de paradigma *tresillo*; célula rítmica esta base de outros gêneros como o maxixe, lundu, tango e fados brasileiros, ao ponto de chegarem a se confundir tais gêneros.

Entre o final da década de 1920 e o início da década de 1930, uma nova célula rítmica aparece nos sambas, a que Carlos Sandroni associa ao que batizou de paradigma do Estácio.⁸ Tal paradigma recebe este nome justamente por ser desenvolvido por sambistas do bairro Estácio de Sá no Rio de Janeiro e sua geração. Ora, se compararmos a primeira fase do samba representada por Donga, Caninha, Sinhô e Baiano cujo dito “local de origem” é a casa da Tia Ciata e seu ambiente de respeitabilidade diante da sociedade burguesa carioca, com os temas da malandragem verificados na segunda fase do samba do Estácio fica claro o deslocamento social do samba, ou melhor dizendo, a ampliação da sua “escuta” e suas apropriações.

Luiz Tatit argumenta que é graças ao registro de “Pelo Telefone” que a canção popular se desenvolveu no Brasil. Mas, como já salientamos aqui, deste primeiro samba amaxiado pra cá as coisas mudaram muito e o próprio processo de reprodutibilidade técnica é em grande parte responsável por isso. “A música é casada com o vento”, como diz o dito popular. Ao contrário da literatura que exige o domínio da técnica da leitura para sua fruição, as ondas sonoras da música levadas cada vez mais longe exigem apenas a capacidade de ouvir. Uma vez as músicas ganham cada vez maiores audiências, as possibilidades de alterarem (tanto na estrutura melódica e rítmica, quando no conteúdo) se multiplicam também, com muito mais rapidez. Neste sentido, quando na década de 1930 as emissoras de rádio ganham autorização para veicularem propagandas, fazendo com que tal meio de comunicação se proliferasse, as gravações de música popular passam a ser ouvidas por todo o território nacional. É na década de 1930 que o samba atinge o estatuto de música autenticamente nacional, representante por excelência da nossa brasilidade⁹.

Mas no rádio não tocava apenas samba, ao contrário. E esta era sem dúvida uma das maiores preocupações dos pensadores da primeira tendência historiográfica que mencionamos acima, já que, para grande parte deles, o desenvolvimento da indústria fonográfica e a divulgação no rádio de gêneros musicais estrangeiros estariam criando um “um caldeirão de sons e

⁶ A palavra “restrito” encontra-se entre aspas porque não estamos nos reportando aqui aos debates sobre o lugar de origem do samba, visto que ele foi praticado em diversos lugares. Até porque como demonstra o estudo de Carlos Sandroni (2001, p. 84-99), a palavra samba chega ao Rio de Janeiro no final do século XIX, através, muito provavelmente, dos baianos que migraram pra lá. O uso da palavra restrito serve para indicar que embora praticado não apenas em “um lugar” “único e exclusivo”, a audição de determinado ritmo se alarga com a gravação, se comparado com o período anterior a ela.

⁷ Cf. SANDRONI, 2001, p. 28-38.

⁸ Para além dos nomes dos paradigmas, a percepção da diferença dos ritmos não é muito difícil. Basta ouvir “Pelo telefone” para verificar a distância que ele apresenta do que entendemos por samba hoje em dia.

⁹ Hermano Vianna no livro *Mistério do Samba* (1995) argumenta que tal projeto fora uma tradição inventada, em que o Estado Novo teria se aproveitado de uma prática cultural propícia à diluição de fronteiras e conflitos, utilizando o samba como laboratório cultural na construção de uma cultura nacional.

experiências musicais que ameaçava descaracterizar qualquer signo de ‘autenticidade’ na música popular brasileira” (WASSERMAN e NAPOLITANO, 2000).

A noção de dialogismo que Bakhtin e seu círculo desenvolveram, muito além do que mero conceito analítico das produções culturais, tem a ver com a própria maneira como formamos a nossa consciência. Nos nossos pensamentos mais íntimos ecoam as vozes de outrem. Todos os enunciados são atravessados por uma multiplicidade de sentidos. Descobrimos o que somos no contato com o outro. Criamos a partir daquilo que conhecemos e tomamos contato, o que Bakhtin chama de “criação interpessoal do sentido”.

No caso da música, criamos a partir do que ouvimos. A modernização da sociedade brasileira, o gradativo processo de industrialização e urbanização, transforma as relações sociais, criando condições e meios de comunicação que possibilitam um contato, (ou em termos bakhtinianos, um maior diálogo) entre diferentes perspectivas e fazeres culturais. E quanto maior é o acesso a diferentes pontos de vista, no caso da música, a diferentes gêneros musicais, maior a influência deste da sua consciência e conseqüentemente na sua criação.

Luiz Tatit (2004) afirma que o samba sempre foi um gênero flexível e elástico, fundado nas entoações e expressões da fala cotidiana. Segundo Tatit, suas propriedades melódicas variavam entre um ritmo mais acelerado (o que o aproximava das marchinhas) e um ritmo mais desacelerado (em direção à canção romântica e à seresta), mantendo, porém, em todas as suas formas, uma integração entre melodia e letra, bastante próxima da linguagem oral – razão pela qual, o autor o considera o núcleo da canção brasileira por excelência.

A precariedade da gravação mecânica exigia uma música que desse privilégio ao canto. A propriedade entoativa do samba, bastante próxima da fala, é o que teria possibilitado o seu sucesso imediato, ainda segundo Tatit. Carlos Sandroni, ao ouvir os sambas de 1917 a 1933 procurando diagnosticar a mudança de paradigma rítmico ao qual já nos referimos acima, encontrou, não por acaso, na voz dos intérpretes a mudança dos ritmos.

A elasticidade do samba, ligada ao modo entoativo da fala cotidiana, permitia um diálogo fecundo com os outros gêneros, admitindo o que Santuza Cambraia Naves (2010, p. 89) chamou de subcategorizações, como o samba-canção, surgido ainda nos anos 1920 ao *samba-blue*, “denominação pejorativa cunhada por críticos de viés nacionalista para designar uma modalidade de samba que creditavam à influência de baladas norte-americanas e à maneira de cantar de Bing Crosby” (NAVES, 2010, p. 89).

Naves afirma também que entre os anos 1940 e 1950:

a recepção da música popular tornou-se cada vez mais segmentada, pois se o público do samba considerado tradicional continuou fiel ao estilo, havia audiência também para as diferentes estilizações do samba, e um largo espectro da população absorvia os ritmos regionais, tanto nacionais quanto estrangeiros.(NAVES, 2010, p. 90)

Vejamos duas canções que comentam sobre a influência de estrangeirismos no samba, em épocas diferentes: “Não tem tradução” de Noel Rosa, e “Influência do Jazz”, de Carlos Lyra: a primeira acusa o cinema falado pela transformação do samba, critica a influência das línguas inglesas e francesas e também o malandro que dança fox-trote. Ao dizer: “Tudo aquilo que o malandro pronuncia/ Com voz macia é brasileiro, já passou de português”, a canção de Noel demonstra a sua relação com a ideia de que o samba é um produto nacional por excelência. A figura do malandro é considerada o tipo social do samba e não se admite que ele possa estar às voltas com outros gêneros. Entretanto, a entoação do samba é desacelerada, aproximando-o das canções românticas. Não se trata de um samba na sua rítmica acelerada, ou que Luiz Tatit chama de samba-samba¹⁰, aquele que fala do requebrado da morena e exalta o próprio ritmo. Trata-se aqui de um samba-canção, uma subcategorização do elástico samba.

¹⁰ Cf. TATIT, 2004, p.143.

“Influência do samba” de Carlos Lyra acusa o samba de ter se modernizado tanto ao ponto de se perder. Lyra diferencia o requebrado do samba do jazz “meio torto”, cuja influência estaria fazendo o samba perder seu reboledo, matando o samba. Entretanto a música pode ser facilmente confundida com um jazz, o gênero o qual critica. A integração entre letra e melodia é tão grande que na parte que a letra invoca os ritmos “afro-cubanos” a própria rítmica da música se altera, simulando o ritmo citado.

O meu popular e o popular do outro: somos todos massa.

A primeira tendência historiográfica, já mencionada neste trabalho, preocupada com as origens e os lugares sociais legítimos e autênticos da música popular brasileira, tinha a intenção de “proteger o samba” dos ritmos estrangeiros, como se o ritmo estrangeiro ao entrar em contato com a música popular brasileira automaticamente a alterasse e tivesse sua aura, sua pureza.

Como procuramos demonstrar aqui, a apropriação da palavra, do gesto, da música do outro passa sempre por nossa compreensão ativa, se mistura com nossas outras referências. A mesma frase em músicas diferentes, como acabamos de analisar, dizem coisas diferentes. O procedimento de Carlos Lyra na também já citada “Influência do Jazz” usando dos elementos do gênero para criticar a sua influência no samba é um procedimento responsável, feito de forma crítica pelo compositor.

A contribuição da arquitetura conceitual de Bakhtin e seu círculo para os estudos sobre mídia está em ajudar a compreender que a escuta, a recepção do ouvinte, do interlocutor não é apenas passiva, onde o conteúdo é absorvido acriticamente, mas sim uma *atitude responsável ativa*:

De fato, o ouvinte que recebe e compreende a significação (lingüística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude responsável ativa: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso, às vezes já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor (Bakhtin, 1997: 290).

Se apropriar de algo para além de suas fronteiras não é necessariamente ser manipulado por isso, há a possibilidade de uma atitude ativa e crítica.

Em julho de 1967¹¹ aconteceu a “Passeata da Música Popular Brasileira”, onde músicos e críticos demonstravam a sua preocupação quanto ao “imperialismo cultural” e a perda de “hegemonia” da MPB. Neste ano o programa da Jovem Guarda ganhava cada vez mais audiência, enquanto o “Fino da Bossa” de Elis Regina ia perdendo espaço. Não a toa, a intérprete foi uma das líderes da passeata. A marcha ficou conhecida como a “Passeata contra a Guitarra elétrica”. E se eram contra a guitarra, eram a favor do violão. Aliás, ao longo das primeiras décadas do século XX, o violão passou a gozar de muito prestígio. Mas não era para todos que guitarra e violão eram antônimos.

Baden Powell é considerado um dos maiores violonistas do país. Sua formação musical é profundamente polifônica, frequentou desde cedo diversos ambientes musicais, desde a sua casa, ponto de rodas de choro, o estudo do violão clássico e a execução de peças de Bach nas missas dominicais, até os bailes no subúrbio durante a juventude em que era *guitarrista* de

¹¹ Para saber mais sobre o episódio, conferir o artigo de Arnaldo Daraya Contier, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100002. Caetano Veloso também dá sua versão da história no livro *Verdade Tropical*. Entretanto o episódio voltou a ser comentado após o lançamento do documentário *Uma noite em 67* (dir. Renato Terra, Ricardo Calil, 2010), onde alguns participantes da marcha como Sérgio Cabral e Gilberto Gil comentam sobre.

jazz, que não o impediam, é claro de freqüentar as rodas de sambas nos morros; e fazendo música nas boates da zona sul carioca, tornou-se conhecido, posteriormente parceiro de Vinicius de Moraes tanto no Brasil, quanto na França, primeiro país europeu no qual foi tentar a vida nos difíceis tempos de ditadura.

Aqueles que gritaram contra a guitarra elétrica, hoje em dia chamam o movimento de infantil e bobo, e dentre eles estão Gilberto Gil e o jornalista e biógrafo Sérgio Cabral. Enquanto o mundo ouvia o disco *Sgt Peppers Lonely Hearts Club Band*, (inclusive a jovem banda paulista Os Mutantes - que daria ao Tropicalismo o seu frescor de juventude e ousadia irreverente), a tendência ligada a um sentimento nacionalista, preocupada com conceitos como autenticidade, marchava contra o inevitável.

Décadas depois, o trabalho d'Os Mutantes é reconhecido mundialmente, por sua criatividade musical, os efeitos de áudio e os timbres das guitarras fabricadas por seus próprios integrantes. A apropriação da guitarra elétrica por brasileiros não é necessariamente cópia mal-feita do que já existe. Novamente insisto na ideia: não há apreensão de discurso e de gesto do outro que não seja ativa. Até mesmo porque, eu me constituo e me entendo como “eu” a partir do meu contato com o outro.

Os representantes da marcha da guitarra fazem ecoar a tendência historiográfica que está preocupada com a questão das origens, da autenticidade e pureza está calcada numa preocupação com a cultura nacional e popular. O popular seria puro. Tal perspectiva perde de vista o próprio movimento da cultura popular, que perdura no tempo justamente por estar em constante transformação. Entretanto, atrelado à lógica da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa, a música popular invariavelmente se mistura porque dialoga com os outros gêneros postos, transformando-se muito mais rapidamente. A grande dificuldade parece ser com o próprio conceito de popular. Não é apenas “o povo” quem ouve os ritmos nacionais, como também a classe média, tantas vezes acusada de ser a responsável pela apropriação indevida e dos ritmos populares e de sua destruição. Da mesma forma o próprio povo não ouve apenas a música a que lhe é atribuída. Basta pensarmos no sucesso que a Jovem Guarda, considerada música de “massas”, fazia.

A noção de “música popular” precisa ser entendida na relação forjada pela burguesia entre o que é “música” e o que é “popular”. Um exemplo: pesquisando os periódicos cariocas do ano de 1966, descobri que no Caderno B, do Jornal do Brasil, figuravam duas colunas: uma que se chamava MÚSICA, que abordava os temas relativos à chamada música clássica, ou erudita; e outra coluna que se chamava DISCOS POPULARES, que comentava sobre as canções e músicas “populares”. Desta forma, falava-se sobre Vinicius de Moraes, Tom Jobim, Zé Ketí, Cartola, Noel Rosa, Francisco Alves, na mesma seção, não pela afinidade entre eles em si, mas pela sua comum distinção daquilo que era realmente enquadrado como “música”: a música erudita e “clássica”. Aqui popular refere-se não necessariamente à classe social de origem dos compositores, mas sim a um tipo de produção cultural que se distingue do que é de fato considerado “música”.

Raymond Williams (1969) coloca muito sabiamente que a massa é sempre o outro¹². O “povo brasileiro” não é massa. Não mesmo? Nem mesmo quando consome a chamada cul-

¹² “O próprio conceito de massa levanta uma dificuldade. Impõe-se, com urgência, ligar o significado que lhe emprestamos com a experiência real. Nossa concepção pública normal de uma pessoa é a do ‘homem da rua’. Não obstante, nenhum de nós se sente como simples homem da rua; sabemos ser muito mais do que isto. O homem da rua é uma imagem coletiva, mas cada um de nós, a cada instante, se sente diferente dela. O mesmo se dá com o termo “o público”, que nos inclui, mas que, entretanto, não se confunde conosco. ‘Massas’ é palavra de significado algo mais complexo, mas semelhante. Não considero massa meus parentes, amigos, vizinhos, colegas, conhecidos; nenhum de nós age ou pode agir assim. As massas são sempre os outros, aqueles que não conhecemos e que não podemos conhecer. Todavia, no tipo de sociedade em que vivemos, vemos regularmente esses outros, em suas múltiplas variedades; sentimo-los, fisicamente, ao nosso lado. Eles estão aí e nós juntos deles. E o fato de estarmos com eles é que importa. Para os outros, nós também somos massas. Massas são os outros.” (WILLIAMS, 1969, p. 309)

tura de massa? Talvez esta tenha sido a grande contribuição da Tropicália ainda por se fazer entender: a Tropicália demonstrar que também “somos massa”.

Se o samba é defendido como música autêntica é bom ter em mente que ele próprio já nasce atrelado aos meios de comunicação de massa e suas estratégias de entretenimento e venda, como a argumentação de Luiz Tatit (2004) nos ajuda a entender, ao falar sobre como as suas primeiras gravações:

com o disco, ficava claro que esses sambistas sabiam como ninguém juntar melodia e letra, fazê-las flutuar sobre tempos e contratempos da batucada e ainda harmonizar a cantoria com violão, cavaquinho ou piano. E adaptavam tudo isso aos recursos de gravação: traziam a voz para o primeiro plano, enriqueciam a instrumentação de cordas e sopros e reduziam a participação da batucada, em virtude dos desequilíbrios provocados por sua difícil captação sonora. Registrado o trabalho, cabia aos novos artistas – principalmente os cantores – divulgá-lo, primeiro nas festas, no teatro musicado e nos gritos de carnaval; mais tarde, nos programas de rádio e em praças públicas. Iniciava-se, assim, a era dos cancionistas, bambas da canção, que se mantinham afinados com o progresso tecnológico, a moda, o mercado e o gosto imediato dos ouvintes. Nascia também uma noção de estética que não podia ser dissociada do entretenimento.(TATIT, ano, p. 39-40 – grifos meus)

Ou seja, o samba, visto como gênero a ser preservado dos meios de comunicação de massa e da indústria fonográfica, é fruto de tal processo, ou como sintetiza Jorge Caldeira, o samba “(...) não é apenas a criação de uma forma musical, mas também um fenômeno social que envolve, ao mesmo tempo, a individualização da figura do autor, a circulação da obra criada, num meio social amplo, por meios mecânicos” (CALDEIRA, 1989, p. 17).

***A música é casada com o vento*¹³: a reprodutibilidade técnica e a aproximação.**

Se os meios mecânicos de reprodutibilidade das canções populares já promoveram tal revolução, a gravação elétrica trará ainda maiores inovações. Jorge Caldeira (1989) destaca o paroxismo inusitado que o samba gravado por esses meios implica: uma maior aproximação do som da “roda” de samba, com vozes mais naturais, aumento do coro e a introdução da percussão pelos ritmistas negros. O avanço tecnológico dos meios de gravação proporciona a possibilidade de um registro sonoro que transmita a própria atmosfera de sua execução ao vivo. Como a gravação de “Na Pavuna”, do Bando dos Tangarás, com Almirante, em 1930, que se utilizou de instrumentos de percussão rústicos como bongôs, afoxés, atabaques, agogôs. Tais instrumentos viriam a aparecer na gravação de 1966 do álbum “Os Afro-Sambas de Baden e Vinicius”, em que algumas faixas gravadas com coro e percussão conseguem reproduzir no ouvinte a sensação de estar num pagode, em algum terreiro de candomblé.

O processo de composição d’*Os Afro-Sambas de Vinicius e Baden* deve muito a possibilidade de reprodutibilidade técnica das manifestações artísticas. A biografia de Vinicius de Moraes revela um envolvimento do poeta com a cosmologia afro-brasileira, principalmente no período que viveu na Bahia, durante seu casamento com a baiana Gesse Gessy e a notável amizade com Mãe Menininha de Gantois. Tal aproximação, porém, se dá depois da composição das músicas, já na década de 1970, quase dez anos depois. O que de fato aguçou a curiosidade dos dois parceiros de composição foi um **disco** que Vinicius de Moraes ganhou de Carlos Coqueijo, em 1962, durante o fértil período de produção da dupla, o compacto *Sambas de Roda e Candomblé da Bahia*, lançado pela gravadora baiana JS Discos. Baden Powell se encantou com o que ouviu e a partir dali iniciou uma pesquisa que culminou na composição dos

¹³ Dito popular.

sambas que Vinicius de Moraes viria a batizar de afro-sambas, cujos ecos ainda são ouvidos na música popular brasileira contemporânea.¹⁴

Possibilidades políticas: *é preciso estar atento e forte*¹⁵.

Como todo o fenômeno social, tanto a indústria fonográfica quanto os meios de comunicação de massa são ambivalentes é a partir desta perspectiva que eles devem ser encarados, para uma análise mais responsável e menos maniqueísta. Nas palavras do crítico musical Alex Ross: “a produção mecânica não é um processo inerentemente aviltante; um artista *outsider* pode utilizá-la para driblar os guardiões da cultura e propor ideias radicais”. (ROSS, 2011, p. 82).

A proximidade que a reprodutibilidade técnica cria da obra com o público também altera o próprio fazer do compositor popular, como é o caso de Noel Rosa, que tinha a perfeita dimensão de que era ouvido pelo público de massas, e cuja obra tratava-se menos de uma preocupação com autenticidade, do que com formulação de novas soluções estéticas, voltadas para audiências mais amplas. (WASSERMAN e NAPOLITANO, 2000).

Essa proximidade pode ter consequências políticas, como bem queria Walter Benjamin ao terminar o seu ensaio de maneira tão enfática¹⁶:

Na época de Homero, a humanidade oferecia-se em espetáculo aos deuses olímpicos; agora, ela se transforma em espetáculo para si mesma. Sua auto-alienção atingiu o ponto que lhe permite viver sua própria destruição como um prazer estético de primeira ordem. *Eis a estetização da política, como a prática do facismo. O comunismo responde com a politização da arte.* (BENJAMIN, 1994, p. 196)

Como coloca Alex Ross “embora chegasse perto do populismo”, Benjamin manifestava uma “desconfiança persistente em relação ao discurso elitista” da arte: “o favorecimento automático da devoção à alta cultura em detrimento do consumo de massa” (ROSS, 2010, p. 82).

Robert Stam afirma que a postura da esquerda em relação à cultura midiática “ora apoiando o entretenimento sem criticá-lo e, às vezes, lamentando o contentamento que o público de massa encontra nos espetáculos alienados” (STAM, 2010, p. 355) com frequência acaba por distanciar as pessoas a quem pretende servir. De fato, esta parece ser a postura da tendência historiográfica com quem procuramos dialogar aqui. Se a ideia desses críticos é dialogar com as massas e contribuir na formação de suas consciências é necessário que não ignorem a dimensão do prazer, do riso, da diversão e do entretenimento. Como bem coloca Benjamin: “a recepção na diversão, cada vez mais perceptível em todos os domínios da arte, (...) é sintoma das mais profundas alterações na percepção. (...) O público é um examinador, mas distraído.” (BENJAMIN, 1994, p.)

A crítica midiática, a partir de uma abordagem bakhtiniana, dialogando com as reflexões benjaminianas, é uma crítica cultural radical, atenta às implicações ideológicas dos discursos, à multiplicidade de vozes envolvidas em cada fenômeno, às transformações na sensibilidade e no fazer estético, ao entretenimento e ao riso não como formas unicamente de alienação de uma massa acéfala, mas enquanto potenciais subversivos de ação coletiva, cuja re-

¹⁴ Para além das inúmeras regravações das canções, destacamos aqui o lançamento do álbum *Metá Metá*, de Kiko Dinucci, Juçara Marcal e Thiago França. A crítica tem classificado as canções de Kiko Dinucci como afro-sambas, especialmente a canção “Samuel”. Além da nítida influência do violão de Baden Powell, a mistura dos atabaques com o sax de Thiago França remete aos arranjos de metais do álbum de 1966, *Os Afro-Sambas de Baden e Vinicius*.

¹⁵ Trecho da música “Divino, Maravilhoso”, de Caetano Veloso, Gilberto Gil e imortalizada na voz de Gal Costa.

¹⁶ Alex Ross não diria enfática mas sim “beirando o populismo”

ceptividade e apropriação devem ser cuidadosamente analisados para não serem meramente enquadrados em conceitos vazios e preconceituosos.

Bibliografia:

- ANDRADE, Mário. *Música de Feitiçaria no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1963.
- BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. O contexto de François Rabelais. São Paulo-Brasília: Ed.HUCITEC - Ed. UNB, 2008.
- _____. (VOLOCHINOV) *Marxismo e Filosofia da Linguagem* problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 8. ed. Tradução por Michel Laud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *Questões de Literatura e de Estética* (A Teoria do Romance). São Paulo: Ed. Unesp, 1998
- BENJAMIN, Walter. **A obra de arte da na era de sua reprodutibilidade técnica**. In. Magia e Técnica, Arte e Política Ensaio sobre literatura e História da Cultura - Obras Escolhidas Vol 1. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- CALDEIRA, Jorge. *A voz: samba como padrão de música popular brasileira (1917/ 1939)*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1989.
- DREYFUS, Dominique. *O violão vadio de Baden Powell*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- LIMA, Luiz Fernando Nascimento de. **O pagode dos anos 80 e 90: centralidade e ambivalência na significação musical**. In. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, v.13, nº21, dezembro 2002. p. 89-108. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/EmPauta/article/view/9387/5425>
- NAPOLITANO, Marcos. WASSERMAN, Maria Clara. **Desde que o samba é samba: a questão das origens no debate historiográfico sobre a música popular brasileira**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, nº 39, p.167-189. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v20n39/2985.pdf>.
- NAVES, Santuza Cambraia. *Canção Popular no Brasil: a canção crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. – (Coleção contemporânea: Filosofia, literatura e artes).
- PORTELLA, Juvenal. **Os caminhos do Afro-Samba**. In Jornal do Brasil, Caderno B, sexta-feira, 30 de setembro de 1966, página 2
- POWELL, Baden; MORAES, Vinícius de (LP – Long Play) *Os Afro-sambas de Baden e Vinícius*. Rio de Janeiro; FORMA, 1966. 8 faixas. Supervisão de Roberto Quartin. Texto de contracapa de Vinicius de Moraes.
- ROSS, Alex. *Escuta só: do clássico ao pop*. Trad. Pedro Maia Soares; revisão técnica João Marcos Coelho. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro, 1917-1933*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed/Ed. UFRJ, 2001.
- STAM, Robert. **Bakhtin e a crítica midiática**. In. RIBEIRO, Ana Paula Goulart e SACRAMENTO, Igor. *Mikhail Bakhtin: Linguagem, cultura e mídia*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- TATIT, Luiz. *Musitando a semiótica: ensaios*. São Paulo: Annablume 2008
- _____. *O século da canção*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Sociedade: 1780-1950*. São Paulo: Editora Nacional, 1969.
- WISNIK, José Miguel. *O nacional e o popular na cultura brasileira: Música*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed./Ed. UFRJ, 1995.

A PROBLEMÁTICA DA QUESTÃO RACIAL EM FLORESTAN FERNANDES E COSTA PINTO

THE RACIAL QUESTION IN FLORESTAN FERNADES AND COSTA PINTO

José Antônio da Silva JÚNIOR¹
Ariella Silva ARAUJO²

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Faculdade de Ciências e Letras (FCL), UNESP/Araraquara). Membro do Grupo de Estudos sobre Escravidão e Relações Étnico-Raciais (ERA). Email para contato: juniorsufms@gmail.com. Bolsista CNPq

RESUMO: Esse trabalho analisa o trabalho dos dois importantes sociólogos brasileiros a respeito da questão racial no Brasil. A pesquisa parte dos trabalhos realizados no projeto UNESCO no Brasil. Os dois sociólogos marcaram um momento de clivagem no pensamento social brasileiro, principalmente no assunto referente à questão racial no País.

PALAVRAS-CHAVE: Costa Pinto, Florestan Fernandes e Questão Racial

ABSTRACT: This paper analyzes the work of the two largest Brazilian sociologists about the racial issue in Brazil. The research work carried out in the UNESCO project in Brazil. The two sociologists marked a moment of cleavage in Brazilian social thought, especially in matters regarding the racial question in Brazil.

KEYWORDS: Costa Pinto, Florestan Fernandes e Racial Question.

Introdução

Neste trabalho tentamos mostrar como Costa Pinto e Florestan Fernandes compreenderam o preconceito racial na sociedade brasileira e a inserção do negro dentro da ordem social competitiva após a abolição. Assim como a situação do preconceito de cor na sociedade de classes no Brasil. A compreensão deste processo partirá da análise dos trabalhos realizados por ambos os sociólogos no projeto da UNESCO e também outras obras dos autores que servirão de base para uma melhor compreensão do tema.

Ambos os trabalhos foram e são importantíssimos para a história das ciências sociais brasileiras. A partir da década de 1950, com a publicação das primeiras monografias do projeto UNESCO e o funcionamento regular de universidades e centros de estudos no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e em Pernambuco, podemos falar propriamente de institucionalização de uma sociologia das relações raciais no Brasil.

Os trabalhos realizados pelo sociólogo paulista e carioca se situam na corrente das Ciências Sociais que no Brasil procura desvendar o padrão de desenvolvimento da sociedade brasileira, as possibilidades históricas do seu destino. Pesquisas sobre o empresariado, negros, classe operária e Estado, tinham como intuito encontrar nessas categorias sociais os limites estruturais para a mudança social.

Ao analisar a década de 50, Gláucia Villa Bôas diz:

O modernismo sociológico dos anos 1950 renuncia a procura de um espírito nacional a caminho de si mesmo e procura romper com o círculo de ferro de heranças do paradigma anterior com o objetivo de legitimar concepções igualitárias, universalistas e progressistas da vida social. A sociologia brasileira dos anos 50, sem dúvida desloca a idéia de construção da nação para a idéia de construção da sociedade. É neste debate que se formula a questão das desigualdades social.³

As pesquisas no interior do Projeto UNESCO no Brasil eliminaram, a partir das pesquisas nas Ciências Sociais, as afirmações deterministas entre características físicas, compor-

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Faculdade de Ciências e Letras (FCL), UNESP/Araraquara Membro do Grupo de Trabalho do Núcleo Negro da UNESP para pesquisa e extensão (NUPE) Pesquisadora do Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra (CLADIN) e do Laboratório de Estudos Africanos, Afrobrasileiros e da Diversidade (LEAD). Membro do Grupo de Estudos sobre Escravidão e Relações Étnico-Raciais (ERA). Email para contato: ariella.unesp@gmail.com. Bolsista CAPES

³ BASTOS, Elide Rugai. *Conversas com Sociólogos*. São Paulo, 2006. Editora 34.

tamentos sociais e atributos morais, ainda em voga na década de 30. Dessa forma a pesquisa da UNESCO sobre relações raciais no Brasil:

[...] inventou uma geração de jovens sociólogos brasileiros que, não obstante as diferenças dos contextos regionais nas quais desenvolviam suas respectivas pesquisas, pareciam compartilhar alguns pressuposto metodológicos, em maior grau, com os estudos da sociologia norte-americana acerca do tema das relações raciais. (BÔAS e MAIO. 1999. p. 147)

Essa nova geração composta por Thales de Azevedo na Bahia, Costa Pinto no Rio de Janeiro, Gilberto Freyre e René Ribeiro em Pernambuco e Roger Bastide, Florestan Fernandes e Oracy Nogueira em São Paulo, nos mostraram a roupagem enganosa e acomodada em que se revestia a cruel e desigual experiência das relações raciais no Brasil.

I Costa Pinto e a Tensão Racial

Costa Pinto desejava delimitar o campo da sociologia na interpretação da sociedade urbano-industrial em expansão na década de 50. Na sua interpretação, a sociologia tinha a necessidade de criar um espaço intelectual diferenciado para os estudos no Brasil. A sociologia no contexto urbano-industrial teria o papel de relevância cognitiva mediante grandes sínteses explicativas do processo de industrialização e urbanização em curso.

Diante desse empreendimento, na visão de Bila Sorj⁴, Costa Pinto fez críticas a três eixos principais, sendo que o primeiro envolve a crítica da abordagem culturalista então preva- lecente nos estudos de comunidades conduzidos principalmente pela antropologia. A se- gunda é demonstrar a importância da sociologia na compreensão dos processos de desenvol- vimento, área de domínio da economia. A última é uma crítica à alguns intelectuais cariocas que pretendem associar sua atividade intelectual a formulação de projetos ideológicos e polí- ticos da nação. Portanto, solucionada esses três embaraços, a sociologia poderia construir sua especificidade na construção do conhecimento no Brasil.

Muitas das tensões existentes na sociedade urbano-industrial brasileira do século XX, não advêm simplesmente de uma herança do passado colonial e escravista, mas também como aspecto da crise da transição para a sociedade moderna. A Sociologia proposta pelo autor tra- ça o papel do sociólogo no processo de mudança. Caberia a ele contribuir para a interpretação dessa manifestação visível do processo de desenvolvimento e expressiva de suas tensões, con- forma cita Trindade (1999).

O sociólogo carioca fez críticas as pesquisas até então realizadas no Brasil sobre o ne- gro. Para o autor as pesquisas estavam:

[...] ligadas à coleta de material etnográfico antropológico e histórico sobre o proces- so de integração do africano ao Brasil, especialmente sobre o que de bizarro, de exó- tico e diferente nesse processo, pouco ou quase nada existe de sério sobre o estudo sociológico do processo integração do negro brasileiro á sociedade brasileira. (1973, apud Figueiredo, 1999. p. 110)

A visão exótica do negro se deu pelo papel que grupos étnicos desempenharam na construção da sociedade brasileira, visão construída pela elite da sociedade brasileira. A pró- pria posição do negro na sociedade brasileira ocupou um distancia social importantíssima neste processo.

⁴SORJ, Bila (1999), “Demarcando o campo da sociologia”, in Bôas, Glaucia (org.), *Idéias de modernidade e sociologia no brasil*. Porto alegre: universidade/UFRGS.

Negros e brancos entraram em contato no novo mundo dentro de um contexto no qual o negro começou a existir historicamente como propriedade privada do branco. Isso permitiu ao grupo dirigente olhar para o como exótico. (Pinto, 1953. p. 27)

O caminho seguido por Costa Pinto, portanto, é o estudo sobre o negro brasileiro, e não da inserção do africano na sociedade brasileira. A intenção do autor é fazer um estudo que se diferencia dos estudos elaborados pela antropologia e pela história, que são em sua opinião, estudos monográficos puramente descritivos ou de ensaios cheios de insinuações e vazios de análises.

Para o sociólogo da Universidade do Brasil, a posição social do negro vem sendo justificada pelos portadores do preconceito como sendo um produto da inferioridade racial. Esse tipo de pensamento gera e mantém estereótipos que funcionam como barreiras, que impedem e dificultam a ascensão social do negro, fazendo que o produto do preconceito seja utilizado para sua própria justificação.

Os estereótipos são adotados por grupos de indivíduos, eles tendem a se reforçar na medida em que os grupos se afastam e entram em competição. Portanto, podemos notar como o estereótipo mantém um importante papel na manutenção da inércia mental e falta de espírito crítico. Dessa forma, os estereótipos estão sempre refletindo conflitos sociais.

O estereótipo também tem a função de organizar a vida social. Ele é um retrato que o grupo dominante faz de si mesmo e dos outros, colocando tudo e todos em seus devidos lugares, racionalizando e justificando diversos tipos de comportamentos preconceituosos, a fim de se proteger socialmente.

A partir do momento que esses estereótipos são colocados em dúvida, o mundo do grupo dominante entra em ameaça. A função mais útil para os estereótipos raciais reside em apresentar explicações raciais para situações que são de posição social e de classe. Definindo, portanto, o papel de cada indivíduo na sociedade e a manutenção da desigualdade a favor do grupo branco

Este cenário é propício para o crescimento das tensões raciais. Para Costa Pinto o estudo das tensões sociais:

“Constitui um dos capítulos para quais mais se tem voltado à atenção da moderna sociologia. Chega a ser algo comparável ao extraordinário interesse que, na física, tem hoje o estudo da energia nuclear.” (PINTO, 1953, p.308)

É desta maneira que Costa Pinto enfatiza a importância dos estudos que envolvem as tensões raciais construídas com o advento do capitalismo. Costa Pinto se interessa sobre os estudos das relações dos homens com as coisas e dos homens entre si que reciprocamente se influem. Na visão do autor as tensões raciais:

“Representam a) uma fase de um processo em desenvolvimento, b) que resulta em um conflito virtual ou potencial no fundo da situação social considerada e c) que vem a tona de diversos modos e diversos graus de intensidade, sob uma forma de descarga de tensão, até que o conflito encontre meio de acomodar-se, e a tensão é contida, ou atinge um desfecho em forma de crise, aberto ou declarado.” (PINTO, 1953, p. 309)

Essas tensões são produtos de funcionamento histórico que se formam no interior das estruturas sociais. Portanto, as tensões sociais não se formam de maneira rápida, sua formação é lenta, e a própria tensão na medida em que se vai forjando, vai também produzindo os fatores de seu crescente agravamento.

Para o sociólogo carioca a abolição foi um acontecimento deveras importante na condição do negro e na sua relação com o branco. A partir de então o negro passou a ter capacidade jurídica de cidadão, passou a ter igualdade teórica em relação ao branco e que influenciou no condicionamento das etapas posteriores pelas quais a situação racial iria passar. No entanto, é na transformação do negro escravo para ao negro operário que é centraliza a atenção do sociólogo. Para o autor, o negro foi o núcleo original do proletário no Rio de Janeiro.

Essas transformações trouxeram impactos muito relevantes para sociedade carioca. No passado, negro e branco se relacionavam no binômio senhor e escravo, os costumes, hábitos e a mentalidade era toda construída nesse campo de relações. Nessa estrutura de relações nunca houve lugar para definir o preconceito racial tal como conhecemos hoje pela demarcação regrida das posições sociais então existentes.

Na medida em que foi se concentrando grandes massas de negros no proletariado urbano carioca e criando no seu interior certo tipo de diferenciação no meio negro, a estrutura social entra em mudança. Ainda nesse processo, a inserção do negro na ordem social competitiva elevou a relação dos negros e brancos a outro status, ou seja, o status da competição.

A essas novas situações originaram-se formas específicas de reação do contato racial de negros e brancos. O negro tentando sua inserção na sociedade brasileira e o branco tentando manter sua posição social adquirida no tempo da escravidão.

As tensões raciais que tem como sua expressão máxima o preconceito racial, tem como função conduzir ao seu lugar o negro que historicamente saiu desse lugar, o lugar que tradicionalmente ocupava no sistema de relações sociais, lugar que a ideologia do grupo social dirigente e etnicamente diferenciado considera próprio.

O preconceito se torna como diagnosticou Robert Park, uma forma elementar de resistência da ordem social aos efeitos de sua própria transformação e de suas últimas conseqüências.” (PINTO, 1953, p. 319).

A tensão se manifesta, portanto, na simples aspiração que o negro tem de conquistar posições superiores. É diretamente neste caso, contra a aspiração ou contra a imitação do comportamento do branco, que as resistências se revelam. Segundo Maio (1997) o poder competitivo que os negros revelariam por intermédio da ascensão social, via educação, desnudaria uma serie de atitudes e estereótipos da sociedade brasileira.

Sob o impacto da industrialização e da urbanização ocorreu um processo de integração nacional e de diferenciação interna entre os negros com o surgimento de uma pequena parcela de classe media, particularmente intelectuais, constituído uma verdadeira elite negra (MAIO, 1997).

Esta elite viveria o drama da ascensão social e das barreiras advindas dos estereótipos. Esta nova elite que surgiria como liderança se mantém em uma redoma, na medida em que não consegue sensibilizar as massas de cor, que, por serem proletárias, estariam mais ligados a movimentos de classe e não étnicos.

Essa nova elite se caracteriza da seguinte forma:

Enquanto as antigas elites, na medida em que ascendiam, tinha a preocupação de branquear-se, confundindo em tudo com o extrato branco superiormente colocados, as novas elites negras pretendem ascender como elites negras, sem deixarem de serem negras, negras mais do que nunca, declaradas e orgulhosamente negras (PINTO, 1953, p. 269).

Portanto, longe da massa negra, essa nova elite não poderia acabar com o preconceito nem a desigualdade racial. Para Costa Pinto a eliminação da discriminação racial se dará através das mudanças estruturais da sociedade. Essas transformações seriam guiadas pelo proletariado que teria inserção fundamental no sistema capitalista.

Para Costa Pinto:

São os processos de industrialização e urbanização que levam as novas tensões, entre elas, as de natureza racial. Costa Pinto vê no potencial revolucionário da classe operária que por ser constituída, em grande número, por negros, cancelaria não só os problemas classistas, mas também os raciais (MAIO, 1997).

Um trecho do sociólogo Marcos Chor nos mostra de maneira elucidativa o trabalho sobre a questão racial em Luís Aguiar da Costa Pinto:

Pensar a questão racial no Brasil para o sociólogo carioca seria um meio pelo qual a sociologia poderia detectar os fatores impeditivos da mudança social. Neste caso o sociólogo, ciente da importância de um relativo isolamento, tendo em o seu compromisso com uma análise a mais isenta possível, caberia o papel de apresentar subsídios a sociedade na direção das transformações necessárias (MAIO, 1997)

II O preconceito racial no pensamento de Florestan Fernandes

A inserção do Brasil ao modo capitalista e a constituição da ordem social competitiva são fatores essenciais para a compreensão do trabalho de Fernandes. O Brasil se insere no sistema capitalista de produção desde a colônia. Porém, o capitalismo é introduzido antes da constituição da ordem social competitiva. Florestan entendeu como ordem social competitiva a estrutura econômica, social e política que preserva o direito individual e incentive a competição. O que traz em seu bojo a mentalidade e o comportamento individualista e competitivo relacionada à propriedade privada, livre iniciativa e redistribuição de renda e poder. Ou seja, é a elaboração estrutural e dinâmica da competição como força social.

No entanto, no Brasil, a ordem social competitiva não nasce juntamente com o estado nacional. A sociedade da ordem social escravocrata tinha como modelo a dominação patrimonialista que restringiram os privilégios a grupos minoritários e lutavam pela preservação da riqueza, de prestígio social e poder. Era um componente estrutural que os ligavam os homens entre si e ao senhor

Ao detalhar como o negro foi sendo inserido na ordem social competitiva, Florestan mostra quanto foi difícil sua adaptação a essa nova ordem social. Para tanto o autor usa o conceito de demora cultural para explicar a situação da população negra em São Paulo.

A demora cultural é compreendida quando não é homogêneo o ritmo da mudança de diversas esferas culturais e institucionais de uma sociedade dada, uma esfera pode ser transformada com maior rapidez que a outra, introduzindo um desequilíbrio variável da integração delas entre si.

Quando isso ocorre o período de transição se produzem atritos e tensões resultantes das próprias condições de mudança social. As expectativas de comportamento antigas e as recém-formadas coexistem, durante algum tempo, criando fricções de ajustamentos dos indivíduos das situações sociais que são por elas reguladas socialmente (FERNANDES, 2008. p. 101).

Os costumes e hábitos dos negros ainda estavam muito influenciados pelo passado escravocrata. Fernandes argumenta da seguinte maneira:

A situação histórico-social do negro e do mulato, no período de consolidação da sociedade de classes em São Paulo, oferece-se a análise sociológica como um problema de demora cultural. Influências socioculturais que estabeleceram uma espécie de composição entre o passado e o presente, entre a sociedade de classe e de castas. O regime extinto não desapareceu por completo após a abolição. (FERNANDES, 2008. v.1 p.302)

A demora cultural a qual o negro está exposto separa a ordem racial da ordem social. Tendo um desequilíbrio entre ambas (FERNANDES, 2008. v.2 p.238). Essa condição mantém o negro no estado de inércia social. Para Fernandes, os aspectos que permaneceram da antiga ordem social corrompem os fundamentos da ordem social competitiva e impedem a sua evolução normal.

Para o sociólogo paulista o preconceito de cor se prendia às estruturas sociais, assim sendo, suas funções se transformam quando as estruturas mudam. Para o autor as relações inter-étnicas se formaram no regime senhorial escravocrata e modificaram-se na medida em que a ordem social escravocrata deixou de existir formalmente e deu lugar à ordem social competitiva. O preconceito de cor era existente na antiga ordem social, porém, com a nova ordem social ele muda de função.

O que era importante não era a situação atual da questão racial, mas as formas com as quais elas se exprimiam e as funções que preenchiam. A ordem social competitiva assimilou diversos costumes e hábitos da ordem social escravocrata, o que possibilitou certa acomodação na relação entre branco e negro no Brasil e evitou conflitos mais latentes.

Os negros mantiveram as mesmas posições sociais inferiores ocupadas anteriormente. Dessa forma as diferenças raciais continuariam a expressar inferioridade social, mantendo o preconceito e as discriminações, contudo, com novas funções sociais. O preconceito, portanto, é visto por Florestan Fernandes como um legado do passado. O negro era deformado pela escravidão, dessa forma os problemas que o preconceito traz para a sociedade são derivados da herança por ela recebida do regime anterior.

A persistência do preconceito se deve pelo atraso cultural. As atitudes, comportamentos e valores da ordem escravocrata referentes às relações raciais são mantidos em uma situação histórico-cultural em que estão em conflito aberto com os fundamentos econômicos da ordem vigente. Para Fernandes as manifestações de preconceito nada têm a ver com competição ou a rivalidade entre brancos e negros nem com o possível agravamento das tensões raciais.

Percebemos em seus trabalhos uma rica e complexa metodologia. Ele não afirma que o problema da desigualdade no Brasil seja exclusivo de classe ou de raça. Contudo as duas variantes se interpõem, em determinados momentos uma prevalece sobre a outra. Para Florestan,

A classe social aparece como um fator de integração mais forte do que a influência segregadora das diferenças raciais. De outro lado, é patente que a identificação que se estabeleceu no passado entre a dominação senhorial e a dominação de um grupo de raças sobre o outro tende a desaparecer na nova ordem social. (MAIO, 1997)

No entanto,

Com a desintegração da ordem social escravocrata, processou-se a eliminação parcial do negro no sistema de trabalho. As oportunidades surgidas com a instituição do trabalho livre foram aproveitadas pelos imigrantes e pelos chamados trabalhadores nacionais, geralmente brancos e mestiços. (FERNANDES, 2008, p. 302)

Para Florestan Fernandes, o dilema racial brasileiro é um fenômeno social de natureza sociopática e só poderá ser corrigido por meio de processos que removam a obstrução introduzida na ordem social competitiva pela desigualdade racial. Assim sendo, é na esfera das relações sociais que Florestan encontra o maior obstáculo para o pleno desenvolvimento da ordem social competitiva. Esse obstáculo não apenas de interesse do negro, mas sim interesse do equilíbrio do próprio sistema, ou seja, para a normalidade e do desenvolvimento como um todo. (FERNANDES, 2008. v.1 p.573)

Conclusão

Enquanto o processo de transição da ordem escravocrata para a sociedade de classes, na cidade de São Paulo, teve como característica a eliminação parcial do negro do regime do trabalho, no Rio de Janeiro o processo de inverteu. Nos estudos realizados por Costa Pinto o negro foi inserido na vida urbana industrial como proletário.

No caso carioca, o negro tem maior identificação com a classe operaria do que como grupo étnico. Neste cenário, a classe começa a dividir o que a etnia aproximava, gerando novas tensões raciais.⁵ Neste ponto começa a distinção das obras dos dois sociólogos. Florestan não teve como foco em suas pesquisas as tensões existentes no interior do grupo negro em São Paulo, por considerar que esse processo estava apenas no começo na cidade.

É importante sublinhar que os sociólogos conduziram suas pesquisas por métodos distintos. Fernandes utilizou o método de interpretação funcionalista, enfatizando os aspectos de continuidade do passado no presente.

Costa Pinto segue por outro caminho, o conceito de marginalidade estrutural guiou sua pesquisa. Patrícia Olsen (2011) assinala de forma correta sua intenção:

Na investigação de Luiz Aguiar os aspectos de continuidade, embora assinalados, não se constituíram no centro de sua investigação. Para ele a mudança social se dava marginalizando a sociedade entre duas estruturas econômicas e sociais e entre dois estilos de vida, talvez isso a presença de elementos do passado no ajustamentos inter-raciais não lhe tenha causado tanta estranheza.⁶

Outro ponto de destaque entre os dois sociólogos é a forma como lidam com a história. Segundo GOMES (1999), Costa Pinto pouca importância dá à própria história da escravidão e da abolição, no caso do Rio de Janeiro. Fernandes, pelo contrário, em praticamente todos os seus trabalhos há uma atenção especial com a história do objeto estudado por ele. No caso do negro a história da escravidão e da abolição é exaustivamente detalhada em seus trabalhos.

A acomodação e a situação de tensão são dois eixos de análises também delicados no interior das obras dos dois autores. Para Fernandes, o preconceito e a discriminação racial nada têm a ver com a competição ou a rivalidade entre brancos e negros. Elas são expressões do mecanismo que de fato perpetuam o passado no presente. Ele representa a continuação da desigualdade racial tal como se dava no antigo regime de casta. As relações sociais na ordem escravocrata persistiram na nova ordem social, gerando certa acomodação nas relações raciais, tendendo com o desenvolvimento do capitalismo a desaparecer.

A tensão racial como perspectiva de agravamento é o caminho que Costa Pinto toma em suas análises. Para ele o passado também deixou marcas nas relações sociais do presente. Porém, a questão do preconceito racial é produto da nova ordem social. A competição que agora faz parte do cotidiano das pessoas tem elementos que ira acirrar as relações entre branco

⁵ SOUZA, Patricia Onsen. P. 179

⁶ SOUZA, Patricia Onsen. P. 179

e negro. O branco deseja manter a posição social herdada no período da escravidão, dessa forma, usa o preconceito como forma de proteção do status social na medida em que é inserido no sistema capitalista.

Não há apenas diferenças entre o sociólogo carioca e o paulista. Existem certas semelhanças em seus pensamentos. Podemos apontar a ênfase no processo de mudança e nas resistências a ele subjacentes: a sociologia do conhecimento proposta por ambos, ao verem a ciências sociais como produto do mundo moderno e contemporânea do surgimento do operariado: a defesa da orientação prática das ciências sociais, que não poderiam abdicar de um papel de intervenção no processo de transição para a sociedade moderna e a postura otimista da racionalidade científica, conforme cita Trindade (1997)

Nos dois sociólogos percebemos:

Um sistema de valores compartilhado em que sobressai o otimismo diante da capacidade de predição e de direção atribuída à ciência social em particular. [...] A adesão a uma cultura heróica que imputa ao intelectual a tarefa de construir a nação ou a sociedade moderna.⁷

Costa Pinto e Florestan inovaram nos estudos das relações raciais no Brasil ao transformar o tema em pesquisa sociológica. Através de suas pesquisas e reflexões acerca do assunto, tentaram esclarecer, com métodos e técnicas sociológicas, quais as características e a função que o preconceito racial adquiriu na sociedade brasileira, em especial na cidade de São Paulo e Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Elide Rugai. **Conversas com Sociólogos**. São Paulo, 2006. Editora 34.
- BOTELHO, André . . **Um Enigma Chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. Companhia das Letras: São Paulo, 1ed. , 2009,
- CARVALHO, Jose Murilo. **Cidadania no Brasil**: O longo caminho. 12 edição. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2009.
- FERNANDES, Florestan. **A Integração do negro na sociedade de classes**: Ensaio de interpretação sociológica. Volume 1. Editora Globo: São Paulo, 5ed. , 2008,
- FERNANDES, Florestan. **A Integração do negro na sociedade de classes**: Ensaio de interpretação sociológica. Volume 2. Editora Globo: São Paulo, 5ed. , 2008,
- FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. Editora Global: São Paulo, 4ed. ,2008,
- FERNANDES, Florestan. **Branco e negro em São Paulo**. Editora Global: São Paulo, 4ed. , 2008,
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. Difusão européia do livro: São Paulo, 1972.
- MAIO, Marcos Chor: Uma Polêmica Esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o Tema das Relações Raciais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 1997 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 set. 2010. doi: 10.1590/S0011-52581997000100006.
- MICELI, Sergio. **Historia das Ciências Sociais no Brasil**: volume 2, São Paulo: Editora Sumaré, 1995.
- OLSEN, Patrícia. Fazer Ciência, Fazer História: A sociologia da mudança social de Florestan Fernandes e Costa Pinto. Tese de Doutorado. Araraquara: UNESP, 2011.
- PINTO, Luis Aguiar da Costa. **O negro no rio de janeiro**: relações de raça numa sociedade em mudança. Companhia editora nacional. São Paulo. Volume 276.

⁷ TRINDADE, Nisia (1999), “Sob o signo de Agust Comte ou sob o signo de Karl marx”, in Bôas, Gláucia (org.), *Idéias de modernidade e sociologia no brasil*. Porto alegre: universidade/UFRGS, 271.

ANOS 50, CPC E USPIANOS: ALGUMAS CONEXÕES

Joyce Nathália de Souza TRINDADE¹

Discussão introdutória

Esse trabalho surgiu do interesse inicial de se pensar o contexto político dos anos 50, em que a tônica geral era a da temática do nacional-desenvolvimentismo (MOTA, 1985). Esse ponto específico despertou o interesse em função das aulas do curso de Política e Cultura em que, através dos filmes, aulas e discussões, ficou posto o problema atual da fratura vivenciada pela sociedade brasileira atualmente. A oposição entre os dois contextos fez com que algumas questões fossem suscitadas, especialmente no que se refere ao contexto ideológico do período e aos fatores que possam ter propiciado uma intensa mobilização em torno de se pensar o Brasil e os problemas aqui vivenciados, ou ainda, o fenômeno do amplo engajamento em prol de questões da coletividade naquele momento.

Visando apreender os sentidos desse engajamento, escolhi analisar dois elementos que me pareceram significativamente ilustrativos: o CPC da UNE e a trajetória intelectual da “escola de São Paulo”, respeitando, claro, as peculiaridades de cada um deles. A análise será feita com o objetivo de se explorar as nuances e os propósitos de cada uma dessas tentativas de se pensar e viver a “condição brasileira”.

A análise da atuação dos intelectuais é essencial nesse contexto para uma tentativa de apreensão da ideologia que inspirou suas ações. A crítica lançada por Corbisier é fortemente elucidativa.

A crítica de Corbisier

A ênfase dada aqui ao foi colocado por esse intelectual isebiano se deve ao fato de ser possível ver tanto nas ações do Centro Popular de Cultura da UNE como nos esforços dos uspianos uma tentativa de justamente se opor ao que ele entende como problema da cultura brasileira, principalmente sobre a atuação do intelectual brasileiro. Além disso, a contribuição de Corbisier é colocada como tendo uma importância singular nesse debate pelo fato de sua crítica carregar consigo os contornos ideológicos de uma abordagem política do papel do intelectual nos anos 50, sendo expressiva do momento em questão (MOTA, 1985).

Segundo Corbisier, o intelectual no Brasil, devido à sua condição de colonizado, possuiria um conhecimento alienado. “Perdido nos outros, sua cultura se reduzia à erudição, ao conhecimento livresco das culturas alheias. Seu conhecimento da ciência era comparável à posse de um instrumento do qual nunca fizesse uso, do qual não se soubesse utilizar. Conhecia, por exemplo, toda a sociologia estrangeira, era capaz de escrever tratados sobre essa ciência, mas era incapaz de utilizá-la como instrumento que lhe permitisse fazer uma interpretação sociológica da vida, da realidade do próprio país. Poderia escrever ensaios e teses repletas de citações e de referências sobre Durkheim, Levy-Bruhl ou Franz Boas, teses nas quais se per-

¹ Mestranda em Ciências Sociais – UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
Estrada do Caminho Velho, 333 – Bairro dos Pimentas – Guarulhos – SP – 07252-312 Telefone: (11) 3381.2077 - joycenathalia@gmail.com

deria em considerações intermináveis sobre o objeto e o método da sociologia segundo esses autores, mas seria incapaz de fazer a sociologia do carnaval, do futebol, das eleições ou dos partidos políticos brasileiros. O conhecimento livresco e erudito dessa ciência não lhe permitia ter uma visão, uma interpretação sociológica da sua circunstância, do seu próprio mundo.” (CORBISIER, 1956).

O outro lado: CPC – Centro Popular de Cultura – “Errar com o povo é menos danoso do que errar contra ele”

A frase em destaque é de autoria de Gianfrancesco Guarnieri, que expunha de forma acabada os principais objetivos da nova dramaturgia que estava a marcar e até mesmo definir os debates artísticos até 1964. Tratava-se da transformação provocada na dramaturgia brasileira pelas peças de Vianinha e Gianfrancesco, que introduziu elementos radicalmente distintos até então vigentes na arte cênica brasileira (BERLINCK, 1964).

Guarnieri e Vianinha eram membros do Teatro de Arena, que foi fruto dos esforços dos formados da 1ª. Turma da Escola de Arte Dramática em São Paulo, no ano de 1955. No contexto do Teatro de Arena, tentaram atingir as classes populares e promover a conscientização das mesmas. Porém, o que se observava é que as peças não estavam atingindo o público popular, além de terem limitações materiais para sua prática, tais como a falta de pessoal e teatro com apenas 150 lugares. Em uma temporada no Rio de Janeiro, Vianinha recorre ao ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, localizado em Botafogo, Rio de Janeiro. O objetivo dessa procura é a necessidade que o autor e ator sentiu de compreender melhor aspectos teóricos que visava trabalhar ao escrever suas peças. Encontra na pessoa de Carlos Estevam Martins, um sociólogo, a colaboração de que necessitava. Estavam unidas as peças-chave para o que ficou conhecido com Centro Popular de Cultura.

Em 8 de Março de 1962 acontecia a Assembléia Geral que submetia à análise o Regimento Interno do Centro Popular de Cultura.

Após ter feito essa breve colocação dos antecedentes do CPC, têm-se, agora, maior necessidade de se lançar luz às práticas e às motivações desse grupo para se atingir o objetivo desse trabalho.

Em suma, o CPC tratou-se de uma organização que gozava de autonomia administrativa e financeira em relação a UNE. Tinha recursos escassos, dependendo fundamentalmente do trabalho voluntário de jovens estudantes, artistas e intelectuais que se dedicavam ao movimento porque acreditavam nas suas metas e viam nessas tarefas uma possibilidade de realização pessoal (BERLINCK, 1984).

As atividades do grupo foram produções nas áreas do teatro, cinema, música, literatura, além de cursos, excursões e a criação de CPC's nas principais cidades do país. Esses intelectuais foram se construindo no decorrer de suas trajetórias dentro do Centro Popular de Cultura, no sentido de que amadureceram ao realizá-las. Tratava-se de jovens recém-formados, frequentemente. Tais atividades não se davam sem uma orientação teórico-metodológica. O referencial teórico foi realizado principalmente por Carlos Estevam Martins e Ferreira Gullar, e tinha como elemento norteador a oposição à chamada *cultura alienada*, cultura essa que não poderia por em questão a essência da sociedade de classes, suas contradições, e, em suma, as razões pelas quais as classes subalternas assim o eram e/ou os mecanismos que assim as mantinham.

O objetivo do grupo era trabalhar de forma que suas produções resultassem em manifestações pertinentes a uma *cultura desalienada*. Tal cultura desempenha um papel revolucionário na sociedade pelo fato de existir como cultura não falsificada. Admite que o sentido revolucionário não está em apresentar solução para os problemas sociais, nem formular palavras de ordem que signifiquem uma instigação direta para a prática concreta e imediata. Es-

sencialmente, esse caráter revolucionário se dá na medida em que essa cultura reflete, de maneira não tendenciosa, as relações do homem com o mundo e consigo mesmo, conseguindo retratar os fatos e as estruturas de forma a serem captadas pela razão e pela sensibilidade. Em poucas palavras, trata-se de clarear as perspectivas que se abrem aos homens em cada época. (BERLINCK, 1984). A colocação dos conceitos de cultura alienada e cultura desalienada no âmbito desse trabalho se deu de forma abreviada ao comparar-se com a esquematização feita em sua fonte, o texto de Berlinck. Porém, a intenção aqui é ter em mente os princípios básicos do grupo, apenas. E, em relação a isso, é possível perceber que o CPC procurou atingir seus propósitos. Exemplos disso são visíveis na produção cinematográfica, para citar um exemplo. Em “5 vezes favela”, por exemplo, em umas das histórias retratadas têm-se a trajetória de um favelado que se torna ladrão por não conseguir arrumar qualquer emprego, não por que assim quisesse, por opção. Ou seja, a ladroagem como um produto social. Outro ponto tocado foi a questão dos males da falta de participação política por parte da população em sindicatos, por se dedicarem apenas e tão somente à organização de festas de escolas de samba.

Pode-se ver esse mesmo esforço sendo realizado por Vianninha ao procurar Carlos Estevam, visando que esse o ajudasse a desnudar os aspectos da exploração do proletariado no sistema capitalista de forma específica, ao escrever a peça “Seu Edgar, a mais-valia vai acabar”.

Existe, sabe-se, o lado passível a críticas nessa produção. Berlinck, por exemplo, coloca que a estrutura dramática incorre de certo simplismo que não convida o espectador à politização, e sim à passividade, devido ao fato dos problemas estarem colocados de forma categórica e, por isso, não suscitarem discussão, até mesmo pelos filmes carecerem de elementos para tanto.

Por outro lado, entende-se que o esforço realizado em se destacar a realidade das classes subalternas; de colocar em pauta suas questões, e, em uma última análise, pensar os dilemas mais candentes à nossa realidade sejam o ponto central para essa discussão aqui realizada. No limite, a atuação do CPC estava preocupada em pensar o Brasil, a nação e/ou um projeto dela, uma vez que se sabe que foram abertas “filiais” em várias cidades de distintas regiões do país para que se pudesse distribuir o material que fosse produzido.

Concluindo, o principal ponto é justamente se pensar sobre o que foi realizado pelo grupo. Aqui fica demarcada a oposição entre a intenção desses intelectuais em pensar nosso país e nossos problemas, acima de tudo, de forma complexa, e a crítica levantada por Corbier.

A assim chamada “Escola de São Paulo”

Outro elemento ilustrativo da cultura política do contexto dos anos 50 se tratou da atuação dos intelectuais da USP na virada da década de 50 para a de 60, período em que eles foram responsáveis por protagonizar uma mudança substancial na forma como vinham sendo feitas as Ciências Sociais no Brasil. Tal mudança está relacionada ao distanciamento do funcionalismo e ao ritual especial de estudos da obra “O Capital” de Karl Marx, no que se tem a figura de Florestan Fernandes como central (LAHUERTA, 2005).

Sabe-se que no início dos anos 60, Florestan sente a necessidade de produzir o saber sociológico à luz de novas categorias sociológicas para que pudesse manter sua posição de liderança entre os intelectuais que tinha formado e estava formando, daí o distanciamento já mencionado das tendências funcionalistas, movimento esse que trouxe à tona a tônica do radicalismo a que esses pensadores do grupo se propunham.

Resumidamente, o grupo d’O Capital consistiu em reuniões sistematicamente organizadas para um estudo rigorosamente dirigido da obra de Marx que dá título ao grupo, reuniões essas que ocorrem entre 1960 e 1965. Nessa empreitada estiveram envolvidos Octavio Ianni,

Fernando Henrique Cardoso, Marialice Mencarini Foracchi, Maria Sylvia Carvalho Franco, Leôncio Martins Rodrigues e José Arthur Gianotti, sendo que esse último teve uma importância ímpar por “procurar implantar, desde o início, uma leitura centrada na “explicação do texto””, técnica aprendida com Granger e aprimorada na França (LAHUERTA, 2005).

Um dos pontos mais caros à essa análise é ressaltar o caráter urgencial da elaboração novas interpretações do Brasil para os membros desse grupo. Para tanto, se opuseram sistematicamente às referências do ISEB e da CEPAL, almejando superar o ecletismo de forma radical, o que foi chamado por Lahuerta por “uma guinada à esquerda”.

O resultado desse mergulho científico, dessa busca incansável pelo rigor metodológico, não ficou restrito ao campo intelectual. “No fundo, na busca de um pensamento rigoroso desde a década de 1940, mas principalmente com o Seminário sobre Marx a partir de 1958, afirmava-se um posicionamento político implícito acerca do nacionalismo e da esquerda ligada ao PC. Ainda assim, apesar da crítica a muitos dos pressupostos da cultura política nacional-desenvolvimentista exercitada pela intelectualidade uspiana, há um terreno comum que só vai se tornando claro a partir do golpe de 1964. É esse terreno comum que possibilita que os professores da USP entrem na discussão nacional, de tal modo que o espaço acadêmico vai se tornando também, paulatinamente, um espaço político.” (LAHUERTA, 2005)

Em outras palavras, o tremendo esforço intelectual realizado por esses estudiosos não teve seus resultados limitados pelos muros da universidade. Não se tratou de lerem para ler, para terem lido e poder conversar sobre livros, como coloca Corbisier. Concluindo, os frutos das atividades do grupo em questão tiveram repercussões políticas concretas.

Conclusão

A breve análise sobre os dois “elementos” escolhidos para serem trabalhados aqui, sejam o CPC da Une e o Grupo d’O Capital propiciou algumas conclusões. Primeiramente, se tratando do CPC, um ponto a ser ressaltado é que, mais do que trabalharem com a produção “mecânica”, meramente operacional da cultura, na busca de uma cultura desalienada, o grupo trabalhou severamente pautado por objetivos teóricos, perspectivas intelectuais, mesmo quando procurou realizar a produção massiva, em larga escala, do que foi criado.

Por outro lado, em relação aos uspianos, entende-se que o que a empreitada realizada por aqueles estudiosos simbolizou a derrubada da idéia de que as produções intelectuais têm repercussões somente no âmbito universitário.

Em relação aos propósitos de cada uma dessas iniciativas de se pensar a “condição brasileira”, foi possível identificar, como já foi colocado, que o CPC procurou veicular uma cultura que tocasse em dilemas essenciais ao nosso país. Quando se fala nos discípulos de Florestan, pensa-se na procura de novas interpretações de nossos problemas.

Em uma tentativa de colocar a situação daquele período fértil em produções sobre nosso país, contexto que inspirou a colocação de Roberto Schwarz, em 1978, de que a sociedade estava extremamente inteligente, diante do momento contemporâneo, em discutimos a fratura vivenciada pela sociedade brasileira, alguns processos vêm à mente, algumas suposições que poderiam explicar o porquê da “questão nacional”, dos impasses vivenciados em nosso país parecerem não serem mais encarados como tão essenciais à problematização na vida social no país como naqueles tempos. Arriscaria-se dizer que a intensificação e aceleração da globalização e as incalculáveis conseqüências do regime militar à vida cultural e política do país seriam duas das mais importantes. Reconhece-se que no âmbito dessa curta análise não se tenha espaço e/ou tampouco o embasamento concreto para se estudar sistematicamente cada um deles, até porque também não é esse o objetivo a que se destina. Não obstante, ficam lançadas algumas reflexões que podem ser sistematicamente averiguadas em outras oportunidades. Concluindo, a intenção foi trazer a produção do contexto dos anos 50 e 60 para se dar atenção espe-

cial às idéias que inspiraram e movimentaram aquelas pessoas em seus feitos para que essa análise possa ser útil à reflexão do momento atual, na colocação do problema da fratura, do esvaziamento da vida pública, da desmoralização da política, do individualismo e hedonismo que vivenciamos no Brasil, como é levantado por um dos tópicos do programa da disciplina

Bibliografia

- CORBISIER, R. *Formação e problema da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro. ISEB, 1956.
LAHUERTA, M. “*Em busca da formação social brasileira: marxismo e vida acadêmica*”. In: *Perspectivas – Revista de Ciências Sociais da UNESP*. V. 28. São Paulo, 2005.
MOTA, C. G. *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 5ª. Ed. São Paulo, Editora Ática, 1985.
SCHARWZ, R. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

Coronéis e Bandidos em Mato Grosso 1889-1943: uma análise da obra de Valmir Batista Corrêa

Colonels and the Bandits in Mato Grosso 1889-1943: an analysis of the work of Valmir Batista Corrêa

Larissa Rodrigues Vacari de ARRUDA*

RESUMO: O historiador Valmir Batista Corrêa tem como objeto a história dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, possui profunda compreensão dos processos históricos referentes a esses estados. Uma de suas principais obras: *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso 1889-1943*, originalmente sua tese de doutorado defendida na USP, utiliza os autores Leal e Queiroz, apropriando-se do conceito de Coronelismo caracterizado pelo primeiro. Uma de suas contribuições para os estudos na área foi ter apontado as relações entre Coronelismo e Divisionismo, que foi um movimento em todo sul a favor da divisão do estado, iniciada desde o final do século XIX e concretizada somente em 1977 com a criação do novo estado do Mato Grosso do Sul. O presente trabalho objetiva a analisar a apropriação feita por Corrêa do conceito de Coronelismo segundo Leal, assim como ressaltar inovações e limitações da obra. Elucidar a utilização do conceito de Coronelismo contribui para apontar lacunas existentes no que se refere aos estudos de Ciências Sociais sobre esses estados, pois a análise política das peculiaridades de uma unidade da federação ajuda a compreender a complexidade de todo país. *Coronéis e Bandidos* é um clássico que contribui em diversos sentidos para a historiografia e lança questões que influenciam autores posteriores, porém carece dos elementos apontados por Leal e Queiroz para uma análise do Coronelismo.

PALAVRAS-CHAVE: Leal, Corrêa, Coronelismo

ABSTRACT: Historian Valmir Batista Corrêa has as its object the history of the states of Mato Grosso and Mato Grosso do Sul, has deep historical understanding of the processes related to these states. One of his major works: *Colonels and the Bandits in Mato Grosso 1889-1943*, originally his doctoral thesis defended at USP, Corrêa uses the authors Leal and Queiroz, appropriating the concept of Coronelismo characterized by Leal. One of his contributions to studies in the area was to highlight the relationship between Coronelismo and Divisionism, which was a movement throughout the south in favor of division of the state, starting from the late nineteenth century and achieved only in 1977 with the creation of new state of Mato Grosso do Sul. This paper aims to examine the appropriation made on the concept of Coronelismo (Leal, 1975), by Corrêa as well as to highlight innovations and limitations of the work. Elucidating the use of the concept of Coronelismo contribute to point gaps with regard to studies of Social Sciences on these states, because the political analysis of the characteristics of a unit of the federation helps to understand the complexity of the entire country. *Colonels and the Bandits* is a classic, in many ways contributes to historiography and influenced later writers, but lacks the elements highlighted by Leal and Queiroz for an analysis of Coronelismo.

KEYWORDS: Leal, Corrêa, Coronelismo

I- Introdução

Existe uma vasta produção no campo da História Regional sobre os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, um dos expoentes de tipo de pesquisa é o historiador Valmir Batista Corrêa.

Seu livro de significativa importância *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso 1889-1943* (2006) utilizou o conceito de Coronelismo caracterizado por Victor Nunes Leal em *Coronelismo, Enxada e Voto* (1949). O presente trabalho objetiva a analisar essa apropriação feita por Corrêa da obra de Leal, ressaltando também as inovações feitas, assim como apontar limitações encontradas na obra.

Corrêa é paulista e reside desde 1971 no Mato Grosso do Sul, é professor aposentado da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS. Foi secretário da educação, e por duas vezes vereador em Corumbá - MS. Foi coordenador de relações e comércio exterior da Secretaria de Estado de Produção. É sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul (IHG - MS).

Autor dos livros *Corumbá; Estudos Regionais; Fronteira Oeste; História e Violência em Mato Grosso 1817-1840*, entre outros.

Coronéis e Bandidos foi originalmente apresentado como tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo. A obra discorre sobre o período da República Velha, o auge do sistema político conhecido como Coronelismo, (QUEIROZ, 2006).

A primeira República brasileira (1889-1930) teve as bases do poder concentrada nas províncias, em oposição ao centralismo imperial. O federalismo trouxe a descentralização e dava grande autonomia aos estados, porém os municípios continuavam dependentes.

O centro da política continuava sendo o município (DUARTE,1997,p.25), e no município estava o coronel mandando na administração, no judiciário, na polícia e na Câmara Municipal. A política se processava de acordo com os seguintes atores: os coronéis, o governo estadual e o governo federal. (QUEIROZ,1976, p.118-131)

Nesse período inúmeros confrontos entre oligarquias, instabilidades e acontecimentos marcantes ocorreram nos estados brasileiros: Guerra de Canudos (1896-1897), Revolta da Vacina (1906), Revolta da Chibata (1910), Guerra do Contestado (1912-1916), fundação do PCB (1922), Semana de Arte Moderna (1922), Tenentismo e Coluna Prestes (1922), Greve Geral de 1917, organização do movimento operário, Revolta de 1924 no Rio Grande do Sul e São Paulo, crise de 1929 e crise do café.

Nesse contexto de instabilidade as disputas entre oligarquias também ocorreram de maneira marcante no Mato Grosso. A chegada da República no estado foi encarada como oportunidade de partilha de poder por grupos que tentavam ascender desde o Império e não conseguiam, como por exemplo, o senador Joaquim Murtinho. Houve, então, rápida adesão de todos os grupos. (CORRÊA,2006,p.79-80)

Saques cotidianos a cidades (Santana do Parnaíba-MS), massacre de opositores (massacre da bacia do Garcez em 1901), ação de bandos armados pela região (o mais famoso foi o bandoleiro Silvino Jaques), luta entre coronéis por poder, por terras. Conflitos armados reivindicando a divisão do estado (em 1907 feito pelo coronel Bento Xavier). Ocorreu a Revolução de 1892, Revolução de 1899, Revolução de 1901, Revolução de 1906 e Revolução de 1916. (CORRÊA, 2006,p.64) Até que em 1917 houve uma intervenção federal encerrando a estratégia da luta armada com finalidade de ascensão política e econômica no Mato Grosso.

Elucidar a utilização do conceito de Coronelismo contribui para apontar lacunas existentes no que se refere aos estudos de Ciências Sociais sobre esses estados. A histórica e a participação política dos dois estados (MT e MS) parecem esquecidas para o Brasil. Fatos como a importância da questão platina para consolidação do estado nacional durante o Impé-

rio (FERREIRA, 2009,p.23), a Rusga enquanto movimento nativista de 1834, a recepção do Sul do Mato Grosso ao Tenentismo e a Coluna Prestes, enquanto o norte perseguiu a Coluna. Da Coluna resultou uma tentativa de separatismo, que foi o Estado da Brasilândia em 1924.

Como também é ignorada a participação do sul do Mato Grosso Uno (atual Mato Grosso do Sul) na Revolução de 1932 ao lado de São Paulo. Contrariando o posicionamento da capital Cuiabá que apoiou Getúlio e lutou contra a separação do estado, o sul apóia e participa da Revolução de 32 com objetivo de concretizar a divisão do estado, ambicionada desde fins do século XIX. O sul do Mato Grosso se posicionava contra Vargas, porque o mesmo não apoiou as causas separatistas.

Existe uma série de episódios na história política desses estados que necessitam de análise mais detalhada, embora esse artigo se detenha a obra de Corrêa (2006).

A análise política das peculiaridades de uma unidade da federação ajuda a compreender a complexidade de todo país, que por ser continental apresenta vários contextos e especificidades regionais.

Na próxima seção apresentarei o Coronelismo de acordo com Leal (1975), para em seguida apresentar as peculiaridades do Coronelismo no Mato Grosso segundo Corrêa.

Na quarta seção discuto mais detidamente a obra, analisando inovações, tendências lançadas pelo autor mantidas em algumas obras até hoje, os pontos fortes de Coronéis e Bandidos como também suas limitações.

II- Coronelismo por Leal

O Pensamento Político e Social brasileiro acredita existir configurações históricas peculiares que levaram o país a desenvolver também um tipo peculiar de relação entre o público e o privado, sendo sua principal característica a falta de nítido contorno entre essas esferas, sua imbricação.

Leal ao contrário do que escreviam autores como Oliveira Vianna, Nestor Duarte não via o poder público subjugado ao privado, ou como duas esferas irreconciliáveis.

Leal defendeu existir uma relação de complementariedade entre essas esferas, de modo que o progressivo crescimento do poder público não contribuiria para diminuição do poder privado, pelo contrário. Advogou uma relação interligada e complementar entre essas esferas, chamando de compromisso Coronelista.

O Coronelismo é, então, o compromisso entre o poder público progressivamente fortalecido, e o poder privado, que necessitava da legitimação do poder público para exercer um poder que outrora era inquestionavelmente apenas seu. (LEAL, 1975,p.20-57)

O poder privado no começo da Colonização era quase único, o poder da família patriarcal se expressava nas rebeldias das Câmaras Municipais. Porém, a chegada da Corte, a Independência e constitucionalização do país contribuíram para “redução progressiva do poder privado”. Ocorre que no decorrer do século XIX opera-se, então, “um trabalho perseverante de consolidação” do poder público. (LEAL, 1975, p.72)

Embora gradualmente se fortalecendo, o poder público não era independente. O poder privado estava decadente, “em consequência de crises econômicas e da agricultura predatória do café” (LEAL, 1975,p. 27), já não podia confrontar com a esfera pública como fazia na Colônia, pelo contrário, passa dela necessitar para manter o seu poder.

Coronelismo é, assim, uma tentativa do poder privado sobreviver a um regime de base representativa. O Coronelismo:

[...] não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com o regime político de extensa base representativa. (LEAL, 1975, p20)

O Coronelismo é uma “forma de incursão do poder privado no domínio político” (LEAL, 1976, p.251), não é só uma sobrevivência do poder privado, é também isso, assim como uma forma peculiar, uma adaptação para coexistir com o regime representativo.

O poder público alimenta e legitima o poder privado em decorrência do regime representativo, sendo um fenômeno típico do regime representativo. Os dois unem-se, de modo que o Coronelismo é um:

[...] sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça. (LEAL, 1975, p.43)

O governo estadual dava carta branca ao coronel no município para fazer o que quisesse em troca coronel apoiava os candidatos estaduais governistas. O mesmo ocorria do âmbito federal para o estadual.

Campos Sales implementa a “Política dos Governadores”, aos governadores era dada autonomia em seus estados desde que se comprometessem a apoiar candidatos que estivessem de acordo com governo federal. “Era em escala federal, a mesma combinação existente no plano estadual, entre presidentes e coronéis: dá-me teu apoio e terás carta branca” (QUEIROZ, 1976, p.122)

Agrega-se a essa conjuntura a Comissão de Verificação de Poderes. Por mais que um candidato tivesse expressiva votação, se ele fosse da oposição não era diplomado, ou seja, os oposicionistas não assumiam o mandato.

Além disso, conforme Leal (1975, p.52) mesmo que ocorressem eleições honestas a população sabia que o candidato oposicionista não poderia beneficiar seu município, pois os recursos iam para as “mãos dos amigos” do governador. Os municípios oposicionistas estavam em último lugar na distribuição de recursos. O autor denomina essa situação de mistificação do regime representativo.

No município o coronel era livre para agir como queria, sabia que podia contar com apoio ou omissão do governo estadual. “O chefe local pode praticar o bem ou mal, com ação ou omissão do estado.” (LEAL, 1975, p. 47)

Sua situação econômica de dono de terras é a base de seu poder político, em um cenário onde o poder é encarnado no coronel e o município mais parece um território privado. “A força eleitoral (do coronel) empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras.” (LEAL, 1975, p. 23) O problema não é de ordem pessoal está ligado a estrutura econômica e social, que fazem o roceiro ser dependente do grande senhor de terras.

A estrutura econômica e social inadequada produziu um eleitorado incapaz, segundo o autor, unindo os governantes e os condutores desse eleitorado. Somados ao regime federativo que deu imensos poderes aos estados.

O Coronelismo atua no município que, até a escrita do livro, estava impregnado do elemento rural. Sua base de sustentação é a estrutura agrária, o Coronelismo só se modifica alterando a estrutura agrária. A vitalidade do Coronelismo é “[...] inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como comércio e indústria.” (LEAL, 1975, p. 251)

III- O Coronelismo por Corrêa

Coronéis e Bandidos tem como objetivo compreender os fatos políticos e sociais do período 1889-1943, como também procura situar a gênese do divisionismo.

Corrêa aponta como característica social a violência. Desde a Colonização os moradores foram também soldados, tendo que defender a ocupação portuguesa e defender-se dos índios, que lutaram com os brancos não só no século XVII, mas também no período abordado.

Sendo assim um povo armado “... sua principal característica constitui-se no uso extremo da violência que acabou por se confundir com o próprio modo de vida do mato-grossense.” (CORRÊA, 2006, p.29)

Tal comportamento era fomentado pela falta de controle público sobre as imensas terras, pela falta de comunicação e meios de transporte (demorava-se três meses para ir ao Rio de Janeiro. A forma usual era pelo rio Paraguai precisando passar por Paraguai, Argentina, Uruguai, Rio Grande do Sul, e seguindo até o Rio de Janeiro).

E principalmente por ser uma zona de fronteira com o Paraguai e Bolívia, fronteiras essas que apresentavam extrema facilidade de passagem tanto de pessoas, como contrabandos e armas.

O Mato Grosso era no início da República era um estado isolado do Brasil, estava muito mais próximo das repúblicas do Prata, essa situação só foi alterada com a inauguração da ferrovia Noroeste ligando São Paulo ao sul do Mato Grosso.

Corrêa aponta como aspecto típico do coronelismo no Mato Grosso o envolvimento com bandidos, esses homens prestavam serviços da mais variada espécie ao coronel.

Porém, essa relação entre coronéis e bandidos escapou do controle do coronel, ocorrendo uma proliferação de diversos bandos armados pela região, agregando mais instabilidade em um lugar de difícil controle, onde a impunidade e a escravidão até 1931 foram aspectos cotidianos. “Portanto, a arma sempre foi parte integrante do homem da região, como se fosse parte indissociável do seu próprio corpo.” (CORRÊA, 2006, p.42)

Os coronéis assiduamente pegaram em armas para lutar pelo poder, o que o autor denomina coronelismo guerreiro. Nem todos os coronéis do Mato Grosso foram guerreiros, existiam aqueles que apoiavam grupos majoritários e dividiam o poder sem necessariamente pegar em armas. (CORRÊA, 2006, p.60)

Houve assim duas fases nessa relação de coronéis e bandidos:

1ª fase : Coronelismo guerreiro – coronéis protegiam os bandidos, vinculou-se o banditismo à política local e as disputas pelo poder.

2ª fase: Passou a existir grandes bandos armados com bandidos que ficaram famosos por todo estado. O banditismo se desvincula da tutela do coronel.

A violência cotidiana também foi observada na pesquisa que Franco (1969) realizou em Guaratinguetá – SP para escrever Homens Livres na Ordem Escravocrata.

A autora discorre sobre a noção de Dominação Pessoal que ocorria na relação entre fazendeiros e os homens livres. Os homens livres não se enquadravam nem entre os senhores de escravos e nem escravos, eram a “ralé”, os “dispensáveis”, porque não se vinculavam aos processos essenciais da sociedade ligados a exportação.

Essa relação se caracterizava pela “identificação do submetido com os interesses do mais poderoso, e da outra parte o cumprimento do dever de proteção pelo beneficiário...” (FRANCO, 1997, p.77)

A autora relata a larga violência utilizada e os motivos banais pelos quais se tirava a vida de uma pessoa no período do café. Franco também corrobora a tese de Leal, mostra o processo que funcionário público devido os mirrados recursos do município passa a investir na administração pública com seu dinheiro, assim, não vê problema em tirar benefícios da prefeitura, uma vez que foi seu dinheiro naquela estrutura. Conseqüentemente ficam imbricados as esferas públicas e privada.

Corrêa aponta os interesses econômicos contidos nas Revoluções e lutas ocorridas no Mato Grosso. Elas foram uma atividade econômica, um meio de sobrevivência.

Existiam na época das Revoluções as chamadas requisições, que eram recursos para suprir necessidades e sustento (munição, armas, montaria) dos grupos armados requeridos aos comerciantes e proprietários rurais. Em troca os grupos armados davam um recibo aos proprietários garantindo o pagamento.

O governo pagava essa conta, tanto a conta das forças governistas como das oposicionistas. Houve até um pedido de pagamento feito por um comerciante de Aquidauana – MS a respeito de dívidas não pagas por pessoas que foram convocadas para a luta.

As “[...] lutas armadas coronelistas em Mato Grosso adquiriram uma função econômica, na medida em que geravam benefícios e privilégios, tais como remunerações (soldos), indenizações, desapropriações de bens, resgates, etc.” (CORRÊA,2006,p.70)

Outro aspecto relevante abordado é a relação entre Coronelismo e Divisionismo. Desde a Colonização o interesse de Portugal era nas zonas auríferas, as terras ao sul de Cuiabá foram requeridas apenas para demarcar fronteira com a Espanha. “Essa região ao sul da capitania cumpriu, então, a função de anteparo às investidas castelhanas e às correrias indígenas, assim como por longo período foi apenas área de pastagem de monções e tropeiros...” (CORRÊA,2006,p.58)

Portanto, a região sul foi relegada ao status de área complementar que atendia a área principal do estado: a capital Cuiabá. “... a história de Mato Grosso confundia-se com a própria história de Cuiabá, pelo menos até meados do século XIX...” (CORRÊA,2006,p.58-9)

O sul começa a ser intensamente ocupado no século XIX, a despeito de alguns povoados que existiam. A percepção dessa diferença de tratamento pelo poder público para com as duas regiões do estado foi embrião do regionalismo.

Os coronéis do sul percebem que entrar na disputa política com o norte era inviável, uma vez que eram intensos e acirrados os conflitos entre oligarquias do norte. Propagavam, conseqüentemente, a ideia da criação de um novo estado, da divisão do Mato Grosso frente à dominação e descaso do norte pela sul. Assim, o novo estado seria para o mando político exclusivo dos coronéis sem a concorrência com as oligarquias do norte. (CORRÊA,2006,p.65-6)

No período existem várias manifestações de cunho separatista culminando com o movimento divisionista de 1932, que instalou o Estado de Maracaju em Campo Grande por três meses separado do governo de Cuiabá. Contudo a efetiva divisão do estado foi em 1977.

Corrêa aponta existir desde o final do regime monárquico elites formadas por coronéis proprietários rurais e coronéis urbanos (comerciantes, profissionais liberais e funcionários públicos). Os principais grupos oligárquicos eram formados pelos Murtinho, pelos Corrêa da Costa, Ponce e Barros. Esse poder oligárquico não se formava apenas por grupos familiares, mas também por grupos afins.

O autor seguindo a historiografia já existente considera que as lutas coronelistas foram Revoluções. As Revoluções seriam “... quando objetivam a ascensão de uma facção de coronéis no poder.” (CORRÊA,2006,p.41) Já as Contra – Revoluções seriam “... quando tratavam de preservar cargos e postos conquistados anteriormente na política regional.” (CORRÊA,2006,p.41)

IV- Inovações e Limites de Coronéis e Bandidos no Mato Grosso

Corrêa propõe-se examinar o quadro das estruturas econômicas e sociais, compreender os fatos políticos e traçar a gênese do separatismo.

Tais objetivos são cumpridos à medida que identifica e traça as relações econômicas, apontando suas interfaces com capital estrangeiro na região. Analisa as causas e as conseqüências da violência tão disseminada no povo mato-grossense. Aponta no espaço de tempo de 1889 a 1943 os conturbados fatos políticos e situa a gênese do divisionismo como decorrente das relações assimétricas entre os coronéis do norte e do sul do estado.

Após o evidente fato da divisão do Mato Grosso, as análises não puderam mais ignorar essa tensão existente desde o final do século XIX. Corrêa consolida uma agenda de pesquisa que parte do pressuposto que analisar a política dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul durante a maior parte do século XX é impossível sem considerar o Divisionismo. E assim foi seguido por NEVES (2001), BITTAR (2009).

Excluindo os primeiros estudos publicados no Instituto Histórico e Geográfico - MS que segundo Bittar (2009) apresentam problemas, Corrêa é um dos primeiros a escrever a história do Mato Grosso do ponto de vista do sul do estado. Os estudos anteriores, produzidos no IHG - MT, não só ignoravam a tensão entre sul e norte como excluíam personalidades importantes do sul do estado. (BITTAR, 2009)

Além de abordar o ponto de vista no sul do estado, não ignorando as Revoluções e conflitos lá ocorridos, Corrêa também conclui que a história do Mato Grosso era a história de Cuiabá. A percepção dessa subjugação permite-lhe afirmar a relação existente entre Coronelismo e Divisionismo, uma de suas principais contribuições.

O autor apresenta também pleno domínio da história internacional e nacional, bem como sensibilidade para os movimentos sindicais do sul, as perseguições aos comunistas. Posteriormente Neves (2001) detectaria o maior contingente de esquerda, do PCB e PTB, presente no sul do que o norte do estado.

Traz ainda outra contribuição para problemática: o fator Corumbá, assim denominado por NEVES (2001). Isso é importante porque o autor não se prende a dicotomia sul e norte. Ainda conforme Neves (2001) essa cidade possui ambiguidades constituindo um polo regional próprio, nunca se decidiu entre Cuiabá e Campo Grande, a despeito de ter aspectos culturais parecidos com Cuiabá e hoje fazer parte do Mato Grosso do Sul.

O autor destaca a participação política da cidade na história do estado, partindo dela a Revolução de 1892 que destituiu o governador, e partindo dela novamente a contestação de separação do Mato Grosso do Brasil, o que atesta seu caráter internacional de cidade portuária, que reivindicou ser capital do MT.

Considero, entretanto, que Coronéis e Bandidos cumpre mais a função de apresentar os fatos históricos relacionados ao Coronelismo do que propriamente uma análise sobre o Coronelismo Mato-Grossense.

Corrêa incorpora mais o conceito de oligarquia tribal de Pang do que o Coronelismo de Leal. Não faz uma análise integrada das relações entre o poder público fortalecido e o poder privado precisando cada vez mais do governo para legitimar seu poder, conforme Leal (1975) atribui ao compromisso coronelista.

Não articula as esferas federal, estadual e municipal com as revoluções conforme Queiroz (1976). Relacionando os seguintes atores: chefes locais e coronéis, governadores, presidente e as diversas possíveis combinações de oposição.

Não mostra a base do poder desses coronéis, nem a estrutura hierárquica entre eles ou sua área de influencia (municipal, regional, estadual ou nacional).

Não considera tensões imanentes ao próprio conceito de Coronelismo presentes na obra de Leal (1975) e Queiroz (2006), pois a segunda faz diversas críticas ao Coronelismo formulado pelo primeiro, aprofundando enormemente a temática. Não faz uma comparação entre aos coronéis estudados por Leal e Queiroz aos mato-grossenses. A base do poder do coronel de Leal é a terra e o mundo rural, contestada e complementada por Queiroz, porém como o próprio Corrêa afirma existiu coronéis no Mato Grosso urbanos.

Essa comparação entre coronéis paulistas e mineiros com os mato-grossenses apontaria peculiaridades regionais, destacando o papel que essas peculiaridades das elites regionais desempenham para compreensão da política nacional.

Coronéis e Bandidos não é uma obra que se concentra nos coronéis, como fazem Vilaça e Albuquerque (1978), nem apresenta uma análise sobre o sistema coronelista, ela discorre

sobre os acontecimentos políticos se apropriando do conceito de Coronelismo de forma secundária.

V-Conclusão

O propósito desse trabalho foi o de analisar a utilização de um conceito em determinada obra, a saber, o conceito de Coronelismo postulado por Leal (1975) em *Coronéis e Bandidos de Corrêa*.

Considerando o Coronelismo conforme Leal como um compromisso entre o poder público progressivamente fortalecido e o poder privado cada vez mais enfraquecido. Em uma relação historicamente peculiar de imbricação entre as duas esferas.

O Coronelismo pode existir em um cenário em que o Federalismo outorgou enormes poderes aos estados, sendo fraco o poder central. No município estava o coronel exercendo larga parcela de autoridade pública legitimada pelo governo estadual em troca de votos.

O coronel tem a base de seu poder nas terras que possui, controla a vida de seus dependentes e sacrifica a autonomia municipal para sobreviver. Na medida em que legalmente o município pode agir por quadros restritos o coronel tem amplo poder para agir. Entretanto, esse coronel não é mais o mandão político da Colônia que fez as bravuras da Colonização e desafiava a Coroa nas Câmaras Municipais, ele passa cada vez mais a precisar do poder público para exercer seu mando.

Tratando da temática do Coronelismo Corrêa traça as relações econômicas do período, mostra os fatores históricos que levaram o povo mato-grossense vivenciar uma violência cotidiana como, por exemplo, a defesa do território frente aos castelhanos, aos índios, e os percalços presentes no viver em regiões de fronteira.

Corrêa também situa a gênese do Divisionismo durante a República Velha, dentro do contexto da luta pelo poder entre os coronéis do estado, causado pela assimetria entre coronéis do norte e os do sul. Traçou toda conjuntura das chamadas Revoluções de 1892, 1899, 1901, 1906 e 1916, considerando tanto as que ocorriam no norte quanto no sul.

Foram apontados pontos fortes, inovações e limitações de *Coronéis e Bandidos*. A conexão entre Coronelismo e Divisionismo é uma das principais contribuições da obra.

Além de ser um dos primeiros a apresentar a história do ponto de vista do sul do Mato Grosso, ser sensível aos movimentos sociais do período, como também ressaltar polo regional de Corumbá, que era um todo diferenciado nunca submetido à hegemonia de Cuiabá ou Campo Grande.

Entretanto alguns pontos deixam de ser tocados na obra, sem desmerecer sua grandiosidade, ela mais coloca na linha do tempo fatos históricos do que faz uma análise profunda e explicativa do Coronelismo no Mato Grosso.

Entre as faltas estão a não concatenação entre as esferas públicas e privadas que fossem de encontro ou não com as de Leal, a não relação entre as esferas municipal, estadual e federal conforme Queiroz. A base de poder desses coronéis não é definida, nem uma hierarquia ou os alcances de seu poder.

Corrêa ignora as tensões entre Leal e Queiroz, presumo que tenha partido apenas de Leal, sem considerar as críticas a ele. Não compara os coronéis desses diferentes contextos a fim de detectar peculiaridades regionais.

Coronéis e Bandidos não representa um estudo analítico e explicativo sobre o Coronelismo no Mato Grosso, é mais uma apresentação sobre os fatos políticos no Mato Grosso, todavia não perde seu status de obra referencial, que influenciou gerações de cientistas sociais, historiadores, educadores.

REFERÊNCIAS

- BITTAR, Marisa. **Regionalismo e divisionismo no sul do Mato Grosso**.vol.1.Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. 411 p.
- CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e Bandidos em Mato Grosso 1890-1940**. 2ºed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006. 231 p.
- DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional**: contribuição a sociologia política brasileira. Brasília: Ministério da Justiça,1997.129 p.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. Visconde de Uruguai: Teoria e Prática do Estado Brasileiro. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia. **Um Enigma Chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país.1ed.São Paulo: Companhia das Letras,2009, p.20-31.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil.2ºed. São Paulo: Editora Alfa-Omega,1975. 257p.
- NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. **Leões e Raposas na Política de Mato Grosso**. 1ºed.Rio de Janeiro: Mariela Editora,2001. 367p.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios**. 1ºed. São Paulo: Editora Alfa-Omega,1976. 153p.
- _____. O Coronelismo Numa Interpretação Sociológica. In: FAUSTO, Boris **História Geral da Civilização Brasileira**. 8ºed.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,2006, p.172-212.
- VILAÇA, Marcos Vinicius. ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. **Coronel, Coronéis**. 2º ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1978.174 p.

À PROCURA DE QUÊ? IN PURSUIT OF WHAT?

Leandro Silva de OLIVEIRA¹

Resumo: Neste artigo realizamos uma apreciação crítica do filme A Procura da Felicidade que rendeu ao ator Will Smith indicações ao Oscar e ao Globo de Ouro em 2006, ambas de melhor ator. Com um claro apelo didático-moral, a história é ambientada no ano de 1981, ano da posse do presidente Ronald Reagan. O filme apresenta a trajetória de Christopher Gardner, um pai de família estadunidense de origem pobre que vê sua vida se transformar quando entra para um concorrido estágio em uma corretora de valores ao final do qual comporia a elite dos businessmen estadunidenses. Tendo em vista as implicações da visão de mundo apresentada pelo diretor Gabriele Muccino, submetemos o roteiro às conseqüências de uma abordagem que privilegia a contextualização histórica, sem deixar de levar em conta os significados dos discursos enredados no longa-metragem. Para tanto, cotejamos o discurso que privilegia a superação pessoal com um outro, que se fundamenta na análise do contexto histórico e social. Por fim, buscamos uma aproximação da abordagem fílmica com a recente crise financeira iniciada nos Estados Unidos e vinda a público em 2008.

Palavras-chave: Cinema; Felicidade; Crise Financeira

Abstract: This paper presents a critical review of the movie The Pursuit of Happiness, which gave to the actor Will Smith an Oscar and an Golden Globe in 2006, both for best actor. With a clear so called moral teaching, the story is set in the year 1981, the inauguration of President Ronald Reagan. The film shows the trajectory of Christopher Gardner, an American father of a family of humble origins who finds life difficult when it changes by becoming a competitive internship at a brokerage firm, at the end of which he would be part of the elite of American businessmen. Considering the implications of the worldview presented by director Gabriele Muccino, we submit the script to the consequences of an approach that focuses on historical context, while taking into account the meanings of the discourses enmeshed in the feature film. To this end we compared the speech that focuses on overcoming personal with another one, which is based on analysis of historical and social context. Finally, we seek an approximation of the filmic approach with the recent financial crisis started in the United States and coming public in 2008

¹ Mestrando em Sociologia pela UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Campus de Araraquara.

Keywords: Cinema, Happiness, Financial Crisis

O filme *À Procura da Felicidade* (2006), que rendeu ao ator Will Smith indicações ao Oscar e ao Globo de Ouro em 2006, ambas de melhor ator, conta a história de Christopher Gardner, um pai de família estadunidense de origem pobre que vê seu casamento e sua carreira de vendedor desmoronando quando encontra em um estágio, oportunidade de mudar sua vida radicalmente.

Gardner é apresentado ao público já na fase adulta de sua vida, quando investe toda a poupança da família na compra de scanners de densidade óssea, os quais ele supostamente venderia com exclusividade para os centros médicos de São Francisco. O investimento, contudo, mostra-se um grande equívoco e aprofunda ainda mais a já instalada crise matrimonial. O que ele não sabia era que seu scanner portátil seria considerado um luxo desnecessário por médicos e hospitais. A mudança vem quando entra para um estágio concorridíssimo em uma corretora de valores ao final do qual comporia a elite dos *businessmen* estadunidenses.

Antes disso, contudo, a situação de Gardner ainda pioraria muito. Com os scanners empilhados em um canto da casa e sem perspectivas de vendê-los tão logo, vê-se afundado em dificuldades financeiras, lutando para manutenção das necessidades cotidianas elementares e prestes a ser despejado.

A narrativa é ambientada em 1981, ano da posse do presidente Ronald Reagan (1911-2004). Em uma das primeiras cenas do filme o protagonista assiste uma transmissão televisiva do pronunciamento do então governante dos Estados Unidos. O país saía de um governo democrata para a ascensão de uma agenda republicana. Jimmy Carter deixava a presidência com uma economia vacilante e a fama de esquerdizar o partido democrata, enquanto Reagan saía dos sets de filmagens para um acirrado combate ao comunismo e a esquerda mundial. Mas, mesmo quando ainda fazia o mocinho de sorriso sedutor nos estúdios da *Warner Brothers*, Reagan já dava sua contribuição para limpar de Hollywood a influência do comunismo.

Reagan foi reeleito seis vezes para dirigir o poderoso Sindicato dos Atores de Cinema Americanos. Neste cargo, contribuiu com a "caça às bruxas" lançada pelos Estados Unidos do macarthismo e ajudou a "limpar" o sindicato de todos os acusados de simpatizar com o comunismo.²

Uma vez no poder, Reagan aproximou-se de Gorbachev (ex-Secretário-Geral do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética de 1985 a 1991) ensaiando o fim de um período particularmente sombrio, a Guerra Fria, enquanto seu governo estendia tentáculos conservadores sobre a América Latina.

Ronald Reagan assumiu o poder em janeiro de 1981 empenhado em resistir ao que ele e seus companheiros consideravam como a deterioração da influência dos Estados Unidos na América Latina e no Caribe durante os anos 70. A equipe de Reagan execrava a emergência de regimes revolucionários, alinhados com Cuba e a União Soviética, na Nicarágua e em Granada; a força crescente de Cuba no Caribe; o crescimento da presença soviética no hemisfério ocidental; e as persistentes tensões entre os Estados Unidos e os governos anticomunistas da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai (LOWENTHAL, 1989: 41).

² Capturado em <http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2004/06/05/ult34u97415.jhtm>, 09 de setembro de 2011.

Internamente a implantação da “reaganomia” (como ficou conhecida a política econômica de Reagan) mergulhava o país em uma recessão com desemprego recorde, falência de bancos e execuções hipotecárias de propriedades agrícolas, prontamente atribuída por Reagan aos erros da administração Carter.³

À *Procura da Felicidade*, no entanto, apresenta um Christopher Gardner descolado do contexto político-social de sua época. As dificuldades para realizar vendas são atribuídas às inabilidades do próprio Gardner ou à inadequação do produto. Enquanto na TV Reagan lamenta a situação econômica do país, Gardner, indiferente, se concentra no manuseio de um cubo mágico⁴. As elucubrações políticas não lhe dizem respeito. A abordagem utilizada no longa-metragem permanece todo o tempo no nível da superação pessoal. O roteiro parece incapaz de encontrar quaisquer explicações para os fracassos de Gardner na realidade social e no contexto histórico.

Constatamos que a parte da renda destinada à remuneração do trabalho cai sistematicamente entre 1980 e 2005 nos países avançados. É o efeito prático mais direto do neoliberalismo. É interessante lembrar que, em 1980, se inicia, com Reagan e Margaret Thatcher, a onda neoliberal (...) A compreensão deste «pano de fundo» é importante, pois não se trata apenas de um sistema bom que entrou em crise por movimentos conjunturais: a financeirização dos processos econômicos vem há décadas se alimentando da apropriação dos ganhos da produtividade que a revolução tecnológica em curso permite de forma radicalmente desequilibrada. (DOWBOR, 2009: 20-21).

Em *História e Consciência de Classe* (1921), George Lukacs chama atenção para o fato de que a tomada de consciência da burguesia dos mecanismos de dominação social têm seu limite precisamente no ponto em que o domínio desse conhecimento coloque em risco a própria dominação. Não é possível, portanto, para o pensamento burguês, apontar soluções para além do capitalismo, pois isso implicaria em sua superação enquanto classe detentora dos privilégios proporcionados por este sistema:

Pois o que importa é a seguinte questão: até que ponto a classe em questão cumpre "conscientemente", até que ponto "inconscientemente", até que ponto com uma consciência "justa", e até que ponto com uma consciência "falsa", as tarefas que lhe são impostas pela história? Essas não são distinções meramente acadêmicas. Porque, independentemente dos problemas da cultura, onde as dissonâncias resultantes dessas questões são de uma importância decisiva, o destino de uma classe depende de sua capacidade, em todas as suas decisões práticas, de ver com clareza (...) Porque a consciência de classe da burguesia, mesmo no caso de poder refletir, com a maior clareza possível, todos os problemas de organização dessa dominação, da revolução capitalista e de sua penetração no conjunto da produção, deve obscurecer-se necessariamente a partir do instante em que surgem, no interior da experiência burguesa, problemas cujas soluções se encontram para além do capitalismo (LUKACS, 1920)

O roteiro de Steve Conrad, sob direção do italiano Gabriele Muccino, apelando para a falácia meritocrática, aplica a solução elitista de praxe para este dilema: contar a história a

³ Capturado em http://www.pbs.org/wgbh/amex/presidents/40_reagan/reagan_domestic.html, 10 de setembro de 2011.

⁴ Também conhecido como *Cubo de Rubik*, é um quebra-cabeça composto por 54 faces e 6 cores diferentes com arestas de aproximadamente 5,5 cm cujo desafio é fazer com que todas as peças de mesma cor fiquem agrupadas em cada um de seus seis lados.

partir de uma perspectiva estritamente pessoal, onde os fracassos e sucessos parecem ser de responsabilidade única e exclusiva do indivíduo.

A pobreza, bem como as situações adversas que Chris enfrenta durante o trajeto ao longo do filme, aparecem como obstáculos a serem vencidos pela determinação incomum de um homem imerso em uma áurea de distinção, sem qualquer referência aos processos históricos que tornam possível a existência das limitações sociais enfrentadas pelo protagonista. Não se trata, portanto, de barreiras estruturais próprias da classe social da qual Gardner se origina, mas, de um vencedor *a priori* que só não encontrou seu lugar ainda.

Assim, a história que supostamente trataria da ascensão social de um pobre tem em Chris, na verdade, apenas um rico ainda não a florado. Sua medida de “felicidade” é sair chorando do escritório depois de saber que conseguiu o disputadíssimo emprego e então, com todas as honras da pressa e do terno-e-gravata, se mistura à massa de *yuppies* que avança em bloco pela rua – essa sim a turma a qual ele pertence, e na qual consegue finalmente se misturar, se equivaler. Aquilo que sobra, aqueles fracos demais para enfrentar e vencer a vida, estes filhos submissos de uma política governamental desastrosa, mas, no fundo, apenas derrotados naturais e incontornáveis, bem, sobre eles nunca se faria um filme.⁵

Na versão cinematográfica da história de Gardner, a infância e juventude na periferia não são contadas, não há qualquer indício de envolvimento com as drogas ou com o crime. Até mesmo o vocabulário de Christopher chama a atenção. Em uma cena na qual mostra ao seu filho que Happiness (felicidade em inglês) está escrito de forma errada (com “y” ao invés de “i”, o mesmo “erro” no título do filme), Jarden (Christopher filho) pergunta se *fuck*, que também está no grafite, está certo. Chris responde que sim, mas que ele não deve usar aquela palavra porque é vocabulário de adulto e fica bastante embaraçado ao tentar explicar o significado do termo⁶. São recorrentes no filme situações que tirariam qualquer um do sério. Por exemplo, na cena em que é atropelado por um carro a caminho de seu expediente, ao invés de inflamar-se contra o motorista, contra a vida ou contra os deuses, como um sábio que passa ensinando verdades pelo caminho, responde em tom professoral ao motorista que tenta levá-lo ao hospital: “Eu tenho que trabalhar (...) eu estou competindo para uma vaga na Dean Winter!” Chris parece incapaz de transgressões, mesmo na ordem da linguagem.

Christopher Gardner é um homem negro vindo da periferia buscando uma posição em meio a uma elite tradicionalmente formada por brancos conservadores. Sente-se subestimado ao ser solicitado a todo momento para buscar aperitivos, mudar o carro do chefe de lugar ou trazer cafezinhos em meio ao treinamento. Em nenhum destes episódios, contudo, há referências a um possível preconceito. Tudo é parte da espetacularização de seu sofrimento para a valorização do desfecho, aliás, previsível.

No livro homônimo que deu origem ao filme, encontramos um Christopher menos idealizado e mais vulnerável:

Em texto informal e descontraído, a história oscila entre doces lembranças e momentos trágicos, mostrando um Chris ‘sonhador’ em meio à violência de um padrasto al-

⁵ Capturado em <http://www.contracampo.com.br/85/critaprocuradafelicidade.htm>, 29 de agosto de 2011.

⁶ O documentário *Fuck* aborda diversos aspectos no uso do termo que foi incorporado pelo cinema (<http://www.imdb.com/video/screenplay/vi3400007961/>). Existe, inclusive uma lista apontando a frequência e quantidade de vezes que o termo é usado em filmes não-pornográficos: http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_films_that_most_frequently_use_the_word_%22fuck%22.

coólatra, a discriminação racial, a adolescência durante a Revolução Sexual dos anos 70, o flerte com as drogas e o crime - aspectos que o filme não abordou.⁷

À *Procura da Felicidade* seria apenas mais um dramalhão, com lições de superação e pregação de valores morais, não fosse pela vinculação intrínseca entre felicidade e sucesso financeiro. Mas, essa vinculação não é lá tão incomum em filmes, tampouco surpreendente em uma sociedade capitalista. Aqui, contudo, trata-se de uma obsessão. Obsessão, contudo, como virtude, não como vício. Além das já mencionadas constantes humilhações a que era submetido durante o processo seletivo, Chris narra como, por exemplo, ficava horas sem beber água para dar conta das atribuições do estágio, uma vez que tinha menos tempo para cumprir as tarefas, tendo que buscar o filho na escola ao final do expediente.

Chris trabalha para um grupo cujo poderio é de tal ordem que suas decisões tem impactos no futuro não somente daqueles diretamente envolvidos na correção de valores - uma atividade diretamente ligada às práticas especulativas - mas sobre grande parte do tecido social no qual estas atividades são desempenhadas. O gerenciador do processo seletivo do qual Gardner está participando anuncia ameaçadoramente que um candidato à vaga numa seleção anterior acertou mais de noventa por cento da prova e nem por isso foi contratado. Os estagiários, tomados pela apreensão de um processo subjetivo e cujas regras são pouco claras, se comprimem ansiosamente numa sala à espera do veredicto ao final de cada etapa. Marx, em seu *Manuscritos Econômicos* (1863) chama a atenção para o fato de que o capitalista só detém o poder por personificar o capital, de modo que o que distingue esta forma de exploração de todas as anteriores é que o capitalista domina o trabalhador não por força de um atributo pessoal, mas apenas enquanto é "capital".

As dificuldades do estágio, no entanto, aparecem como obstáculos seletivos para fazer ascender os mais fortes e não como consequência de um processo histórico de concentração de capital nas mãos de uma elite que reproduz seus interesses tendo em vista a manutenção de seus privilégios.

Hollywood, no entanto, justiça seja feita, nem sempre é generosa na pintura que faz da elite estadunidense. Há uma lista respeitável de filmes e documentários que retratam o centro financeiro estadunidense como um antro de trapações, interesses escusos e vícios que vai dos dramas mais profundos às comédias mais descompromissadas. A busca obsessiva pelo sucesso, de acordo com estas obras, leva à decadência ética e moral, à degradação das relações sociais e à corrupção do caráter, como pode ser conferido no ícone do gênero *Wall Street - Poder e Cobiça* (1987) do consagrado diretor Oliver Stone que conta a história de Bud Fox (Charles Sheen), um jovem corretor ambicioso que se aproxima de Gordon Gekko (Michael Douglas) um bilionário sem escrúpulos para o qual passa a trabalhar secretamente ultrapassando limites éticos e de licitude para enriquecer.⁸

No entanto, é exatamente com o oposto que nos deparamos em *À Procura da Felicidade*. Chris esquiva-se do inferno das ruas anônimas para encontrar em Wall Street o paraíso. Tudo era confuso e desesperador para Chris até adentrar o círculo de Wall Street. O meio social degradado que conhece é o das ruas, mas, das outras ruas: tendo que perseguir hippies ou malucos que se aproveitam de sua ingenuidade para roubarem-lhe os scanners, médicos virando as costas para seus aparelhos, uma esposa cética zombando de seus sonhos e abandonando-o com um filho pequeno em meio a tormenta e, por fim, o despejo e a prisão.

Na acolhida que recebe nestas ruas anônimas, dormindo em albergues, é retratado como um cristal em meio a pedregulhos. É um visionário em meio a pobres miseráveis sem perspectiva: "há uma clara distinção entre a massa de sem-teto e miseráveis dos abrigos de

⁷ Ver resenha em <http://www.submarino.com.br/produto/1/21284888/procura+da+felicidade,+a>.

⁸ Oliver Stone retomou a trama estreando em 2010: *Wall Street - O Dinheiro Nunca Dorme*.

caridade e as figuras de Chris e seu filho, sempre melhor iluminadas, com roupas mais claras e caráter mais íntegro que os outros” (idem nota 3). O Estado, por sua vez, surge como um inimigo à espreita que dá o bote no momento de maior vulnerabilidade da presa; prende seu carro, multa o carro de seu patrão quando está sob seus cuidados e toma sua poupança, ou o pouco que restava dela e ainda o encerra numa cela num momento crucial de seu estágio.

É em Wall Street que Chris, finalmente, encontra sua redenção. O centro financeiro é o paraíso pelo qual vale a pena sacrificar-se e é quando encontra seu lugar entre estes “homens de negócios” que ele se encontra.

À *Procura da Felicidade* é, na verdade, a busca por dinheiro. Não se trata de estabilidade financeira ou de recursos para cuidar do seu filho apenas. Claro que está no filme sua luta para garantir um melhor futuro para Jaden, atendendo seus instintos paternos, é capaz de atos heróicos para proteger seu filho durante todo o período de tormenta. Mas o detonador que deflagra a ambição de Chris é outro. Na cena em que vê um dos funcionários da bolsa de valores saindo de uma Ferrari, Gardner apressa-se em sua direção: “eu tenho duas perguntas para você: O que você faz e como você faz?”. A partir daí, sua história, que até então era de seguidos desastres e desacertos, ganha um rumo. É o cara da Ferrari que ele quer ser. Ele observa, em câmera lenta, como todos são felizes em suas roupas de grife, descendo as escadas que dão acesso aos arranha-céus do centro financeiro. E é em nome disso que ele se sacrifica. Isso é felicidade.

Lembrando os contos de fadas que terminam quando o casal apaixonado vence as intempéries e vive “feliz para sempre”, o filme de Will Smith termina precisamente onde a história realmente começa. Afinal, quem contaria a história do casal envelhecendo ao longo dos anos enquanto se torna cada vez mais parecido com a sociedade contra a qual lutou para ficarem juntos? Bem, esta, talvez, seja essa a história que realmente interessa.

Os EUA têm uma dívida pública de 10,5 trilhões de dólares. Como ninguém consegue imaginar o que pode representar tal soma, vale a pena lembrar que o PIB mundial é da ordem de 55 trilhões de dólares. Ou seja, a dívida pública norte-americana representa cerca de um quinto do PIB mundial. É um país que vive acima de suas posses. O *American Way of Life* é amplamente artificial. Sem falar do conteúdo das atividades: os custos advocatícios empresariais são da ordem de 370 bilhões de dólares por ano e pode-se duvidar se este aumento do PIB gera qualidade no *Way of Life*. (DOWBOR, 2009: 15)

Não há no filme qualquer explicação de quais são as implicações do trabalho que Gardner começa a desenvolver na corretora de valores para a qual é contratado ou, mais intrigante, como é possível que alguém ganhe tanto dinheiro em tão pouco tempo. É como se houvessem ilhas transbordantes de riquezas em meio à mediocridade da cidade e para acessá-las bastasse um esforço hercúleo. A riqueza aparece naturalizada como a condição dos vencedores. Wall Street é um portal para um mundo de maravilhas que nada têm a ver com a pobreza que flutua ao seu redor.

Mas, se olhássemos mais de perto, não veríamos um Gardner tornando-se, aos poucos, cada vez mais parecido com os monstros contra os quais lutou, uma minoria privilegiada por um sistema econômico que se nutre da desigualdade? Afinal, ao final de sua provação, quando caminha com os olhos marejados em meio a multidão cidadina, é isso o que ele comemora batendo palmas: ele é um deles agora.

Curiosamente, o filme *À Procura da Felicidade* foi lançado em 2006 e a crise financeira cujos desdobramentos ainda afetam agudamente a economia estadunidense veio à tona em 2008, “resultado do estouro da bolha imobiliária que perdurou desde 2001 nos Estados

Unidos e em outros países” (SINGER, 2010). Milhões de pessoas foram afetadas em todo o mundo pela irresponsabilidade da ação predatória de especuladores. O documentário *Fault Lines* (2011), produzido pela rede de televisão *Al Jazeera*, com sede no Qatar, dá conta de que quase um quarto da riqueza dos Estados Unidos estão nas mãos de 1% mais ricos que controlam 40% da riqueza do país, de modo que o atual nível de desigualdade do país é o mais extremo em quase um século. O abismo entre os super-ricos e os pobres e a classe média aumentou drasticamente nos últimos 30 anos.

Os 20% mais ricos se apropriam de 82,7% da renda. Como ordem de grandeza, os dois terços mais pobres têm acesso a apenas 6%. Em 1960, os 20% mais ricos se apropriavam de 70 vezes a renda dos 20% mais pobres, em 1989 são 140 vezes. A concentração de renda é absolutamente escandalosa e nos obriga de ver de frente tanto o problema ético, da injustiça e dos dramas de bilhões de pessoas, como o problema econômico, pois estamos excluindo bilhões de pessoas que poderiam estar não só vivendo melhor, como contribuindo de forma mais ampla com a sua capacidade produtiva. Esta concentração não se deve apenas à especulação financeira, mas a contribuição é significativa e, sobretudo, é absurdo desviar o capital de prioridades planetárias óbvias. (DOWBOR, 2009: 22)

Paul Singer em seu artigo *O Pano de Fundo da Crise Financeira* (2010) lembra que “[a] atual crise financeira mundial, iniciada em 2008, só se tornou possível por causa da desregulação das finanças, que nos Estados Unidos começou nos anos 1980 sob Reagan e foi completada sob Clinton na década seguinte” (SINGER, 2010). Chris entra para o olho do furacão no exato momento em que estão sendo implementadas as políticas neo-liberais que deflagrariam a atual crise, aumento da concentração de renda e aprofundamento das desigualdades, além de comprometimento das garantias sociais elementares. É preciso entender como são produzidas as riquezas para entender como ascendem os que enriquecem. Talvez tenhamos aqui uma pista para entender a história que o filme não conta.

Referências

- ALMEIDA, Rodrigo. *À procura da felicidade (crítica)*. Revista de cinema online Contracampo. Disponível em <http://www.contracampo.com.br/85/critaprocuradafelicidade.htm>.
- DOWBOR, Ladislau. *A Crise Financeira Sem Mistérios*. São Paulo, 22. jan 2008. Disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/egg/v13n3/v13n3a02.pdf>.
- LOWENTHAL, Abraham F. **Os Estados Unidos e a América Latina: além da era Reagan**. in *Lua Nova*, Ago 1989, no.18, p.41-61. ISSN 0102-6445
- LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. Ed. PCUS, 1960.
- MARX. Manuscritos economicos de Marx de 1861 a 1863. Disponível em <http://www.pcb.org.br/portal/docs/manuscritos.pdf>.
- MUCCINO, Gabriele. *À Procura da Felicidade [Filme]*. Estúdio: Overbrook Entertainment / Columbia Pictures Corporation. Distribuição Columbia Pictures. Longa Metragem, Colorido, Drama, 117 mim. 2006.
- SINGER, Paul. **O Pano de Fundo da Crise Financeira**. in *Rev. USP*, São Paulo, n. 85, maio 2010. Disponível em http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-99892010000200006&lng=pt&nrm=isso.
- Domestic Politics - Ronald Reagan, 40th President. Disponível em http://www.pbs.org/wgbh/amex/presidents/40_reagan/reagan_domestic.html.
- Ronald Reagan no cinema: O "Errol Flynn dos filmes B". Disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2004/06/05/ult34u97415.jhtm>.

ROGER E EU E THE BIG ONE

Lilian VICTORINO¹

Resumo: Este artigo discute a construção cinematográfica do desemprego nos documentários: *Roger e Eu e The Big One*. Analisar a forma que cada filme constrói os grupos sociais e atribui sentidos para as cenas é o objetivo deste texto. Para isso, além da configuração social construída nos dois filmes (seus temas, problemas, grupos envolvidos, conflitos e as saídas apontadas), considera-se a forma que dá sentido ao discurso, ou ainda, o modo como cada filme é construído e quais valores orientam suas imagens. Com isto, alguns aspectos do pensamento social estadunidense, impressos na relação entre arte e sociedade, podem ser conhecidos através do cinema.

Palavras chave: Cinema documental; Desemprego; Michael Moore.

Abstract: This paper discusses the construction of unemployment in the documentary film: *Roger and Me* and *The Big One*. The purpose is to analyze the way the film builds social groups and assign meanings to the scenes. For this, besides the social configuration built in two films (its themes, issues, groups involved, conflicts and outputs mentioned), it is the way that makes sense of speech, or even how each film is built and which values guide your images. With this, some aspects of American social thought, printed in the relationship between art and society, can be known through the film.

Keywords: Documentary film; Unemployment; Michael Moore.

Primeiro filme dirigido pelo estadunidense Michael Moore em 1989, *Roger e Eu*, constrói um olhar crítico sobre a situação de trabalhadores nos Estados Unidos, a partir do caso da indústria automobilística *General Motors*² fundada em 1908 na pequena Flint – cidade de origem do cineasta. A narrativa, entendida aqui como um discurso fílmico,³ constrói a centralidade da fábrica na vida dos moradores da cidade, e a prosperidade conquistada por diversas gerações de trabalhadores que, na segunda metade da década de 1980, sofreriam as consequências negativas de demissões em massa que afetariam quase 30 mil funcionários só na região do Estado do Michigan, onde está situada Flint.

Exibindo fotos e imagens de infância, Moore constrói seu papel de filho de trabalhadores, nascido em cidade operária e que desde a infância seria uma pessoa diferenciada por acompanhar de modo crítico a situação política no seu país. Moore diz que a GM foi responsável por milhares de postos de trabalho em Flint, empregando várias gerações de cidadãos daquela cidade, incluindo seus avôs, pais, irmãos, irmãs, tios, tias, primos e primas. Só o pai do narrador/personagem trabalhou 33 anos na esteira de produção de velas de ignição. Toda sua família tinha passado algum momento da vida na fábrica, menos ele. Seu tio Laverne (aparece em foto vestido com a farda da Marinha Americana – *U.S NAVY*⁴) participou da primeira grande greve em Flint nos finais de 1936 quando os trabalhadores tomaram a fábrica

¹ Doutoranda do departamento de Sociologia – FFLCH/USP - FAPESP. CEP 05508-080. São Paulo/SP –Brasil. E-mail: licagils@usp.br

² O site oficial da GM informa a toda a história dos 102 anos da empresa, contudo omite o nome de sua cidade natal. Ver: http://history.gmheritagecenter.com/wiki/index.php/1897-1909_Creation. Último acesso em 08/01/2011.

³ Sobre a narrativa como discurso e, portanto, uma sequência de enunciados que remete necessariamente a um sujeito da enunciação, consultar livros: GAUDREALT, André. A narrativa cinematográfica. Brasília: Edit. UnB, 2009; Xavier, I. O discurso cinematográfico – A opacidade e a transparência. São Paulo: Paz e Terra, 1977. (4ª edição, 2008)

⁴As forças armadas norte-americanas, neste caso a marinha, são uma instituição respeitada aos olhos dos estadunidenses, e apresentar um tio como parte dos dois mundos - o da fábrica e o da marinha - reforça a legitimidade do narrador e sua família como pessoas que cumprem seus papéis sociais e que estariam envolvidas no problema que será apresentado pelo filme. No site oficial: <http://www.navy.com/navy/about.html> - a marinha tem como mote: “America’s NAVY: A Global Force For Good.”

por 44 dias o que gerou a fundação do UAW (*United Auto Workers*) sindicato dos montadores, reivindicando direitos e o reconhecimento dos dirigentes da fábrica.

Ao longo da apresentação que faz da GM, e, sobretudo, dos seus familiares operários, Moore diz com voz orgulhosa “nós fazíamos *Cadillacs*, *Buicks*, e rabos de peixe (*Fisher bodies*), caminhões da GM, *Chevrolets*, e velas de ignição” – numa espécie de referência ou homenagem ao seu pai. Moore parece se orgulhar da sua trajetória familiar nesta “sociedade de consumo” que segundo o filme indica coincide com a de toda cidade, pois parece que naqueles tempos não seria difícil encontrar uma família que não tivesse pelo menos um membro trabalhando na empresa.

A respeito daquilo que se convencionou chamar *sociedade de consumo*, em referência à cultura do consumo nas sociedades modernas como os Estados Unidos, Jean Baudrillard afirma que “a felicidade constitui a referência absoluta da sociedade de consumo, revelando-se como o equivalente autêntico da salvação.”⁵ Para este autor a idéia de felicidade pelo consumo é um mito cultivado desde a “Revolução Industrial e as revoluções do século XX”⁶ nas quais o mito da Igualdade foi transferido para o de Felicidade e, neste sentido, é preciso que a felicidade seja mensurável, isto é “importa que se trate do bem-estar mensurável por objectos e signos, do conforto”⁷. Assim, a noção de felicidade distancia-se da idéia de fruição total e interior da pessoa, ou felicidade independente dos signos mensuráveis pelos olhos dos outros e de necessidades de provas materiais através do consumo, felicidade não estaria atrelada à exigência de igualdade sediada nos “princípios individualistas”⁸ que reconhecem o direito à Felicidade como previa a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”.⁹ Para Baudrillard,

A “Revolução do Bem-Estar” é a herdeira, a testamenteira da Revolução Burguesa ou simplesmente de toda a revolução que erige em princípio a igualdade dos homens sem a poder (ou sem a conseguir) realizar a fundo. O princípio democrático acha-se então transferido de uma igualdade real, das capacidades, responsabilidades e possibilidades sociais, da felicidade (no sentido pleno da palavra) para a igualdade diante do objecto e outros e outros signos *evidentes* do êxito social e da felicidade.¹⁰

É imerso nesta cultura do consumo como prova de êxito social, tão celebrada nos EUA, que Moore procura estabelecer elementos que o propiciem fazer a crítica não desse estado de coisas, ou do sistema capitalista, mas da falta de oportunidades que os trabalhadores estariam enfrentando para obter participação “efetiva” nesta sociedade, e esta participação é conquistada através do consumo. O filme já apresentou vários signos do bem-estar daquela sociedade, quando Moore fala de sua família com auxílio de fotos de festas, em casas agradáveis e repletas de coisas, além de quintais gramados e espaçosos. Outras imagens mostram o carro da família que parece bastante novo para a época, e outras mostram Moore e sua irmã em viagens sempre felizes e bem vestidos. Todos esses indícios conferem um padrão econômico típico da classe média que se preocupa com a manutenção do seu bem-estar, e este olhar coincide com o ponto de vista do filme. Segundo Tota, os EUA são “a nação da classe média”,¹¹ porque ser feliz nesse país é permitir-se ao conforto, através de “uma vida mais moderna, elegante e confortável”¹² e isto é socialmente aceito através do uso de produtos indi-

⁵ BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consumo. Lisboa: Edições 70. 1995, p. 47.

⁶ Idem, pág. 47.

⁷ Idem, pág. 47.

⁸ Idem, pág. 48.

⁹ Idem, pág. 48.

¹⁰ Idem, pág. 48.

¹¹ TOTA, Antonio Pedro. *Os americanos*. São Paulo: Contexto, 2009, pág. 188.

¹² Idem, pág. 189.

cadores de sucesso e felicidade como, por exemplo, “televisões, geladeiras, carros, aspiradores, enceradeiras, ventiladores, ferros de passar, barbeadores elétricos, torradeiras, fogões, aquecedores, cortadores de grama, refrigerantes, enlatados, [...] do carrinho do supermercado ao porta-malas de um Chevrolet, a prosperidade era comprada em pacotes fechados.”¹³

Até este ponto da película, fica delimitado que as cenas iniciais são construídas para que os espectadores sejam envolvidos pelo personagem principal. A montagem das cenas confirma um discurso de autoridade ao narrador Michael Moore, para isso ele usou fotografias e imagens de arquivo pessoal para veicular uma *representação*, nos termos de Goffman, de família ajustada à hierarquia daquela sociedade. As opções utilizadas pelo cineasta e sua equipe de produção podem ser facilmente confundidas, pela maioria dos espectadores, como sendo a própria realidade do tema abordado pelo filme, e isso nos remete a outro conceito fundamental na estruturação deste trabalho, o de *representificação*¹⁴.

Neste cenário de demissões, o filme estabelece dois grupos principais, os trabalhadores e os empresários, cujos interesses parecem ser opostos, pois enquanto o primeiro grupo deseja a manutenção dos empregos nas antigas fábricas, o segundo grupo “representado” por Roger Smith busca ampliar os negócios e tornar a empresa competitiva, o que não significa ampliação ou manutenção dos empregos, mas redução de custos e fechamento das fábricas tornadas obsoletas. Alinhando-se ao grupo dos trabalhadores, sobretudo os demitidos, Moore busca motivos para as demissões e pretende um encontro com Roger Smith talvez para conciliar os interesses da empresa e trabalhadores, mas nenhum acordo parece ser possível.

Moore se coloca como parte dos cidadãos envolvidos no problema da “decadência econômica” de Flint, o que, nos termos da *representação* em Goffman, pode ser uma apresentação sincera.¹⁵

Um ponto interessante que parece recorrente nos filmes de Moore, e que ele inicia em *Roger e Eu*, é a escolha de um oponente para construir uma espécie de “debatedor” sobre o problema¹⁶. Neste filme, o escolhido é Roger Smith, que figura na tela associado a imagens de transações financeiras, acordos com sindicatos, ou em convenções com líderes militares. Toda a construção em torno do personagem de Roger Smith se dá através de discursos ou entrevistas concedidas pelo empresário. As imagens de Smith são alinhadas com explicações irônicas de Moore, sobre as “verdadeiras” intenções da GM – que seriam em última instância – prejudicar os trabalhadores devido à busca “gananciosa” de lucros.

Após Roger Smith declarar o fechamento das fábricas, o filme indica alguns aspectos do que parece ser seu principal problema: a oposição entre capital e trabalho produtivo, ou em outros termos, a contradição criada pelo sistema capitalista de que a expansão da produção de mercadorias não significa, necessariamente, um aumento na oferta de postos de trabalho. No

¹³ Idem, pág. 190.

¹⁴ MENEZES, Paulo. *O cinema documental como representificação: verdades e mentiras nas relações (im)possíveis entre representação, documentário, filme etnográfico, filme sociológico e conhecimento*. In: *Escrituras da Imagem*. São Paulo: EDUSP/FAPESP. 2004, págs. 21-47.

¹⁵ Segundo Goffman, o indivíduo ou ator, de modo geral, nutre a crença de que está fazendo algo “em benefício de outros” e, por sua vez, o público pode se sentir convencido pela atuação do ator. “[...] o ator pode estar inteiramente compenetrado de seu próprio número. Pode estar sinceramente convencido de que a impressão de realidade que encena é a verdadeira realidade. Quando seu público está também convencido deste modo a respeito do espetáculo que o ator encena – e esta parece ser a regra geral – então, pelo menos no momento, somente o sociólogo ou uma pessoa socialmente descontente terão dúvidas sobre a “realidade” do que é apresentado.” GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes 2009, pág. 25.

¹⁶ Pode-se adiantar que se em *Roger e Eu* o “debatedor” é Roger Smith, em *Tiros em Columbine* será o falecido ator Charlton Heston, e em *Fahrenheit 9/11*, será o ex-presidente George W Bush. Estas escolhas parecem propor inimigos palpáveis, ou individuais, para questões de ordem histórica e social, como se essas pessoas arbitrariamente escolhidas, tivessem todo o poder de decisão, independente do grupo a que podem estar envolvidos, representando, ou mesmo, submetidos.

caso de *Roger e Eu*, parece que os empresários estariam livres para decidir, com permissão do Estado, se empregam seu capital em trabalho produtivo – àquele que emprega um número grande de pessoas e está ligado às necessidades humanas “qualitativas”¹⁷ associadas ao valor de uso das mercadorias – ou em capital não produtivo, associado principalmente “ao mercado de ações aos “*experts*” das relações anti-sindicais e agentes publicitários comerciais ou políticos”¹⁸.

Para Mészáros “quanto mais nos aproximamos dos estágios mais desenvolvidos do “capitalismo avançado”, mais pronunciada é a mudança na direção dos constituintes não-produtivos e parasitários.”¹⁹ Segundo o autor, a contradição criada entre o trabalho produtivo e não produtivo “é inerente ao antagonismo fundamental entre os interesses do capital e os do trabalho e, como tal, insuperável.”²⁰ Ao anunciar o fechamento das fábricas mais antigas, Roger está agindo segundo os interesses do capitalista individual que poderia sucumbir se não assegurar uma posição competitiva no mercado global e, agir assim, incorre naquilo que Mészáros chamou de “atitude negativa/ destrutiva/ desumanizadora”²¹, pois “o capital deve dolorosamente desconsiderar o fato de que o conceito de “trabalho supérfluo” na realidade se refere a *seres humanos vivos* e possuidores de capacidades produtivas *socialmente* úteis – mesmo que capitalisticamente redundantes ou inaplicáveis.”²²

Assim, ao fechar fábricas antigas, a GM tornou supérfluos os 30 mil empregos que seriam encerrados, pois investiria em novos mercados, em novas instalações que com auxílios de máquinas que - como o braço robótico na cena do parque temático construído em Flint – demandam menos recursos humanos e mais horas trabalhadas pelos poucos empregados mantidos.

Ainda sobre o conflito entre capital e trabalho, sinalizado pelo filme *Roger e Eu*, Mészáros aponta outras implicações,

A melhoria da produtividade, certamente, é uma finalidade necessária do capitalista individual, à medida que pode assegurar-lhe *vantagem competitiva*. Contudo, esta circunstância nada gera de positivo em relação ao *uso* genuíno correspondente à *necessidade humana*, já que a conexão é puramente *acidental* do ponto de vista do capitalista individual, pouco interessado em necessidade ou uso, mas meramente na *realização* de seu capital em uma escala ampliada. Nem o capitalista individual estaria interessado em necessidade de uso, sobre os quais ele não tem nenhum controle, já que não tem qualquer garantia de encontrar, no domínio misterioso regido pela “mão invisível”, a “demanda efetiva” e a capacidade de consumo *capitalisticamente legitimadas* equivalentes para suas próprias mercadorias. Muito menos tem ele qualquer meio de determinar o uso ao qual o produto social na sua inteireza deve ser destinado.²³

Mesmo na acepção de Meszárós, cuja posição parece estar a favor dos trabalho produtivo, é possível imaginar que Roger seja sincero ao responder para Michael Moore que “a GM não despejou ninguém” - isentando-se de responsabilidade pelas consequências das demissões entre as famílias mais pobres que aparecerão sendo despejadas de suas casas alugadas. Isso porque Roger Smith, como capitalista racional, não trabalha visando pessoas, e sim, em maximizar os lucros possíveis. Essas questões são consideradas por autores como

¹⁷ MESZÁRÓS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo editorial/Ed. Unicamp, 2002, pág. 614.

¹⁸ Idem, p. 616.

¹⁹ Idem, p. 616.

²⁰ Idem, p. 617.

²¹ Idem, p. 620.

²² Idem, p. 620, grifos do autor.

²³ Idem, pág. 620, grifos do autor.

Mészáros em “problemas inerentes à natureza de uma sociedade capitalista”²⁴ não podendo ser resultado de ações de um único indivíduo como Roger Smith ou um grupo de empresários como os dirigentes da GM. Nesse sentido, o filme constrói de forma pessoalizada – *Roger e Eu*, ou empresário e trabalhador, um conflito que é histórico – capital versus trabalho.

Em *Roger e Eu*, Smith é colocado como responsável pelas causas do problema das demissões e, por extensão, à decadência econômica da cidade. Moore diz que não entende como que podem demitir se a empresa estava lucrativa, contudo as demissões podem ser “compreendidas” se remetidas ao contexto global, do capital transnacional com a globalização dos mercados e processos correlatos. A proposição de sentido que o filme constrói para o espectador é a de que um grupo relativamente pequeno de pessoas agiria de modo consciente em busca de seus interesses pessoais em detrimento de um grupo maior, formado pelos trabalhadores prejudicados por não terem poder econômico nem político, pois esses últimos estariam “nas mãos” de empresários “gananciosos”. Ao observar o constante movimento da economia capitalista, que se aprofundou na época do filme, diria Marx:

Com a exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo, em todos os países. Para grande desencanto dos reacionários, tirou de sob os pés da indústria o terreno nacional em que esta se levantava: todas as indústrias nacionais, estabelecidas de longa data, foram destruídas ou dia a dia estão-se destruindo. São desalojadas por novas indústrias, cuja introdução passa a ser a questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas – indústrias que já não operam com matéria-prima local, e sim com matéria-prima trazida das mais remotas paragens; indústrias cujos produtos são consumidos não apenas em sua terra, mas em todos os quadrantes do globo. Em lugar das antigas necessidades, atendidas pela produção do país, encontramos novas demandas, requerendo, para sua satisfação, produtos de terras e climas distantes. Em lugar da segregação e da auto-suficiência, nacional e local, de antes, temos o intercâmbio em todas as direções, a interdependência universal das nações.²⁵

Uma das preocupações expostas no filme é saber o motivo que leva o diretor de uma empresa lucrativa a fechar fábricas, consideradas um importante símbolo nacional, e as transferir para outras nações. Ou como simplifica Moore, porque dar os empregos americanos aos mexicanos? Como Roger poderia fazer aquilo com seus compatriotas? É nestes termos que o filme apresenta o conflito.

A forma como as cenas são construídas não visam promover a empatia entre o espectador e Roger Smith porque o colocam na postura de inimigo dos trabalhadores e, quando Moore afirma que as fábricas seriam construídas no México, certamente tinha consciência do desconforto que essa afirmação causaria em qualquer cidadão dos Estados Unidos, independente de sua posição política, visto que, embora a GM e estivesse há muito tempo abrindo fábricas em outros países, – no Brasil a primeira fábrica veio em 1930 – a narrativa prefere referir-se apenas ao México, vizinho historicamente indesejado dos EUA²⁶.

²⁴ Idem, pág. 230.

²⁵ FREEDMAN, Robert. (Org – seleção e prefácio) *Escritos Econômicos de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1966, págs. 37-38.

²⁶ Neste sentido, o filme parece corroborar as teses do polêmico livro “O choque de civilizações” do professor em Harvard, Samuel P. Huntington que coloca abertamente em chave negativa a histórica imigração de latinos, leia-se mexicanos, ao território estadunidense. Para Huntington, os imigrantes mexicanos representam não apenas a transferência de trabalho dos nascidos nos EUA para as mãos-de-obra barata, como também significariam uma “ameaça para a cultura norte-americana” (p. 253). A competição dos estadunidenses em relação aos mexicanos é histórica, em 1990 as pesquisas de opinião apresentadas por este autor, afirmaram que 60% dos estadunidenses opinavam contra a imigração, sobretudo a mexicana. Segundo Huntington, “conquanto as preocupações econômicas e as condições econômicas afetem as atitudes para com a imigração, a oposição que cresce de modo siste-

No sentido de dificultar alguma identificação por parte do espectador, o filme faz uma construção dos ricos em cenas de lazer, de festa e ocasiões sociais como clubes e restaurantes, para que possa cobrar desses “abençoados” uma postura mais frugal, mais trabalhadora, aos moldes da ética puritana que os orientou (pelo menos em princípio). O filme não mostra os ricos *levantando cedo e fazendo alguma coisa*, mas prefere construí-los em jogos de Pólo a cavalo, em jogo de Golfe, no *clube privé* e outros locais considerados de alta classe, numa aparente chave esbanjadora. Em geral, as cenas em volta do grupo de Roger apresentam os ricos como pessoas arrogantes, insensíveis e excêntricas, em contraposição ao grupo dos operários, que são construídos como pessoas batalhadoras, humildes, sofridas, cujas necessidades “básicas” não podem sequer ser satisfeitas devido às demissões.

Essa forma de construir os ricos em oposição aos pobres pode indicar a crescente desigualdade social nos EUA um país cujos contrastes entre ricos e pobres estariam cada vez mais aprofundados, como Moore tentará explorar no seu último filme *Capitalism: a love story* (2010).

Nas sequências de *Roger e Eu*, as cenas conformam um grupo de ricos que parece viver sem se importar com os pobres, trazendo para o espectador uma imagem negativa dos mesmos, que, por sua vez, são tratados de forma pouco contextualizada em suas trajetórias individuais, e como se os entrevistados representassem todos os ricos da cidade. Com isto, o filme parece impor ao espectador uma imagem negativa de pessoas que, por serem ricas, ou terem condições econômicas mais favoráveis, não se importariam com outras, sobretudo se “os outros” são pessoas pobres que passam por dificuldades devido à “preguiça” de fazer alguma coisa que transforme suas vidas positivamente.

A voz narrativa em *Roger e Eu* possui um viés à favor dos trabalhadores, ou das pessoas que vivem do trabalho assalariado, porém, as explicações que essa voz narrativa oferece para o problema, entre os dois principais grupos formados, parece simplificar uma questão histórica e social muito mais ampla do que a atitude individual de Roger Smith. As atitudes que envolvem o grupo no qual se encontra Roger Smith, fazem parte do seu próprio meio de sobrevivência, e estaria o empresário agindo mais como capitalista racional do que como um “vilão” contra a classe trabalhadora, pois, caso contrário, a própria GM poderia entrar em crise²⁷ num mercado cada vez mais concorrido e transnacional. O mesmo tom do discurso observado em *Roger e Eu* é verificado em *The Big One*.

Vivemos em tempos doentios!

Com esta afirmação, Michael Moore apresenta *The Big One*, um filme lançado nos EUA em 1998, que amplia a temática trazida por *Roger e Eu*, com a persistência do conflito, entre capital e trabalho, agora na figura das grandes corporações. A repercussão deste filme

mático em tempos bons e ruins sugere que cultura, criminalidade e estilo de vida foram mais importantes para essa mudança de opinião”, ele refere-se aos crescentes índices de rejeição do povo estadunidense em relação aos mexicanos como apontaram pesquisas efetuadas de 1965 até início dos anos 1990. Cf. HUNTINGTON, S, P. *O choque de civilizações*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997, págs. 18, 40, 52, 134, 165, 167, 239, 287 e 393. Em resposta ao primeiro texto polêmico de Huntington, Edward Telles afirma que a mão de obra mexicana é benéfica à economia americana e o pequeno impacto negativo incidiria sobre o pequeno grupo de americanos com baixa qualificação, esses últimos deveriam entrar em políticas educacionais. Para Telles, “em vez de fazer dos mexicanos um fácil bode expiatório para uma série de problemas americanos, seria preciso avançar na direção de uma “verdadeira democracia participativa”. In: TELLES, Edward. *Os mexicanos-americanos e a nação americana*: resposta ao professor Huntington. Tempo Social: revista de sociologia da USP, v.18, n2. págs. 167-184.

²⁷ Essa crise financeira na GM ocorrerá anos mais tarde e será lembrada no último filme de Moore: *Capitalism: a love story* (EUA, 2010). Alguns jornais brasileiros noticiaram a crise, posterior ao filme *Roger e Eu*, o que pode indicar a tentativa de adequação às mudanças no capitalismo que a empresa já sinalizava nos anos finais da década de 80, época de construção do filme, com as sucessivas demissões de trabalhadores. Fontes de jornais que anunciam a crise na GM anos após *Roger e Eu*: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u97020.shtml>. Acesso em 15 de abril de 2011. E <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u563755.shtml>. Acesso em 15 de abril de 2011.

foi fraca se comparada ao anterior, mas a entrevista de Moore com o dono da *Nike* marcou a imagem da empresa junto aos consumidores nos anos seguintes ao filme devido à exploração desumana do trabalho que a empresa permitia nas fábricas asiáticas.

Em *The Big One*, a denúncia da exploração do trabalho é direcionada às grandes corporações (*Hershey's*, *Johnson Control*, *Nike*, *Procter & Gamble*, *Pillbury*, *Manpower*, *K-Mart*), e seus movimentos internacionais de capital que interferem na vida de milhares de trabalhadores.²⁸ Após legitimar Michael Moore como narrador privilegiado, o filme constrói dois grupos sociais como personagens em conflito; de um lado estariam os políticos aliados aos empresários e suas corporações e, portanto, estariam constituídos como um grande grupo burguês ou dos defensores do capital, e de outro, Moore com os trabalhadores demitidos, que juntamente com os trabalhadores mal pagos, além das pessoas que vivem de subsídios como as mães de Wisconsin, formam o grupo dos defensores do trabalho produtivo.

O desafio apresentado pelo filme é político, econômico e social, envolvendo as transformações no sistema capitalista com a globalização da economia e as profundas transformações no cotidiano dos trabalhadores. Os dois primeiros grupos que movimentam o conflito do filme, na chave capital *versus* trabalho, são grupos construídos em oposição de interesses, pois enquanto os trabalhadores querem manter seus empregos os empresários estariam interessados, como diz uma representante da *Johnson Controls*, em se manter a competitivos. Quanto às empresas, essas são construídas na chave do interesse individual de seus diretores e acionistas sobre o interesse coletivo dos inúmeros trabalhadores que demitiam. O filme destaca que muitas dessas empresas recebem ajudas fiscais e dinheiro livre do governo para incentivar os negócios a prosperarem, mas, conforme o filme aponta, os negócios estariam prosperando muito longe dos contribuintes. Exemplo disso é colocado quando Moore fala para a rádio *KMOX* em St Louis, dizendo que o *MC Donalds* teria recebido 1 milhão de dólares americanos só para promover em Singapura seus *Chicken McNuggets*. Ou quando diz que a *Pillsbury*²⁹ recebe US\$11 milhões para que seu boneco mascote faça *uma turnê por países do 3º mundo*.

De modo geral, Moore enfatiza que o governo dos EUA concede 70 bilhões em *apoio social* às empresas, ou *três vezes mais que o pressuposto das ajudas sociais* aos cidadãos desempregados. Os dois maiores confrontos do filme são apresentados nas sequências finais pois tratam-se talvez das maiores e mais representativas empresas estadunidenses e *Procter & Gamble* e a *Nike*. Convidado para ir até a *Nike* falar com seu simpático empresário, Moore tentou em tom amigável convencer Knight a abandonar o trabalho infantil na Indonésia e a pagar estadunidenses para fazer seus tênis. Contudo, ciente dos riscos que corre ao não se manter competitivo, Knight recusa a oferta alegando que se tiverem opção melhor os americanos não querem fabricar tênis. Moore faz brincadeiras e se dispõe a reunir em Flint vários candidatos para o trabalho nos EUA. Ele é novamente recebido por Knight, e mostra seu vídeo com depoimentos dos desempregados, mas nada faz o dono da *Nike* mudar de idéia.

Na condição de empresário racional, Knight alega que estaria ajudando um país subdesenvolvido a melhorar de condições através do comércio, mas sua fala remete à fórmula que as grandes corporações se utilizam para progredir, num contexto de globalização dos mercados com a liberação dos fluxos de capitais pelos governos.

²⁸ Segundo Antunes, a precarização da força humana de trabalho é crescente dentro de um quadro de competição intercapitalista (sinalizado em *The Big One* com as Corporações), com o desenvolvimento tecnológico, e expansão dos capitais produtivos e financeiros. Cf. ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo editorial, 2002, pág. 33.

²⁹ Corporação do setor alimentício, a *Pillsbury* têm o costume de comprar marcas de produtos tradicionais que fazem sucesso nos países de origem, por exemplo, no Brasil eles compraram a marca Forno de Minas conhecida pelos pães de queijo. http://veja.abril.com.br/151299/p_182.html

Enquanto a câmera focaliza o rosto de Knight, Moore lhe fala dos números do genocídio cometido pelo regime militar na Indonésia. E, parecendo estar ciente da posição política de Moore, Knight diz que, embora não o agradem, esses números também foram vistos na revolução cultural – conhecido movimento que implantou o comunismo na China. Novamente Moore apela para a riqueza pessoal do entrevistado perguntando quanto seria o suficiente para que ele parasse de buscar o lucro. Knight alega que não se trata de lucros e sim de construir a melhor empresa na terra, antes que ele vá para o céu. Quanto ao vídeo produzido por Moore, as tomadas fechadas mostram um número não muito expressivo de pessoas se candidatando a uma vaga de emprego na *Nike*, que como salientou Knight empregaria pessoas por US\$ 5,00/h, se a marca tivesse condições favoráveis para isso, o que quer dizer se recebessem do governo local os incentivos que uma corporação procura como isenção fiscal ou menores impostos, terreno, insumos e mão de obra barata. Em outro momento, talvez melhor preparado, Knight encerra o assunto dizendo que Flint não figura entre suas prioridades. O resultado prático das entrevistas foi o acordo de doarem cada um a quantia de US\$ 10 mil para as escolas de Flint.

Conforme aponta Ulrich Beck, as transnacionais tiveram seu caminho aberto “*sem revolução, sem mudanças legislativas ou constitucionais e apenas com o curso normal, por assim dizer, do business as usual*”³⁰. Com isto, as empresas podem exportar, sem nenhum controle por parte dos Estados, postos de trabalho (como a *Pay Day* fez no filme), para lugares que oferecem os menores custos de produção, os menores impostos e a mão de obra mais barata como é o caso do México (apresentado desde *Roger e Eu*). Ainda segundo o autor, as empresas podem “punir” os Estados nacionais se estes se tornarem “caros” ao não oferecerem condições favoráveis para os investimentos, visto que, essas empresas “podem escolher de modo autônomo seus locais de *investimento, produção, recolhimento de impostos e de sede* na selva da produção global e confrontá-las uma a uma”, como fariam as empresas apresentadas em *The Big One*.

Do modo como o filme constrói os diálogos, sempre muito curtos e pouco explicativos, acaba prevalecendo a idéia de Moore de que isto tudo é *loucura*, ou ainda que as demissões sejam manobras insensatas devido à ganância de alguns empresários. Entretanto, os diálogos ilustram como a globalização dos mercados teria força o suficiente para desmontar as economias locais, pois a maioria das empresas que oferecem alguma explicação sobre as razões da mudança utiliza às palavras “manter-se competitivo”. Para isto, essas empresas se inserem naquilo que os teóricos da economia chamam de “reestruturação produtiva”. Costa explica como a globalização do capitalismo contemporâneo reorientou estrategicamente toda a produção das empresas que pretendem permanecer competitivas no mercado cada vez mais globalizado. Segundo o autor;

As mudanças oriundas da globalização provocaram uma reorientação estratégica na produção e organização das empresas. Fenômenos tais como o aumento da concorrência internacional, o incremento extraordinário de novas tecnologias no processo de produção, aliados à nova conjuntura de desregulamentação econômica e social, bem como ao reordenamento institucional do mercado de trabalho, forçaram as empresas a realizarem uma reestruturação produtiva em escala internacional, envolvendo transformações qualitativas tanto internas quanto externas às fábricas.³¹

Assim, empresas como a *Pay Day* puderam se beneficiar dos lucros obtidos para incrementar a produção, e, neste contexto de capitalismo globalizado, crescer também significa

³⁰ BECK, Ulrich. *O que é globalização: equívocos do globalismo respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Pág, 17. Grifos do autor.

³¹ COSTA, Edmilson. *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. pág. 111.

cortar custos e, conseqüentemente, demitir funcionários, pois com as novas possibilidades oferecidas pela tecnologia, não só pelas novas máquinas que fazem o trabalho de vários funcionários, mas também pela maior eficiência administrativa, com as comunicações instantâneas que possibilitaram maior integração entre setores das empresas o que propiciou “maior integração entre concepção e execução da produção”.³²

Beck aponta que para as empresas que fazem negócios transnacionais, a globalização na virada para o século XXI representa a mesma importância que as classes sociais para o movimento trabalhista no século XIX, com a essencial diferença de que “enquanto o movimento dos trabalhadores atuava como poder de oposição, as empresas globais atuam até este momento sem oposição (transnacional)”³³. Neste sentido, a oposição do pequeno grupo de trabalhadores de Centrália, mostrados em *The Big One*, não faria um efeito transnacional, pois se este pequeno grupo quer seus empregos de volta existem outros grupos além das fronteiras da cidade e do país dispostos em receber as empresas estrangeiras.

A maioria das cenas em *The Big One* apresentaram dias claros, com músicas animadas e uma equipe de filmagens bastante descontraída. Nada aqui remete às cenas dramáticas dos despejos em *Roger e Eu*, ao contrário, vários momentos de descontração percorrem o filme no mesmo clima de lançamento que teve o livro *Downsize This!* e o sucesso de vendas do seu *cidadão desarmado*. O filme constrói os políticos como um grupo corruptível, e o dos empresários como um grupo ganancioso, ambos, estariam unidos pelo vínculo financeiro em uma suposta aliança que apresenta riqueza e política como duas faces da mesma moeda. Essa afirmação é alinhavada nas cenas da multidão que acompanha nas ruas os quadros de apuração das eleições presidenciais entre Bill Clinton e Bob Dole. Moore pergunta para umas pessoas como pode 1% dos mais ricos serem donos dos dois maiores partidos do país, e, como se essa pergunta fosse “subversiva” o filme mostra policiais que caminham em direção à câmera colocando a mão na lente, como que censurando aquela pergunta, do cineasta engajado que caminha tranquilamente em mais um momento de roteirização evidente do filme documentário.

Em *The Big One*, os trabalhadores são construídos com uma ênfase menor do que em *Roger e Eu*, mas com predomínio dos valores familiares, com a exploração do trabalho feminino, seja com a mãe que ganha mais espaço nas cenas da lanchonete ou com as mães de Wisconsin. Para finalizar *The Big One*, Moore diz que têm lido a constituição dos EUA e que não encontrou a palavra acionista, (a plateia o aplaude), ele diz em tom de simplicidade que leu a palavra povo, mas não a palavra acionista. E reivindicando o Estado de Bem-estar e toda a regulamentação que significou, Moore diz que os EUA vivem em uma democracia e que podem estabelecer as leis que quiserem no sentido de barrar a especulação financeira que, conforme os filmes, tanto prejudicam os trabalhadores.

Encerrar o filme mostrando um pequeno grupo de jovens felizes por terem formado um sindicato pode ser sinal de que o filme busca atingir esta faixa etária de trabalhadores, que por serem jovens dependerão de muitos anos de trabalho para sobreviver, ao mesmo tempo em que sofrerão cada vez mais com as mudanças ocorridas no capitalismo globalizado. Ao terminar com a mesma cena que começa, *The Big One* focaliza Michael Moore, que parece indignado com aquilo que chama de *nossa História*, com *um só partido, uma só empresa*. E finaliza dizendo, em tom de utopia, que *um império do mal caiu, e outro deve cair atrás*.

Embora os filmes não problematizem a fundo as transformações no mundo do trabalho, suas imagens e cenas bem escolhidas sinalizam as grandes mudanças em curso e as conseqüências para os trabalhadores estadunidenses que também são afetados pelas conseqüências decorrentes da globalização dos mercados e os movimentos internacionais do capital.

³² Idem, pág. 112.

³³ BECK, Ulrich. *O que é globalização: equívocos do globalismo respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Pág. 14.

Concentrando-se em construir a perda de qualidade de vida para os trabalhadores da classe média, os filmes constroem não apenas consequências desastrosas para as pequenas cidades do país, mas também ameaças ao modo americano de viver tão celebrado desde os anos 1950 e que, pelo menos em tese, diferenciava os EUA dos demais países do mundo.

Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.
- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70. 1995.
- BECK, U. *O que é globalização: equívocos do globalismo respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COSTA, Edmilson. *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- FREEDMAN, R. (Org. – seleção e prefácio) *Escritos Econômicos de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1966.
- GAUDREALT, André. *A narrativa cinematográfica*. Brasília: Edit. UnB, 2009.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- HUNTINGTON, Samuel, P. *O choque de civilizações*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- MENEZES, Paulo. *O cinema documental como representificação: verdades e mentiras nas relações (im)possíveis entre representação, documentário, filme etnográfico, filme sociológico e conhecimento*. In: Escrituras da Imagem. São Paulo: EDUSP/FAPESP. 2004.
- MESZÁRÓS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo editorial/Ed. UNICAMP, 2002.
- NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. Campinas, SP: Papirus, 2005.
- SORLIN, Pierre. *Sociologia del cine: la apertura para la historia de mañana*. México: Fondo de cultura económica, 1985.
- TELLES, Edward. *Os mexicanos-americanos e a nação americana: resposta ao professor Huntington*. Tradução: Alexandre Massella. Tempo Social: revista de sociologia da USP, v.18, n2. Também disponível em: www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a08v18n2.pdf. Acesso em dezembro de 2010.
- TOTA, Antonio. P. *Os americanos*. São Paulo: Contexto 2009.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. Tradução: José Marcus Mariani de Macedo. Revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo: Antonio Flávio Pierucci. - São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- Xavier, I. *O discurso cinematográfico – A opacidade e a transparência*. São Paulo: Paz e Terra, 1977. (4ª edição, 2008).

O PENSAMENTO DE RICHARD SHAULL E A LIBERTAÇÃO NA AMÉRICA LATINA THE THOUGHT OF RICHARD SHAULL AND LIBERATION IN LATIN AMERICA

Luiz Ernesto GUIMARÃES¹

Resumo: Considerando a relevante presença do protestantismo na América Latina, busca-se observar o pensamento e posicionamento de alguns de seus sujeitos diante da conjuntura política no continente. A Teologia da Libertação, formulada na América Latina a partir dos fins da década de 1960, especialmente em setores progressistas da Igreja Católica, alcançou também parcela do protestantismo. Richard Shaull, missionário presbiteriano de origem norte-americana, destaca-se como exemplo, cuja trajetória de vida ocorreu sob a influência desse pensamento teológico, antes mesmo de sua formulação, considerando a libertação na história, sob a práxis marxista. Diferente do que se pensava até então, no modelo da teologia tradicional ligada aos interesses do Vaticano, privilegia-se a salvação futura, pós-morte. Sob a perspectiva do ecumenismo, Richard Shaull contribuiu ao articular o engajamento político e a fé cristã, estabelecendo as bases iniciais para a formulação da Teologia da Libertação e sua inserção no protestantismo. O pensamento de Shaull parte da conjuntura estrutural da sociedade capitalista, marcada pelo estabelecimento de classes, buscando minimizar as desigualdades sociais na América Latina. Sendo a religião uma das vertentes culturais, torna-se relevante a análise sociológica desse tema, levando em conta as relações sociais resultantes da interligação da religião com outros campos, como a política.

Palavras-chave: Sociologia da Religião; Sociedade latino-americana; Pensamento Social.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Universidade Estadual de Londrina – UEL – CEP 86051-980 – Londrina – Paraná – Brasil. E-mail: pr.ernesto@gmail.com.

Abstract: Considering the significant presence of Protestantism in Latin America, we seek to observe the thinking and positioning of some of his subjects before the political situation in this continent. Liberation theology, formulated in Latin America from the late 1960s, especially in progressive sectors of the Catholic Church, also reached part of Protestantism. Richard Shaull, Presbyterian missionary of American origin, stands out as an example, whose life story was under the influence of theological thought, even before its formulation, considering the release in history, under the Marxist praxis; different than if previously thought in the model of traditional theology tied to the interests of the Vatican, focusing on future salvation, the afterlife. From the perspective of ecumenism, Richard Shaull helped to articulate the Christian faith and political engagement, establishing the basis for the initial formulation of liberation theology and its place in Protestantism. The thought of Shaull part of the complex of structures of capitalist society marked by the establishment of classes in order to minimize social inequalities in Latin America. Being a religion of cultural aspects, it becomes relevant to the sociological analysis of this matter, taking into account the social relations resulting from the interconnection of religion and other fields such as politics.

Key-words: Sociology of religion; Latin America society; Social thought.

Introdução:

Sendo o protestantismo histórico² marcado pelo conservadorismo herdado das missões estrangeiras, é analisado como a presença da Teologia da Libertação se fez presente entre os protestantes e os resultados desse posicionamento, inspirado em uma teologia de orientação progressista.

Consideramos a relevante presença do protestantismo na América Latina para observar o pensamento e a atuação de alguns de seus sujeitos diante da conjuntura política no continente. A Teologia da Libertação, formulada na América Latina a partir dos fins da década de 1960, especialmente em setores progressistas da Igreja Católica, alcançou também parcela do protestantismo. Assim, neste trabalho, aborda-se como o pensamento de libertação atraiu setores do protestantismo, especialmente sob a análise do pensamento de Richard Shaull.

Richard Shaull, missionário presbiteriano de origem norte-americana, destaca-se como exemplo ao observar o tempo em que viveu na América Latina – em especial, no Brasil. Sua trajetória de vida foi influenciada pelo pensamento da Teologia da Libertação, antes mesmo de sua formulação, e pela práxis marxista. Nesse sentido, ele se diferenciava do modelo da teologia tradicional, ligada aos interesses do Vaticano, e que privilegiava a salvação futura, pós-morte; esse pensamento predominava entre católicos e protestantes.

Sob a perspectiva do ecumenismo, Richard Shaull contribuiu ao articular o engajamento político e a fé cristã, estabelecendo as bases iniciais para a formulação da Teologia da Libertação e sua inserção no protestantismo. O pensamento de Shaull parte da conjuntura estrutural da sociedade capitalista, marcada pelo estabelecimento de classes, em busca de minimizar as desigualdades sociais no continente latino-americano.

Richard Shaull nasceu em 1919 e faleceu em 2002. Trabalhou como pastor, professor e missionário nos Estados Unidos e em alguns países da América Latina – inclusive no Brasil, nas décadas de 1950 e 1960. Torna-se difícil abordar o pensamento em torno da Teologia da Libertação entre os protestantes sem mencioná-lo.

O tempo que Richard Shaull viveu no Brasil contribuiu de forma significativa para a formação de uma nova esfera de ação do protestantismo histórico. Embora de origem norte-americana e por ter recebido formação e influência teológica semelhantes a de muitos outros missionários protestantes – que assumiram postura conservadora no Brasil – Shaull se identi-

² Devido às várias manifestações do protestantismo (também denominados evangélicos) no Brasil, torna-se importante a delimitação do objeto nesta pesquisa. Ao mencionar o termo protestante, portanto, referimo-nos em especial às igrejas históricas, como Luterana, Anglicana, Presbiteriana, Batista, Metodista etc., as primeiras a serem implantadas no Brasil, a partir de meados do século XIX.

ficou com as sociedades latino-americanas e com os problemas que uma grande parcela da população enfrentava, especialmente em relação à pobreza.

Arnaldo Huff Júnior (2009) aponta Shaull como um ícone entre os protestantes por conta de seu engajamento político e social. Todo movimento social possui seus heróis; e aquilo que se conta sobre eles pode resultar na formação de identidades coletivas, contribuindo para a manutenção e renovação do referido grupo. Para o autor, “Shaull tornou-se, assim, um lugar de memória, foi homem feito monumento” (HUFF JÚNIOR, 2009, p. 3).

Para os editores da coleção *Protestantismo e Libertação*, ao dar algumas indicações por qual motivo Richard Shaull foi o primeiro a ser abordado, escrevem: “Ele ultrapassou as fronteiras de sua pátria e estava à frente de sua época. Adiantou-se espantosamente e foi – para muitos de nós – o profeta-vidente de uma época riquíssima que ele enriqueceu mais ainda” (SHAULL, 1985, p. 9).

Embora não existam muitas obras acerca de Shaull, as “menções ao seu nome são, todavia, frequentes na maioria dos textos que se referem ao ecumenismo no Brasil e na América Latina, aos antecedentes intelectuais da teologia da libertação e às relações entre fé cristã e política em meios protestantes” (HUFF JÚNIOR, 2009, p. 4).

Na perspectiva do ecumenismo que ganhou forte expressão na época de Shaull no Brasil, Rubem Alves (1985) atribui ao missionário norte-americano uma posição de destaque no campo religioso nacional:

Pois, é, Shaull: sem o saber, você começou coisa nova. E espero que não se ofenda se eu o chamar de patriarca, pai de uma nação. Ou, se o nome for grande para a sua humildade, pelo menos que aceite o nome de testemunha, que viu uma igreja nova nascendo. E a anunciou...

(Escrito pensando também no Leonardo Boff...) (ALVES, 1985, p. 24).

Além de dar a Shaull o papel de idealizador de uma nova igreja que estava em processo de formação, Alves (1985) fez a comparação ao ex-sacerdote católico Leonardo Boff, muito importante também na formulação e disseminação da Teologia da Libertação no Brasil, uma referência no segmento católico progressista. Diante desse apontamento de Alves, ao comparar Richard Shaull a Leonardo Boff, Huff Júnior (2009) destaca que o pensamento de esquerda protestante estava no mesmo patamar daquele que estava sendo formulado na Igreja Católica – fato que é muitas vezes esquecido, ou até mesmo pouco conhecido.

O teólogo uruguaio Julio de Santa Ana, em sua participação na primeira parte da obra *De dentro do furacão*, estabelece o significado de ser teólogo. Ele enfatiza a ideia de que Karl Barth³, no século XX, percebeu a responsabilidade do teólogo, o qual deveria trabalhar com a Bíblia em uma mão e o jornal em outra (SANTA ANA, 1985). Mas, segundo o teólogo uruguaio, isso aconteceu por meio de seu contato com Richard Shaull. De acordo com Santa Ana (1985), houve um deslumbramento entre os jovens estudantes de teologia de sua época e a compreensão melhor de algo que se pressentia, sem poder, entretanto, perceber claramente: “nossa avidez pela teologia não podia ser satisfeita somente com a leitura da Bíblia e dos textos de grandes teólogos, mas sim, também requeria a *participação na história*, com todas as suas tensões e com todos os perigos que ela pressupõe” (SANTA ANA, 1985, p. 36 – grifo nosso).

³ Karl Barth, teólogo protestante suíço, é considerado um dos mais destacados teólogos do século XX, conhecido especialmente pela sua teologia dialética ou teologia da crise. Fez oposição ao nazismo. Maiores informações, ver: OLSON, Roger. *História da teologia cristã*. São Paulo: Ed. Vida, 2001.

Julio de Santa Ana também define Shaull como um profeta moderno, ou seja, “mes- tre em indicar-nos que fazer teologia é tomar parte nas lutas de nosso tempo, participar da história” (SANTA ANA, 1985, p. 36-37).

Ecumenismo

O movimento ecumênico que começou a ser desenvolvido no Brasil e na América Latina, a partir da década de 1950, não pode ser compreendido sem remetê-lo ao contexto latino-americano e ao movimento ecumênico internacional, influenciado pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI)⁴, empenhado na solidariedade e fraternidade (DIAS, 1998).

De acordo com Zwinglio Mota Dias, o CMI nasceu “como fruto de um esforço de solidariedade entre os cristãos europeus, perplexos com a capacidade destrutiva da civilização moderna e belicosa que ajudaram a construir” (DIAS, 1998, p. 129). De acordo com o autor, esse órgão é hoje o principal instrumento de articulação entre as igrejas cristãs e ortodoxas na busca por unidade cristã.

Segundo Magali Cunha, o movimento ecumênico no Brasil data do século XIX, desde a aspiração pública pela formulação da Aliança Evangélica Brasileira (CUNHA, 2007). Juntamente com esse movimento, havia também posições contrárias, antiecumenistas, de caráter pietista, “predominantemente individualista, e dos ideais de separação igreja e mundo e da não preocupação com as questões políticas que caracterizaram a ação protestante dos primeiros missionários no Brasil” (CUNHA, 2007, p. 138). Essa visão se restringia, de acordo com autora, a um pensamento de missão anticatolicista e de uma pregação espiritualizada da fé cristã, com fins de aumentar a adesão de novos fiéis.

No desenvolvimento do ecumenismo no Brasil, Richard Shaull é um dos nomes que mais se destacam. Ao chegar ao Brasil em 1952, tornou-se professor de História da igreja no Seminário Presbiteriano do Sul, na cidade de Campinas, pertencente à Igreja Presbiteriana do Brasil (HUFF JÚNIOR, 2009). Além de sua atuação como professor, colaborador do jornal *Mocidade* e das atividades junto à juventude presbiteriana, ele passou a “realizar palestras sobre o pensamento católico e a promover encontros entre seminaristas protestantes e dominicanos, em um tempo em que a oposição protestante ao catolicismo era generalizada” (HUFF JÚNIOR, 2009, p. 5).

Abordando o comunismo em suas palestras, um dos assuntos mais discutidos entre os estudantes na década de 1950, Shaull proferiu uma série de palestras a estudantes de teologia em Buenos Aires, com o tema *O cristianismo e a revolução social*, conclamando “os cristãos a uma participação ativa na transformação social” (HUFF JÚNIOR, 2009, p. 6).

O posicionamento e engajamento de Shaull em questões sociais e políticas, em grande medida orientados sob o paradigma marxista, “criou uma situação de desgaste tão grande que resultou no seu imediato retorno aos EUA e um maior policiamento do presbitério com expulsões de seminaristas e pastores recalcitrantes nos anos seguintes”⁵. Nota-se, portanto, a dificuldade do protestantismo brasileiro em lidar com questões novas, preferindo permanecer com a tradição herdada dos primeiros missionários que aqui chegaram. O tradicionalismo dificultava o diálogo com as demais religiões, bem como a reflexão sobre questões de ordem social. Tal posicionamento se assemelhava muito à ação da Igreja Católica na Idade Média,

⁴ No inglês a sigla é WCC (*World Council of Churches*). No subtítulo da página na internet, encontra-se a seguinte frase: “Uma comunidade mundial de 349 igrejas que buscam a unidade, o testemunho comum e o serviço” (tradução livre). Para maior conhecimento, ver: <www.oikoumene.org> Acesso em: 20 nov. 2011.

⁵ *O que é teologia da libertação III*. Disponível em: <<http://www.comunidadewesleyana.blogspot.com>>. Acesso em: 12 set. 2011.

denominada de Contra Reforma, que deflagrou um movimento contrário à crescente massa de protestantes que ousavam seguir novos paradigmas.

Em uma de suas aulas no Seminário em Campinas, ao falar sobre o ecumenismo, Richard Shaull declarou que “nenhum grupo de cristãos e nenhuma denominação pode se arrojar o direito de guardião da verdade total da fé. Como cristãos dependemos uns dos outros na busca da fidelidade a Cristo. Esta é a mensagem central do movimento ecumênico” (RAMOS, 1985, p.26).

O ecumenismo proposto por Shaull, segundo Julio de Santa Ana (1985), não foi formal ou teórico, atrelado ao campo institucional. O ecumenismo em Shaull “não se esgota na procura da unidade das Igrejas, mas sim tende à unidade dos povos, para o que é imprescindível o diálogo entre as culturas” (SANTA ANA, 1985, p.38-39). Jether Ramalho (2010), líder protestante e contemporâneo de Shaull, também defende a mesma forma de ecumenismo proposta pelo missionário presbiteriano. Ele afirma que esse movimento constitui “fonte de esperança para todos os que buscam não somente a unidade das igrejas e dos cristãos, mas também a unidade dos povos, na luta pela dignidade plena da vida” (RAMALHO, 2010, p. 235). Para Ramalho (2010), a origem da palavra ecumenismo vem do grego *oikoumene* (mundo habitado) e aparece várias vezes na Bíblia⁶. O seu sentido refere-se às diversas dimensões da humanidade, não se restringindo somente ao campo religioso, como é comumente compreendido.

A juventude teve participação importante no processo de formulação do movimento ecumênico e foi a base para a sua expansão posterior. Destacam-se: Adalto Araújo Dourado, Boanerges Cunha, Jether Ramalho, Lysâneas Maciel, Waldo César, Rubem Alves, entre outros (CUNHA, 2007).

Magali Cunha menciona a importância das publicações como forma de disseminação das novas ideias que estavam surgindo entre esses jovens. Destacam-se: o jornal *Mocidade*, dos jovens presbiterianos; a revista *Cruz de Malta*, dos jovens metodistas; e o jornal *O Exemplo*, dos jovens congregacionais (CUNHA, 2007, p. 139).

A autora afirma que, além dessa nova configuração de parte da juventude protestante no Brasil, outros elementos contribuíram para o desenvolvimento e nova significação do ecumenismo, como o questionamento ao próprio protestantismo sobre a responsabilidade sociopolítica dos cristãos. “Esta interrogação tem, por primeiro efeito, o de estimular a atuação protestante para além das fronteiras denominacionais, re-significando a sua própria acepção do conceito de missão” (CUNHA, 2007, p. 140).

No entanto, o movimento ecumênico tem se dividido e experimentado crises internas durante a sua história, como no caso do Conselho Mundial de Igrejas, em grande parte devido à sua institucionalização, ou seja, voltado aos interesses específicos das igrejas participantes do Conselho. Vinte e três anos depois, em entrevista à revista *Tempo & Presença* em 2008, Julio de Santa Ana aborda a tendência do CMI pender para o lado da institucionalização e se transformar mais em um Conselho *das* Igrejas - especialmente a partir da década de 1970, quando mecanismos foram colocados às igrejas - diminuindo o processo de modernização, sob a influência do Concílio Vaticano II⁷.

O que faz, portanto, a memória de Richard Shaull tornar-se monumento (HUFF JÚNIOR, 2009), inspirando novas gerações ao engajamento no movimento ecumênico, é sua ênfase em colocar a renovação da igreja sob a responsabilidade do ser humano, ou seja, “a

⁶ Por exemplo, nos livros de Mateus, Marcos, Romanos, Apocalipse e especialmente no evangelho de Lucas (RAMALHO, 2010).

⁷ Entrevista com Julio de Santa Ana, 2008. *Entrevista com Julio de Santa Ana* – em 23 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.koinonia.org.br>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

partir da ação dos deserdados e oprimidos na história. Quer dizer, é uma unidade que se faz a partir de baixo, participando nas tensões e lutas sociais” (SANTA ANA, 1985, p. 39). A abordagem institucional, para Shaull, fica em segundo plano, visto que ele mesmo experimentou diversos conflitos com lideranças protestantes, que almejavam a manutenção da “ordem” e conservação institucional. Suas próprias palavras demonstram isso: “Tornei-me também o centro de muita controvérsia na Igreja” (SHAULL, 1985, p. 184).

O contato de Shaull com grupos católicos ocorreu de forma não programada e até mesmo contrária aos planos do missionário norte-americano. Para ele, o início do diálogo com católicos foi uma ironia. Afirma Shaull:

eu fui para lá [América Latina] a fim de converter católicos romanos ao protestantismo. Hoje, confesso que a única coisa que realizei e que produziu continuidade institucional até os dias presentes nasceu de meus antigos diálogos com grupos católicos no Brasil, especialmente os dominicanos (SHAULL, 1985, p. 205).

Assim, o ecumenismo do qual Shaull se tornou um dos disseminadores no Brasil e na América Latina, teve por princípio uma abordagem vinculada aos problemas sociopolíticos locais; trouxe para a discussão eclesial assuntos que normalmente eram pouco contemplados diante de uma postura espiritualista, característica comum entre as igrejas protestantes históricas as quais preservavam suas raízes no conservadorismo implantado pelos primeiros líderes norte-americanos e europeus. Mesmo sendo um deles, um missionário originário dos Estados Unidos, Shaull assimilou não apenas a cultura dos povos do hemisfério sul durante o tempo vivido em alguns países latino-americanos, mas também contribuiu para a formulação de um pensamento teológico que futuramente se tornaria conhecido como Teologia da Libertação. Ele buscava dar ao ser humano condições de vida mais dignas do que aquelas que presenciou nos anos em que residiu fora dos Estados Unidos. Encontrou no movimento ecumênico condições mais adequadas para a reestruturação da vida social, enfatizando a participação do cristão na história.

Revolução

Para efetivar as mudanças diante do quadro apresentado no continente latino-americano, marcado pela perpetuação secular do poder e concentração de riquezas entre um pequeno grupo de pessoas, Richard Shaull (1966) destaca a importância da revolução como meio de transformação da realidade. Diante das diferenças existentes entre nações ricas e pobres e da crescente tentativa da classe pobre de usufruir das riquezas, experimentada apenas por uma parcela da população mundial, ele afirma que

[...] a revolução social é o fato primário com que a nossa geração terá de se defrontar, na medida em que muita gente em todo o mundo vai sendo tomada de paixão pela derrubada total das velhas estruturas e pela tentativa de um novo começo com o estabelecimento de uma nova ordem (SHAULL, 1966, p. 12 – grifo nosso).

É provável que Shaull tenha sido um dos primeiros a pensar sobre a revolução entre os protestantes no Brasil, embora não deixe clara a maneira em que ocorreria tal fato, devido à retração do setor protestante ante a política. Tais pensamentos eram recebidos com receio entre os religiosos temerosos e avessos ao comunismo, alinhados com ideologia norte-americana anticomunista implantada nos países latino-americanos. As ditaduras instauradas

em vários países do continente - como Uruguai, Paraguai, Chile, Argentina e o próprio Brasil - tiveram o apoio dos Estados Unidos, tementes de que o que havia ocorrido na União Soviética e, em especial, em Cuba pudesse se espalhar entre os demais países da região.

De acordo com Shaull, o protestantismo brasileiro estava passando por um novo momento na década de 1950. No entanto, para continuar a sua expansão, era preciso adotar medidas que gerassem transformação mais profunda. Embora o momento fosse importante para as igrejas protestantes no Brasil, não era suficiente o modelo adotado; e as mudanças deveriam ser adotadas. O primeiro fator a ser considerado, na opinião de Eduardo Galasso Faria,

eram as mudanças sociais rápidas provocadas pelo desenvolvimento industrial, os modernos meios de comunicação e o impacto das novas ideias. As comunidades rurais deixavam de existir e havia um êxodo em direção às cidades. A busca de maior justiça criava tensões no campo e nas cidades. O trabalho missionário devia considerar o novo contexto (FARIA, 2002, p. 85).

As pessoas já não buscavam as igrejas como em épocas passadas; e as pregações começaram a perder sentido, diante de um novo cenário social e político brasileiro. “Por outro lado, a Igreja Católica vivia uma renovação espiritual e se preocupava com os problemas sociais” (FARIA, 2002, p. 85). Como deveria se posicionar o protestantismo frente à Igreja Católica, visto que a história é marcada por disputas e desentendimentos? Esse é um dos principais aspectos na preparação para a revolução no pensamento de Richard Shaull.

A *teologia da revolução* é abordada por Shaull como hipótese de transformação social. Esse pensamento foi formulado especialmente por teólogos alemães, obtendo reconhecimento e contribuindo para uma nova geração de teólogos. No entanto, para Shaull, existem obstáculos a serem considerados nesse pensamento. Um deles é a “separação tradicional, no mundo acadêmico, entre a teoria e a *práxis*, o que acaba sendo particularmente desastroso quando se tenta abordar a questão da revolução” (SHAULL, 1985, p.124).

Para haver qualquer forma de avanço, Shaull afirma que exigirá “uma ruptura fundamental com a tradição acadêmica e uma nova relação entre a universidade e o mundo, entre o estudioso e o político” (SHAULL, 1985, p.124). Evidencia-se, assim a reflexão, aspecto fundamental, segundo Gustavo Gutiérrez (GONZÁLEZ; GONZÁLEZ, 2010), para conduzir a prática sob uma orientação adequada a um objetivo específico, não fazendo dela um fim em si mesmo.

Não foram, portanto, poucas as dificuldades no processo de revolução no protestantismo brasileiro, segundo propôs Richard Shaull. Além dos problemas externos, “existiam as tensões internas provocadas por aqueles que viam a necessidade de ir ao encontro da nova situação e os que preferiam evitar isso” (FARIA, 2002, p. 85-86). A juventude, com quem Shaull tanto trabalhou em seu período no Brasil, já não se familiarizava com a postura adotada pela Igreja Presbiteriana do Brasil, tão desconexa da realidade social em que eles próprios viviam. Segundo Shaull,

já não podemos confiar em avançar, fechados em nosso isolamento acadêmico, analisando velhos sistemas teológicos, desenvolvendo-os e tratando de traduzi-los em termos contemporâneos. Nosso ponto de partida deve situar-se na *práxis*, mas numa *práxis* de natureza muito especial: a que seja o resultado de nossa própria experiência de êxodo e exílio, ao desvincular-se da ordem de opressão social da qual somos vítimas (SHAULL, 1985, p. 125).

A “própria experiência de êxodo” da qual trata Richard Shaull não foi bem aceita por todos os setores do protestantismo, trazendo divergências de opinião sobre um tema delicado: questionava-se a relevância das igrejas protestantes na sociedade; reivindicava-se uma postura mais próxima da realidade da classe trabalhadora que pudesse inserir em sua *praxis* o engajamento político.

Shaull (1985) reconhece a importância trazida pelo conceito de dialética no marxismo para a interpretação histórica. Nessa perspectiva, Marx, em seus estudos, chegou a compreender melhor a sociedade moderna, bem como a emancipação do proletariado, sob a perspectiva de um movimento messiânico. Mas, “seu esforço para dar conteúdo específico à dialética, levou-o a restringi-lo demais, e sua confiança exagerada no poder da razão produziu certa rigidez na interpretação histórica que prejudica a análise da realidade empírica” (SHAULL, 1985, p. 107).

Embora Shaull reconhecesse no pensamento marxista elementos que contribuíssem para a sua proposta de transformação social a partir do campo religioso, ele postulava que isso apenas não era suficiente. Na perspectiva teológica, “a dialética é vista em termos mais amplos, o que permite melhor compreensão da realidade concreta, ao mesmo tempo que oferece uma nova base de confiança no futuro” (SHAULL, 1985, p. 107).

No pensamento bíblico, de acordo com o autor, a história “é o campo em que o homem é destinado a lutar pela criação de condições adequadas para uma ordem de vida mais humana. Devido ao egoísmo, sem dúvida, as estruturas criadas pelo homem para alcançar esse fim podem impedir seus esforços” (SHAULL, 1985, p. 107). A desconfiança de Shaull paira, portanto, em qualquer movimento formulado para responder a determinadas questões sociais, pois “uma instituição criada para defender os interesses de um grupo ou classe despreza as necessidades de outros grupos e provoca sua reação” (SHAULL, 1985, p. 107). Não basta a substituição de estruturas sociais; sobretudo, para o missionário norte-americano, é necessária a transformação desses modelos, à luz da justiça.

Comunidades

Outro aspecto importante, no pensamento de Richard Shaull, sobre as transformações que deveriam ocorrer dentro do protestantismo está ligado às comunidades. De certa forma, o mesmo aspecto estava ligado àquilo que ele compreendia por revolução. Assim, Shaull também esteve um passo à frente daquilo que viria a ser conhecido como Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Quando Richard Shaull chegou ao Brasil em 1952, as CEBs ainda não haviam sido formuladas pelos teólogos da libertação. Aliás, a própria Teologia da Libertação ainda não havia sido denominada como tal, embora pensadores e teólogos já se encontravam refletindo sociologicamente na perspectiva do contexto latino-americano.

Shaull buscou, no século XVII, entre os cristãos ingleses, seguidores da doutrina calvinista, um modelo de comunidade que resultou no comprometimento de mudanças sociais, devido à sua participação na Revolução de 1648. Segundo Shaull,

o calvinismo exerceu uma enorme atração sobre os “inconformados” da Inglaterra, desarraigados e profundamente contrariados com a sociedade a que pertenciam; aqueles que o adotaram acharam uma nova promessa para a vida e para o mundo, o que deu sentido aos seus esforços. Sua participação mancomunada os levou à luta revolucionária e os animou a ela (SHAULL, 1985, p. 119).

Foi este um dos poucos movimentos em que houve a adesão maciça da comunidade cristã, normalmente dividida e resoluta no que diz respeito ao envolvimento em questões sociais.

Mesmo percebendo as divisões no protestantismo em sua época, Shaull tentou estabelecer uma comunidade cristã que fosse pertinente na contribuição da transformação das estruturas criadas há bastante tempo, cujo predomínio estava longe de terminar. Assim, começou em Vila Anastácio, um projeto de comunidade que durou apenas dois anos (1957 e 1958), contando com a presença de algumas famílias pastorais e alguns seminaristas⁸. Todos viviam em uma mesma casa alugada em uma região industrial próxima à Lapa – São Paulo, inclusive com espaço para prática esportiva, cuja intenção era estabelecer contato com a classe operária (FARIA, 2002).

Era uma oportunidade de inserir a igreja diante de um problema social na tentativa de minimizá-lo. No entanto, o curto período de tempo em que funcionou a comunidade de Vila Anastácio demonstra o que Shaull já imaginava: a retração do protestantismo diante das questões sociais⁹.

Segundo o pensamento de Shaull, ao formular o projeto de Vila Anastácio, seria o método mais importante entre todos os demais, para “despertar uma nova consciência social e uma nova forma de ação. [...] O objetivo era partilhar o mais possível da vida com aqueles que lá viviam e, através disso, descobrir uma forma autêntica de relacionamento e de testemunho” (SHAULL, 1985, p. 201). A inserção nas indústrias e a participação nos sindicatos eram os meios de garantir a efetividade dessa vida em comunidade.

Para Eduardo Faria, a ideia de comunidade em Richard Shaull “está mesclada ao desenvolvimento de seu pensamento todo, seja na hora de pensar na criação de uma nova linguagem, seja para garantir a vida do grupo que está envolvido com a revolução...” (FARIA, 2002, p. 212).

A maneira que Shaull compreendia a comunidade ultrapassava qualquer sistema político ou filosófico. Embora o diálogo com o pensamento marxista fosse profícuo, trazendo crescimento mútuo, a comunidade (cristã) possui em si mesma condições para efetuar mudanças necessárias na sociedade, “porque a fonte de pensamento e de vida dos cristãos não está, em última análise, numa ideologia ou doutrina, nem em um movimento político, mas na *comunidade*” (SHAULL, 1985, p. 203-204 – grifos do autor). Os fracassos ocorridos na história do socialismo soava, para muitos, como o fim da história, ou seja, o término de processos históricos que trouxessem novos encaminhamentos sociais. Mas, para Shaull, somente na comunidade cristã havia a possibilidade de realizar tais mudanças sociais, devido ao seu caráter eminentemente religioso.

O ajustamento ao mundo atual é a base para a efetivação da comunidade no pensamento de Shaull. “Somente quando convergirem tanto a nossa herança do passado como nossa visão do futuro poderemos falar uns aos outros em comunidade, a respeito de partilha de vida, e encontrar nossos caminhos comuns” (SHAULL, 1985, p. 204). De acordo com Shaull, a cada situação, exige-se uma nova resposta da comunidade, estabelecendo um processo dinâmico e atual.

A visão otimista de Shaull quanto às comunidades, no entanto, não se manteve por muito tempo. Algumas tentativas de estabelecê-las e com as dificuldades que surgiram, fizeram com o que o missionário presbiteriano repensasse tal proposta, mesmo sendo este, segun-

⁸ Dentre aqueles que participaram desse projeto destacam-se o pastor Paulo Wrigth (que, juntamente com D. Paulo Evaristo Arns elaboraram o projeto “Brasil: nunca mais”) e Jovelino Ramos; na época, este ainda era seminarista (FARIA, 2002).

⁹ Apesar da breve duração do projeto de Vila Anastácio, ele foi importante para a formulação de outro semelhante, realizado pelos episcopais em Vila Maria, também em São Paulo (FARIA, 2002).

do seu ponto de vista, a sua principal tarefa enquanto esteve no Brasil. Essas comunidades não sobreviveram por muito tempo; e, de acordo com Shaull,

deixaram de existir quando eram mais necessárias. Isso, em si, não é um desastre; as comunidades perdem a sua vitalidade na medida em que se transformam em rotina. Somente quando são recriadas, respondendo a novas situações, elas podem sustentar e transformar a vida (SHAULL, 1985, p. 204).

Richard Shaull não conseguiu identificar o fato pelo qual estas comunidades não foram recriadas, apesar do seu envolvimento e esforço. Mas, segundo o próprio missionário, “todas, mais cedo ou mais tarde, falharam. Talvez seja hora de desistir disso” (SHAULL, 1985, p. 204). As comunidades cristãs que Shaull compreendia como método de transformação social, superando os sistemas políticos enfraquecidos pelos insucessos, acabaram não se configurando da maneira como era esperada por ele.

Os jovens, a força propulsora de mudanças sociais no pensamento de Shaull, não conseguiram corresponder às expectativas do missionário. Primeiramente, devido à grande parte do tempo ter sido investido no tema da libertação, restou-se pouco tempo para a comunidade em si. Outro aspecto, Shaull observa: os grupos de estudantes “eram elitistas demais, muito distantes do pobre que sofria” (FARIA, 2002, p. 118). Já era discutido na UCEB¹⁰ sobre a possibilidade dos estudantes engajarem em movimentos populares mais amplos.

Diante do distanciamento que havia entre os estudantes e a classe operária, Shaull se expressa dessa maneira:

tenho dúvidas que naquela época, sobre o desejo daqueles que pretendiam se tornar profissionais de classe média, de se identificar com a luta do pobre e pagar o preço por isso. Além de tudo, tenho a impressão que talvez o tempo não estava amadurecido... (FARIA, 2002, p. 119).

Não apenas o tempo não estava “amadurecido”, mas o próprio campo protestante ainda estava distante de obter qualquer intervenção na sociedade brasileira naquele momento. As discussões internas e o posicionamento da grande maioria de que o cristão não se envolve com política (CAVALCANTI, 1988) corroboraram para o deslocamento da maior parte do segmento protestante para fora do cenário político. De certa maneira, isso favoreceu, sobretudo, a política implantada pelos militares em 1964.

A comunidade que, para Shaull, estava associada à fé cristã, tornando-se eficaz na prática, por meio dos relacionamentos (SHAULL, 1985), não ganhou a forma desejada pelo missionário presbiteriano. Apesar de várias tentativas e do empenho entre protestantes e católicos, juntamente com a teoria marxista de revolução, tudo isso não foi suficiente para formular uma nova sociedade, fora da lógica do sistema capitalista.

Considerações finais:

Ao analisar a esfera progressista do protestantismo, faz-se necessário abordar a trajetória de vida de Richard Shaull, especialmente nos anos em que esteve no Brasil. Tal teólogo

¹⁰ União Cristã de Estudantes no Brasil – fundada na década de 1920 em Juiz de Fora/MG, sob a sigla UETC (União de Estudantes para o Trabalho de Cristo). Na década de 1960 intensificou o vínculo com o ecumenismo, especialmente com setores da Igreja Católica, em uma reflexão sobre os problemas econômicos, políticos e sociais. Além disso, publicou diversos livros.

influenciou uma nova geração de religiosos que perceberam a necessidade do envolvimento desse segmento no campo político. Tratava-se de uma geração que sentia a necessidade do cristão fazer a sua própria história, sob o contexto social em que vivia.

Embora seu objetivo não tenha se concretizado integralmente, Shaul torna-se, ele próprio, objeto de estudo da sociologia da religião, tendo em vista a sistematização em que resultou seu pensamento sobre as transformações sociais ocorridas na América Latina.

Cabe ainda acrescentar que a repercussão envolvendo o pensamento de Shaul contribuiu para o amadurecimento do campo protestante; conseqüentemente, novas tendências e, até mesmo, conflitos surgiram nesse setor religioso, que ultrapassam o objetivo do presente artigo. Isso demanda outras pesquisas que abordem a influência do pensamento desse missionário norte-americano entre as igrejas protestantes no Brasil.

Referências bibliográficas:

- ALVES, Rubem. O Deus do furacão. In: VVAA, *De dentro do furacão: Richard Shaul e os primórdios da Teologia da Libertação*. São Paulo: CEDI, CLAI, Prog. Ecum. de Pós-Grad. em C. da Religião, 1985, p. 19-24.
- _____. Quase uma apresentação. In: VVAA, *De dentro do furacão: Richard Shaul e os primórdios da Teologia da Libertação*. São Paulo: CEDI, CLAI, Prog. Ecum. de Pós-Grad. em C. da Religião, 1985, p. 13-14.
- CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo e política*. 2. ed Niterói: Vinde, 1988.
- CUNHA, Magali do Nascimento. “O passado nunca está morto”. Um tributo a Waldo Cesar e sua contribuição ao movimento ecumênico brasileiro. *Estudos de Religião*, Ano XXI, nº.33, jul./dez., 2007, p. 136-158.
- DIAS, Zwinglio Mota. O movimento ecumênico: história e significado. In: *Numen*, Revista de Estudos e Pesquisa da Religião, 1(1), jul./dez., 1998, p. 127-163.
- GONZÁLEZ, Ondina E.; GONZÁLEZ, Justo L. *Cristianismo na América Latina: uma história*. São Paulo: Vin-da Nova, 2010.
- FARIA, Eduardo Galasso. *Fé e compromisso: Richard Shaul e a teologia no Brasil*. São Paulo: Aste, 2002.
- HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. Richard Shaul pelo ecumenismo brasileiro: um estudo acerca da produção de memória religiosa. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano II, n.4, Maio 2009.
- RAMALHO, José Ricardo (org.). *Uma presença no tempo: a vida de Jether Ramalho*. São Leopoldo: Oikos, 2010.
- RAMOS, Jovelino. “Você não conhece o Shaul”. In: VVAA, *De dentro do furacão: Richard Shaul e os primórdios da Teologia da Libertação*. São Paulo: CEDI, CLAI, Prog. Ecum. de Pós-Grad. em C. da Religião, 1985, p. 25-32.
- SANTA ANA, Julio de. A Richard Shaul: teólogo e pioneiro ecumênico – um testemunho reconhecido. In: VVAA, *De dentro do furacão: Richard Shaul e os primórdios da Teologia da Libertação*. São Paulo: CEDI, CLAI, Prog. Ecum. de Pós-Grad. em C. da Religião, 1985, p. 33-39.
- SHAULL, Richard. *As transformações profundas à luz de uma teologia evangélica*. Petrópolis: Vozes, 1966.
- _____. *De dentro do furacão: Richard Shaul e os primórdios da Teologia da Libertação*. São Paulo: Sagarana, 1985.

A RAÇA COMO POLÊMICA: UMA TIPOLOGIA DOS ARGUMENTOS NO DEBATE ACADÊMICO SOBRE AS COTAS NO BRASIL¹

Marcelo Sevaybricker MOREIRA²

Apresentação

A partir da Conferência de Durban (2001), em que o Brasil se comprometeu a implantar ações afirmativas para reverter o quadro de desigualdades raciais entre brancos e negros e, especialmente, após a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no governo Lula (2003) e da discussão dos projetos de lei PL/73-99 (que institui cotas para negros nas universidades federais) e PL 6.264-05 (Estatuto da Igualdade Racial), o debate sobre a questão racial brasileira ganhou a feição digna de um combate³. Tanto cientistas (a maioria dos quais, professores das primeiras instituições públicas a serem afetadas pelo mecanismo das cotas, isto é, as universidades federais), quanto leigos têm se manifestado com frequência e veemência a favor ou contra as cotas raciais. Tendo em vista que tanto esse mecanismo institucional, quanto o debate sobre ele é relativamente recente, assumimos a meta de analisar e classificar os argumentos *favoráveis* e *contrários* a essa inovação institucional.

O presente trabalho analisa comparativamente os argumentos contrários e favoráveis à adoção das cotas raciais nas universidades brasileiras. Analisaremos, a princípio, os (sete) argumentos dos que se opõem às cotas, para depois analisar os (quatro) que são a favor delas, avaliando-os criticamente.⁴ Concentramos nossa análise no discurso de importantes intelectuais da academia brasileira sobre o tema. Chamamos de raciocínio ou argumento todo conjunto de proposições encadeadas logicamente de tal forma que as premissas são a base de sustentação da verdade da conclusão (Copi 1974). Na conclusão, teceremos alguns comentários críticos ao debate como um todo.

1. Os argumentos *contrários* a adoção das cotas raciais

Em 2007 foi publicado o livro *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo* composto de 46 ensaios escritos por 38 intelectuais de renome nacional com o fito de criticar a “racialização” da política nacional. Apesar de professarem crenças diversas (como os organizadores da obra esclarecem), todos eles concordam que é preciso afirmar a universalidade dos valores ocidentais e das políticas de Estado, contra a idéia de que para promover a justiça social seria preciso dividir brasileiros em brancos e negros⁵.

1 Agradeço a ajuda de Levindo Pereira Jr. na formulação inicial deste trabalho.

2 Mestre e doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: msevay@gmail.com

3 Guimaraes observa que em oposição ao empoderamento de ONGs e do movimento negro em Brasília, "formou-se uma ampla corrente de opinião contrária às cotas raciais nos principais jornais e revistas do país", por meio inclusive da publicação de manifestos públicos que envolvia "importantes setores da classe média e do alto *establishment* empresarial, político e intelectual do país" (2008: 124).

4 Obviamente que poderíamos ter concentrado mais os argumentos em um número menor de tipos, assim como poderíamos ter adotado o procedimento contrário. Em um discurso, os argumentos se encontram misturados uns aos outros e sua separação obedece à lógica de exposição do próprio analista que deseja destacar pontos diferentes entre eles.

5 Esse livro serviu como referência central para a análise da posição contrária às cotas raciais. Ele foi precedido pela formulação de uma carta pública (“Todos têm Direitos Iguais na República Democrática”), ende-

1.1 O argumento biológico: a inexistência das raças

A idéia que subjaz a esse raciocínio é que se a ciência contemporânea chegou à conclusão que não existe base biológica para diferenciar grupos humanos em “raças”, não se deve utilizar essa noção nemno cotidiano e muito menos em uma política de Estado. Esse argumento aparece em quase todos os autores, mas é certamente nos diversos textos de Sérgio Pena que ele é sistematicamente explorado.

De acordo com o autor, não existem, biológica e geneticamente falando, raças⁶. Ainda que existam diferenças fenotípicas, não há nenhuma correspondência entre elas e o genoma da humanidade. O autor propõe um novo modelo para se pensar a humanidade, baseado na: 1) demonstração genética e molecular da individualidade humana; 2) demonstração genética e paleontológica da origem única dos seres humanos na África; 3) genética estatística que assevera que a humanidade é uma grande família, pois todos têm ancestrais comuns muito recentes. Quando o autor afirma que a maior parte dos humanos tem uma mesma ancestralidade, está sugerindo que se todos somos, em alguma medida, descendentes dos povos que migraram da África, não há como estabelecer cotas para negros (afro-descendentes) de modo justo (2º argumento). O autor assume uma postura de combate a qualquer forma de racismo, postura essa declarada por muitos autores que se dizem contrários às cotas raciais⁷. É evidente na sua argumentação: 1) uma visão iluminista e positivista da ciência que teria a função de extirpar os preconceitos da sociedade na medida em que é capaz de falsear definitivamente algumas pretensas verdades; 2) uma visão restrita de “raça”, entendida exclusivamente sob o prisma biológico. Esse ponto é absolutamente crucial, na medida em que incide sobre a legitimidade de grupos, para fins de organização política e preservação de sua cultura, possam recorrer à ideia de raça. O próprio autor pondera sob a possibilidade de se entender raça como um constructo social, mas a rechaça, afirmando novamente que é a sociedade que deve se ajustar à ciência e não o contrário⁸. Percebe-se que ele supõe que a idéia de raça está intrinsecamente ligada a alguma forma de dominação. Todavia, admitir a existência de raças (como meio de distinção entre humanos, ainda que sem base biológica), é distinto e não está necessariamente vinculado à suposição de que exista uma hierarquia entre elas, de tal modo que se desconsidere a possibilidade da ideia de raça servir a segmentos marginalizados como instrumento para a ação emancipatória.

1.2. O argumento histórico-biológico: o Brasil mestiço

O segundo argumento, assim como o primeiro, se constitui em torno do discurso biológico. Se no primeiro a idéia básica é que não havendo raças, em geral, não faz sentido políticas raciais, este se refere à formação do povo brasileiro e à miscigenação que lhe foi constitutiva. Exploremos primeiramente o argumento na sua matriz mais biológica, tal como formu-

reçada ao Senado e à Câmara Federal em 2006 contra os projetos de lei citados, assinada por 114 intelectuais do país e publicada em vários meios de comunicação. Nesse sentido, o que seria apenas uma obra com alcance circunscrito à Academia, revela, ao contrário, que seus autores estavam dispostos a se mobilizar e impedir a aprovação das lei das cotas.

6 Conforme demonstra a ciência contemporânea, com “100% de certeza” cada um é “uma individualidade genômica absoluta, que interage com o ambiente para moldar uma exclusiva trajetória de vida (Pena 2008: 8-14)”

7 Todavia, é comum que os dois lados do combate acusem-se de "racismo"(Guimarães 2008: 124).

8 Nesse sentido, ele argumenta por analogia que a crença em raças é comparável à crença em bruxas comum no mundo medieval, mas que pela ação da ciência tende a desaparecer.

lado por Sérgio Pena, e depois referenciado ao imaginário cultural que identifica o brasileiro com o *mulato* ou *mestiço*.

Em primeiro lugar, o autor reitera a idéia de que a comprovação pela genética que não existem raças (1º argumento) traz a chance de se criar efetivamente uma "democracia racial". Em seguida, argumenta que as variações fenotípicas são apenas adaptações dos diversos grupos humanos aos diferentes meios aos quais são expostos e não servem para atestar a existência de raças. Em terceiro lugar, afirma que seus estudos revelam um padrão de cruzamento intenso entre homens negros e mulheres indígenas e africanas no país. Levando em consideração os pontos acima, conclui: estipula-se que entre os autodeclarados brancos, existam 28 milhões de afrodescendentes; somando-os aos brasileiros com linhagem afrodescendente, 61 milhões, têm-se um número total de 89 milhões de brasileiros "afro-descendentes". Comprova-se, geneticamente, a tese do Brasil mestiço: todos (ou quase todos) são, em alguma medida, negros; logo, têm direito a uma cota em uma universidade pública.

O argumento da mestiçagem é um dos mais comuns nesse debate e recupera uma ideia que já fez escola no país, sobretudo, a partir da obra de Gilberto Freyre, para quem ela constituiu nossa própria identidade e uma nova civilização (lusotropical)⁹. Magnoli recorre a esse raciocínio, salientando a alta concentração de pardos no Brasil (39%), contrastando com os 6% que se declaram "pretos" e ao intento de ONGs do Movimento Negro que se esforçam para aglutinar pretos e pardos em "negros". Outros também têm questionado muito as cotas raciais em função exatamente dos critérios adotados no país para selecionar quem é negro. O caso mais ressaltado é o da Universidade Federal de Brasília (UNB). Os autores Maio e Santos apresentam diversos problemas no método de seleção dos cotistas na UNB, no qual a autodefinição racial dos candidatos às cotas é contrastada pela análise baseada em fotografias dos mesmos, acusando a comissão avaliadora de arrogância e arbitrariedade. A idéia subjacente é que ninguém pode se arrogar o direito de definir a raça à qual pertence um indivíduo^{em especial no Brasil, caracterizado como um sistema racial ambíguo}. Entretanto, parece haver um claro exagero porque: 1) os métodos de seleção de cotistas no país são bastante diferenciados e não se identificam com o adotado pela UNB; 2) mesmo nesse caso polêmico, o candidato não é obrigado a definir sua "raça", mas apenas se desejar concorrer a uma cota; 3) o fato dos critérios serem questionáveis não significa que nenhum critério razoável possa ser estabelecido.

1.3. O argumento da incompatibilidade com a ordem democrático-liberal

Muitos autores, sem entrar no mérito exatamente da questão da viabilidade das cotas raciais, argumentam que elas são, por princípio, injustas. Argumentam que numa ordem democrático-liberal, na qual já se consolidou a idéia de cidadania marcada pela igualdade de direitos e deveres, as políticas racialistas são um contrasenso. Segundo Magnoli (2007), há uma incompatibilidade com princípios do Estado moderno e as políticas baseadas na idéia de raça. A premissa do argumento é que enquanto a organização democrático-liberal trata todos os indivíduos indiferenciadamente, as políticas baseadas na raça separam os cidadãos e institucionaliza essa separação. O mesmo argumento é utilizado por Maggie e Fry: a lei que obriga todas as instituições federais de ensino superior a reservar cotas para negros "significa uma

9 Não é à toa que o próprio Freyre tem sido recuperado pelos adversários das cotas raciais, depois de ter sido duramente criticado, em particular em relação à sua idéia de democracia racial, pela escola sociológica paulista liderada por Florestan Fernandes (2007). Como se sabe, esse autor argumenta que há uma confusão usual entre miscigenação e ausência de estratificação; verifica-se no Brasil, uma sociedade bastante hierarquizada que imprime forte discriminação sobre os indivíduos de cor, mas que é marcada também por forte índice de miscigenação racial e cultural. Entretanto, essa diferença não parece ser considerada pelos autores aqui estudados.

mudança radical no nosso estatuto jurídico republicano, que, até agora, ignora ‘raça’ e pune o racismo como crime inafiançável e imprescritível” (Fry; Maggie 2007: 279). Uma variação desse mesmo argumento é concluir que as cotas raciais, ao tratar diferentemente os cidadãos, pratica “um racismo às avessas”. Mas nem todos os autores chegam a esse tipo de equivalência: Fry, por exemplo, parece sempre diferenciar o racismo do racialismo (políticas de cotas raciais), embora sugira que o segundo pode acabar produzindo o primeiro.

1.4. Não existe racismo no Brasil ou ele não é estruturante

O terceiro tipo é não é uma idéia explicitamente elaborada, mas nem por isso menos freqüente. No preâmbulo do livro *Divisões Perigosas*, assevera-se que o Brasil é uma sociedade “de enormes desigualdades sociais e na qual o preconceito e a discriminação raciais existem” (Maggie *et al* 2007: 14). No entanto, poucas linhas adiante uma idéia contraditória a essa é afirmada: a da convivência racial não-conflituosa¹⁰. Percebe-se nesse argumento a presença da noção de democracia racial (ainda que ela não seja mencionada)¹¹. A idéia é que as políticas de cotas raciais no Brasil estão tentando solucionar um problema que, a rigor, não existe, pois se há algum racismo no Brasil, ele não é estruturante das relações sociais. Cabe indagar porque principalmente “pretos e pardos” (mesmo quando comparados aos brancos pobres) levam sistematicamente desvantagens do ponto de vista educacional se o racismo à brasileira não é um elemento determinante de nossa vida social.

1.5. A importação de teorias e instituições estranhas à realidade brasileira

Esse é um argumento menos freqüente que os demais. Resumindo: raças, afro-descendência, cotas raciais são noções que não fazem sentido aqui (devido ao nosso passado miscigenado) e que foram “importadas” pelo Movimento Negro e pelos intelectuais acriticamente da cultura anglo-saxã: nos Estados Unidos, as diferenças raciais são claras; aqui não. Mesmo a experiência das cotas raciais nesse país é tratada como problemática, como um caso que deveria ser levada em conta antes de sua implementação no Brasil, pois trataria de uma política mal sucedida¹². Cumpre esclarecer que o tema da mimetização das instituições tem uma longa história no pensamento político-social brasileiro. Desde Manoel Bomfim (com sua crítica aos intelectuais brasileiros influenciados por Gobineau e Le Play, que condenavam os latinos à barbárie em função da mestiçagem), passando por Oliveira Vianna (e sua crítica ao idealismo utópico de Rui Barbosa) e Guerreiro Ramos (que se opunha à sociologia “enlata-da”), a idéia de que a intelectualidade copia os pensadores dos países centrais talvez possa ser compreendida como parte de um processo de um país em que o passado colonial foi recente e parcialmente superado. Embora as cotas raciais tenham sido “imitadas” de outro país, boa

10 “Todavia, basta olhar ao redor, no metrô lotado da hora do rush, nas turmas das escolas públicas e nas favelas, para ver que brasileiros de todos os tons de pele, de negros retintos a loiros de olhos azuis se misturam. Na periferia, negros e brancos pobres tomam cervejas juntos, trabalham juntos, batem bola juntos, ‘brigam’ juntos, brincam juntos, vivem juntos em famílias em que há brancos, negros e toda sorte de misturas. Por isso não podemos aceitar a introdução de uma “divisão legal”, de uma linha que separe e divida o povo brasileiro. Esses projetos só irão aprofundar o racismo ou, na pior das hipóteses, inaugurar um tipo de racismo popular, de massas, que não existe entre nós” (Fry *et al* 2007: 14-15).

11 A mesma idéia aparece em texto de Fry. A visão idílica e romântica de uma terra sem conflitos raciais é reafirmada: “o sistema de cotas veio para mudar radicalmente a maneira pela qual devemos imaginar o Rio de Janeiro – não mais a Cidade Maravilhosa da mistura e da confusão racial, mas como lugar cartesianamente dividido entre negros e pardos de um lado e os “outros” de outro” (Fry 2007: 159).

12 Magnoli: “Nas últimas décadas, as políticas afirmativas americanas beneficiaram uma pequena parte dos negros, enquanto cresciam as desigualdades sociais e minguavam os investimentos públicos em educação, saúde e habitação” (2007: 222).

parte de nosso aparato constitucional (evocado pelos mesmos adversários das cotas) inspirou-se nas constituições estadunidense, francesa, etc., como o princípio da isonomia, por exemplo. A questão da autenticidade, então, desvia a discussão de uma questão mais importante, a saber: porque o mecanismo das cotas raciais faz sentido nos Estados Unidos e não aqui?

1.6. O racismo existe, mas existem outros meios de solucioná-lo

Em primeiro lugar, assume-se a premissa de que há preconceito e discriminação racial no país. Segundo: concordam que é preciso combatê-lo, que o Estado deve intervir para garantir aos negros melhores condições de vida (educação, emprego, etc.). Entretanto, a política pública usada deve ter um recorte *social* e não *racial*. Se o argumento é basicamente o mesmo em todos os autores, a “solução” varia com frequência: alguns aceitam a reserva de vagas na universidade para alunos carentes ou oriundos de escola pública; outros propõem que o Estado crie cursos pré-vestibulares para o alunado pobre; sugere-se ainda que as universidades federais aumentem o número de vagas e de cursos noturnos, etc. Enfim, existiriam meios menos “problemáticos” e mais eficazes de reduzir as desigualdades não só entre negros e brancos, mas da população em geral. Admite-se que medidas não-universalistas seriam capazes de reduzir o hiato entre negros e brancos; o que não aceitam é que essas políticas tenham um recorte *racial*¹³. Cabe a pergunta: será que essas medidas são suficientes para vencer o preconceito e a discriminação sofrida pelos negros^{14?}

1.7. Os efeitos produzidos pelas cotas são piores do que seus possíveis benefícios

Esse, com certeza, é o mais obscuro dos argumentos. Todavia, sua capacidade persuasiva pode ser medida pelo fato de intitular a principal obra contra as cotas já publicada: *Divisões perigosas*. A ideia é que a adoção das cotas raciais no Brasil levará à segregação e ao ódio racial. Os autores não garantem que esses efeitos decorrerão das cotas raciais, mas que é uma possibilidade a ser levada em conta. Eles tampouco apresentam casos de outros países em que se verificaram esses problemas¹⁵. Se os autores não apresentam dados empíricos dos efeitos dessas “divisões perigosas”, não faltam imagens e expressões vagas sobre os mesmos: “mudinhas da árvore envenenada do ódio racial” (Magnoli 2007: 136); um “tiro que sai pela culatra”, pois “o verdadeiro custo será a consolidação do racismo, não o fim do racismo” (Fry 2007:160), ou o “ovo da serpente” (Fry; Maggie 2007: 281)¹⁶. Há uma incapacidade em indicar evidências de que esse prognóstico ocorrerá, incapacidade esta compensada pelo exagero de suas declarações.

2. Os argumentos favoráveis às cotas raciais

13 É evidente a contradição intrínseca entre esse argumento que admite as cotas “sociais” e aquele que defende a coerência com o princípio da isonomia da ordem democrático-liberal.

14 Não podemos deixar de observar que, entre os próprios defensores das cotas raciais, muitos advogam que o critério racial seja acoplado a um critério de carência sócio-econômica (Gomes 2002:142; Guimarães 2003: 213).

15 Quando muito se sugere que nos Estados Unidos esse mecanismo tem sido objeto de reavaliação em função da intensificação da cisão entre negros e brancos (Fry 2007: 340).

16 A imagem nos remete imediatamente ao famoso filme homônimo de Bergman, no qual, numa sociedade pacata, o germe do nazismo começa a silenciosamente frutificar. E, de fato, alguns autores, como Magnoli, chegam a associar as cotas raciais às políticas de Hitler (2009), e ao *Apartheid* (2007: 283-286).

Quanto à posição favorável, dispõe-se de alguns artigos e livros que procuram mobilizar argumentos para defender essa política pública¹⁷. Não obstante, nenhum concentra tanto esforço intelectual como *Divisões perigosas*.

2.1 Legalidade e adequação ao ordenamento jurídico brasileiro

O primeiro raciocínio a ser destacado é o de que a instituição das cotas raciais não apenas não fere os princípios da ordem democrática brasileira (expressa na Constituição Brasileira de 1988); pelo contrário, concretiza-os. Além disso, argumenta-se que já existem ações afirmativas anteriores às cotas raciais adotadas no país. Conclui-se que há um "amplo e diversificado respaldo jurídico às medidas afirmativas", não restando dúvidas, no plano jurídico, "quanto à sua viabilidade" (Gomes 2002: 141). Resumindo o argumento, a questão pode ser esclarecida por meio da definição do conceito de igualdade: "igualdade processual" ou "igualdade de resultados". Para Gomes, vários dispositivos legais revelam o repúdio ao entendimento da questão em termos de igualdade processual e pela escolha pelo segundo significado do conceito: reservas de cargos para portadores de deficiência física, proteção do mercado de trabalho da mulher, reserva de vagas para mulheres nas candidaturas partidárias, etc. O Estado abandona uma postura de espectador e de recriminação das possíveis ações discriminatórias e passa adotar a discriminação positiva: de um "princípio jurídico a ser respeitado", a igualdade passa a ser "um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade" (2002: 129).

Silva (2002) contesta a ideia de que no Brasil pós-1888 o Estado se manteve neutro em relação à questão racial (ideia, como se viu, utilizada por quem argumenta que as cotas contrariam nossa tradição republicana). Criminalização da capoeiragem, do espiritismo, da vadiagem, entre outros dispositivos do Código Penal de 1890, atestam o endereçamento racial das políticas de nosso incipiente Estado republicano. Melhor do postular uma neutralidade racial que nunca existiu, é constatar que historicamente, a igualdade esteve associada à sua dimensão jurídica, significando proibição de leis que estabeleçam privilégios, de discriminação em relação ao exercício dos direitos e às decisões do judiciário. A atual Constituição teria definitivamente rompido com esse padrão, por meio da reconsideração da África na concepção da nacionalidade brasileira, da criminalização do racismo, a afirmação do caráter pluriétnico de nossa sociedade e, reconhecimento da população quilombola e de seus territórios¹⁸. Além disso, ele identifica numa série de tratados internacionais ratificados pelo Brasil que legitimam a adoção do critério cor/raça na distribuição de direitos e oportunidades. Concluindo, afirma que a promoção da igualdade não é nova no país, como demonstra a Lei 5.465, a chamada "Lei do Boi", reservando vagas para agricultores e seus filhos no ensino agrícola, além da lei que, de 1970, estabelece o ingresso diferenciado de estudantes africanos nas universidades brasileiras sem passarem pelo crivo do vestibular.

2.2 Medida eficaz contra a persistência dos preconceitos e das discriminações raciais

17 Em especial, *Inclusão étnica e racial no Brasil* (Carvalho 2006).

18 Assim, o Art. 3o, inciso IV, da Constituição prevê que o Estado deve "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer forma de discriminação" (Constituição apud Silva Jr, 2000, p. 380). Se desde Constituição de 1824 atesta-se a isonomia, foi somente a partir de 1988 que se conseguiu superar a tradição absentista para uma posição que vê como função precípua do Estado promover as condições de igualdade por meio de ações afirmativas. Mais do que apenas não discriminar e penalizar a discriminação, o Estado está juridicamente obrigado a atuar positivante de modo a promover justiça distributiva (tratando desigualmente os desiguais). A Constituição de 88 prevê uma discriminação (negativa e ilícita) que produz desigualdade e prescreve a discriminação (positiva e justa) que serve como meio de compensar a desigualdade de oportunidades, promovendo a igualdade (Silva Jr. 2003: 104).

Como observa Guimarães (2003), uma das ideias mais difundidas pelos defensores das cotas raciais é a de que o preconceito e a discriminação contra não-brancos têm resistido à ação do tempo e de que a desigualdade de renda entre os indivíduos é, em grande medida, explicada pelo acesso a educação. O autor conclui quanto à centralidade deste argumento na defesa das cotas: "quando se trata de defender ações afirmativas ou a reserva de vagas (...) a argumentação é totalmente encapsulada pelo sentimento de justiça social" (2008: 125).¹⁹ Apoiando-se nas estatísticas divulgadas, os defensores das cotas destacam também que a educação apresenta-se como uma variável determinante na desigualdade de renda entre negros e brancos. Carvalho (2006) afirma que em países como o Brasil em que o diploma superior funciona como critério de exclusão social, não ter acesso às universidades, é estar impedido de ocupar os postos sociais mais importantes da nação. As cotas, afirma Munanga (2003) serviriam como um potente acelerador no processo de diminuição das desigualdades educacionais entre negros e brancos no país; elas abrirão portas aos estudantes negros, tal como ocorreu com as mulheres recentemente. Os autores apresentam exemplos bem-sucedidos de ações afirmativas, como na África do Sul e na Índia, não concentrando a análise no caso norte-americano²⁰. Nesse país, verificou-se uma maior mobilidade social ascendente entre os negros após a implementação das cotas que funcionaram como um catalisador na diminuição das desigualdades raciais (Munanga 2003: 123-124). Todavia, não se encontrou em nenhum texto uma avaliação mais detalhada dessas experiências.

Um argumento sobre a eficácia das cotas raciais, ligeiramente distinto do anterior, é apresentado por Silva (2001) contra aqueles que se apóiam no fato de não haver critérios precisos para definir quem é negro no Brasil (o que é quase tautológico, pois raça, diz a autora, é uma distinção socialmente produzida e, portanto, objeto de dissenso): ainda assim seria possível estabelecer critérios legítimos para a seleção dos cotistas. Neste ponto, surge inevitavelmente a questão do "carona", daquele que pode tentar se beneficiar das cotas burlando as regras de seleção. Munanga (2003) afirma (sem apresentar evidências para seu argumento) que dificilmente alunos assumirão o ônus de se declararem negros numa sociedade que adota o ideal do branqueamento; mesmo se alunos brancos e pobres (por que somente pobres?) fraudarem o sistema de cotas, ainda assim terá sido proveitoso, pois, ao menos, a necessidade desses será suprida. Guimarães (2003) admite que os caronas podem se aproveitar desse mecanismo, na medida em que as cotas criariam incentivos seletivos para os indivíduos se identificarem como negros, mas afirma que as universidades podem e devem se precaver quanto a esse risco (embora não indique por que meios isso seria feito).

Outro ponto relacionado à viabilidade das cotas raciais no país está relacionado ao status da mestiçagem entre nós. Guimarães apresenta, contra a ideia de que somos todos mestiços, dados que revelam que o público-alvo das cotas (universitários) possui uma identidade de cor (2003: 210) e que mesmo os críticos dessa política que afirmam que nosso sistema de cor é ambíguo, admitem que ele se assenta na polarização entre brancos e negros (Carvalho 2006: 48).

Um quarto aspecto importante deste argumento é a que se contrapõe à melhoria *universal* da educação: Carvalho argumenta que dada a distância social entre brancos e negros ser crescente, não é razoável supor que se poderá resolver, pela medida antes anunciada, o

19 Entre os 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, 70% são negros (pretos e pardos); entre os que vivem na linha da pobreza, 63% são negros; entre os universitários, 97% são brancos e 2% negros (Munanga 2003: 119).

20 Silva (2002) critica os críticos da cotas que, segundo ela, focam na experiência estadunidense. Entretanto, ela não faz mais do que mencionar outros países que teriam adotado o sistema de cotas.

problema educacional crônico dos negros no Brasil; o que comprova que o preconceito e a discriminação de que são vítimas não é resquício de nosso passado escravista, mas de um "racismo estrutural", um conjunto consistente de "dispositivos de inibição e cerceamento" do negro em poder usufruir dos benefícios públicos (2006: 33). Além disso, contra aqueles que defendem a adoção de cotas *sociais*, o autor admite que elas beneficiariam indiretamente os negros, mas não completamente, haja vista que as diferenças educacionais entre brancos pobres e negros pobres não são insignificantes (Carvalho 2006: 58).

2.3 Reparação do Estado brasileiro em relação aos afro-descendentes

Basicamente, o argumento se fundamenta na ideia de que por quase quatro séculos o Estado brasileiro praticou ou permitiu que se praticasse a escravidão negra, perseguiu os negros e seus descendentes e não promoveu nenhuma política pública para essa população a fim de reparar o mal causado; como diz Fernandes (2007) seria necessário mesmo uma "Segunda Abolição", uma política que pudesse erradicar os obstáculos estruturais que impedem a incorporação da população não-branca à cidadania plena. Como observa Guimarães (2008: 125), esse argumento é muito raramente evocado pelos defensores das cotas no Brasil. Único depoimento encontrado nesse sentido é o de Munanga, que argumenta que as cotas raciais são necessárias na medida em que é preciso "compensar os cerca de 400 anos de defasagem no processo de desenvolvimento entre brancos e negros" (2003: 119). Mais adiante, refletindo acerca da objeção de que as cotas irão prejudicar a auto-estima dos negros que delas se beneficiarem, afirma: "desde quando a reparação de danos causados por séculos de discriminação prejudica a dignidade e o orgulho de uma população?" (Munanga 2003: 126).

2.4 Ação pedagógica contra o racismo

Este argumento é também raramente utilizado. Gomes fala acerca do potencial pedagógico das cotas raciais, na medida em que, por um lado, contribuiria para romper a perversa associação entre cor negra e funções sociais subalternas e, por outro lado, inculcaria nos indivíduos a utilidade da observância do pluralismo cultural. Por meio de "personalidades emblemáticas", "exemplos vivos de mobilidade social ascendente", poderia se quebrar o bloqueio que impede o crescimento criativo dos jovens negros (Gomes 2002: 134; Carvalho 2006: 54). As cotas raciais aumentariam, outrossim, a diversidade e representatividade dos grupos minoritários no país, e o pluralismo decorrente desse fenômeno só teria a beneficiar os países que se definem como multirraciais. Carvalho (2006) identifica outro efeito benéfico das cotas raciais: elas estariam forçando a comunidade acadêmica a se colocar seriamente a questão racial, além de ter criado uma rede nacional multiétnica entre intelectuais e ativistas que lutam pela sua legitimidade. Além disso, diz ele, a presença nas salas de aula de negros "oferecerá uma excelente oportunidade para se revisar e ampliar as teorias e os conteúdos quase que exclusivamente ocidentalizantes e eurocêtricos (...) (Carvalho 2006: 53). Vê-se que, além de raro, o argumento, em geral, é confusamente articulado: não se apresenta evidências de que esses efeitos são plausíveis e não há nenhuma clareza quanto ao sentido da causalidade.

Considerações finais

Para finalizar, gostaríamos de fazer alguns apontamentos críticos em relação ao debate como um todo.

Em primeiro lugar, que, com frequência, se desconsidera um fato histórico importante, qual seja: que foram os negros quem, pela primeira vez, denunciou de modo siste-

mático o caráter elitista e racialmente branco das universidades brasileiras; desta arte, produziu-se alguma reflexão sobre o sistema universitário brasileiro a partir da polêmica sobre as cotas. Como nota Carvalho, "o debate das cotas politiza o espaço acadêmico" (2006: 12) opondo o universalismo meritocrático às políticas de discriminação positiva. Todavia, é comum encontrar mesmo entre os defensores das cotas (respondendo aos seus críticos que apostam que a introdução das cotas irá prejudicar o nível de excelência das universidades)²¹, o argumento que existem indícios de que os cotistas têm desempenho igual ou melhor do que os alunos que ingressam pelo vestibular²². Entendemos que o dogma liberal do "mérito", dessa forma, consegue permanecer quase incólume, dado o seu enraizamento como valor em nossa cultura. Entretanto, isso impede o desenvolvimento de uma discussão necessária, a saber, a qualidade dos métodos tradicionais do vestibular e o próprio ensino superior que se quer construir no país²³. Em segundo lugar, deve-se salientar que as ações afirmativas em questão, recebem, elas mesmas, pouca atenção: sua natureza de medida institucional parcial e provisória (tal como jurídica e explicitamente anunciada), acaba sendo obscurecida em função da polarização ideológica do debate, que é direcionado para seus possíveis efeitos, dos quais, como se viu, se sabe muito pouco. Assim, nota Guimarães, o sistema de cotas é simplesmente uma nova regulamentação do conflito distributivo, "sem pôr em risco a reprodução do sistema como um todo" (2008: 129). Quer dizer: que impacto pode ter as cotas raciais na redução significativa das desigualdades raciais no país? Silva demonstra rara clareza quanto a isso, ao afirmar que as cotas raciais são entendidas pelo Movimento Negro como uma "estratégia de abertura de um processo de negociação de longo prazo no combate às desigualdades raciais" (2002: 108).

Guimarães observa que o discurso contra as cotas assume um caráter mais culturalista do que o favorável; a obra de Carvalho (2006), nesse sentido, parece ser, de fato, uma exceção do lado pró-cotas, uma vez que esse último discurso assume mais um caráter legalista e sociológico (baseando-se nos dados estatísticos de desigualdades raciais que servem como trunfo para essa posição).

Outro ponto pouco explorado, especialmente pelos "legalistas", é que se já existem inúmeros casos concretos de discriminação positiva no Brasil e quase a totalidade dos críticos das cotas raciais aceitam a criação de cotas sociais, por que essa inovação institucional em específico despertou tanto alarde? Silva sugere uma resposta a ser examinada: todas as ações afirmativas anteriores "deixaram intacto o nó górdio da sociedade brasileira, ou seja, o racismo produtor de desigualdades raciais" (2002: 111). Acreditamos que a criação das cotas raciais colocou em xeque a própria identidade nacional, fundada nas ideias de democracia racial e de mestiçagem, o que explica, pelo menos em parte, a radicalização ideológica que tem caracterizado o debate.

Concluimos que o debate acadêmico sobre as cotas raciais no país, de um modo geral, carece de qualidade quanto à clareza conceitual e às evidências empíricas apresentadas como sustentação dos argumentos em função: 1) do seu caráter ideologicamente polarizado (em que muito esforço se faz em com bater os argumentos contrários); 2) do caráter inovador dessa política pública pelo menos no Brasil. Julgamos também que ele teria muito a ga-

21 Todavia, em todos os textos "anti-cotas" consultados não foi encontrada uma única passagem com esse tipo de ilação.

22 Munanga, por exemplo, justifica as cotas raciais afirmando que o critério de competitividade será respeitado, bem como "os méritos e a excelência no seio do universo específico" (2003: 128).

23 Corretamente, Carvalho nota que "o código universalista europeu se transformou no nosso meio em um mecanismo basicamente alienante, na medida em que faz silenciar a discussão prática, também silenciosa, mas sistemática e generalizada, da discriminação racial. Colocada e defendida cegamente, a ideologia do mérito e do concurso passa a se desvincular de qualquer causalidade social e a flutuar num vácuo histórico (...). Universalizou-se apenas a concorrência, mas não as condições para competir" (Carvalho 2006: 23).

nhar por meio de uma análise comparativa mais sistemática das experiências de outros países com as cotas raciais, além do aprofundamento do debate acerca da natureza da universidade brasileira e, conseqüentemente, dos métodos de seleção dos seus estudantes. Claro está que o debate sobre as cotas confronta expectativas diversas quanto à ação estatal desejada e que incide com centralidade sob nossa própria identidade cultural.

Referências bibliográficas

- CARVALHO, José Jorge. 2006. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. 2ª ed. São Paulo: Attar.
- COPI, Irving. 1974. *Introdução à lógica*. São Paulo: Mestre Jou.
- FERNANDES, Florestan. 2007. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global.
- FRY, Peter et al (Org.). 2007. *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne. 2007. Política social de alto risco. In: FRY, Peter et al (Org.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 277- 281.
- FRY, Peter. 2007. Pode-se criar uma cisão racial. In: _____. (Org.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 333-341.
- _____. Introduzindo o racismo. 2007. In: _____. (Org.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 155-160.
- GUIMARÃES, Antonio. 2003. O acesso de negros às universidades públicas. In: SILVA, Petronilha (Org.). *Educação e ações afirmativas: entre a justiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Inep, pp. 193-216.
- _____. 2008. *Preconceito racial: modos, temas e tempos*. São Paulo: Cortez.
- GOMES, Joaquim Barbosa. 2000. O uso da lei no combate ao racismo: direitos difusos e as ações civis pública. In: GUIMARÃES, Antonio; HUNTLEY, Lynn (Org.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, pp. 389-410.
- _____. Ações afirmativas: aspectos jurídicos. 2002. In: SEYFERTH, Giralda et al. *Racismo no Brasil*. São Paulo: ABONG, pp. 123-143.
- MAGNOLI, Demétrio. 2007. Abolição da Abolição. In: FRY, Peter et al (Org.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 63-64.
- _____. 2007. Constituição do racismo. In: FRY, Peter et al (Org.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 283-286.
- _____. 2007. Afro-descendentes. In: FRY, Peter et al (Org.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 219-222.
- _____. 2007. Ministério da Classificação Racial. In: FRY, Peter et al (Org.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 133-136.
- _____. 2009. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Contexto.
- MAIO Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. 2007. Cotas e racismo. In: FRY, Peter et al (Org.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 161-166.
- _____. 2007. Um Brasil de cotas raciais. In: FRY, Peter et al (Org.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 287-292.
- MUNANGA, Kabengele. 2003. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas. In: SILVA, Petronilha (Org.). *Educação e ações afirmativas: entre a justiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Inep, pp. 115-130.
- PENA, Sérgio Danilo Junho. 2007. Ciência, bruxas e raças. In: FRY, Peter et al (Org.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 43-47.
- _____. *Humanidade sem raças?* 2008. São Paulo: PubliFolha.
- SILVA JUNIOR, Hédio. 2000. Do racismo legal ao princípio da ação afirmativa: a lei como obstáculo e como instrumento do povo negro. In: GUIMARÃES, Antonio; HUNTLEY, Lynn (Org.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, pp. 53-74.
- _____. Ação afirmativa para negro (as) nas universidades: a concretização do princípio constitucional de igualdade. 2003. In: SILVA, Petronilha. (Org.). *Educação e ações afirmativas: entre a justiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Inep, pp. 99-114.
- SILVA, Maria Aparecida da. 2002. Ações afirmativas para o povo negro no Brasil. In: SEYFERTH, Giralda et al (Org.). *Racismo no Brasil*. São Paulo: ABONG, pp. 105-121.

HERANÇAS, RELAÇÕES E APRENDIZADOS: A CONFIGURAÇÃO DO ESTILO DE VIDA NAS TRAJETÓRIAS SOCIAIS DOS “TITÃS”.

INHERITANCE, RELATIONS AND LEARNING: THE CONFIGURATION OF LIFESTYLE IN PATHS OF SOCIAL THE “TITÃS”

Marcos Humberto Stefanini de SOUZA¹

RESUMO: A pesquisa visa, a partir da análise da trajetória social dos integrantes da banda Titãs, relatar seus posicionamentos sociais, suas “formas” e estilos de vida assumidos. Para isso é necessário o estudo das relações artísticas em seus contextos sociais. Analisaremos os “titãs” por meio da chave interpretativa identificada em suas heranças socioculturais, uma vez que a origem social, as redes de relações sociais e os aprendizados – seja do grupo ou de cada indivíduo – configuram a “forma” e o estilo de vida assumido pelo agente social e pela banda, sendo que essa “forma” é responsável pelos anseios artísticos por eles buscados. Faremos a leitura de suas heranças, trajetórias, envolvimentos e determinações que possibilitaram a cada integrante da banda ser reconhecido como músico e artista. Sobre a bibliografia já existente sobre a banda, essa nos servirá para a coleta de dados, assim como toda a bibliografia que tangencia os “titãs” é de grande importância, uma vez que essa comporá, junto com entrevistas extraídas de diversos meios de comunicação, bem como outros documentos e registros, os quais são a fonte de onde extrairemos as informações mais relevantes, traçando o desenvolvimento das relações que envolvem os integrantes.

PALAVRAS-CHAVE: Trajetória social, Rede de relações, Titãs.

ABSTRACT: The research aims at analyzing the social history of the band Titãs, report their social positions, their “forms” and lifestyle commitments. This requires the study of artistic relationship in their social context. Examine the “titãs” though interpretive key identified in their socio-cultural heritage, since the origin of social networks and social learning – either the group or each individual – configure the “form” is responsible for the artistic yearnings they sought. We read their legacies, trajectories, wraps and determinations that allowed each band member to be recognized as a musician and artist. On the literature about the band, this will serve to collect data as well as all the literature that touches the “titãs” is of great importance, since this will make up, along with interviews taken from various media and other documents and records, which are the source from which we retrieve the most relevant information, tracing the development of relationships involving members.

KEYWORDS: Trajectory social, Network relationships, Titãs.

1.Introdução

A pesquisa acerca da trajetória social possibilita captarmos informações relacionadas aos meios sociais a que uma pessoa pertence e frequenta, bem como das relações estabelecidas nesse meio, por isso é importante apreendermos a trajetória social, para traçarmos a figuração assumida por um agente social, ou por um grupo de agentes, outra fonte importante são as figurações sociais das famílias², pois possibilita ao agente social sua identificação e seu pertencimento social, onde são criadas as redes de relacionamento que proporcionam múltiplas formas de aprendizados, que abrangem a formação quanto artistas e as realizações enquanto agentes sociais, pois, “uma pessoa não se

¹ Mestrando em Ciências Sociais, vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista - Julio de Mesquita Filho - Unesp – Campus Marília, Marília / São Paulo / Brasil. Email: poscs@marilia.unesp.br

² Apontamentos referentes as questões sociais do cotidiano, que reverberam tanto suas atitudes e comportamentos quanto a representação social singular entre de cada membro que se autorreconhecem socialmente.

divide em artista em um compartimento e ser humano no outro” (Elias, 1995, p. 85). Ao demonstrar como as relações sociais e as criações artísticas não se dissociam, mas pertencem ao mesmo ser social, Elias (1995), a partir da análise da trajetória de Mozart, afirma que todos os elementos formadores sociais dos artistas se imbricam e determinam suas pretensões, formações específicas e estilos de vida assumidos.

De acordo com este enfoque, os biógrafos de Mozart muitas vezes supõem que compreender Mozart enquanto artista, e portanto sua arte, pode estar dissociado de compreender Mozart enquanto homem. Esta separação é artificial, enganadora e desnecessária (Elias, 1995, p.53).

As questões pessoais e de personalidade estão ligadas diretamente ao seio familiar e também é importante considerarmos as referências espaço-temporais, pois os locais frequentados, onde instituem suas identidades contribuem com seu aprendizado. Consideremos essa relação, por entender que o espaço não se desvincula do tempo, do contexto social, político, econômico, ideológico, que auxiliam na configuração das relações experienciadas. Tais espaços, quando abertos às manifestações artísticas, podem atuar como ambientes de “exceção ao contexto social”³.

O presente artigo apresenta como problemática: a busca pelos processos de aprendizados sociais, que configuram as ações artísticas dos “titãs”, não pretendemos uma análise estética do objeto de estudo, esse assunto se faz presente por citações e entrevistas da banda colhidas através de diversas fontes, mas a pretensão é de estabelecer, as formas de manifestação e representações sociais do grupo e de seus integrantes, o que constitui a hipótese central de que a produção artística é determinada pelas trajetórias, contemplando as relações, heranças e aprendizados sociais e culturais e a profissionalização do artista.

1.1 DO OBJETO DE ESTUDO

Como objeto de pesquisa, optou-se pela banda musical paulistana Titãs, surgida no início da década de 1980, em São Paulo, que teve seu primeiro disco lançado em 1984: o homônimo “Titãs”. Com o terceiro álbum, “Cabeça Dinossauro” de 1986, conseguiram abrangência e reconhecimento dentro do campo do rock nacional, tornando-se uma das bandas de referência à música produzida no Brasil, dentro da categoria. O grupo tinha uma formação destoante dos demais. Enquanto as outras bandas de rock somavam, em média, quatro integrantes, o Titãs era composto pelo dobro: Charles Gavin (que passou a integrar a banda em 1985), Sergio Brito, Arnaldo Antunes, Paulo Miklos, Tony Bellotto, Marcelo Fromer, Branco Mello e Nando Reis. Outra distinção era a inexistência de um líder nomeado, uma vez que todos falavam em nome da banda, ponto reforçado pelas apresentações e gravações sem configuração engessada já que havia rotatividade nos vocais e em alguns instrumentos.

A bibliografia “oficial” do Titãs e os demais autores que abordam o rock na década de 1980 configuram os seus integrantes como seres escolhidos, detentores de carisma e determinação mágica, abordagem construída pelo pinçar de elementos do passado dos componentes da banda, que justifiquem suas predileções musicais, todos os elementos que são selecionados, servem para ratificar as escolhas artísticas dos “titãs”, como na citação que segue:

Decidido a ser baterista, mas ainda sem perspectivas de conseguir um instrumento, aproveitava frisos metálicos das laterais do Opala do pai, que tinha sido trocado, e os transformava em baquetas. O sofá e as poltronas revestidas de couro viravam caixas, tons, surdos e dois cinzeiros de metal serviam de pratos. Estava pronta a primeira bateria do autodidata Charles, que obviamente só era utilizada na ausência dos pais. [...] Charles passou a fazer malabarismo nos anos seguintes: cursava faculdade de Administração na PUC; trabalhava na

³ Essa experiência de “exceção” ocorre nos espaços de liberdade artística, que foram proporcionados primeiramente nas cortes européias e acabaram refletindo em benefícios e reconhecimentos que alguns artistas adquiriram.

Panasonic, operando computadores gigantescos, dos tempos das cavernas; e nas horas de folga tocava compulsivamente [...] (Alzer; Marmo, 2005, p.74-75).

Em nosso enfoque, essa citação exige uma análise mais profunda. É possível interpretar que, pelo contato do artista com a música, ele revela uma relação gradativa com os instrumentos ligados à percussão que, por identificação, configura sua forma de criar e se expressar artisticamente, onde buscamos traçar os primeiros indícios de interesses e por quais motivos esses interesses surgem, buscando equalizar aos aprendizados sociais, associadas às relações estabelecidas pelo agente social, dessa forma demonstrar como o indivíduo não nasce pronto, mas sim como aprende, como acomoda suas escolhas de trajetórias baseadas em um “esqueleto” montado através de aprendizados que o indivíduo carrega e agrega.

Para outro exemplo, observem-se as seguintes citações: “E além do mais, existia o Arnaldo Antunes [...] que considero o maior poeta de sua geração” (Midani, 2008, p.202). As observações acerca de Arnaldo Antunes têm o objetivo de lhe atribuir um dom, de transformá-lo em um ícone artístico de sua geração, que assumiu sua função e vocação de músico e “gênio”.

Arnaldo Antunes além de ter alcançado o reconhecimento dentro do campo musical, também o conseguiu em outros campos artísticos consagrados, como as artes plásticas e a literatura, o que permite certos excessos e eloquências da mídia, como na entrevista de Erasmo Carlos ao Jornal Folha de São Paulo, de 18/09/2009, no Caderno Ilustrada, p. 1: “[...] a grandeza do poeta é ir além do pensamento e decodificar as emoções que o medo, a inabilidade, a acomodação e a hipocrisia não expõem. Arnaldo faz isso muito bem, com humor e com amor. Afinal de contas, o iê-iê-iê também é dele”.

Tal citação coloca sobre Arnaldo Antunes uma incumbência que extravasa a de um artista, pois o mostra como alguém capaz de decifrar algumas instâncias humanas, mostrando que o mesmo chega ao limite da genialidade. Vale ressaltar que o trecho citado é de Erasmo Carlos, figura de grande importância dentro do cenário da música nacional, vinculado a Jovem Guarda, um movimento musical repellido pelos campos consagrados da música nacional: a MPB e a Bossa Nova, onde havia uma relação complexa entre os campos musicais. Essa passagem mostra a importância que Arnaldo adquiriu dentro do cenário musical, mas como essa importância é distorcida, pois sempre estão revestidas de “mágica” e de “genialidade”, mesmo por um dos precursores do rock no país, estilo que só se consagrou na década de 1980.

Os “titãs” participaram do momento histórico em que o rock atingiu seu ponto de consagração dentro do cenário da música nacional, dessa forma a atuação dos mesmos foi relevante ao ponto de serem apontados como uma das bandas pilares do rock nacional e até em certos períodos como a melhor banda de rock do país, dentro desse quadro a presença do público é de grande relevância, para mensurarmos a aceitação do estilo e da banda. Em entrevista a Revista Bizz de 1988, Nando Reis deixa claro, a importância em se conquistar o público, como algo processual e que podemos usar como “termômetro” da consagração do grupo: “No ano passado a gente tocava no Rio para mil, mil e quinhentas pessoas. Levamos seis anos para conquistar o público que a gente tem aqui.”

A declaração evidencia quanto tempo eles levaram para conseguir se consagrarem dentro do rock brasileiro e nos trás, a dificuldade de abordagem junto ao público carioca. Mas quando consagrados chegaram a fazer shows em festivais que contava com mais de 100 mil expectadores e serem aclamados pelo público (inclusive carioca), como no lançamento do quarto álbum: “Jesus não tem dentes no país dos banguelas”, cujo lançamento foi feito no festival Hollywood Rock em 1987.

Outra abordagem muito utilizada é a justificativa desse determinismo “mágico” através de declarações sobre a infância dos músicos.

[...] Tony [Bellotto] traçou cedo o rumo que tomaria na vida: depois de ler uma reportagem sobre Jimi Hendrix, em 1970, na revista *Manchete*, decidiu que seria guitarrista de rock. Até então nunca tinha ouvido Hendrix. Saiu à caça de seus discos e começou a tocar violão e arriscar suas primeiras composições [...] (Alzer; Marmo, 2005, p. 83).

A citação de Tony Bellotto é interessante para observarmos os meios aos quais ele tinha contato e acesso, uma vez que leu a reportagem sobre Hendrix, na revista *Manchete*, onde começamos a perceber quais são os meios que servem de informação, quais são as possibilidades disponíveis ao indivíduo, como comprar os discos de Hendrix, buscar o que lhe interessava, e como essas informações são absorvidas, manifestadas e compreendidas por Tony, pois havia um meio à disposição dele, esse meio favoreceu a construção do agente social. Essas possibilidades de acesso e de escolhas são possíveis, pois há uma retaguarda social da família e da rede de relações estabelecidas por ele.

Para Midani, os Titãs se tornaram:

[...] a maior banda de rock nacional. Conviver com eles era compartilhar uma viagem ao real universo da democracia: os Titãs amam, brigam, gritam, cantam, compõem, choram, riem, discordam, exultam, discutem, suam, reclamam, duvidam e afirmam até as últimas consequências, e incansavelmente. (Midani, 2008, p. 202).

Midani atribuiu a eles uma essência democrática, mas sem a preocupação de percorrer a trajetória deles e buscar pelo aprendizado sobre democracia que tiveram, não há nenhuma busca acerca do aprendizado e das relações sociais estabelecidas que possibilitaram aos “titãs” terem o estilo de vida que têm e as realizações artísticas que concretizaram.

Não há nenhuma informação sobre a participação política ativa dos “titãs”, eles estavam envolvidos em um meio político, exemplo de Sérgio Britto, cujo pai era político, que optou pelo exílio durante a ditadura, uma vez que era Ministro do Trabalho e Previdência Social no governo de João Goulart, e após seu retorno ao Brasil, se elegeu ao cargo de vice-governador de São Paulo durante a administração 1987-1991, essa influência é relevante para identificarmos as relações de aprendizados possíveis, pois houve convívio com a situação de exílio, de articulações e reuniões políticas, ou seja, teve contato próximo a figuras ligadas a vida política.

1.2 TRAJETÓRIAS SOCIAIS

Analisando a trajetória social dos “titãs”, é possível constatar semelhanças entre as origens sociais, a exceção de Charles Gavin que, segundo as referências, era oriundo de uma posição social um pouco divergente dos demais integrantes. É significativo o fato de que os pais dos demais “titãs” eram profissionais liberais, ligados a diversos setores, como: professores universitários, pianista clássico, político, diretora de teatro⁴.

“O que equivale dizer que não podemos compreender uma trajetória (isto é, o *envelhecimento social* que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. Essa construção prévia também é a condição de qualquer avaliação rigorosa do que podemos chamar de *superfície social*, como descrição rigorosa da *personalidade* designada

⁴ Tratamos de pessoas que pertencem ao mesmo estrato social e que se identificam socialmente, possibilitando a formação da banda e servindo como retaguarda e aval para a atuação dos titãs.

pelo nome próprio, isto é, o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos.” (Bourdieu, 1996, p.190)

Essa relação familiar favoreceu determinados aprendizados sociais aos “titãs” e através das letras de suas músicas, podemos extrair informações sobre tal aprendizado, pois na construção destas, eles nos transmitem elementos relevantes, como: “Fa-cul-da-de / Faculdade mental / Faculdade medicinal / Faculdade / Eu nunca fiz faculdade”.

No trecho acima citado, da música Faculdade⁵, os “titãs” declaram nunca terem feito faculdade. Podemos tomar esse trecho como uma representação de um estilo de vida assumido pelos músicos que, além de ter uma importante significação da trajetória dos mesmos, traz informações relevantes sobre os aprendizados sociais por eles incorporados, os membros da banda chegaram a ingressar em cursos superiores, mas abandonaram a formação acadêmica para se dedicarem à carreira de músicos.

Segundo nossa análise, essa decisão não foi uma simples opção pela carreira de músicos. Há que se considerar que a projeção artística e o status que buscavam não estavam relacionados à carreira acadêmica ou a inserção ao meio acadêmico e universitário, mas sim relacionada à execução de um projeto coletivo, que visava obterem projeção por meio de realizações artísticas, sendo a música a primeira escolhida por eles, pois já havia contatos através de rede social e das famílias com o meio musical e artístico, onde as famílias serviam como retaguarda, essa postura só é possível para pessoas que detenham cabedal e conhecimento a respeito dos meios de consagração relacionados a academia e a vida artística.

Quando relacionamos essa escolha aos aprendizados sociais, notamos que os “titãs” tinham, por relações estabelecidas dentro das suas próprias famílias, contatos com pessoas pertencentes ao meio acadêmico, com isso sabiam como eram os mecanismos de atuação e consagração que envolvia a academia, por isso não continuaram seus cursos, pois sabiam que a consagração que buscavam não poderia ser atingida por esse meio, mas sim com a inserção no meio artístico. Para isso, buscaram na rede social, pessoas que pudessem contribuir com suas expectativas, transmitindo a eles aquilo que se constituiria como os aprendizados essenciais para consecução do plano: como atuar e como se portar diante do meio artístico, dessa forma, direcionaram suas trajetórias de acordo com as projeções e buscas para conseguir projeção artística. Tal desejo de realização artística pode ser exemplificado pela música Comida⁶, que diz: “Bebida é água. / Comida é pasto. / Você tem sede de que? / Você tem fome de que? / A gente não quer só comida, / A gente quer comida, diversão e arte.” Os próprios titãs já deixaram claro, num número relevante de entrevistas, que suas composições não podem ser categorizadas como músicas de protesto, mas sim que suas composições tentam clarificar suas insatisfações, seja frente a algumas instituições, como: Igreja, Polícia e o Estado, seja perante a situação de escassez de comida e de oportunidades, como na música Comida, ou seja, há uma crítica política nas músicas, pois miram suas composições a pontos pertinentes, que estão inseridos no cotidiano deles, assim buscam um diálogo diante da sociedade, colocando em foco os bens simbólicos relacionados a eles, uma vez que protestavam por arte, como balé⁷.

“[“A selvageria do disco não é puramente crítica, porque a gente assume e potencializa isso”, fala Britto. Arnaldo completa: “Falamos destas coisas (“Igreja”, “Polícia”, “Lei”, “Família”, “Diversão” – títulos de algumas faixas), mas sem quereremos ser panfletários ser

⁵ “Faculdade”. Autoria de Branco Mello, Marcelo Fromer, Nando Reis, Arnaldo Antunes e Paulo Miklos. Faixa nº 11 do álbum “Ô Blésq Blom”, lançado em 1989.

⁶ “Comida”. Autoria de Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto. Faixa nº 2 do álbum “Jesus não tem dentes no país dos banguelas”, lançado em 1987.

⁷ Em trecho da música “Comida” há seguinte passagem: “A gente não quer só comida, a gente quer comida diversão, balé”

bons só pelo lance do ‘rock de protesto’. Não é por ai que queremos o aval da critica.”]” Entrevista concedida à Revista Bizz de 1986.

Em entrevista sobre o álbum “Cabeça Dinossauro”, consta a seguinte pergunta: “E para qual direção os Titãs estão apontando agora?”. A resposta que foi dada em nome do grupo, diz: “Para um caminho mais rock, menos pop, mais descompromissado com a mídia, com o rádio. Este é um disco que está mais ligado com a idéia básica do rock, [...]. O que a gente fala são coisas simples, que as pessoas vivem. Não são idéias estapafúrdias que entrem em choque com o que elas pensam.”⁸

Dessa forma o Titãs demarcaram o espaço deles no campo do rock, principalmente após o lançamento do álbum “Cabeça Dinossauro”, que trouxe a mudança de estilo do Titãs, que trouxe a eles enaltecimentos por fazerem composições mais pesadas, com letras, melodias e músicas, seguindo um estilo voraz, dessa forma o espaço que passam a ocupar no campo do rock, reflete a distinção que eles adquiriram, pois realizavam composições discrepantes das demais bandas de sucesso, distinguindo seu espaço, pois se politizavam e desde que assumiram uma forma de compor unificada - já que os dois álbuns anteriores, se caracterizavam pela multiplicidade sonora, pela miscelânea musical-, passaram a determinar certas regras e possibilidades dentro do campo do rock.

O amadurecimento pessoal é amplamente utilizado pelos “titãs”, como justificativa para a unidade musical, mudança ocorrida a partir do álbum “Cabeça Dinossauro”.

Sergio Britto declarou em entrevista a Revista Bizz de 1988: “[...] o Nando sempre diz: que a evolução do nosso trabalho tem a ver com a nossa evolução pessoal.” Referencia as mudanças entre os álbuns “Televisão” e “Cabeça Dinossauro”.

Na seqüência da entrevista, poderá Nando: “A gente teve essa opção de, tudo bem: teríamos de frustrar alguns dos nossos desejos de abordar todas as opções musicais para nos concentrarmos em uma, e nos satisfazermos muito mais com a sofisticação e o enriquecimento dessas áreas que escolhêssemos acho essa a opção fundamental de *Televisão* para *Cabeça Dinossauro*. Pô, temos de criar uma linguagem nossa, que não seja dispersiva tão cheia de elementos que, em vez de resultar numa coisa forte acabe ficando sempre fragmentos de possibilidade. Acho que essa opção é muito clara como diferença. A gente não pode sustentar oito pessoas investindo naquilo que vai contra aquilo de que diferimos, do que não gostamos. Queremos achar um terreno comum onde transitemos com igualdade e com a mesma distancia de indivíduos.”

Observamos que a profissionalização do Titãs pode ser notada não somente pela forma como passaram a se portar diante do cenário do rock, através da unidade sonora, como também adotaram medidas que justificam esse status de profissionalismo, contrataram um agente para cuidar das questões profissionais e financeiras da banda e também pela observação dos músicos sobre si.

Charles Gavin, no programa esportivo: Redação SporTV⁹, enaltece as mudanças pelas quais passou pelo seu amadurecimento, disse ele: “quando jovem você faz coisas que as outras pessoas esperam que você faça, você é influenciável, e também toca com maior vigor, quando mais velho, você se torna mais maduro, experiente, isso agrega mudanças às suas concepções, para tocar você adota outro estilo, e a composição passa a se encaixar em coisas mais relacionadas ao artista, faz as músicas para você e as coisas que te interessam.”

Retomando a questão espaço-temporal, há que se destacar um local importante: o colégio Equipe¹⁰, freqüentado por todos, à exceção de Charles Gavin. Tony Bellotto, apesar de não ser estudante do colégio, sempre o freqüentou, participando principalmente dos shows e apresentações que aconteciam em seu pátio interno. O colégio Equipe serviu como espaço para a criação de um círculo

⁸ Edição nº2 da Revista Música Instrumental de 1986,

⁹ Programa exibido pelo canal SporTV, no dia 30 de setembro de 2011

¹⁰ Colégio freqüentado por filhos membros e simpatizantes das visões política ligadas a esquerda.

de contatos, ambiente que permitiu trocas de experiências e acesso a diversas possibilidades de atuação artística, como a televisão e o cinema, já que ex-alunos do Equipe passaram a atuar nesses meios, como Sérgio Groisman e Cao Hamburger, respectivamente. A rede de sociabilidade criada dentro do Equipe possibilitou a utilização do palco do teatro Lira Paulistana¹¹, para as primeiras apresentações de membros do Titãs, como a de Arnaldo Antunes, Paulo Miklos e Branco Mello, em propostas artísticas que misturavam músicas e performances teatrais¹², além de apresentações do “Titãs do iê-iê”¹³.

A visão pedagógica do colégio Equipe era diferenciada, pois permitia escolhas aos alunos, o que influenciou em suas trajetórias, a instituição abria os espaços do colégio para manifestações artísticas, por isso se tornou um espaço onde foi possível estabelecer um grupo, ou grupos a parte, pois havia uma concepção diferenciada, tanto das pessoas que ali trabalhavam, como das famílias que matricularam seus filhos, por mais que fosse uma instituição aberta, a procura por ela era feita por um grupo específico de pessoas, que entendiam que os parâmetros de educação, de possibilidades e de posicionamento do colégio eram o mais adequado à suas posições sociais e políticas, em certa medida de seus filhos também, uma vez que esses agentes sociais já tinham herdado parte dessa carga simbólica oriunda das famílias.

A passagem dos “titãs” pelo Equipe os proporcionou vários aprendizados, que passariam a compor a trajetória dos agente sociais, corroborando com o projeto artístico por eles almejado, já que ali desenvolveram uma importante teia de relações sociais, que abriram oportunidades de atuações em diversos ambientes, essa teia tem seu um início nas famílias, uma vez que os pais deles constituíram um conjunto de relações, que passa por inúmeras variáveis, como: política, academia, teatro, música clássica entre outras, que possibilitaram meios e condições para as manifestações e exposições artísticas de seus filhos junto as pessoas, inseridas nessa teia de relações.

As apresentações da banda, principalmente, no início da carreira, seguiam uma configuração teatral, contavam com cenários, roupas, penteados e coreografias. Podemos usar como exemplo a música “Sonífera Ilha¹⁴”. Quando se apresentavam em programas de auditório, havia uma coreografia a todos os integrantes, faziam da execução da música uma apresentação teatral performática. Essa forma de apresentação pode ser associada às suas trajetórias e aos diversos envolvimento em suas redes de relações sociais, como: Paulo Miklos e Arnaldo Antunes da Banda Performática de Aguilar¹⁵, baseada em apresentações teatrais.

Nestas redes de relações, as posições nem sempre são harmoniosas e passivas. Ocorrem choques e defesa de posições. Um exemplo disso é a relação dos músicos com seus produtores musicais, como Liminha (Arnolpho Lima Filho), produtor musical da gravadora WEA, foi responsável pela produção, entre outros, do álbum “Cabeça Dinossauro”, de 1986.

Evidencia-se, pela bibliografia consultada, que há uma relação de forças entre o produtor musical, que tem o papel de um “mediador privilegiado¹⁶” (Napolitano, 2005. p.35), que representa os interesses da gravadora, ao buscar e negociar o acréscimo financeiro à obra e a concepção da banda, pois intervém no processo de concretização do projeto artístico inicial dos músicos. Desse ponto, surge a necessidade de analisar a dinâmica entre as ações dos artistas e o agente da gravadora.

¹¹ Eduardo Schiavone Cardoso era aluno do colégio Equipe e trabalhou no teatro Lira Paulistana de 1981 a 1985.

¹² Apresentações datadas de 1982, mostradas no filme: *Titãs, a vida até parece uma festa*.

¹³ Nome que a banda manteve entre 1982 e 1983, depois alterado somente para Titãs. Um dos motivos que levaram a mudar o nome da banda foi a forma como eram chamados: Titãs do Iê-Iê-Iê.

¹⁴ Primeira música de sucesso nacional dos Titãs.

¹⁵ José Roberto Aguilar, artista plástico, idealizou a Casa Azul, ateliê de artes voltado às artes plásticas e também a Banda Performática, que realizava apresentações musicais, caracterizadas de apresentações teatrais performáticas.

¹⁶ Os mediadores privilegiados atuam seguindo os interesses da gravadora, dessa forma alteram a “imagem do produto”.

O produtor musical atua agregando interesse material às produções artísticas, enquanto os artistas defendem suas posições perante sua obra¹⁷. Dessa relação surge o choque de interesses quanto à “forma” da obra, em uma relação que também se estabelece como aprendizado ao grupo e como um alargamento de sua teia de relações sociais, pois o “mediador privilegiado” passa a integrá-la e a disponibilizar ao artista possibilidades de atuação em um cenário ampliado em vista ao início da carreira.

“Um dos conceitos que mais vem sendo usado para pensar a cultura para além do processo de produção/distribuição dos “produtos” é o de “mediação” para pensar a cultura e a música popular, em particular. Para Keith Negus, certos agentes do processo de criação/socialização da música têm mais peso em alguns contextos sociais e históricos específicos e funcionam como mediadores privilegiados.” (Napolitano, 2005, p. 35)

Outro importante meio de aprendizado foi a televisão, principalmente para Branco Mello, por ter contato com o teatro, cinema e televisão, o artista aprendeu sobre o valor simbólico desse meio, uma vez que no início da carreira o Titãs buscavam os programas de auditório para se apresentarem, pois compreendiam a importância e relevância desse meio de comunicação e também pelo espaço simbólico, pois inseridos na televisão o reconhecimento e a identificação deles poderia ser mais evidente, tirando proveito disso para constituir e difundir a arte em sua vida, através de suas heranças e aprendizados, Branco Mello, consiga enxergar e entender com maior clareza as formas estruturais relacionadas a televisão.

Essa situação pode ser corroborada por Bourdieu ao afirmar que:

A imersão em uma família em que a música é não só escutada (como ocorre nos dias de hoje com o aparelho de alta fidelidade ou o rádio), mas também praticada (trata-se da ‘mãe musicista’ mencionada nas Memórias burguesas) e, por maior força de razão, a prática precoce de um instrumento de música nobre – e, em particular, o piano – têm como efeito, no mínimo, produzir uma relação mais familiar com a música que se distingue da relação sempre um tanto longínqua, contemplativa e, habitualmente, dissertativa de quem teve acesso à música pelo concerto e, a *fortiori*, pelo disco [...] (Bourdieu, 2008, p. 73)

O Titãs participou do filme *Areias Escaldantes*, de Francisco de Paula em 1985, essa participação reforçam a idéia da importância da rede social de relações, pois a participação em 1985 quando a banda não tinha grande evidência no cenário da música nacional, mostra que eles obtiveram essa possibilidade por, talvez conhecerem pessoas que permitiram a participação da banda. Com isso, alcançaram maior visibilidade ao grande público ação relacionada às pretensões artísticas dos integrantes da banda.

Essas relações se estenderam no decorrer da existência da banda e também na vida de cada integrante, o que possibilitou aos membros atuarem em diversos campos artísticos distintos. Arnaldo Antunes: publicou livros, promoveu mostras artísticas, realizou curadoria de exposição, participou de encenações e expôs suas obras no Museu de Arte Contemporânea (MAC) da USP. Tais intervenções foram possíveis pelo contato com pessoas de diferentes campos artísticos, permitindo o aprendizado de técnicas e recursos diversos, que possibilitaram sua múltipla exposição artística. Essa sua relação com a arte plástica pode estar associada ao seu contato com o artista plástico Aguilar.

Essa mesma linha de raciocínio é válida para os demais “titãs”, pois todos buscaram estabelecer, dentro de suas trajetórias, contatos com outros campos artísticos: Tony Bellotto lançou livros e apresenta um programa no canal *Futura*, que relaciona rock e literatura – sua relação

¹⁷ Podemos notar essa defesa de posição no filme: *Titãs, a vida até parece uma festa*, quando Charles Gavin (baterista dos Titãs) e Liminha (produtor musical) se desentendem. Liminha diverge sobre o modo como Charles toca em uma música, alegando que esse estraga todo o andamento da melodia por destacar demais o som da bateria. A argumentação do produtor se sobrepõe e Charles altera o modo como estava tocando. É notório nesse momento o choque de interesses.

com a literatura pode ser associada ao aprendizado social que teve dentro de sua casa, uma vez que sua mãe é uma importante referência no meio acadêmico, e possivelmente sempre envolvida com livros, pesquisas etc. Essa relação disponibilizou a Tony os meios necessários para, além do contato permanente com livros, compreender a literatura.

Paulo Miklos investiu na carreira de ator e fez alguns trabalhos como modelo. O artista foi integrante da Banda Performática de Aguilar durante a década de 1980, pode-se detectar, a partir desse contato, um ensinamento acerca da postura representativa, já que o projeto de Aguilar não se prendia somente à música, mas a sua execução e interpretação de maneiras diversas.

Charles Gavin tornou-se um importante produtor musical e apresentador de um programa no *Canal Brasil*, relacionado a discos de vinil. A partir de sua pesquisa em discos antigos, apresenta os bastidores de álbuns que se tornaram clássicos da música brasileira, lançadas no formato LP (*Long Play*).

Branco Mello produziu um disco com canções infantis, além de alguns *clips* do Titãs. É também responsável por boa parte do material e pela direção do filme da banda lançado em 2009: *Titãs, a vida até parece uma festa*, também é o responsável pela trilha sonora do seriado, *Aline* exibido na *Rede Globo*. Sua relação com o cinema, teatro e televisão começa dentro de casa por influência da mãe, produtora cultural, que proporcionava ao titã contato constante com pessoas ligadas a esses meios, além do aprendizado social, há a constituição de uma importante rede de sociabilidade.

Nando Reis fez parcerias como compositor e produziu álbuns de Cássia Eller, Sergio Britto realizou trabalhos gráficos (colagens e desenhos) e Marcelo Fromer adotou um estilo artístico muito peculiar, a culinária, publicando um livro sobre o assunto.

Essa atuação artística múltipla faz parte de um projeto de vida, relacionado a atuações diversificadas, frente as possibilidades artísticas, o envolvimento em diversas composições artísticas já consagradas, são possíveis através das heranças, aprendizados e de ações proativas, assumindo o posicionamento artístico como profissão, que possibilitou aos “titãs” terem a “performance” como sua marca. Assim, ao externalizar seus anseios artísticos – já que suas apresentações no início da carreira eram caracterizadas como teatrais –, segundo os próprios titãs “era uma forma para se destacarem”. Além da busca por evidência, era essa a forma adotada para satisfazer os seus desejos artísticos; ou seja, utilizavam a possibilidade de se apresentarem como uma banda para colocarem em prática algumas de suas posições e variações artísticas.

Além dos anseios para atuarem em diversos campos artísticos, os “titãs”, contavam com os capitais simbólicos necessários, capitais esses herdados e adquiridos através das redes de relações sociais, e também em suas trajetórias. São esses capitais que permitem a inserção e atuação em diversos campos artísticos.

O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio (Bourdieu, 2003b, p.145).

Podemos notar que todas essas atuações são possíveis, tendo como chave interpretativa as suas heranças, relações sociais e o aprendizado social que eles obtiveram, configurando os estilos de vida que adotaram, tanto na atuação artística, como em prol da construção de uma carreira profissional envolvida com vários campos artísticos já consagrados.

De acordo com os aspectos estudados e analisados acerca dos “titãs”, pode-se notar que as realizações da banda, sejam elas no campo da música ou em outros campos artísticos, são manifestações artísticas, estreitamente relacionadas ao estilo de vida assumido por eles, pois a origem social, as redes de relações sociais, os aprendizados, seja do grupo ou de cada indivíduo, desembocou na “forma” assumida pelo agente social e pela banda, sendo que essa “forma” é responsável pelos anseios artísticos por eles buscados.

A presente pesquisa trabalha com essas trajetórias sociais, com o intuito de detalhar como foram e são desenvolvidas as relações sociais dos integrantes, dentro de uma mesma camada social, e depois no decorrer da trajetória da banda, uma vez que o reconhecimento social foi um quesito importante para o início da formação do grupo baseada em uma interação de pessoas pertencentes a um mesmo estrato social.

É exatamente esse mesmo sentido que se observa no campo da criação. Por um lado, ele compreende a possibilidade de asseverar uma determinada noção de conjunto, expressiva de uma determinada ordem de mundo, e, por outro, a possibilidade de renovar seus procedimentos expressivos, ou seja, renovar os símbolos distintivos de uma dada posição na estrutura social (Bergamo, 2007, p. 95).

No decorrer da trajetória, a estruturação da banda passou a cercear outras possibilidades de atuação artística. Por isso alguns integrantes decidiram se desligar da banda – como Arnaldo Antunes, Nando Reis e Charles Gavin –, mas a formação do Titãs não deixa de ser um reflexo das pretensões artísticas dos seus integrantes. Dentro dos aspectos considerados e analisados notamos que as realizações dos “titãs”, são frutos de um estilo de vida assumido e fundamentado na origem social, nas redes de relações sociais e nos aprendizados, configurando a “forma” assumida pelo agente social e pela banda.

Essas múltiplas atuações dos titãs são possíveis através de seu *habitus*, uma vez que esse funciona como uma combinação de esquemas diferentes, podendo ser em certas medidas comuns, mas os arranjos e interligações são feitos por cada agente social, são particulares, não seguem nenhum esquema padronizado, não respondem a nenhum determinismo, dessa forma os conflitos são internos aos indivíduos, e não pairam sobre o estrato social. “Somos o homem do nosso passado”¹⁸.

“Esta autoconstituição de um sistema de obras unidas por um conjunto de relações significativas, realiza-se na e plena associação de contingência e do sentido que se faz, se desfaz e se refaz incessantemente, segundo princípios tanto mais constantes quanto mais escapam completamente à consciência; na e pela transmutação permanente que introduz os acidentes das histórias das técnicas na história do estilo, transferindo-os para a ordem do sentido; na e pela invenção obstáculos e dificuldades como que suscitados em nome dos próprios princípios de sua solução e cuja contra-finalidade a curto prazo pode esconder uma finalidade superior.” (Bourdieu, 2003, p. 357)

Os titãs assumiram estilos de vida próprios, estilos consagrados durante as suas trajetórias e que se combinam com a profissão por eles escolhidas, uma vez que, os conflitos são internos aos indivíduos, dessa forma todas as mudanças e escolhas feitas por eles, pertencem aos seus *habitus* e são configurações definidas e redefinidas através da identificação social que o indivíduo faz de si, perante o lugar a que pertence, tendo como base as circunstâncias sócio-históricas nas quais os titãs estavam e estão envolvidos, através da interiorização e da externalidade, porém ligadas as lógicas que regem os campos em que esses indivíduos atuam e estão submetidos, pois os indivíduos trazem em si gravadas as formas culturais, as apropriações culturais e sociais, ligadas de maneira irrestrita as trajetórias sociais, ligadas as interferências em sua rede de relações sociais.

1. CONCLUSÃO

¹⁸ Citação feita pela professora Claude Lépine, Livre Docente – Doutora em Ciências Humanas (USP), durante aula referente a Pierre Bourdieu, durante a disciplina, Cultura: um conceito em debate, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, na Unesp-Marília, no dia 21 out. 2010.

De acordo com os aspectos estudados e analisados acerca dos “titãs”, pode-se notar que as realizações da banda, tanto no campo da música ou em outros campos artísticos, não possuem nenhum determinismo “mágico”. Todas as manifestações artísticas desenvolvidas são fruto de um estilo de vida, uma vez que a origem social, as redes de relações sociais, os aprendizados sociais, do grupo ou do indivíduo, desembocou na “forma” assumida pelo agente social e pela banda, sendo essa “forma” a responsável pelos anseios artísticos por eles buscados.

As trajetórias sociais e as relações sociais dos integrantes estão circunscritas dentro de um mesmo estrato social, sendo um quesito importante para o início da formação do grupo, baseado numa interação de pessoas de uma mesma camada social.

Essas múltiplas atuações dos titãs, assim como seus estilos de vida, são possíveis através de seus *habitus*, dessa forma todas as mudanças e escolhas feitas por eles, pertencem aos seus *habitus* e são configurações definidas e redefinidas através da identificação social do indivíduo.

É de suma importância a compreensão sociológica dos processos de aprendizados sociais, que configuram as ações artísticas dos “titãs”, pois apreendemos como os “titãs” se destacam no nosso cotidiano e através de qual forma assumiram essa posição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALZER, L. M.; MARMO, H. *A vida até parece uma festa: toda a história dos Titãs*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- BERGAMO, A. *A experiência do status: roupa e moda na trama social*. São Paulo: Unesp, 2007.
- BOURDIEU, P. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Rio Grande do Sul: Zouk, 2008.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003a.
- _____. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- _____. *As Regras da Arte: Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003b.
- ELIAS, N. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- MIDANI, A. *Música, ídolos e poder: do vinil ao download*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- NAPOLITAMO, M. *História & Música: história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- OLIVEIRA, L. F. *Em um porão de São Paulo: o Lira Paulistana e a produção alternativa*. São Paulo: Annablume, 2002.

OUTRAS REFERÊNCIAS:

Jornal

Titã do iê-iê-iê. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 ago. 2009. Ilustrada, p.1.

Filme

TITÃS, a vida até parece uma festa. Produção: Branco Mello, Oscar Rodrigues Alves, Angela Figueiredo e Paulo Roberto Schmidt. Manaus: Sonopress Rimo, 2009. 1 DVD (95 min.): DVD, NTSC, son., color. Port. Documentário.

Revistas

Bizz, 1986 e 1988 (sem identificação das edições, pois as entrevistas foram obtidas de fotocópias).

Música Instrumental, edição nº2 de 1986.

A REVOLUÇÃO PASSIVA E AS METAMORFOSES DO ESCRAVO

Rafael Marchesan TAUIL¹

Resumo: A intenção deste artigo é a compreensão de aspectos relativos à Abolição da Escravatura no Brasil na obra *As Metamorfoses do Escravo* de Octavio Ianni a partir do conceito de Revolução Passiva desenvolvido pelo autor italiano Antonio Gramsci². Busca-se através da análise mais aprofundada deste conceito uma compreensão

¹ Mestrando em Ciências Sociais – Pensamento Político Social Brasileiro - Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

² GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, vol. 5

diferente dos motivos que causaram e influenciaram a desintegração do sistema escravocrata no Brasil. O estudo deste importante fato histórico a partir do conceito de Revolução Passiva nos ajuda a compreender de que modo se deram estas e outras transformações ocorridas neste Estado-Nação.

Palavras-Chave: Abolição; Escravidão; Revolução Passiva

Abstract: The intention of this article is the comprehension of aspects related to Slavery extinction in Brazil under the work *As Metamorfoses do Escravo* written by Octavio Ianni with the concept of Passive Revolution developed by the Italian author Antonio Gramsci. We hope through this deeper concept analysis a different understanding about the reasons that motivate and influence the disintegration of slavery system in Brazil. The study of this important historic fact through the concept of Passive Revolution help us to understand the way that this and others transformations happened in this Nation-State.

Key-Words: Abolition – Slavery – Passive Revolution

Introdução

O conceito de Revolução Passiva³ vem sendo a cada dia mais estudado pelos autores interessados na herança da teoria Gramsciana. Este conceito, utilizado pelo autor para analisar fenômenos sociais como o *Risorgimento* italiano, a Revolução Francesa, seus diversos desdobramentos, além de outros contextos históricos importantes, está, a cada dia, mais presente na pauta dos estudiosos que buscam uma melhor compreensão sobre importantes transformações que vem ocorrendo na sociedade moderna.

Assim como autores do mundo todo vem fazendo estudos de diversas mudanças sociais ao redor do globo utilizando-se da riqueza do conceito de Revolução Passiva para dar conta de transformações ainda não bem esclarecidas por completo nestas sociedades, assim também o fazem no Brasil. Aqui o conceito ganha relevância a cada novo estudo que é desenvolvido levando-se em consideração seu alcance e sua capacidade de desatar nós referentes a problemas que não foram ainda esgotados completamente nas Ciências Sociais no Brasil. Este é o caso de autores que tentaram desvendar questões referentes à Independência do Brasil com relação a Portugal, à Proclamação da República em 1889 além da revolução de 1930 com a entrada de Getúlio Vargas no Poder assumindo o Governo Provisório sob a ideia de Revolução Passiva.

Este é utilizado na maior parte das vezes para que se possa analisar de que maneira ocorrem algumas transformações onde estão envolvidas tanto as classes dominantes quanto as classes dominadas. O conceito é rico para que se possam entender quais são as ferramentas utilizadas para que se neutralizem de maneiras eficientes as antíteses capazes de abalar de alguma maneira as teses responsáveis pela manutenção do *status quo* presentes nas sociedades defensoras destas estruturas fortemente estabelecidas. Aí está contida sua grande importância uma vez que não deixa brechas ao explicar questões importantes para a compreensão das relações entre Estado e Sociedade Civil de um modo geral. Este conceito dá conta de explicar e, deste modo, fazer compreender a maneira pela qual as elites e as classes dominantes continuam no comando de uma linha de dominação que leva em consideração apenas os interesses destas próprias minorias. O conceito permite demonstrar de que modo, os detentores do poder continuam a se manter fortes e, praticamente, intactos, mesmo com algumas crescentes demandas provenientes das classes e estratos menos privilegiados de nossa Sociedade Civil e suas manifestações revolucionárias.

Neste trabalho a intenção é fazer uma abordagem deste conceito pensando um importante fato histórico presente no desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil. Este fato

³ Para tal conceito ver SECCO, Lincoln, Gramsci e a revolução. São Paulo: Alameda, 2006. VIANNA, L. W. A Revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro, Revan, 1997. AGGIO, A. (Org). Gramsci: a vitalidade de um pensamento. São Paulo: UNESP, 1998.

não é apenas importante, mas determinante para o tipo de configuração social que enxergamos na sociedade nacional atual. Tentaremos apreender parte de uma análise feita por Octavio Ianni a respeito da desintegração da ordem escravocrata no Brasil focalizando-a a partir dos pressupostos e das principais ideias contidas no conceito de Revolução Passiva desenvolvido por Gramsci. Ocorre que este, assim como outros fatos históricos ocorridos no Brasil, pode ser visto através de uma chave que leve em consideração o poder das classes que há muito tempo detêm o poder em nossa estrutura social, permitindo, desta maneira, a análise de um fenômeno como este de uma perspectiva de Revolução Passiva. Antes de entrarmos na obra específica de Octavio Ianni e ao modo pelo qual ele faz a análise da questão colocada acima, levado por nós em consideração o conceito de Revolução Passiva propriamente dito, acredito que possamos fazer uma breve descrição de importantes aspectos que contribuíram para a Abolição da Escravatura no Brasil. Não deixaremos certamente a preocupação desde já de levar em consideração a totalidade do fato e suas diversas ramificações procurando fazer com que esta análise não deixe de lado nenhum aspecto importante para a compreensão de um todo complexo como foi a transição do sistema escravista para a ordem social capitalista no Brasil. Serão aprofundados mais a frente os detalhes concernentes à Abolição da Escravatura propriamente dita e principalmente a análise feita por Octavio Ianni na obra qual nos debruçaremos neste trabalho porém anteriormente listaremos alguns pontos que contribuíram para a desintegração do sistema escravista no Brasil como um todo, para que possamos mais a frente privilegiar a análise feita por Ianni em seu livro e para que possamos de modo mais apurado relacioná-la ao conceito de Revolução Passiva, contribuindo para um debate mais específico sobre esta questão. Em outras palavras, buscaremos após a breve enumeração dos principais motivos que possibilitaram a extinção do sistema econômico baseado na mão-de-obra escrava no Brasil, a possibilidade de entendimento deste fato histórico a partir da perspectiva referente ao conceito gramsciano de Revolução Passiva.

Entre os principais aspectos levados em consideração para um entendimento dos motivos que levaram a escravidão a ser abolida no Brasil estão a proibição do tráfico negreiro através de um acordo assinado entre Brasil e Inglaterra em 1826 – acordo este assinado por conta do interesse comercial da Inglaterra no Brasil que havia conseguido sua independência em relação à metrópole há pouco tempo - e outros desdobramentos deste próprio acordo que forçavam a polícia da época a atuar com maior eficiência na fiscalização e na aplicação de penas aos infratores capturados. A imigração de uma massa de mão-de-obra europeia que vinha de países como Itália, Espanha, Alemanha e Polônia fugindo de más condições de vida em suas nações por conta do mau andamento da economia e pelos conflitos político-sociais lá presentes. Desenvolvimento de novas tecnologias e novos recursos capazes de eliminar parte da mão-de-obra cativa em favor de mão-de-obra livre uma vez que os senhores poderiam a partir da nova configuração que vinha se desenvolvendo, utilizar o empregado sob um contrato pautado em regime de horas, o que deixaria o custo com os trabalhadores assalariados mais baixo do que a utilização do próprio escravo. Além disto, outros fatores econômicos e sociais que favoreciam a implementação da mão-de-obra livre e branca nos negócios pertencentes aos senhores de terras.

Ocorre que os pontos listados acima, apenas como forma de ilustração de parte das causas dos acontecimentos que estão sendo analisados, são ao mesmo tempo em que causas, consequências do próprio processo que estava ocorrendo. O homem negro escravo não estava apenas sendo libertado por conta da corrente migratória estar chegando ao Brasil, mas também, a corrente migratória chegava cada vez com mais força ao Brasil e era incentivada pelo Império por conta das transformações que tornavam a mão-de-obra escrava a cada dia menos vantajosa à estrutura econômica em formação no Brasil daquele período. E, desta forma, outras causas da Abolição eram ao mesmo tempo motivos e consequências do conflito que vinha se estabelecendo durante esta transformação. Assim, este é um dos pontos que serão desen-

volvidos mais profundamente nos próximos dois capítulos e que nos fará reavaliar a ideia de que o processo de extinção do regime escravocrata no Brasil foi amplamente motivado pelas demandas sociais dos próprios escravos ou de entidades e organizações preocupadas com a questão da abolição em si. Será também reconsiderado o próprio papel da política neste processo e o modo pelo qual a economia contribuiu para a extinção deste sistema presente por tanto tempo no Brasil. Através desta análise é que buscaremos compreender este fenômeno social levando em consideração a ideia de Revolução Passiva, ou nas palavras do próprio Octavio Ianni no caso da Abolição da Escravatura no Brasil, Revolução Branca.

1. O conceito de Revolução Passiva

Diversos são os elementos que podem caracterizar um processo de transformação como Revolução Passiva, mas talvez o que melhor nos ajude a identificar um fenômeno como tal seja a ausência do elemento jacobino no processo de mudança social. Este fator que, geralmente, está atrelado ao processo de tomada abrupta do poder não aparece com força durante as transformações analisadas por este prisma. As alterações ocorridas nos processos de Revolução Passiva se dão geralmente através de uma via de mudanças graduais sem a substituição dos pilares de sustentação do sistema vigente responsável por esta transformação, esta via é também conhecida como “via prussiana”, ideia desenvolvida por Lênin no texto *O programa agrário da socialdemocracia russa na primeira revolução russa (1905-1907)*⁴. A Revolução Passiva é considerada por muitos uma revolução sem revolução uma vez que não se alteram as bases que seriam necessárias para o nascimento de uma nova estrutura. É vista como uma revolução de cima para baixo ao passo que é, na grande maioria dos casos, dirigida pelas mãos das classes dominantes. Trata-se de um processo no qual a mudança é conduzida com vistas apenas à manutenção daquilo que já estava presente na ordem estabelecida, ou seja, a continuidade da forma corrente de dominação. Um dos trechos contidos nos Cadernos do Cárcere a seguir nos ajudam a compreender o conceito nas próprias palavras do autor

“expressão prática das necessidades da ‘tese’ de se desenvolver integralmente, até o ponto de conseguir incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar ‘superar’, isto é, na oposição dialética somente a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, até capturar os supostos representantes da antítese” (CC, v. 5, p. 318).

Por meio da incorporação da antítese através da tese não resta margem para que a primeira contribua para a transformação e rompimento da segunda, segue-se a mesma estrutura com pequenas alterações e adequações aos interesses dos portadores da força enfraquecida da oposição. Inúmeras são as esferas sociais onde se dá este tipo de transformação e crescentes são as análises que levam em consideração este tipo de metamorfose. O poder das classes que estão no “comando” não tem o papel de transformar a sociedade de maneira democrática levando em consideração a vontade da maioria e suas principais demandas mas assume o papel de uma liderança, quase arbitrária, uma vez que incorpora as ideias e vontades que não estejam de acordo com seus preceitos e ideais de dominação transformando-as em parte do estatuto vigente, tirando-lhes a força e tornando-as inofensivas.

Não se verifica em nossa sociedade nacional uma alteração nas estruturas vigentes de poder. Desde a época da colônia os modos de “mando” presentes na nação vêm se perpetuando infundavelmente com pequenos ajustes que evitam uma ruptura do estado de controle pre-

⁴ Para esta ideia ver Lenin, Vladimir Ilitch. *O programa agrário da social democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907*. Goiânia: Alternativa, 2002

sente aqui há tanto tempo. A própria independência do Brasil se deu de modo que o poder da nação que se libertava da colônia permanecesse nas mãos de um membro pertencente ao núcleo dominante da própria metrópole. Assim também se deu a manutenção dos instrumentos do poder nas mãos dos senhores de terras que além da posse de imensas propriedades de terra mantinham também o domínio sobre as ideias e decisões das quais dependiam o futuro e o desenvolvimento do país durante a extinção do escravismo. A desintegração da ordem escravocrata que será discutida neste trabalho ocorreu porque foi interessante ao sistema econômico aqui presente. É a esta transformação que procuraremos nos apoiar mais atentamente uma vez que ela não se distancia dos demais fenômenos revolucionários ocorridos nesta sociedade. Seu conteúdo pode ser um pouco diferente, porém a forma como ocorre é a mesma que sempre manteve os mesmos grupos presentes nas estâncias do poder. O caso brasileiro é exemplo rico para a demonstração do modo pelo qual se exerce, mesmo através de algumas revoluções onde a população subalterna está envolvida, o poder de um grupo sobre o outro evitando as grandes rupturas. Sem a tomada de assalto ao poder as classes subalternas ou dominadas permanecem sob o controle de um pequeno grupo que governa para si, sem a intenção de aglutinar as demandas dos grupos minoritários aos seus projetos de governança concretamente. Limitam-se apenas à defesa de seu poderio em favor de seus próprios interesses.

Uma vez mantida a ordem como descrita acima os grupos menos poderosos ficam impossibilitados de lutar, acabando por enfraquecer a cada tentativa de mudança frustrada. A força dos grupos minoritários ou camadas dominadas vai sendo minada a cada ideia que lhes é recebida e devolvida já sem o elemento capaz de promover algum tipo de ruptura. Conforme ocorre este processo de neutralização da antítese, a tese se fortalece e faz com que a síntese se afaste cada vez mais das expectativas desejadas. Não é possível afirmar que o processo dialético não ocorra de alguma maneira, porém ele se dá de maneira a sempre manter o poder na mão dos mesmos que o possuíam no início do processo. Sendo assim, no caso do Brasil, por exemplo, apesar da existência do processo revolucionário de abolição, este se fez por cima. Os movimentos abolicionistas foram fortalecidos não por seus precursores em si, mas sim por aqueles que tinham interesse em fortificá-los e transmutá-los conforme seus próprios interesses. Não era o homem escravo que estava em jogo para os que governavam, mas a economia e o tipo de mão-de-obra que os favoreceria no enriquecimento e na continuidade do poder, que fazia, através da força do capital, com que continuassem na direção daquele Estado. Neste ponto está a força do conceito de Revolução Passiva, este é capaz de nos ajudar a compreender diferentes e complexas situações que foram estudadas amplamente pelos intelectuais brasileiros preocupados com as diversas questões referentes à formação do Brasil e a configuração tal qual se encontra nos dias atuais. Segundo Secco “*O resultado da Revolução Passiva é o seu caráter inacabado: não transforma integralmente as estruturas do passado e não instaura um Estado renovado que incorporaria amplas camadas sociais à cidadania.*” (SECCO, 2006, PP. 52) Esta talvez tenha sido uma das maiores dificuldades encontradas pelos autores que se dispuseram a pensar um projeto político para o Brasil. De que modo transformar uma sociedade que não acreditava ser minimamente possível romper com as estruturas arcaicas presentes e arraigadas há tanto tempo no modelo sócio-político do país.

2. A Abolição da Escravatura e As Metamorfoses do Escravo

Diversas são as interpretações encontradas acerca da questão referente à desintegração do sistema escravista no Brasil. Estes diferentes tipos de interpretação permeiam diferentes áreas das ciências humanas no Brasil, passando pela História, Antropologia, Política e Sociologia. Esta última será a fonte de nossa análise e nos utilizaremos de um material importante para uma mudança nos paradigmas interpretativos da questão racial no Brasil, a tese de douto-

ramento de Octavio Ianni intitulada *As Metamorfoses do Escravo*⁵. Ocorre que até a década de 50 no Brasil os principais estudos referentes às questões raciais levavam em consideração principalmente aspectos referentes à cultura, religião, etnia, relações sociais entre diferentes “raças”⁶ e aspectos relacionados ao modo de vida dos homens negros e escravos no país⁷. A partir deste período, estudos provenientes de uma pesquisa internacional encomendada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) com a intenção de conseguir acabar com os problemas de conflitos raciais no mundo pós Segunda Guerra - através da utilização do Brasil como laboratório de análise - mudaram a direção das análises feitas sobre as questões raciais no país.

Ocorre que a UNESCO veio buscar no Brasil um modelo de nação onde as diferentes raças convivessem pacificamente. Buscava levar ao mundo pós-guerra e pós-nazismo um exemplo de harmonia nas relações entre indivíduos de etnias distintas. A partir deste trabalho desenvolvido em diferentes Estados do Brasil, diversos núcleos de estudos se formaram levando-se em consideração as diferentes localidades referentes às pesquisas. No núcleo paulista além das pesquisas feitas para o próprio projeto, algumas extensões foram conduzidas de modo a privilegiar regiões que, a princípio haviam ficado de fora do projeto inicial. Este é o caso dos trabalhos conduzidos por Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso na região Sul do País. As obras *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*⁸ de autoria de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, e as obras *As Metamorfoses do Escravo* e *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* de Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso respectivamente são frutos desta continuidade. Esta explicação é necessária para que se entenda de que maneira se deu a mudança de visão relativa às questões raciais presentes no Brasil daquele momento. Estes estudos ocorreram sob a supervisão do professor Florestan Fernandes, intelectual que influenciou fortemente as linhas de pesquisas desenvolvidas posteriormente por Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.

Ocorre que a “Sociologia da questão racial” naquele momento começava a passar por um tipo de transformação, transformação da qual Florestan e seus alunos eram causa e consequência. As análises encomendadas pela UNESCO naquela pesquisa não tiveram o resultado esperado. Diferentemente de uma nação onde as relações harmoniosas entre indivíduos de diferentes raças estivessem presentes, estava uma nação onde não só o problema racial tinha presença marcante, mas também o problema socioeconômico sob o manto de problemas referentes à raça. Por trás dos modelos de relação inter-raciais mostrados em *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre que fortaleciam o mito da democracia racial no Brasil, estava um país onde os problemas raciais eram bastante problemáticos. Desta forma o que parecia uma pesquisa com resultados já presumivelmente positivos se tornou um novo desafio para os estu-

⁵ IANNI, Octavio, *As metamorfoses do escravo*. 2 ed. São Paulo/Curitiba: Hucitec/Scientia et Labor, 1988

⁶ Estamos utilizando neste trabalho o conceito de raça não de modo a ignorar as questões atuais referentes aos novos estudos científicos ou semânticos relacionados ao vocabulário, mas sim de forma a manter os mesmos termos descritos pelos autores na obra. A questão da “raça” como categoria científica não será desenvolvida neste trabalho. Para isto ver: SILVÉRIO, V. O, *Raça, racismo na virada do milênio: os novos contornos da racialização*. Campinas, 1999. Tese [Dout.] Unicamp, IFCH. Departamento de Sociologia

⁷ Para este tipo de análise podem ser consultadas obras de importantes figuras referentes ao Pensamento Social Brasileiro que discutiram este tipo de questão, entre eles estão Nina Rodrigues, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre

⁸ CARDOSO, F. H. e IANNI, O. (1960), *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: Aspectos das Relações entre Negros e Brancos numa Comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo, Companhia Editora Nacional (Coleção Brasileira, vol. 307).

osos brasileiros que se debruçavam sobre a questão. A preocupação de Florestan Fernandes com a seriedade da pesquisa e com seu rigor metodológico em busca de uma Sociologia capaz de resolver os problemas práticos presentes na sociedade se une ao esforço de Octavio Ianni e Fernando Henrique. Soma-se a isto o fato destes dois sociólogos, no momento de estudo e dissertação de suas pesquisas, estarem vinculados ao Seminário do Capital, grupo de estudos sobre a obra de Marx liderado por José Arthur Giannotti. Este grupo influenciou enormemente o resultado das pesquisas protagonizadas por estes intelectuais, o que fez com que as análises pudessem levar em consideração o problema da questão racial como um todo, de uma perspectiva que pudesse livrar o estudo de uma visão atomizada e unicelular, trazendo novos elementos para a mudança paradigmática daquele tipo de análise. É sobre esta perspectiva de análise e da atenção a obra específica *As Metamorfoses do Escravo* de Octavio Ianni que procuraremos dar conta.

Como já citado nos parágrafos acima a extinção da ordem escravocrata no Brasil é vista de uma maneira diferente na obra *As Metamorfoses do Escravo* de Octavio Ianni. Neste trabalho Ianni privilegia a questão de um ponto de vista histórico, levando em consideração aspectos até então ignorados em estudos anteriores. Ianni, como já dissemos, fazia parte do Seminário do Capital, o grupo tinha como principal preocupação o afastamento dos estudos de Marx que levavam em consideração as contribuições deste autor apenas de um ponto de vista economicista ou estruturalista como era o caso de uma grande fração de quadros presentes no Partido Comunista daquela época, fazendo com que as análises se tornassem pobres ou carentes de melhores interpretações. Neste ponto está a riqueza dos estudos feitos por Ianni no Brasil acerca da questão tratada neste artigo. Ianni analisou a questão relativa à desintegração da sociedade escravista partindo desta preocupação teórica e deste pressuposto prático. Sendo assim, a análise não se resume a uma visão relativa a questões unicamente econômicas, culturais ou raciais propriamente ditas, mas sim a pontos centrais capazes de uma possibilidade de síntese que leve em consideração todos os aspectos referentes ao processo histórico como um conjunto. Por este motivo então conseguimos fazer um paralelo da análise deste fenômeno histórico com relação ao conceito de Revolução Passiva, pois este é capaz de capturar e apreender elementos relativos à totalidade que estejam presentes em todas as partes de um processo e não apenas a fragmentos que por si só não fazem nenhum sentido. Se ao analisarmos o processo de Abolição da Escravatura não levarmos em consideração todos os elementos presentes nas relações de força entre as diversas estruturas sociais, não podemos crer que temos um estudo merecedor de credibilidade.

No estudo feito por Octavio Ianni sobre esta questão na sociedade paranaense todos estes aspectos são levados em consideração. Todas as esferas importantes à interpretação do fenômeno são abordadas, políticas, ideológicas, econômicas e culturais, de modo que possamos entender de que modo se deu o processo de transição da ordem escravocrata para a ordem social capitalista. Ianni busca nesta obra uma perspectiva diferente ao ver no processo, que pontos contribuíram efetivamente para o processo de abolição. Ao tratar a questão do desenvolvimento econômico ele rompe com análises anteriores que não abordavam esta face do problema. Ao entender a abolição como revolução feita pelo alto Ianni interrompe uma chave de pensamento que ainda não levava estes aspectos em consideração. O autor, nesta obra, faz uma consistente análise documental recorrendo a jornais e fontes primárias da época em questão, além de entrevistas e revisão de documentos oficiais da época do império. É na análise sobre o modo pelo qual se deu a desintegração do sistema escravista e a “reabsorção” da força de trabalho do homem escravo na nova sociedade capitalista que Ianni demonstra de que maneira este homem foi retirado do processo produtivo sem nenhum apoio, para dar lugar às novas tecnologias de produção e à nova mão-de-obra livre que chegava da Europa. Além disto, nesta mesma obra o autor sistematiza, organiza e explica as diversas fases do sistema escravocrata que tornam capaz a compreensão do que foi o apogeu deste sistema e sua ruína.

É justamente nesta parte da obra que o autor nos dá uma boa explicação a respeito dos motivos que não deixaram o escravismo permanecer em crescimento. Segundo Ianni:

“Essa tardia eclosão do abolicionismo organizada em Curitiba não se deve a uma possível tenacidade do regime escravocrata, pois que seu o apogeu se manifestara em décadas anteriores a 1850, mas deve-se à sua relativa inoperância como forma de utilização da força de trabalho, em conexão com outras ordens de fatores examinados em parágrafos anteriores. Havia, por um lado, interesses econômicos cada vez mais restritos ligados à escravidão, o que tornava a eventualidade da abolição uma medida sem consequências danosas.” (IANNI, 1988 p.179)

Nossa intenção é fornecer ferramentas capazes de tornar mais simples a compreensão da relação proposta por nós acerca da utilização do conceito de Revolução Passiva como possibilidade de explicação do processo de Abolição da Escravatura. Esta tentativa logra êxito ao passo que seja possível a demonstração de elementos que tornem claros os aspectos que possam caracterizar uma revolução como tal. Ao passo que uma demanda social de liberdade por parte dos cativos é atendida com a preocupação não de libertá-los para que sejam atendidas suas necessidades, mas, ao contrário, para torná-los livres com vistas a melhorar o desempenho das empresas e indústrias que se desenvolviam naquele momento, e a partir do momento em que o processo ocorre majoritariamente através da vontade e articulação das camadas dominantes da sociedade - os detentores do poder político, econômico e ideológico - não temos outro tipo de conceito de transformação capaz de caracterizar e explicar este fenômeno tão bem quanto o conceito de Revolução Passiva.

“O engenho de soque à força humana escrava foi substituído pelo engenho hidráulico que, por sua vez, deu lugar ao engenho a vapor. As transformações tecnológicas operaram na empresa ervateira durante o século como um componente natural do processo de expansão da economia do mate. Obviamente algumas dessas modificações teriam provocado a redução da área de participação do escravo no processo produtivo, bem como teriam forçado a sua substituição pelo trabalho livre. Há um momento, o que resta ainda a determinar, em que a inversão de capitais em escravos se torna onerosa em face da rentabilidade que o empresário pode obter comprando força de trabalho por dia, por semana ou por mês” (IANNI, 1988 p.83)

A partir das fontes documentais utilizadas por Ianni e suas conclusões a partir destas pesquisas é possível a visão de um panorama geral do processo de funcionamento e desintegração do sistema escravista no Paraná. Desde a vantajosa utilização da mão-de-obra escrava na mineração, nas fazendas de gado e na produção do mate até a desintegração do sistema econômico baseado na mão-de-obra escrava com a chegada dos colonizadores europeus e o desenvolvimento de novas tecnologias e meios de produção. Quem estava à frente do movimento abolicionista, uma vez que o homem negro não sabia se quer lidar com a nova ordem que estava se estabelecendo? Como a massa de homens escravos poderia lutar pela tomada de um poder que continuaria certamente nas mãos dos grupos que mantinham o domínio sobre os próprios escravos? De que maneira podiam reivindicar o estabelecimento de uma nova ordem uma vez que não sabiam como atuar e como reagir àquela nova ordem, que só lhes era familiar a partir da posição que ocupavam como escravos nas senzalas? É deste modo que o homem escravo é libertado, sem nenhuma ajuda ou suporte para que pudesse ser integrado com maior facilidade na sociedade de classes que estava se formando. Isto demonstra o caráter passivo da revolução ocorrida durante este período, a transformação não era mais a modificação da estrutura em favor dos que dela dependiam para viver, mas sim, se transforma em um processo de manutenção de poder por parte daqueles que intencionavam a neutralização da “força” oposta de maneira a manter as colunas de sustentação que mantinham e mantêm até hoje as forças responsáveis pela condução do país no poder. Também segundo Ianni:

“Não é, pois, uma “revolução” de cativos que destrói o trabalho escravo para implantar o livre. São transformações internas ao sistema que paulatinamente arruínam os últimos vestígios do regime, pois que ele se tornara inadequado, envelhecido, e novas formas de produção e existência social se haviam instalado e expandiam-se. Portanto, a abolição não foi apenas o resultado direto e imediato do comportamento deliberado do escravo. [Apenas] Por intermédio dos homens livres que organizam e lideram o abolicionismo, o protesto do cativo acaba adquirindo uma significação política notável.” (IANNI, 1988 p.204)

É a partir deste ponto de vista que acreditamos possível a utilização do conceito de Revolução Passiva para um melhor entendimento do processo de desintegração da ordem social escravocrata no final do século XIX no Brasil.

CONCLUSÃO

Deste modo acredito que fique clara a caracterização da Abolição da Escravatura como Revolução Passiva. As estruturas do poder não foram alteradas, o homem negro não teve suas necessidades atendidas uma vez que lhe foi concedida uma liberdade sem suporte para a sobrevivência na nova ordem social que vinha se formando, não houve nenhuma ruptura com relação às ideologias dominantes com exceção dos mores cristãos da igreja católica que entre o início do século XIX e o final da escravidão passaram a condená-la como conduta incoerente com os preceitos sagrados de Deus. Houveram poucos movimentos organizados por parte dos escravos devido ao enorme controle por parte dos capatazes e seus senhores, os que houveram foram duramente combatidos pelos senhores de terras e membros do aparato estatal da época. O homem negro não podia participar da vida política, ocupava as piores posições no mercado de trabalho e na indústria, que a cada nova fase de desenvolvimento trazia grande contingente de mão-de-obra imigrante para suas fábricas. Para viver dependiam dos “bicos” e dos favores de alguns senhores que no passado lhes davam um bom tratamento. As mulheres negras tinham melhores possibilidades de emprego uma vez que continuavam, muitas vezes, ocupando as posições de empregadas domésticas ou amas das crianças filhas dos senhores. De qualquer modo não viam nenhuma expectativa em relação a melhores trabalhos ou condições de vida.

O homem negro e ex-escravo não estava acostumado com o trabalho assalariado e desta forma se tornava difícil sua convivência tanto com os novos patrões como com a mão-de-obra livre branca trabalhadora das lavouras. Ele não aceitava que mesmo no regime de trabalho assalariado teria de receber ordens, cumprir horários, dar satisfações e cumprir outros tipos de regras comuns no mercado de trabalho. Isto fazia com que ficassem estigmatizados como revoltosos, preguiçosos e vagabundos, o que lhes dificultava cada vez a contratação por parte dos patrões. Deste modo se faz ainda mais difícil a integração do negro na ordem social capitalista que vinha se formando, provando mais uma vez que a revolução ocorrida não foi feita por estes como sujeitos possuidores de uma capacidade de análise da situação que se transformava ao longo do tempo mas sim pelos homens brancos que os libertaram a partir do momento que já não necessitavam mais de sua mão-de-obra. Conforme Ianni descreve nas últimas linhas referentes à desintegração do escravismo nas *Metamorfoses do Escravo*:

Lutando pela abolição do trabalho escravizado, os brancos lutavam em benefício dos seus próprios interesses, conforme estavam consubstanciados ou poderiam objetivar-se num sistema econômico social fundado no trabalho livre, Por isto é que o abolicionismo foi uma revolução “branca”, isto é, um movimento político que não se orientava no sentido de transformar, como se afirma, o escravo em cidadão, mas transfigurar o trabalho escravo em trabalho livre. (IANNI, 1988 p.205)

Acredito que Ianni, ao analisar a Abolição da Escravatura sob o prisma visto por nós neste trabalho dá um grande passo no modo pelo qual a questão racial era interpretada desde o início do século XX. Não só ao perceber que a revolução não foi feita pelo homem negro, mas ao atentar para o fato de que no fim do processo ela se virou contra ele. Pelo que sabemos sobre a recepção da obra de Gramsci no Brasil é difícil acreditar que Octavio Ianni já o tivesse lido no período em que escreveu esta obra. De qualquer maneira a análise feita pelo autor nesta obra escrita em 1962 já nos traz indícios de que a ideia de Revolução Passiva seria certamente muito produtiva para a análise de alguns contextos e fatos histórico presentes no Brasil.

LEANDRO KONDER: UM CAPÍTULO BRASILEIRO DA ESTÉTICA MARXISTA

Rafael R. MASSUIA

RESUMO: Desde o início dos anos 1960, sobretudo após a publicação do livro, *Os marxistas e a arte* (1967), mas também através de textos e traduções, o filósofo brasileiro Leandro Konder passa a figurar como um dos principais pensadores marxistas do país, com notável colaboração para a fundamentação de um aparato teórico voltado para uma análise marxista da arte, valendo-se primariamente para esse intento das contribuições de György Lukács. Excetuando-se algumas referências às formulações estéticas do filósofo húngaro num período anterior – são os casos, p. ex., de Nelson Werneck Sodré e Antonio Candido –, foi Leandro Konder, juntamente com Carlos Nelson Coutinho, que assumiram o protagonismo de uma efetiva e ampla pulverização – crítica e criadora – das concepções fundamentais do pensamento estético de Lukács entre nós. Nos proporemos neste trabalho, portanto, à acompanhar a atividade teórica estético-literária de Leandro Konder, dando ênfase ao diálogo por ela estabelecido com o pensamento lukácsiano.

Palavras-chave: Sociologia da Cultura; Leandro Konder; György Lukács.

Introdução

Foram os teóricos estrangeiros que se estabeleceram no Brasil que primeiramente se remeteram às ideias de Lukács, como Otto Maria Carpeaux e Anatol Rosenfeld. Mas as primeiras referências feitas por parte de teóricos brasileiros, até onde se pode inferir, foram feitas por Guerreiro Ramos, e logo se seguiram por pensadores como Vamireh Chacon, Nelson Werneck Sodré, Antonio Candido, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, entre outros. As sintéticas linhas de Vamireh Chacon sobre a recepção de Lukács no Brasil, que reproduzimos abaixo, resumem bem como se deram os primeiros contatos com o pensamento lukácsiano no Brasil:

“A descoberta de György Lukács no Brasil, simultaneamente com a de Ernst Bloch, começou por Guerreiro Ramos em 1955 no Instituto Superior de Estudos Brasileiros [ISEB] no Rio de Janeiro, em conferência intitulada “A Problemática da Realidade Brasileira”, reunida, com outros textos de Guerreiro Ramos, no livro *O Problema Nacional do Brasil*. (...) A obra lukácsiana ali citada é a tradução italiana *Il marxismo e la critica letteraria* pela editora Einaudi de Turim, 1953. (...) [E portanto,] a recepção de Lukács no Brasil principiou através da Itália.” (CHACON, 1992, p. 416)

E foram igualmente pelas traduções – italianas e francesas – que Antonio Candido e Nelson Werneck Sodré puderam travar contato com a obra do pensador húngaro, que já pos-

suía à época um volumoso conteúdo de textos dedicados às questões artísticas, mas principalmente literárias (*ibidem*, p. 417).

Posto isso, tornam-se mais claros os detalhes dos primeiros contatos com as ideias de Lukács no Brasil. No entanto, os primeiros pensadores a se remeterem intensiva e extensivamente de fato ao pensamento lukacsiano foram Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho; em outras palavras, ambos foram – utilizando uma expressão de Konder sobre Coutinho, mas que pode ser aplicada aos dois – os “primeiros lukacsianos” brasileiros, se tornando os primeiros a se servirem “do instrumental conceitual lukacsiano em seu conjunto, extraindo proveito da coerência interna da filosofia do pensador húngaro, de sua maneira de abordar as relações da literatura com a sociedade.” (KONDER. 1991, p. 118)

Konder, no seu livro *Os marxistas e a arte*, de 1967, faz uma ampla discussão onde convoca dezenas de pensadores marxistas que se puseram à pensar a arte, não escondendo a superioridade que enxerga nas formulações teóricas de Lukács e Gramsci. O italiano, em função de sua visão política da organização da cultura e da cultura, e o húngaro aos aspectos filosóficos pertinentes à estrutura objetiva das obras de arte, passando da gênese aos aspectos mais gerais das formas artísticas.

Num livro mais recente, publicado em 2005, *As artes da palavra*, Konder retoma alguns temas já tratados em seu livro anterior, e vai além, adicionando novas contribuições à temática. No entanto, os elementos de continuidade entre as duas obras parecem ser mais preponderantes que aqueles de ruptura. Nesse sentido, nos propomos no seguinte texto a tratar do papel de Leandro Konder, na propagação da obra lukácsiana, mas também destacando-se como um pensador original, que muito contribuiu para o pensamento estético ancorado numa perspectiva marxista.

Desenvolvimento

O marxismo, como se sabe, após a morte de Marx, foi acometido por um acentuado e denso regresso teórico. Diversos autores, buscando pensar a arte, passaram a adotar as mais diversas referências filosóficas – alguns o kantismo, outros o hegelianismo –, proclamando o marxismo como insuficiente para pensar a questão da arte e da literatura.

Foi somente no século XX que essa concepção receberia questionamentos mais acentuados. Lukács, enquanto encontrava-se exilado na URSS nos anos de 1930, juntamente com o russo Mikhail Lifchitz, participou de um grupo de pesquisadores que trabalhavam no processo de “tradução” dos textos marx-engelsianos; ao longo de suas descobertas, tal como a compilação dos importantes *Manuscritos econômico-filosóficos*, encontrou-se uma volumosa quantidade de páginas que se tratavam direta ou indiretamente questões artísticas e literárias, que posteriormente ganhariam uma edição de seu conteúdo essencial, preparada por Lifchitz. À partir desse momento, Lukács e o teórico russo começaram a sustentar a – polêmica – posição de que existiriam, nos escritos de Marx e Engels, elementos suficientes para fundamentar-se uma Estética, ou uma Teoria da Arte. Nas palavras de Lukács:

“No instituto Marx-Engels, conheci e trabalhei com o camarada Mikhail Lifchitz, com quem, no curso de longas e amistosas conversações, debati questões fundamentais do marxismo. O resultado ideal mais relevante deste processo de esclarecimento foi o reconhecimento da existência de uma estética marxista, autônoma e unitária. Esta afirmação, indiscutível nos dias de hoje, parecia a muitos marxistas, no início dos anos 1930, um paradoxo.” (LUKÁCS. 2009, p. 25)

Leandro Konder, no início dos anos 1960, quando ainda então um jovem pensador e militante do PCB, entrou em contato com a obra de pensador húngaro.¹ Esse contato teve grande repercussão, tanto pessoal, num primeiro momento, fundamentando as bases para pensar-se a arte numa perspectiva marxista – que o jovem militante insistia, e ainda insiste, em não abandonar –, quanto mais ampla, pois Konder, juntamente com seu amigo Carlos Nelson Coutinho, foram pioneiros na divulgação, introdução e até mesmo tradução, da obra lukácsiana no Brasil.²

Insatisfeito com o tratamento despendido às questões artísticas pelas correntes “oficiais” do marxismo, o jovem inquietava-se à procura de uma abordagem condizente com a grandeza e complexidade do pensamento de Marx, Engels e Lenin – o que acabaria encontrando em Lukács, mas também em Gramsci; mas somente o primeiro, pelo elevado volume de textos dedicados a temática, o que não se observa no filósofo italiano, responderia aos anseios de Konder, e lhe forneceria o que procurava mais centralmente, naquele momento. José Paulo Netto resume, numa apresentação a uma nova edição de uma obra de Konder, a importância da atividade teórica exercida por Konder e Coutinho nesse período:

“De um ponto de vista histórico, parece inteiramente consensual que devemos a Leandro Konder e Carlos Nelson o trabalho sistemático, nos anos 1960, de trazer a referência lukácsiana à cultura brasileira – na verdade é impossível estudar a recepção das ideias de Lukács em nosso país sem levar em conta o protagonismo de Leandro Konder e Carlos Nelson.” (NETTO. 2010, p. 237)

Esse protagonismo, identificado por Netto, e o papel desempenhado por ambos os teóricos, na divulgação e introdução da obra de Lukács entre nós é incontestável. No entanto, as conquistas alcançadas pelos teóricos marxistas – e mais especificamente por Konder, nosso alvo em questão –, pela sua magnitude e importância, acabaram por se inserir no contexto mais global da cultura e do pensamento brasileiro. Netto resume o quadro de atuação e a importância de Konder da seguinte forma:

“(…) a mobilização da resistência democrática, a partir de 1965, encontrou-o na linha de frente – tornou-se editor cultura da *Folha da semana*, semanário democrático hegemônico pelo PCB, colaborou com a *Revista Civilização Brasileira* e desenvolveu (através de traduções e organização de livros, palestras e conferências) uma extraordinária publicística teórica, da qual o resultado mais expressivo, mas não o único, consistiu na divulgação das ideias de Lukács no Brasil (consolidou-se, neste

¹ “Quem pela primeira vez me pôs nas mãos um livro de Lukács foi meu pai, Valério Konder. Como secretário do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, ele viajava com frequência. Ao passar por Paris, ouviu de um companheiro francês que acabara de ser lançada a edição de um livro de um marxista húngaro que fazia crítica literária: *La signification presente du réalisme critique*. Ganhei-o de presente e fiquei entusiasmado com a leitura.” (KONDER. 2008, p. 73)

² “SL: Leandro, conte uma coisa: como é que era o clima entre vocês, brasileiros, no começo da década de 1960 e que depois acaba levando a esta produção toda, à introdução do Lukács no Brasil? (...)”

LK: (...) Nós começamos a estudar Lukács, cada um a seu jeito, porém de modo mais sistemático. A ideia comum era: Gramsci é o inspirador das ideias políticas das quais nós precisamos, mas Lukács, no plano filosófico, é o nosso mestre. (...) Nós ficamos muito lukácsianos e, para nossa alegria, descobrimos que havia outros lukácsianos no Brasil. Descobrimos, por exemplo, que Juiz de Fora era a capital lukácsiana do mundo! (risos). Lá estavam o José Paulo [Netto], o Luiz Sérgio [Henriques], e o Gilvan [Ribeiro]. Era muita gente! Depois dizemos um livro juntos, eu, Carlito e eles, *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Muito tempo depois, já no final de 1970, quando ainda estávamos no exílio, através de cartas, conhecemos lukácsianos paulistas, como, por exemplo, Marco Aurélio Nogueira, Gildo Marçal Brandão e Celso Frederico.” (KONDER. COUTINHO. 2002, p. 162-163)

período, a sua relação com Carlos Nelson Coutinho, seu parceiro intelectual e político desde então. De fato, entre 1965 e 1968, Leandro deixou de ser apenas uma referência político-cultural no Rio de Janeiro: foi se tornando uma referência da intelectualidade marxista brasileira.” (NETTO. 2009, p. 13)

Se de um lado pesa o talento a grande capacidade intelectual de Konder, por outro devemos observar o favorável momento histórico que vivenciava; o marxismo exercia grande influência nos debates ao redor de todo o globo – com grande interesse e atenção para as questões estéticas e artísticas –, e o pensador brasileiro passou a se destacar como um dos representantes nacionais desse amplo movimento intelectual discutindo, ainda que não exclusivamente, as questões estético-literárias.

Como se sabe, em consequência do XX Congresso do PCUS, de 1956, se realizariam uma série de mudanças na política do PCB – algumas que, inclusive, já estavam em curso, mas acabariam se intensificando –, que se acentuaram com a Declaração de Março de 1958 e no período subsequente. Nas palavras de José Antonio Segatto:

“No início do ano de 1958 surgem, já, os primeiros frutos dos desdobramentos dos debates provocados pelo XX Congresso do PCUS, e que se manifestam na “Declaração de março” e num texto de Luís Carlos Prestes, onde o PCB faz sua autocrítica e começa a esboçar a definição de uma política substancialmente diferente daquela seguida anteriormente”. (SEGATTO, 1989, p. 90)

Como se vê, as mudanças na orientação do PCB não se deveram somente às determinações macro, mas também já se observava uma certa inquietação local, que acabaria se acumulando e se somaria às questões globais que foram colocadas no XX Congresso do PCUS. Como nos resume Segatto:

“Em 1956, o PCB é abalado de cima a baixo pelo XX Congresso do PCUS, que dá início à desestalinização. A isto juntam-se os problemas internos acumulados durante vários anos e vindos à tona nesse momento. Depois de uma certa perplexidade, abre-se um debate intenso, cujos desdobramentos terão como frutos uma mudança na política do partido, que já se manifestam na *Declaração e março de 1958* e num texto de Luís Carlos Prestes, onde o PCB faz sua autocrítica e começa a esboçar a definição de uma política diferente daquela seguida anteriormente.”³ (*ibidem*, p. 129)

Portanto, em função da singularidade do momento histórico que o marxismo brasileiro atravessava, a atividade teórica de Konder, e do grupo de pensadores ao redor dos quais se articulava, ganhou um relevo notável e uma importância indiscutível.⁴ No momento em que o pensamento marxista mais precisava de se renovar – logo em sequência às denúncias a Stalin

³ “As mudanças seriam consubstanciadas no documento denominado Declaração de Março de 1958 e consolidadas na Resolução do V Congresso em 1960 (...). Os dois documentos representaram, sem dúvida nenhuma, uma renovação dos métodos de ação e concepções teóricas, uma inflexão na linha política e alterações orgânicas no PCB.” (SEGATTO. 2003, p. 126)

⁴ “É inegável que na década de 1960 abre-se um novo e positivo momento intelectual, nas fileiras do PCB, determinado não somente pelas consequências diretas resultantes do XX Congresso do PCUS, mas também pelo próprio fervilhar do movimento comunista internacional (...) e que também ressona no Brasil, por meio dos inovadores movimentos político-culturais e das muitas cisões internas do Partido Comunista. Nesse “caldo político” começam a circular, entre os intelectuais ligados ao PCB, autores até então considerados “heréticos”, como Lukács e Gramsci.” (MAZZEO. 2003, p. 166)

no XX Congresso – Konder nos apresentou à pensadores marxistas que nada ou pouco tinham a ver com aquele marxismo simplório filiado ao pensamento stalinista oficial.

Num período anterior esses teóricos, considerados até então como renegados pelos representantes “oficiais” do marxismo, não teriam tido muito espaço para que seu pensamento se disseminasse. Os méritos da introdução desse pensadores, no momento em que o marxismo mais precisou de suas abordagens renovadas, deveu-se a Leandro Konder e sua argúcia e sensibilidade teóricas. Nos dizeres de Coutinho, em concordância com o que já dissemos:

“Para avaliar melhor o papel de Leandro na história da cultura brasileira, seria interessante recordar o que significou, sobretudo para nosso marxismo, esse início dos anos 1960. O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, ocorrido em 1956, quando Kruschew denuncia os crimes de Stalin, teve repercussões muito fortes no Brasil, em particular no Partido Comunista Brasileiro, que então ainda detinha, praticamente, o monopólio da difusão do marxismo entre nós. Entre outras consequências, o marxismo brasileiro começou então a se abrir, ainda que timidamente, para a recepção de autores até este momentos tidos como heterodoxos”, ou mesmo como “renegados” e “revisionistas”.” (COUTINHO. 2009, p. 12)

Como já dissemos, se o contexto histórico favoreceu a floração de um marxismo renovado e não-dogmático no país, a atividade teórica e difusora de Konder não devem ser diminuídas. O conhecimento enciclopédico, apresentado já em seus primeiros livros sistemáticos – *Marxismo e alienação* e *Os marxistas e a arte* – era imenso, e a variedade de autores abarcados pelos seus livros o ilustram. Mas foram dois os autores cuja repercussão, tanto global quanto local, também devido a importância que suas teorias tiveram e ainda tem, que se destacaram entre os pensadores abordados por Konder: Antonio Gramsci e György Lukács. Nos dizeres de Coutinho:

“Até então, as fontes para o estudo do marxismo no Brasil eram os pífios manuais publicados em série pela Academia de Ciências da hoje extinta União Soviética. Na esteira do XX Congresso e da consequente renovação do PCB, teve lugar entre nós uma abertura do marxismo, uma quebra do monopólio quase exclusivo dos manuais soviéticos do “marxismo-leninismo”. É muito importante registrar que Leandro foi um dos campeões desta abertura. Foi sobretudo graças a ele que se tomou conhecimento no Brasil de autores como György Lukács, Antonio Gramsci, Lucien Goldmann e tantos outros, que ele diligentemente sugeria a Ênio Silveira e a Moacyr Félix para publicação pela Editora Civilização Brasileira e pela *Revista Civilização Brasileira*. Em muitos casos, Leandro assumiu diretamente a tarefa de traduzir e editar tais autores, como foi o caso da coletânea *Ensaios sobre literatura*, de Lukács, publicada em 1965, que teve um extraordinário papel na renovação da política cultural e das concepções estéticas da esquerda, um terreno que ocupava intensamente, na época, o debate intelectual em nosso país.” (COUTINHO. 2009, p. 12-13)

O papel de difusão – tradução e introdução⁵ – do pensamento de Lukács é considerado um dos grandes momentos teóricos de Konder, e uma das suas principais contribuições ao marxismo e mesmo ao pensamento social brasileiro. Inicialmente compondo um grupo de pensadores lukácsianos, em sua maioria membros do PCB, Konder e Coutinho diferenciavam-

⁵ Que teve início na seguinte circunstância: “Com o apoio do editor Ênio Silveira, organizei uma coletânea de escritos de Lukács e a submeti ao próprio filósofo, que alterou meu plano inicial, por ele considerado deficiente em matéria de unidade (tinha textos filosóficos, políticos e literários), sugerindo que a coletânea se limitasse a ensaios sobre literatura. Além disso, ele insistiu na inclusão de seu ensaio sobre o *Doutor Fausto*, de Thomas Mann, que ainda não havia sido traduzido entre nós.” (KONDER. 2008, p. 74)

se dos demais pela densidade e desenvoltura que apresentavam ao se apropriarem dos pensamentos, fundamentalmente, de Lukács e Gramsci (mas não só).⁶

Por outro lado, seria incorreto se disséssemos que Konder se resumiu a introduzir o pensamento de Lukács no Brasil. Pensador original, Leandro Konder chegou a criticar um ou outro aspecto do pensamento lukácsiano, sempre deixando claro quando não concordava com sua abordagem. Tendo chegado, inclusive, a avançar em diversos aspectos que Lukács não avançara em função do seu “conservadorismo artístico”⁷, que trataremos mais adiante. Nesse momento, no da publicação do livro *Os marxistas e a arte*, em 1967, tornou-se possível que tomássemos

“(...) conhecimento das ideias estéticas de uma plêiade de notáveis autores marxistas (Caudwell, Benjamin, Della Volpe etc. etc.), então inteiramente desconhecidos no Brasil. Se tais temas ou autores se tornaram hoje banais em nosso país, isso se deve em grande parte à produção intelectual de Leandro nos anos 1960. Neste sentido, não hesitaria em dizer que essa produção é um radical ponto de inflexão na história do marxismo brasileiro. Sem uma análise da produção teórica de Leandro, faltará um capítulo essencial na história não só do nosso marxismo, mas também do pensamento social e estético em nosso país.” (COUTINHO. 2009, p. 14)

O importante livro de Konder, mesmo quarenta e cinco anos após a sua publicação, permanece atual como fonte de pesquisa sobre a temática, tendo à época permitido um contato até então inédito ao leitor brasileiro com um panorama aprofundado da discussão global sobre a arte: de Hegel, passando por Marx e Engels, à pensadores até então pouco conhecidos em solo nacional, como Karel Kosik, Walter Benjamin, Henri Lefbvre, Roger Garaudy, entre outros – para não mencionar Antonio Gramsci e György Lukács.

Apesar de mostrar-se sempre aberto, conseguindo encontrar pontos positivos em diversas abordagens tratadas no seu livro, a teoria lukácsiana é abertamente tida como a mais profunda e acabada contribuição ao campo estético. É nesse espírito que Konder faz a seguinte ponderação:

“Das duas estéticas marxistas sistemáticas propostas em nosso tempo – a de Lukács e a de Della Volpe- é a primeira que nos parece levar vantagem. A elaboração de uma estética marxista tanto quanto possível *definitiva e completa*, segundo cremos, deverá partir das conquistas do sistema lukacsiano.” (KONDER. 1967, p. 229)

No entanto, apesar da exaltação dos esforços teóricos empreendidos por Lukács, Konder não deixa de exercer sua autonomia teórica, e faz algumas observações e ressalvas em

⁶ “Uma experiência marcante nesse esforço de renovação da cultura marxista no Brasil foi a edição em São Paulo da revista *Temas de Ciências Humanas* entre os anos 1977 e 1979. (...) Entre seus elaboradores e colaboradores, encontramos nomes como os de José Paulo Netto, Luís Sérgio Henriques, Ivan de Otero Ribeiro, Celso Frederico e José Chasin, além de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder.” (DEL ROIO. 2002, p. 131)

⁷ A questão é bastante polêmica, e a recusa de Lukács a alguns autores, considerados por ele como pertencentes à vanguarda artística da decadência burguesa, não nos parece residir numa opção pessoal por alguns artistas em detrimento de outros, numa palavra, não nos parece ser uma questão de gosto pessoal, mas de convicção teórica. Ainda que concordemos que essa posição seja problemática – é importante dizer que Konder e Coutinho acertadamente sempre se recusavam a seguir –, e que o próprio autor reviu e alterou sua posição nos seus últimos escritos, principalmente naquele nos textos dedicados à produção romanesca de Soljenítsin. A questão caberia um tratamento mais detalhado, algo que o presente espaço não permite.

relação à alguns problemas e equívocos que existiriam no pensamento lukácsiano. Prossegue Konder:

“Em nossa opinião, a estética de Lukács exige certos desenvolvimentos, certas clarificações. É possível que o extenso tratado que o filósofo húngaro ora está publicando, ao estender a sua visão sistemática dos problemas estéticos à pintura e, sobretudo, à arquitetura e à música, leve a doutrina lukacsiana a superar certa unilateralidade decorrente da sua aplicação quase exclusiva às questões da literatura, especialmente às questões da literatura épica e dramática.” (*ibidem*, p. 229)

A *Estética* de Lukács (escrita em 1963), como se sabe, de fato se propôs a versar sobre todos essas modalidades literárias, e ainda se estendeu a mais algumas modalidades artísticas (como o cinema, escultura, pintura, etc.). No entanto, a observação de Konder se mantém, e o foco principal do pensador húngaro continuou sendo a problemática literária, privilegiando a épica e o drama, com algum prejuízo ao gênero lírico. Konder, ao contrário, sempre se mostrou bastante sensível a este gênero, chegando a tratá-lo num breve texto sobre Paul Celan (KONDER. 2001), de um texto publicado num volume conjunto nos anos 1970 sobre Carlos Drummond de Andrade (*idem*. 1970), e num ensaio mais recente sobre Fernando Pessoa (KONDER. 2005).

Voltando ao livro de Konder de 1967, cabe-se destacar a profunda compreensão do pensamento lukácsiano, quando este ainda se encontrava em processo de desenvolvimento, fora dificuldade existente para o acesso a algumas de suas obras, seja em função da falta de traduções ou da parca circulação de suas obras, sempre vistas com desconfiança pelos países socialistas, e com receio pelos partidos capitalistas.

Fazendo um breve parêntesis, retomamos a questão da perdurabilidade das obras de arte, levantada por Marx na famosa *Introdução* de 1857 (MARX. 2011, p. 62-64). Konder, seguindo as indicações de Lukács buscava formatar a relação entre forma e conteúdo de maneira não-mecânica, o que possibilita a compreensão do substrato humano concreto que é a base de toda grande criação artística, em outras palavras, a matéria humana sensível cuja grande arte é portadora por excelência, garantindo a sua perdurabilidade ao longo da história:

“Para Lukács, a relação entre os problemas básicos da forma (tomada a forma em sua acepção ampla de estrutura e analisada ao nível do gênero) e os problemas básicos do conteúdo é uma relação dialética e não deve ser encarada em termos *reducionistas*. A transformação da forma não é um epifenômeno da transformação do conteúdo: a forma possui suas próprias exigências e a sua peculiar eficácia. Na medida em que uma determinada forma artística se estrutura de maneira a permitir que se experimente, de modo imediato e concreto, as relações humanas *reais* enfocadas em uma obra de arte, tanto mais segura é a sobrevivência desta obra.” (KONDER. 1967, p. 149)

Tratando a questão dessa forma – diriam alguns – o marxismo nada mais quer que colocar a arte a serviço da ciência, e ambas a seu comando, tentando provar por *a* mais *b* e superioridade do projeto político marxista. Muito longe dessa visão simplória, Konder foi capaz de compreender as especificidades de cada uma dessas duas formas de objetivação do homem, sem reduzir uma à outra, e sem resumi-las a determinada dimensão ideológica.⁸

⁸ Como observa Konder, para Marx e Lukács, a verdadeira matéria da grande arte é a essência do momento histórico no qual se insere, a engrenagem invisível que condiciona os homens e seus destinos: “Procurando aplicar a gnoseologia leninista à estética, Lukács observou que a arte deve refletir não a superfície do real,

A arte, para Lukács, é uma forma privilegiada de conhecimento da realidade, que ajuda-nos a desvendá-lo a partir da operação sensível que lhe é característica. A ciência surge como tentativa de responder as questões postas diretamente ao homem na vida cotidiana. Ao contrário, a arte surge do procedimento mágico, mais especificamente do caráter antropomorfizador existente na evocação mágica – ainda que esta apresente primariamente um conteúdo transcendental, já demonstra, *in nuce*, um potencial mimético-evocador imanente, que se dirige diretamente aos seus receptores.

O dilema entre forma e conteúdo se resolve na sua própria inter-relação, um não é senão o contínuo transformar-se no outro, retomando a formulação hegeliana da *Ciência da lógica*. A obra de arte é tanto mais sucedida quanto mais efetiva se apresenta a forma (que diz respeito ao gênero, mas não só) que busca estruturar dado conteúdo humano-concreto. Ao obter-se essa reciprocidade, as obras de arte podem se estabelecer como monumentos duradouros na história do gênero humano. Nas palavras de Konder:

“A arte é um modo particular de totalização dos conhecimentos obtidos na vida. Lukács opina no sentido de que a ciência funda a nossa consciência histórica, ao passo que a arte funda a nossa autoconsciência histórica. A arte *antropomorfiza* o real em sua representação: a ciência o *desantropomorfiza*. A arte faz com que revivamos as experiências de todas as épocas e nos reconhecamos imediatamente neles. Através da arte, participamos de novas relações humanas, vemo-nos envolvidos em novas situações humanas que nos solicitam reações de tipo especial.” (*ibidem*, p. 150)

Nesse sentido, as obras de arte estariam isentas de compromissos ideológicos pontuais, mas à serviço da dimensão humana características a cada período histórico dos quais emergem. Pois: “(...) toda boa arte defenda a integridade humana – a *humanitas* – contra as tendências que a atacam, a dilaceram, a envilecem ou a adulteram.” (*ibidem*, p. 151), ou seja, a grande arte é aquela que supera a relatividade, alcançando a essência humana justamente através dessa sua natureza relativa, identificando os destinos individuais ao aspecto humano mais amplo.⁹

De 1967 à 2005 Lukács nunca deixou de ser uma referência nos livros e textos de Konder, e não somente naqueles em que trata diretamente as questões artísticas. No entanto, excetuando-se o trabalho monográfico lançado pela Editora LP&M junto a série “Fontes do Pensamento Político”, (KONDER. 1980), as questões levantadas por Konder em *Os marxistas e a arte* só experimentariam um diálogo mais profundo, trinta e oito anos depois, com o seu *As artes da palavra*, livro que inauguraria a coleção “Marxismo e literatura” (coordenada por Konder), junto a Editora Boitempo.

No livro referido encontramos duas seções: a primeira, nomeada “Introdução aos gêneros literários”, onde Konder realiza breves e didáticos, mas interessantes e ricos, resumos dos gêneros poesia, romance, teatro, ensaio, crônica, e carta; e uma segunda parte, de acentuação mais teórica, intitulada “Questões estéticas e críticas”, onde desenvolve algumas

mas a sua essência. A arte deve contribuir, através dos meios que lhe são próprios, para que o homem se apodere cada vez mais da essência da realidade em sua consciência.” (KONDER. 1967, p. 152)

⁹ Como Konder observa num outro texto, escrito para a ocasião do seminário “Lukács: a propósito de 70 anos de História e consciência de classe”, realizado na Unicamp em 1993, reunindo importantes teóricos do marxismo brasileiro: “O “grande realismo” da “grande arte” (para empregar expressão caras ao nosso autor) fortalecia nas pessoas a consciência de que cada uma delas era uma espécie de representante da humanidade e deveria assumir suas responsabilidades em relação aos problemas dos outros seres humanos, empenhando-se, por conseguinte, em atuar no plano político-cultural na busca de uma solução para tais problemas, tanto na esfera pública como no âmbito da vida privada.” (KONDER. 1996, p. 32)

questões importantes, com um artigo sobre o realismo de Lukács; outro sobre Balzac, e por fim um último sobre Fernando Pessoa, cujos quais trataremos mais adiante.

Ao longo de todo o livro, mostrando saber lidar com desenvoltura com algumas das questões elencadas pelos seus opositores como sendo os principais equívocos da estética marxista, Konder consegue rapidamente espantar as abordagens simplistas e seus lugares-comuns. Em relação ao caráter “normativo” que alegadamente possuiriam alguns aspectos da abordagem lukácsiana, Konder o rechaça da seguinte forma:

“O reconhecimento da inesgotabilidade da obra de arte, contudo, não é um argumento contra a teoria. Desde que seja capaz de se autolimitar, a teoria tem bons motivos para se orgulhar de sua função – essencial – na construção de um quadro de referências cada vez mais rico, para ajudar a nos conhecermos melhor, para ajudar a compreender melhor o que fazemos (a práxis).” (KONDER. 2005, p. 32)

Ora, em outras palavras, a teoria não funciona como uma camisa de força à obra de arte, ela simplesmente tenta, dentro de suas limitações enquanto teoria – conjunto de suposições feitas em relação a um objeto, que podem ou não serem superadas por outro conjunto de suposições, e assim sucessivamente –, conhecer mais profundamente a riqueza e densidade imanente às obras de arte, sem com isso pretender reduzi-las a teoremas ou leis abstratas.

Se as obras de arte realistas, na significação que Lukács confere ao termo “realismo”, são formas de conhecimento, por certo que não se confundem com a ciência. O *modus operandi* das obras de arte possui uma clara distinção em relação à ciência; evocando mimeticamente o caráter emotivo-sensível, as obras de arte nos fornecem um conhecimento que se apresenta, na verdade, como um autoconhecimento:

“O reconhecimento que existem níveis diferentes do que chamamos “artístico” não resulta de nenhum preconceito elitista. Nasce, sim, de uma busca rigorosa por diversidade na densidade da contribuição de trabalhos artísticos ao autoconhecimento da humanidade”. (*ibidem*, p. 54)

Expressões como “grande arte” e “arte realista” não se confundem com uma tentativa de normatizar as obras de arte a algum esquema preestabelecido. São, ao contrário, resultados de esforços teóricos para demarcar aqueles trabalhos que se destacaram por nos fornecer algo mais, um conhecimento mais profundo sobre a realidade: “Esse ideal de realismo é necessário para quem, na luta pela valorização dos conhecimentos proporcionados pela arte, quer manter, diante da realidade presente, uma postura crítica”. (*ibidem*, p. 70)

Nessa altura fica claro que Konder nos fornece indicações valiosas para algumas das questões levantadas no livro de 1967, assim como confirma e reafirma tantas outras. Em concordância com os aspectos gerais do sistema lukácsiano, Konder reforça a necessidade de uma teoria estética que se posicione em relação às questões teóricas mais profundas, e não se renda às abordagens simplistas, que tendem a relativizar toda e qualquer análise. Prossegue Konder:

“Retomemos, então, o conceito de realismo. **Lukács dizia que toda grande arte é realista. Em todas as obras de arte que alcançam esse nível superior de de recreação, há uma contribuição mais ou menos universal ao autoconhecimento da humanidade.** É o que se constata da leitura de *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes; dos sonetos de Camões; das peças de Shakespeare; de *Gargantua*, de Rebelais; de *Tristram Shandy*, Sterne; do *Pai Goriot*, de Balzac; de *O vermelho e o negro*,

de Stendhal; do *Fausto* de Goethe, e do *Fausto* de Thomas Mann; e de tantas outras obras-primas. Cada uma delas remete, de maneira diferente, a uma realidade diferente. Em cada uma delas, determinada realidade humana é representada como uma *totalidade intensiva*, que dizer, é revelada na sua essência, por meio de bem-sucedidos artifícios da aparência e truques da linguagem. Em todas elas há um movimento universalizador, tanto na percepção da realidade como na expressão do que foi percebido. E a determinação do que é essencial na realidade percebida é simultaneamente universal e singular.” (*ibidem*, p. 99; grifo nosso - RM)

Posicionando-se a favor do realismo, Konder defende o critério de Lukács de que este consiste no critério para se constatar a grandeza e profundidade da ação de uma obra de arte no contexto mais amplo da história da humanidade. Nos dizeres de Konder: “A essência do real, na grande arte, remete a um ser social amplo, que só pode ser alcançado pelos caminhos de um humanismo positivo, que em princípio não nega o caráter sócio-histórico da práxis humana.” (*ibidem*, p. 99)

Já nos dois últimos capítulos, inclusive segunda parte do livro, “Questões estéticas e críticas”, Konder trata de dois autores: Honoré de Balzac e Fernando Pessoa. No primeiro ensaio, tratando a monumental obra do escritor francês, Konder o situa no seu tempo, e busca situar o leitor em relação a sua obra. Retomando os importantes escritos de Balzac sobre a arte de escrever – como, p. ex., na *Introdução* da sua *Comédia Humana* –, Konder aponta a grande sensibilidade de Balzac, que demonstrava possuir consciência da sua magnitude. Observa Konder:

“Segundo uma fórmula que o próprio Balzac empregou (e que Engels retomou), era preciso que cada sujeito fosse um tipo. Porém, era igualmente necessário que os personagens tipificados tivessem uma identidade pessoal própria, singular. Ora, para que esses personagens tivessem vida, era imprescindível que fossem sujeitos concretos, “historicizados”. E foi aí que a sua descoberta lhe assegurou um enorme avanço na história do romance como gênero literário.” (*ibidem*, p. 78)

Destacando-se como um dos maiores escritores realistas, Balzac não deixou dúvidas sobre a sua capacidade de transpor a realidade, em seus aspectos essenciais, para o plano literário. Outro aspecto bastante mencionado sobre o escritor francês é sua capacidade de permanecer objetivo em relação às suas próprias opiniões pessoais, em nome da fidelidade à realidade.

“Qualquer pessoa que tenha alguma experiência de estudos sobre literatura de ficção conhece esse tipo de fenômeno. Um romancista, sem deixar de ser ele mesmo, sem renunciar a suas ideias, quando está escrevendo pode se sentir tão seduzido pela possibilidade de promover os desdobramentos do estilo, da coerência (e da verossimilhança) do seu personagem a ponto de “esquecer” sua convicção pessoal como autor.” (*ibidem*, p. 79)

Esse tipo de “esquecimento” pessoal é um dos traços mais característicos do realismo, tal como concebido por Lukács, tal como Engels formularia posteriormente na noção de “vitória do realismo”.¹⁰ Fidelidade ao movimento histórico, acima dos preconceitos individu-

¹⁰ “O realismo a que me refiro se manifesta, inclusive, independentemente dos pontos de vista do autor. Permita-me mencionar um exemplo. Balzac – que considero um mestre do realismo maior que todos os Zola do passado, do presente e do futuro – desenvolve em sua *Comédia humana* a mais extraordinária história realista da sociedade francesa, narrando, ano a ano, e como se fora uma crônica, os costumes imperantes entre 1816 e 1848.

ais do autor, seleção dos elementos essenciais da realidade através dos personagens-tipo, são alguns dos elementos centrais da arte balzaquiana, mas também duas das principais características do realismo artístico.

“Com isso, nos deixa aberta a possibilidade de apontar outra vitória do realismo: a capacidade de Balzac, espontaneamente, ter formado na sua obra romanesca um conjunto extremamente expressivo, uma combinação magnífica de episódios e conflitos, um feixe de contradições, que revela – em sua dimensão subjetiva – o sistema que seu contemporâneo Marx estava desmistificando objetivamente.” (*ibidem*, p. 92)

Na sua autobiografia, escrita em 2008, Konder faz algumas considerações sobre esses dois ensaios, onde aponta de forma bastante nítida os acetos e erros de Lukács. Entre os acertos, Konder elogia o *corpus* teórico de Lukács, assim como a sua noção de realismo – que observa nas análises de Lukács sobre Balzac; em relação aos erros, demonstra insatisfação em relação ao endurecimento dos seus critérios – que provoca ao confrontar a obra poética de Fernando Pessoa com lukacsianos da grande arte.¹¹ Nos diz Konder:

“Outro livro, o meu 25º, falava de literatura e me levou a visitar Lukács (que morreu em 1970). Havia algumas nuvens no céu das nossas relações. Procurei reexaminar alguns conceitos; em seguida tratei de aproveitá-los, em cotejo com os romances de Balzac. Por que Balzac? Para verificar se os ensaios que Lukács dedicou a Balzac ainda são convincentes. Constatei que a leitura dos romances de Balzac feita há oitenta anos pelo crítico húngaro continua iluminando o percurso do leitor que quiser exercitar o intenso prazer da leitura no continente da *Comédia humana*. (...) “Achei, contudo, que era conveniente cutucar a onça, mesmo com vara curta. Resolvi, então, pôr a teoria lukacsiana do realismo diante de uma questão crucial. Essa questão atende pelo nome de Fernando Pessoa.” (*ibidem*, p. 224)

O pessimismo pessoano lembra muito os poetas ingleses – como se sabe, a cultura inglesa influenciou bastante o notável português, que possuía fluência e grande admiração ao idioma e à cultura inglesa –, como Byron, Shelley e Keats. Lukács não fazia boa avaliação do período romântico, considerando-o condenável por sua cumplicidade com a sociedade burguesa, ao optar pela resignação, motivada pelo individualismo, em oposição à ação e aos valores coletivos. Por outro lado, indaga Konder:

“Como falar de realismo para um poeta que acha que a realidade do mundo é ilusória? Como enxergar realismo na poesia de um autor que jamais considerou a possibilidade de superar a contemplação passiva de um mundo tão “vazio”? Para esse poeta, agir era suportar um sofrimento inadmissível. Não havia saída: nem o cristianismo, nem o socialismo, nem o comunismo lhe interessavam. O panorama não é

(...) Considero que uma das maiores vitórias do realismo, um dos traços mais valiosos do velho Balzac, é que ele se viu forçado a escrever contra as suas próprias simpatias de classe e preconceitos políticos, que tenha visto o caráter inevitável da ruína dos seus aristocratas prediletos e os tenha descrito como homens que não mereciam sorte melhor e que visse os verdadeiros homens do futuro precisamente onde se encontravam.” (MARX. ENGELS. 2010, p. 68-69)

¹¹ Foram inúmeros os grandes escritores que teriam sido injustiçados por Lukács, recebendo dele um juízo demasiadamente negativo, entre os quais: Marcel Proust, James Joyce, Samuel Beckett, Robert Musil, Franz Kafka, etc. Ainda que, nos seus últimos anos, Lukács tenha revisto suas posições sobre Kafka e Musil e – ainda que em menor grau –, até mesmo um escritor experimentalista como Proust.

nada animador pra quem pretende descobrir o realismo na poesia de Fernando Pessoa.” (*ibidem*, p. 224)

Como, então, pensar a poesia romântica de Fernando Pessoa nos parâmetros do realismo? Konder, mesmo que não responda diretamente a questão, tem o mérito de fazê-la. A teoria estética de Lukács, ainda que tenha inúmeros méritos, precisaria de uma ampla reformulação? Ainda careceríamos de uma estética marxista capaz de lidar com a ampla diversidade de expressões artísticas do presente, do passado e do futuro? Tudo indica que a resposta de Konder seria sim, essa parece ser a opinião de Konder, expressa nas entrelinhas. Mas uma coisa é certa – como os próprios textos do brasileiro o afirmam: o caminho a ser percorrido passa necessariamente por Lukács – mas deve também atentar-se para as ricas observações levantadas por pensadores como Leandro Konder (assim como Carlos Nelson Coutinho), que não se contentam em contemplar passivamente os grandes teóricos, mas sentem-se impelidos a os confrontarem de forma ativa e criadora.

Em relação à poesia pessoana Konder argumenta, por fim, que, talvez, a sua grandeza residiria no fato de ele ter concentrado na sua arte, numa proporção bastante elevada, as contradições que a humanidade enfrentara em sua época, resultando na melancolia, fruto da ruína da ordem burguesa, transmutada em geniais versos poéticos.

“Na poesia, esse caminho [de contar histórias como no romance ou no teatro] é inviável. O elenco das mazelas da realidade social não conferiria maior densidade ao trio dos heterônimos nem abalaria os leitores. O leitor de poemas é mais vulnerável às contradições subjetivas internas das pessoas do que ao relato das aventuras e desventuras do “herói problemático”. (...) A essência da realidade na poesia de Fernando Pessoa talvez seja, afinal, efetivamente, a crise ética, que ao longo do século XX assumiu proporções tão gigantescas. (...) “Declarando o mundo irreal, ele captava e exprimia negativamente a essência da sua realidade. A atividade de criação artística evitou que ele vivesse “em casa/ contente com o seu lar”. Proclamou: “ser descontente é ser homem”. Embora tenha dito que agir, para ele, era violentar-se, agia. Embora tenha recomendado que não pensassem, pensava. (...) Sua poesia, afinal, talvez tenha um caráter humanista virado pelo avesso, talvez tenha posto o realismo de cabeça para baixo (de algum modo, renovando-o), com a intenção de sacudir os leitores, produzindo por meio da beleza surpreendente e da provocação inesperada um enorme impacto sobre a sensibilidade de quem o lê. (...) São ideias que precisam ser desenvolvidas, aprofundadas. (...) Uma coisa, porém, é certa: se toda grande arte é realista, então a poesia de Fernando Pessoa é realista. Porque – não há como negar – a poesia de Fernando Pessoa é *grande arte*.” (*ibidem*, p. 100-101)

A citação de Luiz Sérgio Henriques, quando comentando sobre o livro de Konder: “Com Lukács, mas muito além de Lukács” (HENRIQUES *apud* KONDER. 2008, p. 225) ilustra perfeitamente a natureza da contribuição intelectual de Konder para pensarmos uma estética marxista.

Na conclusão do livro, Konder, em concordância com Lukács, estabelece o critério último para reconhecer-se uma grande obra de arte, uma profunda análise teórica que não se confunde com qualquer inclinação metafísica ou pessoal. Konder não vê como negativos ou redutores os termos lukacsianos “grande arte” ou “realismo”; ao contrário, vê como necessário rigor que emerge da diversidade de obras de arte existentes, mantendo uma postura crítica em relação a elas, no sentido de buscar-se sempre aquelas que se qualificam enquanto formas privilegiadas de genuíno autoconhecimento humano:

“Uma concepção de realismo que se apoie numa perspectiva ontológica pode nos ajudar a pensar, de maneira abrangente, os problemas da arte, em todos os níveis em que se manifestam, sem desprezar realizações bem-sucedidas, “pequenas” ou “grandes”, sem recusar o reconhecimento da especificidade dos valores estéticos e sem ignorar o diálogo que nos propõe as obras-primas.” (*ibidem*, 103)

O pensador brasileiro, demonstrando uma incrível coerência entre as duas obras – tornando mesmo difícil fazer-nos crer que um intervalo quarenta anos se interpõe entre ambas –, permanece confiante na superioridade teórica da abordagem marxista, destacando-se com uma imensa contribuição para uma estética marxista.

Não seria possível, a partir das observações de Konder, mas também de Carlos Nelson Coutinho – que não abordamos nesse pequeno texto, mas que pretendemos tratar mais extensivamente em local mais apropriado –, pensarmos numa nova estética marxista? É visível que alguns dos comentários dos pensadores brasileiros, por certo sob alguma influência de Gramsci, uns mais outros menos desenvolvidos, agem no sentido de preencher lacunas deixadas por Lukács. Seria não só prudente, mas ainda bastante necessário, nos valeremos dessas ricas indicações, reforçadas e renovadas por pensadores como Leandro Konder, para garantirmos o papel central que o marxismo teve e ainda tem a desempenhar na análise da sociedade – mas também das artes e da literatura! –, busca uma compreensão profunda de sua estrutura de funcionamento, para dessa forma poder agir efetivamente no sentido de transformá-la.

Bibliografia

CHACON, V. “A descoberta de Lukács no Brasil”. *In: Revista Brasileira de Filosofia*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, vol. XL, fasc. 168, out-nov-dez, 1992

COUTINHO, C. N. “Derrota e revanche da dialética” *In: KONDER, L. A derrota da dialética: recepções das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

DEL ROIO, M. “Leandro Konder: um capítulo da história dos intelectuais” *In: PINASSI, M. O. (org.) Leandro Konder: a revanche da dialética*. São Paulo: Unesp/Boitempo, 2002.

KONDER, L. **Os marxistas e a arte**: breve estudo histórico-crítico de algumas tendências da estética marxista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. “A “vitória do realismo” um poema de Drummond: A mesa”. *In: COUTINHO, C. N. et al. Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Lukács**. (Coleção Fontes do Pensamento Político). Porto Alegre: LP&M, 1980.

_____. **Intelectuais brasileiros & marxismo**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

_____. “Estética e política cultural”. *In: ANTUNES, R. RÊGO. W. L. Lukács: um galileu no século XX*. São Paulo: Boitempo, 1996.

_____. “Celan e sua “fuga””. *In: Estudos de Sociologia*. v. 6, n.11, jul-dez, 2001, p. 23-26.

_____. **As artes da palavra**: elementos para uma poética marxista. (Coleção Marxismo e literatura). São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Memórias de um intelectual comunista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

KONDER, L. COUTINHO, C. N. “Presença de Lukács no Brasil”. Entrevista concedida a Maria Orlanda Pinassi e Sérgio Lessa. *In*: PINASSI, M. O. LESSA, S. **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.

LUKÁCS, G. **Arte e sociedade**: escritos estéticos 1932-1967. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MARX, K. “Introdução à crítica da economia política”. *In*: _____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/UFRJ, 2011.

MARX, K. ENGELS, F. **Cultura, arte e literatura**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MAZZEO, A. C. “O Partido Comunista na raiz da teoria da Via Colonial do desenvolvimento do capitalismo”. *In*: MAZZEO, A. C. LAGOVA, M. I. (orgs.). **Corações vermelhos**: os comunistas brasileiros do século XX. São Paulo: Cortez, 2003.

NETTO, J. P. “Um livro que resistiu à passagem do tempo”. *In*: KONDER, L. **Marxismo e alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Pós-facio. *In*: COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SEGATTO, J. A. **Breve história do PCB**. 2 ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

_____. “O PCB e a revolução nacional-democrática”. *In*: MAZZEO, A. C. LAGOVA, M. I. (orgs.). **Corações Vermelhos**: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003.

MODO DE VIDA OPERÁRIO E INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL: ANÁLISE DE FLORENTINO DE CARVALHO (1883 – 1947) A PARTIR DA GUERRA CONSTITUCIONALISTA DE SÃO PAULO EM 1932.

The worker life way and the establishment of the republic in Brazil: Florentino de Carvalho (1883-1947) analysis on the 1932 São Paulo constitutionalist war.

Rogério Humberto Zeferino NASCIMENTO¹

RESUMO: O movimento operário no Brasil nas primeiras décadas do século XX, atuou em diversas áreas da vida social: sindicatos, escolas, teatro, imprensa, literatura, artes. Diversos documentos, guardados em arquivos, estão à disposição dos pesquisadores. Testemunham impactos deixados pelos trabalhadores na dinâmica da vida social, política e intelectual. Com predomínio do anarquismo neste movimento há, entre suas preocupações, a elaboração de pensamento analítico sobre as questões sociais. Assim, Florentino de Carvalho refletiu sobre a guerra de São Paulo contra o governo central, sob Vargas, no seu segundo livro: A Guerra Civil de 1932 em São Paulo. Sem desconsiderar o fato de esta ser obra única, pois elaborada por integrante das classes proletárias e expressão de pensamento coletivo, nela encontramos análise vigorosa: aborda o evento em tela numa perspectiva relacional e processual, considerando seu caráter histórico e social, como também a importância dos elementos étnicos, religiosos e econômicos.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores; Anarquismo; Pensamento coletivo.

ABSTRACT: The labor movement in Brazil in the twentieth century early decades, worked in various areas of social life: trade unions, schools, theater, media, literature, arts. Several documents, stored in files, are available

¹ Professor da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais – UACS – e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS – Centro de Humanidades – CH – na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG –, Campina Grande – PB. CEP: 58.429-000 – Av. Aprígio Veloso, 882 – Bodocongó – Campina Grande – Paraíba – Brasil. E MAIL: <rogerionascimentoufcg@yahoo.com.br>.

to researches, which witness impacts left by workers in the dynamics of social, political and intellectual life. With the predominance of the anarchism in this movement there are, among its concerns, the developments of analytical thinking on social questions. Thus, Florentino de Carvalho, reflected on the war of São Paulo against the central government, under Vargas, in his second book: *The 1932 Civil War in São Paulo*. Without disregarding the fact of this work uniqueness, since its development by a working class member as well as of the collective thinking expression, we find out a vigorous analysis: covering such an event in a relational and processual perspective, by considering its historical and social nature, in addition to the importance of ethnic, religious and economics elements.

KEYWORDS: Workers; Anarchism; Collective thinking

Introdução

A instauração da modernidade no Brasil se deu de forma consideravelmente conturbada. Romper com instituições secularmente estabelecidas, sob condições subalternas, era um desafio a ser enfrentado pelas camadas dirigentes brasileiras quando dos primeiros sinais de auto-afirmação do nascente Brasil republicano. Portugal e sua herança monárquica marcavam profundamente o universo social, em geral, e existencial das elites dominantes, em particular. O acontecimento detonador de um sentimento de pertença distintivo entre setores da elite brasileira foi a saída da família real em 1808 de Portugal para o Brasil, onde ficou até 1821. Este acontecimento provocou maior aglutinação nestes segmentos em torno de ideários autonomistas. A história colonial brasileira registra desejos, em camadas dirigentes do Brasil, de emancipação de Portugal.

Com a mudança da condição de colônia para metrópole, estes anseios foram tomando formas cada vez mais precisas, recorrentes e intensas.

A idéia era tornar o Brasil um país soberano, moderno e progressista. Depois do retorno da família real para Portugal, a independência proclamada em 1822 embora arrefecendo, de certo modo, o fervor emancipatório, não satisfaz plenamente muitos setores das elites dirigentes brasileiras. Figuras como o pernambucano, monarquista e liberal, Joaquim Nabuco (1849-1910) envida esforços, enquanto parlamentar e militante da abolição, nesta direção. Sua luta contra a escravidão se fundava na certeza de que o Brasil não poderia integrar a comunidade dos países avançados, civilizados e progressistas na medida em que mantivesse a degradante instituição da escravidão negra. Para ele somente a figura do monarca garantiria a necessária unidade do país, assegurando também a sua ascensão ao status de país digno de partilhar a comunhão internacional das grandes nações civilizadas. Esta era sua preocupação central. Em seu livro **A escravidão** de 1869 (NABUCO, 1988) e no seu mais conhecido, **O Abolicionismo**, de 1883 (NABUCO, 1977), acusa a escravidão de ser criminosa, grande e incontornável obstáculo, para se chegar a um Brasil ao mesmo tempo monárquico e liberal, moderno e progressista.

O desempenho do exército brasileiro na Guerra do Paraguai (1865-1870) resultou em grande prestígio desta instituição. O exército iniciou, a partir do retorno desta iniciativa belicosa, a busca de uma maior presença nas definições dos rumos da sociedade brasileira. Tanto é assim que a proclamação da República em 1889 foi um evento levado a efeito por militares influenciados por ideários positivista do francês August Comte (1798-1857) (COMTE, 1978 e 1983). A primeira constituição de 1891 do Brasil republicano e a máxima estampada na bandeira nacional – “ordem e progresso” – revelam a existência de significativa ascendência positivista entre fundadores da república (SOARES, 1998).

As primeiras décadas da república brasileira ficaram conhecidas na literatura historiográfica pela truculência governamental e patronal com os estratos populares. É conhecida dos estudiosos da matéria certa máxima dita pelo último presidente do Brasil na Primeira República (1926-1930), definindo com muita propriedade a apreciação das elites brasileiras quanto às camadas populares. Em certa ocasião, Washington Luis (1869-1957), ao ser interpelado sobre a questão social no Brasil, teria dito que “a questão social no Brasil é um caso de polícia”. A Primeira República, ou República das Oligarquias ou ainda República do Café com Leite, assim designada por conta da alternância no poder presidencial entre Minas Gerais e São Paulo, produtoras, respectivamente, de pecuária bovina e de café, continuava desagradando setores das elites regionais. Os diversos levantes militares ocorridos durante este período revelam crescente insatisfação destes segmentos como também o envolvimento militar nestes acontecimentos.

O ponto culminante destas discórdias foi o levante de militares apoiados por setores das elites gaúcha e do nordeste, naquilo que ficou conhecido na histórica como a Revolução de 30 (DECCA, 1992). O evento detonador fora a intenção manifesta por Washington Luis em colocar na presidência um governante paulista e não de Minas Gerais. Por conta disto eclodiu um movimento conduzindo Getúlio Vargas ao governo central e abrindo à chamada Era Vargas (1930-1945), dividida entre a Segunda República, ou República Nova, (1930-1936) e o Estado Novo (1937-1945). Este período fora se estabelecendo através de acenos e promessas de mais completa satisfação aos anseios de amplos setores das camadas dirigentes regionais. Estas camadas, de longe vinham ressentidas com a concentração do poder e seu revezamento entre Minas Gerais e São Paulo. Sentiam-se alijadas dos benefícios prometidos quando da fundação da república. No entanto, depois de dois anos de governo, Getúlio Vargas teve de enfrentar descontentes de São Paulo numa guerra civil sem precedentes na história brasileira. O longo período de governo de Vargas fora marcado por permanentes tensões e conflitos intensos.

A guerra de São Paulo contra o governo central de Getúlio Vargas em 1932 é bastante reveladora dos diferentes interesses em choque, tomando expressões diferenciadas ao longo de seu governo. Neste cenário o movimento operário exercia pressão considerável. Com predomínio dos anarquistas, em suas diferentes expressões (NASCIMENTO, 2006), os trabalhadores marcaram a paisagem social. Os congressos operários regionais e os três primeiros congressos operários brasileiros em 1906, 1913 e 1920, todos realizados no Rio de Janeiro, então capital federal, constitui nítida demonstração da importância e do peso político e social do movimento operário nas primeiras décadas do século XX.

No primeiro congresso fora criada a Confederação Operária Brasileira – COB – e decidida a fundação do jornal **A Voz do Trabalhador**², seu porta voz, a circular a partir de 1908 até 1915. De fins do século XIX até 1920 houveram mais de trezentos jornais operários (NAZARETH, 1978). A imprensa operária, além dos artigos de denúncia e crítica social, tinha espaços para contos, poesias e atividades culturais em geral. Constitui excelente campo de pesquisa da sociedade à época, com análises, registros de experimentos e indícios de um modo de vida buscando ruptura com os referenciais sociais estabelecidos sob estatismo e capitalismo (NASCIMENTO, 2006).

Os impressos operários e anarquistas contêm indicações do cotidiano dos trabalhadores nas escolas, sindicatos, comitês populares, manifestações, greves, congressos, viagens de propaganda e outras atividades. Há nestes impressos, por exemplo, para além de reflexões críticas ao capitalismo, registros da instauração de uma economia distributiva (CAILLÉ, 1998) entre os trabalhadores. Através de subscrições anunciadas nos jornais, com diferentes

² **A Voz do Trabalhador** principal jornal anarcossindicalista do país. Há uma edição fac-similar reunindo os setenta e um números deste jornal. Ver referências.

motivos, os trabalhadores instauravam a desoneração dos referenciais concentracionários da economia sob capitalismo, sustentavam escolas, jornais, operários em greve, congressos, etc. Há mesmo registros de realização de subscrições para envio de auxílio financeiro aos revolucionários mexicanos em meados da década de 1910 e também nos primeiros anos da Rússia revolucionária. Este assunto merece uma atenção particular através de um estudo mais aprofundado.

Movimento operário e o Brasil republicano no início do século XX

Como dito mais acima, o período da chamada Primeira República fora extremamente adverso para as camadas populares. Com a Era Vargas a situação não melhorou. Antes muito pelo contrário. A diferença posta neste período, além do efeito impactante e divisor no movimento operário da Revolução Russa, se deu com a busca de cooptação deste movimento através das chamadas “leis sociais”. Vargas procurou seduzir o movimento dos trabalhadores com a adoção de políticas voltadas para os setores populares, no que foi relativamente bem sucedido. Isto sem deixar de lado as medidas repressivas e violentas. Até mesmo intensificou tais expedientes contra seus adversários. Em todo o caso, conseguiu a adesão de expressivos contingentes entre as elites dirigentes, praticamente toda a classe média e boa parte do movimento operário. Sua permanência na presidência ao longo de quinze anos revela esta adesão e aprovação, nos diferentes extratos da sociedade brasileira, às suas concepções sociais e medidas governativas.

No Brasil do período aqui considerado, o setor mais intransigentemente contrário por princípio à república reside entre os trabalhadores. É possível encontrar nos impressos operários e anarquistas expressões de resistências e recusas à república. Lima Barreto (1881-1922) (BARBOSA, 1986 e 1988) é a figura deste período mais conhecida na contemporaneidade, cujos escritos como diários, crônicas, romances e contos, reverberam a percepção crítica, elaborada no movimento dos trabalhadores, da recém fundada república brasileira, em particular, e de toda forma de governo (NASCIMENTO, 2010). Em duas de suas obras (LIMA BARRETO, 1994 e 2008), por exemplo, critica o nacionalismo e a idéia de nação. No primeiro livro, apresenta de maneira jocosa e crítica a figura caricata do Major Policarpo Quaresma como nacionalista.

É muito difícil imaginar alguém mais nacionalista do que o Major Policarpo Quaresma. Através do exagero da caricatura, Lima Barreto expõe o ridículo a que o nacionalismo pode conduzir alguém, mas, mais grave, os desastrosos resultados das medidas autoritárias de nacionalistas deste tipo quando se considera os destinos da população trabalhadora e do interior do país. A propósito, Lima Barreto apresenta aqui a forma autoritária característica das elites, elaborando projetos salvadores da pátria, sem conhecimento de causa e apresentando-os à sociedade de forma compulsória. Na segunda obra não deixa de tornar visível e patente a semelhança entre Bruzundanga e o Brasil. A iconoclastia caracteriza sua verve, reverberando análises ácidas elaboradas pelos trabalhadores e apresentadas nos jornais e revistas do movimento operário.

Oresti Ristori (1874-1942) (ROMANI, 2002), anarquista italiano tendo residido no Brasil por vários anos, escreveu em 1906 uma brochura intitulada **Contra a imigração** (RISTORI, 1906). Escrevera este livro a partir de viagens feitas a fazendas do interior de São Paulo, ocasião em que pode observar a situação dos colonos. Seu escrito demonstra a permanência dos hábitos escravagistas no tratamento dos trabalhadores das fazendas. Objetivava demover trabalhadores europeus da idéia de imigrar para o Brasil, fazendo visível a situação incrivelmente adversa para o trabalhador, ao contrário do apregoado por agentes do governo federal brasileiro enviados a diversos países da Europa a fim de arregimentar braços para a lavoura de café.

Maria Lacerda de Moura (1887-1945) (LEITE, 1984) envidou esforços em deslocar as tendências racistas e fascistas insinuadas aos segmentos da sociedade brasileira através do integralismo, do industrialismo e do conservadorismo católico. Em seus livros, opúsculos e conferências, produzidas ao longo dos anos de 1920 e 1930, procura insistentemente inclinar os trabalhadores e outros segmentos da sociedade brasileira a moldes de vida libertário, avessos e resistentes à concentração do poder (MOURA, 1924; 1928; 1931a; 1931b; 1933; 1934).

Jornais e revistas como **Floreal** (1907), **Não Matarás!** (1908), **A Voz do Trabalhador** (1908-1915), **A Vida** (1914-1915), **Na Barricada** (1915-1916), publicados no Rio de Janeiro, discutem criticamente as bases intelectuais e pragmáticas da república brasileira. O spencerismo, o militarismo, a primeira guerra mundial e, em particular, o positivismo, são tensionados em diversos artigos destes impressos. Em São Paulo o movimento operário acolhe publicações como **A Plebe** (1917-1935; 1947-1949), **A Obra** (1920), **A Lanterna** (1901-1904; 1909-1916; 1931-1935), **O Homem Livre** (1933-1934). Estes periódicos estampam em suas páginas, entre outros assuntos, críticas à república brasileira sobretudo com relação a seus vínculos com o capitalismo transnacional e com o conservadorismo católico, denunciando os contornos crescentemente facistizantes com que os governantes estavam emoldurando as instituições e a vida social.

Poderia evocar outros nomes, pessoais e de impressos, mas creio serem suficientes os acima apresentados, como amostragem do significado, expressão e envergadura do pensamento social operário no Brasil. A imprensa anarquista, depositada em bibliotecas e arquivos públicos, está à disposição de pesquisadores. É possível perceber em suas páginas os vestígios de sociabilidades libertárias. Nela há também concepções, análises, estudos, além dos indícios de um modo de vida operário, orientado por referenciais libertários, anticapitalista e antiestatista.

Análíticas de Florentino de Carvalho em “A Guerra Civil de 1932 em São Paulo”

No ano de 1926 a polícia paulista elabora uma “Lista de anarquistas perigosos”. Florentino de Carvalho estava entre os mais visados. Já conhecia as prisões paulistas. Seu prontuário individual no Departamento de Ordem Política e Social – DOPS – de número 144 registra parte de sua trajetória biográfica (NASCIMENTO, 2000) com as diversas prisões, duas deportações do território brasileiro e uma da Argentina. Em 1910 fora expulso da Argentina para a Europa. Quando o navio saído de Buenos Aires ancora em Santos, os operários desta cidade conseguem resgatá-lo. Em 1912 e 1917 (KHOURY, 1981; LOPREATO, 2000) é expulso do Brasil como retaliação patronal e governamental ao seu desempenho nas greves em São Paulo. Em ambas retorna por habeas corpus.

Pois bem. Sabedor desta lista, evade-se de São Paulo. Em sua fuga, passa pelo Rio Grande do Sul, Argentina, Uruguai e novamente Rio Grande do Sul. Foram cerca de quatro anos fora de São Paulo. Em fevereiro de 1931 retorna a São Paulo, tendo acompanhado os desdobramentos da Revolução de 1930 como também as preparações para a guerra de 1932 (DE PAULA, 1998), seu andamento e trágico desfecho para os paulistas. É a partir da perspectiva privilegiada de uma testemunha ocular que ele escreveu seu segundo livro (CARVALHO, 1932). Este livro, de 16 x 21 cms, fora por ele organizado em cinco partes com vinte e nove capítulos, totalizando 140 páginas. Como de praxe á época, o tamanho das letras é consideravelmente grande, se pensarmos nas publicações contemporâneas.

Sua condição de integrante das classes proletárias dá a este escrito significativa densidade histórica. É livro único tratando do assunto, pois as apreciações deixadas sobre este evento foram escritos por militares, jornalistas e outros partidários ligados a segmentos das elites dirigentes envolvidas nas beligerâncias. Além disto, este texto possui considerável penetração sociológica. No breve prefácio do livro há esta enunciação incisiva:

A verdade e a justiça são os princípios básicos dos modernos postulados, as forças morais dos movimentos revolucionários, o ponto de partida da humanidade insubmissa em marcha para o ideal.

Partindo destas premissas, que reputamos definitivas, iniciamos, no presente trabalho, a resenha e a análise da guerra civil paulista, em seus vários aspectos, sem reticências ou exageros, de maneira a obviar qualquer dúvida sobre a exatidão e a coerência das nossas apreciações.

É de nosso feitio ver todos os seres humanos no mesmo plano moral. Para nós a condição social ou a catadura nada representam. Na espécie humana não há melhores nem piores: todos somos iguais. Os atos bons ou maus, não exprimem a natureza íntima dos respectivos autores. A não ser por atavismo ou doença, o homem não se torna lobo do homem. Pelo contrário, o homem sadio, equilibrado, inclina-se de preferência para o bem. Por via de regra, a linha de conduta é produto do meio.

A responsabilidade do indivíduo pelos atos que pratica é muito relativa, limita-se à parte que cada qual desempenha como elemento ativo e, de certo modo conscientemente e de motu próprio, nos fatos sociais, individuais ou coletivos.

Por isso, na crítica que aqui fazemos à última guerra civil, visamos especialmente as causas sociais que a determinaram. Quanto à crítica às coletividades ou pessoas que lhe deram vida, limita-se à parte que representaram como expoentes de um regime anacrônico, e ao conteúdo psicológico que se adquire no ambiente atual de imperfeições e misérias.

É este nosso critério. Não conhecemos outro. (CARVALHO, 1932:07-08).

O conteúdo deste livro confirma o anunciado no prefácio. Seu autor recusa veementemente abordagens monocausais para este como para os eventos humanos. Seus escritos na imprensa, como em seu primeiro livro (CARVALHO, 1927), considera, pelo menos, a importância das dimensões sociológica, política, antropológica, histórica, econômica e filosófica. Em flagrante recusa dos determinismos unilaterais, sua perspectiva é relacional, apresentando os acontecimentos de 1932 ligados imediatamente a 1930, com o ressentimento das elites paulistas ao sentirem-se subalternizadas com a quebra do modelo da Primeira República. Interesses partidários, de extensos setores do comércio e da indústria de São Paulo foram melindrados a partir de então.

A guerra de São Paulo contra o “ditador” Vargas fora sendo gestada por intelectuais vinculados aos setores dominantes de São Paulo. Intelectuais, professores, clubes de diversas orientações, lojas maçônicas, associações de beneficência, amplos setores do movimento operário se entusiasmaram na luta contra o governo central. Sentimentos regionalistas, identitários, religiosos, preconceitos de raça e de casta foram acionados quando da justificação, perante os segmentos sociais paulistas, do empreendimento guerreiro.

Apesar disto, a guerra de 1932 não pode ser bem compreendida apenas considerando a Revolução de 1930. No esforço de melhor situar esta guerra, Florentino de Carvalho amplia seu enfoque analítico recuando na história, demonstrando a importância de outros acontecimentos no processo da vida social brasileira. Nesta ocasião recorta aspectos particulares na formação das camadas dominantes de São Paulo, seus sentimentos aristocráticos e de superioridade diante da população em geral. O período colonial brasileiro com a presença do catolicismo, das expedições Bandeirantes, das sociedades indígenas, da escravidão negra e a luta abolicionista, da campanha republicana, abrindo à expansão do capitalismo industrial, criam um ambiente social tenso, contraditório, profundamente instável.

Tanto é assim que profundas crises políticas e econômicas caracterizam o então considerado período promissor republicano. O movimento operário não deixa de marcar presença neste processo. A propósito da envergadura do movimento operário neste período, é ele o organizador, nos principais centros administrativos e econômicos do país, de diversos comitês como o Comitê de Defesa Proletária durante as greves de 1917 em São Paulo, o Comitê de Agitação Popular no ano de 1913 em São Paulo e Rio de Janeiro e, também neste mesmo pe-

ríodo nestas mesmas cidades, o Comitê Contra a Carestia da Vida e a Lei de Expulsão. Estes comitês promovem manifestações públicas e conferências entre os trabalhadores, criando canais de visibilidade à sociedade em geral quanto as suas precárias condições de vida. Elites regionais também produzem efeitos neste cenário. Expressam suas insatisfações apoiando dissidentes ou conspirando. Militares se sublevam em várias ocasiões. Partidos políticos conjuram derrubar governos estabelecidos.

Nesta ambiência o movimento operário provoca temores nos setores dirigentes. Anarquistas, socialistas e comunistas produzem profundos impactos na dinâmica da vida social. Há ainda o integralismo com seu nacionalismo extremado, cópia ridícula do fascismo italiano, produzindo efeitos consideráveis no processo da vida social brasileira. Isto porque afetou anarquistas, comunistas e socialistas, levando-os a criarem a Liga Antifascista em meados dos anos 1930. A união destes segmentos obrigou o governo central a um posicionamento manifestadamente contrário aos integralistas. Se bem que, na prática, os favorecia protegendo-os através de medidas governativas, pretensamente restritivas, mais teatrais que efetivas.

Considerando a amplitude e profundidade das causas das crises sociais, econômicas e políticas, como sumariamente exposta acima, Florentino de Carvalho direciona seu foco analítico para apreciar o valor das soluções propostas pelas “doutrinas sociais modernas” (CARVALHO, 1932: 83-104). A tendência de centralização econômica, política, jurídica e religiosa caracteriza a busca de saída das referidas crises sem afastamento dos referenciais favoráveis à burguesia. Na quarta parte deste seu livro Florentino de Carvalho analisa o positivismo, o socialismo democrata e o marxismo. O positivismo de August Comte é apresentado, grosso modo, enquanto reedição e renovação do catolicismo romano.

Nestas passagens assinala o papel catequista dos jesuítas, disposição continuada pelo positivismo, e de como, nesta filosofia, a mulher e o operariado ocupavam papéis subalternos diante, respectivamente, do homem e dos chefes industriais. Da mesma forma que no cristianismo o indivíduo é inclinado naturalmente para o mal, no positivismo comteano o indivíduo é percebido enquanto pólo contrário ao altruísmo, anti-social e egoísta por natureza. Este postulado da filosofia positivista encaminha e procura justificar políticas coercitivas às liberdades pessoais.

No que diz respeito ao socialismo democrático, Florentino de Carvalho analisa as versões francesa, alemã e russa. A Francesa é obcecada pela centralização política, afastando-se dos ímpetus liberais e negativistas da sua origem nos movimentos populares contestatórios do século XIX. A alemã se vê presa em preconceitos nacionalistas e no determinismo econômico. Marx constitui a mais definida expressão do socialismo de Estado. A russa procede a um amálgama entre as versões francesa e alemã, mesmo com a predominância do marxismo. O marxismo, para Florentino de Carvalho, busca na filosofia materialista o apoio para análise do capitalismo, mas se referencia na metafísica para “construir as suas previsões econômicas” (CARVALHO, 1932:92). As idéias de Marx e de seus mais acatados aderentes mantinham o nacionalismo e o militarismo, reduzindo a complexidade da vida social à economia e defendendo a continuidade do regime de assalariamento.

Considerando estas análises, Florentino de Carvalho encaminha o encerramento de seu livro sugerindo “soluções sociais imediatas” (CARVALHO, 1932:117-126). Assim trata da “solução econômica”, da “solução da questão religiosa”, da “solução do problema da nacionalidade” e da “solução do problema da família”. Estas “soluções” são antecedidas por uma apresentação das fontes inspiradoras de seu pensamento. Nesta direção evoca o ideal de Liberdade, Igualdade e Fraternidade da Revolução Francesa; a integração do homem à natureza, com um amor à terra onde nasceu sem resvalar para nacionalismos exclusivistas; as reações contrárias “à desigualdade econômica, política e social, ao despotismo ostensivo ou disfarçado” como feitas por “todas as seitas, todas as classes, todos os partidos, todas as escolas científicas, filosóficas e artísticas” (CARVALHO, 1932, 106-107).

Também considera o comunismo do cristianismo primitivo; a Renascença; a “filosofia revolucionária, que comoveu o regime sacerdotal, monárquico e aristocrático do Ocidente e proclamou a independência dos povos americanos, a emancipação das raças escravizadas” (CARVALHO, 1932, 107); o pensamento individualista; a idéia de igualdade da democracia burguesa e conseqüente restrição do Estado como também a resistência à tendência de expansão do poderio da igreja. O autor prossegue evocando escolas econômicas e movimentos sociais, registrados na história, como sendo os diversos referenciais de seu pensamento propositivo. Arremata esta fundamentação apresentando nomes de pensadores, filósofos e artistas que oferecem “a base intelectual do socialismo” (CARVALHO, 1932:131). São eles: Tolstoi, Proudhon, Bakunin, Reclus, Kropotkin, Stirner, Ibsen, Toker, Mackay, Barret, Malatesta, Parsons “e outros preclaros artífices e apóstolos da ideologia libertária” (Id.). Encerra o livro não com um convite a adesão de algum código monolítico ou corpo doutrinário definitivo, mas com um incentivo à ação direta a partir do lugar em que se está. Nada de filiação ou adesão, mas atividade direta e libertariamente orientada.

Considerações finais

Proudhon (1986) apresenta a dinâmica da vida social humana como sendo caracteristicamente composta, diversa e plural. No seu entendimento, os agrupamentos humanos possuem tanto força como consciência. Para compreender aspectos da vida social fora dos referenciais místicos e sem resvalar para as abordagens individualizantes do liberalismo, nem para as sociocêntricas dos sistemas de pensamento autoritários, elaborou a “teoria das forças coletivas” e a “teoria da consciência coletiva” (PROUDHON, 1986; BANCAL, 1984; GURVITCH, 1983). A sua “dialética serial” considera a relação indivíduo e sociedade como devendo se dar em busca de um equilíbrio. A coletividade possui realidade própria da mesma forma que a individualidade. Todo agrupamento humano, nesta perspectiva, é provido de capacidade de ação volitiva e, simultaneamente, de uma forma peculiar de pensar a si e à ambiência social.

Considerando estas indicações de Proudhon, os coletivos editoriais, como as demais associações anarquistas (sindicatos, greves, congressos, manifestações públicas) possuem não apenas força materializada nos experimentos registrados na história. Possuem também maneiras particulares de apreciar, pensar e refletir sobre as questões envolventes. Ademais, a criação de escolas, sindicatos e publicações impressas como jornais, revistas, manifestos e livros; a realização de congressos, greves, manifestações públicas, excursões de propaganda e conferências; as intervenções nas artes, letras e literatura expressam o *poder da vontade* de personalidades associadas em coletivos. Há o caso também de associação de associações para a consecução de certos objetivos. Este dinamismo marcadamente coletivo potencializa as forças individuais, mas também, e ao mesmo tempo, formula formas de pensamento e sentimento peculiares.

A força realizadora destes agrupamentos retira suas energias e potencialidades dos embates existenciais, tomando formas societárias a partir de referenciais cognitivos e sentimentais frutos dos encontros de seus integrantes. Em seu primeiro livro este entendimento é manifesto de maneira mais precisa quando critica a interpretação de Marx segundo a qual o conjunto da vida social humana surge como epifenômeno das relações de produção. Florentino de Carvalho recusa reduzir os eventos humanos a alguma mecânica econômica. As concepções e sentimentos indicam a direção às energias sociais.

As forças econômicas e os princípios vegetativos são o nervo motor da evolução social. O pensamento e o sentimento são a bússola que dirige a opinião determinante dos sistemas estabelecidos ou em perspectiva. (CARVALHO, 1927, 129).

O segundo livro de Florentino de Carvalho aqui ligeiramente analisado, é bem uma demonstração de um pensamento personalizado mas formulado em processos eminentemente coletivos. O prefácio mais acima endentado anuncia sua perspectiva analítica relacional e processual no estudo das beligerâncias. A guerra de 1932, em sua análise, não se deve a um fator exclusivo ou a alguns poucos. Muito menos envereda, neste livro, por explicações que primam pelo enfoque psicologizante, nem por interpretações baseada na pretensa existência de figuras notórias decidindo sozinhas a eclosão do fenômeno belicoso.

Do começo ao fim deste seu escrito a guerra de 1932 é apreciada em seu conteúdo político, relacionada a processos sociais, integrada às questões religiosas, intelectuais, econômicas e étnicas. O pensamento social de Florentino de Carvalho, por fim, estabelece a multilateralidade no estudo e na ação, individual e coletiva. Constitui expressão da força, vitalidade e vigor das personalidades reunidas nos coletivos do movimento operário e anarquista. Enfim, constitui contribuição ímpar ao pensamento social no Brasil.

Referências

- A VOZ do Trabalhador. Órgão da Confederação Operária Brasileira. Coleção fac-similar. 1908-1915. Prefácio de Paulo Sérgio Pinheiro. ASMOB; Fondazione Giangiacomo Feltrinelli; Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP; Imprensa Oficial do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Centro de Memória Sindical; São Paulo: 1985.
- ARQUIVO Público do Estado de São Paulo. Seção DOPS. *Florentino de Carvalho*. Prontuário Nº 144.
- BANCAL, Jean. *Proudhon: pluralismo e autogestão*. Brasília; Novos Tempos: 1984.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *Lima Barreto e a reforma da sociedade*. Recife: Pool, 1986.
- _____. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1988.
- CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. IN: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 13; Nº 38 – São Paulo, outubro de 1998.
- CARVALHO, Florentino de. *Da Escravidão à Liberdade: a derrocada burguesa e o advento da igualdade social*. Porto Alegre: Renascença, 1927.
- _____. *A Guerra Civil de 1932 em São Paulo: solução imediata dos grandes problemas sociais*. São Paulo: Ariel, 1932.
- COMTE, August. *Curso de Filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista*. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. 2ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Pensadores)
- COMTE, August. *Sociologia*. Organizador Evaristo de Moraes Filho. Tradução de Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1978 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- DE PAULA, Jeziel. *1932: imagens construindo a história*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, Piracicaba, São Paulo: UNIMEP, 1998.
- DECCA, Edgar de. *1930 – O Silêncio dos Vencidos*. 5ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil – 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- GURVITCH, Georges. *Proudhon*. Tradução de Lurdes Jacob; Jorge Ramalho. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1983.
- KHOURY, Yara Aun. *As Greves de 1917 em São Paulo e o Processo de Organização Proletária*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1981.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *A Outra Face do Feminismo*: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.
- LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. [1881-1922] *Triste fim de Policarpo Quaresma* [1911]. *Clara dos Anjos* [1925]. São Paulo: Editora Scipione; 1994.
- _____. *Os Bruzundangas*. São Paulo; Ática, [1923], 2008. (Série Bom Livro).
- LOPREATO, Christina Roquette. *O Espírito da Revolta, a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000.
- MARX, Karl. [1818-1883]. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MOURA, Maria Lacerda de. “*A mulher é uma Degenerada*”. São Paulo: Typ. Paulista, 1924.
- _____. *De Amundesen a Del Prete*. São Paulo; Seção de Obras d’“O COMBATE”, 1928.
- _____. *Civilização – tronco de escravos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1931a.

- _____. *Clero e Estado*. Rio de Janeiro; Publicação da “Liga Anticlerical”, 1931b. (Da série de conferências da “Coligação Nacional Pró Estado Leigo”).
- _____. *Serviço Obrigatório para Mulher? Recuso-me! Denuncio!* Santos, São Paulo: A Sementeira, 1933.
- _____. *Clero e Fascismo: horda de embrutecedores*. São Paulo; Editorial Paulista, 1934.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Introdução de Gilberto Freyre. 4ª Ed – Petrópolis; Vozes, [1883] 1977.
- _____. *A escravidão*. Compilado por José Antonio Gonçalves de Mello; apresentação e organização de Leonardo Dantas da Silva; prefácio de Manuel Correia de Andrade. Recife; PE: FUNDAJ; Editora Massangana, 1988.
- NASCIMENTO, Rogério H. Z.. *Florentino de Carvalho, pensamento social de um anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.
- _____. *Indisciplina: experimentos libertários e emergência de saberes anarquistas no Brasil*. Tese de doutoramento. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://anarcopunk.org/biblioteca/wp-content/uploads/2009/01/indisciplina-tese-rogerio.pdf>> Acessado em 02.02.2012.
- _____, Lima Barreto, anarquia e anticivilização. *Anais. X BRASA*. Brasília; DF: 2010. Disponível em: <http://www.brasa.org/portuguese/congressos/brasa_x_portugese.html>. Acessado em 02.02.2012.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *Proudhon: textos escolhidos*. Seleção de Paulo-Edgar A. Resende & Edson Passeti. São Paulo; Editora Ática: 1986.
- RISTORI, Oresti. *Contra a imigração*. São Paulo; La Battaglia, 1906.
- ROMANI, Carlo. *Oresti Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2002.
- SOARES, Mozart Pereira. *O positivismo no Brasil: 200 anos de August Comte*. Porto Alegre: AGE: Editora da Universidade, 1998.

OS SIGNIFICADOS E SENTIDOS DA ESCOLA PARA JOVENS ESTUDANTES DAS CLASSES MÉDIAS- PRIMEIRAS REFLEXÕES

Rosana da Silva CUBA¹

RESUMO: O artigo destaca algumas das pesquisas e contribuições da Sociologia da Educação para entendermos os jovens de classes médias e que relações são tecidas entre juventude e escola. Esta perspectiva de investigação nos remete a uma série de questões relevantes para análise, como a discussão sobre o contexto social em que vivemos e a crise de socialização (ou “desinstitucionalização”) que afetam a escola, sobretudo no ensino médio. No domínio da Sociologia contemporânea, estes temas tem sido estudados por DUBET (1996), DUBET e MARTUCCELLI (1997), SPOSITO e GALVÃO (2004), SETTON (2009). Na primeira parte, são analisadas as reflexões destes autores sobre juventude e escola. Na segunda parte serão apresentadas as características e peculiaridades do universo da pesquisa, além dos objetivos e questões de estudo. Por fim, uma discussão sobre a tese da desinstitucionalização, de DUBET (1996) e as sociabilidades juvenis no espaço escolar, além dos desafios postos à pesquisa.

Palavras-chave: Juventude. Escola. Classes Médias.

ABSTRACT: This article highlights some of the research and contributions of sociology of education to understand the youth of the middle classes and relationships that are woven between youth and school. This research perspective leads us to a number of issues relevant to the analysis, as the discussion about the social context in which we live and the crisis of socialization (or institutionalization) that affect the school, especially in high school. In the field of contemporary sociology, these issues have been studied by Dubet (1996), Dubet and Martuccelli (1997), Sposito and Galvão (2004), Setton (2009). The first part analyzes the authors of these reflections on youth and school. In the second part will present the characteristics and peculiarities of the survey, and issues beyond the scope of study. Finally, a discussion of the theory of desinstitutionalization of Dubet (1996) and juvenile sociability in school, in addition to the challenges posed by the survey.

Keywords: youth, school, middle classes

¹ Este artigo é parte do projeto de pesquisa de mestrado intitulado Os significados e sentidos da escola para jovens estudantes das classes médias; orientação do prof. Dr. Elmir de Almeida. Departamento de Educação, Informação e Comunicação – DEDIC, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – FFCLRP, Universidade de São Paulo – USP. CEP 14040-091. Ribeirão Preto – SP. Brasil. rosana.cuba25@hotmail.com

Introdução

Almeida (2006),² em análise que realizou sobre os estudos pós-graduados desenvolvidos entre 1999 e 2006, sobre juventude e coletivos juvenis no Brasil, nas áreas da Educação e das Ciências Sociais, sublinha as perspectivas adotadas por mestrandos e doutorandos em suas respectivas produções, e enfatiza os ganhos e as lacunas encontrados nos trabalhos que analisou. Entre as perspectivas mais adotadas como premissas teórico-metodológicas, no âmbito daquelas produções, estão aquelas que procuram entender os jovens entrelaçando o contexto macro sociológico a situações mais específicas, ou como resume Pais (2003), “como a sociedade se traduz na vida dos jovens” (Pais, 2003, p.22). Esta perspectiva também é partilhada por Mellucci (1997), Dubet (1996), Sposito (1993), dentre outros autores referência na área. Sposito (2003) se destaca por ressaltar a necessidade de uma perspectiva não escolar para se estudar as questões relativas à escola e à juventude. Para a autora, no estudo sobre juventude e os sujeitos jovens é necessário escrutinar as relações que eles estabelecem com as esferas sociais da família, dos grupos de pares, da cultura, do lazer, do trabalho e dos valores que orientam as ações juvenis cotidianas. As análises sobre tais dimensões na vida dos jovens, permite mais bem apreendê-los para além da figura do ‘aluno’ em suas relações com a escola e o processo de escolarização. A propósito, Dayrell (2007) faz uma observação sobre os trabalhos acadêmicos sobre a juventude, que corrobora as observações de Sposito:

“A escola tende a não reconhecer o “jovem” existente no “aluno”, muito menos compreender a diversidade, seja étnica, de gênero ou de orientação sexual, entre outras expressões, com a qual a condição juvenil se apresenta” (Dayrell, 2007, p. 1117).

Dayrell (2009) ainda problematiza as particularidades de um contexto histórico social em que a juventude cria as próprias temporalidades e formas de vivenciar o espaço, construindo seus projetos de vida. Neste caso, temos como “chão” para esses jovens um mundo ocidental globalizado, alicerçado por mudanças na organização dos sistemas de produção capitalista e a adoção de políticas econômicas neoliberais, estruturantes de uma sociedade “eficiente”. Estas transformações atingiram a todas as esferas das sociedades contemporâneas desconstruindo padrões e têm afetado as funções de agências tradicionais de socialização dos membros das novas gerações, como, por exemplo, a família e a escola, dentre outras (HOBBS-BAWM, 1995; DUBET, 1996). Pais (2003), ao estudar a juventude e suas relações com o trabalho na sociedade portuguesa contemporânea, cita a esfera do trabalho como indicadora destas mudanças e como elas se manifestam na vida dos jovens e também no mundo adulto:

“(…) a precariedade de emprego e as próprias dificuldades que alguns jovens encontram na obtenção de emprego ou trabalho remunerado fazem que eles muitas vezes vivam uma situação que pode ser definida como ‘desemprego intermitente’, situação que alguns jovens me retrataram com uma sugestiva expressão – ‘andar aos saltos’.” (Pais, 2003, p. 44)

² Cf. Estado da Arte, vol. 2, no qual SPOSITO *et al* realizam balanço da produção de conhecimento de discentes de programas de pós-graduação, no campo dos estudos sobre Juventude, entre 1999 e 2006, nas áreas Educação, Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia e Serviço Social) : SPÓSITO, M. P. *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira : educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*, vol. 2/- Belo Horizonte, MG : Argmentvm, 2009

A sociedade brasileira, por sua vez, marcada por uma multiplicidade de hibridismos, evidencia tal característica no tocante à universalização dos direitos sociais: apesar de uma maior circulação e acesso à informação observadas no Brasil a partir do final do século XX, vale assinalar que ainda convivemos com muitos traços do atraso. Os problemas sociais e econômicos que a sociedade brasileira ainda tem acabam por imbrincar-se e estabelecer relações muito estreitas com os universos da educação escolar e o da juventude:

“Descompassos entre as promessas e as reais possibilidades, aliados à progressiva transformação das relações assalariadas no mundo do trabalho, marcaram a expansão do sistema escolar brasileiro nas últimas décadas.” (SPOSITO, 2010, p.99).

Entre nós, a expansão de vagas nas etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio ocorreu a partir dos anos das décadas de 1980 e 1990, trazendo consigo “(...) conflitos e contradições de uma sociedade excludente” (Sposito, 2005), e a obrigatoriedade da oferta de ensino até os 17 anos é apresentada, em emenda constitucional só no ano de 2009³. Segundo estatísticas do Ministério da Educação, publicadas na revista Situação da Infância Brasileira 2009 – O Direito de Aprender, do UNICEF, os jovens de 15 a 17 anos são os mais afastados da escola. No Brasil cerca de 10 milhões de jovens estão nessa faixa etária, mas apenas metade está cursando o ensino médio e, ainda, quase a metade dos alunos que se matriculam no primeiro ano do ensino médio não terminam esta etapa da educação básica.

Ao mesmo tempo em que toma forma a proposta de um ensino médio público mais universalizado, a partir de 1990, constata-se uma expansão do número de escolas privadas no interior do sistema de ensino básico, pois as famílias pertencentes às classes médias⁴ têm escolhido oferecer aos seus filhos uma educação formal em instituições escolares que integram a rede privada ensino (DAYRELL, 2007, p.1116).

Circunscrevendo o universo e as questões centrais do meu estudo

O cenário de minha pesquisa é o município de São José do Rio Preto, localizado no noroeste do estado de São Paulo, última área devastada em terras paulistas e, por isso, nomeada por alguns historiadores como ‘boca do sertão’. Nesta espacialidade - que já foi extensa o suficiente para ter como limites os rios Tietê ao sul e o Grande ao norte, divisa com o estado de Minas Gerais – configurou-se um núcleo urbano de porte médio, cujo nascimento remonta ao século XIX, nos idos anos de 1852. A localidade cresceu à sombra dos pés de café, ocupada por migrantes mineiros. A geografia física deste núcleo sofreu inúmeros desmembramentos, hoje tem aproximadamente 431 km² e guarda consigo histórias e memórias de um passado agrícola - como a Estrada de Ferro Araraquarense, que corta o centro da cidade, os projetos de remodelação urbana que datam de 1912, dentre outras marcas da marcha cafeeira pelo

³ A ampliação da escolaridade

de obrigatoriedade foi aprovada pela Emenda Constitucional n° 59, de novembro de 2009. De acordo com o texto “o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia da educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos que a ela não tiveram acesso na idade própria. Contudo, a mudança não é imediata. Há um prazo final para as adequações – o ano de 2016.

⁴ Aqui é importante ressaltar que não utilizamos o conceito de classe proveniente do marxismo, posto que no mundo moderno atual, fruto de extensas mudanças estruturais, “estratos homogêneos e com nítida consciência de si constituem eventos de baixa probabilidade” (Silva e Lamounier, 2010, p. 14). Sendo assim, o termo ‘camadas médias’ aproxima-se mais da tradição weberiana, que centra-se em caracteres mensuráveis como educação, renda, sem referir-se à ‘consciência de classe’.

Oeste paulista⁵. Este passado emerge, no discurso da política local, como legitimador de uma terra de oportunidades e empreendedorismo.

Segundo dados do IBGE - Censo 2010, São José do Rio Preto tem cerca de 408.258 habitantes, conta com 93,9% em áreas urbanas, 6,1% em áreas rurais, e seus núcleos familiares detêm um rendimento médio mensal domiciliar *per capita* de R\$1.006,00. Atualmente, São José do Rio Preto configura-se como um centro regional ligado ao agronegócio (produção de cana-de-açúcar), atividades comerciais e industriais de pequeno e médio porte. Também abriga instituições de ensino superior públicas e privadas, como um *campus* da UNESP (Universidade Estadual Paulista) e da “UNIP, entre as maiores e mais conhecidas, dentre outras, com uma quantidade expressiva de cursos oferecidos, além de hospitais públicos e particulares que atendem às demandas local e regional.

Certamente, não é fortuito o fato de haver em São José Do Rio Preto muitas escolas privadas, tanto de ensino fundamental como de ensino médio. No ano de 2009, constatamos um número total de 15.776 matrículas no ensino médio, sendo que 11.947 foram registradas em escolas públicas estaduais e 3.829 em escolas da rede particular. As escolas que ofereciam ensino médio (no mesmo ano) somavam o total de 55, sendo 28 escolas públicas estaduais urbanas e 27 escolas privadas⁶. Este último dado chama a atenção porque percebe-se que há uma grande quantidade de escolas particulares, o que corrobora a perspectiva de Dayrell (2007).

Do conjunto de escolas privadas instaladas na cidade, escolhemos uma unidade escolar situada em bairro afastado da região central, de classe média, que atende a cerca de 300 alunos, no ensino fundamental e médio, aqui denominada de escola “Caixa de Pandora” (nome fictício)⁷. A escolha por tal colégio se justifica porque, ao menos preliminarmente, ele ainda é depositário da esperança de representantes de uma emergente classe média, que não integra a elite socioeconômica local, mas que, ao conquistar um posição social que a diferencia das camadas sociais mais empobrecidas, aspira por manter um padrão de vida que espelhe e simbolize o *status* adquirido, além de esporsarem a crença de que a educação escolar dos herdeiros, em níveis cada vez mais elevados, sobretudo em instituições particulares de ensino, seja uma das vias para a manutenção e reprodução dos sinais de distinção atingidos.

A unidade escolar privada selecionada

O colégio “caixa de pandora” localiza-se em zona residencial, de famílias de camadas médias ascendentes e conta com dois prédios próprios. O equipamento possui uma infraestrutura material significativa: em cada uma das três salas do ensino médio há equipamentos multimídia, lousa digital, há laboratório de informática equipado com *notebooks* para os alunos do ensino fundamental, além de duas bibliotecas com acervo amplo e diversificado. O colégio tem, aproximadamente, 12 anos de existência.

Os jovens estudantes, por sua vez, parecem não desejar/se importar - ou fazem outros usos e apropriações – com os ‘bens’ oferecidos pela escola e com a avaliação que seus pais formulam sobre a qualidade de ensino do caixa de pândora. Aqui estou referindo às recusas cotidianas dos jovens estudantes em realizar as atividades propostas pelos professores, a resis-

⁵ Sobre a ocupação histórica do noroeste paulista, utilizamos a obra de MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec – Pólis, 1984.

⁶ Dados retirados do site do IBGE e INEP, Censo Educacional 2009.

⁷ Segundo uma das versões dos povos pagãos para a criação do mundo, a primeira mulher criada chamava-se Pandora e teria sido enviada por Júpiter para agradar ao homem. O rei dos deuses (Júpiter) entregou-lhe, como presente de casamento, uma caixa, em que cada deus colocara um bem. Pandora abriu a caixa, inadvertidamente, e todos os bens escaparam, exceto a esperança.

tência em usar o uniforme, a recusa de alguns valores e a construção de diversas formas de socialização no espaço escolar.

Entretanto, os jovens estudantes Colégio do Pandora não são apenas a expressão da indiferença e do desencanto em relação a escola e a escolarização, atores que contribuem para a eventual fragilização das clássicas instituições socializadoras – família e escola, são também homens e mulheres, entre 11 e 17 anos de idade, que vivem intensamente o tempo presente, que se apropriam e usam dos bens culturais – materiais e imateriais que a contemporaneidade lhes coloca à disposição e sua condição socioeconômica permite consumir, são jovens que no espaço escolar e não escolar exercitam a configuração agrupamentos ou coletivos, nas esferas da cultura, do lazer, das práticas religiosas. São jovens integrantes de uma geração que dominam e usam para fins diversos as novas tecnologias da informação e comunicação – internet, telefones móveis etc, para enriquecer e diversificar seus processos cognitivos, socializadores e produção de sociabilidades. A partir desses elementos, me pergunto recorrentemente, sobretudo na etapa do ensino médio, por que esses aqueles adolescentes vêm para a escola? Eles atribuem qual papel à educação formal em suas vidas juvenis e para seus projetos de futuro? Eles valorizam algum saber escolar ou o conhecimento científico? Estabelecem relações entre as expectativas que têm suas famílias em relação à importância da educação escolar em suas perspectivas de manutenção do *status* e prestígio sócio-econômico já adquiridos, bem como para seus projetos individuais de futuro? Se sim, quais? Se não, por quê? Enfim, em termos bourdesianos, são “herdeiros” que se deixam e se deixarão herdar pela herança de suas famílias de origem ou a rejeitam, a renegam, enveredando por um itinerário no qual buscam desenhar um projeto próprio de vivência de experiências no presente e de projetos para o futuro? (BOURDIEU, 1998). Para eles, a escola tornou-se apenas e tão somente espaço de encontro com os pares e produção de sociabilidades? (SIMMEL, 2003, DAYRELL, 2007)

A tese da “desinstitucionalização” e a produção de novas sociabilidades e valores no tempo da juventude

Minha pesquisa tem como objetivo responder às questões acima arroladas. Uma das hipóteses centrais que assumi para configurar o estudo é de que a tese da “desinstitucionalização”, de François Dubet, sociólogo e pesquisador de escolas francesas, pode contribuir para dar respostas as questões que circunscrevi. Para Dubet (1996), a instituição escolar não é mais o único espaço-tempo socializador capaz de contribuir para a construção de referências (conhecimento) ou modelo de conduta (cultura) para os jovens, por isso ela passa por um processo de diluição ou enfraquecimento de seu sentido e função social clássicos. Neste momento histórico a instituição escolar vê-se enredada e tendo que dar conta de muitos papéis, tais como a socialização, a educação para o mundo do trabalho, o desenvolvimento da personalidade dos mais novos sem, no entanto, corresponder a nenhuma dessas funções. Por isso a escola desestabilizou-se,

“enfim, a escola não pode mais ser tomada como uma instituição, na medida em que, cada vez mais tem dificuldade em administrar as relações entre o interior e o exterior, entre o mundo escolar e o mundo juvenil. É, em todo caso, uma característica do modelo francês que não oferece um verdadeiro enquadramento da vida juvenil e que, também, não consegue fixá-la fora de seus muros. Desde o ginásio (*collège*), a tensão entre o aluno e o adolescente está no centro da experiência escolar. (Dubet, 1998, p. 28)

Contudo, o autor esclarece que esse processo (“desinstitucionalização”) não está finalizado e ainda segue um curso diferenciado, dependendo das classes sociais que estão inseridas em uma instituição. No caso das classes médias, a noção utilitarista e a pressão para o

êxito começam a enfraquecer o modelo institucional clássico de escola, aquela do ideal republicano francês. No caso da nossa escola, o Colégio ‘Caixa de Pandora’ que sua ambiência cultural é recortada por um conflito com mote semelhante: as constantes divulgações dos resultados de avaliações em larga escala como, por exemplo, a do enem (exame nacional do ensino médio do mec), a concorrência que estabelece com as outras tantas escolas privadas e públicas tornam a etapa do ensino médio, no interior da escola escolhida, um tempo de pressão e tensão para os jovens estudantes, pois aos mesmos é cobrado dioturnamente o êxito nos vestibulares ou para que os saiam preparados para levar adiante os negócios da família de origem. Dessa forma, a situação de classe pode reordenar a lógica escolar, abarcar novas relações e gerar outros e novos valores que não incluídos no ideal de escola clássica.

Dubet e Martuccelli (1996), em pesquisas que desenvolveram na França, analisam as relações que estabelecem as famílias de classes médias e populares e a escolarização, e constatam que elas ainda creditam à socialização escolar importância fundamental. As camadas populares compreendem a escola como um elevador social. Elas esperam que a instituição promova a socialização dos seus filhos, de modo que os mesmos adiram e confessem os valores republicanos modernos mais caros, e ainda, elas recorrentemente apresentam condutas sociais como a de não criticar os professores na frente dos seus filhos. As camadas médias, por sua vez, não aceitam imposições de valores e desejam que a motivação, a autonomia e criatividade sejam estimuladas. Há, ainda, uma forte intervenção dos pais para buscar o bem estar da prole e a preocupação com atividades extra-classe e de lazer. Ainda não temos material empírico para confirmar, refutar, ou estabelecer relações entre este estudo nas escolas francesas com o Colégio ‘Caixa de Pandora’, em São José do Rio Preto, mas pretendemos investigar se há essa mesma lógica ou se há outras ordenações.

No campo da sociabilidade, Dubet (1998) observa que a noção de socialização não pode mais ser concebida como proposta por Émile Durkheim, na medida em que hoje os atores estão diante de uma grande gama de orientações e possibilidades, são obrigados a escolher e a constituir por si mesmo o sentido de sua experiência (Idem, p. 29). Portanto, os processos de socialização na contemporaneidade não têm uma centralidade única, são policêntricos e heterogêneos, se dão em diversas esferas, e não mais apenas na família e na escola.

Dubet e Martuccelli (1996) associam os novos processos de socialização à esfera escolar, denominada de ‘escola múltipla’: a escola não é apenas uma instituição integradora, neutra como na concepção de Durkheim (1978) tampouco o aparelho reprodutor da ordem social desigual, como em Bourdieu (1980). A ‘escola múltipla’ reconhece a integração social que ocorre no ambiente escolar, entretanto esta integração é pautada pela ação livre e autônoma dos indivíduos a partir da cultura e sociedade a que pertencem. “Essa representação da escola e da socialização renuncia a todo princípio de unidade, quer se trate dos valores da dominação ou do mercado” (Dubet e Martuccelli, 1996, p. 261).

Setton (2009) também atribui uma noção mais ampla ao conceito de socialização⁸, quando discute as particularidades dos processos de socialização na modernidade. A autora argumenta ser mais profícuo utilizar o conceito de “homem plural”, de Lahire (2002) do que a teoria do *habitus* de Bourdieu. O homem contemporâneo pertence e age em diversas esferas simultaneamente, em que coexistem valores e princípios, muitas vezes contraditórios (Setton, 2009, p.300), portanto, não há um *habitus* unitário e coerente capaz de definir a socialização do sujeito. Ao referir-se à sociedade brasileira, a autora ainda faz uma consideração mais específica:

“(…) não é simplesmente plural nem simplesmente incoerente e contraditório o *habitus* dos indivíduos da contemporaneidade brasileira. A experiência de socialização

⁸ A autora concebe a socialização como o processo de construção de um ser social. Possui um caráter ambíguo: ora ocorre com a imposição de valores e padrões de comportamento, ora ocorre como aprendizado, numa interiorização de padrões que nos torna mais humanos e civilizados (SETTON, 2009: 297)

vivida em formações sociais como a brasileira impõe pensar os *habitus* como mais que plurais; eles são produto de experiências de socialização particulares, podem ser resultado de valores identitários oriundos de muitas matrizes de cultura, mas nem por isso são incongruentes ou contraditórios; são híbridos. (Idem, p. 305)”

Neste sentido, cabe-nos investigar quais valores⁹ formam esse *habitus* híbrido e como orientam a conduta e a sociabilidade dos jovens estudantes das classes médias e que relações estabelecem com a escola, em especial o Colégio Caixa de Pandora. A pesquisa vem se desenvolvendo na modalidade “estudo de caso”, em que tenho realizado: levantamento bibliográfico sobre temas similares ao meu estudo, de autores da Sociologia que abordam os conceitos de socialização, sociabilidade, gerações, juventude e jovem na atualidade; sobre as relações dos jovens com a instituição escolar, a cultura, o lazer, a família e o trabalho; sobre classes médias (tradicional e “novas”) em centros urbanos de médio porte; de levantamos de dados sociodemográficos da população em geral e da população juvenil em particular de São José de Rio Preto (IBGE, 2000, 2010; MEC/INEP, 2010). No diálogo como os jovens estudantes pretendo utilizar questionários e entrevistas (com roteiro semiestruturado), além da realização de observação daqueles sujeitos e seus arranjos de sociabilidade em diferentes espaços e tempos do espaço escolar, visando apreender os ‘valores sendo’¹⁰ ou, em outras palavras, como os valores expressam-se no comportamento cotidiano dos jovens.

Temos como uma das premissas teóricas que os valores também podem variar segundo a geração e a situação de classe a que os sujeitos pertençam. As gerações inscrevem-se numa dinâmica histórica própria e, segundo Mannheim¹¹, não são apenas expressões biológica ou etárias dos sujeitos, assim os atores juvenis devem ser analisadas sob uma perspectiva qualitativa, vistas a partir de seus contextos e das subjetividades que conformam. Ainda, segundo Mannheim, a situação de classe altera a posição ocupada pelos sujeitos dentro da mesma geração (MANNHEIM, 1993).

Nas áreas das Ciências Sociais no Brasil, identificamos algumas pesquisas sobre o significado da escola, especialmente para alunos de ensino fundamental e médio de escolas públicas. Referentes às escolas públicas, temos como exemplo a tese de doutoramento desenvolvida por Caieirão (2008), constando que a escola pública representa para os jovens um espaço-tempo de sociabilidade e conhecimento. Entretanto, segundo a autora, para os jovens a ênfase real recai sobre o conhecimento:

“(...) de diferentes formas, são muitos os jovens que disseram que vão à escola para ser alguém na vida. Deste modo, a escolarização se constitui, segundo os jovens pesquisados, no necessário passaporte para o respeito e conhecimento” (Caieirão, 2008, p. 207).

Pouco sabemos, entretanto, sobre quais significados são tecidos no interior das (novas) classes médias no que se refere aos seus projetos de educação e socialização escolar. Portanto, temos pela frente o desafio de conhecer a situação de classe dos sujeitos pesquisados e verificar em que medida o sentido da escola, da educação e socialização diferenciam-se nas atividades cotidianas que os jovens experimentam no interior do Colégio ‘Caixa de Pandora’, para atender às necessidades, expectativas e projetos destes jovens.

⁹Aqui o sentido de valores refere-se a crenças (mais organizadas e duradouras) que se traduzem em preferências, atitudes e comportamentos. Essa definição é de José Machado Pais, em *Gerações e valores na sociedade portuguesa*, p. 19 e 20. O autor relativiza o conceito, alertando-nos para a dificuldade que se tem em pesquisar (concretamente) os valores de uma sociedade ou época.

¹⁰ Esta expressão é utilizada por Pais, idem, p. 20.

¹¹ Ver *El problema de las generaciones*, K. Mannheim. In: *Revista Reis*, 62/93, p. 193-242

Caieirão vê a escola como uma instituição importante porque nela “acontece a mediação entre os significados, sentimentos e as condutas da comunidade social e o desenvolvimento particular das novas gerações (Caieirão, 2008, p.189). Entretanto, esta concepção não foi materializada em sua pesquisa: a autora diz que poucas vezes presenciou, constatou, nas escolas pesquisadas, este processo de mediação – houve muito mais um processo linear de ‘aculturação’ em que os jovens deveriam se ajustar à escola. Como um caleidoscópio de muitas faces, a escola é vista e vivida pelos jovens pesquisados de muitas formas, embora, nitidamente, não se ajuste às necessidades deles.

“Mesmo assim com suas diferentes razões de buscar os conhecimentos escolares, os jovens manifestam a importância e necessidade dessa instituição, seja pela possibilidade da socialização e convivência entre os pares como instituição privilegiada para inserção do indivíduo no espaço público, seja pelo conhecimento por ela veiculado possibilitando uma inserção mais qualificada no mundo do trabalho” (Caieirão, 2008, p. 195)ⁱ

A autora concorda com Charlot (2001), Sposito e Galvão (2004) e Novaes (2006) no que se refere às visões ambíguas que os jovens têm sobre a escola: ora é espaço privilegiado para a convivência com os amigos, ora é um lugar de conflitos. Caieirão ainda resalta a sua rejeição ao uso de expressões correntes como ‘corpo discente’ e ‘clientela’. Com relação à primeira expressão, isto ocorre porque não encontrou uma cultura homogênea que pudesse ser aplicada a todos os jovens pesquisados. No segundo caso, porque os alunos não recebem o tratamento de clientes – que tem como meta a satisfação dos mesmos e ainda, conformariam um ‘bloco monolítico’ com os mesmos desejos, aspirações, etc. Com relação à escola Caixa de Pandora, em São José do Rio Preto, cabe-nos pesquisar se os seus estudantes estabelecem essa associação e/ou identificação entre cliente e aluno, visto que trata-se de uma instituição privada, e ainda, se houver, em que medida essa identificação se traduz em valores e sentidos norteadores da vivência escolar desses jovens.

Em estudo de Dayrell (2003) as imagens contemporâneas que se tem sobre a juventude resumem-se à seguintes fórmulas: transitoriedade romântica, campo de cultura e um momento de crise e perigo – se as mudanças não vierem acompanhadas de ‘garantias sociais’. O tempo da juventude seria marcado por um tempo do vir a ser. Metaforicamente, podemos associar esta visão corrente sobre a juventude com as versões da mitologia grega acerca da criação do mundo. Segundo estes antigos povos, antes da criação do mar, terra e céu, tudo resumia-se ao Caos – “uma informe e confusa massa, mero peso morto, no qual, contudo, jaziam latentes as sementes das coisas”¹². Assim como Dayrell (2003), Reguillo (2003), dentre outros autores, não concebem os jovens como uma massa homogênea, formada por sujeitos ‘sem presente’ e inseridos num futuro virtual. Concebem a juventude como uma “categoria social que não pode ser dissociada de outras condições materiais e históricas” (Margulis e Urresti, 2000). Por isso, a ausência de uma identificação – ou a presença de outras formas relacionais - dos sujeitos jovens com a escola, um ‘mal-estar’ atribuído apenas aos jovens, mas que envolve toda a sociedade. É esta a perspectiva de Valenzuela (1998):

“O conflito se estabelece quando a crítica não é absorvida, quando as tradições mais ricas perecem na apatia, no conformismo, na negação de si. (...) as barreiras de idade são irrelevantes neste conflito que é de valores, de adesões prévias” (Valenzuela, 1998, p. 25)

¹² Sobre a mitologia da antiguidade, consultamos a obra O Livro de Ouro da Mitologia – Histórias de Deuses e Heróis, de Thomas Bulfinch. Tradução de David Jardim. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

Estudaremos os valores pertencentes aos jovens estudantes das classes médias, no sentido de compreender a ética que orienta a construção dos significados do universo escolar. O que apresenta-se, superficialmente, como uma suposta desintegração (ou esvaziamento) dos valores tradicionais, como alerta-nos Pais (1992) pode representar uma nova lógica impressa – de forma efêmera ou duradoura - pela juventude na tessitura social cotidiana. Este autor ainda faz uma associação dos valores com as eras geológicas terrestres para dizer que se há ‘longos períodos de deposição sedimentar estável’ também ocorrem ‘movimentos orogênicos que fazem abalar a persistência dos valores mais arcaicos e consistentes’ (Pais, 1992, p. 37). Nesta comparação, as instituições sociais seriam os principais ambientes de deposição sedimentar – portanto, vivemos um momento de orogenia, quando pensamos a tese da “desinstitucionalização”, de Dubet (1996).

Em seus estudos sobre a sociedade portuguesa Pais (1992) observa a constituição de novos processos socializadores – quando os jovens iniciam/ ensinam os pais em matéria de ensino, música, informática. Certos valores e condutas juvenis são incorporadas ao mundo adulto, articulados com mudanças na sociedade. O autor ainda faz referência a um crescimento significativo das classes médias, cujos valores têm, cada vez menos, uma ‘identificação ideológica’, determinados por diversos fatores, dentre eles, a expectativa de mobilidade ascendente. Dentre os muitos dados que a pesquisa de Pais nos traz podemos destacar, por último, a mudança na natureza dos valores no interior do universo juvenil:

“O que os orienta parece ser mais a ‘subjectividade’ (em prol de interesses e sentimentos próprios) do que uma ‘realidade exterior’ (subordinada a compromissos sociais ou forças coercitivas morais agindo sobre as maneiras de pensar e de agir, como dizia Durkheim). (Pais, 1992, p. 48)

Temos pela frente, portanto, um terreno fértil de indagações e apresentamos, neste artigo, as possibilidades teóricas para o estudo dos significados da escola para os jovens de classes médias do Colégio ‘Caixa de Pandora’ e quais valores se imbrincam na constituição destes significados, construídos e reconstruídos cotidianamente no universo escolar, entre seus pares e suas famílias. Poderíamos, ainda discutir aqui sobre a emergência (ou não) de novas classes médias, mas essa questão – e outras, não menos importantes – serão analisadas ao longo da pesquisa, que deve ser finalizada no ano de 2013.

Sabemos que os resultados obtidos a partir de um estudo de caso não são passíveis de generalização, contudo, entendemos os achados a que chegarmos com o estudo proposto poderão contribuir para que o mundo adulto melhor compreenda os jovens, seus valores, e a vivência juvenil em centros urbanos de médio porte não incorporados a regiões metropolitanas como, por exemplo, São José do Rio Preto.

BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, Pierre. As contradições da herança. In: BOURDIEU, P. *Escritos de Educação*. Petrópolis : Vozes, 1998.
- CAIEIRÃO, Iara Salete. Jovens e escola: trajetórias, sentidos e significados: um estudo em escolas públicas de Ensino Médio. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação, 2008. Porto Alegre, BR – RS.
- HARLOT, Bernard. Os jovens e o saber: perspectivas mundiais. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- DAYRELL, Juarez. Uma diversidade de sujeitos - o aluno do ensino médio: o jovem desconhecido. In: MEC.PROGRAMA SALTO PARA O FUTURO.TV ESCOLA. *Juventude e escolarização*: os sentidos do Ensino Médio. Brasília, MEC, Ano XIX, boletim 18, Novembro/2009. 2009
- DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007 1105

- DUBET, François. A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização. In *Revista Contemporaneidade e Educação*, ano 3, vol.3, 1998, p.27-33.
- DUBET, François & MARTUCCELLI, Danilo. A socialização e a formação escolar. In *Lua Nova*, nº 40/41; São Paulo, 1997, p. 242 -264.
- DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. São Paulo, Melhoramentos, 1978.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos - o breve século XX -1914-1991*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.
- MANNHEIM, Karl. El Problema De Las Geraciones. In: *Revista Reis*, nº 62, 1993, p. 193-242.
- MARGULIS, Mario e URRESTI, Marcelo. *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos, 2000.
- MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro : ANPED, nº. 5 mai/Jun/Ago ; n.º 7 Set/Out/Nov/Dez; 1997, p. 5 – 14.
- NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Eugenio (org.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. Lisboa, Portugal : Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.
- PAIS, José Machado. *Gerações e valores na sociedade portuguesa*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e ISCTE, 1992.
- REGUILLO, Rossana. Las culturas juveniles: un campo de estudio, breve agenda para la discusión. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 103-118, mai-ago de 2003.
- SETTON, Maria da Graça J. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. In *Tempo Social*, *Revista de Sociologia da USP*, v. 17, n. 2 nov. 2005; p. 335-350.
- SETTON, Maria da Graça J. A socialização como fato social total: notas introdutórias sobre a teoria do *habitus*. In *Revista Brasileira de Educação*, v. 14 n. 41 maio/ago. 2009; p. 296-307.
- SIMMEL, Georg. *Cuestiones fundamentales de sociologia*. Traducción de Ángela Ackermann Pilári. Gedisa editorial. Barcelona, 2003.
- SOUZA, Amaury. e LAMOUNIER, Bolivar, *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. São Paulo : Editora Campus, 2010.
- SPOSITO, Marília Pontes et al. *Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira : educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*, BeloHorizonte, MG : Argvmentvm, 2009, vols. 1 e 2
- SPOSITO, Marília Pontes. Juventude e educação: interações entre a educação escolar e a educação não-formal. In *Educação e Realidade*, 33(2): 83-98 jul/dez 2008.
- SPOSITO, Marília Pontes. Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultura. In *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.36, n. especial, p. 95-106, 2010
- VALENZUELA, José Manuel. Identidades juveniles. In: CUBIDES, Humberto et al. “Viviendo a toda”: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades. Santafé de Bogotá: Fundación Universidad Central, Siglo del Hombre, 1998, p. 38 -45.

A APROPRIAÇÃO DAS COMIDAS TÍPICAS BRASILEIRAS COMO ASPECTO CULTURAL PARA A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DOS INDIVÍDUOS BRASILEIROS E A CONSTRUÇÃO DO BRASIL COMO ESTADO-NAÇÃO

Talita Prado BARBOSA¹

RESUMO: O ato de nutrir-se é uma necessidade biológica, uma condição para sobrevivência dos seres humanos e dos animais. No entanto, as práticas alimentares e os hábitos que estão relacionados ao ato de comer, são fenômenos socioculturais historicamente construídos pela humanidade, e que variam conforme a cultura, condições geográficas, convenções sociais e acúmulos de experiências. Os hábitos alimentares, enquanto aspecto cultural podem revelar identidades e costumes presentes no cotidiano social demarcado no tempo e no espaço. Portanto, o objetivo dessa pesquisa é analisar as diferentes relações existentes entre os indivíduos e o ato de comer, ao longo da história do Brasil, a fim de compreender os hábitos adquiridos na contemporaneidade, na cidade de São Paulo, considerada capital gastronômica no Brasil. Pretende-se, compreender a relação cultural/social existente entre o ato de comer e a construção da identidade coletiva e da identidade nacional presentes no cotidiano de indivíduos como um processo no desenvolvimento da sociedade brasileira e para a construção da civilização do país. Partindo da corrente teórica de Elias (1994), objetiva-se traçar uma história da construção do Brasil enquanto nação, assim como, por intermédio do método etnográfico pretende-se analisar situações corriqueiras sobre a alimentação cotidiana em um espaço urbanizado, buscando compreender como a arte gastronômica está inserida no imaginário social brasileiro.

Palavras-Chave: Alimentação. Identidade. Sociedade Brasileira.

ABSTRACT: The act of nurturing is a biological necessity, a condition for survival of human and animals. However, feeding alimentary and habits that are related to eating are social and cultural phenomena historically constructed by mankind, and which vary according to culture, geographical conditions, social conventions and accumulation of experiences. Eating habits, while the culture identities and customs may prove in the everyday social demarcated in time and space. Therefore, the objective of this research is to analyze the different relationships between individuals and eating throughout the history of Brazil, in order to understand the habits acquired in the present, the city of São Paulo, considered the gastronomic capital in Brazil. The aim is to understand the relationships between cultural/social between the eating and the construction of collective identity and national identity in the daily life of individuals as a process in the development of Brazilian society and to build the civilization of the country. Based on current theoretical Elias (1994), aims to trace a history of the construction of Brazil as a nation, as well as through the ethnographic method is intended to analyze everyday situations on a daily diet of urbanized space, trying to understand how culinary art is embedded in the Brazilian social imaginary.

Keywords: Feed. Identity. Brazilian Society.

Introdução

Ao realizar um trabalho antropológico sobre a cultura brasileira é possível pensar em diferentes aspectos para iniciar uma reflexão sobre um país tão diverso e plural. Com o objetivo de analisar a identidade brasileira construída nos centros urbanos na contemporaneidade, poderíamos optar por diferentes temas para iniciar tal abordagem, como por exemplo, o folclore, as tradições e costumes regionais, a migração, gênero ou etnias, etc. No entanto, buscamos traçar a possível identidade nacional do brasileiro contemporâneo a partir de um tema significativo e constante no cotidiano dos indivíduos – as práticas alimentares – que ocorre independentemente de crenças, visão política ou grupo de que fazem parte na sociedade.

Escolhemos, pois, iniciar a pesquisa a partir da análise dos hábitos alimentares com o objetivo de compreender as possibilidades de transformações da identidade nacional dentre os indivíduos urbanizados.

O Brasil possui grande extensão geográfica e cultural que revela uma pluralidade de povos, costumes e tradições, que pode ser revelada materialmente por meio dos hábi-

¹ Mestre/Doutoranda pelo Programa de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Av. Higynô Muzzi Filho, 737, Campus Universitário. CEP: 17.525-900. Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: talitaprado.sociais@yahoo.com.br.

tos alimentares construídos por grupos sociais a partir de elementos biológicos e, principalmente, sociais e culturais.

O ato de comer está entre o que é natural e o que é social/cultural no homem, pois para sua sobrevivência é indispensável o alimento, que por sua vez, é utilizado e adaptado de acordo com os hábitos e costumes praticados em seu meio.

Norbert Elias (1994a), em *O Processo Civilizador*, dedica um capítulo ao ato de comer, aos costumes à mesa e à escolha dos alimentos de grupos de indivíduos. O consumo da carne na Idade Média, por exemplo, relacionava-se com a posição social a qual o indivíduo pertencia. Conforme o autor, a carne de gado era atribuída, e ainda o é atualmente, a altos valores comerciais, portanto, destinada às camadas mais privilegiadas da sociedade.

“Se o camponês criava gado”, dizia-se “era principalmente para os privilegiados, a nobreza e os burgueses”, não se esquecendo dos religiosos, que variavam do ascetismo, aproximadamente, o mesmo comportamento da classe alta secular. (ELIAS, 1994a, p. 125).

Segundo Elias (1994a), o modo de preparar a carne mostra o processo de civilização e as mudanças de padrões ocorridas nas sociedades. O fato exemplificado por ele, de não mais servir grandes pedaços de carne à mesa e destrinchá-lo no ato de comer apresenta algumas mudanças no comportamento dos indivíduos e nas relações sociais. Primeiro, a mudança em relação ao tamanho da família, que ao longo da história, foi tornando-se cada vez menor. Segundo, pela família ter-se diminuído em números de integrantes, determinados hábitos, como o trincho do animal passa a ser tarefa para profissionais, assim como outras tarefas antes domésticas, caracterizando a família, cada vez mais, como uma “unidade de consumo” (ELIAS, 1994a, p. 127).

Além desses fatores de mudanças sociais, outro aspecto apontado pelo autor é a relação do homem com o animal. O ato de trincar pedaços de animais durante as refeições torna-se desagradável na medida em que se atribuía esse ato com o sacrifício do animal.

Em muitos de nossos pratos de carne, a forma do animal é tão disfarçada e alterada pela arte de sua preparação e trincho que quando a comemos quase não nos lembramos de sua origem. [...] Será mostrado que as pessoas, no curso do processo civilizatório, procuram suprir em si mesmas todas as características que julgam “animais”. De igual maneira, suprime essas características em seus alimentos (ELIAS, 1994a, p. 128).

Conforme o autor, na China esse processo e supressão do trincho à mesa ocorreu muito antes do que no Ocidente

O padrão de delicadeza encontra expressão em proibições sociais correspondentes. Esses tabus, tanto quando podem ser apurados, nada mais são do que sentimentos ritualizados de desgosto, antipatia, repugnância, medo ou vergonha, sentimentos esses que foram socialmente alimentados em condições muito específicas e que são constantemente reproduzidos, não só, mas principalmente porque se tornaram institucionalmente enraizados em um dado ritual (ELIAS, 1994a, p. 133).

A alimentação, portanto, é determinada a partir de condições sociais, geográficas e econômicas. Dependendo do modo de produção agrícola e de condições sócio-espaciais para o cultivo e criação de animais. Assim, diferentes hábitos são desenvolvidos a partir de práticas e relações sociais, que se desenvolvem conforme tradições e crenças de um povo.

A culinária possui significados e simbolismos diversos nas diferentes formas de cultura. A comida, portanto, transcende seu significado para algo além do que satisfazer-se biologicamente.

O aprendizado dos modos à mesa, os hábitos atribuídos ao ato de comer são socializados desde a infância e podem ser modificados parcial ou completamente ao se chegar à vida adulta.

A antropologia sempre se interessou pelo ato de comer, pois o comportamento relativo à comida demonstra manifestações culturais e sociais e causam estranhamento entre os diferentes povos. É um aspecto que permite uma observação abrangente e uma possível compreensão da alteridade.

O comportamento relativo à comida liga-se diretamente ao sentido de nós mesmos e à nossa identidade social, e isso parece valer para todos os seres humanos. Reagimos aos hábitos alimentares de outras pessoas, quem quer que sejam elas, da mesma forma que elas reagem aos nossos (MINTZ, 2001, p. 31).

A sensibilidade gastronômica revela modos de vida e imaginário social que permite mediar diferentes manifestações culturais em diferentes épocas. Existem rituais que são construídos no entorno da alimentação de um povo. Etiqueta e boas maneiras à mesa são conveniências criadas pela sociedade, relacionando o ato de comer com o “grau de civilização” de uma sociedade, servindo, desse modo, como elemento de inclusão ou exclusão do indivíduo em grupos sociais, marcação de relações de gênero e de gerações.

[...] Receitas se conservaram por muito tempo em segredo, às vezes, passando de mãe a filha. Houve no Brasil uma maçonaria das mulheres ao lado da maçonaria dos homens, a das mulheres se especializando nisto: em guardar segredo das receitas de doces e bolos de família (FREYRE, 1969, p. 83).

Com o desenvolvimento do “processo civilizador” (ELIAS, 1994a), os hábitos alimentares e costumes à mesa foram sendo sofisticados. Quanto maior for o “estágio de civilização”, mais o alimento se distanciará das formas naturais. Também o próprio indivíduo é condicionado a treinar seu paladar para conceber novos tipos de sensações e passar a perceber diferentes gostos.

Na contemporaneidade, o termo “filosofia da degustação” tem sido recorrente no campo gastronômico, que busca reconstruir sensações a partir de estudos científicos e novos conhecimentos alimentares. Segundo Doria (2007, p. 01), “[...] o ‘gosto’ torna-se o objeto central do marketing alimentar e, como tal, se inscreve numa nova lógica de vida em que o aspecto subjetivo é acessório”. Nesse sentido surgem cursos de degustação dos mais variados tipos de alimentos e bebidas – vinhos, cervejas, café, cachaça, comida japonesa, mineira, francesa, etc. – para que os indivíduos aprendam a sentir o “verdadeiro” gosto –, não sendo suficiente apenas o paladar individual mais imediato. Atualmente existe uma sistematização do gosto para apreciação de alimentos mais sofisticados, como também um enaltecimento das cozinhas tradicionais como comidas culturalmente ricas e também exóticas em seus pratos, como a comida amazonense, paraense, dentre outras, que devem ser apreciadas e apreendidas nos novos paradigmas da degustação.

Identidade Coletiva e Identidade Nacional

Mediante a pesquisa que propomos, é possível trabalhar em torno dos hábitos e práticas alimentares de um povo, o que nos permite compreender aspectos importantes quanto à sua cultura. É possível investigar e (re) descobrir os hábitos de uma população, que nesse caso, aplica-se, especificamente à paulistana, que vive numa metrópole, diante de uma diver-

sidade cultural, própria de uma cidade que abriga migrantes de todas as partes do Brasil e do mundo. Essa relação entre comida e diferentes povos implica um reconhecimento coletivo e construção de uma identidade cultural no enraizamento de certos hábitos, e, por outro lado, a flexibilidade e adaptação de novas comidas.

A questão central que propomos nessa pesquisa é a discussão entre identidade coletiva e identidade nacional, partindo do pressuposto de que uma população que vive num grande centro como a cidade de São Paulo, que possui diferentes realidades, e onde seus indivíduos vivem um cotidiano diverso e partilham de visões de mundo variadas e, no entanto, possuem uma identidade coletiva, que segundo Ortiz (1985a), é formada por um grupo que se reconhece em aspectos comuns do dia a dia, podendo ser construído a partir de vários aspectos, religião, etnia, visão política, ou quaisquer outros elementos que possam juntar indivíduos que partilham de uma mesma perspectiva e dos mesmos sentimentos. Ao mesmo tempo em que podem adquirir uma identidade nacional, que tem caráter, segundo Ortiz (1985a), de apropriação de elementos simbólicos e, portanto, virtuais, que perpassam no imaginário do indivíduo como algo que os fazem sentir parte de uma nação, como por exemplo, o sentimento de ser brasileiro, japonês, alemão, italiano, etc.

Partimos, pois, do pressuposto de que habitantes de grandes metrópoles possuem perspectivas diversas sobre formação de identidade social/cultural. Questionamo-nos, portanto, especificamente, se é possível estabelecer um diálogo sobre as identidades, a partir da relação que possuem com os alimentos que consomem.

Neste sentido, eu diria que a memória coletiva dos grupos populares é particularizada, ao passo que a memória nacional é universal. Por isso o nacional não pode se constituir como prolongamento dos valores populares, mas sim como um discurso de segunda ordem (ORTIZ, 1985a, p. 137).

Portanto, é possível pensar sobre uma possível identidade nacional a partir dos aspectos relacionados à gastronomia, uma vez que a identidade nacional é universal e engloba todos os grupos, o que torna a culinária brasileira uma miscelânea de memórias populares regionais e de processos migratórios, introduzindo na cozinha essas relações. Tornando aceitável a ideia de que o feijão e o arroz, a farinha de mandioca, a feijoada e a caipirinha se tornem alimentos reconhecidamente universais entre os brasileiros.

Dentro do Estado brasileiro, comidas como o vatapá e o acarajé são consideradas pertencentes à culinária regional do estado baiano, entretanto no exterior, fora do âmbito nacional, esses pratos tornam-se tipicamente ou legitimamente brasileiros, não importando a questão regional. O que está em jogo, nesse contexto, é a prelação que se tem com elementos que levam indivíduos a pensar de maneira mais ampla, no caso, o vatapá e o acarajé como elementos nacionais.

A memória nacional compreende, portanto, elementos que estão no imaginário dos sujeitos que possuem determinados simbolismos que os reportam a um pertencimento da nação e um sentimento de possuir uma identidade nacional. Por sua vez, a memória coletiva está no âmbito do cotidiano do sujeito. São manifestações de mitos e ritos tradicionais que os levam a uma identidade coletiva no reconhecer-se como parte de um grupo. Trata-se de vínculos mais particulares e mais palpáveis do que os vínculos formados pela identidade nacional.

Existe na história intelectual brasileira uma tradição que em diferentes momentos históricos procurou definir a identidade nacional em termos de caráter brasileira. Por exemplo, Sergio Buarque de Holanda buscou as raízes do brasileiro na “cordialidade”, Paulo Prado na “tristeza”, Cassiano Ricardo na “bondade” [...] Considerar o homem nacional através de elementos como “cordialidade”, “bondade”, “tristeza”, corresponderia a atribuir-lhe um caráter imutável à maneira de uma substância filo-

sófica. [...] No entanto, identidade nacional é uma entidade abstrata e como tal não pode ser apreendida em sua essência. Ela não se situa junto à concretude do presente, mas se desvenda enquanto virtualidade, isto é, como projeto que se vincula às formas que a sustentam (ORTIZ, 1985a, p. 137-138).

Existe uma demarcação consistente da cozinha brasileira, dividida por cozinhas regionais, que faz parte da construção de uma identidade coletiva, pois está diretamente ligada ao cotidiano de determinados grupos e regiões.

Construção de identidades: passado, presente e futuro...

Sobre a Idade Média, Elias (1994a, p. 74) mostra que as refeições tinham significados importantes, “comer e beber nessa época ocupava uma posição muito mais central na vida social do que hoje, quando propiciavam – com frequência, embora nem sempre – o meio e a introdução às conversas e ao convívio”.

Essa é uma característica que deve ser considerada, apesar da comida ser um aspecto cultural relevante para compreensão de diferentes relações sociais ela tem se modificado ao longo dos anos, com as novas tecnologias, as novas relações de trabalho, os novos estilos de vida, que fazem com que os indivíduos tenham novas formas de relações sociais, que não necessariamente são iniciadas à mesa, no horário das refeições, que anteriormente eram marcadas pelos encontros de pessoas à mesa, para conversar e apreciar a refeição. Diferentemente, na contemporaneidade tem-se a preocupação de se alimentar rapidamente para voltar ao posto de trabalho ou para sobrar tempo para realizar outras atividades.

O ato de comer, muitas vezes, deixa de ser visto como algo prazeroso, como um momento de lazer e apreciação, passando a ser um momento para repor nutrientes ao corpo, apenas para satisfazer necessidades biológicas e não mais as necessidades culturais, de prazer, degustação e estreitamento de relações.

Isso pode estar intrinsecamente relacionado à discrepância entre o indivíduo e a sociedade relatada por Norbert Elias (1994 b, p. 121).

A estrutura mental que a sociedade oferece, de uma antítese entre uma individualidade inata e uma sociedade “externa”, serve então para explicar fenômenos que, na realidade, são produto de discrepâncias dentro da sociedade, do desencontro entre a orientação social do esforço individual e as possibilidades sociais de consumá-lo.

O abismo entre sociedade e indivíduo está tanto em um quanto em outro, pois é um processo histórico que permite a construção desses dois âmbitos – individual e social. Passa a ser central para a sociedade a quantificação, a mensuração da realidade, possibilitando a construção da identidade do “eu”, que tem um nome, que fala uma língua, que possui uma face.

Existe, pois, uma necessidade de ser reconhecido perante a outro, de reconhecer-se enquanto unidade, mas também existe a necessidade de reconhecer-se enquanto parte de uma coletividade. “A identidade eu-nós é parte integrante do *habitus* social de uma pessoa, e como tal, está aberta à individualização. Essa identidade representa a resposta à pergunta Quem sou eu? como ser social e individual” (ELIAS, 1994 b, p. 151).

A partir desse pressuposto sobre o ser social e o ser individual é possível através de autores clássicos das ciências sociais e da antropologia no Brasil, como Gilberto Freyre (1969, 2ª edição) e Câmara Cascudo (1969 vol. 2) pensar e realizar uma sociologia contemporânea da alimentação brasileira, pesquisando sobre o modo do preparo de pratos regionais reafirmando hábitos e costumes culturais de comunidades e regiões periféricas do país.

Gilberto Freyre em 1939 propôs uma sociologia do doce no Brasil e em segunda edição do livro Açúcar (1968) confirmou essa tentativa. O livro não apenas catalogou receitas de doces e bolos tradicionais do Nordeste, mas principalmente, analisou como o consumo de açúcar nos doces e bolos confeccionados, seja na casa-grande, nos sobrados, nos mucambos ou nas senzalas, tinha papéis relevantes para a sociabilidade dos povos do Nordeste e suas relações sociais com a produção da cana-de-açúcar. Identificou, ainda, que os hábitos do consumo do doce, especialmente dos exageradamente doces poderia revelar a formação de uma tradição cultural não apenas do Nordeste, mas do país como um todo.

[...] A receita de doce é quase que só arte: para sobreviver não depende das constantes alterações nas verdades científicas embora precise – é certo – de condicionar-se, em alguns dos seus aspectos, as transformações de caráter sócio-cultural. [...] Pode a ciência dos nutrólogos nos advertir contra excessos neste ou naquele ingrediente que dê sabor a um doce. Contra excessos do próprio açúcar. Mas sem que a ciência, com suas frequentes inovações, chegue a desatualizar ou invalidar receitas de doces com facilidade. A ciência raramente consegue sobrepor-se de todo ao que é constante nas artes ou nas religiões ou nas filosofias (FREYRE, 1969, p. 43)

Portanto é viável e justificável partir de estudos sobre a gastronomia para refletir sobre a identidade coletiva e a identidade nacional construída através do significado atribuído às comidas típicas nos centros urbanos, como a cidade de São Paulo especificamente.

A ciência, particularmente a Antropologia, mediará essa relação cotidiana, pensando na construção dessas identidades em grupos de indivíduos mais particulares, assim como o imaginário de indivíduos enquanto cidadãos brasileiros.

[...] Pois a verdade parece ser realmente esta: a das nossas preferências de paladar serem condicionadas, nas suas expressões específicas pelas sociedades a que pertencemos, pelas culturas de que participamos, pelas ecologias em que vivemos os anos decisivos da nossa existência (FREYRE, 1969, p. 44).

Câmara Cascudo também dedicou algumas obras sobre a alimentação no Brasil e os costumes tipicamente brasileiros. Antes mesmo do Açúcar de Freyre (1969, 2ª edição), Cascudo escreveu sobre a aguardente brasileira (1968), como produto tipicamente surgido dos engenhos, bebida que permeou muitas relações sociais – hierárquicas ou não – no Nordeste.

No entanto, uma de suas obras mais significativas em relação à comida trata-se da História da Alimentação no Brasil, datado de 1968, que discute os fundamentos da cozinha brasileira, seus elementos básicos, suas técnicas e alimentos típicos.

A partir da etnografia realizada, o autor propôs uma reflexão sobre a formação cultural do Brasil enquanto nação a partir da alimentação, especialmente de comunidades do Norte e do Nordeste.

O fato da comida do Norte e do Nordeste brasileiro estarem mais presentes na literatura especializada não significa que outras cozinhas de outras regiões não possuam caráter de identificação de um povo. Apenas para citar algumas, podemos elencar a cozinha mineira, a baiana, a cozinha amazonense, paraense, dentre outras dos demais estados, que possuem suas particularidades.

Considerações Finais

Refletindo sobre as relações incitadas pela comida, propomos uma interpretação da cozinha brasileira enquanto formação de identidade cultural/nacional a partir de comparações com as cozinhas internacionais, como as comidas típicas presentes em restaurantes

italianos, japoneses, mexicanos, franceses ou chineses, comuns na cidade de São Paulo ou ainda, nas comidas do mundo contemporâneo, como os congelados e as redes de *fast-food*, que garantem agilidade e rapidez na alimentação, que implica também em diferentes concepções de identidades coletivas e/ou nacionais, a partir das relações de consumo, característicos das sociedades contemporâneas e que esvaziam noções mais politizadas e identitárias de pertencimento a determinados grupos.

Um disco, uma novela, uma peça de teatro, serão consideradas populares somente no caso de atingirem um grande público. Nesse sentido se pode dizer que a lógica mercadológica despolitiza a discussão, pois se aceita o consumo como categoria última para se medir a relevância dos produtos culturais (ORTIZ, 1988b, p. 164).

Pode-se dizer que tal lógica mercadológica também atinge o consumo de alimentos, que a partir da Indústria Cultural tornam-se alvos de publicidade e propaganda nos meio de comunicação, levando os indivíduos a modificarem seus hábitos alimentares na medida em que o desenvolvimento industrial e tecnológico disponibiliza no mercado cada vez mais “comidas artificiais”, como por exemplo, os enlatados, os congelados e os produtos *fast-food*, que são divulgados, no meio televisivo, como alimentos para o “homem moderno”, dando noção de civilidade, atingindo a questão da identidade nacional como uma vontade de um povo de reconhecer-se enquanto nação, no desejo de fazer parte de um mundo “moderno”, de estar mais próximo ao crescimento das nações mais desenvolvidas, conforme indica Ortiz (1988b),

[...] Existe um terreno comum quando se afirma que só seremos modernos se formos nacionais. Estabelece-se, dessa maneira, uma ponte entre a vontade de modernidade e a construção de identidade nacional. O modernismo é uma idéia fora do lugar que se expressa como projeto (ORTIZ, 1988, p. 34).

A alimentação está enraizada na cultura, carregada de significações históricas que são construídas ao longo do tempo. No entanto, ela é dinâmica e se transforma de acordo com as transformações da própria sociedade.

As identidades sociais agora são também alimentares, os hábitos alimentares estão sinalizando diferenciações sociais, como o fazem o tipo de vestimenta, o corte de cabelo, ou a presença em certos espaços sociais. As práticas alimentares cada vez mais definem identidades que estabelecem recortes sociais entre o mesmo e o outro (LIFSCHITZ, 1995, p. 158).

Existem hipóteses de que com o mundo globalizado, os avanços tecnológicos e o consumo exacerbado fazem com que indivíduos se tornem cada vez menos politizados e menos conscientes do processo padronizador que a relação entre capitalismo e consumo provoca na sociedade, gerando, pois, uma perda de valores tradicionais, memórias e identidades coletivas, transformando, conseqüentemente, o imaginário sobre a identidade nacional. A globalização, portanto, seria responsável por homogeneizar as diferentes culturas nacionais, perdendo as tradições e suas raízes.

Com a globalização, produtos industrializados são cada vez mais consumidos e afetam a cultura alimentar dos indivíduos, como por exemplo, o consumo do hambúrguer e da Cola-Cola modifica os hábitos alimentares dos brasileiros, que passam a degustar de comidas simbolicamente “modernas” (BLEIL, 1998, p. 02).

Por outro lado, existe a hipótese de que a globalização, na tentativa de universalização econômica, política, social e cultural e padronização de comportamentos, geram

resistências locais que se voltam às tradições, aos antigos hábitos das gerações. Dessa maneira, a globalização pode reforçar a identidade local, resgatando valores e sentidos de determinadas culturas. A globalização pode exercer os dois papéis, um de descentralizar e até exterminar identidades, e outra de fortalecer e criar novas identidades e valores locais, fazendo parte do processo de descentramento e fragmentação do ocidente (HALL, 2006), já que ela pode ser tão contraditória e diversa em relação aos seus possíveis desdobramentos e resultados no mundo. A comida, portanto, é uma forma de comunicação que permite o indivíduo explicitar até mesmo sua visão de mundo, pois, segundo Cascudo (1968), “comer é revelar-se”.

Com os aspectos da modernidade enraizados no pensamento social contemporâneo, os hábitos alimentares também seguem essa tendência, com adjetivos e símbolos referentes ao gosto e ao corpo segundo construções de identidade do “homem moderno” (Giddens, 2002) pautados em novos termos da alimentação, como por exemplo, comida saudável, alimentos *light* ou *diet*, alimentos com zero por cento de gordura/açúcar, etc.

Segundo Giddens (2002) as novas identidades são complexidades que surgem na modernidade através de meios midiáticos que criam um imaginário que se mesclam com a realidade. No caso da alimentação, alguns meios de comunicação podem contribuir para a promoção de “tabus alimentares” entre os indivíduos, que passam a consumir esses novos produtos considerados mais “saudáveis” e, portanto, menos prejudiciais à saúde. Dessa maneira, o risco passa a ser fenômeno permanente no cotidiano da sociedade, imbricando na relação direta entre escolhas realizadas no presente com consequências futuras dessas escolhas. Para o autor, o estímulo ao risco se relaciona com a construção da identidade a partir da “colonização do futuro”, onde o passado se apresenta como objeto a ser reinventado, limitando-se às incertezas do cotidiano e dos sistemas abstratos do conhecimento.

Stuart Hall (2006) analisa questões da modernidade tardia e se realmente seria possível utilizar o termo crise de identidade, partindo do pressuposto de que as sociedades modernas possuíam identidades culturais que estabilizavam e localizavam os homens no mundo social e cultural e que foram se perdendo e se modificando na modernidade tardia, fragmentando a ideia de identidade cultural do homem da pós-modernidade.

O autor se propõe a definir o que é identidade partindo de diferentes concepções de sujeitos. Dentre elas, a de sujeito pós-moderno, caracterizado pela noção de fragmentação, onde são construídas por várias identidades, por vezes inacabadas e contraditórias. Segundo ele, o sujeito não possui uma identidade única e fixa, esta seria transformada constantemente, pois identidade é construída historicamente.

A crise de identidade pode ser discutida também em relação à nacionalidade, na questão étnica, em que as culturas nacionais são compostas de instituições culturais, símbolos, significados que constroem as identidades, dando a impressão de união e de uma população como sendo parte de uma mesma cultura, uma mesma identidade (HALL, 2006).

Entretanto, o autor aponta a cultura nacional como sendo uma “comunidade imaginada”, composta por três conceitos que a fundamentam, “as memórias do passado, o desejo por viver em conjunto e a perpetuação da herança”.

Desse modo, a cultura nacional busca unificar os indivíduos, independente de diferença de classe, gênero ou raça, ela busca a unificação em uma identidade cultural representada por uma grande família. Mas, essa concepção é imaginária, pois as nações modernas são compostas de maneira híbrida, sendo uma mistura de tradições, composta por diferentes costumes, sentimento de lugar, religião e até mesmo diferentes línguas.

Nesse sentido, a globalização também contribui para a fragmentação do sujeito, pois ela como um processo que conecta diferentes regiões, que aproxima os espaços através das diversas tecnologias, que rompe barreiras de tempo, enfatiza a perda de sentido de unificação

das identidades nacionais, as transformam, criando uma tensão entre a ideia de identidade local e identidade global.

O descentramento, a reconstrução e constituição de novas identidades, a crise, a globalização, dentre outros aspectos levantados por Hall (2006), são processos de transformações na modernidade tardia, em que o indivíduo pós-moderno já não possui certezas e centralizações, sendo influenciado pela volta ao passado e ida ao futuro, a se reconstruir e repensar sobre sua verdadeira identidade cultural.

Velho (1981), por exemplo, explana sobre a vida metropolitana, suas contradições e particularizações de experiências “a certos segmentos, categorias, grupos e até indivíduos e a universalização de outras experiências que se expressam culturalmente através de conjuntos de símbolos homogeneizadores, paradigmas, temas, etc.” (p. 18) que possibilitam uma reconstrução de novos símbolos e valores que constituem a identidade nacional.

Bibliografia

- BLEIL, Susana Inez. *O padrão alimentar ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil*. In: **Revista Cadernos de Debate**, vol. VI. Campinas: UNICAMP, 1998. Disponível em: http://74.125.155.132/scholar?q=cache:FJDDLpHUoygJ:scholar.google.com/+o+padr%C3%A3o+alimentar+ocidental&hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso em 03 de Janeiro de 2011.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. **Prelúdio à cachaça: etnografia, história e sociologia da aguardente no Brasil**. Rio de Janeiro: IAA, 1968.
- _____. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1968.
- DORIA, Carlos Alberto. *Filosofia da Degustação: a construção de uma razão degustadora é o guia iluminista para o consumo moderno do alimento*. In: **Debate Gastronomia, coluna UOL**, 27 de Set. 2007. Disponível em: <http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2886,1.shl>. Acesso em 03 de Janeiro de 2011.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- _____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 1994b.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. 43ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. **Açúcar: Em torno da etnografia, da história e da sociologia do doce no Nordeste canavieiro do Brasil**. 2ª Ed. aumentada. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1969. (Coleção Canavieira n. 2).
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LIFSCHITZ, Javier. *O alimento-signo nos novos padrões alimentares*. In: **Revista brasileira de ciências sociais**. São Paulo: ANPOCS, n. 27, ano 10, fev. de 1995.
- MINTZ, Sidney W. *Comida e antropologia: uma breve revisão*. In: **Revista brasileira de ciências sociais**. São Paulo: ANPOCS, vol. 16, n. 47, out. de 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092001000300002&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em 03 de janeiro de 2011.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23ª edição. 7ª reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- _____. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- VELHO, Gilberto. VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: nota para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

AGÊNCIAS REGULADORAS NO BRASIL: O CASO DA ANCINE

Talita Vanessa Penariol NATARELLI¹

Resumo: O presente artigo visa investigar o processo de intervenção estatal na economia a partir dos anos 90, examinando as origens das agências reguladoras no Brasil. O enfoque será dado às críticas referentes à implantação desses órgãos e à criação da Agência Nacional do Cinema – Ancine, mediante a Medida Provisória n. 2.228-1, de 2001. Após um período marcado pela ausência de um órgão específico, capaz de apoiar, promover e fiscalizar nossa indústria cinematográfica, a Ancine emerge em um contexto de contínuas reivindicações de profissionais da área – expressas, sobretudo, no III Congresso Brasileiro de Cinema –, de um governo federal marcado pela reprodução do modelo de agências reguladoras provenientes do direito alienígena, sobretudo do direito norte-americano, e de domínio das leis de incentivo fiscal no fomento à produção fílmica.

Palavras-chave: Estado regulador; Ancine; intervenção estatal na economia.

Abstract: This work aims to investigate the background of the process of state intervention in the economy since the early 90's, examining the origins of regulatory agencies in Brazil. The focus will be given to the critics that concerns to the implementation of these bodies and the creation of the National Cinema Agency – Ancine, by Provisional Measure n. 2.228-01, 2001. After a period marked by the absence of an specific organ, able to encourage, promote and oversee our film industry, Ancine emerges in a context of ongoing demands of professionals – expressed mainly in the III Brazilian Congress of Cinema –, a federal government marked by a reproduction of regulatory agencies' model from the alien law, especially the U.S. law, and the domain of tax incentive laws in the support for film production.

Keywords: State governor; Ancine; state intervention in the economy.

Introdução

Em termos de políticas econômicas podemos perceber em nosso país, sobretudo desde o início dos anos 90, o aporte de ações como: abertura econômica, liberalização comercial, privatizações, retirada do Estado de antigos monopólios, interdependência financeira, negociação de acordos comerciais, enfim, todo um complexo de fatores que alguns estudiosos julgam fazer parte da caracterização do regime neoliberal que passa a predominar no Brasil. Para David Harvey, o neoliberalismo pode ser sintetizado da maneira que se segue:

“O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes deverão ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Esta-

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FCLAr – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”(Unesp), Câmpus de Araraquara, São Paulo, Brasil. E-mail: tati_penariol@hotmail.com

do possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício.” (HARVEY, 2008, p. 12)

O fato é que a reestruturação de cunho neoliberal interferiu também nas políticas culturais brasileiras, estabelecendo-se, inclusive, uma nova institucionalidade para o cinema, “coroando a política de mecenato oficial gerenciado pelo mercado” (MARSON, 2006, p. 172), e é nesse cenário que percebemos o ambiente propício à instituição das agências reguladoras, com a finalidade de regulamentar, controlar e fiscalizar a abertura de um mercado econômico que antes era monopolizado pelo Estado.

O presente trabalho visa investigar o processo de intervenção estatal na economia mediante o modelo regulador, examinando as origens das agências reguladoras no país. Dar-se-á enfoque às críticas referentes à implantação desses órgãos e à criação da Agência Nacional do Cinema – Ancine, a qual passa a vigorar em um contexto de contínuas reivindicações de profissionais da área, expressas, sobretudo, no III Congresso Brasileiro de Cinema, de um governo federal marcado pela reprodução do modelo de agências reguladoras provenientes dos Estados Unidos da América, e do domínio das leis de incentivo fiscal no fomento à produção fílmica.

1 Declínio do Estado prestador e a implantação de um novo Estado regulador

O *breve século XX*, marcado em sua primeira metade por duas grandes guerras, pela queda da Bolsa de Valores de Nova York, dentre outros acontecimentos motivadores de conspícuos prejuízos enfrentados pela economia mundial, deve ser levado em consideração quando da edificação de um modelo de Estado intervencionista na economia.

Após o aparecimento das crises decorrentes dos eventos ora citados, surgem estados legitimados a atuar sobre a atividade privada², também conhecidos sob a forma de Estados de Bem-Estar Social (*Welfare States*). Segundo Esping-Andersen (1991), uma definição comum para o *Welfare State* é a de que ele envolve responsabilidade estatal no sentido de garantir o bem-estar básico dos cidadãos. Até aí tudo certo. Mas, até que ponto esse Estado seria capaz de aumentar a cidadania social, ou ainda, transformar a sociedade capitalista? (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 85) Pois bem, até hoje não se sabe ao certo, as respostas para tais indagações. O que se pode afirmar com alguma convicção é que o Estado prestador, produtor, interventor e protecionista entra em declínio quando começam a surgir as consequências do enorme crescimento da máquina estatal nos mais distintos ramos da atividade econômica. No Brasil, o crescimento desenfreado do Estado trouxe graves sequelas, sendo uma das principais, o déficit estatal fiscal:

Como forma de arrecadação para suprir este déficit, o Estado conta com duas alternativas possíveis: a tributação ou venda de ativos. Em contraposição a este gigantismo estatizante brasileiro que, de certa forma, coibiu o crescimento econômico da iniciativa privada, aparece a necessidade de uma redefinição do real papel, ou seja, a

² De acordo com Carlos Roberto Antunes Torres, existe um exemplo clássico da política intervencionista nos Estados Unidos da América, visível através da divulgação do New Deal – plano de recuperação econômica lançado após a Grande Depressão, representante consistente da intervenção por demasiado direta do Estado na economia. Lançando olhares para nosso país, temos o exemplo da Era Vargas (1930-1945), responsável pela criação de uma máquina estatal voltada à proteção e ao atendimento do cidadão brasileiro, bem como de diversas empresas estatais em quase todos os setores produtivos e, na definição das áreas que estariam sob a égide do monopólio estatal. (TORRES, 2006, p. 1)

identificação de quais atividades ele realmente deveria estar presente. (TORRES, 2006, p. 1)

Uma solução admissível passa a ser a privatização – uma das modalidades de desestatização propostas pelo Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 8.031/90 (alterada pela Lei nº 9.491/97) –, que surge como mecanismo eficiente para: a) reduzir a participação do Estado, que passaria a apenas zelar pela busca do bem estar social; b) reduzir o perfil da dívida pública; c) ampliar os investimentos da iniciativa privada com a atração do capital estrangeiro; d) fortalecer o mercado de capitais com a venda de ações de estatais em bolsa, e; e) liberar recursos do Estado para serem investidos em setores que sua presença seja essencial na busca do bem estar social. (TORRES, 2006, p. 1)

É nesse contexto que “(...) a Administração Pública passa a ter um diferente papel na economia, migrando de um Estado fortemente intervencionista para um Estado regulador” (TORRES, 2006, p. 1). E para dar procedimento ao bom funcionamento desse Estado é que despontam as primeiras Agências Reguladoras, as quais buscam, entre outras finalidades específicas, “(...) regulamentar, controlar e fiscalizar a abertura de um mercado econômico, que antes era monopolizado pelo Estado empreendedor” (TORRES, 2006, p. 1).

Apesar da visível alteração e conseqüente redução do papel estatal, compete ressaltar que “o Estado perde soberania, mas não capacidade de ação” (CASTELLS, 1999, p. 156), afinal, passa a regular e fiscalizar as atividades que outrora, foram de sua responsabilidade. Pode-se inclusive dizer que o Estado transferiu seus esforços centrados no campo empresarial – mediante as empresas públicas –, para o campo jurídico, assumindo as funções de regular e fiscalizar os serviços públicos e as atividades econômicas. (TORRES, 2006, p. 1) Nessa seara,

o que se tornou redundante, ou ineficiente, foi o Estado produtor. E o que se tornou inviável foi o Estado plenamente soberano, tomando decisões inapeláveis no marco de seu território. Daí que a privatização não é senão a constatação do fato de que subsidiar certos produtos, certos dirigentes de empresas ou certos grupos de trabalhadores é uma fonte de privilégio social, não um mecanismo de criação de riquezas. A incapacidade do Estado para decidir por si só, em um mundo em que as economias nacionais são globalmente interdependentes, obriga a adaptação de regulações inaplicáveis, porque a pior forma de descontrole é manter vigente o que não se pode aplicar. (CASTELLS, 1999, p. 156)

Segundo Paulo Todescan Lessa Mattos,

o novo Estado regulador – caracterizado pela criação de agências reguladoras independentes, pelas privatizações de empresas estatais, por terceirizações de funções administrativas do Estado e pela regulação da economia segundo técnicas administrativas de defesa da concorrência e correção de “falhas de mercado”, em substituição a políticas de planejamento industrial – representou uma clara descentralização do poder do Presidente da República e de seus ministros, ao mesmo tempo em que se tentaram criar novos mecanismos jurídico-institucionais de participação de diferentes setores da sociedade civil no controle democrático do processo de formulação do conteúdo da regulação de setores na economia brasileira. (MATTOS, 2006, p. 151)

Enfim, as concepções dominantes quanto ao papel do Estado mudaram e continuam em curso nesse século XXI, adotando-se a descentralização como estratégia primordial. Através de privatizações e terceirizações, busca-se continuamente a redução das dimensões estatais, primando sempre pela necessidade de fortalecimento das funções reguladora, fiscalizadora e fomentadora.

1.1 As origens das agências reguladoras

Quando levamos em consideração a historicidade do processo de surgimento das primeiras agências reguladoras, nos remetemos à um estudo dos idos de 1834, na Inglaterra, “quando floresceram entes autônomos, criados pelo Parlamento para concretizar medidas previstas em lei e para decidir controvérsias resultantes desses textos” (GROTTI, 2006, p. 1). Os ingleses exerceram forte influência nos Estados Unidos, que logo em 1887, viram “a proliferação de *agencies* para regulação de atividades, imposição de deveres na matéria e aplicação de sanções” (GROTTI, 2006, p. 1)

Conrad Hübner Mendes, citado por Dinorá Adelaide Musetti Grotti, atesta a existência de quatro fases principais na história das agências reguladoras norte-americanas: o nascimento, em 1887 (quando foram criadas a ICC – *Interstate Commerce Commission* e a FTC – *Federal Trade Commission*, destinadas a controlar condutas anticompetitivas de empresas e corporações monopolistas); uma segunda fase, localizada entre 1930 e 1945 (marcada pela invasão súbita de diversas agências administrativas resultantes da política do New Deal de Roosevelt); uma terceira, entre 1945 e 1965 (que se distingue pela edição de uma lei geral de procedimento administrativo); e uma quarta e última fase, ocorrida entre os anos de 1965 e 1985, quando o sistema regulatório americano se deparou com o desvirtuamento das finalidades de regulação desvinculadas do poder político mediante a captura das agências reguladoras pelos agentes econômicos – os quais acabaram por praticamente determinar o conteúdo da regulação que iriam sofrer. (MENDES apud GROTTI, 2006, p. 3-4)

Apesar do aparecimento de entidades independentes também não constituir algo completamente desconhecido no Direito brasileiro – temos como exemplo a criação do Instituto do Café, em São Paulo, em meados da década de 20 – abordaremos agora os mecanismos adotados no país a partir do processo de desestatização vivenciado nos anos 90.

Desse modo, sofrendo forte influência do direito alienígena, sobretudo do direito norte-americano, no Brasil, em decorrência das transformações econômicas e políticas pelas quais o país passou na década de noventa – com o governo Collor e o Plano Nacional de Desestatização –, e a consolidação alcançada no governo de Fernando Henrique Cardoso – com a reforma administrativa e a forte tendência à desestatização que se efetiva na prática através do programa governamental de privatizações³ –, e em consonância com o que determina os Artigos 173 e 174 da Constituição Federal de 1988, o Estado deixa de atuar como interventor direto na órbita econômica. (AGULLAR, 2006, p. 214) Assim,

a partir da segunda metade da década de noventa são criadas as agências setoriais de regulação, dotadas de autonomia e especialização, com a natureza jurídica de autarquias com regime especial, vinculadas a uma particular concepção político-ideológica, que visa impedir influências políticas sobre a regulação e disciplina de certas atividades administrativas. (GROTTI, 2006, p. 5)

Nossa Constituição de 1988 já determinava expressamente a obrigatoriedade de criação de órgãos reguladores para as telecomunicações em seu Artigo 21, XI e para o Petróleo em seu Artigo 177, § 2º, III, que assim dispõem:

³ Nos termos de Vicente Bagnoli, essas privatizações passaram a se justificar na época, como sendo necessárias à uma busca da defesa da livre iniciativa e da eficiência³, mudança nos setores estratégicos, fortalecimento do setor privado, credibilidade política, crise fiscal, limitações de investimentos públicos, entre outros motivos (BAGNOLI 2005, p. 81).

Art. 21. Compete à União: XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

Art. 177. Constituem monopólio da União: § 2º A lei a que se refere o § 1º disporá sobre: III - a estrutura e atribuições do órgão regulador do monopólio da União.

Sendo assim, as duas únicas agências reguladoras que possuem base constitucional são, pois, a ANATEL (instituída pela Lei Geral de Telecomunicações – Lei nº 9.472/1997) e a ANP (Instituída pela Lei nº 9.478/97 – a qual estabeleceu as regras para a prestação de serviços de gás canalizado e para o funcionamento da indústria do petróleo e criou a Agência Nacional do Petróleo).

A Agência Nacional do Cinema, enfoque deste trabalho, só foi criada em 2001, mediante a edição da Medida Provisória nº 2.228-1.

2 O caso da Agência Nacional do Cinema

Seguindo as motivações que prepararam o espaço para edificação das demais agências reguladoras – privatizações, terceirizações, retirada do Estado de antigos monopólios, entre outras –, a Ancine estabelece-se devido à reiteradas reivindicações de profissionais da área, cientes das lacunas deixadas em nossa atividade cinematográfica pela eliminação da Embrafilme (Empresa Brasileira de Filmes) e do Concine (Conselho Nacional de Cinema). Conforme Caroline Gomes Leme,

em março de 1990, logo após assumir a Presidência da República, Fernando Collor de Melo lançou as bases da reestruturação neoliberal para o Brasil. No setor de políticas culturais, a retirada do Estado como agente regulador foi marcante. Através da Medida Provisória n. 151, de 15 de março de 1990 e da subsequente Lei n. 8.029 (12/04/1990) e Decreto 99.226 (27/04/1990) foram extintas e dissolvidas autarquias, fundações e empresas públicas federais, entre as quais, a Fundação Nacional das Artes (Funarte), a Fundação Nacional de Artes Cênicas (Fundacen), a Fundação Nacional Pró-Memória (Pró-Memória), a Fundação Nacional Pró-Leitura (Pró-Leitura), a Fundação do Cinema Brasileiro (FCB) e a Empresa Brasileira de Filmes. (LEME, 2008, p. 13)

Até mesmo o MinC – Ministério da Cultura, foi extinto, tendo sido transformado em uma secretaria de governo. O Concine (Conselho Nacional de Cinema) acaba sendo indiretamente suprimido, assim como a Lei Sarney⁴ (Lei n. 7.505/86), “lei de incentivo fiscal com a qual o cinema brasileiro contava naquele momento” (LEME, 2008, p. 13). Com a abolição de instrumentos de tamanha importância para o setor cultural, pode-se dizer que “esta postura do governo atingiu particularmente o setor cinematográfico que viu desmantelar-se toda a estrutura que envolvia o cinema nacional sem que se colocassem novas políticas culturais para sua manutenção e desenvolvimento” (LEME, 2008, p. 13):

A concepção política adotada por Collor tratou a cultura como um “problema de mercado”, eximindo o Estado de qualquer responsabilidade nesta área. Isto significa dizer que a produção cultural passou a ser vista como qualquer outra área produtiva, que deve se sustentar sozinha através de sua inserção no mercado. A partir das me-

⁴ Foi com a Lei Sarney que se estabeleceu a ligação entre setor privado e setor cultural, assunto que vem gerando discussões acirradas até hoje, por deixar na mão de empresas o financiamento de políticas culturais, transferindo parte da responsabilidade Estatal para a lógica do mercado.

didadas adotadas por esta nova postura política – ou melhor dizendo, a partir da ausência de medidas adotadas – toda a produção cultural foi afetada. No caso específico do cinema, que tinha um vínculo muito forte com o Estado desde a criação da Embrafilme, a saída de cena do governo federal foi um abalo muito forte, considerada por cineastas e pesquisadores a morte do cinema brasileiro. (MARSON, 2006, p. 17-18)

Diante do desmonte das estruturais federais, surgem leis municipais e estaduais que contribuem sobremaneira para viabilizar a continuidade da existência do nosso cinema, como por exemplo, podemos citar a Lei Mendonça (Lei n. 10.923/90), a Lei n. 1554/92 no estado do Rio de Janeiro, a Lei Jereissati (Lei n. 12.464/95), bem como diversos outros mecanismos de incentivo à cultura. Mas é com a saída do cineasta Ipojuca Pontes, considerado o principal responsável pelo desmantelamento das instituições federais de apoio à produção cinematográfica, e sua conseqüente substituição pelo embaixador Sérgio Paulo Rouanet, que as reações da sociedade civil e do setor cinematográfica parecem ser atendidas em nível federal: eis que é promulgada, em dezembro de 1991, a Lei n. 8.313/91, popularmente conhecida como Lei Rouanet. (IKEDA, 2011, p. 14-15) A Lei Rouanet tornou-se a “salvação” da cultura nacional em tempos muito complicados e ajudou a desenvolver inúmeros empreendedores culturais. Em 1992, temos a atenção do governo voltada especificamente ao setor audiovisual, quando é criada a Secretaria para o Desenvolvimento do Audiovisual (SDAv) no restabelecido Ministério da Cultura e logo em seguida, em 1993, publicada a Lei do Audiovisual (Lei n. 8.685/93). (IKEDA, 2011, p. 15)

O Estado passa a deixar de lado o modelo de produção cinematográfica adotado pela Embrafilme, baseado em um patrocínio direto, criando uma nova forma de apoio aos projetos através da criação dos mecanismos de incentivo, que se utilizam da renúncia fiscal em que pessoas físicas ou jurídicas realizam o aporte de capital num determinado projeto, e o valor é abatido – parcial ou integralmente – no imposto de renda devido (CESNIK apud IKEDA, 2011, p. 15) Nos termos de Marcelo Ikeda, “o Estado passava a agir no processo de desenvolvimento do audiovisual brasileiro de forma apenas indireta, estimulando a ação de terceiros, e não mais intervinha diretamente no processo econômico, produzindo ou distribuindo filmes” (IKEDA, 2011, p. 15). O problema que envolve essa nova forma de fomento consiste no fato de que apesar dos recursos continuarem sendo públicos, a escolha dos projetos que merecem os investimentos coloca-se nas mãos da iniciativa privada. Toda essa mudança de postura do Estado faz parte de um contexto mais amplo do que as próprias transformações do papel do Estado brasileiro, introduzidas desde o Governo Collor, afinal:

a resposta mais intensa à crise do Estado intervencionista foi a chamada reação neoliberal, que se consistiu essencialmente no retorno aos princípios liberais de redução da participação do Estado na condução dos rumos da economia, com o ressurgimento da ideia de que o mercado é o agente mais eficaz para a busca de um nível ótimo de produção na economia. (IKEDA, 2011, p. 19)

Mas, o “neoliberalismo” – se é que podemos chamar assim – que irrompe sobre o nosso audiovisual durou quase tão pouco quanto o próprio Governo Collor: em 1991, com a edição da Lei Rouanet, podemos notar “um recuo na total supressão do Estado ao apoio às produções culturais” (IKEDA, 2011, p. 21).

Quando o modelo de renúncia fiscal da produção cinematográfica entra em crise – em meados de 1999⁵ – há um estreitamento do diálogo entre cineastas e o Estado. Críticas pas-

⁵ Com a crise econômica de 1999, a qual afetou o sistema de fomento da produção cinematográfica brasileira que se baseava na renúncia fiscal de empresas, a margem de financiamento dos filmes nacionais por este meca-

sam a ser feitas, sobretudo quanto a transferência da “decisão do financiamento das obras cinematográficas da esfera governamental para as empresas que usariam parte de seus impostos para isso” (ALVARENGA, 2010, p. 26), e existência da grande dificuldade “de um modelo de renúncia fiscal ser capaz de estruturar a cadeia econômica cinematográfica, envolvendo produção, distribuição e exibição” (ALVARENGA, 2010, p. 29-30).

Para os profissionais envolvidos nos embates que ocorriam no momento, entre eles Gustavo Dahl, o Estado deveria apoiar o produto brasileiro para que passasse a ter condições mercadológicas em seu próprio país. Além do mais,

o filme brasileiro é um patrimônio nacional e, com base nisto, o Estado deve estimular e agir para que se mantenha o processo produtivo cinematográfico independente brasileiro, considerando-o como parte de um projeto nacional, pois envolve a formação da identidade brasileira. (ALVARENGA, 2010, p. 43)

Em entrevista concedida por Gustavo Dahl à Marcos Alvarenga, o cineasta, crítico e gestor público do cinema brasileiro, afirma que

não bastava uma simples lei de estímulo financeiro indireto para produzir filmes no Brasil, havia a necessidade de mais, o Estado precisaria ser o regulador e assim dar condições de isonomia de mercado no país, estimulando não só o produto nacional, mas sua distribuição, sua exibição e o desenvolvimento de parcerias com a televisão. (DAHL apud. ALVARENGA, 2010, p. 44)

Todas as discussões e movimentações caminhavam para a essencialidade da emergência de um órgão estatal dedicado ao planejamento e estruturação da atividade cinematográfica. E nesse contexto, assinalado ainda pela crise do modelo de leis de incentivo e pela falta de políticas que direcionassem estímulos econômicos para a produção-distribuição-exibição de filmes, foi articulado o III Congresso Brasileiro de Cinema. O Congresso ocorreu de 28 de junho de 2000 até o dia 1º de julho de 2000,

quase meio século após o II Congresso e se tornou marco da união de esforços do meio cinematográfico para a estruturação de uma política pública que estimulasse o setor tanto no tripé produção-distribuição-exibição quanto na capacidade de criar uma infraestrutura econômica que permitisse uma dinâmica na cadeia audiovisual. (ALVARENGA, 2010, p. 52)

Como uma das críticas mais recorrentes por parte dos profissionais envolvidos na cinematografia direcionava-se à inércia do Estado, “a criação de uma agência para cuidar dos assuntos específicos do cinema, tornando-se, ao mesmo tempo, um organismo gestor, fomentador e regulador do mercado foi uma das demandas do Relatório Final do Congresso” (ALVARENGA, 2010, p. 54). Essa agência acabou se tornando um consenso entre os membros do governo e da corporação cinematográfica, cientes da urgência de estruturação de um órgão que estimulasse a indústria audiovisual brasileira.

Assim, a Agência Nacional do Cinema foi instituída em 2001, através da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro, com redação dada pela Lei nº 10.470/02, Decreto 4.121/02, alterado posteriormente pelo Decreto nº 4.330/02.

Dotada de autonomia administrativa e financeira, essa autarquia especial está vinculada, desde 2003, ao Ministério da Cultura, tendo sede e foro no Distrito Federal, escritório central no Rio de Janeiro e escritório regional em São Paulo.

nismo caiu drasticamente tanto pela Lei Rouanet (Lei 8.313/91) quanto pela Lei do Audiovisual (Lei 8.685/93) e passou a dificultar a produção nacional de filmes. (ALVARENGA, 2010, p. 9).

4.1 Objetivos, fundamentos e composição

O quadro efetivo da ANCINE é formado por 150 cargos de [Especialista em Regulação](#) das Atividades Cinematográficas e Audiovisuais (nível superior), 70 cargos de Analista Administrativo (nível superior), 20 cargos de Técnico em Regulação (nível intermediário) e 20 cargos de Técnico Administrativo (nível intermediário), todos criados pela Lei 10.871/2004, com intuito de dotar a agência de um quadro estável de pessoal.

A ANCINE realizou concursos em [2005](#), para 20 vagas de Técnico em Regulação e 75 para Especialista em Regulação, e em [2006](#), para 14 vagas de Analista Administrativo e 20 para Técnico Administrativo.

Além do quadro efetivo, estão lotados na ANCINE servidores federais originários principalmente do Ministério da Cultura (denominado quadro específico), além de colaboradores comissionados oriundos do mercado audiovisual.

A Ancine é administrada por uma diretoria colegiada aprovada pelo Senado e composta por um diretor-presidente e três diretores, todos com mandatos fixos, aos quais se subordinam cinco Superintendências: Acompanhamento de Mercado, Desenvolvimento Econômico, Fiscalização, Fomento e Registro, além da Secretaria de Gestão Interna e da Superintendência Executiva. Além do seu Escritório Central, localizado no Centro do Rio de Janeiro, a Ancine conta com mais dois escritórios regionais, sendo um em Brasília e outro em São Paulo.

Na composição atual da diretoria colegiada da Ancine, temos Glauber Piva (nomeado diretor em 19 de maio de 2009, com mandato até maio de 2013), Vera Zaverucha (nomeada diretora em 24 de junho de 2011, com mandato até junho de 2015), e Manoel Rangel, cineasta, formado pela Universidade de São Paulo em 1999, o qual obteve sua nomeação para o cargo de diretor-presidente em dezembro de 2006, tendo sido reconduzido em 19 de maio de 2009 para um mandato que perdurará até maio de 2013. Enquanto Assessor Especial do Ministro da Cultura Gilberto Gil (2004/2005) e Secretário do Audiovisual substituto (2004/2005), Rangel coordenou o grupo de trabalho sobre regulação e reorganização institucional da atividade cinematográfica e audiovisual no Brasil, segundo informações disponibilizadas pela própria Ancine.

O art. 2º da Resolução de Diretoria Colegiada nº 22, que dispõe sobre o Regimento Interno, enumera os objetivos da Agência seguinte forma:

Art. 2º A ANCINE terá por objetivos: I. promover a cultura nacional e a língua portuguesa mediante o estímulo ao desenvolvimento da indústria cinematográfica e videofonográfica nacional em sua área de atuação; II. promover a integração programática, econômica e financeira de atividades governamentais relacionadas à indústria cinematográfica e videofonográfica; III. aumentar a competitividade da indústria cinematográfica e videofonográfica nacional por meio do fomento à produção, à distribuição e à exibição nos diversos segmentos de mercado; IV. promover a autosustentabilidade da indústria cinematográfica nacional visando o aumento da produção e da exibição das obras cinematográficas brasileiras; V. promover a articulação dos vários elos da cadeia produtiva da indústria cinematográfica nacional; VI. estimular a diversificação da produção cinematográfica e videofonográfica nacional e o fortalecimento da produção independente e das produções regionais com vistas ao incremento de sua oferta e à melhoria permanente de seus padrões de qualidade; VII. estimular a universalização do acesso às obras cinematográficas e videofonográficas, em especial as nacionais; VIII. garantir a participação diversificada de obras cinematográficas e videofonográficas estrangeiras no mercado brasileiro; IX. garantir a participação das obras cinematográficas e videofonográficas de produção nacional em todos os segmentos do mercado interno e estimulá-la no mercado externo; X. esti-

mular a capacitação dos recursos humanos e o desenvolvimento tecnológico da indústria cinematográfica e videofonográfica nacional; e XI. zelar pelo respeito ao direito autoral sobre obras audiovisuais nacionais e estrangeiras.

A estrutura organizacional compõe-se de uma diretoria – como previamente informado –, de uma Procuradoria-Geral (PGE), de uma Auditoria Interna (AUD), de uma Ouvidoria Geral (OUV), de uma Secretaria de Gestão Interna (SGI), e de Superintendências de Processos Operacionais.

Interessante ressaltar que a Ouvidoria Geral tem o dever de receber eventuais pedidos de informações, esclarecimentos, reclamações e denúncias dos cidadãos, cobrando a solução das demandas dentro de prazos previamente estipulados. No próprio site oficial da Agência pode-se efetuar possíveis indagações mediante o preenchimento de um Cadastro de Manifestação⁶.

Considerações Finais

A armadilha que a poderosa globalização nos prega, conforme nos ensina Castells, vem no sentido de se colocar como o modelo, a estrutura, o fluxo, o caminho. Tudo aquilo que lhe escapa é exclusão. Para nos inserirmos nesse mundo intensamente integrado, precisamos recriar, de acordo com nossas condições e necessidades, os modelos difundidos nos outros países, tentando, da melhor maneira possível, nos adaptar em meio a esse turbilhão constante de informações.

Com a impossibilidade material de se cumprir todos os programas propostos pela Constituição Cidadã de 1988, na década de 90 o Estado passou a se reestruturar, dando início a um processo de desestatização. Tendo saído de alguns setores, o Estado não podia, contudo, deixar de impor uma certa regulação setorial com a finalidade de que Estado e particulares, em conjunto, buscassem a melhor maneira de se adequar aos dispositivos constitucionais. Assim, iniciou-se um processo de criação de agências reguladoras. A Agência Nacional do Cinema surge em um momento oportuno, preenchendo lacunas deixadas por medidas que retiraram completamente o Estado do incentivo e do cuidado à cultura brasileira.

A participação popular, tal qual ocorre nos procedimentos das agências reguladoras brasileiras, não é suficiente para legitimar sua atuação, sendo esta mais legitimada pela eficiência do que propriamente por um procedimento democrático participativo. E como a cultura deve ser compreendida dentro de um ambiente que a tome como parte indispensável da vida, referente não só ao grupo populacional que a legitima, mas de toda a coletividade, é necessário uma integração plena dos representantes da comunidade nos Conselhos das Agências. Só assim o nacional será valorizado. Só assim o nacional renascerá sempre que tentarem dizimá-lo.

Referências Bibliográficas:

AGUILLAR, Fernando Herren. **Direito econômico**: do direito nacional ao supranacional. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

ALVARENGA, Marcus Vinícius Tavares de. **Cineastas e a formação da ANCINE (1999-2003)**. 2010. 141 p. Dissertação (Mestrado em Imagem e Som) – UFSCar, São Carlos, 2010.

ANDRADE, Letícia Queiroz de. Poder normativo das agências reguladoras (legitimação, extensão e controle). **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico (REDAE)**, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito

⁶ O cadastro pode ser encontrado em: < <http://www.ancine.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=2438>>. Acesso em: 15 out. 2011.

Público, n. 15, ago/set/out, 2008. Disponível em: <www.direitodoestado.com.br/redae.asp>. Acesso em: 07 out. 2011.

BAGNOLI, Vicente. **Direito Econômico**. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

BINENBOJM, Gustavo. **Uma teoria do direito administrativo: direitos humanos, democracia e constitucionalização**. Rio de Janeiro: RENOVAR, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. Lei n. 10.470 de 25 de junho de 2002. Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jun. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10470.htm>. Acesso em: 21 out. 2011.

_____. Medida Provisória n. 2.228-1 de 6 de setembro de 2001. Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema - ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional - PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 set. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2228-1.htm>. Acesso em: 11 out. 2011.

CAMARGO, Rodrigo. Entrevista com Rodrigo Camargo – assessor de diretoria da Ancine. São Carlos: 2011. **Revista Universitária do Audiovisual**, n. 40, set. 2011. Entrevista concedida a Estela Andrade, Priscila Lourenção e Gabriel Ribeiro. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/rua/site/?p=6066>>. Acesso em: 15 out. 2011.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Agências reguladoras e poder normativo. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico (REDAE)**, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, n. 9, fev/mar/abr, 2007. Disponível em: <WWW.direitodoestado.com.br/redae.asp>. Acesso em: 07 out. 2011.

CASTELLS, Manuel. Para o Estado-Rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser, WILHEIM, J., SOLA, L. (Orgs.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, ENAP, 1999.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. In: Revista **Lua Nova**, n. 24, set. 1991.

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. As agências reguladoras. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico (REDAE)**, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n. 6, mai/jun/jul, 2006. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/redae.asp>>. Acesso em: 07 out. 2011.

Haidar, Rodrigo. Especialista critica politização das agências reguladoras. **Revista Consultor Jurídico**, 29 out. 2010. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-out-29/especialista-critica-politizacao-agencias-reguladoras>>. Acesso em: 13 out. 2011.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IKEDA, Marcelo Gil. **O modelo das leis de incentivo fiscal e as políticas públicas cinematográficas a partir da década de noventa**. 2011. 215 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

LEME, Caroline Gomes. **1994-2008: filmes brasileiros e ditadura militar**. 2008. 142 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2008.

LEMOS, Rafael Diogo D.; XAVIER, Yanko Marcus de Alencar. Participação popular e eficiência nas agências reguladoras: fundamentos, limites e conflitos no âmbito do direito positivo. In: **Constituição e Garantia de**

Direitos, vol. 3, n. 1, 2010. Disponível em:
<<http://www.ccsa.ufrn.br/ojs/index.php/PPGD/article/viewFile/40/30>>. Acesso em: 13 out. 2011.

MAJONE, G. Do Estado positivo ao Estado regulador: causas e conseqüências de mudanças no modo de governança. In: **Revista do Serviço Público**. Ano 50, n. 1, jan/mar, 1999.

MARSON, Melina Izar. **O cinema da retomada**: Estado e cinema no Brasil da dissolução da Embrafilme à criação da Ancine. 2006. 203 p. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, Campinas, 2006.

MATTOS, Paulo Todescan Lessa. A formação do estado regulador. **Novos estud. - CEBRAP** [online]. 2006, n.76, p. 139-156. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n76/07.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2011.

MAZZA, Alexandre. **Agências reguladoras**. São Paulo: Malheiros, 2005.

MELO, Marcus André. A política da ação regulatória: responsabilização, credibilidade e delegação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 46, p. 55-68, 2001.

MOREIRA, Mauro Sérgio de Souza. **As agências reguladoras no direito brasileiro e o problema da competência normativa abstrata: possibilidade extensão e limites**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, 79, 01/08/2010 [Internet].

Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br/pdfsGerados/artigos/8205.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2011.

SIMIS, Anita. Concine – 1976 a 1990. In CALABRE, Lia (org.). **Políticas culturais: diálogos e tendências**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

SIMIS, Anita. Cinema e democracia: rimas e contrastes. **Eptic on-line**: Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación, Dossie Especial Cultura e Pensamento, Vol. II – Dinâmicas Culturais, p. 59-69, dez. 2006. Disponível em: <http://www2.eptic.com.br/arquivos/Dossieespecial/dinamicasculturais/Eptic_CINEMA%20e%20DEMOCRACIA.pdf>. Acesso em: 15 out. 2011.

TORRES, Carlos Roberto Antunes. **Agências reguladoras: aspectos jurídicos e doutrinários. Origem e surgimento das agências reguladoras no Brasil**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, 35, 2006 [Internet]. **Disponível em**: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1555>. Acesso em 05/10/2011.

VENTURA, Mauro. As críticas à burocracia da Ancine. In: **O Globo**, Cultura, 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/mat/2011/04/03/cineastas-pedem-ministra-da-cultura-reducao-da-burocracia-924145999.asp>>. Acesso em: 14 out. 2011.

Endereços Eletrônicos Consultados:

BRASIL. Ancine. Disponível em: <<http://www.ancine.gov.br>>. Acesso em: 17 set. 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br>>. Acesso em: 09 out. 2011.

Grupo Temático 2: Estado, Instituições e Políticas Públicas



**CONSELHOS ESCOLARES- DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA E CONSTRUÇÃO
DA CIDADANIA**

SCHOOL BOARDS-DEMOCRATIZATION OF THE SCHOOL AND CONSTRUCTION OF CITIZENSHIP

Acácia Gleci TEIXEIRA AMARAL⁷/ MARTINS, Marinete Souza Marques/ FAUSTINI,
Igor Nogueira

RESUMO: Este artigo espera contribuir para que os Conselhos Escolares compreendam terem, de fato, um papel decisivo na democratização da educação e na transformação da escola, auxiliando na construção de uma educação emancipadora, que luta pelos interesses da coletividade, a fim de construir um Brasil com mais igualdade, humanidade e justiça social. A primeira parte do artigo demonstra como surgiram os Conselhos, seu significado e sua história na educação brasileira; a segunda parte aborda os conselhos escolares como um dos mecanismos de gestão democrática na construção da cidadania, enquanto que a terceira parte destaca os conselhos escolares e a educação com qualidade social.

Palavras – chave: Conselhos Escolares; Gestão Democrática; Cidadania e Educação Emancipadora.

ABSTRACT : This article hopes to contribute to the school boards can understand that has in fact a decisive role in the democratization of education and in school transformation, contributing in building an emancipating education, which is fighting for the interests of the collectivity, to build a Brazil with more equality, social justice and humanity. The first part of the article demonstrates how arose the Councils, their meaning and their history in the Brazilian education, the second part discusses the school boards as one of the mechanisms of democratic management in the construction of citizenship and the third part outlines the school boards and education with social quality.

Key words: school boards; Democratic Management; Emancipating Education and citizenship.

INTRODUÇÃO

Este artigo científico tem como objeto de estudo os Conselhos Escolares da rede pública municipal de Aracruz-ES, a partir do entendimento de que os Conselhos Escolares se constituem como um dos principais mecanismos no processo de democratização e socialização política do poder, e não apenas para cumprir as funções de uma unidade executora nas questões financeiras.

A escolha pelo tema “Conselhos Escolares - Democratização da Escola e Construção da Cidadania” está relacionado às atividades desenvolvidas pela pesquisadora na área profis-

⁷ Pedagoga, Pós-Graduada em Planejamento Educacional e pós graduando em Gestão Pública Municipal pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Servidora da Prefeitura Municipal de Aracruz-ES. Inspetora Escolar das escolas da Rede Pública de Ensino Municipal. Endereço: Rua Três de Outubro, nº 20, Vila Nova- CEP 29190608, Aracruz, ES, Brasil. E-mail:

sional em que atua na Secretaria Municipal de Educação. Ali, dentre as diversas atribuições que executa, está o acompanhamento às escolas da rede pública municipal.

Buscando conhecer melhor a atuação dos Conselhos Escolares, foram surgindo vários questionamentos, dentre os quais se destaca: Qual a importância dos Conselhos Escolares no processo de construção da cidadania e na democratização da escola?

O presente estudo teve como objetivo geral analisar a participação dos Conselhos Escolares no exercício de sua função, como co-responsável na democratização da gestão do ensino público. E, como objetivo específico, recebeu atenção: conhecer a situação dos Conselhos Escolares, sua contribuição na construção da gestão escolar democrática e na qualidade social da educação.

Assim, este artigo destaca: O Surgimento dos Conselhos, seu Significado e sua História na Educação Brasileira; Conselhos Escolares: Um Mecanismo da Gestão Democrática e Os Conselhos Escolares e a Educação com Qualidade Social.

O caminho metodológico percorrido para a realização deste trabalho iniciou-se com levantamento bibliográfico, leituras de livros, artigos científicos e cadernos do Ministério da Educação - MEC sobre o tema. Para o conhecimento sobre a atuação dos Conselhos Escolares, foi realizada uma pesquisa semi-estruturada com 20 (vinte) diretores escolares, que responderam um questionário para o levantamento dos dados com o título: Diagnóstico sobre os Conselhos Escolares.

O questionário abordou os seguintes aspectos: a periodicidade das reuniões do Conselho Escolar; os registros das reuniões; a realização das eleições para conselheiros escolares; normas de funcionamento definidas; divulgação dos indicadores de qualidade e das avaliações externas e a participação dos conselheiros na utilização dos recursos financeiros.

Sempre que se fala em democratização da escola, surge a ideia de que democratização está ligada à forma de administrar a instituição, sendo atribuição do diretor escolar realizar tais mudanças. Mas, o que muitos ainda desconhecem é que a democratização da escola está ligada diretamente à atuação dos Conselhos Escolares.

Neste novo modelo administrativo de escola, é que foi pensado o presente artigo, pois quando se fala em Conselho Escolar, espera-se do pesquisador um olhar na história e no contexto das políticas de educação. Por isso, é necessário também reportar-se às décadas de 70 e 80, que, no Brasil, foram marcadas pelos movimentos sociais, os quais reivindicavam a participação popular na gestão pública que, ganhando força nos debates da Constituinte, acabaram culminando na promulgação da Constituição Federal de 1988. (1)

A Constituição Federal de 1988, (1a) trouxe grandes avanços e mudanças no papel do Estado em relação às questões sociais, tais como: participação popular, definição das políticas públicas e institucionalização dos conselhos. No processo de gestão democrática, institucionalizado pela Constituição Federal de 1988 (1b), os conselhos representam a sociedade organizada e têm o papel de mediadores entre o governo e a sociedade. Desse modo, os conselhos são considerados como um espaço privilegiado de democratização das ações desenvolvidas, com destaque para a descentralização do poder.

O SURGIMENTO DOS CONSELHOS, SEU SIGNIFICADO E SUA HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A história registra que os conselhos existem, há quase três milênios, como modelos primitivos e originais de administração dos povos. Segundo a Bíblia, Moisés reuniu 70 (setenta) anciãos ou sábios para auxiliá-lo na administração do povo hebreu, o que deu origem ao Sinédrio, o Conselho de Anciãos. (4)

Analisando a constituição das cidades-Estado, entre os séculos IX e VII a.C., [...] “observa-se que a solução dos conflitos crescentes, resultantes da cada vez mais complexa vida grupal, não podia ser encontrada nas relações de linhagem ou numa autoridade superior, mas deviam ser resolvidos, comunitariamente, por mecanismos públicos”. (4a)

E assim encontraram mecanismos públicos, comunitários, de gestão dos interesses coletivos, que deram origem à política como instrumento de tomada de decisões coletivas e de resoluções de conflitos. “Aqui reside a origem mais remota da política, como instrumento de tomada de decisões coletivas e de resolução de conflitos, e do Estado, que não se distinguia da comunidade, mas era a sua própria expressão.”

[...] as cidades-Estado foram, primeiramente, um espaço de poder, de decisão coletiva, articulado em instâncias, cujas origens se perderam em tempos remotos: conselhos de anciãos (como o Senado Romano ou a Gerousia Espartana) ou simplesmente de “cidadãos” (como a boulé ateniense), assembleias com atribuições e amplitudes variadas, magistraturas e, posteriormente, tribunais. Foi o espaço de uma lei comum, que obrigava a todos e que se impôs como norma escrita, fixa, publicizada e coletiva. (4b)

Conforme Guarinello (11), as cidades - Estado da antiguidade Greco - romana, “eram comunidades num sentido muito mais forte do que nos Estados – nacionais contemporâneos”, e já possuíam um forte sentido de pertencimento legítimo de comunidade, bem mais forte do que nos Estados - nacionais - contemporâneos. “Temos assim que os conselhos precederam a organização do Estado, dando origem aos poderes Legislativo e Judiciário.” (4c)

Os conselhos de anciãos das comunidades primitivas, tendo como base os princípios da sabedoria e do respeito, foram sendo substituídos, nos Estados - nacionais pelos conselhos dos notáveis, com características tecnocráticas de assessoria especializada nos governos. O critério de escolha dos mais sábios, dos melhores, dos homens bons – em razão do respeito, da liderança da comunidade local foi substituído pelo poder de influência tais como: intelectual, econômico ou militar. Assim, com o decorrer do tempo, o critério para a definição dos mais sábios foi, aos poucos, sendo contaminado pelos interesses privados das elites, formando os conselhos de notáveis das cortes e dos Estados modernos. (4d)

[...] “na administração das cidades, a Itália ainda adota a figura do Conselho Comunal (Consiglio Comunale), similar às nossas câmaras de vereadores, mas com mecanismos de escolha e eleição de listas de conselheiros que envolvem forte participação na comunidade”. Observa-se como é relevante a participação oriunda da vontade popular, podendo ser considerada como um quesito na definição dos representantes, que compõem o Conselho Comunal. (4e)

De acordo com Cury, (8) o significado da palavra conselho é definida a partir da etimologia originária do termo, incluindo a conotação histórica

Conselho vem do latim Consilium. Por sua vez, consilium provém do verbo consulo/consulere, significando tanto ouvir alguém quanto submeter algo a uma deliberação de alguém, após uma ponderação refletida, prudente, e de bom - senso. Trata-se, pois, de um verbo cujos significados postulam a via de mão dupla: ouvir e ser ouvido. Obviamente, a recíproca audição se compõe com o ver e ser visto e, assim sendo, quando um Conselho participa dos destinos de uma sociedade ou de partes destes, o próprio verbo consulere já contém um princípio de publicidade.

No Brasil, a luta em defesa da escola pública teve início com Anísio Teixeira, juntamente com outros aliados que defendiam a mesma causa. Sua atuação teve uma importância fundamental na educação do Brasil, pois, como tinha conhecimento das mudanças ocorridas em outros países, devido ao processo de industrialização e urbanização, observou a imensa

necessidade de desenvolvimento de nosso país. Assim, aliando-se a um grupo de intelectuais brasileiros, assumiu a difícil missão de implantar um projeto de educação nacional.

E assim, segundo Bordignon, (7)

a semente da luta por uma educação como fundamento de um projeto nacional democrático foi lançada nos anos 20, por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Junior, Roquete Pinto, Pascoal Leme, entre outros educadores que inspiraram o movimento dos Pioneiros da Educação Nova. Seu manifesto de 1932 mobilizou a sociedade e garantiu a presença de alguns deles na Constituinte de 34. A Constituição de 34 organizou a educação, concebida como um projeto nacional de cidadania, em sistemas de ensino, administrados por conselhos representativos da voz plural dos educadores.

A semente plantada por esses educadores idealistas, no passado, germinou, fazendo com que educadores de outras gerações vissem, no Fórum de Defesa da Educação Pública, a gestão democrática ser assegurada na Constituição Federal de 1988. (1c). Em razão da gestão democrática conter o princípio da participação da sociedade, a Constituição Federal de 1988, art. 211, (1d) “estendeu aos municípios o direito de organizarem, também, seus sistemas de ensino, com autonomia e em regime de colaboração entre si, com os estados e com a União”.

Entre os princípios que devem nortear a educação escolar, contidos na Constituição Federal de 1988, art. 206, (1e) assumidos no art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN n. 9.394/96 (2), consta, explicitamente:

A Gestão Democrática, nas escolas públicas, conforme prevê a Constituição Federal, e está ratificado no art.14 da (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), pode ser concretizada através de vários mecanismos, tais como: eleição direta de diretores, participação da comunidade nas atividades da escola, avaliação institucional, planejamento participativo, elaboração do Projeto Político - Pedagógico e Conselho de Escola. (15)

A Constituição de 1988 (1f) trouxe uma concepção de educação, fundamentada na gestão escolar e no exercício efetivo da cidadania. Vale ressaltar que o Plano Nacional de Educação, Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, (4) também destaca a democratização da gestão do ensino público. Porém, como diz Carlos Drummond de Andrade: “As leis não bastam. Os lírios não nascem das leis.” (6)

Para que a gestão democrática possa de fato se efetivar, é preciso conscientizar a comunidade sobre a importância da participação, por meio do Conselho Escolar, considerado como um instrumento capaz de promover a qualidade socialmente desejada da educação - a educação emancipadora, e também oferecer subsídios aos sistemas municipais, demonstrando o impacto na gestão democrática através das estratégias de escolha dos diretores das escolas.

Assim, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação - PNE, Lei Nº 10.172/2001, estabelecem novos fundamentos e estratégias para a organização e a gestão dos sistemas de ensino e para as práticas do cotidiano escolar. Entre os fundamentos da gestão democrática do ensino público, a LDB e o PNE destacam a autonomia dos sistemas de ensino e de suas escolas. Como estratégia privilegiada de gestão democrática, são instituídos os Conselhos de Educação nos sistemas de ensino e, na gestão das escolas, os Conselhos Escolares, sempre com a participação da comunidade. (7a)

A Gestão Democrática nas escolas implica em autonomia que, por sua vez, pressupõe liberdade nas decisões, mas não se confunde com independência. A autonomia e a Gestão Democrática precisam ser construídas no cotidiano, e os Conselhos Escolares devem ser espaços onde a democracia possa ser realmente vivenciada.

CONSELHOS ESCOLARES: UM MECANISMO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A necessidade de mobilizar a comunidade escolar e local com a finalidade de construir uma Gestão Escolar Democrática, com Conselhos Escolares atuantes, é fundamentada na Constituição Federal de 1988, art. 206, inciso VI, (1h), no Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001(3), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 9.394/96, artigos: 12,13,14 e 15, (2a).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN - Nº 9394/96, art.14 (2b), preconiza que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;

II- participação das comunidades escolar e local em Conselhos escolares ou equivalentes.

O sentido dos Conselhos Escolares, concebidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN- nº 9.394/96, art.14, (2c) na educação básica, parte do mesmo pressuposto de expressar a voz da sociedade, como exercício de poder, via participação, das comunidades escolar e local. Ouvir o conselho significa que ele tem algo a dizer e que as suas deliberações serão consideradas. Uma de suas atribuições é dizer ao governo (da escola) o que a comunidade anseia que seja realizado, o que deseja, deliberando e aconselhando os dirigentes, no que julgarem prudente, sobre as ações a empreender e os meios utilizados para alcançá-las.

Nessa perspectiva, democrática e de igualdade, na construção da cidadania e da participação democrática, requer dos gestores escolares uma abertura maior, reconhecendo que os Conselhos Escolares tem como atribuição, dentre outras, deliberar, fiscalizar e acompanhar o projeto político-pedagógico, vivenciando a democracia, onde suas opiniões devem ser levadas em consideração.

Segundo Soares, (15a)

Vista no interior da escola, a Gestão Democrática recebe um entendimento, como aquela que envolve em suas atividades, além do diretor, dos professores e demais funcionários, os alunos, os pais e qualquer membro da comunidade externa da escola que esteja empenhado em colaborar para a melhoria do processo pedagógico”...

Um dos grandes desafios para que a Gestão Democrática se efetive, é real necessidade de mudança de paradigma das práticas educativas enraizadas no interior das escolas e praticar no cotidiano escolar com os educandos, comunidade escolar e local o exercício da cidadania, desmistificando a visão de que é preciso formar cidadãos para o amanhã.

Para efetivar a participação das comunidades escolar e local nos conselhos escolares, é preciso, em primeiro lugar, que a comunidade tenha conhecimento e consciência de seu espaço de poder, e de que a coisa pública pertence aos cidadãos.

“A cidadania e a democracia participativa não são outorgadas pelo poder público e pelo Estado, nem conquistadas, elas são historicamente construídas no árduo trabalho coletivo dos cidadãos e das cidadãs”. (5)

De acordo com Bordignon, (7a)

a gestão democrática dos sistemas de ensino e das escolas públicas se coloca hoje como um dos fundamentos da qualidade da educação, como exercício efetivo da cidadania. E aqui se situa um dos maiores desafios dos educadores: a democracia, assim como a cidadania se fundamenta na autonomia. Uma educação emancipadora é condição essencial para a gestão democrática. Escolas e cidadãos privados da autonomia não terão condições de exercer uma gestão democrática, de educar para a cidadania. A abordagem da gestão democrática do ensino público passa pela sala de aula, pelo Projeto Político- Pedagógico, pela autonomia da escola.

Embora não sendo plena, devido ao próprio conceito da palavra autonomia exprimir um determinado grau de relatividade, esta representa uma via importante a ser explorada pelos Conselhos Escolares, considerada a dimensão de sua atuação, no sentido de conscientização da comunidade escolar e local, já que autonomia e participação são fundamentais para a construção do projeto político-pedagógico, considerado como um mecanismo importante para a efetivação da gestão democrática.

Segundo Vinhaes, (10)

[...] a base do projeto político-pedagógico é o contexto escolar e seu objetivo é a melhoria da prática que se desenvolve na escola, com vistas a uma educação de qualidade, ele necessita refletir a concepção de educação que vai nortear o seu trabalho.

Para que a construção da gestão democrática seja de fato concretizada, e as decisões sejam de fato, partilhadas com todos os segmentos da comunidade escolar, é preciso implementar vários mecanismos de participação, tais como: eleição direta de diretores, planejamento participativo, construção coletiva do projeto político - pedagógico e conselhos escolares fortalecidos. Se todos esses mecanismos funcionarem, com certeza, a gestão escolar será consolidada.

Conforme Dourado, (9)

A democratização na e da escola implica, portanto, o redimensionamento das formas de escolha do diretor e a articulação e consolidação de outros mecanismos de participação. ou seja, é fundamental garantir, no processo de democratização, a construção coletiva do projeto político-pedagógico, a consolidação dos conselhos escolares e grêmios estudantis, entre outros mecanismos.

A eleição de diretores é um dos mecanismos de gestão democrática, mas que não basta por si só, é importante que a comunidade escolar tenha a compreensão de que gestão democrática é um processo contínuo de aprendizagem que deve ser construído coletivamente.

OS CONSELHOS ESCOLARES E A EDUCAÇÃO COM QUALIDADE SOCIAL

O Conselho Escolar, fórum da voz plural da comunidade interna e externa da escola, assume função especial na promoção da qualidade social da educação, na Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional – LDBN n° 9.394/96, artigos 14 e 15,(2d) ao definir como diretrizes para os sistemas de ensino a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, a participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes assegurando às instituições de ensino progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, conforme preconiza as normas gerais de direito financeiro público.

O termo qualidade, com o decorrer do tempo, adquiriu diferentes significados e, lamentavelmente, o sentido que a área educacional tomou como base é a lógica econômica, conforme a ótica do mundo empresarial. No entanto, a educação emancipadora vem rompendo com os padrões preestabelecidos de qualidade, favorecendo as relações sociais, por considerar que uma educação emancipadora não só inclui a aprendizagem acadêmica, mas também procura desenvolver o sujeito social em vários aspectos tais como: cultural, político e econômico.

Segundo Oliveira,(12)

Melhorar a qualidade da educação implica, antes de tudo, criar novas formas de organização do trabalho na escola, que não apenas se contraponham às formas contemporâneas de organização e exercício de poder, mas que constituam alternativas práticas possíveis de se desenvolverem e de se generalizarem, pautadas não pela hierarquia, mas por formas coletivas de trabalho, instituindo uma lógica inovadora no âmbito das relações sociais”.

A educação emancipadora busca a transformação da realidade e não a sua manutenção. Visa construir a emancipação dos sujeitos sociais, desenvolvendo seus conhecimentos, habilidades e atitudes, que irão nortear o seu relacionamento com a sociedade, com a natureza e consigo mesmo.

A educação emancipadora, assim identificada, rompe com qualquer padrão de qualidade estabelecido à priori, em decorrência do próprio desenvolvimento das relações sociais, não cabendo, portanto, modelos ou fórmulas que moldam a prática educativa. Pode-se identificar, contudo, alguns atributos de uma escola cuja qualidade se referencia no social:

I- pluralista, porque admite e respeita correntes de pensamentos divergentes;

II- humanista, por identificar o sujeito histórico como foco do processo educativo;

III- consciente de seu papel político como instrumento para a emancipação e desalienação dos trabalhadores, condição para a transformação social. (7b)

Sendo a educação considerada como um direito de todos, é importante também assegurar uma educação que vise ao pleno desenvolvimento dos educandos, no sentido de formar verdadeiros cidadãos.

Conforme Rodrigues, (14) a educação,

possibilita a todos a compreensão elaborada da realidade social, política e econômica do momento vivido pelos educandos; o desenvolvimento de suas habilidades intelectuais e físicas para a intervenção nessa realidade e a posse da cultura letrada e dos instrumentos mínimos para o acesso as formas modernas do trabalho.

Se a finalidade da educação é a formação do cidadão com atitudes e valores éticos e que seja crítico e participativo na comunidade, a escola precisa propiciar o exercício da cidadania, promovendo a participação de todos os segmentos da comunidade local e externa,

através do Conselho Escolar, exercendo a democracia escolar, por meio da qual a escola pública alcançará sua maioria política e pedagógica.

Ao analisar a influência positiva na vida das pessoas Paro, (13) afirma que:

A evidência da influência positiva da organização escolar sobre o comportamento das pessoas pode ser percebida quando se comparam escolas em que foram introduzidas inovações que provocaram maior democratização dos contatos humanos, com situações anteriores, em que as relações eram de mando e submissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objeto de estudo os conselhos escolares da rede pública municipal de Aracruz-ES, a partir do entendimento de que os Conselhos Escolares se constituem como principais mecanismos no processo da democratização e socialização política do poder, e não apenas para cumprir as funções de uma unidade executora nas questões financeiras.

O caminho metodológico para analisar a atuação dos Conselhos Escolares na rede Pública do Município de Aracruz-ES, teve início através de leituras sobre o tema, levantamento bibliográfico e realização de uma pesquisa semi-estruturada com os gestores escolares de 20 (vinte) escolas da rede pública municipal. Estes responderam um questionário com o título: “Diagnóstico sobre os Conselhos Escolares”, contendo as seguintes perguntas:

- Com que periodicidade acontecem as reuniões do Conselho Escolar?
- As reuniões do Conselho Escolar são registradas em atas?
- Como é realizada a eleição dos diversos segmentos escolares que compõem o Conselho Escolar?
- O Conselho Escolar tem normas de funcionamento definidas e conhecidas por todos os conselheiros?
- Os conselheiros escolares têm conhecimento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB?
- O Conselho Escolar tem discutido sobre os indicadores de qualidade na educação?
- O Conselho Escolar tem, à sua disposição, informações sobre a instituição de ensino, em quantidade suficiente para que possa tomar as decisões necessárias?
- A utilização dos recursos financeiros é discutida democraticamente e destinada aos problemas prioritários da instituição de ensino?

Após analisar as entrevistas realizadas com as escolas da Rede Pública Municipal, foi constatado que, na maioria delas, os conselheiros representantes dos segmentos externos à escola, praticamente desconhecem as atribuições e a importância do Conselho, como um órgão deliberativo e co-responsável da gestão escolar, nos aspectos pedagógicos e administrados, sendo que, nos aspectos financeiros já avançaram um pouco.

A participação dos Conselhos Escolares nas questões pedagógicas é irrelevante, haja vista que a maioria das escolas não apresentaram aos conselheiros o resultado das avaliações externas realizadas nas escolas, tais como: Prova Brasil, Programa de Avaliação da Educação Básica do Estado do Espírito Santo - PAEBES. Os Conselhos Escolares, em sua maioria, também desconhecem os Indicadores de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB da escola.

Os Conselhos Escolares têm poucas informações sobre as questões educacionais e, na maioria das escolas, não participaram da elaboração do Projeto Político-Pedagógico. Assim, por desconhecerem suas atribuições e não terem acesso aos dados, ficam impossibilitados de fazerem determinadas proposições/intervenções para a melhoria da escola.

As escolas relatam que possuem um Estatuto do Conselho Escolar e realizam reuniões, que são registradas em atas, mas ainda não elaboram um cronograma das reuniões que serão realizadas durante o ano letivo, a fim de que os conselheiros possam se organizar para participarem.

Vale ressaltar que, em algumas escolas, as eleições para conselheiros escolares são realizadas através de uma assembleia geral; em outras, por aclamação e, na maioria delas, a eleição é feita por indicação, totalmente sem critérios.

Em relação à forma de aplicação dos recursos financeiros, observamos que esse foi o aspecto que mais avançou, pois a maioria das instituições de ensino relatam que discutem democraticamente com os Conselhos Escolares, solicitam sugestões e definem, em conjunto, as prioridades e aquisições a serem realizadas. Mesmo assim, ainda percebe-se em algumas escolas algumas resistências.

Convém destacar que, apesar de pertencerem à mesma rede de ensino, cada escola tem suas características diferenciadas, sendo que algumas delas já iniciaram o processo de participação da comunidade interna e externa da escola e os conselheiros têm oportunidades de se expressarem e discutirem sobre o verdadeiro papel da escola nos dias atuais; os diretores procuram levar todos os problemas para serem discutidos no Conselho Escolar e, em conjunto, encontram as soluções.

Dessa forma, tais escolas estão buscando a construção de uma educação com qualidade social, ou melhor, realizando um trabalho voltado para a educação emancipadora, caminhando no sentido de implantar novas práticas, que irão contribuir para a sua democratização.

Podemos citar, então, algumas ações que os Conselhos Escolares atualmente estão realizando:

- participam da elaboração da proposta pedagógica da escola;
- colaboram na realização das pesquisas de preços para aquisições de material permanente e de consumo, após comprovação das reais necessidades da escola;
- participam em conjunto, das responsabilidades e implicações nas tomadas de decisões de questões indisciplinadas dos educandos;
- fiscalizam a gestão financeira da escola;
- participam da elaboração e aprovam o plano de trabalho anual da escola e propõem alterações quando tem necessidade.

A pesquisa demonstrou que, na rede pública municipal de Aracruz-ES, iniciou-se um movimento de discussão sobre a atuação dos conselheiros escolares, com uma nova visão de Conselho, não só de órgão fiscalizador, mas como órgão deliberativo e co-responsável pela gestão escolar, comprometido com a promoção da educação com qualidade social.

Analisando as diferentes formas de gestão escolar nas escolas da rede pública municipal, concluímos que as escolas onde os pais participam e os Conselhos Escolares são mais atuantes, essas estão exercendo a verdadeira função social da escola e colaborando na implantação de uma nova prática escolar. Acreditamos que os alunos que estão vivenciando hoje as experiências de uma escola democrática, certamente, serão sujeitos sociais, capazes de questionar, reivindicar e atuar em suas comunidades, contribuindo na construção de uma sociedade mais igualitária, mais justa e menos excludente.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Senado Federal, 1988.
2. BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional- Lei Nº 9.394/96**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil] de 23 de dezembro de 1996.

3. BRASIL, MEC/SEB. **Plano Nacional de Educação-PNE. Lei Nº10.172, DE 09/01/1001.** Diário Oficial [da República Federativa do Brasil] de 10/01/2001.
4. BRASIL, MEC/SEB. **Conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública.** Brasília, MEC/SEB, 2007.
5. BRASIL, MEC/SEB. **Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania.** Brasília, MEC/SEB, 2007.
6. BRASIL, MEC/SEB. **Conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor.** Brasília, MEC/SEB, 2007.
7. BORDIGNON, Genuino. **Gestão democrática da educação.** MEC /SEB, 2005.
8. CURY, CARLOS R. JAMIL. **Gestão democrática da educação pública.** Brasília: MEC/SEB, 2004
9. DOURADO, Luiz F. et al. **Conselhos Escolares e a gestão democrática da escola e a escolha do diretor.** Brasília: MEC/SEB,/CAFISE, 2004.
10. GRACINDO, Regina Vinhaes. **Projeto Político Pedagógico: retrato da escola em movimento.** IN: AGUIAR, Márcia A.(org). **Retrato da Escola no Brasil.** Brasília:CNTE, 2004.
11. GUARINELLO, Norberto L. et al. **História da Cidadania.** São Paulo: Contexto, 2003
12. OLIVEIRA, D. A. **Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos.** 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
13. PARO, Vitor. H. **Escritos sobre educação.** SÃO Paulo: Xamã, 2001.
14. RODRIGUES, Neidson. **Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.
15. SOARES, Tirza BONGIOVANI. **Conselho de Escola: Alternativa democrática no contexto escolar.** Cadernos de Política e Administração da Educação, ANPAE-ES, 20

A IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES SOCIAIS NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: DISPONIBILIZAÇÃO DE MORÁDIAS AOS MUNICÍPIOS DE BAIXA RENDA EM ARACRUZ/ES

THE IMPORTANCE OF SOCIAL INDICATORS IN MUNICIPAL PUBLIC MANAGEMENT: THE PROVISION OF HOUSING FOR LOW-INCOME MUNICIPAL ARACRUZ/ES

CARLESSO, André¹;

MARTINS, Marinete Souza Marques²;

FAUSTINO, Igor Nogueira³

Resumo : Aborda o tema disponibilização de moradias a municípios de baixa renda na cidade de Aracruz, Espírito Santo. Busca verificar se são disponibilizadas casas populares para moradores de baixa renda no município e se este problema é tratado efetivamente pela administração municipal através de indicadores sociais. Aborda o tema indicadores sociais apresentando conceitos e sua fundamental importância, bem ainda explora a temática sob o enfoque da atuação do município no que toca o tema. Conclui-se que há variadas iniciativas no sentido de disponibilizar moradias aos municípios de baixa renda, no entanto inexistente tratamento do tema com auxílio de

¹ Advogado. Administrador. Especialista em Engenharia de Produção (UFES) e em Direito Civil e Empresarial (FDV). endereço: Av. Gabriel Pandolfi, 306, Guaraná, Aracruz/ES, CEP. 29.195-409. E-mail : an-dre.carlesso@carlesso.adv.br

² Mestre, Pedagoga da EEEFM “Primo Bitti” Aracruz, ES. E-mail:marinete.smm@uol.com.br

³ Administrador, Tutor, Especialista em Gestão de Projetos. E-mail:prof.igorfaustini@gmail.com

indicadores sociais, demonstrando falta de técnica e falta de uma base de dados sólida e condizente com o crescimento econômico experimentado pelo Município, o que pode acarretar uma interpretação errônea sobre as ações Municipais.

Palavras-chave: indicadores sociais; moradia; políticas públicas.

Abstract: This article discusses the availability of housing for low-income residents in the city of Aracruz, Espírito Santo. Search to verify if they are provided housing for low-income residents in the municipality and if this problem is dealt with effectively by the municipal administration of social indicators. Social indicators approaches the subject by presenting concepts and its fundamental importance, and also explores the issue from the standpoint of action of the municipality regarding the issue. It is concluded that there are various initiatives to provide housing to low-income residents, but non-existent treatment of the topic with the help of social indicators, showing a lack of technique and lack of a solid database and consistent with economic growth experienced by the municipality, which can cause a misinterpretation on the municipal actions.

Keywords: social indicators, housing, public policies.

1. INTRODUÇÃO

O tema tratado no presente estudo discorre acerca da importância dos Indicadores Sociais na Avaliação da Gestão Pública Municipal, no que tange a disponibilização de casas populares aos moradores de baixa renda no município de Aracruz. Nesse contexto, como problema fundamental da pesquisa tem-se a seguinte indagação: São disponibilizadas casas populares para moradores de baixa renda no município de Aracruz

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta como objetivo geral verificar se são disponibilizadas casas populares para moradores de baixa renda no município de Aracruz e se este problema é tratado efetivamente pela administração municipal. De forma a explorar o tema de forma mais ampla, apresentam-se como objetivos específicos os seguintes: discorrer sobre a importância do estabelecimento de indicadores sociais na Gestão Municipal, verificar se são estabelecidos indicadores sociais no município de Aracruz, apontar se existem indicadores relacionados à disponibilização de casas populares aos munícipes de baixa renda em Aracruz e verificar se são disponibilizadas casas populares aos munícipes de baixa renda.

A pesquisa justifica-se na medida em que no Brasil a desigualdade social é um dos temas constantes na pauta de discussões políticas e sociais, no ambiente acadêmico ou em meio a sociedade em geral. A importância dada a este tema, forçosamente remete os governantes ao seu estudo pormenorizado e ainda a seu acompanhamento, via indicadores sociais.

Os indicadores sociais tem fundamental importância, no que tange ao direcionamento da atuação dos entes Estatais, principalmente no auxílio nas tomadas decisão, bem assim, na gestão da coisa pública, no sentido de prover o desenvolvimento e erradicar a desigualdade social.

Nesse sentido, dada a situação econômica e política que atravessa o país, pode-se afirmar que grande parte população de baixa renda não tem acesso à moradia, que é direito garantido pela Constituição Federal da República. No Município de Aracruz não é diferente, e grande parte da população de baixa renda não tem moradia própria.

Para se ter uma idéia da dimensão do problema, no ultimo mês de maio de 2011, a Justiça determinou que se demolissem 300 casas construídas em terreno da prefeitura municipal de Aracruz, que foi invadido pela população, principalmente por migrantes. Ora, aparentemente pode-se afirmar que faltam moradias.

Nesse contexto o presente estudo apresenta-se relevante no sentido social, acadêmico e pessoal. No aspecto social, é importante ressaltar que se espera com o trabalho verificar se o poder executivo esta agindo de acordo com o previsto na Constituição Federal e com os princípios gerais da administração pública, estabelecendo indicadores que possam identificar se a falta de moradia para população de baixa renda é um problema para o município.

No sentido acadêmico e pessoal, também apresenta grande relevância, na medida em que possibilita ao aluno, aprofundar ainda mais os estudos sobre o tema, bem ainda produzir conhecimento científico, e contribuir com a possibilidade de indicar oportunidades de melhoria no que diz respeito ao tema moradia popular para a população de baixa renda.

Na realidade o estabelecimento de indicadores sociais na gestão pública, é extremamente importante, pois propiciam de maneira mais célere, a identificação do atendimento ou não das necessidades sociais. Isso se dá pelo fato de os indicadores traduzirem em termos operacionais as dimensões sociais de interesses definidas, principalmente no que diz respeito às políticas públicas levadas a efeito pela gestão estatal, no sentido de distribuir igualmente os recursos da administração.

2. INDICADORES SOCIAIS: EVOLUÇÃO, CONCEITOS E IMPORTÂNCIA

O Brasil vive um momento ímpar de crescimento, e no mesmo ritmo se encontra o município de Aracruz. Este crescimento é oriundo em grande parte da globalização, ou seja, do comércio e interação entre os entes da aldeia global em que se transformou a terra. A par do crescimento acelerado e globalizado, grande parte da população, por diversos fatores, econômicos ou sociais, entre outros, é alijada desse processo de crescimento.

À margem da sociedade e da economia privada, parcela da população é desassistida e depende extremamente do Estado. Este que, historicamente, nas palavras de LAEBER (1) vem sendo redesenhado, transmutando-se com o fito de suplantando o liberalismo atual ou o estado de bem estar social incipiente, através da implementação de políticas públicas, bem ainda pela intervenção no mercado, antes livre e desregulado, para controlá-lo e garantir um mínimo de igualdade social e bem-estar a seus concidadãos.

Nas atuais circunstâncias coincidentes com o momento de forte intervenção Estatal decorrente da desaceleração da economia, vê-se ressurgir anseios e ideais liberais. Isto com o intuito específico de acelerar novamente o aquecimento das economias e colocar o mundo na rota do crescimento, com visão social de campanha neo liberal com viés do estado de bem estar social .

Esta nova atuação Estatal, com base nos ensinamentos de LAEBER (1a), é baseada no tripé i) desregulamentação do mercado (a fim de desinibir os investimentos privados, que comprometiam o crescimento econômico); ii) privatizações das empresas no intuito de imprimir-lhes maior eficiência e lucratividade (liberando o Estado para cumprir suas funções precípua como investimento em Educação, saúde, habitação etc); e iii) abertura de mercados para a concorrência internacional (como forma de fomentar a concorrência, modernizando todos os setores de atividade econômica e aumentando a sua eficiência e competitividade).

Como dantes afirmado, há desenvolvimento da economia privada, com os benefícios naturalmente decorrentes. No entanto, grande parte da população não faz parte ou não está incluída nesse processo. Assim, sendo excluídos, continuam dependentes do governo, isto é, de políticas públicas estatais, principalmente as decorrentes das funções precípua do Estado acima citadas.

Nesse contexto, partindo do princípio de que os recursos Estatais são escassos e finitos, para a correta aplicação desses recursos é necessária a elaboração de um diagnóstico desta realidade social. E esta análise é bastante complexa, especialmente quando se requer, dentre outros requisitos, que tal realidade seja representada por um conjunto de medidas quantitativas ou quantificáveis, ou seja, indicadores sociais.

Nesses termos, oportuna a conceituação de JANNUZZI (2):

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Pode-se afirmar que os indicadores sociais representam a realidade social. Informam substantiva e qualitativamente o estado das coisas, de maneira programática, a fim de quantificar segundo um referencial, uma dada realidade social. Este movimento de Indicadores tem se assentado no Brasil, bem como nos diversos países

2.1. AS QUATRO ETAPAS DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MOVIMENTO DE INDICADORES SOCIAIS NO MUNDO.

O mestre SANTAGADA (3), na revista *Pensamento Plural*, descreve de forma sucinta a evolução do tema indicadores sociais no artigo intitulado “Indicadores sociais: uma primeira abordagem social e histórica”. Em sua abordagem verifica-se, em quatro passagens, o resumo da evolução histórica dos indicadores no plano internacional, desde a década de 60.

Assim, o referido articulista, nas páginas 117 a 122 da Revista (3a), de forma sucinta apresenta esta evolução, as são citadas a seguir em quatro passagens, se não vejamos:

Começando pelos Anos 60: a etapa fundadora.

[...] Nos Estados Unidos, onde os indicadores sociais apareceram pela primeira vez de forma oficial na década de 1960, conforme Altmann (1981), registraram um período bastante conturbado em sua trajetória, marcada por fatos importantes, tais como o assassinato do Presidente Kennedy, a participação na Guerra do Vietnã e os movimentos de protesto protagonizados pelos negros, “chicanos” e porto-riquenhos.

Os sociólogos norte-americanos foram conclamados a analisar as causas dos conflitos sociais; a análise econômica não explicava a contento o paradoxo entre o crescimento econômico e as reivindicações sociais não atendidas.

[...] A expressão “indicadores sociais” surgiu nos EUA em 1966, tendo sido veiculada em uma obra coletiva organizada por Raymond Bauer, chamada *Social Indicators*. A finalidade desse estudo era avaliar os impactos da corrida espacial na sociedade americana. A observação da mudança na sociedade em termos sócio-econômicos, dada a precariedade dos dados existentes, só pôde ser contornada por Bauer e seus colegas através da construção de indicadores de caráter social; isso permitiu uma análise aprofundada do conjunto das condições sociais, políticas, econômicas e teóricas (ALTMANN, 1981).

O surgimento do tema indicadores sociais se deu nos Estados Unidos. A partir da avaliação do boom espacial, no entanto redirecionada trouxe benefícios, principalmente quando corretamente direcionada às condições sociais, o que ocorreu nos anos posteriores. Logo após, inicia-se a fase do tratamento e participação de organismos mundiais, como a ONU e outros organismos especializados (3b)

Década de 70: crescimento e elaboração dos indicadores sociais por vários organismos internacionais.

A segunda etapa do movimento dos indicadores sociais se dá na década de 1970 (SCHRADER, 2002). O boom, vários organismos mundiais e regionais têm participado do esforço de estudar os indicadores sociais, podendo-se citar, dentre eles, a Organização das Nações Unidas (ONU) e seus organismos especializados, bem como o ex-Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON), a Comunidade Econômica Européia (CEE), a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Instituto Interamericano de Estatística (ESTUDIOS, 1979). A partir da década de 1970, apareceram e foram planejados, em vários países, uma série de compêndios de estatísticas sociais e de indicadores sociais: em 1970, *Social Trends*, na Inglaterra; em 1973, *Données Sociales*, na França; em 1974, *Social Indi-*

cators, nos EUA e Gesellschaftliche Daten, na Alemanha; em 1974, Social Indicators of Japan e White Paper on National Life, no Japão, dentre outros.

[...] A investigação no campo dos indicadores sociais, realizada por organismos governamentais e não-governamentais, tem buscado aprofundar a vinculação dos indicadores com os princípios que nortearam o seu surgimento, ou seja, servir de instrumento para o planejamento governamental, bem como superar as análises estritamente econômicas. Agora as condições sociais fazem parte do rol de preocupações não só dos especialistas, como também dos governos. A “qualidade de vida” ou o “bem-estar” assumem um papel importante, juntamente com o enfoque econômico, para responder como anda o “estado social da Nação”.

Os anos 80 são marcados pela estagnação e desvio de foco da atuação dos governantes, deslocando-se a orientação das ações do campo social para o econômico, como nos governos Reagan e Bush, sendo que posteriormente percebe-se uma revitalização dos estudos nos campos dos indicadores sociais, como se vê na citação a seguir (3c):

Anos 80: o menosprezo com a área de indicadores sociais.

A terceira etapa, nos anos 1980, é considerada de estagnação por Schrader. Para o autor, “muitos países industrializados deslocaram o foco de atenção política do social para o econômico e para uma orientação conservadora” (SCHRADER, 2002, p.18). Segundo Williams, apud Gasteyer e Flora (1998), nos EUA – país pioneiro e irradiador do movimento de indicadores sociais - temos como os mais acabados exemplos desta postura de menosprezo dos indicadores sociais as administrações Reagan e Bush pai. Essa visão está alicerçada no arcabouço teórico e no modelo econômico do neoliberalismo implantado no mundo, que vem cavando um enorme fosso entre as nações. Em seu “Relatório do Desenvolvimento Humano”, o PNUD/ONU (Desarrollo, 2002), afirma que o número de pobres no mundo é da ordem de três bilhões de pessoas e mostra que a concentração de renda aumentou, pois a diferença entre os 20% mais ricos do mundo e 20% mais pobres que era de 30 para 1, em 1960, passou para 78 para 1, em 1994.

Anos 90 até a atualidade: revitalização dos estudos no campo dos indicadores sociais.

Desde os anos 1990 até a atualidade, existe uma revitalização do movimento de indicadores sociais, marcando a sua quarta etapa (SCHRADER, 2002). Eles passam a ser elaborados e monitorados especialmente pelos órgãos das Nações Unidas e incentivados pelos diferentes cúpulas, acordos, pactos e conferências promovidos por essa instituição e apoiados também pelas diferentes Organizações Não Governamentais (ONGs). As diferentes entidades da sociedade civil desde 2001, têm realizado vários fóruns por países, regiões e continentes, como o Fórum Social Mundial (FSM) de Porto Alegre, para lutar por “um outro mundo possível”, fora dos ditames do neoliberalismo.

Desde a década de 60 o tema é estudado e utilizado para ações governamentais pelo mundo. Mas diferentemente, no Brasil, a iniciativa deu-se apenas a partir de 1975 quando os indicadores sociais passaram a utilizados com instrumento para o planejamento governamental.

Como afirmado, apenas servia apenas para subsidiar a elaboração e acompanhamento do planejamento social, principalmente no que tange as pessoas ou grupos que estivessem em situação de pobreza absoluta. É nesse sentido que apontam as pesquisas de SANTAGADA (3b), se não vejamos:

O objetivo dos indicadores sociais era o de fornecer elementos para a elaboração e o acompanhamento do planejamento social, sendo que a prioridade seria dada aos indicadores destinados a medir as variações nos níveis de bem-estar material, em especial dos grupos que estavam em situação de “pobreza absoluta” (CONSELHO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 1975). Com esse documento, pela primeira vez, o termo indicadores sociais apareceu de forma oficial no Brasil.

Em que pese ter-se iniciado tardiamente o acompanhamento do planejamento social com apoio do instrumento indicador social, resta claro a partir dos estudos que há aplicação no País, bem ainda que tiveram um grande e significativo avanço.

Demais disso, SANTAGADA (3c), aponta ainda a aplicabilidade e a importância dos indicadores sociais, como subsidio a não vejamos:

[...] os indicadores sociais desde sua origem estão inseridos num contexto socioeconômico amplo, além de manter uma forte presença no campo teórico acadêmico. Os indicadores sociais devem responder às preocupações quanto à dinâmica social, ou seja, as mudanças significativas que estão em curso na sociedade capitalista atravessada pelo conflito de classes; elucidar as questões que não se atenham somente ao que pode ser mensurado, mas ir além da informação quantitativa e desta forma aproximar-se, dos conflitos de interesse que são o motor do processo social. [...] A sociedade civil, os movimentos sociais, o meio acadêmico constroem os indicadores sociais para instrumentalizar suas análises e qualificar as suas lutas por melhores condições de vida e participação cidadã.

Nessa toada, há que se reafirmar a grande importância dos indicadores sociais. Estes permitem conhecer a realidade social e, além disso, permitem monitorar as condições de vida da sociedade e acompanhar a atuação dos governos. Entretanto, há que se afirmar que de per se, não facultam as mudanças necessárias na área social.

Nesse aspecto, importante explorar a importância dos indicadores sociais especialmente no que toca a formulação e avaliação de políticas públicas.

2.2. PROPRIEDADES DOS INDICADORES SOCIAIS

Os indicadores sociais devem apresentar determinadas características para que se mostrem adequados e aptos a demonstrar o que pretendem. Devem ser dotados de legitimidade, relevância, validade e confiabilidade para retratar a realidade de forma a subsidiar decisões.

Vejamos o ensinamento de JANNUZZI (2a):

Para seu emprego na pesquisa acadêmica ou na formulação e avaliação de políticas públicas o indicador social deve gozar uma série de propriedades. Além da sua relevância para discussão da agenda da política social, de sua validade em representar o conceito indicado e da confiabilidade dos dados usados na sua construção, um indicador social deve ter um grau de cobertura populacional adequado aos propósitos a que se presta, deve ser sensível a políticas públicas implementadas, específico a efeitos de programas setoriais, inteligível para os agentes e públicos-alvo das políticas, atualizável periodicamente, a custos factíveis, ser amplamente desagregável em termos geográficos, socio-demográficos e socioeconômicos e gozar de certa historicidade para possibilitar comparações no tempo.

Nesta perspectiva há certa dificuldade de se operacionalizar Indicadores Sociais que gozem de plenitude, apresentando todas estas propriedades. Mais ainda porque no Brasil, o Sistema de Produção de Estatísticas Públicas é incipiente e relativamente precário. Assim cabe ao pesquisador ou ao agente público, selecionar os indicadores apropriados, guiado pela objetividade dos mesmos, com vistas a garantir a existência de uma reciprocidade, ou mesmo, uma identidade entre o que se quer pesquisar e o indicador proposto.

Assim, um indicador social deve ser valido para indicar com propriedade a sua relação com o conceito representado, além disso deve ser confiável, no sentido de se evitar erros advindos do processo de coleta de dados, bem ainda ser inteligível, ou seja, ter a (2b) “finalidade de garantir a transparência das decisões técnicas tomadas pelos administradores públicos e a compreensão das mesmas por parte da população, jornalistas, representantes comunitários e demais agentes públicos”, que arremata a questão da seguinte forma (2c):

Por fim, vale lembrar que, na prática, nem sempre o indicador de maior validade é o mais confiável; nem sempre o mais confiável é o mais inteligível; nem sempre o mais claro é o mais sensível; enfim, nem sempre o indicador que reúne todas estas qualidades é passível de ser obtido na escala espacial e periodicidade requerida. Além disso, poucas vezes se poderá dispor de séries históricas plenamente compatíveis de indicadores para a escala geográfica ou grupo social de interesse. Contudo, ainda que a disponibilidade de indicadores sociais para uso no diagnóstico da realidade social empírica ou na análise da mudança social esteja condicionada à oferta e às características das estatísticas públicas existentes, isto não dispensa o pesquisador ou formulador de políticas da tarefa de avaliar o grau de aderência dos indicadores disponíveis às propriedades anteriormente relacionadas.

Enfim, na discussão de planos de governo ou na priorização de políticas públicas, bem como de orçamentos participativos, demais projetos urbanos ou sociais, os agentes públicos deveriam dispor e ter em mãos indicadores sociais mais facilmente compreendidos, sob pena de darem o primeiro passo para o fracasso na implementação de um programa ou projeto público.

3. INDICADORES SOCIAIS NA FORMULAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Na mesma esteira o referido autor declina a importância dos indicadores, especialmente no que tange a formulação de políticas públicas. Vejamos seus ensinamentos a cerca do tema:

Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (2d).

Como visto, os indicadores sociais tem importância acadêmica e também programática. Este aspecto é que mais interessa ao estudo. Nesse sentido JANNUZZI (2e) afirma que “em uma perspectiva programática, o indicador social é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas”. Complementando esta idéia, afirma ainda que (4):

Estudamos ainda os Indicadores como sendo recursos metodológicos para representação e “modelização” do Social. Não são mais, nem menos do que isso. Como fotografias, conseguem captar parte da realidade, retratada de acordo com o ângulo e posição do observador. Como retratos, são estáticos, não podem sintetizar toda a multidimensionalidade da realidade social. [...] os indicadores são medidas objetivas e padronizadas que permitem dimensionar as carências sociais, avaliar as condições de vida e, portanto, subsidiar a formulação de programas públicos nos campos da Educação, Saúde, Trabalho, Habitação e outras áreas.

E por fim leciona que (4a):

[...] o conhecimento do significado, dos limites e potencialidades dos indicadores sociais pode ser de grande utilidade para os diversos agentes e instituições envolvidos na definição das prioridades sociais e na alocação de recursos do Orçamento Público. Se bem empregados, os indicadores sociais podem enriquecer a interpretação empírica da realidade social e orientar de forma mais competente a análise, formulação e implementação de políticas sociais

A par de pequenas falhas apontadas, como por exemplo, a banalização dos indicadores sociais, assinala-se que não serviriam em absoluto para quantificar a multidimensionalidade da realidade social, no entanto é uma necessidade premente. Aduze que os indicadores e índices criados não poderiam ser a expressão exata, ou a mais válida e ideal dos conceitos indicados.

Dessa forma poderia se afirmar, que não havendo modificação no indicador, não haveria eventuais avanços ou retrocessos. Isso por que poderia havendo outros investimentos em áreas não contempladas na medida do indicador estabelecido.

Na realidade e de uma forma geral, a par da deficiência antes apontada, se utilizados de forma correta, os Indicadores Sociais possibilitam a interpretação empírica de uma dada realidade social. Podem contribuir de forma a apontar e indicar as carências sociais nas diversas áreas de intervenção estatal. Também podem orientar de forma mais adequada a análise, formulação, priorização e implementação de políticas sociais ou políticas públicas.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para a elaboração do presente trabalho de conclusão de curso, foi aplicado o método dedutivo, também chamado categórico-dedutivo, pois emprega a dedução, para o qual suas premissas são proposições evidentes ou definições razoáveis, partindo do geral para o particular. Isto porque foram necessariamente apresentadas verdades ou premissas, as quais levaram à conclusões baseadas em afirmações anteriormente conhecidas, a partir da aplicação do raciocínio lógico.

Dessa forma, a utilização desse método, partindo do pressuposto de verdades pré-existentes e asseguradas, permitiu através da pesquisa, construir novos conhecimentos, conforme leciona SOARES MACEDO (5), pois independe de provas experimentais, caracterizando-se pelo raciocínio a partir de verdades sabidas ou admitidas, desenvolvendo verdade diferente, através de inferência de proposições consequenciais.

Acerca do tipo de pesquisa, com base nos conceitos de BITTAR (6), utilizou-se a pesquisa exploratória, sendo o trabalho de conclusão de curso elaborado, utilizando-se técnicas de investigação teórica, tais como as técnicas históricas, conceituais e normativas, desenvolvendo-se através do levantamento bibliográfico, de livros e artigos, pesquisas diversas em meio eletrônico, bem ainda estudo de caso, com análise de dados concretos coletados na prefeitura municipal de Aracruz.

Assim, buscou-se o aprimoramento das idéias acerca do tema, a partir das interpretações e posições de escritores e articulistas, de investigações dogmáticas, bem como utilizando técnicas de investigação empírica. Para desenvolver o tema, procedeu-se à uma pesquisa in loco, partindo do estudo do geral para o particular (método dedutivo), realizado de forma exploratória e com estudo de caso/entrevista com perguntas abertas e coleta de dados, diretamente com o responsável pelo setor de habitação da prefeitura municipal de Aracruz, o que caracterizou uso de uma fonte primária.

Após a coleta de dados e equacionamento de todas as informações, procedeu-se a relacionamento entre a pesquisa conceitual e bibliográfica, com os dados empíricos e técnicos coletados, confirmando-se de plano a hipótese apontada e investigada.

5. ESTUDO DOS INDICADORES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ

É nesse sentido que se propôs para a pesquisa, verificar a implementação e disposição de indicadores sociais que demonstrassem de forma clara, se são disponibilizadas casas populares para os municípios de baixa renda em Aracruz. Isto tendo por base os ensinamentos de JANNUZZI (4b), sobre

a importância dos Indicadores Sociais para a implementação de políticas públicas ou do planejamento público, nos termos que seguem:

No campo aplicado das políticas públicas, os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou demanda de interesse programático na área social. [...] eles se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições e vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.

Como afirmado, esses indicadores sociais servem para subsidiar o planejamento público, e ainda permitir a aplicação direcionada e assertiva dos recursos públicos. No que toca ao tema em comentário, tem maior importância ainda, pois sendo o acesso à moradia um Direito Constitucional, deveras o atendimento a este direito é um dever do Estado.

É nesse sentido que se aborda a realidade do município de Aracruz, conquanto investigando a existência de indicadores sociais, bem como o tratamento efetivamente direcionado aos mesmos, especialmente no que tange a disponibilização de moradias aos munícipes.

5.1. REALIDADE DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ QUANTO À HABITAÇÃO

Como já afirmado, construir habitações populares é um dever do Estado cujo cumprimento precisa ser exigido e fiscalizado pelos cidadãos. Em geral, o cidadão brasileiro ou é proprietário do imóvel onde mora, ou está na posse de um imóvel ou ainda paga aluguel.

A questão de disponibilização de moradia popular remonta a uma análise Constitucional, haja visto que o direito a moradia é uma previsão inserida na Constituição Federal (7). O Art. 6º da Constituição Federal de 1988 (7a) aduz que “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, A MORADIA, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (grifo nosso).

No mesmo sentido a nossa Carta Maior impõe ao Poder Público, em comum a todas as esferas federativas, União, Estados e Municípios, a construção de moradias. Tal previsão decorre da letra do art. 23 da Constituição Federal de 1988 (7b), que literalmente apregoa que “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (...) IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”, adotando-se uma perspectiva de uma vida humana pautada na dignidade da pessoa humana, também prevista no inciso III (7c) do artigo 1º⁴.

Nessa linha de raciocínio, a dignidade da pessoa humana também tem status Constitucional, e a moradia é um dos alicerces desta dignidade (7d). Ou seja, sem moradia, não há que se falar em dignidade, e dignidade é fundamento da república, bem como problema Federal, Estadual e Municipal.

5.2. PROBLEMA HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ

Dentro desse aspecto, há que se afirmar que o problema de habitação do Município de Aracruz está diretamente relacionada ao processo econômico de industrialização do Espírito Santo e do próprio Município, o que originou um grande movimento da população do interior para a cidade, em busca de trabalho, bem ainda a migração de outros Municípios, Cidades e Estados da Federação.

Na década de 60, o Município de Aracruz contava com 24.037 habitantes. Ainda em 2000, a população cresceu para 64.673 habitantes. O crescimento se acentuou mais ainda nas décadas de 90 e nas décadas seguintes, sendo que em 2010, apresentou uma população de 81.746, segundo dados do IBGE⁵.

⁴ Constituição Federal: Art. 1º: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:(...) III – dignidade da pessoa humana”.

⁵ Disponível em www.ibge.gov.br/censu2010, acesso em 15/08/2011.

Esse crescimento tem como base a instalação de grandes projetos industriais como a Aracruz Celulose, que serviram como atrativo para que muitas pessoas do município deixassem a zona rural em direção à área urbana. Num segundo momento, outros migrantes vieram para o município em busca de trabalho. Junto com a “nova população” chegam e são multiplicados diversos problemas sociais, especialmente o problema do déficit habitacional.

Esta questão do boom econômico foi ampliada pelos novos projetos, que foram anunciados nos últimos anos. As notícias veiculadas confirmam a tese. A reportagem de ABDO FILHO (8) demonstra que investimentos chegam ao município, bem como os problemas daí decorrentes.

De um lado, só notícias boas. Investimentos chegando - são esperados mais de R\$ 3 bilhões nos próximos anos -, postos de trabalho sendo abertos - a expectativa é de mais de 15 mil vagas até 2015 - e uma arrecadação que só faz crescer - o município espera por uma receita de R\$ 285,1 milhões este ano, 24,3% a mais do que em 2010. Essa é a pílula dourada de Aracruz, um dos polos de desenvolvimento do Norte do Estado, ao lado de Linhares e São Mateus.

Veja que a população de Aracruz só aumenta, mas a qualidade de vida não: há mais crimes, menos casas e muitos problemas nas áreas de saúde e educação.

O problema é que essa mesma Aracruz convive com problemas típicos de cidades pobres, ou melhor, de cidades ricas que não sabem se aproveitar do desenvolvimento e obrigam seus habitantes a conviverem com o que há de pior quando o assunto é crescimento econômico acelerado.

Vê-se claramente que o crescimento que perpassa o município, o que traz junto os problemas comuns como crimes e deficiência em saúde e educação entre outros. Na realidade o município atravessa um momento de crescimento acelerado, tal e qual como o que aconteceu com a cidade de Macaé, no Rio de Janeiro (8a).

O exemplo-mor desta situação é Macaé, Norte do Rio de Janeiro, que, como sede da bacia de Campos, viu, da década de 70 para cá, sua receita crescer junto com os problemas causados por uma população que foi multiplicada por quatro em 40 anos. Desde então, a cidade fluminense, apesar de rica, é o símbolo de administrações caóticas, favelização, problemas ambientais e criminalidade alta.

Aracruz, assim como a Macaé de duas três décadas atrás, vive um período de pujança econômica, puxada não só pelo petróleo, mas por uma forte atividade portuária, produção de celulose, entre outras. Nesse futuro promissor, os problemas começam. Em busca de uma espécie de eldorado, há uma intensa migração para a cidade que, somada à falta de infraestrutura urbana adequada, acaba fazendo surgir o pior parte do crescimento da economia.

Ora, com o crescimento econômico chegam os migrantes e cresce o número de deficiências, tais como o déficit habitacional (8b).

[...] Em dez anos, entre os censos 2000 e 2010, a população aracruzensa cresceu 25,1%, de 64.637 para 80.864. Enquanto isso, no mesmo espaço de tempo, a população capixaba cresceu 9,5%. O efeito desse crescimento fora da curva já impacta no trânsito complicado, nas unidades de saúde lotadas, nas escolas sem espaços para mais crianças, na criminalidade crescente e na favelização.

De acordo com dados de 2009 do Instituto Jones dos Santos Neves, Aracruz tem o segundo maior déficit habitacional do Estado, atrás apenas de Vitória. Pelas contas do instituto, há dois anos faltavam 1.432 unidades em Aracruz, hoje, a prefeitura já fala em 2,6 mil.

Percebe-se que houve grande aumento da população no município e em consequência disso, o surgimento de novos bairros, invasões desordenadas e inchaço das periferias, decorrentes, desta busca do “eldorado” (8c) como afirmado, e pelo processo de ocupação desordenada do solo urbano daí decorrentes.

Antes se falava em déficit de 1400 unidades, hoje, o déficit já ultrapassa 2600 moradias, apesar de a prefeitura municipal já ter disponibilizado varais unidades. Torna-se claro e evidente o problema social, base do estudo, traduzido pelo déficit habitacional. Nesse sentido a disponibilização de casas populares aos munícipes de baixa renda é problema de crucial importância.

O mesmo jornalista acima citado discorre sobre o problema de déficit habitacional, entre outros, como bolsões de miséria, invasões e favelização. Vejamos (8d):

Essa conta inclui famílias que moram em invasões e nos bolsões de miséria que se espalham pela cidade. Há três semanas, a Polícia Militar colocou abaixo 313 casas construídas irregularmente num terreno em Barra do Riacho, região encravada no meio de indústrias e do Portocel. Quase um mês depois, 126 famílias continuam morando num ginásio da cidade.

Algo parecido pode acontecer na Portelinha, comunidade, sem água, luz e esgoto, construída por migrantes como doméstica [REDACTED], nascida em Itapé, Bahia, que vive ao lado da nora e dos três netos. "Vim atrás de emprego, é a realidade de muitos por aqui. Meu filho morreu há três meses, rezo para ter saúde, só assim conseguirei trabalhar para manter a família".

Difícil não perceber o problema, posto que o município apresenta a melhor relação entre receita por contribuinte entre todos os municípios do Espírito Santo, ou seja, a receita por contribuinte, em números absolutos, ultrapassa o valor do município de Vitória, capital do estado (8e).

[...] As lideranças comunitárias do município de Aracruz reclamam das condições do município diante de uma das melhores relações receita/contribuinte entre os 78 municípios do Espírito Santo: R\$ 3.525,91 por pessoa. Para termos uma idéia, essa mesma relação em Vitória é de R\$ 3.370,19 por habitante.

Segundo eles, saúde, saneamento, segurança e habitação encontram-se em situação precária. Para eles, o principal motivador disso tudo é a migração, consequência do forte crescimento econômico vivido pelo município nos últimos anos.

Como antes afirmado, variados problemas acometem o município, principalmente se tratando do problema investigado, déficit habitacional e indicadores sociais. Há moradores provenientes da Bahia, entre outros estados (8f), o que agrava sobremaneira o problema do déficit de habitações.

[...] No quesito habitação, a situação também não é nada boa. Com a chegada de milhares de migrantes nos últimos anos, a cidade acabou ganhando verdadeiras favelas. O mecânico [REDACTED], desempregado no momento, veio de Itaberaba, Bahia, há 13 anos. "Vim porque não tinha perspectivas por lá". Ele mora, junto com esposa e quatro filhos, a mais velha está grávida, no bairro Clemente e sofre com uma rua esburacada e com esgoto in natura passando na porta de casa. "A cidade é rica, mas oferece pouca infraestrutura. Sofro porque moro do lado de uma invasão (Portelinha), onde não há água, luz e esgoto".

A Prefeitura de Aracruz reconhece os problemas vividos pelo município e garante estar trabalhando para resolvê-los. A chegada de milhares de novos moradores nos últimos anos é apontada como causadora dos gargalos estruturais da cidade. Secretário de Habitação e Trabalho em Aracruz, [REDACTED] afirma que o déficit habitacional da cidade é de 2,6 mil residências. "Muita gente chegou nesses últimos anos, a maioria sem emprego e em busca de um eldorado. Nos últimos seis anos construí-

mos 900 casas, nos próximos 12 meses serão outras 570, mas mesmo assim o déficit permanece".

██████████ que também responde pelo Sine de Aracruz, diz que, para diminuir a migração, a ordem é dar preferência por contratar quem mora na região. "As empresas que chegam dão a preferência para os da região, mas o problema é que não podemos proibir a migração".

Perceptível que o Município de Aracruz tornou-se alvo de migrantes de várias partes do país bem como é vítima do próprio crescimento populacional desprovidos de controles públicos. Desde os anos 2000, intensificaram-se ocupações clandestinas, loteamentos sem qualquer infra-estrutura, formação de favelas e ainda de bolsões de pobreza por várias partes do município, fatos relatados pelo próprios governantes, pela população e pelos meios de comunicação.

A história política de Aracruz apresenta marcos interessantes, mas desfavoráveis ao crescimento, como a polarização entre os prefeitos Heraldo Musso e Primo Bitti por mais de 30 anos, bem ainda a Administração de Cacá Gonçalves por dois mandatos consecutivos (todos sem nenhuma iniciativa de política pública controle de déficit habitacional). Outro marco é a administração de Ademar Dévens, também prefeito por dois mandatos consecutivos, mas que esteve afastado temporariamente por duas vezes em investigações por atos de improbidade administrativas, imprimindo ao Município forte descontinuidade administrativa.

Apesar desta história política, identifica-se certo atraso e desorientação no desenvolvimento e na aplicação das políticas públicas, principalmente no que se refere à política de desenvolvimento urbano. As principais ações já foram feitas, como o Plano Diretor Urbano, Lei 3.143/20086 (9), bem como ações políticas voltadas à programas de habitação, mas ao mesmo tempo tímidas e empíricas, em relação à complexidade das demandas sociais que se apresentam.

O quadro de demandas sociais historicamente acumuladas, principalmente no que tange o déficit habitacional, se evidencia quando são noticiados "despejos" de mais 300 famílias (8g), que ocuparam de forma ilegal e desordenada áreas públicas de propriedade do município. Mais ainda, proliferaram-se assentamentos informais sobre estas mesmas áreas, em áreas de risco, áreas particulares, bem ainda loteamentos clandestinos e irregulares.

Algumas iniciativas foram tomadas no sentido de estruturar e implementar uma Política de Desenvolvimento Urbano, bem como amenizar o problema do déficit habitacional. Através de pesquisa no Site da prefeitura municipal, e com entrevista aplicada ao secretário municipal de habitação da prefeitura municipal de Aracruz, foram identificados o desenvolvimento de programas habitacionais. Entre eles se destaca os que fazem parte da "Habitação de Interesse Social" do governo federal, conforme Lei Municipal nº 2643/20037.

Os recursos do governo federal são repassados, sendo que há necessidade de contrapartida do município para o desenvolvimento dos programas habitacionais. Os recursos são repassados através de convênios ou recursos do Orçamento Geral da União (OGU), que atendem os municípios; estes por obrigatoriedade devem ter o Fundo Municipal de Habitação e Conselho Constituído (este possui membros da Sociedade Civil organizada e governo).

Em outro posicionamento na pesquisa, fora ventilada a existência de indicadores relacionados a programas habitacionais, que são aqueles direcionados para atender a população de baixa renda. No entanto as pesquisas não identificaram como e onde estão os dados ou documentos, ou como são trabalhados. Também referenciou-se que para elaboração do orçamento municipal existiria uma previsão de recursos através do orçamento participativo, onde as comunidades e associações de moradores em

6 Lei Municipal Ordinária nº 3143/2008 de Aracruz, DISPÕE SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE ARACRUZ E INSTITUI O PLANO DIRETOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

7 Lei MUNICIPAL ORDINÁRIA Nº 2643/2003 DE ARACRUZ. AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DESENVOLVER AÇÕES PARA IMPLEMENTAR O PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - P.S.H., CRIADO PELA MEDIDA PROVISÓRIA 2.212 DE 30.08.2001, REGULAMENTADA PELO DECRETO 4.156 DE 11.03.2002, NAS CONDIÇÕES DEFINIDAS PELA PORTARIA INTERMINISTERIAL MF/MC Nº 186, DE 07/08/2003, E PORTARIAS CONJUNTAS STN/MF E SNH/MC Nº 1, DE 08/09/2003 E Nº 2, DE 07/10/2003.

geral, se organizam para discutir as demandas da sua localidade ou distrito, e nessas assembleias, os participantes requeriam atendimento na área da habitação.

Também fora referenciada a existência de programas que foram desenvolvidos com recursos próprios, como no caso do Loteamento Santa Maria do Limão, destinado a atender funcionários públicos efetivos Lei Municipal nº 2675/20048, onde foram entregues 115 casas populares aos funcionários efetivos.

Também foram identificadas outras previsões de atendimento na Legislação Municipal, para amenizar as demandas na área habitacional, como: i) programa para doação de lotes (Lei nº 1308/1989); ii) programa de Carta de Crédito (convênio com Governo Federal - via utilização de FGTS - Lei Municipal nº 2903/2006⁹; iii) programa Aluguel social (compreende famílias retiradas das áreas de risco, que posteriormente deverão ser reassentadas em local adequado de habitabilidade, ou ainda famílias com vulnerabilidade social como desemprego, mulher chefe de família, crianças ou adolescentes em situação de risco social ou pessoal); e iv) programa firmado com adesão ao “Programa Minha Casa Minha Vida” (Programa em andamento).

Insta observar que no atendimento à população em programas habitacionais, como exigência do governo federal, as famílias devem ser cadastradas no CADÚnico (Instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda), o que é realizado pelo Município. No mesmo sentido, para selecionar as famílias, a Secretaria Municipal de Habitação utiliza o instrumento técnico de visita domiciliar; e ainda é feita pesquisa no cadastro imobiliário do Município, haja vista a existência de requisitos e critérios para atendimento, previstos na Lei Municipal 2.173/199810.

De toda forma em que pese aferir-se a existência de programas habitacionais, não foram identificados indicadores que possibilitassem a verificação do tratamento destinado a esses programas, bem como não havendo possibilidade de inferir ou referir se as demandas sociais estão sendo atacadas segundo um procedimento metodológico ou mesmo, respaldados em qualquer referencial, técnico ou empírico.

Todos esses fatos levam a uma idéia geral de que ao passo que deveriam contribuir na elaboração do Planejamento Estratégico de Aracruz, são impregnados de uma prática corrente no País, a utilização política dessa massa de cidadãos, com um discurso demagógico, empírico e eleitoral. Tanto é assim, que a despeito dos programas Nacionais e Estaduais de Habitação (10), os dados de Aracruz, quanto ao déficit habitacional, ainda em 2000 (11), somavam 1060 unidades¹¹. Hoje o déficit passa de 2600 unidades (8h), apesar de a administração municipal “garantir” que tenha realizado obras e desenvolvido programas que entregaram 900 casas populares aos municípios (8i).

Há demonstrativo de ações governamentais no município no que tange a políticas públicas relativas à habitação, aparentemente convincentes da existência de programas, mas faltam documentos pertinentes e aptos a demonstrar o tratamento efetivo e adequado à complexidade da questão posta, principalmente em se tratando de políticas públicas de habitação.

6. CONCLUSÕES

O estabelecimento de indicadores sociais na gestão pública, é extremamente importante, pois propiciam de maneira mais célere e acertada, a identificação do atendimento ou não das necessidades sociais. Isso se dá pelo fato de os indicadores traduzirem em termos operacionais as dimensões sociais

8 Lei Municipal Ordinária nº 2675/2004 de Aracruz, AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A IMPLANTAR PROGRAMA DE HABITAÇÃO PARA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

9 Lei Municipal Ordinária nº 2903/2006 de Aracruz, AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESENVOLVER AÇÕES E APORTE DE CONTRAPARTIDA MUNICIPAL PARA IMPLEMENTAR O PROGRAMA CARTA DE CRÉDITO - RECURSOS FGTS NA MODALIDADE PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS, OPERAÇÕES COLETIVAS, REGULAMENTADO PELA RESOLUÇÃO DO CONSELHO CURADOR DO FGTS, NÚMERO 291/98 COM AS ALTERAÇÕES DA RESOLUÇÃO Nº 460/2004, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2004, PUBLICADA NO D.O.U. EM 20 DE DEZEMBRO DE 2004 E INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO MINISTÉRIO DAS CIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

¹⁰ Lei Municipal nº 2.173: não disponível no sistema de dados.

¹¹ HABITAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO: DÉFICIT INFRA-ESTRUTURA HABITACIONAL, 2000. Governo do estado do espírito santo, 2004, p.12.

de interesses definidas, principalmente no que diz respeito às políticas públicas levadas a efeito pela gestão Estatal, no sentido de distribuir igualmente os recursos da administração.

O tema habitação popular tem ampla relevância social e acadêmica, bem como o tema indicador social, que pode por sua vez, deve subsidiar decisões e orientar ações de forma técnica, bem como imprimir celeridade e assertividade às ações do poder público, especialmente o Municipal. Demais disso insta ressaltar que se objetiva distribuir igualmente os recursos públicos.

Após alinhamento dos dados da pesquisa em contraponto ao resultado da pesquisa bibliográfica e da base conceitual do trabalho, percebe-se claramente que há variadas iniciativas da Municipalidade de Aracruz no que toca a disponibilização de moradias populares aos munícipes de baixa renda. Programas com recursos próprios, bem como com recursos do Governo Federal ou ainda em parceria são levados a efeito.

No entanto o tratamento dado ao tema, em termos de indicadores sociais, mostra-se incipiente. Não há indicadores formulados, nem mesmo acompanhamento dos mesmos, tendo apenas uma ação reativa aos fatos ocorridos como as invasões ilegais e favelização. Também é demonstrada a falta de técnica no tratamento desses dados, o que aliado à falta de uma base de dados sólida e condizente com o crescimento experimentado pelo Município, pode acarretar perdas em termos de eficiência, bem como uma interpretação errônea das ações do município direcionadas à política pública de moradia popular.

O município de Aracruz apresenta vários programas habitacionais, voltados principalmente a população carente, ou seja para atendimento aos munícipes de baixa renda, mas não consegue demonstrar como equaciona estes dados. As ações Municipais são baseadas em dados empíricos e na experiência dos próprios agentes públicos. Não há indicadores específicos nem tratamento técnico adequado ou metodologia específica.

Ademais, o estabelecimento de indicadores específicos correlacionando déficit habitacional, a quantidade de moradias disponibilizadas ao longo dos anos e ainda o numero de habitantes do município, permitiria uma avaliação rápida e eficaz da atuação do governo municipal no que toca o problema investigado, habitação para munícipes de baixa renda, evitando assim avaliações errôneas, bem ainda direcionando a atuação e direcionamento de recursos municipais.

7. REFERÊNCIAS

(1) LAEBER, Izabel Maria. **ESTADO, GOVERNO e MERCADO**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC: CAPES: UAB, 2009.

(2) JANNUZZI, Paulo de Martino. **INDICADORES SOCIAIS NA FORMULAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. Revista Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.36:51-72, jan/fev 2002.

(3) SANTAGADA, Salvatore. **Indicadores sociais: uma primeira abordagem social e histórica**. Revista Pensamento Plural, Pelotas, pag. 113 - 142, julho/dezembro 2007.

(4) JANNUZZI, Paulo de Martino. **INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NA GESTÃO PÚBLICA**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC: CAPES: UAB, 2009.

(5) SOARES MACEDO, Magda Helena. **Manual de Metodologia da Pesquisa Jurídica**. 2 ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

(6) BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

(7) BRASIL (país). **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 03 de Julho de 2011.

(8) ABDO FILHO. **Aracruz: uma nova macaé pode surgir no estado**. 2011. Gazeta on line. Disponível em <http://gazetaonline.globo.com>. Acesso em 10/07/2011.

(9) ARACRUZ (cidade). LEI nº 3.143, de 30 de setembro de 2008. **Institui o Plano Diretor Municipal em Aracruz**. Disponível em: <http://www.pma.es.gov.br>. Acesso em 25 de junho de 2011.

(10) BRASIL (país). Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2008**. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. 140 p. Brasília: 2011.

(11) Espírito Santo. **HABITAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO: DÉFICIT E INFRA-ESTRUTURA HABITACIONAL**, 2000. Disponível em: <http://www.es.gov.br>. Acesso em 25 de junho de 2011.

INFLUENCIADA REDE TRANSCIONAL ICLEI NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA CLIMÁTICA PAULISTANA

Adalberto Gregório BACK¹

Resumo: Esse trabalho visa identificar qual foi o papel da rede transnacional de governos locais para sustentabilidade ICLEI, através do seu programa Cidades para Proteção do Clima (CCPC), na formulação da política de mudanças climáticas do município de São Paulo (lei 14.933 de 05 de junho de 2009). Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica da literatura internacional sobre o modo de atuação da campanha CPC do ICLEI, análise qualitativa de entrevistas com alguns atores que participaram no processo de formulação da lei e análise das organizações e instrumentos criados pela lei, com base nos pressupostos teóricos do neo-institucionalismo.

Palavras-chave: Mudança climática global; ICLEI – governos locais para sustentabilidade; Cidades para Proteção do Clima (CPC); Município de São Paulo.

INTRODUÇÃO

A Campanha Cidades para Proteção do Clima da rede transnacional de governos locais tem o objetivo de fomentar políticas de enfrentamento às mudanças climáticas nos governos locais. Assim, a soma de esforços em nível local contribui para a resolução do problema global, mudanças no clima.

O município de São Paulo foi um dos primeiros municípios do hemisfério sul a aderir ao ICLEI e sua Campanha para Proteção do Clima. Em 2005, o município se tornou membro da Executiva do ICLEI. Desde sua adesão vem realizando ações voltadas ao mapeamento de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) e elaboração de estratégias para a mitigação desses gases. Em 2008, a secretaria do verde e meio ambiente (SVMA) solicitou ao ICLEI a elaboração de um anteprojeto de lei de mudanças climáticas, que foi promulgada em dezembro de 2009, após consulta pública e revisão dos Poderes Executivo e Legislativo.

Nas próximas seções, apresentaremos com mais vagar o modo de atuação da campanha CPC do ICLEI, para posteriormente identificar as ações da capital paulista convergentes com a abordagem dessa rede, e, por fim, analisar, ainda que de maneira sucinta, o desenho institucional da política climática paulistana.

Campanha CPC do ICLEI

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) CEP 13565-905 - São Carlos - São Paulo – Brasil; bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); E-mail: backgregor01@yahoo.com.br

A rede transnacional de governos locais ICLEI² - governos locais para sustentabilidade - existe desde 1990 e foi criada para representar internacionalmente as preocupações ambientais dos governos locais. Em Janeiro de 1993, realizou um encontro internacional sobre lideranças locais em mudanças climáticas, ocasião em que foi criada a Campanha Cidades para a Proteção do Clima (CPC) – *Cities for Climate Protection Campaign*.

Os governos locais são importantes *locus* para o tratamento do problema da mudança climática global porque, por um lado, gozam de autoridades chave sobre políticas para o combate às mudanças climáticas, e por outro lado, é no âmbito local “[...] que as populações são afetadas de forma direta e é nesta esfera que as ações de ajustamentos, mitigação e adaptação serão mais palpáveis e urgentes (FEW apud MARANDOLA JR. 2009).

Muitos dos serviços públicos prestados pelos municípios têm interface com questões de adaptação aos impactos previstos das mudanças climáticas e em mitigação de GEE. Poderíamos citar, a título de exemplificação, a autoridade sobre planejamento do uso dos solos, transportes, gerenciamento de resíduos, aterros sanitários, e consumo e regulação de energia, cujas políticas têm implicações sobre mitigação de GEE; e, relacionada à adaptação, poderíamos citar a autoridade sobre gerenciamento dos recursos hídricos, saneamento, drenagem, infraestrutura de ruas, avenidas e pontes, e saúde pública (MARTINS; FERREIRA, 2011; UNITED NATIONS..., 2011; WORLD BANK, 2010; OSTROM, 2010; VAN STADEN, 2010; SATERTHWAIT, 2008; BETSILL; BULKELEY, 2007; 2006; 2003; 2004).

O objetivo da campanha Cidades para Proteção do Clima (CCPC) é de mobilizar as lideranças políticas locais para desenvolverem políticas públicas sustentáveis e promoverem ações de enfrentamento às mudanças climáticas. A rede transnacional parte do pressuposto de que ao trabalharem juntas as autoridades locais podem dar uma contribuição significativa para as políticas de mitigação (corte de emissões de GEE), e que os esforços de governos locais sozinhos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa gerariam apenas resultados modestos (BETSILL; BULKELEY, 2004).

A rede transnacional de governos locais está organizada em torno da produção e disseminação de informações técnicas sobre melhores práticas em políticas públicas locais para tratamento do problema global. A difusão desse conhecimento ocorre em encontros e workshops internacionais, nos quais se reúnem representantes das cidades membros, mas também através da divulgação de materiais contendo estudos de caso de práticas bem sucedidas no combate às mudanças climáticas em nível local.

Na adesão à campanha, as cidades se comprometem, através de um ato administrativo, a seguirem cinco medidas (*milestones*): 1) criação de um inventário de emissões; 2) definição de meta de redução de emissões; 3) desenvolvimento de plano de ação para alcançar a meta; 4) implementação de políticas e medidas para alcançar a meta; 5) monitoramento e verificação de resultados.

O comprometimento com os cinco passos do CPC gera informações sobre as emissões da cidade e permite traçar estratégias para reduzi-las, contribuindo para a proteção do clima. Esse primeiro passo é a base para que os governos locais possam conseguir recursos políticos e recursos financeiros adicionais para formulação e implementação de políticas voltadas ao enfrentamento das mudanças do clima em nível local.

As informações técnicas do CPC promovem fonte de inspiração, reconhecimento e legitimação de interpretações particulares sobre a responsabilidade ambiental dos governos locais. Isso gera a estruturação de um discurso de proteção climática que perpassa outras arenas de formulação de políticas públicas nos setores de transportes, planejamento e uso dos solos, manejo de energia e resíduos, e ambiente construído (BETSILL; BULKELEY, 2004, 486-

² *International Council for Local Environment Initiative.*

487). Nesse sentido, a adesão a campanha CPC promove um certo grau de aprendizado político – *policy learning* – entendendo aqui, aprendizado político, no sentido de que

[...] aprendizagem é concebida como um processo racional em que os políticos buscam abordagens alternativas para atingir uma determinada meta política. A literatura sugere que os políticos insatisfeitos com as atuais abordagens para um problema particular procuram encontrar meios alternativos de realizar objetivos políticos específicos (BETSILL; BULKELEY, 2004, p. 484, tradução nossa).

Porém, esse aprendizado político, com ênfase no comprometimento discursivo, é considerado limitado pelas autoras. E pode não se transformar em mudanças políticas efetivas – implementação de políticas concretas e arranjos institucionais – caso os governos locais não dispuserem de autoridade política, não tiverem vontade política para reenquadrar e reinterpretar outros setores de formulação de políticas públicas à luz da mitigação de GEE, se não disponibilizarem recursos adequados e não implantarem uma estrutura institucional apropriada para coordenar os departamentos que tem implicações em emissões de GEE (BETSILL; BULKELEY, 2004; 2003).

A abordagem da Campanha CPC focaliza a mitigação de GEE e, normalmente, as ações para reduções de emissões, orientados pela Campanha do ICLEI, se iniciam nas próprias instalações do governo. Alguns exemplos de ações concretas realizadas em cidades dos EUA por influência da Campanha CPC, segundo Betsill (2001), são: a) a geração de eficiência energética – redução do uso de energia – através de reformas (*retrofits*) nas instalações do governo, como também nos serviços públicos de iluminação, através da utilização de lâmpadas de LED (*light emitting diodes*); b) a promoção de compras públicas sustentáveis, estimulando o uso de carros que sejam mais eficientes e menos emissores de GEE, pelos agentes públicos e no transporte público; c) o estímulo ao transporte público através de passes especiais que geram economias para os usuários; d) a captação do metano de aterros sanitários com o objetivo de gerar energia; e) e a busca de outras fontes renováveis de energia, como solar ou eólica (BETSILL, 2001).

Nesse sentido, observa-se que a abordagem da Campanha CPC é pragmática. Afinal, visa o enfrentamento do problema global das mudanças climáticas focando na geração de co-benefícios das ações locais convergentes com a redução de GEE, como melhoria da qualidade do ar, qualidade de vida e preocupações com saúde, eficiência energética e poupança de recursos financeiros decorrentes da redução de gastos com energia (LINDSETH, 2004).

O município de São Paulo aderiu ao ICLEI e sua Campanha CPC em 2003, através da Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) e o comprometimento discursivo de realização dos cinco compromissos³ (*five milestones*), foi logo operacionalizado com a elaboração de um inventário de emissões da cidade. A partir desse marco, a inserção da questão climática como um problema de interesse dos formuladores de políticas foi paulatinamente se ampliando e se consolidando como veremos na próxima seção.

Política Climática do Município de São Paulo

O inventário de emissões de gases de efeito estufa do Município de São Paulo foi publicado em 2005 quantificando as emissões de dióxido de carbono (CO₂) e de metano (CH₄) que ocorreram no ano de 2003, decorrentes das atividades sócio-econômicas havidas no Município (INVENTÁRIO..., 2005).

³ Como vimos acima, a adesão ao ICLEI prevê o comprometimento de: 1) criação de um inventário de emissões; 2) definição de meta de redução de emissões; 3) desenvolvimento de plano de ação para alcançar a meta; 4) implementação de políticas e medidas para alcançar a meta; 5) monitoramento e verificação de resultados.

O inventário constatou que as emissões totais no ano de 2003 foram de 15.738.241 GgCO₂e.⁴ De acordo com as informações do Inventário, as atividades que produzem os maiores volumes de emissão de GEE na cidade de São Paulo são relacionadas aos setores de energia e resíduos sólidos que, juntos, foram responsáveis por 99,62% das emissões totais do município no ano de 2003. O setor de energia, por si só, gerou 76,12% das emissões, enquanto a disposição de resíduos sólidos contribuiu com 23,48%.

O conhecimento quantitativo e das fontes de emissão de GEE contribuiu para a mobilização das lideranças políticas. Além dessas informações, contribuiu para a mobilização das lideranças locais o quadro crescente de mobilização de governos subnacionais pelo mundo.

Nesse mesmo ano, 2005, o prefeito José Serra deu impulso ao debate sobre a elaboração de uma Lei de Mudança Climática para o Município de São Paulo. Sob o comando de Eduardo Jorge, secretário municipal da SVMA, foram realizados debates entre funcionários da prefeitura e especialistas em mudanças climáticas: Fábio Feldman⁵, deputado Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis (líder do PV) e Washington Novaes (jornalista da área ambiental). Além disso, o próprio secretário Eduardo Jorge relata que contribuiu muito para o engajamento da prefeitura no tema, os contatos internacionais mantidos via o ICLEI, e através da Secretaria de relações Internacionais, em especial os contatos com agentes do governo da cidade de Londres à época (JORGE apud BIDERMAN, 2011).

Gilberto Kassab, prefeito que sucedeu Serra, atuou como liderança no engajamento da cidade em ações climáticas. Essa motivação

[...] parece ter sido ainda mais estimulada com a participação do prefeito Gilberto Kassab na Conferência dos prefeitos das 40 maiores cidades do mundo com ações em Nova York em 2007, quando tomou contato com um movimento de políticos que assumiu o desafio de enfrentar as mudanças climáticas mediante aprovação de políticas públicas [Grupo de liderança climática, rede C40] (BIDERMAN, 2011, p.245).

Em junho de 2005 foi criado o Comitê de Mudanças Climáticas e Ecoeconomia Sustentável pelo decreto 45.959, coordenado pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, e desde então, uma série de programas foram estabelecidos com vistas a mitigação dos GEE, seguindo a abordagem do ICLEI de enfrentamento ao problema global gerando simultaneamente a co-geração de benefícios econômicos, sociais e ambientais locais. Nesse sentido, políticas setoriais foram criadas ou alteradas para inserir a agenda climática dando especial atenção às questões de mitigação.

Nesse sentido, dois grandes aterros sanitários da cidade passaram a receber créditos de carbono através do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Desde 23 de dezembro de 2003, o aterro Bandeirantes passou a captar e utilizar o biogás como fonte para geração de energia elétrica. Já o aterro sanitário São João passou a captar o biogás em sua usina termelétrica, em 30 de junho de 2006 (CRUZ; PAULINO, 2010). Juntos, a captação dos aterros sanitários bandeirantes e são João já reduziram em 20% as emissões da cidade (SÃO PAULO, 2011).

Em 2005, foram instituídos os programas voltados à melhoria na qualidade do ar, a prefeitura: instituiu o Grupo Próciclista (com planejamento de ampliar a infra-estrutura para possibilitar o transporte por bicicleta); aderiu ao dia mundial sem carro (22 de setembro), e bloqueou a venda dos últimos 200 tróleibus (transporte totalmente limpo, silencioso e confortável) providenciando manutenção e modernização da frota que será usada em um dos corredores de ônibus.

⁴ O símbolo Gg CO₂e. representa mil toneladas de Gases de efeito estufa em medida equivalente ao gás carbônico.

⁵ Militante da área ambiental com grande influência na política brasileira. Como Deputado Constituinte foi o responsável pelo capítulo de meio ambiente na Constituição.

No mesmo ano de 2005, a Prefeitura iniciou esforços para inserir nas suas licitações o critério de compras sustentáveis, em suas várias secretarias, para a compra de produtos tais como: madeira legal, papel reciclado, entulho reciclado e combustível na administração municipal etc.

Em 2007, a cidade de São Paulo foi a primeira a cidade brasileira a tornar obrigatória, sob a lei 14.459, a instalação do sistema de aquecimento de água por meio do uso de energia solar em novas edificações de prédios residenciais multi-familiares e nos edifícios comerciais que abrigam atividades de comércio, serviços públicos, privados e edificações industriais.

Também em 2007, foi criado o programa de inspeção veicular cujo objetivo é adequar as emissões da frota de veículos do município aos parâmetros recomendados pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) para assegurar a qualidade do ar (SÃO PAULO, 2011).

Essas políticas seriam, em parte, inseridas no projeto de Lei sobre mudanças climáticas do Município. Segundo Biderman (2011, p.132)

[...] houve uma forte parceria da prefeitura, através da SVMA, com o ICLEI para a execução de diferentes iniciativas que tornaram possível a elaboração da lei 14.933 [...] A participação do ICLEI na formulação do anteprojeto de lei também tornou possível a utilização de modelos e inspiração em boas práticas disseminadas pela rede, em parte incorporadas na lei paulistana.

O processo de formulação do anteprojeto de Lei da Política de Mudanças Climáticas durou um ano e meio, tendo coordenação temática do Centro de Estudos de Sustentabilidade da Faculdade Fundação Getúlio Vargas (GVCes) com o apoio da ICLEI e da SVMA no conteúdo. O secretário Eduardo Jorge que

[...] no período entre 2005 a 2007 trabalhou-se em exemplos ‘dentro da casa’ para desencadear debate com a sociedade sobre os temas necessários para criar massa crítica para formulação da lei [Por outro lado, reconheceu a importância] do trabalho feito pela FGV e ICLEI a partir de 2007 na formulação do anteprojeto de lei, e reconheceu a relevância do processo participativo e dos debates promovidos pelas organizações no processo (JORGE apud BIDERMAN, 2011, p. 246).

O processo participativo ocorreu em dois momentos: o primeiro ainda no âmbito do Poder Executivo através de consulta pública on-line através de sites e listas eletrônicas, e, em um segundo momento, foram realizadas duas consultas públicas na Câmara dos Vereadores. Além disso, foram realizados workshops para consulta sobre aspectos específicos com especialistas das áreas de energia, mudanças climáticas e transportes, as quais foram filtradas para incorporação posterior no anteprojeto.

A liderança de Eduardo Jorge em todo o processo de elaboração da Lei foi de fundamental importância, desde a iniciativa para a construção da lei até a rapidez no encaminhamento para o legislativo e a manutenção da proposta original. Afinal, ainda no Executivo, o projeto de lei passou por várias secretarias bem como pela área jurídica do governo para colher suas contribuições.

Na Câmara, o anteprojeto de lei teve rápido processamento de votação, segundo o vereador Gilberto Natalini (PSDB) devido ao fato de “[...] que o projeto estava extremamente bem elaborado [...] e ao fato de terem sido realizadas audiências informais para consulta pública na própria Câmara, em momento anterior ao encaminhamento formal pelo Executivo (NATALINI apud BIDERMAN, 2011, p. 251)”.

São Paulo foi o primeiro município no Brasil a elaborar de forma participativa e consultiva uma política de mudanças climáticas (BIDERMAN, 2011). Além disso, apenas o município de São Paulo e o Governo do Estado de São Paulo criaram políticas de mudanças cli-

máticas mandatórias, ou seja, com metas de redução de emissões de gases de efeito estufa com referência em um ano-base (ROMEIRO; PARENTE, 2011).

O artigo 5º da lei 14.933 define a meta de redução de emissões antrópicas agregadas do Município de São Paulo em 30% até a data de 2012, em relação ao patamar no inventário de emissões da cidade concluído e publicado em 2005. De acordo com a própria prefeitura, essa meta, a primeira vista ambiciosa, seria factível porque somente os projetos de captação de gás metano nos aterros Bandeirantes e São João já reduziram as emissões em 20%.

O Título IV da lei, estratégias de mitigação e adaptação, prevê ações em setores de formulação de políticas públicas: transportes, energia, construção civil, manejo de resíduos sólidos, saúde, planejamento do uso dos solos. Em cada um desses itens há um detalhamento indicando as estratégias para a elaboração política. Em alguns casos esses detalhamentos referendam ações que já vinham ocorrendo na política municipal, com algum aprimoramento. Poderíamos destacar nesse sentido, a alínea c do inciso IV do artigo 6º, na área de transportes, que amplia o programa de Inspeção Veicular para motocicletas.

Na área de energia se prevê o uso de melhores padrões de eficiência energética e energias renováveis na iluminação pública – política que já vinha sendo adotada anteriormente.

Na área de construção civil o artigo 15 da lei prevê os edifícios e construções no município deverão seguir critérios de sustentabilidade e eficiência energética, conforme definições em regulamento específicos.

Na área de uso dos solos o conceito orientador do planejamento é o de cidades compactas, ou seja, o adensamento populacional com infra-estrutura de transportes, lazer trabalho, e ambiente arborizado com vistas a melhorar a qualidade de vida.

A questão de gerenciamento dos resíduos prevê a ampliação de coleta seletiva para reciclagem e o adequado tratamento e disposição final de resíduos, preservando as condições sanitárias e promovendo a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Por fim, sobre a saúde pública a lei prevê o aperfeiçoamento de programas de controle de doenças infecciosas com altos níveis de endemicidade e sensíveis ao clima, especialmente a malária e a dengue, e o treinamento da defesa civil para criar sistemas de alerta rápido para o gerenciamento dos impactos sobre a saúde decorrentes da mudança do clima.

A lei também prevê a instalação do Comitê de Mudanças do Clima e Ecoeconomia, ampliando o escopo da instituição que fora criada em 2005, como vimos, com o objetivo de subsidiar estudos e proposições a formulação de políticas urbanas e/ou ambientais com interface no enfrentamento das mudanças climáticas

Art. 42. Fica instituído o Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia, órgão colegiado e consultivo, com o objetivo de apoiar a implementação da política ora instituída, contando com a representação do Poder Público Municipal e Estadual, da sociedade civil, especialmente das entidades populares que atuam nas políticas ambientais e urbanas, do trabalhador, do setor empresarial e acadêmico.

O decreto Nº 50.866, de 21 de setembro de 2009, define as competências, a composição e o funcionamento do Comitê. Suas competências foram ampliadas ficando a cargo dessa instituição (SÃO PAULO, 2009):

- I - propor, estimular, acompanhar e fiscalizar a adoção de planos, programas e ações que viabilizem o cumprimento da Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo pela Administração Municipal;
- II - acompanhar a implementação das diretrizes e ações propostas no âmbito da Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo;

- III - apoiar e incentivar iniciativas que visem mitigar a emissão de gases de efeito estufa e que promovam estratégias de adaptação aos impactos da mudança climática;
- IV - apoiar e incentivar campanhas de conscientização sobre os problemas relacionados à mudança do clima;
- V - propor e acompanhar a realização de seminários sobre assuntos relativos à mudança do clima;
- VI - identificar tendências tecnológicas relacionadas à mudança climática;
- VII - oferecer subsídios para o aperfeiçoamento da legislação pertinente.

O Comitê tem natureza consultiva, não-deliberativa, portanto o papel dos seus membros é apenas de aconselhamento. A sua composição é de 24 membros sendo 13 representantes do governo e 11 da sociedade civil. Dos 13 representantes do governo, doze são secretários municipais e apenas um membro é representante do governo estadual (secretaria de saneamento e energia). Dos 11 representantes da sociedade civil há a participação do ICLEI, do Greenpeace, de duas universidades dois representantes do setor produtivo, dois institutos temáticos, dois sindicatos patronais e um sindicato de trabalhadores (Força Sindical). A presidência do Comitê passou a ser realizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, “[...] demonstrando a finalidade de instrumentalização urbana sobreposta a ambiental sobre a temática da mudança climática na cidade” (SIMÕES; ALMEIDA, 2010, p.7).

O Comitê criou seis Grupos de trabalho temáticos para elaborar estudos e projetos de ações viáveis para a cidade focados nos eixos temáticos definidos pela Lei.

Segundo depoimentos colhidos por Biderman (2011) tanto a criação do Comitê de Mudanças do Clima quanto a própria formulação da lei de mudanças climáticas do município ocorreram graças a ação política e pressão do secretário do verde e meio ambiente, Eduardo Jorge. Segundo Biderman (2011, p. 283)

[...] no depoimento do secretário pôde-se perceber que sua intenção ao propor o espaço era de promover o debate público e a interação com os atores que podem auxiliar a Prefeitura na implantação da política pública. Não foi possível constatar pressão, nem demanda, de outros atores sociais pela constituição do espaço público participativo em questão.

Podemos extrair dessa exposição que a política climática é anterior à lei de mudanças climáticas (lei 14.933 de 05 de junho de 2009), pois a inserção da agenda climática nas políticas setoriais já vinham ocorrendo desde o início da primeira década do século XXI no município de São Paulo.

Conclusões

Desde a adoção dos cinco compromissos de São Paulo com o ICLEI o Município tem inserido a agenda da mudança climática global na formulação de políticas setoriais.

Desde 2005, após a publicação do inventário de emissões de GEE do Município a cidade passou a elaborar políticas, especialmente voltadas para mitigação de GEE tendo o apoio e forte influência da abordagem da Campanha CPC do ICLEI. Ou seja, a busca do enfrentamento do problema global (redução da emissão de gases de efeito estufa) tendo em vista a realização de políticas setoriais que visam a geração de co-benefícios locais como, por exemplo, melhoria da qualidade do ar, qualidade de vida e preocupações com saúde, eficiência energética e poupança de recursos financeiros decorrentes da redução de gastos com energia.

O ICLEI foi um ator importante para alavancar ações de enfrentamento às mudanças climáticas no município de São Paulo, contribuindo com a sensibilização das lideranças políticas locais ao enfrentamento das mudanças climáticas globais, e com experiências de boas práticas e apoio técnico. Porém, para que a formulação da política climática paulistana se tor-

nasce uma realidade foi imprescindível a atuação de lideranças políticas inseridas na estrutura de poder decisório.

Em síntese, entendemos que quatro fatores geraram o desenvolvimento institucional que culminou na formulação da lei de mudanças climáticas do Município de São Paulo: 1) a lógica de busca de geração de co-benefícios entre a ação global e a ação local, abordagem da Campanha CPC do ICLEI; 2) o quadro geral de mobilização internacional de governos subnacionais para ações de combate às mudanças climáticas; 3) a busca por recursos financeiros adicionais como os provindos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL); 4) a liderança de alguns atores chave posicionados na estrutura institucional, como o secretário Eduardo Jorge, mas também os prefeitos José Serra e Kassab;

Esses quatro fatores desencadearam um processo de desenvolvimento institucional baseado em rendimentos crescentes. Portanto, tais políticas ganharam auto-reforço para sua ampliação e consolidação. Em termos concretos, tanto a instituição do Comitê de Mudanças Climáticas quanto a implementação de políticas urbanas e ambientais com interface no enfrentamento das mudanças climáticas globais, ocorridas entre 2003 e 2007, se consubstanciaram em um processo de aprendizado político. (PIERSON apud CESARIS, 2009).

A lei de mudanças climáticas do Município compilou políticas públicas que vinham sendo desenvolvidas com vistas ao enfrentamento das mudanças do clima, porém prevendo-lhes ampliações. Além disso, a ampliação institucional do Comitê de Mudança do Clima e Eco-economia perpetua e aprofunda os estudos e diretrizes para direcionar os planos de ações de cada política setorial. Tais estruturas institucionais não permitem, ou dificultam, que haja retrocessos, mesmo que um novo governo possa vir a mudar de orientação política-ideológica (BAUMGARTNER; JONES, 1993).

REFERÊNCIAS

- BÄCKSTRAND, K. Accountability of networked climate governance: the rise of transnational climate partnerships. **Global Environmental Politics**, v.8, n.3, p.74-102, august 2008. Massachusetts Institute of Technology.
- BETSILL, M.; BULKELEY, H. Cities and the multilevel governance of global climate change. **Global Governance**, v.12, p.141-159, 2006.
- _____. Transnational networks and global environmental governance: the cities for climate protection program. **International Studies Quarterly**, v.48, p.471-493, 2004.
- BULKELEY, H.; BETSILL, M. Looking back and thinking ahead a decade of cities and climate change research. **Local Environment**, v.12, n.5, p.447-456, Oct. 2007.
- _____. **Cities and climate change: urban sustainability and global environmental Governance**. New York: Routledge, 2003.
- BULKELEY, H.; MOSER, C. S. Responding to climate change: governance and social action beyond Kioto. **Global Environmental Politics**, v.7, n.2, May 2007. Massachusetts Institute of Technology.
- CESARIS, L. E. U. **Reconceitualizando o institucionalismo histórico: path dependence, agência e mudança institucional**. Dissertação de mestrado. Universidade São Paulo. São Paulo, 2009.
- CRUZ, S. R. S.; PAULINO, S.R. Projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) em aterros sanitários e a gestão de resíduos sólidos na cidade de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPPAS, 2010. p.1-19.
- CUNHA, K.B.; REI, F.; WALTER, A.C. Sub-national climate-friendly governance initiatives in the developing world: a case of state of São Paulo, Brazil. In: DIAS et al (Org.). **Public policy, mitigation and adaptation to climate change in South América**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2009. p.49-75.
- INVENTÁRIO de emissões de gases de efeito estufa do município de São Paulo. Centro Clima/COPPE/UFRJ. Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Prefeitura do Município de São Paulo, São Paulo, 2005.
- INTERGOVERNAMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Climate Change 2007: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, Pachauri, R.K and Reisinger, A. (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, 104 pp.

- _____. Disponível em: <<http://www.ipcc.ch/>>. Acesso em: 20 maio 2011.
- KERN, K.; BULKELEY, H. Cities, europization and multi-level governance; governing climate change through transnational municipal network, **Wiley Online library**, Houston, v.47, n.2, p.309-332. 2009.
- KOUSKY, C.; SCHNEIDER, S.H. Global climate policy: will cities lead the way? **Climate policy**, Brentwood, v 145, p.1-14, 2003.
- LINDSETH, G. The cities for climate protection campaign (CCPC) and the framing of local climate policy, **Local Environment**, v.9, n 4, p.325–336, Aug. 2004.
- LOCAL GOVERNMENT CLIMATE ROADMAP. Available: <<http://www.iclei.org/index.php?id=climate-roadmap>>. Access: 29 July 2011.
- LOCAL GOVERNMENTS FOR SUSTAINABILITY (ICLEI). **Local government climate roadmap: parallel process to the UN climate roadmap**. Status report. Barcelona: ICLEI, jun, 2009. Available: <http://www.iclei.org/fileadmin/template/project_templates/climate-roadmap/files/Reports/Status_Report_25May09_small.pdf>. Access: 29 July 2011.
- MARANDOLA JUNIOR, J. Tangenciando a Vulnerabilidade. In: HOGAN, D. J.; MARANDOLA JUNIOR, E. (Ed.). **População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2009, p. 29- 52.
- MARTINS R. A.; FERREIRA L. C. Opportunities and constraints for local and subnational climate change policy in urban areas: insights from diverse contexts. **Global Environmental Issues**, Vol. 11, No. 1, 2011
- _____. **Governando as mudanças climáticas no nível local: evidências de São Paulo e Rio de Janeiro**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPPAS, 2010.
- MOTTA, R. S. et. Al. Mudança do clima no Brasil : aspectos econômicos, sociais e regulatórios / Ed. Brasília: IPEA, 2011.440 p.
- ROMEIRO, V.; PARENTE, V. Regulação das mudanças climáticas no Brasil e os papéis dos governos subnacionais. In.: MOTTA, R. S. et. Al. **Mudança do clima no Brasil: aspectos econômicos, sociais e regulatórios**. Brasília: IPEA, 2011.p.43-57.
- SÃO PAULO disponível em: <www.prefeitura.sp.gov.br> acesso em: 15 de maio de 2011.
- SÃO PAULO (Município). Lei n. 14.933, de 5 de junho de 2009a. Institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, 06 jun. 2009. Disponível em: <www.leismunicipais.com.br>. Acesso em: 01 out. 2010.
- SÃO PAULO Exposição de motivos: política municipal de mudanças climáticas para São Paulo, Barueri: minha editora - coleção ambientes verdes e saudáveis, 2009.
- SATTHELWAITE, D. Cidades e mudanças climáticas. **Urban Age**, South America, dec. 2008.
- SIMÕES, A. F.; ALMEIDA, P. S. Emissões de gases de efeito estufa: as políticas públicas ambientais à luz da legislação municipal na cidade de São Paulo e a participação voluntária. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPPAS, 2010.
- SOTTO, D.; SOUZA, L. **A Lei de mudanças climáticas do município de São Paulo - lei municipal 14.933 de 2009 - aspectos ambientais e urbanísticos**. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1uZhEVIJWsyL_TobQfzUIuVsN1JrMT9eaSupcORhfFuA/edit?hl=en&authkey=CJXk4KcI&pli=1#>. Acesso em: 28 de maio de 2011.
- TOLY, N. J. Transnational municipal networks in climate politics: from global governance to global politics. **Globalizations**, Routledge, v.5, n.3, p.341-356, sept. 2008.
- UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS. Available: <<http://www.cities-localgovernments.org/sections.asp>>. Access: 25 April 2011.
- VARGAS, M.; RODRIGUES, D. F. Regime internacional de mudanças climáticas e cooperação descentralizada: o papel das grandes cidades nas políticas de adaptação e mitigação. In: HOGAN, D. J.; MARANDOLA JUNIOR, E. (Ed.). **População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2009, p. 205- 222.
- VULNERABILIDADES das megacidades brasileiras às mudanças climáticas: região metropolitana de São Paulo. São Paulo: INPE; UNICAMP; USP; IPT; UNESP – Rio Claro, 2010. Disponível em: <<http://www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/megacidades.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2011.
- WORLD BANK. **Cities and Climate Change: an urgent agenda**. Washington: urban development & local government, dec. 2010. v.10. Available: <<http://siteresources.worldbank.org/INTUWM/Resources/340232-1205330656272/CitiesandClimateChange.pdf>>. Access: 25 May 2011.

MICROCRÉDITO: ALTERNATIVA DE COMBATE À POBREZA, INCLUSÃO SOCIAL VIA MERCADO DE MICROFINANÇAS

Antonia Celene MIGUEL¹

Resumo: As ações que buscam o combate à pobreza têm incentivado o acesso ao crédito através do setor de microfinanças como uma alternativa de inclusão social via mercado. Essas ações têm sido promovidas por organismos internacionais, como o Banco Mundial, que em conjunto com órgãos não governamentais e por certos Estados, têm fomentado programas específicos, cujo público alvo tem sido a população que se encontra excluída do sistema financeiro tradicional, buscando assim o incentivo ao desenvolvimento de pequenos e micronegócios formais e informais. Seguindo essa tendência, no Brasil o microcrédito passou a fazer parte do conjunto de programas voltados para geração de trabalho e renda - através da oferta de crédito para empreendimentos populares - no âmbito do governo federal, se consolidando como política pública que tem favorecido a própria expansão do setor de microfinanças no país.

Palavras-chave: Microcrédito; Combate à Pobreza; Inclusão Social.

Abstract: The actions that seek to combat poverty have encouraged the access to credit through microfinance as an alternative to social inclusion through the market. These actions have been promoted by international bodies such as the World Bank, together with non-governmental bodies and certain States, which have promoted specific programs, which has been the target population that is excluded from the traditional financial system, thus searching encouraging the development of small and microbusinesses formal and informal. Following this trend, microcredit in Brazil became part of the set of programs for generating employment and income - by offering credit for popular projects - within the federal government, consolidating a public policy that has favored the expansion itself the microfinance sector in the country.

Keywords: Microcredit; Combat Poverty; Social Inclusion.

1. Introdução

A presente análise parte da perspectiva de que os mercados possuem uma dimensão social e política. Dessa forma abordamos as microfinanças/microcrédito a partir de uma concepção institucional sobre mercados, bem como dos estudos da Sociologia Econômica sobre crédito e finanças. Sendo assim, em termos teóricos nossa análise compartilha das abordagens que se propõem como sugere Abramovay (2004a), ao estudo dos mercados sob os seus aspectos: institucional, sociológico, histórico, ou seja, como construções sociais e como produtos da interação e cooperação humana.

Carruthers (2009) afirma que o sistema financeiro estar repleto de processos sociais, que envolvem incertezas e vulnerabilidade, o que leva a questão sobre o que causa a confiança e quais as suas consequências.

Devido à centralidade do crédito nos sistemas financeiros das economias capitalistas modernas, é sem surpresa que o crédito, como tópico de pesquisa, levante as mais diferentes questões e leve as mais importantes direções (do microcognitivo ao ma-

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPG-Pol) – Universidade Federal de São Carlos-UFSCar /Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e das Finanças do Departamento de Engenharia de Produção – UFSCar. CEP 13565-905. São Carlos, São Paulo, Brasil. antoniemiguel@yahoo.com.br.

croestrutural, da psicologia social à economia política). (CARRUTHERS, 2009, p. 375).

O microcrédito está inserido dentro das atividades que ocorrem no espaço das microfinanças, que por sua vez diz respeito à atividade econômica voltada a prestação de serviços de caráter financeiro por parte de instituições. Segundo Ledgerwood citado por Lima:

As instituições de microfinanças - IMFs, de uma maneira geral, e, em especial as que realizam microcrédito, possuem como objetivos: (a) a redução da pobreza; (b) o fortalecimento de grupos minoritários, como o de mulheres pobres; (c) a criação de empregos; (d) a ajuda aos pequenos empreendedores a fortalecer seu negócio ou mesmo diversificar suas atividades; e (e) e o estímulo ao desenvolvimento de novos pequenos negócios. (LEDGERWOOD apud LIMA, 2004, p. 33).

No âmbito dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, o microcrédito se tornou um tipo de programa específico, fazendo com que 2005 fosse declarado o ano internacional do microcrédito, o que mostra a atual centralidade que esse programa adquiriu na agenda internacional, estando vinculado diretamente a iniciativas que tentam realizar através da expansão de suas atividades, metas consideradas ambiciosas, como a redução da pobreza.

O objetivo geral da análise aqui apresentada é abordar, ainda que pontualmente, a experiência brasileira no uso do microcrédito como forma de combate à pobreza a partir das ações do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e do governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), tendo em vista que as ações desses governos resultaram na constituição de políticas voltadas para o setor de microfinanças como mecanismo para geração de trabalho e renda.

2. Microcrédito como alternativa de combate a pobreza

O debate em torno de ações políticas que visam o combate a pobreza, tem sido recorrente no âmbito dos organismos internacionais. Segundo Fiori (2008), esse debate traz a tona opiniões divergentes e críticas, principalmente acerca das metodologias que se propõe a mensurar a pobreza e sobre os modelos criados para combatê-la. Entretanto, não é o nosso intuito discutir aqui as diferentes concepções de pobreza, e os desdobramentos teóricos e empíricos dessa categoria. Apenas ressaltamos que a pobreza enquanto categoria possui uma dimensão sociologia, política e cultural, que não deve ser reduzida apenas a uma condição essencialmente econômica.

Ao tratar acerca das concepções de pobreza temos inicialmente que essa se constitui em uma categoria histórica e que sua explicação é produto de variadas matrizes do pensamento social. Conforme aponta Almeida (2000), o amplo interesse acerca dessa categoria fomenta inúmeros estudos e pesquisas institucionais em todo o mundo e em especial na América Latina. Tal estudo ocorre em face do fenômeno, da evolução socioeconômica e política dos países dessa região, ter se revestido de peculiaridades que levaram e mantiveram significativa parcela da população à margem do processo de desenvolvimento. (JESUS e COSTA, 2007, p.12).

Assim a pobreza que os organismos internacionais consideram que deve ser combatida, através de medidas, como promover o acesso ao crédito através do mercado, resulta de uma visão sobre o que esses organismos e os próprios Estados consideram como pobreza, perpassando assim, as políticas que visam tal objetivo.

A noção da pobreza que emerge das Organizações da Cooperação Internacional, o Banco Mundial à frente, no entanto, não é presidida pelo instrumental estatístico. Suas raízes estão fincadas na filosofia política liberal, que emerge a partir dos anos 70 no mundo anglo-americano, da qual John Rawls é um formulador importante e Amartya Sen pontua como destacado articulador de proposições que orientam as políticas dessas organizações. A linha analítica da filosofia política liberal tem como seu principal fundamento a defesa da inviolabilidade da liberdade dos indivíduos baseada na justiça. A pequena divergência entre os autores acima citados quanto ao momento em que a liberdade deve ser assegurada, não fere o princípio da inviolabilidade da liberdade. (KRAYCHETE, 2005, p. 208).

No seu aspecto institucional, a expansão do microcrédito como alternativa viável de inclusão social através da inserção econômica daqueles que se encontram a margem da pobreza, está relacionada diretamente ações do Banco Mundial como resultado de duas décadas de articulação em conjunto com outras organizações, incluindo as que formam cooperação internacional a partir dos Estados e as de caráter privado, na promoção de incentivos a constituição de um mercado de microfinanças, como parte das políticas de combate à pobreza. (De acordo com KRAYCHETE, 2005).

Um marco nesse intento foi a realização, em fevereiro de 1997, a Conferência Global do Microcrédito, organizada sob os auspícios do Banco Mundial, que reuniu em Washington, representantes de organismos governamentais, agências de desenvolvimento, ONGs e instituições financeiras de várias partes do mundo. O Plano de Ação aprovado na oportunidade afirma o crédito como um dos instrumentos centrais de combate à pobreza. Para atingir a esse objetivo, prescreve o atendimento, até o ano de 2005, de 100 milhões de famílias, dentre as mais pobres do planeta e, em especial, das mulheres dessas famílias. Além do crédito, abre-se a possibilidade de fornecer-lhes outros serviços financeiros relacionados a negócios. Os recursos a serem mobilizados pelos ofertantes do crédito a este contingente da população foram estimados em 21,6 bilhões de dólares. (BANCO MUNDIAL apud KRAYCHETE, 2005, p. 22).

Kraychete (2005) aponta que o intuito de formar um mercado de microfinanças voltado para atender aos pobres que não têm acesso ao sistema tradicional de serviços financeiros das grandes instituições bancárias, é elemento importante na estratégia de redução da pobreza através do mercado, e conforme a terminologia utilizada pelas instituições da cooperação internacional, focada nos pobres que se encontram acima da linha de indigência.

Dessa maneira, as políticas direcionadas a partir dessa estratégia, delimitam um público alvo, ou seja, entre os considerados pobres, existem aqueles, que devem ser prioritariamente atendidos pelos programas que visam à inclusão econômica através do acesso ao mercado de microfinanças.

O procedimento que distingue os pobres entre indivíduos pobres e extremamente pobres é acompanhado por redefinições estratégicas que demarcam políticas diferenciadas para cada segmento. Para os indivíduos que vivem na pobreza absoluta são prescritos programas especiais que visam à manutenção da vida com um mínimo de integração social – distribuição de alimentos, programas de bolsas para fins diversos, entre outros. Para os pobres que conseguiram vencer a linha de indigência, as recomendações são de implementação de políticas que visem à distribuição de ativos pela via do mercado. Para atender a estes, cabe aos governos nacionais e instituições internacionais traçar políticas que visem ao ingresso dos pobres nos mercados de terras e de créditos, ativos estes capazes de capitalizar os indivíduos, levando-os a romper as fronteiras da pobreza. (KRAYCHETE, 2005, p.136)

Embora, a concepção do Banco Mundial seja considerada de cunho liberal (ver Mick, 2003) acerca da pobreza, possa influenciar diferentes organizações e governos nas suas ações e políticas voltadas para esse objetivo. A perspectiva de que o microcrédito pode produzir impacto social com efetivas possibilidades de combate à pobreza, gerando trabalho e renda para as famílias pobres, é fortemente defendida por diferentes atores, sejam aqueles mais ligados a uma concepção dita mais liberal, ou aqueles que consideram o microcrédito como um instrumento emancipatório. Essas visões concebem cada uma a sua maneira, o microcrédito como um programa capaz de produzir mudanças sociais, fornecendo aos mais pobres ferramentas que lhes dão a oportunidade de desenvolverem suas habilidades em prol de atividades produtivas que possam lhe garantir a sobrevivência. Como sugere Costanzi:

O microcrédito permite a redução da pobreza e da exclusão social, pois aumenta a disponibilidade de ativos produtivos a disposição dos pobres e excluídos sociais. Da mesma forma que a educação e o capital humano constituem importantes ativos produtivos no combate à pobreza, o acesso ao crédito também se mostra como importante aliado nessa missão. Também cabe salientar que, dado o baixo ou inexistente estoque de capital do público-alvo, normalmente o eventual investimento realizado com o microcrédito gera alto ganho de produtividade, havendo, nesse caso, compatibilidade entre eficiência econômica e equidade distributiva. (COSTANZI, 2002, p.22)

Sendo assim, mesmo existindo diferentes concepções sobre qual o alcance do microcrédito na diminuição da pobreza, e de como ele deve ser empregado, o microcrédito não é visto apenas como uma alternativa através da qual os pobres podem superar a condição de exclusão do mercado financeiro, mas representa em certa medida a inserção dos definidos como pobres na lógica da tendência atual na economia capitalista, a do capital financeiro - que exigiria um tipo de racionalidade econômica pautada no investimento, e também no saber “gastar” - visto que boa parte dos programas voltados para a “democratização” do crédito no âmbito da microfinanças é seguido também por uma preocupação de fornecer uma educação financeira ao público atendido. Por conseguinte, o acesso a serviços bancários vem sendo assimilado como um direito que deve ser estendido a todos, ou seja, a inserção na economia como uma forma de poder exercer sua cidadania. Podemos entender assim, que se trata da promoção de uma justiça social na tentativa de solucionar o que pode ser considerada uma contradição do sistema capitalista, pois numa sociedade cuja economia é essencialmente de mercado, em que o crédito é necessário, boa parte da sua população ao se encontrar excluída do seu sistema financeiro está impedida não apenas do consumo, mas limitadas do desenvolvimento de atividades consideradas produtivas na procura pela sobrevivência através do próprio mercado e da sua lógica de concorrência e de empreendedorismo.

O importante é garantir o acesso do pobre ao crédito, promover a sua inclusão no mercado. A constituição de um mercado específico de microfinanças é resultado de um proceder a partir dos princípios da justiça como equidade. O crédito justo é o crédito oportuno, que vem a tempo de potencializar as oportunidades dos pobres no mundo dos pequenos negócios. Nessa perspectiva, o crédito é tomado como um dos instrumentos a ser mobilizado em favor do indivíduo tomado a partir das ideologias que valorizam a concorrência e o empreendedorismo. (KRAYCHETE, 2005, p. 204).

Para Muhammad Yunus (2000), economista fundador do Grameen Bank e ganhador do prêmio Nobel da paz de 2006, o acesso da população de baixíssima renda as oportunidades de financiamento de atividades produtivas através do microcrédito, mostra que as microfinanças representam uma evolução na visão de que é possível, não só emprestar dinheiro aos pobres, mas de facilitar o seu acesso a outros serviços financeiros.

A projeção do Grameen Bank, considerado o maior banco do mundo voltado para o fornecimento de crédito popular, colaborou para a popularização do microcrédito em diversas regiões do mundo. Sendo um das experiências apontadas pelo Banco Mundial, como uma das mais significativas na utilização das microfinanças como alternativa eficiente de combate a pobreza. O Grameen tem como finalidade não só o a oferta de empréstimos aos mais pobres, mas de combater a pobreza na região de Bangladesh na Índia. Desde então, o Grameen tem sido considerado mundialmente a experiência mais bem sucedida no fornecimento de microcrédito para pessoas desfavorecidas ou em pé de desigualdade. Esse banco conseguiu se expandir para mais de 60 países, atingindo até o ano de 2000, mais de 2,3 milhões de famílias beneficiadas com empréstimos populares que totalizaram cerca de 3100 milhões de euros.

Desde a experiência seminal do Grameen Bank, de Bangladesh, como instituição de microfinanças (IMFs), o microcrédito vem se tornando um dos principais paradigmas de programa com forte impacto social; em outras palavras, um modelo reproduzível de combate à pobreza, não assistencial e sustentável, nos mais diversos contextos nacionais. (PASSOS, PAIVA, GALIZA e COSTANZI, 2002, p. 41).

Portanto, como afirma Kraychete (2005), não existe necessariamente uma contradição entre a noção de direito e a constituição de um mercado financeiro direcionado para o atendimento dos pobres, todavia, não se pode deixar de levar em conta “os efeitos ideológicos que a idéia de crédito como um direito exerceu sobre os formuladores de políticas em espaços específicos, organizações não governamentais, organizações comunitárias, partidos políticos, Igrejas, entre outras instituições”. (KRAYCHETE, 2005, p.156).

As finanças não podem ser concebidas como instrumentos neutros de uma economia de troca movidos simplesmente por uma lógica de eficiência: ao contrário, a moeda – vínculos, os direitos e as obrigações que ela contém – exprime a própria maneira pela qual os indivíduos as famílias tecem suas relações recíprocas de dependência, solidariedade, ajuda, clientela, igualdade e submissão. (ABRAMOVAY, 2004b, p. 69).

3. Microcrédito no Brasil: inclusão social via mercado de microfinanças

No Brasil, o microcrédito começa com incentivos financeiros e metodologia de redes internacionais a partir dos anos 1970. Sendo que as iniciativas no âmbito do governo federal voltadas para este setor no país começam mais especificamente nos anos 1990, quando o governo Cardoso cria em 1995, a Comunidade Solidária. Em 1996 se iniciam as Rodadas de Interlocação Política do Conselho da Comunidade Solidária, impulsionadas, pela convicção de que era essencial a construção de novos canais de diálogo entre o governo e a sociedade.

Foram, ao longo de seis anos, realizadas 15 rodadas sobre temas-chave de uma agenda de desenvolvimento social para o Brasil, sendo que três (Alternativas de Ocupação e Renda; Marco Legal do Terceiro Setor; e Expansão do Microcrédito no Brasil) contribuíram para a indução, formulação e implementação, direta ou indiretamente, de políticas públicas de acesso ao crédito como forma de combate à pobreza e a inclusão social. (ZOUAIN e BARONE, 2007, p. 373).

Conforme Zouain e Barone (2007) a criação da Comunidade Solidária expressava que o governo Cardoso pretendia conduzir a questão social que através da tônica que esta não seria responsabilidade exclusiva do Estado, incentivando assim, parcerias com a sociedade civil e o setor privado como estratégia para dinamizar as ações do Estado em dife-

rentes segmentos. Sendo que a criação da Comunidade Solidária e a sua proposta de trazer a sociedade civil não só para debater questões sociais, mas para colaborar com a busca de soluções para problemas sociais, foram também interpretadas como uma vontade do governo Cardoso de eximir o Estado de suas obrigações sociais junto à sociedade. (ver QUEIROGA, 2006).

Seguindo o intuito de formar parcerias entre Estado e sociedade civil, o governo Cardoso apostou numa política voltada para o desenvolvimento do setor de microfinanças/microcrédito através de entidades privadas, que em certa medida, recebiam incentivos do governo através de dois programas coordenados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), o PCPP - Programa de Crédito Produtivo Popular e o PDI – Programa de Desenvolvimento Institucional. (MIGUEL, 2010). Em 1996, é criado através do Ministério do Trabalho e do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Programa Crédito Produtivo Popular, esse programa buscou a constituição de uma rede de instituições privadas auto sustentáveis, operando em várias unidades da federação por meio de ONGs, OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) e SCMs (Sociedade de Crédito ao Microempreendedor).

No governo Lula, a política de microcrédito assume uma perspectiva diferente, condensando o conjunto das ações voltadas para o desenvolvimento do setor de microfinanças no Brasil no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado– PNMPO, criado em 2005 através da lei n. 11.110. De acordo com Miguel (2010), mediante a criação do PNMPO passou-se a disponibilizar subsídio financeiro para a manutenção de taxas de juros no limite de 2% ao mês mediante recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do uso compulsório de 2% dos depósitos à vista no sistema financeiro nas operações de crédito junto aos micros e pequenos negócios.

Observe-se que a escolha feita pelo governo Lula, diferentemente daquela que ocorrera no período anterior, foi relacionar a estratégia de crédito popular com a possibilidade de inserção da população de baixa renda no sistema financeiro nacional. Para tanto a Caixa Econômica Federal, o Banco Brasil e sua subsidiária o Banco Popular do Brasil, tiveram um papel importantíssimo, uma vez que o número de contas simplificadas (isentas de tarifas e sem exigência de comprovação de renda e de endereço) abertas por esses bancos foi, até 31/05/2005, de 3.090.959 contas para CEF, 916.749, para o Banco do Brasil e 1.480.868 para o Banco Popular do Brasil. (FARRANHA, 2005, p.131).

Um das diferenças na forma como as ações voltadas para o setor de microfinanças passam a ser desenvolvidas no âmbito do governo federal no período Lula em relação às ações realizadas durante o governo Cardoso, está na forma como o governo Lula articulou as ações públicas e as ações de caráter privado na oferta de crédito, que foi marcada pela entrada dos bancos públicos no setor da microfinanças/microcrédito, assumindo assim, uma característica mais pública, em que o Estado, se tornou o principal responsável e indutor desse arranjo, garantido, principalmente taxa mais acessíveis de juros nos empréstimos feitos através das linhas de microcrédito.

4. O PNMPO, o microcrédito como política pública de geração de trabalho e renda.

O PNMPO fez parte do conjunto de medidas do governo Lula para uma política de inclusão financeira, que almejou atuar nas seguintes frentes: ampliação do microcrédito produtivo urbano e rural; inclusão bancária e ampliação do acesso ao crédito pela população de baixa renda; fortalecimento do cooperativismo de crédito. Sendo que o segmento do microcrédito no período de 2003 a 2010 realizou um total de 12,2 milhões de operações de mi-

crocrédito produtivo urbano, empréstimos num volume de R\$ 13,7 bilhões. (conf. Relatório do Ministério da Fazenda, 2010). Em 2003, houve a aprovação da Lei 10.735, como o objetivo de favorecer a inclusão bancária de pessoas de baixa renda, esse processo ficou conhecido como “bancarização dos pobres”, visto que muitos brasileiros ainda não tinham acesso a serviços bancários básicos. Segundo Costa (2010), através do acesso ao crédito por meio da microfinanças e aos serviços bancários básicos oferecidos pelo sistema bancário tradicional, o governo Lula, almejava viabilizar o acesso aos serviços financeiros (conta corrente, poupança, seguros, créditos) as pessoas de baixa renda, tendo em vista a garantia de uma maior cidadania, combinada com a redução das taxas de juros nos financiamentos.

De acordo com Jardim (2009), o microcrédito no governo Lula fez parte de um conjunto de projetos desenvolvidos neste período que mostram a aproximação deste governo com o mercado financeiro, visando uma inclusão social via setor financeiro, levando assim as classes populares até o mercado, promovendo uma espécie de “capitalismo popular”. Considerando essas ações, para Jardim (2009), o governo Lula, apresentou uma peculiaridade justamente por ser um governo de um partido considerado historicamente de esquerda, que tem priorizado projetos de inclusão social, via mercado.

O PNMPO foi incorporado à política de Economia Solidária, fazendo com que a política nacional de microcrédito do governo Lula, assumisse a característica de uma política voltada para inclusão social que se propôs ir além de das fronteiras de uma política essencialmente compensatória. Essa vinculação entre microcrédito e economia solidária, buscava contribuir através das microfinanças para o desenvolvimento de uma economia popular e desenvolvimento local.

Consideramos que a vinculação entre o PNMPO e Economia Solidária, fez com que a política de microcrédito do governo Lula, assumisse um caráter híbrido, por um lado se aproximando de uma perspectiva mais Liberal em relação às políticas de inclusão social e combate a pobreza através da oferta crédito direcionada aos pobres considerados empreendedores, e por outro, se apresentou também como uma proposta de caráter emancipatório, que considera o microcrédito como capaz de construir redes alternativas a lógica puramente de uma economia de mercado, através da articulação entre as instituições de microfinanças e os projetos que visam crescimento econômico com inclusão social. Visto que a Economia Solidária se constitui como uma forma de economia popular onde se realizam atividades econômicas através da reunião pessoas em associações, cooperativas ou empresas autônomas de pequeno porte. Nesse sentido, a Economia Solidária também se apresentaria com uma alternativa viável de práticas econômicas aos efeitos negativos da economia capitalista. Como afirma Singer citado por Queiroga (2006), a expansão mundial do microcrédito em conjunto com o crescimento da economia solidária, se tornaram alternativas consideradas mais viáveis aos efeitos perversos do sistema econômico capitalista.

No período do governo Lula as ações em relação ao microcrédito no Brasil, ganharam maior força quando este foi atrelado a idéia de Economia Solidária e a de empreendedorismo, ou seja, a de que o acesso ao microcrédito é essencial para incentivar e apoiar não apenas pequenos e micronegócios, mas a formação de cooperativas de trabalho ou outras formas de associativismo, desenvolvendo assim, atividades consideradas empreendedoras como forma de estimular o “espírito empreendedor” do público atendido pelo setor de microfinanças. Sendo que o PNMPO, como principal programa de microcrédito no âmbito do governo federal não visou o fornecimento de crédito para o consumo e sim para a fomentação de atividades consideradas produtivas. A partir dos dados do PNMPO, entre os anos de 2005 e 2010, verificamos que 90% dos clientes atendidos no âmbito do programa possuem situação jurídica informal, ou seja, desenvolvem atividades autônomas e sem qualquer tipo de registro. Sendo assim, programa tem conseguido alcançar de certa forma pequenos empreendedores populares que até então não tinham acesso a qualquer tipo de crédito, devido à alta burocracia,

exigência de garantias do pagamento dos empréstimos e juros inacessíveis a sua condição econômica. Tal constatação empírica aponta para os argumentos de Abramovay, ao afirmar que:

É equivocada a idéia de que primeiro os pobres devem ampliar sua geração de renda para, só então, demandar serviços financeiros formais. Na verdade, o acesso aos bancos é uma das mais importantes condições para aumentar as chances daqueles que vivem do trabalho por conta própria e próximo à linha de pobreza. (ABRAMOVAY, 2004, p.02).

Vale ressaltar que em termos de garantias, o PNMPO possui a opção de manter um sistema de aval solidário ou aval moral, como meio de garantir as baixas taxas de inadimplência do programa. Esse tipo de aval é utilizado, quando na reunião de um grupo (geralmente 3 a 5 pessoas) com pequenos negócios e necessidade de crédito e que, ao mesmo tempo, as pessoas sejam amigas, vizinhas e tenha confiança umas nas outras, “para satisfazer, solidariamente, a obrigação de um devedor, caso ele não o faça”. (Conf. SEBRAE e Comitê de Marco Legal, do Conselho da Comunidade Solidária, dezembro de 2001). Dessa forma, esse tipo de sistema avalista utilizado na microfinanças para assegurar o pagamento dos empréstimos, funciona através do que chamamos de “dispositivos sociais” em que vale a solidariedade e a força de um possível constrangimento social daquele que não honrar o seu empréstimo diante do seu grupo.

O PNMPO não contribuiu apenas com um marco regulatório do setor de microfinanças no Brasil, mas com a destinação de recursos para garantir a oferta de microcrédito, mecanismos para manter a sustentabilidade das entidades que oferecem esse tipo crédito e a delimitação do público alvo. Provocando desse modo, tanto uma oferta de crédito dessa natureza quanto uma demanda pelos serviços de microfinanças. Bourdieu (1997) argumenta que mesmo em graus diferentes, os mercados são resultados de uma dupla construção, no qual o Estado contribui de forma determinante, sendo responsável pela constituição da demanda, mediante a produção de disposições individuais e principalmente dos sistemas de preferências individuais. “Mesmo numa economia capitalista, o mercado é apenas um dos meios que a sociedade usa para tomar decisões, determinar merecimentos, alocar recursos, manter o tecido social e conduzir as relações humanas.” (KUTTNER, 1998, p. 26).

A participação estatal teve papel decisivo no avanço do setor de microfinanças no Brasil, tendo em vista que os principais programas de voltados para o microcrédito ou microfinanças no país contam com a participação direta ou indireta do Estado. (COSTANZI, 2002, p.23).

Apontamos assim, que a política de microcrédito no governo Lula, pode apresentar aspectos de um reformismo de esquerda. Esse reformismo de esquerda, segundo Castel (2003), é um reformismo ativo, baseado na prática de programas de direita. Para Bourdieu (1998) algumas políticas consideradas de direita podem/têm ganhado nova conotação quando defendidas pela esquerda.

5. Considerações Finais

Embora, o microcrédito tenha sido conduzido por políticas diferenciadas no governo Cardoso e no governo Lula, o microcrédito foi encarado nos dois períodos como solução para combater à pobreza através do acesso ao crédito com o objetivo de fomentar atividades formais ou informais para gerar trabalho e renda. Apontamos assim, que a constituição de qualquer mercado não se deve a leis mercadológicas controladas por uma mão invi-

sível, e o mercado de microfinanças, como qualquer outro mercado, é resultado da interação humana, um espaço social construído através de ações políticas. Sugerimos ainda, que o desenvolvimento de certos programas públicos podem até atender em certa medida uma pauta ligada as concepções de organismos internacionais, todavia podem ter seu caráter alterado, não só quando incorporados numa realidade diferente daquela em que foram formulados, mas quando conduzidos por diferentes governos.

Referências

- ABRAMOVAY, R. A Densa Vida Financeira das Famílias Pobres. In *Laços Financeiros na Luta Contra a Pobreza/Ricardo Abramovay (Org.)*. São Paulo Annablume; Fapesp; ADS- CUT; Sebrae, 2004.
- ABRAMOVAY, R. Na Luta Contra a Pobreza. *Desafios do Desenvolvimento – outubro de 04 – Ano 1 – nº 3*, p. 66.
- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 16, n. 2. São Paulo, 2004.
- BARONE, F. M.; ZOUAIN, D. M. Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. *RAP*, Rio de Janeiro, 2007.
- BOURDIEU, P. O Campo Econômico. Artigo publicado na revista *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, nº 119, setembro de 1997, p. 48-66. Tradução de Suzana Cardoso e Cécile Raud-Mattedi.
- CARRUTHERS, B. G. A Sociologia do Crédito e das Finanças. In *Sociologia Econômica e das Finanças: um projeto em construção*. Ana Paula Carletto Mondadore et al. Edufscar. São Carlos, 2009.
- COSTA, F. N. Microcrédito no Brasil. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 175, abr. 2010.
- COSTANZI, R. N. Microcrédito no Âmbito das Políticas de Trabalho e Renda. *Opinião dos Autores, MTE*, Brasília, 2002.
- JESUS, A. C. S.; COSTA, J. B. A. As Diferentes Concepções de Pobreza Presentes nos Desenhos das Políticas Públicas de Cunho Social. Universidade Federal do Maranhão. III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.
- FARRANHA, A. C. Olhares sobre a pobreza: entre o global e local: a experiência de microcrédito no município de Vitória. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2006.
- FIORI, G. D. A Pobreza Necessária: os programas de transferência de renda do Brasil e do Uruguai e as organizações internacionais. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2008.
- JARDIM, M. A. C. Entre a Solidariedade e o Risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula. (Coleção TC- Trabalho e Contemporaneidade). Annablume, FAPESP, São Paulo, 2009.
- KRAYCHETE, E. S. O Banco Mundial e o Desenvolvimento das Microfinanças em Países da Periferia Capitalista. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração, 2005.
- LIMA, V. S. Uma Análise dos Efeitos da Regulação do Setor de Microfinanças Brasileiro: o caso das sociedades de crédito ao microempreendedor. Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas para a obtenção do grau de mestre em Administração Pública. Rio de Janeiro, 2004.
- MICK, J. O caráter social do crédito: microcrédito combate a pobreza e desenvolvimento alternativo - a expectativa brasileira e o caso da Portosol (1996-2002). Tese (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- MIGUEL, A. C. A Política Nacional de Microcrédito no Governo Lula. Relatório Individual Sintético de Treinamento Técnico. FAPESP. São Paulo, 2010.
- PASSOS, A. F.; PAIVA, L. H.; GALIZA, M.; COSTANZI, R. N. Focalização, Sustentabilidade e Marco Legal: uma revisão da literatura de microfinanças. *Mercado de Trabalho, conjuntura e análise*, nº 18. IPEA/MTE, 2002.
- QUEIROGA, M. M. Implicações do Neoliberalismo na Política Social Brasileira: o modelo de proteção social do governo Lula. Monografia de Conclusão de Curso, Departamento de Serviço Social da UNB, Brasília, 2006.
- SILVA, R. V. M. Disseminação de Programas Públicos de Microcrédito: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2007.
- YUNUS, M. O Banqueiro dos Pobres. São Paulo: Ática, 2000.

ALUNOS NEGROS NO ENSINO SUPERIOR: ESTRATÉGIAS DESENVOLVIDAS PARA OBTER SUCESSO ACADÊMICO E ENFRENTAR O RACISMO NO MER- CADO DE TRABALHO

BLACK STUDENTS IN HIGHER EDUCATION: STRATEGIES DEVELOPED FOR ACADEMIC SUCCESS AND ADDRESSING RACISM IN THE LABOR MAR- KET

Aparecida das Graças GERALDO¹

Edilene Pereira MACHADO²

Resumo: A universidade pública criada no Brasil tornou-se um espaço ocupado majoritariamente pelos integrantes de famílias mais abastardas, gerando dessa forma a exclusão dos menos favorecidos. A proposta desse artigo é apresentar relatos de egressos do curso superior que tiveram a oportunidade de voltar aos bancos escolares pelas Políticas Públicas de Ações Afirmativas, alunos esses, oriundos da Educação Básica Pública, que ingressaram numa instituição particular criada em 2003, oficialmente tendo a primeira turma que ingressou em 2004. A instituição de Ensino Superior oferece 50% das vagas para negros e/ou afrodescendentes. Nesse sentido pretende-se analisar as estratégias utilizadas pelos egressos dos cursos de Administração de Empresas e Direito, para obter sucesso na vida acadêmica, bem como mecanismos utilizados para enfrentar o racismo no mercado de trabalho e o obter ascensão social.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Racismo, Mercado de Trabalho.

Abstract: The public university established in Brazil has become a space occupied mostly by members of families abastardas, thus generating the exclusion of the less fortunate. The purpose of this paper is to present reports of the college graduates who have had the opportunity to return to school through the affirmative action policies, these students, coming the Basic Public Education, who entered a private institution established in 2003, officially taking the first class in 2004. The institution of higher education provides 50% of seats for blacks and / or African descent. In this sense we will analyze the strategies used by graduates of the Business Administration and Law, to succeed in academic life, as well as mechanisms used to tackle racism in the labor market and obtain social mobility

Keywords: Public Policy, Racism, Labour Market.

Introdução

Quando o assunto em pauta é o racismo na sociedade, contamos com um arsenal de pesquisas realizadas desde o século XVIII, antes mesmo da aprovação da lei que teoricamente colocou fim na escravidão no Brasil. Em maior proporção temos ações que vitimizam os negros e pardos, discriminações essas, nos diferentes âmbitos da sociedade. Uma pesquisa realizada pela pesquisadora Virginia Bicudo tendo como foco o cotidiano do negro na sociedade,

¹ - Mestre em Educação, arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e Professora da Universidade Estácio de Sá - São Paulo. Aluna Especial do doutorado na Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho/UNESP/Araraquara. CEP-14800-901 São Paulo/Brasil. E-mail: cidagerald@gmail.com.br. Tel: 11-7692-5355

² - Doutoranda em Sociologia, pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho/UNESP./ Araraquara. CEP-14800-901 São Paulo/Brasil. Orientador: Dagoberto José Fonseca. E-mail: ms.soc.lenamachado@gmail.com. Tel: 11- 6578-7670

na década de 1940 para a sua dissertação, defendida na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo em 1945, retrata o cotidiano dos negros e as dificuldades de integração na sociedade paulistana. Pesquisando na mesma linha, em 1965, Florestan Fernandes publica a obra “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”, “O Negro no Mundo dos brancos” em 1972; através de dados empíricos e coletas de histórias de vidas o autor reconstrói o drama vivido pelo negro após a “abolição” que sem formação profissional viram todas as chances de integração se reduzir.

Para Freitag (2005), o negro

sem trabalho digno e remuneração adequada, ele foi jogado em um processo de anomia (desorganização e desintegração social e psíquica, nos termos de Durkheim), o que por sua vez dificultou o seu acesso aos mecanismos de ascensão como a formação escolar, o voto democrático, a realização pelo trabalho. (p.235)

As pesquisas realizadas ao longo do século XX e continua com mais afinco no XXI por pesquisadores que tinham como foco a integração do negro na sociedade, considerando a Educação, Cultura e Emprego, tem como contribuidores Abdias Nascimento (2004), Costa (1998), Munanga (2004-2012), Martins (2004), Bicudo (2010)

Paralelamente às pesquisas, outros eventos aconteceram, e alguns merecem destaque; 1934 o Primeiro Congresso Afro-Brasileiro em Recife; 1937 Segundo Congresso Afro-Brasileiro; 1944 fundado o Teatro Experimental do Negro³ (TEN) na cidade do Rio de Janeiro por Abdias Nascimento; 1950 foi promulgada a “Lei Afonso Arinos”, que tornou crime comum, passível de sanção penal, os atos de discriminação racial no Brasil, um avanço, apesar das irrisórias penas de multa praticadas; 1958 foi realizado na cidade de Porto Alegre o Primeiro Congresso Nacional do Negro. Tanto os movimentos como os pesquisadores tinham como primazia lutar por ações que permitissem ao negro a oportunidade de uma inserção digna na sociedade.

Entendendo As Políticas Públicas no Ensino Superior Brasileiro

Historicamente sabemos que a Educação foi oferecida a uma parcela ínfima da sociedade brasileira. Tal fato contribuiu para que ativistas em prol da igualdade de direitos lutassem incessantemente por políticas que afirmassem o negro na sociedade. Importante salientar, que no cenário brasileiro entende-se por Políticas Públicas um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução de problemas relacionados a desigualdade de oportunidades enfrentados pela sociedade. Inicialmente, a área de políticas públicas contou com quatro fundadores: Harold Lasswell (1936), Herbert Simon (1957), Charles Lindblom (1959) e David Easton (1965).

Na década de 1930 Lasswell introduziu a expressão *policy analysis*, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção dos governos estabelecendo o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Já nos idos de 1950, Simon usou o conceito de racionalidade limitada dos decisores *policy makers*, argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional.

Lindblom nas décadas de 1950 e 1970 questionou a ênfase no racionalismo de Lasswell e Simon propondo a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políti-

³ O Teatro Experimental do Negro tinha como objetivo a valorização do negro no teatro e a criação de uma nova dramaturgia. Contemporâneo de “Os Comediantes”, companhia com a qual realizava intercâmbios, o Teatro Experimental do Negro nascia junto com o teatro moderno, priorizando seu projeto artístico sem levar em conta o gosto médio da platéia e abrindo mão da profissionalização.

cas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio.

Em 1965, Easton definiu a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente.

No Brasil, Ruas (1998) contribui com diferentes teorias e conceitos sobre Políticas Públicas, enfocando, inicialmente, a diferenciação social das sociedades modernas, no que tange às ideias, valores, interesses e aspirações diferentes, existindo a possibilidade de haver conflitos sociais. Para a professora citada seria um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica de conflitos quanto a bens públicos. Já, a política pública compreenderia o conjunto de decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores.

No que se refere ao Ensino Superior e, sabemos ser um acontecimento tardio no Brasil, objeto que temos como presente objeto de pesquisa, o principal objetivo das políticas públicas é ampliar o acesso e garantir a permanência dessa nova população na educação.

Quando o Negro é escolarizado

Apesar das políticas afirmativas adotadas pelas universidades brasileiras para ampliar o acesso da população negra ao ensino superior, 124 anos depois da Abolição da Escravatura permanece o hiato em relação à população branca. Os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que entre 1997 e 2007 o acesso dos negros ao ensino superior cresceu, mas continua sendo metade do verificado entre os brancos. Entre os jovens brancos com mais de 16 anos, 5,6% frequentavam o ensino superior em 2007, enquanto entre os negros esse percentual era 2,8%. Em 1997, esses patamares estavam em 3% e 1%, respectivamente.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, produzidos em 1999, mostraram que o ingresso no ensino superior era alcançado por somente 7,1% dos brasileiros entre 18 e 25 anos; porém, entre os brancos nesta faixa de idade, o acesso à universidade chegava a 11,2%, enquanto entre os negros não passava de 2,3%. De acordo com os resultados do IBGE e PNAD, essa parcela quase invisível da população negra que tem através das políticas públicas acesso ao ensino superior se depara durante a escolarização com um fator presente historicamente na sociedade brasileira – “o racismo”. Termo criado provavelmente na década de 1920, o racismo enquanto conceito fora objeto de diversas leituras e interpretações.

Van den Berghe (1967 apud Jones 1973), ensaia uma definição de racismo ao defini-lo como:
(...) qualquer conjunto de crenças de que diferenças (reais ou imaginárias) orgânicas geneticamente transmitidas entre grupos humanos, são intrinsecamente associadas à presença ou à ausência de algumas características ou capacidade socialmente significativas e, portanto, que tais diferenças constituem uma base legítima de distinções injustas entre grupos socialmente definidos como raças. (p,4)

Ainda citando Jones (1973), o racismo é o processo natural pelo qual as características físicas e culturais de um determinado grupo de pessoas adquirem significação social negativa numa sociedade socialmente heterogênea.

Para Munanga (2012),

o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças natural-

mente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural.

Segundo Jones (1973) o preconceito é uma atitude negativa, com relação a um grupo ou a uma pessoa, baseando-se num processo de comparação social em que o grupo ou indivíduo é considerado um ponto positivo de referência. Contribuindo com o termo citado, Fernandes (1994), corrobora em entrevista no programa Roda Viva:

Existem duas barreiras na sociedade brasileira que estão muito próximas: uma é social, a barreira de classes, que o homem branco vence ou quando ele consegue uma oportunidade de se escolarizar, de se profissionalizar, de subir socialmente. Já o negro tem a barreira social e a barreira racial, ele tem duas barreiras a enfrentar e a vencer, por isso é que classes e raças são tão interdependentes. E depois do negro conseguir êxito na profissão, ele ainda precisa lutar por sua auto-afirmação como pessoa.

É nesse cenário que o jovem negro brasileiro está inserido, grosso modo, tenta construir sua identidade na negação de direitos, a mínima porcentagem que consegue vencer o primeiro obstáculo, que é escolarizar-se, tem o segundo obstáculo a vencer, que é o preconceito.

Construindo sonhos, buscando a realidade: o ingresso do negro no mercado de trabalho.

Desde o fim da escravidão o negro enfrenta barreiras à sua ascensão social e até mesmo à sua sobrevivência. Após a escolarização, o negro vislumbra a oportunidade de inserir no mercado de trabalho.

Para responder aos nossos anseios, foram entrevistados quatro jovens que terminaram o curso de graduação em 2008, para tentar [re] construir a história utilizando o recurso de entrevistas semi-estruturadas, buscamos direcionar o discurso dos entrevistados em alguns aspectos e favorecer a condução da interação entre pesquisador e pesquisado. Os egressos estudaram numa faculdade inaugurada em 2003 em São Paulo, tendo como foco a cultura, a história e os valores da negritude, a primeira turma iniciou em 2004 e concluiu em 2008, sendo o público alvo, alunos negros e pardos auto-declarados.

Para Queiroz (1988), a entrevista semi-estruturada é uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos. Desse modo, da vida do informante só interessa aquilo que vem se inserir diretamente no domínio da pesquisa. A autora considera que, por essa razão, existe uma distinção nítida entre narrador e pesquisador, pois ambos se envolvem na situação de entrevistas movidas por interesses diferentes.

Considerando a importância da fala e das narrativas nos processos de investigação qualitativa, concordamos com Minayo & Sanches (1993, p.245) quando afirmam que: a fala humana possui a função essencial de transmitir, através de um porta-voz (o entrevistado), representações de grupos determinados em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas. Para conseguir dados necessários, considerando que a pesquisa qualitativa foi necessária a elaboração de um roteiro guia que contemplasse a preocupação de sempre lançar o olhar para compreender o ser humano em seu contexto. Triviños (1987) esclarece que o roteiro-guia elaborado pelo entrevistador não surge a priori.

Ele é resultado não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, não

sendo menos importante seus contatos, inclusive, realizados na escolha das pessoas que serão entrevistados (p.146)

No que se refere a pesquisa qualitativa é segundo Lüdke e André (1986) uma das vantagens da utilização da pesquisa qualitativa e da entrevista é também a possibilidade de um contato pessoal do pesquisador com o objeto de investigação, permitindo acompanhar as experiências diárias dos sujeitos e apreender o significado que atribuem à realidade e às suas ações.

Conhecendo os atores desse novo “cenário” educacional e social

Luana, 23 anos. Estudante do curso de Direito, sua segunda graduação. Filha de uma técnica de enfermagem e o pai desconhece. Fez pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) no período de 2005 a 2008, o curso de Hotelaria como bolsista integral, Fez parte da primeira turma de ingressantes bolsistas do Programa Universidade para Todos. Tem um irmão bolsista integral e faz graduação em história em Porto Alegre;

Sandra, 30 anos. Graduada em Administração de Empresas. Filha de advogado e uma funcionária pública. Têm dois irmãos, uma é pedagoga e o mais novo, cantor;

Paulo, 26 anos. Graduado em Administração de Empresas. Filho de comerciante e a mãe que é funcionária pública aposentada. A mãe com ensino superior incompleto cursou três anos de Serviço Social, tem um irmão gêmeo que fez o curso de Educação Física e a irmã que é pedagoga;

Roberto, 33 anos. Concluiu o curso de Administração de Empresas. Os pais sabem ler e escrever o básico, a mãe é dona de casa e o pai é mestre de obras. Têm dois irmãos, um terminou o curso de graduação em Administração de Empresas e a irmã fez graduação Tecnólogo (curso de dois anos do ensino superior).

Ao ingressar no ensino superior, algumas estratégias foram utilizadas para que os alunos, a maioria, oriundos de escola pública pudessem acompanhar com êxito o curso desejado. Uma das características apontadas em todas as entrevistas foi a importância do apoio da família para conseguirem permanecer e concluir o curso. Sofia afirma que conseguiu acompanhar com “facilidade” o curso e um dos motivos apontados foi a experiência e maturidade adquirida na primeira graduação, conseguiu acompanhar e teve um bom desempenho. A mãe sempre preocupada com a formação dos filhos procurava eventos gratuitos para levar os filhos. “Uma boa estratégia para tirar os filhos de um ambiente violento e mostrar que existe outro mundo.” (Alice se referindo ao incentivo da mãe).

Sandra teve um processo de desempenho semelhante ao de Alice, ambas sempre tiveram apoio da família, desde a mais tenra idade. Recebeu incentivo do pai que é advogado, uma irmã pedagoga e a mãe funcionária pública. O ambiente familiar atuou como um facilitador na vida de Sandra, ao contrário de Alice que não conhece o pai e a mãe trabalha como técnica de enfermagem e foi a responsável pela sobrevivência da família.

Paulo vive um cotidiano semelhante ao de Sandra, a família sempre incentivou os filhos a dedicarem aos estudos, tem um irmão gêmeo que fez o curso de Educação Física e os pais são escolarizados e sabem da importância do estudo para quem deseja uma vida melhor. Os pais de Paulo carregam uma frustração, não terem condições de fazer um curso superior.

Para Roberto, ex-jogador de futebol, os pais analfabetos sempre se preocuparam com a necessidade dos filhos estudarem, os pais sabiam não queriam para os filhos a mesma realidade “dura” em que viviam. A mãe dona de casa “por opção”, pois o pai sempre acreditou que a única forma de mudar a história de vida era cuidar da educação dos filhos. Nesse cenário Roberto e seus dois irmãos cresceram num bairro periférico da região sul de São Paulo. Em compensação os três filhos do casal têm ensino superior.

Quanto às estratégias de aprendizagem, todos entrevistados apontaram dificuldade para conciliar a escola com o trabalho e acompanhar os conteúdos e dinâmicas em sala de aula. Mesmo apresentando certo grau de dificuldade inicialmente, os entrevistados se dedicaram aos estudos e conseguiram obter bons resultados no processo de ensino e aprendizagem.

Considerando que a pesquisa realizada é de ordem qualitativa, o resultado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que mais da metade da população brasileira (51,1%) se classifica como preta e parda. Mesmo assim, a proporção de estudantes negros e pardos entre 18 e 24 anos que cursam ensino superior continua sendo bem menor que a de brancos na mesma faixa etária. Em 2009, 62,6% dos estudantes brancos entre 18 e 24 anos estavam na universidade, contra 28,2% dos negros e 31,8% dos pardos. A diferença também é grande entre as pessoas de 25 anos ou mais com ensino superior concluído. Em 2009, 4,7% dos pretos e 5,3% dos pardos nesta faixa etária tinha diploma de ensino superior, contra 15% dos brancos, diante dos dados podemos afirmar que os resultados apresentados, no que tange, a inclusão do negro continua invisível.

Mesmo diante da disparidade Munanga (2004) aponta que, se não fossem as ações afirmativas, para alcançar-se a equidade racial, ou, pelo menos, uma aproximação sócio-econômica-educacional entre negros (as) e brancos (as), seria necessário cerca de 50 anos de estudos da população negra, sem que a população branca estudasse. Como obviamente isso não é possível, a superação das lacunas pode dar-se por meio de ações afirmativas nas universidades públicas e as bolsas de estudos nas privadas.

Políticas Públicas como imperativo de desigualdade de oportunidade.

Hasenbalg e Silva (1990), ao analisarem os dados da PNAD de 1982, chamaram a atenção para o fato de que:

As informações da PNAD de 1982 indicaram que, no que diz respeito ao acesso ao sistema escolar, uma proporção mais elevada de crianças não-brancas ingressa tardiamente na escola. Além disso, a proporção de pretos e pardos que não têm acesso de todo à escola é três vezes maior que a dos brancos. Estas desigualdades não podem ser explicadas nem por fatores regionais, nem pelas circunstâncias sócio-econômicas das famílias. Embora uma melhor situação sócio-econômica reduza a proporção de crianças que não têm acesso à escola independentemente de sua cor, ainda persiste uma diferença clara nos níveis gerais de acesso entre crianças brancas e não-brancas mesmo nos níveis mais elevados de renda familiar per capita. (p.99)

Com o objetivo de transformar essa realidade e de buscar o caminho da equidade racial surgiram, a partir do ano 2002, as políticas públicas de Ação Afirmativa, uma ação que visava dar continuidade às propostas elaboradas e discutidas na Conferência Mundial de Durban em 2001. Grosso modo, começaram a pensar a educação como um instrumento que possibilita reduzir a desigualdade racial e social existente em nosso país.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apresentou dados sobre a desigualdade racial no Brasil, focando o ensino superior. Segundo a pesquisa, só 2% dos negros conseguem entrar na universidade. Diante desse dado alarmante, dois questionamentos são feitos: o que fazer com os 98% que não entram e o que com os 2% que conseguem entrar? (IPEA/2002)

O debate instaurado sobre as Políticas de Ações Afirmativas – Cotas, tem envolvido diversos segmentos da sociedade brasileira. Essa política ocupa um lugar de destaque na agenda do Governo Federal, pois visa reduzir desigualdades raciais e sociais.

O Laboratório de Análises Econômicas, Históricas e Estatísticas Raciais (LAESER), publicou em 2010 a análise de uma pesquisa realizada entre 1988 a 2008, considerado o perí-

odo de maior expansão da educação no país. Entre os anos de 1988 a 2008, a taxa bruta de escolaridade no ensino superior da população total passou de 8,6% para 25,5%, significando um incremento de 17,0% pontos percentuais ou em termos proporcionais, de 197,8%.

No que se refere à população branca, a taxa de escolaridade passou de 12,4% em 1988, para 35,5% em 2008, correspondendo a uma elevação de 23,4% pontos percentuais, ou um aumento proporcional de 189,2%. No caso da população preta e parda, a taxa de escolaridade no nível superior passou de 3,6%, em 1988, para 16,45 em 2008. Essa evolução correspondeu a um aumento de 12,7% pontos percentuais ou, em termos proporcionais de 350,4%, em 2008.

A análise realizada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no mesmo período revela que, a taxa de escolaridade líquida passou de 2,5% em 1998, para 13,7% em 2008, correspondendo a uma elevação de 8,5% pontos percentuais ou, em termos proporcionais de 164,4%. Entre a população branca, o indicador evoluiu de 7,7% para 20,5%, já entre a população preta e parda, o indicador evoluiu de 1,8% para 7,7%, significando uma evolução de 5,9% pontos percentuais ou, em termos relativos, de 321,6%. Diante dos dados apresentados, Paixão (2010) corrobora o senso comum existente na sociedade brasileira, de que a universidade não é para todos (p. 230)

Para as famílias abastardas e que estão familiarizadas com o meio acadêmico, ter um filho ou filha na Universidade não é novidade, isso tem um valor individual, quando chega a vez da pessoa ingressar no ensino superior, o mesmo não podemos afirmar quando se trata da população preta e parda. Para essa parcela da população, em que raramente a família conta com um (a) estudante universitário (a) muda totalmente o cenário, pois o fato de ingressar no ensino superior é considerado como repercussões sociais e, acreditam que um diploma possibilitará ou facilitará a inserção no mercado de trabalho consequentemente resultará na ascensão social.

Antes de ingressar na Universidade, Alice tivera uma experiência de três anos como funcionária pública, desempenhando a função de Técnica na Secretaria de Economia e Planejamento, talvez seja esse o propulsor responsável pela escolha do curso. Entretanto, a primeira formação não lhe proporcionou acesso ao mercado de trabalho como desejava, ao concluir o curso a entrevistada. Ao ser questionada sobre a inserção no mercado de trabalho, ou seja, se o término do curso e o diploma como facilitador para ingressar no mercado de trabalho, afirma que nada mudou “como já disse eu sou gerente de Hotelaria Hospitalar, logo teria que atuar como gerente, quando sai da faculdade eu fiz muita entrevista, mandei muitos currículos, eu nunca consegui” (Alice).

A entrevistada continua, eu nunca consegui porque sou negra, eu tenho certeza (...) “Eu não vou alisar o meu cabelo porque alguém quer que eu alise, eu só vou alisar quando eu tiver a fim, não vou amenizar os meus traços porque alguém está pedindo, isso nunca”. Pela expressão de Alice podemos afirmar que a presença do racismo parece se fortalecer na sociedade brasileira, nesse sentido Amaral (2001), afirma que a sociedade de hoje ainda vive sobre os efeitos das doutrinas arianistas, que pregam no passado ora a pureza das raças, com a suposta superioridade da raça branca sobre as demais, ora a mistura racial no sentido de enfraquecer a cultura e a população negra, a médio e longo prazo e embranquecer a população brasileira, apagando a forte presença do negro no país.

Situação semelhante vivência Sandra, ainda na graduação no cursando Administração de Empresas, teve a oportunidade de inserir-se no mercado de trabalho como estagiária, quatro meses depois já estava efetivada, numa empresa faz desenvolvimento de softwares. Entretanto para ser promovida, passou por momentos de grandes frustrações. Conforme podemos verificar no relato a seguir:

Eu já fui vítima de preconceito na empresa por ser negra. O próprio dono da empresa achava que eu não tinha capacidade. Ele teve que me engolir. Quando eu fui promovida porque a minha chefe bateu o pé e disse que a vaga era minha e que ela confiava no meu trabalho, ela tem capacidade para realizar o trabalho. (Sandra)

A situação enfrentada por Sandra no mercado de trabalho, faz parte de um pensamento/ação negativo arraigada na população brasileira, sobre o qual o negro é visto como incapaz para realizar um trabalho vislumbrado pela população branca.

Tendo a primeira barreira vencida que foi a ocupação de um novo cargo na empresa e consciente que dificilmente ocupará um cargo de chefia.

Eu acho que são quatro anos de empresa, eu vou terminar minha MBA depois eu tenho que sair, se quiser crescer. Não tenho mais possibilidades, se tiver um cargo de gerência de coordenador ou supervisão não vai cair no meu pé, isso para mim está ficando cada vez mais claro, antes eu não queria enxergar, eu achava que era possível, mas hoje eu percebo que não. O círculo está fechando, está chegando a hora, logo, logo eu vou ter que seguir a vida.

Percebemos pelo relato acima que, que o aspecto mais perverso do racismo no ambiente de trabalho se dá nos processos de promoção ou mobilidade para cargos de chefia, liderança ou comando que tem maiores responsabilidades, visibilidade e remuneração. A falta de oportunidade gera a desigualdade social.

Enquanto cursava Administração de Empresas, Paulo começou a trabalhar como estagiário durante um ano e meio numa instituição financeira em São Paulo. “Como eu tive o primeiro momento no banco eu me deparei com o que eu já tinha acontecido no passado, que era conviver só com pessoas diferentes, ou seja, pessoas brancas”.

Ao se referir às “pessoas diferentes”, lembra os momentos em que estudou numa Universidade, cujo público era em sua maioria branca e em seus depoimentos relata que se sentia em “ser estranho” no espaço acadêmico.

Marcos teve a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho como estagiário durante numa instituição financeira enquanto cursava a faculdade, entretanto ao término do curso não teve o mesmo final do universitário Paulo, não foi efetivado e sem alternativa, voltou a trabalhar numa imobiliária que atuava antes da graduação.

Para Roberto o mercado de trabalho no Brasil é muito injusto,

Quem está inserido no RH das grandes empresas, são as pessoas da classe média alta, não sei se chega a ser classe alta é uma camada preconceituosa, mesmo que o negro tenha capacidade, as pessoas ainda vêem o negro com muita desconfiança para que ele possa inserir, ele tem que ser bom, mas muito bom mesmo, tem que ser duas vezes melhor porque senão acaba não entrando. (Roberto)

Podemos observar através dos relatos dos entrevistados que para diminuir a desigualdade entre brancos e negros existente em nosso país, é necessário uma política que vá além da afirmação na educação, pois ao terem a oportunidade de ingressar no ensino superior, almejam a ascensão social, e a mesma só se tornará realidade quando o mercado de trabalho estiver apto a recebê-los.

Considerações

Podemos perceber que o fato de terem a oportunidade de voltar aos bancos escolares ou/e dar continuidade aos estudos contribui para que os ingressantes consigam vencer a dificuldade do processo de ensino-aprendizagem. As dificuldades durante o percurso da

escolarização foi aos poucos cedendo dando lugar a vontade de vencer, talvez pelo fato de estarem realizando um sonho que imaginavam tão distante.

Pesquisas realizadas durante o curso (2004-2008) apontam que inicialmente, ou melhor, no primeiro semestre os alunos apresentavam dificuldades para acompanhar o conteúdo proposto, dificuldade que no segundo semestre já não estava tão presente. Aos poucos se acostumaram a nova situação, os descendentes de escravos que tiveram seus antepassados vivendo na senzala viram no ensino superior a oportunidade de ascender socialmente. O preconceito na sala de aula não evidenciado durante as entrevistas, pelo fato de todos estudarem numa instituição que 90% de seus pretos ou pardos.

Conscientes das inúmeras pesquisas realizadas, sabemos que a desigualdade de acesso no ensino superior continua presente, como foi apontado pela análise criteriosa de Paixão em 2010.

O número quase invisível de pretos e pardos que vence a barreira de ter um diploma do ensino superior, tem a seguir a difícil tarefa de inserir-se no mercado de trabalho. Nas inúmeras pesquisas realizadas pelo IBGE, PNAD, DIEESE, PED e SEADE os resultados apontam para a oportunidade desigual, consequência de uma população historicamente racista que insiste em classificar o ser humano usando como característica a sua cor. Na mesma direção Bicudo (2010), afirma que no momento em que a percepção hierárquica do mundo cede lugar ao ideário, emerge o racismo. (p.24)

É nesse cenário que a pequena parcela de pretos e pardos inseridos se sentem na obrigação de continuar lutando para as políticas públicas se efetivem em sua essência, clarificando que além das políticas voltadas para o ingresso na universidade, deve-se pensar em ampliá-las, no sentido de garantir de fato a integração do negro na sociedade, pois corre-se o risco de ser apenas mais um engodo. A cor da pele não é um fator determinante para a capacidade ou incapacidade de alguém realizar determinada tarefa, pois o preto ou pardo, vítima histórica da falta de oportunidade, pode ao escolarizar-se ir além da cozinha e do chão da fábrica.

Referências

AMARAL, A. J.P. Mercado de trabalho Branco! Racismo? Na virada do século XXI!? Paper do NAEA:Pará, 2001. Disponível em:< www.ufpa.br/naea/pdf_tcc.php?id=72.> Acesso em: 20/01/2012

BICUDO, V. L. Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.

COSTA, E. V. da. Da Senzala á Colônia. São Paulo: Unesp, 1998 dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988. p. 68-80.

EASTONE, D. A Framework for Political Analysis. Englewood Cliffs: Prentice Hall. 1965.

FERNANDES, F. O significado do protesto Negro, São Paulo: Cortez, 1989. Coleção Polêmicas do Nosso tempo

FERNANDES, F.O negro no mundo dos brancos, São Paulo:Difel, 1972.

FREITAG, B. Florestan Fernandes Revisitado. Estudos Avançados, São Paulo, v.19, n .55, 2005. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/15.pdf>>. Acesso em: 13/01/2012

HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. Raças e oportunidades educacionais no Brasil. Cadernos de Pesquisa: São Paulo. Disponível em:< <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n73/n73a01.pdf>>. Acesso em: 15/02/2012

JONES, J. M. Racismo e preconceito. Tradução Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1973.

LASSWEL H. D. Politics: Who Gets What, When, How. Cleveland:Meridian Books. 1936

LINDBLOM, C. E. “Still Muddling, Not Yet Through”, Public Administration Review n.39,1979. Disponível em:< <http://teachingassistant.com/uploads/2/budgeting/muddlingthrough.pdf>>. Acesso em: 12/02/2012

LINDBLOM, C. E. “The Science of Muddling Through”, Public Administration Review n.19 1959. Disponível em:<<http://www.archonfung.net/docs/temp/LindblomMuddlingThrough1959.pdf>>. Acesso em: 12/02/2012

MARTINS, A. A. Afirmando Direitos – Acesso e permanência de jovens negros na universidade. Autêntica Editora, São Paulo, São Paulo, 2004 Coleção Cultura Negra e identidades, Série PPCor.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Cadernos de Saúde Pública: Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em 13/02/2012

MUNANGA, K. Um ponto de vista em defesa de cotas IN: Gomes, Nilma L.e Martis, Aracy (org) Políticas de Ação Afirmativa em benefício da população negra no Brasil – Auêntica Editora, São Paulo, 2004.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das nocões de raça, racismo, identidade e etnia. Disponível em:< <http://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>>. Acesso em: 16/02/2012

NASCIMENTO, A. Teatro experimental do Negro: trajetórias e reflexões. Estudos Avançados, São Paulo, v.18, n.50, 2004. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a19v1850.pdf>>. Acesso em: 10/01/2012

PAIXÃO, M; ROSSETO, I; MONTOVANELE, F; CARVANO, L. M.. Relatório das desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010. Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor e raça. Rio de Janeiro: Garamond, 2010

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do indivisível a o divisível. In: SIMPSON, O. R. M. V. (Org.). Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988, p. 14-43.

RUAS, M. das G. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: Maria das Graças Ruas; Maria Izabel Valladão de Carvalho. (Org.). O estudo da política. Brasília: Paralelo, 1998, p. 231-260.

TRIVIÑOS, A.. N. S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UMA ANÁLISE PRELIMINAR DOS INTERESSES REVELADOS NA 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Azor Lopes da Silva JÚNIOR *

azor@fclar.unesp.br

Resumo: O artigo traz a coleta e uma classificação apresentada pelo autor das diretrizes propostas e ao final aprovadas pela plenária da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (1ª CONSEG) em 2009, discutindo a

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da **Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”**, Campus de Araraquara (Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara), sob orientação da Professora Doutora *Maria Teresa Miceli Kerbauy*. Mestre em Direito pela Universidade de Franca. Especialista em Segurança Pública pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Autor de **“Teoria e prática policial aplicada aos juizados especiais criminais”** (2. ed. São Paulo: Suprema Cultura, 2006), **“Fundamentos Jurídicos da Atividade Policial”** (São Paulo: Suprema Cultura, 2009) e co-autor de **“Constituição Federal Interpretada”** (MACHADO, Antônio Cláudio da Costa [Coord]. 3. ed. São Paulo: Manole, 2012).

preponderância de interesses corporativos no sufrágio desse processo de participação social democrática, em detrimento de temas mais estruturantes.

Palavras-chave: Conferência. Segurança Pública. Interesses Corporativos. Participação social.

Abstract: The article presents the collection and classification provided by the author of the guidelines proposed and final approved by the plenary of the 1st National Conference on Public Safety (1st CONSEG) in 2009, discussing the preponderance of corporate interests in suffrage of this process of social participation, democratic, rather than structuring of themes..

Key-words: Conference. Public Security. Corporate interests. Social participation.

Introdução

É recorrente a citação das Conferências Nacionais de Saúde como referencial histórico de participação na discussão e deliberação de políticas públicas (AVRITZER [Org], 2009), mas o fato é que somente no governo de Luis Inácio Lula da Silva, em seus dois mandatos, é que aconteceram conferências¹ com efetiva participação popular. Até então, a referência histórica das conferências nacionais de saúde e educação nos leva à Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, onde a participação se limitava às autoridades dos governos federal e estadual², formando um fórum federativo.

Esse formato permanece até a 7ª Conferência Nacional de Saúde, convocada pelo Decreto n. 84.106, de 2/09/79, realizada em 1980, já no governo de João Batista Figueiredo. De se destacar que em outubro de 1979 havia sido realizado o 1º Simpósio Nacional de Política de Saúde, pela Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados; “*Nesse evento, o Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (Cebes) apresentou e discutiu sua proposta de reorientação do sistema de saúde, em documento intitulado ‘A Questão Democrática na Área de Saúde’, que foi acatada em todos os grupos de trabalho e integrou o relatório final do evento*” (BRASIL, 2009). Ainda assim não seria naquela 7ª Conferência que a participação social ocorreria, mas destacou-se em seus anais:

[...] embora, por motivos circunstanciais, não tenham sido convocados determinados grupos sociais – como por exemplo os usuários dos serviços de saúde os participantes estiveram de acordo em que a população brasileira, destinatário final das ações do programa (de extensão de cobertura) ainda não participa de seu processo decisório, devendo porém fazê-lo na medida em que for levada a se incorporar à prática das ações ao mesmo inerentes, desse modo podendo representar fator determinante para que alcance suas finalidades (BRASIL. 7ª Conferência Nacional de Saúde, Anais. Brasília: Ministério da Saúde, 1980, p. 216).

¹ Foram 36 conferências nacionais, aí incluída a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública – (MORONI In: AVRITZER, 2009)

² Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Art. 90 – Ficam instituídas a Conferência Nacional de Educação e a Conferência Nacional de Saúde, destinadas a facilitar ao Governo Federal o conhecimento das actividades concernentes à educação realizada em todo o País e a orienta-lo na execução dos serviços locais de educação e de saúde bem como na concessão do auxílio e da subvenção federais. Parágrafo único – A Conferência Nacional de Educação e a Conferência Nacional de Saúde serão convocadas pelo Presidente da República com intervalos máximos de dois anos nelas tomando parte autoridades administrativas que representem o Ministério da Educação e Saúde e os governos dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre. (**Ortografia da época e grafos nossos**).

Foi a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, convocada pelo ministro Carlos Santanna (Decreto nº 91.466, de 23 de julho de 1985), que permitiu, pela primeira vez, a participação social, levando à abstenção dos provedores privados “*que reagiram à sua abertura a outras forças sociais e se recusaram a participar*” (BRASIL, 2009, p. 49-50); mesmo assim registrou-se pequena participação popular.

Somente no Governo de Luís Inácio Lula da Silva, a 12ª Conferência Nacional de Saúde Nacional, convocada pelo Decreto nº 9.872, editado ainda em 05 de maio de 1990, mas realizada somente em 2003, é que a participação da sociedade civil chegaria a 4.000 conferencistas, com prévias etapas municipais e estaduais, ressaltando-se que seria na próxima conferência (13ª Conferência Nacional de Saúde) inaugurado o eixo temático “*A Participação da Sociedade na Efetivação do Direito Humano à Saúde*”.

1 A 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública e seu escopo

A 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, convocada por Decreto do Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva e pela Portaria nº 2.482, de 11 de dezembro de 2008, do Ministro da Justiça Tarso Genro, sob o lema “*Segurança com cidadania: participe dessa mudança*”, a partir da provocação: “*Diante do agravamento da criminalidade, o aparato estatal mostrou-se pouco eficaz na contenção da violência e, sobretudo, não sendo capaz de promover uma convivência pacífica*” (BRASIL. Ministério da Justiça. **Texto-Base da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009).

Ao longo de todo o processo em todas as etapas o leque de temas foi amplo e metodologicamente distribuído em 7 eixos: Gestão democrática: controle social e externo, integração e federalismo; Financiamento e gestão da política pública de segurança; Valorização profissional e otimização das condições de trabalho; Repressão qualificada da criminalidade; Prevenção social do crime e das violências e construção da cultura da paz; Diretrizes para o sistema penitenciário; Diretrizes para o sistema de prevenção, atendimento emergências e acidentes. Desses eixos, na fase final em Conferência Nacional, ocorrida nos dias 27 a 30 de agosto de 2009, em Brasília, foram deliberadas 40 diretrizes que orientariam o esperado processo de mudanças, construídas nas etapas eletivas³.

Essas 40 diretrizes são o objeto desse estudo preliminar; o objetivo é analisá-las e iniciar uma investigação dos interesses que preponderaram e foram vitoriosos nesse processo, para que se levantem e discutam as hipóteses que justifiquem esse fato.

2 A pesquisa: objeto, metodologia de coleta, apresentação e classificação dos dados

O objeto dessa pesquisa qualitativa foram as 40 diretrizes deliberadas; nessa análise preliminar classificamos essas diretrizes em 6 categorias, de acordo com a idéia central que cada uma revela (1 – Interesse corporativo; 2 – Participação social; 3 – Aperfeiçoamento do sistema de segurança pública; 4 – Prevenção comunitária da violência e da criminalidade; 5 – Interesses de grupos vulneráveis; 6 – Valorização dos profissionais de segurança pública. O método de coleta de dados foi documental e a análise qualitativa partiu da observação partici-

³ Foram conferências municipais seguidas por regionais e estaduais, que produziriam propostas de princípios e diretrizes e, ainda, conduziram 2095 “delegados eleitos” para a final etapa nacional, 30% destes representando cada uma das 13 carreiras de profissionais de segurança pública dos níveis federal, estadual e municipal, outros 30% representando agentes políticos ligados à gestão pública da segurança e 40% de representantes da sociedade civil. As etapas preparatórias, de sua vez, se dariam na forma de Conferências Livres, Virtuais, Seminários Temáticos e Projetos Especiais, capazes de encaminhar proposições dirigidas à final plenária nacional.

pante, considerando que este autor foi eleito e esteve presente em todas as etapas da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, na categoria “Profissionais de Segurança Pública”.

Na forma de apêndice apresentamos o rol completo das diretrizes devidamente legendadas conforme nossa classificação e, seguindo essa classificação dos dados coletados, elaboramos o gráfico abaixo que revela que as deliberações preponderaram (57%) em torno dos interesses das corporações envolvidas, sejam policiais (polícias militares, civis, federais, rodoviária e ferroviária federal) ou não (Guardas Municipais, Defensorias Públicas etc).

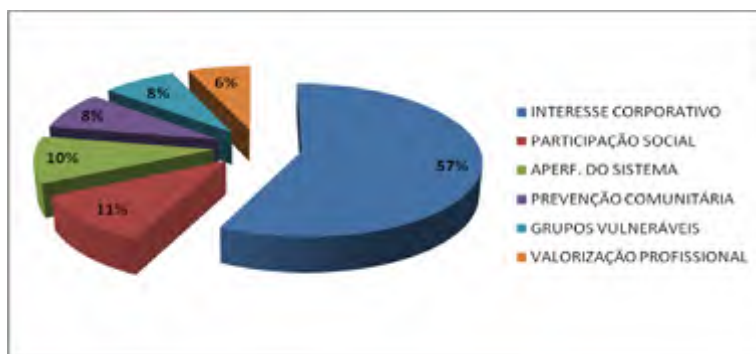


Gráfico I – Distribuição da Diretrizes aprovadas conforme critério de classificação adotado pelo autor.

Conforme pode ser confrontado no apêndice, o leitor verá que classificamos como “interesses corporativos”, propostas de instituições com o objetivo de afirmar, manter ou expandir seu espaço de poder por meio do aparato burocrático-legal que as legitima, de afirmar, manter ou expandir as prerrogativas dos cargos de seus integrantes ou de vincular ou destinar recursos públicos para seus respectivos setores.

Vale aqui, para clarificar o critério de classificação adotado, trazer alguns exemplos concretos.

As polícias civis e federal, especialmente representadas por seus dirigentes, investiram seus esforços buscando o enquadramento dos delegados de polícia entre as carreiras jurídicas, o que lhes abriria espaço num futuro processo legislativo para conquistarem prerrogativas que hoje somente são garantidas aos membros do Poder Judiciário e Ministério Público, como a vitaliciedade, a irredutibilidade de subsídios, a inamovibilidade e a independência funcional. A desmilitarização e a unificação das polícias estaduais também foram propostas capitaneadas pela categoria com o objetivo de concentrar poder e romper com a divisão de atribuições vigente no sistema constitucional (Artigo 144 da Constituição Federal).

De sua parte as polícias militares focaram suas energias na proposta do chamado “ciclo completo de polícia”, que sugere a manutenção do modelo estadual dicotômico (polícias civis e polícias militares), contudo atribuindo-se a ambas o poder de registrar infrações penais, investigá-las e ligarem-se diretamente ao Poder Judiciário; no modelo atual as polícias militares prevalece o paradigma de que às polícias militares somente cabe o policiamento ostensivo de caráter preventivo e que, quando atuam na repressão de infrações penais, a condução do caso ao Poder Judiciário deve ser intermediada pelas polícias civis ou pela polícia federal.

Por fim, ainda a título de exemplo dessa categoria “interesses corporativos”, vale serem mencionadas as propostas de municipalização da segurança pública e de atribuição do chamado “poder de polícia” às Guardas Municipais. Todos os esforços se justificam porque essas instituições foram criadas pela Constituição Federal de 1988, porém não com o *status* de forças policiais, mas como órgãos não essenciais de proteção patrimonial a serviço dos municípios que os quisessem implantar.

Classificamos como propostas de “aperfeiçoamento do sistema” aquelas que, ainda que tragam interesses corporativos ou classistas subjacentes, representem uma visão crítica dos aparatos burocrático ou normativo, sugerindo algo em prol da eficiência. Exemplos dessa categoria são: a modernização e simplificação dos procedimentos formais de investigação e registros de crimes; o incremento de sistemas, métodos, técnicas e tecnologia na área de inteligência policial; o aprimoramento do Programa Nacional de Segurança Pública com a Cidadania (PRONASCI); melhorias no sistema judiciário e penitenciário etc.

Na categoria “Participação social” lançamos as propostas de implantação de conselhos comunitários desde o nível municipal até a reestruturação do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP), enquanto em “Grupos vulneráveis” são englobadas aquelas que representam adoção de políticas públicas voltadas à prevenção contra as formas de violência resultante de intolerância e de gênero. Em “Valorização profissional” enquadramos as propostas de caráter trabalhista, assistencial e previdenciário dirigidas às categorias profissionais do setor de segurança pública.

3 Discussão dos dados e considerações finais

Uma vez postas as justificativas da metodologia e critérios adotados nessa pesquisa preliminar para classificar as diretrizes deliberadas na 1ª CONSEG, é hora de elencar as hipóteses que se pode suscitar para sustentar uma tese.

A preponderância de aprovação de propostas que refletem interesses corporativos já foi objeto de consideração de alguns pesquisadores; o primeiro foi Saporì (2010), sob um título provocativo (“Torre de Babel”), trouxe sua crítica:

As entidades representativas da sociedade civil, por sua vez, poderiam oferecer uma perspectiva mais abrangente do fenômeno, complementando as demandas pontuais das corporações profissionais. Questões atinentes à reforma das polícias, à atualização do código penal e do código de processo penal, à modernização da justiça criminal, entre outras, mereciam debate intensivo e conseqüente formulação de propostas concretas. [...] a I CONSEG apenas desnudou a verdadeira “Torre de Babel” que caracteriza um campo simbólico, nos termos de Pierre Bourdieu, bastante incipiente, caracterizado por crenças que o sustentam ainda muito díspares, o que torna o jogo de linguagens que nele se joga e as coisas materiais e simbólicas que nele se geram manifestações relativamente caóticas.

Nossas conclusões preliminares indicam algumas hipóteses para a preponderância dos interesses corporativos em detrimento de aperfeiçoamento do sistema: o poder de articulação que as instituições públicas tem na defesa de seus interesses; a complexidade dos temas, que teria contribuído para que a sociedade civil não se sentisse segura em avaliar as razões, a extensão e as implicações de determinados temas, canalizando suas reflexões em questões de domínio geral; a in experiência da sociedade civil em espaços de participação social; a insuficiente ação do Estado em dar publicidade e assim conclamar uma participação mais efetiva da sociedade civil.

Nenhuma dessas hipóteses que levantamos tem poder de excluir as demais; com efeito, é inegável que as instituições conhecem o sistema com profundidade, seja em suas bases normativas quanto burocráticas, podendo eleger com razoável uniformidade e desprezível margem de divergência entre seus integrantes os interesses institucionais. A esse fator certamente se soma a inegável presença do poder hierárquico, representado pelos agentes que ocupam os níveis estratégicos de cada corporação o que reforça a idéia de coesão de interesses.

Na sociedade civil o fenômeno é absolutamente inverso; o pluralismo natural desse “grupo social” não facilita o domínio dos meandros da burocracia estatal e das normas jurídicas que a regem. Ao mesmo tempo, esse “grupo” se revela heterogêneo em sua formação, seja sob fatores profissionais, intelectuais e até mesmo sócio-econômicos, dificultando a formação de uma “vontade popular” capaz de conduzir à deliberação pública acerca de temas mais complexos. A experiência da sociedade em participar de espaços de deliberação pública é pífia em nossa história republicana e, a despeito dos esforços do Ministério da Justiça em divulgar e congregar a sociedade para participação naquela 1ª Conferência, não houve emprego das mídias com maior capacidade de difusão (televisão, rádio e jornais), limitando-se a publicidade aos sites oficiais dos portais governamentais na rede mundial de computadores.

Podemos concluir que é inevitável – e talvez seja até recomendável sob o prisma democrático – que as corporações ocupem com eficiência esses fóruns para anotar na agenda pública suas reivindicações. Quanto à desorientação da sociedade civil em discutir e deliberar sobre temas complexos da burocracia estatal, isso pode e deve ser tomado como um desafio para a evolução e construção de uma sociedade participativa. Talvez o que se possa opor como uma construtiva crítica seja exatamente a necessidade de criação de novos e mais frequentes espaços públicos de discussão e deliberação, articulação que certamente cabe ao Estado deflagrar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo [Org.]. **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **7ª Conferência Nacional de Saúde, Anais**. Brasília: Ministério da Saúde, 1980.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Texto-Base da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Caderno de Propostas da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

_____. Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **As Conferências Nacionais de Saúde: Evolução e perspectivas**. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2009.

SAPORI, Luís Flávio. Torre de Babel. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, a. 4, n. 6, fev-mar. 2010, p. 160-5.

BIBLIOGRAFIA

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Democracia republicana e participativa. **Novos Estudos Cebrap**, 71, março 2005: 77-91.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova [online]**. 1995, n. 36, p. 39-53.

MORONI, A. J. **Participamos, e daí?** Social Watch/Observatório da Cidadania Coordenação executiva: Ibase Grupo de referência Brasil: Ibase, Fase, Inesc, Rede Dawn, Cfemea, CESeC/Ucam e Criola. Apoio: Novib, 2005. Disponível em: <http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/>. Acesso em: 15 jan. 2011.

APÊNDICE

TABULAÇÃO DOS DADOS SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DO AUTOR

(**Observação:** seguindo a classificação proposta pelo autor, entre parênteses são indicados o número da proposta aprovada como diretriz e o número de votos de aprovação que obteve na plenária da Conferência Nacio-

nal; o primeiro dígito representa o respectivo eixo temático e é seguido do número e letra que indicam a ideia variante aprovada; essas Diretrizes são apresentadas por completo na sequência deste Apêndice em ordem crescente de votos de aprovação)

(IC) Interesse corporativo: (6.6-A: 1095 votos); (4.16: 1094 votos); (7.7-B: 1013 votos); (2.6 A: 868 votos); (3.13 A: 722 votos); (5.2 C: 707 votos); (2.18 B: 697 votos); (1.8 A: 514 votos); (2.19 A: 508 votos); (7.17 A: 507 votos); (2.6 C: 446 votos); (6.2 A: 339 votos); (3.2 A: 331 votos); (7.6 A: 313 votos); (3.20 B: 304 votos); (5.42 A: 187 votos). TOTAL: 9.645 VOTOS.

(PS) Participação social: (1.1 A + 1.3: 799 votos); (1.13 A: 305 votos); (1.9 A: 283 votos); (6.17: 245 votos); (1.2 A: 177 votos). TOTAL: 1.809 VOTOS.

(AS) Aperfeiçoamento do sistema: (4.23 A: 427 votos); (4.4 A + 4.14: 254 votos); (1.29 B: 213 votos); (6.39: 205 votos); (7.2 A: 203 votos); (4.6 B: 199 votos); (5.28 A: 179 votos); TOTAL: 1.680 VOTOS.

(PC) Prevenção comunitária: (5.2 C: 707 votos); (5.52 A: 293 votos); (5.41 A: 200 votos); (5.9 c: 170 votos). TOTAL: 1.370 VOTOS.

(GV) Grupos vulneráveis: (5.30 A: 668 votos); (4.13 B: 220 votos); (4.9 A: 205 votos); (6.7 B: 194 votos). TOTAL: 1.287 VOTOS.

(VP) Valorização profissional: (3.1 A: 482 votos); (3.3 A: 228 votos); (3.19 A: 206 votos); (4.22 A: 170 votos). TOTAL: 1.086 VOTOS.

ROL DE DIRETRIZES PRIORIZADAS

(Observação: com legenda conforme classificação proposta pelo autor⁴; a seqüência de diretrizes apresentadas obedece à ordem decrescente de número de votos obtidos em sua aprovação)

1. 6.6 A - Manter no Sistema Prisional um quadro de servidores penitenciários efetivos, sendo específica a eles a sua gestão, observando a proporcionalidade de servidores penitenciários em policiais penais. Para isso: aprovar e implementar a Proposta de Emenda Constitucional 308/2004; garantir atendimentos médico, psicológico e social ao servidor; implementar escolas de capacitação. (1095 votos). (IC)

2. 4.16 - Promover a autonomia e a modernização dos órgãos periciais criminais, por meio de orçamento próprio, como forma de incrementar sua estruturação, assegurando a produção isenta e qualificada da prova material, bem como o princípio da ampla defesa e do contraditório e o respeito aos direitos humanos. (1094 votos). (IC)

3. 7.7. B - Manter as atribuições constitucionais e a autonomia dos corpos de Bombeiros Militares, definição de piso salarial nacional; formação e capacitação continuada, bem como melhores condições de trabalho com equipamentos adequados. (1013 votos). (IC)

4. 2.6 A - Estruturar os órgãos policiais federais e estaduais para que atuem em ciclo completo de polícia, delimitando competências para cada instituição de acordo com a gravidade do delito sem prejuízo de suas atribuições específicas. (868 votos). (IC)

5. 1.1 A (+1.3) - Criar, implantar, estruturar, reestruturar em todos os municípios, conselhos municipais de segurança, conselhos comunitários de segurança pública, com poderes consultivo e deliberativo, propositivo e avaliador das Políticas Públicas de Segurança, com representação paritária e proporcional, com dotação orçamentária própria, a fim de garantir a sustentabilidade e condições necessárias para seu efetivo funcionamento e a continuidade de CONSEG como fórum maior de deliberações. Estruturar os GGIs (Estadual e Municipal) como forma de integrar a sociedade e o poder executivo, com a composição paritária e proporcional. (799 votos). (PS)

6. 3.13. A - Instituir lei orgânica que proteja direitos como um sistema remuneratório nacionalmente unificado, com paridade entre ativos e inativos, aposentadoria especial com proventos integrais, de 25 anos de serviço para

⁴ Legenda de interesses revelados, segundo a classificação do autor: (IC) Interesse Corporativo; (PS) Participação Social; (PC) Prevenção Comunitária; (GV) Grupos Vulneráveis; (AS) Aperfeiçoamento do Sistema; (VP) Valorização Profissional.

mulher e 30 anos para homens, desde que tenham no mínimo 20 anos de efetivo serviço, para profissionais de segurança pública, instituindo cota compulsória à inatividade em favorecimento da progressão funcional e que garanta aposentadoria integral. (722 votos). (IC)

7. 5.2 C - Desenvolver e estimular uma cultura da prevenção nas políticas públicas de segurança, através da implementação e institucionalização de programas de policiamento comunitário, com foco em três aspectos: um, dentro das instituições de segurança, com estudos, pesquisas, planejamento, sistemas de fiscalização e policiamento preventivo, transparência nas ações policiais, bem como a própria reeducação e formação das forças policiais; reduzindo a postura militarizada (IC); dois, com programas educativos de prevenção dentro das escolas, famílias, movimentos sociais e culturais e a comunidade como um todo; três, apoiados no desenvolvimento de redes sociais e intersetoriais para a criação de uma ampla rede de prevenção e segurança. (707 votos). (PC)

8. 2.18 B - Regulamentar as Guardas Municipais como polícias municipais: definir suas atribuições constitucionais; regulamentar a categoria; garantir direitos estatutários, dentre eles jornada de trabalho, plano de carreira, aposentadoria, assistência física e mental, regime prisional diferenciado, programas habitacionais, seguro de vida, critérios do exame psicotécnico a cada quatro anos, concurso público, com exigência mínima de nível médio completo. (697 votos). (IC)

9. 5.30 A - Criar mecanismos de combate e prevenção a todas as formas de preconceitos e discriminações e a impunidade de crimes por motivações preconceituosas, com os recortes em pessoas com deficiência, geracional, étnicoracial, orientação sexual e identidade de gênero. (668 votos). (GV)

10. 7.1. A - Inserir no currículo e no calendário escolar em todos os sistemas de ensino: Semana de Prevenção a sinistros; aulas de primeiros socorros; temas afetos à Defesa Civil, à Educação para o Trânsito, à pessoa com deficiência, à Educação Ambiental e à Segurança pública. (580 votos). (\$))

11. 1.8 A - Definir e regulamentar o papel e as atribuições constitucionais dos municípios no tocante à Segurança Pública. (514 votos). (IC)

12. 2.19 A - Realizar a transição da segurança pública para atividade eminentemente civil; desmilitarizar as polícias; desvincular a polícia e corpos de bombeiros das forças armadas; rever regulamentos e procedimentos disciplinares; garantir livre associação sindical, direito de greve e filiação político-partidária; criar código de ética único, respeitando a hierarquia, a disciplina e os direitos humanos; submeter irregularidades dos profissionais militares à justiça comum. (508 votos). (IC)

13. 7.17. A - Incluir os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal no Plano Nacional de Segurança Pública, bem como: criar Comissões Municipais de prevenção de acidentes e desastres custeadas pelo governo federal, criar uma Secretaria Executiva de Defesa Civil, e garantir a coordenação da Defesa Civil sob responsabilidade dos Corpos de Bombeiros. (507 votos). (IC)

14. 3.1. A - Criar planos de carreira com piso salarial digno, justo e igualitário, para os profissionais de segurança pública, nas três esferas governamentais, com reajuste periódico, visando à garantia da dedicação integral e exclusiva desses profissionais ao serviço de segurança pública. (482 votos). (VP)

15. 2.6. C - Rechaço absoluto à proposta de criação do Ciclo Completo de Polícia. (446 votos). (IC)

16. 4.23. A - Modernizar o inquérito policial num mecanismo ágil de investigação, de maneira a estipular instrumentos legislativos, diminuindo seu caráter essencialmente cartorial, prevalecendo a sua natureza jurídico-técnico-científica para a produção de provas com maior sustentabilidade no processo penal, e de tempo razoável para a duração do inquérito e do processo, privilegiando a eficiência, a resposta oportuna à sociedade e combatendo a morosidade. (427 votos). (AS)

17. 6.2 A - Garantir o acesso à justiça e assistência jurídica gratuita àqueles em conflito com a lei, por intermédio da implementação e fortalecimento das defensorias públicas, assegurando maior celeridade aos processos e aos benefícios da Lei de Execução Penal. (339 votos). (IC)

18. 3.2. A - Criar e implantar carreira única para os profissionais de segurança pública, desmilitarizada com formação acadêmica superior e especialização com plano de cargos e salários em nível nacional, efetivando a progressão vertical e horizontal na carreira funcional. (331 votos). (IC)

19. 7.6. A - Criar mecanismos legais que garantam recursos orçamentários e financeiros mínimos e proporcionais para adoção de políticas públicas na área de prevenção de acidentes. (313 votos). (IC)

20. 1.13 A - Reestruturar o Conselho Nacional de Segurança Pública e reformular os Conselhos estaduais e municipais, considerando os princípios de democracia, representatividade, paridade, autonomia, transparência, e tendo como foco principal o combate à corrupção, a prestação de serviços de qualidade à população e a articulação permanente com as forças sociais. Para isso: eleger seus membros bienalmente, por meio de conferências e fóruns nos quais haja plena participação social; adequar suas ações às realidades locais e regionais, operando os instrumentos democráticos de controle com monitoramento de dados quantitativos e qualitativos das situações de violência e ocorrências criminais; trabalhar em ações de caráter consultivo, propositivo, fiscalizatório e deliberativo, adequando suas resoluções às orientações e regulamentações do Ministério da Justiça; manter estreita relação com todos os conselhos da área de segurança e outros, de modo a facilitar a articulação de ações; gerir todos os seus recursos participativamente, cuidando para que sejam efetivamente utilizados no alcance de seus objetivos. Elaborar e aprimorar a estrutura político-administrativa do Conselho Nacional de Segurança Pública em harmonia legal com os conselhos estaduais e municipais de segurança, considerando os princípios de democracia, representatividade, paridade, autonomia e transparência, focado no combate à corrupção e na qualidade de prestação de serviço a população. (305 votos). (PS)

21. 3.20.B - Revisar, atualizar e democratizar os regulamentos e procedimentos disciplinares militares, conforme o artigo 5º da Constituição Federal. (304 votos). (IC)

22. 6.52 A - Priorizar na agenda política, administrativa e financeira dos governos para a estruturação de um Sistema Nacional de Penas e Medidas Alternativas, criando estruturas e mecanismos nos Estados e o Distrito Federal, no âmbito do Executivo, estruturando e aparelhando os órgãos da Justiça Criminal e priorizando as penas e medidas alternativas, a justiça restaurativa e a mediação de conflitos. (293 votos). (PC)

23. 1.9. A - Criar, estruturar, implantar, compor, e fortalecer, democraticamente, Gabinetes de Gestão Integrada nos três níveis de governo, para: promover a atuação conjunta e coordenada dos organismos de segurança pública com entidades públicas e privadas, respeitando e acatando as diretrizes e deliberações dos conselhos de segurança pública. (283 votos). (PS)

24. 4.4 A (+4.14) - Fortalecer e utilizar as Unidades de Inteligência Policial como base para o desenvolvimento de ações direcionadas a alvos específicos, visando a reduzir o impacto negativo da ação policial repressiva na comunidade como um todo. Investir nas áreas de inteligência e tecnologia de combate às organizações criminosas. Aperfeiçoar e integrar a rede de captação, circulação, processamento e disseminação de informações e conhecimento de inteligência de segurança pública, além de promover intercâmbio nacional e internacional com outros órgãos de inteligência, aperfeiçoando o sistema judicial. (254 votos). (AS)

25. 6.17 - Definir diretrizes norteadoras para a gestão democrática do sistema prisional, estabelecendo normas nacionais, com fortalecimento, reforma, oficialização e incentivo à criação de Conselhos Penitenciários Federal, Estadual e Municipais como instância deliberativa e órgão de fiscalização, de ouvidorias e de corregedorias do sistema, com ampla composição e participação, com incumbência de fomentar a gestão compartilhada, facilitar o controle social através de mecanismos autônomos e paritários. (245 votos). (PS)

26. 3.3. A - Instituir políticas de valorização, qualidade de vida, apoio biopsicossocial, ético e profissional dos trabalhadores da área de Segurança Pública. (228 votos). (VP)

27. 4.13.B (+4.24) - Instituir, construir e aumentar o número de delegacias especializadas e distritais com atendimento a grupos vulneráveis e especiais, com profissionais especialistas em crimes de intolerância social, capazes de desenvolver ações de sensibilização e capacitação continuada dos policiais para atendimento e acolhimento de vítimas, garantindo a elas e seus familiares todos os seus direitos, bem como a eficiência no programa de proteção a testemunhas e denunciantes. Para isso, se necessário, fortalecer abrigos, ações e programas de proteção a vítimas, garantindo: a implantação de comitês gestores em nível estadual e municipal de monitoramento do pacto de enfrentamento à violência contra as mulheres; a implantação das Delegacias Legais e Delegacias da Mulher nos municípios ainda não contemplados e unidades de perícia técnico-científica; realização de plantões de atendimento durante o final de semana e feriados; promoção de programas para a erradicação da intolerância e da violência de gênero, da pessoa idosa, de crimes raciais, e contra GLBT. (220 votos). (GV)

28. 1.29. B - Implantar, manter e aprimorar o Programa Nacional de Segurança Pública com a Cidadania (PRO-NASCI) em todos os espaços do território nacional como política permanente de Estado. (213 votos) (AS)

29. 3.19. A - Prover os servidores da segurança pública das prerrogativas constitucionais dos integrantes do Ministério Público e do Poder Judiciário. (206 votos). (VP)

30. 6.39 - Desvincular totalmente a custódia de presos, tanto provisórios como condenados, das secretarias de segurança pública conforme as recomendações internacionais. (205 votos). (AS)

31. 4.9. A - Promover políticas que estimulem a construção de redes de atendimento intermultidisciplinar para grupos vulneráveis com unidades especializadas dos Órgãos de segurança pública e do sistema de justiça, com equipamentos adequados e profissionais em quantidade suficiente, dentro da filosofia do policiamento comunitário, respeitando a heterogeneidade dos diversos grupos sociais, evitando abusos e intensificando o combate ao trabalho escravo, ao tráfico de seres humanos, à exploração sexual de crianças e jovens, à homofobia, ao racismo e à violência familiar. (205 votos). (GV)

32. 7.2. A - Estruturar e ampliar a rede do Sistema de Prevenção, Atendimentos emergenciais e acidentes em todos os municípios do Brasil, priorizando os serviços aos municípios onde seja reconhecido o risco de acidentes ou desastre. (203 votos). (AS)

33. 5.41 A - Manter a maioria penal em 18 anos e o tempo de cumprimento de medidas sócio-educativas de acordo com a legislação vigente. (200 votos). (PC)

34. 4.6. B - Implementar uma Política Nacional de Combate ao Crime Organizado para intensificar, ampliar e realizar ações policiais qualificadas, criar sistema de bloqueio de celulares e rádios em presídios como medida de soberania e proteção a toda a população, com vistas à redução da violência e criminalidade, e ao combate estratégico do crime organizado de todos os tipos. Para isto, se necessário, deve-se: identificar o ciclo criminal de cada região, reforçar o policiamento rodoviário e instalar postos policiais nas rotas do tráfico; criar unidades especializadas integradas às unidades de inteligência para atuarem em centros urbanos e rurais, rodovias, portos, aeroportos e fronteiras; envolver o Poder Judiciário, Ministério Público, Polícias e outros órgãos nas ações; modernizar o ordenamento jurídico; criar Varas Criminais Especiais para o Crime Organizado; acabar com a estrutura prisional criminalizatória e promover punições severas. (199 votos). (AS)

35. 6.7. B - Melhorar os serviços de saúde dos reclusos e profissionais, atendendo às especificidades de idade e gênero. Implantação do programa de saúde da família com profissionais de todas as áreas, em número suficiente. Fornecer alimentação adequada. Construir hospitais penitenciários em todos os estados. Considerar os princípios de reforma psiquiátrica. Criação de CAPS para tratamento dos dependentes de álcool, drogas e pessoas com sofrimento mental, com participação familiar. (194 votos). (GV)

36. 5.42. A - Fortalecer a Defensoria Pública, com a sua estruturação em todas as comarcas do país, como instrumento viabilizador do acesso universal à justiça e à defesa técnica, bem como criar os juizados especiais em âmbito nacional e ampliar a efetivação dos já existentes, como forma de aperfeiçoar a prestação jurisdicional. (187 votos). (IC)

37. 5.28. A - Reafirmar e cumprir o Estatuto do Desarmamento como política de Estado, observando a efetivação dos convênios com os Estados-Membros para o recolhimento voluntário de armas, o fortalecimento da fiscalização do uso de armas pelo SENARM (Serviço Nacional de Registro de Armas) e a integração dos sistemas de cadastro de armas. (179 votos). (AS)

38. 1.2. A - Criar, reformular e estruturar, o funcionamento dos Conselhos de Segurança Pública nos três níveis governamentais, assim como os Conselhos Comunitários, sendo espaços deliberativos da Política de Segurança Pública, de forma paritária e proporcional (Sociedade Civil, Gestores e Trabalhadores) integrando-os aos Gabinetes de Gestão Integrada (GGI). (177 votos). (PS)

39. 5.9. C - Instituir programas de prevenção primária da violência, com foco nas áreas de, trânsito, saúde, educação, cultura, lazer, esporte, assistência social e urbanismo para a intersetorialidade das políticas de segurança pública e incentivando a adoção da filosofia de policiamento comunitário. (170 votos). (PC)

40. 4.22. A - Tipificações específicas de crimes cometidos contra profissionais de segurança e operadores do direito no exercício ou não da função, e contra seus familiares, com a revisão das leis penais e processuais e segurança transformando esses crimes em hediondos. (170 votos). (VP)

DOS “GUERREIROS DA LIBERDADE” AOS TALIBÃS: DUAS FACCES DA MESMA MOEDA

Danillo ALARCON¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é apontar como pode haver descompasso entre valores e percepções, e escolhas e preferências, que perfazem respectivamente as dimensões situacional e intencional do modelo de Análise de Política Externa de Walter Carlsnaes (1987; 1992; 2002), na política externa dos Estados Unidos. Para tal, analisaremos a transformação referencial que se deu quanto ao *status* dos grupos *mujahidin* (“combatente”), que nos anos 1980 foram chamados de “Guerreiros da Liberdade” pela administração de Reagan, até a formação dos Talibãs, que receberam tímido apoio do governo Clinton, mas que aos poucos foram perdendo suas credenciais e após os atentados terroristas do dia 11 de setembro de 2001 (orquestrados pela rede terrorista Al-Qaeda, estabelecida no Afeganistão) passaram a fazer parte do espectro “maligno” dentro da concepção maniqueísta que a administração Bush orquestrou. A ideia de estudar a “incoerência” por meio da Análise de Política Externa representa a complexidade da política internacional, dos mecanismos de decisão e dos diversos níveis de análise envolvidos nas ações internacionais. Previamente, já se vislumbra uma característica nítida da política externa norte-americana, a sua incoerência, sempre selecionando quais valores e percepções coloreem suas escolhas e preferências de política externa. Isso demonstra uma lacuna explícita entre valores e objetivos pragmáticos, que tende mais a minar o seu *soft power* do que a acrescentar ao poder estadunidense no começo desse século XXI.

Palavras-chave: Análise de Política Externa dos Estados Unidos, Afeganistão, Incoerência.

1. Introdução

Não é exagero afirmarmos que a incoerência tem representado uma das principais características dos relacionamentos dos Estados Unidos com o exterior. Ao mesmo tempo em que se bradam valores como democracia, liberdade (ou outros, que lhe sejam caros), e se diz agir em torno destes ideais (considerados geralmente benignos, referendados pelas Nações Unidas e outros organismos internacionais), o “interesse nacional” é o verdadeiro propulsor da maior parte das ações da superpotência.

Todavia, longe desta relação de dupla pigmentação, o que acontece é que os valores e a busca por capacidades materiais se inter-relacionam, deixando tanto um aspecto turvo na ação dos líderes em Washington em meio a crises internacionais e à necessidade de ação, quanto expondo a incoerência e a hipocrisia das decisões tomadas.

O Afeganistão é um exemplo basilar quando se trata de agir de maneira “incoerente”, mas o apoio a golpes militares (na América Latina durante os anos 1960 e 1970, por exemplo) e posterior apoio à redemocratização destas sociedades e a pressão pela criação de “democracias de mercado” é outra aplicação deste modo de agir. A retirada súbita do apoio a governantes como Hosni Mubarak, do Egito, em 2011, também demonstra por outro lado esta incoerência, mas desta vez, ao menos os valores foram respeitados (todavia, no Bahrain nada disseram da entrada de tropas do Conselho de Cooperação do Golfo no país, destinadas a coibir as manifestações pró-abertura política).

A ideia de estudar a “incoerência” por meio da Análise de Política Externa representa a complexidade da política internacional, dos mecanismos de decisão e dos diversos níveis de análise envolvidos nas ações internacionais. Buscaremos desvelar a importância fundamental que valores e ideias têm na prática internacional.

¹ Instituto de Relações Internacionais, Mestrado em Relações Internacionais, Universidade de Brasília (UnB). 70904-970, Brasília – DF, Brasil. E-mail do autor: alarcon_ri@yahoo.com.br

A superação dessa “incoerência” é a melhor maneira para a manutenção do *soft power*² norte-americano. A interferência externa é uma prática que há séculos acompanha as potências, mas em tempos em que as informações são de fácil acesso, perceber a seletividade da atuação das grandes potências, em especial dos Estados Unidos, escancara os mecanismos injustos da ordem internacional. Nesse sentido, o próprio terrorismo pode ser considerado uma resposta “assimétrica” contra tamanhas incoerências já cometidas.

2. Política Externa e a possível incoerência entre valores e escolhas

Partindo do pensamento de Walter Carlsnaes (1987; 1992; 2002) acerca da política externa, tomemos então a definição que o autor dá para a mesma:

Política Externa consiste naquelas ações que, expressas na forma de metas explicitamente estabelecidas, compromissos e/ou diretivas, e perseguidas por representantes governamentais agindo em nome de suas comunidades soberanas, são dirigidas para objetivos, condições e atores – tanto governamentais quanto não-governamentais – que eles querem afetar e que estão além da sua legitimidade territorial (CARLSNAES, 2002: 335).

Essa definição de Política Externa é rica e deve ser cuidadosamente analisada. Primeiro, o autor acredita que a Política Externa se revela por meio de ações e que estas estão baseadas em acordos e objetivos claramente definidos. A variável dependente é, portanto a ação. Logo em seguida, o autor declara que o estudo destas ações pode tomar por base a análise de discursos e o arcabouço histórico que sustentam uma determinada decisão, o que já aponta um procedimento metodológico para a apreensão do conteúdo dessas ações. Além do mais, essas ações são os “compromissos e/ou diretivas” de um grupo pequeno de representantes de um grupo maior, ou seja, refere-se diretamente ao que a literatura tem consagrado como foco de análise das decisões em política externa: o chefe do executivo e os seus principais conselheiros.

O modelo teórico que Carlsnaes (1987; 1992; 2002) propõe para a Análise de Política Externa encadeia três dimensões para chegar à sua explicação das Ações em Política Externa. De maneira simples, o modelo do autor segue o seguinte diagrama:

Dimensão Estrutural → Dimensão Situacional → Dimensão Intencional → Ações de Política Externa

Cada dimensão dessa guarda variáveis diversas, mas aqui nos competem ressaltar os valores e percepções que colorem a dimensão situacional, e as escolhas e percepções que completam a dimensão intencional.

Carlsnaes (1987; 1992) ao propor esse modelo tinha como objetivo transcender a tensão não resolvida entre o individualismo e o coletivismo nas ciências sociais, e claro, compreender como isso havia refletido na Análise de Política Externa, para propor uma visão diferente dos estudos na área. As principais propostas do autor neste sentido foram expressos da seguinte forma:

² Esse termo foi cunhado por Joseph Nye Jr. Significa “poder brando”, e deriva da cultura, dos valores e das instituições e constituindo-se, portanto, em forma de atração cultural e ideológica. Em contraposição ao *hard power*, ou “poder bruto”, aquele proveniente do uso das forças militar e econômica. Se o *soft power* coopta ao invés de coagir, o *hard power* é apoiado tanto em induções quanto em ameaças. (NYE JUNIOR, 2002, passim).

1) Devemos encontrar meios de conceptualizar o comportamento interestatal tanto em termos das escolhas humanas quanto em consideração à determinação social sem cair em reducionismos;

2) As políticas dos Estados são uma consequência, e podem ser explicadas em referência a, processos dinâmicos nos quais tanto agentes quanto estruturas causalmente condicionam um ao outro ao longo do tempo.

Diante disso, Carlsnaes (1987) aponta que a contradição entre preferências e escolhas particulares é resultado de condições previamente concebidas a partir da complexidade dos valores; esse problema pode ser resolvido cognitivamente pelos formuladores de política, ou quando não resolvido, a ‘culpa’ em última instância é de valores incompatíveis. Cuidando para analisarmos as duas dimensões e evitando assim colocar a culpa nos valores, estamos interessados aqui em mostrar como os meios de ação dos Estados Unidos – principalmente no que tange as intervenções indiretas (através do aparato de inteligência) e intervenções diretas – podem ser apreendidos pela sociedade internacional como uma agressão a seus valores e regras.

Por muito tempo, em especial durante a Guerra Fria, tratou-se o mundo como um jogo de xadrez. Hoje, isso não é mais possível, muito menos desejável. E falta, mais de uma década depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, a percepção de que o mundo não começou nem foi reinventado naquela data. Talvez justamente fosse esse o desejo por parte de alguns membros da administração Bush, para justificar o redesenho da ordem internacional, dividida entre um eixo do bem *versus* um eixo do mal.

Essa visão maniqueísta buscou engendrar novas dinâmicas, que como já dito, tinham como uma das bases a defesa da democracia como condição *sine qua non* para a segurança dos Estados Unidos e do sistema internacional como um todo. Edward Carr (2001) já nos havia alertado para o perigo dessas teorias da moral social, que se pretendem universais, mas escondem ímpetos de dominação:

As teorias da moral social são sempre produto de um grupo dominante, que se identifica com a comunidade como um todo, e que possui facilidades, negadas aos grupos ou indivíduos subordinados, para impor sua visão da vida na comunidade. As teorias da moral internacional são, pela mesma razão e em virtude do mesmo processo, o produto das nações ou grupos de nações dominantes (CARR, 2001, p. 105).

Percebemos então como o tomador de decisão é capaz então de apropriar um discurso, moldar e apresentar ao mundo como algo que é benéfico a todos, pensando claro, em seus próprios interesses. Já apontamos os quão cheios de artimanhas os Estados Unidos são nessa prática. Recorrendo mais uma vez a Carr (2001, p. 70), percebemos que

Politicamente, a doutrina da identidade de interesses em geral tomou a forma de um pressuposto de que as nações possuem um interesse idêntico na paz, e que toda nação que deseje perturbar a paz é, portanto, irracional e imoral. Esta visão carrega marcas inconfundíveis de sua origem anglo-saxônica.

Para corroborar esse ponto de vista, nada melhor que uma sentença de Bush, proferida na noite do dia 11 de setembro: “Terrorist attack can shake the foundations of our biggest buildings, but they cannot touch the foundation of America. (...) **America was targeted for attack because we’re the brightest beacon for freedom and opportunity in the world.** And no one will keep the light from shining” (BUSH, 2001c, grifo nosso).

O discurso engendrado na administração Bush, todavia, não foi por eles criado. Há décadas circulam no país a ideia da promoção democrática, da defesa da liberdade e da

“superioridade” dos valores norte-americano. Claro, como veremos no próximo item, o Afeganistão pode ser um bom exemplo dessa incoerência política, quiçá desejável do ponto de vista norte-americano, mas imprudente e maléfica a longo prazo para a imagem do país.

3. O Afeganistão: dos “Guerreiros da Liberdade” aos Talibãs

Os Estados Unidos e o Afeganistão, por muitas décadas, mantiveram relações discretas. Sucessivas administrações estadunidenses não deram a devida atenção ao jogo político dos governantes de Cabul, que haviam se acostumado a barganhar entre a Rússia e a Grã-Bretanha por mais de um século. Após a Segunda Guerra Mundial, então, aos poucos, o Afeganistão foi se voltando cada vez mais para a União Soviética, e de fato, como expõem Eric Hobsbawm:

“O país estivera discretamente na esfera soviética desde o início da década de 1950 (...). Contudo, os EUA preferiram ou escolheram ver a jogada soviética [invasão afegã] como uma grande ofensiva militar dirigida contra o ‘mundo livre’. Portanto (via Paquistão), despejou dinheiro e armamentos avançados sem limites nas mãos de guerreiros fundamentalistas muçulmanos das montanhas” (2005, p. 464).

Os norte-americanos, durante os anos 1960 e 1970, prezavam por suas boas relações com o Xá do Irã, reconhecendo que o Afeganistão já fazia parte da esfera de influência soviética. Eventos circunstanciais como o golpe de Estado em Cabul em 1978 e a queda da monarquia em Teerã em 1979 mudaram a percepção da importância daquele país. A teoria do efeito dominó foi importante neste contexto, pois se temeu que a queda de um país sob o domínio soviético poderia levar outros na região a se tornarem comunistas. Após o golpe de 1978, o Conselheiro de Segurança Nacional avisou ao presidente Jimmy Carter que a influência soviética poderia se estender por todo o sul asiático se os Estados Unidos não tomassem medidas para prevenir isso (MOHMAND, 2007: 33).

Antes mesmo da invasão soviética, membros da administração Carter já discutiam quais poderiam ser as possibilidades de atuação norte-americana no conflito afegão. Afinal de contas, o golpe já havia sido dado e era evidente o apoio soviético ao governo comunista de Cabul. Em uma reunião do *Special Coordination Committee on Afghanistan* da Casa Branca, no dia 30 de março de 1979, o subsecretário de Estado para Assuntos Políticos, David Newsom, defendeu a posição de que os Estados Unidos deveriam conter a presença soviética no Afeganistão. Alguns dias depois, em uma reunião presidida por Zbigniew Brzezinski³, discutiram-se as opções que os Estados Unidos tinham para lidar com a questão afegã. Depois de muito debate, o grupo recomendou à CIA que providenciasse ajuda não-letal para a resistência afegã. Em três de julho de 1979, Carter provido do resultado dessas discussões, assinou um documento autorizando ajuda de cobertura para a população afegã, como a provisão de dinheiro e apoio não-militar. Todavia, havia divergências no entendimento do que pretendiam os soviéticos com sua ação no Afeganistão. Para Brzezinski, a URSS poderia através do Afeganistão promover a separação do Baluchistão, desmembrando o Irã e o Paquistão, e atingindo assim o Oceano Índico. A CIA, ao contrário, acreditava que as ações da URSS em Cabul não eram pré-planejadas com um intuito expansionista, mas meramente preocupavam-se com o desmantelamento de um Estado em sua zona de influência (JONES, 2009).

A eleição de Ronald Reagan, no ano de 1980, é em parte uma resposta às querelas internas e externas sobre o papel dos EUA e sua capacidade de fazer frente ao mundo comunista. De acordo com Pecequillo (2005), Reagan conseguiu apoio e força para governar por oitos

³ Foi Conselheiro Nacional de Segurança durante a administração de Jimmy Carter.

anos – foi reeleito em 1984 – pois conseguiu superar a divisão entre poder e ideal na política externa, rompendo com a *détente* de vez.

Para Anderson e Kernek (1985), enquanto Carter superestimava os aspectos internos e regionais das crises e guerras civis em outros países, Reagan estava do outro lado do espectro, sendo enfatizando o papel soviético-cubano nas crises (em especial na América Latina), em uma abordagem simplista. Para esses autores, a postura de Reagan estava marcada por aspectos ideológicos, pois o presidente tendeu a classificar a rivalidade entre seu país e a União Soviética como o conflito entre o bem e o mal, aplicando conceitos morais à sua política externa. Como já abordado, isso é uma característica frequente da Política Externa dos Estados Unidos, e é fonte de diversas incongruências. Uma visão de mundo assim simplificada tem todo potencial para deturpar objetivos, mascarar interesses e transparecer aos olhos do mundo como hipócrita.

Para o Paquistão sob o comando de Zia Ul-Haq, a invasão do Afeganistão foi vista como a usurpação da soberania de um Estado independente, não-aliado e muçulmano pela URSS, e demandou a esta de imediato a saída das tropas. Para a luta, fortes incentivos foram dados ao Paquistão pelos Estados Unidos durante este período: de 1981-87, foi acertado um pacote de ajuda de US\$3.2 bilhões, e de 1987-93, outro pacote foi acertado, de US\$ 4.2 bilhões. Além do mais, o serviço de inteligência militar paquistanês e a *Central Intelligence Agency* (CIA) trabalharam juntos para repassar armas para os *mujahidin* no Afeganistão, além de dar treinamento militar e suporte financeiro, com base no Paquistão, aos grupos de resistência (RIZVI, 2004).

Talvez a grande argúcia da administração Reagan no Afeganistão foi seguir a linha do ex-presidente Carter, que logo após a invasão soviética cortou o acesso ao comércio e à tecnologia americanas aos soviéticos e começou a ajudar os rebeldes, no momento em que eles eram mais fracos. O grande motivo de Gorbachev para a retirada no Afeganistão foi justamente sua tentativa de reativar a economia soviética, e para tal necessitava dos auxílios e incentivos do período da *détente*. Assim, a Doutrina Reagan, ao menos no que tange ao Afeganistão, foi creditada com realizações que tinham outras causas (KUPERMAN, 1999).

A transição da administração Carter para a de Reagan levantou debates quanto ao papel dos Estados Unidos no mundo, e a invasão soviética do Afeganistão fomentaram um debate acerca da necessidade de revitalizar o poder norte-americano frente à URSS. Reagan embutido de ideais conservadores via o mundo em preto e branco. Levantou a bandeira dos “guerreiros da liberdade”, e foi incapaz de pensar a longo prazo e antever que o apoio a extremistas islâmicos jamais poderia ser considerada uma opção moralmente benéfica, muito menos digna de louvor. Em um comunicado de 1982, o presidente norte-americano disse que “every country and every people has a stake in the Afghan resistance, for the **freedom fighters** of Afghanistan are defending principles of independence and freedom that form the basis of global security and stability” (REAGAN, 1982, on-line). Além do mais, desse comunicado do presidente podemos depreender que: a) havia uma defesa da não-interferência e o direito de praticar a religião de acordo com a consciência coletiva local (Reagan reconheceu a capacidade de resistência do povo afegão, inclusive enaltecendo-a); e, b) o presidente acreditava que a resistência dos *freedom fighters* no Afeganistão é um exemplo da invencibilidade dos ideais que os Estados Unidos tem como especiais para si, a liberdade e a independência

Apesar da retirada soviética em fevereiro de 1988, a permanência de um governo comunista em Cabul suscitou ainda mais algum tempo de interferência norte-americana. Mas o fim da Guerra Fria, o novo momento pelo qual os Estados Unidos passavam, as novas “ameaças” à segurança internacional e a administração de Bill Clinton tirariam o foco dos Estados Unidos do Afeganistão para outras partes do mundo.

Após uma década de apoio contínuo com envio de armas e dinheiro, os Estados Unidos praticamente deixaram o país de lado durante os anos 1990. Com a queda do governo de

Najibullah, último governo comunista do país, em abril de 1992 os objetivos no país tinham sido alcançados. De acordo com Jones (2009), o plano dos EUA era apoiar os esforços de mediação da ONU do início dos anos 1990, mas o governo Clinton perdeu o interesse no Afeganistão, pois com o fim da Guerra Fria, a região parecia de pouca importância geoestratégica para os Estados Unidos.

Em janeiro de 1992, em comum acordo com a Rússia, foi estabelecido o fim do envio de armas e dinheiro para o governo afegão e para os grupos rebeldes. Todavia, nem todos compartilhavam desta postura. Peter Tomsen, enviado especial dos Estados Unidos para o Afeganistão, alertou para os riscos de abandonar o país à sua própria sorte, e sobre os perigos de se perder as posições que tinham conseguido entre os grupos rebeldes. Além do mais, existia o risco da criação de um governo extremista, e isso definitivamente estava fora do interesse dos Estados Unidos.

Para Mohamand (2007), as razões para a guerra civil após a ausência do apoio norte-americano são: a) os grupos mujahidin nunca foram unidos nem politicamente nem militarmente; b) durante os anos em que esteve envolvido no Afeganistão, os Estados Unidos deliberadamente não permitiram que os mujahidin marchassem sobre Cabul; c) o objetivo dos Estados Unidos era pura e simplesmente derrotar a União Soviética no Afeganistão e não instalar um governo estável ali. Além do mais, a ausência de um controle externo permitiu que os Talibãs conseguissem dominar boa parte do país, tornando-o um local protegido para grupos e pessoas declaradamente anti-norte-americanas.

Os Talibãs, um desses grupos, começaram a se reunir em 1994, e eram principalmente refugiados afegãos nas madrassas⁴ das cidades de Peshawar e Quetta, bem como em Karachi⁵, mas havia um bom número de árabes vindos de outros países entre esses. Os Talibãs no período de sua ascensão ao poder foram considerados um fator de estabilização do país, e receberam apoio direto do Paquistão e da Arábia Saudita e em menor escala e indiretamente dos Estados Unidos. As indústrias têxteis do Paquistão tinham interesse em apoiar os Talibãs no sentido de pacificar o Afeganistão ou pelo menos garantir acesso seguro às rotas da Ásia Central, de onde compravam algodão⁶.

Para Benazir Bhutto⁷ (2007), o que acontece no Afeganistão hoje é um claro reflexo do abandono do país pelos EUA na década de 1990. E a solução das questões do terrorismo, do tráfico de drogas, da movimentação ideológica anti-ocidental no sul da Ásia, e da construção de democracias e sua sustentação caminham juntas na região, e tem um dos eixos centrais as relações sinuosas dos Estados Unidos com o Afeganistão e o Paquistão.

Nas primeiras eleições presidenciais nos EUA no novo século foi eleito, em eleições controversas⁸, o republicano George W. Bush. Em seu discurso inaugural, em 20 de janeiro

⁴ Escolas islâmicas.

⁵ Todas essas cidades citadas são no Paquistão.

⁶ Sobre a questão das rotas com a Ásia Central, é importante ressaltar que: « La sécuritisation de cet axe n'est pas seulement appréciée par les transporteurs pakistanais, mais aussi par les Saoudiens et par les Américains. Ceux-ci espèrent en effet pouvoir réaliser un projet commun qui vise à construire le long de cette voie un gazoduc, puis un oléoduc. L'opérateur est un consortium dont les chefs de file sont l'Américain Unocal et une société à capitaux saoudiens, Delta Oil » (LAGARDE. 2010 : 45).

⁷ Foi duas vezes primeira-ministra do Paquistão, e foi a primeira mulher a ocupar o cargo de chefe de governo em um país muçulmano. Morreu em um atentado terrorista em dezembro de 2007, logo depois de ter chegado a seu país, depois de alguns anos de exílio, durante parte do governo do general Pervez Musharraf.

⁸ De acordo com Pecequillo (2008), no voto popular, Gore venceu Bush com 50.999.897 (48,38%) votos contra 50.456.002 (47,87%). Todavia, contestadamente, o republicano levou os delegados do Colégio Eleitoral na Flórida, e se consagrou como presidente pelo mecanismo de eleição indireta.

de 2001, falou à nação da importância dos ideais que os unia, tais como a valorização da democracia e da liberdade, das capacidades dos americanos de serem cidadãos e de abraçar mudanças positivas. Sobre a causa da liberdade, afirmou que caso a América não a liderasse, ela não teria nenhum líder. Assim, “America remains engaged in the world, by history and by choice, shaping a balance of power that favors freedom” (Bush, 2001), o que conferiria aos EUA a determinação de falar às outras nações sobre os valores americanos.

Cerca de sete meses depois que este discurso foi feito, ocorreram os atentados de 11 de setembro, acontecimentos estes que fizeram com que os EUA voltassem mais uma vez seus olhos à região da Ásia Meridional, e ao Paquistão, em especial, como um aliado na guerra contra o terror. Todavia, o 11 de setembro suscitou o fim do mito da inviolabilidade do território norte-americano, bem como serviu para questionar a inabilidade do alto comando do governo em lidar com os atentados no dia em que aconteceram. Uma pergunta que resta sem resposta, e muito proferida naqueles dias foi: “como um país que gasta tanto com defesa não pôde se proteger com antecedência?” (PECEQUILO, 2005: 374).

Os ataques perpetrados pela rede terrorista Al-Qaeda levaram os Estados Unidos a uma intervenção direta no Afeganistão e deram suporte e ímpeto para a consolidação de um discurso que exortava a invasão do Iraque, para a derrubada do governo de Saddam Hussein. *A priori*, as duas intervenções militares tiveram objetivos não vinculados diretamente ao regime político de cada país (no primeiro caso, a caça aos membros da Al-Qaeda, e no segundo, o temor das armas de destruição em massa), mas imbuído nos discursos e engendrado por ações nestes países após a ocupação, ficou-se claro que a mudança de regime, pela via militar, estava em pauta. A prática norte-americana indica que o interesse nacional é construído sobre os valores e percepções, mas que às vezes, as escolhas e preferências dos tomadores de decisão podem se tornar incompatíveis com aqueles. Como Carlsnaes (1987) aponta, talvez os valores não são compatíveis com os interesses nacionais dos Estados Unidos, o que cria uma situação insuficiente do ponto de vista de legitimação da maior parte das ações do país.

Sendo assim, o oxímoro a que se renega a “liberdade” e a “democracia” quando vinculadas a outro termo com carga tão poderosa quanto “guerra” pode ter consequências deletérias: dessa vez, contudo, foram os Estados Unidos que se viram marginalizados, pois as fábulas contadas para justificar as duas guerras foram desconstruídas pelos fatos no campo de batalha e nas instâncias burocráticas.

Todavia, no caso afegão, o início da história não foi tão ríspido: o 11 de setembro teve um impacto devastador na opinião pública internacional, e líderes russos, europeus, asiáticos, africanos, enfim de todos os cantos do mundo, se mostraram consternados com o impacto de tamanho ato de terrorismo. O terrorismo, prática adotada já há séculos tem esse potencial de transferir maior responsabilidade para os líderes, pois a população, sentido o pavor de lhe faltar as bases para manter sua pacata e monótona vida, se entrega às epifanias libertadoras que só os “grandes” líderes julgam ter.

Em uma perspectiva ampla, que só o tempo nos dá condições de apresentar, o que faltou foi a percepção de que o 11 de setembro tinha raízes históricas, o que demandaria mais cautela e prudência em qualquer ação a ser tomada a partir dali, e que poderia servir para alavancar o poder dos Estados Unidos através de outros mecanismos, que não o poder militar. Todavia, a administração Bush foi essencial para que o país trilhasse caminhos tortuosos.

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho era apontar como há um descompasso entre valores e percepções, e escolhas e preferências, que perfazem respectivamente as dimensões situacional e intencional do modelo de Análise de Política Externa de Walter Carlsnaes (1987; 1992; 2002), na política externa dos Estados Unidos. O caso de seu já longo envolvimento com o

Afeganistão serviu como uma maneira de demonstrarmos como ora insurgentes podem ser considerados “guerreiros da liberdade”, como Reagan os chamou, ora “terroristas”, “assassinos”, os grandes vilões, como Bush os considerou pouco mais de uma década depois.

Como notamos, uma das particularidades marcantes da política externa norte-americana é, às vezes, a sua incoerência, sempre escolhendo quais valores e percepções colorem suas escolhas e preferências. Isso demonstra uma lacuna explícita entre valores e objetivos pragmáticos, que tende mais a minar o seu *soft power* do que a acrescentar ao poder estadunidense no começo desse século XXI.

A instabilidade afegã durante os anos 1990 foi marcadamente um dos fatores que permitiu a ascensão dos Talibãs enquanto governo *de facto* no país, e sem aquela “base” a Al-Qaeda (que significa “a base”, “o alicerce” em árabe) talvez não tivesse todas as condições para elaborar, financiar e incentivar os atentados de 11 de setembro. Além do mais, do ponto de vista humano, as condições impostas pelos Talibãs eram contrárias ao que pregavam os Estados Unidos, e isso havia ficado nítido quando Clinton resolveu se afastar deles, mas evidentemente nenhum esforço foi envidado para solucionar o impasse afegão.

Assim, de guerreiros da liberdade, bravos defensores da liberdade, aqueles homens armados no Afeganistão passaram a ser vistos como problema de segurança nacional, e o país galgou na onda da incoerência da política externa norte-americana, e Bush lançou-se a “democratizá-lo” e a “libertá-lo”. O ex-presidente norte-americano somente se esqueceu que, como o próprio Reagan havia dito anos atrás, o povo afegão era forte e bravo, determinado, e não seria qualquer guerra convencional que os deixaria diante de uma ocupação. Enquanto a incoerência não se resolver, o mundo e os Estados Unidos só tendem a perder. O experimento norte-americano com a democracia, gestada desde o final do século XVIII, tem sua unicidade, mas a arrogância da política externa do país foi cada vez mais alienando o mundo dos bons frutos plantados pelos “Federalistas”.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, William D.; KERNEK, Sterling J. **How “Realistic” is Reagan’s Diplomacy?** *Political Science Quarterly*, vol. 100, no. 3, 1985, p. 389-409.

BHUTTO, Benazir. **Reconciliação** – Islamismo, Democracia e o Ocidente. Rio de Janeiro: Agir. 2008.

BUSH, George W. **XLIII President of the United States** – Inaugural Address. 2001. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=25853>>.

CARLSNAES, Walter. **Ideology and foreign policy: Problems of comparative conceptualization**. New York: Basil Blackwell, 1987. 234 p.

_____. **The Agency-Structure Problem in Foreign Policy Analysis**. *International Studies Quarterly*, vol. 36, nº 3 (Setembro, 1992). PP. 245-270. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2600772>>. Acessado em: 10 de janeiro de 2011.

_____. **Foreign Policy**. IN: CARLSNAES, Walter; RISSE-KAPPEN, Thomas; SIMMONS, Beth A. (Coord). **Handbook of International Relations**. London: Sage, 2002. xx, 571 p.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos** – O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MOHMAND, Abdul-Qayum. **American Foreign Policy Toward Afghanistan: 1919-2007**. Tese de Doutorado, Universidade de Utah (EUA). Agosto de 2007.

JONES, Seth G. **In the Graveyard of Empires** – America’s war in Afghanistan. New York: W. W. Norton & Company. 2009.

KUPERMAN, Alan. **The Stinger Missile and U.S. Intervention in Afghanistan**. *Political Science Quarterly*, vol. 114, n. 2, 1999. Pp. 219-263.

NYE JUNIOR, Joseph S. **O paradoxo do poder americano**: porque a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo: Editora da UNESP. 2002.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos**: continuidade ou mudança? 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

REAGAN, Ronald. **Proclamation 4908** - Afghanistan Day. March 10, 1982. Online by Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=42249>>. Acessado em: 10 de setembro de 2011.

RIZVI, Hasan-Askari. **Pakistan's Foreign Policy**: an overview (1947-2004). Lahore: Pakistan Institute of Legislative Development and transparency. 2004.

O DISCURSO DA ADOÇÃO VOLUNTÁRIA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: AS LIMITAÇÕES PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO DA REFLEXÃO ENTRE EMPRESAS E SOCIEDADE

Diego Valério de Godoy DEL MÔNICO¹

Patrícia Borba MARCHETTO²

RESUMO: Além da ideia de reforma do Estado, que sugere uma leitura neoclássica da atuação governamental, o final do séc. XX também foi marcado pela ampliação das ideias de responsabilidade social, que sustentam a responsabilização das empresas pelos eventuais problemas sociais decorrentes da sua atuação. Muito embora se mostre como um novo caminho para a abordagem estatal das relações empresa-sociedade, a ideia de responsabilidade social é desenvolvida fundamentalmente pela literatura da administração empresarial e, assim, se sustenta a partir dos pressupostos instrumentais das organizações privadas, como a necessidade de autonomia do setor empresarial em relação ao Estado. Por outro lado, a produção intelectual da administração empresarial manteve hegemonia sobre o desenvolvimento das teorias da administração pública, favorecendo a absorção dos pressupostos daquela por esta. Desta forma, o discurso predominante da responsabilidade social corporativa sustenta esta como uma prática que deve ser voluntária, isenta de qualquer regulação e direcionada a atores os que possam ser positivamente delimitados. A produção do conhecimento sobre a atuação pública no gerenciamento das relações éticas das empresas com a sociedade também recebe a influência da instrumentalidade da administração empresarial e, associada ao discurso da adoção voluntária de práticas responsáveis, dificulta o desenvolvimento de modelos de atuação do Estado no desenvolvimento eficaz da ética empresarial.

Palavras-chave: ação voluntária; responsabilidade social corporativa;

ABSTRACT: Besides the idea of State reform that suggests a neoclassic interpretation of governmental operation, the ending of XX century was also characterized by the widening of corporate social responsibility ideas, which underlies the corporation responsibilities for eventual social problems due to their operation. Although it has shown a new path for the State approaching to the corporate-society relations, the idea of corporate social responsibility is fundamentally developed for the entrepreneurial administration literature and thus it is held from instrumental assumptions of private organizations, the need for autonomy of the business sector from the State.

¹ Bolsista FAPESP de iniciação científica e aluno de Graduação do Curso de Administração Pública, Faculdade de Ciências de Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP. Araraquara, SP, Brasil. diegodelmonico@hotmail.com

² Professora do Departamento de Administração Pública, Faculdade de Ciências de Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP. 14800-901 - Araraquara, SP, Brasil. pmarchetto@fclar.unesp.br

On the other hand, the intellectual production of business administration has hegemony over the development of public administration theories, favoring the public administration to absorb the assumptions of management. Therefore, the predominant discourse of corporate social responsibility supports that as a practice that should be voluntary, free of any regulation and focusing actors who can be positively defined. The production of knowledge about public management at the handling of ethical relations between corporations and society also receives the instrumental influence from entrepreneurial management and, associated with the voluntary adoption of responsible practices discourse, it hinders the development of models of State action in effective development of the business ethics.

Keywords: voluntary action; corporate social responsibility;

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é demonstrar alguns componentes estruturais que contribuem substantivamente para o desenvolvimento de uma responsabilidade social empresarial com pressupostos e perspectivas que limitam e reduzem os efeitos de uma construção que seja coerente com o seu discurso progressista, frequentemente sustentado pelos empresários e teóricos envolvidos com o tema da responsabilidade social corporativa. Esses componentes são constitutivos de uma estrutura que pode ser evidenciada a partir da análise dos elementos e das instituições que contribuem para a construção da responsabilidade social e através dos quais ela é comumente promovida, tal qual a administração enquanto ciência e, sobretudo, o discurso da adoção voluntária da responsabilidade social. Essa demonstração se faz pela descrição da história da responsabilidade social observada em paralelo a história do desenvolvimento do Estado na regulação da atividade econômica, *ipso facto*, dos papéis sociais desempenhados pelas empresas reconhecidos pelas autoridades políticas. Objetiva-se destacar como o discurso da adoção voluntária de responsabilidade social tem funcionado em favor da não intervenção do Estado no debate sobre a responsabilidade social empresarial.

2. O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE EMPRESAS E ESTADO NO SÉCULO XX

Os Estados ocidentais sofreram várias modificações durante o século XX, sobretudo no que diz respeito à forma de administrar as questões econômicas. Nos primeiros anos daquele século, seguindo os movimentos que se desenrolaram durante os séculos XVIII e XIX, as Nações sustentaram um modelo de Estado de direito, positivo e liberal, que valorizava o desenvolvimento econômico e o não intervencionismo que se legitimava em um sentimento antiestatista. Esse conjunto de ideias que orientaram a ofensiva de direita nos anos 80 foi, na realidade, um fantasma dos anos 20, uma ideologia que se manifestou no início do século e se manifesta até os dias atuais, consubstanciando-se na crença na racionalidade do mercado e na teoria quantitativa da moeda cujos valores ideológicos se expressavam fundamentalmente em valores populares e os banqueiros e os funcionários do Tesouro eram seus típicos representantes (PRZEWORSKI; WALLERSTEIN, 1988, p.29).

Após a Primeira Guerra Mundial, houve um período de inflação, que culminou na redução das poupanças e em uma instabilidade econômica que reduziu a propensão ao consumo. Essa situação gerou o *crash* da bolsa de Nova York, quando as economias, primeiro a americana depois as mundiais, passaram de um estado recessivo para depressão (HOBBSAWN, 1985). As empresas tipicamente liberais visavam à maximização dos lucros através da redução de custos de produção, tentando aumentá-la enquanto reduziam cargos e

salários. Desta forma, para compensar a queda de lucratividade, as empresas levaram a cabo tanto o corte de postos de trabalho, o que reduzia a demanda, quanto o aumento relativo da produção. Tais medidas reduziam a demanda enquanto aumentavam a oferta, fato que forçou a uma redução drástica de preços e aprofundando ainda mais a crise econômica. A crise dos anos 30 evidenciou as irracionalidades do sistema capitalista (sobretudo de um modelo liberal de capitalismo), os homens estavam passando fome e desempregados enquanto máquinas estavam paradas e alimentos sendo destruídos (PRZEWORSKI; WALLERSTEIN, 1988, p.31).

O *crash* de 1929 foi o ponto alto de uma crise de demanda e, a partir dele, as ideias de Keynes redesenham a economia, transformando a macroeconomia de uma disposição de espírito em um método para analisar os determinantes da renda nacional (PRZEWORSKI; WALLERSTEIN, 1988, p.30). Keynes mostrou a lógica de uma economia monetária ao negar os princípios auto equilibrantes e autorregulados do mercado, alargando as fronteiras do pensamento econômico ao propor medidas econômicas que evitassem flutuações cíclicas dos níveis de produto e emprego (FILHO, F. apud OLIVEIRA; GENNARI, 2008).

Foi o keynesianismo que manteve a expectativa de que o Estado poderia harmonizar a propriedade privada dos meios de produção com a gestão democrática da economia (PRZEWORSKI; WALLERSTEIN, 1988, p. 31) e, dessa maneira, permitiu que a irracionalidade fundamental do sistema capitalista, como apontada pela crítica marxista, permanecesse subjacente a uma realidade na qual as contradições aparentes desse sistema fossem gerenciadas pelo Estado. Nesse sentido, a teoria keynesiana pôde se tornar uma moldura na qual os interesses de grupos particulares apresentaram-se como universais (PRZEWORSKI; WALLERSTEIN, 1988, p. 30), dito de outra forma, como na citação de Bowles por Claus Offe, o keynesianismo representou um acordo entre classes no qual os trabalhadores aceitavam a lógica do lucro e dos mercados como orientadores da alocação de recursos em troca do reconhecimento de garantias a padrões mínimos de vida além de direitos políticos e sociais, garantidos através da intervenção do Estado (BOWLES apud OFFE, 1984).

O keynesianismo se desenvolveu dentro dos Estados ocidentais *pari passu* à burocratização do serviço público e, quando esse modelo de Estado de Bem Estar entra em crise na década de 70, os principais alvos de críticas se concentram na burocratização do serviço público (PAULA, 2005) e na ampliação das despesas públicas ligadas às políticas sociais e aos mecanismos de redistribuição (ROSANVALLON, 1985). Dessa forma, os críticos do modelo Keynesiano, então chamados neoliberais, desenvolveram uma crítica às falhas do Estado simétricas às críticas das falhas do mercado (PAULA, 2005; HAYEK, 1984)

Ao mesmo tempo em que autores como Milton Friedman criticavam o keynesianismo, teóricos da *Public Choice Theory* e da *Agency Theory* fundamentaram críticas às organizações públicas da época (PAULA, 2005 p. 33 et seq.). A Teoria da Escolha Pública procurava aplicar a racionalidade econômica na análise de problemas políticos como, por exemplo, o comportamento dos eleitores, dos políticos e da burocracia. A *Agency Theory*, por outro lado, evidenciava dissonância entre os gerentes de empresas e os proprietários. As duas teorias compartilham com as teorias clássicas da economia pressupostos fundamentais, tais como o utilitarismo e o cálculo racional nas relações humanas.

A teoria da escolha pública e a *Agency Theory* justificaram a análise do serviço público e dos burocratas públicos nos termos do racionalismo econômico. Alguns autores sustentaram a comparação entre burocratas públicos e privados: ambos são motivados por desejos egoístas de acumulação por salários, *status* e poder, no entanto, a falta de competição no setor público tornava os burocratas públicos ineficientes e, como solução, foram frequentes as proposições de que os serviços próprios do setor público deveriam ser exercidos através da iniciativa privada (PAULA, 2005 p. 35).

As ideias de reforma governamental influenciaram os governos de Thatcher, no Reino Unido; Reagan nos EUA; Fernando Henrique Cardoso, no Brasil; entre vários outros. Esse modelo de gestão dos serviços Estatais foi conhecido como *A Nova Administração Pública*, ou *Administração Pública Gerencial* e teve entre os seus maiores expoentes os autores Osborne e Gaebler, com o livro “Reinventando o Governo” (OSBORNE; GAEBLER, 1994) que, muito embora negassem a privatização do setor público como única solução pra a melhoria dos serviços públicos, estimularam vários princípios cujos pressupostos se encontram também na economia neoclássica, na Teoria da Escolha Pública e na *Agency Theory*, tais como a necessidade de competitividade, eficiência baseada na racionalidade econômica, delegação de responsabilidades públicas à comunidade, a orientação para a consecução de metas e resultados (geralmente mensurados em termos econômicos) e também foram levantadas ideias favoráveis à desregulamentação (PAULA, 2005, p. 42).

A releitura da ideologia liberal proposta na década de 1970, diferentemente daquele movimento liberal que foi até a década de 1920, tinha a sua justificação em teorias aparentemente técnicas (“monetarismo”, “la nouvelle economie” e “expectativas racionais”) (PRZEWORSKI E WALLERSTEIN, 1988) mas, nas duas circunstâncias, as ideias foram propostas como razões pelas quais todos estariam em melhor situação se o estado se retirasse da economia e para que os capitalistas pudessem acumular sem serem considerados as questões distributivas (PRZEWORSKI E WALLERSTEIN, 1988)

No entanto, as ideias de reforma do Estado acompanharam uma lógica diversa. Para justificar a privatização do serviço público, o Estado, antes considerado como produtor natural de serviços públicos, criou instituições nomeadas *Agências Reguladoras*. A privatização do serviço público criava uma polêmica: como um serviço de interesse público poderia ficar submetido a interesses privados? A solução foi a regulação dos serviços privados através dessas agências que, tendo em vista a lógica da *Agency Theory*, deveria ser promovida por entidades neutras, independentes (GOMES, 2006).

3. UMA NOVA RELAÇÃO: A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Um dos pontos mais controversos no debate sobre a responsabilidade social corporativa é a sua definição. Enquanto sustenta-se a necessidade de uma construção sólida de um conceito que seja amplamente aceito, não há uma aceitação por parte dos teóricos do assunto. A responsabilidade Social Corporativa cresceu significativamente desde 1950, tendo havido, a partir de então, uma proliferação de teorias, abordagens e terminologias e as definições são complexas, controversas e não muito claras (GARRIGA; MELÉ, 2010). Várias tentativas de categorização das definições de responsabilidade social foram empreendidas. Enquanto Carroll (1991) propôs uma subdivisão da responsabilidade social em filantrópica, ética, legal e econômica, outros autores reconheceram outras dimensões, como a dimensão política (GARRIGA; MELÉ, 2010), a ambiental e a voluntária (DAHLSTRUD, 2008). Muito embora a dimensão voluntária da responsabilidade social (cujo discurso se caracteriza pela ideia de que a responsabilidade social vai além do cumprimento das obrigações legais da empresa (DAHLSTRUD, 2008, p.4)) tenha se desenvolvido para amplificar a ideia de responsabilidade social, ela tem servido também para reduzir a autonomia das normas legais para a regulação das relações entre empresas e sociedade. Embora seu objetivo inicial fosse prover uma ideia mais ampla de responsabilidade social ao eliminar a possibilidade de uma interpretação restrita que criasse uma identidade entre a responsabilidade social e o mero respeito às obrigações legais da empresa, ele também proporcionou a ideia de que a responsabilidade social e as ações responsáveis, quando regulamentadas por um ator público,

abandonam automaticamente o seu conteúdo ético.

Ao apontar que o núcleo da responsabilidade social da empresa está no montante de poder que a empresa detém, e que as relações entre responsabilidade e poder são tão antigas quanto a humanidade, alguns autores constroem a percepção de que a responsabilidade social é tão antiga quanto a humanidade (DAVIS, 1968). Outros autores citam pensadores do início do século que, como Andrew Carnegie e William J. Ghent, já debatiam alguns argumentos que são rudimentos da responsabilidade social, como a justiça social e a filantropia como um papel ou como um dever das empresas (HEALD, 1957). Archie Carroll (1999) um dos mais conhecidos autores que tratam da responsabilidade social, mapeou a evolução da criação do conceito e cita outras obras que, antes de Bowen (1957), tratavam da responsabilidade social, no que se inclui “*As Funções do Executivo*”, de Chester Barnard; “*O Controle Social da Empresa*”, de John Maurice Clark; e “*Measurement of the Social Performance of Business*”, de Theodore Kreps (CARROLL, 1999, p. 269). Muito embora na virada do século XIX para o XX tenha havido tais debates, existe um alto nível de consenso na literatura, sobretudo a literatura estadunidense, que a responsabilidade social “nasce” como um campo em teorização com o livro de Howard Bowen, *Social Responsibilities of the Businessman*, de 1953 (BOWEN, 1953/1957). Desde o livro de Bowen, a responsabilidade social sofreu duas mudanças aparentemente sutis que consideramos relevantes para a construção da mentalidade sobre a responsabilidade social corporativa: a responsabilidade social dos negócios (social se tornou cada vez mais a Responsabilidade Social Corporativa (GARRIGA; MELÉ, 2010, p. 51) e houve, também, a passagem da atribuição da responsabilidade social dos homens de negócio para a corporação que, de modo geral, serviu para a institucionalização do conceito, passando a ser caracterizado como um sistema social mais amplo, passando do nível individual para o corporativo (FREIRE et al., 2008).

Heald (1957) afirma que os americanos se engajaram na procura por um termo mais atrativo que descrevesse a natureza e o desempenho do desenvolvimento econômico. Por um momento o governo americano e alguns jornalistas fizeram parecer que alguns termos como “people’s capitalism” ou “welfare capitalism” tivessem se consolidado. Ele cita que a maior característica deste “novo capitalismo” é uma consciência corporativa que, como sugerido no parágrafo anterior, não é tão novo. Ainda nesse sentido, o desenvolvimento da responsabilidade social é assumido por boa parte dos autores como uma resposta à característica opressiva dos sistemas capitalistas do séc. XIX. De George (2008), por exemplo, aponta que demonstrar ações socialmente positivas foi o meio encontrado pelas empresas para responder às crescentes e múltiplas acusações direcionadas à atividade empresarial. Heald (1957) cita a revista Fortune, de 1951, quando os editores descreveram o desenvolvimento capitalista americano do início do século: “...*American capitalism seemed to be what Marx predicted it would be and what all the muckrakers said it was - the inhuman offspring of greed and irresponsibility.* (FORTUNE, 1951 apud HEALD, 1957).

Paralelamente ao aprofundamento e teorização da responsabilidade social, é importante notar os movimentos econômicos e as mudanças nos papéis do Estado. A mentalidade liberal prevaleceu até 1929, quando do *crash* da bolsa de nova York, provando a insustentabilidade do livre mercado através da sua capacidade de gerar grandes desequilíbrios sociais em detrimento do bem estar e segurança social, proporcionando, a partir do Keynesianismo, o desenvolvimento da ideia do Estado intervencionista. Tal modelo de Estado proporcionou um clima de segurança no qual as empresas puderam desenvolver os seus processos até que a inflação e a crise do petróleo trouxessem de volta as crises do capital, desta vez na forma de crises de inflação de demanda, permitindo o fortalecimento de doutrinas neoclássicas, como a teoria monetarista da Escola de Chicago (PAULA, 2005). O monetarismo defendia que a política fiscal tipicamente keynesiana, baseada na tributação e na ampliação dos gastos públicos, estimula a demanda e, elevando os preços, gera inflação e

recessão. O novo modelo de desenvolvimento, que deu origem ao neoliberalismo, atribuía ao Estado o papel de garantir a estabilidade econômica através do controle monetário e consideravam inútil e prejudicial o desenvolvimento econômico promovido pelo Estado através de despesas de investimento (SANDRONI, 1999). Não por acaso, a Escola de Chicago é relacionada por alguns autores às bases das reformas dos Estados, empreendidas a partir da década de 80, que tiveram na abertura econômica, desburocratização, desestatização e privatização as suas principais medidas.

4. O SETOR PÚBLICO, SETOR PRIVADO E REFORMAS DO ESTADO

A obra “Por Uma Nova Gestão Pública” (PAULA, 2005) possibilita uma percepção de como a Administração Pública, a despeito do discurso, manifesta a tendência de absorver alguns dos pressupostos da Administração Privada, afastando a possibilidade de uma gestão pública democrática e do desenvolvimento de ferramentas de gestão próprias do setor público. Esse movimento é observado na emergência do chamado New Public Management (NPM, ou em português: Nova Administração Pública – NAP) que, muito embora se sustente sobre um discurso aparentemente progressista, voltado para o cidadão, tende a negligenciar os aspectos sócio-políticos da gestão. Ao adotar métodos desenvolvidos para o setor privado, o setor público incorpora as ideias de racionalidade econômica, que tende a avaliar as políticas (sobretudo sociais) em termos financeiros.

Mesmo se sustentando através da crítica às organizações burocráticas, observa-se também a tendência de que as iniciativas direcionadas à NAP fiquem só no discurso reformista. Pesquisadores nos Estados Unidos e no Reino Unido apontaram que os processos reformistas antiburocráticos que foram implementados durante o período da NAP não só mantiveram, como ampliaram a formalidade e o engessamento dos serviços públicos (HOOD; PETERS, 2004), característicos da burocracia. Na prática, os discursos de descentralização e *empowerment* acabaram por proporcionar a descentralização dos serviços sem, no entanto, descentralizar a tomada de decisão, burocratizando ainda mais o serviço público: o burocrata de nível de rua se aproximou cada vez mais do modelo tipológico do funcionário-máquina, ficando responsável por resolver apenas problemas previamente definidos em regras pelos seus superiores hierárquicos, se tornando mais ineficiente e passível de ser substituído por sistemas de informação, aprofundando o problema da falta de discricionariedade no atendimento ao público. Dessa perspectiva, a única reforma realmente empreendida pela reforma gerencial foi em nível econômico, aplicando pressupostos neoclássicos à atuação estatal.

Uma base importante da Nova Administração Pública foi a cultura do *management* que se resume na crença de um mercado livre, a percepção do indivíduo como empreendedor, o culto de símbolos e figuras emblemáticas como palavras de efeito (inovação, sucesso, excelência), gerentes heróis e pela crença em tecnologias gerenciais que permitam racionalizar as atividades organizadas grupais. Tais ideias se tornaram pressupostos fundamentais e favoreceram o aparecimento do gerencialismo, que se baseia em outros pressupostos como a crença que o progresso social ocorre por aumentos na produtividade econômica, o aumento da produtividade através da adoção de novas tecnologias, a aplicação das tecnologias se dá através de uma força de trabalho disciplinada sob a ideia de produtividade e que os gerentes têm direito de administrar.

O gerencialismo e o managerialismo também se manifestam como um conjunto de valores e crenças que, ao permearem a vida social e política, favorecem o transporte de várias iniciativas do setor privado para o público, como a ideia de reengenharia e a adoção de modismos gerenciais, como os “5S” e a administração da qualidade total e, finalmente, o movimento da Nova Administração Pública. Além disso, várias instituições estiveram por de

trás dos ideais reformistas que, na maioria dos casos, eram *think tanks* com amplo envolvimento de teóricos neoclássicos, que favoreceram e infiltraram pressupostos neoclássicos nas atuações dos governos (PAULA, 2005, p.36-40).

5. AS DISCUSSÕES SUCITADAS PELO DEBATE

No Brasil, não houve uma tentativa de desenvolvimento de uma Teoria Geral da Regulação, o que pode ser atribuído à concepção de que ao Estado cabem duas funções opostas: a participação direta na vida econômica e a mera fiscalização do mercado (FILHO, C., 2001, p.13). Por regulamentação, entenda-se aqui a mesma acepção abrangente atribuída na obra de Calixto Salomão (FILHO, C., 2001, p.15), englobando toda forma de organização da vida econômica através do Estado, seja através de cessão do serviço público ou através do exercício do poder de polícia. Não cabe aqui a polêmica pertinente à delegação ou à natureza do poder regulamentar que, em vários trabalhos, têm sido descritos em conjunto à uma crise do princípio da legalidade e a uma nova forma de direito (GUERRA, 2004 p.14 et seq.).

Então, quando na década de 90 o governo quis substituir a prestação direta pela iniciativa privada, a discussão ficou inclinada à assunção, nos termos das teorias econômicas, de que a ausência de participação direta é a característica fundamental do liberalismo/neoclassicismo. No entanto, podem-se citar, fundamentalmente, duas escolas de regulação clássicas: a Escola do Interesse Público e a Escola Neoclássica de Regulação. Enquanto a primeira nada tem a ver com a preservação do mercado, buscando o bem público nas suas definições mais diversas, a segunda nega qualquer direcionamento do mercado por diretrizes que contrariam o ideal de maximização econômica (FILHO, C., 2001). Dessa forma, de acordo com a teoria geral da regulação, o que é neoliberal nas reformas do Estado envolvendo privatizações é a intenção de não intervenção no domínio econômico, causado fundamentalmente pela ausência de uma regulamentação forte, que observasse o interesse público.

De modo geral, os Estados nacionais têm participação ativa na regulação e no direcionamento da ação empresarial para a solução de problemas sociais. Dessa forma, há uma diferença entre a regulamentação das relações entre empresas e sociedade e a regulamentação da responsabilidade social. A participação tradicional do Estado na mediação das relações entre empresas e sociedade é permeada por um conflito de interesses que, na maioria das vezes, torna nítida algumas incoerências entre as metas da empresa e os objetivos da sociedade. A responsabilidade social, por outro lado, é a busca pelo "encaixe" perfeito entre as empresas e as sociedades nas quais operam (OECD, 2001) e, dessa maneira, permite que se atribua uma avaliação moral das relações entre empresas e sociedade na contramão da racionalidade econômica. Enquanto na primeira a principal barreira contra a regulamentação impositiva é o argumento de defesa do papel instrumental da empresa e de direitos absolutos de propriedade, na segunda, tal argumento é vulnerável às questões morais e éticas e a favor da ideia de função social da propriedade privada. Dito de outra forma, enquanto em uma o desencaixe entre empresas e sociedade é o ponto fundamental, em outra, a conexão entre esses dois agentes é o objeto; o que faz as empresas se comportarem diferentemente em ambos os casos.

Há inúmeros trabalhos que enunciam a diferenciação entre responsabilidade social e filantropia. No entanto, em uma comparação objetiva de ações filantrópicas e socialmente responsáveis, o resultado provavelmente será pouco (ou nada) conclusivo. A grande diferenciação entre ações filantrópicas e socialmente responsáveis, como se pode observar na literatura, está no conteúdo subjetivo das ações empresariais, na motivação pela qual a empresa adota as ações responsáveis. Nesse sentido, apontamos dois tipos de diferenciação que podem ser reconhecidas como predominantes na literatura. A primeira diferenciação está na ideia de que a filantropia seria a aplicação de recursos em uma ação social qualquer,

altruísta e sem relações com a estratégia organizacional, enquanto a RSC seria a aplicação de recursos com a observação da estratégia empresarial (SANTO, 2003). A segunda diferenciação está na ideia de que a filantropia seria a aplicação de recursos, com objetivo humanitário e de iniciativa essencialmente altruísta, enquanto que a responsabilidade social seria reconhecida fundamentalmente como uma espécie de contrapartida que a empresa paga pela sua atuação junto à sociedade, pressupondo o reconhecimento dos problemas estruturais do capitalismo.

O condicionamento da RSC ao retorno material, ou em outras palavras, a observância da estratégia empresarial como uma condição de existência da RSC, é um assunto que já foi amplamente discutido na literatura (GARRIGA; MELÉ, 2010; CARROLL, 1991, 1999), tendo sido considerado apenas a manifestação instrumental da responsabilidade social empresarial e, como tal, é apenas uma dentre as várias formas de responsabilidade social e, interpretá-la sob essa condição, é reduzi-la a uma de suas dimensões. Por essa razão, aceitamos que a principal diferenciação entre filantropia e responsabilidade social é aquela apontada no nosso segundo exemplo: enquanto a filantropia é altruísta, a RSC pressupõe uma ideia de dever ético ou moral, uma compensação à sociedade, seja pelos danos diretos que as empresas possam causar na sociedade, ou pela desigualdade material predominante na sociedade e nas relações econômicas.

Motta (1984, p.19 et seq.), buscando descrever pesquisas sobre a transmissão ideológica da empresa, cita o estudo de Pagès, Bonetti, Gaulejac e Descendre que conclui no sentido de perceber a empresa como um conjunto de produtos e contradições em relação a outras empresas, Estado, trabalhadores e sistemas sociais desiguais. Neste estudo os autores apontam que a mediação da empresa se dá em quatro níveis: econômico, político, ideológico e psicológico. Dito de outra forma, a empresa realiza uma política de mediação em cada um desses níveis, o que significa que, em cada uma dessas dimensões, a empresa realiza ações no sentido de transmitir a sua ideologia. A empresa faz isso através da oferta de uma interpretação da realidade em relativa coerência com as práticas sociais dos indivíduos fornecendo-lhes uma visão de mundo coerente com suas aspirações, criando uma ideologia semelhante a uma religião secular, com suas crenças formando um dogma, escrituras sagradas e ritos práticos (MOTTA, 1984). Essa religião secularizada, ou a crença partilhada pelos membros da empresa incidiriam em cinco aspectos centrais: o consenso quanto à busca do progresso técnico, o ideal de realização no trabalho, a crença na igualdade de oportunidade e na promoção, a crença nas recompensas e a busca pelo sucesso individual. A formalização burocrática é um ritual, assim como o é as extensas reuniões que buscam mais a conformidade do que a resolução substancial de problemas. A constatação fundamental dos autores é a de que os indivíduos isolados são impotentes para lutar contra as suas próprias contradições. Dessa forma, o mecanismo básico da operação da empresa seria a transformação de contradições coletivas em contradições individuais, traduzindo as contradições econômicas, políticas e ideologias em contradições psicológicas.

O estudo citado acima é apenas um dentre vários estudos sobre como a empresa busca se legitimar inculcando os seus próprios valores na sociedade, se justificando em suas questões mais fundamentais e se adaptando através de medidas meramente incrementais. De fato, é bastante comum observar na literatura administrativa a preocupação com esse tipo de processo, tal qual a organização enquanto sistema, que deve se adaptar ao seu ambiente para gerir as relações sociais dentro da sua esfera de poder (MORGAN, 2010); adoção de tecnologias da informação para que se consiga a eficiência, nos termos da redução de custos, ao mesmo tempo em que se centraliza o controle. Nesse sentido, transferência da ideologia da empresa extrapola os limites dos seus empregados, transferindo sua ideologia para a sociedade, se utilizando de outras instituições, como o Estado e a escola, para essa tarefa (MOTTA, 1990). Vários sociólogos e juristas concluíram nesse sentido. Ao falar sobre

Indústria Cultural, Adorno (2006) confere a responsabilidade pela padronização da cultura moderna ao desenvolvimento industrial; Walter Benjamin (1984) observa tal influência na arte e, além deles, outros autores observam a influência do financiamento eleitoral nos processos legislativos e a determinação econômica para a concorrência em eleições.

Uma manifestação importante de que a responsabilidade social pode ser regulamentada pelo Estado é o discurso do representante especial da Secretaria Geral de Negócios e Direitos Humanos das Nações Unidas para a Assembleia Geral das Nações Unidas, em outubro de 2010. John Gerard Ruggie, que também é professor da Harvard Law School e Harvard Kennedy School of Government, iniciou o seu discurso com a afirmativa “*the era of declaratory CSR is over*”. Essa afirmação suscita bastante polêmica, mas tem se tornado cada vez mais imperativa para todos aqueles que não acreditam nas ações voluntárias da empresa. O fundamento é que o cálculo racional, tão arraigado na ideologia empresarial (MOTTA, 1984), estaria impedindo qualquer iniciativa voluntária substancial, favorecendo as orientações instrumentais da responsabilidade social em detrimento de ações orientadas por princípios éticos, ou mesmo favorecendo que ações meramente instrumentais se aproximem ou se disfarçam de ações substancialmente responsáveis (FILHO, M., 2008), o que tem sido divulgado em vários trabalhos (ANDRADE; GOSLING; XAVIER, 2010).

6. CONCLUSÃO

Podemos delinear, desta forma, uma tendência: a teoria da escolha pública reduz as questões humanas e a percepção da realidade em meros cálculos racionais, de natureza economicista que, muito embora façam sentido, constroem uma imagem distorcida da realidade, dificultando a compreensão e interpretação de fenômenos complexos e facilitando a transposição das questões sociológicas e políticas para questões simplesmente econômicas. A *Agency Theory* permitiu ilustrar os conflitos entre “agentes” e “principais” (governo e cidadãos em um Estado ou acionistas e proprietários em uma empresa) sobre o pressuposto de que tanto um como outro agem racionalmente para maximizar seus ganhos, e cuja diferença de objetivos deve-se à assimetria nas informações entre eles, dessa forma, legitimando a ideia de que a privatização estimularia a ação racional dos agentes e que a assimetria de informações entre tais atores seriam suprimidas pela regulamentação dos serviços privatizados através de agências reguladoras.

Dessa forma, foram empreendidas reformas do aparelho administrativo do Estado, conhecidas como reformas gerenciais que muito embora buscassem superar a burocracia, como foi apresentado, se focaram majoritariamente em ações, que visavam modificar alguns institutos no setor público que afetavam consideravelmente o setor privado, como por exemplo, a participação direta do Estado no provimento de bens e serviços e a proteção trabalhista do servidor público que oferecia base comparativa para as condições laborais no setor privado. De modo geral, a reforma do Estado se fundamenta na falta de competitividade do setor público e, não fez mais do que oferecer bases para uma reforma burocrática, substituindo velhas burocracias por outras.

De outra perspectiva, as reformas do aparelho do Estado foram principalmente influenciadas por todo o conhecimento que foi desenvolvido para o setor privado, tanto através de modismos gerenciais como a partir de pressupostos do setor privado. Tudo isso aconteceu através de movimentos naturais das empresas que, através de políticas de mediação nas quatro dimensões propostas por Pagès, impregnam a sociedade com seus valores e suas crenças, seja no sentido de diminuir a tensão entre sociedade e entorno, seja para minimizar as tensões internas da empresa.

Nesse sentido, a responsabilidade social corporativa nasce como uma ideia que sustenta a integração entre a sociedade e as empresas através de uma responsabilização que,

tacitamente, tende a ser submetida à instrumentalidade econômica amplamente reconhecida como o cânone empresarial. É, de fato, uma política de mediação uma vez que estas são orientadas à transmitir a sua ideologia que, neste caso, está naturalmente embebidas das crenças pessoais dos empresários (e das diversas crenças dos acadêmicos) sobre, por exemplo, o que seriam os termos “empresa”, “responsabilidade”, e qual seria o fundamento existencial da empresa e qual seu dever para com a sociedade. As visões acadêmicas mais aceitas pelos empresários tendem a ser valorizadas nos debates políticos empreendidos por *think tanks* do mundo inteiro, instituições sem fins lucrativos, sustentadas por doações (que convenientemente dão direito a isenções tributárias) e que, em sua maioria, são fundações criadas no seio empresarial. Tendem, em verdade, a criar regras e regulamentações que não contrariem as bases da racionalidade econômica das empresas que, ao colocar uma premissa maior na existência e atuação das empresas, torna-se incompatível com uma responsabilidade social de natureza ética. Sob esse prisma, é inconcebível a atuação pública sobre a responsabilização das empresas, construindo-se um discurso que favorece a adoção voluntária de medidas éticas e contra qualquer tentativa de regulamentação coercitiva, ainda que alguma regulamentação seja tolerada quando nas condições voluntárias ou em favor dos valores e do corpo empresarial como um todo. O discurso a favor do empreendedorismo acompanha, na maioria das vezes, alguma crítica aos processos burocráticos de abertura de empresas e, sobretudo, de contratação de funcionários, caminhando em direção à desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas.

Tudo que foi explicitado denuncia o fato de que há uma necessidade iminente de os Estados estabelecerem regulamentações sobre as condições, assim como propôs o secretário especial da ONU e professor de Harvard, John G. Ruggie. A Reforma do Aparente do Estado; a decadência do *Welfare State*; as ideologias que as crises econômicas das décadas de 70 e 80 suscitaram e a evolução dos movimentos empresariais e da própria responsabilidade social desenham o pano de fundo no qual essa responsabilidade social corporativa está inserida: um setor privado forte e um setor público que, sob diversas críticas, acaba transplantando sistemas administrativos do setor privado, sem que se observasse, em sua plenitude, o aspecto político do setor público.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. A. M. D.; GOSLING, M.; XAVIER, W. S. Por trás do discurso socialmente responsável da siderurgia mineira. **Produção**, v. 20, n. 3, p. 418-428, 2010.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. IN: Benjamin, W. Magia e técnica, arte e política. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- BOWEN, H. R. Responsabilidades Sociais do Homem de Negócios. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1957.
- CARROLL, A. B. The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. *Business horizons*, v. 34, n. 4, p. 39-48, 1991.
- CARROLL, A. B. Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct. *Business & Society*, v. 38, n. 3, p. 268-295, 1999.
- DAHLSTRUD, A. How corporate social responsibility is defined: an analysis of 37 definitions. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, v. 15, n. 1, p. 1-13, 2008.
- DAVIS, K. Understanding the social responsibility puzzle. *Business Horizons*, v. 10, n. 4, p. 45-50, 1968.
- FILHO, Calixto Salomão. Regulação da Atividade Econômica. São Paulo: Malheiros Editores. 2001
- FREIRE, R.; SANTOS, S. R. O.; SOUZA, M. J. B. de; ROSSETTO, C. R. **Responsabilidade Social Corporativa: Evolução da Produção Científica**. Anais do IV Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2008.
- GARRIGA, E.; MELÉ, D. Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory. *Journal of Business Ethics*, v. 53, n. 1, p. 51-71, 2010.
- GOMES, Eduardo Granha Magalhães. As agências reguladoras independentes e o Tribunal de Contas da União: conflito de jurisdições? *Rev. Adm. Pública*. Rio de Janeiro. v.40, n.4, pp. 615-630, jul/ago 2006.
- GUERRA, Sérgio. *Temas de Direito Regulatório*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. 2004
- HAYEK, Friederich A. *O Caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Exped: Instituto Liberal, 1984.

- HOBBSAWN, E. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. 2º edição, 22º reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOOD, C.; PETERS, G. The Middle Aging Of New Public Management: Into The Age Of Paradox? *Journal Of Public Administration Research And Theory*. v. 4, n. 3, pp. 267-282, 2004
- FILHO, M. A. F. M. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 19, n. 47, p. 1-16, 2008.
- MORGAN, G. *Imagens da Organização*. São Paulo: Editora Atlas. 2010.
- MOTTA, F. As empresas e a transmissão da ideologia. *Revista de Administração de Empresas*, v. 24, n. 3, p. 19-24, 1984.
- MOTTA, Fernando C. Prestes, *Organização & Poder: Empresa, Estado e Escola*. São Paulo, Atlas S.A., 1990.
- OECD. *Corporate Responsibility: Private Initiatives and Public Goals*. 2001
- OFFE, Claus. “O Welfare State Keynesiano e a sua falência”. In, *Problemas estruturais do estado capitalista*. R.J.: Tempo Brasileiro, 1984. p. 372-373
- OLIVEIRA, R. de; GENNARI, A. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. *Reinventando o Governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público*. Brasília: MH Comunicação. 1994
- PAULA, Ana Paula Paes de, *Por Uma Nova Gestão Pública: Limites e Potencialidades Da Experiencia Contemporanea*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2005.
- PRZEWORSKI, Adam; WALLERSTEIN, Michel. O capitalismo democrático na encruzilhada. Tradução de Otacílio F. Nunes Junior. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 22, p. 8-18, out. 1988. Traduzido da revista *Democracy*, jul.1982.
- ROSANVALLON, Pierre. *A Crise do Estado de Providência*, Lisboa: Ed. Inquérito, 1985.
- SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.
- SANTO, Elenice C. R. M. Responsabilidade social ou filantropia? *Sanare*. *Revista Técnica da Sanepar*, Curitiba, v.20, n.20, p. 18-27. 2003

COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO ESTRATÉGIA: UMA DIMENSAO POSSÍVEL À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA¹

Elton Amaro Rodrigues MATEUS²
Prof.^a Dra. Maria Teresa Micely KERBAUY³

RESUMO: O trabalho propõe compreender a associação de conceitos como Administração Pública e a gestão da Comunicação enquanto facilitadora para a legitimação e consolidação da imagem e identidade dessas organizações. Este estudo se concentra nas abordagens e definições de Comunicação Organizacional, Governamental e Comunicação Pública, sob o viés das práticas como cidadania, transparência, a discussão pública dos assuntos de interesse público, do aperfeiçoamento da democracia, entre outros. Trata-se de pesquisa bibliográfica em que a discussão busca analisar a possibilidade de aplicação de conceitos comuns à iniciativa privada às questões da empresa pública, como a consolidação da imagem/identidade, o planejamento estratégico da comunicação em função da diferente natureza dessa organização, como também a atuação voltada para as questões institucionais. Para efeito deste artigo, opta-se pela noção de comunicação – especialmente a partir das propostas da Comunicação Pública – como modalidade que permite a adaptação e enfrentamento ao atual contexto social, para a tarefa administrativa da organização pública inserida no contexto do planejamento. Esta por vez, tem se configurado como desafio futuro da administração para a maior visibilidade, que pode influenciar no comportamento organizacional e na atuação frente aos desafios contemporâneos como a cobrança por resultados organizacionais voltado para demandas sociais e a superação de fórmulas ultrapassadas da Administração Pública.

¹ Trabalho apresentado na X Semana de Pós Graduação da UNESP – Campus Araraquara/SP.

² Mestrando do Curso de Pós-Graduação Comunicação Midiática, Universidade Estadual Paulista – UNESP – Bauru/SP - Brasil, e-mail: elton.matheus@gmail.com

³ Orientadora do trabalho, Professora do Curso de Pós-Graduação em Comunicação Midiática, FAAC, Universidade Estadual Paulista - UNESP – Campus de Bauru/SP e Professora Doutora em Ciência Política, no Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Campus de Araraquara/SP, Brasil, e-mail: kerbauy@travelnet.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Administração Pública, Comunicação Pública, Comunicação Organizacional.

ABSTRACT: This paper proposes to understand the association of concepts such as public administration and management of communication as a facilitator to legitimize and consolidate the image and identity of these organizations. This study focuses on the approaches, principles and definitions of Organizational Communication, Government, and finally, Public Communication, under the bias of practices such as citizenship, transparency, public discussion of issues of public interest, the improvement of democracy, among others. It is literature that discussion analyzes the applicability of concepts common to private issues public company, as the consolidation of the image / identity, strategic planning of communication according to the different nature this organization, as also work toward institutional issues. To effect of this paper, the option is the notion of communication - especially from the proposed on Public Communication - as a mode which allows adjustment and coping with the current social context, for the administrative task of the organization into the context of public planning. This in turn, has emerged as a challenge into the future of management visibility, which can influence behavior and organizational performance in the face of contemporary challenges such as organizational accountability for results facing social demands and overcoming outdated formulas of Public Administration.

KEYWORDS: Public Administration, Public Communication, Organizational Communication.

Introdução

Enquanto à iniciativa privada cabem os aspectos mercadológicos e o lucro – como padrão de medida dos negócios, as empresas do primeiro setor – as públicas, tem por objetivo a atuação voltada para a gestão eficaz da “coisa pública”, o não desperdício, a transparência e a legitimação frente à sociedade, em função de sua atuação e eficiência. Além disso, visam a obtenção de fins mais complexos e intangíveis para o benefício da coletividade – o “bem-comum”, sob o que estabelece a Constituição e as leis. Essa afirmação supõe o exercício da administração pública dissociada de qualquer parâmetro voltado para a atuação estratégica dessas organizações, o que pode não significar um fato.

A proposta deste artigo é desenvolver a associação de conceitos como Administração Pública e a gestão da Comunicação enquanto facilitadora para a legitimação e consolidação da imagem e identidade dessas organizações à partir das abordagens, princípios e definições de Comunicação Organizacional, Governamental, Política e finalmente Comunicação Pública, sob o viés da transparência, da discussão pública dos assuntos de interesse público, do aperfeiçoamento da democracia, etc. A discussão vai girar em torno da possibilidade de aplicação de conceitos comuns à iniciativa privada às questões da empresa pública, como a consolidação da imagem/identidade, o planejamento estratégico da comunicação em função da diferente natureza dessa organização, também a atuação voltada para as questões institucionais.

A partir da definição de comunicação sob o viés de uma ferramenta de adaptação e enfrentamento ao atual contexto social, para a tarefa administrativa da organização pública inserida no contexto do planejamento, observa-se que a mesa tem se configurado como desafio futuro da administração a uma maior visibilidade. Nessa ótica, essa comunicação pode influenciar sobremaneira o seu comportamento e atuação, uma vez que, como estabelece Cardoso (2006, p. 1124), “pensar na comunicação e na informação como elementos das estratégias de gestão, no contexto contemporâneo, é um desafio que precisa ultrapassar as fórmulas superadas que estão comprometidas com a racionalidade instrumentalizada e o monopólio da verdade [...]”

Administração, Administração Pública e percepção estratégica

As formas de utilização dos diversos recursos de uma organização, sejam eles humanos, financeiros, materiais ou de tecnologia e informação, para a obtenção de objetivos, asso-

ciados a elevados índices de desempenho, são constituintes da administração, que Chiavenato estabelece não ser “uma ciência exata, mas uma ciência social, pois, ao lidar com negócios e organizações, ela o faz basicamente por meio das pessoas” (CHIAVENATO, 1999, p. 6). E acrescenta que apesar dos pouco mais de 100 anos de idade da teoria administrativa, desde tempos distantes, sempre houve a necessidade de esquemas administrativos para “governar países, empreendimentos e negócios”. (CHIAVENATO, 1999, p. 32)

É aqui pertinente, portanto, a apresentação da conceituação da Administração Pública para posterior desenvolvimento de conceitos mais recentes na discussão, inclusive da Gestão Pública, entre outros.

Ao advogar à administração a implicação de esforços planejados, tanto privados quanto públicos, Marx (1968, p. 30), aponta que quando o Código de Hamurabi⁴ foi escrito, por volta de 4000 anos atrás, já estava estabelecida e ideia de um governo executor das coisas, também afirma que “ninguém pode dizer quando e onde, precisamente, começou a administração pública, porque ninguém sabe quando e onde os homens pensaram em si próprios, pela primeira vez, como elementos integrantes de uma comunidade, como sendo um público.” (MARX, 1968, p. 30)

Desde o século XIX, porém, estudiosos tentam aperfeiçoar e desenvolver uma literatura que consiga abordar o campo das atividades governamentais, “apesar do razoável grau de concordância sobre o que constitui esse campo e temática”, segundo Amato (1971, p. 05). A dificuldade em consolidar a questão da Administração Pública pode ser diminuída com a apresentação de definições de alguns autores.

Wildrow Wilson, em sua obra “O Estudo da Administração” (apud AMATO, 1971), de 1887, estabelece que “a administração é a parte predominante do governo; é o governo em ação; é o executivo, atuante, o aspecto mais proeminente do governo[...]”.

De 1937, Amato (1971), destaca a definição de Luther Gulick:

A administração se destina a fazer coisas, a realizar objetivos definidos [...] A Administração Pública é a parte da ciência da administração que se refere ao governo, e se ocupa por isso, principalmente, do Poder Executivo, onde se faz o trabalho do governo, ainda que haja problemas administrativos que se relacionem aos Poderes Legislativo e Judiciário. (GULICK, 1937, apud AMATO, 1971, p. 07)

Gulick também estabeleceu, no mesmo ano, alguns conceitos específicos – elementos funcionais da administração: Planejamento (planos sobre o que dever ser feito para que a empresa atinja seus objetivos); Organização (estrutura formal da hierarquia e autoridades); Administração de Pessoal (*staffing* – relacionado ao recrutamento e a manutenção de condições favoráveis de trabalho); Direção (liderança e tomada de decisões, formulando ordens gerais); Coordenação (estabelecimento de inter-relações as partes do trabalho); Informação (*reporting* – incumbência de manter o pessoal informado) e Elaboração de Orçamentos (*budgeting* – tarefa relacionada a tudo referente a orçamentos e controles fiscais).

Em 1950, Leonard D. White propôs que “a administração pública abrange todas as operações que tem por propósito a realização ou cumprimento dos desígnios públicos” (WHITE, 1950, apud AMATO, 1971, p. 9). No mesmo ano, Simon, Smithburg e Thompson, na obra “*Public Administration*” firmaram que:

⁴ Hamurabi: foi o 6º rei sumério (1792 – 1759 a. C) fundou o Império Babilônico e unificou o Mundo Mesopotâmico, tem seu nome ligado ao mais antigo código jurídico já descoberto, onde consolidou a tradição jurídica, e “harmonizou costumes e estendeu o direito e a lei a todos os súditos. Seu código estabelecia regras de vida e de propriedade, apresentando leis específicas, sobre situações concretas e pontuais. (<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antigos-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/codigo-de-hamurabi.html>), acesso em 09/07/2011)

No uso corrente, administração pública significa as atividades dos ramos executivos dos governos nacionais, estaduais e locais, das juntas e comissões independentes criadas pelo congresso e pelas câmaras legislativas dos Estados, das autarquias e outras empresas públicas; e de certas outras entidades de caráter especializado. (SIMON, SMITHBURG, THOMPSON, 1950, apud AMATO, 1971, p. 9).

As colocações desses autores americanos apontam para definições parciais, pois excluem fatores que não poderiam ser desconsiderados como: não contemplar o mérito como base para a administração de pessoal; adotam o aspecto simplesmente executório da administração; a exclusão da influência de fundamentos culturais, políticos e humanos na administração pública. Essa apresentação crítica é sugerida por Amato (1971, p. 10), para a demonstração da “ambiguidade que prevalece no estado atual da disciplina” e para o estabelecimento do ponto de partida de sua definição:

administração pública, no sentido mais amplo, é todo sistema de governo, todo o conjunto de ideias, atitudes, normas, processos, instituições e outras formas de conduta humana, que determinam: a) como se distribui e exerce a autoridade política; b) como se atendem aos interesses públicos. Este é o âmbito da Ciência Política, esboçada gradualmente desde a antiguidade, em longa evolução, que tem acumulado um acervo de interpretações bastante rico. (AMATO, 1971, p. 13)

E complementa que em definição mais restrita “a administração pública é a fase do governo que consta da cooperação ordenada de pessoas, mediante o planejamento, organização, educação e direção de seu comportamento, para a realização dos fins do sistema político” (AMATO, 1971, p. 15), e que tem como processos:

- 1) Planejamento: que consiste no estabelecimento de programas, especialmente a longo prazo, de todo o governo;
- 2) Administração de Pessoal: envolvendo a seleção, a preparação e o direcionamento das pessoas que farão parte das atividades governamentais;
- 3) Organização e métodos: referindo-se à estruturação institucional, sob o ponto de vista da divisão de trabalhos, hierarquias, sistematização de processos, entre outros.
- 4) Relações do Poder Executivo com o público e com os Poderes Legislativo e Judiciário – que contempla o sistema de governo em sua total significação, bem como relações e responsabilidades com diante dos públicos.

Marx (1968, p. 32) amplia essa percepção quando estabelece a administração pública como esfera abrangente de todas as atividades e áreas governamentais, como o legislativo exercendo seu poder nas negociações, as instâncias judiciais e também as organizações de caráter civil. O autor verifica que “pela força do uso, porém, administração pública passou a significar, principalmente, a organização, pessoal, práticas e processos essenciais ao exercício das funções civis confiadas ao ramo executivo do governo.” (MARX, 1968, p. 32)

Esses apontamentos e definições da administração pública introduzem e direcionam a discussão para o aspecto do planejamento como função administrativa – primeira e estratégica – também no âmbito das organizações públicas. Esta por sua vez, será associada a importância da comunicação para a legitimação dessas organizações frente às necessidades e exigências da coletividade ao qual devem se reportar, especialmente sob a ótica da Comunicação Pública. Constata-se, portanto que o planejamento está estabelecido desde meados do século XX, no que tange à administração pública.

O planejamento, enquanto processo, deve funcionar como peça fundamental para a obtenção dos propósitos de trabalho e resultados organizacionais, como requisito primário da administração. Stone Donald (DONALD, 1939, apud AMATO, 1971, p. 94) endossa essa condição:

Para o êxito de sua administração e controle, toda empresa complexa requer a existência de planos cuidadosamente elaborados a fim de predizer suas operações futuras com a maior exatidão possível ... Para que a administração seja eficiente, necessitam-se planos definidos e que abranjam todas as suas atividades. Planos a curto e longo prazo ... para o desenvolvimento ordenado de todas as facilidades e serviços públicos em harmonia com os valores econômicos e sociais. (DONALD, 1939, apud AMATO, 1971, p. 94)

A questão do planejamento, pode ser, transposta e discutida à luz do aspecto de resultados, lançando-se então, o olhar para a noção de estratégia, que foi utilizada inicialmente para referir-se às táticas militares. Nesta mesma perspectiva, segundo Matias-Pereira (2006, p. 131) “pode ser entendida como uma forma de fazer as coisas e alcançar os objetivos estabelecidos. Se no passado as estratégias estiveram relacionadas à ciência militar, na atualidade as estratégias estão diretamente relacionadas às ações das organizações frente ao mercado”.

A noção de estratégia, portanto remete ao aspecto da adaptação da organização ao ambiente, propondo o aperfeiçoamento de relacionamentos e a adequação dos instrumentos para a manutenção do diálogo entre o organizações e a sociedade, a partir do aperfeiçoamento dos processos de gestão. Sobre esse viés Vieira (2004, p. 19) afirma:

A intensificação da competição global tem imposto às organizações novas formas de atuação, pelas quais a disponibilidade tecnológica impõe uma nova dinâmica de gestão. Os avanços apontam para a necessidade da gestão da organização como um todo e seu relacionamento externo com a sociedade. Esta questão passou a ser estratégica para as organizações que buscam se afirmar em ambiente cada vez mais competitivo. Considerada essencial, tornou-se grande desafio para o sucesso das organizações modernas, intensificando-se na medida em que elas agora se incorporam às diretivas deste novo século.

Essa afirmação apresenta e resume o contexto no qual estão inseridas as organizações: profunda mudança nas filosofias das empresas e a incorporação de novos valores à atuação das mesmas. As mudanças de postura, ao serem conduzidas de forma competente e racional, promovem reflexos na cultura organizacional de uma empresa, nas suas atitudes, nos seus relacionamentos e nas suas estratégias e no contexto social em que estão inseridas. As novas formas de trabalho requerem, também segundo Vieira (2004, p. 24), a “análise das formas existentes de comunicação, considerando que a falta de gestão do conhecimento e da comunicação pode gerar resultados inadequados”. Complementando, Torquato (2002, p. 09), propõe que as mudanças sociais geradas pela sociedade organizada em torno da satisfação de pontos de vista e interesses fez com que “as organizações, tanto privadas quanto públicas”, finalmente se enxergassem como entes integrantes da sociedade e assim “descobrem na comunicação a ferramenta para se comunicar com a sociedade, dando informações exigidas pelos cidadãos e auscultando permanentemente seus anseios”. (TORQUATO, 2002, p. 09)

Neste sentido, a administração pública gerencial, pautada nos princípios da administração privada e consolidada na década no Brasil na década de 80, surgiu como alternativa para adequar o modelo burocrático às mudanças socioeconômicas recentes e o enfrentamento da crise institucional que culminou com a reforma do Estado. Segundo Matias-Pereira (2006, p. 61) essa reforma “veio com a missão de enfrentar a crise fiscal dos Estados, advinda dos incontáveis serviços que estes prestavam e da má alocação das receitas cada vez mais escassas.”

Para as devidas diferenciações, a gestão pública, conceito difundido e amplamente utilizado para as questões administrativas, está associada mais especificamente ao mandato do administrador público – por conta da transitoriedade gerada pelos períodos eleitorais no Brasil

– relacionada, portanto, a determinado período de tempo. Matias-Pereira (2006, p. 12) estabelece que:

podemos dizer que o governo é atividade política e discricionária e com conduta independente; administração é atividade neutra, normalmente vinculada à lei ou à norma técnica, é conduta hierarquizada; quanto à gestão, esta implica o atendimento aos seguintes parâmetros básicos: tradução da missão; realização de planejamento e controle; administração de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros; inserção de cada unidade organizacional no foco da organização; e tomada de decisão diante de conflitos internos e externos.

Imagem, Identidade e Relacionamentos

Ianhez (1997, p. 155) afirma que “na organização a comunicação é a essência da administração. Ela é a busca da compreensão. A necessidade de compreender o que os outros querem e de fazer saber aos outros o que queremos [...]”. Essa circunstância aponta para a década de 70, quando a imagem de uma empresa perante seus públicos passou a ser encarada como seu maior patrimônio com “valor superior até aos produtos e serviços que ela oferece no mercado”, segundo Brandão e Carvalho (2003, p. 190). A percepção de imagem como patrimônio se deu a partir da propagação em larga escala e a credibilidade passou a se basear na imagem empresarial. Com o enfrentamento de questões relacionadas à divulgação do intangível e do institucional, surgiu, então, o conceito de identidade associando-se à imagem das empresas.

A identidade – conceito complementar à imagem – implica no reconhecimento das relações, conflitos e negociações estabelecendo-se entre a “estrutura produtiva, os recursos humanos de uma organização e o cenário que os envolve”, conforme Brandão e Carvalho (2003, p. 191). É esse o conceito que promove então, a existência de uma lógica coletiva em que os funcionários, a sociedade e os demais públicos se identifiquem com a empresa e a sua continuidade, permitindo a constituição de uma comunidade.

Apesar dessa definição, a identidade corporativa tem se desenvolvido sobre elementos visuais e estéticos, baseada na visão que os seus públicos – consumidores e opinião pública – tem dessas organizações, o que independe de atitudes concretas, mas de ações de marketing, confirmando a “necessidade absoluta e inquestionável dos serviços de comunicação”, segundo Brandão e Carvalho (2003, p. 191). Essa colocação impõe à comunicação a responsabilidade da construção da imagem para a criação de “relações frutíferas com os públicos de uma empresa”, segundo Brandão e Carvalho (2003, p. 193). Vale ressaltar a diferenciação necessária entre as Relações Públicas e o Marketing, em nível gerencial, segundo o que estabelece James E. Grunig (2009, p. 29):

O marketing tenta comunicar-se com mercados relativamente passivos e aliados. As relações públicas devem se comunicar com os públicos ativos e frequentemente hostis. No entanto, a função das relações públicas não está restrita a reagir aos públicos. Os profissionais também tentam antecipar quais os públicos que a organização poderá vir a influenciar no futuro como empregados, comunidades ou ambientalistas, ou que públicos poderiam apoiar a missão da organização, sejam eles legisladores, acionistas ou colaboradores, e devem tentar desenvolver um bom relacionamento com eles antes que o problemas ocorram ou que necessitem do seu apoio. (GRUNIG, 2009, p. 29)

Em relação ao composto organizacional de comunicação, cabe a definição de comunicação institucional, proposta por KUNSCH (2003):

É a responsável direta [...] pela construção e formação de uma imagem e identidade corporativas fortes e positivas de uma organização. [...] [ela] está intrinsecamente ligada aos aspectos corporativos que explicitam o lado público das organizações, constrói uma personalidade creditiva organizacional e tem como proposta básica a influência político-social na sociedade onde está inserida. (KUNSCH, 2003, apud MONTEIRO, 2007, p. 37)

Os relacionamentos com os públicos de uma organização, enquanto facilitador para a obtenção dos objetivos estabelecidos por ela é um aspecto endossado por Grunig (2009, p. 41) ao afirmar que “relacionamentos auxiliam a organização a gerenciar sua interdependência com o ambiente. Logicamente, a comunicação por si só não cria e mantém esses relacionamentos, mas a comunicação tem um papel vital.”

Ianhez contribui com esse aspecto observando que:

Na organização a comunicação é a essência da administração. Ela busca a compreensão. A necessidade de compreender o que os outros querem e de fazer saber aos outros o que queremos para serem atingidos os objetivos coletivos e individuais. Podemos afirmar que a comunicação é o fundamento da administração. (IANHEZ, 1997, p. 155)

Assim, se estabelece que a comunicação pode atuar como fator complementar da gestão e administração nas organizações, de seus objetivos e negócios, para a formação de imagem e identidade, valores intangíveis necessários ao cultivo dos relacionamentos organizacionais.

A comunicação na Administração Pública

Por força dos embates e tensões existentes entre as organizações e o complexo ambiente social atual, que põem à prova a lógica de gestão para o estabelecimento dos processos dialógicos com a sociedade, é que a comunicação – enquanto processo administrativo estratégico – se apresenta como opção para essas questões tanto às empresas privadas quanto às organizações públicas. Cardoso (2006, p. 1125) defende que

[...] salientamos exatamente a importância da informação e comunicação como instrumentos e processos poderosos para a realização das potencialidades estratégicas para a ampliação e integração das estruturas organizacionais. É por meio desses instrumentos que as organizações desenvolvem funções, tomam decisões e estabelecem contatos com clientes fornecedores e parceiros. (CARDOSO, 2006, p. 1125)

Se a competitividade (cada vez maior) e o lucro (cada vez menor) num mercado global se tornam a força motriz dos negócios da iniciativa privada, à atuação da gestão pública se apresentam conceitos mais complexos para que se alcancem índices de desempenho, eficácia, eficiência e efetividade, além de se consolidarem positivamente junto à sociedade. Assim, às empresas contemporâneas, tanto privadas quanto públicas, cabe a adequação de posturas e dos processos administrativos para a efetiva superação desses desafios, o que para Cardoso (2006, p. 1125), “significa que as organizações precisam repensar, complementar e aprimorar seus referenciais teóricos e metodológicos tradicionais, formulando e disseminando estratégias que levem em conta os processos comunicacionais como suportes eficazes e competentes para o agir e existir delas.”

Como abordado anteriormente, o planejamento é função administrativa, que serve de parâmetro e princípio, devendo estar inserido na estrutura da organização, da mesma forma que a comunicação, que Ianhez (1997, p. 155) afirma ser “a essência da administração. Ela é a busca da compreensão [...]”.

A identificação desse e de outros aspectos implica na renúncia das concepções abstratas para a efetiva viabilização e o aumento da capacidade de comunicação com o meio ambiente, bem como os públicos internos e externos, sendo que somente a partir dessa atitude, do compartilhamento do conhecimento por toda a organização, permeado por valores, padrões e modelos interacionais arraigados à sua cultura é que as organizações são capazes de estabelecer estratégias e o planejamento em si. Este ponto de vista é comprovado por Marchiori (2008, p. 31):

Cultura e comunicação têm uma das relações mais íntimas do mundo do conhecimento. Sendo a cultura a personalidade de uma empresa, ao vivenciá-la, a organização lhe dá vida, permite trocas e críticas que a tornam pulsante e dinâmica e, portanto, real e passível de acompanhar de forma proativa as mudanças do mundo e do mercado. (MARCHIORI, 2008, p. 31)

E complementa-se, em relação a conceitos outros que devem ser contemplados pelas organizações públicas, uma vez que envolvem o Estado, a sociedade civil organizada e os cidadãos, conforme expõe Curvello (2009, p. 201-2):

Assim, temas como a transparência entre Estado e sociedade civil; o aumento dos fluxos e difusão de informações e serviços públicos; a abertura de processos decisórios no Estado por meio da comunicação e das chamadas às discussões públicas; a gestão de crises com a opinião pública; a consolidação das informações em um cenário de mídia pulverizada; entre outros [...]

Essa percepção vem ao encontro do que propõe a comunicação pública, na definição de Brandão (2009, p. 31), enquanto “processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre Estado, o Governo e a Sociedade e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país.”

Acrescentando-se a afirmação de Matos (2009, p.11) de que “a comunicação pública não é aquela que está a serviço do presidente, de ministros e de autoridades políticas, mas é um processo de interlocução que preza o interesse coletivo, definido coletivamente na esfera pública de troca argumentativa.”

Contribuindo com a questão, Camargo (2004, p. 165) estabelece a Comunicação Pública como “um conjunto de estratégias que visam dar visibilidade aos projetos, programas e atividades das instituições e a reforçar-lhes a imagem, sob a ótica do interesse público”.

As definições estabelecem que seja desvinculada da comunicação pública a ideia de divulgação de mensagens referentes aos atores administrativos, destacando a interlocução, o diálogo e o debate que geram a negociação. Assim, contemplando a discussão como antecedente, se estabelece divergente, portanto, da comunicação governamental, na qual ascende a postura publicitária, fruto de estratégias de marketing/propaganda, desprovida de sustentação e continuidade, e que visa simples convencimento, impacto e resultados imediatos, bem como a divulgação das ações e atividades desenvolvidas pelos governos em seus diferentes âmbitos – federal, estadual e municipal. Sobre esse processo Brandão (1998, p. 06) afirma que a “Comunicação Governamental”, apesar de legítima, é realizada “quase sempre com métodos publicitários buscando respostas rápidas e efeitos imediatos que podem ser auferidos nas pesquisas e que sempre se mostram efêmeros”.

Esse cenário permite inferir que a comunicação governamental, enquanto divulgação das ações advindas do Estado, em suas instâncias – federal, estadual e municipal – constrói uma via de mão única, onde a informação se dá a partir dos interesses de uma situação política, se valendo do aspecto instrumental da política situacionista, onde o discurso é reciclado de acordo com as circunstâncias políticas, sendo o diálogo suprimido.

Ao contrário, a “Comunicação Pública” é resultado de um processo de evolução e redefinição no entendimento do significado da comunicação para as diversas esferas da administração pública em relação ao envolvimento dos públicos, logo, dos cidadãos numa democracia em construção, apesar de ser “um conceito pouco difundido no Brasil”, de acordo com Oliveira (2004, p. 187).

Sobre a relação da cidadania com as organizações públicas, Brandão (1998, p. 01) estabelece que:

No Brasil, foi justamente a mudança política que abriu novas perspectivas para se pensar a comunicação social do Estado. Hoje, a prática da comunicação se faz no interior da sociedade, atingindo significativamente os processos de gestão da vida política do país. A instituição de bases democráticas mais sólidas tem provocado uma urgente consciência da cidadania, que se reflete em várias dimensões da vida privada, mas, principalmente, na exigência de maior transparência também nos negócios públicos.

É no contexto de redemocratização e cidadania que se discorre sobre os conceitos da Comunicação Pública, relacionando-a, portanto, à prática comunicacional existente no processo democrático, de discussão de temas de interesse público, no espaço público, e que envolve, de forma ativa, a ação conjunta do governo, das empresas, do Terceiro Setor e dos setores organizados da sociedade, sendo caracterizada basicamente pelo fluxo de comunicação existente entre o governo e o cidadão. MATOS (1999, p. 02) destaca, entre outros aspectos, que a Comunicação Pública, a partir de modelos europeus, visa formalmente obter a “legitimidade de interesse público”.

O modelo norte-americano, proposto por SCOTT & ALLEN (1978) estabelece Comunicação Pública como sendo o

sistema público de informações de uma sociedade democrática o conjunto de mensagens e suportes de comunicação, através dos quais o cidadão toma conhecimento das atividades do governo e ao mesmo tempo comunica ao governo suas opiniões e necessidades. (SCOTT & ALLEN, 1978, apud MATOS, 1999, p. 02)

De acordo com Matos (1999, p. 01), ainda é possível considerar a questão do fluxo contínuo de comunicações entre o governo e o cidadão, com a possibilidade do caminho de volta, do cidadão ao governo, admitindo esse espaço como um campo de negociação pública, para o debate das medidas de interesse coletivo, possibilitando decidir de forma democraticamente legítima.

Essas circunstâncias remetem à Comunicação Pública desenvolvida pela gestão pública, a partir, da correta percepção do cidadão, da abertura para a participação efetiva e democrática da sociedade em prol dos assuntos de interesse público, do estabelecimento de relações comunicativas estratégicas baseadas em propostas de exercício pleno da cidadania. Apesar de recente, sua prática deve ser pautada no princípio da transparência e no estabelecimento de canais de comunicação, que não prevê ao homem-público a utilização com finalidades pessoais ou vitrine política. Sendo assim, não é permitida a ótica da simples exposição dos agentes políticos do país.

Matos (1999) afirma que

[...] a Comunicação Pública parece ser não somente um fator de mudança para a administração pública, mas também um meio de modificar o comportamento do público e suas atitudes, e de envolvê-lo em novas tarefas que exigem sua adesão. (MIÈGE, apud MATOS, 1999, p. 03)

E, acrescenta que a promoção da cidadania ligada à participação política através da informação tem seu espaço privilegiado e mais intensificado no âmbito municipal:

É no contexto local que a descentralização dos governos (e a consequente necessidade de articular os diferentes setores administrativos e os cidadãos) permite destacar a importância das interfaces criadas pelos meios de comunicação na articulação política local. A necessidade de garantir visibilidade às ações do governo local, sua responsividade perante os cidadãos, e a integração dos diversos serviços e setores institucionais conferem destaque à centralidade dos meios de comunicação como ferramenta de mediação da governança local – acentuando que as dinâmicas municipais não são unilaterais. (MATOS, 2009, p. 05)

Em detrimento da tendência de associação da comunicação pública apenas como a comunicação exercida pelas instâncias governamentais, cabe destacar que essa denominação tem substituído outros termos como comunicação governamental, política, propaganda governamental, o que, de acordo com Brandão (2009, p. 09):

não se dá por acaso, nem é uma questão de modismo, de buscar novos nomes para práticas já consagradas. A substituição dessas terminologias por comunicação pública é resultado da necessidade de um processo comunicativo de responsabilidade do Estado e/ou do Governo que não quer ser confundido com a comunicação que se fez em outros momentos da história política do país. BRANDÃO (2009, p. 09)

É nessa composição, portanto, que a sociedade e a participação política ganham força, firmando-se a cada dia, despertando e cobrando das organizações – inclusive públicas – uma percepção de público voltada para o desenvolvimento de ações planejadas e estratégicas de comunicação, especialmente as desenvolvidas pelo profissional de Relações Públicas. O atendimento das exigências da sociedade, para equilibrar a relação de poder com os seus públicos, deve estar contemplada na pauta organizacional, enquanto estratégia.

Considerações Finais

Os diversos conceitos e aspectos abordados neste trabalho indicam que associações envolvendo a Administração Pública – enquanto atividade pautada no atendimento do interesse público, e a comunicação – como ferramenta de relacionamento com os ambientes, são possíveis quando estruturadas sob a ótica da estratégia. A partir do planejamento, processo fundamental da administração, tem-se facilitado o alcance de propósitos de trabalhos e resultados organizacionais, o que envolve o aspecto comunicacional.

É importante destacar que, se o sucesso das organizações está relacionado ao estabelecimento de processos dialógicos com seus públicos, à organização pública, por sua natureza jurídica diferenciada, é o atendimento de necessidades e exigências sociais que vai possibilitar a legitimidade da sua atuação e o reconhecimento frente à comunidade que serve. Conceitos como participação, transparência, cidadania, negociação e diálogo também assumem relevante importância para essa abordagem, ao impor o desenvolvimento das questões organizacionais para construção da imagem e, conseqüentemente, da sua identidade.

Nesse contexto, a Comunicação Pública se apresenta como instrumento para amenizar as tensões sociais, uma vez que contempla a interlocução, e segundo Duarte (2009, p. 61):

coloca a centralidade do processo de comunicação no cidadão, não apenas por meio da garantia do direito à informação e à expressão, mas também do diálogo, do respeito a suas características e necessidades, do estímulo à participação ativa, racional e corresponsável.

Desvinculada da noção de divulgação de mensagens publicitárias ou dos atores administrativos, a Comunicação Pública numa organização pública, é resultado da percepção sobre a necessidade de atendimento do interesse público, de a organização privilegiar o cidadão, do desenvolvimento da comunicação ser desenvolvida de forma ampla e estratégica para o atendimento das diversas exigências sociais resultantes da democracia em construção.

Esse novo comportamento deve contemplar, de incremento da capacidade comunicacional das organizações públicas, deve contemplar redefinições organizacionais que estabeleçam a negociação e o diálogo efetivo a partir de ações - internas e externas - que superem as fórmulas tradicionais, o que pode ser favorecido pelas novas tecnologias, entre outras ferramentas de comunicação.

REFERÊNCIAS

- AMATO, Pedro Muñoz. **Introdução à Administração Pública**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971, 2. ed.
- BRANDÃO, Elizabeth. **Comunicação Pública**. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/%7Elarp/brandao.rtf>>, Anais do Congresso INTERCOM 1998, acesso em 10/02/2009.
- BRANDÃO, Elizabeth; CARVALHO, Bruno. Imagem corporativa: marketing da ilusão. In: DUARTE, Jorge (org). **Assessoria de Imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. São Paulo: Atlas, 2003. 2. ed.
- BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge (org). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009. 2. ed.
- CARDOSO, Onésimo de Oliveira. **Comunicação Empresarial versus comunicação organizacional: novos desafios teóricos**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 40 (06): 1123 – 44, nov./dez. 2006.
- CAMARGO, Vera Regina Toledo. A cultura do lazer e o papel das Ong's: o exercício da cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). **Comunicação Pública**. São Paulo, Alínea, 2004. p. 159 - 166.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 2. ed.
- CURVELLO, João José Azevedo. A dimensão interna da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009. 2. ed.
- DUARTE, Jorge (org). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009. 2. ed.
- GRUNIG, James E.; FERRARI, Maria Aparecida; FRANÇA, Fábio. **Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamentos**. São Caetano do Sul/SP: Difusão Editora, 2009.
- IANHEZ, João Alberto. Relações Públicas nas organizações. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling Kunsch (org.). **Obtendo resultados com Relações Públicas**. São Paulo: Pioneira, 1997.
- MARCHIORI, Marlene. **Cultura e comunicação organizacional: um olhar estratégico sobre a organização**. São Caetano do Sul/SP: Difusão Editora, 2008. 2. ed.
- MARX, Fritz Morstein. **Elementos de Administração Pública**. São Paulo: Atlas, 1968.
- MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2006.
- MATOS, H. **Das Relações Públicas ao marketing público: (des) caminhos da comunicação governamental**. 1999, Disponível em: <<http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/projetosdepesquisa01/0078.htm>>, acesso em 05/07/2010.
- MATOS, Heloiza. **A Comunicação Pública no Brasil e na França: desafios conceituais**. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-3060-1.pdf>>, acesso em 10/06/2011.
- MONTEIRO, Graça França. A singularidade da Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge (org). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009. 2. ed.
- OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). **Comunicação Pública**. São Paulo, Alínea, 2004. p. 159 - 166.
- TORQUATO, Gaudêncio. **Tratado de comunicação organizacional e política**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- VIEIRA, Roberto Fonseca. **Comunicação organizacional: gestão de relações públicas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

A PREVENÇÃO COMO OUTRA LÓGICA DA SEGURANÇA PÚBLICA: A ATUAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Eulália FABIANO¹

Resumo: Este artigo engloba uma das temáticas da pesquisa de mestrado que está em andamento, intitulada: O Abuso e a Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes na Cidade de Ribeirão Preto. Na década de 1990, com a consolidação das políticas e da ideologia neoliberal, o Estado brasileiro se reestrutura não apenas nos aspectos políticos e econômicos como também assume uma nova postura acerca da proteção social. Deixa de cumprir funções que historicamente foram do Estado, atribuindo-as a organizações da sociedade civil e do mercado. Nesse mesmo período, a tendência internacional para o reconhecimento e a defesa dos direitos das crianças e adolescentes levou o país a aprovar a primeira lei de proteção integral a essas categorias, o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA. Nesse Estatuto foi criado o Conselho Tutelar, o órgão composto por representantes da sociedade civil com o objetivo de zelar pelo cumprimento dos direitos da infância e adolescência. Vinte e dois anos após a sua criação, esse texto busca analisar a participação do Conselho Tutelar como legitimador de direitos sociais e sua contribuição para a segurança pública, entendida aqui com outra lógica, distinta da lógica do mercado, na qual procura prevenir situações de risco, projetando uma sociedade mais igualitária.

Palavras -chave: Conselho Tutelar, direitos coletivos, segurança pública.

Another Logic and Prevention of Public Security: The Role of the Guardian Council

Abstract: This article covers one of the themes of the master's research, which is in progress, entitled: The Sexual Abuse and Exploitation Against Children and Adolescents in the city of Ribeirão Preto. In the 1990s, with the consolidation of neoliberal policies and ideology, the Brazilian state restructures not only in political and economic aspects but also takes a new stance on social protection. Fails to fulfill functions that were historically the state, attributing them to civil society organizations and the market. In the same period, the international trend towards the recognition and rights of children and adolescents led the country to approve the first law of full protection to these categories, the Statute of Children and Adolescents, ECA. This statute was created the Guardian Council, a body comprising representatives of civil society in order to ensure compliance with the rights of children and adolescents. Twenty-two years after its creation, this paper analyzes the participation of the Guardian Council as legitimizing social rights and their contribution to public safety, seen here with a different logic, separate from the logic of the market, which seeks to prevent risky situations projecting a more egalitarian society.

Keywords: Guardian Council, collective rights, public safety.

A Pesquisa

Este artigo engloba uma das temáticas da pesquisa de mestrado intitulada: O Abuso e a Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes na Cidade de Ribeirão Preto, que está em andamento. A pesquisa propõe por meio de uma análise empírica construir um banco de dados acerca dos fenômenos e diagnosticar a atuação local da rede de proteção.

O início da pesquisa destacou a atuação pública do Conselho Tutelar, órgão formado por representantes da sociedade civil para a defesa dos direitos infantis e adolescentes. Esse artigo é o resultado dos estudos iniciais acerca dessa atuação e as suas possibilidades na projeção de uma sociedade mais igualitária.

Indicações Preliminares:

- Sociedade civil

Nesse artigo o termo sociedade civil será abordado segundo a concepção gramsciana. Gramsci toma como base teórica o marxismo, mas renova alguns dos seus aspectos. Enquanto Marx concebe a sociedade civil como a infraestrutura, logo a base material para a constituição das rela-

¹ Mestranda em Sociologia pela UNESP Araraquara. E-mail: laliafabiano@yahoo.com.br

ções sociais e econômicas, para Gramsci a sociedade civil representa a superestrutura. (BOBBIO, 1987)

Na teoria gramsciana o Estado se divide entre a sociedade política, ou Estado coerção, onde se localizam os aparatos repressivos sob o controle da classe dominante e, a sociedade civil, responsável pela criação e difusão das ideologias, como o sistema escolar, a igreja, os partidos políticos, os meios de comunicação, etc. Portanto, é na sociedade civil que se forma o consenso acerca da hegemonia, ou seja, a “direção moral e intelectual” que um grupo exerce sobre os outros. Para se tornar dominante, deter o poder político, primeiramente a classe deve ser dirigente. Nessa análise a sociedade política pode ser absorvida pela sociedade civil, assim seria possível estabelecer uma sociedade do consenso, livre da repressão e da dominação. (COUTINHO, 1999)

[...] não pode captar plenamente uma dimensão essencial das relações de poder numa sociedade capitalista desenvolvida: precisamente aquela “trama privada” a que Gramsci se refere, que mais tarde ele irá chamar de “sociedade civil”, “de aparelhos privados de hegemonia”. Ou seja, os organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e, por isso, são “privados”) e que não se caracterizam pelo uso da repressão [...] (COUTINHO, 1999, p. 125)

Segundo Nogueira (2010) Gramsci estabelece uma relação dialética entre a infra e a superestrutura, a formação ideológica – na concepção gramsciana a ideologia aproxima-se do conceito de cultura - está estritamente relacionada com a economia e a política, juntas todas essas dimensões formam um bloco histórico, ou seja, a formação social vigente em determinado período.

Assim, as relações de produção não se baseiam exclusivamente na produção material de bens, mas também representam a forma como os homens organizam e produzem suas relações sociais. “Já que as relações sociais são, necessariamente, relações humanas, culturais, políticas, sociais concomitantemente” (NOGUEIRA, 2010, p.21), Gramsci não restringe o conceito de política ao poder institucional, mas o amplia, aplicando-o a todas as manifestações da vida em sociedade, como o campo cultural, na contemporaneidade também pode se referir às lutas desenvolvidas pelos movimentos sociais (NOGUEIRA, 2010).

[...] Só a partir da compreensão do movimento dialético acentuado por Gramsci, na leitura de Marx, chega-se com clareza ao significado de “determinação em última instância” das superestruturas pelas estruturas. Gramsci explora esse aspecto, considerando que essa determinação é também opressão, limitação do sujeito pelas forças e relações de produção. A busca para atenuar essa opressão/limitação é a grande luta política, é a busca da superação do estado de pobreza e limitação, de expansão da condição humana pela atividade política. (NOGUEIRA, 2010, p. 21)

Nessa perspectiva, como a sociedade civil representa o espaço de luta pela hegemonia também expressa um potencial transformador, capaz de interferir e modificar a realidade social.

- Segurança pública

Segundo Ciafardini (2008) o atual discurso político e ideológico sobre a segurança pública gira em torno da questão do delito e da criminalidade, para o autor a criminalidade é um fenômeno criado pelo sistema capitalista.

A violência foi historicamente construída, o homem primitivo era comunista, não promovia a apropriação e vivia como integrante de um grupo frente à ameaça da natureza, desconhecendo o individualismo, a competição e a violência. O reconhecimento da individualidade inicia diante das mudanças naturais, como as glaciações, que provocaram uma verdadeira guerra pela sobrevivência e, conseqüentemente, a preponderância do “Eu” sobre o outro. A partir desse momento também tem início a disputa entre os homens, a luta entre os mais fortes e os mais fracos e a constituição dos grupos hegemônicos, gerando a submissão dos escravos e posteriormente a dominação de classes. Com a modernidade emergiu o capitalismo, um sistema que por meio dos ideais de liberdade e

igualdade promoveu o aumento da desigualdade socioeconômica, para o autor essa é a fase mais hipócrita da história da humanidade (CIAFARDINI, 2008).

A origem do capitalismo tem como primeira consequência a transformação dos servos em pobres, em desocupados. As primeiras leis penais, da história moderna, são as leis dos pobres, [...] Assim, o primeiro efeito que produz a Modernidade é criar a pobreza e a criminalidade. (CIAFARDINI, 2008, p. 3)

Assim, analisar historicamente a formação da violência é indispensável para compreender o delito, desvinculando-o da culpa individual e incorporando-o à trama social que influencia diretamente as condições de vida e as ações dos indivíduos.

De acordo com Tagle (2008), desde os anos 90 a questão da segurança pública tornou-se um assunto privilegiado, devido ao aumento da criminalidade em nível mundial. Como as estatísticas demonstram que as prisões são prioritariamente ocupadas por jovens das classes populares – nos Estados Unidos são predominantemente imigrantes latino-americanos - para o pesquisador a prevenção da criminalidade só seria possível com a consolidação de políticas públicas inclusivas baseadas na categoria da dignidade, no respeito as diferentes condições de vida e identidades, mas prevalecendo a garantia da universalidade dos direitos.

Segundo Caccia Bava (2006), desde o manifesto de Napóles, no ano 2000, na Itália, a segurança pública passou a ser considerada um “bem comum essencial ao desenvolvimento e a concepção de políticas públicas adquiriu o caráter de prevenção, multiplicação de serviços e redução de risco” (CACCIA-BAVA, 2006, p. 72). Essa abordagem será utilizada nesse estudo.

A Cidadania Brasileira

José Murilo de Carvalho (2008) analisa o processo histórico de constituição da cidadania no Brasil a partir do estudo proposto por T. H. Marshall (1967) acerca da cidadania inglesa. Segundo Marshall, o conceito de cidadania, apesar de remeter ao princípio da universalidade, emergiu na incipiente e desigual sociedade capitalista, mas a sua constituição não representou um processo homogêneo sendo necessário o desenrolar de três séculos do capitalismo para a sua efetiva consolidação. Nessa perspectiva, a cidadania representa o conjunto dos direitos: civis, políticos e sociais gradativamente estabelecidos nos séculos XVIII, XIX e XX.

Direito civil é o direito fundamental à vida, representa o reconhecimento da liberdade individual - condição historicamente possível diante dos objetivos da nova configuração social proposta pela sociedade burguesa – e, conseqüentemente da igualdade de todos os homens perante a lei. Manifesta-se, por exemplo, na possibilidade de escolha, na livre opinião, no acesso à propriedade privada e na liberdade de ir e vir. O direito político se refere à participação dos cidadãos no governo da sociedade, como a organizações de partidos políticos e a possibilidade de votar e ser votado. (CARVALHO, 2008, p.9).

Já os direitos sociais representam o acesso dos cidadãos à riqueza do Estado, presente no direito à educação, à saúde, a um salário justo, à aposentadoria, etc. Esses direitos se baseiam no princípio da justiça social e visam diminuir as desigualdades da sociedade capitalista (CARVALHO, 2008, p.10).

Diante da ameaça de crise no sistema capitalista no período pós Segunda Guerra Mundial, o bem-estar social passa a ser um tema incluso na agenda pública, sobretudo na Europa. A consolidação do Estado de bem-estar-social representa a incorporação das questões e reivindicações sociais pelos governos capitalistas. Segundo Behring (1998) a política social é uma das medidas anti-crise estabelecida pelo Estado de bem-estar-social, sua implantação não se apresentou como a efetivação do direito de cidadania, ou a verdadeira preocupação com a redistribuição da riqueza, mas como uma estratégia político-econômica. Para a autora, a política social corresponde aos interesses do capital e do trabalho, depende do ciclo econômico e como oferece garantias aos trabalhadores, também exerce a função de controle de classe e legitimação política (BEHRING, 1998, p. 174).

No estudo de Marshall a conquista de cada direito que compõe a cidadania, além de ser o resultado de um processo histórico, também corresponde a uma sequência lógica, já que primeiramente o indivíduo precisa ter garantido a liberdade para pensar e manifestar a sua opinião e assim, reivindicar a participação na gestão e na riqueza da sociedade. Nesse processo a educação apresenta um papel primordial, considerada como um pré-requisito para a conquista dos direitos.

[...] Nos países em que a cidadania se desenvolveu com mais rapidez, inclusive na Inglaterra, por uma razão ou outra a educação popular foi introduzida. Foi ela que permitiu às pessoas tomarem conhecimento de seus direitos e se organizarem para lutar por eles. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política [...] (CARVALHO, 2008, p.11)

Segundo Carvalho (2008) a constituição da cidadania depende das especificidades de cada país, no caso do Brasil a pirâmide proposta por Marshall apresenta-se invertida.

A história brasileira é influenciada pela colonização portuguesa, paternalista e com o propósito comercial, baseado principalmente no latifúndio monocultor escravista.

Desde os primórdios o Brasil se configurou com base na desigualdade social, aspectos como a diferença social entre os negros - destituídos de direitos civis - e o senhor de engenho - exercia um poder pessoal, paternalista, não reconhecia o princípio da igualdade entre os homens, mesmo entre seus dependentes, portanto, também não era portador de direitos civis -, a concentração de terras e o analfabetismo acompanham a trajetória do país, culminando em formas de governo ora clientelista, ora autoritária, ou até mesmo democrática, mas que não conseguem sanar completamente as suas origens históricas.

A independência brasileira em 1822 representou um acordo ente as elites nacionais e portuguesas a fim de conter a participação popular. A monarquia constitucional ignorou as altas taxas de analfabetismo e a escravidão, dificultando a alteração dos padrões sócio-econômicos e políticos que vigoraram na época colonial. (CARVALHO, 2008)

Em 1888 a abolição da escravidão realizou-se segundo o modelo liberal, a legalização da liberdade não foi acompanhada pelo fim da discriminação, impossibilitando a maior parte dessa população a conquistar melhores condições de vida. A constituição da República brasileira (1889) instituiu uma nova forma de poder privado, denominado coronelismo.

Novamente a hegemonia estava centrada nas mãos dos latifundiários, os mais influentes nos municípios, denominados coronéis, controlavam as questões e a população local, que era coagida a votar, como também, por meio de alianças com os governantes exerciam forte influência nas decisões nacionais, caracterizando a República das Oligarquias.

A década de 1930 é marcada por transformações políticas, como a instituição do governo popular de Vargas, e pelo crescente processo de industrialização e urbanização. Nesse período se destaca a constituição e a consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), válidas somente para os trabalhadores urbanos, e a regulamentação dos sindicatos, que passaram a ser controlados pelo Estado. De 1937 a 1945 predomina o governo ditatorial de Vargas. Novamente os direitos políticos e civis foram esquecidos, nessa época ser reconhecido como cidadão era sinônimo de trabalhador formal (CARVALHO, 2008). Segundo Sposati (2011), até as últimas décadas do século XX a maioria dos governos latino-americanos centralizaram a questão da responsabilidade social na legislação trabalhista.

Os direitos trabalhistas representavam a proteção social, mas ao mesmo tempo foram utilizados para manter a harmonia entre a classe trabalhadora e o governo, sendo também um dos responsáveis pela imagem de Vargas como um político carismático, popularmente conhecido como o “pai dos pobres”. (CARVALHO, 2008)

Assim, conclui-se que nesse período o coronelismo foi substituído pelo clientelismo, reproduzindo a tendência histórica da presença do poder privado exercido pela elite econômica e política. A inversão da pirâmide de Marshall levou a população brasileira a conceber os direitos sociais como favores do governo e não como um direito efetivo; “a cidadania que daí resultava era passiva e receptora antes que ativa e reivindicatória” (CARVALHO, 2008, p.126).

No âmbito dos direitos sociais Carvalho (2008) destaca outro período ditatorial: o regime militar (1964 - 1985). Para o autor, apesar do retrocesso dos direitos políticos e civis, reprimidos de forma violenta, nesse período os trabalhadores rurais finalmente foram incorporados na legislação trabalhista, o sistema previdenciário consolidou-se e o Estado atuou fortemente no desenvolvimento econômico. Assim, é possível perceber que novamente na história brasileira a garantia de direitos sociais foi utilizada como estratégia para amortecer os impactos de um governo repressivo.

O período de maior repressão militar (1968-1974) correspondeu ao momento de forte desenvolvimento na economia, caracterizado como o milagre econômico. Para o autor, apesar desse período não beneficiar igualmente toda a sociedade foi responsável por causar um clima de satisfação perante a classe trabalhadora.

A estabilidade econômica harmonizou a tensão repressiva como, por exemplo, a queda nos valores dos salários foi compensada pelo aumento da oferta de empregos, fator que também gerou aumento das migrações do campo para a cidade (CARVALHO, 2008, p. 170). Foi justamente durante a crise econômica nacional e internacional, a partir dos anos 70, e da ascensão das novas políticas e da ideologia neoliberal, que inicia a pressão popular pela instituição de um regime democrático.

A participação inédita da população e dos movimentos sociais, como o Movimento das Diretas Já, foi imprescindível para a abertura política em meados dos anos 80. A Constituição de 88, também conhecida como Constituição Cidadã, formalizou a mudança política, fixando o novo formato de gestão descentralizado e mais participativo. Pela primeira vez na história do país os direitos sociais foram universalizados, estabelecendo os possíveis preceitos para a cidadania brasileira.

Mas, o avanço democrático não conseguiu sanar questões que se perpetuaram ao longo da história, como a desigualdade social e a qualidade dos serviços públicos, saúde, educação, etc. O acelerado e desordenado crescimento das cidades aumentaram os quadros de pobreza e violência gerando, por exemplo, o processo de favelamento. (CARVALHO, 2008)

Semelhante aos problemas enfrentados pelos ex-escravos após a abolição, os atuais excluídos da sociedade, como os que não possuem trabalho formal, mendigos, moradores da favela, analfabetos, entre outros, enfrentam as condições de vida e trabalho mais degradantes. Já que permanecem destituídos de direitos civis e humanos ainda podem ser considerados como os *não-cidadãos*, para eles a única lei válida é o Código Penal (CARVALHO, 2008, p. 217). Assim, é possível concluir que, não se consolidaram no Brasil democrático políticas públicas preventivas às situações de vulnerabilidade sócio-econômica, ao contrário, seguindo os princípios neoliberais a segurança ficou restrita ao Código Penal e os indivíduos livres à iniciativa privada, predominando na sociedade as regras e objetivos do mercado.

Diante do contexto exposto, Carvalho (2008) conclui que no Brasil não foi instituída a cidadania, mas sim o que denomina de *estadania*. A *estadania* é fruto da sobreposição dos direitos sociais em relação aos direitos civis e políticos que representam a base para a constituição de uma população ativa e reivindicatória.

Essa antecipação gerou maior confiança da população no poder Executivo em detrimento das demais instâncias representativas (Legislativo e Judiciário), culminando na ausência de uma cultura consciente acerca do processo democrático e na concepção dos direitos sociais como favores (CARVALHO, 2008, p. 221). O processo histórico e cultural do país, aliado a ineficácia do sistema educacional, são alguns dos responsáveis pelo desconhecimento dos brasileiros acerca dos princípios da cidadania e, conseqüentemente da ausência de uma população mais atuante no cenário público.

Atualmente, essa tendência pode ser observada nas polêmicas opiniões acerca de questões do atual governo como as políticas de combate a pobreza, como o Bolsa Família e os programas de inclusão no ensino superior, como as cotas para negros. Essas questões dividem a população entre os que as concebem como benefícios oferecidos por um governo benevolente, geralmente a mais destituída de poder aquisitivo, enquanto outra parcela, que pode ser classificada como a burguesia brasileira, as interpreta como um gasto público desnecessário que fere a ascensão individual. Ambas

as concepções refletem a desigualdade sócio-econômica do país e negam o ideal da universalidade dos direitos.

Esse longo percurso auxilia na compreensão da questão central deste artigo, a participação da sociedade civil na gestão pública, temática também presente na Constituição de 1988.

Constituição Cidadã – A Questão da Participação e a Universalização dos Direitos Sociais

A presença de duas guerras mundiais durante o século XX, aliada a crise econômica de 1929, levaram a mudanças na organização da produção e na ideologia liberal. Segundo David Harvey, de 1945 a 1973 constitui-se o fordismo-keynesiano. Nesse período foi constituído o Estado de bem-estar-social ou *Welfare State*, um modelo de gestão pública que introduziu a proteção social como uma das prioridades.

Para Esping-Andersen (1991) a adoção desse modelo depende das peculiaridades históricas e culturais de cada região e sua principal caracterização consiste no chamado nível de *desmercadorização*, ou seja, no grau de independência da população em relação ao mercado.

Para o autor, o *Welfare State* liberal ou residual é o que menos legitima essa característica como os governos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, enquanto que o modelo social-democrata é o que a garante com maior eficácia a universalidade dos direitos sociais, como os países escandinavos. A peculiaridade histórica do Brasil impossibilita a comparação entre o modelo europeu e o processo de constituição dos direitos sociais no país, instituídos de maneira fragmentada e, inicialmente restritos a classe trabalhadora.

A partir da década de 70 o fordismo se esgota, e o capital revela a necessidade de maior dinamização. O resultado foi o surgimento da produção flexível e a constituição do capital especulativo, mais voltado para o mercado financeiro e para a transnacionalização. Nesse contexto, o Estado desregulamenta sua participação e novamente deixa a sociedade livre à iniciativa privada. (HARVEY, 1992)

Behring (1998), influenciada por Mandel e Marx, caracteriza esse período como capitalismo tardio. Segundo a autora, o regime capitalista caracteriza-se pela busca por superlucros e está sujeito a períodos de crescimento ou de recessão. De acordo com a necessidade do capital em cada período histórico esse sistema articula maneiras de se manter hegemônico, como no momento de crise econômica e necessidade de legitimação política do pós Segunda Guerra Mundial (1945/1960) as políticas sociais foram estrategicamente consolidadas e generalizadas, a partir dos anos 70 a inovação no processo de acumulação foi acompanhada pela mudança nessa concepção.

[...] O capitalismo na sua fase tardia, na sua sobrevida engendrada pelo fordismo/keynesianismo, começa a dar sinais de esgotamento e crise a partir de 1973, que serão respondidas objetiva e subjetivamente pelo capital com a reestruturação produtiva, a globalização e a ofensiva neoliberal [...] trata-se de reinaugurar um ciclo de expansão da taxa de lucros, num contexto de fragilidade dos trabalhadores, e com custo social altíssimo. *O capitalismo, portanto, nunca foi tão capitalista em suas contradições nunca foram tão explícitas.* (BEHRING, 1998, p.187)

No Brasil, essa tendência internacional aliada à pressão popular para a abertura política culminou na adequação do país ao modelo democrático e neoliberal. Segundo Diniz (2007) a adesão aos princípios da globalização não se apresenta como um caminho inexorável, mas depende das opções políticas das elites dirigentes. No caso da América-Latina pode-se concluir que o modelo neoliberal representa as aspirações dos seus dirigentes.

A Constituição de 1988 confirmou esses modelos. Ao estabelecer a descentralização da gestão, oferecendo maior autonomia para os governos regionais e locais, e configurar a associação entre Estado e sociedade civil na responsabilização das questões sociais, atendeu tanto a expectativa democrática quanto liberal.

[...] a descentralização participativa funcionou mais como uma estratégia de transferência dos serviços públicos, a fim de reduzir os gastos públicos, do que como estratégia de democratização do Estado e das políticas públicas. A participação da sociedade civil esteve associada à garantia de governabilidade, como forma de legitimar governos no contexto paradoxal de democracia e ajuste fiscal, funcionando como um “recurso gerencial” (NOGUEIRA, 2005) na provisão de políticas públicas. (FALCHETTI, 2010, p. 115)

Ao longo da história brasileira a Assistência Social foi concebida como uma forma de caridade, a Constituição de 88 também foi responsável pela modificação dessa concepção. Consolidou-se como um direito social disponível para toda a população, independente de pré-requisitos, como comprovação de renda. A assistência social passou a ser uma política pública, ou seja, um objetivo centralizado no Estado, contribuindo para a universalização dos direitos sociais.

O Artigo 203 da Constituição resume os seus objetivos: proteção a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice, além de amparar crianças e adolescentes carentes, estimular a integração ao mercado de trabalho e promover a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência, na vida comunitária. (FALCHETTI, 2010, p. 110)

No ano de 2004 foi implantado o SUAS – Sistema Único de Assistência Social. A proposta visou constituir um modelo de gestão descentralizado e participativo, fortalecendo o protagonismo dos governos locais na provisão das políticas sociais. Constituído por lei federal os municípios passaram a contar com dois órgãos responsáveis pela proteção social: o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social – atendimento preventivo em situação de vulnerabilidade) e o CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social – casos de violação de direitos, como maus tratos e abuso sexual).

No que diz a participação da sociedade civil, por meio dos conselhos a nova lei consolidou o controle social na gestão político-administrativa e financeira.

Como resultado do processo de redemocratização, os Conselhos Gestores de Políticas Públicas emergiram na década de 90 com o objetivo de ampliar a descentralização e a participação da sociedade civil na gestão pública. Estabelecidos por legislação nacional os conselhos são espaços participativos nos quais atuam representantes da sociedade civil e do Estado para a formulação, implementação e fiscalização de políticas públicas. Os conselhos representam o requisito necessário na transferência de recurso municipal para as mais diversas áreas como, saúde, educação, assistência social, direitos das crianças e adolescentes, etc. (FALCHETTI, 2010, p. 123).

São também concebidos como fóruns públicos de captação de demandas e negociação de interesses específicos dos diversos grupos sociais, e como uma forma de ampliar a participação dos segmentos com menos acesso ao aparelho do Estado. Neste grupo, situam-se os Conselhos de Saúde, de Assistência Social, de Educação, de Direitos da Criança e do Adolescente [...] (FALCHETTI, 2010, p. 129)

Sposatti (2011) apresenta uma interpretação negativa acerca do processo democrático brasileiro. Segundo a autora, a nova relação sociedade/Estado não favoreceu a universalidade dos direitos sociais, as transformações só ocorreram no papel, na realidade os contrastes sociais, econômicos, políticos e culturais ainda permanecem no cenário nacional.

Para a autora as políticas públicas neoliberais são prioritariamente voltadas para o combate à pobreza. Como são focalizadas, além de descaracterizarem a concepção dos direitos universais, também demonstram que o enfrentamento da desigualdade é uma questão de ordem econômica, como a redistribuição de renda, e não social, por isso as políticas sociais democráticas foram insuficientes para solucionar esse problema histórico.

De acordo com Vianna (1998) a consolidação do sistema de proteção social brasileiro inspirou-se no paradigma norte-americano, apresentando as características vigentes nesse modelo, como a *lobbying* e a pouca desmercadorização dos serviços sociais.

Enquanto na América do Norte essas características são legalizadas e transparentes no Brasil apresentam-se camufladas diante de uma legislação que pretende ser universal, mas que na prática é setorial. Devido a falta de qualidade os serviços públicos são procurados somente pela parcela da

população destituída de poder aquisitivo para adquiri-los no mercado; como os interesses particulares das elites prevalecem nas decisões públicas, a democracia brasileira também é apenas aparente. Diante desse processo contraditório, Viana classifica o sistema de proteção social brasileiro como perverso.

Conselho Tutelar: Origem e Objetivo

No Brasil até a década de 90 as crianças e adolescentes eram destituídos de direitos, para regular a situação da infância e da adolescência vigorava o Código do Menor que, como é notório no próprio termo, apresentava um caráter discriminatório. Destinava-se exclusivamente aos menores de idade considerados em “situação irregular”, os provenientes das camadas populares, como associava pobreza e delinquência apresentava um caráter segmentado e repressivo. (site pró-menino)

No ano de 1989 a ONU (Organização das Nações Unidas) formulou a Convenção sobre os Direitos da Criança, um documento internacional que estabelece os direitos da infância. No Brasil a nova lei de Assistência Social já havia incluído a prioridade da proteção à infância e a adolescência, iniciando o processo de reconhecimento da cidadania dessas categorias etárias.

Assim, no início dos anos 90 a nova conjuntura internacional e nacional levou a criação de uma lei específica para regulamentar os direitos das crianças e adolescentes brasileiros, o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por meio do ECA crianças e adolescente finalmente foram reconhecidos como sujeitos portadores de direitos, ficando estabelecido como dever da sociedade e do Estado zelar pelo cumprimento dos mesmos.

O Estatuto também é responsável pela criação do Conselho Tutelar, o órgão público responsável por zelar pelos direitos das crianças e adolescentes, de acordo com as diretrizes propostas no ECA. (SÊDA, 1997)

O Conselho Tutelar foi instituído como órgão municipal, permanente e autônomo, não jurisdicional, uma entidade pública que goza de autonomia nas decisões em relação ao poder judiciário e demais instâncias, ou seja, os conselheiros devem se respaldar no ECA, mas são eles quem decidem as medidas que serão aplicadas em cada caso, sem nenhuma interferência da sociedade ou de outros órgãos estatais.

Como o Conselho é composto por cinco representantes da sociedade civil, mediante eleição municipal, com mandato de três anos, enquadra-se no modelo de gestão pública descentralizado, proposto pela associação entre sociedade/Estado. A legislação prevê como critérios para a escolha dos conselheiros: a maior idade, comprovação de idoneidade moral e a residência na região, mas os governos locais têm autonomia para organizar as eleições e para decidir se além desses requisitos serão inclusos outros como, a comprovação de conhecimentos específicos.

O Conselho Tutelar é responsável pelo atendimento, encaminhamento e acompanhamento dos casos em que há violação de direitos, também requisita os serviços necessários as crianças, adolescentes e suas famílias, como assistência social, educação e saúde. (SÊDA, 1997) Assim, não é apenas um programa, mas uma autoridade pública capaz de fiscalizar e de tornar as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes mais eficazes. Caso esse objetivo for alcançado, além de legitimar os direitos civis e sociais dessas categorias, ou seja, o reconhecimento como cidadãos, também contribui para a diminuição de situações vulnerabilidade e em consequência da violência.

A Atuação do Conselho Tutelar – Hipótese Inicial

[...] Tocqueville que, num discurso à Câmara dos Deputados (em 27 de janeiro de 1848), lamentando a degeneração dos costumes públicos em decorrência do qual “as opiniões, os sentimentos, as idéias comuns são cada vez mais substituídas pelos interesses particulares”, perguntava-se “se não havia aumentado o número dos que votam por interesses pessoais e diminuído o voto de quem vota à base de uma opinião política”, denunciando esta tendência como expressão de uma “moral baixa e vulga” segundo a qual “quem usufrui de direi-

tos políticos pensa em deles fazer um uso pessoal em função do próprio interesse”. (BOBBIO, 1986, p. 33)

Diante da trajetória histórica brasileira, marcada pelo privilégio do poder e interesses particulares, principalmente diante do processo de implantação dos direitos sociais e da democracia, a abertura política no final dos anos 80 e o novo modelo de gestão poderiam ser considerados medidas progressistas na legitimação de uma sociedade mais democrática. Mas, depois desse longo percurso de repressão dos direitos civis e políticos pode-se concluir que não foi construído no país um processo cultural e educacional baseado nos pressupostos democráticos, capazes de instigar a população a reivindicar e a atuar na defesa das questões coletivas.

Como apontam vários atores, citados neste artigo, o processo democrático brasileiro não foi capaz de extinguir problemas que se perpetuam ao longo da história, como a desigualdade social e a ineficácia dos serviços públicos, então como avaliar a capacidade e a qualidade de atuação da sociedade civil nesse cenário contraditório? A questão se torna mais problemática ao analisar o caso específico do Conselho Tutelar, o órgão que zela pelo reconhecimento dos direitos dos cidadãos que serão os responsáveis pelo futuro do Brasil.

Dagnino (2002) analisando os espaços públicos formados pela parceria entre sociedade e Estado, como os Conselhos Gestores, constatou que quase sempre esses espaços exigem o domínio de um saber técnico especializado, no qual os representantes da sociedade civil, principalmente os da classe subalterna, não dispõem. Além desse requisito também é indispensável a qualificação política da representação da sociedade civil, dominando tanto o funcionamento da máquina estatal quanto a capacidade de interagir com a pluralidade de interesses em jogo, gerando o verdadeiro consenso democrático.

Além da qualificação técnica, a qualificação política da representação da sociedade civil envolve um aprendizado crucial nestes novos espaços que trazem, como parte da sua novidade, a convivência direta com uma multiplicidade de atores portadores de concepções e interesses diversos. [...] (DAGNINO, 2002, p. 285)

Em relação a atuação dos Conselhos Gestores, Dagnino (2002) avalia que como são instituídos e regulamentados pelo Estado representam a tentativa de inserção de padrões democráticos em um governo que permanece conservador e autoritário e, se a sociedade civil não atuar efetivamente nesse espaço, reivindicando os seus interesses, ele se torna uma maneira hipócrita de legitimar as decisões dos gabinetes.

A pesquisa inicial nos Conselhos Tutelares de Ribeirão Preto constatou que, além dos critérios previstos na legislação, não há nenhum outro requisito, como a comprovação de conhecimentos, para a candidatura nas eleições, sendo que os eleitos da cidade são predominantemente das classes populares. Como foi possível perceber em contato inicial, há divergências nas compreensões dos conselheiros acerca dos atributos da função, como os procedimentos a serem tomados nos casos de abuso sexual. A hipótese inicial para essa questão é que o domínio das funções legais do órgão é fundamental para a melhor atuação dos conselheiros. Isso não implica na exigência de formação em nível superior, mas no comprometimento dos conselheiros em conhecer e atuar conforme os atributos instituídos, desvinculando-se das concepções individuais.

Nascimento e Scheinvar (2007) ao analisar a atuação de Conselhos Tutelares da região fluminense constataram que apesar desses órgãos serem legalmente instituídos como não jurisdicional passam por um processo inverso, a jurisdicalização.

Segundo as pesquisadoras a decisão dos conselheiros diante dos casos atendidos se assemelha a do poder judiciário, se distanciam de seu objetivo inicial, reivindicar direitos, e se transformam no julgamento subjetivo de um único conselheiro. Os atendimentos implicam na resolução de situações emergenciais baseadas em medidas paliativas, como o aconselhamento e a filantropia, apoiados nas crenças morais dos conselheiros. Como na maioria dos Conselhos pesquisados, os conselheiros elegem um presidente, ao invés de compartilharem as decisões que movem as suas

ações, o individualismo revelou-se como uma característica predominante nesses espaços. (NASCIMENTO e SCHEINVAR, 2007)

Essa análise demonstra que vinte e dois anos após a sua constituição o Conselho Tutelar ainda não possibilita a efetivação dos objetivos previstos na legislação, a sua descaracterização como reivindicador de políticas públicas também afeta a importância de sua atuação na defesa da cidadania e na prevenção de situações de risco que, conseqüentemente, podem desencadear o aumento da violência, tanto criminal, quanto humana, como a violação da dignidade diante da precariedade sócio-econômica.

Por meio dos estudos apontados é possível notar que no caso específico do Conselho Tutelar, a questão do conhecimento acerca das disposições da função se apresenta como um requisito fundamental para a garantia de decisões baseada na legalidade dos direitos e não em avaliações subjetivas, tornando-as mais propícias ao controle social.

Já no que diz respeito à atuação da sociedade civil em geral, a inconsistência da cultura política participativa no país tem se revelado como um dos principais agravantes histórico da luta em prol dos direitos coletivos. Mesmo diante de um regime democrático consolidado, é fundamental que se estabeleça na sociedade civil brasileira um debate verdadeiramente público, capaz de legitimar as necessidades coletivas em combate ao predomínio dos interesses particulares. Assim, seria possível construir um país menos violento e mais igualitário para as futuras gerações

Referências Bibliográficas:

- BEHRING, Elaine Rosseti. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 1998
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia – uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986 (Coleção Pensamento Crítico, 63)
- _____. *Estado, governo, sociedade – para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (Coleção Pensamento Crítico, v.69)
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 10º ed., 2008
- CACCIA-BAVA, Augusto. Sobre as políticas locais de segurança para os jovens. In: *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política*, v.5, n.8. Florianópolis: UFSC/ Cidade Futura, 2006
- CIAFARDINI, Mariano. Políticas públicas de segurança numa sociedade democrática. In: *Revista Segurança Urbana e Juventude*, Araraquara, v.1, n.2, 2008. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/seguranca>
- COUTINHO, Carlos Nelson. Teoria ampliada do Estado. In: COUTINHO, Carlos Nelson. (Org.) *Gramsci – Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p.119 – 144
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (Org.) *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 279 – 302
- DINIZ, Elis. O pós-consenso de Washington: Globalização, Estado e Governabilidade Reexaminados. In : DINIZ, Elis (Org.). *Globalização, Estado e Desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do *Welfare State*. In: *Revista Lua Nova*, n.24, set., 1991
- FALCHETTI, Cristhiane Aparecida. *Participação popular nas políticas sociais: um estudo sobre os conselhos e a experiência do conselho municipal de assistência social de Araraquara*. Dissertação (Sociologia) UNESP, Araraquara, 2010
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- MARSHALL, T.H. Cidadania e classe social. In: *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967
- NASCIMENTO, Maria Livia e SCHEINVAR, Estela. De como as práticas do Conselho Tutelar vem se tornando jurisdicionais. In: *Aletheia*, Num.25, jan/jun. 2007, p. 152-162
- NOGUEIRA, Silas. Cultura, política e transformação em Gramsci. In: FIRMIANO, Frederico Daia e GONÇALVES, Moisés Augusto (orgs.). *Horizontes da luta social – os sujeitos da política*. Belo Horizonte: Bookjuris Editora, Coleção Olhares do Dissenso, vol. II, Maio de 2010, p. 13 - 49
- SÊDA, Edson. *XYZ do Conselho Tutelar*. Condeca, 1997
- SPOSATI, Aldaiza. Tendências latino-americanas da política social pública no Século 21. In: *R. Katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104-115, jan./jun. 2011
- TAGLE, Fernando Tenório. Conferência de Abertura do Seminário Internacional: Segurança Urbana, Democracia e o Foro Latinoamericano para La Seguridad Urbana y La Democracia. In: *Revista Segurança Urbana e Juventude*, Araraquara, v.1, n.2, 2008. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/seguranca>

VIANNA, Marial Lucia Teixeira Werneck. *A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998

Sítios Eletrônicos:

Prómenino. Disponível em:

<http://www.promenino.org.br/TabId/77/ConteudoId/deed5f8a-32a1-48cb-b52f-816adc45e7e0/Default.aspx> Acesso em: 05/03/12, às 12h.

UNICEF. Disponível em: <http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=18101111&m=2> Acesso em: 05/03/12, às 12h30

¹A SAÚDE E SEUS POSSÍVEIS: NOTAS SOBRE O DIÁLOGO ENTRE NOÇÕES DE SAÚDE E A POLÍTICA DE SUJEIÇÃO E CONSTRUÇÃO SUBJETIVA²

Autor: Everton de OLIVEIRA³

RESUMO: Este trabalho compreende alguns apontamentos analíticos de uma etnografia sobre a implementação de uma política pública de atendimento à saúde – a Estratégia Saúde da Família – tendo como focos específicos três dimensões distintas, mas intrinsecamente relacionadas: 1) as interações da equipe multiprofissional e as famílias atendidas; 2) as dinâmicas internas de funcionamento da equipe multiprofissional e; 3) a dimensão institucional dos atendimentos. Partiremos da noção de que tal equipe assume a função de mediação entre população e Estado, sendo a principal fonte de interação entre população local e o sistema hierarquizado, integralizado e regionalizado que caracteriza o Sistema Único de Saúde (SUS). Busca-se, com isto, suprir a lacuna deixada pelos estudos sobre a ESF que buscam, por um lado, avaliar as normas operacionais e a efetividade de tal política de acordo, ou não, com o que pauta institucionalmente o Sistema Único de Saúde (SUS), assim como com o que foi defendido no movimento da reforma sanitária e; por outro lado, promover estudos de cunho tecnicista para avaliar o custo-efetividade da mesma política. Os atendimentos realizados pela Equipe de Saúde da Família serão o elo entre as três dimensões do trabalho, já que nos atendimentos é que se deve aplicar a Estratégia Saúde da Família entre a população, tendo como referências as normas e leis relativas ao funcionamento e atividades das USF.

PALAVRAS-CHAVE: Estratégia Saúde da Família – Atendimento – Antropologia das Coisas

ABSTRACT: This paper intends an analysis work about an ethnography of the implementation of a public policy on health care - the Family Health Strategy (FHS) -, focusing on three distinct, but intrinsically related aspects: 1) interactions between the multiprofessional team and the served families; 2) multiprofessional team internal dynamics of operation and; 3) institutional aspects of health care. We will form the idea that this team assumes the mediation function between population and State, being the main source of interaction between the local population and the hierarchical, paid and regionalized Brazil's Unified National Health System. We seek, with that, discuss with the FHS studies, developed in the field of Public Health, as well as in the major field of Medicine. The FHT consultations will be the link between the three aspects of the paper, since it is in the care that should apply the FHS in the population, taking as reference the standards and laws regarding the operations and activities of FHU. The analysis of these consultations, and

the reorganization of family experience of the users from them, will be supported by Foucauldian notions of management, "population" and biopower.

KEYWORDS: Family Health Strategy – Medical Care – Anthropology of Things

1

² Este trabalho representa o primeiro esforço de problematização de minha pesquisa de mestrado sobre a implantação e modos de efetivação da Estratégia Saúde da Família no interior do Rio Grande do Sul, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

³ Mestrando em Sociologia no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – CEP: 13565-905, São Carlos, SP, Brasil. E-mail para contato: oliveira.ufscar@gmail.com.

Este trabalho é, na verdade, como indico no título, um conjunto de notas indicativas, de possibilidades de análises das informações e dos diálogos que estabeleci em meu primeiro período de trabalho de campo, em Julho de 2010. Trata-se, então, de uma primeira tentativa de expor meus problemas de pesquisa, e de meus primeiros esforços, ou, melhor dizendo, apontamentos de análise. Duas possibilidades de análise me pareceram, para o desenho de minha pesquisa, as mais adequadas para momentos distintos de seu desenvolvimento. A primeira, e a qual apostava que seria a mais adequada no momento em que apresentei este trabalho na X Semana de Pós-Graduação em Sociologia da Unesp, é a possibilidade de análise pelo que se convencionou chamar de “antropologia do desenvolvimento” (Gupta e Ferguson, 1992; Ferguson, 1994; Escobar, 1997; Ribeiro, 2008). A partir desta literatura, busquei criar espaços para uma análise que pudesse indicar como uma política pública de saúde pode estar envolvida muito mais em processos próprios à cidade em que ela é aplicada do que a agências estatais e federais que rumam a locais isolados de seus programas e políticas. Como buscarei mostrar, não abandonei totalmente esta tentativa, mas a coloquei lado a lado com outras possibilidades. Uma dessas possibilidades de análise é aquela embasada pela “antropologia das coisas”, ou “antropologia dos medicamentos”⁴ (Akrich, 1992; Pignarre, 1999; Appadurai, 2008) – que são coisas distintas, mas que no contexto de minha pesquisa se confundem –, a partir de um momento específico de meu trabalho de campo, o diagnóstico da depressão e sua medicalização, assim como o diálogo que possibilitava entre médico e paciente. Este evento me parece, cada vez mais, como um dos momentos visíveis do emaranhado relacional que é a realidade da consolidação de uma política pública de saúde em um contexto específico. Como disse, procurarei apresentar essas duas possibilidades de análise, assim como algumas notas sobre a cidade de São Martinho, interior do RS e na qual faço trabalho de campo, mas sem realizar o esforço de análise destas notas, que julgo, neste momento, um trabalho precipitado.

SÃO MARTINHO E A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

São Martinho⁵ não é uma cidade distante de Porto Alegre. De uma cidade a outra, a distância é de cerca de oitenta quilômetros, distância menor que de Porto Alegre a Gramado, que, aliás, se encontra na mesma região que São Martinho, a região da Encosta da Serra, que tem sua história marcada pela colonização alemã. Ainda assim, São Martinho é uma cidade que apresenta poucas semelhanças com Porto Alegre. Sua população é de cerca de 6.000 habitantes que se dividem em alguns bairros, as quais o Centro, o Mirante e o bairro das Araucárias estão entre os maiores. Em relação ao funcionamento da Estratégia Saúde da Família (ESF) na cidade, a população conta com duas Unidades de Saúde da Família (USF), a Clínica de Família São Martinho⁶, localizada no Centro, a qual atende a maior parte da população – cerca de 4.000 habitantes – e a USF Mirante, que, como nome indica, localiza-se no bairro Mirante e atende cerca de 1.000 pessoas. Em meu trabalho de campo acompanhei a rotina da Clínica São Martinho, pela sua abrangência em relação ao atendimento da população, mas também pelo meu contato prévio com Fernando, médico desta unidade. A principal característica de São Martinho, aquela que me foi dita mesmo antes de minha ida a campo, é a língua falada no município, o hunsrik – língua trazida pelos primeiros imigrantes da região, oriundos da região do Hunsrück, sudoeste da Alemanha, a qual é reconhecida, entre meus colaboradores de pesquisa, simplesmente por alemão⁷. Em pouco tempo, em menos de dez anos, a ESF passou a ser o único modelo de atenção primária à saúde do município.

⁴ Começo a dialogar agora com esta vertente de estudos e ainda não sei muito bem em que sentido poderá guiar a pesquisa, porém me parece uma perspectiva positiva para dialogar com os dados de minha pesquisa.

⁵ Todos os nomes de pessoas, lugares e cidades neste trabalho que tenham relação com sua análise são nomes fictícios, buscando resguardar a identidade daqueles que colaboraram e demonstraram uma confiança quase cega para o desenvolvimento desta pesquisa. Aproveito para agradecer imensamente a todos de São Martinho que colaboraram para meu trabalho de campo e me acolheram de maneira sem igual em suas relações.

⁶ A partir deste momento passarei a me referir à “Clínica da Família São Martinho” apenas por “Clínica São Martinho”.

⁷ Aliás, não é apenas a língua que se reconhece pelo termo alemão. A população de São Martinho costuma dividir, entre seus habitantes, aqueles que são *os alemães* – falantes do hunsrik, de pele branca e de sobrenomes germânicos –, aqueles que são *schwatz* (*negão*, como traduzem), que se aplica a qualquer pessoa não alemã e, principalmente, de pele mais

Em relação a ESF, a história de sua implantação em São Martinho revela algumas diferenças em relação ao que é comumente dito sobre as relações entre o Estado e as localidades de implementação de suas políticas públicas, particularmente a ESF (Bousquat et al. 2006; Cohn, 2009; Trad & Rocha, 2011). As primeiras reflexões sobre a implementação de uma Medicina da Família em São Martinho se deu ainda em 1988, quando da emancipação política do município, até então distrito de Germana, cidade vizinha de 40.000 habitantes. Neste momento, o então secretário municipal de saúde – e, na verdade, também o atual –, Júlio, organizou uma conferência municipal de saúde, onde o convidado mais ilustre era Carlos Grossman, médico que fundou um dos primeiros programas de residência em medicina da família e comunidade, em 1981, no Grupo Hospitalar Conceição, Porto Alegre.

A intenção de Júlio, como me disse, era organizar as diretrizes da atenção à saúde do então novo município o que, na verdade, por uma série de motivos, não se concretizou naquele período. Muito tempo depois, já na atual gestão, Júlio novamente como secretário municipal de saúde organizou, com o aval da prefeitura e da câmara dos vereadores, assim como do conselho municipal de saúde, a implementação da ESF no município, como o modelo de atenção básica, que funcionaria – e funciona – nas dependências do antigo hospital geral do município, como Clínica da Família São Martinho⁸. Nesta, o médico da equipe de saúde da família é Fernando, não é de São Martinho e teve toda sua formação em Porto Alegre, onde cursou medicina e fez residência em medicina de família e comunidade no Grupo Hospitalar Conceição, onde seu preceptor foi Carlos Grossman.

Após a implantação da ESF em São Martinho, algumas relações foram estabelecidas, principalmente após a chegada de Fernando no município, há cerca de dois anos atrás. Fernando, como médico de família de comunidade e por implementar algumas reformas e sistema de gestão dos pacientes na Clínica São Martinho, logo ganhou a confiança da equipe desta USF e se tornou, em pouco tempo, o principal instrumento de diálogo entre a equipe da Clínica São Martinho e Júlio, secretário municipal de saúde, que permanece em uma relação agonística com a equipe desta unidade. Além disso, Júlio, que há muito tempo tinha como projeto implantar o modelo da medicina de família em São Marinho, encontrou em Fernando um aliado para este projeto, assim como Fernando recorre a Júlio quando se trata de alguma questão institucional.

Pretendo mostrar, aqui, a parceria estabelecida entre Júlio e Fernando na esfera institucional e sua importância para a consolidação da ESF em São Martinho. Ainda que Júlio tivesse como projeto, há um bom tempo, desde 1988, a implantação do modelo da medicina de família em São Martinho, encontrou em Fernando um aliado em potencial para este projeto, principalmente pela sua formação em um dos centros irradiadores deste modelo – o Grupo Hospitalar Conceição –, assim como pelo acesso de Fernando entre as equipes dos postos São Martinho e Mirante, que como vimos, não têm grande simpatia por Júlio e muito menos por seus projetos. Fernando assumiu uma posição de liderança entre as equipes, respeitado – em menor ou maior grau – por todos, inclusive pelos demais médicos do município. Júlio, por sua vez, representou, para Fernando, sua inserção na política institucional, como sua indicação a diretor clínico do município e presidente do conselho municipal de saúde. Ambos atuaram na aprovação da construção do novo prédio para o posto São Martinho, assim como para a construção da USF das Araucárias.

Por fim, há, ainda, a relação de São Martinho com Germana e com a secretaria estadual de saúde do RS. Em relação à Germana a relação é muito delicada, por esta cidade representar a referência de muitos exames e procedimentos cirúrgicos de São Martinho. Entretanto Otávio – administrador do Hospital Geral de Germana é um crítico ferrenho do SUS (Sistema Único de Saúde) e desavença declarada de Paulo, coordenador de regiões e microrregiões da secretaria estadual de saúde do RS – e dedica pouca atenção para as internações e procedimentos encaminhados por São Martinho, o que irrita muito Fernando, que não tem nenhum apreço por ele. Em relação a Paulo, a

escura e aqueles que são os *italianos*, que são poucos. Ainda que este modo de classificação seja fundamental para entender a população de São Martinho e o modo como se configuram suas relações, este não é o objetivo deste trabalho. Deixarei para outro trabalho a descrição e análise deste tema.

⁸ Algum tempo depois, como disse acima, foi implantada, também, a USF Mirante, que tem seu próprio prédio. No caso da Clínica São Martinho, seu funcionamento terá, a partir do final de março, também, espaço próprio.

relação entre ele e São Martinho é de proximidade, por ter sido, antes disso, secretário municipal de saúde de Germana e por ser um apologista da ESF, o que agrada Júlio e Fernando.

PARA A EXISTÊNCIA DO GLOBAL E DO LOCAL

Deste desenho geral que fiz de São Martinho e da implantação da ESF no município, quero partir agora para meus problemas de pesquisa específicos, justamente aqueles para os quais tenho apenas algumas indicações e poucas respostas.

O primeiro deles se relaciona intimamente com o que acabei de expor sobre São Martinho: é a relação estabelecida entre o que se entende por global e local, ou, no meu caso, a relação entre uma política pública federal e seu local de implantação. Pois, como procurei mostrar, a ESF, no caso de minha pesquisa, partiu de um processo que no mesmo momento que é federal, como uma política pública, é, ao mesmo tempo, próprio ao município, e até mesmo, neste caso, anterior a ESF, como no caso da proposta de Júlio, ainda no ano de 1988. Deste modo, minha questão aqui, se relaciona com a problemática da linha da antropologia que se convencionou chamar de Antropologia do Desenvolvimento. A principal questão destes estudos é problematizar como o que é entendido comumente por espaços naturalmente desconexos fazem parte, na verdade, de um espaço hierarquicamente conectado, onde o global e o local são definidos a partir de relações de poder que determinam suas condições e possibilitam, do mesmo modo, políticas de desenvolvimento que são entendidas como a “integração de locais afastados a uma dinâmica política maior” (Gupta e Ferguson, 1992; Ferguson, 1994).

Como eu tentei mostrar, esta é uma das possíveis visões sobre o processo de implantação da ESF numa cidade de 6.000 habitantes, no interior do RS. Ou seja, trata-se da invenção do isolamento, estratégia comum, por exemplo, para as agências internacionais de desenvolvimento (Ferguson, 1994; Escobar, 1997). Esta noção aparece, para tais agências, ligada à ação governamental, única capaz de cumprir seus objetivos. Neste sentido, as únicas variações possíveis no curso do desenvolvimento seriam as boas ou más gestões de tais políticas. Este tipo de análise feito pelas agências de desenvolvimento ignora a organização social de cada país, as disputas internas pelo governo, o grupo ou partido que se encontra na posição de governo e, é claro, as possíveis vantagens que se encontram numa “má gestão”, inobediência dos termos das políticas de desenvolvimento ou nos entraves burocráticos. Ao tomar cada país como uma realidade autônoma, além de construir uma realidade local desconexa e descontínua, supõe-se uma homogeneidade inexistente, tanto na relação entre governo e população, como em relação a estas dimensões por si só. FERGUSON (1994) propõe, assim, que a diferença real entre uma agência internacional e um país de terceiro mundo ancorado por políticas de desenvolvimento é de poder, que torna um o promotor de interesses globais, e o outro o espaço de práticas não modernas.

Envolvidos nesta discussão, GUPTA & FERGUSON (1992) problematizam o isomorfismo entre espaço, lugar e cultura nas abordagens antropológicas. Tais abordagens permitem uma problematização do espaço a partir da ruptura e do conflito, implicados na descontinuidade entre culturas, tanto no caso de “comunidades” ou tribos “isoladas”, ou mesmo no caso de nações, e na construção de seus espaços identitários, tal como a Índia e os “indianos” ou a Inglaterra e os “ingleses”. Entretanto, ao mesmo tempo em que se toma o espaço como o lugar privilegiado do processo cultural, presume-se sua neutralidade como o campo onde se inscrevem a diferença cultural, a memória e

a organização social. O principal problema que decorre, para os autores, em se tomar os espaços como lócus da cultura autônomos entre si é o impedimento de uma análise de suas implicações recíprocas. Os autores propõem que tais espaços, que foram tomados como independentes, sempre estiveram hierarquicamente interconectados, em vez de naturalmente desconectados, o que permite pensar a mudança cultural e social não mais através de noções como “contato cultural” ou “articulação” – como na análise marxista da acumulação primitiva do capital –, mas pensando a diferença a partir da conexão. Em outras palavras, em vez de assumirmos a autonomia da comunidade primitiva

– no sentido de fundamental –, temos que examinar como pôde ser formada uma comunidade fora do espaço interconectado que sempre existiu.

A “antropologia do desenvolvimento”, neste sentido, se baseia, para ESCOBAR (1997), em um corpo teórico muito distinto, particularmente àquela ligada a noção de “pós-estruturalismo”. O autor centra sua discussão especialmente em dois autores: Edward Said, e, principalmente, O Orientalismo (1979) e; Michel Foucault. A principal crítica desta corrente decorre da percepção de que, por mais que os autores engajados na “antropologia para o desenvolvimento” tenham trabalhado para que a noção de “desenvolvimento”, e sua dimensão enquanto política institucional, se tornasse mais flexível a outros conjuntos de fatores - tal como cultura -, a idéia básica do desenvolvimento permaneceu inalterada, considerado como o princípio organizador central da vida social. Alguns questionamentos e novos modos de análise decorrem desta percepção, por parte dos autores ligados à “antropologia do desenvolvimento”: 1) qual foi a ordem de conhecimento – o regime de verdade – que surgiu em conjunto ao discurso do desenvolvimento? 2) devemos estudar o desenvolvimento como uma forma cultural concreta, ligada a um conjunto de práticas que se pode estudar etnograficamente e, além disso, tendo em conta seu caráter estritamente histórico 3) devemos construir um “mapa” do regime discursivo do desenvolvimento, ou seja, um olhar para o aparato e formas e instituições de conhecimento que organizam a produção de formas de conhecimento e estilos de poder, estabelecendo relações sistemáticas em seu interior e fornecendo, como resultado, um diagrama concreto do poder; 4) o discurso do desenvolvimento certamente variou no decorrer dos anos, mas manteve, não obstante, intacto um certo núcleo de elementos e relações e; 5) finalmente, devemos estudar a relação existente entre os discursos de desenvolvimento e as identidades, como a circulação de conceitos de desenvolvimento e modernidade em âmbitos do “Terceiro Mundo”. Por fim, a noção de “pós-desenvolvimento” tem se transformado em um recurso heurístico para reaprender a olhar para a realidade de comunidades da África, América Latina e Ásia. Ele se define pela possibilidade em diminuir o domínio das representações do desenvolvimento quando se contempla determinadas situações em tais comunidades.

Creio, neste sentido, a partir de meus primeiros diálogos de campo, que o processo de implantação da ESF em São Martinho se relaciona muito mais com a própria política da cidade, tanto no que toca ao projeto político de Júlio, como na relação estabelecida atualmente entre Júlio e Fernando para a implementação da ESF, que atuam juntos para a sua promoção. Em vez de enxergar uma política pública de saúde chegando aos confins do território brasileiro, não há como enxergar, aqui, um processo que dissolve mesmo esta relação entre global e local? Processo iniciado ainda em 1988, mas que depende, atualmente, da ESF para sua implementação?

A EFETIVAÇÃO DA ESF EM SÃO MARTINHO E O DIAGNÓSTICO DA DEPRESSÃO

“A mãe se queixava de que a filha não conseguia mamar direito e que também havia perdido peso nas últimas semanas. Fernando pegou o livro distribuído pelo governo federal para as mães e mostrou que neurologicamente a criança estava de acordo com o considerado normal. Nisto, Fernando perguntou se estava tudo bem com ela. Ela disse que sim, mas que havia muita gente querendo se meter na vida dela. Fernando disse ao pai que sua função, além de ajudar a mãe, era de “espantar” estas pessoas. Fernando perguntou se ela estava nervosa com isto e disse que, nestes casos, muitas mães chegam até mesmo a apresentar casos de depressão. Neste momento a mulher se desabou em lágrimas. Disse que estava muito difícil, que não aguentava todo mundo se metendo na vida dela, que às vezes não tinha paciência para brincar com a filha. Fernando pegou um livro da Oxford sobre clínica e fez, à mulher, algumas perguntas para confirmar o caso de depressão. Após isto, estava confirmado, para ele, que o caso era de depressão, ainda mais que a perda de peso da criança coincidia com a perda de peso da mãe. Após a paciente ir embora, Fernando me disse ter ficado muito irritado com a pediatra da criança, segundo ele, “treinada em pronto-socorro”, por não observar a história e o fundo “psicossocial” da mulher, e tratar apenas da “doença” da criança, nem mesmo da própria “criança” como um todo.” (Caderno de Campo, 07/07/2011).

A situação descrita foi uma das consultas que acompanhei em meu primeiro período de trabalho de campo. Fernando dedicava à paciente em questão o mesmo cuidado e a mesma aten-

ção que dedicara aos demais pacientes desta quinta-feira movimentada. Eu, que me sentava ao lado da mesa de Fernando, ainda pouco a vontade em meu primeiro dia de campo, observava cada consulta quase sempre calado e o impulso de tomar nota de cada uma delas era quase uma obrigação de ofício, que me parecia, de certa forma, regular e indiferenciada. Contudo, no final de meu trabalho de campo e mais precisamente no esforço de análise de minhas notas, pude perceber como esta consulta em particular poderia dizer muito a respeito do trabalho de Fernando na Clínica São Martinho e, de certa forma, poderia dizer muito a respeito do emaranhado de relações necessárias para a implantação e efetivação de uma política pública de saúde em uma cidade como São Martinho. Notei, neste sentido, como um marcador, que transita constantemente entre uma expressão biológica e outra social, permite acessos, vínculos e diálogos, além de alterar toda a dinâmica e as expectativas da consulta: este marcador é o *diagnóstico da depressão*.

Meu segundo problema de pesquisa, então, é entender como este momento do diagnóstico da depressão, sua medicalização e também a tentativa de acesso de suas causas, pode nos informar sobre o novelo de relações que caracteriza o relativo sucesso da ESF em São Martinho. Esta realidade, ainda mal explicada, que é a depressão, permite uma série de expectativas e entradas para seu tratamento, inclusive aquela que é em parte moral, em parte relacional e em parte biológica, que é justamente a entrada disponível para Fernando. Neste sentido, busco entender como, em São Martinho, a ESF pôde se estabelecer como o único modelo público de atenção básica para sua população e como, neste movimento, o momento do diagnóstico da depressão se apresenta como o momento visível deste emaranhado relacional que é o sucesso da ESF em São Martinho.

Pretendo mostrar, neste sentido, como o *diálogo* entre Fernando e seus pacientes pode produzir um movimento de *equivalência*, isto é, aquilo que JULLIEN (2009, p. 111-117) chama de *tradução*. Na tradução, afirma o autor, nos encontramos na situação onde o que veiculamos como evidências de nosso pensamento redescobre-se subitamente, no espelho do outro, aprisionado em um novelo de escolhas estranhas. A questão, então é: se não existe uma correspondência de princípio entre as culturas, como conceberemos a passagem entre elas? Sem poder contar com invariantes, propomos recuperar certa universalidade encontrando ou recuperando equivalentes. Somos obrigados a trabalhar com a noção de equivalência não como analógica, mas como *funcional* – fazer a representação encontrada de um lado sofrer todas as transformações e reformulações necessárias. Antes de elaborar uma comunicação entre as culturas devemos, antes, avaliar o mal-entendido que se introduz fatalmente entre elas. Enquanto o *invariante*, então, supõe uma universalidade de princípio, vertical, acerca da qual vemos que remete a uma metafísica tranquilizadora da coisa mesma; o *equivalente*, por sua vez, não projeta mais senão uma universalidade transversal, ao detectar nas duas culturas o ponto de recorte possível a partir do qual elas se instalem em perspectiva e se alinhem: no trecho mais propício, faz ponte entre elas.

Ainda tenho poucas informações a respeito das noções que organizam o cuidado corporal para a população de São Martinho. O que já pude anotar, inclusive de conversas fora do consultório, indicam a relação entre trabalho/saúde/relações afetivas⁹. Em contrapartida, há esta outra relação: falta de trabalho/abatimento¹⁰. Particularmente para os homens há ainda essa: doença/ausência de trabalho/ausência de relações afetivas/abatimento. Ser homem em São Martinho é conseguir trabalhar durante toda a vida e isto indica que ele está em perfeita saúde. Estas relações não são estabelecidas como causa/consequência pelos moradores de São Martinho, mas apenas constituintes do mesmo problema. O que está em jogo para Fernando é outra coisa. Para Fernando, ser saudável integra os três sistemas discursivos, citados por ele, que guiam sua terapêutica: *genética*, *ciência biopsicossocial* e *epidemiologia*. A *genética*, em que baseia os graus de hereditariedade e a probabilidade de manifestação de uma doença em uma mesma família; a *ciência biopsicossocial*, como a chama Fernando, em que baseia o uso do genograma, para traçar os graus de relacionamento afeti-

⁹ O que indica um relacionamento permanente. Relações eróticas não entram na apreciação entre ser ou não ser homem ou mulher em São Martinho, ou pelo menos não está entre aquelas apreciações que definem estas posições.

¹⁰ Uso esta noção, um pouco de maneira aleatória, o que não pode ser tomado pela expressão em uso em São Martinho. Por enquanto, me valho desta noção simplesmente para não utilizar seu correlato biomédico e psicológico, que é a noção de depressão.

vos entre membros de uma mesma família, sua concepção de saúde e doença como um cruzamento entre corpo e relações familiares, o foco de seu atendimento – “a pessoa e não um órgão” – e a condução de sua anamnese e; a *epidemiologia*, que embasa o discurso científico de Fernando, que a toda hora repete e o que faz é a “mais pura ciência”, que ele apenas cruza os casos com que se depara com as estatísticas epidemiológicas – também usada para convencer ou não um paciente de um exame ou cuidado.

Ser saudável, para Fernando implica, particularmente, a interação do corpo do paciente e suas relações familiares: os casos de diagnóstico da depressão são, para Fernando, tão prejudiciais ao corpo, que acompanhei um caso de receita de antibiótico como “placebo” para acalmar a mãe de um menino com febre, segundo Fernando, causada pela ansiedade da mãe “passada” para o menino. Se há uma boa interação entre corpo e relações familiares – e o primeiro termo desta relação implica todo o cuidado de uma terapêutica tradicional, ainda que voltado para o conjunto do organismo – e, ainda, uma situação familiar estável, como uma casa, então o paciente será saudável. Isto implica uma situação pouco resolvida, que é a extrema necessidade, por parte dos pacientes, em voltar ao trabalho e o uso de um tratamento prolongado por parte de Fernando, que procura fazer todo um trabalho de construção da pessoa do paciente a partir de suas relações afetivas.

Para Fernando, e talvez seja a única coisa que ele me repetiu todos os dias de minha estadia em campo, a depressão tornou-se uma epidemia em São Martinho. Nas consultas em que acompanhei, quase sempre nas situações em que o trabalho de anamnese se baseava mais na “ciência biopsicossocial” do que nos demais discursos, o diagnóstico era de depressão. A reação mais comum entre os pacientes, após receber esta notícia, era o choro. Para Fernando, as principais causas de depressão em São Martinho são problemas pessoais mal resolvidos e, principalmente, relações familiares estremecidas. Em um estágio avançado, a depressão seria tão perigosa quanto uma doença biológica. Notei que a depressão, neste sentido, era o principal meio de acesso de Fernando ao paciente, a principal ponte que permitia a preponderância do discurso sobre saúde de Fernando sobre aquele dos pacientes. Soma-se a isto o fato da relação feita por Fernando entre diagnóstico e princípios éticos de São Martinho, como a relação entre depressão e falta de trabalho, ainda que o tratamento prossiga por outro caminho. Neste sentido, a depressão se torna, também, o principal instrumento de uma reconstrução da pessoa do paciente, onde aquilo que é entendido por saúde e doença passa a sintonizar cada vez mais o discurso de Fernando, permitindo uma nova situação entre o corpo e sua apreciação, partindo para as relações familiares e afetivas e não mais do trabalho. A depressão pode ser vista, então, na terapêutica de Fernando, como um dispositivo de acesso e produção de pacientes. Em menor grau – e é neste nível que estou trabalhando aqui –, o diagnóstico da depressão pode ser visto como aquele momento de diálogo no qual se torna possível construir uma ponte entre as apreciações de saúde e doença comuns à população de São Martinho e as apreciações a este respeito próprias a Fernando. A depressão e o momento de seu diagnóstico torna-se, neste sentido, aquele momento visível em que todo o trabalho político de implantação da ESF em São Martinho se consolida, pois cria os vínculos necessários para a manutenção desta política como o modelo de atenção à saúde do município, e sintoniza as expectativas de cura de seu público com a terapêutica de Fernando.

O momento do diagnóstico da depressão não se restringe, contudo, a um momento de diálogo, mas é, também, um momento de *medicalização*. Fernando, ainda que embase toda sua terapêutica na premissa de que, embasado na epidemiologia e no trabalho de anamnese biopsicossocial, o tratamento do paciente deva levar em conta o conjunto de sua vida afetiva, familiar e comunitária, ainda assim não deixa de receitar medicamentos alopáticos para seus pacientes que, na verdade, chegam ansiosos por tais medicamentos pois, como vimos, o interesse comum, por parte destes, é voltar ao trabalho e às atividades cotidianas. Neste sentido, ainda que Fernando argumente, em todas as suas consultas que a medicação é apenas parte do tratamento que se inicia, esta modulação é sempre tensa e Fernando acaba tendo na necessidade de renovação das receitas entregues aos pacientes a oportunidade de por em prática seu modelo de tratamento. Neste sentido, o medicamento disponível para depressão na Clínica São Martinho no momento de minha pesquisa de campo era a Fluoxetina – um inibidor seletivo recaptação de serotonina. Deste modo, o diagnóstico da depressão

não trás consigo apenas o esforço de diálogo e a série de traduções possíveis entre Fernando e seus pacientes, mas trás, também, a questão desta realidade ainda mal formada que é a depressão, que é em parte psicológica e social – e Fernando sabe disso quando questiona seus pacientes sobre suas relações –, em parte biológica – como uma realidade sináptica que pode ser corrigida pela ação medicamentosa – e em parte morais e éticos – como a relação entre não trabalho e abatimento, visível em São Martinho.

O problema do diagnóstico da depressão e sua relação com a prescrição de medicamentos já foi observada por CAPONI (2009), colocando sobre tensão a questão do “marcador biológico” de PIGNARRE (1999). PIGNARRE, ao estudar os esforços de cientistas na construção do medicamento como uma realidade biológica, que age no organismo independentemente das expectativas comerciais, profissionais e terapêuticas que se relacionam com o medicamento, observa como o placebo é construído no sentido se estabelecer uma molécula que represente o “marco zero” do medicamento, que destitua o medicamento de qualquer realidade que não seja biológica. Contudo, como nos mostra o autor, em vez de se constituir como um marco zero, o placebo atua como um “ponto cego” desses medicamentos que, na verdade, jamais se eximirão de envolver todos esses atores e interesses. O medicamento, neste sentido, será, sempre, um agenciamento entre um marcador biológico e um efeito placebo, que não se pode estudar sua ação desconsiderando este agenciamento. Contudo, como nos mostra CAPONI (2009), no caso da depressão a situação se inverte. O que permite articular a trama explicativa da depressão não é o diagnóstico ou a etiologia, mas sim a própria terapêutica. É a partir do uso do antidepressivo que se inicia a busca das causas biológicas da depressão e não o inverso. E, ainda que seja possível, através de diagnósticos por imagem ou estudos neurológicos, quais são os receptores sinápticos afetados em casos de depressão, estes estudos são feitos sempre a posterior do uso dos antidepressivos. É a partir de seu uso que se inicia o estudo de sua rede causal. Na ausência de um marcador biológico específico, a rede causal se constitui a partir da própria terapêutica.

Vemos, neste sentido, como o diagnóstico da depressão possibilita uma variedade de expectativas e tratamentos que podem se adequar a cada situação ou realidade de diálogo entre médico e paciente. Por não ser uma realidade puramente biológica, a depressão permite entradas diversas para seu tratamento, como aquela que associa medicamento, relações, moral e ética e, neste conjunto, atuam como agenciamento para o sucesso do tratamento. A Fluoxetina em si talvez teria pouco ou nenhum resultado na Clínica São Martinho sem o diálogo que a acompanha e a gestão das relações afetivas em que está implicada.

CONCLUSÃO

Como indiquei no começo deste trabalho, procurei, aqui, expor meus problemas de pesquisa, discutir possibilidades de análise e traçar caminhos para a continuidade deste trabalho. Não procurei, em qualquer momento, realizar o esforço de análise sistemático de meus dados de campo, por considerar precipitado e pouco justo, na verdade, com o esforço de pesquisa realizado até então. De meus dois problemas de pesquisa, o primeiro – sobre a construção discursiva do local e do global – procurei colocar sobre revisão, pois a bibliografia sobre a antropologia do desenvolvimento pareceu-me, no momento de reflexão destas questões, a mais apropriada possível para meu esforço de análise, o que, agora, coloco sobre tensão a partir de outras entradas analíticas possíveis. Meu segundo problema de pesquisa – sobre o diagnóstico da depressão e sua relação com o emaranhado relacional que implica a consolidação da ESF em São Martinho – levou-me a uma nova bibliografia, sobre a antropologia das coisas e dos medicamentos. Esta nova bibliografia abriu-me novas possibilidades de análise, como a que procurei indicar na segunda parte deste artigo, como formas de entrada para a análise e não de um esforço analítico sistemático. Tanto uma como outra perspectiva aqui traçada me impede, contudo, de ver, na implantação da ESF em São Martinho, uma perspectiva global ou federal que se impõe à população desta cidade. Muito pelo contrário, A ESF em São Martinho se consolida, cria vínculos e raízes a partir de séries e séries de relações necessárias que se

desenrolam no próprio município e fora de seus contornos, desde o momento de diálogo entre médico e paciente até as parcerias e configurações necessárias no nível político institucional.

BIBLIOGRAFIA

- AKRICH, M. The de-scription of technical objects. In: BIJKER, W. L., JOHN (org.). *Shaping Technolog Building Society: Studie in Sociotechnical Change*. Cambridge: MIT Press, 1992.
- APPADURAI, A. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, A. (org.) *A vida social das coisas. As mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2008. p. 15-88.
- BOUSQUAT, A. et al. Implantação do Programa Saúde da Família e exclusão sócio-espacial no Município de São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000900025&lang=pt>. Acessado em: 07/08/2011.
- CAPONI, S. Un análisis epistemológico del diagnóstico de depresión. *Interface*, Botucatu, v.13 n.29, abr./jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832009000200007&lang=pt>. Acessado em: 03/03/2012.
- COHN, A. A reforma sanitária brasileira após 20 anos do SUS: reflexões. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, jul. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009000700020&lang=pt>. Acessado em: 07/08/2011.
- ESCOBAR, A. Antropología y Desarrollo. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, n. 154, dec. 1997.
- FERGUSON & GUPTA, A. Beyond "Culture": space, identity, and the politics of difference. *Cultural Anthropology*, Arlington, v. 7, n. 1, fev. 1992, p. 6-23. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0886-7356%28199202%297%3A1%3C6%3AB%22SIAT%3E2.0.CO%3B2-6>>. Acessado em: 07/10/2011.
- _____. The Anti-Politics Machine: "development" and bureaucratic power in Lesotho. *The Ecologist*, v. 24, n. 5, set.-out. 1994, p. 176-181.
- PIGNARRE, P. O que é o medicamento? Um objeto estranho entre ciência, mercado e sociedade. São Paulo: Editora 34, 1999.
- RIBEIRO, G. L. Poder, Redes e Ideologia no Campo do Desenvolvimento. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 80, mar. 2008, p. 109-125.
- TRAD, L. A. B. & ESPERIDIÃO, M. A. Sentidos e práticas da humanização na Estratégia de Saúde da Família: a visão de usuários em seis municípios do Nordeste. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312010000400003&lang=pt>. Acessado em: 07/08/2011.
- TRAD, L. A. B. & ROCHA, A. A. R. M. Condições e processo de trabalho no cotidiano do Programa Saúde da Família: coerência com princípios da humanização em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000300031&lang=pt>. Acessado em: 07/08/2011.

INCUBADORAS DE EMPRESAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A AVALIAÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA

Geralda Cristina de Freitas RAMALHEIRO¹

RESUMO: Políticas Públicas são por definição, aquilo que o Estado decide, ou não, fazer para alterar determinada realidade social. As grandes transformações estruturais ocorridas na economia mundial na virada dos anos 80 para os anos 90 geraram, como uma das suas conseqüências mais perversas, a onda do desemprego estrutural. Como resposta o poder público criou e mantém, organizações capazes de fortalecer as micro e pequenas empresas, o elo mais fragil da cadeia produtiva e grandes responsáveis pela geração de novos postos de trabalho. Essas organizações foram chamadas de incubadoras. Como são políticas públicas, é necessário avaliar a efetividade das mesmas e este é o objetivo deste trabalho. O instrumento utilizado foi um modelo composto por nove indicadores e 56 variáveis. Estes indicadores são

¹ Graduanda em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências e Letras. Orientador Sergio Azevedo Fonseca . Gee.cristina@gmail.com.

passíveis de enquadramento em dois grupos: o primeiro abarca as questões referentes aos processos e procedimentos da incubadora, em termos de sua estratégia para ocupação, retenção e graduação e também em sua capacidade de sobrevivência a longo prazo; o segundo bloco avalia a incubadora no cumprimento de suas responsabilidades institucionais de promover a inovação, o fortalecimento econômico dos empreendimentos assistidos, a responsabilidade ambiental e sócio-cultural e o reforço das instituições a ela relacionadas. Como conclusão infere-se, entre outras observações, que as incubadoras avaliadas relegam ao segundo plano as dimensões sociais e ambientais.

Palavras-chave: Incubadora; Políticas Públicas; Avaliação

INTRODUÇÃO

Desenvolvimento local é um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população de pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Ele não pode ser entendido como desenvolvimento econômico, este tem sua importância natural, mas não é o único objetivo. O conceito considera também a melhoria da qualidade de vida da população e a luta por uma gestão pública eficiente.

O Brasil é um país de proporções continentais com enorme diversidade cultural, social, econômica e geográfica. Não suporta tratamento uniforme para todas as regiões (Felix, 2007), os formuladores de políticas públicas devem recorrer a soluções adequadas ao desenvolvimento local. Uma política nacional de geração de emprego e renda perde efetiva se for desconexa do plano micro. As **potencialidades locais** devem ser mobilizadas e exploradas de forma a proporcionar maiores oportunidades sociais e competitividade econômica, isso sem deixar de assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base das potencialidades e que proporcionam condições para a qualidade de vida da população. A exploração das potencialidades locais gera vantagens competitivas, porém deve-se investir no desenvolvimento das outras áreas do município, evitando assim que uma crise de determinado seguimento destrua o desenvolvimento local.

Os municípios brasileiros se caracterizam por serem pequenas unidades territoriais, dos 5.565, 71% possuem até 20 mil habitantes (Pires et. al 2011). Estas unidades administrativas encontram grandes dificuldades para realizar a gestão dos tributos, e promover ações que atendam com eficácia os desejos da população, logo eles ficam dependentes de recursos oriundos dos entes superiores. Diante deste quadro o município enfrenta um desafio, como promover o desenvolvimento local com recursos tão limitados? À custa de constantes repasses? Uma das alternativas criadas foi apoiar à criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas. À medida que o desenvolvimento da localidade progride a economia se fortalece e aumenta-se a arrecadação tributária local, diminuindo a dependência de transferências externas de recursos. Além de fortalecer as políticas municipais o desenvolvimento local contribuiu para minimizar a onda desemprego causado pelas grandes transformações estruturais ocorridas na economia mundial na virada dos anos 80 para os anos 90, com destaque para os processos de fusões, incorporações, reengenharia, downsizing e outros.

Dentre as medidas adotado pelo estado cabe mencionar: (IBGE 2003):

- Elaboração do primeiro Estatuto da Microempresa (Lei n 0 7.256 de 27 de novembro de 1984).
- Inclusão das micro e pequenas empresas na Constituição Federal de 1988, artigos 47, 146, 170 e 179, garantindo-lhes tratamento diferenciado.
- Disponibilização de linhas especiais de crédito no BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil;
- Instituição do SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte).
- Criação de um Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- Valorização do associativismo: a partir de 1988 entidades representativas foram criadas: Sindicato das Micro e Pequenas Empresas da Indústria - SIMPI, Sindicato das Micro e Pequenas Empresas do Comércio - SIMPEC, Associação Nacional dos Sindicatos das Micro e Pequenas Empresas da In-

dústria - ASSIMPI - e Associação Nacional dos Sindicatos das Micro e Pequenas Empresas do Comércio - ASSIMPEC.

- Instituição da LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, que revoga dispositivos anteriores e atualiza a normatização e regulamentação dos estímulos e incentivos para o setor, como a introdução de um sistema mais simples e justo de pagamento de impostos e contribuições, crédito facilitado, redução da burocracia e maior acesso às compras governamentais, às exportações e às novas tecnologias.

Estas ações contribuíram para a criação dos empreendimentos de pequeno porte, e um dos principais resultados foi a expansão deste tipo, em 2010 99% dos empreendimentos brasileiros eram do tipo micro ou pequenas empresas, eles geraram 51,6% dos postos de trabalhos formais e produziram 20% do produto interno bruto (Dieese, 2011). Dada esta importância se faz necessário também, políticas que fortaleçam e desenvolvam destes mecanismos, já que 26,9% dos empreendimentos morrem nos dois primeiros anos de existências (SEBRAE, 2011), os motivos geralmente são: baixa intensidade de capital – atividades usualmente intensivas em trabalho; capacidade de financiamento restrita – baixo acesso ao crédito; precariedade da função gerencial; baixa qualificação da força de trabalho; precariedade da função tecnológica; falta de planejamento a longo prazo (Fonseca, 2000). As principais ações inseridas para minimizar ou sanar estas dificuldades foram:

- Mutações em 1990 do Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa (CEBRAE) em Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) com escopo maior de serviços (IBGE 2003).
- Apoio aos Arranjos Produtivos Locais
- Instalação de incubadoras, a primeira em 1984.

Movimento de incubadoras

É nesse contexto que o modelo de incubadoras passa a ser visto como uma alternativa institucional e técnica capaz de impulsionar o surgimento e apoiar o fortalecimento de pequenas unidades de negócio – já vistas como grandes alavancas para a geração de novos postos de trabalho. A primeira incubadora foi implantada nos Estados Unidos da América por volta de 1950, na região do Vale do Silício. Ela objetivou promover a inovação, transformando em produtos e empresas os estudos realizados na academia. Uma característica principal era a parceria com Universidades e Centros de Pesquisas.

No início dos anos 80, o número de incubadoras existentes ainda era modesto. Para se ter uma noção, dados da National Business Incubation Association – NBIA, dos Estados Unidos (NATIONAL, 2002), davam conta que em 1980 havia apenas 12 unidades funcionando naquele país. Quase trinta anos após, estimativas recentes calculam que esse número tenha ultrapassado a casa das duas mil incubadoras, com tendência a um ritmo de expansão ainda mais intenso. Na Europa e na Ásia a tendência vem se revelando a mesma.

O Brasil é o terceiro país com maior número de incubadoras, contando com 384 entidades, ficando atrás somente dos EUA e da China (ANFAC, 2008). A primeira foi criada no início da década de 80 na cidade de São Carlos – SP (Lahorgue, 2004). A análise histórica do movimento brasileiro permite observar 3 estágios de evolução (Anprotec, 2011):

- Primeiro período - **Implantação** (1984 – 1993): assim como nas congêneres americanas o objetivo foi gerar empresas inovadoras. Ao final da década totalizou-se 13 unidades em operação.
- Segundo período – **desenvolvimento** (1994 – 2007): fase de expansão. Dado o sucesso das incubadoras tecnológicas o movimento se diversificou, surgiram os tipos mistas, tradicionais, tecnológicas, da economia solidária, cultural e agroindustrial. O objetivo foi contribuir para o desenvolvimento local, gerando emprego e renda. Ao final do período computou-se 377 incubadoras em atuação.

- Terceiro período - **Maturação** (2008 – atual): estudos evidenciam uma desaceleração no surgimento de novas incubadoras. Este resultado é explicado pelo fato de as incubadoras e dos líderes locais estarem investindo, na reestruturação, no fortalecimento e na ampliação da estrutura das incubadoras já existentes, como parte integrante de um processo de Desenvolvimento Local, entendidas como arranjos interinstitucionais, ou Sistemas Locais de Inovação. Tem-se uma proposta de nivelar os conhecimentos, a ANPROTEC lançou o CERNE (Centro de Referência para apoio de Novos Empreendimentos) um modelo de certificação que propõem os objetivos que as incubadoras devem seguir. Nesta mesma linha, porém com a finalidade de avaliar as incubadoras, a UNESP desenvolveu um modelo de avaliação.

Como resultado histórico tem-se que as 384 incubadoras em atuação no Brasil apoiaram 6.273 empresas, sendo que 2.640 foram na modalidade incubada, 2.509 graduadas e 1.124 empreendimentos associadas. Estas empresas geram anualmente 46.299 postos de trabalho e faturam 4,6 bilhões de reais. Podem-se destacar ainda os outros benefícios das incubadoras. No plano **econômico** tem-se o fortalecimento da competitividade das empresas apoiadas, aumento da carga tributária gerada e, dinamização das economias locais. No que tange o **social** vislumbra-se a melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo com geração de postos de trabalho e renda. Referenciando os aspectos **culturais** percebe-se que as incubadoras são estruturas organizacionais que, nos seus mais diversos formatos e, independente de suas origens, acabam se enraizando e criando vínculos estreitos com as comunidades locais nas quais se instalam. Tem se também contribuição no âmbito **político**, enquanto agente local sistematiza parcerias para conduzir as atividades de incubação e fortalece o espírito associativista, articula ainda a comunidade para a criação de aparato legal que fortalece os micro e pequenos empreendimento. Por fim nota-se ainda ganhos **ambientais**, já que elas minimizam as dificuldades enfrentadas pelas empresa na adoção de práticas socialmente responsáveis. A maior importância dada ao aspecto qualitativo das incubadoras deve-se à influência que as mesmas exercem sobre o desenvolvimento das regiões e locais onde foram instaladas. As incubadoras contribuem para a promoção do empreendedorismo, do desenvolvimento econômico-regional, do desenvolvimento tecnológico e da diversificação econômico-regional, oferecendo produtos e serviços inovadores. Seus principais estimuladores acreditam que elas são uma opção inteligente e apropriada para promover o desenvolvimento socioeconômico local e nacional. Proporcionam, portanto, duas motivações de naturezas distintas: econômica e social.

Para alcançar estes objetivos é interessante para a incubadora firmar parcerias. Cada incubadora mantém relações com os entes que achar interessante, comumente se estreita afinidades com a Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologia Avançada (ANPROTEC), entidade responsável por articular e a coordenar o processo de expansão das incubadoras de empresas no Brasil, **SEBRAE**, que apoia a implantação, desenvolvimento e fortalecimento das incubadoras fornecendo desenvolvimento gerencial aos empresários, **GOVERNO LOCAL, ESTADUAL E FEDERAL**, a prefeitura normalmente é a entidade interveniente mantém vivo o projeto, cede o prédio e os recursos necessários para manutenção e conservação dos mesmos. Os entes superiores operam como apoiadores, coordenando a regulamentação das políticas e fornecendo subsídios para a construção das instalações. **UNIVERSIDADES, AGÊNCIAS DE FOMENTO e REDES DE INOVAÇÃO**, promovem o alavancamento tecnológico proporcionando diferencial para as empresas e conseqüentemente competitividade. **INSTITUTOS LOCAIS – ONGS**, são as responsáveis por realizar a gestão e o gerenciamento das incubadoras, e outras **ENTIDADES PATRONAIS EMPRESARIAIS**: fortalecer a política aumentando o escopo de atuação.

MODELO DE AVALIAÇÃO E APOIO À GESTÃO DAS INCUBADORAS

A fim de verificar se as incubadoras brasileiras estão alcançando estes objetivos a Universidade Estadual Paulista desenvolveu um modelo de avaliação das incubadoras. Ele é constituído por nove indicadores, passíveis de enquadramento em dois grupos: o primeiro abrange as questões refe-

rentes à gestão operacional da incubadora e avalia a capacidade que a incubadora tem para administrar seus processos, a fim de gerar empreendimentos exitosos. Já o segundo avalia as contribuições da incubadora para o desempenho das empresas. Entende-se que a incubadora tenha a responsabilidade institucional de promover o desenvolvimento do ambiente em que ela está inserida, por meio do apoio à inovação, ao fortalecimento econômico, à geração de benefícios sócio-culturais, à adoção de práticas ambientais e ao alcance de ganhos político-institucionais.

O primeiro bloco é constituído por 4 indicadores e 25 variáveis. O indicador de Estratégia de Ocupação procura identificar como a incubadora se comporta diante da sua estratégia, em termos dos tipos de empreendimentos e empresas a serem objeto de apoio e dos setores de atividade a serem priorizados. O de Retenção avalia a qualidade, a diversidade dos apoios oferecidos pela incubadora às empresas residentes, assim como a infraestrutura, os serviços internos e os serviços externos necessários para o desenvolvimento das empresas assistidas. Indicador de Graduação tem o papel de averiguar a capacidade da incubadora em assegurar a graduação das empresas dentro dos limites de tempo contratualmente fixados, sem comprometer a capacidade de sobrevivência das empresas no período pós-incubação. Por fim, o Indicador de sustentabilidade institucional avalia a capacidade de sobrevivência da incubadora a longo prazo, do ponto de vista institucional. Entende-se que essa capacidade guarde relação direta com fatores tais como: a proporção de recursos próprios gerados; a intensidade dos apoios institucionais recebidos; a motivação, o comprometimento e a qualificação da equipe de profissionais. Esses indicadores são aplicáveis a todos os tipos e portes de incubadoras. O indicador cujo peso é maior para definir o desempenho das incubadoras é o denominado por sustentabilidade institucional: um elevado desempenho nesse indicador amplia as condições de aumentar a efetividade nos demais. Na seqüência, pode ser situado o indicador de ocupação: caso a seleção realizada pela incubadora seja de alta qualidade, problemas poderão ser evitados na retenção e graduação desses empreendimentos.

O segundo bloco de indicadores, avaliadores dos resultados da operação da incubadora é composto por 5 indicadores e 25 variáveis. O Indicador de Desempenho Ambiental apura o grau de sensibilidade e comprometimento da incubadora avaliada para com os valores, ativos e recursos ambientais. Já o indicador de Inovações tem um triplo propósito: a) o de apurar a intensidade da ocorrência de inovações nas empresas assistidas por incubadoras; b) o de apurar a tipologia das inovações geradas ou incorporadas pelas empresas; c) o de investigar as contribuições das incubadoras para as inovações. O Indicador de desempenho sociocultural é aplicado para avaliar as contribuições sociais da incubadora, notadamente no que diz respeito à geração e preservação de postos de trabalho, à qualificação do trabalho e ao estabelecimento de relacionamentos positivos com o meio social externo. Por sua vez o Indicador de desempenho econômico averigua os efeitos econômicos das atividades das incubadoras. Por fim, o Indicador de desempenho político-institucional avalia a intensidade das contribuições da incubadora para o alcance de objetivos estratégicos das instituições parceiras e para o fortalecimento institucional das mesmas.

Os indicadores e variáveis que compõem o modelo foram concebidos de forma a permitirem a aplicação de ajustes diferenciados de acordo com o tipo de incubadora. Desse modo, incubadoras para as quais uma dada dimensão de desempenho seja de baixa relevância aplicariam um fator de baixa correção ao correspondente indicador e/ou às correspondentes variáveis. As variáveis que compõem os indicadores foram construídas com base na identificação das melhores práticas. A partir destas foram escalonados cenários sucessivamente decrescentes de desempenho, sendo fixadas, para cada variável, cinco situações possíveis, da ideal às indesejáveis.

A construção do modelo seguiu algumas etapas: a primeira, realizada ao longo de 2004, procurou descrever sete supostos indicadores de desempenho de incubadoras; na segunda, foram realizados testes desses fatores de avaliação, com o propósito de se investigar a sua aplicabilidade; na terceira fase foram realizados ajustes e detalhamentos nesses fatores de avaliação; a quarta etapa foi a da conversão desses fatores de avaliação em variáveis, estruturadas no formato de escalas analíticas de cinco pontos, simultaneamente à concepção e detalhamento de um oitavo indicador. Em seguida foram testados os indicadores individualmente, a fim de validá-los e identificar novas variáveis, criando condições para a construção do modelo. Por fim, a última fase se propôs a avaliar o

desempenho das incubadoras para avaliar a consistência conjunta do modelo desenvolvido. Estas etapas exigiram um exaustivo levantamento bibliográfico para identificar publicações que enfocaram a avaliação da incubadora e também para dar embasamento teórico para as proposições identificadas na pesquisa de campo.

No estado de São Paulo há em operação cerca de 40 incubadoras (RPI, 2012), das diversas tipologias e portes, para testes buscou-se analisar uma amostra de 9 incubadoras. O próximo quadro apresenta as principais informações das unidades avaliadas.

Nome Fantasia:	Cidade sede:	Classificação tipologia:	Porte:
Emerge - Incubadora de Empresas	Olímpia/SP	Mista	Até 10 módulos
CIE - Centro Incubador de Empresas	São José do Rio Preto	Mista	Entre 11 a 30 módulos
NAVE	Novo Horizonte	Mista	Até 10 módulos
CEDIN	São Carlos	Tecnológica	Entre 11 a 30 módulos
Núcleo de Desenvolvimento Empresarial de Araraquara	Araraquara	Mista	Entre 11 a 30 módulos
Incubadora de Batatais	Batatais	Tradicional	Até 10 módulos
CIEM - Centro Incubador de Empresas de Marília "Miguel Silva"	Marília	Desenvolvimento Regional	Entre 11 a 30 módulos
INCUBADORA EMPRESARIAL DE BEBEDOURO	Bebedouro SP	Mista	Entre 11 a 30 módulos
Incubadora de Empresas de Lins	Lins/SP	Mista	Entre 11 a 30 módulos

Quadro 1: Síntese das incubadoras em análises

Fonte: Elaboração Própria

Nota-se no quadro que a amostra apresentou uma diversidade de porte e tipo este fato se justifica pelo ideal do modelo de ser genérico, aplicável à todas incubadoras. Dentre as avaliadas 3 são de pequeno porte, Emerge, Nave e Incubadora de Batatais e apenas 1 é tecnológica(Cedin) o intuito assim foi verificar se estas características influenciariam o desempenho final. Na próxima figura são ilustrados os patamares de desempenho destas ferramentas na promoção da política pública.

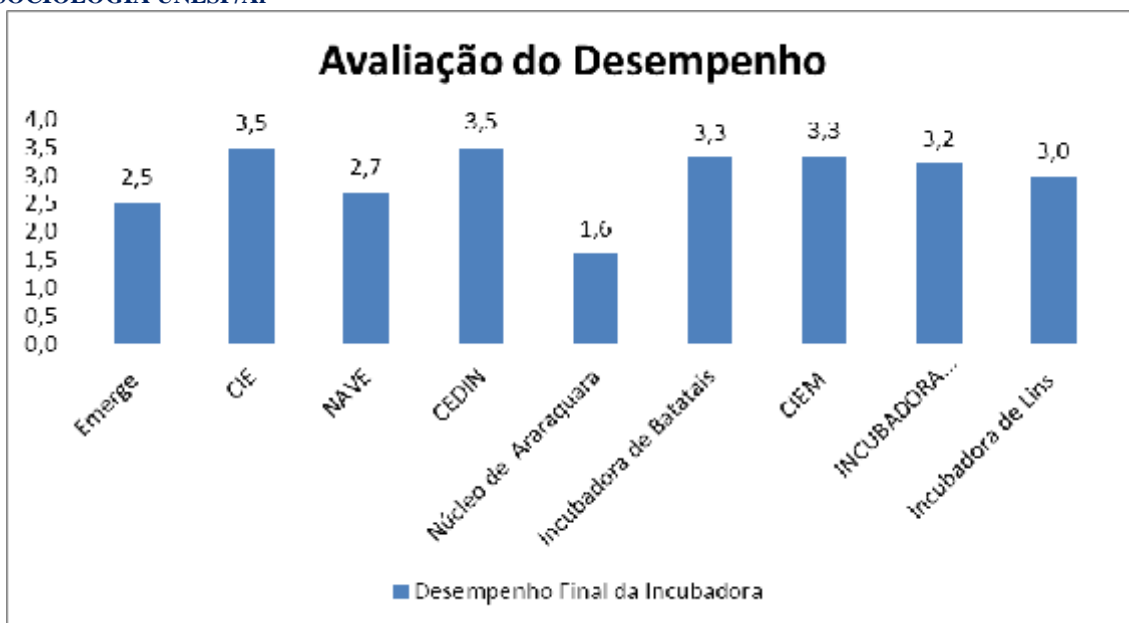
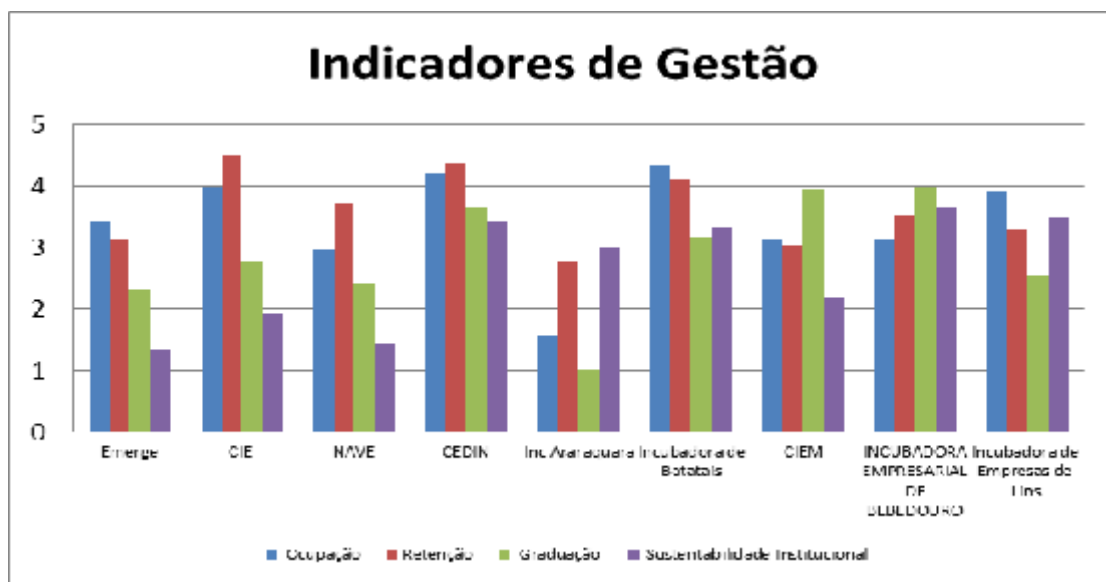


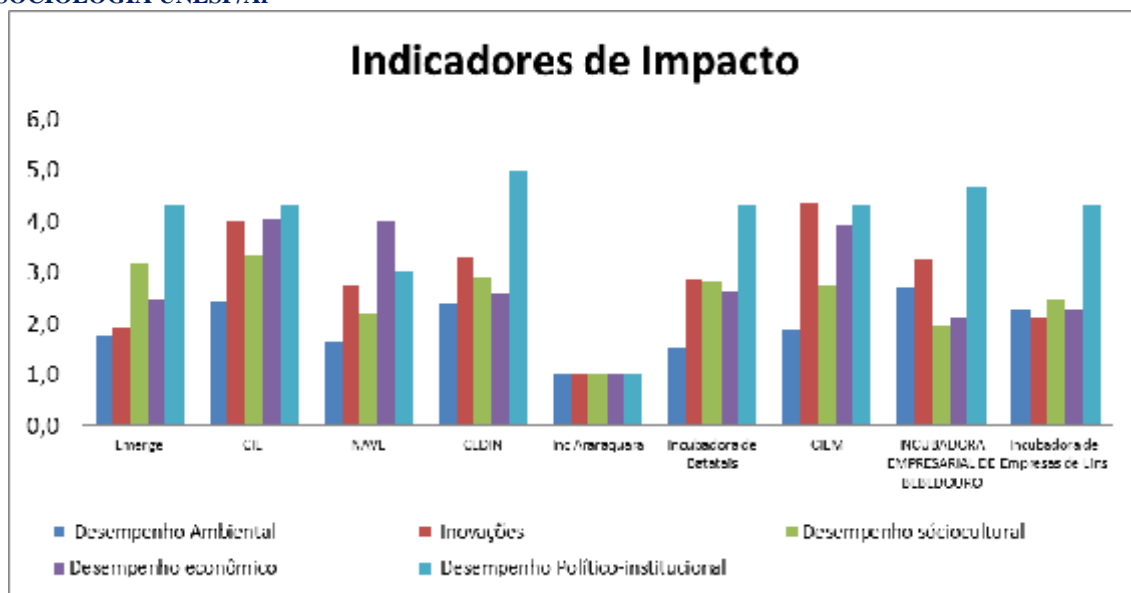
Figura 1

Fonte: Elaboração própria

Observa-se que no geral elas apresentaram desempenhos satisfatórios, exceção à incubadora de Araraquara. E que o parte não influenciou a avaliação, Batatais alcançou o terceiro lugar. A mesma afirmação se este à tipologia. O modelo se propõem avaliar a gestão das incubadoras para tal , utiliza-se o primeiro bloco de indicadores. Na figura que segue observa-se que no geral as incubadoras amadurecem os processos e procedimentos necessários para ocupação, retenção e graduação das empresas, carecem de evolução nos aspectos relacionados a sustentabilidade institucional



Outro objetivo desta avaliação foi verificar se o modelo era capaz de avaliar as incubadoras sob os ângulos de suas responsabilidades, para tal na próxima figura serão apresentados os resultados da aplicação dos indicadores do segundo bloco.



Nos gráficos a primeira informação que chama a atenção é o baixo desempenho da incubadora de Araraquara, atingiu o patamar mínimo em todos indicadores, observa-se também os menores desempenhos são creditados aos indicadores de desempenho ambiental e sociocultural. O modelo informou ainda que as incubadoras foram efetivas no que tange os preceitos político-institucionais.

Conclusão

De tudo que foi exposto é possível elencar os seguintes objetivos das incubadoras: criar novos negócios; promover a inovação; desenvolver novos produtos e serviços; gerar emprego e renda; articular as políticas e instituições locais; promover a responsabilidade sócio-ambiental e contribuir para o desenvolvimento local.

Este modelo tem um triplo propósito, a) avaliar a gestão das incubadoras; b) apoiar os gestores na identificação de desajustes estruturais e operacionais e na implementação de medidas de melhorias nas variadas dimensões do desempenho das incubadoras sob suas respectivas responsabilidades; c) aprimorar a efetividade das operações de incubadoras enquanto instrumentos de política pública (dada a sua recorrente vinculação a governos locais, universidades e institutos de pesquisa públicos, no Brasil).

Com isso, o modelo passa a ser indicativo de que, em casos em que incubadoras de pequeno porte apresentem desempenho igual ou superior às congêneres maiores, o desempenho possa ser considerado proporcionalmente mais elevado. A definição desses fatores será relegada a um segundo momento, pois é dependente do acúmulo de evidências empíricas e da definição de metodologia apropriada.

Biografia

ANPROTEC (ORG): Panorama 2005. Ed./ Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores; Disponível em: http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/Panorama_2005_pdf_11.pdf; acessado em 27/03/2012;

ANPROTEC (ORG): Panorama 2006. Ed./ Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores; Disponível em: http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/Graficos_Evolucao_2006_Locus_pdf_59.pdf; acessado em 27/03/2012;

FONSECA, S. A. Modelo Para a Avaliação do Desempenho e Apoio à Gestão de Incubadoras. Tese (Livre-Docência) Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho, UNESP, Brasil. 2010. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/livre-docencia/2010/fonseca_sa_ld_arafcl.pdf; Acesso em 27/03/2012;

JABBOUR, C. J. C.; DIAS, P. R.; FONSECA S. A.; As Incubadoras de empresas como redes empresariais pró-Inovação. Revista Gestão Da Produção, Operações E Sistemas – Gepros, Bauru, V. 1, N. 1, P. 85-103, 2005.

LOCUS, Ambiente da inovação brasileira, Ano XVII · Outubro 2011 · no 65 · ISSN 1980-3842, disponível em: http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/LOCUS_65_SITE_pdf_26.pdf

RENAN, P. F., FEDERALISMO E DEMOCRACIA: os caminhos da experiência brasileira, Revista CEJ, Brasília, Ano XI, n. 38, p. 22-27, jul./set. 2007. Disponível em: <http://www.cjf.jus.br/revista/numero38/artigo04.pdf>

ROTHAERMEL F.T; THURSBY M. University–Incubator Firm Knowledge Flows: Assessing Their Impact On Incubator Firm Performance. In: Triple Helix. 5. 2005, Turin. Anais Turin, Fundação Rosselli: 2005. Abraham, B. & Ledolter, J. Statistical Methods For Forecasting. New York: John Wiley & Sons, 1983.

SEBRAE (ORG.): Anuário do trabalho na micro e pequena empresa: 2010-2011. 4. ed. /Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Org.); Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [responsável pela elaboração da pesquisa, dos textos, tabelas e gráficos]. – Brasília, DF; DIEESE, 2011; disponível em <http://www.dieese.org.br/anu/anusebraemicropeqemp/anuariosebrae10-11.pdf>; consultado em 27/03/2012;

SCHWARTZ, M.; GOÖTHNER, M. A multidimensional evaluation of the effectiveness of, 2009.

O ULTRA-IMPERIALISMO THE ULTRA-IMPERIALISM Giovanni Barillari de FREITAS¹

RESUMO: As intensas transformações ao longo do século XX fizeram com que o século XXI necessita-se de novas referências para entendê-lo. Dentre os teóricos que se encarregaram de pensar o caráter das relações entre os países e suas conseqüências para vida social, traremos Karl Kautsky e seu conceito do Ultra – imperialismo. Tal conceito é do começo do século passado e propõe entender e estimar as transformações que a sociedade de sua época passava, ou seja, partindo do que se entendia como imperialismo, o autor busca uma projeção de transformações seguintes. Portanto este artigo irá centralizar atenção na desmistificação do conceito do Ultra – imperialismo e propor uma comparação entre teoria e sociedade atual. Em síntese, o que seria o Ultra – imperialismo? Quais suas características? E o mais importante, ele faz sentido no atual cenário do século XXI?

Palavras Chave: Karl Kautsky; Ultra – imperialismo e século XXI

ABSTRACT: The intense transformations throughout the twentieth century had produced a need in the XXI century of new references for its understanding. Among the theorists who were in charge of thinking about the nature of the relations between the countries and its consequences for social life, this research will discuss about Karl Kautsky and his concept of the Ultra - imperialism. The concept is dated from the beginning of last century and aims to understand and estimate the changes that the society was living by that time, ie, based on the way imperialism was understood, the author seeks a projection of the following transformations. Therefore this article will focus the demystification of the Ultra – imperialism concept and propose a comparison between theory and modern society. So, what would be the Ultra - imperialism? What are its characteristics? And most importantly, does it make sense in the current scenario of the XXI century?

Keywords: Karl Kautsky; Ultra – imperialism and twentieth century

O QUE É ULTRA – IMPERIALISMO?

¹ Orientador: Prof. Dr. Enrique Amayo Zevallos.

Este trabalho irá compor os Anais Eletrônicos da X Semana da Pós em Sociologia.

Departamento de economia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade do Estado de São Paulo Julio de Mesquita Filho (UNESP) – CEP: 14800-901; Araraquara/SP – Brasil

Gi_Barillari@hotmail.com

Karl Kautsky, a partir da parceria com Friedrich Engels na reedição do quarto livro de O Capital, foi considerado (depois da morte de Engels) a principal autoridade marxista até 1917, quando rompeu teoricamente com a Revolução Russa neste mesmo ano. *Kautsky foi um dos mais importantes pensadores marxistas sobre a correlação entre a produção agrária e a industrial, sendo a questão agrária o título de uma de suas mais relevantes contribuições* (FONTES 2010 p. 68).

Para pensar a sociedade atual segundo o Ultra – imperialismo é importante saber, por agora, que o imperialismo, para Kautsky, é a prática da zona industrial em anexar as zonas agrícolas através de guerras buscando manter um equilíbrio entre as duas zonas em benefício das exportações industriais, anulando possíveis desequilíbrios inflacionários das matérias primas. Por exemplo, pode ser feita uma analogia da relação entre os Estados Unidos e a Europa com a América Latina ao longo do século XIX.

Kautsky, desde 1882, escrevia na revista *Neue Zeit* ("Tempo Novo") da qual ele foi o editor até 1917. A partir de fragmentos de dois artigos publicados neste periódico iremos entender o Ultra – imperialismo e, assim, talvez a sociedade atual. Os artigos são: *Imperialismo e a Guerra* e *Ultra – Imperialismo*, ambos escritos em 1914. Nenhum de seus artigos encontra-se em português, portanto a tradução foi feita por mim.

Segundo Kautsky:

Não há necessidade econômica para continuar a corrida armamentista após a Guerra Mundial mesmo do ponto de vista da própria classe capitalista, com exceção de uma fatia de interessados em determinados armamentos. Pelo contrário, a economia capitalista está seriamente ameaçada, principalmente devido às contradições entre os seus Estados. Cada capitalista deve chamar seus companheiros: capitalistas de todos os países uni-vos! Para que, em primeiro lugar, devido à crescente oposição das zonas agrárias mais desenvolvidas, seja sanada a ameaça (*aumento do preço das matérias primas, por exemplo*), que não é apenas para um ou outro dos Estados imperialistas, mas para todos eles em seu conjunto. Isto é verdade no despertar da Ásia Oriental e Índia, bem como do movimento pan-islâmico no Oriente Médio e Norte da África. (...) Por outro lado, apenas uma falência econômica poderia ocorrer prematuramente como resultado da continuação da atual política do imperialismo (*fazer guerras para anexar colônias agrárias*). Esta política do imperialismo, portanto, não pode continuar por muito mais tempo. (...), *ou seja*, a luta de cada grande Estado capitalista para estender o seu próprio império colonial em oposição a todos os outros impérios da mesma espécie, representa apenas um entre os vários modos de expansão do capitalismo. (KAUTSKY 1914 – Ultra – imperialismo) (itálicos e grifos meus)

Vimos que o imperialismo substitui o livre comércio como forma de expansão capitalista. Isso nos traz face a face com um problema importante: É o imperialismo a última forma da política do mundo capitalista, ou estamos procurando ainda outra? Em outras palavras, é o imperialismo o único meio de manter equilibrada a relação entre a indústria e a agricultura dentro dos limites do sistema capitalista? Não há dúvida quanto à resposta. A construção de ferrovias, a exploração de minas, o aumento da produção de matérias-primas e meios de vida tornaram-se necessárias para a existência do capitalismo. A classe capitalista não vai cometer suicídio; nenhum partido capitalista estará disposto a ceder em relação a essas coisas. O esforço para conquistar regiões agrárias, para submeter suas populações à escravidão, é também vital para a vida do capitalismo a fim de manter possível a séria oposição para qualquer grupo capitalista. As opressões a essas terras só cessarão quando suas populações ou a classe operária dos grandes países industriais tornam-se forte o suficiente para dar um basta. (...) Mas o imperialismo tem outra fase. O esforço para subjugar e prender regiões agrárias tem dado origem a sérios conflitos entre as grandes potências capitalistas (*referência às sucessivas guerras que desencadearam na Primeira Guerra Mundial*). Estes conflitos intensificaram a concorrência em matéria de armamentos que finalmente resultou na profetizada guerra mundial. É esta fase do imperialismo necessário para a existência do capitalismo? Será que ela vai desaparecer apenas com o próprio capitalismo? Não há necessidade econômica para a continuação da grande concorrência na produção de armamentos após o encerramento da guerra atual. Na melhor das hipóteses, uma continuação serviria apenas para os interesses de poucos grupos capitalistas. A indústria capitalista é ameaçada pelos conflitos entre os vários governos. Cada capitalista consciente deve chamar seus companheiros: Capitalistas de todos os países uni-vos! Em primeiro lugar temos de consi-

derar a crescente oposição entre regiões agrícolas mais desenvolvidas e as zonas industriais, que ameaçam, não apenas um ou outro dos governos capitalistas, mas todos eles juntos. Isso se refere tanto ao despertar do leste da Ásia e da Índia e ao movimento pan-islâmico da Ásia Menor e África do Norte. (KAUTSKY 1914 Imperialismo e a Guerra) (itálicos e grifos meus)

Portanto, a partir destes primeiros fragmentos, escritos nesses artigos as vésperas da Primeira Guerra Mundial, há a afirmação de que existem “vários modos de expansão do capitalismo”, contrariando a tese de Lênin de que *o imperialismo seria a última forma de desenvolvimento do capitalismo* (v. seu livro na bibliografia). A característica principal do imperialismo para Kautsky é a opressão militar direta, entretanto, para Lênin não há obrigatoriedade de seu uso, já que o imperialismo busca expropriações em toda vida social, mas para o primeiro está ação militar é o primeiro grande male do imperialismo, tanto para o trabalhador como para o capitalista (exceto os que investem em armamentos), pois o capital poderia se desenvolver mais num estado de cooperação e não de conflitos. Portanto, o imperialismo, para Kautsky, estaria indo contra os próprios interesses do capital, ou seja, “a indústria capitalista é ameaçada pelos conflitos entre os vários governos”. Como saída natural para a sobrevivência mais vigorosa do capital, Kautsky diz aos capitalistas, o que Marx disse aos proletários “capitalistas de todos os países uni-vos!”, ou seja, é para os capitalistas formarem um cartel e praticar a concorrência de forma amena e controlada, sendo melhor para o trabalhador e para o capitalista. Por outro lado, o segundo principal male do imperialismo, para ele, é a constante oposição entre a zona agrária e zona industrial, gerando uma opressão da primeira pela segunda, fazendo com que Kautsky veja uma possível reação contra tal opressão, como a inflação do produto agrícola ou até um boicote das exportações de alimentos para zonas industriais.

(...) A competição frenética de empresas gigantes, bancos gigantes e multimilionários através dos grandes grupos financeiros, propiciou a absorção de pequenas empresas, sendo necessária para pensar a noção de cartel. Da mesma forma, o resultado da Guerra Mundial para as grandes potências imperialistas pode ser o desencadeamento de uma federação (*análogo a um cartel*) dos mais fortes, que renunciariam as suas corridas armamentistas (*concorrência*). (...) Assim, do ponto de vista puramente econômico, não é impossível que o capitalismo ainda possa existir através desta outra fase, ou seja, a tradução de cartelização na política externa: a fase do ultra-imperialismo, que, naturalmente, devemos lutar contra tão assiduamente como contra o imperialismo, mas cujos perigos estão em outra direção que não da corrida armamentista e da ameaça à paz mundial (*ou seja, que não das guerras*). (KAUTSKY 1914 Ultra – imperialismo) (itálicos e grifos meus)

O imperialismo está cavando sua própria sepultura. Em vez de desenvolver o capitalismo, (*o imperialismo*) tornou-se um meio de impedi-lo. (...) A falência econômica seria acelerada pela continuação da atual política imperialista. Esta política não pode ser feita por muito mais tempo. (...) Podemos dizer do imperialismo o que Marx disse do capitalismo: o monopólio cria concorrência e competição gera monopólio. (...) A competição violenta de grandes empresas comerciais (*great concerns**) levou à formação de trustes e a destruição de pequenas empresas comerciais (*small concerns**). Só assim pode desenvolver, na presente guerra, uma combinação das nações mais fortes (*alusão aos cartéis*), que iriam pôr fim à competição de armamentos. (...) Do ponto de vista puramente econômico, portanto, não é impossível que o capitalismo venha entrar numa nova fase, uma fase marcada pela transferência de métodos de confiança para a política internacional, uma espécie de ultra - imperialismo. A classe trabalhadora seria forçada a lutar contra esta nova forma de capitalismo, como fez com velho (*imperialismo*), mas o perigo estaria em uma nova direção. (KAUTSKY 1914 - Imperialismo e a Guerra) (itálicos, grifos e negritos meus) *itálicos de Kautsky

Nestes segundos fragmentos, Kautsky explica como estabelecer a melhor condição para o desenvolvimento do capitalismo proporcionando equilíbrio entre a zona industrial e agrária. Ele vê que o processo de concentração do capital sob a forma de cartéis (mais descrito por Lênin), por

exemplo, é análoga a formação de uma aliança (da “política externa”) como desenvolvimento da concorrência dos principais países que compartilham o mercado internacional, monopolizando assim, as políticas internacionais, ou seja, se acontece na concorrência microeconômica (entre empresas), também aconteceria na concorrência macroeconômica (entre países). Tal analogia possibilitou que o autor caracterizasse tal processo como uma cartelização na política externa; essa fase seria chamada de Ultra – imperialismo. Esta sociedade influenciada pelo ultra – imperialismo, teria as mesmas características opressivas do capital, por isso, o autor defende a luta também contra esta fase, assim como defendia a luta contra o imperialismo, mas ao invés do ultra – imperialismo gerar constantes crises aos trabalhadores, principalmente pelas guerras, ele vai se desenvolver na direção do fim da corrida armamentista e da paz mundial.

Nos fragmentos:

Todas as conseqüências do amadurecimento no seio da (I) Guerra Mundial, ainda não viraram realidade. Seu resultado ainda pode ser a reprodução das tendências imperialistas e a aceleração da corrida armamentista a princípio - neste caso, a paz subsequente haveria de ser uma curta trégua. (...), *mas* do ponto de vista puramente econômico, no entanto, não há nada melhor para evitar esta explosão violenta (*guerra*) finalmente, do que substituir o imperialismo por uma santa aliança dos imperialistas, mais improvável que possa parecer no momento (*vésperas da I Guerra Mundial*). Quanto mais a guerra durar, mais ela esgota todos os principais participantes, fazendo-os somente evitar um reinício do conflito armado, sendo o máximo de paz que conseguimos. (KAUTSKY 1914 Ultra - imperialismo) (itálicos e grifos meus)

Essa política (*imperialista*) poderia trazer sobre nós terríveis resultados apenas através dos conflitos de interesse entre outras grandes potências promovidas ao imperialismo. Nem todas as conseqüências da luta atual são evidentes. Pode levar-se um aumento de armamentos. Neste caso, a paz que vai seguir será apenas na natureza da trégua. Mas de um ponto de vista puramente econômico, não há nada para impedir que seu resultando seja uma Santa Aliança de imperialistas não importa o quão improvável que possa parecer no momento. Quanto mais a guerra durar, mais ele esgota todos os participantes (...). (KAUTSKY 1914, Imperialismo e a Guerra) (itálicos e grifos meus)

Kautsky considera a continuação do imperialismo (lembrando que ele considera este conceito como sendo a prática expansionista da zona industrial subjugando a zona agrária) e o processo de corrida armamentista após o termino da Primeira Guerra Mundial, mas afirma ser mais inteligente para o capital e para os Estados imperialistas (já que no decorrer de uma guerra há o esgotamento dos participantes), que o imperialismo subsista como ultra – imperialismo através de uma aliança ou um cartel entre esses Estados proliferando uma *pax* (estado de paz). Mesmo que no contexto vivido por ele, uma aliança era a última coisa que buscavam os participantes daquela guerra.

Kautsky propõe uma discussão a fim de entender que tipo de paz o ultra – imperialismo traria:

Guerra é realizada, não para atingir uma vitória, mas para obter uma paz vantajosa. Mesmo aqueles que pensam que a guerra tem sua utilidade na vida dos povos para ser um meio de trazer uma condição melhor e mais pacífica do que obtido antes. Qualquer guerra deixa as coisas numa condição seriamente pior, unanimemente considerada uma desgraça. Por outro lado, aqueles que também, decididamente, se opõem à guerra, uma vez que ela termina, teriam que se esforçar buscando que este término desencadeasse uma paz vantajosa. Mas, então, o que é vantajoso? "O que para um é uma coruja é para outro, um rouxinol.". Uma coisa, porém, geralmente seria admitido. Para as massas, a paz vantajosa é a que promete ser de longa duração, estimulando uma relação pacífica entre os povos. (KAUTSKY 1914 - Preparação para Paz)

Está claro então que a paz estabelecida por esta Aliança seria um estado de não guerra de longa duração, garantindo que os povos possam compartilhar desta confiança. Esta paz seria garantida pelo estímulo ao desarmamento interno e dos vizinhos que compõem o ultra – imperialismo, cartel de países ou simplesmente em aliança. Devido a garantia de não intervenção militar, tratados antes sem possibilidades de serem concretizados, poderiam entrar em vigência já que no extremo não haveria a possibilidade de uma reação militar de caráter conservador contra os interesses das massas. Como vemos no artigo também de 1914, chamado *Preparação para Paz*:

Um terceiro ponto a ser considerado é sobre os tratados comerciais. Os tratados existentes serão destruídos pela guerra, e os novos serão concluídos. Sem a pressão de uma guerra, o que é até agora inatingível, pode se tornar viável. (...) Todos os países da social-democracia terão, certamente, o partido a exigir a conclusão da paz, trabalhando sempre no sentido da moderação. (KAUTSKY 1914 – Preparação para paz)

O que Kautsky escreveu a cerca do ultra – imperialismo estão evidenciados claramente nos dois artigos, *Imperialismo e a Guerra* e *Ultra – Imperialismo*. Portanto, a fase de cartelização da política externa se dá na formação de uma Santa Aliança econômica entre as potências imperialistas (sendo análoga a um cartel de empresas), promovendo a paz mundial e desenvolvendo o capitalismo para lapidar-se, ao contrário dos rumos que o imperialismo levava, já que sustentar conflitos se tornam onerosos de mais para o capital. Já no artigo *Preparação para Paz*, transparece que os estados que participarem desta aliança, ou seja, os Estados que transformarem-se em ultra – imperialistas, constituirão uma busca pela não guerra, estabilidade das massas e uma administração moderada, caracterizando-se numa sociedade social – democrata. Esta sociedade buscaria a organização do capitalismo a fim de transitar ao socialismo de forma pacífica e democrática.

A SOCIEDADE ATUAL E O ULTRA – IMPERIALISMO

A forma que a atual sociedade desenvolve suas relações no âmbito internacional gerou o termo “Globalização” para defini-la. O termo globalização (e, logo depois, “nova ordem mundial”, nele acoplado) foi *amplamente utilizado para descrever de maneira supostamente neutra a crescente mobilidade e fluidez dos capitais, ainda mais potencializada após o término da Guerra Fria. Tornou - se um bordão repetido à exaustão, ora como miragem de um mundo de consumo sem conflitos, ora como terrível ameaça da competição internacional* (...) (FONTES 2010 p. 153). Levando em consideração as definições anteriores é possível entender o atual momento da sociedade. O que vemos em nosso cotidiano, e de forma mais generalizada pela mídia dominante, é uma totalização (já que, segundo o dicionário Aurélio, globalização é o ato de totalizar) dos países num mercado mundial, integrando-se a partir da expansão e concentração de capitais na forma de grandes conglomerados que compartilham todo processo produtivo e o especulativo. A partir desta necessidade, sob definição kautskysta, da zona industrial (ou com capitalismo mais desenvolvido) subjugar a zona agrária (ou menos desenvolvida capitalisticamente no caso), o Estado compartilha das necessidades do desenvolvimento de seu capitalismo, estimulando os que dominam o capital para sua expansão. Fazendo parte atualmente desta integração global: bancos (crédito), empresas (comércio), serviços, transportes, marketing, seguros, a produção real (na fábrica) e a especulação financeira (bolsa de valores). Possivelmente não seriam vistos todos estes setores como um só conglomerado, mas uma combinação deles de acordo com os interesses em questão.

Ao confrontar a definição que propusemos a cerca do ultra – imperialismo com a análise, mesmo que superficial, a respeito do atual estágio da sociedade, como fenômeno cotidiano e midiático chamada de Globalização, vemos pontos comuns. Virgínia Fontes resgata a teoria e pontua:

Kautsky foi retomado em tempos recentes por alguns autores que recuperavam sua hipótese de um ultra - imperialismo pacífico e a aplicaram às condições do predomínio estadunidense após a Guerra Fria e, em especial, ao período imediatamente posterior à derrocada da União Soviética, no que chamaram de unipolaridade. Ressaltavam duas proposições de Kautsky: a) as guerras seriam excessivamente onerosas para o capital, que precisaria conter

as despesas militares e b) a expansão anexionista era apenas uma das políticas possíveis para o capital, sendo a democracia sua forma política mais conveniente. (FONTES 2010 p. 110).

A experiência histórica que o século XX mostrou foram duas devastadoras guerras mundiais e um astronômico crescimento permanente dos gastos militares, como estado de trégua entre as duas guerras, inclusive após a queda da União Soviética mantiveram-se o crescimento dos gastos. Como vimos, Kautsky havia trazido tal possibilidade para depois da Primeira Grande Guerra, ou seja, uma corrida armamentista como período de trégua. Contudo, neste ano de 2012, o presidente estadunidense anunciou que o governo irá diminuir os gastos militares do país (v. bibliografia), cessando suas guerras nos campos de batalhas, mas ainda manterão investimentos bélicos em suas bases militares para a manutenção de sua hegemonia, mostrando ser inviável continuar alimentando a monstruosa dívida que as guerras no Afeganistão e Iraque geraram. Isso pode finalmente fazer com que Kautsky estivesse certo e que o capital percebe que poderá realmente se dar melhor num estado de não guerra, sendo que os que lucram até o momento com as guerras se tornarão exceção.

Afeganistão e Iraque já faziam parte da interpretação de Kautsky como parte desta estrutura internacional de duas zonas em oposição. Ao se referir “ao despertar do leste da Ásia e da Índia e ao movimento pan-islâmica da Ásia Menor e África do Norte” ele vê esses países, como Afeganistão e Iraque, cumprindo seus papéis estruturais de zonas agrárias, exportando até hoje principalmente petróleo, podendo gerar transtornos graves de inflação (como já acontece). Situação ainda mais delicada graças ao grande peso econômico do petróleo no capitalismo atual. Outro exemplo é a atual preocupação em relação ao possível aumento da demanda da China por trigo, o que geraria um aumento significativo dos preços, tendo conseqüências diretas para o povo, já que o trigo é de primordial importância cultural para alimentação de muitos povos. Portanto, é de primordial importância, na visão de Kautsky, o equilíbrio desta relação entre os países exportadores de mercadorias de menor valor agregado e países ultra - imperialistas.

Entretanto, Kautsky não teria limitado suas suposições somente em pontualidades relacionadas aos gastos militares e a condição estrutural entre as zonas industriais e as zonas agrícolas. Tais análises se constituem como lógica do capital. A centralidade da análise está na teoria do Ultra – imperialismo. Sendo então, uma fase em que haverá uma união, de cunho econômico, entre os países com capitalismo mais desenvolvidos, para defender os interesses do capital, hoje altamente expandido e concentrado, que lucrariam com o estado de não guerras, gerando então uma pacificação do mundo, propiciando, portanto, maiores lucros para os capitalistas, estabilidade para os trabalhadores e a possibilidade de que as instituições capitalistas possam se lapidar, acontecimentos guiados pelo princípio de bem - estar constante do povo, segundo Kautsky.

Traçando, portanto a relação do conceito com a realidade, vemos que a organização dos Estados como Ultra – imperialismo, ou seja, a união de países na forma de um cartel, adquirindo o monopólio das decisões no mercado mundial, se constituíram ao longo do século XX, consolidando-se, principalmente a partir da década de 1980 pelo fim da bipolaridade ideológica, sendo caracterizadas através de organizações como: Nações Unidas, Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, União Européia, entre outros, mas sobretudo o G20². Basta agora observar se esse cartel colocará a curto ou médio prazo, determinações políticas para o fim das guerras para que o capital possa atingir um grau ainda maior de expansão e concentração (pois se na prática isso não se consolidar, a história regredirá nesta perspectiva). E principalmente, se essa medida desencadeará tratados e acordos novos com caráter a favor do bem - estar constante das massas, aproveitando a influencia que o fim das guerras teriam para o desenvolvimento social. A decisão estadunidense de diminuir seus gastos

² “O G-20 foi estabelecido em 1999, em conseqüência das seguidas crises de balança de pagamento das economias emergentes durante a segunda metade da década de 1990. O objetivo era reunir países desenvolvidos e os países em desenvolvimento sistemicamente mais importantes, para cooperação em temas econômicos e financeiros”. (Ministério das Relações Exteriores) (v. bibliografia)

militares pode ser um ponto positivo neste cominho, mas ainda está longe de ser suficiente e definitivo. Como exemplo desta prática ultra – imperialista, na crise grega de 2011, há a acusação de que o Banco Mundial já teria assumido as rédeas do país, mesmo com eleições. Em 1992, ao descrever tal processo, Coutinho supôs esta relação:

com efeito, a sucessão exitosa de encontros de cúpula entre liderança da OCDE, caracterizando uma fase de intensa coordenação política e de política cambial e financeira entre os Estados capitalistas, parece finalmente ter vindicado a tese kautskiana do “superimperialismo”, isto é, uma tendência a coalizão deliberada dos Estados capitalistas frente às crises econômicas e políticas. (COUTINHO 1992 - p. 70).

Assim como a decisão estadunidense de diminuir seus gastos militares, essa prática, quase que legitimada, para tentar tirar a Grécia da crise, também pode ser fruto deste cartel na política externa. Então se pode afirmar que Kautsky estava certo, ou seja, a essência do Ultra – imperialismo, como uma cartelização da política externa, vigora através das organizações internacionais que defendem a manutenção e desenvolvimento capitalista, num estado de aumento, mesmo que aparente, da democracia.

BIBLIOGRAFIA

- COUTINHO, Luciano. **A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança**. In: _____ Revista Economia e Sociedade, São Paulo, n. 1, p. 68-87, 1992.
- EUA seguirão com supremacia militar mesmo com cortes, diz Obama. Reportagem de Matt Spetalnick e Alister Bull In: _____ UOL Notícias de 05/01/2012. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2012/01/05/eua-seguirao-com-supremacia-militar-mesmo-com-cortes-diz-obama.htm> Acesso em: 15/03/12
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital – imperialismo**, Teoria e História - 2ª edição, Editora: UFRJ; Rio de Janeiro/ 2010
- G-20 Financeiro In: _____ Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/governanca-global/g-20-financeiro>
- KAUTSKY, Karl. “Imperialism and the war”. In: _____ Die Neue Zeit, Setembro de 1914. Disponível em: <http://marxists.org/archive/kautsky/1914/09/war.htm>. Acesso em dezembro de 2011.
- _____. “Ultra – Imperialism”. In: _____ Die Neue Zeit, Setembro de 1914; Disponível em: <http://marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>. Acesso em dezembro de 2011.
- _____. “Preparation for peace”. In: _____ Die Neue Zeit, Outubro de 1914. Disponível em: <http://marxists.org/archive/kautsky/1914/10/peace.htm>. Acesso em dezembro de 2011.
- LÊNIN, Vladimir I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**, setembro de 1916. Disponível em: <http://marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>

CULTURA DO TERROR, ESPAÇO DA MORTE, CONTROLE SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA EM MOÇAMBIQUE ENTRE 1975 E 1990

CULTURE OF TERROR, SPACE OF DEATH, SOCIAL CONTROL AND PUBLIC SECURITY IN MOÇAMBIQUE BETWEEN 1975 AND 1990

Joaquim Miranda MALOA¹

¹ Mestrando do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Cidade Universitária - 05508-010 – São Paulo – SP – Brasil. joaquimmaloa@usp.br. Uma versão resumida deste trabalho foi apresentado na X Semana de Pós-Graduação em Sociologia, “O campo de Atuação do Cientista Social nos dias de Hoje.” UNESP, Araraquara, 1 de dezembro de 2011. O autor deseja agradecer à mentalidade aberta e justa do Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava Junior, pelo comentario que ajudou a melhorar este artigo.

Resumo: O objetivo deste ensaio é apresentar algumas idéias sobre a segurança pública que prevaleceu em Moçambique entre 1975 e 1990. Não se trata de prescrever toda política de segurança pública, apesar de que isso é feito, de forma ainda preliminar, para promover o debate. Trata-se principalmente de apontar algumas idéias da política de segurança pública que exerceu execuções sumárias, repressões, vigilância, “medo social”, perseguições, prisões, torturas e a criação de “campo de reeducação” que se transformaram em verdadeiros “espaços de morte,” para crimes declarados contra a segurança do povo e do Estado, como: a *candonga*, assalto à mão armada, pertença à organização da sociedade civil e religiosa, roubo, estupro, prostituição, desemprego e violação de menores – protagonizada pelo Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP), Polícia de investigação Criminal (PIC) e Grupos Dinamizadores (GDs).

Palavras-chave: Espaço da morte. Cultura do terror. Moçambique.

Abstract: The objective of this essay is to present some ideas on the public security that prevailed in Mozambique between 1975 and 1990. It is not the case of prescribing all the public security politics, although this is made in still preliminary form to promote the debate. It is mainly treated to point out some ideas of public security politics that exerted summary executions, repressions, monitoring, “social fear”, persecutions, arrests, tortures and the creation of “re-education field” that was transformed into true “spaces of death,” with respect to crimes declared against the security of the people and the State, as: *candonga*, assault by force of arms, belong to the organization of the civil and religious society, robbery, rape, prostitution, unemployment and kidnappings - carried out by the National Service of Popular security (SNASP), Police of Criminal investigation (PIC) and Dynamizators Groups (GDs)

Key-words: Space of death. Culture of terror. Mozambique.

Introdução

Este ensaio apresenta algumas idéias sobre a segurança pública que prevaleceu em Moçambique entre 1975 e 1990, demonstrando as suas diferentes modalidades de atuação autoritária e violenta. Sustenta que a política de segurança pública que prevaleceu em Moçambique entre 1975 e 1990, se enquadrava na preocupação constante das interrupções de instabilidade das rotinas diárias provocadas pelas freqüentes explosões da guerra civil, incapacidade do governo de lidar com o desemprego, o êxodo rural, “a cultura tradicional”, crítica social e combate a fome que flagelava a sociedade moçambicana. Dentro deste cenário o Estado programou uma política de segurança pública virado a “terror” e a isolamento dos que eram considerados inimigos do povo e do Estado.

Antes de avançarmos no debate, seja-nos permitido contextualizar de uma forma breve a história de Moçambique. Ex-colônia portuguesa conquistou sua independência nacional em 1975. Independência essa conduzida pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Samora Machel² tornou-se primeiro presidente do país. Um governo “revolucionário” foi formado, com slogans como: “abaixo o colonialismo”, “abaixo o capitalismo”, “abaixo o tribalismo”, “abaixo o racismo,” “abaixo o feudalismo.”³ e “abaixo o obscurantismo” — por outras palavras, as *cosmologias tradicionais* —, o *cristianismo* e o *islã* foram reprimidos. A única instituição colonial que não apenas sobreviveu, mas se fortaleceu efetivamente, foi a língua portuguesa, mantida como oficial, e disseminada energicamente através de programa maciço de alfabetização (FRY, 2003). Esses slogans marcavam o fim de um passado colonial e nascimento de um “Estado Revolucionário.” “As propriedades privadas” foram substituídas pela socialização dos meios de produção; a indústria e o comércio foram nacionalizados. Apareceu um Estado muito possante ou, melhor dito, um “Estado-Partido” forte, gestor de uma modernidade autoritária, controlador de quase toda consciência revolucionária (SERRA, 1997, p.100).

² Foi primeiro presidente de Moçambique independente (1975-1986) e o segundo da FRELIMO (1970-1986). Morto num acidente aéreo em 1986 quando voltava de uma reunião na Zâmbia. O atentado foi atribuído ao governo Sul Africano do *apartheid*, mas nunca se conseguiu aprovar.

³ O termo “feudalismo” era usado, para designar os chefes tradicionais (os régulo), ver CHICHAVA, Sérgio. *Os chefes “tribais são fantoches”!* A Frelimo e o poder tradicional durante a luta anticolonial na Zâmbia. Porto: Centro de Estudos Africanos/ Universidade de Porto.

Tentando construir uma seqüência lógica no desenvolvimento dos argumentos a serem expostos, dividimos o texto em três momentos. No primeiro momento, discutimos a questão da “cultura do terror” exercido pelo estado como forma de “controle social.” No segundo, contemplamos a questão de “espaços de morte,” espaços esses que surgiram como verdadeiros concentracionários da produção da violência estatal, onde viviam aglomerados de pessoas em números até então inéditos, que implicou a quebra dos laços com a terra de origem. Terra que desde sempre foi fonte estruturante da coesão comunitária africana. Afetou gravemente as relações familiares cuja lógica esta sempre em África baseado no território; criou problemas de acesso aos recursos, sobretudo água e alimentação; estabeleceu terreno fértil para a irrupção de surtos de doenças e de ataques de animais selvagens. O desfecho da argumentação reúne considerações referentes ao que foi exposto das linhas precedentes, destacando suas principais implicações. Passemos ao texto.

A “cultura do terror”

Os termos “cultura do terror” e “espaço de morte” desenvolvido neste texto foram retirados do livro de Michael Taussing. *Xamanismo, Colonialismo e Homem Selvagem- Um Estudo sobre Terror e Curra* (ha ai um capítulo intitulado “Cultura do terror e Espaço de morte na Amazônia,” publicado no Brasil, pela editora Paz e Terra em 1993. O terror que Taussing fala, parte de um cenário histórico das construções de estrada de ferro na Amazônia, onde o fetichismo do maquinismo havia transformado o indígena do rio Putumayo, na Colômbia em coisa. Em um “trabalhador escravo,” onde a recusa submeteria lhe a morte. Para Carvalho (1993) o relato de Taussing revela um “teatro da crueldade” do “terror” e da “tortura” sobre a situação dos índios. A noção de “cultura de terror” e de “espaço de morte” utilizado por Taussing nos permite fazer uma *analogia* com a política de segurança pública que prevaleceu em Moçambique entre 1975 e 1990. Ao afirmar desse modo, espero conseguir apresentar as características gerais daquilo que chamo de “cultura de terror” e de “espaço de morte”, sem tornar tautológico. Além disso, acho que a minha interpretação tem outra limitação por eu ser um defensor dos direitos humanos, talvez as minhas interpretações seja influenciado indiretamente pelos meus princípios e convicções firmes em direitos humanos e enorme sensibilidade para os dramas pessoais impostos pela violação de direitos humanos.

Em 1975, foi formalizada em Moçambique, como forma de garantir a ordem e a tranqüilidade pública, a criação dos Grupos Dinamizadores (GDs), como elemento da base⁴ para auxiliar as forças de segurança pública,⁵ na vigilância dos vestígios do regime colonial, que eram tidos como “inimigo interno” que devia ser punido e purificado (BORGES COELHO, 2003), tais como, a preguiça, o *lobolo*,⁶ o obscurantismo, a religião, o alcoolismo, a prostituição, a indisciplina, principalmente as Autoridades Tradicionais (AT) e controle da população.

⁴ Os Grupos Dinamizadores (GDs) situavam-se nos locais de residências e do trabalho, era a ligação entre a estrutura acima do topo hierárquico da FRELIMO e a população.

⁵ Já no período de transição entre 1974 e 1975, com o epicentro nos acordos de Lusaka (acordo da independência nacional entre o governo português e a FRELIMO), a Polícia sofreu algumas metamorfoses tendo se feito a seguinte fusão (*Polícia de Segurança Pública + Forças Populares de Libertação de Moçambique*). Em 1975, através do Decreto-Lei nº 54/75, de 17 de Maio foi criado o *Corpo de Polícia de Moçambique*, abreviadamente designado por (CPM) que herdara os moldes de organização e funcionamento da polícia portuguesa. Em 1979, por força da Lei nº 5/79, de 26 de Maio e como conseqüência imediata da revisão da Constituição da República Popular de Moçambique, operada pela Lei nº 11/78, de 15 de Agosto, cria-se a Polícia Popular de Moçambique (PPM) que aglutinava o Corpo de Polícia de Moçambique, a Polícia de Investigação Criminal, a de Trânsito e a de Transportes e comunicações, v. MALOA, J. *O lugar da desordem: um estudo sociológico sobre o assalto à mão armada em Moçambique na cidade de Lichinga*. 2012. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012 (mimeo).

⁶ Casamento tradicional realizado, principalmente no sul de Moçambique.

Por exemplo: Para sair de uma localidade a outra, ou, sair de qualquer cidade ou visitar um parente, os indivíduos necessitavam de uma autorização especial, denominada "guia de marcha".⁷ Sua obtenção dependia de uma solicitação ao GDs, que podia demorar vários dias ou semanas para concedê-lo (THOMAZ, 2008). Os GDs tinham como slogan *Unidade, Trabalho e Vigilância* (CAHEN, 1985; MUNSLOW, 1983). Os GDs eram constituídos por 8 a 10 pessoas, escolhidos em reuniões públicas, por voto de braço no ar, nos locais de trabalho, nos bairros urbanos ou mesmo nas comunidades locais, em todo o país (FAITE, 2001, p.8). Podemos definir estes grupos como o último reduto da pureza revolucionária que não podiam ser conspurcado pela presença do "inimigo interno." Estes grupos passaram também a sancionar crimes e a definirem os estilos de pena para cada tipo de crime. Nessa transfiguração as punições e as confissões criminais passaram a ser pública. Por exemplo, Borges Coelho (2003), mostra que logo após a independência nacional, muitos moçambicanos que tinham ocupados cargos de chefia no período colonial foram obrigados a declarar publicamente o seu arrependimento. O momento simbólico desse processo foi o ajuste de conta mediático e urbano protagonizado pelo presidente Samora Machel que ficou conhecido como "reunião com os comprometidos" (BORGES COELHO, 2003, p. 191).

No final da década de setenta e no início da década de oitenta, a punição física, vai se fazer parte de prevenção ao crime. Com mostra Francisco (2009, p.82), no dia 31 de março de 1983 foi deliberado pela Assembléia Popular Revolucionário, a Lei 5/83 (conhecido como Lei da chicotada), decretada para crimes declarados contra a segurança do povo e do Estado; *candonga*⁸ em todas as suas formas; assalto à mão armada pertença à organização política, quadrilha ou bando de malfeitores; roubo; estupro e violação de menores. Como nos mostra a figura abaixo:



Fonte: Granjo (2008, p.5).

Nessa história de punição corporal há também histórias mais dramáticas⁹ de indivíduos que foram intimidados, juntos com outros dentro do *machimbobo* (transporte coletivo) nos postos de controle por não apresentarem documentos completos para a sua circulação ou por ter esquecido. Outros foram vítimas ou tiveram parentes, vizinhos e amigos vítimas do *chamboco*.¹⁰

⁷ No dia 29 de fevereiro de 1983, o Ministro do Interior publicou um circular para todos os nacionais e estrangeiros que deslocam-se fora da sua área de residência deviam se apresentar a "guia de marcha." Um documento que reconhecia a sua permissão para deslocar. Este documento devia ser apresetado dentro de 48 horas na sede da estrutura política-administrativa, a acompanhado da família acolhedor (QUEMBO,2010, p.33).

⁸ Comércio informal.

⁹ Um interessante análise social das punições corporais, encontra-se no romace de SAÚTE, N. *Os Narradores da Sobrevivência*. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 2000.

¹⁰ Nome que se da a chicote ou cacetete em Moçambique

Parafraseando Michel Foucault, diríamos que *castigo corporal era uma arte quantitativa de sofrimento, era um código jurídico da dor*. Para Granjo (2008, p.6), no período pós-independência, o castigo corporal público, era um espetáculo ritualizado e estético. Como mostra Serra (1997b, p.112), *um dos primeiros a ser chicoteados foi o senhor Raul Cumbe, que teria vendido cocos a 75,00 Meticais enquanto que preço oficial declarado pelo Estado era de 60,00 Meticais*.¹¹ Segundo Baka Khosa *apud* Francisco (2009, p.82), afirma que “(...) *pela primeira vez que eu ouvi a palavra chamboco. Chamboco é o chicote com que as pessoas eram chicoteadas. (...) quando uma das mulheres se recusou a responder, ele disse aos policiais: ‘Dêem trinta chambocadas a essa mulher. Isso me chocou.*”

Howe *apud* Thomaz (2008, p.190), mostra que em 1986 seis jovens estudantes da Universidade Eduardo Mondlane (UEM)¹² foram condenados a 48 *chibatadas* cada um, acusados por atividades subversivas na universidade. Temos que ter em mente que o *chamboco* não reconcilia, não integra, traça no corpo do condenado sinais que não serão jamais apagados guardara a lembrança da exposição Convém deixar aqui registrado também que a lei da *chambocada* foi acompanhada por interdição a residência. Quembo (2010, p.70), relata que muitas pessoas foram interditas a residir nos seus bairros e muitos deles acabaram por morrer de fome no mato.

Em 1979 foi estabelecida também pelo Assembléia Popular Revolucionário a pena de morte, Lei nº 2/79. Segundo Serra (1997b), que na cidade de Maputo, no bairro de Hulene, foram *publicamente fuzilados seis indivíduos condenados* pelo Tribunal Popular Revolucionário (Grifo do autor). Esta forma de garantir a ordem é a tranqüilidade pública protagonizada pelo Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP), Polícia de investigação Criminal (PIC) e Grupos Dinamizadores (GDs), havia criado um medo generalizado, como diz Andrew Sinclair (2005) que o medo generalizado se semelha ao “*terror*”. O projeto de segurança pública do governo de Moçambique, que prevaleceu entre 1975 e 1990, não escapava o horizonte de um governo ditatorial, as execuções sumárias, as repressões, as vigilância contra tudo que era considerado perigo a revolução socialista, perseguições a opositores políticos, prisões e torturas foram tomados como centro de atuação para garantir a ardem e a tranqüilidade pública, num momento em que o país lidava com a guerra civil (que prevaleceu entre 1977-1992).

Esta forma de segurança pública permitia ao Estado moçambicano governar as consciências e as opiniões, regulamentar as atitudes e comportamento dos seus cidadãos, para além de conduzir o seu projeto de desenvolvimento e criação de Estado-Nação. Conduzia a aplicação de violência física estatal desproporcional ao foco dos contra revolucionários ou dos considerados perigosos para a conquista revolucionária que pretendiam debelar. Não parecem ter empregado ações táticas, não se orientaram pelas recomendações da inteligência estratégica, não obedeciam a comando único e unificado e, por conseguinte, não buscavam poupar vidas. Ao contrário, os relatos dos que sobreviveram são bastante contundentes.¹³ Para Granjo (2008, p.6), os fuzilamentos públicos eram realizados, com certos graus de encenação e de complusão para ser assistido.

“Espaço da morte”

Na verdade o que chamamos de “espaço da morte” foram o que em Moçambique chamava-se de “campos de reeducação” que foram criadas depois da independência nacional, dentro de uma política de segurança. Os “campos de reeducação” tinham como objetivos punir os indivíduos com-

¹¹ Meticais (moeda moçambicana). Grifo do autor.

¹² A maior Universidade de Moçambique.

¹³ Como mostra Quembo (2010, p.72), através do seu trabalho de campo, dentre muitos que foram vítimas dessa política de segurança, o autor cita alguns, casos: o senhor Silvestre que ficou separado da sua mulher grávida de seis meses; Arnaldo Vilaculos que deixou a sua mulher com dois filhos; Marta Mulungo, que foi expulso com seus seis filhos; jovens com menos de dezoito anos; pessoas com formação escolar; velhos com mais de sessenta anos de idades.

prometidos com a revolução moçambicana para depois integrá-lo na sociedade. Como mostra o discurso do presidente Samora Machel, feito aos estudantes da Escola Comercial de Maputo:

“Aqueles denominados “veteranos” encarnavam nas escolas essas atitudes. “É preciso terminar com o veteranismo. É “preciso terminar com a atitude dos alunos mais velhos, que se recusam a enquadrar nas escolas” (...): *Serão expulsos e enviados para o campo de reeducação. São esses alunos velhos que tentam isolar os alunos mais novos que revelam consciência e responsabilidade na sua tarefa de estudar (...)*. Mas não é só expulsar. Primeiro é preciso punir. “*Temos o poder, o nosso poder é para criar o homem novo, a nova mentalidade, novo tipo de relações, de respeito e admiração pelos nossos professores, porque eles são os nossos responsáveis*” (Grifo nosso) (MACHEL apud MACAGNO, 2009, p.25).

Fazemos uma analogia entre “campo de reeducação” e “espaço da morte,” não porque este tinha objetivo de punir e integrar os homens comprometidos com a revolução moçambicana, mas, porque estes foram construídos longe dos locais de residências dos indivíduos aí submetidos, muitas das vezes sem condições mínimas de sobrevivência e de reprodução material, como problemas de acesso aos recursos, sobretudo água e comida, muitos desses espaços eram separados da sociedade mais ampla, por florestas, com animais selvagens perigosos, onde muitos eram devorados por leões ao tentar fugir.

Convém salientar, que os “espaços de morte” surgiram no primeiro momento para presos políticos e não para cidadão comum. Como mostra Borges Coelho (2003, p.191), enquanto em Guiné Bissau,¹⁴ os presos políticos eram sumariamente executados, enquanto em Moçambique, devido ao caráter humanitário de grande parte dos dirigentes da FRELIMO, que eventualmente tinham herdado uma formação cristã protestante com os princípios marxistas, criaram os “campos de reeducação” para fazer uma “lavagem cerebral,” dos comprometidos com a revolução, esses entravam como “inimigos do povo” e saíam de lá, como exemplo, um “homem novo”, revolucionário e identificando com o povo.

Mas a partir da década de oitenta a lógica do funcionamento dos “campos de reeducação” deixou de serem unicamente direcionados aos presos políticos passou a ser direcionada também a toda população que era considerado uma ameaça a valores conquistados pela revolução. Estes deviam ir ao “campo de reeducação” para serem purificados.¹⁵ Os campos de reeducação eram como *kuphahla*, comum no sul do país, um ritual de “limpeza” individual de elementos *nocivos* ou *impurezas*, para que a normalidade possa ser retomada (BORGES COELHO, 2003, p.191).

Para finalizar. Segurança pública ou segurança do Estado

A progressão das questões anteriormente esquematizadas carregava uma superposição cada vez mais clara entre o problema da segurança pública e o “terror” praticado pelo Estado e a criação de espaço de purificação a que chamamos de “espaço de morte,” como forma de conter o crime e ameaças da conquista revolucionária. Nesse nível, pode-se dizer que o *medo* foi o fulcro regulador da normalidade, que o Estado encontrou para manter a ordem e a tranquilidade pública e reafirmar o seu poder dentro de uma economia de poder (nos temos poder eles não – mandamos, eles obedecem). Isto é demonstrado no discurso do presidente Samora Machel: “*temos o poder, o nosso poder é para criar o homem novo, a nova mentalidade, novo tipo de relações (...)*” (Grifo nosso) (MACHEL apud MACAGNO, 2009, p.25).

¹⁴ Um país que foi colônia portuguesa, localiza-se na Costa Ocidental de África.

¹⁵ Pode ver este assunto na, REVISTA ELETRÔNICA DE JORNALISMO CIENTÍFICO. *Entrevista com Omar Ribeiro Thomas*. 2008b. Disponível em: www.casadasafricas.org.br/site/index.php?id. Acessado em 21 jun 2010 a. *Podem ver também*, THOMAZ, O. “Escravos sem dono:” experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP. V51, n1, 2008; THOMAZ, O. De desenvolvimento a desenvolvimento: entre as batatas e a getropha, 25 anos em Inhassune (Moçambique). IV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA “CLASSIFICAR O MUNDO.” 9 a 11 de Setembro de 2009. Lisboa. *Resumo...* Lisboa. ICS/ISCTE, 2009. Disponível em: <http://www.apantropologia.net/>. Acessado em 21 jun 2010b.

Pode-se dizer que essa política de segurança pública foi uma política autoritária. Nessa medida, ela suscitou uma série de revoltas de conduta, para falar como Foucault (2008, p.253), de “*contra conduta*.” O que poderíamos chamar de um *dissert* político forte, desde o fim da década de setenta até ao início da década de noventa, que vai da recusa ao trabalho obrigatório nas *machambas* (plantações agrícolas) estatais, a recusa de certas prevenções estatais,¹⁶ à recusa de certo tipos de racionalidade política da FRELIMO, entrega ao RENAMO, tão frequentemente no norte e centro do país.¹⁷ É aí que se vê bem como os movimentos de dissidência política puderam ligar-se à resistência da política de segurança pública. Não insisto mais nesse ponto. Queria simplesmente colocar agora um problema puro de vocabulário. Aquilo que chamei de política de segurança pública, será que não poderíamos tentar encontrar outra palavra para designá-lo? Como designar este tipo de política estatal? Há uma palavra que me vem à mente é a *política de segurança do Estado* — talvez pudesse, de fato, convir muito bem para tudo que apresentamos ao longo do texto. Se entendermos a segurança pública como a convivência ordenada, pacífica e tranqüila, em uma determinada comunidade e sociedade (MESQUITA NETO, 2011, p.32).¹⁸ Podemos dizer o que existiu foi segurança do Estado. O Estado procurou-se assegurar e manter-se usando o monopólio da violência física, violando os direitos dos cidadãos.

Referências

- ADAM, Y. *Escapar aos Dentes do crocodilo e Cair na Boca do Leopardo*. Maputo: Promédia, 2005.
- BORGES COELHO, J. Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta: Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colônias portuguesas. *Lusotopie*, p.175-193, 2003.
- CAHEN, M. Etat de Pouvoir Populaire dans Le Mozambique Indépendant. In: *Politique Africaine*.nº 19, 1985.
- CARVALHO, E. Resenha de TAUSSIG, Michel. *Xamanismo, colonialismo, e o homem selvagem*. São Paulo, ANPOCS- RBCS24, 1993.
- CHICHAVA, S. *Os chefes “tribais são fantoches”! A Frelimo e o poder tradicional durante a luta anticolonial na Zâmbia*. Porto: Centro de Estudos Africanos/ Universidade de Porto.
- FAITE, O. *Grupos Dinamizadores e Autoridades Tradicionais: o caso de Moatize*. Monografia. (Licenciatura em História) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo: UEM, 2001.
- CHICHAVA, S. Le phénomène Chupa-sangue en Zambézie : la « politique par le bas » en réaction à la politique du Frelimo ? *CEAN/IEP de Bordeaux*, 13 Mai 2007.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANSCISCO, A. *Bazarconomia da proteção social em Moçambique na primeira década de século XXI: veneno do passado, remédio do presente, futuro enfeitado?* Texto apresentado na Conferência do IESE “Dinâmica da pobreza e padrões de acumulação econômica de Moçambique 22-23 de Abril. Maputo: IESE, 2009.
- FRY, P. Cultura da Diferença: Seqüelas das Políticas Coloniais Portuguesas e Britânicas na África Austral. Rio de Janeiro. *Afro-Ásia*.29/30, p.271-316, 2003.
- GRANJO, P. *Poder, morte e linchamento*. Lisboa, 2008. Disponível em: <<http://antropocoiso.blogspot.com/2008/04/poder-morte-e-linchamentos-2.html>>. Acessado 20 junho 2010.
- GEFFRAY, C. *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Afrontamento: Porto,1991.
- HONWANA, A. *Espíritos Vivos: Tradições Modernas Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique*. Lisboa: Ela Por Ela, 1996.
- MACAGNO, L. Fragmentos de Uma Imaginação Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 24 nº70. 2009, p.17-35.

¹⁶ Como mostra Serra (2007a,p.59-73), em Nampula e em outras províncias (designadamente Zâmbia, Cabo Delgado e Niassa) associa a perda de força, de sangue e do sentido da vida a *ações governamentais*. Exemplar, a esse propósito, é o boato do “chupa-sangue. Retratado também por, CHICHAVA, S. *Le phénomène Chupa-sangue en Zambézie* : la « politique par le bas » en réaction à la politique du Frelimo ? *CEAN/IEP de Bordeaux*, 13 Mai 2007.

¹⁷ Nestes casos temos os relatos de, ADAM, Y. *Escapar aos Dentes do crocodilo e Cair na Boca do Leopardo*. Maputo: Promédia, 2005; GEFFRAY, C. *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Afrontamento: Porto,1991; HONWANA, A. *Espíritos Vivos: Tradições Modernas Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique*. Lisboa: Ela Por Ela, 1996.

¹⁸Mesquita Neto (2011, p.32), reconhece que o conceito “segurança pública” é ambíguo e é utilizados com significados diferentes e às vezes conflitantes e imprecisas. Ainda não há uma definição clara e precisa, e relaticvamente consensual.

- MALOA, J. *O lugar da desordem: um estudo sociológico sobre o assalto à mão armada em Moçambique na cidade de Lichinga..* Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012 (mimeo).
- MESQUITA NETO, P.de. *Ensaio sobre segurança cidadã.* São Paulo: Quartier Latin; Fapesp, 2011.
- MUNSLOW, B. *Mozambique: the revolution and its Origins.* London: Longman, 1983.
- QUEMBO, C. *Le pouvoir du pouvoir: l'Opération produção (1983) et la construction des « improductifs » urbains au Mozambique.* Mémoire pour le Master - Sciences Politiques. Université Bordeaux, 2010.
- SAÚTE, N. *Os Narradores da Sobrevivência.* Lisboa : Publicações Dom Quixote, 2000.
- SERRA, C. *Combates pela Mentalidade Sociológica.* Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1997a.
- SERRA, C. *Novos Combatentes pela Mentalidade Sociológica.* Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1997b.
- SINCLAIR, A. *Anatomia do terror: uma história do terrorismo.* Lisboa: Temas Debates, 2005.
- TAUSSIG, Mi. *Xamanismo, colonialismo, e o homem selvagem.* São Paulo. Paz e Terra, 1999.
- THOMAZ, O. “Escravos sem dono:” experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. *Revista de Antropologia.* São Paulo: USP. V51, n1, 2008a.
- THOMAZ, O. De desenvolvimento a desenvolvimento: entre as batatas e a getropha, 25 anos em Inhassune (Moçambique). IV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA “CLASSIFICAR O MUNDO.” 9 a 11 de Setembro de 2009. Lisboa. *Resumo...* Lisboa. ICS/ISCTE, 2009.
- REVISTA ELETRÔNICA DE JORNALISMO CIENTÍFICO. **Entrevista com Omar Ribeiro Thomas.** 2008b. Disponível em: <www.casadasafricas.org.br/site/index.php?id>. Acesso em 21 junho 2010.

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL: REGULAÇÃO E ESTADO

Juliana Marques de CARVALHO^{1 2}

Resumo: Os meios de comunicação cada vez mais assumem fundamental importância na sociedade, o grande fluxo de informações disponíveis, principalmente na internet, passou a ser fundamental na denominada Sociedade da Informação. Neste cenário de constantes transformações o debate sobre a regulação no Brasil torna-se cada vez mais presente e necessário, visto que a principal referência legal do país é o Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962, o qual não atende às novas demandas. Desse modo, este trabalho tem como objetivo abordar algumas questões referidas ao tema regulação, as atribuições do Estado neste processo e como este tema está sendo discutido no contexto brasileiro. Palavras-chave: Regulação; Estado; Brasil

Abstract: The media have a growing importance in society, the great flow of information available, especially on the Internet, has become essential in the so-called Information Society. In this scenario of constant transformations the debate about the media regulation in Brazil is becoming more present and necessary, as the main reference is the country's law is the Brazilian Telecommunications Code of 1962, which does not meet the new demands. Thus, this study aims to discuss the questions about the regulation, the State's responsibilities in this process and how this issue is being discussed in the Brazilian context.

Keys-word: Regulation; State; Brazil

1. Introdução

As transformações tecnológicas ocorrem de maneira constante, principalmente no que se refere aos meios de comunicação que, cada vez mais, exercem diferentes impactos na sociedade. Diante de tantas mudanças a discussão sobre a regulação dos meios de comunicação no Brasil volta à pauta. A Comunicação tem sido vista atualmente como um novo direito social, consequência disso são os debates sobre as políticas que devem ser estabelecidas nesse setor, entre elas a regulação.

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Comunicação Midiática da Faculdade de Arquitetura, Arte e Comunicação – Unesp - 17.033-360. Bauru - São Paulo - Brasil. Contato jmarquescarvalho@hotmail.com

² A autora agradece a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pelo apoio à pesquisa relacionado a este trabalho.

A discussão sobre o tema de regulação no Brasil é, na maioria das vezes, rechaçada pela grande mídia, que enxerga-o como uma nova tentativa de censura, remetendo a Ditadura Militar de 1964. Este fato prejudica a implantação por parte do Estado de uma regulação de fato, prevalecendo sempre os interesses das grandes empresas de mídia, que não quer ter o seu domínio restringido. A regulação se vincula à preservação do Estado Democrático de direito, evitando o predomínio de determinados grupos os quais tanto podem prejudicar o pluralismo como os direitos ditos fundamentais. Portanto, observa-se que “(...) a ação reguladora está, em um cenário ideal, diretamente relacionada à autonomia do Estado – isto é, o grau de liberdade de que ele dispõe e aos meios pelos quais são estabelecidos os limites e as formas de controle dessa liberdade.” (ANDI, 2007, p.76)

Tomando estes temas como base, este artigo tem como objetivo abordar a questão da regulação, principalmente no Brasil que encontra várias dificuldades para o estabelecimento tanto de uma legislação como de agências específicas para este fim, devido, principalmente, ao grande poder dos meios de comunicação no país, concentrados nas mãos de pequenos grupos e a falta de apoio dos políticos, visto que muitos deles têm interesses diretos no setor.

Para tanto, primeiramente será abordada a regulação dos meios de comunicação, evidenciando a sua necessidade e que esta não se constitui como tentativa de censura, por não ser executada de uma forma arbitrária e estar prevista na constituição; Estado e regulação, onde será analisado as atribuições do Estado neste processo e por último, a regulação no Brasil, mostrando o atraso do país no estabelecimento da primeira legislação sobre o tema, ou seja, o Código Brasileiro das Telecomunicações, de 1962, e como este fato repercute até hoje na sociedade e nos meios de comunicação brasileiro.

2. A regulação dos meios

Os meios de comunicação, atualmente, estão ocupando cada vez mais um papel de destaque na sociedade. A comunicação é constantemente vista como um novo direito social, implicando na reabertura de discussões sobre as políticas que devem ser desenvolvidas nessa área. Segundo Bolaño (2006) as políticas de comunicação são elementos centrais “através das quais se constrói e se altera o modelo de regulação.” (p.21)

A temática da regulação geralmente é abordada na literatura como um embate de forças entre Estado, mercado e sociedade (ZYLBERSZTAJN, 2008), um dos seus objetivos é preservar o interesse e a participação social, ambos relacionados ao direito de comunicação. Neste sentido, a regulação não deve ser tomada como um impedimento à liberdade de expressão e nem uma forma de censura, mas sim a responsável pela “criação de mecanismos de proteção das normas constitucionais, já que a própria constituição dispõe sobre os princípios básicos que devem reger os meios de comunicação social.” (ZYLBERSZTAJN, 2008, p.44)

No Brasil a Constituição Federal de 1988 define, no artigo 220, § 3º que é de competência da lei federal: inciso I “regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder público informar sobre a natureza deles, faixas etárias a que não recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre adequada”; inciso II “estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art 221³, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente” (BRASIL, 1988)

O fortalecimento das empresas de comunicação de massa faz com que existam alguns riscos, entre eles, de acordo com Pieranti (2008) está a ausência de pluralismo, configurando em prejuízo ao sistema político. Neste sentido, cabe ao Estado tentar diminuir as conseqüências que isto pode acarretar à sociedade, bem como evitar que o sistema se expanda exageradamente; ainda segundo

³ Artigo 221 Estabelece os princípios que devem ser atendidos pela produção e programação das emissoras de rádio e televisão

Pieranti (2008) a exploração inadequada da atividade de comunicação pode configurar, muitas vezes, em uma ameaça para o cidadão e para o próprio Estado,

Assim, é falsa a percepção de que regular a comunicação é o mesmo que regular os setores alimentícios ou de transportes, por exemplo. Nenhum desses oferece produto parecido com a informação, capaz de desestabilizar sistemas e governos. Para aqueles setores, portanto, podem-se aplicar regras naturais da regulação econômica; o mesmo, porém, não é possível em relação à comunicação de massa. (PIERANTI, 2009, p.55)

A regulação, no final do século XIX, estendia-se basicamente às mídias impressas, com o surgimento do rádio ocorreram outras preocupações, entre elas a utilização do espectro eletromagnético, levando aos responsáveis definir os seus direitos de propriedade. A primeira agência regulatória é dos Estados Unidos, Interstate Commerce Commission em 1887, em 1927 foi criada a Federal Radio Commission (FRC), alguns anos depois, em 1934, uma nova lei passou a atividade de regulação para a Federal Communications Commission, substituindo a FRC, se responsabilizando por esta tarefa até os dias de hoje. Nos países europeus a forma de propriedade pública do espectro se deu através do pagamento de taxas e impostos dirigidos para o financiamento deste setor. (ANDI, 2007)

Na América Latina a regulação, em alguns países é atribuída à administração direta, entre eles Brasil e Argentina, esta se difere da regulação das telecomunicações, setor este que possui uma agência reguladora propriamente dita⁴. (LINS, 2002)

A atuação do Estado na infra-estrutura comunicacional tem se demonstrado central, em uma sociedade marcada pela convergência, sendo “(...) necessária tanto para demarcar a liberdade de ação das entidades públicas e privadas do setor, como para ordenar o contexto econômico e operacional em que elas atuam.” (ANDI, 2007, p.75)

Nesta perspectiva, a função reguladora do Estado torna-se fundamental, visto que a mídia deveria promover um debate público democrático e plural; e o mercado sozinho não possui condições para cumprir esta função, pois sua preocupação se restringe aos aspectos comerciais e à obtenção de lucro, prejudicando o fortalecimento da cidadania e da democracia, neste sentido, o papel do Estado como o responsável pela atividade regulatória é essencial.

3. Estado e regulação

A regulação está vinculada com a preservação do Estado democrático de Direito, o qual sempre defendeu sua intervenção na mídia com base em seu papel social e econômico, já que algumas situações, tais como a concentração do mercado e a incapacidade do Estado em intervir, podem prejudicar tanto a liberdade de expressão, direito fundamental; quanto o pluralismo.

Em determinados períodos da história defendia-se um Estado reduzido, que interferisse cada vez menos nos assuntos econômicos e sociais, todavia, na infra-estrutura comunicacional sua ação adquiri papel central, não só delimitando a liberdade de ação dos setores públicos e privados que atuam nesta área, como também regulando os conteúdos veiculados pela mídia de uma forma geral. Segundo Pieranti (2009) a regulação da comunicação é distinta daquela observada em outros setores, tais como alimentício ou de transporte, pois nenhum desses tem a informação como produto, que em determinados casos pode desestabilizar governos e sistemas.

A regulação coloca o Estado numa posição, que em alguns momentos, pode ser contraditória, pois o mesmo pode ferir direitos fundamentais que é de sua responsabilidade garantir, assim,

A percepção dicotômica de que o Estado é tanto um ente qualificado para garantir direitos fundamentais e princípios democráticos, quanto um agente capaz de aniquilá-los coloca em

⁴ Segundo Lins (2002) “as agências reguladoras distinguem-se da fiscalização direta por acumularem, além do poder de fiscalização e atuação, autonomia para estabelecer normas e procedimentos de prestação dos serviços e autonomia administrativa e financeira.” (p.7)

xeque sua legitimidade como regulador. O vínculo entre meios de comunicação e democracia, como já visto anteriormente, tem sido o mote para a polarização do debate: a interferência do Estado na comunicação de massa é ora apontada como um cerceamento natural aos emissores, portanto, um contra-censo para a democracia, ora como a única forma de se garantirem direitos fundamentais à sociedade. (PIERANTI, 2009, 56-7)

A sociedade deve reconhecer o Estado como um defensor dos seus direitos, para que o mesmo desempenhe papel de regulador, desse modo, como ressalta Bobbio (1987) “(...) o indivíduo não é pelo Estado, mas o Estado pelo indivíduo.” (p.116-7) Neste sentido a regulação deve ser exercida para proteger o interesse social, e a participação de toda sociedade é fundamental.

A complexidade do setor das comunicações, que envolve o Estado, os empresários, os trabalhadores, a sociedade, as organizações da sociedade civil, entre outros agentes, não se constitui como um obstáculo para regulação, segundo Othon Jambeiro (2003) há algumas características que justificam a intervenção do Estado neste setor, principalmente no de radiodifusão, entre elas estão

(...) a concepção de que aqueles serviços utilizam um bem público – o espectro eletromagnético – sendo, desta forma, normal e necessário o controle exercido pelo Estado, ou por entidade para este fim construída. (...) Outra justificativa diz respeito ao caráter intrusivo da radiodifusão, particularmente no que se refere às crianças e adolescentes. Daí tem resultado regulamentos – em alguns países mais, em outros menos – rigorosos, relativos à decência, violência, sexo, bebidas alcoólicas, drogas, produtos tóxicos, etc. A terceira justificativa é a que reconhece a universalidade e influência da radiodifusão, de onde deriva a necessidade de regulamentação sobre justeza e equilíbrio dos noticiários, imparcialidade política, não incitamento a ódios raciais, de classe, de etnia, de religião, etc. (p.126)

A atuação do Estado no processo de regulação pode-se dar de formas distintas, dependendo do contexto econômico, tecnológico e político, assim, há o Estado Proprietário, o qual é o proprietário do espectro eletromagnético, possuindo emissoras de rádios e televisão exploradas por órgãos estatais específicos; Estado Promotor, responsável pelas políticas de desenvolvimento do setor, ou seja, fica a seu cargo tanto a formulação como a sua implementação; Estado Regulador, tem como função estabelecer regras de instalação, de infra-estrutura e serviços, evitando o desequilíbrio e as incertezas que prejudicam a ação empresarial. Contudo, esta não se constitui como caracterização estanque da atuação estatal, entre os extremos dessas características há a possibilidade de encontrar gradações diversas. (ANDI, 2007)

O Estado pode agir de diferentes maneiras de acordo com os interesses que estão em jogo, desenvolvendo ou retardando as comunicações; ampliando ou reduzindo o número de pessoas diretamente envolvidas neste setor; pode transferir responsabilidades atuando somente como um observador do mercado; ou atuando como um agente comunicador, influenciando diretamente nas questões do setor.

As questões que envolvem a regulação no Brasil passam por diferentes aspectos, entre eles, como veremos melhor a seguir, a concentração da propriedade, falta de pluralismo e a estagnação de um marco legal que dê conta das novas demandas que surgem com o desenvolvimento dos meios de comunicação.

4. Regulação no Brasil

O Estado brasileiro até o início do século XX consistia de poderes políticos regionais, a partir de 1937 com a implantação do Estado Novo há um novo relacionamento com o Estado, o país passa a ser visto como uma pátria unificada.

Esse movimento revolucionário é considerado também o ponto inicial do conceito utópico do contemporâneo. Estado nacional, isto é, uma entidade tida sempre como capaz de – e destinada a – articular, de maneira isenta e justa, os interesses de todos os grupos, classes e estratos sociais, para o bem estar de todo o povo. (JAMBEIRO, 2007, p. 109)

Nos anos oitenta e noventa o Brasil foi influenciado pelo desenvolvimento científico e tecnológico, com isto, dentro da lógica neoliberal o Estado brasileiro tornou-se regulador (JAMBEIRO, 2007).

A discussão sobre a regulação, no Brasil, volta a cena com o advento dos novos meios de comunicação, como a TV digital, Internet, TV a cabo, os quais alteram o quadro das comunicações e colocam a necessidade de rever alguns aspectos e repactuar direitos (SOARES, 2006).

Na denominada Era Vargas, inicia-se a tradição, no país, das concessões de canais de radiodifusão serem emitidas pelo governante em exercício⁵, o qual, muitas vezes, utilizavam-nas como moeda política, priorizando aliados e simpatizantes políticos. Somente em 1962 é introduzido o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), pela lei nº 4.117 – até os dias de hoje em vigor – primeiramente ele foi elaborado para regulamentar todos os tipos de comunicação eletrônica, inclusive a telefonia, entretanto, em 1997 é instituída a Lei Geral das Telecomunicações, provocando uma separação entre as telecomunicações e a radiodifusão⁶ (SIMÕES; MATTOS, 2005).

A existência do Código Brasileiro de Telecomunicações não impediu a concentração de mídia no país, na maioria dos estados prevalecem determinados grupos, vinculados às oligarquias regionais que exercem total controle sobre os meios de comunicação, “exemplos notórios são as dos Estados da Bahia, no qual a radiodifusão é controlada diretamente ou indiretamente pela família de Antônio Carlos Magalhães e o do Maranhão, onde o controle é da família Sarney.”⁷ (SOARES, 2006, p.122-3). Com isto, nota-se que a presença de políticos nesses grupos prejudica o desenvolvimento de uma legislação específica para a regulação, a qual poderia evitar situações que são recorrentes no país, entre elas a propriedade cruzada dos meios de comunicação.

No Brasil o debate sobre a regulação, muitas vezes é suprimido, pois a mesma é vinculada constantemente como uma forma de controle. Esta discussão se faz cada vez mais importante em um contexto de constantes transformações advindas com implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) e a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), com a intenção de instituir no país pela primeira vez um sistema público de televisão.

Neste sentido, há aqueles que defendem sua existência e os que são contra a regulação, acreditando que está pode restringir a liberdade de expressão ou até mesmo atuar como uma forma de censura. Segundo Pieranti (2008) esta confusão da regulação com mecanismos de censura acaba criando obstáculos para que se exerça uma atividade regulatória de fato, “quando conferido ao mercado sem regulação por parte do Estado, esse papel culmina na adoção de critérios exclusivamente econômicos para a propriedade dos meios de comunicação de massa.”(PIERANTI, 2008, p.141)

O modelo sobre o qual surgiu a televisão brasileira, de acordo com Simões e Mattos (2005) é

(...) de inspiração marcadamente liberal, mas sem organismos reguladores preocupados com um nível ótimo de taxaço que propiciasse o seu fomento e defendesse sua pluralidade, com a única preocupação de manter o controle por parte dos governos militares ou centralizados no poder executivo, característicos do sistema político brasileiro até a Constituição de 1988. (p.40)

Desse modo, o Código Brasileiro de Telecomunicações não teve como finalidade ser um marco regulatório na regulação econômica, sendo somente fonte de controle político. (SIMÕES; MATTOS, 2005)

A Constituição federal de 1988 trouxe novas diretrizes para a mídia, segundo ZYLBERSZTAJN (2008), a mesma eliminou a censura, colocou dispositivos com a função de diminuir o uso político das concessões de canais; definiu a comunicação social, a participação do capital estrangeiro, a criação do Conselho de Comunicação Social, bem como propiciou a abertura de um

⁵ Garantida pelo decreto 20.047 de 1931.

⁶ Para Murilo Ramos há um paradoxo da radiodifusão, visto que esta lei de 1997 permitiu o avanço das teles, permanecendo intacto o setor da radiodifusão

⁷ Este fato vem sendo denominado por alguns autores de “coronelismo eletrônico”, adjetivação da expressão de Victor Nunes Leal (1977)

espaço para futuras regulamentações. Contudo, não ocorreram muitas mudanças no setor, prevalecendo os interesses dos detentores do controle privado dos meios de comunicação, destarte, evidencia-se o quanto as decisões tomadas no passado se refletem nas ações contemporâneas.

No decorrer dos anos diversas propostas foram feitas para a regulação, no entanto, muitas delas não foram bem acolhidas, sob a alegação de que se tratavam de censura, entre elas está a criação da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (ANCINAV), que tinha como objetivo principal a regulação deste setor, entretanto, o projeto foi muito criticado, tanto pela sua exposição, o qual já foi apresentado pronto, sendo a única possibilidade de discussão do tema através de consulta pública, além disso, “uma das principais questões levantadas era a separação entre a regulação de conteúdo, e de infra-estrutura. A ANCINAV ficaria com a parte de conteúdo enquanto a ANATEL continuaria regulando a esfera da infra-estrutura.” (ZYLBERSZTAJN, 2008, p.76) Ainda segundo ZYLBERSZTAJN (2008), não é possível que este tipo de regulação seja separada e a criação de um órgão cuja regulação se voltaria somente para o conteúdo poderia ter uma aproximação com a censura.

A Constituição de 1988 abriu espaço para a regulação, no entanto, a instalação de órgãos responsável por esta função nem sempre teve o resultado esperado. O Conselho de Comunicação Social (CCS), instituído pela lei 8.389, de 30 dezembro de 1991, foi instalado somente em 25 de junho de 2002, 14 anos depois de sua criação e 11 anos depois de sua regulamentação. O CSS tem algumas atribuições: realizar estudos, pareceres, recomendações, entre outras, de assuntos encaminhados pelo Congresso Nacional, que de acordo com o artigo 2º da lei 8.389 sejam sobre: “liberdade de manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação; diversões e espetáculos públicos; produção e programação das emissoras de rádio e televisão; monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação social; promoção da cultura nacional ou regional, e estímulo à produção independente e à regionalização da produção cultural, artística e jornalística” (ZYLBERSZTAJN, 2008, p.78-9).

Outro ponto a ser ressaltado na regulação é a questão da classificação indicativa, realizada pelo Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação.

“No caso da classificação indicativa, a tutela principal diz respeito aos direitos da criança e adolescentes. Isso já afasta a regulação da censura, uma vez que esta entra em cena para privilegiar os interesses de alguns e age contra os ideais democráticos. O efeito indicativo pretendido tem como alvo os pais, para que todas as informações sejam dadas a eles, a fim de que decidam se os seus filhos podem ou não assistir a determinado programa.” (ZYLBERSZTAJN, 2008, p.82)

A realização da classificação tem a participação de diversos atores, entre eles a ANATEL, o Ministério Público federal, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, fato que evidencia a democratização deste processo, não ficando restrito somente a um órgão.

A existência de alguns órgãos reguladores não implicou na transformação do setor da comunicação no país, onde ainda há o privilégio dos interesses das grandes empresas, que exercem sua influência tanto na sociedade como nas discussões sobre este tema, que aparece na pauta como uma forma de censura por parte do Estado; a concentração dos meios de comunicação, que prejudica a existência de um pluralismo e uma concorrência mais equilibrada, principalmente no setor de radiodifusão; a falta de valorização do regional, já que o domínio é exercido por empresas que estão no eixo Rio - São Paulo, e finalmente a utilização das concessões como moeda política, fatos existentes durante décadas no país.

5. Considerações Finais

O tema da regulação está, cada vez mais, presente nas discussões sobre os meios de comunicação no Brasil, devido às novas demandas deste setor, que com o desenvolvimento tecnológico tem passado por transformações constantes.

A regulação não se constitui apenas como atividade atribuída ao Estado, cabe também à sociedade civil a responsabilidade de estar atenta para cobrar que os seus interesses sejam atendidos, através da existência de programas de qualidade, que tenham como um dos objetivos fomentar a cidadania e a cultura nacional, bem como um pluralismo que garanta uma concorrência equilibrada, principalmente entre as emissoras de televisão.

Outro ponto importante é a concentração de mídia no país, conseqüência do atraso de uma lei específica para o setor, visto que o início das transmissões de televisão ocorreram em 1954, e o Código Brasileiro de telecomunicações só foi instituído em 1962, sendo o único do setor até 1997, ano em que se promulgou a Lei Geral de Telecomunicações, a qual permitiu a reforma das telecomunicações permanecendo o setor de radiodifusão intacto, conservando a concentração e os interesses comerciais daqueles que estão a ele ligados.

A regulação não pode ser tratada como uma forma de censura, visto que ela se constitui arbitrariamente, manifestando os ideários de determinados grupos. Além disso, a regulação está prevista na Constituição federal e tem como objetivo preservar os ideais do Estado Democrático de Direito.

Neste cenário a atuação de grupos da sociedade civil organizada, principalmente o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e o Coletivo Intervezes, são de extrema importância, realizando ações junto ao governo, informando a população da importância de um novo marco regulatório na sociedade brasileira, que atue não somente na diminuição da concentração da mídia, mas também na preservação dos interesses da sociedade como um todo, através de um sistema de comunicação mais plural.

Referências

- ANDI. **Mídia e Políticas de Públicas de Comunicação**. Brasília, 2007
- BOBBIO, N. Estado, governo e sociedade; por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Trad Marco Aurélio Nogueira.
- BOLAÑO, C. R. S. M. Mercado Brasileiro de televisão 40 anos depois. In BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. R. S. (orgs). Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005
- _____. Evolución histórica del modelo brasileño de regulación del audiovisual. Disponível em: <http://www2.eptic.com.br/sgw/data/bib/artigos/5db5a73ee458905989c42088bf8390c2.pdf> Acesso em 15/02/2012
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 14/03/2012
- BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. R. S. **A televisão brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes**. São Paulo: Paulus, 2007
- JAMBEIRO, O. A reconfiguração do ambiente regulador das comunicações na sociedade da informação. In RAMOS, M. C.; SANTOS, S. (orgs). **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus, 2007
- _____. Estratégias de controle da mídia: o caso da radiodifusão no Estado Novo – 1937/1942. Revista de Economia Política de las tecnologías de la información y Comunicación, v.3, 2003, p.124-145
- LINS, B. F. **Análise comparativa de políticas públicas de comunicação social**. Câmara dos Deputados; Praça dos três poderes; Consultoria Legislativa. Brasília, 2002
- PIERANTI, O. P. Regulação da Comunicação de massa: novas perspectivas teóricas e redefinições conceituais para o contexto brasileiro. 2008. Tese (doutorado). Fundação Getúlio Vargas. Escola brasileira de administração pública e de empresas, São Paulo, 2008
- _____. Censura versus regulação de conteúdo: Em busca de uma definição conceitual. In SARAVIA, E; MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. (orgs). **Democracia e Regulação dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: FGV, 2008
- SIMÕES, C. F.; MATTOS F. Elementos histórico-regulatórios da televisão brasileira. In BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. R. S. (orgs). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.
- SANTOS, S.; SILVEIRA, E. Serviço público e interesse público nas comunicações. In RAMOS, M. C.; SANTOS, S. (orgs). **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus, 2007
- SOARES, M. C. **A luta pela democratização dos meios e as tecnologias digitais**. In Revista de Comunicação Midiática: Revista do Programa em Comunicação da FAAC/UNESP, n°5, ano 3, Bauru/SP, set 2006.
- ZYLBERSZTAJN, J. Regulação de Mídia e colisão entre direitos fundamentais. 2008. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito, São Paulo, 2008

A BUROCRACIA DO CONFLITO SOCIAL

Klelton Mamed de FARIAS¹

1. INTRODUÇÃO

Desde uma perspectiva histórica, pode-se afirmar que os movimentos sociais são apreendidos de formas diferentes por seus atores e por grupos hegemônicos socialmente. Para os primeiros, os movimentos sociais constituem mecanismos que determinam o resultado dos conflitos que lhe são correspondentes; para os segundos, constituem instrumentos nocivos à ordem social, razão por que interpretam esses conflitos como catástrofes sociais cuja solução exige sua necessária criminalização. Assim, para esse grupo social, a solução dos conflitos sociais tem de ser realizada pelo mecanismo da juridicização. Por mais paradoxal que pareça, alguns movimentos sociais têm adotado esse paradigma de solução dos conflitos sociais, como, por exemplo, o movimento em prol da edição da Lei Maria da Penha e, mais recentemente, o projeto de lei referente às condutas homofóbicas, que pretende alterar a Lei do Racismo (Lei nº. 7.716/1989). A criminalização, nesses casos, como em tantos outros análogos, exacerbada o processo de burocratização dos conflitos sociais, suscitando a questão de saber em que medida esse paradigma de criminalização atende efetivamente às expectativas desses movimentos sociais.

2. BREVE NOTÍCIA HISTÓRICA DO CONFLITO SOCIAL: MOVIMENTOS SOCIAIS E SEUS SENTIDOS

Gostaria de iniciar com uma afirmação um tanto peremptória. A afirmação a que me refiro é a de que *não há sociedade sem conflito social*. Dessa frase não se deve concluir, porém, que todas as sociedades vivem ininterrupta e continuamente sob as malhas do conflito, ou seja, que o conflito constituiria a condição suficiente e necessária de toda e qualquer sociedade, de modo que as relações sociais não fossem outra coisa senão conflito. Afirmar isso seria rematada cegueira, porque a própria existência desta *X Semana da Pós em Sociologia* é índice manifesto de que o conflito não é a única tônica das relações sociais, mas apenas uma das formas pelas quais as pessoas podem se relacionar socialmente. Quando afirmo que *não há sociedade sem conflito social*, tenho em vista aquilo que diziam os latinos com relação ao direito: onde está a sociedade, está o direito (*ubi societas, ibi jus*). Essa máxima se encontra no *Corpus Iuris Civilis*, de Ulpiano, cuja redação completa é esta: onde há homem, há sociedade; e onde está a sociedade, está o direito (*ubi homo ibi societas; ubi societas, ibi jus*). Mas, assim como o direito, embora seja uma realidade inerente a todas as sociedades, não significa que todos os fenômenos sociais sejam fenômenos jurídicos, do mesmo modo como nem todos os fenômenos sociais são espécies de conflito social, ou seja, conquanto não exista sociedade sem conflito, há outras formas de relações sociais para além dos conflitos.

Essa afirmação de que *não há sociedade sem conflito* também pode remeter às teorias denominadas *conflitivas*, segundo as quais seria imanente às sociedades uma série de contradições e objetivos coletivos contrapostos que originariam inevitavelmente o embate de interesses, constituindo, desse modo, “um *imperativo estrutural* e um motor produtivo, e fundamental, da mudança social.”² Embora a citada afirmação possa tangenciar o tema das teorias das ordens sociais, que, com efeito, têm o condão de condicionar a interpretação dos conflitos sociais, o pano de fundo é outro. Dentre os vários tipos de conflitos sociais, há um em especial que nos interessa no momen-

¹ Doutorando em Sociologia, mestre em Direito e bacharel em Filosofia pela UFPA. Professor de Filosofia, Direito Penal e Processo Penal do CESUPA - Centro Universitário do Estado do Pará.

² LORENZO CADARSO, Pedro Luis. *Fundamentos teóricos del conflicto social*. Siglo XXI de España Editores, 2001, p. 19.

to, qual seja, o conflito social que se relaciona com alguns movimentos sociais, movimentos esses cujas ações transcendem o mero individualismo, porque não se limitam à satisfação de interesses individuais, mas procuram a consecução de interesses coletivos.

Por essa razão, segundo Pedro Luis Lorenzo Cadarso, desde uma perspectiva histórica, pode-se afirmar que os movimentos sociais são apreendidos de formas diferentes por seus atores e por grupos hegemônicos socialmente. Para os primeiros, os movimentos sociais constituem mecanismos que determinam o resultado dos conflitos que lhe são correspondentes; para os segundos, constituem instrumentos nocivos à ordem social, razão por que interpretam esses conflitos como catástrofes sociais cuja solução exige sua necessária criminalização³.

Para o primeiro grupo, o conflito social parece inserir-se no âmbito das teorias conflitivas da ordem social. Para os segundos, o conflito social parece constituir anomalias sociais que precisam ser sanadas, ou, nas palavras de Lorenzo Cadarso, “os conflitos sociais são, pois, situações anômalas, fruto de uma alteração no discurso normal da vida social”⁴, razão pela qual não podem ser compreendidos senão como disfunções sociais, expressão tão cara a certos funcionalistas.

Todavia, como ressalta Alain Tourraine, os movimentos sociais não deveriam ser reduzidos a conflitos de interesses, mormente no que se refere a interesses de classe, porque os conflitos sociais hodiernos não se concentram mais no elemento econômico. E, em que pese o fato de os conflitos de classe não terem desaparecido (principalmente quando se nota que a indústria não foi abolida), há de se perceber, no entanto, que a relação trabalhador-patronato não detém mais a proeminência de outrora, especialmente porque esses conflitos de classes teriam sido, em termos gerais, institucionalizados, cedendo espaço para outras reivindicações sociais, sem o caráter eminentemente econômico, mas destacadamente culturais. Eis, de acordo com Tourraine, o caso do surgimento de movimentos sociais como o feminismo, o homossexualismo, o estudantil, dentre outros. O laço que une esses novos movimentos são mais comunitários e localizados, não obstante sua abrangência socialmente ampla. Os novos movimentos sociais não sustentam principiologicamente a necessidade da transformação inexorável das situações e das relações econômicas. Pugnam, antes, pela efetivação da liberdade e das responsabilidades de cada indivíduo, quer isolada quer coletivamente, contra a lógica impessoal do lucro e da concorrência, bem como contra uma ordem estabelecida e determinante do “que é normal ou anormal, permitido ou proibido.”⁵ A natureza dos novos movimentos sociais é, portanto, cultural e não socioeconômica como o eram os movimentos sociais nas sociedades industriais⁶.

3. OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A DEFESA DA CRIMINALIZAÇÃO DE SEUS Oponentes

Não obstante os movimentos sociais tenham assumido, segundo Alain Tourraine, nova configuração, parece que a pauta de reivindicação de alguns movimentos sociais, como, por exemplo, o que resultou na edição da Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2006), não conseguiu transcender o pensamento tacanho dos grupos hegemônicos acima aludidos, porque enveredou pela mesma via da criminalização das condutas produtoras de violência doméstica e familiar como um dos mecanismos de solução para esses conflitos e para afirmação da dignidade das mulheres. Deve-se esclarecer, desde logo, entretanto, que, por um lado, essa medida foi estritamente necessária, porque a situação anterior que se instalou com a edição da Lei nº. 10.886/2004, foi absolutamente execrável, principalmente quando se leva em consideração o fato de que inúmeros casos de violência doméstica e familiar passaram a ser “resolvidos” mediante a aplicação da pena de “cesta básica”, ou seja, aos agressores se impunha a pena de pagarem algumas cestas básicas por terem agredido suas esposas, companheiras ou parentes. Com essa lei foi instituído legalmente aquilo que Hannah Arendt, em *Eichmann em Jerusalém*, denunciou como o fenômeno da *banalização do mal*, e

³ LORENZO CADARSO, Pedro Luis. *Fundamentos teóricos del conflicto social*, p. 5.

⁴ *Ibidem*, p. 18.

⁵ TOURRAINE, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 180.

⁶ *Ibidem*, p. 178.

que, com a devida adaptação, poderíamos parafrasear chamando de a banalização da violência doméstica e familiar. Todavia, a Lei Maria da Penha, em vários dispositivos, proibiu acertadamente essa banalização, esse comércio de “cestas básicas” para benefício dos agressores. Não há como negar que isso foi uma conquista para as mulheres. Mas, esse caminho da criminalização seria um modelo para todos os movimentos sociais?

Para muitos militantes, isso constitui uma verdade inabalável, como, por exemplo, para o movimento dos homossexuais. Atualmente, no Congresso Nacional, existe um projeto de lei para criminalizar as chamadas “condutas homofóbicas”, o PLC n.º 122/2006⁷. Uma das justificativas é que a intolerância com os homossexuais em geral tornou-se insuportável, levando inclusive a condutas homicidas. Segundo Luiz Mott, a aprovação desse projeto de lei inibiria a violência contra os homossexuais⁸, porque, a cada três dias, um homicídio seria praticado contra homossexual. Em 2007, teriam sido mortos 122 homossexuais, 30% a mais que em 2006⁹.

Embora essas condutas discriminatórias sejam manifestas, é necessário verificar que informações dessa natureza deixam em aberto o que seriam “condutas homofóbicas”. O fato de 122 homicídios terem sido praticados contra homossexuais não mostra que foram praticados por motivos “homofóbicos”, nem esclarece o detalhe sumamente importante se quem praticou esses homicídios era também homossexual ou não. Se era homossexual, então homossexuais também têm “condutas homofóbicas”. O modo como Luiz Mott expõe a questão da homofobia parece tendenciosa, parece pretender persuadir a todos que os 122 homicídios foram praticados por pessoas que não são homossexuais, mas a sua própria pesquisa revela que “os gays são predominantemente assassinados dentro de casa a facadas ou estrangulados...”, e os gays são 70% do total de 122 homicídios. Ora a circunstância de os gays serem mortos em suas próprias casas já constitui indício suficiente de que provavelmente homossexuais também matam homossexuais. E, se os homossexuais não são eles próprios homofóbicos, então há outras causas para algumas dessas 122 mortes de homossexuais no ano de 2007, como, por exemplo, os motivos passionais, dentre os quais, o ciúme, embora os homicídios possam ter outras causas como a ganância. Enfim, *last but no least*, esse levantamento de dados empíricos não prova a relação de causa e efeito entre a lei que criminaliza “as condutas homofóbicas” e a inibição dos homicídios em que as vítimas sejam homossexuais. Essa relação é muito mais psicológica que lógica. Mas o que não se suspeita é que a afirmação de que a lei inibiria os homicídios pressupõe o fato de que cabe ao direito resolver os conflitos sociais.

Considerando, porém, os limites desse levantamento de dados empíricos, ficam sem respostas questões mais fundamentais, como, por exemplo: qual a função do direito em uma sociedade?¹⁰ Se a resolução de conflitos sociais é função do direito, isso implica dizer que todos os conflitos sociais têm de ser resolvidos juridicamente? A solução jurídica resolve efetivamente os conflitos sociais?

4. CRIMINALIZAR TAMBÉM É BUROCRATIZAR OS CONFLITOS SOCIAIS

Para aqueles que entendem que as respostas a essas perguntas não podem ser senão positivas, o caminho da criminalização é, com toda a certeza, o caminho mais adequado para garantir a liberdade de manifestação dos homossexuais e inibir as condutas opostas a essas manifestações. Dito de outro modo: a criminalização parece constituir estratégia apropriada para a erradicação dos “crimes homofóbicos”.

Ainda que a verificação dessa tese dependa de trabalhos empíricos rigorosos, há um aspecto que precisa ser considerado e que, a médio e longo prazo, pode-se tornar um empecilho para a punição efetiva dos infratores dos direitos humanos dos homossexuais, tal como ocorreu com

⁷ Para maiores detalhes, consultar o site oficial do PLC 122: <http://www.plc122.com.br/#axzz1bszOx4iT>.

⁸ Entrevista de Luiz Mott reproduzida no site: <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/a-homofobia-por-luiz-mott>.

⁹ Cf. Relatório anual do Grupo Gay Bahia, fundado por Luiz Mott, divulgado no site: <http://lgbtt.blogspot.com/2008/06/homofobia-luiz-mott-apresenta-dados.html>.

¹⁰ VOEGELIN, Eric. *A natureza do direito e outros textos jurídicos*, p. 47 et seq.

os efeitos deletérios da Lei nº. 10.886/2004 (antiga lei da violência doméstica e familiar, revogada pela Lei Maria da Penha). Esse aspecto inaudito é que com a criminalização virá, *pari passu*, a burocratização desses conflitos sociais, porque, como dizia Simone Weil, não há assecuração de direitos sem a imposição de obrigações, ou seja, assegurar direitos a uns implica necessariamente impor obrigações a outros.

E quem são esses outros? Certamente são aquelas pessoas que não respeitam os direitos humanos dos homossexuais. Mas essas pessoas não são os únicos “outros”. Também são a Polícia, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Judiciário, para citar apenas alguns dos órgãos estatais.

Todavia, como é cediço desde os estudos de Max Weber, o modo de funcionamento dessas instituições é estritamente burocrático e, com a edição da nova lei do racismo, caso seja aprovado o PLC nº. 122, essas instituições terão de se adaptar a essa nova realidade, adaptação essa que implicará, como tem implicado em casos semelhantes, em mais burocracia.

Em suma, a criminalização dos movimentos sociais, embora seja necessária em casos extremos, paradoxalmente enseja, para seu controle e manutenção, o crescimento concomitante da máquina burocrática do Judiciário, da Polícia, do Ministério Público, da Defensoria Pública etc. Em inúmeros casos esse crescimento da burocracia emperra a prestação jurisdicional e frustra as expectativas dos jurisdicionados, fato bastante notório.

Por essa razão, é preciso refletir demoradamente com relação a esse aspecto da criminalização como instrumento de satisfação dos interesses de alguns movimentos sociais, para que, ao final, não impere a sensação de ter sido tudo em vão.

5. CONCLUSÃO

Nunca é demais lembrar que, segundo Max Weber, burocracia remete ao conceito de dominação racional e legal, daí sua afirmação de que

Motivos puramente materiais e racionais referentes a fins da vinculação entre senhor e quadro administrativo significam... *uma relação relativamente instável*... Mas nem o costume ou a situação de interesses, nem os motivos puramente afetivos ou racionais referentes a valores da vinculação poderiam *constituir fundamentos confiáveis de uma dominação*. Normalmente, junta-se a esses fatores outro elemento: *a crença na legitimidade*.¹¹ (sem grifos no original).

A obediência da norma, nesse caso, não seria à nenhuma pessoa, mas à lei, que objetivamente estabeleceu, concomitantemente, a quem e em que medida se tem de obedecer. Mas a questão é que, com o crescimento dessa máquina burocrática do Estado, aquilo que, em um primeiro momento, tornou-se uma conquista sem precedentes, pode tornar-se um entrave ainda mais oneroso socialmente para a satisfação dos direitos pleiteados por alguns movimentos sociais.

Assim, a burocracia dos conflitos sociais tanto pode favorecer como prejudicar os interesses de alguns movimentos sociais, e não há como saber, desde logo, qual dessas hipóteses prevalecerá nos próximos anos, nem como garantir que a criminalização das “condutas homofóbicas” implicará a efetiva minoração desses conflitos sociais.

BIBLIOGRAFIA

- COSER, Lewis A. *As funciones Del conflicto social*. Trad. Bertha Bass, Ruby Betancourt e Félix Ibarra. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1961.
- FERNANDES, António Teixeira. Conflitualidade e movimentos sociais. In *Análise social*, vol. XXVIII (123-124), 1993 (4º-5º), p. 787-828 (disponível na *internet*: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223292608S8kUR1qx0Wa77QV4.pdf>, capturado em 10.05.2011).

¹¹ WEBER, Max. *Economia e sociedade*, vol. 1, p. 139.

- FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. 5ª. ed. Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tra. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO. Sociologia e investigação social empírica. In HORKHEIMER, Max e ADORNO. *Temas básicos de sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- LORENZO CADARSO, Pedro Luis. *Fundamentos teóricos del conflicto social*. Siglo XXI de España Editores, 2001
- VOEGELIN, Eric. *A natureza do direito e outros textos jurídicos*. Trad. Fernando Virgílio Ferreira. Lisboa: Vega, 1998.
- TOURRAINE, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Trad. Gentil Avelino Titton. Petrópolis: Vozes, 2006.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 1. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília,DF.: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

A HUMANIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AVANÇOS E DILEMAS DO SUS

THE HUMANIZATION OF THE PUBLIC HEALTH IN CAMPOS DOS GOYTACAZES: A CASE STUDY ABOUT ADVANCES AND DILEMMAS OF THE SUS

Lara Luna da SILVEIRA¹

Resumo: A pesquisa em andamento busca avaliar o atendimento de um hospital público de referência na cidade de Campos dos Goytacazes – RJ, a partir da Política Nacional de Humanização do SUS. O Humaniza SUS, como ficou conhecida esta política do governo federal, intenta efetivar os princípios do SUS no cotidiano das práticas de atenção e gestão, buscando valorizar os diferentes sujeitos implicados na produção da saúde, e assim a sua autonomia e protagonismo, a co-responsabilidade, o estabelecimento de vínculos solidários, a participação coletiva no processo de gestão e a indissociabilidade entre atenção e gestão. O foco da pesquisa pauta-se em dois princípios caros à efetividade do SUS: a descentralização da gestão e a equidade no tratamento. Neste ínterim, o município em questão assume o Pacto de Gestão Plena do Sistema Municipal de Saúde, passando a gerenciar os recursos financeiros oriundos do SUS e a prestação de serviços da atenção básica e atendimentos de média complexidade, antes gerenciados pelo estado, passo importante à descentralização do SUS. No entanto, a superlotação do referido hospital e as condições verificadas que vão de encontro ao HumanizaSUS sugerem condições precárias de organização de processos de trabalho em saúde, intensificando ou deflagrando conflitos entre os diversos profissionais da saúde e os pacientes, impactando negativamente na premissa da equidade e sugerindo que os problemas do SUS não podem ser simplesmente creditados a seu financiamento.

Palavras-chave: HumanizaSUS, equidade, descentralização.

Abstract: The research in progress aims to evaluate the service of a relevant public hospital in the city of Campos dos Goytacazes – State of Rio de Janeiro, from the perspective of the National Policy of Humanization of the Brazilian Public Health Care System – SUS. The HumanizaSUS, as it has become known, intends to concretize the principles of that system in the practices of the care and management, searching to valorize the distinct subjects implicated in the production of health, thereby their autonomy, the establishment of solidarity bonds, the collective participation in the process of management and the inseparability between care and management. The focus of the research is guided by two significant principles to the effectiveness of the SUS: the decentralization of the management and the fair treatment. In the interim, that city assumes the Complete Management Pact of the Municipal Health System starting to manage the financial resource from the SUS and the provision of service of primary healthy care and medium complexity, formerly managed by the state, an important step to decentralization of the SUS. However, the overcrowding in that hospital and the conditions verified against the HumanizaSUS suggest precarious conditions of work process triggering conflicts

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Centro de Ciências do Homem - CCH / Térreo; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Av. Alberto Lamego, 2000 - Campos dos Goytacazes - RJ CEP 28013-602 sociologiapolitica@uenf.br; laralunas@gmail.com.

among several health professional and the patients, damaging the premise of equality and suggesting that the problems of the SUS can't be simply related to its financing.

KEYWORDS: HumanizaSUS, equality, decentralization.

É recorrente na literatura acerca da saúde pública a noção de que o Sistema Único de Saúde – SUS institucionalizado no país inova em relação aos modelos de sistemas nacionais que lhe serviram de inspiração, quando destaca entre suas diretrizes organizacionais a descentralização por meio da municipalização da gestão dos serviços e ações de saúde. Daí está concebida a ideia de que os próprios cidadãos poderiam exercer um maior controle sobre as ações de saúde, participando efetivamente na direção e implantação de seus serviços, de forma a propiciar maior equilíbrio entre regiões da Federação, diminuindo as desigualdades regionais em saúde ao facilitar o acesso no nível local (CAMPOS, 2007).

Contudo, muitos desafios à concretude desses ideais ainda configuram o cenário da saúde pública em solo brasileiro, impactando o controle a ser exercido pelos usuários e pelos próprios trabalhadores da área, tais como: a fragmentação e a verticalização dos processos de trabalho, que acabam por esgarçar as relações entre os diferentes profissionais da saúde e entre estes e os usuários; a precária interação nas equipes e despreparo para lidar com a dimensão subjetiva nas práticas de atenção; o baixo investimento na qualificação dos trabalhadores, especialmente no que se refere à gestão participativa e ao trabalho em equipe; e os poucos dispositivos de fomento à co-gestão e à valorização e inclusão dos gestores, trabalhadores e usuários no processo de produção de saúde (BRASIL, 2004a, p. 5).

Tais desafios são levantados pelo Ministério da Saúde, quando propõe no começo dos anos 2000 a implementação de uma política de fortalecimento aos princípios e diretrizes do SUS por meio da humanização de seus serviços e de sua gestão. Entre 1999 e 2002, algumas ações e Programas foram propostos em prol da qualidade na atenção aos usuários². Mas a política de humanização começou a tomar contornos mais particulares com o Programa Nacional de Humanização da Atenção Hospitalar – PNHAH, entre 2000 e 2002, com intuito de criar comitês de humanização voltados para melhoria na qualidade da atenção ao usuário e, mais tarde, ao trabalhador. Segundo Barros e Passos (2005, p. 389), tais iniciativas encontravam um cenário ambíguo em que a humanização era reivindicada pelos usuários e alguns trabalhadores, sendo por vezes menosprezada pela maioria dos gestores e dos profissionais, apontando para discursos sobre o esgotamento do SUS.

A fim de tornar a humanização uma política ampla e não setorializada, em 2003 o Ministério da Saúde formula a Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão da Saúde (PNH) ou HumanizaSUS, como ficou conhecida. Com o termo “humanização”, busca erguer questões para orientar a construção das políticas em saúde tendo como diretriz o atendimento de qualidade por meio da articulação entre os avanços tecnológicos com acolhimento, a melhoria dos ambientes de cuidado e as condições de trabalho dos profissionais. Neste sentido, a humanização deverá “ser vista como uma das dimensões fundamentais, não podendo ser entendida como apenas um ‘programa’ a mais a ser aplicado aos diversos serviços de saúde, mas como uma política que opere transversalmente em toda a rede SUS”. (BRASIL, 2004a, p. 6).

A Política de Humanização do SUS

²A palavra humanização não aparece em todos os Programas e ações, que muitas vezes têm focos diversos, no entanto, passíveis de delinear uma relação entre humanização-qualidade e atenção-satisfação do usuário: instauração do procedimento de Carta ao Usuário (1999), Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares – PNASH ; Programa de Acreditação Hospitalar (2000); Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (2000); Programa de Modernização Gerencial dos Grandes Estabelecimentos de Saúde (1999), dentre outros. (BARROS, R.B. ; PASSOS, E., 2005).

A noção de uma política que opere transversalmente em todo o SUS está imbuída da ideia de “contágio” em todo o sistema, em toda a rede de saúde, de uma atitude humanizadora, em que todas as demais políticas passem a ser articuladas por meio deste eixo, destacando assim os aspectos subjetivos e sociais presentes em qualquer prática de saúde (BRASIL, 2004a, p. 8). Nas cartilhas produzidas pelo Ministério da Saúde acerca do “HumanizaSUS”, encontramos a aspiração de que a humanização constitua-se como vertente orgânica do SUS, devendo ser traduzida em princípios e modos de operar no conjunto das relações entre profissionais e usuários, entre os diferentes profissionais, as diversas unidades e serviços de saúde e entre as instâncias que constituem o sistema. Todo tipo de planejamento, mecanismos de decisão, estratégias de implementação e avaliação e mesmo o modo como tais processos operam, deve tudo confluir para a construção de trocas solidárias e comprometidas com duas tarefas: com a produção da saúde e com a produção de sujeitos. Esta última está implicada com a própria definição da Humanização, que alude ao aumento do grau de co-responsabilidade dos diferentes atores que constituem a rede SUS, sejam eles gestores, trabalhadores da saúde, usuários e mesmo todos os cidadãos:

Assim, tomamos a Humanização como estratégia de interferência no processo de produção de saúde, levando-se em conta que sujeitos sociais, quando mobilizados, são capazes de transformar realidades transformando-se a si próprios nesse mesmo processo (BRASIL, 2004a, p. 8).

Do mesmo modo, encontraremos também entre os princípios norteadores da PNH o ideal de fortalecimento do trabalho em equipe multiprofissional, em que seja estimulada a troca de informações/saberes, a educação permanente e a utilização dos espaços de gestão para construção da autonomia e protagonismo de sujeitos e coletivos. A gestão participativa que inclui trabalhadores da saúde e usuários, buscando a co-responsabilidade entre os diferentes atores, é uma das prioridades da PNH, devendo ser garantida pelas unidades de saúde. Estas ainda devem oferecer informações aos usuários e permitir o acompanhamento de pessoas de sua rede social além de garantir os direitos do código de usuários do SUS, tais como ter ciência de quem são os profissionais que cuidam de sua saúde.

O acesso à rede pública de saúde apresenta diversos aspectos problemáticos que a PNH visa combater. Maria C. Fekete (1997) destaca os obstáculos que os usuários encontram na organização e gestão do sistema, na entrada e no interior das unidades de saúde, entre eles a demora para conseguir uma consulta, a espera pelo atendimento, para fazer exames e até para receber seus resultados. Uma das prioridades da PNH é exatamente reduzir as filas e o tempo de espera com ampliação de acesso e atendimento acolhedor e resolutivo baseados em critérios de riscos (BRASIL, 2004a, p. 10).

Outro tipo de dificuldade destacada pela autora refere-se ao nível “sociocultural”: as crenças e hábitos quanto aos cuidados em saúde; a resistência a intervenções médicas, por motivo de medo ou vergonha; o nível de conhecimento sobre a oferta de serviços; a fraca participação dos usuários na organização dos serviços de saúde. Aqui também as instituições e os funcionários prefiguram este tipo de dificuldade de acesso quando não estão devidamente preparados para receber distintos perfis socioculturais de pacientes, e quando a formação dos profissionais está desvinculada da realidade das condições de vida e saúde daqueles. Nestes termos, a diferenciação sociocultural entre usuários e profissionais de saúde é passível de propiciar um processo mal sucedido de comunicação e entendimento entre ambos (BOLTANSKI, 1989). Existem pesquisas que apontam que a maior parte de queixas dos pacientes em relação a médicos está exatamente direcionada a problemas de comunicação, muito mais que os de ordem de competência clínica, sendo tais queixas efeitos da má relação entre ambos (CHAPARA e RODRIGUES, 2004, p. 143).

Um dos significados associados à humanização diz respeito exatamente à contraposição à violência, seja ela física, psicológica, ou simbólica, sendo esta última expressa pelo não reconhecimento das necessidades emocionais e culturais dos usuários, o que muitas vezes se codifica na imposição de comportamentos e valores morais. Há pesquisas ainda que apontam que a forma do atendimento e a capacidade demonstrada pelos profissionais de saúde para ouvir e compreender a

demanda dos usuários são mais valorizadas por estes que a própria disponibilidade de médicos, a preocupação com espaço nos hospitais e com a falta de medicamentos (DESLANDES, 2004, p. 9). Logo, a comunicação torna-se dimensão fundamental na satisfação do usuário.

Por conseguinte, a relação interpessoal entre profissionais de saúde e usuários torna-se importante arena de atuação à política de humanização, principalmente quando surgem conflitos a partir das relações de poder sedimentadas na oposição especialista *versus* leigo. Tais conflitos poderiam ser expressos nos padrões de violência simbólica desenvolvidos pelas classes dominantes sobre as classes inferiores, como forma de distinção e afastamento destas³ (BOURDIEU, 2007a). Isto porque, segundo a análise de Boltanski acerca particularmente da relação entre médicos e pacientes, “a relação doente-médico é também sempre uma relação de classe, modificando-se a atitude do médico em função principalmente da classe social do doente” (1989, p. 48-49). Entretanto, a própria configuração hierárquica da relação impõe uma troca desigual entre estes atores, posto que o médico é quem goza da prerrogativa de conduzir o relato do paciente, de interferir ou mesmo interromper a sua fala (DESLANDES, 2004, p. 12).

Ademais, é sabido que nos cursos tradicionais para formação tanto de médicos quanto de enfermeiros, os estudantes adquirem uma série de conteúdos e capacidades técnicas voltadas ao saber biomédico, aos aspectos físicos dos pacientes, excluindo os culturais e socioeconômicos. Ou seja, a formação é toda voltada à doença e ao corpo doente e não para o paciente em si enquanto subjetividade, menos ainda para o significado que este atribui à doença e ao processo de adoecer. Neste contexto, as novas e cada vez mais sofisticadas tecnologias assumem gradativamente um papel importante no diagnóstico em detrimento da relação pessoal entre médicos e pacientes (CHAPARA e RODRIGUES, 2004).

Assim, após a identificação de que o modelo de formação dos profissionais de saúde mantém-se distante do debate e da formulação das políticas públicas de saúde, uma das estratégias sugeridas pelo Ministério da Saúde à implementação da PNH, ao que tange à educação permanente dos profissionais da saúde, é a de que a própria PNH integre o conteúdo profissionalizante na graduação, pós-graduação e extensão em saúde. Os documentos oficiais realçam a importância da formação ainda na graduação para ampliar uma das maiores referências da política de humanização, o processo comunicacional entre profissionais e usuários e entre profissionais e gestores, em prol de uma nova “cultura de atendimento” (DESLANDES, 2004, p. 10).

A estratégia mesma defendida acerca da co-gestão do trabalho, visando a promoção de ações para assegurar a participação dos trabalhadores nos processos de discussão e decisão, busca fortalecer o compromisso destes com o processo de produção da saúde e com isso seu próprio crescimento profissional. A melhoria das condições de trabalho destes profissionais é imprescindível para este fim. Para tal torna-se imperiosa outra dimensão da humanização, a ambiência, que se refere ao tratamento dispensado ao espaço físico entendido como espaço social, profissional e de relações interpessoais que deve proporcionar atenção acolhedora, humana e resolutiva (BRASIL, 2004b, p. 5). Tal espaço deve visar um ambiente confortável tanto para os pacientes quanto para os trabalhadores, primando pela privacidade e individualidade dos sujeitos envolvidos. Assim como disponibilizar áreas de acolhimento aos acompanhantes dos pacientes e aos trabalhadores, para momentos de relaxamento e pausa no trabalho destes últimos, e informações e sinalizações acessíveis a todos, independente das necessidades especiais das pessoas.

Todas estas noções são formuladas no intuito de multiplicar no sistema de saúde atitudes e formas de gerenciamento condizentes com os princípios do SUS. Nestes termos, como já mencio-

³ Diferentemente de uma noção marxista de classes sociais, o termo aqui ganha não apenas uma dimensão econômica, geralmente decodificada por meio da renda, mas cultural, relacionada a estilos de vida condizentes com a trajetória escolar e origem social familiar. A classe de pessoas, de agentes ou grupo de agentes, passa a ser definida segundo as posições relativas que tais pessoas ocupam no espaço social, ou seja, no mundo social construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto de propriedades que atuam no universo social considerado. Tais propriedades ou sistema de propriedades (capitais) são o que definem a fruição de poder num certo campo deste universo social, garantindo aos seus detentores uma probabilidade de ganhos dentro dele. Podem ser de várias ordens: econômica, social, cultural, escolar, etc. (ver BOURDIEU, 2007a, 2007b, p. 133-161).

nado, a humanização não deve ser tomada apenas como mais um “programa” a ser aplicado em diversos serviços de saúde, mas como uma política que esteja conectada com toda a rede do SUS, visto que sendo tomada como um programa qualquer corre-se o risco de aprofundar o que ela rejeita: as relações verticais a partir das quais são estabelecidas normativas que devem “ser aplicadas” significando muitas vezes a efetuação burocratizada, descontextualizada e dispersiva através de ações pautadas em índices e metas a serem cumpridos independentes de sua efetividade e qualidade (BRASIL, 2004a, p. 6).

Em prol desta qualidade e efetividade, o Ministério da Saúde incentiva a realização de pesquisas e avaliações que possam mostrar caminhos e resoluções para o sucesso da política de humanização. É neste espírito que viemos tentando identificar os limites e avanços da política na prática cotidiana de um hospital público na cidade de Campos dos Goytacazes – RJ, como demonstraremos a seguir.

Desafios da prática

Campos dos Goytacazes, cidade média do estado do Rio de Janeiro, possuindo aproximadamente 463 mil habitantes (IBGE, 2012), assumiu há cerca de dois anos, o Pacto de Gestão Plena do Sistema Municipal de Saúde, passando assim a gerenciar os recursos financeiros oriundos do SUS e, conseqüentemente, a gerenciar a prestação de serviços da atenção básica e atendimentos de média complexidade, antes gerenciados pelo estado (PMCG, 2009, p. 3). O gestor municipal torna-se então responsável por todas as atividades de gestão dos serviços e ações de saúde do município, ambulatoriais e hospitalares. Tal autoridade regulatória significa planejar, avaliar todos os prestadores localizados no seu território, auditar, financiar, controlar e punir o mau provedor de serviços (ARRETCHE e MARQUES, 2002, p. 460). É um importante passo à descentralização prescrita no SUS.

A despeito desse avanço na área da saúde pública, a pesquisa realizada em 2007 e 2008 (LUNA, 2009), que vem sendo ampliada em 2011 e 2012, busca compreender o processo na “ponta” da descentralização da gestão no sentido proposto pela política de humanização, focando ainda no ideal de equidade, que visa atender com qualidade e acolhimento os usuários do SUS. Neste intuito, a pesquisa se desenvolve em um hospital público⁴ de destaque no cenário da saúde tanto do município de Campos como dos municípios vizinhos, referência em “emergência vermelha”⁵, atendendo a uma demanda acima do que foi projetado a suportar⁶.

Em 2003, houve uma iniciativa em vista da implantação da PNH no HR. Segundo a assistente social que na época estava incumbida pela implantação e divulgação dos trabalhos, a política não teve sucesso, não foi adiante porque dependia de uma adesão individual para que tivesse um alcance coletivo, sendo que o corpo clínico do hospital não participava das reuniões e dos fóruns criados para a sua efetivação, apenas os funcionários da área administrativa. Tal assertiva lança luz sobre a dificuldade de operacionalização da política diante dos elementos subjetivos envolvidos no processo.

Entretanto, para além do processo bem ou mal sucedido de implantação da política, busquei analisar algumas de suas prerrogativas, considerando que a PNH busca reforçar os princípios do SUS na prática cotidiana dos serviços de saúde prestados, muitas vezes confundindo-se com esses mesmos princípios. Embora possamos de imediato inferir que a política fracassou ali, como

⁴ Chamaremos o hospital de HR – Hospital de Referência.

⁵ Segundo entrevistadas, o tipo de emergência mais grave, geralmente decorrente de alguma ação violenta, referindo assim a perfis de paciente como os acidentados, tanto de trânsito, como de trabalho; os esfaqueados; e os baleados

⁶ Isto implica em atendimentos que estão para além do seu perfil, o que na prática poderia ser amenizado se os postos de saúde fossem devidamente equipados e preparados para a “atenção primária” do sistema de saúde. Entre os principais fatores abordados entre a população quanto à dificuldade de acesso aos postos de saúde (UBS, Unidades Básicas de Saúde), em Campos estão, em ordem decrescente, a pouca quantidade de vagas, a fila exagerada, a falta constante de médicos e a qualidade no atendimento (MELO, 2005).

salienta a assistente social interrogada ao afirmar que encontraríamos atualmente uma realidade “não-humanizada”, creio que seja importante apontar por meio de casos práticos, alguns fatores que se tornam um obstáculo a sua implantação.

Assim, no intuito de detectar a humanização do atendimento e gestão, a partir do relacionamento entre os funcionários do hospital e entre estes e os usuários (ou seus acompanhantes, em alguns casos), segundo as prerrogativas da PNH, empreendi algumas entrevistas com auxiliares de enfermagem e uma assistente social em 2007, na média de 2 horas com cinco pessoas. Além disso, utilizo minhas próprias impressões do tempo em que lá trabalhei como auxiliar administrativo (cerca de 4 anos). O resultado revelou um quadro de distinção entre classes e reiteração das desigualdades sociais, tão combatidos pela política, Busquei perceber ali a quantas anda o respeito à equidade, assim como perceber as relações descentralizadas que vão de encontro à verticalização nas relações de trabalho e gestão dos serviços. A relevância de tais relatos deve-se ao fato de que através deles seja possível depreendermos análises mais generalizantes da realidade social de hospitais submetidos a condições de funcionamento semelhantes ou condicionados pelos mesmos fatores estruturais.

Estava interessada particularmente nos auxiliares de enfermagem porque se inseriam numa relação de poder interessante. Não chegam a ser enfermeiros, embora em boa parte dos casos exerçam atribuições de tais profissionais, possuindo ainda uma ambígua situação de reconhecimento frente aos outros funcionários, visto que não adquiriram um saber mais especializado e qualificado⁷ e, no entanto, fazem o tipo de serviço essencial em qualquer unidade médica: cuidam do paciente, medicando-o, limpando-o e verificando-o. Assim, o auxiliar torna-se peça fundamental na instituição de saúde, mas por outro lado, faz um tipo de “trabalho sujo”, o que literalmente lhe incute o contato com excrementos, vômitos, urinas e sangue de pacientes.

Devido a isto, o auxiliar de enfermagem enquanto peça fundamental, útil, mas sendo aquele que faz o trabalho “sujo” na área da saúde, pode ser um personagem singular numa pesquisa sobre conflitos de classes entre profissionais da área – sendo este um aspecto escolhido na pesquisa sobre a humanização na área da saúde. Por um lado, executa trabalhos pesados, que exigem até esforço físico. Por outro, não é enfermeiro, mas não eventualmente executa suas funções toda vez que o serviço demanda isso, ao mesmo tempo em que deve submissão àquele. Em muitos casos é pressionado por pacientes e seus acompanhantes devido à ausência do médico, sendo comumente diminuído em autoridade por este último. Assim, o auxiliar é reconhecidamente elemento essencial, todavia, rebaixado socialmente frente aos outros profissionais mais qualificados.

Também utilizo aqui o depoimento de uma assistente social acerca de práticas desumanas de médicos, que trabalhou no HR quando era acadêmica, estagiária. O ressentimento de ambos os olhares deve aqui ser abordado sob uma perspectiva crítica que procure situar os atores em questão segundo as posições sociais que ocupam na hierarquia social. Isso pode significar que, em alguns momentos, o próprio auxiliar pode exercer a dominação sobre aqueles que estão abaixo dele na hierarquia social, por exemplo, por meio da mobilização dos recursos que a instituição lhe disponibiliza. É o caso já mencionado da relação do auxiliar de enfermagem com alguns pacientes estigmatizados.

A partir disto, podemos tentar situar o serviço do auxiliar, especificamente, num ambiente que enfrenta vários tipos de problemas, como o relacionamento interpessoal entre profissionais da saúde e pacientes, estes últimos em sua maioria provenientes de classes sociais menos abastadas economicamente e culturalmente. É sobre esse tipo de acesso, denominado por Fekete (1997) como “sociocultural”, que pretendi enfatizar problemas decorrentes das distinções sociais e culturais entre pacientes e profissionais no contexto da assistência médica. Ou seja, em que medida a qualificação profissional e/ou seu preparo diante de distintos perfis sociais de pacientes potencializa conflitos entre usuários e profissionais da saúde.

⁷ Em muitos casos, eles têm formação acadêmica em Enfermagem, no entanto, obtiveram inserção na unidade de saúde por meio de concurso público ao cargo de menor qualificação; muitas vezes cursaram a faculdade em comcomitância ao trabalho.

Assim sendo, sigamos a descrição de alguns relatos. Como o da assistente social que chamaremos aqui de Aline⁸ que nos traz importantes depoimentos acerca do atendimento de médicos a pacientes envolto com palavras autoritárias e mesmo violência verbal e pouco apreço no tratamento. Ela ficou particularmente tocada com uma situação que testemunhou em que o médico é abordado pela esposa de um paciente para ajudá-los a ajeitar um colete que imobilizava a coluna. O médico, no meio da conversa, gritou com o paciente: “Você ta vendo isso aqui? O colete é para imobilizar, I-MO-BI-LI-ZAR! Sabe o quê que é isso?”. E contra a sua esposa dispara: “Você não tem que falar que ta ouvindo e nem responder nada não, só tem que ouvir, cala a boca e escuta! O colete é pra ficar assim!”. Aline conta que se sentiu de mãos atadas: “Você se sente muito impotente nessa hora! Não, porque eu estou aqui para garantir os direitos do usuário (...) Cuidado humanizado é um direito dele, eu devia garantir isso, como que eu vou garantir isso?”. Esta pergunta é pertinente. Por diversas vezes Aline a reproduz sempre se referindo ao sentimento de não poder fazer nada para ajudar os pacientes, justamente quando seu trabalho deveria assegurar seus direitos.

O sentimento de impotência não se restringia, no entanto, a uma condição de estagiária, uma pessoa sem experiência, que não saberia agir em situações difíceis como a que aconteceu. Segundo Aline, as assistentes sociais, incluindo supervisoras de plantão, ou seja, assistentes sociais de longa experiência, compartilhavam do mesmo sentimento, sempre limitando suas ações diante das adversidades. Parece haver um receio comum entre elas de pedir uma informação ou ajuda a um médico, e mesmo aos auxiliares de enfermagem e enfermeiros em geral. Pedir ajuda pode resultar em tomar um “fora”, ou algum tipo de constrangimento, muitas vezes na frente de pacientes e colegas de trabalho. Para Aline, a razão principal disto é o fato de buscarem resoluções para os problemas de pacientes, aos quais geralmente não se dispensa preocupação: “Trabalha com pobre, com lixo humano, quem vai reconhecer isso, né? Ninguém quer!”. Daí o fracasso, a seu ver, na tentativa de fazerem vingar os direitos dos usuários.

Por outro lado, parece ficar implícito na prática que o importante é apenas salvar a vida do paciente; o resto é adicional e mesmo desnecessário. Não interessam as demandas sociais e psicológicas, já que o paciente nada mais é que um corpo que médicos e enfermeiros devem tratar. Temos com isto uma noção restrita ao biológico sobre a vida e a saúde, algo que a PNH combate. Basta atentarmos para o fato de que a concepção de saúde do SUS não se restringe mais à ausência da doença, englobando conseqüentemente a noção de bem-estar, em que os fatores sociais e culturais sejam levados em consideração.

Os constrangimentos por quais passam os pacientes, conforme relatado, demonstram acima de tudo a possibilidade da distância social poder repercutir em falta de respeito do sujeito socialmente privilegiado em relação ao outro posicionado numa classe inferior a sua. Luc Boltanski (1989), em estudo sobre hábitos sanitários das classes populares numa comunidade rural da França entre 1967-68, demonstrou, como já mencionado, como a relação médico-paciente é irremediavelmente uma relação de classe, e como o médico adota distintos comportamentos diante de seus pacientes conforme suas classes sociais.

Em contrapartida, é possível averiguar no contexto das entrevistas aqui empreendidas, que mesmo quando há toda uma boa vontade e comprometimento com a profissão e os pacientes, os médicos acabam expostos a uma posição de grande responsabilidade e risco. Se por ventura lhes faltarem recursos médicos ou mesmo se forem sobrecarregados e pressionados demais, qualquer coisa que lhes alterar o estado físico e/ou emocional poderá atingir diretamente o paciente, mesmo sem qualquer intenção nisso. Assim, dependendo da forma de funcionamento de uma unidade médica, ela pode propiciar a vulnerabilidade dos seus profissionais ou das suas condições de trabalho, acarretando possíveis danos ao paciente.

Além disto, tal funcionamento ainda favorece a ocorrência de conflitos entre os próprios profissionais da área, já que ele os hierarquiza segundo suas funções e, com isto, de acordo com a importância social atribuída ao seu trabalho. Anos de estudos e, portanto, acúmulo de conhecimento técnico e complexo acerca do corpo humano oferece aos médicos o topo da hierarquia das profis-

⁸ Todos os nomes mencionados são fictícios.

sões dentro da área de saúde. Esta noção casa-se bem com a ideologia do mérito disseminada em sociedades modernas como a nossa, em que as pessoas que mais estudam e com isto mais se qualificam profissionalmente, devem ser recompensadas com os maiores salários (BOURDIEU, 2007a). É por este motivo que alguns médicos se ressentem com outros profissionais quando ganham o mesmo salário, como no caso dos assistentes sociais. Pode-se perceber certo desdém por parte de um deles, como na vez em que Aline lhe pediu para explicar à família de um paciente a razão de seu falecimento. Em resposta, além de o médico dizer que não devia satisfações de sua conduta a uma “estagiária de serviço social”, ele ainda lhe responde: “Minha filha, já morreu, eu não tenho mais que explicar nada não”. Com esta atitude, além de desprezar a estagiária, o médico ratifica sua superioridade de classe, abstendo-se de cumprir com os direitos do usuário que assegura ao paciente a ciência do seu estado de saúde, e no caso específico aqui, informar a sua família a razão do óbito.

Em relação às contradições dos discursos sobre a humanização do atendimento utilizados por auxiliares de enfermagem, podemos depreender uma distinção na dispensa de um tratamento pouco “humanizado” ao desamparado pela família, bandido, alcoólatra ou mulher de “vida fácil”, ainda que não refletidamente. Deste modo, o perfil de paciente que geralmente sofre até mesmo discriminação explícita é aquele que mesmo não estando ligado ao tráfico de drogas ou a qualquer tipo de ação ilegal é associado à imagem de delinqüente. É comum ouvir a identificação destes usuários por alguns auxiliares de enfermagem ligada a expressões pejorativas: “Aquele marginalzinho ali cheio de tatuagem aí ó. Aquela tatuagem de porta de cadeia”, ao invés de simplesmente dizer “aquele do leito 9”, por exemplo. Trata-se, na maioria, dos sujeitos baleados pela polícia, ou por um bandido ou traficante, nos confrontos dentro das favelas. A presença de uma simples tatuagem já suscita especulações, mesmo que a pessoa nada tenha a ver com o mundo do crime. Falas desde-nhosas como “Eu não ponho a mão nesse tatuado se não tiver luva!” são muito comuns e delineiam uma demarcação moral entre os pacientes, sendo estes “tatuados” o tipo de pessoa cotado como o mais inferior e degradante. Além destes, merecem desconfianças, e assim uma “diferenciação” no tratamento, os alcoólatras reincidentes no hospital e as mulheres ligadas à prostituição ou simplesmente remetidas à vulgaridade. Estas, como presenciado por Aline, muitas vezes são identificadas como “aquela nigrinha”, indicando uma mulher sem pudores e estima social. O estigma que tais pessoas carregam proporciona-lhes o pior que pode haver em termos de tratamento “não-humanizado” porque são nestes casos que o medo, a repugnância e a ojeriza que causam aos outros sequer são disfarçados.

Apesar de essas atitudes serem comuns, muitos auxiliares se solidarizam com os pacientes, sendo capazes de discutir com alguns médicos sobre “aquele detalhe que não quer atender”, ou que “demora a atender”, em favor dos usuários, como no caso de Regina. Entretanto, ela fica bastante aborrecida no ambiente de trabalho quando algum acompanhante lhe pede satisfação sobre a saúde do seu paciente, mesmo depois dela repetir várias vezes que apenas o médico poderia dar um parecer da situação, pois tal conhecimento não faz parte de sua alçada. Muitas vezes o acompanhante se exalta, reclama do atendimento ou da demora do diagnóstico, justo com ela que está ali apenas para medicar o paciente. “Aí quando o médico chega, falta só beijar a mão do médico! Aí eu falo assim: ‘Fala com ele, fala comigo não, fala tudo, repete tudo pra ele, que ele que é o médico!’”. Regina demonstra indignação, afirmando que era ela quem estava ali cumprindo seu dever, ao mesmo tempo em que era injustamente exigida na ausência do médico. E o médico, que era de difícil acesso, era engrandecido diante da atitude respeitosa ou, como se abismava Regina, diante da atitude de reverência por parte do acompanhante.

Regina afirma que “quem carrega o coro nas costas é a enfermagem! (...) Ta com a cara na reta de tudo, cara na reta com paciente, cara na reta com acompanhante, tudo primeiro a levar na cara é quem? É a enfermagem!”. A sua colega de trabalho Dinorá concorda: “quem leva o hospital nas costas é o pequeno, o peão, é o técnico...”. Nessas falas de autovalorização, muitas pessoas transformam a sua necessidade de trabalho e a improbabilidade de uma maior qualificação profissional através da continuação dos estudos numa virtude. Enquanto “peão” que faz o trabalho pesado de estar o tempo todo monitorando os pacientes, medicando-os, limpando-os, enfim, socorrendo-os, o auxiliar de enfermagem transporta uma carga pesada de trabalho, sendo peça-chave no andamento

da rotina de qualquer unidade médica. Ele acaba tendo mais contato com os pacientes e seus parentes que qualquer outro profissional.

Mas as condições de trabalho no HR melhoram muito segundo Dinorá, tendo em vista que há alguns anos atrás trabalhar naquele hospital era muito ruim, pois a segurança dos profissionais não era garantida. Certa vez, Dinorá foi agredida por um acompanhante porque ao prestar socorro a um paciente que enfartava precisou bater em seu peito, conforme exigido nestes casos. Ao ver a cena e sem entender o porquê daquela atitude, o irmão do paciente socou Dinorá pelas costas. Dinorá revidou. E revidou outra vez quando uma paciente drogada lhe agrediu. Ela diz que nestes tempos “era todo dia sessão porrada! Era caindo no tapa!”. Profissionais da saúde batendo boca com acompanhantes e vice-versa é insignificante diante deste quadro. De um lado, os profissionais despreparados para esses tipos de situação caíam no erro de revidarem pacientes e acompanhantes, do outro, a própria falta de segurança a que estavam submetidos estes profissionais possibilitava conflitos a todo instante. A situação era de insegurança para ambos os lados. E quem tinha o dever de proteger e cuidar acabava por cometer o erro de agredir, erro este que nem mesmo para se defender deveria ser admissível ali. Toda a boa-vontade fica, pois, retida na “geladeira”, como diz Dinorá se reportando ao seu esfriamento emocional. Mesmo crendo na humanização do tratamento, tais situações lhe incutiam um comportamento oposto.

Por meio desses casos, podemos apreender alguns fatores que trabalham contra os princípios da PNH. Por um lado, os núcleos sedimentados de saber/poder que corroboram práticas e gestão verticalizadas em contraposição a um cuidar e gerir construídos coletivamente. Por seu turno, reforçam as distinções sociais promovidas pela posição social que cada um ocupa dentro do campo específico da área médica, que, conforme as reflexões de Bourdieu, “estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo” (1996, p. 144).

Por outro lado, a crença humanista no tratamento, que afirma a não-diferenciação dos pacientes no que tange à qualidade do atendimento, é contradita nas ações dos mesmos profissionais que a defendem. A crença não encontraria condições objetivas de existência para se atualizar em formas de ação, ora porque o indivíduo não possui disposições para fazê-lo, ora pela própria instituição incentivar a sua não aplicação. Uma situação típica da distinção elaborada pelo sociólogo francês Bernard Lahire entre “disposições para crer” (crenças) e “disposições para agir” (atitudes, comportamento), como formas de variação intra-individuais de disposições (propensões, inclinações, hábitos, tendências, persistentes maneiras de ser). Entre o que os sujeitos dizem e o que fazem existiria um comum descompasso. É o caso, por exemplo, de verbalizarmos crenças que podem estar ligadas a normas sociais produzidas, sustentadas e difundidas por diversas instituições como a família, a escola, a mídia, as instituições médicas, etc., ao mesmo tempo em que inexitem os meios materiais e culturais para podermos respeitar ou realizar tais crenças. (LAHIRE, 2004, p. 332-334).

À concretude da PNH seria necessário debater sobre um menor descompasso entre estas disposições para além das discussões possíveis acerca de financiamento da saúde e falta de recursos materiais, por exemplo. O caminho talvez seja aquilo que Campos sugere por meio de estratégias dirigidas a aumentar o poder do doente frente à autoridade do saber e das práticas sanitárias, da valorização da presença dos acompanhantes nos processos de tratamento, assim como da modificação das regras de funcionamento de hospitais e outros serviços em função de direitos dos usuários (2005, p. 399). Analisar criticamente o indivíduo e sua inserção social no meio hospitalar, ou em quaisquer unidades de saúde, talvez seja a fonte dos problemas e possíveis soluções para a construção coletiva de um SUS que, em tese, todos desejamos.

Referências Bibliográficas

- ARRETCHE, Marta e MARQUES, Eduardo. Municipalização da saúde no Brasil: diferenças regionais, poder do voto e estratégias de governo. *Ciência e saúde coletiva*, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 455-479, 2002.
- BARROS, R. B. e PASSOS, E. Humanização na saúde: um novo modismo? *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*. São Paulo, v.9, n.17, p.389-394, 2005.
- BOLTANSKI, Luc. *As classes sociais e o corpo*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1989.

- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007a.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.
- _____. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS/ Ministério da Saúde*. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2004a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *HumanizaSUS: ambiência / Ministério da Saúde*, Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2004b.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. O SUS entre a tradição dos Sistemas Nacionais e o modo liberal-privado para organizar o cuidado à saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*: 12 (Sup): p. 1865-1874, 2007.
- _____. Humanização na saúde: um projeto em defesa da vida? *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*. São Paulo, v.9, n.17, p.398-403, 2005.
- CAPRARA, Andrea e RODRIGUES, Josiane. A relação assimétrica médico-paciente: repensando o vínculo terapêutico. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p. 139-146, 2004.
- DESLANDES, Suely F.. Análise do discurso oficial sobre a humanização da assistência hospitalar. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.7-14, 2004.
- FEKETE, Maria Christina. Estudos da acessibilidade na avaliação dos serviços de saúde. In: SANTANA, J. P. (Org.). *Desenvolvimento gerencial de unidades básicas do Sistema Único de Saúde*. Brasília: Opas/OMS – Representação do Brasil, 1997.
- IBGE. CENSO 2010. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rio_de_janeiro.pdf>
Acesso em 10 de março de 2012.
- LAHIRE, Bernard. *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- LUNA, Lara. “Fazer viver e deixar morrer”, a má-fé da saúde pública no Brasil. In: SOUZA, Jessé (Org.). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. SOUZA, Jessé (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 305-327, 2009.
- MELO, Marcus Vinícius M. Impactos da “consulta social” no acesso ao sistema de saúde no município de Campos dos Goytacazes-RJ. In: *Economia da Saúde: 1º Prêmio nacional - 2004: coletânea premiada*. PIOLA, Sérgio Francisco; JORGE, Antônio Elias (Orgs.). Brasília: Ipea: DFID, p. 327-365, 2005.
- PMCG – Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Secretaria Municipal de Saúde. Conselho Municipal de Saúde. Ata da sessão realizada no dia 06 out. 2009.

INSTITUIÇÕES E FINANÇAS NO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): ENQUADRAMENTO TÉCNICO, COGNITIVO E JURÍDICO NO GOVERNO LULA (2003-2010)

Márcio Rogério SILVA

Resumo: O objetivo do presente artigo é apontar, a partir de um estudo em torno das hidroelétricas planejadas por intermédio do “Plano de Aceleração ao Crescimento do Governo Federal – (PAC)”, as instituições públicas e privadas mantenedoras desse cenário, demonstrando que as mesmas foram redirecionadas em alguns sentidos sob o Governo Lula - com novos investidores, novas e antigas instituições redirecionadas com a emergência de novos atores. Além disso, o artigo visa discorrer sobre a legislação comparando os Governos Cardoso e Lula, demonstrando diferenças na proposta de papel do Estado - a proposta de redução de participação do Estado no primeiro, e a composição de sociedade com a iniciativa privada no segundo. Desta maneira, em resumo, o presente artigo busca relacionar o papel do Governo Lula nos investimentos, dos quais fazem uso de instrumentos financeiros para investimentos em infra-estrutura e tem participação de destaque na articulação dos interesses envolvidos, indo ao encontro da tese de Jardim (2010) em que o Estado atua na domesticação/moralização do capitalismo. Baseado em Mary Douglas (1998), a qual argumenta que as instituições criam junto aos indivíduos o conjunto de categorias em comum, o artigo mostra a distribuição acionária das cinco principais hidroelétricas relacionadas ao PAC e faz um apontamento dos atores relevantes do contrato, dando margem a futuras pesquisas que possam indicar os atores relevantes e, baseado em Bourdieu (1989) os capitais simbólicos envolvidos.

Palavras-chave: “desenvolvimento”; “PAC”; “Setor elétrico”.

Abstract: The aim of this paper is to point out, from a study of the planned hydroelectric through the Plano f Accelerated Growth of the Federal Government (PAC) public institutions and private sponsors of this scenario, showing that the were redirected into some sense under the Lula government, with the emergence of new investors, institutions and redirected the old institutions with the emergence of de new actors. In addition, talks about the legislation by comparing the Cardoso and Lula governments seeking to demonstrate differences in the proposed role of the state, with a proposed reduction of the State in the first and the second proposing a composition of society with the private sector. Thus the article seeks to demonstrate the role of de Lula government investments, which makes use of financial instruments for investment in infrastructure and has outstanding participation in the articulation of the interests involved, to meet the thesis of Jardim (2010) in which the state acts in the domestication/moralization of capitalism. Based on Mary Douglas (1998), which argues that institutions create individuals with a common set of categories, the article shows the distribution of Five major hydroelectric share of the PAC and makes a note of the relevant actors in the contract, giving rise to futures searches that might indicate the relevant actors, based on (Bourdieu 1989) symbolic capital involved.

Keywords: "development", "PAC", "electricity sector";

1. Introdução:

Nos anos 1980, a crise econômica no Brasil apresentou desdobramentos relevantes, levando à perda de capacidade de financiamento em infra-estrutura por parte do poder público. Segundo *Biasoto* (2007), os movimentos de abertura comercial do período apresentavam exportações lastreadas em desvalorização cambial, o que fez com que a dívida externa e interna do governo aumentassem, causando a perda de capacidade do Estado em investir em infra-estrutura. Associado a isso, a redução de tarifas e barreiras institucionais inaugurou espaço para diversos agentes econômicos.

Segundo *Grun* (2005), atravessamos a década de 1990 com uma nova versão de austeridade, atitude necessária para evitar os “pecados” da última pretensão desenvolvimentista, com as seguintes medidas: equilíbrio fiscal, controle dos gastos públicos, respeito à realidade macroeconômica e privatização. Eram apontados como responsáveis por parte dos problemas as empresas estatais, funcionários públicos, os políticos e os problemas da previdência.

No governo presidido por Fernando Henrique Cardoso (1993-2002), para obtenção de empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI), foi exigido equilíbrio fiscal nas contas públicas, levando o setor elétrico à indução de uma reforma por apresentar desequilíbrio fiscal (*Goldenberg* 2003), já que as contas das empresas públicas estavam atreladas ao governo. Assim, o governo propôs um modelo de “desregulamentação”, com vias a privatização para buscar recursos para sanar as contas do Estado. Segundo o mesmo, no setor elétrico, os quadros não afinados com a reforma sofreram pressões, e, pouco a pouco, mudanças administrativas de cargo e funções foram minando o papel de articuladora que a Eletrobrás, empresa pública do Governo Federal, exercia no setor elétrico.

A partir de 1999, além da resistência política enfrentada pelo Governo Cardoso à reforma do setor elétrico, com a crise cambial brasileira e com as crises russas e asiáticas, não houve mais recursos para a privatização das grandes geradoras da Eletrobrás (*GOLDENBERG* 2003).

O governo já havia previsto em seu programa de governo a possibilidade de crise energética, que ocorreu em 2001, porém o cenário acima apontado fez com que o governo tivesse, segundo *Grun* (2005), uma cegueira cognitiva, em que os funcionários do setor eram deslegitimados, pois suas opiniões eram apontadas apenas como tentativas de justificativa para evitar a privatização. Ainda segundo *Goldemberb* (2003), a crise não teria ocorrido caso tivessem sido seguidos os Planos Decenais coordenados pela Eletrobrás, o que possivelmente deu legitimidade para a empresa no setor posteriormente e futuras pesquisas podem indicar os atores relevantes nesse processo.

No Governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006), a equipe que assumiu o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Eletrobrás compunha-se de críticos acerbos do modelo do setor elétrico, que foi desenvolvido durante o oitavo ano do Governo Cardoso (*GRUN* 2005). No Governo Lula, a temática muito apontada fora acerca do “*Projeto de Parceria Público-Privado*” (PPP), criado através da lei No 11.079, de 30 de dezembro de 2004, alternativa do governo à falta de recursos para investimento em obras de infra-estrutura, tendo como principal ponto-partida os fundos de

pensão (JARDIM 2009) e também o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Logo, a lei das PPP's, associada a outras leis anteriores como a lei de concessões, criação da ANEEL e posteriormente a entrada do BNDES como fundo garantidor serviu como arcabouço legal e financeiro para que o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) fosse criado.

O PAC, previsto para ser colocado em prática entre 2007 e 2010 sob o Governo Lula, destinou-se a acelerar o crescimento econômico do país, visando atingir a taxa de crescimento de 5% ao ano. Consistiu em um conjunto de medidas legislativas, administrativas e políticas de investimentos, implicando desoneração de determinados setores estratégicos e conseqüentes alterações na legislação, com investimentos das parcerias público-privadas em logística, energia, infra-estrutura social e urbana (PAC 2007). Além disso, esse programa mostra uma rearticulação do Estado em relação ao Governo anterior, centralizando os planos de infra-estrutura e fortalecendo novamente o papel da Eletrobrás no setor elétrico. Sobre o mesmo, o PAC prevê investimentos nos setores de geração e transmissão energética, pois com a privatização na década de 1990, boa parte do setor de distribuição foi vendida ao setor privado (OLIVIERI 2006).

Por ser apontado como um importante setor para o crescimento econômico, ele representa um campo de estudos de sumo interesse defronte à interação das agências reguladoras, instituições públicas, financiadores como o BNDES, fundos de pensão, empresas públicas e privadas, comunidades afetadas e ONGS, bem como a atuação do Estado na articulação dos múltiplos interesses em jogo. Segundo Prado (2006), isso resulta num quadro complexo e potencialmente gerador de conflitos.

2. Inspiração Teórica:

Segundo Douglas (1998), os indivíduos incorporam as instituições de forma compatível com seus pensamentos. Elas são construídas rotineiramente pelo indivíduo, o qual a pensa e planeja, ou seja, as instituições não pensam sozinhas e é nesse sentido o presente artigo: apontar quais são as instituições-chave no PAC para o setor e com base no cenário empírico observado apontar mudanças na ação governamental através dessas instituições entre os Governos Cardoso e Lula, onde futuras pesquisas poderão ser feitas com a intenção de identificar os atores-chave, seus capitais simbólicos envolvidos e suas trajetórias.

Contudo, a intenção não é supervalorizar ou desvalorizar o papel do indivíduo. Segundo Granovetter (1985), na abordagem "sub-socializada", a atomização resulta de uma busca estreitamente utilitarista dos interesses próprios; na super socializada, deriva da idéia de que os padrões comportamentais são interiorizados e, portanto, as relações sociais existentes exercem efeitos apenas periféricos sobre os comportamentos. Para auxiliar na compreensão dessas interações, Fine e Kleinman (1979) esclarecem que a cultura não constitui uma influência completa e definitiva, mas um processo continuado, sendo permanentemente construído e reconstruído durante as interações. Ele não apenas condiciona seus membros, mas também é condicionado por eles, em parte por suas próprias razões estratégicas.

Segundo Granovetter (1998), de forma geral estamos cercados de evidências de quanto às relações de negócios se misturam com as sociais. Os conflitos provavelmente se tornam públicos apenas quando as duas partes estão em posições relativamente iguais. Entretanto, quando a posição de poder de uma empresa é claramente dominante, a outra prefere render-se prematuramente de modo a minimizar suas perdas. Dessa maneira, a participação majoritária do Estado deve lhe proporcionar papel de destaque na articulação dos interesses envolvidos e na configuração atual no cenário do setor elétrico brasileiro.

Nesse contexto, o artigo tem por intenção seguir a tradição de estudos europeus— derivada especialmente de Max Weber — na qual a ação econômica é vista apenas como uma categoria especial, ainda que importante, da ação social (GRANOVETTER 1985).

Pela lógica da governança corporativa, os fundos de pensão exercem poder disciplinador e de vigilância sobre as empresas, uma vez que são seus principais credores e como será

apontado posteriormente, tem participações acionárias relevantes no setor elétrico. Além disso, é lógica consensual entre os fundos se tornarem “agiotas” dos Estados (Jardim 2009). Outro ponto, durante o Governo Lula, é que sindicalistas e ex-sindicalistas ocuparam postos de destaque nos fundos de pensão, e possivelmente, há uma mesma tendência no Governo de Dilma, que pôde ser percebida através da aprovação da lei Nº 12.353 que dá assento aos sindicalistas no conselho de administração das Estatais.

Em outra referência, Botansky (1999) afirma que a desregulamentação dos mercados financeiros, sua descompartimentalização, a falta de intermediação e a criação de novos produtos financeiros multiplicaram as possibilidades de lucros puramente especulativos, por meio dos quais o capital cresce sem passar por um investimento em atividades produtivas. Nesse sentido, futuras pesquisas podem indicar a participação do Estado brasileiro fazendo uso do mercado financeiro em investimentos de infra-estrutura, suportado pela hipótese de domesticação/moralização do capitalismo (Jardim 2010) por parte do Governo Lula, no sentido de direcionar os investimentos para o capital produtivo em detrimento do capital especulativo.

3. Histórico do marco Legal:

O histórico do marco legal objetiva pontuar, a partir das leis promulgadas nos Governos Itamar Franco (1992-1994), Cardoso e Lula uma distinção na proposta de papel do Estado entre os dois Governos.

No Governo Itamar é proposta a lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

No Governo FHC foi criada a Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que regulamenta as concessões em consonância com o programa de privatizações, regulando o papel do poder concedente e da concessionária. Claramente, o Estado é colocado com o papel de regulador e fiscalizador de serviços, com cláusulas que esclarecem que não haverá subsídios às empresas públicas, dando continuidade a uma tendência de reformas dos Governos de Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Itamar.

Posteriormente foi aprovada a lei 9.074 (06/1995) que regulamenta o mercado de energia, que versa sobre a legislação para amortização de investimentos, prazos de concessão e regras para renovação de concessão. Nessa lei chama a atenção o fato de alguns artigos fazerem menção direta às privatizações e à necessidade de transferência de ações para que haja controle societário dos que participaram da licitação, feita em modalidade de concorrência, como podemos ver a seguir:

art. 27. Nos casos em que os serviços públicos, prestados por pessoas jurídicas sob controle direto ou indireto da União, para promover a privatização simultaneamente com a outorga de nova concessão ou com a prorrogação das concessões existentes a União, exceto quanto aos serviços públicos de telecomunicações, poderá:

I - utilizar, no procedimento licitatório, a modalidade de leilão, observada a necessidade da venda de quantidades mínimas de quotas ou ações que garantam a transferência do controle societário;

Em seguida é criada a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da lei 9.427 (12/1996), uma autarquia que tem por função regular e fiscalizar o setor elétrico, bem como realizar as licitações, o que faz dela um importante foco de disputa para o setor e ao mesmo tempo é mais uma parte evidente do arcabouço legal criado com o objetivo de mudar o foco do Estado de executor para regulamentador e fiscalizador.

A seguir veio a lei Nº 9.648, de 27 de maio de 1998, já no segundo mandato de Cardoso, que tira parte dos poderes da Eletrobrás e a repassa a uma entidade a ser então criada, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (O N S). Além disso, é colocado em termos de lei que a Eletro-

brás não pode ser sócia majoritária nos empreendimentos, o que demonstra de fato a intenção de abertura do setor ao capital privado, como podemos ver nos seguintes trechos tirados da referida lei:

Art. 15. Constituído o Operador Nacional do Sistema Elétrico, a ele serão progressivamente transferidas as atividades e atribuições atualmente exercidas pelo Grupo Coordenador para Operação Interligada - GCOI, criado pela [Lei nº 5.899, de 1973](#), e a parte correspondente desenvolvida pelo Comitê Coordenador de Operações do Norte/Nordeste - CCON.

§ 1º A ELETROBRÁS e suas subsidiárias são autorizadas a transferir ao Operador Nacional do Sistema Elétrico, nas condições que forem aprovadas pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, os ativos constitutivos do Centro Nacional de Operação do Sistema - CNOS e dos Centros de Operação do Sistema - COS, bem como os demais bens vinculados à coordenação da operação do sistema elétrico.

[Art. 15.](#) A ELETROBRÁS operará diretamente ou por intermédio de subsidiárias ou empresas a que se associar, para cumprimento de seu objeto social.

[Parágrafo único.](#) A ELETROBRÁS poderá, diretamente, aportar recursos, sob a forma de participação minoritária, em empresas ou consórcios de empresas titulares de concessão para geração ou transmissão de energia elétrica, bem como nas que eles criarem para a consecução do seu objeto, podendo, ainda, prestar-lhes fiança.

Até aqui, não chega a ser novidade o fato das privatizações em si, porém, o interessante da análise é verificar com essa ferramenta legal como se deu o processo de reconfiguração do setor elétrico e, não esquecendo que se deve evitar o anacronismo histórico, essa lei deu margem para ações do futuro governo.

Já no Governo Lula, é publicada a lei 11079 de 2004, apelidada de “Lei de Parcerias Público-Privadas” (PPP), numa clara mudança de política governamental, tentando atrair os investidores privados para a formação de Sociedades de Propósito Específica (SPE) junto ao poder público, onde nesta lei é definida que parcerias público-privadas tratam de serviços que vão gerar, posteriormente, retorno em tarifas (concessão patrocinada).

Outro trecho interessante da lei versa sobre as quais órgãos ela se aplica:

Parágrafo único. Esta Lei se aplica aos órgãos da Administração Pública direta, aos fundos especiais, às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Como podemos ver, essa lei se aplica principalmente a regulamentar como os fundos de pensão e órgãos do Estado devem proceder na formação das parcerias, evidenciando que o Estado nesse momento organiza o arcabouço legal para compor os investimentos junto à iniciativa privada, o que dá os primeiros sinais legais de mudança do papel do Estado em relação ao governo anterior.

Num outro trecho interessante da lei, podemos ver como o Estado tem ficado atento as possibilidades de rendimentos financeiros advindos da parceria, mostrando que o Estado brasileiro tem feito uso dos instrumentos financeiros e dos seus rendimentos para obter retorno, indo ao encontro do que afirma a tese de Jardim (2010) sobre domesticação/moralização do capitalismo no Governo Lula:

Art. 5º IX – o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado;

Art. 9º § 2º A sociedade de propósito específico poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado.

§ 3º A sociedade de propósito específico deverá obedecer a padrões de governança

corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento.

Como se pode perceber é de fundamental importância analisar os decretos e as leis relativas às concessões e parcerias, pois neles há sinais de como o Estado tem atuado na esfera financeira e como através da lei o Estado tem obrigado a ser implantada a governança corporativa (GC).

Ainda no governo Lula apresentou-se propostas para alterações na lei de 2004, com a promulgação da lei 12.349 de 15 de dezembro de 2010. Nela se percebe outro fato interessante, que é a preferência para tecnologias nacionais:

§ 5º Nos processos de licitação previstos no caput, poderá ser estabelecido margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

De acordo com esta lei, as licitações devem levar em conta: geração de emprego e renda; efeito na arrecadação de produtos federais; desenvolvimento e inovação realizados no país, onde também é previsto a parceria com fundações de fomento e com as universidades (IFES). Além disso, há um artigo da lei que também prevê preferências a produtos e tecnologias oriundos do MERCOSUL, com uma preferência à integração regional, demonstrando uma intenção de inclusão social via geração de emprego e renda e defesa da tecnologia e indústria nacionais e regionais.

Esse artigo não se propõe a princípio verificar a efetividade das leis na prática, nem se posicionar favoravelmente a um ou outro modelo governamental, mas evidenciar junto a outras ferramentas empíricas as diferenças nas políticas dos dois governos, ressaltando o papel do Estado como articulador no setor de infra-estrutura no Governo Lula, que poderá ser reforçada por outras análises empíricas como a composição acionária dos empreendimentos, na identificação das instituições e futuramente no levantamento dos atores chave e as trajetórias dos atores que compuseram essas instituições nos Governos Cardoso e Lula.

Logo, ao contrário dos autores que apontam o Estado mínimo como Pase (2010), o Estado tem atuado fortemente no setor de infra-estrutura, adicionando conceitos de inclusão social e de fortalecimento regional às cláusulas legais, além de fazer uso de instrumentos financeiros para obter ganhos e para exercer controle. Além disso, é bem clara a diferença entre os Governos Cardoso e Lula no que tange ao objetivo de participação do Estado. No primeiro momento, é claro o objetivo de abertura para o capital privado e redução de participação do Estado. Num segundo momento, o Governo Lula propõe a lei de parcerias público-privadas, numa intenção de compor o Estado com o setor privado, possivelmente para tornar o cenário mais sólido para a atração do setor privado e nesse sentido não se pode afirmar que o Governo Lula age contra a iniciativa privada, mas também evidencia uma retomada da importância do Estado como investidor e executor direto em infra-estrutura, em que os fundos de pensão, Eletrobrás e o BNDES têm papel de destaque nos investimentos, onde este último apresenta fundo garantidor dos investimentos com até 80% do financiamento das obras.

Há também uma clara diferença em relação ao governo anterior, onde no governo Cardoso os fundos de pensão foram coagidos a participar da privatização, mas foram colocados de lado no controle das empresas (GRUN 2005). Já no Governo Lula, retomaram o papel relevante no controle das empresas. Nesse sentido, futuras pesquisas que identifiquem os diretores dos fundos de pensão e entrevistas podem ajudar a entender mais uma peça desse quebra cabeças dessa complexa rede de relações sociais.

4. Investimentos no PAC para o setor de geração de energia (2007-2010):

Observa-se no quadro de leilões do PAC que a maior parte dos investimentos e capacidade de geração está centrada nas Unidades Hidroelétricas (UHE's), e partindo de um pressuposto

de que o capital econômico para este setor concentra interesses, acordos e conflitos, é interessante fazer a análise dos principais empreendimentos. Porém futuras pesquisas poderão dar conta de outros capitais (cultural, social, acadêmico, político) que influenciam nas decisões dos atores.

A seguir, apresenta-se uma tabela com as hidroelétricas planejadas pelo PAC, organizadas por ordem de potencial de geração, embora pesquisas futuras possam apontar também como se configura o cenário de investimentos para as Termoelétricas, que tem uma participação expressiva na produção nacional de energia:

Nome	Consórcios ganhadores	Meta de Geração (MW)	Período de conclusão	Investimento 2007-2010 (R\$ bilhões)	Investimento pós-2010 (R\$ bilhões)	Consórcio Ganador	
U HE-BELO MONTE	Norte Energia	1.181,3	1 2/2015	0	19	Norte Energia S.A (ELETRONORTE 19,98%; CHESF 15%; Outros 16,02%; ELETROBRÁS 15%; Bolzano 10%; Petros 10%; Gaia Energia e Participações 9%; Caixa FIP Cevix 5%)	
U HE - JI-RAU	Energia Sustentável	300	3 1/2013	0	5,4	4,2	Consórcio Energia Sustentável do Brasil (SUEZ 50,1%, Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura 9,9%, ELETTROSUL 20% e CHESF 20%)
U HE Santo Antônio	Santo Antônio Energia	150,4	3 2/2011	1	6,1	8,2	Santo Antônio Energia S.A. (ODEBRECHT 18,6%, Construtora Andrade Gutierrez S.A. 12,4%, FURNAS 39%, CEMIG 10% e FIP 20%)
U HE-ESTREITO	Estreito Energia	1.087	1 4/2011	0	3,7	207 milhões	Consórcio Estreito Energia (Camargo Corrêa 4,4%, SUEZ 40,1%, ALCOA 25,5% e CVRD 30%)
U HE-FOZ DO CHOPECÓ	Foz do Chapecó	55	8 0/2010	1	2,1	54,1 milhões	Consórcio Energético Foz do Chapecó (FURNAS 40%, CEEE 9% e CPFL 51%)

Fonte: PAC

Partindo do pressuposto de que as distribuições acionárias, principalmente as ações ordinárias (que dão direito a voto nos conselhos de administração), conferem participação de destaque e grande influência do Estado no setor de infra-estrutura elétrica no Brasil, através das empresas Esta-

tais, fundos de pensão, fundos do governo e BNDES, futuras pesquisas podem mostrar claramente quem são os investidores de destaque no setor, fazendo um aprofundamento sobre as composições acionárias de cada investidor de cada um dos consórcios.

5. Instituições Públicas e Privadas diretamente relacionadas ao setor elétrico:

Temos abaixo um quadro resumo de algumas instituições identificadas e seu papel relacionado ao setor elétrico. Pesquisas futuras podem identificar novas instituições importantes do setor:

Instituição	Responsáveis	Atribuições
PAC	Comitê Gestor do PAC (CGPAC) Grupo Executivo do PAC (GEPAC)	Estabelecer metas e acompanhar implementação do PAC
ANEEL (autarquia)	Ministério de Minas e Energia	Regular e fiscalizar a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia Conceder instalações e serviços de energia Licitações e leilões no setor elétrico
O N S (Operador Nacional do Sistema Elétrico)	Associação civil (empresas e governo)	Coordenação de controle do Sistema Interligado Nacional (SIN)
CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica)	Associação civil (empresas e governo)	Registra e administra contratos entre geradores, distribuidores, comercializadores e consumidores
EPE (Empresa de pesquisa energética)	Ministério de Minas e Energia	Presta serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético

Fonte: Sites PAC; ANEEL ; O N S; CCEE ; EPE

6. Identificação de atores-chave:

A pesquisa fez uma identificação preliminar de atores-chave relacionados ao setor elétrico a partir do Governo Itamar. Além disso, foram levantados os assinantes dos contratos de concessão das cinco principais hidroelétricas do PAC, e essa tabela será apresentada com um objetivo mais metodológico propriamente do que conclusivo.

A relevância está no fato de que muitos desses atores-chave aqui levantados assinam leis e contratos relevantes para o setor elétrico e respondem por ele, embora se deva levar em conta que outros atores técnicos podem trazer informações relevantes sobre o processo de acordos dos contratos.

No entanto, deve-se tomar cuidado ao fazer análises biográficas dos atores-relevantes, pois como afirma Bourdieu (1996), o entrevistador e o entrevistado têm interesse em aceitar o sentido da história contada. Tudo se passa como se fosse uma história sequencial, em que o entrevistado ou autor biográfico tenta passar uma seqüência lógica. Como afirma o mesmo, o real é descontínuo e surge muitas vezes de modo aleatório.

Outro cuidado metodológico que se deve tomar quando se faz uma análise biográfica é que o nome próprio não atesta a personalidade como individualidade socialmente constituída (BOURDI-

EU 1996). Portanto, o estudo em torno dos atores-relevantes, suas trajetórias e capitais envolvidos é relevante, mas o estudo prosopográfico deve ser considerado como mais um dos elementos da pesquisa na busca por demonstrações. Portanto, é interessante estudar o conjunto de agentes envolvidos e que se defrontam no mesmo espaço, analisando um conjunto de posições simultaneamente ocupadas.

Feitas essas salvaguardas, a seguir temos uma tabela com alguns atores relevantes levantados nos contratos das hidroelétricas apontadas nesse artigo, para dar suporte para futuras pesquisas com uma análise mais profunda sobre suas trajetórias e capitais simbólicos, possivelmente com suporte de ferramentas computacionais que auxiliem na análise prosopográfica:

Con sórcio	A no do contrato	Agentes do Governo	Agentes do Consórcio
Nor- te Energia	2 010	<u>Márcio Pereira Zimmerman</u> – <i>Ministro de Minas e Energia</i>	<u>Carlos Raimundo Albuquerque</u> – <i>Diretor presidente</i> <u>Marcelo Andreeto Perilo</u> – <i>Diretor Financeiro</i>
Ener- gia Susten- tável	2 008	<u>Edison Lobão</u> – <i>Ministro de Minas e Energia</i>	<u>Victor Frank de Paula Rosa Paranhos</u> – <i>Diretor Presidente</i> <u>Pedro Augusto Denadai Carelli</u>
San- to Antônio Energia	2 008	<u>Edison Lobão</u> – <i>Ministro de Minas e Energia</i>	<u>Irineu Berardi Meireles</u> – <i>Diretor Presidente</i> <u>Rogério Luis Murat Ibrahim</u> – <i>Diretor</i>
Es- treito Ener- gia	2 002	<u>José Mário Miranda Abdo</u> – <i>Diretor da ANEEL</i>	S.A <u>Maurício Stolle Bähr</u> – <i>Diretor Suez</i> <u>Roger Agnelli</u> – <i>Diretor presidente CVRD</i>
Foz do Chapecó	2 001	<u>José Mário Miranda Abdo</u> – <i>Diretor Geral da ANEEL</i>	<u>Marcelo Maia de Azevedo Correa</u> – <i>Diretor Superintendente</i> <u>Roger Agnelli</u> – <i>Diretor presidente CVRD</i>

Fonte: ANEEL

7. Conclusão:

Como apresentado, há algumas diferenças entre o Cardoso e o Governo Lula no que tange ao papel do Estado, indicando uma tendência à redução do papel do Estado nos investimentos em infra-estrutura no setor elétrico no primeiro e, por outro lado, no Governo Lula, observasse uma tendência de investimentos híbridos, com o Estado compondo SPE's com a iniciativa privada, porém com o governo, BNDES e os fundos de pensão com participação majoritária, com o Estado fazendo uso de instrumentos financeiros em consonância com a tese de domesticação/moralização do capitalismo de Jardim (2010). Outra evidência de mudança é a centralização dos projetos de infra-estrutura através do PAC e relevância da Eletrobrás no processo. Por fim, é proposta uma tabela de instituições relevantes e identificado alguns atores relevantes nos contratos de concessão, extrapolando a pesquisa para atores-chave desde o governo Itamar, tomando os cuidados apontados por Bourdieu (1996) para uma análise biográfica, com o fim de dar mais um respaldo nas diferenças de papel do Estado entre os Governos Lula e Cardoso, pois uma análise comparativa entre governos e um estudo de posições simultaneamente ocupadas pelos atores pode ser uma forte base de caracterização dos modelos governamentais e de suas ações em infra-estrutura.

Referências Bibliográficas

- BOTANSKY, Luc. O novo espírito do Capitalismo. Ed wmf martinsfontes, São Paulo, 1999
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Bertrand Brasil, Ed 14, Rio de Janeiro, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996. Pg 74-82
- DOUGLAS, Mary. Como as instituições pensam. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- FINE, G.; KLEINMAN, S. Rethinking subculture: an interactionist analysis. American Journal of Sociology, v. 85, n. 1, p. 1-20, jul. 1979
- GRANOVETTER, Mark. Redes de Sociologia econômica. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2009.
- GOLDENBERG, José. Reforma e crise do setor elétrico no período FHC, Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, vol. 15, no. 2, 2003.
- GRUN, Roberto. Apagão cognitivo: a crise energética e sua sociologia. Dados, Dez 2005, vol.48, no.4, p.891-928. ISSN 0011-5258.
- JARDIM, Maria A Chaves. Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula. Annablume. São Paulo, 2009b
- OLIVIERI, Cecilia. Agências Regulatórias e federalismo: a gestão descentralizada da regulação no setor de energia, Rev. Adm. Pública, Ago 2006, vol.40, no.4, p.567-588. ISSN 0034-7612
- PASE, Hemerson Luiz. Governo Lula e as Políticas Públicas do setor elétrico. Revista Debates, vol. 4, no. 2, 2010.
- PRADO, Otávio. Agências Reguladoras e transparência: a disponibilizações de informação pela ANEEL. Rev. Adm. Pública, Ago 2006, vol.40, no.4, p.631-646. ISSN 0034-7612

Sites e Revistas

<http://www.aneel.gov.br/>

www.bndes.gov.br

<http://www.brasil.gov.br/pac>

<http://www.portosenavios.com.br/site/noticiario/geral/3989-empresas-bndes-amplia-participacao>

<http://www.plataformabndes.org.br/index.php/pt/analises-do-desenvolvimento>

<http://www.sebrae-sc.com.br/newart/default.asp?materia=3071>

<http://www.ons.org.br/home/>

<http://www.ccee.org.br/cceeinterdsm/v/index.jsp?vnextoid=2e09a5c1de88a010VgnVCM10000aa01a8c0RCRD>

A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) EM SEU I ENCONTRO NACIONAL E EDUCAÇÃO– ENEd/1989 E A PROPOSTA DE ESCOLA PÚBLICA POPULAR

Melina Casari PALUDETO¹

Julio Cesar TORRES²

Resumo: Para esse trabalho propomos apresentar e problematizar a concepção de educação do Partido dos Trabalhadores (PT) definida nos termos da proposta de *escola pública popular* presente no relatório do I Encontro Nacional de Educação – ENEd/1989. Neste sentido, o dividimos em três momentos, quais sejam: 1) de apresentação do contexto histórico em que se insere nosso objeto, isto porque, entendemos que a concepção de educação formulada pelo PT carrega consigo, não somente as aspirações partidárias petistas para a área da educação, mas também elementos que condensaram os anseios de uma época recém-saída da ditadura, sendo a escola pública alvo importante e fundamental na construção de uma sociedade que então buscava se democratizar; 2) o de apresentação da própria concepção de educação sob o eixo da proposta de *escola pública popular*, e 3) uma conclusão que busca problematizar o contexto histórico

¹Departamento de Pós-Graduação em Educação – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – 17525-900 – Marília-SP – Brasil. E-mail: mel_paludeto@yahoo.com.br.

² Departamento de Educação: Fundamentos da Educação. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP - São José do Rio Preto-SP - Rua Cristóvão Colombo, 2265 Bairro: Jardim Nazareth, CEP: 15054-000. E-mail: tju-lio@hotmail.com.

em que se insere a proposta com o PT e suas transformações internas trazendo, dessa forma, elementos novos para a discussão.

Palavras-chave: PT; *escola pública popular*; ENEd.

Abstract: For this work we present and discuss the concept of education of the Workers Party (PT) defined in terms of the popular public school proposal presente in the report of the First National Education - ENEd/1989. In this sense, we divided it in three parts, namely: 1) presentation of the historical context in which our object is inserted, this is because we understand that the concept of education formulated by the PT carries not only the PT party aspirations for the educational area, but also elements that condensed the expectations of a time just out of the dictatorship, and the public school target important and crucial in building a society which then sought to democratize, 2) the presentation of the very concept of education under the axis of the *popular public school* proposal, and 3) a conclusion that seeks to problematize the historical context in which the proposal fits with the PT and its internal transformation bringing, thereby, new elements for discussion.

Keywords: PT; *popular public school*; ENEd.

Introdução

Para este trabalho propomos apresentar e problematizar a concepção de educação do partido dos Trabalhadores (PT), definida nos termos da proposta da *escola pública popular* presente no relatório do I Encontro Nacional de Educação – ENEd/1989. Isto porque, esta concepção carregava consigo não somente as aspirações partidárias petistas para a área educacional, mas também elementos que condensavam os anseios de uma época recém-saída da ditadura. Isto é, num certo sentido, é expressão de uma década onde os processos constitutivos da cidadania e democracia ativas foram fortalecidos, ampliando o espaço da esfera pública – o eixo fundamental e condicionante para a existência dos direitos políticos.

Portanto, esta concepção de educação estava intimamente ligada a um contexto onde “[...]a sociedade como um todo aprendeu a se organizar e a reivindicar” (GOHN, 2009, p. 58). Isso porque amplos setores das camadas sociais uniram-se para protestar contra o regime político. Assim, sob o ponto de vista político, a década de 1980 “[...] expressou o acúmulo de forças sociais que estavam represadas até então, e que passaram a se manifestar”. (GOHN, 2009, p. 57-58)

Sob a ótica da organização do campo educacional, essa década foi, de acordo com Saviani (2007, p.400) “[...] uma das mais fecundas de nossa história” caracterizada como sendo um momento de “ensaios contra-hegemônicos”, em que as pedagogias críticas passaram a disputar a orientação das práticas educativas, colocando a educação pública, em seus mais diversos níveis, como tema institucionalizado e central de suas discussões.

É no contexto das lutas travadas pelas forças comprometidas com uma democracia e cidadania efetivas, nos debates da constituinte e na formulação do novo projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que o campo educativo capitaliza as propostas alternativas, gestadas na sociedade ao longo dos anos 70 e 80, em torno do ideário de uma escola pública, gratuita, unitária, laica e universal e da institucionalização da gestão democrática (FRIGOTTO, 2001, p. 59-60).

Assim, este trabalho busca apresentar e problematizar a concepção de educação do PT definida nos termos da proposta de *escola pública popular*. Para tal, o dividimos em três momentos, quais sejam: 1) o de apresentação do contexto histórico específico em que nosso objeto se encontra; 2) o de apresentação da concepção de educação do PT sob o eixo da proposta de *escola pública popular* sobretudo no I ENEd/1989 e, 3) uma conclusão que busca problematizar o contexto histórico em que se insere a proposta ao PT e suas transformações internas trazendo, dessa forma, elementos novos para a discussão.

O contexto

Desde os últimos anos da década de 1970 o Brasil foi marcado por intensas mobilizações de amplos setores da sociedade contra o regime ditatorial vigente que, aliás, neste momento, já apresentava sinais declarados de enfraquecimento. O lema em prospectiva, clamado tanto por católicos

ativistas, militantes, pelas novas classes médias, intelectuais, estudantes universitários, trabalhadores dos setores público e privado, quanto por uma parcela da burguesia nacional e internacional, era a democracia³. Portanto, o contexto das décadas de 1970, 1980 e 1990 é marcado por intensas e importantes disputas por parte dos movimentos sociais organizados, vinculados ou não a partidos políticos, em torno de um projeto de sociedade, no qual a educação se apresenta enquanto um elemento fundamental nesta composição. Assim, o foco para este trabalho recairá sobre o PT e sua concepção para a área da educação, formulada, sobretudo, em seu I Encontro Nacional de Educação (ENEd/1989) em estrita relação com as disputas pela escola pública.

A base histórica de formação do PT relaciona-se às transformações históricas e políticas vivenciadas pelos movimentos sociais – em específico pela classe operária – na década de 1970/80 no Brasil, mais precisamente nos anos de 1977-79, em que uma significativa parcela de trabalhadores organizados por algumas lideranças sindicais iniciam uma série de reivindicações contra o arrocho salarial, a exploração do capital sobre o trabalho e, conseqüentemente, o autoritarismo proclamado pelo regime ditatorial.

A grande greve dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978 marcou decididamente este início de manifestações, trazendo novas características à série de reivindicações contra o governo militar, dando origem também ao que foi conhecido como “o novo sindicalismo”. Na tentativa de unir forças a outros sindicatos, este novo sindicalismo postulava ser necessário um sistema capaz de organizar e direcionar as manifestações operárias nas bases, possibilitando, assim, o surgimento do partido dos Trabalhadores (PT) e mais tarde, em 1983, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que congregou muitos setores dos movimentos sociais como, médicos, bancários, etc. em sindicatos.

Portanto, a história de formação do partido realiza-se, ora como consequência de um processo reivindicativo específico de melhorias da condição de trabalho, ora em resposta à repressão violenta imposta pelo regime militar.

Desde os anos de 1980, o PT foi se tornando expressão político-ideológica preponderante no campo da esquerda. Portanto, era fundamental que, dentro das disputas em torno de projetos de sociedade e de partido, o PT apresentasse sua proposta político-partidária. Em sua Carta de Princípios de 1º maio de 1979, ele elucida seu entendimento de como deveria ser e para que serviria um partido naquele contexto

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. [...] Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. [...] O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias. [...] Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases. (CARTA DE PRINCÍPIOS DO PT, 1979, p.01)

Assim, no processo de redemocratização da sociedade, também o PT apresentou sua proposta político-partidária e a colocou em disputa. Porém, tendo em vista as transformações na sociedade ocorridas neste processo e considerando, pela ótica do próprio partido, que este congregava grande parte dos intelectuais e militantes vinculados à educação, desde sua fundação, vários foram os encontros, seminários e congressos de pequeno porte que discutiram e colocaram como prioridade, junto à política do partido, as questões educacionais. Neste sentido, partindo de uma análise da realidade da educação pública brasileira, no PT se fez urgente uma proposta de escola pública que estivesse diretamente vinculada ao interesse da classe trabalhadora.

³ É necessário salientarmos que, embora a democracia fosse um “que” em comum entre esses setores da sociedade brasileira, sua concepção conceitual e prática não se realizava nos mesmos moldes.

Sendo assim, percebe-se que em meio às manifestações no plano sócio-político de setores à esquerda da sociedade, a educação pública emerge com força nas disputas em torno do projeto de sociedade que então buscava se democratizar. Vale lembrar que, em meio a esses conflitos, ou seja, a esse jogo político no qual estiveram presentes forças tanto de conservação quanto de transformação, foi promulgada a nova Constituição Federal, a Carta Magna de 1988, que redefiniu o papel do Estado frente sua atuação na sociedade. A ele foram atribuídas novas tarefas, principalmente na área econômica, com relação à produção e à reprodução da força de trabalho, constituindo-se a educação pública em um direito social, um direito de cidadania, ou melhor, de pertencimento político-social, fazendo com que a educação pública retornasse à cena política como alvo em disputa.

É nesse contexto que no PT começa-se a elaborar uma proposta orgânica para a área educacional, sistematizada em seu I Encontro Nacional de Educação – ENEd – ocorrido em março de 1989. A importância dessa proposta educacional deriva das próprias fontes básicas de inspiração presentes nos movimentos populares que participaram da formação do partido que, segundo Gohn (2009, p.106), são “[...] a da participação, do igualitarismo e a da organização/direção”. A autora destaca que essa terceira fonte de inspiração dos movimentos populares, a organização/direção, foi “[...] formulada pelos assessores e lideranças articulados aos grupos e tendências partidárias e sindicais, particularmente ao PT e à CUT” (2009, p.106). Nesse sentido, o movimento social é entendido enquanto um elo entre o povo e o poder, sendo atribuída ao movimento a tarefa da organização da população, e aos partidos políticos, por que legitimados a atuarem nas estruturas de poder público/estatal, “[...] o papel fundamental de elaborar e implementar as políticas e os projetos sociais para a sociedade” (GOHN, 2009, p. 106-107). E dentre essas políticas e projetos fazia-se fundamental uma proposta educacional das e para as classes populares.

Segundo Saviani (2007), havia, essencialmente, duas tendências neste processo em que a educação retorna à cena política do país, sendo que uma delas nos interessa diretamente, pois:

[...] inspirava-se principalmente na concepção libertadora formulada por Paulo Freire, estando próxima da Igreja em afinidade com a 'teologia da libertação' e secundariamente nas ideias libertárias constitutivas da tradição anarquista. Em termos da conjuntura política, a referência principal era dada pelo partido dos Trabalhadores (PT).(SAVIANI, 2007, p. 413)

Portanto, sendo o PT uma expressão político-ideológica importante de uma parcela da esquerda brasileira, para ele não bastava apenas apresentar uma proposta de sociedade e partido; era necessário elaborar/formular uma concepção de educação que sustentasse e levasse adiante, *gramscianamente*, o entendimento do partido e suas propostas político partidárias. Portanto, uma concepção que fosse

[...] capaz de unificar a atuação partidária nas lutas populares e institucionais dos próximos anos e de constituir-se num ponto de referência para todos quantos, na sociedade brasileira, vivem os problemas da educação, ou por serem seus agentes ativos e passivos, ou por dela estarem privados como beneficiários diretos (DAMASCENO, 1989, p.08).

Sendo assim, apresentaremos a concepção de educação do PT vinculada à proposta de escola pública popular formulada no I ENEd/1989, e deixaremos o momento de problematização para a conclusão.

A proposta de *escola pública popular*

Após nove anos da fundação do partido dos Trabalhadores e de alguns vários debates e seminários de pequeno porte realizados por militantes e intelectuais vinculados ao partido e à educação, ou mesmo aqueles que se preocupavam com esta questão social, foi realizado nos dias 03, 04 e 05 de março de 1989, em Cajamar-SP, o I Encontro Nacional de Educação do PT, o ENEd.

O eixo fundamental que perpassou todo o encontro foi a formação de uma educação cuja prática estivesse voltada para o interesse da classe trabalhadora, sendo que um de seus objetivos foi

“[...] propiciar a oportunidade para a discussão e a construção de uma proposta partidária, que colabore na atuação dos trabalhadores em educação petista, nas suas várias frentes de atuação” (DIRETÓRIO NACIONAL DO PT, 1989, p.21). Isto porque o PT propunha-se a uma política educacional própria para que seus militantes pudessem participar dos movimentos sociais de forma autônoma, pois “[...] O PT é talvez o partido que congrega em suas fileiras o maior número de educadores do país. Essa quantidade está gerando hoje uma nova qualidade, beneficiando não apenas o partido, mas toda a sociedade” (DIRETÓRIO NACIONAL DO PT, 1989, p.01).

Este encontro teve como pauta seis pontos básicos:

1. estabelecer os princípios e as propostas do partido para a educação brasileira;
2. elementos para uma proposta de nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
3. proposta para um Plano Nacional de Educação;
4. propostas sobre educação para as novas Constituições estaduais;
5. planos municipais de educação e lei orgânica dos municípios;
6. propostas para um plano de ação do Governo (PAG) no âmbito da Secretaria. (DIRETÓRIO NACIONAL DO PT, 1989, p.20)

Toda esta discussão encontra-se no Relatório Final do Encontro, um documento que apresenta a síntese dos Encontros Regionais e Estaduais sobre educação do partido dos anos que antecederam o grande Encontro Nacional em 1989. Embora a Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT (CAED) tenha ressaltado no início deste documento de que três dias de encontro foram insuficientes para as deliberações que deveriam ter sido tomadas acerca desta pauta, no relatório “[...] estão contidas as deliberações provenientes das discussões nos grupos, seja como resoluções, projetos de leis, subsídios, ou ainda na forma de princípios básicos que passaram a compor a política educacional do PT desde então” (LIMA, 2004, p. 50). Assim, partindo deste documento, apresentaremos a concepção de educação do PT em suas acepções mais gerais.

A política educacional do partido baseou sua elaboração na análise da realidade educacional brasileira que, tendo herdado os problemas da política educacional dos governos militares e em continuidade no governo de José Sarney (1985-1989), apresentava-se com graves deficiências: baixos salários dos professores, descaso do Governo Federal, dos Estaduais e Municipais com a educação pública, a falta de ensino noturno para os trabalhadores, péssima condição de ensino. Além destes elementos, constatou-se que a educação estava alicerçada em critérios excludentes e antidemocráticos.

Sendo assim, diante de tantos problemas na área educacional, entendeu-se ser necessário construir

[...] uma escola pública popular e democrática quanto ao seu acesso e permanência, quanto a sua gestão, garantindo uma nova qualidade ao mesmo tempo científica e tecnológica. Uma escola construída como projeto a curto, médio e longo prazos, mobilizadora da sociedade, portanto, formadora e transformadora (DIRETÓRIO NACIONAL DO PT, 1989, p.21).

Para os educadores petistas, a qualidade da escola pública popular deveria ser medida não apenas pela qualidade dos conteúdos transmitidos e assimilados, mas pela “[...] solidariedade de classe que tiver construído, pela possibilidade que todos os usuários da escola – incluindo pais e comunidade – tiverem de utilizá-la como espaço para elaboração da cultura, do conhecimento” (DIRETÓRIO NACIONAL DO PT, 1989, p.22). Segundo Lima (2004), o ponto maior de discussão a que chegou o I ENEd foi a de uma “[...] escola pública que beneficiasse prioritariamente os trabalhadores” (LIMA, 2004, p. 51), isto é, de acordo com o relatório final do Encontro, estaria o trabalhador sob a responsabilidade de organizar suas próprias atividades e, por meio de experiências vivenciadas, “[...] apropriar-se de um conhecimento prático, social e histórico” (LIMA, 2004, p.51).

Ou seja, o espaço da escola não seria utilizado somente para receber instruções, postulados, receitas, conhecimento. Acima de tudo, o espaço da escola estaria a serviço da criação e do saber que pudessem ser elaborados por meio da participação coletiva em prol de uma cultura genuinamente da classe trabalhadora, “[...] o filho do trabalhador deve encontrar nessa escola os meios de

auto emancipação intelectual independentemente dos valores da classe dominante” (DIRETÓRIO NACIONAL DO PT, 1989, p.22).

Assim, percebe-se uma íntima relação da educação formal com a não-formal, pois a escola não se constitui enquanto o único espaço do saber e da prática pedagógica. São consideradas práticas educativas aquelas que contribuem, das mais variadas formas, para a formação do homem “[...] enquanto um indivíduo crítico e consciente de suas possibilidades de atuação no contexto social” (DIRETÓRIO NACIONAL DO PT, 1989, p.23).

Uma escola pública popular não é apenas aquela a qual todos têm acesso, mas aquela de cuja construção todos podem participar, aquela que atende aos interesses populares que são os interesses da maioria; é, portanto, uma escola com uma nova qualidade baseada no compromisso, numa postura solidária. Nela todos os agentes, e não só os professores, possuem um papel ativo, dinâmico, todos devem experimentar novas formas de aprender, de participar, de ensinar, de trabalhar, de brincar e de festejar (DIRETÓRIO NACIONAL DO PT, 1989, p.23).

Neste sentido, o PT não distinguia educação de política, ou seja, o educador, no processo de ensino, também é educado. Segundo o PT, este entendimento não acontecia nos partidos das classes dominantes que separavam o ato de educar ao de ser educado, uma forma de “[...] manter as massas ignorantes para continuar a educá-las, isto é, domesticá-las” (DIRETÓRIO NACIONAL DO PT, 1989, p.23), assim defendia que tanto a educação quanto a cultura não devem constituir um privilégio de classe, mas um direito fundamental de todos, garantido, inclusive, pelo Estado.

Portanto, como princípio, o PT defendia o ensino público e gratuito em todos os níveis, voltado às necessidades dos trabalhadores. Assim, a política educacional que prioriza o ensino privado é rechaçada pelo partido, pois é entendida como um “[...] mecanismo de reprodução das classes sociais e de alijamento do trabalhador da totalidade da cultura” (DIRETÓRIO NACIONAL DO PT, 1989, p.24), além de condenar a escola pública ao desaparecimento.

Por sua vez, esta gratuidade que defende o PT não significa uma gratuidade passiva, porque pode ser igualmente elitista. A gratuidade aqui em questão é a ativa que, em conformidade com os princípios de sua proposta, não basta possibilitar o acesso do trabalhador às escolas, mas deve igualmente oferecer condições de permanência neste processo.

Portanto, o projeto político-pedagógico da escola pública popular, que buscava se assentar em princípios democráticos, pretendia se realizar com base no coletivo, na representatividade, na participação por meio do diálogo com os pais e mães da comunidade e, também, com os movimentos populares organizados.

Desta feita, muitos são os pontos que não discutimos na apresentação desta política educacional formulada pelo PT, e que se encontram presentes no Relatório Final do I ENEd. Isto porque, nossa intenção foi trabalhar com os conceitos gerais que norteiam todo o documento, ou seja, a proposta de escola pública popular de princípios democráticos que acabamos de tecer alguns esboços.

Conclusão

As questões com as quais pensamos em trabalhar nesta conclusão pretendem ser muito mais problematizadoras do que conclusivas, isto é, nossa intenção não é resolver um problema, mas sim trabalhar com outros elementos que envolvem nosso objeto neste trabalho.

Entendemos que para se pensar esta concepção de educação petista, ou seja, a proposta de *escola pública* popular, faz-se fundamental que busquemos compreender ao menos, três questões: a especificidade com que se formou a sociedade brasileira, o que implica que consideremos outro aspecto do processo de democratização de nossa sociedade; as contradições internas e os descaminhos do PT e, finalmente, o processo de reestruturação produtiva que, embora, não tenhamos a intenção de discuti-lo aqui, este representou, sem dúvida, um imenso avanço das políticas neoliberais no âmbito do Estado e conseqüentemente, na área educacional.

A afirmação sobre uma certa especificidade em que a sociedade brasileira se forma, remete-nos à análise já anteriormente feita por intelectuais consagrados na área das Ciências Sociais, isto é, aos conceitos como os de desenvolvimento do subdesenvolvimento ou mesmo de dialética da ordem e da desordem. Grosso modo, estes conceitos apontam para o entendimento de que embora o país tenha passado por imensas e significativas transformações, este processo manteve, ao mesmo tempo, elementos de continuidade e ruptura com os padrões anteriores de acumulação. Ou seja, uma característica específica do caso brasileiro. Portanto, ao considerarmos este movimento característico devemos igualmente questionar sobre como se configurou a transição democrática brasileira e, neste sentido, qual o desafio presente para o PT naquele momento, sobretudo para seu projeto político pedagógico.

O Brasil da década de 1980 encontrava-se diante de um problema da mais rápida urgência e de caráter prioritário: derrotar o regime de exceção implantado após o golpe de 1964 e, igualmente, construir outro regime político que fosse capaz de assegurar as liberdades fundamentais. Assim, o valor da democracia política para as correntes políticas ganhou força e concretude diante desse tamanho desafio.

Porém, novamente atentamos para o fato de que o quadro do processo evolutivo de nossa política, economia e cultura, foi marcado por um caráter elitista e autoritário. Segundo Coutinho (1979), as transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil foram sempre efetuadas

[...] no quadro de uma 'via prussiana', ou seja, através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas 'de cima para baixo', com a conservação essencial das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional; essas transformações 'pelo alto' tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só da vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais. (COUTINHO, 1979, p. 41)

A luta para se eliminar esta recorrência a qual acometia a nação, “[...] confunde-se com uma profunda *renovação democrática*” (COUTINHO, 1979, p.42), que aparece não somente como alternativa à “via prussiana”, mas também como o modo de realizar aquilo que a Revolução Burguesa deixou em aberto em nosso país. Também foi uma forma de criar os “[...] pressupostos necessários a um avanço do Brasil no rumo do socialismo” (COUTINHO, 1979, p.42).

Percebemos, portanto, que estes elementos compunham o projeto de sociedade que propunha o PT juntamente ao projeto de escola. Como o PT se vinculava diretamente ao que de “mais forte” e “representativo” se constituiu no campo da esquerda na década de 1980, dificilmente poderia se privar de tocar nestas questões. Todavia, a “via prussiana” gerou uma grande debilidade histórica na democracia no Brasil, trazendo consequências na própria estrutura do relacionamento do Estado com a sociedade civil, “[...] já que o caráter extremamente forte e autoritário do primeiro corresponde à natureza amorna e atomizada da segunda” (COUTINHO, 1979, p.42). Por isso é que a presença de um regime profundamente antidemocrático exigia a tarefa prioritária da “[...] construção e consolidação de determinadas formas de relacionamento social que, num primeiro momento, não deveriam provavelmente ultrapassar os limites da democracia liberal” (COUTINHO, 1979, p.42).

Portanto, um limite que embora para os mais ortodoxos e radicais possa representar um certo reformismo, não anulou o valor das conquistas liberal-democráticas para as forças populares. Isto é, neste momento, para o conjunto das forças populares, conquistar espaços institucionalizados era mais que um objetivo político partidário, era também uma conquista que poderia significar mudanças profundas nas relações nas várias esferas do ser social brasileiro, ou mesmo criar alguns pressupostos políticos para o socialismo. Por isso é tão importante pensar o PT neste contexto e ir além, precisamente porque este representava um dos partidos mais importantes da esquerda nacional brasileira e esteve em disputa nas principais eleições Municipais, Estaduais e Federais no período recente de democratização do país.

Outro desafio posto às questões que aqui trouxemos diz respeito às transformações internas ocorridas no PT, o que mais uma vez, aponta severas contradições na própria proposta tanto de partido quanto às direcionadas especificamente à área educacional. Os êxitos eleitorais, principalmente dos que datam de 1988, o PT, contraditoriamente ao que se esperava,

[...] começou a romper com a lógica da ruptura, iniciando um processo de integralização ao regime que se aceleraria no decorrer da década de 90. Sua vida orgânica passou a ser dominada pelos funcionários das prefeituras, dos gabinetes dos parlamentares, levando-o a um processo de burocratização, que o afastou progressivamente daqueles setores que, em sua origem, reivindicava representar (GARCIA, 2001, p. 96).

Assim, acreditava-se que não somente o PT, mas também a CUT “[...] mantivessem a combatividade, radicalizassem a democracia” (DAL RI; VIEITEZ, 2011, p. 286), durante e após o processo de abertura política. Num curto prazo de tempo, o PT tornou-se um partido nacional a partir de sua emergência do ABC paulista, “[...] contudo não tardou a esquecer de suas raízes, e as prioridades eleitas foram o mercado eleitoral e o parlamentarismo, preservando no plano orgânico os mecanismos usuais de representação republicana” (DAL RI; VIEITEZ, 2011, p. 286).

Ou, nas palavras de Iasi (2066, p.532)

[...] a principal virtude do PT foi sua relação orgânica com o movimento vivo da classe, e, neste aspecto, o caráter e a autenticidade de suas lideranças foram essenciais. No entanto, esta virtude foi, também, o principal fator de sua deformação. [...] Em vez de ser a consciência possível que mantinha a meta estratégica apesar do momento prático de derrota, se converteu na consciência política correspondente à derrota prática; em vez de ser a 'consciência da possibilidade da vitória', tornou-se a consciência da impossibilidade da ruptura.

Portanto, este período que se estende de 1980 a 1990 que nos propusemos a apresentar à luz da formulação do projeto político pedagógico do PT, representou um marco bastante contraditório na história do Brasil, pois condensou “[...] uma década de fortalecimento dos processos constitutivos da cidadania e democracia ativas” (FRIGOTTO, 2001, p. 59), ao mesmo tempo em que apresentou um retrocesso oriundo de uma onda conservadora e de reformas, que interferiram internamente não somente no PT, mas principalmente no Estado e, conseqüentemente, na área educacional.

No âmbito das reformas do Estado estão presentes três estratégias necessárias e articuladas para os ajustes necessários ao “tom” imposto pela exigência de submissão ao mercado, ou seja, desregulamentação, descentralização e privatização, que por sua vez, determinou outras esferas da sociedade.

Assim, na área educacional, junto à crença da possibilidade de mudanças e efetividade de participação cada vez mais democrática, ou seja, junto “[...] aos anseios históricos da sociedade brasileira expressas pelos movimentos sociais e pelas organizações políticas, sindicais, científicas, educacionais e culturais” (FRIGOTTO, 2001, p. 64), houve um retrocesso no sentido de que esta passa a responder às “[...] diretrizes político-administrativas e pedagógicas dos organismos internacionais, mormente o Banco Mundial” (FRIGOTTO, 2001, p. 64).

No que concerne à política educacional petista, foi realizado em julho de 1992 o II ENEd que, organizado pela já institucionalizada CAED e tendo o PT assumido o governo de 36 cidades brasileiras, partiu sua análise da situação da educação em 1989 e buscou, da mesma forma e em continuidade projetar sua concepção de educação. Porém, em íntima consonância com as transformações estruturais que assolaram o país na década de 1990 foi possível notar que pelo título de seu encontro “Educar para um Brasil cidadão”, algo começava a mudar no discurso petista. Segundo Lima (2004), o PT em seu II Encontro

[...] procura reafirmar algumas posições anteriormente assumidas, não somente

privilegiando os trabalhadores, mas os cidadãos brasileiros. Já era a preparação para o discurso nas disputas eleitorais para Presidente da República de 1994 [...] E assim, a educação laica, de qualidade, pública, politécnica volta a ser ratificada, agora direcionada para todo o Brasil e não mais para uma classe específica. A pureza do partido de classes começa sua diluição em meio às tentativas de vitória nas disputas pelos cargos majoritários da República do Brasil. (LIMA, 2004, p. 149)

Portanto, a política educacional do PT sob a perspectiva da escola pública popular, não deve ser entendida somente sob a ótica da conquista, mas sobretudo enquanto um processo que não se realiza sozinho, um processo que se realiza em meio aos conflitos oriundos da existência de interesses de classes divergentes e que se expressam na história do país. Por isso é que as formulações de Coutinho (1979) para a democracia, ou melhor, para a renovação democrática, mesmo tendo sido escritas na urgência da situação, ainda são tão atuais, pois exigem que a elevação a nível superior da democracia crie “[...] uma situação na qual os frutos do trabalho do povo brasileiro revertam em favor da grande maioria da população” (COUTINHO, 1979, p. 43), e que seu programa interesse a “[...] amplas parcelas da população, desde a classe operária e os camponeses até as camadas médias assalariadas e a pequena burguesia nacional” (COUTINHO, 1979, p. 43), pois estas questões ainda parecem se distanciar cada vez mais no horizonte.

Arriscamos na afirmação de que o PT, frente a sua trajetória eleitoral e governamental, não conseguiu se aprofundar e resolver os problemas nos quais se colocou anos atrás em seus mais diversos níveis. Mas talvez fosse o caso de, neste momento, não estabelecermos parâmetros para os resultados, mas sim para o processo. No contexto em que surge o PT ainda estão postos o peso da trajetória conservadora em que nossa sociedade foi fundada além do desafio e, porque não dizer compromisso, de superar uma das questões mais caras às esquerdas: o próprio capitalismo. Não podemos esquecer que quando o PT alça a briga eleitoral, ocorre a queda do muro de Berlim e junto a ele a esperança do socialismo. Dessa forma, internamente no partido o abalo “teórico” se fez inevitável, sem contar com as transformações ocorridas no mundo econômico na década de 1990.

O PT não cumpriu este papel designado à esquerda na história brasileira bem como outros representantes no resto do mundo. Porém, marcou significativa participação na luta com e pelos trabalhadores na história nacional. No que diz respeito à educação, apresentou, mesmo diante das questões que expusemos, seu projeto para a escola pública, fazendo com que esta se tornasse também um projeto da esquerda.

Referências

- COUTINHO, Carlos Nelson. Democracia como valor universal. In. *Encontros com a civilização brasileira*. SILVEIRA, Ênio. v. 09. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido. Movimentos sociais, trabalho associado e educação: reformas e rupturas. In. *Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI*. Bauru-SP: Canal 6, 2011.
- DAMASCENO, Alberto et al. *A educação com ato político partidário*. 2ª.ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT. 1º Encontro Nacional de Educação: Relatório Final. São Paulo, 1989. 122p (Mimeo).
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Reformas educativas e o retrocesso democrático no Brasil nos anos 90. In. LINHARES, Célia (org.). *Os professores e a reinvenção da escola: Brasil e Espanha*. São Paulo: Cortez, 2001.
- GARCIA, Cyro. O PT das origens não existe mais. In. *Marxismo vivo*. São Paulo: PSTU, nº4, Dezembro de 2001.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Educação*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- LIMA, Tatiana Polliana Pinto de. *A concepção de educação do partido dos Trabalhadores (PT): marcos institucionais e registros documentais*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP/FE, 2004b.
- SAVIANI, Dermeval. *Histórias das ideias pedagógicas no Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 2007.

UM CONVITE À REFLEXÃO SOBRE CELSO FURTADO E AS ESTRUTURAS DE PODER NO PLANO INTERNACIONAL

Paulo Emílio M. de AZEVEDO¹

Resumo: O trabalho tem por análise específica um capítulo da obra “Os Ares do Mundo”, de Celso Furtado (1991). Compreende-se a contribuição do autor ao pensarmos sobre um dos problemas que mais afligem o mundo contemporâneo e suas fronteiras, ou seja, as relações internacionais na perspectiva da dinâmica assimétrica entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas economicamente. O texto se organiza como um registro que transita entre a retórica política e breve narrativa poética à sensibilidade da angústia do exílio, analisando conseqüentemente as mudanças ocorridas na América Latina na década de 60.

Palavras-chave: dependência cultural, ditadura militar, exílio

Abstract: The work is to analyze a specific chapter of the book "Os Ares do Mundo" of Celso Furtado (1991). It is understood the contribution of the author to think about one of the problems that most afflict the contemporary world and its borders, or international relations from the perspective of asymmetric dynamics between the economically developed and underdeveloped nations. The text is organized as a record that moves between political rhetoric and short narrative poetic sensitivity to the anguish of exile, analyzing consequently the changes in Latin America in the 60's.

Key words: cultural dependence, militar dictatorship, exile

Introdução:

A análise desenvolvida refere-se especificamente ao capítulo 1 “A Retirada”, parte integrante da obra “Os Ares do Mundo”, de Celso Furtado (1991).

O texto nos revela uma significativa contribuição para pensarmos sobre um dos problemas que mais nos afligem no mundo contemporâneo, ou seja, as relações internacionais que evocam sentidos sobre a dinâmica assimétrica entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas economicamente.

O contexto do registro se passa no exílio e trata inicialmente da época em que o circunscreve enquanto membro político em Santiago do Chile, período que coincide com o golpe militar que sofrera o Brasil em 1964.

Sobre este tempo, ao contrário do que pensavam vários de seus colegas, o “golpe” estaria para Celso Furtado centrado sobre uma conjuntura conspiradora que já articulava este ato por mais de dez anos, e que não viria à tomada de poder apenas para uma ação pontual, mas efetivamente para o estabelecimento de uma nova ordem que vingaria um longo tempo até que pudesse ser de vez derrotada ou em parte dissolvida.

Estávamos agora diante de um projeto “modernizador”, que partia da ideia de que tanto a distribuição equitativa da renda como a convivência democrática somente são alcançadas

¹ Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Sociologia Pontifícia Universidade Católica – PUC-RJ. Av. Atlântica, 1444 – apto 301 – Cavaleiros – CEP 27920-390, Macaé/RJ, Brasil, e-mail: fundacaoopaz.educacaoocultura@gmail.com

nas fases superiores do desenvolvimento – assim, havia antes que conhecer as dores do parto da “acumulação primitiva”. Para essa gente, o desenvolvimento é um processo de domesticação da sociedade. Requer o exercício de um poder autoritário. Enfim, era a vitória da doutrina da modernização tutelada. As pessoas que pensam assim são alérgicas ao debate aberto; sem que o percebam pensam em revólver quando ouvem falar de intelectual. (FURTADO, op.cit, p.56)

Celso Furtado, diferentemente de Fernando Henrique Cardoso, acreditava que o período de ditadura seria extenso. Portanto, não pretendia retornar em imediato ao Brasil. Adotou outra postura, mantendo uma linha contínua de contato com o mundo externo, até mesmo como modo de estabelecer dinâmicas de ajuda mútua, não deixando também de efetuar trocas com os remanescentes intelectuais no Brasil. Tinha certeza dos males que surgiriam no seu país como consequências das políticas formuladas a partir da ditadura militar.

Reflexões sobre o Chile

Retornando a Santiago do Chile, o autor relata com certo fascínio a organização política do país, destacando quatro particularidades²:

- 1) as relações que indicam sobre a tradição de vida partidária;
- 2) a imprensa como canal independente de informação;
- 3) o controle rígido do uso dos recursos provenientes dos cofres públicos, investindo seu potencial financeiro como fator de desenvolvimento, pensando numa diversificação da estrutura produtiva;
- 4) a autonomia do Estado em relação às oligarquias dominantes (agrárias), o que lhe dava maiores possibilidades de manobras para atuar.

Sobre este último tópico vale uma comparação com o Brasil que, ao contrário do Chile, apresenta um Estado arraigado nos valores tipicamente personalistas, fruto de um legado patrimonialista que tange diretamente sobre a formação oligárquica dominante.

É no Chile que podemos assistir duas grandes contribuições para o espelho das outras nações da América Latina:

- 1) a criação da *Corporación de Fomento de La Producción* – primeiro banco de desenvolvimento da América Latina;
- 2) a proposta da primeira experiência de Reforma Agrária da América Latina com base em estudos aprofundados nos âmbitos político, econômico e social.

É por todas estas características, entre outras razões, que o Chile serve de terreno para a formulação de um pensamento mais sério da questão política, sendo a sede da CEPAL – importante instrumento de organização de pensamento na América Latina. Fundada em 1949, seus argumentos para justificação de atuações entre as nações da América Latina têm revelado significantes contribuições. Contudo, a teoria que regia o modo principal de articulação da CEPAL parecia capenga ou retardada face às demandas atuais das economias latino-americanas:

No centro desta teoria, estava a ideia de que a progressiva diferenciação dos sistemas produtivos permitida pela industrialização conduziria ao crescimento autossustentado – criado um setor produtor de bens de capital e assegurados os meios de financiamento – o que em boa parte competia ao Estado –, o crescimento se daria apoiando-se na expansão do mercado interno. (FURTADO, ibid, p.61)

² Nestas incansáveis lutas por reformas estruturais em 1964, o autor destaca o trabalho de um dos assistentes do novo governo, comandado por Eduardo Frei, o seu amigo Jorge Ahumada, que morre de enfarte. Celso Furtado em um dos encontros com Ahumada diz em tom brincalhão que eles teriam fundado uma nova ordem – a dos “Pregadores da Fé no Desenvolvimento”.

Vários países esbarrariam nestas tendências, como é o caso da Argentina e do próprio Chile. A questão principal tangia na ordem dos constrangimentos criados pela forma de inserção internacional: o “estrangulamento externo”.

Sendo assim, propõe-se uma releitura³ dos textos da CEPAL/ILPES⁴, pensando não apenas um modo de integração regional, porque isso também, caso não fosse seletivo, poderia contribuir como um forte instrumento de luta contra o subdesenvolvimento. Havia uma necessidade urgente de ligar os problemas do desenvolvimento aos do comércio em escala mundial, orientando o discurso para uma reestruturação desta ordem econômica – destaque para a Conferência de Genebra como marco desta discussão, na figura de Prebisch⁵, que refletia sobre como as relações existentes de modo assimétrico bloqueavam a expansão das economias periféricas.

Não bastava criticar a divisão internacional do trabalho em sua forma tradicional; não menos importante era demonstrar a necessidade de novas formas de inserção externa, pois o dinamismo gerado pelo mercado interno tendia a esgotar-se, sempre que o processo de fechamento das economias nacionais alcançasse limites que já estavam à vista. (FURTADO, op.cit, p.63)

Esta era a principal crítica ao modelo da CEPAL, ou seja, o apoio exclusivo ao mercado interno tinha como consequência produzir tropeços de avanço na industrialização da América Latina, devido à estreiteza dos mercados nacionais.

Nesta premissa pela reestruturação, o autor aponta para uma questão emergencial e cerne do seu estudo: entender a dinâmica da força motriz *versus* subordinação e interferir sobre este diagnóstico a partir de uma práxis coletiva.

O cerne da questão

Ao compreender os textos da CEPAL, o autor observava uma relação de dependência tecnológica, apontando por sua vez no sentido de uma dependência cultural. Duas questões são daí extraídas:

1) a origem da divisão do trabalho está diretamente relacionada com a forma em que se deu a propagação do progresso técnico dos centros industrializados à periferia da economia mundial – este mecanismo postula uma ordem de assimetria, ou seja, há uma concentração dos frutos do progresso técnico naqueles centros industrializados. Esta questão remete a uma reflexão histórica que irá incidir sobre as práticas colonialistas;

2) também espelhando uma ótica assimétrica/desigual, a presença tecnológica gera alta demanda de recursos. Assim, como poderão as nações subdesenvolvidas/periféricas acompanhar o ritmo de desenvolvimento tecnológico das nações de primeiro mundo? Não poderão, e é aí que está legitimada parte da dependência.

A concepção centro-periferia serve de epígrafe e corpo textual à teoria do imperialismo. Numa explicação prática, lembrando a enfermidade induzida de países pobres da África: a ex-colônia, hoje periferia, seria a doença, e as nações desenvolvidas têm o remédio para apaziguar a dor. Porém jamais curar, pois isso afetaria de vez os laços desiguais que os unem – trata-se de poder. Vale lembrar que a Revolução Industrial nunca foi uma tendência ingênua, mas um dispositivo de dominação.

A retórica centrava seu fundamento sobre a dinâmica da concentração de renda. Por que isso ocorria? Que forças se conjugavam para produzir esta dinâmica capaz de condicionar a formação dos preços relativos? A quem interessava que este quadro se mantivesse intacto? Por que o intercâmbio visava o detrimento dos países exportadores de matérias-primas? Quais são as alternativas de mudança palpável desta realidade, em que a divisão internacional do trabalho serve de suporte às relações desiguais sinalizadas?

A esta altura dos acontecimentos, era a CEPAL que recebia um bombardeio de críticas, pois os seus fundamentos pressupunham certa paternidade ao jogo imperialista. Era a tendência à estagnação das economias latino-americanas que estava em jogo – a perda do dinamismo. Estávamos diante de um impasse típico daqueles países subdesenvolvidos que são levados a se inserir tardiamente na circunferência da modernização:

³ Nestas reuniões estavam presentes alguns nomes conhecidos como Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort.

⁴ Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social, que teria o objetivo de formar especialistas em desenvolvimento econômico para os governos latino-americanos.

⁵ Ex-secretário executivo da CEPAL, que passa a ser representante nas Nações Unidas a partir da criação do ILPES.

A dependência cultural, ao exacerbar as formas de consumo, incitando a sua permanente diversificação, reduzia o potencial de poupança e aumentava os requerimentos de capitalização [...] Havia que escolher entre a “via do desenvolvimento voltado para o mercado interno, somente possível no quadro de um regime autoritário”, e a via do desenvolvimento aberto, compatível com a democracia, o que pressupunha um quadro internacional bem distinto do que então prevalecia. (FURTADO, *ibid*, p.70-71)

De todas as incertezas um ponto parecia consensual na reunião dos intelectuais – o modelo clássico da CEPAL tornava impotente um campo de discussões mais amplo para explicar o quadro de tendência à estagnação que se observava na América Latina, sendo necessário aprofundar o seu escopo na direção do social e do político. Fernando Henrique Cardoso diria que estávamos diante de uma Revolução Industrial de novo tipo que se alinhava com a premissa da perda de autonomia de decisões, tendo como consequências formas mais complexas de dependência. Afinal, o princípio para um processo de industrialização nas nações periféricas requer grande volume de capital e uma considerável soma de conhecimentos tecnológicos.

Portanto, a forma de escapar da armadilha e o preço a pagar para ter acesso a tudo isso era nada menos do que aceitar novas formas de dependência, o que gera a conclusão, contrariando o texto da CEPAL, de que a industrialização não leva à autonomia de decisão, ao desenvolvimento sustentado. Esta conjuntura aponta então para uma mola propulsora de incentivo a desigualdades sociais. E, para sair da estagnação, várias nações se submetem ao controle de governos autoritários, ditadores, sustentados por financiamento externo. O golpe de 64 no Brasil era um dos exemplos desta realidade, apesar de trazer consigo outras singularidades, como veremos a seguir.

É nesse ambiente conturbado que se enxerga finalmente o medo por parte de grupos dominantes de pensar em políticas distributivas. A receita, duradoura de longas datas, articula-se sobre o plano do “crescimento do bolo” para depois repartir⁶. Aumentar o excedente a partir da retenção de salários (baixíssimos) para investir na dinamização do mercado de bens duráveis de consumo é uma espécie de contribuir para a manutenção da pobreza e desigualdade crescentes na América Latina. O mais grave é que esta dinâmica ganha cada vez mais intensidade à medida que haja uma presença maciça de consumidores destes bens (a classe média), o que faz por consequência que alguém precise produzir mais e mais estes mesmos bens para atender à demanda (as empresas transnacionais), diversificando a todo instante o consumo. O acesso à “cesta social”⁷ (ABRANCHES *et al*, 1987, p.24) se torna cada vez mais complexo.

Neste terreno dividido entre o abismo dos famintos/flagelados e a riqueza de natureza ostentadora mantinha-se uma outra estrutura que permitia que este sistema se prevalecesse e se afirmasse quase perene – as ideologias que compunham os modos de produção.

O caso brasileiro: singularidades e nova ordem

Para Celso Furtado, a situação do Brasil não fugia do perfil da América Latina, embora houvesse particularidades que constituíam o núcleo deste tecido social. Como entender um país em que, distintamente do padrão clássico do desenvolvimento capitalista, a indústria cresceu sem conflitar com a agricultura?

Ao estudar as realidades periféricas o autor produz uma primeira conclusão de efeito norteador:

Não basta que o desenvolvimento se transforme na posição suprema de uma coletividade nacional para que, como objetivo político, venha a prevalecer sobre os interesses de classes e grupos dominantes [...] a ideia de uma política ativa de desenvolvimento é um fenômeno recente, subproduto dos esforços de estabilização anticíclica. Nas economias políticas

⁶ Ver mais em Barros *et al* (2000).

⁷ Termo utilizado por Abranches *et al* (1987).

maduras, a busca da estabilidade – as chamadas políticas de pleno emprego – levou naturalmente à formulação de políticas de desenvolvimento e produziu os instrumentos de regulação macroeconômica. Esse tipo de política se aplica com êxito ali onde existe um sistema econômico apto a crescer, vale dizer, capaz de gerar seu próprio dinamismo. Não é este o caso da grande maioria dos atuais países subdesenvolvidos, cujo dinamismo depende essencialmente de fatores exógenos. Política de desenvolvimento, nesse caso, seria criar as bases de um sistema econômico que, sendo apto a crescer, encerrasse um esforço de reconstrução de estruturas econômicas e sociais. Fora de situações históricas muito especiais [...] Dificilmente as classes dirigentes de um país se põem de acordo para transformar suas estruturas, nas quais se funda o seu próprio poder. (FURTADO, *ibid*, p.85)

O que é o golpe militar de 64 no Brasil, senão reflexo desta reflexão?

O Brasil tem como legado histórico, em sua constituição, uma sociedade fundada no latifúndio e na oligarquia, aquilo que Gilberto Freyre denominou de “Casa-Grande & Senzala” (1997). Diferentemente do Chile que possui uma política de esquerda bem articulada com representações partidárias consistentes, como o Partido Comunista e o Partido Socialista/Marxista, o Brasil planteia seu caráter administrativo, no caso do Estado, fundado e ancorado em relações patrimonialistas. Há aí uma espécie de extensão da arena privada no poder público. Oligarquias dominantes, aliadas ao poder militar e às igrejas (ponto não tocado pelo autor), são os donos do poder no Brasil.

Quando no Brasil começamos a perceber uma mudança no quadro social, através da intensa urbanização da década de 30, configurando também uma mudança no quadro político⁸, novas relações de poder pareceriam querer emergir, a fim de pontuar a relevante questão das desigualdades sociais, embora o prisma desta defesa geralmente se ancorasse em fundamentos populistas⁹.

No entanto, a falta de uma classe industrial com identidade definida, fazendo facilmente com que o Estado tutelasse as organizações sindicais no Brasil, anesthesiava um tipo de ação mais concreta de mudança no paradigma social e político preponderante. Para o autor esta pode ser uma das causas do atraso na modernização do quadro político brasileiro, afinal as constituições políticas representaram poderoso instrumento nas mãos da velha oligarquia (rural) a fim de preservar sua posição como principal força política¹⁰.

Retornando às brechas de mudança que poderiam passar a coexistir junto ao processo de urbanização engendrado, vê-se um questionamento sobre a legitimidade das classes dominantes que controlam o Estado – a tensão estava estabelecida.

Pode-se melhor compreender a partir deste instante por que para Celso Furtado o golpe não foi uma ação isolada e pontual, mas um processo conspiratório de anos antecedentes ao mesmo. De um lado passamos a ter o poder executivo que, como representante do povo, veste-se de verde e amarelo disposto a enfrentar as oligarquias tradicionais. Do outro lado estariam estas mesmas oligarquias que, representando o Congresso, têm o poder legislativo nas mãos. Enfrentar o poder tradicional ou abandonar o cargo?¹¹

Configura-se o destino de funcionamento das instituições: chega o golpe. Quem iria controlar o poder? O governo militar. Baseado em que discurso legitima a nova ordem? Numa

⁸ Desta forma aumentava o número de pessoas alfabetizadas, diferente da zona rural que com menos instrução as pessoas eram mais facilmente manipuladas pela prática do “coronelismo”.

⁹ O autor trabalha numa perspectiva de poder elucidar a especificidade do problema de concentração de renda no Brasil que se tange à formação do tipo de urbanização brasileira ligada a explosão do terciário, o que incide sobre o processo de aglomeração das cidades, causando subempregos/desemprego e pobreza – alvo das ações de políticas populistas.

¹⁰ Não podemos deixar de admitir que em pleno contexto atual essa prática ainda postula uma ordem nada desprezível no seio de nossa sociedade.

¹¹ Não é à toa que para o autor houve no pós-45, um suicídio (referindo-se ao presidente Getúlio Vargas), uma renúncia e uma deposição.

política de segurança nacional e retorno à estabilidade e preservação da “ordem”. Quem apoia e na verdade controla as ações do novo governo? As classes dominantes e os Estados Unidos. Por quê?

Medo de insurreições: o exemplo cubano

Como foi sublinhado, o que estava por trás dessa dinâmica assimétrica de estabelecimento de poder são os modos de produção.

A Guerra Fria divide o mundo em dois blocos: o capitalista e o socialista. EUA e URSS lutam pela hegemonia mundial, buscando “sócios” em suas respectivas empreitadas. Quem se associar a um será declarado inimigo mortal do outro.

Com o êxito da Revolução Cubana que passa a ter apoio da URSS, o golpe militar no Brasil se justifica sob o prisma da “lógica do inimigo”, isto é, deve-se combater o inimigo interno – com a opinião pública manipulada e o apoio incondicional das oligarquias dominantes, o golpe muda a instância de política de desenvolvimento para política de segurança “contra-insurgências”.

Temos aí a velha história da união entre o útil e o agradável. É condição *sine qua non* dos EUA fomentar a expansão das práticas capitalistas, fazendo o mundo depender destas práticas, e ser este país o centro do poder – o dono do mundo. Logo, a expansão do comunismo (como retratava a Revolução Cubana) seria algo inaceitável e contra todos os interesses dos EUA, bem como das elites dominantes no Brasil. Assim a instituição militar apoia os EUA, e a sociedade brasileira tradicional apoia o governo militar. Nesta dinâmica, o capital estrangeiro passa a dominar o nosso país, a fim de financiar o desenvolvimento brasileiro, o que iria aumentar de modo considerável a nossa dívida externa, e tornaria, até os tempos atuais, o país um palco das especulações de banqueiros estrangeiros.

Nesta guerra entre ianques e soviéticos quem mais uma vez pagou o alto preço foram as massas, outrora cada vez mais empobrecidas. Poder-se-ia acreditar num governo que transfere todos os seus recursos em prol de uma minoria, isto é, as classes dominantes?

O Brasil, enfermo, era controlado pela exibição do belicismo, que em vez de pôr como prioridade uma política de desenvolvimento (social) que precisasse de vez o acesso às estruturas básicas de sobrevivência do povo brasileiro¹², optou por uma política de segurança ancorada nos fundamentos da doutrina americana de “contra- insurgência”, levando de vez embora o sonho da nação democrática.

Ao autor restou construir o futuro durante a retirada, conhecendo melhor o dinamismo do inimigo para informar as novas gerações sobre as relações de poder internacional. Vivendo no exílio, Celso Furtado fez de suas angústias a possibilidade de reinvenção de si e oferta generosa à produção intelectual de novas gerações. Parte desta generosidade está transcrita neste pensamento em “Os vagares do intelectual”, parte da obra:

Chegara o inverno e o frio seco de Santiago estimulava a perambular os jardins. Crescia o número de companheiros vindos do Brasil [...] O exilado é corroído por diversas dúvidas que o assediam de todos os lados. Faz repetidas vezes as mesmas perguntas e com frequência se autoilude ligando pedaços de verdades para construir uma inverdade. Até que se coloca a dura questão da sobrevivência [...] É preciso ter vivido nestas circunstâncias para compreender a angústia que em muitos cria a solidão, a ausência dos “seus”, o ter de comunicar-se em outro idioma [...] O primeiro desafio que enfrenta o homem – e o exilado não é mais do que um homem desvalido – é o de encontrar uma justificativa para a vida, inventar todos os dias uma compensação para o esforço que significa viver. Essa compensação pode vir [...] do ânimo de continuar uma luta para mudar a própria vida. O intelectual tem de próprio a capacidade sem limites de inventar-se razões para viver [...] A solidão do intelectual é de qualidade diferente. Raramente o domina o sentimento da inutilidade, a angústia do não-ser. É como se ele carregasse consigo mil questões que esperam pela oportunidade de ser abordadas [...] A atividade intelectual chega a ser compulsória. (FURTADO, *ibid*, p.76-78)

Considerações finais

A principal contribuição do autor enquanto cientista econômico/cidadão brasileiro é, sem dúvida alguma, ter buscado aproximação física e intelectual com os centros de onde emana o poder real para, a partir daí, redigir um valioso registro capaz de configurar os sistemas de dominação que comandam o nosso destino de povos periféricos.

Compreender de forma mais profunda as consequências da Guerra Fria que esbarra diretamente sobre as relações de poder/ideologia é tornar visível um caminho de enfrentamento dos problemas mais sérios causados por estas mesmas relações. Problemas estes que põem em xeque a sinergia da manutenção das desigualdades sociais e dependência tecnológica e cultural, sendo a primeira nada mais do que um pilar da segunda.

Desvendar o que estava por trás das relações de poder era para Celso Furtado o motivo de suas pesquisas. Ampliar esta discussão, saindo da superficialidade, era tornar público, transparente, algo obscurecido. Afinal “quem supera a ignorância ganha graus de liberdade”. (FURTADO, op.cit, p.99)

Referências

- ABRANCHES, Sergio Henriques et al. **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- BARROS, Ricardo Paes de et al. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- FURTADO, Celso. **Os ares do mundo (memórias)**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DICOTOMIAS DA MARGINALIZAÇÃO

Rodrigo Faleiro Dolabella CESAR¹

Resumo: Levando em consideração os discursos das políticas públicas do estado brasileiro e as manifestações midiáticas acerca da violência urbana, o artigo questiona a possibilidade de se pensar pressupostos de ordem e diferenciação da ordem estatal frente ao sistema internacional. Através de uma análise discursiva crítica e pós-estruturalista de discursos presidenciais, veiculados pela imprensa, possibilita-se a visualização de diversas manifestações dicotômicas e desestabilizam-se certas pré-concepções tidas usualmente como ‘verdades’ inquestionáveis por nossas percepções individuais. Além disso, far-se-á visualizar como categorias como as da juventude, da criminalidade, do tráfico de drogas, e da marginalização se combinam e impregnam discursos oficiais para contar uma ‘história’ sobre as origens e redutos da violência urbana no Brasil. Questionam-se, nesse sentido, as arbitrariedades dicotômicas e estabilizações que apoderam, ao mesmo tempo em que desoneram o estado de responsabilidade, em relação a manifestações de redutos de barbárie, caos e anarquia no suposto ambiente hierárquico estatal. Assim como, percebe-se o fenômeno de sedimentação de fronteiras discursivas identitárias intrínsecas ao estado como morro e asfalto, favela e cidade, e a sua relação com o modelo panóptico do estado moderno criticado por Foucault.

Palavras-chave: Marginalização. Criminalidade. Drogas. Estado. Brasil. Drogas. Pós-estruturalismo. Pós-modernismo. Discurso. Violência, Ordem, Anarquia.

Abstract: Taking into account the public policy discourse of the Brazilian state and the media about the manifestations of urban violence, is it possible to affirm the existence of the differentiation of the state order against the international system? Through a critical discourse analysis and post-structuralism we can view various demonstrations of dichotomies and destabilize certain preconceptions usually taken as 'unquestioned truths' by our individual perceptions. In addition, we will see the emergence of categories such as youth, crime, drug trafficking, and marginalization combined to tell us a 'story' about the origins and the geography of urban violence in Brazil.

Keywords: Marginalization. Crime. Drugs. State. Brazil. Drugs. Poststructuralism. Postmodernism. Speech. Violence. Order. Anarchy.

1. Dicotomias da Marginalização

As multifacetadas manifestações de criminalidade, e marginalização, intrínsecos ao estado brasileiro, apresentam-se como desafios aos pressupostos weberianos postuladores da soberania estatal como “o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território”. (WEBER, 1982, p.98). A identificação de uma violência crônica que transcende as capacidades de coerção e controle estatais sugere o questionamento da existência de uma soberania absoluta, no circunscrito territorial estatal. Nesse sentido, a percepção de ‘bolsões geográficos’ aonde não há sinais de governança reflete a indagação acerca da ‘integridade’ da segregação dicotômica, realizada entre o estado e o ambiente anárquico internacional. Não estaria o estado soberano brasileiro mitigado por manifestações sociais ‘anti-estatais’ ou anárquicas? Ou seja, a recorrência de fenômenos marginalizados, associados à violência, reiteram uma percepção da ‘existência’ de espaços domésticos que não apresentam características tão distintas da idealização consagrada de anarquia internacional. Nesses espaços desprovidos da

¹ Mestrando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

‘autoridade legítima’ diversas manifestações de ‘dominação’, reproduzem, em certo sentido, o próprio funcionalismo estatal, relativizando a concepção clássica de autoridade central.

Esse entendimento é respaldado pela idéia de que a constituição do estado moderno se dá em contraposição à esfera anárquica, e suas representações de ameaça e perigo. (CAMPBELL, 1998, p.76). Segundo esses pressupostos o estado é constituído como tal pelo processo de alocação de autoridade e subjugação social em prol da provisão de segurança pelo ‘ator central’. Assim, a funcionalidade do estado, a provisão de segurança e ordem, é justamente seu princípio diferenciador da esfera internacional, já que a última por sua vez seria caracterizada pela ausência de autoridade central, um ambiente anárquico, “[...] onde a segurança dos estados não está garantida [...]” (WALTZ, 1979, p.95, tradução nossa).²

Enquanto que anteriormente à constituição do estado moderno, a provisão de segurança era garantida literalmente pelo escopo da projeção de poder dos aglomerados feudais, a emergência do território e a transferência do conceito de soberania para o circunscrito territorial, discursivamente, delimitou as fronteiras da ameaça. Nesse sentido o poder que antes definia o ‘território’ seguro, passa a ser restringido pelo mesmo. Ademais, a função primordial do poder central em relação aos subjugados não se alterou, do mesmo modo que os senhores feudais deveriam proteger os servos, o estado deve proteger seus cidadãos dos perigos da anarquia. Ou seja, o discurso de ordem obtido, em ambos os casos, respalda-se na utilização do poder central na provisão de segurança. O processo gradual de racionalização da dominação, representado pela transição das dominações tradicionais e carismáticas para a burocratização (WEBER, 2004), respalda uma lógica racional de legitimação dessa submissão.

Porém, diferentemente do período feudal, a projeção do poder atual do estado não corresponde necessariamente ao ambiente definido como ‘seguro’. Ou seja, o estabelecimento do perímetro estatal e a utilização do discurso do *inside/outside* conferiram status de oásis a todo o ambiente estatal, independentemente da ‘capacidade’ de provisão de segurança do estado. O discurso de hierarquização do ambiente doméstico em relação ao externo é respaldado por uma valoração maniqueísta que instaura discursivamente uma falácia dicotômica de absoluta segurança interna contraposta à ausência absoluta de segurança externa.

Por outro lado, o recorrente uso do termo marginalização nos discursos domésticos reflete sua origem linguística na transição da sociedade feudal para moderna na Europa, quando se diferenciavam as regiões dos burgos com seu entorno, isolado do poder, da socialização (ALVES, 2011) e menos submetido à projeção de poder disciplinar. (FOUCAULT, 1987) O termo é utilizado muitas vezes como sinônimo de criminalidade, e não somente como dicotomia de exclusão social. (ALVES, 2011) Esse uso contrastado com um discurso totalizador de duas arenas em valorações absolutas irá desestabilizar as concepções tradicionais do estado. “Totalidades (conceituais e sociais) são sempre impuras e incompletas”. (DEVETAK, 1995, p.1742, tradução nossa)³

Dessa forma, a emergência de discursos sobre a mitigação da segurança urbana no Brasil traz à tona as contradições inerentes nesse discurso de legitimação estatal na esfera internacional. A proliferação de retóricas aporéticas acerca do estado leva à descrença em relação a ele e corrobora para a emergência de mais discursos de desafio e questionamento. Disputa-se nesse caso a efetividade e eficácia estatal, e a sensação de impunidade, em múltiplas esferas, fortalece um contexto de ausência de coerção do estado. Nesse sentido, a relativa inutilidade do estado como provedor de segurança em nichos urbanos enfraquece seu caráter aglutinador e vinculante, perde-se grande parte da sensação de pertencimento e de legitimidade do governo. Não haveria mais como racionalizar a auto-justificação estatal onde sua funci-

² “[...] where the security of states is not assured [...]”

³ Totalities (conceptual and social) are always impure and incomplete.

onalidade primordial, a provisão de segurança, deixa de ser monopolizada e sofre fragmentação, ou simplesmente desaparece da percepção individual.

A 'inquestionável' preponderância do estado como 'unidade sólida' no ambiente internacional, com seu imperativo masculino de poder, é paradoxalmente mitigada internamente quando se defronta com uma criminalidade fluída. (WEBER, 2002, p.137) Nesse caso, há a necessidade de se 'consolidar' a fluidez em localidades prontamente acessíveis pelo estado. Isso ocorre justamente quando há o encontro de uma retórica espacial que confere imobilidade as esferas estatais, com discursos midiáticos que alertam acerca da existência de 'desordem' em espaços geográficos estatais.

Porém no mesmo momento em que se estabelecem fronteiras 'internas' de não penetração estatal - como se existissem 'redutos internacionais, anárquicos ou não-estatais' os quais o estado deva eliminar - também se inscreve um discurso de 'internalidade' e pertencimento destas áreas que inviabiliza uma mobilização do estado. Ou seja, ambiguidade resultante 'constrange' o estado a duas 'alternativas morais' dicotômicas, o aspecto externo o impede de agir 'moralmente' com o risco de ser condescendente com a 'desordem', e o aspecto interno o impede de 'agir' amoralmente já que se descaracterizaria o 'ambiente interno' de 'ordem'. (WEBER, 2002, 139)

Assim, a continuidade do vácuo estatal aos poucos 'deseestrutura' a 'penetração' dos 'valores sociais estabelecidos' e mitiga também a própria identidade individual. Ao passo que a própria fundamentação do conceito de individualidade intrínseco a sociedade moderna pauta-se na centralização do poder. (BAUMAN, 1989, p.65) Assim, o enfraquecimento do estado é dialético com o rompimento do modelo individual racionalizado pelo estado. (WEBER apud BAUMAN, 1989, p.75, 76) Ou seja, a ausência do estado coercitivo resulta na não-racionalização de nichos sociais, onde não ocorre, portanto a 'purificação' e eliminação dos elementos não-sociais de seus membros. (BAUMAN, 1989, p.75, 76). A ausência das táticas das disciplinas individualizantes contudo, não obstrui o poder panóptico que se dá pelo processo de classificação daqueles redutos ditos como potenciais sítios de criminalidade. (FOUCAULT, 1987, p.165)

Nesse caso, a diversidade de sujeitos inseridos nessas localidades é agregada em uma coletividade rotulada negativamente. Ou seja, a ineficácia da gerência do estado sobre essas áreas é discursivamente desproblematizada a partir da categorização moral de agrupamentos marginalizados. Esquece-se que a ausência da disciplina individual demandada pelo ordenamento estatal punitivo (FOUCAULT, 1987) é fruto da própria inoperância da máquina estatal. Abstém-se o estado, da culpa pela insegurança, que passa agora a ser visualizada como originária de sujeitos/comunidades desviantes. A marginalização, nesse caso, é pragmaticamente abstraída de seu sentido geográfico/contextual, e passa a representar escolhas auferidas em um vácuo, sem constrangimentos. O sujeito discursivamente construído como 'livre' é dito como feitor de seu próprio destino, 'o marginal transforma-se em criminal'.

Entretanto, a pré-conceitualização desses sujeitos é dialética com o próprio discurso segregador dos mesmos. Ou seja, o elemento discursivo que estabelece as fronteiras geográficas/morais nos centros urbanos estatais relaciona-se com discursos que irão identificar sujeitos originários desses lugares, e logo com os valores delineados às suas localizações. Assim, sujeitos provenientes de 'redutos perigosos' são prontamente identificados como possíveis 'indivíduos perigosos'.

Assim, mitiga-se não só o vínculo individual com o 'governo' mas também com o 'estado' e com a 'sociedade'. O 'pseudo-indivíduo', em sua condição de marginalização não se visualiza como 'eu' em relação à "comunidade imaginada estatal", e sim como o 'outro'. Porém, para além da visão criticada por Bauman (1989), onde certos indivíduos não são propensos a individualidade moderna do estado, nesse caso essa 'não-individualidade' vem da pró-

pria ausência estatal. Ou seja, a marginalização própria ao estado fundamenta a dialética do sujeito não-racionalizado e dos bolsões anti-estatais.

Nesse sentido, a consolidação de espaços anárquicos intrínsecos ao estado, sedimenta internamente novas dicotomias de contraposição ao mesmo, criando assim 'novas fronteiras'. Percebe-se que a nova dicotomia de fundamentação eu/outro, inside/outside, vincula-se à contraposição da sociedade de dentro e de fora das 'comunidades' marginalizadas, por exemplo: morro/asfalto, favela/pista. "Vai haver então um permanente "exterior constituinte", conforme Derrida nos demonstrou, um exterior à comunidade que possibilita sua existência". (DERRIDA apud MOUFFE, 1993, p.114, tradução nossa).⁴ Nesse sentido, constrói-se uma identidade do sujeito marginalizado em contraposição à identidade 'central'.

2. Sólidos e Fluidos

Ao descrever a contemporaneidade, Bauman propõe a idéia de modernidade líquida como a sociedade de consumo pós-industrial atual, caracterizada pela desestabilização de conceitos e identidades, o desprendimento do capital ao estado, a liberdade política dando lugar à liberdade de consumo. Desse modo, os indivíduos passam a ser divididos segundo a sua flexibilidade, o consumo seria a condição de construção de uma identidade ao mesmo tempo estável e prontamente descartável, possibilitando ao indivíduo a adaptabilidade, e a mobilidade e ao mesmo tempo uma "identificação" e "legitimidade". Teríamos então os consumidores, e os "despojados", ou seja, os sujeitos "incluídos", e os que são marginalizados da sociedade de consumo.

Porém, o estabelecimento dessa dicotomia esconde as continuidades inerentes a toda "constituição" dicotômica. Os sujeitos marginalizados também desejam exercer o consumo, porém diferentemente dos "consumidores", não possuem meios considerados legítimos pelo estado para se "incluir".

Os [...] primeiros [...], os [...] compradores, estão incluídos na sociedade e, por isso mesmo, são os defensores e propagandistas da idéia de mercado como uma realidade independente dos hábitos individuais; [os outros], formado pelos excluídos da economia e sociedade, [são] diretamente estimulado a possuir o que não [poderiam] comprar e indiretamente incitado[s] a se apropriar de forma criminosa do que [são] levado[s] a desejar. (COSTA, 2004, p.77)

Por sua vez, os sujeitos incluídos também podem apresentar características alheias aquelas ditas como legítimas pelo estado, porém tais desvios são desfocalizados da atenção pública. Pode-se dizer que se subverte a lógica do desvio segundo a própria lógica da dicotomização. Ou seja, o 'desvio' marginalizado deixa de ser visualizado como 'desvio' e passa a ser representado como 'padrão', de modo que o 'desvio' identificado como não 'marginal' possa permanecer representado como 'desvio'. Assim não se compromete a estabilização identitária construída através das fronteiras discursivas, os marginais serão padronizados como propensos ao 'desvio', e por sua vez os incluídos desviantes serão 'desvios' do 'padrão'.

Deste modo, a dicotomização visualizada entre o morro/asfalto, entre outras, reproduzem as preocupações com as consequências das contradições da marginalização. A necessidade de demarcação de nichos de indivíduos reflete a concepção de que a ameaça a ordem estabelecida, sempre emanará das posições marginalizadas. Ou seja, como todos os indivíduos

⁴ There will therefore exist a permanent 'constitutive outside', as Derrida has shown us, an exterior to the community that makes its existence possible.

desejam constituir-se como “consumidores”, porém somente os não marginalizados possuem meios legitimados de alcançar as capacidades de consumir, a busca do consumo nas periferias poderia levar a adoção de comportamentos inaceitáveis, ilegítimos. Assim, o comportamento ilegítimo marginal ‘é’ padrão, e o mesmo comportamento será, permanentemente, ‘desvio’ internamente às fronteiras legítimas da sociedade.

Nesse sentido, como o estado não possui a onipresença teórica pressuposta pela dicotomia ordem/anarquia, as políticas públicas de segurança tradicionais estimam que o controle e a vigilância devam ser exercidos nas zonas/agrupamentos tidos como mais propensos a manifestação de comportamentos ilegítimos. Destacam-se, geograficamente, áreas notadamente de concentração de classes sociais mais baixas, como favelas, e subúrbios; socialmente, indivíduos economicamente desfavorecidos, vinculados a vícios, doenças, históricos de comportamentos desviantes, assim como provenientes de faixas etárias propensas à aquisição dos supracitados comportamentos.

Porém esse discurso será desestabilizado a partir da mobilidade e fluidez tanto da criminalidade interna ao estado quanto dos indivíduos previamente rotulados. A crescente volatilidade interna aos estados não permite o simples processo espacial de demarcação fronteiriça. As contradições inerentes aos discursos surgirão continuamente através da propagação além das fronteiras dos fenômenos excluídos, e irão continuamente reproduzir retóricas de ‘medo’. (WALKER, 1993). Quanto mais a violência sofrer um processo discursivo de segregação, mais sua fluidez irá ocasionar a emergência de retóricas de ‘perigo’ e ‘medo’ no ambiente ‘central’.

3. Cuidado! Área de Contaminação!

Algo de especialmente peculiar ocorre na interdição discursiva da criminalidade com a juventude. Como se uma atração ‘perigosa’ entre as duas palavras e seus interdiscursos ‘refletisse’ uma ‘natureza’ vulnerável do jovem, propensa à transgressão, experimentação, localizada no limiar entre a dicotomia criança/adulto.

“[...] sem dúvida, nós temos um quadro extremamente preocupante no que se refere à questão da droga, da criminalidade, da violência e a nossa juventude. [...] O meu governo vai dar um combate sistemático à questão do crack. [...] Eu tenho um compromisso com o povo do meu país, de levar uma luta sem quartel ao crack, principalmente porque, devido a características da nossa juventude, nós sabemos que essa é uma droga que tem uma capacidade de propagação muito elevada. Primeiro, por ser barata; segundo, por ser extremamente danosa; e, terceiro, pelo fato de que ela contribui para uma desagregação da personalidade, mas também dos vínculos sociais. E isso, para um país como o nosso, ter sua juventude vulnerabilizada pela droga é algo que compromete o próprio sentido de nação que nós devemos ter.” (ROUSSEFF, 2011)

Porém, essa percepção desvinculada, que se esquece da construção discursiva da categoria dos jovens, ignora o ‘poder do discurso’ no processo de categorização e naturalização ‘do que é o jovem’. Ou seja, ao contrário de refletir uma propensão natural dos jovens, esse interdiscurso jovens/criminalidade é que acaba por constituir em parte essa nova classe de sujeitos.

Grande parte do que se vê nos discursos que relacionam a categoria jovem com categorias de criminalidade comunica-se com interdiscursos que problematizam uma origem duplamente fragmentada do jovem, sua condição de transição para vida adulta, suas mudanças físicas, e as grandes incertezas que permeiam essa “fase de grandes escolhas”. Alimenta-se a

categoria da juventude a partir da hibridização da dualidade pré-existente entre o adulto e o não-adulto, fazendo emergir uma situação de dupla-negação: não se é inocente como as crianças, mas também não se é responsável como os adultos. Diante desse limbo discursivo evidencia-se a origem da concepção da juventude como área de risco, de propensão à marginalização. O vazio de significado inicial é substituído por um discurso que se constitui na ausência, na negação. Assim, o momento em que surge a preocupação com o jovem como conjunto isolado é também o momento em que esse conjunto está sendo consolidado negativamente. O estudo do jovem como categoria é, nesse sentido, dialético ao estabelecimento da categoria jovem a partir de um silêncio. Esse silêncio – conforme visto quando o discurso diz “devido a características da nossa juventude” sem mencionar quais características – é preenchido pelo contexto discursivo da droga e da criminalidade.

Possibilita-se assim que os discursos acarretem à droga a única causa da proliferação da criminalidade na juventude. Ou seja, essa condição híbrida e ou silenciada do termo jovem irá facilitar a postulação da droga como causa da propagação da violência, criminalidade, e ‘marginalização’. Em uma propagação metaforicamente veiculada como ‘viral’, a droga seria a única responsável inclusive pela “desagregação” “dos vínculos sociais” e pelo processo de corrosão das identidades individuais.

A noção de vício modifica o consumidor soberano em sua mente, transformando liberdade em determinismo e desejo em necessidade. Diferentemente de consumir para se realizar, no estado de vício, o indivíduo é consumido pelo consumo, e tem a identidade destruída. (REITH, 2004, p.286, tradução nossa).⁵

Isso tudo é visualizado como se não existisse uma condição de marginalização prévia que já poderia facilitar esse processo de exclusão social e identitária.

Nós sabemos que, nesses três eixos, [...], que é o eixo da prevenção, através do qual nós precisamos impedir que mais pessoas, mais crianças, mais jovens sejam vítimas do crack – o eixo da assistência, do apoio, do tratamento, do carinho –, em que nós temos de intervir para que elas tenham tratamento, e aí, sem sombra de dúvida, é necessário o tratamento especializado, sim, para o crack. É necessária comunidade terapêutica, clínica especializada, enfermaria especializada em hospital geral, mas também são necessárias políticas de inserção, de reinserção. E, acho que é fundamental a gente perceber que tudo isso também passa por um processo de combate ao crime organizado, através do controle de fronteiras, da... eu diria, o reforço ainda maior da Polícia Federal no combate à criminalidade e às drogas. No combate sem quartel às drogas, tanto na entrada delas, que se dá nas fronteiras do Brasil, quanto também na distribuição... nas estruturas de distribuição ligadas ao crime organizado. (ROUSSEFF, 2011)

Nesse sentido, a partir da hierarquização de sujeitos especialistas, apoderam-se discursos que irão disseminar um entendimento generalizado a respeito dos jovens e das drogas. (FOUCAULT, 1971, p.22) As penetrações do discurso médico e da metáfora da doença fazem com que a idéia do ‘contágio’ pelo ‘mal’ da droga seja mais facilmente aceita e legitimada. Para todo sujeito ‘contaminado’ opera-se um médico, ou especialista, propenso a trazer uma solução.

Visualiza-se também aqui o caráter disciplinador e regularizador das instituições trazidas a tona no discurso. O jovem ‘contaminado’ pelo ‘mal’ das drogas deve ser levado a uma instituição ‘capaz’ de ‘normalizar’ o sujeito. Só assim posteriormente ele seria alvo de políticas de “inserção, de reinserção” na sociedade. Novamente de maneira sutil o discurso conduz

⁵ The notion of addiction turns the sovereign consumer on its head, transforming freedom into determinism and desire into need. Rather than consuming to realize the self, in the state of addiction, the individual is consumed by consumption, the self destroyed.

a percepção de externalidade do sujeito ‘anormal’, excluído, externalizado, e essa condição irá se associar ao discurso das fronteiras prontamente fortalecido em seguida no texto. Visualize-se a mecânica das dicotomias de normalidade/anormalidade, inocência/culpa, trabalhando para construir um significado segregado desses sujeitos.

Num sistema de disciplina, a criança é mais individualizada que o adulto, o doente o é antes do homem são, o louco e delinquente mais que o normal e o não-delinquente. É em direção aos primeiros, em todo caso, que se voltam em nossa civilização todos os mecanismos individualizantes; e quando se quer individualizar o adulto são, normal e legalista, agora é sempre perguntando-lhe o que ainda há nele de criança, que loucura secreta o habita, que crime fundamental ele quis cometer. (FOUCAULT, 1987, p.161)

Evidentemente, essas cadeias de categorias que são sublinhadas como fontes prováveis de emergência de desordem, funcionam em concomitância. Quanto mais sujeitos e/ou agrupamentos se enquadrarem nessas categorias mais serão securitizados pelo estado. Criam-se a partir disso sub-dicotomias que serão gradualmente hierarquizadas pelo seu suposto grau de propensão à criminalidade. Dessa forma o controle e a vigilância do estado são focalizados nos sujeitos que são previamente demarcados a partir dessas sub-dicotomias. Ou seja, o acúmulo de dicotomias de marginalização social será representado como o acúmulo de propensão à criminalidade. Criam-se cada vez mais empecilhos a reversão da marginalização, ou melhor, as dicotomias resultantes são barreiras quase que intransponíveis à inclusão dos sujeitos.

Quando atentamos exclusivamente à categoria da juventude, percebemos a diferenciação estabelecida discursivamente entre aqueles marginalizados e aqueles incluídos. As representações reiteram a culpabilidade de um e a inocência ou desajuízo do outro. Os jovens incluídos são vítimas da criminalidade mesmo quando são os autores da mesma, como se tivessem sido contaminados, ‘atraídos pelo mal’. Ou seja, atraídos reitera a ausência do mal da esfera incluída, os mesmos são ‘levados à marginalização’ temporariamente. Por sua vez, os jovens marginalizados são também inicialmente vistos como vítimas, de um inexorável destino inerente a vida marginalizada, ou a partir da lógica do consumo de drogas como a corrupção do jovem, porém essa percepção é rapidamente transformada em uma culpa a partir da desconstrução dos resquícios de criança ou de incluído nesse sujeito.

Não é culpa do jovem marginalizado o rumo de sua vida criminoso já que esse seria um padrão recorrente. Ou então não é a culpa da sociedade ‘normal’ o desvio de seus jovens, já que esses foram contaminados por um mal ‘estrangeiro’. Assim, o estado além de fornecer especialistas capazes de tratar ou amenizar as problemáticas desses sujeitos corrompidos pelo mal externo, deve também operacionalizar o combate na ‘origem’. Seja essa origem identificada como além das fronteiras formais estatais, ou então além das fronteiras da ordem social normal. Ou seja, o combate à droga como entidade, ou instituição formal, espacial, será localizado em dois fronts, as fronteiras formais do estado, e nas favelas, morros, e subúrbios.

Esse processo irá permitir a abstração da culpa do estado e da sociedade pelo destino desses sujeitos. Isso porque na medida em que se desconstrói o pertencimento desses na ordem normal, e se viabiliza a securitização de fronteiras, internas e externas, pode-se ir vinculando a desordem pelo transbordamento sorrateiro do mal. Assim as metáforas da doença e do contágio funcionam como provedores de certa fluidez à droga. Essa, diferentemente de uma concepção ‘espacial’, ganha conotação fluida e volátil, de difícil controle pelo estado e capaz de penetrar em espaços ‘consolidados’ e ‘protegidos’.

4. Conclusão

Os desafios do combate à criminalidade e ao tráfico ilegal de drogas no Brasil transcendem a mobilização de capacidades operacionais, o estabelecimento de instituições especializadas e políticas públicas, exatamente por padecer de uma percepção sacramentada em dicotomias de legitimação do *status-quo*. A percepção da sociedade, acerca de uma ineficiência do estado em executar políticas públicas de garantia da ordem, espelha a desestabilização de discursos que foram os responsáveis por estabelecer exatamente essa mesma noção de ordem em primeiro lugar, a partir do condicionamento de ambientes de valoração absoluta segregados por fronteiras discursivas ‘intransponíveis’. Porém, na medida em que esses discursos passam a conceder um caráter fluido e volátil a esses fenômenos, perde-se a referência/contenção espacial inicialmente criada, resultando então na proliferação midiática do ‘medo’. Isso ocorre, pois a violência antes confinada passa a representar potencialidades de desenvolvimento em qualquer lugar da antes ‘ordeira’ sociedade.

Uma peculiaridade resultante neste processo é o embaralhamento dos termos ‘criminalidade’ e ‘marginalização’ que passam a representar quase que a mesma coisa dentro dos discursos. Isso ocorre devido ao processo de significação dicotômica das arenas da sociedade. Assim o marginal será automaticamente associado às problemáticas da violência. Esse é só mais um caso de reestruturação de discursos identitários frente ao processo de desestabilização de identidades.

Quando ocorre essa fragmentação discursiva os ‘significantes’ normalmente híbridos ou então negativamente construídos – negativamente no sentido de ausência, vazios – sofrem com a absorção de outras significações associativas. Isso é claro quando a categoria ‘jovem’ passa a ser securitizada pelos discursos, a partir de uma ‘vulnerabilidade’ de características expressadas na ausência. O grupo irá absorver os significados negativos de elementos usados em conjunção nos discursos.

A droga e os interdiscursos metafóricos que a acompanham são especialmente interessantes, pois possuem uso prático na determinação de volatilidade e periculosidade nos discursos, sem prejudicar a idéia de estruturas espaciais consolidadas. O estado pode então se abster da culpa na proliferação da violência, quando há a concomitância com a questão da droga, bastando o discurso do combate ao crime organizado, e em relação ao tráfico internacional de drogas para legitimar sua atuação. O status-quo em relação à demanda doméstica de entorpecentes e a crescente marginalização de sujeitos e comunidades no estado são ‘virtualmente’ excluídos da agenda política.

A compreensão de que vivemos em uma sociedade desigual que necessita de intervenção estatal para superação das desigualdades não pode ser confundida com um discurso que reitera a marginalização. Ou pior, que se utiliza das fronteiras da marginalização como veículo legítimo de demarcação das origens da violência urbana. Somente através da identificação e desconstrução dessas dicotomias que será possível a eliminação da marginalização social, pois o discurso que somente a identifica é um dos responsáveis por sua manutenção e reprodução.

Referências

ALVES, Luzia, **Reflexos de Criminalidade no Discurso Sobre Pobreza e Marginalidade**. Disponível em: http://www.unitau.br/scripts/prppg/la/5sepla/site/comunicacoes_orais/artigo-luzia_alves.pdf Acesso em 27/07/2011.

BAUMAN, Zygmunt, **A Liberdade**, Editora Estampa, Lisboa, 1989

CAMPBELL, David, *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*, revised edition, 1998

COSTA, Jurandir Freire, **Perspectivas da Juventude na Sociedade de Mercado**, In: NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (orgs.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

DEVETAK, Richard. *Postmodernism*. In: BURCHILL, Scott and Andrew Linklater. *Theories of International Relations*. New York: St. Martin's Press, p. 179-209, 1996.

FOUCAULT, Michel, **A Ordem do Discurso**, Edições Loyola, 20ª Ed., 1971.

FOUCAULT, Michel, **Vigiar e Punir**, Nascimento da Prisão, 20ª Ed., Petrópolis, Vozes, 1987.

MOUFFE, Chantal, *The Return of the Political*, New York, 1993.

REITH, Gerda, *Consumption and its Discontents: addiction, identity, and the problem of freedom*, In: *The British Journal of Sociology*, 2004, vol.55, issue 2.

ROUSSEFF, Dilma, **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do seminário de implantação dos Centros Regionais de Referência em Crack e Outras Drogas, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, Palácio do Planalto, Brasília, 17 de Fevereiro de 2011.**

WALKER, Rob J. *Inside/outside: International relations as political theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WALTZ, Kenneth N., *Theory of International Politics*, University of California, Berkeley, 1979.

WEBER, Cynthia. *'Flying planes can be dangerous'*. In: *Millennium: Journal of international studies*, 31 (1), p. 129-147, 2002.

WEBER, Max. **A política como vocação**. In WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Vol. 2. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX, E SUAS RESOLUÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA BRASILEIRA

Tales dos Santos PINTO¹

Introdução

O presente artigo, entregue como avaliação para a disciplina História e Política: Intelectuais e Classes Sociais na Organização do Capitalismo Brasileiro (1870-1960), tem por objetivo discorrer sucintamente sobre a formação técnica dos trabalhadores e o papel das classes exploradoras na criação das instituições responsáveis por essa ação. Para isso exporemos a perspectiva relacionada ao assunto que tinham dois engenheiros tidos como os principais de-

¹ Universidade Federal de Goiás – UFG. Programa de Pós-Graduação em História. Orientador: Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto. talessantospinto@gmail.com

ensores da organização racional do trabalho no Brasil. Posteriormente será levantada as diretrizes de constituição do Estado Novo (1937-1945) como o local institucional onde as classes sociais irão se articular para efetuar a criação dos institutos responsáveis por esse tipo de educação. Por fim, levantaremos algumas considerações sobre o papel das classes sociais na constituição do modo de produção capitalista no Brasil.

Relação entre burgueses e gestores

A proposta de análise aqui apresentada parte do universo conceitual de João Bernardo (2009), sendo que será desenvolvido os conceitos de classes sociais, Condições Gerais de Produção (CGP'S) e Unidades Particulares de Produção (UPP's), e também Estado Amplo e Estado Restrito.

Classes Sociais

Dentro do arcabouço conceitual marxista encontramos a definição de que no capitalismo se constituem duas classes sociais, os trabalhadores e os burgueses. Alheados da propriedade dos meios de produção aos trabalhadores restam, nesse modo de produção, apenas vender sua força de trabalho em troca de um salário para poder se reproduzir e sustentar sua própria família. Os burgueses, proprietários privados dos meios de produção, retirariam suas riquezas da venda das mercadorias produzidas pelos trabalhadores assalariados. A diferença entre o valor total das mercadorias produzidas e o valor pago aos trabalhadores na forma de salário constituiria a mais-valia que é expropriada pelo burguês.

No entanto, o desenvolvimento do capitalismo, com a concentração de capital principalmente nos monopólios e o afastamento cada vez maior do burguês das funções de gestão do processo produtivo proporcionou o desenvolvimento de um grupo social que se encarregava das funções de gestão administrativa e técnica da produção, mas que não eram proprietários dos meios de produção. Na história do movimento operário do século XIX e XX vemos a tentativa de definir esse grupo como burocratas, aristocracia operária ou como tecnocracia.

Dentre essas tentativas de conceituação desse grupo social que não é burguês e nem trabalhador tem-se a proposta de João Bernardo. Para ele o que define as classes sociais no capitalismo seria a relação delas com o controle sobre a propriedade e utilização dos meios de produção e o controle sobre o tempo de trabalho na produção nas mercadorias. Nesse modelo em que as classes estão em relações umas com as outras, o importante na definição de cada uma delas seria o local e a função que cada uma ocupa e exerce no processo de produção da vida material e social. Sendo que os trabalhadores não têm propriedade alguma sobre os meios de produção e não controlam seu tempo de trabalho nessa relação social de produção, estariam ocupando o pólo dos explorados. No outro pólo estariam os exploradores, os capitalistas.

A exploração dos trabalhadores se dá tanto pelo controle sobre o tempo de trabalho quanto sobre a propriedade dos meios de produção. Proprietários privados, os burgueses utilizam esse tipo de propriedade para exercer essa função no capitalismo. Entretanto, a burguesia não é a única classe social que exerce essa função. Do controle de utilização dos meios de produção, sem que seja através da propriedade privada, e do controle do tempo de trabalho dos operários temos a classe dos gestores. Nesse modelo o capitalismo constituiu desde sua gênese três classes sociais: trabalhadores, burgueses e gestores. Sendo os primeiros os explorados e os segundos os exploradores nessa relação social de produção.

O que permearia e daria razão a essa relação social de produção seria a exploração da mais-valia. Considerando que a mais-valia é produzida pelo conjunto da classe trabalhadora e apropriada pelo conjunto da classe exploradora ela não pode ser apropriada individualmente

pelo proprietário de uma empresa. Isso decorre do caráter integrado das várias unidades de produção dentro do capitalismo.

CGP'S e UPP'S

Contrariamente ao modelo de análise do capitalismo proposto por Marx, João Bernardo não parte do isolamento das várias Unidades Particulares de Produção (UPP's) e sim de uma integração tecnológica entre as várias UPP's através das Condições Gerais de Produção (CGP's). Sendo que o valor das mercadorias é dado pelo tempo de trabalho médio socialmente necessário à sua produção, com esse modelo integrado, as alterações tecnológicas efetuadas em uma das UPP's ou em uma das CGP's refletem sobre toda a estrutura produtiva, tencionando a um aumento de produtividade em toda a cadeia. Porém, devido ao caráter tecnológico integrador das CGP's suas alterações de aumento de produtividade têm uma amplitude bem maior que as efetuadas em uma UPP.

No que tange às classes sociais, devido ao seu controle do processo produtivo estar relacionado à propriedade privada dos meios de produção estaria nas UPP's o lugar privilegiado - mas não exclusivo - da burguesia. Quanto aos gestores e sua função de controle da propriedade dos meios de produção e do tempo de trabalho da força de trabalho não estar diretamente relacionada à propriedade privada (e dessa forma a uma empresa específica) as CGP's seriam o lugar privilegiado de sua prática social.

Estado Amplo e Estado Restrito

As instituições de coordenação dessa integração produtiva do capitalismo seriam tanto as empresas quanto o Estado. A instituição composta pelo que conhecemos como Estado, formada pelos poderes legislativos, judiciário e executivo é denominada como Estado Restrito (R). Considerando que os capitalistas nas empresas exercem funções de legislação sobre as normas internas, de julgamento de acordo com essas normas e que executam as decisões tomadas pelas direções das empresas, essas práticas se assemelham às práticas institucionais do Estado. Dessa forma, as práticas institucionais referentes às empresas se dão no âmbito do Estado Amplo (A).

Na história do capitalismo é possível verificar um processo de articulação entre os dois tipos de Estado na coordenação dos processos de produção da vida material e social, com um sendo preponderante sobre o outro, ou mesmo uma fusão dos dois tipos de Estado. O objetivo do presente artigo é tentar mostrar as articulações entre o Estado A e o Estado R no desenvolvimento de uma CGP específica, a produção e reprodução da força de trabalho, e o papel desempenhado pelas três classes sociais nesse desenvolvimento.

Entretanto para alcançar esse objetivo será necessário expor como as classes sociais agiram no desenvolvimento dessa CGP no Brasil na primeira metade do século XX e quais as instituições criadas por essas classes para alcançar esse desenvolvimento. Para perceber essas práticas das classes sociais recorrer-se-á a exposição das trajetórias institucionais de alguns indivíduos considerados expoentes dessas classes. E a produção bibliográfica por eles produzida servirá como caminho ao entendimento da expressão ideológica de suas perspectivas de organização da sociedade, e como tal perspectiva pode estar relacionada ao pertencimento a uma classe social específica.

A concepção de mundo

O instrumental teórico metodológico a ser utilizado para esse trabalho será o oferecido por Lucien Goldmann. Em sua proposta metodológica o autor indica a necessidade de analisar o que se consideraria como consciência coletiva da classe social. Partindo de uma produção

intelectual individual, que seria de relevância qualitativa, pretende inserir essa mesma produção dentro de um âmbito social mais amplo que pode ser encontrado nos grupos ou classes sociais. Assim, elementos da produção intelectual de uma obra individual poderiam ser evidências de um modo de perceber o mundo que não fosse exclusividade daquele indivíduo, mas sim o compartilhamento dessa percepção com um grupo ou classe social a qual ele pertence.

Ainda dentro dessa proposta o sentido do que foi escrito por esse indivíduo pode estar em contradição com o que o pesquisador entendeu ao fazer a leitura das obras dele, principalmente no exercício de ligar essa produção bibliográfica ao grupo social a qual o indivíduo pertence. Goldann cita como exemplo Pascal, que se considerava cristão e apesar de seu posicionamento religioso, sua produção pode ser considerada como atéia. Ou mesmo os casos de Descartes ou Fichte. Sobre o último, ele pessoalmente afirmava sua fé pessoal, mas seus adversários afirmavam que o conjunto de sua filosofia era atéia. Caberia ao pesquisador encontrar elementos que inserisse a produção intelectual do indivíduo à sua classe social. Segundo Goldmann, “la intención de un escritor y la significación *subjetiva* que para él tiene su obra no siempre coinciden con su significación *objetiva*, que interesa ante todo al historiador-filósofo.” (1985, p. 17)

Nessa perspectiva Godann desenvolve, para buscar contemplar essa relação entre a produção individual e a perspectiva de classe, a noção de concepção de mundo. Ela seria o instrumento da filosofia da história e da literatura para separar o essencial do acidental de uma obra, de modo objetivo e controlável. A concepção de mundo é instrumento conceitual de trabalho indispensável para compreender as expressões imediatas dos pensamentos dos indivíduos. Apesar de diferenças individuais nas produções intelectuais os elementos essenciais podem ser encontrados em vários indivíduos, constituindo uma realidade que não é puramente individual. Os elementos essenciais compartilhados por vários indivíduos de uma mesma classe conformariam o que ele denomina como concepção de mundo. (1985, p. 26)

A concepção de mundo é o principal aspecto concreto da consciência coletiva. O sujeito atua em grupo - no caso como classes sociais - que estão ligadas principalmente pelo fundamento econômico. Entretanto, é necessário que os grupos estejam com seus interesses orientados para uma perspectiva que querem impor praticamente à estrutura social e que se expressam no plano ideológico como visão desse conjunto de homens. Alguns indivíduos da classe conseguem a expressão qualitativa dessa visão de mundo, alcançando (ou quase) uma coerência integral, o máximo possível de consciência do grupo. (1985, p. 29)

Na tentativa de proceder a uma análise da participação da classe social dos gestores no desenvolvimento do capitalismo no Brasil o foco recairá sobre a prática institucional de alguns intelectuais, principalmente as práticas que estiverem ligadas ao desenvolvimento das CGP's no país. Devido ao seu caráter integrador exercido no modo de produção capitalista, deve-se buscar o essencial na produção dos intelectuais tecnocratas uma possível expressão da concepção de mundo da classe a qual eles pertencem. Assim, partir-se-á da situação histórica em que se encontrava a formação dos trabalhadores no Brasil no início do século XX e as práticas que tendiam a mudar essa formação de acordo com critérios de racionalidade capitalista. Nesse sentido mostraremos como as propostas nesse campo estão relacionadas a uma percepção de desenvolvimento da sociedade que pretende reorganizá-la de uma forma global. Posteriormente, passaremos a entender as articulações no âmbito dos Estados, A e R, para visualizarmos as práticas das classes exploradoras na implantação dessas políticas de qualificação para o trabalho.

O ensino profissional no Brasil

No Brasil, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX a educação a que os trabalhadores estavam submetidos processava-se nos locais de trabalho. Nesse espaço o aprendiz entrava em contato com as suas funções e o aprendizado necessário ao fabrico das mercadorias se dava através da observação e do auxílio a um trabalhador mais experiente e qualificado. (WEINSTEIN, 2000, p. 47-49) Dentro desse processo tradicional de educação dos trabalhadores, decorrente do trabalho artesanal, era conferido ao trabalhador adulto uma autoridade e um grande poder de decisão sobre o ensino e a rotina de trabalho do aprendiz. Dessa forma, o controle sobre o tempo de trabalho dos operários e os conhecimentos necessários aos processos produtivos permaneciam, dentro de certos limites, ainda nas mãos dos próprios trabalhadores.

Situação similar era verificada também nos países de capitalismo mais desenvolvido onde a luta entre as classes exploradoras e os trabalhadores havia levado os primeiros a tentar se apropriar desses conhecimentos e impor um controle maior sobre os ritmos de trabalho. Nesse contexto de conflitos sociais apareceram algumas práticas e o desenvolvimento de técnicas e métodos de organização do trabalho produtivo que ficaram conhecidas como racionalização dos processos de produção. Incluem-se aqui os métodos desenvolvidos por Frederick W. Taylor, as propostas de adoção da linha de produção e organização social de Henri Ford e a psicotécnica.

Taylor em sua obra, *Princípios de Administração Científica*, elabora uma metodologia de organização de processos de trabalho baseada em uma série de experimentos por ele conduzidos nas fábricas nas quais trabalhou como engenheiro de produção, principalmente. Sucintamente, podemos afirmar que buscando evitar o controle que os trabalhadores qualificados detinham sobre a produção ele estudou os gestos dos trabalhadores mais habilidosos e mais produtivos, isolou esses gestos e tomou-os como modelo a ser aplicado aos demais trabalhadores. Buscava assim evitar que os trabalhadores executassem movimentos desnecessários à produção das mercadorias. Além disso, estabeleceu um sistema de salário por peça como forma de incentivar o aumento da produtividade de cada trabalhador, sem que para isso fosse necessária a utilização de novos maquinários (1970). Entretanto o método de Taylor foi desenvolvido em outros aspectos.

Henry Ford em suas fábricas adotou vários aspectos do taylorismo, aumentando e ampliando os métodos de administração científica. “Com um sistema de linha de montagem, introduziu princípios tayloristas de segmentação das tarefas e aumentou o ritmo de trabalho no processo de produção, recorrendo a inovações técnicas para controlar o fluxo e o ritmo do trabalho.” (WEINSTEIN, 2000, p. 24) Entretanto, o fordismo se pautava mais na tentativa de manter a disciplina do trabalho através da difusão de valores sociais e morais. Assim, além do estímulo puramente monetário empreendeu ações de serviços sociais, instrução e atividades recreativas, desenvolvidas principalmente pelo Departamento de Sociologia de sua fábrica. Para Ford, a organização racional e científica abarcava muito mais que o local da produção, se estendendo o máximo possível à vida social dos trabalhadores, “sendo a fábrica o centro irradiador da reorganização social e da transformação econômica.” (WEINSTEIN, 2000, p. 24)

Outro elemento a se destacar na racionalização da produção diz respeito à psicologia industrial ou aplicada, que no Brasil ficou conhecido como psicotécnica. Consistia basicamente na seleção e orientação para o trabalho, pautadas nas características psicológicas e nas qualificações básicas dos postulantes aos cargos tanto na área fabril quanto administrativa. “Esses três elementos – taylorismo, fordismo e psicologia aplicada – combinados e modificados, formavam a base intelectual do movimento internacional pela organização do trabalho.” (WEINSTEIN, 2000, p. 25)

Barbara Weinstein utiliza o discurso de alguns capitalistas para mostrar como no início do século XX as afirmações da necessidade de organizar a industrialização no Brasil passava pela argumentação de que era imprescindível uma organização dos trabalhadores no processo

produtivo tendo por base as teorias da administração científica e da organização racional dos trabalhadores. Buscavam esses capitalistas racionalizar as técnicas de produção através principalmente da divisão dos procedimentos de produção em várias funções, que seriam executadas por trabalhadores especializados em cada uma delas. Dessa forma se retiraria a autoridade do operário especializado na produção e a com a estratificação de funções no processo de produção criaria uma hierarquização de funções e um encadeamento decisório pelo qual a autoridade deixava de ser do operário qualificado, cabendo ela aos supervisores e aos gerentes. Essa seria a forma científica necessária a um aumento de produtividade e de combate ao aprendizado empírico no qual os trabalhadores eram formados.

É sobre essa base de conhecimentos referentes à organização do processo produtivo que Roberto Mange utilizará suas tentativas de qualificar a força de trabalho no Brasil. Sobre ele podemos destacar sua trajetória de ligações internacionais - decorrentes de seu nascimento, formação profissional e primeiras experiências de trabalho na Europa - que o colocou em contato com as mais modernas técnicas de organização do trabalho. Dentre elas pode-se citar a psicotécnica, que a utilizou ao buscar aplicar testes aos operários para inseri-los em funções nas quais eles tinham predisposições mentais e psicológicas para desenvolver o que lhes era designado.

Mange tinha interesse na formação de uma nova espécie de trabalhador, que fosse especializado e inserido numa cultura de trabalho diferente da qual existia nas indústrias brasileiras. O sentido dessa expressão pode ser entendido como a formação de um trabalhador em que as solidariedades desenvolvidas no processo de aprendizado empírico não se faziam mais sentir, pois sendo ele formado na concepção da racionalidade do trabalho sua perspectiva na relação de trabalho com seus superiores se daria de forma diferente, devido à ruptura com a antiga solidariedade que era estabelecida entre os trabalhadores. Dessa forma pretendia reforçar a disciplina de trabalho capitalista com a criação de uma relação de obediência entre subordinados e superiores.

O outro ponto de seu objetivo seria a formação técnica desses trabalhadores. Mange condenava a educação recebida pelos aprendizes no local de trabalho, aprendida de modo empírico e pela observação, entendendo isso como um insulto às concepções racionalistas da organização do trabalho, pois impossibilitava os testes e seleções de tarefas de acordo com a aptidão de cada um, bem como a adoção de métodos novos devido ao fato de se aprender fazer a tarefa da mesma forma que os antigos operários. (WEINSTEIN, 2000, p. 47) Dessa forma buscou participar da criação de instituições de ensino, e que estas fossem localizadas fora dos ambientes de trabalho.

A primeira oportunidade que Roberto Mange teve de colocar em prática seu projeto de capacitação profissional foi no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, onde em 1923, instalou a Escola Profissional Mecânica. Utilizou nos cursos uma técnica de aprendizagem serial, na qual “o aprendiz avançava da tarefa mais simples à mais complexa de forma ordenada, aprendendo os ‘princípios teóricos’ subjacentes a cada tarefa no próprio momento em que executava o trabalho.” (WEINSTEIN, 2000, p. 51) Foi nessa escola que Mange também criou o Gabinete de Psicotécnica, tido como a inovação mais significativa da escola, decorrente de seu interesse por esse método “científico” calcado na busca das habilidades e predisposições mentais mais adequadas dos aprendizes a determinada tarefa. Tentava, dessa forma, combater as escolhas arbitrárias dos aprendizes e o empirismo nefasto.

Além da Escola Mecânica Profissional, Roberto Mange participou ativamente da criação do Instituto de Organização Racional do Trabalho, o IDORT. Fundado em 1931, tinha como objetivo ser uma forma de solucionar os problemas da sociedade brasileira a partir da adoção integral dos processos de racionalização e de organização de todos os aspectos da sociedade brasileira, tendo por base a autoridade exercida por técnicos, buscando um desenvolvimento social harmônico e um aumento da riqueza que propiciaria um padrão de vida mais

alto a todos os brasileiros. (WEINSTEIN, 2000, p. 90) O IDORT funcionaria como uma espécie de centro irradiador dos métodos de organização científica buscando impulsionar o aumento da produtividade nacional. Nesse caso a instituição seria criada no âmbito da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o que pode ser entendido como uma ação da esfera do Estado A.

Roberto Simonsen também tinha o interesse nessa organização racional da produção. Defensor dos métodos tayloristas, em particular, ele vai propor a aplicação deles como forma de alavancar a produção nacional, aumentar o nível de renda dos trabalhadores melhorando suas condições de vida, para melhor produzirem e também proporcionar a criação de um mercado interno que possibilitasse um desenvolvimento do país em todas as suas potencialidades. Para isso irá desenvolver vários estudos sobre a história e a situação do Brasil e proporá, de acordo com os modelos soviéticos e alemães principalmente, um projeto de planificação da economia nacional.

Interessado desde jovem na adoção das técnicas de racionalização da organização do trabalho, Simonsen vai tentar aplicar sistematicamente esses métodos em suas empresas a partir de 1916, na Companhia Construtora de Santos, e o objetivo de ampliar a utilização dos métodos racionais de organização continuará sendo uma de suas principais realizações ao longo de sua vida. (WEINSTEIN, 2000, p. 35)

Simonsen expõe em seus textos, discursos e outros tipos de estudos um panorama da sociedade brasileira e as possíveis soluções para superar os problemas que impedem o país de se desenvolver no mesmo sentido que as nações industrializadas. Elenca vários caminhos, dentre eles a planificação das ações pelo Estado brasileiro que tivesse por fim o desenvolvimento social da população. Esse desenvolvimento deveria ocorrer através de uma relação harmoniosa entre as classes sociais, evitando os perigos políticos de uma pretensa igualdade entre as pessoas. Ao Estado nacional caberia essa função de harmonização da sociedade com a criação de uma legislação social que garantisse tanto a prosperidade da elite quanto um padrão de vida melhor para os trabalhadores, principalmente o acesso a uma alimentação que proporcionasse uma capacidade física que os mantivessem aptos às suas funções laborais. “Impõe-se, assim, a planificação da economia brasileira em moldes capazes de proporcionar os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais de nossas populações e provêr o país de uma estruturação econômica e social, forte e estável, fornecendo à nação os recursos indispensáveis à sua segurança e à sua colocação em lugar condigno, na esfera internacional.” (SIMONSEN, 1944, p. 11)

Referente à qualificação dos profissionais de que necessitava o país para esse desenvolvimento, Simonsen aponta como imprescindível tanto a formação de técnicos e especialistas para levar à frente os esforços da industrialização, quanto a formação de uma força de trabalho mais qualificada, para superar a concorrência que os produtos brasileiros sofriam em relação a outros países (SIMONSEN, 1943, p. 167 e 171). Nesse sentido ele buscará criar instituições que fomentassem essa qualificação nas esferas privadas e estatais. Como presidente da FIESP será um dos principais incentivadores da formação do IDORT e devido à sua interlocução privilegiada junto ao governo Vargas, influenciará diretamente na formação do SENAI.

Entretanto sabedor da fraqueza econômica e política em âmbito nacional da classe social a qual pertencia ele irá buscar uma atuação junto ao Estado nacional para conseguir emplacar seus projetos. Isso não sem antes se opor praticamente e belicamente a instauração do primeiro governo Vargas na Revolução constitucionalista de 1932. Interessante notar que Simonsen e Mange durante esse conflito irão proceder a práticas de integração e planificação das indústrias paulistas pra suprir as necessidades das batalhas em uma ação similar – bem guardadas as devidas proporções – com a planificação econômica impulsionada pela I Guerra

Mundial, e a qual servirá como experiência para posteriores ações visando o desenvolvimento industrial brasileiro. (WEINSTEIN, 2000, p. 83)

Mas após a derrota paulista em 1932 uma aliança entre Simonsen e Vargas – ou melhor, entre os industriais paulistas e o governo federal - começará a se dar no governo constitucionalista iniciado em 1934 e se intensificará após o Golpe do Estado Novo em novembro de 1937. É nessa configuração política corporativa que se encontra as ações pela criação de uma instituição responsável pela formação e qualificação da força de trabalho no Brasil.

O Estado Novo, sua configuração e as ações pela educação profissional

No caso dessa característica produtiva do Estado tem particular importância o caráter corporativo do Estado Novo. O papel articulador dos interesses dos empresários, dos trabalhadores e do aparelho tradicional de poder (BERNARDO, 2009, p. 226) evidencia a proposta de um planejamento sócio-econômico que busque uma organização global da sociedade brasileira e de como burgueses e gestores se aliam nesse projeto.

Uma das características corporativas dessa instituição é a primazia que dão ao conhecimento técnico ao decidirem sobre as medidas a serem adotadas em relação aos debates políticos. Vemos a expressão ideológica dessas práticas de detrimento da ação parlamentar e de crítica ao liberalismo em dois dos principais ideólogos do Estado autoritário brasileiro, Oliveira Vianna e Francisco Campos. Os dois vão se opor veementemente aos trâmites parlamentares a que são sujeitas as decisões no capitalismo e criticar seus aspectos nocivos que não tem um embasamento técnico que possa agilizar e dar eficiência a aplicação dos projetos tidos como necessários ao desenvolvimento nacional. Não é por acaso que vão elogiar as formas de organização empreendida pelos fascismos europeus. É dentro desse aspecto tecnocrático que Vargas irá instituir os conselhos técnicos que se responsabilizarão pelos estudos e a viabilidade dos projetos tidos como necessários pelo governo.

Oliveira Vianna argumenta, em *Problemas de Política Objetiva* escrito em 1930, sobre a necessidade de organização das classes, pois que a ação individual junto ao governo não exerce efeito algum. Essa forma de atuação possibilita uma complementação e um auxílio entre os membros dos governos e os detentores dos conhecimentos técnicos e práticos. Para Vianna, o problema dos governos é um problema de direção técnica. A I Primeira Guerra Mundial evidenciou esse problema de direção, da “incapacidade *técnica* das elites propriamente político-partidárias para realizarem a obra da administração e do governo.” (1974, p. 119) Nesse sentido, afirma ainda que a competência técnica tende a substituir a competência parlamentar, e isso em vários países, principalmente os europeus. A criação dos Conselhos Econômicos proporcionaria que estes funcionassem como mecanismos para que os governos ouvissem as classes organizadas e isso segundo um princípio de colaboração das classes na obra legislativa. Justifica sua ação como uma ação executiva, cabendo aos ministérios executarem suas decisões, e não apenas serem órgãos consultivos. Seria uma das formas encontradas para a justificação do estado corporativista varguista. Encontrariam aí fórmulas de aproximação entre os governos e o povo, entre o governante e o governado, o que seria possível com a participação de pessoas detentoras dos conhecimentos necessários à tomada das decisões.

Essa seria uma das características da democracia necessária à sociedade brasileira. “O princípio característico do governo democrático consiste em dar à totalidade dos cidadãos uma parte igual na direção dos negócios públicos.” E para isso seria necessário “desenvolver os Conselhos Técnicos e as organizações de classe, aumentar a sua importância, intensificar as suas funções consultivas e pré-legislativas, generalizar e sistematizar a praxe da sua consulta da parte dos poderes públicos. *É esse o verdadeiro caminho da democracia no Brasil.*” (1974, p. 147)

Na esteira dessa perspectiva de constituição dos poderes estatais, Francisco Campos insere o processo de criação do Estado Novo. Ele teria se iniciado em 1930, mas efetivamente se operou apenas em 1937, pois a política havia impedido a revolução de instaurar os mecanismos necessários ao processo de modernização do país. Em sua perspectiva, Campos considerava o liberalismo político como um dos principais obstáculos para a condução da pátria, possibilitando um debate estéril em que era colocado em foco os interesses políticos regionais, impedindo assim o avanço da nação. Continua - ainda em seu texto de 1937 *Diretrizes do Estado Nacional* - a expor que com o fracasso da função legislativa dos órgãos responsáveis cabia encontrar uma solução urgente, realizada essa solução no golpe de novembro de 1937. Argumenta que a nação que trabalha e produz não poderia ficar presa a imobilidade decisória parlamentar, e que a integração econômica e política necessitam da ação das representações profissionais, pois estas devem contribuir com a esfera pública no intuito do desenvolvimento da economia nacional. De onde surge o corporativismo estatal como caminho necessário a esse desenvolvimento.

Nesse sentido, a condução dos negócios públicos aparece em primeiro plano como decorrentes de problemas técnicos e não mais do campo político, onde reina a emoção. É necessário agora conhecimento específico, daí a técnica sobrepujar a política. Por isso, afirma Campos, não há necessidade do sufrágio do povo, pois o que exigem do governo é apenas as ações que melhorem o bem estar do próprio povo. Coloca ainda a necessidade de alterações na ação parlamentar em seu caráter representativo, como expressão da opinião pública, que encontrou ressonância em outros veículos. E também a própria legislação não é mais uma ação política, propriamente dita, mas uma ação técnica. O parlamento não consegue cumprir estas funções. É necessário delegar essas funções ao executivo, fazendo com que ele seja o legislador, como expresso na constituição de novembro de 1937.

Para Francisco Campos a liberdade está ligada ao papel do Estado e no caso deve-se buscar a justiça no exercício dela e isso é encontrado no regime corporativo. A liberdade econômica deve ser submetida ao interesse público e não mais aos interesses privados. O governo deve organizar esses interesses. O corporativismo para Campos é caracterizado como descentralizador dos processos econômicos, pois cada ramo é controlado por uma corporação e o Estado é o árbitro no equilíbrio de interesses. Isso tudo para evitar a anarquia do liberalismo e do interesse individual.

Em *Problemas do Brasil e Soluções do Regime*, afirma que o direito do interesse coletivo é superior aos direitos individuais, e que a formulação jurídica da constituição de 1937 é feita em oposição à pretensa neutralidade proveniente do liberalismo. Cabe ao Estado intervir, principalmente visando o bem comum, mediando as relações entre os indivíduos, principalmente no domínio econômico. O corpo jurídico é de limitação do individualismo. A competência do Conselho de Economia Nacional é cooperar na legislação referente à questão econômica e sindical. Também tem o atributo de ser um aparelho técnico competente para a solução de problemas, o que uma assembléia política dificilmente conseguiria executar. Mas o conselho não tem caráter legislativo. Na estrutura corporativa o conselho tem enorme importância no sentido de auxiliar a intervenção do Estado na economia, e dessa forma ele se desenvolve no sentido de, no futuro, alcançar funções legislativas. (CAMPOS, 1940)

O debate sobre a criação do SENAI ocorrerá justamente em uma das comissões técnicas criadas por Vargas. Nela veremos um debate entre Simonsen e Gustavo Capanema, principalmente, sobre se o SENAI teria um caráter formativo mais amplo que abarcasse uma perspectiva de formação mais geral dos trabalhadores ou se incidiria principalmente na qualificação para o trabalho nas empresas.

As reuniões interministeriais iniciaram tendo como pontos principais quem seriam os responsáveis por essa educação técnica e quais fábricas que iriam ser obrigadas a oferecer o serviço. Essas reuniões compostas exclusivamente por gestores do estado proporcionaram

reclamações tanto da FIESP quanto de federações operárias. Tais reclamações incidiam sobre quais empresas seriam obrigadas a oferecer a educação profissional. Os industriais defendiam que as que contassem com mais 500 operários. Já as federações operárias afirmavam que se isso fosse acertado a maioria dos trabalhadores ficaria de fora. (WEINSTEIN, 2000, p. 109)

Para os representantes dos industriais a maioria dos trabalhadores necessitaria apenas de uma formação curta, que se daria na fábrica sem necessidade de aprimoramento técnico, restando apenas uma formação maior de índole moral para disciplinar a força de trabalho na aceitação de sua exploração. (WEINSTEIN, 2000, p. 110)

A resolução dos setores e da quantidade de trabalhadores atendidos seria feita de forma científica, sem levar em consideração as opiniões e interesses dos próprios operários. Isso acontecia de modo informal principalmente através de pressões operárias sobre os patrões por parte dos mais especializados que acabavam conseguindo impor condições na formação. Porém quem estava dirigindo essa ação educacional eram os gestores do estado, baseando suas decisões em definições estritas de aprendizagem e de demanda industrial. (WEINSTEIN, 2000, p. 111)

Bárbara Weinstein apresenta as rejeições de Capanema ao relatório da comissão e suas propostas, preocupado com o caráter educativo geral que deveria ter e não apenas com as necessidades da indústria. Entretanto, ela mostra a derrota de Capanema ao se referir ao fato de Vargas ter aceitado a proposta e criado o SENAI em 1942, nos moldes propostos por Simonsen e como o processo legislativo das comissões técnicas varguistas sofreram interferências e as influências do discurso racionalista dos industriais para ser aceitas suas decisões. Em 22 de janeiro de 1942, Vargas e os ministros da Educação e do Trabalho promulgaram o decreto nº 4048, criando o SENAI. (2000, p. 118)

Segundo Simonsen, “todos os trabalhos do SENAI são custeados pela própria indústria, que para ele contribui com uma cota proporcional ao operariado utilizado, na base de dois cruzeiros por operário-mês. As fábricas de mais de 500 operários concorrem com um acréscimo de 20% sobre essa cota, para a criação de bolsas de estudo e montagem de laboratório.” (1943, p. 300)

Considerações Finais

O processo histórico de criação do SENAI e do IDORT nos proporciona debater sobre a formação do capitalismo no Brasil e o papel que as classes sociais nele desempenharam. Considerando as tentativas de dizer quem era o pai da proposta de criação do SENAI, Weinstein afirma ainda que alguns anos após sua criação tanto os industriais, Roberto Simonsen e os tecnocratas prestantes como Roberto Mange, quanto os tecnocratas e gestores do Estado, Gustavo Capanema como o principal, tentavam em seus discursos se dizerem os responsáveis pela criação da instituição.

Pode-se perceber que a relação estabelecida entre a burguesia e os gestores no espaço institucional estatal foi em vários momentos conflituosa. Porém a fraqueza política e econômica da burguesia em âmbito nacional proporciona verificar que o papel preponderante decisivo na execução das ações práticas foi o efetuado pelos gestores.

Ainda segundo o que nos mostra Bárbara Weinstein (2000, p. 26), a burguesia brasileira era incapaz de desenvolver seus projetos econômicos e sociais para a sociedade brasileira. Citando Francisco Weffort afirma que tal papel coube à elite de Estado e à própria instituição, sendo essa elite “supostamente independente de qualquer grupo social específico, que constrói um projeto viável de industrialização e controle social.”

Entretanto essa noção de grupo social específico e independente acaba deixando lacunas consideráveis na análise histórica das classes sociais no Brasil e na construção desse pro-

jeto modernizador. Por isso, considera-se aqui mais plausível as definições acima expostas de acordo com o universo conceitual de João Bernardo.

A criação do SENAI, marcada por intensos debates sobre a quem caberia principalmente o papel de financiador da instituição e a forma em que ela iria se constituir, mostra-se como um debate que tem como pano de fundo a articulação das classes dos gestores e dos burgueses dentro do Estado R pelo desenvolvimento de uma CGP que pode ser caracterizada como produção e reprodução da força de trabalho. Mesmo que a participação das empresas seja considerável o papel do Estado A não foi o principal para efetuar a criação da instituição. A difusão de uma educação profissionalizante da força de trabalho para o conjunto das classes capitalistas foi fruto de uma ação conjunta da FIESP e do Estado Novo, mas a decisão e estrutura de funcionamento foi obra do último.

Nesse sentido a figura de Roberto Simonsen se torna exemplar dessa articulação. Pode-se argumentar sobre Simonsen ser um clássico burguês, pois proprietário privado de várias empresas. Entretanto sua visão de desenvolvimento social supera essa particularização que o liga ao âmbito das empresas em particular e o faz vislumbrar um projeto global de organização social, em que o desenvolvimento social seja visto como um processo harmônico entre as classes e evitando os conflitos decorrentes dos interesses antagônicos. Ainda assim, pode-se argumentar que independente de sua visão ser particular ou global sua função produtiva o coloca na posição de representante da burguesia. Mas o que interessa ressaltar é que Simonsen tem ciência da fraqueza política e econômica da burguesia no Brasil, sabendo que ela é regionalizada e não tem um caráter nacional. Simonsen percebe a inexistência de uma burguesia de âmbito nacional no Brasil, o que o leva a se aliar aos tecnocratas do Estado getulista para poder colocar em prática os projetos necessários ao desenvolvimento produtivo e social do país. Representante da burguesia paulista, como presidente da FIESP, Simonsen será o principal articulador junto aos gestores que controlam esse Estado.

Além disso, esse debate sobre a criação do SENAI evidencia o caráter produtivo institucional do Estado no modo de produção capitalista. A sua prática se insere diretamente na produção da principal mercadoria capitalista, que são os trabalhadores, produtores de valores e da mais-valia. O Estado não seria apenas um balcão de negócios da burguesia como afirmava Engels, o Estado tem uma prática institucional direta na esfera da produção e o que pode atestar isso, além do caso do SENAI, é a construção das metalúrgicas, das usinas hidrelétricas, dos portos, etc. Assim, podemos refletir sobre a função preponderante exercida pelo Estado R na exploração da mais-valia dos trabalhadores e na condução do desenvolvimento industrial nacional, afastando dessa maneira a ação da classe burguesa na consolidação do modo capitalista de produção no Brasil.

Bibliografia

- BERNARDO, J. *Economia dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- CAMPOS, F. *O Estado Nacional*. Sua estrutura Seu conteúdo ideológico. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940.
- GOLDMANN, L. *El Hombre y lo Absoluto*. El Dios Oculto. Barcelona, Ediciones Península, 1985.
- SIMONSEN, R. *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos*. São Paulo: Edição da FIESP, 1943.
- _____. *A Planificação da Economia Brasileira*. São Paulo: FIESP, 1944.
- TAYLOR, F. W. *Princípios de Administração Científica*. São Paulo: Editora Atlas, 1970.
- VIANNA, O. *Problemas de Política Objetiva*. Rio de Janeiro: Record, 1974.
- WEINSTEIN, B. *(Re)Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000.

O ESTADO COMO GESTOR DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DA BNDESPAR NAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Wellington Afonso DESIDERIO²

Martin Mundo NETO³

Resumo: A presente pesquisa procura analisar a atuação do estado, por meio da holding BNDESPar - subsidiária do BNDES, em participação acionária nas empresas brasileiras. Os dados foram coletados nas páginas eletrônicas das empresas investida pela BNDESPar, da BMF&Bovespa, do BNDES, na base de dados da Forbes e na imprensa de negócios. As recentes mudanças no Capitalismo brasileiro, amparadas na lógica das finanças, evidenciaram papel de destaque para a atuação da BNDESPar no mercado de capitais. Sendo assim, analisou-se a trajetória social dos atores que atualmente ocupam as cadeiras do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria executiva da BNDESPar e do BNDES. Entendeu-se que atores em posições privilegiadas na BNDESPar estariam contribuindo para financeirização das empresas brasileiras. Percebeu-se, também, que no governo Lula-Dilma, o estado tem uma orientação interventora, mas utiliza de mecanismos do mercado.

Palavras-chave: BNDESPar; Atores ; Participação acionária.

Abstract: This article analyzes the role of the state, by holding BNDESPar - subsidiary of BNDES, in equity in Brazilian companies. Data were collected from the websites of the companies invested by BNDESPar, BMF&BOVESPA, BNDES, on the basis of data from Forbes and the business press. The recent changes in Brazilian capitalism, supported by the logic of finance, revealed a prominent role for the performance of BNDESPar in the capital market. Therefore, we analyzed the trajectory of social actors who currently occupy the chairs of the board, supervisory board and executive board of BNDESPar and BNDES. It would appear that the actors in privileged positions could be contributing to BNDESPar financialization of Brazilian companies. It was noted also that under Lula, Dilma, the state has an interventionist orientation, but use of market mechanisms.

Keywords: BNDESPar; Actors; Shareholding.

Introdução

Os papéis desempenhados pelo estado nos últimos governos brasileiros evidenciaram dois modelos de atuação. Enquanto que nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995/2002) existia um predomínio da política do livre funcionamento dos mercados, nos governos Lula-Dilma (2003/atual) o estado se torna um ator central, organizando os mercados, produzindo bens e serviços por meio de empresas estatais “burocracia/hierarquia”. Boschi (2008) indica que no governo Lula haveria um novo tipo de intervencionismo estatal, que adquire particularidade em relação ao do passado, sendo que agora haveria mais uma modalidade híbrida de coordenação econômica ou de recriação de híbridos existentes do que a um retorno do Estado produtivo.

No governo Fernando Henrique Cardoso, os movimentos de fusões e privatização das empresas estatais abriram espaço para as corporações internacionais atuarem no mercado brasileiro. Grün (1999) indica que nesse período a lógica financeira começou a predominar na sociedade brasileira e no meio organizacional. Assim, os princípios dominantes no Capitalismo Internacional passaram a refletir sobre o estado brasileiro. Dezalay & Garth (2000) acrescenta que nos países da América Latina, notadamente no Brasil, ocorreu um processo de dolarização do conhecimento norte americano, ao ponto que o modelo dominante no Capitalismo Internacional se expandiu para os espaços latino-americanos através de um processo de importação de princípios.

Já nos tempos do governo Lula, as empresas nacionais passaram então a incorporar os princípios dominantes no Capitalismo Internacional – abrir capital em bolsa de valores e adotar a

² Mestrando em Engenharia de Produção na Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. wellington@dep.ufscar.br

³ Doutorando em Engenharia de Produção na Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. martin@de.ufscar.br

Governança Corporativa (GC) como ferramenta de gestão. Sendo isso, Jardim (2007) aponta que no governo Lula houve uma possível moralização e/ou domesticação do capitalismo, de modo que a idéia de proteção, segurança e insegurança social se atrelou ao mercado.

No governo Lula também, o estado ganha ênfase atuando de forma direta no mercado de capitais comprando recursos de terceiros. Tal fenômeno ocorre através da BNDESPar, que é uma holding gestora de capital de risco. A BNDESPar é subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As operações da BNDESPar iniciaram na década de setenta, nesse momento ela subdividia-se em três agências - EMBRAMEC, IBRASA e FIBASA, essa visavam, respectivamente, aos setores de bens de capitais, produtivos e insumos básicos. Na década de oitenta essas três agências se fundiram na BNDESPar. Atualmente sua atuação na economia brasileira envolve a compra de participação acionária das empresas nacionais, sendo assim, participa efetivamente no mercado de capitais.

Esse trabalho centrará as atenções sobre a atual dinâmica de atuação da BNDESPar. Para isso, serão analisados os atores que ocupam as posições de tomada de decisão do BNDES e da BNDESPar, esses teriam grande responsabilidade na construção e na reprodução dessa dinâmica de investimento. Assim, pretende-se melhor entender o papel do estado no mercado de capitais brasileiros.

Metodologia e Revisão da Literatura

A Sociologia Econômica segue o caminho inverso da “mão invisível” proposto pela Economia Ortodoxa, pois parte do princípio que os laços culturais, históricos e sociais são responsáveis pela reprodução da ordem econômica. Hirsh (2003) responde a economia indicando que a Sociologia Econômica parte do princípio de “mãos visíveis” na construção e reprodução dos espaços econômicos. Nesse trabalho, serão analisados as “mão visíveis” responsáveis pela dinâmica de atuação da BNDESPar, ou seja, serão analisados os atores que ocupam os “cargos de elite” do BNDES e BNDESPar, bem como os membros dos Conselhos de Administração (CA), Conselhos Fiscais (CF) e Diretoria Executiva (DE). Serão estudadas as trajetórias sociais desses atores, para isso serão analisados seus mini currículos, que estão disponíveis nas bases de dados *online* do BNDES e nas bases de dados *online* da Forbes⁴. A atenção estará sobre a trajetória acadêmica, profissional, política e internacional. Os dados também serão coletados nos prospectos anuais do BNDES e na imprensa de negócios.

Fligstein (2001) indica que os mercados fornecem atores com modelos cognitivos para interpretar as ações das organizações. Para Douglas (1998), a formação cognitiva dos atores está atrelada a sua trajetória social, de modo que os espaços que esses indivíduos convivem/conviveram e os outros atores com que interagem/interagiram, contribui para formar suas percepções. Douglas (1998) aponta que formação cognitiva dos atores são responsáveis pela reprodução da ordem de um determinado espaço.

Fligstein (2001) indica que a concreta relação social de um dado mercado reflete unicamente sua história e sua dependência frente a outros mercados, e os atores quando se interagem, determinam concepções de controle em um determinado espaço. A concepção de controle dominante seriam os modelos institucionalizados e legitimados no espaço em um determinado período. Fligstein (2001) expõe que em diversos espaços nacionais estaria prevalecendo à concepção de controle de empresa acionista predominante nos mercados anglo-saxão.

No Brasil o modelo de empresa acionista chegou notadamente a partir da década de 1990. Donadone & Swnelzer (2004) mostram que os movimentos de privatizações, fusões e aquisi-

⁴ Fonte de dados internacional sobre negócios e finanças

ções no Brasil - seguindo roteiro internacional – no decorrer da década de 90, ensejaram as primeiras experiências de controle compartilhado brasileiras, formalizadas por meio de acordo de acionistas. Nessas organizações, os investidores integrantes do bloco de controle passaram a dividir o comando da empresa, estabelecendo contratualmente regras.

Esses fenômenos conduziram a institucionalização do modelo de capitalismo financeiro na conjuntura nacional. Grün (2005) indica que a institucionalização desse novo modelo ocorreu através de atores importantes, que representavam à elite nacional, tais como gestores de fundos de pensão, sindicalistas, governo Lula, e consultores organizacionais; esses vivenciaram um processo de convergência aos novos parâmetros das finanças. Este novo cenário brasileiro gerou, então, base para que se evidenciassem atores focados a atuarem nos mercados financeiros e de capitais que operam na gestão de recursos de terceiros, abrindo assim caminho para que se proliferasse a atuação da BNDESPar como gestora de capital de risco.

A ferramenta de gestão para as empresas operarem nesse espaço é a GC, que fomenta o discurso da transparência. E o CA ganha posição de destaque para reger a transparência. Esse é composto por atores estratégicos que estão centrados na tomada decisão. Usem (2011) ao estudar o CA de uma empresa chinesa apontou que ao atores presentes nos CA se adaptam a concepção de controle dominante.

A dinâmica de investimentos da BNDESPar

A BNDESPar atua comprando participações acionárias de empresas brasileiras em duas vertentes, empresas de capital fechado e empresas de capital aberto. Até 2011, o portfólio de investimentos era composto por 76 empresas com capital aberto e 73 de capital fechado. Nos investimentos em empresas de capital fechado a participação da BNDESPAR varia muito, desde 0,01 % das ações até 52%. Enquanto que nos investimentos nas empresas de capital aberto a holding geralmente atua como acionista minoritária. Nos gráficos 1 e 2, são demonstradas a participação acionária da BNDESPAR em empresas brasileiras.

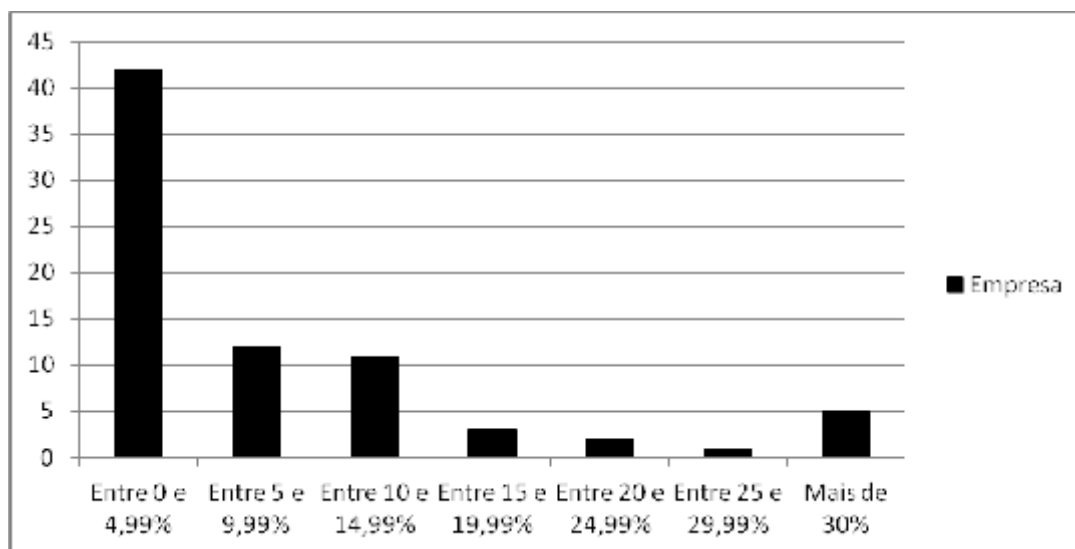


GRÁFICO 1 – Participação da BNDESPAR em porcentagem nas empresas de Private Equity – Amostra composta por 76 empresas. Fonte: Elaborado pelo autor. Dados coletados no banco de dados do BNDES – Acesso em Julho de 2011.

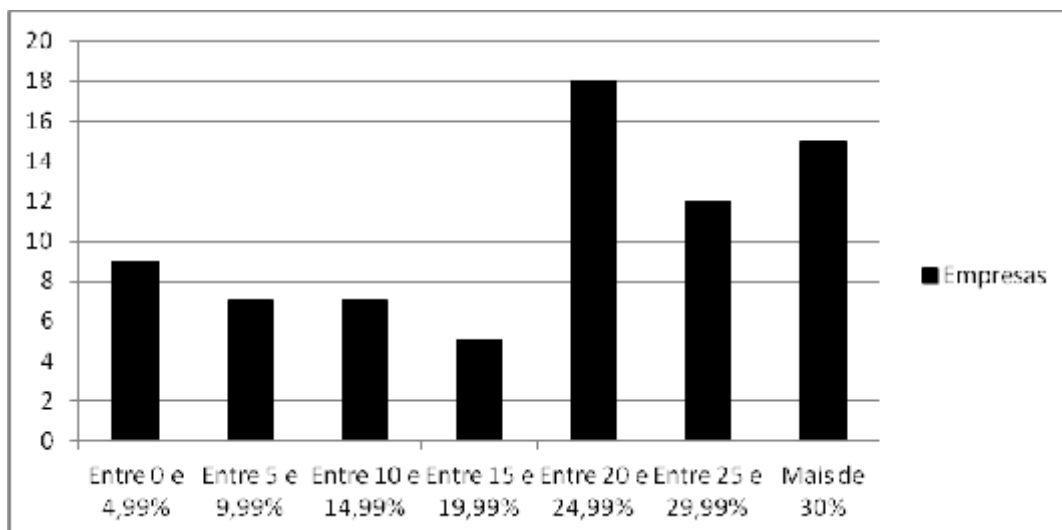


GRÁFICO 2 – Participação da BNDESPAR em porcentagem nas empresas de Venture Capital – Amostra composta por 73 empresas. Fonte: Elaborado pelo autor. Dados coletados no banco de dados do BNDES – Acesso em Julho de 2011.

Nos últimos anos a compra de participação acionária pela BNDESPar tem aumentado significativamente (BNDES Prospecto, 2011). Isso seria consequência da expansão da nova concepção de controle (empresa acionista) que tem se legitimado no Brasil, notadamente a partir da última década, quando foram criados o novo mercado na Bovespa e as leis de Sociedade Anônima. Nesse novo modelo, a BNDESPar encontrou uma forma lucrativa de atuar na economia, que tem gerado recordes de receita para o BNDES, essencialmente após 2003. Desse momento em diante, os lucros tem crescido anualmente, exceto nos períodos de crise mundial em 2008 e 2009 – ver gráfico 3.

Luciano Coutinho⁵, declara que, hoje, a BNDESPar é responsável por mais da metade dos lucros do BNDES (Valor Econômico, 2011). O presidente do banco afirma que mesmo diante dessa dinâmica de atuação, a BNDESPar não funciona como um *Private Equity*, que permanece, em média, dois anos na empresa, ao invés, a holding estatal permanece mais tempo visando alavancar o desenvolvimento do sistema empresarial da empresa investida (Valor Econômico, 2011). No entanto, a lógica de PE prioriza, ao vender a participação acionária que ela detém de determinada empresa, o momento em que obterá altas taxas de lucro independente se isso levar mais que dois anos. Sendo assim, há investimentos de PE que duram mais tempo. Além disso, imagina-se que quando uma empresa alavanca o desenvolvimento do seu sistema empresarial (conforme as palavras de Coutinho), suas ações valorizam, gerando, dessa forma, altas taxas de lucros para seus investidores.

⁵ Atual presidente executivo do BNDES

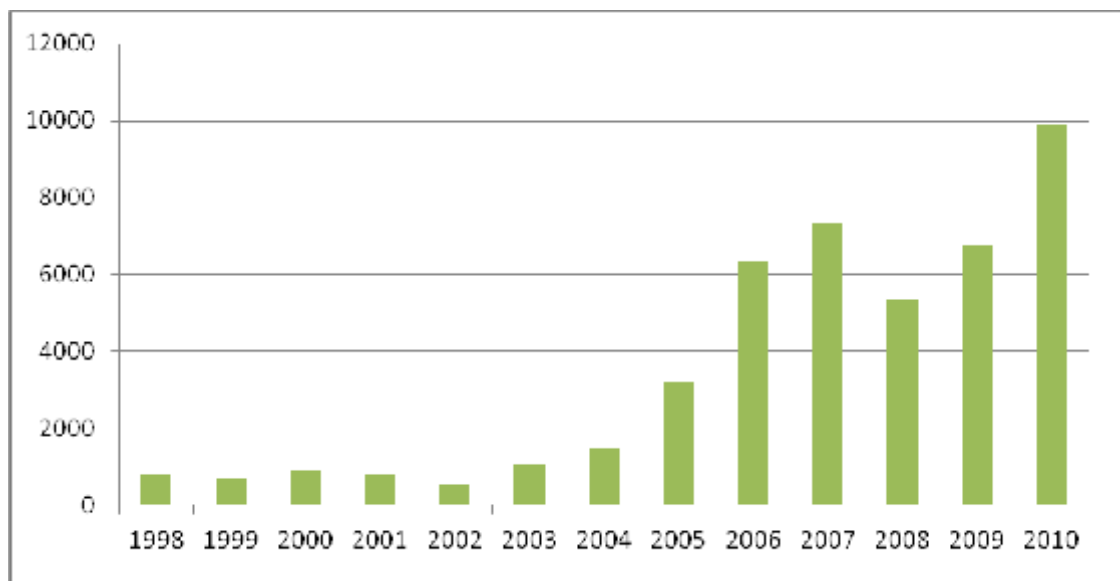


GRÁFICO 3 – Lucro do BNDES a partir de 1998. Fonte www.bndes.gov.br Acessado em novembro de 2011.

Em 27 empresas investidas na vertente PE, a BNDESPar também participa dos CA dessas respectivas corporações (Prospecto BNDES, 2011). O BNDES não divulga em seus relatórios quais são as empresas que a BNDESPAR tem representantes em CA, no entanto, através da GC divulgada nas páginas eletrônicas institucionais das empresas foi possível identificar onze organizações que contam com membros do BNDES em seus CA.

Tentou-se contato com o banco via e-mail por meio da seção relação com investidores na página eletrônica do BNDES para obter a informação de quais são as empresas que contam com representantes do BNDES em seus CA. A primeira resposta ocorreu por um telefonema realizado pela ouvidoria do banco, em que questionaram o motivo do pedido da informação, e após isso, a resposta foi que o requerimento da informação seria encaminhado para a seção responsável. A segunda resposta ocorreu via e-mail, que informava: “*a seguinte informação não é disponível*”. Logo, a transparência no BNDES existe, contudo nem todos podem acessá-la.

Críticas para a Governança Corporativa do BNDES, também são realizadas pela PLATAFORMA BNDES⁶, a reclamação é em relação à falta de transparência e a dificuldade de acesso aos dados. A resposta do BNDES é que algumas informações não são divulgadas por que envolvem segredos de negócios.

Mãos visíveis: atores na gestão da participação acionária da BNDESPar.

Essa parte é dedicada para analisar os atores que compõe a elite da BNDESPar. A atenção está sobre os atores que compõe as cadeiras da DE, do CA e do CF, tanto da BNDESPar quanto do BNDES. Mapeou-se a trajetória social destes indivíduos considerando variáveis como experiência acadêmica, experiência política e experiência profissional (Ver anexo 1).

Conforme o gráfico abaixo a experiência política, a experiência internacional e a experiência acadêmica, são os capitais sociais que possuem maior presença nesse espaço. Em relação à experiência política esses atores já passaram por ministérios e presidência de organizações como Banco Central e CVM. Quanto à experiência internacional, destaca-se, principal-

⁶ ONG criada para monitorar os investimentos do BNDES

mente, o fato de terem estudados em escolas norte americanas. Em relação à experiência acadêmica, destaca o fato destes indivíduos atuarem como professores e pesquisadores em universidades públicas no Brasil.

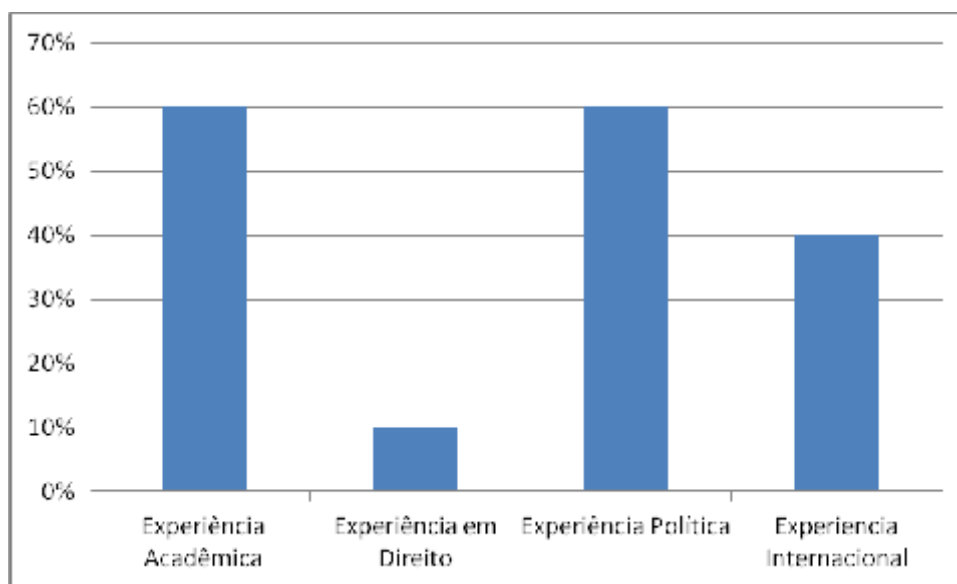


GRÁFICO 4 – Experiência dos atores que ocupam “cargos de elite” no BNDES e BNDESPar. Dados coletado nas bases de dados da Forbes e BNDES – Acesso em janeiro de 2012.

A formação acadêmica desses atores é notadamente em instituições de ensino superior públicas do Brasil, cerca de 80% dos atores. E 60% possuem formação em Economia. E 95 % da amostra possuem formação ou especialização nas áreas que envolvem Finanças (Administração, Economia, Finanças). A formação acadêmica desses atores seria uma das justificativas para explicar atual dinâmica de atuação do BNDESPar marcada pelo lógica financeira.

Conforme já mencionado, em 27 empresas a BNDESPar possui representante no CA. Nessa pesquisa, conseguiu-se identificar 11 empresas. Sendo assim, identificou-se com que os representantes da BNDESPar interagem nesses espaços. Para isso verificou-se as trajetórias sociais dos atores que compõem os CA dessas empresas. Na tabela abaixo, estão demonstradas quais as experiências dos atores nos respectivos CA que contam com a participação de representante da BNDESPar.

Empresa	Experiência no mercado de capitais	Experiência Política	Membro Familiar	Representante de fundo de pensão	Participa em outros CA	Profissional do direito	Experiência Acadêmica
ALL	sim	sim	não	sim	sim	Sim	sim
Rede	não	sim	não	não	sim	Sim	não
Contax	sim	não	não	não	sim	Sim	não
Vale	sim	sim	não	sim	sim	Sim	sim
Petrobrás	sim	sim	não	sim	sim	Sim	sim
Fibria	sim	sim	não	não	sim	Sim	não
Light	sim	sim	não	não	sim	Sim	não
Brasken	sim	sim	não	não	sim	Não	não
Eletrobras	não	sim	não	não	sim	Não	não
LLX	sim	sim	não	não	sim	Sim	não

Totvs sim não não não sim Não não

TABELA 1 – Categorias de atores presentes nos CA das empresas que possuem representantes do BNDESPar. Dados coletados nas páginas institucionais das respectivas empresas. Acesso Janeiro de 2012.

A tabela aponta que os capitais sociais existentes nesses espaços são experiência em mercado de capitais, experiência em direito, experiência política, experiência internacional e experiência acadêmica. Flingstein (2001) indica que o espaço define as concepções de controle, partindo desse princípio, as concepções de controle do espaço analisado seria marcado pela lógica das finanças, a presença de atores com experiência em mercado de capitais seria uma das justificativas para esse fenômeno. Além disso, a experiência internacional deixa os atores em contato com a lógica predominante no capitalismo internacional.

Percebe-se que nos CA é dada importância para profissionais com experiência em direito, isso confirma as tendências apontadas por Dezalay & Garth (2000). A experiência política seria uma espécie de capital simbólico que traz legitimidade nas cadeiras dos CA. Já o fato de em todos os CA existirem pelo menos um membro que atua em outro CA, gera uma espécie de “*interlocking*”, desse modo, os atores exerceriam um papel de circular as informações entre as corporações.

Isomorfismo entra as empresas

Nas empresas que contam a participação de membros da BNDESPar em CA, é possível perceber um isomorfismo, conforme indicado por Dimaggio & Powell (1991). Uma das justificativas para isso é a existência do “*interlocking*” nos CA. Além disso, a BNDESPar, ao entrar em uma empresa, tem por objetivo estruturá-la de acordo com os principais índices de governança corporativa da Bovespa (prospecto BNDES, 2011). Desse modo, para obter os índices de governança corporativa da Bovespa é necessário incorporar as exigências da Bolsa, assim as empresas tendem se tornarem parecidas. O gráfico abaixo aponta os índices que possuem as empresas que contam com representante do BNDESPar em seu CA.

EMPRESA	Segmento GC	IBOVESPA	IBRX50	IBRX	ISE	IGC	ITAG	IDIV
ALL	NM	SIM	SIM	SIM		SIM	SIM	
CONTAX	TRAD.							SIM
FIBRIA	NM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	
LIGHT	NM	SIM		SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
PETROBRAS	TRAD.	SIM	SIM	SIM				
REDE ENERGIA	TRAD.	SIM						
TOTVS	NM			SIM		SIM	SIM	
VALE	N1	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM		

TABELA 2 – Índices de governança corporativa das empresas que contam com a participação de membros do BNDESPar em seus CA. Elaborado pelo autor. Dados coletados na base de dados da Bovespa. Acesso em novembro de 2011

Conclusão

Este estudo procurou analisar a dinâmica de investimento do BNDESPar e os atores responsáveis pela reprodução desta ordem. Percebeu-se que, através da BNDESPar, o estado não atua somente em linhas de financiamentos, mais também na gestão de capital de risco, seguindo a concepção de controle predominante no capitalismo internacional. A atuação do

estado comprando participação acionária por meio da BNDESPar é um fenômeno peculiar no Capitalismo Contemporâneo, pois o estado encontra uma solução para conseguir lucros e fornecer créditos as empresas nacionais. Percebe-se que no governo Lula-Dilma, o estado tem uma orientação interventora, mas utiliza de mecanismos do mercado.

No artigo, tentou-se evidenciar o papel dos atores na reprodução da dinâmica de investimento da BNDESPar. Entendeu-se que atores em posições privilegiadas na BNDESPar estariam contribuindo para financeirização das empresas brasileiras. Esse fenômeno seria viabilizado por meio de dispositivos tipicamente financeiros: Governança Corporativa e *Private Equity*. Através dos dados empíricos, podemos apontar que a experiência política, a experiência acadêmica e a experiência internacional geram, diante da concepção de controle dominante, um capital simbólico que legitima determinados atores ocuparem “cargos de elite” na BNDESPar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. (2004). “Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais”. *Tempo Social*, Nov 2004, vol.16, no.2, p.35-64.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **El nuevo espíritu del capitalismo**. Madrid: Ediciones Akal, S.A., 2002.
- BOURDIEU, P. **O Campo Econômico**. *Política & Sociedade*, n. 6, 2005, pp. 15-57.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.
- BOSCHI, R.. **Estado desenvolvimentista no Brasil: continuidades e incertidumbres**. *Revista Ponto de Vista*, vol.20, n. 2,2008.
- BNDES. **Prospecto**. 2011
- DEZALAY, Y; GARTH, B. **A Dolarização do Conhecimento Técnico Profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.15, n. 43, 2000, pp. 163-176.
- DIMAGGIO, P.J.; POWELL, W.W. **The iron cage revisited: institucional isomorphism and collective rationality in organisational fields**. In: POWELL W.W.; DI MAGGIO, P.J.(org.). *The Neo-institutionalism in organization analysis*. Chicago: Chicago Press, 1991.
- DIMAGGIO, P. **The twenty-first-century firm: changing economic organization in international perspective**. Princeton, N.J.: Princeton University Press. 2001. Viii, 275p.
- DONADONE, J. C.; GRÜN, R. **Participar é preciso! Mas de que maneira?** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 47, 2001, pp. 111-126.
- DONADONE, J.C.; SZNELWAR, L.I. **Dinâmica Organizacional, crescimento das consultorias e mudanças nos conteúdos gerenciais nos anos 90**. *Revista Producao* v. 14 n.2, 2004.
- DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: EDUSP.
- FLIGSTEIN, N. **The transformation of corporate control**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- FLIGSTEIN, N. **The Architecture of Markets: An Economic Sociology of wentyfirst- century**. Princeton University Press, 2001.
- FLIGSTEIN, N.; FRIEDLAND, R. **Theoretical and comparative perspectives on corporate governance**. *Annual Review of Sociology*, p21-43, 1995.
- FLIGSTEIN, N. “**O mercado enquanto política: Uma abordagem político-cultural às instituições de mercado**”. In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (org.). *A Nova Sociologia Econômica: uma antologia*. Oeiras: Celta Editora, 2003.
- GRANOVETTER, M. **A ação econômica e estrutura social: o problema da incrustação**. In: MARQUES & PEIXOTO [Org.]. *A nova sociologia econômica: uma antologia*. Oeiras: Celta Editora, 2003.
- GRÜN, R. **Modelos de Empresa, Modelos de Mundo: Sobre Algumas Características Culturais da Nova Ordem Econômica e da Resistência a Ela**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.14, n. 41, 1999, pp. 121-140
- GRÜN, R. **A Evolução Recente do Espaço Financeiro no Brasil e Alguns Reflexos na Cena Política**. *Dados*, Vol. 47, n.1, Rio de Janeiro, 2004.
- GRÜN, R. **Convergência das Elites e Inovações Financeiras: a governança corporativa no Brasil**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.20, n. 58, 2005, pp. 67- 90.
- GRÜN, R. **Entre a plutocracia e a legitimação da dominação financeira**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.22, n. 65, 2007a, pp. 85- 107.

GRÜN, R. **Decifra-me ou te devoro! As finanças e a sociedade brasileira.** Mana, 13(2). 381-410, 2007b.
HIRSH, P.M.; MICHAELS, S.; FRIEDMAN, R. “Mãos Sujas”versus “Modelos Limpos” estará a sociologia em risco de ser seduzida pela economia? In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (org.). *A Nova Sociologia Econômica*. Oeiras: Celta editora, 2003.

JARDIM, M. A. C. **Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de overno Lula.** Tese de Doutorado. São Carlos: UFSCar, 2007.421f.

ZILBOVIVUS, M. **Modelos para a Produção, Produção de Modelos: Gênese, Lógica e Difusão do Modelo Japonês de Organização da Produção.** São Paulo, FAPESP / Annablume, 1999.

Anexo – Trajetórias social dos atores da amostra

Conselho de Administração da BNDESPar								
	Conselheiro	Graduação	MBA	Mestrado	Doutorado	Leciona	Participa em outro CA	Eperiecia política
	Fernando Damata Pimentel	Economia - Puc MG	Não	Ciencia Política - UFMG	Não	Sim - UFMG	Não	sim
	Luciano coutinho	Economia - USP	Não	Economia USP	Economia - Cornell	Sim - Unicamp	Vale - Petrobrás	sim
	Alessandro teixeira	Economia - UFRGS	Não	USP	University of Sussex	Sim - UFRGS	Não	sim
	João Paulo dos Reis veloso	Economia - UFRJ	Não	Economia Yale - EUA	Não	Sim - FGV	Não	Não
	Roberto Teixeira da Costa	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Conselho Fiscal da BNDESPar								
	Conselheiro	Graduação	MBA	Mestrado	Doutorado	Leciona	Participa em outro CA	Eperiecia política
	Joaquim Dias de Castro	Economia - UFRGS	Não	Economia - FGV	Não	Não	Light - CTX - Rede	não
	Ricardo Schaefer	Economia - UFRGS	Marketing - ESPM	Não	Não	Não	ALL	sim
	Ernani Teixeira Torres Filho	Economia - UFRJ	Não	Economia - UFRJ	Economia - UFRJ	Sim - UFRJ	LLX	Não
Diretoria Executiva do BNDES								
	Conselheiro	Graduação	MBA	Mestrado	Doutorado	Leciona	Participa em outro CA	Eperiecia política
	Luciano Coutinho	Economia - USP	Não	Economia USP	Economia - Cornell	Sim - Unicamp	Vale - Petrobrás	sim

	Conselheiro	Graduação	MBA	Mestrado	Doutorado	Leciona	Participa em outro CA	Eperiecia política
	Carlos Eduardo Esteves Lima	Eng Civil - UFMG	Administração - ENAP					sim
	Paulo Fontoura Valle	Não informado						
	Clayton Campanhola	Não informado						
	Raul Lycurgo Leite	Não informado						
	Eduardo Coutinho Guerra	Relações internacionais - UNB	Administração - ENAP					Sim
	Sergio foldes Guimarães	Tecnologia da Informação - UFRJ	Finanças - PUC	Administração - UFRJ			Totvs	Sim

GT3: Gênero, Etnia e Saúde



A BUSCA POR CONTROLE COMO UM DILEMA NA MODERNIDADE RADICALIZADA: UMA ANÁLISE SOBRE OS *SCHOOL SHOOTINGS* NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS.

Ana Paula SILVA¹

Resumo: Através do estudo dos *school shootings* como fenômeno social da modernidade radicalizada, busca-se trazer à tona e problematizar a intensificação do controle e dos padrões de conduta normalizadores como um dilema no contexto atual, sobretudo pelo fato de que podem produzir intolerância e gerar violência. Para elaborar tal discussão será importante mapear as culturas locais do Brasil e dos Estados Unidos, sendo atravessadas pelos – e respondendo aos - fluxos globais da modernidade radicalizada tendo como viés os massacres. Este estudo leva em consideração que atualmente a individualização e a globalização se tornam dois lados de um mesmo processo: a modernização reflexiva. Neste sentido, a percepção dos riscos se torna mais evidente, os quais tomam corpo em uma nova modernidade que por conta do próprio desenvolvimento tecnológico e científico, já não se fundamenta nas certezas da sociedade industrial. Parte-se do pressuposto de que o reconhecimento da ambivalência, do risco e da incerteza não geram alienação, mas devem servir como base para uma autocrítica da sociedade e de uma possibilidade de auto-destruição criativa.

Palavras – chave: *School shootings* – modernidade radicalizada – controle

¹ Aluna de doutorado do programa de pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – UNESP/ FCLAR (Departamento de Antropologia, Política e Filosofia). Araraquara- SP / Brasil. CEP :14.801- 000. E-mail: anapaulasilva4@yahoo.com.br.

Os massacres nas escolas conhecidos como *school shootings* serão abordados neste ensaio como fenômenos sociais, ou seja, como acontecimentos que exprimem o culminar de processos culturais, econômicos, tecnológicos e que, por consequência, exprimem especificidades da experiência humana no contexto de modernidade tardia. Diante disto, vale destacar a semelhança destes acontecimentos em todo o mundo, além do fato de que eles se intensificaram exponencialmente a partir da década de 1990. De 1996 a 2011 foram registrados em 11 países 60 massacres, sendo 45 deles nos Estados Unidos, 1 no Brasil e outros 14 em 9 países². Estes acontecimentos têm em comum o fato de jovens do sexo masculino (entre 11 e 27 anos)³ atirarem contra professores e colegas de escola ou faculdade sem um único alvo estabelecido, vindo, posteriormente, a atirar contra si mesmos. Ao mesmo tempo crime e suicídio, este tipo de ação, em que grande parte dos atiradores se considera mártir⁴ e que sempre se localiza em instituições escolares, ou seja, em instituições normalizadoras, como diria Michel Foucault, traz consigo a idéia de renúncia e afronte ao *status quo*, a uma determinada coesão social. Na verdade, é possível afirmar que este fenômeno se caracteriza pela reprodução de violência anti – sistêmica e, ao que tudo indica, em resposta a determinadas características da sociabilidade contemporânea construídas a partir dos anos 1990 em virtude de mudanças ocasionadas pelo capitalismo tardio.

A reflexão deste fenômeno social traz à tona as mudanças ideológicas decorrentes do capitalismo flexível, que não se liga, no âmbito do trabalho, à burocracia fixa e à rotina rígida, no entanto, gera, entre outras coisas, ansiedade, pois “as pessoas não sabem que riscos serão compensados, que caminhos seguir”⁵, como assinala Richard Sennett. O intento deste ensaio será refletir, portanto, sobre como este processo de capitalismo tardio, que gera transformações no caráter e no cotidiano dos indivíduos, pode produzir uma conjuntura que estabelece, ao mesmo tempo, controle profundo e insegurança ontológica. A partir deste diagnóstico, busca-se evidenciar que a ideologia do “novo espírito do capitalismo” se constitui como um meio que visa diminuir os riscos da cultura contemporânea, mas, ao mesmo tempo, conduz os indivíduos a serem “empresários de si”, algo que gera competitividade e, no limite, intolerância. Aliado a este processo global de mudanças no capitalismo, temos as culturas e as histórias nacionais, neste caso, Brasil e Estados Unidos, que estabelecem formas particulares de apreensão das transformações do capitalismo e, em consequência, geram manifestações distintas deste fenômeno dos *school shootings* – sobretudo, diferenças na quantidade da ocorrência destes eventos – e também, de uma forma mais ampla, poderíamos dizer que geram manifestações diferentes de violências anti –sistêmicas.

Assim, a abordagem sobre o fenômeno do *school shootings* é uma escolha metodológica que tem como objetivo analisar um processo bastante amplo e complexo, que diz respeito às mudanças do capitalismo tardio no caráter e no cotidiano. Uma análise bem fundamentada que liga os processos econômico, político e cultural a partir dos anos 1990 é elaborada por Ulrich Beck, o qual evidencia que a partir deste momento o mundo vive uma nova dinâmica social. Este processo global, que atravessa o local através de fluxos, dá fundamento para o que

² Finlândia, Alemanha, Canadá, Argentina, Suécia, Bosnia-Herzegovina, Holanda, Escócia, Yemen. In: <http://www.infoplease.com/ipa/A0777958.html>

³ Apenas um atirador destoa desta faixa etária: Robert S. Flores Jr, estudante de enfermagem da Universidade do Arizona, tinha 41 anos quando matou três professoras desta Universidade em Tucson, Arizona, no ano de 2002.

⁴ Um caso paradigmático que demonstra como estes atiradores se consideravam mártires está disponível no link abaixo. O atirador do massacre de Virginia Tech, ocorrido em abril de 2007, gravou vídeos e enviou ao canal NBC dos Estados Unidos.

<http://www.youtube.com/watch?v=ypCsJleMipI>

⁵ SENNETT, R. *A Corrosão do Caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro – São Paulo, Record, 2010.

o autor nomeia de sociedade do risco, entendida como uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que as formas de controle (através de instituições disciplinadoras, punitivas, do Estado Previdenciário) da sociedade industrial deixam escapar, cada vez mais, os riscos sociais, políticos e econômicos.

A sociedade do risco está relacionada, entre outras coisas, à crise do *Welfare State*⁶, decorrente da rigidez dos mercados aliada à rigidez dos compromissos do Estado. Após os períodos de inflação e recessão (até início dos anos 1980), foram criadas novas experiências no domínio da organização industrial, assim como da esfera social e política, decorrentes das oscilações e incertezas gerados nos períodos supracitados. David Harvey demonstra que houve uma nova forma de acumulação do capital, a *acumulação flexível*, que é “marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo.”⁷ Segundo o autor, este tipo de acumulação resultou no surgimento de setores de produção inteiramente novos além de “taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”⁸. Em consequência, há um novo movimento no mundo capitalista: a “compressão do espaço-tempo”, em que

“os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado”⁹

A compressão do espaço-tempo, citada por Harvey - que se estabelece devido ao desenvolvimento tecnológico - evidencia que a individualização e a globalização se tornam dois lados de um mesmo processo, qual seja, a modernização reflexiva. No âmbito da individualização, o processo de modernização reflexiva se reflete principalmente no fato de que “hoje as pessoas não estão sendo ‘libertadas’ das certezas feudais e religiosas-transcendentais para o mundo da sociedade industrial, mas sim da sociedade industrial para a turbulência da sociedade do risco”.¹⁰ Ou seja, a individualização, nos termos de Ulrich Beck e Anthony Giddens, é uma desincorporação e reincorporação dos modos de vida da sociedade industrial por outros modos, os quais surgem, se adaptam diante das condições gerais do *Welfare State*, que considera os indivíduos como atores da própria biografia, da identidade, das convicções. Neste sentido, individualização não significa solidão, isolamento, mas compulsão pelo auto-projeto. Este panorama evidencia uma mudança na essência da política da modernidade simples para a modernidade reflexiva: a primeira concentrando a esfera pública como o seu lugar característico e a segunda evidenciando a “privacidade como a menor unidade concebível dentro do político – contém dentro de si a sociedade mundial.”¹¹ A subpolítica ou a política-vida são

⁶ Em síntese, a crise do *Welfare State* compreende três aspectos distintos e interligados: em primeiro lugar, foi uma crise da lucratividade do sistema capitalista, decorrente do declínio do padrão tecnológico-científico de produção fordista; em segundo lugar, foi uma crise das instituições políticas e da estrutura de governança do Estado capitalista democrático, erguidos em um contexto de estabilidade macro-econômica obtida por meio de um equilíbrio de poder de classe; e por fim, foi uma crise da capacidade de intervenção do Estado no econômico e no social face às transformações aceleradas da economia. Esta crise se desencadeia no fim dos anos 1960 e de acordo com David Harvey, o período de 1965 a 1973 revelou a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições do capitalismo. In: HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. Edições Loyola, São Paulo, 1992. PP. 134-162.

⁷ HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. Edições Loyola, São Paulo, 1992. P. 140.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem. P. 18.

¹¹ BECK, U. *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*. São Paulo, Editora Unesp, 1997. P. 61

conceitos que se referem a auto-construção como lugar de ação política na modernidade reflexiva.

A reflexividade diz respeito principalmente à auto-confrontação (e não significa reflexão, como o termo pode sugerir) dos riscos surgidos em uma nova modernidade que por conta do próprio desenvolvimento tecnológico e científico, já não se fundamenta nas certezas da sociedade industrial, ou seja, atualmente há problemas ecológicos, ameaças terroristas, mudanças nos papéis tradicionais de gênero e na família, que inevitavelmente são vivenciados por todos¹². Nesta conjuntura, o reconhecimento da ambivalência é necessário para confrontar com as questões do risco de forma dialógica. Fica claro que para Ulrich Beck a incerteza e o risco não se tornam lugar de alienação, mas devem servir como base para uma autocrítica da sociedade, uma possibilidade de auto-destruição criativa.

Apesar desta possibilidade supracitada, sabe-se que há “um conjunto de crenças compartilhadas, inscritas em instituições, implicadas em ações e, portanto, ancoradas na realidade”¹³ que constitui uma ideologia, nos termos de Luis Dumont¹⁴, que justifica a reprodução de padrões hegemônicos de comportamento, os quais são identificados como o “novo espírito do capitalismo”. Boltanski e Chiapello buscam na literatura de gestão empresarial um “suporte capaz de dar acesso mais direto às representações associadas ao espírito do capitalismo de uma época”¹⁵. Esta literatura constitui um *corpora*, sendo objeto de estudo destes autores os textos dos anos de 1960 e dos anos de 1990 que apresentam diferenças entre seus discursos em razão das mudanças históricas já mencionadas anteriormente, entre elas, principalmente a respeito dos modos de produção capitalista. Assim, nos anos de 1960 a gestão empresarial passa a associar as empresas à democracia e, em consequência à razão e à liberdade, em contraposição aos regimes totalitaristas, relacionados à paixão e à barbárie. A literatura dos anos 1990 retoma esta associação da empresa com a democracia, mas para contestá-la. Segundo os autores, a crítica nos anos 1990 consistia no argumento de que:

“por se querer racionalizar cada vez mais a marcha das empresas, criaram-se máquinas desumanas. O que é “próprio do homem” mudou de natureza: a razão dos anos 60 *versus* sentimentos, emoção criatividade nos anos 90.”¹⁶

Desta forma, se nos anos de 1960 havia uma hierarquia forte nas empresas e os objetivos dos funcionários eram construir maneiras de subir nesta hierarquia, nos anos de 1990, o propósito era e, ao que tudo indica, continua sendo, o desenvolvimento pessoal, a auto-construção para se manter aberto e flexível no intuito de se adaptar permanentemente a novas circunstâncias¹⁷. São eleitos constantemente os maus comportamentos e os comportamentos éticos, que proporcionaram empregabilidade e, mais do que isto, geram a possibilidade de se associarem sempre a projetos de sucesso. Disto decorre que a vigilância “tipo Panóptico” é

¹² No caso do Brasil, que não passou por este processo de emergência e crise do Welfare State, a abordagem da sociedade do risco não se configura, obviamente, da mesma forma como se deu nos países de capitalismo avançado. No entanto, se faz necessário trazer à tona a discussão sobre o Welfare State para situar historicamente o objeto de análise aqui recortado e enfatizar a diferença entre a modernidade simples e a reflexiva. No Brasil vivemos um processo de modernidade periférica radicalizada, o que significa que temos ainda que lidar com problemas de escassez e distribuição de renda, ao mesmo tempo em que sentimos a turbulência inerente à sociedade de risco global.

¹³ BOLTANSKI, L. e CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 2009. P.33.

¹⁴ Os autores Boltanski e Chiapello em *O novo espírito do capitalismo* utilizam o conceito de ideologia Luis Dumont.

¹⁵ Idem. P. 84.

¹⁶ Idem. P. 118.

¹⁷ Idem. PP. 122-124.

substituída pela auto-vigilância e o bem mais valorizado deixa de ser a poupança e passa a ser o tempo, “recurso básico para conectar os atores que controlam o acesso ao dinheiro”¹⁸. Percebe-se, neste sentido, que esta lógica pressupõe que

“a propriedade está dissociada da responsabilidade em relação a outrem (...) para ser inteiramente definida como uma responsabilidade em relação a si mesmo: cada um, sendo produtor de si mesmo, é responsável por seu corpo, sua imagem, seu sucesso, seu destino”¹⁹

Através de Giddens também é possível perceber que a lógica de “regime de projetos” é constituída não apenas pela literatura de gestão empresarial, mas está disseminada em diversos manuais de comportamento que penetram na vida cotidiana através do que o autor chama de sistemas especializados. Assim, a dinâmica reflexiva da modernidade tardia se torna evidente nos sistemas especializados, que através de um determinado conhecimento ou especialidade podem modificar, influenciar tanto áreas tecnológicas como as relações sociais e a vida íntima. Os sistemas especializados, como afirma Giddens, dependem da confiança para se sustentarem, pois estão em todos os momentos da vida social - nos alimentos que comemos, nas casas que habitamos, na educação que temos, nos transportes que usamos - e sempre se modificarão à luz de um novo conhecimento, o que, por sua vez, também modificará as relações sociais e a vida cotidiana.

Ao observarmos no contexto contemporâneo uma infinidade de manuais de comportamento alimentares, religiosos, de trabalho, de relacionamentos, de livros de auto-ajuda percebemos que estes manuais acabam construindo exigências de inteligibilidade que provocam uma forte pressão para se explicitar as regras de conduta intrínsecas a esta ideologia que constitui o “novo espírito do capitalismo”. Estes padrões de inteligibilidade, que não abrem espaço para as ambigüidades, estão associados ao sucesso profissional e pessoal e provocam, muitas vezes, um engajamento intenso dos sujeitos por terem como resultado empregabilidade e *status*.

O engajamento a esta ideologia pressupõe uma luta contra a ambivalência, que surge a partir da ânsia de classificar, de manipular probabilidades e eliminar sua causalidade. Esta forma de se auto-projetar, como coloca Bauman, leva à deslegitimação do outro, à intolerância. Segundo o autor:

“A intolerância é, portanto, a inclinação natural da prática moderna. A construção da ordem coloca os limites à incorporação e à admissão. Ela exige a negação dos direitos e das razões de tudo que não pode ser assimilado - a deslegitimação do outro. Na medida em que a ânsia de pôr termo à ambivalência comanda a ação coletiva e individual, o que resultará é intolerância – mesmo que se esconda, com vergonha, sob a máscara da tolerância (o que muitas vezes significa: você é abominável, mas eu sou generoso e o deixarei viver)”²⁰

A ideologia do “novo espírito do capitalismo” apresenta-se, portanto, como uma forma não dialógica e que gera intolerância, mas como destacado por Boltanski e Chiapello, se constitui como eficaz para um sujeito individualmente, pois a sua reprodução pode trazer possibilidades de empregabilidade e *status*. A eficácia deste “regime de projetos” faz com que seja

¹⁸ Idem. P. 190.

¹⁹ Idem. P. 192.

²⁰ BAUMAN, Z. Modernidade e Ambivalência. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999. P. 16.

possível afirmar que os padrões de conduta expressos por este conjunto especializado de manuais se constituam como “o capital simbólico” da modernidade tardia. Assim sendo, segundo Pierre Bourdieu,

O capital representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto de instrumentos de produção, logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens, e deste modo sobre o conjunto de rendimentos e de ganhos.²¹

O capital simbólico, por sua vez, é este conhecimento que produz poder e traz probabilidades de ganho na escola, na família e no trabalho e em outros campos onde ele é eficiente. Ele “pode ser qualquer propriedade (...) que seja percebida por agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles são capazes de a conhecer (...) e de a reconhecer, concedendo-lhe valor”²². Assim, a idéia de capital simbólico traz consigo a necessidade de reconhecimento para se concretizar como tal. A partir disto, pode-se supor que existam sujeitos que se encontram distantes da possibilidade de incorporar estes múltiplos padrões e, portanto, podem não conseguir estabelecer uma forma de obter reconhecimento. Deve-se acrescentar o fato de que a exclusão destes sujeitos não estaria explícita em alguns elementos já teorizados e com histórico de lutas sociais tais como classe, etnia, gênero, mas estaria vinculada a uma infinidade de padrões de sociabilidade que tem como base a ideologia do capitalismo tardio. Isto pode revelar uma grande dificuldade para estabelecer estratégias de luta que visam superar esta condição ou ainda que visam a busca de reconhecimento, principalmente porque se constitui como um fato em que não há conceitos ou uma história na qual os sujeitos que vivem nesta condição possam se basear. Como forma de revelar a relevância deste problema, deve-se sublinhar que o reconhecimento é uma necessidade vital para a construção da identidade, que se constitui na modernidade reflexiva como lugar de satisfação pessoal e ação política. Ou seja, parte-se do pressuposto de que os sujeitos lutam por reconhecimento mútuo e através dele podem se desenvolver de forma autônoma.

Este diagnóstico permite acrescentar que os atiradores, jovens que em sua maioria sofreram *bullying*, não conseguiriam estabelecer possibilidades de reconhecimento por não terem incorporado uma multiplicidade de padrões de comportamento que se revelam como o capital simbólico da modernidade tardia. Além disto, estes sujeitos estariam em uma situação de incompreensão a respeito das razões da própria exclusão, o que acabaria gerando também a impossibilidade de construção de estratégias para superá-la. Ou seja, estes sujeitos se constituem como produtos e produtores de formas não dialógicas de lidar com o risco. Desta forma, fica evidente que estes atos ultra-radicais, quando percebidos como fenômenos sociais da modernidade tardia, se estabelecem como objeto da sociologia, sobretudo porque, mesmo que possam ser pensados superficialmente como atitudes isoladas, são produto de um momento em que a falta de confiança, compromisso e segurança leva muitos a se “sacrificarem” para corresponderem aos padrões determinados em cada contexto social, atitudes estas que isolam os indivíduos e impossibilitam uma verdadeira comunicação. Segundo Richard Sennett, a angústia característica do capitalismo flexível é sintoma de um sistema que irradia indiferença:

²¹ BOURDIEU, P. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro - RJ. Bertrand Brasil, 2001. P.134.

²² Idem. P.80.

“Faz isso em termos dos resultados do esforço humano, como nos mercados em que o vencedor leva tudo, onde há pouca relação entre risco e recompensa. Irradia indiferença na organização da falta de confiança, onde não há motivo para se ser necessário. E também na reengenharia das instituições, em que as pessoas são tratadas como descartáveis. Essas práticas óbvia e brutalmente reduzem o senso de que contamos como pessoa, de que somos necessários aos outros.”²³

Estas são, portanto, as características globais de um momento em que o fenômeno dos *school shootings* se constitui enquanto tal. Apesar disto, é importante frisar que as características deste fenômeno são bastante intrigantes: em primeiro lugar, por se tratar de um conjunto de eventos semelhantes entre si, seja na forma de execução, seja no perfil dos atiradores e, em segundo lugar, por não ter um motivo explícito, visto que não há um alvo estabelecido para estes jovens, ao mesmo tempo em que a intenção destes é matar o maior número possível de pessoas. Observando estes massacres por outro viés, pode-se dizer que este fenômeno é também paradigmático em relação a outras formas de violência anti – sistêmicas (que se estabelecem entre os homens comuns, diferentemente dos regimes totalitários, em que este tipo de violência foi executada por Estados Nacionais), pois, apesar da semelhança entre todos estes eventos e do crescimento do número de ocorrências, que vem aumentando desde 1996, não há a formação de um grupo com idéias e valores em comum (como acontece entre skinheads, por exemplo) e nem uma comunicação entre atiradores (como acontece em diversas redes terroristas), ou seja, não há uma ideologia em comum entre os jovens que atiram contra seus colegas e professores. Este fenômeno se constitui, portanto, de eventos isolados em diferentes partes do mundo, mas que possuem as mesmas características entre si: são manifestações anti – sistêmicas que expressam e intensificam o problema da intolerância da ideologia no capitalismo tardio.

Apesar de terem uma origem em comum, não se pode perder de vista que a maioria dos ataques deste tipo ocorreu nos Estados Unidos - como mencionado anteriormente, dos 60 massacres situados em todo o mundo, 45 deles foram executados neste país – algo que remete à noção de que a experiência da modernidade radicalizada neste país apresenta características que fomentam atos radicais como os *school shootings*. Esta experiência nos Estados Unidos, sociedade de “imigrantes extraordinariamente multicultural”, é marcada por um “inflexível individualismo competitivo que revoluciona de modo perpétuo a vida social, econômica e política”²⁴. Por serem, desde a sua formação, um país multicultural, os Estados Unidos formularam sua coerência como Estado-Nação através do medo de um "outro". Como destaca David Harvey, esta característica da formação nacional dos Estados Unidos se estende para os dias atuais através do “estilo paranóide” da política norte-americana, fato este que tem, como consequência, não só o fortalecimento dos laços que forjam uma identidade nacional, como também a intensificação dos aparelhos de vigilância e punição.

Esta análise de Harvey também se relaciona com a ideia, reproduzida entre os norte-americanos, de que os Estados Unidos é um país excepcional, que têm uma missão no mundo. A visão *excepcionalista* que os norte-americanos têm sobre si mesmos e seu país é reproduzida tanto no meio político quanto no acadêmico, com justificativas que podem ser seculares ou religiosas. Segundo Carlos da Fonseca, diplomata do Instituto Rio Branco, a noção de que os Estados Unidos são um país excepcional foi construída a partir dos colonos puritanos que interpretaram a colonização, para o novo continente, como fuga do caos e como oportunidade de “purificar” a sua Igreja, como a fundação do Reino de Deus na nova “Terra Prometida”. A percepção dos puritanos deu base para um conjunto de mitos “fundacionais” que são reinter-

²³ SENNETT, R. *A Corrosão do Caráter. Consequências pessoais do trabalho novo capitalismo*. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2010. P.174.

²⁴ HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. Edições Loyola, São Paulo, 2004. P. 22.

pretados ao longo da história deste país, constituindo a identidade nacional norte-americana. Atualmente, a crença de que os norte-americanos são “o povo escolhido por Deus” é sustentada através do que Bellah, sociólogo comunitarista, professor da Universidade da Califórnia, nomeia de “religião civil”. Desenvolvendo a noção de “religião civil”, Samuel Huntington, economista conservador estadunidense, argumenta que esta concepção

“permite aos norte-americanos associar secularismo político e religiosidade social, juntar Deus e pátria, de maneira a “conferir santidade religiosa ao patriotismo e legitimidade nacionalista às crenças religiosas e, dessa forma, transformar lealdades porventura em conflito **em uma lealdade única a um país religiosamente favorecido.**”²⁵ [grifos meus]

Esta religião civil é analisada como um aspecto positivo da cultura norte-americana pelos autores estadunidenses supracitados, que une e fortalece a pátria. No entanto, como foi amplamente difundido na mídia, este discurso foi a base para a justificativa da guerra ao terror e tantas outras medidas, sejam relacionadas à guerra - como, por exemplo, a *military order* e o *USA Patriot act*, que instauram, segundo Giorgio Agamben, um “estado de exceção”²⁶-, sejam relacionadas aos *school shootings*.

Para o âmbito deste ensaio, a saber, o fenômeno do *school shootings*, vale dizer que o diagnóstico de David Harvey, sintetizado anteriormente, se confirma quando observamos as formas pelas quais este país lida com o acontecimento deste fenômeno social. A perspectiva de análise social dos *school shootings* pode revelar uma auto-crítica da sociedade contemporânea, mas a abordagem preponderante até o momento a respeito destes massacres nos Estados Unidos tem se manifestado de forma contrária: há uma ênfase na patologização da identidade dos atiradores e, como resultado, tem-se a intensificação de medidas preventivas, punitivas e de vigilância. Esta ilação é possível através do recolhimento de dados feitos por meio de reportagens sobre os *school shootings*, além de manuais de prevenção e publicações que fornecem um panorama a respeito da interpretação dos *school shootings* e das medidas tomadas posteriormente a eles²⁷.

No Brasil, em abril de 2011, ocorreu o primeiro e único massacre deste tipo, em que um rapaz de 23 anos atirou nos alunos da Escola Municipal Tasso da Silveira, situada em Realengo-RJ. Há, portanto, uma grande diferença no número de ocorrências deste tipo de massacre no Brasil e nos Estados Unidos, que deve ser interpretada considerando as diferen-

²⁵ HUNTINGTON, S. *Who are we?* 2004, p.68 apud FONSECA, C. “Deus está do nosso lado”: Excepcionalismo e Religião nos EUA. Contexto Internacional - vol. 29, nº 1, jan/jun 2007. P. 155.

²⁶ Segundo Giorgio Agamben, estas medidas – *military order e USA Patriot Act* -, que têm força de Lei, permitem com que os Estados Unidos mantenham preso qualquer suspeito de atividades que ponham em perigo a segurança nacional dos Estados Unidos. O autor analisa que “a novidade da “ordem” do Presidente Bush está em anular radicalmente todo o estatuto jurídico do indivíduo, produzindo, desta forma, um ser juridicamente inominável e inclassificável. Os talibãs capturados no Afeganistão, além de não gozarem do estatuto do POW (prisioneiro de guerra) de acordo com a Convenção de Genebra, tampouco gozam daquele de acusado segundo as leis norte-americanas. Nem prisioneiros nem acusados, mas apenas *detainees*, são objeto de uma pura dominação de fato, de uma detenção indeterminada não só no sentido temporal mas também quanto à sua própria natureza, porque totalmente fora da lei e do controle judiciário.” AGAMBEN, G. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004. P. 14.

²⁷ Estas informações estão disponíveis em: MUSCHERT, G.W. *Research in school shootings*. *Sociology Compass* 1/1 (2007); *Preventing School Shootings: A Summary of a U.S. Secret Service Safe School Initiative Report*. In: NIJ Journal. No.248, 2002. Na web: <http://www.ncjrs.gov/pdffiles1/jr000248c.pdf>; *Violence goes to school: how TV news has covered school shootings*. *Media Monitor – Center for Media and Public Affairs*. Volume XIII Number 3. July/August 1999;

ças culturais de ambos os países, mas não deve ser compreendida através da noção de que no Brasil encontramos menos intolerância. Na verdade, no Brasil, é possível identificar um grande número de crimes de intolerância que são recorrentes no cotidiano dos brasileiros: crimes contra negros, homossexuais, mulheres, índios e mendigos, entre outros. Estes ataques, que muitas vezes terminam em morte, algumas inclusive com muita crueldade²⁸, são consumados, em geral, por jovens que, em alguns casos, estão organizados em grupos skinheads. Dito isto, é importante considerar que, no Brasil, temos outras manifestações violentas de intolerância que são explicadas por determinadas características da nossa história, contudo não podemos desconsiderar que ocorreu um massacre na escola com as mesmas características encontradas em outros eventos como este. Estes dados demandam um olhar que interprete quais elementos da nossa experiência marcam e produzem crimes de intolerância recorrentes no cotidiano brasileiro, ao mesmo tempo em que é relevante considerar que houve um massacre em escola, algo que até então era compreendido como distante da realidade brasileira.

No Brasil, a experiência da radicalização da modernidade é marcada pelos problemas de escassez e má distribuição de renda, produzindo, assim, um ambiente que estabelece um contexto de modernidade periférica radicalizada. Segundo Marco Aurélio Nogueira,

“Nos países periféricos, ou seja, aqueles que estão em maior ou menor medida, “fora do centro” e experimentando os efeitos de uma modernização mais recente e ainda imatura, a modernidade radicalizada afirma-se com uma dose adicional de perversão, na medida em que se combina com a ampliação das zonas de miséria e a compressão das possibilidades de autodeterminação, ou seja, com a desigualdade e a barbárie social convertidas em componentes “normais” da vida cotidiana. [...]. A modernidade realiza-se simultaneamente com a tragédia e possibilidade, alienação e criatividade, emancipação e desigualdade.”²⁹ P.51.

Esta condição impõe a necessidade de confrontação com as questões de risco, ligadas aos problemas referentes à condição periférica, bem como de estabelecimento de diálogo com a diferença. No âmbito das políticas de Estado, percebe-se que o Brasil tem enfrentado o debate sobre o reconhecimento jurídico-moral de grupos sociais sub-representados através de políticas afirmativas e de ampliação de direitos às minorias. Sem entrar na complexidade dos debates a respeito deste tema, vale citar, a título de contextualização, dois fatos que merecem atenção: o reconhecimento da união homoafetiva, pelo Supremo Tribunal Federal³⁰, e a implementação do sistema de cotas nas Universidades Federais³¹. Além destas políticas, que podem ser denominadas de caráter afirmativo, há também o “Bolsa Família”, programa do Governo Federal que, além de enfrentar o problema da má distribuição de renda, também pode ser analisado como um programa que visa à emancipação dos sujeitos.

Entre os argumentos que levam em consideração que o programa Bolsa Família pode ser analisado como uma política emancipatória, dois podem ser frisados aqui: um refere-se às condicionalidades do programa, enquanto outro evidencia a renda como condição para a autonomia e a dignidade. Este conjunto de informações está inserido em debates densos, seja a respeito de questões sobre reconhecimento ou sobre emancipação, seja sobre a situação eco-

²⁸ Entre estes crimes executados com muita crueldade estão os assassinatos de moradores de rua, que em muitos casos foram queimados vivos. In: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1053771-morre-um-dos-moradores-de-rua-queimados-por-grupo-de-jovens-no-df.shtml> e http://pt.wikipedia.org/wiki/Galdino_Jesus_dos_Santos

²⁹ NOGUEIRA, M. A. Bem mais que pós-moderno: poder sociedade civil e democracia na modernidade periférica radicalizada. Ciências Sociais Unisinos, janeiro-abril, año/vol. 43, número 001. P. 51.

³⁰ Notícia reproduzida em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>

³¹ Notícia reproduzida em: <http://www.infoescola.com/educacao/cotas-em-universidades-federais/>

nômica e política. Mas o que se quer evidenciar aqui são os aspectos específicos da nossa modernidade, compreendendo modernidade como uma condição que exprime a percepção dos sujeitos diante da reorganização do espaço e tempo que é desencadeada por processos globais, que são, todavia, interpretados e articulados através das tradições locais. O que é possível perceber com os dados supracitados a respeito do Brasil é que, através de políticas públicas, o país tem lidado com os aspectos globais do processo de modernidade radicalizada por meio de suas demandas locais e, neste sentido, tem conduzido o país a um processo em que algumas classes, etnias e múltiplos modos de vida antes subalternizados têm conseguido seu espaço no Estado de Direito.

Estes dados merecem ser trazidos à tona, sobretudo pelo fato de que este processo desencadeado pelo Estado brasileiro tem provocado um crescimento substancial no número de consumidores brasileiros. Neste sentido, vale dizer que um estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas revela que

Desde 2001 o Brasil experimenta crescimento chinês entre os mais pobres (e só para eles), mas vive em 2005 e 2006 comparados a 2004, crescimento chinês para todos os estratos sociais. Trazemos esta discussão para 2007, 2008 e depois. Em termos mais gerais, os dados apontam continuidade da queda de miséria e a expansão da chamada classe média observada depois do fim da recessão de 2003 ³².

Ao serem consumidores, estes sujeitos terão acesso ao conjunto de informações que institui a especialização do mundo contemporâneo, ou seja, estes sujeitos terão a condição mínima - que é a de ser consumidor - para reproduzir o capital simbólico da modernidade tardia. Isto significa que o Brasil está inserido neste processo de mudanças do capitalismo tardio que podem reproduzir e disseminar a ideologia do “novo espírito do capitalismo”, analisada anteriormente. O aumento da sociedade de consumo no Brasil não é, obviamente, um problema em si, mas ele é enfatizado aqui tendo em vista que o dinheiro e a informação, elementos aos quais a população está tendo mais acesso, podem ser considerados mecanismos de desençaixe³³. Assim sendo, o desafio, tendo em vista o objeto aqui recortado, é pensar como este processo de mudanças econômicas vai transformar as ideias e valores hegemônicos no Brasil. Cabe, portanto, somar a este processo do capitalismo brasileiro, aspectos desta sociedade civil, que vivencia, a partir de 1988, a experiência do regime democrático, o que, no âmbito das ideias, promove a noção de que todos têm direitos e que estes devem ser legitimados. No entanto, como elabora Milton Lahuerta, torna-se comum um posicionamento que percebe qualquer ordem ou regulamento como necessariamente autoritário e anacrônico³⁴. Isto tem como resultado uma sociedade civil que se preocupa pouco com a esfera pública e com a cultura cívica, que não consegue conviver com a sua pluralidade, tendo como consequência fenômenos bastante destrutivos, como a violência gratuita³⁵.

Esta análise demonstra, portanto, que a intolerância está associada ao enfraquecimento da sociedade civil, que ao abdicar do enfrentamento crítico de questões sociais, associa o mal – estar e o risco da modernidade radicalizada a questões de teor moral/fundamentalista. Este enfraquecimento da sociedade civil está conectado à ideologia do “novo espírito do capitalismo”, que produz um contexto de competitividade e isolamento e, no limite, de intolerância, ao

³² NERI, M. C. (coord.). *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008. P.46.

³³ Para Anthony Giddens, desençaixe significa “o descolamento das relações sociais dos contextos locais e sua recombinação através de distâncias indeterminadas do espaço/tempo”. GIDDENS, A. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. P. 221.

³⁴ LAHUERTA, M. *A Democracia difícil: violência e irresponsabilidade cívica*. Estudos de sociologia, 2007. P.39.

³⁵ Idem. P. 41.

conduzir os indivíduos a serem “empresários de si”, mais vinculados, portanto, ao *status* individual do que a questões de esfera pública. A violência se constitui como ponto mais complicado, sintoma desta conjuntura, que expressa e intensifica a intolerância, consequência destas mudanças ocorridas a partir de 1990.

Referências bibliográficas:

- AGAMBEN, G. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BAUMAN, Z. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.
- BECK, U. *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*. São Paulo, Editora Unesp, 1997.
- BOLTANSKI, L. e CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 2009
- BOURDIEU, P. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro - RJ. Bertrand Brasil, 2001.
- FONSECA, C. “*Deus está do nosso lado*”: Excepcionalismo e Religião nos EUA. *Contexto Internacional* - vol. 29, nº 1, jan/jun 2007.
- GIDDENS, A. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. Edições Loyola, São Paulo, 1992.
- _____. *O Novo Imperialismo*. Edições Loyola, São Paulo, 2004.
- LAHUERTA, M. *A Democracia difícil: violência e irresponsabilidade cívica*. Estudos de sociologia, 2007.
- NOGUEIRA, M. A. *Bem mais que pós-moderno: poder sociedade civil e democracia na modernidade periférica radicalizada*. Ciências Sociais Unisinos, janeiro-abril, ano/vol. 43, número 001.
- NERI, M. C. (coord.). *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.
- SENNETT, R. *A Corrosão do Caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro – São Paulo, Record, 2010.

POLIAMOR: UMA REFLEXÃO SOBRE IDENTIDADE E GÊNERO

Antonio PILÃO¹

Resumo: “Poliamor” é um nome nativo dado à possibilidade de amar mais de uma pessoa, ao mesmo tempo, de maneira fixa e consensual entre os envolvidos. A proposta deste artigo é analisar as concepções de identidade de gênero entre adeptos de “Poliamor”. São perceptíveis duas estratégias, a primeira que vê a possibilidade e a importância de se reconhecer pertencente às categorias “homem” e “mulher” e, a segunda, que as vê como prisões, padronizações a serem combatidas. Esta pesquisa foi realizada a partir da análise de quatro redes sociais brasileiras de “Poliamor” e de entrevistas com adeptos.

Palavras chave: Gênero; identidade e conjugalidade

Abstract: “Polyamory” is a native name given to the possibility of loving more than one person at the same time in a fix way and with the knowledge of everyone involved. The main purpose of this paper is to analyze the conceptions of gender identity among Brazilian “polyamory” adepts. Two strategies are apparent, the first one that sees the possibility and the importance of seeing oneself as belonging to the categories “man” and “woman”

¹ Mestrando do programa de pós graduação em sociologia e antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

and, the second one, which sees them as prisons, standardizations to be abandoned. This research was conducted from the analysis of four Brazilian “polyamory” social networks and from interviews with adepts.

Key words: Gender, identity and interpersonal relation

Introdução

A “liberação” ou a “revolução” sexual das décadas de 1960 e 1970 são consideradas como o grande momento de transformação da sexualidade e das relações de gênero no ocidente urbano contemporâneo. A venda da pílula anticoncepcional, o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho e a institucionalização do divórcio (no Brasil apenas em 1977) são algumas das alterações mais importantes a proporcionar um reequilíbrio das relações entre homens e mulheres.

Heilborn (2004), Salem (2007) e Goldenberg (2000) ao pesquisarem as camadas médias urbanas do Rio de Janeiro nas décadas de 1980 e 1990, apontaram para a “igualdade” como valor fundamental na construção dos relacionamentos amorosos. Esse período também é marcado pela proliferação dos arranjos conjugais que possibilitaram a vivência de mais experiências amorosas e sexuais ao longo da vida. A defesa do “amor livre” - que dentre outros ícones brasileiros podemos citar o psicoterapeuta Roberto Freire² e a atriz Leila Diniz³ - contribuiu nesse processo, em especial, na crítica à instituição do casamento, considerada limitante, sacrificante e perpetuadora da dominação masculina e da heteronormatividade.

Bauman (2004) é um dentre muitos autores a considerar o aumento das possibilidades de se relacionar como um paradoxo, já que cada vez mais se está inseguro de ter escolhido a melhor opção, optando-se por vínculos “frouxos”, que não limitem outras experiências potencialmente mais satisfatórias. O crescente individualismo é apontado por Badinter (1986) como um fator de favorecimento ao receio de vincular-se, pois relacionar-se implicar limitações, sacrifícios e risco para manutenção de uma identidade própria. O efeito é, para a autora, uma “ética analgésica”, onde a busca por evitar sofrimentos compromete a própria capacidade de amar. O “eu” passa a ser, na contemporaneidade, o bem mais precioso, onde as buscas por explorar o outro, dão lugar à exploração de si. Costa (1998) descreve essa lógica como um “culto narcísico de si”.

Entre os “poliamoristas”, a ênfase também está no próprio sujeito, principalmente em sua “liberdade” para amar a quem e como quiser. O amor é entendido como um sentimento ilimitado e que não deve ser apossado por ninguém. Há ainda a concepção de que todo ser humano é “completo” e que deve apenas se “complementar” nos amados; duas pessoas não constituem, portanto, uma unidade. Entre os “poliamoristas”, diferentemente da lógica exposta por Bauman e Badinter, liberdade e vínculos amorosos profundos não são entendidos como opostos; essa contradição é entendida no grupo como um reflexo da concepção do amor como propriedade privada, onde uma relação impede outra, o que é veementemente questionado por eles.

O termo “Poliamor” surge apenas na década de 1990 (Cardoso, 2010) e no Brasil ganha notoriedade apenas em 2000, sendo fruto de forte influência dos movimentos feministas, LGBTs e do “amor livre”. Não há menção no dicionário Aurélio para o termo “Poliamor”, porém, em busca pela internet no site Google foram encontrados 157 mil resultados. A palavra segundo a enciclopédia livre Wikipédia, deriva do neologismo em inglês “polyamory” e

² Autor dos livros *Ame e dê vexame*, *Cleo e Leo*, *Utopia e paixão*, dentre outros.

³ A antropóloga Mirian Goldenberg analisou a trajetória de vida de Leila Diniz como um símbolo das transformações nos papéis femininos na década de 1960.

significa: “relações interpessoais amorosas que recusam a monogamia como princípio ou necessidade”. A definição encontrada no blog Poliamores é: “um relacionamento que afirma ser possível não somente se relacionar, mas também amar mais de uma pessoa ao mesmo tempo de maneira fixa, responsável e consensual entre todos os membros”.

A presente pesquisa foi realizada a partir da análise de quatro redes sociais virtuais: o site <http://Poliamorbrasil.org/>, o blog <http://Poliamores.blogspot.com/>, a comunidade “Poliamor Brasil” na rede de relacionamentos Orkut e o grupo “Pratique Poliamor Brasil” no Facebook.

No blog Poliamores, são apresentadas algumas possibilidades de relações “poliamoristas”. O “casamento em grupo” ou “relação em grupo”, quando todos os membros têm relações amorosas entre si. A “rede de relacionamentos interconectados”, quando cada um possui relacionamentos poliamoristas distintos dos parceiros - ou seja - os namorados de uma pessoa não o são entre si. Há ainda as “relações mono/poli”, quando um dos parceiros é poliamorista e o outro é monogâmico. O poliamorista mantém relacionamentos paralelos enquanto o monogâmico, por opção própria, tem só um parceiro. Estes três modelos de relacionamento se dividem em “aberto” e “fechado”. No primeiro caso, aceitam que os parceiros tenham outros amores. No segundo, praticam a “polifidelidade”, não podendo ter novas experiências.

O “consentimento” é um aspecto apresentado nos fóruns como fundamental para se caracterizar uma relação poliamorista. A monogamia, seu principal contraponto, é considerada uma relação hipócrita, uma vez que há relações paralelas (infidelidade), porém em segredo. O “Poliamor” é considerado, pelos pesquisados, uma forma de “inovação” nos vínculos amorosos. Duas perspectivas são apresentadas para seu futuro. Na primeira, ele se tornaria mais uma forma de relacionamento aceitável, uma opção àqueles que não se adequam à monogamia. A outra o vê como mais “evoluído”, “justo” e “humano”. Nessa, o “Poliamor” se tornaria a nova estrutura legítima de relacionamentos. O dono da comunidade do Orkut, defensor desta posição, considera que os conflitos conjugais e os divórcios se devem basicamente a dois aspectos: o ciúme e a (in) fidelidade. Em função disso, diz ser possível concluir que anulando a monogamia, estaríamos livres de boa parte dos problemas conjugais.

Reflexões sobre Feminismo, machismo e igualdade

Entre as mulheres a categoria “puta” e entre os homens a de “corno” ilustram as distinções de tratamento social a ambos os grupos. As mulheres, em geral, sentem que assumir-se “poli” é mais difícil e relatam encontrar maior resistência de familiares, amigos e parceiros. Se por um lado o seu desafio é maior - já que dizem ter sido criadas a espera de um marido - a proposta do “Poliamor” de vínculos emocionais estáveis se alia mais a associação tradicional do feminino do que do masculino. Portanto, tanto as masculinidades quanto as feminilidades “poli” apresentam rupturas consideráveis com os ideais de seus gêneros e o efeito mais nítido disso é a constante rotulação inferiorizante e ironizante a que relatam estar submetidos.

O “machismo” é apresentado nos fóruns analisados como um reflexo de uma estrutura social patriarcal, onde o “feminino” é visto como mercadoria e os relacionamentos são regidos por contratos de propriedade. Apesar de consensualmente criticado, ele é fruto de divergências. Há aqueles, em especial mulheres, que o identificam como de responsabilidade masculina, e outros que o estendem às próprias mulheres. Thiago⁴ é um dos que defende ser a dominação entre os sexos restritiva para ambos:

⁴ Todos os nomes foram alterados, sendo as demais informações extraídas dos perfis do Facebook e do Orkut dos usuários. Thiago declara morar em Belo Horizonte e ter curso superior incompleto. Define-se como “anarcotropicalista”, com posição política “libertário ao extremo” e etnia “multiétnico”. Suas paixões são “híbridos”,

“Você fala de ser chamada de gostosa na rua ou encoxada em um ônibus, mas tem os braços abertos de qualquer amiga se fraquejar um dia e quiser chorar. Poucos homens terão essa liberdade. Qualquer sexismo fere o potencial de expressão humana de qualquer sexo.”

Chico⁵ acrescenta que o “machismo” favorece aos homens terem muitas parceiras, mas, por outro lado, recrimina aqueles que deixam suas mulheres serem livres, denominando-os de “corno mansos”. Reinaldo⁶ vai além, afirmando que é mais difícil ser homem “poli” do que mulher:

“... Somos ensinados a não chorar, a não demonstrar fraqueza, e principalmente a COMPETIR. Logo, eu tenho que ser mais viril, mais ‘esperto’, melhor de cama e dar mais prazer a mulher que qualquer outro homem. (...) Pra uma criança educada nesses termos, se abrir para o amor de forma mais ampla; ou seja: Se eu amo uma pessoa eu quero que ela seja Livre é bem difícil(...) há aqueles que são adeptos do polisexo o que é bem diferente...”

Entre os homens, ser “poliamorista” apresenta uma ambiguidade, se por um lado há a tradicional valorização do homem que se relaciona com muitas mulheres - o “comedor”, o “ganhão” - por outro, a constituição de vínculos afetivos duráveis e igualitários contraria os padrões hegemônicos de masculinidade, assim como, a sua identificação como “corno mansos”, se contradiz com o ideal de virilidade. Os homens “poliamoristas” podem ocupar, portanto, tanto o papel de “malandros” como o de “otários”.

Alana⁷ critica os homens, declarando que eles só querem ser “poli” com a mulher dos outros: “Infelizmente muitos não sabem lidar com a mulher de igual para igual...ou a veem como mãe ou como objeto.” Andressa⁸ afirma que muitas mulheres se submetem à postura “poli” do parceiro com medo de perdê-lo, mas quando são elas que admitem ser “poli” eles acabam por largá-las. Ela acha que é muito fácil ser um homem “poli” e para uma mulher é como se sentir “carregar um peso pesado nas costas”.

Rodrigo⁹ discorda, dizendo-se incomodado e ofendido com o comentário. Ele diz já bastar os monogâmicos que “desprezam sua dor”, suas “crises”, o “depreciando”, “desqualificando” e “excluindo”:

“Não quero ter que aturar isso tudo no meio do poliamor também, só porque a minha dor não é tão forte quanto ao das companheiras. Não é fácil, eu também já pensei várias vezes em desistir, já fui discriminado, já quase fui agredido, sofro cotidianamente com isso tudo. Não posso admitir que ninguém apareça dizendo que pra nós, homens é ‘fácil’. Para você, mulher branca é fácil ser mulher por que você é branca?! Acho que não é assim que a coisa funciona.”

Maurício é outro a criticar a postura adotada por algumas “poliamoristas”:

“experimentação”, “esquizoanálise”, “sinceridade radical”, “festa e orgia”, “contracultura”, “Surrealismo”, “pós-estruturalismo”, etc

⁵ Não há informações disponíveis sobre o usuário.

⁶ Reinaldo declara ter 29 anos e ser professor de yoga.

⁷ Alana declara morar com filhos em cidade desconhecida. Define-se “multiétnica”, com “um lado espiritual independente de religiões”, e com visão política “libertária”.

⁸ Andressa declara ser moradora de São Paulo e ter feito os cursos universitários de Letras, Serviço Social e Artes Plásticas.

⁹ Rodrigo declara ter 24 anos, ser morador do Rio de Janeiro, ter feito curso universitário em Ciências Sociais, ser ateu e socialista.

“Fuzilar todos os homens como tranqueiras incapazes de unirem sexo e afeto fazia mais sentido, hoje não é mais regra. Minha geração sofreu muito por conta desse feminismo de guerrilha. Muitas mulheres perderam o melhor da festa porque foram criadas para competir, não para amar. Trocaram afetividade por poder. Será que feministas de carabina que só enxergam cafajestes em tudo que se move podem dar aula de afetividade?”

Alana, defensora do feminismo, afirma que só há amor em contexto de igualdade. Ronaldo¹⁰ e Maurício discordam, dizendo que o amor existe de “dentro para fora”, não de “fora para dentro” e que se é condicional não é amor, mas barganha. Maurício¹¹ defende que “cada um põe o que trouxe sobre a mesa e a soma disso é o banquete. Esse papo de reciprocidade é comércio.” Já João¹² diz que enquanto “poliamorista” defende o feminismo, que igualdade é condição básica para o Poliamor e que não se pode negar que os homens são machistas:

“Nós (homens) exploramos a sexualidade e o afeto como método de controle. Estou dizendo alguma mentira? Poucos exercem igualdade, e se opõem à imposição de poder. Pra mudar esta situação, é preciso mudar o modo como o homem enxerga a mulher. Igualdade não é barganha. Igualdade é o mínimo necessário para o estabelecimento de relação, a base a partir da qual se constrói diálogo. Não vamos nos isolar numa bolha e achar que o homem atual não é machista e que não está inserido num contexto de opressão do afeto e da sexualidade. Estamos longe de uma igualdade nos relacionamentos.”

Maurício, mais uma vez, confronta a perspectiva generalizante do feminismo defendida por João:

“Vim aqui novamente recusar o uniforme de representante do mundo macho. Não, não faço parte da regra, também não sou a exceção. Talvez, muitas mulheres não saibam como oprimem os homens diferenciados quando cortam todas as cabeças com a mesma lâmina! Eis o problema que proponho a decidir: Onde estão as mulheres de verdade? Ainda desejando que o homem abra a carteira na hora de pagar a conta, mas achando desnecessário que ele abra uma porta, ou sente-se somente depois de acomodá-la?”

A divergência exposta acima expressa duas concepções recorrentes no universo “poli”; a primeira defende a utilidade de usar os termos “homem” e “mulher” argumentando que elas sofrem uma dominação histórica e que, portanto, é necessário identificar os “agressores” e as “vítimas” a fim de lutar por igualdade. A outra perspectiva recusa a utilização desses termos por se tratar de um perigoso englobamento de práticas e indivíduos únicos. Nesta apreensão, o feminismo em nome do ideal de igualdade, troca “afetividade” por “competitividade” e ao invés de aproximar os homens das mulheres acaba por diferenciá-los ainda mais.

Na década de 1990, nos Estados Unidos, o mesmo debate em torno das identidades coletivas esteve presente nos movimentos gay e feminista. A posição da teoria e política *Queer* é

¹⁰ Ronaldo declara ter 27 anos, não ter filhos, morar em São Paulo, ser mestre em arquitetura, artista plástico e ter formação em medicina chinesa. Relata falar português, espanhol, inglês, francês, japonês e chinês. Define-se “caucasiano”, “taoista”, “apolítico” e “heterossexual”. Suas paixões são “tantra”, “artes”, “felinos” e “água”.

¹¹ Maurício declara ter 49 anos de idade, ser viúvo e solteiro, morar em Bertioga (SP) com seus filhos, ter curso de Letras na USP sem ter concluído e trabalhar com projetos de “sustentabilidade”. Define-se como “afetivo”, “compreensível”, “criativo”, “libertário ao extremo” e “praticamente vegetariano crudívoro”. Suas atividades principais relatadas foram: o “empoderamento”, o “autoconhecimento” e a “poesia”.

¹² João é o moderador da comunidade Poliamor Brasil no Orkut. Ele declara ser morador de São Paulo, ter 37 anos, ser advogado, solteiro, heterossexual, ateu e socialista. Define-se como “liberal”, “libertino”, “libertário”, “ateu”, “orgiasta”, “quase-escritor”, “poliamorista”, “feminista”, “entusiasta”, “empático”, “intenso”, “paulistó-latra” e “romântico”.

subverter e desestabilizar a dicotomia “masculino” e “feminino” - portanto também a “homossexual” e “heterossexual” - legitimando os trânsitos e o “entre - lugar”. Outra posição dentro do movimento gay e feminista afirmaria, em contrapartida, a estabilidade identitária e o binarismo sexual buscando romper seus estigmas. Há, portanto, uma resistência entre muitos gays e feministas em relação aos *Queer* - que ao valorizarem os sujeitos em seu caráter performativo e contingente, negam a tentativa de fixar as identidades sexuais e de gênero. É o sistema binário de classificação do sexo e do gênero, a artificialidade e as mazelas trazidas por essas fixações identitárias que estão sendo postas em questão pelos *Queer*, assim como em parte do discurso “poliamorista” analisado.

A construção de identidades coletivas em um contexto de fragmentação cultural constitui, portanto, um grande desafio. Como sugere Young (1990), a igualdade está articulada à esfera pública, à “ética dos direitos”, à lógica impessoal e burocrática, restringindo as diferenças ao âmbito privado. Há, entretanto, uma tentativa de trazer o ideal da “igualdade” para os relacionamentos amorosos, transformando-o em uma troca afetiva simétrica, fora do binarismo hierárquico de gênero. Nessa posição busca-se uma “igualdade” em contexto de “diferença”, ou seja, “horizontalidade” nas relações entre “desiguais”. Dentre os “poliamoristas” que defendem a não fixação de pessoas em categorias de identidade, a “igualdade” é considerada forjada. Acreditam que ao se negar a singularidade dos indivíduos em busca dos princípios gerais que regem as diferenças são fomentados antagonismos e hierarquias.

Fim do gênero sexual?

Alice¹³ conheceu o Poliamor em meio a um processo, descrito por ela, como de libertação de valores sociais. Ela se sentia presa e impossibilitada de ser o que “é” “realmente”. Nesse momento passa a questionar o seu pertencimento à categoria “mulheres”:

“TENHO SEDE DE LIBERDADE, de qualquer coisa que isto possa significar. Quero estar comigo, no controle de mim mesma (...) Desprezo tudo que tenta rotular, me petrificar, me inferiorizar ao nível de uma “coisa”: não sou homem, não sou mulher, não sou feminina, não sou “coisa” alguma, sou sendo, sou muitas, sou vontade e sou história.” [Grifos autênticos]

Roberta¹⁴ também declara ter questionado a oposição “masculino” e “feminino”. Ela participa de debates sobre teoria *Queer* e pós-gênero e critica o feminismo “essencialista” por articular identidade de gênero ao biosexo:

“Lutar pela liberdade da mulher em si está fadada ao fracasso, porque se ser mulher é submeter um corpo que tem útero a uma série de processos culturais que transformam esse corpo em mulher, e se o gênero mulher é aquilo que por definição serve ao outro gênero que é o homem, então o próprio processo biopolítico de investimento cultural sobre o corpo uterino, que é o que gera o sujeito mulher, já é dominação. Então a teoria queer ela age sobre a raiz do problema e não sobre o problema tal qual já está estabelecido.”

Ao ser questionada se considera-se “mulher”, ela responde que não e que se define como transgênero:

¹³ Alice declara morar no Rio de Janeiro, ter 29 anos e ter curso superior completo.

¹⁴ Roberta declara morar no Rio de Janeiro, ter 26 anos, ter curso superior completo e ser “bissexual”.

“Não me identifico com os papéis que são reservados ao meu corpo nessa cultura, apesar de considerar que a indumentária feminina é muito mais interessante, mais colorida que a masculina, o comportamento feminino, os trejeitos, a performance, a prostração de voz, sempre achei tudo isso um saco, sempre gostei mais de jogar vídeo game e correr na rua, ficar com outros meninos, nunca me identifiquei com a figura da mulher (...) Eu me relaciono com elas de forma a pegar coisas do mundo do modo mais transgressor possível em relação a forma como a sociedade pressupõe a utilização desses objetos.”

Roberta diz que desde os cinco anos de idade “bagunçava” a relação entre masculino e feminino, apesar de, no início, não ter sido um processo voluntário. Ela declara que não gostava de estar no meio de meninas e que brincava de “dinossauro”, “RPG” e de andar de bicicleta. Sua revista favorita era “O Conan”, e o personagem de inspiração não era a princesa, mas o próprio Conan, que andava à cavalo, atacava dragões e resgatava princesas. Do universo feminino “pegava só as coisas que interessavam mais”. A entrevistada parece valorizar mais os atributos articulados ao masculino, e isso se torna mais evidente quando fala do primeiro livro que a encantou, o “Senhor dos Anéis”, quando questionada a razão, respondeu: “Era um universo sem mulheres. Sem pieguice, sem ‘mela cueca’, sem pessoas perdidamente apaixonadas, pessoas a cavalo, lutando contra monstros.” Ao ser perguntada se não faria falta um mundo sem mulheres, defende que:

“Certas características que são construídas e atreladas ao gênero feminino não fariam nenhuma falta no mundo. Mulheres são criadas para serem dependentes, eu acho que ninguém deveria ser criado para ser dependente. Embora isso sempre soasse estranho eu fui educada a crer que eu não era um ser completo até encontrar a minha contra parte, minha cara metade. Acho péssimo, acho que as pessoas devem se ver como seres humanos completos, que se complementam umas nas outras.”

A estratégia apontada por ambas entrevistadas foi o “abandono” da identidade feminina, ao invés da tentativa de alteração de seus significados. Para elas, trata-se de uma luta perdida, já que o feminino está associado, dentre outras características, à “dependência”, à “fraqueza” e à “submissão”. Ambas relatam objetivar serem “elas próprias”, e estarem no comando de “si mesmas” e que isso passa pelo questionamento da divisão binária homem e mulher e da necessidade de se enquadrarem em uma dessas categorias. A construção de identidades entre “poliamoristas” é paradoxal, tendo em vista que o principal objetivo é de se “desapriso-nar”, ou seja, permitir que se possa “ser” o que se deseja sem fixações e categorizações, entendidas por sua vez como opostas à “liberdade”. Abre-se, entretanto, exceções, em especial ao se assumir “poliamorista”, por acreditar ser essa uma identidade necessária a fim de atuar politicamente na sociedade; em contrapartida, a identidade feminina, ao menos entre essas “poliamoristas”, é entendida como exclusivamente limitante.

A crítica ao “feminino”, analisada a partir da trajetória das duas poliamoristas entrevistadas, pode nos proporcionar uma falsa impressão de um “culto ao masculino”. Há, em contrapartida, uma crítica ainda mais acentuada ao universo masculino, por ele estar associado a “dominação”, a “hierarquia”, a “competição” e ausência de afetividade. Essa visão torna-se mais clara quando nas discussões sobre gênero nas redes sociais, é defendido por alguns o fim do “patriarcado” e o desenvolvimento de um modelo social focado na feminilidade, portanto “horizontal”, “plural” e “circular”, chamado por alguns de “ginocrático” ou “matrista”.

Como tenho destacado, a crítica aos tradicionais papéis sociais atribuídos a homens e mulheres se divide em duas estratégias. A primeira defende o “feminismo” e a luta pelos direitos das mulheres. A segunda critica a distinção “homem” e “mulher” e luta contra a definição de pessoas em identidades de gênero; os termos utilizados para designar essa ruptura são

“*queer*”, “transgênero” e “androginia”. O último é tema de um fórum de discussão no grupo do Facebook:

“Há sinais de que caminhamos para o fim do gênero sexual. A androginia refere-se a uma maneira específica de juntar os aspectos “masculinos” e “femininos” de um único ser humano. É possível que, num futuro não muito distante, com a dissolução da fronteira entre masculino e feminino, as pessoas escolham seus parceiros amorosos e sexuais pelas características de personalidade, não mais pela condição de serem homens ou mulheres.” (Regina Navarro Lins.)

A partir desse trecho do livro *Cama na varanda*, da psicanalista Regina Navarro Lins, Lico¹⁵ inicia um debate com os demais poliamoristas sobre as alterações nas relações entre os gêneros. Rodrigo, Renata¹⁶ e Andressa minimizam a perspectiva de que estaríamos vivendo o fim do gênero sexual. Para Rodrigo, esse não é o único caminho e para Renata, trata-se de um processo lento de transição. Andressa acredita que “tudo pode permanecer igual ou até retroceder”. Entretanto, os três acham essa transformação louvável. Rodrigo diz que considera uma “boa apoiar o processo”, Renata que torce pela mudança e Andressa que apoia há anos tanto a androgenia quanto o Poliamor: “é bom fazer parte deste momento histórico e mais ainda fazer parte ativamente.”

Marcos¹⁷ concorda que há uma tendência para que as escolhas amorosas sejam feitas levando-se em consideração a personalidade e não o gênero, mas defende a escolha e não a imposição de um novo modelo. Rodrigo discorda e diz que “não podemos considerar todas as coisas igualmente válidas”, porque assim aceitamos a opinião de machistas, racistas e homofóbicos: “A manifestação da opinião deles destrói vidas, portanto não vale.” Para Rodrigo a importância de se apoiar a luta contra o gênero sexual é por considerá-lo uma limitação, contraditório a liberdade. A posição de Marcos de que toda forma de “expressão verbal” é válida é refutada por Rodrigo que defende que a mera expressão de concepções de gênero é uma opressão:

“Eles constituem durante seus discursos a própria opressão, criando categorias de pensamento e funcionamento que são opressores e que afetam os indivíduos em seus íntimos. Isso é o caso do racismo, do machismo e da homofobia, cujos dois últimos são fundamentados na idéia de gênero. A COEXISTÊNCIA do gênero com o não-gênero não é possível, porque um é a negação do outro; logo, temos que optar coletivamente por um ou por outro. Eu opto pelo segundo.”

Chico diz não crer que os gêneros deixem de existir, porque são indispensáveis: um “reflexo social de um fato biológico”. Para ele, tampouco se pode afirmar que todo mundo é potencialmente bissexual, já que há uma “puxada” biológica na atração física. Ele defende, portanto, que se lute por “igualdade legal e social entre gêneros, mas não por uma hegemonia de interesses e atrações físicas. Cada um escolhendo o que lhe agrada no campo pessoal”. Rodrigo contra-argumenta que gênero não é manifestação de uma diferença biológica e que, portanto, não é consequência do sexo. Para ele, as categorias “masculino” e “feminino”, são apenas formas de categorização das coisas e fazem parte de um repertório coletivo de símbolos e práticas.

¹⁵ Lico declara ser morador de Caetité (BA), ter 22 anos e ter feito curso universitário

¹⁶ Renata declara ter feito curso universitário e viver um relacionamento sério.

¹⁷ Marcos declara ser morador de Brasília, ter estudado literatura, ser “humanista secular” e ter como preferência política “democracia semidireta”.

Rodrigo declara perceber um processo generalizado de desconstrução do gênero em favor de escolhas individuais. Essa desconstrução ocorre tanto com “héteros” que fogem dos estereótipos de seus gêneros, quanto entre gays que criam seus próprios moldes de gênero. Para Rodrigo é fundamental retirar a importância do gênero: “desmoralizá-lo e torná-lo algo ignorado e esquecido pela maioria.” Defende que, entretanto, é normal que para muitos seja difícil se adequar a esse modelo:

“Não acho que é uma coisa rápida nem fácil. Eu, por exemplo, sou hetero e muito ligado ao meu gênero, também tenho o sexo do outro como uma coisa que eu dou importância na minha seleção. Mas acho que mesmo sendo assim, a gente pode achar legal a perspectiva de as pessoas não serem assim no futuro.”

O “fim” do gênero feminino parece ser mais visado do que o do masculino e, um sinal que reforça essa tendência é a predominância de homens heterossexuais e de mulheres bissexuais. Em enquete do Orkut em que se perguntou a orientação sexual dos membros, 15 homens disseram ser heterossexuais, 5 bissexuais e 4 homossexuais. Entre as mulheres o oposto: 15 se definiram bissexuais, 5 heterossexuais e apenas 1 homossexual. Butler (2010) argumenta que a inteligibilidade do gênero se dá na coerência e continuidade entre sexo, gênero e prática sexual e desejo. A autora se apropria das contribuições de Wittig que afirma que a derrubada da heterossexualidade compulsória banirá as ilusões do sexo, do gênero e da identidade. Enquanto no meio “poli” há aquelas que não se definem “mulheres” e não veem sentido em estabelecerem relacionamentos amorosos em função do gênero do parceiro, entre os homens, o gênero é um aspecto mais relevante, evidenciado pelo maior número de homossexuais e heterossexuais, e pelas críticas ao “masculino” se concentrarem apenas, na competitividade, na falta de afetividade e na tendência à dominação.

Acredito ser possível pensar que para as mulheres negarem pertencimento a seu gênero constitua um avanço, já que rompem com uma submissão “inerente”, enquanto entre os homens essa ruptura não parece fazer tanto sentido ou não implica em grandes vantagens, já que como argumentam Beauvoir (1980) e Wittig (1983), dentre outras feministas, o gênero masculino se confunde com o universal. Não é à toa que desde o feminismo até as produções acadêmicas sobre gênero (“estudos da mulher”) é o sujeito feminino que aparece problematizado em primazia. Há, dessa forma, uma maior reflexividade sobre a condição da mulher e sobre a possibilidade de se romper com seus significados. É, portanto, a condição portadora da diferença, de “o outro sexo”, como defendeu Beauvoir, de sua posição de submissão e também da marginalidade de grupos minoritários o que suscita críticas e ponderações sobre o *modus operandi* do gênero. Os homens “poliamoristas”, mesmo sendo mais “tímidos” na luta contra o gênero sexual, já que não há em larga escala um discurso e uma prática não heterossexual, também questionam a “masculinidade hegemônica”, pois percebem desviar os comportamentos de gênero ao buscarem envolvimento emocional profundo e ao “permitirem” que suas parceiras tenham outros relacionamentos.

Considerações finais

Percebe-se entre os poliamoristas a valorização das conquistas feministas e a concepção de que homens e mulheres têm os mesmos direitos nos relacionamentos amorosos. A definição de Poliamor pressupõe “igualdade”, já que é apenas a possibilidade de que ambos, tanto homens quanto mulheres, tenham mais de um amor, que constitui um relacionamento poliamoroso. A centralidade da “igualdade” no discurso poliamorista traz divergências entre eles, uma vez que as noções de “liberdade” e “singularidade” são elementos fundamentais em suas narrativas. Se, como defendem, todos são “únicos”, como esperar que sejam “iguais”?

Torna-se, então, um desafio, conciliar as diferenças individuais em uma lógica sem hierarquias.

A defesa feminista por igualdade de direitos é criticada por Butler (2008, 2010) que acredita que esta visão padroniza as mulheres, pressupondo uma distinção ontológica com os homens. A autora defende, em contrapartida, que essa concepção binária é fruto de relações de poder - de um processo social de “genitalização do sexo” que transformou a mulher no oposto do homem. Butler questiona a percepção do corpo masculino e feminino como opostos e sugere o fim do binarismo das identidades de gênero, questionando tanto a categoria “mulher” como “homem”, na dupla dimensão biológica e social – valorizando, em contrapartida, a capacidade performativa dos sujeitos que desestabilizariam essas categorias.

Dentro do universo “poli” há aqueles que questionam as identidades sociais, sejam as de gênero, como as de sexualidade. Defendem que todo indivíduo é potencialmente único e capaz de produzir uma história singular. Nessa linha de pensamento, os sujeitos são compostos por uma única “igualdade”: a “diferença”- diferença esta não posta em uma estrutura hierárquica e nem vista como oposição, como no binarismo de gênero. Para esses “poliamoristas” qualquer forma de uniformização entre os indivíduos é questionada e considerada imposição social; é valorizado, em contrapartida, que todos estejam abertos a experimentações, de preferência por caminhos originais, podendo aí ser (re)definido gostos e identidades, embora a preferência ainda seja pela não definição e pela singularidade absoluta. Por tais razões esses “poliamoristas” defendem a ideia de que qualquer espécie de categorização de pessoas é perigosa. Falar em “homens” e “gays”, por exemplo, comunicaria pouco, já que se abstraem diferenças que permeiam essas categorias, além de servir como mecanismo de coerção sobre a liberdade de “ser” fora dessas definições.

O anseio pelo fim das identidades de gênero não é geral nos fóruns de discussão. Há “poliamoristas” que veem as “mulheres” como sujeito do feminismo e entendem que a principal luta é contra o “machismo”, sendo necessário o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las politicamente. Nesse caso, o objetivo é ter o número de relacionamentos amorosos que se deseja sem que se seja categorizada de “puta”. Já entre homens busca-se dissociar a ideia de que não se envolvem emocionalmente e o estigma de “cornos” por consentirem que suas companheiras tenham outros relacionamentos. São visíveis, portanto, duas estratégias políticas, uma que enfatiza a “destruição” do gênero a partir de sua completa desconsideração e outra que a afirma a fim de alterar os seus significados.

Referências bibliográficas:

- BADINTER, E. Um é outro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BAUMAN Z. Amor líquido – sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2004.
- BEAUVOIR, S. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BUTLER, J. Cuerpos que importan. Sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós. 2008
- _____. Problemas de gênero: feminismo e subversão de gênero. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CARDOSO, D. Amando vari@s - Individualização, redes, ética e poliamor. Tese de mestrado em ciências da comunicação Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- COSTA, J.F. Sem fraude nem favor. Estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- FREIRE, R. Ame e dê vexame. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.
- GOLDENBERG, M. Toda mulher é meio Leila Diniz. Rio de Janeiro: Record, 1995.

- _____. Os novos desejos. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- HEILBORN, M, L. Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- LINS, RN. A cama na varanda: arejando novas ideias a respeito de amor e sexo. Rio de Janeiro: BestSeller, 2010.
- SALEM, T. O Casal Grávido: Disposições e dilemas da parceria igualitária. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- WITTIG, M. The point of view: Universal or particular? Feminist Issues v.3, n. 2, p. 63-69, 1983.
- YOUNG, I, M. Justice and the politics of difference. Princeton: Princeton University Press, 1990.

DESIGUALDADE SOCIAL E ESCOLARIZAÇÃO X GÊNERO, RAÇA E POSIÇÃO SOCIAL.

SOCIAL INEQUALITY AND SCHOOLING X GENDER, RACE AND SOCIAL POSITION

Edilene machado Pereira¹
Aparecida das Graças Geraldo²

Resumo: Raça, gênero e posição social compõem no Brasil um importante tripé e a escola se constituiu como o espaço onde ele é constantemente ratificado. Nos processos de exclusão social os mais atingidos são os negros e as mulheres, e em maior porcentagem quando eles são simultaneamente, a mulher preta, é discriminada pelo gênero, pela raça e pela condição sócio - econômica. Se as diferenças e exclusões são construídas, é importante saber como se dá esta construção e como ela é atualizada constantemente, para discriminar as pessoas e excluí-las da participação democrática, dos modos de produção, intencionalmente ou não, tendo como demolidor o racismo. Datam de 1820 os primeiros anúncios a respeito de experiências educacionais da população negra que viveu a situação colonial. Neste momento foi permitido à mulher negra o acesso a essas instituições, situação posterior às mulheres brancas, que aprendiam afazeres domésticos e a religião católica. Procuramos nesse texto analisar esse tripé pontuando os avanços no século XXI, para as mulheres pretas que precisam vencer o Machismo e o racismo para alcançar reconhecimento educacional e profissional.

Palavras Chave: Raça, Gênero e Posição Social.

Resumen-Race, gender and social position in Brazil consist one important tripod and the school was constructed as the space where is constantly ratified. In the processes of social exclusion are the most affected blacks and women, i in percentage higher when they are simultaneously, the black woman, is discriminated down by gender, race and socio – economic. If the differences and deletions are made, it is important to know how is this construction and how it is updated constantly, for discriminate against people and exclude them from democratic participation, modes of production, intentionally or not, having as devastating the racism. Dating from 1820 the first announcement about the educational experiences of black people who lived the colonial situation. At this time the black woman was allowed access to these institutions, situation after white women, who learned housework and the Catholic religion. We seek in this paper to analyze this tripod pointing out the advances in the XXI

¹ Doutoranda em Sociologia, pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho/UNESP./ Araraquara. CEP-14800-901 São Paulo/Brasil. Orientador: Dagoberto José Fonseca. Email: MS.soc.lenamachado@gmail.com.

² Mestre em Educação, arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e Professora da Universidade Estácio de Sá - São Paulo. Aluna Especial do doutorado na Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho/UNESP/Araraquara. CEP-14800-901 São Paulo/Brasil. E-mail: cidagerald@gmail.com.br.

century, for black women that need to overcome sexism and racism to achieve academic and professional recognition.

Key words: Race, Gender and Social Position.

Introdução

Analisando a situação de desconhecimento do importante tripé que compõe a sociedade brasileira composta por raça, gênero e posição social, almejando acrescentar algo a essa discussão, procuramos elencar nesse artigo algumas das dificuldades enfrentadas por essa população, tendo como base a identidade racial, tentando não somente analisar tais mecanismos, mas também construir uma relação pedagógica com um processo de aprendizado que considere o contexto de vida dessa população. Iniciaremos nosso artigo com o quesito Raça, consecutivamente gênero e por fim posição social.

O início do novo século XXI trouxe diversos desafios para a sociedade civil e o Estado no Brasil, dentre eles, implementar políticas afirmativas num contexto de desigualdades persistentes que perpassam toda a nossa história. A criação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 tornaram obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e dos Indígenas, quanto a cultura indígena, trataremos de forma secundária, por não ser o foco desta pesquisa.

Estas poderiam ser vistas como anacrônicas, num país que tem diversas contribuições raciais na sua formação e um multiculturalismo nas suas práticas sociais. Todavia, o lugar subalterno atribuído aos negros e índios demonstra a necessidade de ações para reverter os estereótipos criados em torno destes.

O Brasil é o país com a segunda maior população negra³ do mundo ficando atrás apenas da Nigéria e apesar disso vem mantendo ao longo dos anos um território com extrema desigualdade entre os grupos raciais negros, brancos e índios. Como vivíamos na nossa tão propagada “democracia racial”, as autoridades não se atentavam para a questão do racismo, existente no Brasil.

Apesar dessa estratégia de invisibilização da distancia social, econômica e racial entre essas três etnias/raças e gênero, o negro não se acomodou e através de movimentos coletivos como o movimento negro ou individual, vem procurando denunciar essa realidade e despertar seus irmãos para uma escolarização cada vez maior e elevação da estima, utilizando estratégias como, por exemplo, mostrando a verdadeira história da África e dos africanos. Visto que o preconceito racial e as relações entre gênero, não é um problema dos negros, nem do homem e da mulher especificamente, é um problema do Brasil onde o sistema patriarcal imperou durante séculos e até hoje tem força e o tratamento desigual que divide socialmente três raças: **índigena, branca, negra**⁴. (grifo nosso).

Os índios donos das terras brasileiras.

Acreditam-se devido a pesquisas de historiadores, geógrafos e demais pesquisadores, que os primeiros habitantes das terras brasileiras, foram os índios. Na época da colonização do Brasil, ocorreu um período de colaboração dos índios, com os portugueses que desenvolve-

³ Usaremos aqui negro/pretos, como categorias utilizadas pelo IBGE.

⁴ O conceito raça é utilizado aqui como categoria discursiva e não biológica (Stuart Hall, 2006) e como categoria social utilizada pelo movimento negro.

ram um tipo de comércio primitivo baseado na troca – o escambo⁵. Com o passar do tempo os colonos perderam a confiança nos índios e tentaram submetê-los ao trabalho compulsório nas lavouras, visto que não existia mão de obra para os trabalhos manuais.

Assim se transformaram em primeiros escravizados no Brasil, roubando as terras que eram deles por direito, a dignidade, a vida, visto que foram desterritorializados, mortos por reagirem à escravização, por doenças adquiridas dos brancos e outros fatores.

Com a resistência dessa população à sua escravização e fuga para lugares longínquos, pós conheciam as terras brasileiras e necessidade de mão de obra para a lavoura, manutenção das grandes propriedades os portugueses utilizaram alternativa de trabalho escravo que já conheciam desde o século 15⁶, a utilização de escravos negros, através de comércio negro.

Os primeiros Pretos no Brasil

Estima-se (Caio Prado Jr, Boris Fausto, por exemplo,⁷) que foram trazidos para o Brasil entre 1550 e 1855 entre 4 a 6 milhões de escravos, na sua maioria homens negros jovens, que ao contrário do que se propagou por vários meios de comunicação e em particular nos livros didáticos, essa população não se acomodou a essa situação resistiram e lutaram para reaver sua liberdade, fugindo de forma individual, que muitas vezes resultavam recaptura com punições cruéis e em massa que em alguns casos derivavam formação de quilombos como, por exemplo, o famoso Palmares.

Com a promulgação da Lei Áurea que sacramentou um processo iniciado com a proibição do tráfico negro entre a África e o Brasil, essa população se tornou livre do julgo oficial do escravismo, contudo, não foi acompanhado de políticas, reparatórias e mudanças estruturais para inclusão justa na sociedade brasileira. Foram deixados a própria sorte em um país racista e eurocêntrico. Para onde foi essa população?

Alojaram-se nas periferias das cidades, nos morros, lugares sem a mínima estrutura física e sanitária, foram em fim esquecidos juridicamente, socialmente e humanamente pelo Estado Brasileiro. Até mesmo o reconhecimento das terras quilombolas, regulamentado na Constituição de 1988 é lento. Em mais de 11 anos, das 724 áreas identificadas como remanescentes de quilombos, poucas foram reconhecidas e somente cinco receberam o título definitivo da terra: Curiaú (AP), Mangal (BA), Campinho da Independência (RJ), Itamaoari (PA) e Barra e Bananal/Riacho das Pedras (BA).

Após a extinção do tráfico negro foi aprovada A Lei de Terras, em 1850, onde as terras restituídas passaram para as mãos do Estado, que passaria a vendê-las e não doá-las como era feito até então. Essa lei beneficiou os ex-escravizados? De modo algum, deixou de fora os ex-escravos, como comprar sem dinheiro? Como comemora agora em 2012, 124 anos dessa “libertação” racial sem liberdade de fato e reparação das injustiças que repercutem até hoje?

Imigrantes brancos no Brasil

Com o fim do regime escravocrata, em 1888, o governo brasileiro incentivou a imigração europeia com intuito de substituir os escravos e a necessidade de mão de obra qualificada. Nesse período vieram portugueses, italianos e alemães, que se tornaram maioria da po-

⁵ Período Pré-colonial (1500 – 1530), os portugueses desenvolveram atividade de exploração do pau-brasil, árvore abundante na Mata Atlântica naquele período.

⁶ Desde a colonização da costa africana, no século 15, os portugueses já haviam redescoberto o trabalho escravo que desaparecera da Europa na Idade Média, mas que continuava a existir nas sociedades existentes na África.

⁷ História do Brasil. Boris Fausto, 1997. *História Econômica do Brasil*, de Caio Prado Júnior, 2006.

pulação em Santa Catarina e Rio grande do Sul, posteriormente chegaram os japoneses. Eram-lhes oferecidos lotes de terra para que se estabelecessem como pequenos proprietários agrícolas. Sendo, entretanto o principal objetivo dessa permissão de imigração, obter braços para a lavoura do café.

Alguns deles foram subsidiados pelos proprietários de terras que pagavam a viagem, e o imigrante, italiano, por exemplo, tinha que se propor a trabalhar nas fazendas para devolver o valor da passagem paga. Muitos dos imigrantes das varias nações que aqui chegaram foram impulsionados pelos problemas no país de origem e das possibilidades de trabalho que, bem ou mal existiam aqui, outros pelas transformações socioeconômicas nos seus países.

Segundo Trento (1988), os Italianos foram o número maior de imigrantes que chegaram ao Brasil. Entre 1880 a 1924, entraram no Brasil mais de 3.600,00 imigrantes, sendo 38% italianos, sendo que até 1904 esse percentual aumentou para 57,4%. Em menor número vieram imigrantes provenientes da Itália, Alemanha, Espanha, Polônia e outros países europeus.

A imigração europeia principalmente foi bastante incentivada por alguns motivos. Entre eles, a necessidade de mão de obra no Brasil pós Lei Áurea, a política imperial após a independência a fim de promover a colonização da região Sul do país, que continuava despovoada e alvo da cobiça dos países vizinhos e doutrinas raciais europeias do final do século XIX nos intelectuais do país.

Segundo Petruccelli (1996) o pensamento brasileiro expressava uma preocupação sistêmica com a origem multiétnica do povo brasileiro, vista como impedimento para construção de uma identidade nacional pura. Os intelectuais brasileiros sofreram influencia das teorias e doutrinas raciais europeias do final do século XIX, pensadores europeus fizeram discípulos no Brasil como, por exemplo, Gobineau⁸, que acreditava na imigração como única maneira de deter a degeneração racial, social e de saúde publica brasileira. Ocorrendo assim a recuperação dessa nação.

Como enumerar os seguidores desse escritor e seus discursos não é o meu intuito no presente artigo, cito apenas Nina Rodrigues (1982/08), e Silvio Romero, que procuraram em seus estudos mostrar a quão perniciosa era a influencia dos negros e do mestiço na população brasileira e no olhar científico a inferioridade racial do negro e a necessidade do branqueamento da nação, para Romero (1949, p.282),

Com a extinção do tráfico de africanos, o gradual desaparecimento dos índios e a constante entrada de europeus, poderá a vir predominar no futuro, ao que se pode supor a feição branca em nosso mestiçamento fundamental inegável.

Sabemos que a mestiçagem aos moldes “Romero”, Não aconteceu, somos ainda um país onde as três raças visíveis, com as quais se construiu o mito da democracia racial onde as três raças conviviam cordialmente, mito desmascarado, com a constatação do nosso Racismo Cordial apontado por Guimarães (2001). As três raças permanecem visivelmente representadas, ocupando lugares historicamente determinados. Não alcançamos o ideal de branqueamento, entretanto, como bem pontua Munanga,

“Apesar de ter fracassado o processo de branqueamento físico da sociedade, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças dos negros e mestiços” (1999, p.16)

⁸ O autor do *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, publicado em 1854.

É necessária uma luta constante e diária, de resgate de estima dessa população negra para não sucumbir e assimilar a ideia de inferior, avançando em todas as áreas a começar pela escolarização.

Início da escolarização

Datam de 1820 os primeiros anúncios a respeito de experiências educacionais da população negra que viveu a situação colonial. Não se tem uma informação precisa de números, visto que a Constituição política do Império de 25 de março de 1824 restringia o acesso à escola formal somente aos cidadãos brasileiros. Portanto a escola formal não incluía essa população que eram filhos de africanos.

A escola era vista como local para alguns, apesar da educação ser um direito de todos, garantido na constituição brasileira de 1934, o acesso a mesma ocorreu e ainda ocorre de forma diferenciada. A escola particular era o acesso para muitos. Mesmo tempo depois com o direito ao estudo público, a exclusão continuou, a escola não acolhia essa população, que liderava e em pleno século XXI continua a liderar o número de analfabetos.

O início desse novo século trouxe diversos desafios para a sociedade civil e o Estado no Brasil, dentre eles, implementar políticas afirmativas num contexto de desigualdades persistentes que perpassam toda a nossa história. A criação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 tornam obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e dos Indígenas. Estas poderiam ser vistas como anacrônicas, num país que tem diversas contribuições étnicas na sua formação e um multiculturalismo nas suas práticas sociais.

Todavia, o lugar subalterno atribuído aos negros e índios demonstra a necessidade de ações para reverter os estereótipos criados em torno destes.

De acordo com Cavalleiro (2005), na educação brasileira, a ausência de uma reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar tem impedido a promoção de relações interpessoais respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano da escola. Portanto, acredito que como educadores e cidadãs (os) brasileiras (os) devemos procurar modificar esse quadro de exclusão.

A pesquisadora ressalta a importância da participação do Brasil na III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas⁹. Tendo como um dos resultados o reconhecimento de que a escravidão e o tráfico de escravos foram crimes contra a humanidade, necessitando, portanto intensificar a luta por reparação humanitária ao povo negro. No Brasil vários debates foram deflagrados debates públicos em âmbito nacional, envolvendo tanto órgãos governamentais quanto não governamentais interessados em radiografar e elaborar propostas de superação dos problemas pautados pela nessa conferência.

Sabemos que foi visibilizado o que é real no Brasil, o processo de exclusão social, nele os mais atingidos são os negros e as mulheres, e em maior porcentagem quando eles são simultâneos, a mulher preta, quando são discriminadas pelo gênero, pela raça e pela condição sócio - econômica que as exclui de uma escolarização de qualidade e quando assim mesmo conseguem, o racismo e o preconceito não diminui na mesma proporção.

⁹ Realizada em Durban, África do Sul de 30 de Agosto a 7 de Setembro de 2001.

Se as diferenças e exclusões são construídas, é importante saber como se dá esta construção e como ela é atualizada cotidianamente. Nogueira (1954), no XXXI Congresso Internacional de Americanistas, realizado em São Paulo, apresentou um estudo onde comparava a situação racial do Brasil com outros países, principalmente os Estados Unidos¹⁰, onde ele defende a teoria da existência do “racismo de marca e de origem”, no Brasil e em particular no município de Itapetininga, em São Paulo. Tendo se constituído segundo Guimarães (1999),

numa referência obrigatória para os estudos de relações raciais, mas serviu também de síntese erudita da dicotomia entre o Brasil e os Estados Unidos, em termos das relações entre brancos e negros. Era o ingrato destino de uma reflexão, que fora apropriada por uma política identitária nacionalista que buscava, a todo custo, firmar o caráter “democrático” e “brando” das relações raciais no Brasil, em contraste com o resto do mundo, notadamente os Estados Unidos. A síntese de Oracy Nogueira era, sem dúvida, muito mais complexa e muito mais inovadora do que o entorno político de então deixava perceber.

Essas diferenças usadas para discriminar as pessoas e excluí-las da participação democrática, dos modos de produção, intencionalmente ou não, tinham e têm como demolidor o racismo, a raça social tão perfeitamente utilizada no Brasil perpetua o lugar social da população mediante sua cor da pele. Entretanto, órgãos como o IBGE (2010), mostram a divisão da população por cor ou raça, apontam também um crescimento da população que se declara preta ou parda (PNAD, 2010), de forma gradual e positiva nos últimos dez anos, 5,4% e 40,0% em 1999; e 6,9% e 44,2% em 2009

Esses dados levou o IBGE, supor que essa mudança seja entre outras coisas a recuperação racial. Contudo foi apurado também que apesar, dessa transformação, por parte da população não Branca, a situação de desigualdade perdura historicamente em varias áreas e regiões.

A pesquisa mostra que a taxa de analfabetismo diminuiu nos últimos anos, passando 13,3%, em 1999, para 9,7%, em 2009, contudo, ainda restam 14,1 milhões de analfabetos onde a população e cor parda apresenta o dobro da incidência de analfabetismo 13,3% dos pretos e 13,4% dos pardos, contra 5,9%, contra 5,9% dos brancos (IBGE, 2010)¹¹.

Essa diminuição do analfabetismo dessa população se reflete no aumento de pretos e pardos no nível fundamental, intermediário e superior. É uma mudança significativa, entretanto ainda temos um longo caminhada, visto que essa população não branca ainda apresenta uma grande distorção no quesito defasagem escolar, a população de 25 anos ou mais de idade com ensino superior concluído apresentava hoje 4,7% de pretos e 5,3% de pardos contra 15,0% de brancos têm curso superior concluído nessa faixa etária (idem, pag. 228).

A escolarização feminina e negra

No quesito escolarização, as relações sociais se aproximam das reflexões sobre gênero, desigualdade e discriminação, tripé existente desde a colonização onde o sistema patriarcal herdado dos colonizadores, subjulgava a mulher a um ser inferior ao homem, sendo-lhes negado o direito a escolarização, a existência com ser social, essa mulher nem direito de votar tinha, eram tratadas invisibilizadas, tendo como função social e sexual parir e cuidar da casa,

¹⁰ "Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem — sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil". O trabalho (Nogueira, 1985 [1954])

¹¹ IBGE. Revista Estudo&Pesquisa – Informação Demográfica e socioeconômica, 27, 2010.

mulher era para casa e o homem para a rua, portanto as relações eram e são construídas socialmente. Esse conceito de sexo foi aos poucos sendo substituído pelo de gênero, termo que surgiu no mundo acadêmico no momento em que pesquisadoras feministas buscavam desnaturalizar a condição da mulher na sociedade.

Scott (1990) destaca que gênero é um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Sua discussão sobre o gênero é compreendida como um “elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (e como) um primeiro modo de dar significado às relações de poder.”. Portanto, gênero é constituído por relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos. Essas diferenças lidas de forma preconceituosa, fez com que as mulheres independentemente de raça fossem subjugadas e excluídas socialmente, principalmente na educação, durante décadas foram impedidas de exercer esse direito.

Data segundo AMARAL (1923), de 1827 a primeira legislação que autorizava a abertura de escolas públicas femininas. Até então, as opções resumiam-se a alguns poucos conventos, que guardavam as meninas brancas para o casamento, e raras escolas particulares mantidas por professoras em suas próprias casas. A escola Normal era praticamente a única opção em termos de profissionalização para as mulheres.

Schumacher e Brazil, (2007) relatam que nos anos subsequentes, outras ações foram surgindo no intuito de escolarizar a população negra, embora de forma lenta e preconceituosa. Em 1932, para uma jovem negra ingressar no magistério público, precisava antes de tudo passar pela comprovação da ausência de doenças contagiosas, defeito físico ou psíquico, critérios esses com base na ideologia do branqueamento. Entretanto, esses critérios não foram suficientes para ofuscar ou impedir a presença de professoras negras em instituições de ensino.

Os autores acima revelam que nesse período o exercício do magistério aparecia justamente como uma das principais alternativas de profissionalização dessas mulheres (pg.221), logo, o curso de pedagogia foi a primeira porta utilizada pela mulher negra para ascender no mercado de trabalho especializado. O século XX possibilitou diversas iniciativas educacionais voltadas para a população negra, contudo, não pressupunham a valorização da sua cidadania, nem muito menos de suas origens e culturas.

Felizmente desvalorização, leis, estereótipos, não foram suficiente para calar essas mulheres. Gomes (1995, p.12) no livro “*A mulher negra que vi de perto*”, analisando a trajetória escolar de professoras negras e a construção de sua identidade no contexto escolar. Mostra o quanto é difícil canalizar os conteúdos dessa identidade em processo, pois foi construída com base em relações conflituosas e dialéticas entre raça e classe e entre homem e mulher. Mostra também as diferenças entre gênero e raça, o peso dessas diferenças e a superação, vencendo o analfabetismo, o trabalho doméstico na casa da branca, lutando pela realização pessoal e profissional.

Infelizmente, A história brasileira esqueceu-se de mulheres como Mônica de Meneses Campos, a primeira mulher negra a cursar o Instituto Rio Branco e fazer carreira diplomática, Zaira de Oliveira, pioneira ao conquistar o prêmio de canto do Instituto Nacional de Música, em 1921, Virginia Leone Bicudo, professora negra da Escola de Sociologia e Política e Psicanalista nos anos 40, e tantas outras no passado na atualidade invisibilizadas graças ao racismo brasileiro que se renova sofrendo mutações constantes.

Pesquisas como a realizada pela Unifem (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher) e pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) para a segunda edição do *Retrato das Desigualdades, no ano de 2006*, revelam que as mulheres negras atualmente no Brasil são 43 milhões, o que equivale a 24,1% da população, cidadãos que continuam sofrendo o fenômeno da dupla discriminação de gênero e de raça em todos os setores da sociedade. É imprescindível conhecer a nossa história, Pereira (2008),

As mulheres que ficaram nas senzalas e tentaram ou conseguiram manter relações de educação com os filhos; as que perderam os filhos e não desistiram da luta; aquelas também que durante a vinda do continente africano decidiram que a melhor saída era a morte e se mataram, pulavam dos navios com seus filhos; as que não se submeteram aos caprichos do branco europeu, dos escravizadas, que apanharam, foram esturpadas e que mesmo assim sobreviveu a toda essa luta. Eu acho que a gente carrega isso, e isso me faz ter orgulho de ser mulher preta. Eu tenho muito orgulho, eu sou muito feliz, com todas as dificuldades que a gente carrega. (Luisa)¹².

Essa estima funciona como alavanca para continuar lutando por um futuro melhor para suas descendentes.

Ascensão Social

Com o acesso a escolarização, continuação desta, no passado era suficiente terminar o Ensino Fundamental para saber ler e escrever, casar ter filhos, cuidar deles e morrer, dentro de uma sociedade profundamente desigual (Bento, 2003), elevação da estima, têm agora, mulheres negras em todas as áreas, sejam como graduadas, especialistas, mestras, doutoras e ate mesmo técnicas em profissões que mostram a força e a inteligência de uma população que durante anos foi estigmatizada, em virtude da Coexistência, no Brasil, de maneira densa, a cultura e o padrão estético negro e africano e um padrão estético e cultural branco europeu.

Mesmo sendo *Pretos e pardos no Brasil a maioria da população (51,1%)*, segundo a ultima Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (Pnad 2009). Porém, a presença da cultura negra e o fato de 45% da população brasileira ser composta de negros (de acordo com o censo do IBGE 2010) não têm sido suficientes para eliminar ideologias, desigualdades e estereótipos racistas. Ainda persiste, em nosso país, um imaginário étnico-racial que privilegia a brancura e valoriza principalmente as raízes europeias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, em partícula da africana.

O avanço é notório, contudo, para se integrarem nessa sociedade de classes brasileira, precisam constantemente driblar o preconceito, racial, sexual e econômico, e trilhar um caminho de tripla jornada de trabalho, trabalhar, estudar, e muitas vezes cuidar dos filhos, contrariando as expectativas e conciliando as jornadas para adentrarem nos nível melhores de escolarização. Como Florestan (1965) discute no seu livro “*A interação do negro na sociedade de classes*”

Numa sociedade que ainda impera o preconceito racial essas mulheres sabem que precisam mostrar um desempenho melhor que o homem (branco e negro) e da mulher branca para lutar contra o efeito dos atos discriminatórios que sofrem no ambiente profissional, de forma velada ou aberta, onde sua capacidade profissional é testada diariamente, são requer uma construção diária de uma consciência critica contra os mecanismos utilizados contra elas para bloquear sua ascensão profissional e social consequentemente.

A invisibilização dessas mulheres negras ainda é constante obscurece a sua trajetória e luta. O não reconhecimento de seu avanço social e profissional diminui todo seu esforço de opor-se ao que lhe foi oferecido de dominação e interiorização. A família tem papel fundamental na formação da personalidade dessas mulheres, é no ambiente familiar, que na sua infância são despertados os valores e absorve-se orientações positivas ou não. Felizmente,

¹² Depoimento de um das minhas entrevistadas no mestrado. “Marias que venceram na vida: uma análise da ascensão da mulher negra via escolarização em Salvador/Ba”-2008.

particularmente, para essas personagens funcionou de forma positiva em sua trajetória de vida, quebrando barreiras raciais e sociais.

Para isso são utilizadas estratégias para minimizar o preconceito no mercado de trabalho, estudando mais, aproveitando oportunidades, no setor social valorizando sua estética racial e assim sua identidade, resgatando suas origens de forma positiva, reconhecendo o caminho percorrido por suas antepassadas e o quanto precisam ainda percorrer. A síntese dos indicadores sociais feita pelo IBGE (2010) mostra isso, a mulher continua sendo maioria país em que há 190,7 milhões de indivíduos, sendo 97,3 milhões de mulheres e 93,3 milhões de homens, entretanto continua sendo excluída da vida pública, e quando incluídas ainda ganham menos que os homens em cargos semelhantes situação que se agrava para a mulher negra, pois a ela se agrega a raça, chegando a ganhar quando conseguem emprego 55 menos que a mulher não negra, assinala a pesquisa.

A PNUD 2012 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) aponta que as mulheres ganham metade do que os homens (R\$ 270,33 contra R\$ 541,44), uma mulher branca ganha quase o dobro de uma mulher negra (R\$ 350,62 contra R\$ 189,48) e mais que um homem negro (R\$ 315,24). A diferença entre os homens brancos (R\$ 723,55 mensais) e as mulheres negras (R\$ 189,48) é de 3,8 vezes. Apesar de serem 46,1% da população brasileira, as pessoas consideradas de cor preta e parda (negras) são 62,3% dos pobres do país.

Usa-se muitas vezes a justificativa da pouca escolarização, por parte da população negra e em particular aqui da mulher negra, entretanto, essas mulheres que fazem parte da pesquisa acima são escolarizadas tanto quanto as brancas, muitas vezes mais, contudo o quesito cor ainda é o divisor de águas. A marca da cor impede essa compreensão. Portanto a elevação da estima é uma tarefa constante dessas mulheres, que necessitam provar que são capazes, que a cor da pele não é sinônima de inferioridade, falta de capacidade, competência ou seriedade no serviço e na vida. Podendo assim desfrutar do esforço de vencer barreiras educacionais, de gênero, de raça e econômica e desfrutar socialmente desse esforço e vencendo às vezes de forma individual, outra coletiva. Tendo a família muitas vezes como apoio, que acredita no num mundo diferente para o Brasil e para a mulher negra.

Considerações Finais

O propósito desse trabalho era analisar a desigualdade social, com base na raça, gênero e posição social. Procurando trazer dados históricos desde nossa colonização onde se criou o; local social do negro, do indo e do branco nesse país. Os anos se passaram o branco, negro e indígena conseguiram adentra na escola, em momentos distintos. A mulher negra foi “permitida” se escolarizar após a entrada da mulher branca, enfrentando o preconceito de raça e gênero.

Esse avanço possibilitou para essas mulheres ter profissões diversas, para isso entre outros fatores atrasando a maternidade e diminuindo o número de filhos, entretanto essa mudança ainda não é significativa no campo social brasileiro e econômico. Pesquisa realizada pelo Instituto Ethos e Ibope (2010) mostra o perfil de algumas empresas brasileiras no tocante a diversidade racial e de gênero, onde se constatou que a mulher negra ainda tem muito a caminha nesse Brasil multi racial, apesar da verificação de evolução positiva da participação dos negros-pretos e pardos, no tocante a mulher negra a situação ainda é drástica ela fica com 9,3% da base e 0,5 do topo. Tal realidade pode ser afirmada nos relatos das muitas Marias que venceram, em:

Meu pai dizia, filha você tem que ser doutora para vencer a discriminação por ser mulher preta, periférica e pobre, quando terminei a graduação ele me chamava de doutora, com muito orgulho, via em mim sua realização pessoal. Se ele estivesse ainda nesse mundo perceberia que vencer essas discriminações é para além do diploma é uma luta diária contra o Maximo e racismo, acreditando que já avançamos socialmente,

Somos um novo número nas estatísticas, que ainda insistem em não ver e respeitar. Continuadoras de uma luta iniciada no início da colonização brasileira, mulheres que resistiram aos porões, aos estupros, a senzala, que sustentaram seus companheiros fora do mercado de trabalho em detrimento ao emigrante branco.

Segundo o Sr. Jorge Abraão, presidente do Instituto Ethos, “os negros/as aparecerão nas empresas da mesma forma que na sociedade somente em 2.160”, será? Cabe a nos continuar contrariando as estatísticas por um país mais justo, igualitário e sem racismo onde o resto do mundo possa ver essa diferença na sociedade. Que sejamos de fato uma democracia onde possamos ver outras mulheres negras Desembargadoras a exemplo da primeira que é a Dra. Luislinda Valois Santos primeira Desembargadora negra do TJ-BA, quebrando todos os preconceitos e em tantas outras profissões que são capazes de exercer, com força, garra e inteligência.

Referencias bibliográficas:

AMARAL, José Álvares. “*resumo cronológico e noticioso da província da Bahia, desde o seu descobrimento em 1500*” escrito em 1880, revisto e anotado por J. Teixeira Barros in Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia n. 47, 1921-1922, PP. 71-559.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Discriminação racial e pluralismo em escolas publicas da cidade de São Paulo*, p.65-Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 236p. (Coleção Educação para todos). 2005. Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade,. 236 p. (Coleção Educação para todos). 2005. Volume 06. Historia do Negro e outras historias. Edições MEC/BID/UNESCO Brasília, 2005.

GUIMARÃES, Antonio Sergio A. *A Marca da Cor*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 14 n.41 São Paulo, Out. 1999.

Comunicação Oral na Mesa Redonda: Determinantes Histórico-Sociais do Racismo, no II Seminário nacional Relações Raciais e Educação: *A Produção de Saberes e Práticas Pedagógicas*, dia 29 de novembro de 2001, UFF.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Dominus, 1965 HASENBALG, Carlos Alfredo. *Estrutura Social, mobilidade e raça*. Editora Revista dos Tribunais Ltda, São Paulo: Edições Vértice, 1988.

GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Mazza. Edições, 1995.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes. 1999.

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de Marca. As Relações Raciais em Itapetininga* (apresentação e edição de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti). São Paulo: Edusp. 245 pp. ISBN - 85-296-0038-X 278p.(Coleção Educação para Todos). 1954.

PEREIRA, Edilene Machado. *Marias que venceram na vida: uma análise da ascensão da mulher negra via escolarização em Salvador, BA*. 2008.126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais com concentração em Antropologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, 2008.

PETRUCCELLI, José Luis. *Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro, 1870-1930* (French doctrines and Brazilian racial thought, 1870-1930) Estudos Sociedade e Agricultura. Número 7, dezembro 1996, 190 p.

ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. 4a ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1949.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre: v. 16, n. 2, p. 5-22, jul/dez. 1990.

TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Studio Nobel, 1988- História da Educação do Negro e outras histórias/Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005

DE CONSUMIDORA A CIDADÃ: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA SOCIEDADE

Flávia de Jesus ANDRADE¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo lançar alguma luz à discussão acerca da relação entre consumo e construção de identidades na cultura contemporânea, enfocando, especificamente, as mulheres homossexuais e suas formas de sociabilidade e definição de estilos de vida. Para tanto, partiremos de um breve histórico do movimento, apontando seus desdobramentos: a crescente visibilidade que os homossexuais foram ganhando, em função das ações deste movimento, e o movimento do mercado em busca deste nicho consumidor. Serão consideradas apenas as conquistas jurídico-sociais anteriores ao ano de 2009, já que nosso objetivo (por enquanto) não é avaliar as consequências das últimas decisões do Supremo Tribunal Federal sobre as mudanças na interpretação das leis civis brasileiras. Abordar a maneira como as mulheres lésbicas tendem a reproduzir estereótipos e conceitos da cultura heteronormativa como forma de superar preconceitos e de buscar inserção na sociedade capitalista, visando o reconhecimento dos direitos como cidadãs, num contexto em que começam a ser reconhecidas como consumidoras. Neste sentido, o trabalho discute o consumo cultural (Featherstone, 1995; Bourdieu, 2007) deste segmento, em especial o de revistas voltadas ao público lésbico, bem como sites e outras formas de expressão cultural que possam ser consideradas produtos de consumo.

Palavras chave: Consumo, Identidade e Gênero.

ABSTRACT: This article aims to shed some light on the debate concerning the relationship between consumption and identity construction in contemporary culture, focusing specifically gay women and their forms of sociability and definition of lifestyle. To this end, we depart for a brief history of the movement, pointing out its effects: the increased visibility that homosexuals have gained, depending on the actions of this movement, and movement of the market in search of niche consumer. Will only be considered legal and social achievements prior to 2009, since our goal (for now) is not to evaluate the consequences of past decisions of the Supreme Court on the interpretation of changes in Brazilian civil laws. Discusses how lesbian women tend to reproduce stereotypes and heteronormative concepts of culture as a way to overcome prejudices and to seek inclusion in capitalist society, seeking the recognition of rights as citizens in a context where they begin to be recognized as consumers. In this sense, the paper discusses the cultural consumption (Featherstone, 1995; Bourdieu, 2007) of this segment, especially for lesbian magazines devoted to the public as well as websites and other forms of cultural expression that may be considered consumer products.

Histórico:

¹ Departamento de Antropologia, Política e Filosofia – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP – 14800-000 – Araraquara – São Paulo – Brasil.
fla_fcl@yahoo.com.br

Com o fim dos anos de chumbo, e mesmo antes disso no início dos anos 80, o número de bares e casas destinadas a gays e lésbicas cresceram consideravelmente, chamando a atenção das autoridades que se prontificaram a “limpar” as regiões ocupadas por esse segmento². O advento da AIDS e o estigma do “câncer gay” foram considerados motivos para o fortalecimento do movimento organizado e pela luta contra a exclusão e a segregação dos homossexuais.

Um acontecimento em especial para as lésbicas fez muita diferença no que diz respeito a organização deste segmento. No dia 19 de agosto de 1983, um grupo de feministas lésbicas panfletava em um bar na região central da cidade de São Paulo – **Ferro’s Bar** – quando foram expulsas sob forte violência. Esse dia foi considerado um marco no movimento de mulheres lésbicas assim como o ocorrido em Stonewall³ foi importante para o movimento gay norte-americano. O mês de agosto transformou-se em um mês muito importante para o movimento de lésbicas não somente pelo episódio do Ferro’s Bar, mas também pelo I Seminário Nacional de Lésbicas, SENALE, que aconteceu no dia 29 de agosto de 1997, transformado esta data no dia da Visibilidade Lésbica.

Outras formas de contestação e de atuação do movimento gay foram fundamentais para a consolidação do mesmo enquanto grupo organizado promovendo a saída dos chamados guetos para as ruas. A mais famosa atuação do movimento foi a Parada do Orgulho Gay, que teve início em 1997 com um público estimado de duas mil pessoas e no ano passado chegou a reunir três milhões e quatrocentas mil pessoas⁴.

Nos anos 90 o movimento ganhou um apoio de peso: o mercado. Não que o movimento por si só já não atingia uma parte da população, o fato é que com o impulso do mercado o movimento obteve mais visibilidade através da sigla usada até hoje por alguns segmentos: GLS. Essa sigla foi citada pela primeira vez no Brasil pelo jornalista André Fisher e integra ao movimento de Gays e Lésbicas o “S” de Simpatizantes, pessoas heterossexuais que abraçam a causa gay e aceita os homossexuais sem preconceitos.

A crescente propaganda em favor dos guetos gays fez com que os estabelecimentos voltados a esta parcela da população aumentassem consideravelmente. Nas décadas de 70 e 80, os bares, boates e saunas concentravam-se na região central da cidade de São Paulo, mais precisamente no bairro República. Atualmente, regiões tradicionalmente povoadas por pessoas de poder aquisitivo alto concentram uma gama de produtos e serviços reservados a homossexuais, até mesmo os bairros de periferia da cidade possuem ao menos um bar destinado ao público gay. (FRANÇA; SIMÕES, 2005) (FACHINI, 2008)

Ainda nos anos 90 o gueto gay se expandiu para as mídias de forma mais avassaladora que nos anos 70 com o lançamento do jornal *Lampião*⁵. Colunas sobre temas relacionados se tornaram indispensáveis em um dos jornais de grande circulação do país⁶ que não possuíam vinculação ao público gay. As telenovelas passaram a abordar o tema de maneira menos pejo-

² Refiro-me a incursão da polícia civil de São Paulo nas regiões de concentração de homossexuais, prostitutas, travestis, etc. Essa operação foi denominada “Operação Limpeza”.

³ *Stonewall Inn* era um gueto homossexual nova-iorquino que sofreu uma invasão da polícia local em 28 de junho de 1969. Esse acontecimento mobilizou os homossexuais norte-americanos em prol de direitos básicos, assim nasceram os movimentos do orgulho gay e suas paradas.

⁴ Dados da Associação da Parada LGBT de São Paulo, ano de 2008.

⁵ O *Lampião* sediava sua redação no Rio de Janeiro e mantinha uma equipe editorial em São Paulo, não por acaso as duas maiores cidades do país onde a efervescência cultural é constante. A proposta inicial do jornal era trabalhar temas vistos como secundários para a sociedade brasileira: sexualidade, ecologia, artes, machismo e discriminação racial. Circulou de 1978 a 1981.

⁶ A revista da Folha, suplemento do jornal A Folha de São Paulo que circula aos domingos, possui uma coluna que foi assinada por André Fischer de 1997 a 2006, chamada GLS. A cada quinze dias André dava espaço a Vange Leonel, compositora e cantora, que tratava de alguns temas ligados às lésbicas e continua a escrever para a coluna.

rativa ou de cunho humorístico⁷. Eventos culturais foram criados com essa temática e com a chegada da internet a cultura gay se popularizou.

Obviamente que o movimento LGBT de resistência e de busca por melhorias sociais não parou. Pelo contrario, se fortaleceu. Muitas conquistas foram fundamentais para o movimento, em sua maioria conquistas relacionadas a direitos civis. Uma dessas conquistas foi a sanção da lei estadual paulista de numero 10.948 de 2001⁸, que pune qualquer estabelecimento público ou privado que discrimine um homossexual a punição pode ser de uma multa ao fechamento do estabelecimento.

Consumo:

Seja dentro do movimento LGBT de caráter sócio-político ou em guetos, os homossexuais consomem e por vezes estão em busca de produtos que os identifiquem como grupo (AYROSA; PEREIRA, 2007) e até mesmo que implicam numa forma de massificar e integrar socialmente o modo “gay” de ser e de viver (FRANÇA; SIMÕES, 2005). Um pequeno acessório ou uma grande bandeira de um metro e meio, podem ser usados em um bar ou em uma manifestação política com o mesmo propósito, ser reconhecido. A aquisição desses bens demarca uma diferença de gostos estéticos e de certa forma distingue o homossexual dos demais grupos, remetendo á discussão acerca dos bens como sinais distintivos. (BOURDIEU, 1983).

Como aponta Bourdieu (1983) o *habitus* está vinculado às práticas sociais, costumes e gostos, é a objetividade interiorizada pelos grupos sociais (BOURDIEU, 1983). No caso do grupo homossexual, o *habitus* está ligado a um processo de auto-afirmação e aceitação e esse processo está “[...] intimamente relacionado com a mudança nos padrões de consumo do indivíduo.” (AYROSA; PEREIRA, 2007, p.8). Dessa forma, o *habitus* homossexual é também uma transformação de um *habitus* anterior ao processo de auto-afirmação. Não se pode afirmar que o primeiro *habitus* seja completamente perdido, afinal os homossexuais continuam a frequentar espaços comuns a outros grupos sociais, como faziam anteriormente a sua “saída do armário”⁹. Porque adquiriu um novo estilo de vida e assumiu sua homossexualidade, este indivíduo não deixa de ser filho/a, pai/mãe, irmão/irmã, tampouco se isola do meio que já convive desde o seu nascimento.

Essa diversidade de estilos pode ser a base para a construção da identidade deste indivíduo. Segundo Zygmunt Bauman (2001), a “fluidez” da modernidade propicia uma constante mudança nas instituições que referenciam a construção da identidade dos indivíduos. A “fluidez” da modernidade é responsável por mudanças nos significados nas instituições de referência (igreja, família, etc.), assim os indivíduos se defrontam com uma enorme gama de possibilidades na diversidade cultural, possibilitando que ele mesmo seja múltiplo, possuindo muitas identidades ao longo da vida, construindo e desconstruindo-as conforme as influencias vividas no momento.

⁷ A rede Globo de televisão permitiu em meados da década de 80 que algumas personagens de telenovelas fossem retratados de forma menos caricata do que já se apresentavam nos programas humorísticos. Contudo, somente na década de 90 o tema passou a ser tratado de maneira mais próxima à realidade. Nosso exemplo mais emblemático é o da telenovela Torre de Babel exibida em horário nobre no ano de 1998, onde duas empresárias bem sucedidas e livres de estereótipos mantinham um relacionamento estável. No entanto, após uma serie de manifestações contra as personagens, o autor Silvio de Abreu resolveu retirá-las da trama de forma dramática. (TREVISAN, 2002)

⁸ Ressaltando que as conquistas jurídicas que se deram a partir de 2009 não serão tratadas neste texto. Um dos motivos é a falta de estudos sobre o impacto que tais mudanças trouxeram ao “mercado gay”.

⁹ O termo “saiu do armário” é uma maneira de demonstrar que um indivíduo assumiu-se homossexual, pode se dizer que é o momento onde o indivíduo aprende valores e comportamentos já vinculados a cultura gay e assume a identidade homossexual para si e para os outros. (AYROSA; PEREIRA, 2007; NUNAN, 2003) É uma gíria muito conhecida no meio homossexual.

A construção de identidades também se dá através da oposição e das diferenças, dessa forma a identidade homossexual somente existe graças ao seu oposto, a heterossexualidade. (FOUCAULT, 1988). Assim, a construção da identidade homossexual também acontece em espaços heterossexuais.

Por esse motivo, o homossexual enfrenta forte discriminação em ambientes não-gays, principalmente quando esses ambientes de uso geral estão localizados próximos a guetos homossexuais. Um grande exemplo foi o episódio do “beijaço” no Shopping Frei Caneca em São Paulo, que desencadeou uma série de outros “beijaços” em outros shoppings da cidade.¹⁰

[...] Casos como esse apontam outros efeitos de tensão decorrentes de ambivalência do rótulo GLS, com que vários estabelecimentos se declaram e/ou são reconhecidos. Tais estabelecimentos querem atrair o consumidor homossexual, mas não querem ser rotulados como “lugares de homossexuais”, por temer que isso afugente outros clientes. Assim, nesses espaços, nem sempre há acordo, entre proprietários, administradores e clientes, quanto ao que deve ser conduta publicamente aceitável, sobretudo no que se refere às manifestações de afeto entre pessoas do mesmo sexo. (FRANÇA; SIMÕES, 2005, p.332).

Por outro lado, existem estabelecimentos que procuram vincular sua imagem aos homossexuais. Alguns bares próximos a guetos gays procuram atrair a clientela fixando em suas fachadas bandeiras ou símbolos que representam e identificam um espaço que pode ser freqüentado por esse público, sem que haja qualquer tipo de discriminação.

Há um termo norte-americano para evidenciar estes espaços, são os chamados *frendly*. Os estabelecimentos *frendly* são basicamente freqüentados por heterossexuais, e homossexuais serão recebidos da mesma forma. O mercado GLS brasileiro trabalha no sentido contrário, ou seja, espaços majoritariamente freqüentados por homossexuais e que propõem uma aproximação dos “[...] consumidores que não se identificam como homossexuais, mas que de alguma forma participam desse universo.” (FRANÇA, 2007, p.291).

O processo de construção da identidade homossexual passa também pelo ato do consumo.

Segundo os autores Mary Douglas e Baron Isherwood (2004), o consumo é um código, e através desse código são traduzidos muitas de nossas relações sociais, permitindo classificar coisas e pessoas, produtos e serviços, indivíduos e grupos. Consumir é exercitar um sistema de classificação do mundo que nos cerca a partir de si mesmo e, assim como é próprio dos códigos, pode ser sempre inclusivo de bens que a ele se agregam e são por ele articulados aos demais, e também, inclusivos de identidades e relações sociais que são elaboradas, em larga medida na nossa vida cotidiana, a partir dele.

Dessa forma, o ato de consumir como exercício de um sistema de classificação “[...] pode auxiliar na construção da identidade homossexual dos indivíduos, como também refletir suas experiências de vidas e suas posses, como se redefinir por meio delas.” (AYROSA; PEREIRA, 2007, p.12).

O consumo também se torna uma “ferramenta” dos grupos sociais marginalizados, como é o caso dos homossexuais, no sentido em que auxilia nos movimentos de visibilidade. Daniel Miller destaca em seu livro *Teoria das compras* como os sujeitos envolvidos no processo de elaboração de identidades coletivas possuem mais influência na readequação de produtos já existentes, a fim de atender suas demandas específicas, do que o mercado na tentativa de manipular tais identidades.

¹⁰ Em 2001, dois rapazes foram recriminados e expulsos do shopping por seguranças após uma demonstração pública de afeto. Comunicadas as entidades vinculadas ao movimento LGBT, estas mobilizaram dezenas de pessoas que em casais se beijaram por alguns minutos, todos ao mesmo tempo. O ato teve certa repercussão e culminou na aprovação da lei estadual 10. 948, que pune responsáveis por estabelecimentos públicos ou privados em caso de discriminação.

[...] Assim, a afirmação de identidades positivas de grupos discriminados, processo no qual estão envolvidos os movimentos sociais, seria acompanhada por um desejo de experimentar formas mais convencionais de poder, entre as quais podem ser situadas as relativas ao consumo. Isso levaria ao alinhamento de identificações com um determinado coletivo social por meio do consumo num processo mais intenso do que o observado na maioria da população e seria responsável pelo desenvolvimento de um estilo criativo de consumo e de habilidades específicas em relação a essa prática, encarados muitas vezes pelo senso comum como sinais de futilidade, de modo a atualizar, estratégias de discriminação e desvalorização desses grupos (FRANÇA, 2007, p.296).

O consumo neste caso está totalmente desvinculado da forma utilitarista de se pensar o fenômeno. Para o grupo estudado a busca por uma identidade comum e pela supressão da discriminação torna o ato de consumir um processo simbólico, onde o consumo usa os bens para tornar firme e visível um conjunto particular de julgamentos nos processos fluídos de classificação do grupo e os eventos relacionados a ele. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004).

As pessoas que compartilham bens compartilham conhecimento e saber sobre seus produtos e serviços. A questão simbólica prevalece sobre a utilitária porque as trocas não são simplesmente materiais. Consumir é um ato ritual que envolve não só objetos, mas principalmente conteúdos, mensagens, comunicação, assim os bens fazem parte de um sistema de informação, estabelecem relações sociais no momento que podem ser usados pelos homens para se comunicarem. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004).

Sendo assim, a natureza simbólica do consumo tanto pode auxiliar na construção da identidade homossexual dos indivíduos, como também refletir suas experiências de vida e padrões sociais de comportamentos. [...] Assim, um homem que se construiu como heterossexual e que em um certo momento de sua vida se descobre homossexual pode associar os signos simbólicos de alguns produtos, como uma marca de roupa ou de tênis, a essa nova identidade homossexual que ora assume. Essa mudança de significados dos produtos parece ser fundamental para que os indivíduos gays se sintam pertencendo a um grupo, como também integrados a uma realidade. Assim, o mundo dos produtos é muitas vezes utilizado pelos consumidores gays como forma de enfrentamento e resistência de estigma imposto a eles. (AYROSA; PEREIRA, 2007, p.12).

Contudo, a aproximação do “mercado gay” do restante da população através da sigla GLS, mais precisamente o S de simpatizante, gera desconforto em alguns setores do movimento LGBT, pois “embute uma faca de dois gumes: por permitir uma interpretação dúbia e induzir à invisibilidade, pode criar, como efeito colateral, novas frentes para o enrustimento tão caro ao lado ruim do jeitinho brasileiro” (TREVISAN, 2002; 377). Ou seja, ao mesmo tempo em que homossexuais buscam através do consumo uma identidade comum e uma possibilidade de “sair do armário” e se assumir ante a sociedade, também pode isolar-se e permanecer nas sombras atrás da letra “S”.

Outro problema encontrado está vinculado à busca pela igualdade de direitos, pois, apesar do [...] consumidor gay poder utilizar a racionalidade do mercado em pró de uma maior visibilidade e resistência a padrões heteronormativos dominantes, esta utilização também pode surtir um efeito contrário ao associar os direitos requeridos deste grupo às exigências mercadológicas. (AYROSA; PEREIRA, 2007, p.12).

Dessa forma, nada impede que a busca, por igualdade de direitos, passe pelo viés dos direitos do consumidor. Afinal, a discriminação por conta da sexualidade ainda ocorre muito dentro de estabelecimentos comerciais. Neste caso, garantidos os direitos do consumidor outros direitos podem ser garantidos de forma indireta.

Consumo entre mulheres e a influência dos papéis sexuais:

O “mercado gay” não se resume somente aos homossexuais masculinos, como a própria sigla criada para identificar este mercado: GLS identifica homens e mulheres homossexuais além dos “simpatizantes” do movimento. Assim como o movimento em favor dos direitos se expandiu de forma a atender outros segmentos, o mercado também procura alcançar o bissexuais, as travestis e transexuais. (FACCHINI, 2005)

Julio Simões e Isadora França (2005) observaram em sua pesquisa que os grupos homossexuais não se agrupavam em guetos simplesmente pelo fato de serem homossexuais, mas também por outros fatores como sexo, poder aquisitivo, “estilo”, etc. Os autores utilizaram, para melhor compreensão da pesquisa as categorias denominadas **manchas** e **circuitos**¹¹, criadas por José Guilherme Cantor Magnani (2002).

Desse modo, categorias como “manchas” e “circuitos” (MAGNANI, 2002), que procuram dar conta da lógica de implantação e utilização de aglomerados de estabelecimentos e serviços na paisagem urbana, em diálogo com concepções renovadas de territorialidades itinerantes e flexíveis [...], parecem ser mais adequadas ao esforço de descrever e dar sentido ao fenômeno do “gueto homossexual” nas grandes cidades brasileiras. (FRANÇA; SIMÕES, 2005, p.311).

Os locais frequentados por lésbicas não podem ser considerados exclusivos, tendo em vista que gays, bissexuais e travestis frequentam os mesmos espaços de forma, muitas vezes, tímida. Essa característica foi observada por Regina Facchini durante sua pesquisa de campo.

[...] Falar num circuito “lésbico” também não seria viável, pois muitos espaços são de frequência mista e muitas entrevistas rejeitam essa categoria. Desse modo, o uso do termo circuito aparece nesta tese desprovido de um caráter conceitual, simplesmente como modo sintético de se referir ao conjunto formado pelos estabelecimentos comerciais de lazer noturno onde mulheres que tem práticas eróticas com outras mulheres buscam parceiras e/ou relações de sociabilidade com outras mulheres que poderiam considerar suas pares. Esse conjunto de estabelecimentos pode estar, como geralmente ocorre, agrupado a um conjunto mais amplo de estabelecimentos, que inclui os de frequência masculina, a partir da (homo)sexualidade presumida daquelas que os frequentam. (FACCHINI, 2008, p.108).

Até o momento, não existem registros de espaços destinados exclusivamente às lésbicas. Recentemente a revista *ISTOÉ* apresentou uma reportagem sobre as festas destinadas às lésbicas e sobre a busca dessas mulheres por espaços próprios independente dos outros segmentos do movimento LGBT. Segundo a reportagem da jornalista Verônica Mambrini, estas festas chegam a reunir duas mil e quinhentas pessoas (MAMBRINI, 2009).

Edward MacRae argumenta em seu texto *Em defesa do gueto* (2005) os motivos pelos quais as mulheres possuem menos visibilidade com relação aos homens homossexuais e por isso talvez despertem menos interesse do mercado.

¹¹ Os autores utilizaram as duas categorias de forma conjunta, pois de acordo com o sentido atribuído por Magnani as *manchas* estão mais ligadas a territórios físicos, constituído por pontos de referencia. As *manchas* também podem estar relacionadas a formas e fronteiras difusas com espaços entre si, comparadas a *respingos*. Já o *circuito*, embora designe também o uso dos espaços e “equipamentos urbanos”, o faz de forma “mais independente em relação ao espaço, sem se ater à contigüidade, como ocorre na *mancha* ou no *pedaço*” (MAGNANI, 2002; 24). Ainda com relação ao *circuito*, Magnani acredita que este seria capaz de dar conta de um contexto mais amplo e diversificado da cidade, podendo ser considerado como um princípio de classificação. (MAGNANI, 2002)

Olhando o mundo homossexual de hoje, percebe-se a diferença existente entre a situação dos homossexuais masculinos e a das lésbicas. Os homens são muito mais visíveis e o seu gueto é bem maior, contando numerosos bares, discotecas e saunas, enquanto as mulheres têm muito menos opções como ponto de encontro. Por outro lado, a repressão sofrida pelas mulheres em geral leva as lésbicas (tanto quanto as heterossexuais) a saírem menos sozinhas, a serem mais tímidas quanto a manifestações abertas de sua sexualidade; são mais “enrustidas”, menos visíveis. Outro fator é puramente econômico: as mulheres ganham menos que os homens e, claro, constituem um mercado consumidor menos atraente. Não obstante, há sinais de mudanças. Começam a surgir mais bares e discotecas freqüentados predominantemente por mulheres, notadamente no centro de São Paulo. (MACRAE, 2005, p.303).

Quando MacRae escreveu *Em defesa do gueto*, em 1985, não tinha idéia que vinte anos depois haveria uma expansão do gueto homossexual para regiões consideradas nobres da cidade de São Paulo, como alguns bairros da zona sul, por exemplo.

Na expansão do “gueto” em direção aos bairros de classe média-alta, que parece ter caminhado com a popularização da sigla GLS, a tendência é defrontar com a adesão mais explícita a padrões elevados e sofisticados de renda, estilo, apresentação corporal, preferências estéticas e consumo, como que conformando um público “moderno”, sintonizado com modos e modas globalizados associados à homossexualidade. (FRANÇA; SIMÕES, 2005, p.321).

Da mesma forma, “guetos lésbicos” também sofreram um deslocamento para outras regiões fora da **mancha** central, obviamente que em menor escala se comparado ao deslocamento do “gueto masculino”. Porém, a **mancha** central

[...] continua abrigando estabelecimentos que atraem uma clientela feminina em que parecem continuar predominando as estilizações corporais e os códigos eróticos que remetem a estereótipos “masculinos” e “femininos”, conforme o modelo do par “caminhoneira” e “lady” – termos usuais que designam respectivamente a lésbica que cultiva um estilo ligado ao “masculino” (gosta de jogar futebol e tomar muita cerveja, por exemplo) e sua companheira “feminina” –, entre estas últimas, não é raro encontrar strippers e garotas de programa. (FRANÇA; SIMÕES, 2005, p.317).

Regina Facchini (2008), durante a elaboração de sua tese de doutorado, também observou as peculiaridades do público freqüentador da região central, mais precisamente no que ela denominou de “sub-área do Bixiga”.

Esta região se caracteriza pela presença majoritária de mulheres de um leque de idade mais amplo – dos 20 e poucos aos 40 e poucos, concentradas na faixa dos 30 anos – e de menor poder de consumo, pela maior presença de pretas e pardas e pela predominância de pares com uma diferenciação mais evidente de atributos “masculinos” e “femininos”. (FACCHINI, 2008).

Os papéis estabelecidos entre casais homossexuais acontecem de forma diferenciada entre homens e mulheres. Os padrões estabelecidos pela heteronormatividade¹² estabelecem alguns papéis entre casais homossexuais determina que um deva ser passivo (feminino) e outro ativo (masculino). Outras características relativas à heteronormatividade como uniões duradouras (casamento), a divisão “sexual” do trabalho (passivo se dedica aos afazeres

¹² Entenda heteronormatividade como padrões estabelecidos através de uma visão masculina (machista) e paternalista. Estudos feitos por teóricos *Queer* buscam deixar as categorias de classificação das identidades sexuais mais flexíveis, ou seja, negam a forma de classificação heterossexual como natural e como referência para quais quer outra expressão e/ou identidade sexual. Para melhor compreensão ver Butler (2003).

domésticos, enquanto ativo provê o lar) e a monogamia, são mais evidentes nas relações entre mulheres.

Talvez pelo fato de a subcultura lésbica ainda ser pouco desenvolvida, entre elas persiste com maior força a divisão de papéis ativo/passivo. A maior durabilidade dos seus casos de amor seria, segundo alguns, resultado dessa **apropriação mais completa do modelo heterossexual**, que enfatiza o caráter permanente do casamento. Entre homossexuais masculinos, os papéis mais iguais levariam talvez os dois parceiros a se acharem com o direito de procurar satisfação sexual onde quiserem; existem menos regras de conduta e, portanto, maior instabilidade. Um fator que pesa nessa diferença é, sem dúvida, a já mencionada educação diferenciada, que enfatiza muito mais a natureza promíscua do homem que a da mulher. (MACRAE, 2005, p.303, grifo nosso).

Podemos nos ater a essa afirmação de MacRae (2005) e supor que as lésbicas procuram reproduzir um estilo de vida heterossexual, onde os papéis ativo/passivo estão bem definidos, assim como foi citado anteriormente por Regina Facchini (2008).

Pierre Bourdieu (2002), em *A dominação masculina*, afirma que a oposição entre o masculino e o feminino recebe sua necessidade objetiva e subjetiva da sua inserção num sistema de oposições homólogas – alto/baixo, claro/escuro, para cima/para baixo, etc. – de aplicação universal. Dessa forma, poderíamos dizer que na relação entre duas mulheres pode também, assim como uma relação heterossexual, possuir um sistema de oposições homólogas que, aparentemente, determinaria papéis simbólicos tendo masculino (ativo) e feminino (passivo). A lésbica masculinizada parece adquirir um *habitus* viril para reproduzir uma divisão sexual que é própria de relações heterossexuais, onde há uma diferenciação social do corpo com relação ao gênero oposto. (BOURDIEU, 2002).

Regina Facchini (2008), durante sua pesquisa de campo nos guetos da região central, caracterizou as lésbicas masculinizadas, através de um recorte geracional, da seguinte forma

[...] Um perfil mais “tradicional” geralmente pode ser visto entre mulheres com mais de 30 anos, calçando sapatos e vestindo camisa de botão, calça social ou jeans, num composto de cores sóbrias, combinando aos cabelos curtos com formas angulares. Essa aparência vem acompanhada de **uma gestualidade e comportamento também característicos**: elas têm o andar mais duro e gestos pausados e contidos, pouco dançam ou mal se movimentam ao dançar, permanecem a maior parte [...] nos cantos da casa, lugar de onde se observam o movimento. [...] Por outro lado, as mais jovens, na faixa de até 20 e poucos anos, têm **uma aparência mais semelhante à de alguns rapazes da “periferia”**, usam calças jeans largas, tênis de skatista ou de jogador de basquete, camisetas coloridas largas, alguns com correntes unindo os bolsos da frente e traseiros da calça, similares às utilizadas por rapazes para compor um estilo black, piercings no queixo e sobrancelhas e tatuagens. Essas garotas têm um gestual consideravelmente mais solto, movendo-se com desenvoltura pela pista de dança [...] Podem ter ou não cabelo comprido, mas, se tiverem, ele geralmente estará sob o boné, um item que parece essencial na **composição do estilo, sugerindo uma adaptação do vestuário e do gestual dos rapazes associados ao hip hop**. (FACCHINI, 2008, p.118-119, grifos nossos)

Sobre as lésbicas femininas, Facchini (2008) observou que, ao contrário das companheiras “masculinas”, as diferenças geracionais não influenciam de maneira significativa o estilo destas mulheres, revelando um pouco de discrição entre as mais velhas, o que poderia ser um ponto de distinção.

[...] São mulheres cuja vestimenta e gestualidade poderiam ser classificadas como “femininas”, vestindo calça jeans, bermudas, shorts ou saias sempre justos e blusinhas coladas ao corpo e decotadas, muitas vezes deixando a barriga à mostra.

Nos pés, sapatos ou botas de salto e sandálias. O visual se completa com brincos e colares que chamam a atenção em meio aos cabelos sempre longos, muito tingidos de loiro ou alisados e arrumados de modo a parecerem mais lisos. Essas mulheres parecem beber menos e, em geral, dançam com muita desenvoltura e de modo a explorar uma “**sensualidade feminina**”, que parece inspirada nas performances de dançarinas de axé ou de funk carioca, assistidas de escola de samba e nas *sex symbols* dos vídeo-clipes de *black music* norte-americana. (FACCHINI, 2008, p.119, grifos nossos)

Podemos observar que as lésbicas masculinizadas aproximam seu estilo de vida ao estilo de vida masculino¹³, de um homem heterossexual, principalmente no que diz respeito à vestimenta, moda, gestualidade e comportamento. Segundo Pierre Bourdieu o estilo de vida é

[...] um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, mobília, vestimentas, linguagem ou *hexis* corporal, a mesma intenção expressiva, princípio de *unidade de estilo* que se entrega diretamente à intuição e que a análise destrói ao recortá-lo em universos separados. (BOURDIEU, 1988, p.83, grifos do autor)

A aquisição do *habitus* viril, e a reprodução de *modus operandi* das relações heterossexuais podem ter dado as lésbicas masculinizadas uma identificação com um estilo de vida masculino, não parecendo ser necessária a criação de um nicho especial para esse público consumidor, principalmente no que se refere à vestimenta ou moda. Da mesma maneira, as lésbicas femininas parecem não encontrar problemas em encontrar produtos para o consumo, já que compartilham dos mesmos gostos das mulheres heterossexuais.

Considerações finais:

Ao longo deste trabalho, observamos que a construção do movimento homossexual no Brasil contou, de forma discreta, mas significativa, com o movimento das mulheres lésbicas, mais precisamente as lésbicas feministas.

Vimos também que o movimento LGBT despertou o interesse do mercado e que este se transformou em “aliado” do movimento para torná-lo mais visível e assim fortalecer as lutas por direitos civis e humanos. Exemplo disso é o mega evento que se tornou a Parada do Orgulho Gay de São Paulo.

A parada gay é um dos indicativos de que os guetos, locais de exclusão e preconceito por parte da população, se tornaram referência de lazer para a população homossexual e, até mesmo, para os heterossexuais (incluídos na sigla GLS – “S” de simpatizante).

Contudo, embora as barreiras que cercam os guetos tenham minimizado, ainda não se pode afirmar que todos os segmentos do movimento LGBT tenham se beneficiado da expansão dos guetos – de forma real (geográfica) ou virtual (internet).

As lésbicas possuem, com relação aos gays, um número reduzido de produtos e serviços oferecidos pelo mercado GLS. Não podemos apontar com clareza as causas reais que determinam esse dado, mas podemos refletir sobre alguns apontamentos e fatores.

¹³ Adotamos a noção de estilo de vida tal qual definida por Bourdieu: [...] um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, mobília, vestimentas, linguagem ou *hexis* corporal, a mesma intenção expressiva, princípio de *unidade de estilo* que se entrega diretamente à intuição e que a análise destrói ao recortá-lo em universos separados. (BOURDIEU, 1988, p.83, grifos do autor)

O mercado GLS pode não achar o público lésbico atraente, pois parte da premissa que as mulheres têm um poder aquisitivo menor que os homens gays, dessa forma destinam e/ou direcionam seus produtos e serviços majoritariamente aos gays.

Outra possibilidade está ligada ao fato de que, muitas lésbicas, procuram reproduzir um estilo de vida heterossexual, não se importando com a identificação com o movimento LGBT e tão pouco com o mercado GLS. Poderíamos dizer que haveria por parte destas mulheres um “estilo de gênero” sem que haja uma identificação por orientação de desejo, ou seja, uma lésbica que se identifique com um estilo masculinizado procurará se adequar ao estilo do gênero masculino e não a um estilo próprio, um “estilo lésbico”, ela simplesmente se adequa ao “estilo de gênero” já existente, o masculino-heterossexual.

Podemos concluir que, dentre o universo de mulheres lésbicas há uma diversidade muito grande de estilos possíveis, que configurarão diferentes performances de gênero, como definiu Judith Butler (2003).

Outros grupos, além de compartilharem um mesmo tipo de orientação do desejo, têm afinidades em outras esferas da vida e definem um estilo de gênero lésbico comum. Em contrapartida, uma mesma mulher lésbica pode ter muito mais identificação com um grupo de mulheres heterossexual, por compartilhar um tipo de gosto musical ou literário e desenvolver uma mesma forma de sociabilidade. Certamente, o mercado busca captar todos os segmentos e nichos deste universo de consumidoras, mas ainda dirige suas atenções a um público alvo talvez mais claramente definido e visto como mais promissor: o homossexual masculino.

Bibliografia:

BOURDIEU, P. Dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

_____. Gosto de classe e estilo de vida. In: ORTIZ, R. (Org). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1988.

_____. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo, EDUSP/Rio Grande do Sul, Zouk, 2007.

BUTLER, J. Problemas do gênero: feminismo e subversão de identidade. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

FACCHINI, R. Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexuais e diferenças na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

FEATHERSTONE, M. Cultura de consumo e pós-modernismo. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FRANÇA, I. L. Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 13, n.28, 2007.

MACRAE, E. Em defesa do gueto. In: GREEN, J.; TRINDADE, R. (Eds.) Homossexualismo em São Paulo e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

MAMBRINI, V. No mundo das lésbicas: nas baladas e eventos de mulheres homossexuais se constata que elas querem um espaço próprio, independente dos homens gays. In: Revista *Istoé*: <http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/2081/artigo152602-1.htm> 24/09/09

MILLER, D. Teoria das compras: o que orienta as escolhas dos consumidores. São Paulo: NOBEL, 2002.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, vol. 17, n. 49, 2002.

PEREIRA, B.; AYROSA, E. A. T. A identidade homossexual masculina: o consumo como forma de enfrentamento e resistência. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia – UFPE. Recife, 2007.

SIMÕES, J. A.; FRANÇA, I. L. Do gueto ao mercado. In: GREEN, J.; TRINDADE, R. (Eds.) Homossexualismo em São Paulo e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

TREVISAN, J. S. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2002

O CONCEITO DE MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E SUA UTILIZAÇÃO EM UM ESTUDO SOBRE MASCULINIDADES ENTRE UNIVERSITÁRIOS

Guilherme Saade FLOETER¹

Resumo: Por meio de uma pesquisa etnográfica realizada entre os alunos e alunas de graduação da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), na própria universidade e algumas de suas repúblicas e festas, com a intenção de investigar qual a concepção que estes e estas possuem acerca da(s) masculinidade(s) e se esta se modifica a partir da experiência universitária (mudança de cidade, incorporação de tarefas domésticas nas repúblicas e novas sociabilidades), este estudo tem como proposta evidenciar a dinâmica relacional presente na criação das identidades masculinas como hegemônica, ou seja, o modelo socialmente imposto e esperado de masculinidade, e essas masculinidades outras subordinadas a ela, que podemos chamar de subalternas. Com a incorporação do conceito de Sexualidade proposto por Michel Foucault (2005) ao conceito de Gênero, e a partir das contribuições da Teoria Queer, a análise foca nos processos normalizadores que as criam como tais (hegemônica e subalternas), para assim compreender se as mudanças no ideal de masculinidade hegemônica, que são interpretados como uma suposta crise da mesma, caminham no sentido de uma relação mais igualitária entre os gêneros e as sexualidades, ou se não passam de novas articulações do poder que ainda manterão intactos o sexismo e a homofobia. A pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Palavras-chave: Masculinidades – Gênero – Teoria Queer

Abstract: This research investigate the visions that undergrad students (male and female) from UFSCar have about masculinity (ies), and if it changes from the university experience (moving to another city, incorporation of household duties in the fraternity houses, new sociabilities and preparation for adult life or work life), through an ethnography conducted at university itself, in some of its fraternity houses, and also in its parties and sporting events. The study aims to understand and point the relational dynamics present at the creation of masculine identities. Based on theoretical sources in gender studies and, in particular, Queer Theory, which focuses on the difference and sees gender relations beyond the binarisms of the heterosexual matrix of intelligibility of gender presented by Judith Butler in her book *Gender Trouble* (2003), the analysis focuses on the normalizers processes that create and categorize the masculinities (or masculine identities) as hegemonic and subalterns - these positions are here thought of as situational and circumstantial – in order to understand if the changing aspects of masculinity among these young guys have possible connections with sexism and homophobia. The research receives funds from the Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Key-words: Masculinities – Gender – Queer Theory

O presente texto consiste em uma reflexão inicial e tem como objetivo apresentar a partir de dois relatos de campo como o conceito de Masculinidade Hegemônica é pensado em minha pesquisa de mestrado que tem como proposta investigar quais as concepções de masculinidade(s) (ou o que é ser homem) vigente entre alunos e alunas de graduação da UFSCar, e se esta se modifica a partir da experiência da graduação, focando nos processos normalizadores que classificam/hierarquizam as identidades masculinas em hegemônica e subalternas. Para tanto, me utilizo da discussão empreendida por James Messerschmidt e R. W. Connell, um dos proponentes deste conceito, em seu texto *Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept* (2005), acerca da utilização do mesmo nos estudos de Masculinidades. E também do conceito de Interseccionalidades proposto por Avtar Brah em seu texto *Diferença, diversidade*

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar (PPGS – UFSCar); Agência de financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

de, *diferenciação* (2008), que somado a estas preocupações, se mostra de grande valia para realização da análise proposta.

Relatos de campo

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)² é uma instituição pública de ensino superior, vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Fundada em 1968³ na cidade de São Carlos - SP é uma das únicas universidades federais do Estado de São Paulo (ao lado da UFABC e da UNIFESP) e a única instituição federal de ensino superior sediada no interior do estado. Destaca-se pelo alto nível de qualificação de seu corpo docente: 98,92% são doutores ou mestres. Em sua maioria, os professores desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão em regime de dedicação exclusiva.

A Universidade possui três *campi*. O *campus* sede da UFSCar fica em São Carlos, município localizado a 235 km da capital do Estado. Nele estão concentrados 37 dos atuais 57 cursos de graduação, 30 dos 33 departamentos e 28 dos 37 programas de pós-graduação, pertencentes a três Centros: de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), de Ciências Exatas e de Tecnologia (CCET) e de Educação e Ciências Humanas (CECH). O *campus* de Araras, cidade 94 km distante de São Carlos (e 170 km da capital), fundado em 1991, e que abriga o Centro de Ciências Agrárias (CCA) é formado por três departamentos, responsáveis por seis cursos de graduação e dois cursos de pós-graduação. Já o campus de Sorocaba, localizado próximo ao km 100 da rodovia João Leme dos Santos (SP-264), fundado em 2005, abriga o Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade (CCTS), e oferece 14 cursos de graduação e sete programas de pós-graduação.

A escolha da UFSCar, *campus* de São Carlos, como campo de pesquisa, e o foco nos alunos e alunas de graduação se deu, primeiro, pelo fato de esses sujeitos por estarem cursando sua graduação em uma instituição pública de ensino superior de alto nível que há mais de quarenta anos recebe alunos e alunas de todas as regiões do Brasil, que apesar de recentemente ter adotado políticas de inclusão social⁴, são ainda em grande parte provenientes das camadas médias e altas da população⁵. O que torna a análise coesa em termos de acesso a bens simbólicos que possivelmente interferem nas concepções de masculinidade(s) dos/das estu-

²As informações aqui apresentadas foram obtidas a partir do sítio eletrônico da instituição (<http://www2.ufscar.br/aufscar/auniversidade.php>; <http://www.ufscar.br/~spdi/index.php>) e da Wikipédia (<http://pt.wikipedia.org/wiki/UFSCAR>). Estou ciente que a Wikipédia não se configura como uma fonte aceitável e até confiável para trabalhos acadêmicos. Porém, como o sítio da universidade se encontra muito defasado em termos de informações institucionais, seja com páginas fora do ar ou com informações já antigas. E também pelo fato de que informações sobre os alunos de graduação foram negadas a mim (ver anexo). A Wikipédia foi a única alternativa que me restou.

³ Apesar de fundada em 1968, foi apenas em 1970 que a universidade recebeu seus primeiros 96 alunos e alunas para os cursos de Licenciatura em Ciências, que posteriormente foi extinto para a criação da graduação em Ciências Biológicas; e Engenharia de Materiais, o primeiro da América Latina.

⁴ Recentemente a UFSCar aderiu ao REUNI (Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior), logo a entrada de alunos/as na universidade está se democratizando mais ano a ano, com políticas de inclusão que compreendem cotas raciais e para alunos provenientes de escolas públicas.

⁵ De acordo com informações obtidas no sítio eletrônico da Universidade, em 2007 (último ano de atualização), por volta de 40% dos estudantes de graduação ingressantes na instituição naquele ano eram provenientes de famílias com renda mensal de mais de dez salários mínimos (estipulado em R\$ 350,00 na época); 30% com renda familiar de seis a dez salários mínimos; e 30% com renda familiar de menos de seis salários mínimos. E, 78,5% dos estudantes ingressantes neste mesmo eram provenientes de escolas de ensino médio privadas.

Fontes: http://www.ufscar.br/~spdi/arquivos/indicadores/renda_familiar_graduacao.pdf e http://www.ufscar.br/~spdi/arquivos/indicadores/ensino_medio_graduacao.pdf

dantes, e torna o campo de pesquisa escolhido um local privilegiado para a compreensão do(s) modelo(s) de masculinidade(s) corrente(s) neste estrato de nossa sociedade. E também pelo fato de que por serem provenientes de classes médias e altas da sociedade brasileira, são principais consumidores e formadores de opinião de pública, logo reprodutores e disseminadores de determinados valores. E em segundo lugar, pela facilidade de contato que possuo por ter realizado minha graduação na mesma instituição. Porém, em contrapartida, esta pretensa familiaridade constituiu uma preocupação metodológica no que diz respeito ao estranhamento do familiar (DAMATTA, 1978). Assim, procurei não tomar o campo como dado, e sim construí-lo a partir das questões propostas pela pesquisa.

A minha inserção no campo se deu a partir de uma estratégia de abordar os alunos e alunas em atividades extracurriculares, ou seja, fora do ambiente de aula, pois se não fosse assim a pesquisa seria inviável pelo fato de ser impossível acompanhar os/as estudantes em ambiente de ensino. Então, procurei grupos nos quais os/as estudantes das várias áreas do conhecimento⁶ participassem, pois acredito que o fato de os/as estudantes terem escolhidos cursos diversos para iniciar sua carreira profissional pode apontar para diferentes concepções de masculinidade, assim como as experiências vivenciadas a partir de cursos diferentes podem a levar a percepções diferenciadas acerca da realidade vivida.

Os grupos com os quais, inicialmente, estabeleci contato com alguns integrantes foram: o GAIA (Grupo Ambiental Ipê Amarelo), um grupo de discussões sobre a questão ambiental que se reúne semanalmente nos arredores do Restaurante Universitário; a INCOOP (Incubadora Regional de Cooperativas Populares), um programa de Extensão Universitária da UFSCar que atua junto às comunidades urbanas e rurais mediante a incubação de cooperativas populares e de empreendimentos solidários, e que possui sede na UFSCar; a Rádio UFSCar, que possui sede na própria universidade; o CineUFSCar, o cineclube presente na universidade como projeto de Extensão Universitária, que realiza exposições cinematográficas semanalmente e possui sede na universidade; o D.C.E. - Livre UFSCar (Diretório Central dos Estudantes), estância representativa dos alunos e alunas da graduação perante os conselhos universitários, que se reúne semanalmente no centro de convivência estudantil da Área Sul da universidade; a A.A.A. (Associação Atlética Acadêmica), responsável pela organização de eventos desportivos na universidade, assim como pela organização do TUSCA (Taça Universitária de São Carlos), que reúne anualmente alunos de pelo menos 4 universidades (sendo elas a UFSCar, a USP *campus* de São Carlos e mais convidadas) para 4 dias de jogos e festas, e que se reúne semanalmente no Palquinho do centro de convivência da Área Sul da universidade; e por fim, o *Cheerleading* UFSCar, o recém-formado grupo de animadoras/animadores de torcida da universidade.

A partir deste meu contato inicial com os grupos selecionados, comecei a minha imersão no campo, participando das reuniões dos grupos com o intuito de estabelecer redes sociais, aqui entendidas por conjuntos de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos (BARNES, 1987, p.167), para que fosse garantido o acesso a um material que minimizasse ou, pelo menos, mantivesse relativamente sob controle e reflexão o viés de escolha dos/das entrevistados/as (HEILBORN, 2004). A fim de recolher uma amostra representativa de como pensam os/as estudantes de graduação sobre a(s) masculinidade(s) e se por acaso isto se modifica a partir da experiência da graduação.

Após algumas semanas frequentando as reuniões, fui me dando conta que alguns grupos não “rendiam” e acabei por abandoná-los. Foram dois motivos que me levaram a isso. O primeiro foi o caso dos que eram projetos de extensão: a Rádio UFSCar, o CineUFSCar e a INCOOP, pois, apesar destas atividades se configurarem como extracurriculares, os alunos e alunas estavam sempre sob a supervisão de um docente ou técnico da instituição, o que limi-

⁶ São elas: Biológicas, Exatas e Humanas.

tava a minha interação. Além do fato que eu me sentia atrapalhando a atividade, nada bom para mim e nem para os alunos, alunas e coordenadores que participavam destas atividades.

O segundo motivo, se refere a pouca ou quase nenhuma participação de estudantes nas atividades, que foi o caso do D.C.E. - Livre da UFSCar, que está sofrendo um processo de esvaziamento, que se traduz na participação das mesmas 3 pessoas nas seis reuniões semanais que acompanhei. E do GAIA, que nos primeiros meses de incursões ao campo teve apenas duas reuniões e pouquíssimas pessoas presentes.

Em contrapartida, os dois grupos que me restaram se mostraram muito frutíferos em relação às questões propostas pela pesquisa. Ainda mais por sua estreita, e às vezes tensa, relação, que apresentarei a seguir. São eles, a Associação Atlética Acadêmica da UFSCar, a A.A.A.; e o *Cheerleading* UFSCar. Portanto, o foco da pesquisa se tornou esses dois grupos e os/as estudantes que neles participam. Principalmente a A.A.A., já que o *Cheerleading* com o passar do tempo, apesar de realizar reuniões para discussão de suas atividades, se mostrou mais como uma modalidade esportiva baseada em treinos, interessando para a pesquisa aqui proposta apenas no que diz respeito a sua relação com a A.A.A..

Além dos “acidentes de percurso” relatados acima, após algumas semanas de participação nas reuniões dos grupos tive outros motivos que justificam meu foco na A.A.A.. Pude perceber após um curto período de tempo, que a A.A.A. é um grupo com intensa participação de seus membros, pois nas reuniões semanais estão, praticamente, sempre presentes os/as 17 diretores e pelo menos mais dez membros, um número relativamente grande comparado aos outros grupos com que me envolvi com o intuito de realizar a pesquisa. Mais o fato que a A.A.A. é responsável por organizar/administrar todos os treinos das modalidades esportivas presentes na UFSCar, assim como levar os/as atletas para competições fora da Universidade, ou seja, o grupo é responsável pela projeção exterior da Universidade no que tange aos esportes. E também é responsável pela organização de competições esportivas dentro da Universidade, que em determinados eventos recebe estudantes de outras instituições de ensino superior do país, mais uma vez projetando a Universidade exteriormente. O que acontece também com suas atividades festivas, como a famosa TUSCA (Taça Universitária de São Carlos).

Uma das situações mais profícuas em termos de coleta de dados, pela qualidade das interações observadas, tem sido os momentos de montagem de festas junto de meus sujeitos pesquisados. São momentos de intensa participação dos rapazes da Associação Atlética Acadêmica da UFSCar (AAA) para que seus planos dêem certo, se configurando como momentos exclusivamente masculinos. Foram nessas ocasiões que fiz as observações que considero mais relevantes até agora, como também onde travei os diálogos mais interessantes.

Dentre as diversas situações que poderia destacar, vou me concentrar em dois momentos/dias distintos em que travei diálogos com um mesmo rapaz. Este rapaz, que chamarei de Fernando⁷, cursa o 4º ano de Fisioterapia é natural de São Carlos, e faz parte da A.A.A. UFSCar desde o começo deste ano, entramos praticamente juntos na entidade.

O primeiro momento de interação que quero relatar se deu dentro do carro do rapaz supracitado quando voltávamos apenas eu e ele, do Moinho Santa Maria (local muito utilizado para a realização de festas universitárias na cidade de São Carlos), onde estávamos montando a festa do TUFSCar (Torneio Universitário de São Carlos) no dia 20 de maio do ano de 2011. Durante o percurso de volta Fernando me contou que o campeão internacional de jiu-jitsu faixa-roxa era calouro da UFSCar e que o pessoal da A.A.A. tinha que contactá-lo e pedir para que ele competisse em nome da universidade. Me mostrei interessado e ele continuou dizendo que já havia lutado jiu-jitsu aqui em São Carlos e que conhecia um fulano daqui da cidade que era/é melhor do que o brasileiro que é campeão da UFC, mas que ele não lutava campeonato e vale-tudo porque é doutor em fisioterapia e tinha uma carreira por zelar. Mas

⁷ Nome fictício atribuído por mim.

também ficou implícito na fala do rapaz que o tal doutor (no qual ele se espelha, o que ficou claro pela intimidade com que ele se referia a pessoa), na verdade, não precisava lutar, e conseqüentemente se expor aos riscos que uma luta desse porte podem acarretar, pois possui sucesso profissional. Na minha percepção da fala do rapaz, ao fazer tal afirmação ou ponderação, ele exprimiu um componente de classe social relacionado à masculinidade. Pois o tal doutor estaria numa posição de prestígio, apesar do sucesso midiático e financeiro do lutador, por não ter que precisar se expor a tais riscos para ganhar a vida.

O segundo momento de interação, com este mesmo rapaz, que relato aqui, também se deu num momento de montagem de festas, só que desta vez ainda na federal antes de irmos para o Moinho montar a Festa da Puta e do Cafetão no dia 26 de outubro de 2011. Ao chegar na UFSCar me dirigi ao local onde encontraria membros da A.A.A. para irmos montar a festa, mas antes disso resolvi comer algo nos arredores, foi aí que me encontrei com Fernando, ele estava sentada numa mesa com outros rapazes e comentavam sobre uma garota que havia passado pelo local há pouco tempo: “é... se você quer saber se o cara é viado, é só mostrar uma mina pra ele e esperar o comentário, se ele falar da roupa ou do cabelo ao invés dos peitos e da bunda, é viado! Sei disso porque na fisio (se referindo ao curso de Fisioterapia) tem um monte de homem que não é homem.” disse Fernando. Ou seja, nesta situação fica explícita a importância do marcador social da sexualidade ao se fazer referencia a masculinidade, um homem homo-orientada é menos homem que um homem hetero-orientado.

Discussão conceitual

R. W. Connell e J. Messerschmidt (2005) traçam um panorama em torno do conceito de Masculinidade Hegemônica que compreende desde sua origem, formulação, e aplicação, até as críticas que o conceito recebeu durante quase 25 de uso, para no fim propor uma reformulação do conceito abarcando o que deve ser retido, descartado, e reformulado.

De acordo com @s autor@s o conceito de masculinidade hegemônica foi primeiramente proposto nos inícios da década de 1980 em um estudo de campo sobre as desigualdades sociais em colégios de ensino médio da Austrália; numa discussão conceitual sobre o “fazer” da masculinidade relacionado à experiência corporal de homens; e em um debate acerca do papel do homem nas políticas trabalhistas da Austrália (CONNELL, MESSERSCHMIDT, 2005, p.830). E, depois sistematizado em um artigo intitulado *Towards a New Sociology of Masculinity* de CARRIGAN, CONNELL, e LEE, publicado em 1985 na revista *Theory and Society*, no qual a literatura que versava sobre “o papel social do homem (male)” foi extensamente criticada em nome de um modelo que compreendesse a multiplicidade de masculinidades e relações de poder (Ibidem, p. 830).

As fontes básicas do conceito foram: teorias feministas sobre o patriarcado e os debates em torno da ação dos homens na transformação do patriarcado; o conceito gramsciniano de hegemonia; os estudos sobre “o papel sexual do homem”, que apesar de muito criticados por homogeneizarem a idéia de masculinidade e apresentarem dificuldades em levar o poder em consideração, serviram inicialmente para reconhecer uma natureza social da masculinidade e logo as possibilidades de mudança da conduta masculina; o movimento de liberação gay, que desenvolveu uma sofisticada análise da opressão dos homens como opressão pelos próprios homens calcada em conceitos como diferença e poder; as pesquisas sociais empíricas, que adicionaram um realismo etnográfico que os estudos do papel-sexual não traziam, confirmando a pluralidade das masculinidades e as complexidades na construção do gênero para os homens, e dando evidências das lutas ativas por dominância implícitas no conceito gramsciniano de hegemonia; e por fim, da psicanálise, a partir do estudo de caso de Freud sobre o “homem lobo”, e também do conceito de “identidade de gênero” formulado por Stoller (Idem, pp. 831-832).

De acordo com Connell e Messerschmidt (Ibidem), o que surgiu dessa matriz em meados dos anos de 1980 era análogo, em termos de gênero, aos estudos sobre estrutura de poder na sociologia política, focando-se no grupo dominante. Masculinidade hegemônica era, então, entendida como o padrão de práticas que permitiam que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse. E, distinguia-se de outras masculinidades, consideradas subordinadas a ela (p. 832). Porém, nas palavras d@s autor@s:

Hegemonic masculinity was not assumed to be normal in the statistical sense; only a minority of men might enact it. But it was certainly normative. It embodied the currently most honored way of being a man, it required all other man to position themselves in relation to it, and it ideologically legitimated the global subordination of women to men (CONNELL, MESSERSCHMIDT, 2005, p. 832).

Vale salientar que o conceito possuía um caráter abstrato e não descritivo como era definido nos termos de uma lógica de um sistema de gênero patriarcal, levando em consideração o fato de que as relações de gênero são históricas, portanto, sujeitas a mudança.

Durante a primeira década após sua formulação, o conceito de masculinidade hegemônica foi utilizado em estudos sobre educação, criminologia, mídia, esportes, saúde, organizações (como ambientes de trabalho e exército), substituindo a teoria do papel-sexual e modelos categóricos de patriarcado. Sendo utilizado em quatro frentes principais: documentação dos custos e conseqüências da hegemonia; desnudamento dos mecanismos de hegemonia (se mostrando bastante frutífera neste uso); mostrando grande diversidade nas masculinidades (confirmando este *insight* inicial); e traçando as mudanças nas masculinidades hegemônicas, de maneira a expandir o uso do conceito (pp. 833-834).

De meados dos anos 1980 até o começo dos anos 2000, o conceito de masculinidade hegemônica passou de um modelo conceitual com uma razoável base empírica para um quadro amplamente utilizado para se pesquisar e debater sobre homens e masculinidade em diversos contextos culturais. E por isso mesmo recebeu várias críticas.

As cinco principais críticas que o conceito recebeu desde que começou a ser discutido no começo dos anos de 1990 são acerca de: (1) o conceito básico de masculinidade (the underlying concept of masculinity, no original), postuladas a partir de dois diferentes pontos de vista, realista e pós-estruturalista, que apontaram falhas no fato de o conceito essencializar as características masculinas e impor uma falsa unidade numa realidade contraditória e fluida, e por sua vez, propondo a construção discursiva das identidades, assim como, o acusando de ter sido formulado a partir de uma concepção heteronormativa de gênero que essencializa as diferenças em termos de masculino-feminino, ignorando as diferenças e exclusões internas a cada gênero, e também, por se assentar na dicotomia entre sexo (biológico) e gênero (cultural) que marginaliza ou naturaliza os corpos; (2) ambigüidade e sobreposição no uso do conceito, centrada no fato de o conceito de masculinidade hegemônica se referir tanto a um tipo fixo de masculinidade como a um tipo de masculinidade dominante em uma situação específica de tempo e espaço; (3) o problema da reificação, pelo fato de não levar em consideração o caráter histórico das relações de gênero; (4) o sujeito masculino, partindo da psicologia discursiva e argumentando que a masculinidade hegemônica não deve ser compreendida como características de algum grupo de homens, e que deve-se questionar como os sujeitos de conformam a este ideal, pensando na hegemonia como um conjunto de normas que definem as posições dos sujeitos nos discursos, e que são assumidas estrategicamente em circunstâncias particulares; e, (5) o padrão das relações de gênero, que algumas vezes são tomados como imutáveis, não se levando em consideração o seu caráter histórico e nem sua dinâmica interna (CONNELL, MESSERSCHMIDT, 2005, pp. 836-845).

Após apontar as críticas e antes de apresentar sua proposta do que deve ser reformulado no conceito, Connell e Messerschmidt (2005) dizem que o aspecto fundamental do conceito, que consiste na combinação da idéia de pluralidade com a idéia de hierarquização entre as diferentes masculinidades persistiu, durante esses 25 anos de teorização e, portanto deve ser conservado. E também, aponta que concepções que não abarquem as mudanças históricas das relações entre gêneros devem ser descartadas pelo fato de não terem sobrevivido às críticas. Após estas considerações, sugere que o conceito deve ser reformulado em quatro principais frentes: (1) a natureza das hierarquias de gênero, pensando na complexidade das relações estabelecidas entre diferentes construções de masculinidade, levando em consideração como elas se influenciam e se mantêm em suas criações recíprocas; (2) a geografia das configurações masculinas, propondo a articulação do conceito em escala local, regional e global; (3) o processo de corporificação social (the process of social embodiment, no original), para que se pense os usos e construções do corpo nas representações de masculinidade; e, (4) a dinâmica das masculinidades, com a intenção de melhor captar a dinâmica subjetiva e suas contradições na construção das masculinidades pelos sujeitos a partir de suas práticas.

Penso que o estudo por mim proposto leva em consideração muitas, se não todas, dessas críticas e reformulações apresentadas por Connell e Messerschmidt (2005). Mas pelo fato de eu me localizar teoricamente a partir dos estudos queer, algumas considerações são levadas em consideração mais do que outras. Isto porque a teoria queer, além de compartilhar de pressupostos provenientes do pós-estruturalismo, o qual problematizou concepções clássicas de sujeito, de identidade, de agência de identificação, possui objetivos políticos específicos, nem que esses se manifestem apenas em plano teórico. Desta maneira, encaro que minha proposta se encaixa dentro das principais frentes de investigação relatados acima⁸ por Connell e Messerschmidt, figurando mais como desnudamento dos mecanismos de hegemonia, no caso de minha pesquisa, pensados como estratégias de normalização, mas também mostrando grande diversidade nas masculinidades e traçando as mudanças nas masculinidades hegemônicas. Porém, a minha proposta é fazer isto a partir de uma perspectiva focada na Diferença (ou seja, numa perspectiva que enxerga as relações de gênero para além dos binarismos da matriz heterossexual de inteligibilidade de gênero apresentada por Butler (2003), e que se apóia em formulações de autores como Foucault (2005), Deleuze e Guattari, Derrida, entre outros), na qual as formulações de Avtar Brah (2006) sobre o conceito de interseccionalidades se fazem indispensáveis.

A análise interseccional proposta por Avtar Brah (2006), na esteira dos Estudos Pós-Coloniais e de uma epistemologia feminista abre um caminho interessante para uma análise mais aprofundada e menos enviesada para alguma das categorias. A autora propõe que se tome a *diferença* enquanto categoria analítica ao invés uma categoria específica, como o gênero ou a sexualidade.

A contribuição de Avtar Brah representa um deslocamento teórico fundamental, partindo da *diferença como categoria analítica*, não privilegiando qualquer das categorias. Segundo a autora: “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro de outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela” (BRAH, 2006, p. 351). Em uma abordagem historicizante, rejeitando grandes teorias, a autora propõe compreender a intersecção das categorias da diferença, contextualizando de que forma a interconexão entre determinadas categorias

⁸ São elas: documentação dos custos e conseqüências da hegemonia; desnudamento dos mecanismos de hegemonia (se mostrando bastante frutífera neste uso); mostrando grande diversidade nas masculinidades (confirmando este *insight* inicial); e traçando as mudanças nas masculinidades hegemônicas, de maneira a expandir o uso do conceito

se constitui. Gênero, sexualidade, raça, dentre outras categorias são analisadas, não por meio de uma somatória de opressões, mas a partir de sua imbricação mútua que forma uma realidade específica.

Partindo destas considerações, Brah sugere quatro maneiras de se conceituar a diferença: diferença como experiência, diferença como relação social, diferença como subjetividade e diferença como identidade. De todas essas, a diferença como identidade parece ser a mais interessante para minha proposta de pesquisa. Nas palavras da autora:

Questões de identidade estão intimamente ligadas a questões de experiência, subjetividade e relações sociais. Identidades são inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais. A subjetividade – o lugar do processo de dar sentido a nossas relações com o mundo – é a modalidade em que a natureza precária e contraditória do sujeito-em-processo ganha significado ou é *experimentada* como identidade. As identidades são marcadas pela multiplicidade de posições de sujeito que constituem o sujeito. Portanto, a identidade não é fixa nem singular; ela é uma multiplicidade relacional em constante mudança. Mas no curso desse fluxo, as identidades assumem padrões específicos, como num caleidoscópio, diante de conjuntos particulares de circunstâncias pessoais, sociais e históricas. De fato, a identidade pode ser entendida *como o próprio processo pelo qual a multiplicidade, contradição e instabilidade da subjetividade é significada como tendo coerência, continuidade, estabilidade; como tendo um núcleo – um núcleo em constante mudança, mas de qualquer maneira um núcleo – que a qualquer momento é enunciado como o "eu"* (BRAH, 2008, p. 371).

Então, ao pensar como a posição discursiva de sujeito da masculinidade hegemônica se manifesta em meu campo de pesquisa, levo em consideração como os diversos marcadores sociais da diferença se imbricam formando realidades específicas que alocam os sujeitos em posições de mais ou menos prestígio, como as demonstradas a partir dos relatos de campo apresentados anteriormente.

Referências Bibliográficas

- BARNES, J. A. Redes Sociais e processos políticos. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos*. São Paulo: Global, 1987.
- BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, jan./jun. 2006, n.26, p. 329-376.
- BUTLER, Judith. *Bodies that Matter: On the discursive limits of "sex"*. New York and London: Routledge, 1993.
- _____. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARRIGAN, Tim; CONNELL, R. W.; LEE, John. Toward a New Sociology of Masculinity. In: ADAMS, Rachel; SAVRAN, David. *The Masculinity Studies Reader*. Malden-MA: Blackwell Publishing, 2009.
- CONNELL, R.W.. Políticas da Masculinidade. *Educação e Realidade*, jul./dez. 1995, vol.20, no. 2, pp. 185-206.
- _____. *Understanding Men: Gender Sociology and the New International Research on Masculinities*. Clark Lecture, Department of Sociology, University of Kansas, 19 September 2000.
- _____. *Masculinities: Second Edition*. Berkeley-Los Angeles: University of California Press, 2005.
- CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, James W. Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept. *Gender & Society*, December 2005, vol. 19, no. 6, pp. 829-859.
- DAMATTA, Roberto. O Ofício de Etnólogo, ou como Ter "Anthropological Blues". In: NUNES, Edson de O. *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira. *Nas Redes do Sexo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é Par – Gênero e Identidade Sexual em Contexto Igualitário*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

Baile de Machos: Sexo entre homens e Masculinidade em Ambientes Virtuais Dance of “Machos”: Sex between Men and Masculinity in Virtual Enviroments

*Gibran Teixeira BRAGA*¹

Resumo: Este trabalho investiga as representações encontradas no discurso de usuários de websites e salas de bate-papo que promovem encontros de homens para prática sexual ou relacionamento. Por meio da análise do material postado se pode perceber, na maior parte dos casos, uma mobilização de categorias típicas do ideal de masculinidade, que identífico como uma tentativa de descolamento da prática do sexo entre homens com relação à imagem do homossexual, construída pelas ciências “psi” a partir do século XIX. Esse esforço se dá a partir de uma atualização da dicotomia masculino/feminino, em que o segundo termo está usualmente associado a valores negativos e o primeiro confere prestígio a quem se refere. Por um lado, opera a heteronormatividade, entendida como extensão do sistema binário de sexo-gênero para outras esferas; por outro, nota-se o empenho por parte de todos os usuários em se alocarem no pólo positivo do par, qual seja, o de “macho”, o que chamo de “machonormatividade”, ainda que persista certa associação histórica entre gênero e posição sexual, em que passivo e feminino tendem a ser vistos como correspondentes. Desenha-se no discurso desses atores a negação da identidade homossexual, apostando-se em uma masculinidade performativamente ressignificada.

Palavras-chave: *sexualidade; internet; performatividade*

Abstract: This paper investigates the representations found in the speech of users of websites and chat rooms that promote men meetings for having sex or relationship. Through the analysis of posted content one can notice, in most cases, a mobilization of typical categories of masculinity ideal, which I identify as an attempt to detach the practice of sex between men from the homosexual image, built by the "psi" sciences from the 19th century. This effort is carried out from an actualization of male/female dichotomy, in which the second term is usually associated to negative values and the first one affords prestige to whom it relates. On the one hand, the heteronormativity operates, understood as an extension of the sex-gender binary system to other spheres; on the other, there is an endeavor by all of users of allocating themselves in the positive pole of the pair, namely, the "macho", what I call "machonormativity", even though still persists some historical association between gender and sexual position in which passive (bottom) and female tend to be seen as matching. Takes shape in the speech of these actors the denial of the homosexual identity, highlighting a performatively ressignified masculinity.

Key-words: *sexuality; internet; performativity.*

A Internet se tornou ao longo das últimas décadas um fértil *locus* de sociabilidade, com redes sociais, *chats*² e todo tipo de ferramentas de comunicação. Nesse contexto, surgiram ambientes de promoção de encontros sexuais entre homens, como o *Manhunt*³, espécie de rede social, cujo fim está explicitado no título: é um lugar para homens se caçarem, e as salas

¹ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.CEP: 20051-070 – Rio de Janeiro – Brasil. e-mail: gibran-teixeira@yahoo.com.br

² Salas de bate-papo.

³ <http://www.manhunt.net/>

de bate-papo para gays, sendo as mais famosas as do portal UOL. Em meu estudo, me foquei nas salas Sexo - Gays - Rio De Janeiro⁴.

O que chama atenção nos perfis do Manhunt, por exemplo, é que estes raramente trazem qualquer informação que aluda à homossexualidade em si. O próprio termo “homossexual”, bem como “gay”, é evitado por quase todos os perfis. A ênfase aqui é na afirmação da masculinidade por parte dos usuários. Vejamos o caso de *Tigercaos*, de 26 anos. A descrição de seu perfil traz uma única frase: “Tigercaos é homem e procura HOMEM.”⁵ Poderíamos nos perguntar se não é óbvio, uma vez que é esse o público exclusivo do site: homens. Mas aqui a categoria homens vem mobilizada não como sinônimo de “indivíduo do sexo masculino”, mas sim como aquele que corresponde aos padrões de comportamento socialmente designados como masculinos, em que pese o fato de praticar sexo com outros homens, num paradoxo curioso, porém coerente com certa tradição mediterrânea de valores masculinistas, em que “ser homem” é uma conquista baseada em valores e observável em “jeito” e “atitude”, por exemplo, para usar outros termos caros aos participantes desse tipo de ambiente sexual. Como a descrição de *Tigercaos*, encontramos inúmeras outras, com variações nas palavras utilizadas, mas com mensagem semelhante: “tem que ser homem!” No caso acima, o uso das maiúsculas indica uma supermasculinidade reafirmada; o jogo das palavras aqui é sutil e constrói mais do que nunca as realidades, ainda que de forma provisória e precária, presas da virtualidade.

Amparada por uma tradição foucaultiana de um sujeito que nada tem de pré-discursivo, sendo construído no e pelo discurso em que a verdade do sexo é o fundamento de sua constituição, Judith Butler afirma:

A replicação de construtos heterossexuais em estruturas não heterossexuais salienta o *status* cabalmente construído do assim chamado heterossexual original. Assim, o gay é para o hetero não o que uma cópia é para o original, mas, em vez disso, o que uma cópia é para uma cópia. (2003, p.57)

Essa observação complementa sua concepção de sexo/gênero/desejo, elementos que para a autora não podem ser pensados em separado, uma vez que a “preservação” do sexo biológico a partir da associação sexo-natureza, gênero-cultura, reservando-lhe um lugar “pré-discursivo” é uma das formas de manter a estabilidade da estrutura binária do sexo. Mas o corpo não tem uma existência anterior à marca de gênero, não é um depósito estático de significados imateriais. Gênero como substância (*homem e mulher*) não dá conta do “jogo dissonante de atributos que não se conformam aos modelos sequenciais ou causais de inteligibilidade.” (Butler, 2003, p.47) O gênero se realiza através das expressões de gênero, portanto, é produzido *performativamente*, seus resultados são eles mesmos sua construção.

Esses ambientes apresentam uma dinâmica complementar e paradoxal entre duas lógicas que transcendem e subvertem as normas. A primeira se caracteriza pela manutenção de certa heteronormatividade, que na comum (con) fusão entre gênero e sexualidade, tende a associar a posição sexual passiva à feminilidade e a ativa à masculinidade. Essa visão tradicional tem raízes fortes na cultura brasileira, entre outras, como já apontaram alguns estudos.⁶

Essa norma tradicional, de “invertido” como aquele que dá e “homem”, aquele que come, é uma versão da generificação do sexo baseada na heterossexualidade “óbvia” do binarismo, aqui reintroduzido parodicamente. Em uma de minhas entrevistas, deparei-me com um exemplo curioso desse caso, que contarei agora.

⁴ <http://batepapo.uol.com.br/bytheme.html?nodeid=674238>

⁵ <http://www.manhunt.net/profile/tigercaos>, acessado em 06/02/12.

⁶ FRY, Peter e MACRAE, Edward. *O que é Homossexualidade*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983 e MISSE, Michel. *O Estigma do Passivo Sexual*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1978.

Meu informante Roberto⁷ é branco, 58 anos, mora no Jardim Botânico, médico obstetra, casado com mulher, e teve um caso com um fisioterapeuta, de 28 anos, que tinha uma namorada. Foi seu primeiro homem, há 4 anos, e único; começaram a se relacionar a partir de um tratamento feito por ele, depois de um acidente, e o caso terminou quando o jovem se mudou do Rio. Roberto diz que “acabou se apegando” e “crê” que o fisioterapeuta também gostava dele. Sua esposa nem desconfia. Ele entrava nas salas de bate-papo pela terceira vez quando conversamos, procurando alguém que pudesse suprir a falta que o fisioterapeuta lhe fazia. Mostrava-se assustado com a “baixaria” das salas, dizia que queria “se preservar, não se prostituir”. Nesse momento, começou a expor sua história e suas concepções sobre o sexo homossexual, que se mostraram bastante significativas do tipo de associação/confusão da heteronormatividade:

Roberto: Algumas talvez [se prostituam]. Principalmente pessoas que foram condicionadas a serem só ps⁸ como eu. Gradativamente ele me fazia agir como mulher na intimidade. Referia-se a mim no feminino, gostava que fosse encontrar com ele, usando calcinhas. [...] De certa forma sim [ser passivo é agir como mulher], ser penetrado, dominado, mesmo com carinho. Na intimidade, me sentia mulher dele. [...] com homem só consigo ser passivo. [Pergunto como ele sabe] Ele me condicionou bem, a nem ficar de pau duro. Com o tempo, consegui. Ele o chamava de grelo.

Roberto mobiliza os símbolos de gênero e dá sentido às suas relações sexuais a partir da distribuição de posições e práticas a cada gênero: “mulher” desempenha certo papel, “homem” outro. A própria associação entre penetração e dominação, historicamente atuante, é aqui reafirmada por Roberto. Tal transposição do binarismo chega ao ponto da ressignificação total do órgão sexual, que de pênis passa a ser grelo (nome popular para clitóris), em uma espécie de transgenitalização simbólica. A relação problemática entre clitóris e pênis aqui aparece como uma exacerbação da fantasia. Ideia semelhante informa alguns *nicknames*⁹ nas salas de bate-papo e no Manhunt, tais como “Lek¹⁰ Vira Fêmea” ou “Macho Vira Puta” em que “puta” ou “fêmea” indicam sua performance sexual.

O foco no ato, representado pelo “vira”, nos leva à segunda lógica dos sites, que chamo de machonormatividade: a dicotomia ativo/passivo deixa de ser correspondente a masculino/feminino, em um esforço de concentração da masculinidade nos componentes simbólicos de “jeito”, “atitude”, “voz”, “postura”, atualização de certos valores masculinistas clássicos, que deixam de excluir não só o sexo entre homens, como a própria posição do passivo, bastando para isso afirmar sua condição de macho. Assim, “macho passivo” deixa de ser uma impossibilidade, através do alinhamento desses dois quadros de referência: o da masculinidade convencional e sua extensão extra-sexual, por assim dizer. E essa possibilidade se dá através da substituição da dicotomia ativo/passivo como fronteira da “macheza” para uma nova oposição, desta vez entre machos e afeminados. Através de um componente altamente misógino, busca-se estabelecer o “afeminado” como o outro; a afeminação é um fantasma que ronda e do qual buscam se afastar a maioria dos usuários. O título do perfil de “Bbetos”¹¹, por exemplo, diz: “Macho e Macho (tenho *pavor* de efeminados [*sic*])”¹². Desenha-se uma modalidade particular de homofobia, que encontra eco na definição do termo cunhada por Daniel Welzer-Lang, para quem a homofobia “pode ser definida como a *discriminação para com as*

⁷ Nome Fictício.

⁸ Passivas.

⁹ Apelidos pelos quais os usuários se identificam.

¹⁰ “Lek”, “lekão”, “mulek” são variações derivadas do termo “moleque”, “importado” do universo heterossexual masculino jovem.

¹¹ <http://www.manhunt.net/profile/bbetos>, acessado em 06/02/12.

¹² Ênfase minha.

peças que mostram, ou a quem se emprestam, certas qualidades (ou defeitos) atribuídos ao outro gênero”¹³(2004, p.118) Aqui, essa homofobia se alia à misoginia presente em muitas culturas contemporâneas, e que toma forma bastante acentuada em culturas latinas e de matriz mediterrânea, como a nossa: honra, atitude, seriedade, coragem aparecem como atributos ligados ao masculino e altamente valorizados. Nesse contexto, a pior coisa para um homem é ser “rebaixado” a “parecer” mulher. Eve Sedgwick(1993) mostra como certos especialistas do saber psi tratam de combater a afeminação de meninos desde a infância, preparando-lhes para uma homossexualidade “saudável”, qual seja, a que preserva intactos o binarismo de gênero e suas fronteiras. É um movimento que admite a homossexualidade, mas busca “prevenir” a confusão de gênero e um possível futuro transgênero. A “afeminofobia” subjaz também as afirmações de boa parte dos usuários dos sites, que buscam se alinhar ao papel de “homens de verdade” e afastar o oposto “bicha”. Assim é que, um ambiente onde em princípio, o que estaria em questão seria a sexualidade, está permeado por “generificações” de todo tipo, em que pesem serem quase todos os participantes do sexo/gênero masculino¹⁴. Nos sites pesquisados, não basta dizer que é macho, é necessário enfatizar que não é afeminado. Lembrando um pouco o discurso de certas religiões neopentecostais, aqui também se fala tanto do “Diabo” quanto de “Deus”.¹⁵ Nas palavras de Michael S. Kimmel,

Quaisquer sejam as variações de raça, classe, idade, etnia, ou orientação sexual, ser um homem significa *não ser como as mulheres*. Esta noção de antifeminilidade está no coração das concepções contemporâneas e históricas da virilidade, de tal forma que a masculinidade se define mais pelo que o indivíduo não é, do que pelo que se é.(1994, p.52)¹⁶

Essa espécie de “núcleo duro” da masculinidade acompanhando contextos os mais variados pode ser encontrada também no ambiente aqui pesquisado. E se seguimos Foucault ao afirmar que a verdade do sujeito é a verdade de seu sexo, podemos esboçar mais uma possível resposta a essa intensa mobilização simbólica em torno dos encontros sexuais: o desejo e os corpos erotizados/erotizáveis estão “encharcados” de representações coletivas e construções culturais que circunscrevem o que é ser homem, e, portanto, desejável.

O uso do “vira” como um sinal da transformação *para* o ato, baseada na ligação supracitada entre posição sexual e gênero, conserva intacta a condição de homem do usuário. A heteronormatividade é admitida como demarcador dos *papéis* sexuais, mas o status masculino continua sendo reivindicado. É a tentativa “nativa” de aliar as duas perspectivas: a que une gênero à posição sexual e a que isola a prática homossexual de sinais identitários. Michel Foucault, em sua história da sexualidade, afirma que

A sodomia – a dos antigos direito civil ou canônico – era um tipo de *ato* inderdito e o autor não passava de seu sujeito *jurídico*. O homossexual [a partir] do século XIX torna-se uma *personagem*: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida [...] Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ele é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, porém, como natureza singular. É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constitui-se [...] menos como um tipo de relações sexuais do que como uma certa quali-

¹³ Ênfase no original.

¹⁴ Por vezes, surgem algumas travestis, mas estas não têm uma participação significativa.

¹⁵ De fato, já me deparei com o *nick* “NãoAfeminado”, caso extremo de identificação negativa. É-se o que não é abjeto, poderíamos assim traduzir.

¹⁶ Em livre tradução, feita por mim; grifo do autor.

dade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de interverter, em si mesmo, o masculino e o feminino. A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androginia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma *espécie*. (1988, p.50-1)

Pois bem, no mercado (homo) sexual da internet, todos os códigos apontam para uma tentativa de retroceder a figura do **ato** como foco, desviando assim de possíveis consequências que arranhem a reputação de homem de seus participantes. Esse esforço se dá através do apego aos sinais clássicos de masculinidade já citados, numa espécie de identificação reconstruída. Assim, o estatuto *queer* de deslocamento dos signos identitários é ambíguo, no sentido em que os participantes negam a identidade homossexual através de um reforço quase caricatural, mas com uma forte carga “moralizada”, da identidade de macho:

Para se expressarem como identidades, eles deverão ancorar-se em símbolos, imagens, ideias, objetivos e signos não-ambíguos, assim reconhecidos e reconhecíveis pelos demais integrantes [do grupo em questão], com reduzidas chances de erros de leitura, para que sejam localizados, assumidos e incorporados. (Oliveira, 2004, p. 132)

A linguagem da “propaganda de si”, do “perfil” emoldura as promessas contidas nos perfis e nos *nicknames*. Roy Wagner, ao analisar a propaganda e a cultura estadunidense moderna, diz:

Os americanos diferenciam *com o intuito de coletivizar*. É isso o queremos dizer com “competição”. A diferenciação e a contradição são racionalizadas e “inseridas no sistema” como “meios” para um fim único, monolítico – uma vida melhor, um governo mais democrático, uma espécie humana mais forte e assim por diante. (2010 [1981], p. 194)

Aqui vemos uma dinâmica semelhante, na medida em que, na afirmação do que se considera importante e distintivo em si mesmo, muitos usuários utilizam o curto espaço do *nickname*, por exemplo, para indicar seu pertencimento à “espécie humana mais forte”. Vejamos algumas das metáforas mobilizadas: “Nadador”, “Lutador” e toda espécie de atletas (que, se indicam um corpo desejável para os modelos tradicionais, também apontam para toda uma “ética atlética”, de honra, superação, etc.); “Milico”, “PM”, “Segurança” e toda uma classe de “patentes” bélicas e de poder da força; e até mesmo “Médico”, “Advogado”, “Executivo” e corporativos em geral, posições de poder ligadas ao sistema capitalista e das profissões.

Mas a promessa da hipermasculinidade oferecida muitas vezes não se realiza quando do encontro físico, como “denuncia” “Negrotall_Rj”¹⁷: “PIADA: Mtos aqui dizem: ã SOU e nem curto AFEMINADO, chega na hora é UM” Diferente de outros ambientes de sociabilidade na rede, a proposta desses sites é de encontro rápido, logo se cria mais um paradoxo, que consiste na necessidade de equilibrar o enaltecimento de si com o que pode ser “comprovado”. Não obstante, a fantasia corre solta, a julgar pela métrica particular no que tange ao tamanho dos pênis (quanto maior, mais valorizado): um pênis médio para as pesquisas em geral, aqui, seria considerado desprezível, enquanto que abundam números impressionantes em centímetros. Funda-se um “mercado” de homens desejáveis, onde, por mais que vez ou outra alguns partici-

¹⁷ http://www.manhunt.net/profile/Negrotall_Rj, acessado em 06/02/2012.

pantes tratem de se “desmascarar” uns ao outros, a “perfeição” orienta a busca sexual, mesclando valores do *ethos* masculino heterossexual clássico com uma objetificação do corpo masculino poucas vezes vista, produzindo homens-máquina dotados de corpos e espíritos imaculadamente másculos. Aqui, é deixado de lado qualquer vestígio de discurso da “identidade” homossexual; o que aparece, no mais das vezes, é uma formação circunscrita, situacional e discursiva de machos, numa extensão wagneriana¹⁸ da categoria, que passa a admitir o sexo entre iguais (literalmente - visto que a “bicha”, ou seja, o que carrega a mácula da afeminação, fica de fora, ainda que somente na intenção, desse mercado). O que toma forma, então, é uma dinâmica que rearranja normas; a um tempo, mantém, mobiliza e ressignifica categorias tradicionais; desloca o outro-abjeto para o fim da linha do “normal” e cria seu próprio universo de valores com limites particulares

Bibliografia

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade vol.1: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

KIMMEL, Michael S. Homofobia, temor, verguenza y silencio em la identidad masculina. In T Valdés & J Olavarría (eds.). *Masculinidad/es: poder y crisis*. Santiago: Ediciones de las Mujeres 24, IsisInternacional, 1997.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A Construção Social da Masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. How to Bring Your Kids Up Gay: The War on Effeminate Boys. In *Tendencies*. Durham, Duke University Press, 1993.

WAGNER, Roy. *A Invenção da Cultura*. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2010 [1981].

WELZER-LANG, Daniel. Os Homens e o Masculino numa Perspectiva de Relações Sociais de Sexo. In SCHPUN, Monica Raisa. *Masculinidades*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.

¹⁸ Sobre o conceito de extensão de significado, ver Wagner (2010[1981]).

Do consultório à rede: relações amorosas e formas de subjetivação em discurso na internet

Juliana do PRADO¹

Resumo: O trabalho pretende discutir a busca da internet como auxílio às relações amorosas. Campo privilegiado para refletir sobre a publicização da intimidade, o meio virtual pode ser caracterizado como esfera de construção de discursos sobre relacionamentos e procura por orientações quanto aos problemas afetivos. É possível notar uma grande quantidade de blogs e fóruns que tratam especificamente de tal assunto, cujo conteúdo vai desde artigos, opiniões pessoais, trocas de experiências ou até mesmo aconselhamento a leitores e leitoras, caracterizando-se como uma espécie de versão contemporânea de consultório sentimental semelhante aos presentes na mídia impressa. Se na mídia impressa a busca por orientações esteve marcada pela presença de profissionais de diversas áreas em discutir os conflitos e problemas das relações amorosas alheias, a internet modifica essa situação, já que qualquer pessoa, utilizando-se de blogs pode expor sua opinião, informando e tratando dos problemas amorosos de outras pessoas que buscam por tais orientações. Levando-se em conta tais considerações, o trabalho tem como objeto de análise o blog *Manual do Cafajeste (para mulheres)* e a seção *Doutor Love* do site masculino *Papo de homem*. Assim, propõe-se um enfoque na construção social de padrões de relacionamentos relacionando-os ao uso da mídia digital e as formas de subjetivação possibilitadas pela utilização de blogs enquanto espaço de orientações às relações amorosas.

Palavras-chave: Internet. Relações amorosas. Gênero.

Abstract: The paper discusses the search of the internet as an aid to love relationships. Privileged field to reflect on the public scene of intimacy, the virtual environment can be characterized as a sphere of construction of discourses about relationships and looking for guidance on emotional problems. Is possible to note a lot of blogs and that report specifically on this topic, whose content ranges from articles, personal opinions, exchange of experiences or even advice to our readers, which is characterized as a kind of contemporary version of office sentimental similar to those seen in other media. If the print media guidelines for the search was attended by professionals from various fields to discuss the conflicts and problems of relationships of others, the Internet changes this situation, since anyone using blogs can expose your opinion, stating and addressing the problems of loving other people looking for such guidance. Taking into account these considerations, the work was focused on analyzing the blog *Manual do Cafajeste (para mulheres)* and the section *Doutor Love* do site masculino *Papo de homem*. Thus, we propose an approach in the social construction of patterns of relationships linking them to the use of digital media and forms of subjectification made possible by the use of blogs as an area of guidance to relationships.

Keywords: Internet. Relationships. Genre.

Introdução

A busca da mídia como auxílio às relações amorosas é um fenômeno que sempre esteve associado às colunas sentimentais presentes em revistas e jornais impressos. Dulcília Buitoni (2002), recuperando essa história constata que esse tipo de jornalismo esteve voltado à imprensa feminina, marcando seu surgimento em 1693, com o periódico inglês *Lady's Mercury*. Após seu desenvolvimento, já no século XX, através de cartas enviadas à redação dos jornais e revistas, confidenciavam-se segredos, na ânsia de receber respostas de conselheiros, constituídos muitas vezes por psicólogos ou por jornalistas. As respostas, sempre preservando o anonimato, partiam de um enfoque pessoal para tratar da temática das relações amorosas de maneira mais ampla. Se outrora esse tipo de serviço situava-se na imprensa feminina, hoje transcende seus limites, compondo também seções de revistas masculinas e destinadas ao público adolescente, em que se centram mais em assuntos como sexualidade e comportamento.

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar CEP: 13565-905 São Carlos, São Paulo, Brasil. E-mail: ju.doprado@gmail.com.

Além disso, a busca por orientações adentrou em outras mídias, como rádio e televisão, em programas de *talk shows*, nos quais a publicização da intimidade é acompanhada pela participação e discussão do público, contando também com o apoio de especialistas² para analisar cada caso, à exemplo de programas como “Casos de Família”, “Márcia”, “No Divã do Gikovate”, entre outros. Tais programas carregam em si um aspecto de diluição das fronteiras entre público e privado, de modo que problemas e conflitos convencionalmente pertencentes à intimidade de uma pessoa são levados ao ar para serem observados, comentados e resolvidos.

Apesar de haver diferenças em cada tipo de mídia no que tange aos conselhos veiculados, percebe-se que há a forte presença de profissionais mediando conflitos e auxiliando o público em seus problemas afetivos. O período em que os conselhos começaram a ser promovidos por psicólogos, por exemplo, é caracterizado pela regulamentação da profissão no Brasil (1962), bem como pelo “boom da psicanálise³” e das técnicas terapêuticas, o que pode ser revelador do ponto de vista da mediação dos especialistas nos conselhos afetivos, sobretudo recebidos através da mídia (BORGES, 1998). Analisando o discurso desses profissionais, Volpe (2006) os denomina de “especialistas da subjetividade”, cujo discurso se caracteriza pela diluição do saber científico e especializado em uma linguagem acessível ao público leigo. Esta concepção abarca uma série de profissionais que, embora sejam de áreas distintas (psicologia, medicina, psiquiatria, educação) atuam de forma semelhante. Suas falas circulam em diferentes mídias, no mercado de palestras e assessorias, sem que seja veiculado a partir de uma instituição específica, tampouco sem ser representante desta.

O advento da internet coloca questões importantes para se refletir sobre o aconselhamento afetivo, por se tratar de uma mídia interativa em que a mediação do especialista é colocada de maneira diferente. No Brasil, segundo dados de pesquisa realizada pelo IBOPE Nielsen, o acesso à internet atingiu 77,8 milhões de pessoas no segundo trimestre de 2011. Esse número é 5,5% superior ao do segundo trimestre de 2010 e 20% maior que o do segundo trimestre de 2009, sendo o crescimento do total de usuários maior na internet domiciliar⁴. É possível encontrar uma infinidade de sites com o propósito de auxiliar as pessoas quanto às relações amorosas, sejam de autoria dos “especialistas da subjetividade”, que também são solicitados por outras mídias, seja de pessoas que não possuem uma formação profissional, mas que se utilizam de blogs para informar e tratar dos problemas amorosos de outras pessoas que buscam por tais orientações. Levando-se em conta tais considerações, o trabalho tem como objeto de análise o blog *Manual do Cafajeste (para mulheres)* e a seção *Doutor Love* do site masculino *Papo de homem*. Assim, propõe-se um enfoque nas formas de subjetivação possibilitadas pela utilização de blogs enquanto espaço de orientações às relações amorosas.

Internet e dispositivo de exposição da intimidade

² Segundo Volpe (2010), cada versão desses programas mobiliza profissionais diferentes – ora participam advogados que orientam e buscam resolver os conflitos, de maneira semelhante a um “juizado de pequenas causas”, ora participam psicólogos que tentam explicar os dilemas e os desentendimentos trazidos e dão conselhos e sugestões de como resolvê-los.

³ Segundo Russo (2002), a “epidemia” da psicanálise adentrou em países da América Latina exatamente no momento em que vivíamos as ditaduras militares. Especificamente no Brasil, isso se deu a partir dos anos 1970. Nesse momento, a psicanálise alcançou as camadas médias letradas dos grandes centros. Assim, “assistiu-se a uma verdadeira corrida ao divã. As análises em grupo proliferaram, para atender à crescente demanda daqueles que não podiam pagar as caras sessões individuais. Nas rodas intelectuais da Zona Sul carioca cada um tinha o ‘seu’ analista. Os psicanalistas começaram a freqüentar a mídia, a Tv, e, como personagens de novelas. As pessoas se interessavam por psicanálise, consumiam psicanálise, falavam de psicanálise e começavam a pensar sobre si mesmas a partir da psicanálise” (RUSSO, 2002, p. 39).

⁴ Considerando somente os usuários ativos em residências, o número passou de 32,3 milhões em agosto de 2010 para 37 milhões em agosto de 2011, uma expansão de 14,4% no período. Informações disponíveis em <http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb&comp=Not%EDcias&docid=C2A2CAE41B62E75E83257907000EC04F>> Acesso em 23/fev./2012.

Inicialmente, os estudos sobre a internet apontavam para a existência de um espaço social à parte, no qual era possível construir identidades e subjetividades independentes do contexto social, dando-lhes um caráter de autonomia frente à este. Distinguindo a esfera virtual da real, o então denominado ciberespaço foi compreendido por Lévy (2005) como uma região abstrata invisível que estaria num processo de globalização planetária e constituiria um espaço social de trocas simbólicas entre pessoas de diversas localidades. Embora a concepção do autor esteja permeada por uma noção celebrante da Internet como possibilidade de interconexão global, lançando um olhar mais atento, é possível conceber o ciberespaço como um mito, uma vez que a rede não se constitui como espaço democrático e independente de relações e circulação de conteúdos, preservando o que as caracteriza em seus respectivos contextos sociais.

Nancy Baym (2010) faz esclarecimentos sobre a noção de ciberespaço e observa que, ao contrário do que se imaginava, a utilização da internet está imbricada pelos contextos sociais em que são construídas as relações e os conteúdos nela presentes. Nesse sentido, a autora considera os aspectos como as mensagens on-line são influenciadas e do mesmo modo reformulam as identidades sociais, sobretudo, de gênero, apontando como as diferenças relacionadas a este último persistem on-line. Atualmente é possível perceber através da utilização de redes sociais, blogs, microblogs, etc. uma modificação nas formas de sociabilidade, bem como na nossa identidade e subjetividades, de modo que a utilização da internet deve ser compreendida como parte fundamental de nossas vidas e não como um contexto à parte em que podemos ser quem desejamos.

Ieda Tucherman (2005, p.40), ao refletir sobre mídia à luz do pensamento de Foucault, propõe pensar se as práticas ligadas aos novos meios de comunicação em rede tais como blogs ou produtos televisivos como *reallity shows* e do cinema, por meio dos documentários, representariam uma perspectiva do que denomina como dispositivo de exposição da intimidade, que pode ser caracterizado como um novo componente da estética contemporânea. Tal fenômeno se potencializou com a penetração da mídia digital em nossas vidas de maneira intensa. A autora recupera os sentidos da escrita de si⁵ trazidos por Foucault e sua relação com as formas de subjetivação para lançar questões importantes sobre os novos meios de comunicação, onde é possível perceber a utilização dessa técnica.

Para contribuir a essa linha de reflexão, vale resgatar a contribuição de Paula Sibilia (2004), que em seu estudo sobre a exposição da intimidade na internet, observa que os blogs, em contraste com as práticas de escritas de si nos diários íntimos tradicionais⁶, revelam uma instigante subversão das fronteiras entre público e privado que se constituíram nas sociedades modernas dos séculos XVIII e XIX. Segundo a autora, essas novas práticas evidenciadas na internet podem oferecer pistas sobre a construção das subjetividades na sociedade contemporânea, uma vez que nesse cenário são afetadas noções de intimidade e privacidade, resultando numa perda da idéia de interioridade como principal eixo em torno do qual as subjetividades modernas eram construídas.

Cada vez mais, a “verdade” sobre o que cada um é se desloca desse âmbito secreto, radicalmente íntimo e privado, para aflorar na superfície da pele (e das telas). Em vez de nutrir o antigo olhar introspectivo, portanto, hoje assistimos à proliferação de espaços, tecnologias e práticas que permitem e que incitam uma certa “espetacularização do eu” com recursos performáticos. (SIBILIA, 2004, p. 2).

⁵ Segundo Foucault (1998), a prática da escrita de si que marcou as sociedades greco-romanas tinha por objetivo fazer com que o indivíduo tomasse notas de si, que poderiam ser relidas a fim de serem usadas como material de constituição de si. O que Foucault encontrara na Antiguidade foi uma experiência moral de constituição do sujeito livre, à qual cada um aderira segundo sua vontade e capacidade. Contudo, esta experiência teria sido substituída por uma perspectiva de culpa e constrangimento próprias da moral judaico-cristã.

⁶ Nesse ponto é necessário destacar que os diários íntimos foram atividades burguesas que floresceram no século XIX. Ao recuperar essa história, Sibilia (2003) constata que a separação entre as esferas pública e privada que ganhou consistência na Europa, nos séculos XVIII e XIX propiciava ao sujeito moderno “mergulhar na sua vida interior, embarcando em fascinantes viagens auto-exploratórias que, muitas vezes, eram vertidas no papel”. Cabe lembrar que os relatos auto-biográficos ilustrados nos diários íntimos tiveram sua morte anunciada nas últimas décadas do século XX. No século XXI essa prática se recoloca de maneira diversa pelos ambientes virtuais.

Dessa forma, os diários íntimos na internet, antes de serem compreendidos como uma reatualização das antigas formas da escrita de si em que se valorizava a introspecção, podem ser vistos como parte de mais um cenário em que se coloca em prática a técnica da confissão (SIBILIA, 2003). Essa modalidade de construção da verdade do sujeito, traçada por Foucault (2005) é retrato do desenvolvimento de uma série de discursos à respeito da sexualidade, incitados por instituições como igrejas, escolas, família, o consultório médico, com o objetivo de normalizar a sexualidade, fazendo da confissão uma técnica de si por excelência. Assim, a internet pode ser vista como uma espécie de microdispositivo, cuja incitação aos discursos sobre si, através de fóruns e dúvidas enviadas para blogs com o intuito de obter resposta e orientação, reatualiza formas de subjetivar baseadas na técnica da confissão, que não mais requer a figura de um profissional para tanto, haja vista que os próprios autores de blogs, ao falarem de suas vidas, ao exporem suas opiniões acabam se tornando produtores de discursos à respeito das relações amorosas.

Sendo assim, pode-se dizer que:

Hoje vivemos um dispositivo de exposição da intimidade, no conjunto deste novo pressuposto de “interação social”, que é o de mostrar-se, fazer-se ver. Isto gera personagens que, no lugar de se constituírem por uma dobra sobre si mesmos, num processo de interiorização, são personagens mediáticos, que só existem quando são olhados. (TUCHERMAN, 2005, p. 47).

Se por um lado a internet amplia as possibilidades de exposição da intimidade através de blogs, os fóruns têm se revelado como um meio de dividir problemas e inseguranças, solicitar auxílio, garantido pelo anonimato e amparo das pessoas que estão ali “presentes”, com os mesmos objetivos. Nesse sentido, vale lembrar o trabalho de Sherry Turkle (2011) ao analisar como o uso da tecnologia nas relações sociais tem criado novas formas de solidão na sociedade contemporânea. Recuperando trechos de confissões online, Turkle constata que estas ocupam um espaço intermediário na vida das pessoas, na medida em que colaboram para que se sintam parte de uma mesma comunidade. A utilização da internet com esse fim revela a sensação de que quando a pessoa expõe seu problema sabe que não está sozinha, pois compartilha com alguém desconhecido suas angústias e sofrimentos, o que estaria sujeito à críticas e julgamentos no caso de se confessar com alguém conhecido.

Em face disso, existem diferenças cruciais entre conversar com uma pessoa face a face e expor seus sentimentos à um site, mediado por uma máquina. Isso faz com que o ato da confissão tenha como premissa a noção de que se pode lidar com sentimentos sem necessariamente lidar com uma pessoa. Assim, está associado mais à uma busca por alívio em exteriorizar os sentimentos, concretizado pela impressão de que alguém está “ouvindo” o desabafo, do que à um caráter terapêutico em si no sentido de promover reflexões e mudanças de atitudes consideradas o cerne dos problemas. Na visão de Turkle, a diferença se dá por que:

Uma boa terapia te ajuda a desenvolver um senso de ironia sobre sua vida, então quando você começa a repetir padrões velhos e inúteis, algo dentro de você diz: “Lá vai você de novo; vamos chamar isso de um impasse. Você pode fazer algo diferente.” Muitas vezes o primeiro passo para fazer algo diferente é desenvolver a capacidade de não agir, para refletir ainda. A confissão on-line mantém você em movimento. Você fez o seu trabalho. Você colocou a sua história para fora. Você está pronto para suas respostas. Nós não precisamos da invenção de sites de confessionário para nos manter ocupados com as formas de exteriorizar os nossos problemas em vez de olhar para eles. Mas entre todas as suas bênçãos, aqui a internet nos deu uma nova maneira de não pensar.⁷ (TURKLE, 2011, p.).

⁷ Texto original: “A good therapy helps you develop a sense of irony about your life so that when you start to repeat old and unhelpful patterns, something within you says, “There you go again; let’s call this to a halt. You can do something different.” Often the first step toward doing something different is developing the capacity to not act, to stay still and reflect. Online confession keeps you moving. You’ve done your job. You’ve gotten your

Deste modo, entram em jogo não apenas a utilização da internet com o objetivo de procurar auxílio, como também aspectos que têm construído novas formas de sociabilidade e até modificado a forma como nos compreendemos na sociedade contemporânea. A internet pode ser tida como um meio que além de expor, reconstitui os sentidos da intimidade, através de novas configurações que promove nas relações sociais. Nessa perspectiva, ela pode ser caracterizada, conforme corrobora Baym (2010), como um terceiro espaço de sociabilidade entre o lar e o trabalho, que por sua vez, não apenas media, como também cria subjetividades e as articula na (re)constituição de nossa vida coletiva.

Blogs e seus gêneros

Termo utilizado inicialmente por Jorn Barger em 1997, designado para denominar diários íntimos escritos na web, blog é uma contração da expressão inglesa weblog. Permitindo combinar textos, imagens e vídeos, o blog é definido como uma página na internet atualizada com muita regularidade e organizada cronologicamente de acordo com o lançamento dos conteúdos, no qual é possível relatar a vida íntima, expressar idéias e opiniões à respeito de determinado assunto. A possibilidade de interação com o público leitor se dá através de comentários sobre cada publicação - chamada de "post" - assim como através de respostas à perguntas e auxílio à problemas enviados por e-mail para o escritor do blog. Este meio de comunicação pode ser utilizado por diversas finalidades, sendo divididos por Primo (2008) em três tipos: blogs pessoais, com conteúdo de interesse individual, sem objetivos e estratégias definidas; profissionais, contando com grupos ou apenas um especialista em determinado assunto, sem a necessidade de ter formação superior para tanto; e por último, blogs organizacionais, mantidos por empresas, geralmente com links de acesso aos sites principais, com objetivo de divulgar conteúdos relativos à ações de empresas.

Os blogs são um campo de análise propício para compreender os discursos produzidos sobre as identidades de gênero do ponto de vista das mediações, por se constituírem como meio, conforme constata Blood (apud Cerqueira et al, 2009, p.117) que tem o poder de "transformar os escritores e os leitores de 'audiência' em 'público' e de 'consumidores' em 'criadores'". Entretanto, apesar disso, a internet convive com muitas formas de manifestações e afirmação da ideologia dominante. Ao realizar um estudo sobre a presença feminina na rede através de blogs, as pesquisadoras Carla Cerqueira, Luísa Teresa Ribeiro e Rosa Cabecinhas (2009) constataram que no que se refere ao campo midiático em si, o discurso continua a difundir mensagens estereotipadas e pouco representativas das mulheres na sociedade, se caracterizando muitas vezes como um discurso que veicula um sexismo inibido. Passamos agora à breve apresentação do blog selecionado para ilustrar as diferenças de gênero percebidas na mídia digital.

Papo de homem: a revista digital do homem moderno

Formado por um grupo de homens de todo o Brasil, o papo de homem é um blog ou uma *Lifestyle Magazine* que aborda assuntos relacionados ao "universo masculino", como Mulheres, Sexo, Carros, etc. Ganhadores dos prêmios "Melhor Blog de Variedades", na categoria Ibest 2008 e melhor revista digital de 2010 e 2011 da Youpix, o blog salienta que procura através de sua abordagem "sem frescuras" não apenas captar o novo homem que surgiu com a sociedade moderna, como também ajudar a formá-lo, conforme salienta-se na página da internet em que contam sua história:

O novo homem: mais do que descobri-lo, estamos ajudando a formá-lo. Para cada artigo publicado, diversos caras se movimentam, discutem, trabalham e se aprimo-

story out. You're ready for your responses. We did not need the invention of online confessional sites to keep us busy with ways to externalize our problems instead of looking at them. But among all of its bounties, here the Internet has given us a new way not to thing."

ram para que o resultado seja o melhor conteúdo possível. Generosidade que dá tensão e que nos move. O PapodeHomem se confunde com nossa própria vida.⁸

Com 69% do público leitor constituído por homens e 66% dos leitores na faixa de 21 a 34 anos, cuja maior parte tem um alto poder aquisitivo, composto pelas classes A e B, o blog conta com 1.334.100 visitas únicas por mês⁹. De acordo com os depoimentos ilustrados abaixo dos leitores e leitoras, o blog tem tido importância fundamental na formação da subjetividade masculina:

Ler Pdh logo pela manhã virou quase um ato religioso, tal qual quando as pessoas abrem o jornal e vê primeiro o seu horóscopo. O que mais gosto é o papo franco e sem frescuras, como tem de ser mesmo.¹⁰

Gostaria de, resumidamente, explicar o porquê leio o Pdh todos os dias. Estou com 24 anos, sou advogado há 2 e sempre procurei evoluir e melhorar como homem. Acontece que invariavelmente me frustrei com tentativas anteriores. O Pdh se preocupa em ajudar os homens a SEREM homem, e não a parecerem homens.

O blog possui várias seções de consulta aos usuários divididos entre diversas temáticas como: amor, saúde, cozinha, fitness, dinheiro, etc. De acordo com sua descrição, as colunas dos “doutores Pdh” (Papo de Homem) são um trocadilho cuja intenção é fazer uma crítica à cultura dos PhDs, que supervaloriza o conhecimento acadêmico. A seção Dr. Love procura auxiliar homens quanto à problemas de relacionamentos e sexualidade, na qual são respondidas dúvidas e problemas enviados por e-mail à redação do site.

O blog conta também com seções de orientações aos homens quanto à relacionamentos amorosos e sexualidade, assim como uma seção especial chamada “Cabana”, descrita abaixo, na qual os homens se reúnem para uma espécie de fórum digital com a finalidade de discutirem relacionamentos, vida profissional, entre outros assuntos que possam surgir no fórum. Apesar de parecer num primeiro momento um espaço democrático de expressão de idéias e discussões, é destinado à uma parcela de homens de classes mais altas, que possam inclusive pagar pelo serviço prestado pelos editores do blog para ajudarem na formação de sua identidade.

Imagine uma comunidade fechada, na qual cerca de 100 assinantes discutem tudo aquilo que faz um homem decente, com artigos exclusivos sobre relacionamentos, relatos comentados, indicações de viagens, restaurantes e presentes, desafios e práticas para um treinamento diário na arte de se tornar um homem melhor.¹¹

A Cabana é um forte espaço de afirmação de uma identidade masculina hegemônica, por se tratar, sobretudo, de um público composto em sua maioria por homens brancos e heterossexuais, pertencentes às classes A e B, que possam inclusive pagar pela participação em um grupo fechado e frequentar os encontros presenciais, geralmente marcados mensalmente em alguma capital do país¹². Além disso, há delimitações de gênero e sexualidade fortíssimas¹³, uma vez que a proposta busca não

⁸ Disponível em < <http://papodehomem.com.br/nossa-historia/>> Acesso em: 30/jul./2011.

⁹ Todos os dados à respeito do site foram obtidos através de documento disponível no próprio blog para apresentar dados de audiência e perfil de usuários para anunciantes.

¹¹ Disponível em < <http://papodehomem.com.br/nossa-historia/>> Acesso em: 30/jul./2011.

¹² Para participar das atividades da Cabana é necessário responder à um questionário inicial sobre como conheceu o projeto, preencher um cadastro com dados pessoais e pagar uma taxa de R\$ 150,00 por três meses de participação.

¹³ Entre os discursos que definem os objetivos da Cabana estão “O fortalecimento do masculino” e “A mulher como vida”. Este último evidencia bem o caráter heterossexista do site: “Quer admitamos ou não, grande parte da vida de um homem gira em torno das mulheres. Ainda que esteja preocupado com outras coisas, um homem sempre está se relacionando com alguma mulher (ou com a ausência feminina). É o único papo garantido com um estranho: “Olha ali que gostosa”. Além disso, o modo com que um homem lida com sua mulher reflete o

se associar à auto-ajuda masculina, mas sim a um grupo de homens interessados em melhorar cada dia mais suas habilidades. As atividades são compostas por interações online e por treinamentos presenciais, que incluem: “papo em algum bar foda, Taketina, prática do silêncio, aula de dança de salão, conversa com mulheres, discussões sobre trabalho, balada de salsa”. Todos os artigos, práticas, relatos e discussões giram em torno de alguns eixos: Mente e Saúde, Corpo são, Sexo e Mulheres, Trabalhos e Negócios e Culturas e Artes.

O que há de novo nesse novo homem buscado pelos produtos culturais e que, agora, conta com um blog de comportamento masculino, cuja finalidade maior é formatá-lo? Não pretendemos aqui responder a tais questões completamente, antes, lançar questionamentos principalmente sobre as seções onde são dadas orientações específicas no que diz respeito às relações de gênero, nas quais é possível perceber que se trata de um espaço na internet cujo objetivo definido de “construir o novo homem” que se apóia na construção de um tipo específico de masculinidade hegemônica, que tenha condições financeiras para consumir os produtos anunciados e que consiga absorver os conteúdos ali colocados de maneira reflexiva para ajudar na formação do homem contemporâneo.

Essa identidade se constrói através de discursos hegemônicos sobre a masculinidade, que enfatizam o novo homem capaz de cuidar do corpo e da saúde, bem como capaz de discutir seus problemas com vistas a promover maior reflexividade em torno destes, mas principalmente se trata da construção de uma identidade masculina em relação de oposição ao que é feminino. Nesse contexto, apesar de promover maior interação e possibilidade de construção de discursos sobre a intimidade de diversas maneiras, a mídia digital pode ser considerada também como tecnologia do gênero¹⁴, na qual muitas vezes a masculinidade heterossexual e dominante é privilegiada.

Um manual feito para mulheres: o manual do cafajeste

O *Manual do Cafajeste (para mulheres)* – www.manualdocafajeste.com, escrito por um homem destinado a tirar dúvidas das mulheres sobre relacionamentos. Com audiência de 450.000 visitas por mês, o perfil dos visitantes é composto por 84% mulher e 16% homem, com idades entre 18 a 31 anos. O blog é dividido por seções nas quais buscam orientar a mulher sobre as questões de relacionamento e sexualidade. Deste modo, as formas de subjetivação colocadas pelo blog são pautadas por uma concepção muito delimitada à respeito da posição que homem e mulher ocupam nos relacionamentos, definindo as maneiras que estas devem se comportar, de acordo com o comportamento masculino. O ponto que me chamou atenção se refere às seções nas quais o autor do blog (cujo nome é desconhecido) responde às dúvidas e problemas enviados pelas leitoras, o que pode revelar as formas de subjetivação das mulheres colocadas pelo olhar masculino, como exemplo abaixo:

O papel do homem, quando tá com tesão, sempre vai ser o de insistir até o limite do aceitável para conseguir sexo. Agora a mulher ceder é outra história. O cara que realmente é vivido e sabe como são as coisas, sempre vai ficar com o pé atrás quando a mulher:

- Dar de primeira;

- Rolar sexo na balada;

modo com que ele trata a vida em geral. Se ele exagera na tentativa de agradar sua mulher, certamente vive buscando agradar os outros. Se ele deseja encontrar uma mulher não tão complicada, sem dúvidas fica desconfortável quando sua vida entra em caos. Ora, se a relação com o feminino é tão fundamental em nossa vida, por que não usá-la para causar transformação em todos os níveis? Ao praticar liberdade e presença com mulheres, na verdade estamos praticando liberdade e presença em todas as situações, com todas as pessoas, com toda a vida.”

¹⁴ Tecnologia de gênero é um conceito desenvolvido por Lauretis e exposto no texto “A tecnologia de gênero” parte de Coletânea *Tendências e Impasses, o feminismo como crítica da cultura*, no qual a autora destaca a importância de se desconstruir a imbricação entre gênero e diferença sexual, pensando o gênero “a partir de uma visão teórica foucaultiana, que vê a sexualidade como uma ‘tecnologia sexual’; desta forma, propor-se-ia também que o gênero, como representação e auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana.” (LAURETIS, 1994, p. 208).

- Ter milhões de amigos e ser arrojada atrás por todos eles em qualquer situação.

Em uma noite vi mulheres diferentes pisarem no tomate nessas 3 situações. Hoje em dia muitas mulheres têm que rever suas atitudes se querem realmente ser valorizadas”.¹⁵

A abordagem pode trazer elementos interessantes para analisar as relações de gênero, sobretudo quando atentamos para quem fala e quem recebe o auxílio. Geralmente os conselhos são carregados de elementos de culpabilização da mulher na “falha” nos relacionamentos amorosos, o que também revela as relações de poder que constituem as relações amorosas, haja vista que a posição do homem está sempre destacada como o sujeito hegemônico do relacionamento, para quem todas as ações devem ser orientadas.

Considerações finais

Procurei mostrar brevemente através desse trabalho, as articulações entre a utilização da internet como auxílio às relações amorosas e formas de subjetivação através de breve explanação de dois blogs, segmentados de acordo com o gênero. O foco na busca por auxílio pela internet constitui um campo privilegiado para se refletir sobre o entrelaçamento entre amor e discursos na sociedade contemporânea. Em especial, a internet revela-se como um campo profícuo, pois ao trazer as confissões de problemas amorosos, pode ser compreendida como um meio repleto de emoções. Nos blogs analisados nota-se um intenso investimento emocional em torno dos relatos, na medida em que as pessoas vão se envolvendo com as histórias ali contadas e procuram de alguma forma trocar conselhos e experiências. Fica evidente que as experiências amorosas, assim como as experiências de uso da internet como auxílio são marcadas pela diferença de gênero, seja do ponto de vista de quem fala, seja do ponto de vista de quem auxilia.

É possível apontar inicialmente que a busca por orientações está relacionada ao trabalho emocional, processo denominado por Hochschild pelo qual as pessoas tomam como referência um padrão de relacionamentos construído na interação social e, com isso, procuram manusear os sentimentos e adequar-se à essas expectativas. Logo, o entendimento das configurações que essas práticas midiáticas têm assumido na construção de subjetividades permite lançar luz para a produção de normalidades dos relacionamentos com vistas a captar em seus discursos relações de poder particulares, e situadas dentro de um jogo de relações de gênero, em contextos de normas culturais e históricas vinculadas à noções de masculino, feminino e heteronormatividade.

No aspecto que tange à exposição da intimidade, os produtos escolhidos como forma de análise é propício para refletirmos à respeito das novas formas de controle da sociedade contemporânea, tendo como instrumentos importantes a informática e a comunicação em rede. O controle das sociedades contemporâneas se coloca, sobretudo, através da exposição exacerbada da intimidade, na qual visualizamos meios de interpelação do sujeito, incitado à falar constantemente de si mesmo, e com isso, esperar descobrir a sua verdade. Nesse aspecto, a contribuição de Foucault é inegável ao verificar formas de subjetivação na Antiguidade Clássica que diferem das que são encontradas hoje, controladas por práticas de tipo pedagógico e medicalizado. Os blogs são instrumentos desse tipo de controle, na medida em que ao esperar as confissões do sujeito, buscam promover normas e regras de conduta, muitas vezes normativas e heterossexistas. O debate sobre mídia digital se coloca, nesse sentido, desafiador, por colocar questões de como trabalhar com essa mídia, para perceber os discursos sobre a intimidade, bem como as formas de subjetivação que vão desembocar nas identidades de gênero. É necessário, portanto, um esforço na compreensão desse meio, para além de seus aspectos “democráticos”, para compreender as permanências e rupturas com as formas de poder exercidas pelas práticas pedagógicas e normativas, que interagem com o discurso midiático na formação dos sujeitos.

¹⁵ Disponível em < <http://www.manualdocafajeste.com/2011/11/21/ultima-fase-selecao-dos-novos-cafas-candidato-3/>> acesso em: 30/Nov/2011.

Referências:

ADELMAN, M. Por amor ou por dinheiro? Emoções, Discursos, Mercados In: *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar* (2) São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, pp.

BAYM, N. k. *Personal connections in the digital age*. Cambridge: Polity, 2010.

BUITONI, D. Uma perspectiva histórica: do consultório sentimental à prestação de serviço. In: VIVAR-TA, V. (ed.) *A mídia como consultório?* Brasília: Andi, Unicef, Ministério da Saúde, 2002.

CERQUEIRA et. All. Mulheres e blogosfera: contributo para o estudo da presença feminina na “rede”. *Ex aequo*. Porto, n. 19, p.111-128, 2009.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 5.ed. Petrópolis : Vozes, 1999.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. *História da sexualidade: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2005. v.1.

_____. *História da sexualidade: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

HOCHSCHILD, A. R.; MACHUNG, A. *The Second Shift*. London: Penguin Books, 2003.

LAURETIS. A tecnologia do Gênero. In: *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Editora Rocco, Rio de Janeiro: 1994.

LÉVY, PIERRE. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2005.

PRIMO, A. *Blogs e seus gêneros: avaliação estatística dos 50 blogs mais populares em língua portuguesa*. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom 2008, Natal. Anais, 2008. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/lime/PDFs/50_blogs.pdf> acesso em 30 jul. 2011.

SIBILIA, P. *A vida como relato nos blogs: mudanças no olhar introspectivo na conformação do “eu”*. In: VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004. Anais.

_____. *Os diários íntimos na Internet e a crise da interioridade psicológica*. Disponível em <http://www.antroposmoderno.com/antro-version-imprimir.php?id_articulo=1147>. Acesso em 20 dez. 2011.

TUCHERMAN, I. Michel Foucault, hoje ou ainda: do dispositivo de vigilância ao dispositivo de exposição da intimidade. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 27, p. 40-48, 2005.

TURKLE, S. *Alone Together: Why We Expect More From Technology and Less From Each Other*. New York: Basic Books, 2011.

VOLPE, M. M. *Intimidade e Visibilidade: notas a respeito da produção de talk shows*. In: III Simpósio de Pós Graduandos em Sociologia da USP, 2010, São Paulo. III Simpósio de Pós Graduandos em Sociologia, 2010.

(Des) usos do discurso da autoajuda contemporânea: processos de subjetivação e tecnologias de gênero

(Dis) uses of the contemporary self-help discourse: subjectivity processes and technologies of gender

Lara Roberta Rodrigues FACIOLI¹

Resumo: Neste texto mostro como, a partir do trabalho etnográfico desenvolvido em minha pesquisa no site *Bolsa de Mulher*, é possível expandir a análise crítica no sentido de expor uma profícua discussão das relações estabelecidas entre capitalismo e emoções. Tenho em mente que para abordar tal temática não podemos desconsiderar as diferenças de gênero que a atravessam, bem como notar de que forma as usuárias e usuários de uma plataforma virtual (voltada para o aconselhamento de mulheres no tocante, principalmente, à suas relações amorosas) subvertem e resignificam tais discursos em sua prática cotidiana.

Palavras-chave: Autoajuda, tecnologia de gênero, emoções

Abstract: In this paper I present how, from the ethnographic work developed in my research on the website *Bolsa de Mulher*, it is possible to expand the critical analysis in means of exposing a fruitful discussion of the relations between capitalism and emotions. I have in mind that to approach such issue, we cannot disregard the gender differences that are present in it, as well as noticing in what ways the users of a virtual platform (towards counseling women mainly regarding their romantic relationships) subvert and give new meanings to such discourses in their daily practice.

Keywords: Self-help, technology of gender, emotions

Introdução

Certo dia conversando com umas das colaboradoras de minha pesquisa, ela me relatou todos os seus descontentamentos com o *Bolsa de Mulher*, fruto do comportamento de muitas usuárias e usuários e também do descaso da produção do site que não adota medidas para melhorar seu funcionamento. Não somente ela, mas muitas pessoas andam a reclamar do site nos últimos meses: “tem muito *fake*² no *Bolsa*”; “o nível dos fóruns está baixo, tem pouco assunto interessante”; “tem muita gente só querendo falar sobre sexo, perguntando o que fazemos ou deixamos de fazer na cama”; “tem muita baixaria, muitas brigas e confusões”, “a produção não faz nada”, “o site está muito lento”, “eles não ligam pra qualidade, o que contam são os números”. Algumas das usuárias já me relataram terem saído do site por se sentirem incomodadas com esse tipo de discussão. Outras saíram, logo se arrependeram e estão tentando voltar. Ao contrário do que eu imaginava não se sai do *Bolsa* da mesma forma que se cancela uma conta de email ou do Orkut. O procedimento envolve alguns passos como mandar um e-mail para a equipe de produção solicitando o cancelamento da conta; em seguida a produção responde a solicitação e questiona qual o motivo do cancelamento (não na forma de mensagem automática, mas de maneira particular, de usuária a usuária) deixando claro que caso a pessoa queira reativar a conta, basta somente entrar em contato. Pelo visto, a produção do site está sempre a par daquilo que seria responsável pela evasão das usuárias. Tal evasão é uma questão de fato preocupante para um site que apresenta a dinâmica a qual exporei neste texto.

Optei por trazer o *Bolsa* para o centro do debate para mostrar como ele pode ser útil para discutirmos as relações íntimas que se estabelecem entre capitalismo e cultura afetiva. A trama de tal intimidade, geradora de elevados lucros, apresenta como personagem significativo, no caso do site, as mulheres, público alvo da plataforma. Nesse sentido, tentarei abordar

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) - 18052-780 - São Paulo - São Carlos - Brasil.

² *Fakes* são os chamados perfis falsos. No caso do *Bolsa*, as usuárias definiam os *fakes* como aqueles perfis que entravam na plataforma e atrapalhavam a dinâmica dos fóruns, ou provocando outras usuárias ou mesmo postando conteúdo pornográfico. Não há no site nenhum espaço onde sejam definidas as regras de conduta, estas são articuladas de acordo com a dinâmica de sociabilidade ali estabelecida e a regra básica é: se seu comportamento destoia do comportamento geral estabelecido no momento, se você causa conflitos exagerados nos fóruns e posta pornografias com frequência, você é um *fake*. Vale ressaltar que algumas usuárias são visadas pelo grupo como produtoras de perfis *fakes*.

como o *Bolsa* se coloca como um exemplo claro do link que há entre capital e emoções, discutindo como a dinâmica de produção de subjetividades femininas, neste espaço, consiste na ação de um efetiva tecnologia de gênero.

Por fim, exponho alguns trechos das conversas que tive com as usuárias do site no sentido de apontar o elevado nível de reflexividade que elas assinalam ter em relação ao *Bolsa* resignificando, rompendo e embaralhando os discursos produzidos por ele que apontam para a manutenção de relações desiguais de gênero. Adianto que o *Bolsa de Mulher* é um exemplo claro da complexidade de se pesquisar espaços virtuais e dialogar com seus públicos: enquanto as plataformas se colocam de maneira bastante fixa, com foco em um público específico, abordando determinados assuntos em detrimento de outros, nos fóruns, nos grupos e mesmo em bate-papo com as usuárias e usuários, noto que as relações estabelecidas são muito mais complexas e os discursos muito mais flexíveis.

“Em *Bolsa de Mulher* cabe muita coisa”, inclusive dinheiro

Demorei um pouco a entender todos os aspectos e etapas de produção de um site desse tipo, talvez por simples ingenuidade, uma vez que as próprias usuárias compreendem e resumem sua dinâmica – *a gente dá muito dinheiro pra elas*. O *Bolsa* é uma rede social que tem como missão “fazer a vida das mulheres mais fácil e mais feliz. Nós precisamos sempre ouvir suas vontades e entender suas necessidades, para então oferecer uma solução”³. A frase mostra que se trata de um site voltado para o público feminino, público este que, de acordo com este discurso, necessita de respostas para seus problemas. E dar essas respostas é algo bastante lucrativo, como mostraremos adiante.

Segue abaixo a apresentação que consta site em relação à empresa responsável por *Bolsa*:

Controlado pela Ideiasnet – única empresa de venture capital⁴ listada na Bovespa –, o Bolsa de Mulher é o maior grupo de mídia digital feminina da América Latina. Líder do segmento no Brasil (fonte: IBOPE NetRatings) e com presença na Argentina, no Chile e no México, o grupo é detentor de 16 propriedades, que juntas somam 9,5 milhões de usuárias cadastradas e 14 milhões de visitantes únicos por mês, o que representa aproximadamente 30% de todas as mulheres online no país. Nos últimos três anos, o Bolsa de Mulher apresentou um CAGR⁵ de receita líquida de 363%, muito superior ao crescimento da sua principal fonte de receita – a publicidade digital – no país. De um simples portal feminino, tornou-se o maior grupo de comunicação feminina multiplataforma da América Latina. Mais de 250 grandes marcas passam pelos nossos portais todo ano. Elas estão no Bolsa de Mulher.

Não posso afirmar com convicção tamanho lucro do site. Tentei estabelecer contato com pessoas da produção, mas não obtive resposta. No entanto, ao observar com afinco a plataforma pude notar a dinâmica de patrocinadores do espaço e, certo dia, procurando maiores informações sobre sua manutenção, seus lucros e investidores, encontrei um link explicativo sobre como anunciar no *Bolsa*, que apontava também para os supostos aspectos positivos de fazê-lo. Deter-me-ei em alguns desses pontos, pois acredito ser fundamental dar atenção a como o site se apresenta para seus futuros anunciantes, tanto para compreender as relações

³ A Missão consta no próprio site:

http://www.Bolsademulher.com/quemsomos/?utm_source=bdm&utm_medium=footer&utm_campaign=sobre

⁴ Procurando o que significa ser uma empresa *venture capital*, achei em um site do governo (http://www.venturecapital.gov.br/fm/cadastro_empresendedores.asp) a definição mais simples: O capital de risco ou *venture capital* é um tipo de investimento privado, através do qual se compra participação societária em empresas que apresentem possibilidades de crescimento exponencial. Os investidores participam diretamente dos riscos e da alavancagem do negócio, agregando valor ainda através de orientação administrativa, comercial e financeira. Após o ciclo de expansão da empresa, o investidor se desfaz de sua participação no negócio, vendendo-a a outros investidores ou empresas.

⁵ A Sigla CAGR significa Compound Annual Growth Rate, que pode ser traduzida para o português como Taxa de Crescimento Anual

econômicas que ali estão colocadas, bem como para entender como e de que forma as mulheres são expostas como um público promissor no sentido do consumo massivo de produtos dos mais variados.

O primeiro gráfico lançado no arquivo voltado aos anunciantes já trás dados bastante questionáveis. O primeiro slide destrincha o suposto público do *Bolsa*: nossas usuárias são modernas e independentes, buscam sucesso profissional, estão preocupadas com corpo e beleza, são ligadas a família, possuem ensino superior (75 % delas) e são da classe A e B. E em seguida surge uma tabela com números percentuais dos perfis etários e geográficos das mulheres que usam o site: São Paulo é o estado com maior número de usuárias, logo em seguida vem o estado do Rio de Janeiro e o estado de Minas Gerais. Quanto à idade, a maioria das mulheres tem de 21 a 35 anos.

Quando olhamos para o site com mais atenção notamos que essa homogeneidade de público não existe, não são somente as mulheres que se utilizam do site, nele encontramos um significativo público masculino e homossexual, que movimenta o espaço, publicando diariamente nos fóruns e diários e que não é contabilizado ou que é colocado sob o rótulo “mulheres”. Também é grande o número de pessoas de classe média baixa e de mulheres que não são tão independentes como mostra a chamada: existem na plataforma muitas donas de casa; mulheres que optaram por deixar o trabalho para cuidar dos filhos ou que passaram por algum tipo de problema, como acidentes ou doenças e, por isso, tiveram que se afastar da profissão, fato que intensifica o uso da internet. O site também possui a presença considerável de jovens que embora tenham feito curso superior e exercem atividade remunerada, ainda não tem condições de sair da casa dos pais.

Dentre os produtos oferecidos pelo site, alguns são gratuitos, como por exemplo, o acesso ao *Bolsa TV* onde é possível ver vídeos sobre os mais variados assuntos – gourmet, moda, casa e família, amor e sexo, etc – e a Universidade Feminina que disponibiliza cursos de finanças, gastronomia, moda, beleza, fotografia, decoração e relacionamentos, patrocinados e definidos juntamente com o anunciante. No entanto, outros são pagos, como é o caso do Estrela Guia, do qual para consumir na íntegra os produtos, a usuária necessita pagar uma taxa de R\$44,70 por uma assinatura de três meses. De acordo com a propaganda do site, com o Estrela Guia a pessoa teria acesso a “astrologia, ao autoconhecimento e ao esoterismo”, que a ajudaria a “buscar a resposta para as questões mais relevantes de sua vida”.

Em seguida, o arquivo expõe um quadro com todos os patrocinadores do site. Ao todo, contabilizei em torno de 70 patrocínios de empresas variadas que vão desde fabricantes de produtos de beleza, até instituições bancárias e indústrias automobilísticas. Adiante, para confirmar a lucratividade de se investir no público feminino, é lançada uma série de dados retirados da *Harvard Business Review*, do ano de 2009, que apontam para o consumo anual das mulheres do mundo: elas gastam anualmente 20 trilhões em compras e devem gastar 28 trilhões em cinco anos. Encontrei a matéria⁶ usada pela produção do *Bolsa* e notei que seria possível fazer uma análise bastante ampla dos discursos ali presentes, no entanto, não me deterei em discuti-los profundamente aqui, pois dariam outro artigo. Só posso dizer no presente trabalho que o texto da revista, leva o leitor a pensar que as mulheres necessitam de produtos específicos, produzidos somente para elas, o que ressalta a desigualdade de gênero também no campo do consumo. A delimitação de uma identidade feminina bem estabelecida, como sendo aquela representada pela “mulher maravilha”, capaz de desenvolver um inúmero conjunto de atividades como trabalhar fora, se dedicar aos negócios e ainda ter tempo para cuidar do corpo e da família, garante a elaboração de nichos lucrativos de mercado, basta a empresa ter olhos atentos para o que esse público promissor deseja:

⁶ <http://hbr.org/2009/09/the-female-economy/ar/1>

As empresas continuam a oferecer as mulheres, produtos e serviços mal concebidos e narrativas de marketing desatualizadas que promovem estereótipos femininos. Olhe para a indústria automotiva; os carros são projetados para a velocidade e não para ter utilidade, que é o que realmente importa para as mulheres⁷

Seguindo a propaganda do site destinada aos investidores, o arquivo aponta dados sobre o uso da internet pelas mulheres. A fonte dos dados apontados foi tirada do site do grupo Sophia Mind, empresa de pesquisa de mercado vinculada ao próprio *Bolsa de Mulher*. Em link⁸ para a íntegra da pesquisa realizada pelo Sophia Mind consta que “foram realizadas 1.120 entrevistas por meio de questionário online, entre os meses de setembro e outubro de 2009, com mulheres entre 15 e 60 anos, de todas as regiões brasileiras. A pesquisa dividiu a Internet em três categorias: e-mail, websites e redes sociais/blogs. A televisão também foi dividida em duas categorias: TV aberta e TV paga”. Constatou-se “somando o tempo total de Internet, a dedicação das mulheres é de 39 horas semanais”, sendo que as redes sociais, como o *Bolsa*, são utilizadas pelas mais jovens. Finalizando a matéria, apontam que a publicidade da internet atinge as mulheres quase da mesma forma que a televisão e que a procura de produtos para consumo aparece como segundo tópico na lista de motivos que levam as mulheres a usar a rede, sendo o primeiro o contato com a família e os amigos. Este trecho encerra a exposição que persuade o patrocinador a investir em um espaço online voltado para o público feminino. As mulheres, estes seres considerados “sensíveis, otimistas e solidários”, termos usados pelo próprio site na definição de sua atitude frente a este público⁹, aparecem como sujeitos passíveis de exercerem duas funções ou papéis nesta rede social: expor seus problemas e necessidades, bem como consumir os produtos ali expostos.

Pelo que pude observar ao encontrar matérias online sobre o grupo responsável pelo *Bolsa*, os dados de lucratividade parecem que só tendem a aumentar. Em notícia publicada no site da Revista Exame, da Editora Abril¹⁰ consta que após fusão do *Bolsa de Mulher* com a e-Mídia, companhia detentora dos sites Vila Mulher, Cyber Cook e Cyber Diet, espera-se um aumento da audiência do site em 40%, bem como a elevação de seu faturamento para 40 milhões de reais até o ano de 2013.

No próximo trecho deste trabalho abordarei certa bibliografia que tem sido útil para pensarmos como os discursos em torno das emoções não estão desvinculados da produção e do consumo capitalistas. A própria ideia de elaborar um site, voltado para o público feminino, para responder seus dilemas e para criar uma rede de amigas que possa trocar experiências e falar de seus problemas pessoais, profissionais e amorosos, caminha *pari passo* com a venda massiva de produtos.

Capitalismo e emoções, uma relação que deu certo

Para iniciar a segunda parte do trabalho devo esclarecer a perspectiva teórica que pretendo utilizar:

As teorias pós-estruturalistas contemporâneas fizeram muito para inovar, metodologicamente, criando novas epistemes para uma complexidade que demanda concepções mais fluídas, nuançadas e multifacetadas das relações sociais, desafiando alguns dos binômios e dicotomias que desempenharam um papel tão importante no momento “clássico” (e estruturalista) das nossas disciplinas e permitindo que nos aproximemos

⁷ Frase retirada do cite citado na nota 5. No original: Companies continue to offer them poorly conceived products and services and outdated marketing narratives that promote female stereotypes. Look at the automotive industry. Cars are designed for speed—not utility, which is what really matters to women.

⁸ <http://www.sophiamind.com/pesquisas/consumo-de-midia-pesquisas/internet-e-a-midia-com-maior-tempo-de-uso-entre-as-mulheres/>

⁹ No espaço “nossas atitudes” consta: sensibilidade, otimismo e solidariedade. Essas são características que definem a mulher e por isso todas as nossas estratégias, produtos e ações de marketing. Nós trabalhamos por um mundo melhor e mais feminino: muito mais sensível, otimista e solidário.

¹⁰ <http://exame.abril.com.br/pme/startups/noticias/Bolsa-de-mulher-une-se-a-e-midia-criando-grupomulher-com>

mais das dinâmicas da vida que sempre correm alguns passos à frente dos nossos esforços de captá-las. (Adelman, 2011: 119)

Um das dicotomias rompidas por essas teorias, que me interessa particularmente neste trabalho, é aquela que opõe mercado e emoções e que afirma os interesses econômicos como uma constante ameaça para a esfera afetiva, seja ela calcada nas relações amorosas ou de amizade. Dentro do que chamamos de “esfera afetiva”, podemos colocar o *Bolsa de Mulher*, uma vez que a base dos discursos desenvolvidos dentro do site está em consolidar relações de afetividades com as pessoas que ali estão. O site é responsável por um claro processo de sociabilidade calcado na troca de experiências em torno de questões emocionais, como por exemplo, problemas na esfera das relações amorosas.

O discurso emocional divulgado pelo *Bolsa*, estimulador da necessidade de expor problemas e dificuldades, bem como de procurar soluções para as questões da vida é usado para trazer investimentos financeiros para este espaço. Os discursos de autoajuda e de ajuda-mútua, de apoio emocional e psicológico, enquanto não somente textos, mas sim como prática social concreta exercida também pelos usuários do site, convivem com as propagandas de venda de mapa astral, mas também com os reclames de produtos de beleza, contas bancárias e veículos automotivos. As pessoas que freqüentam aquele espaço estão, diariamente, frente à possibilidade de exercer seu poder aquisitivo com apenas um clique e um cartão de crédito; e, os produtos comprados, não são somente coisas materiais, são também “bens espirituais”. As pessoas que ali interagem podem adquirir um eficaz protetor solar para a pele do rosto, bem como “as respostas para os problemas mais relevantes de suas vidas”, como promete o espaço Estrela Guia já mencionado.

O tema dos afetos tem ganhado papel de destaque na sociologia contemporânea, no entanto me sirvo do trabalho de Eva Illouz para apontar como as grandes narrativas sociológicas da modernidade contiveram descrições ou relatos, em maior ou menos tom, de tal temática:

A Ética Protestante de Weber contém em seu núcleo uma tese sobre o papel dos sentimentos na ação econômica, pois é a angústia provocada por uma divindade que se encontra no cerne da atividade frenética do empresário Capitalista [...] quando a “alienação” de Marx foi apropriada – e distorcida – pela cultura popular, isso se deu sobretudo por suas implicações afetivas: a modernidade e o capitalismo eram alienantes no sentido de criarem uma forma de embotamento afetivo que separava as pessoas umas das outras, de sua comunidade e de seu próprio eu profundo. Ou podemos ainda evocar a famosa descrição da Metrópole feita por Simmel, com sua exposição sobre a vida afetiva. Para Simmel, a vida urbana cria um fluxo interminável de estimulações nervosas e contrasta com a vida das pequenas cidades, que se apóia nas relações afetivas [...] Por fim, a sociologia de Durkheim interessou-se de maneira mais óbvia pelos sentimentos. Com efeito, a solidariedade, espinha dorsal da sociologia durkheimiana, não é outra coisa senão um feixe de sentimentos que ligam os atores sociais aos símbolos centrais da sociedade. (Illouz, 2011: 8)

O tema das emoções ganhou maior espaço com o trabalho de Arlie Hochschild que em 1983 cunhou o termo “trabalho das emoções” para referir-se ao processo no qual as pessoas tomam como referência um padrão de sentimento ideal construído na interação social, e procuram manusear e administrar suas emoções profundas para adequá-las a essa expectativa quando não estão sentindo assim internamente. (Bonelli, 2003: 357). A autora observa que em vez da igualdade na esfera privada expandir-se para outros campos, o ritmo do trabalho impõe-se sobre a vida familiar e a intimidade. (Bonelli, 2003: 372)

A autora marroquina Eva Illouz, com base em pesquisas empíricas feitas no interior de empresas estadunidenses e dentro de famílias de classe média-alta, constatou que a criação do capitalismo caminhou de mãos dadas com a criação de uma cultura afetiva intensamente especializada, e que, quando nos concentramos nessa sua dimensão – os seus sentimentos, por

assim dizer – podemos descobrir-nos em condições de revelar uma outra ordem na organização social do capitalismo (Illouz, 2011: 12).

Meu objetivo neste texto tem sido também problematizar o discurso que separa a esfera dos afetos e das emoções do seu entorno, como tem feito autores como Sérgio Costa (2005) na elaboração de sua discussão em torno do amor romântico. Costa recupera uma interpretação sobre o tema afirmando-o como forma de comunicação particular que destaca e separa os amantes do contexto no qual estão envolvidos. Para o autor, o que define a interação amorosa não é o consumo de rituais românticos, como sustentam a teoria crítica e os estudos culturais, mas o sentido singular que os amantes conferem à sua relação e às atividades conjuntas (Costa, 2005: 73); dessa forma, por mais que tais amantes sejam bombardeados pelos serviços e ideologias do mercado, a experiência amorosa não seria irredutível a essa esfera. Discordar de Costa não significa fazer o oposto, ou seja, reduzir a esfera das emoções à lógica do mercado, trata-se de compartilhar das reflexões de quem pensa criticamente as inter-relações entre essas duas esferas. Nesse sentido compartilho com o que Illouz chamou de Capitalismo Afetivo, ou seja:

Uma cultura em que os discursos e práticas afetivos e econômicos moldam uns aos outros, com isso, produzindo o que vejo como um movimento largo e abrangente em que o afeto se torna um aspecto essencial do comportamento econômico, e no qual a vida afetiva – especialmente a da classe média – segue a lógica das relações econômicas e da troca (Illouz, 2011: 12)

Isso posto, podemos entender muita mais as relações estabelecidas no *Bolsa de Mulher* e deixa de ser estranho, se é que o estranhamento possa ser possível, a venda de produtos que podemos chamar de “emocionais”, que afirmam garantir uma solução para as questões da vida. Podemos entender também como ocorre o convívio harmônico entre mercado e o processo de sociabilidade calcado na afetividade.

Em seguida abordarei como este discurso emocional em torno da necessidade de se resolver as questões da vida, os problemas de relacionamento com as pessoas e de relacionamentos amorosos se direciona principalmente às mulheres, agindo como uma efetiva tecnologia de gênero. Autoras e autores que tem trabalhado com a esfera emocional em tempos de capitalismo, acabam deixando de lado a importante discussão de suas dimensões generificadas, dessa forma, as teóricas feministas e *queer* dão contribuições bastante relevantes no sentido de pensarmos os vários fatores que estão subsumidos no interior dessa inter-relação como, classe social, raça-etnia e, claro, gênero.

Bolsa de Mulher: subjetividade, classe e gênero

Quando abrimos a plataforma do *Bolsa*, não só seu nome e logotipo, mas suas cores, assuntos e chamadas estão claramente direcionadas a um público específico, as mulheres. Já citei acima a missão do site e devo lembrar que os sujeitos passíveis a ter necessidades, vontades e problemas emocionais, de acordo com tal discurso, é o público feminino. Não nego a existência de sites direcionados especificamente aos homens, no entanto, nestes, os discursos estão menos voltados para o aconselhamento emocional e tem menos foco na temática dos relacionamentos amorosos e afetivos. Cito abaixo o trecho de apresentação de um site masculino, o *Papo de Homem*, espaço popular com considerável número de acessos¹¹ e comentários nos posts:

¹¹ o *Papo de Homem* expõe que 100 mil pessoas já comentaram os artigos lançados.

*Falamos de cerveja, brochada, gravatas, whiskey, piercing, videogames, colesterol, liderança, truço, guitarras, orgasmo, caipirinha, carros antigos, arroz, dança de salão, café e meditação [...] desviamos do óbvio, miramos lá em cima. Se todos falam em bater na bunda durante o sexo, nós falamos em tapa na cara; se descrevem as preliminares e listam as 69 posições para “esquentar a relação”, criticamos esses dois mitos. Enquanto alguns sugerem pensamento positivo e ambição, nós aceitamos os fracassos e mostramos como a generosidade é o melhor caminho, mesmo quando tudo o que se quer é muito dinheiro.*¹²

Notamos, com o discurso mencionado acima e com o que já foi dito sobre o *Bolsa de Mulher*, que aquelas que são apontadas por estarem presas em um universo afetivo, necessitando de orientação para domar os sentimentos são as mulheres. Eva Illouz defende uma tese bastante interessante para este trabalho no sentido de apontar como estes discursos de autoajuda e autoconhecimento ganharam espaço entre o público feminino com a entrada na classe média, das ideias defendidas pelo Movimento Feminista de Segunda Onda. Ao contrário do que apontam muitos trabalhos, a autora vai mostrar como terapia e feminismo tem mais pontos em comum do que aqueles que os olhares mal informados podem constatar. Um dos livros pioneiros da chamada literatura de autoajuda foi *Self Help* de Samuel Smile, lançado em 1859, portador de uma série de biografias de homens que haviam alcançado fama e riqueza. Para Illouz, a autoajuda deste momento era masculina e as mulheres tinham pouco ou nenhum espaço nas narrativas de sucesso e independência (2011: 60). No entanto, com o avanço do movimento feminista no século seguinte e com seu foco nas narrativas de emancipação dentro da esfera da família e da sexualidade, tal discurso acabou por ser incorporado à esfera terapêutica:

O feminismo e a terapia exigiam que as mulheres examinassem e fossem examinadas. Além disso, o discurso terapêutico, tal como o feminismo, incentivava constantemente as mulheres a sintetizarem dois conjuntos de valores contraditórios, a saber, cuidado e educação, por um lado, e autonomia e autoconfiança por outro. A independência e educação, com efeito, foram os dois temas centrais do feminismo e da terapia, e propriamente sintetizados, viriam a constituir a saúde afetiva e a emancipação política. Por último, e talvez o mais importante, o feminismo e a terapia compartilhavam a ideia e a prática de converter a experiência privada em discurso público, tanto no sentido de ser um discurso com e para uma platéia quanto no de ser um discurso comprometido com a discussão de normas e valores de caráter geral, e não particular. (Illouz, 2011: 42)

Embora possamos concordar com a afirmação de Illouz sobre as influências do feminismo na esfera terapêutica, devemos ter em mente que seu trabalho aponta também para o fato de que tais discursos estiveram evidentes na fala de mulheres da classe média norte-americana; outras classes sociais não tiveram acesso a eles com tamanha ênfase. Meu trabalho mostra que o a autoajuda e o autoconhecimento, em nível de Brasil, balizam um grande acesso por parte de um elevado público de classe média baixa. De acordo com Illouz,

As linhas de falhas emocionais em nossa sociedade pode ter a ver cada vez menos com as diferenças entre a emotividade de homens e mulheres que com a diferença entre membros da classe trabalhadora e membros da classe média [...] a cultura emocional da classe média tem sido caracterizada por uma intensa introspecção e reflexividade e mesmo se tal reflexividade é mais pronunciada entre s mulheres, homens tem participado da racionalização da intimidade. (Illouz, 2011: 150)¹³

¹² <http://papodehomem.com.br/>

¹³ No original: The emotional fault lines in our society may have less and less to do with differences between men's and womens' emotionality than with differences between members of the working and middle class [...] Middle-class emotional cultura has been characterized by na intense introspectiveness and reflexivity, and even IF such reflivity is more pronounced among women, men are joining in the rationalization of intimacy.

Ainda não tenho condições de avaliar se e como tais linhas de falhas emocionais estão colocadas de diferentes maneiras entre homens e mulheres, no entanto, observamos que os discursos de autoajuda e autoconhecimento, que são direcionados as mulheres, apresentam diferença considerável em relação aquele voltado para os homens. Embora as usuárias resignifiquem, muitas vezes, tais discursos, a plataforma (assim como os livros de autoajuda lidos até então, que não entraram neste texto) se coloca bastante fixa quanto ao que pensam ser a característica do público feminino – “sensibilidade, otimismo e solidariedade. Essas são características que definem a mulher e por isso todas as nossas estratégias, produtos e ações de marketing. Nós trabalhamos por um mundo melhor e mais feminino: muito mais sensível, otimista e solidário”. Ao contrário do que mostra Illouz ao falar da cultura emocional da classe média, que tem como característica a reflexividade e a introspecção, notamos até o atual momento de pesquisa que tais atributos estão presentes também em outros níveis de classe, o que fica evidente na dinâmica de sociabilidade do *Bolsa*, da qual falaremos mais adiante.

No momento, para finalizar este trecho, pretendo apontar que os discursos presentes nos site, de maneira localizada, direcionam para a ação efetiva de uma tecnologia de gênero, nessa perspectiva, gênero seria “resultado de diferentes tecnologias sociais, de discursos e de práticas cotidianas e não uma propriedade de corpos existente a priori nos seres humanos [...] ele consiste em auto-representações produzidas nos sujeitos pelas práticas, discursos e instituições socioculturais dedicados à produção de homens e mulheres” (LAURETIS, 1994: 229). Tal conceito – o de tecnologia de gênero – está estreitamente ligado ao dispositivo da sexualidade elaborado por Michel Foucault, que se resume na rede estabelecida entre um conjunto decididamente heterogêneo de elementos, que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas (FOUCAULT, 1979: 244).

Isto posto, trata-se de pensar que os trabalhos atuais que tem tratado, em nível internacional, dos discursos de autoajuda e autoconhecimento, muitas vezes não trazem em suas pautas os reforçadores das diferenças de gênero, nem abordam a presença da reflexividade que tais discursos provocam entre as camadas populares.

(Des) usos do discurso da autoajuda contemporânea: reflexividade e resignificação na classe média-baixa

Neste momento do trabalho abordarei brevemente, nas falas de minhas interlocutoras, as práticas que embaralham as representações femininas expostas pela plataforma. Devo dizer que existe um esforço de minha parte em não deixar de ouvir as pessoas que fazem uso desses discursos atentando para a complexidade das relações sociais, as quais estão sempre mais a frente do que aquilo que podemos detectar. Neste trecho pretendo evitar os termos generalizantes que subsumem as resistências dentro de um suposto poder que viria de cima, se impor aos sujeitos. As rupturas e permanências podem aparecer aqui um tanto quanto confusas e difíceis de serem expostas e definidas; não se trata de falta de vontade da pesquisadora que vos fala, mas da própria dinâmica da realidade que desarticula as posições demasiadamente fixas e as distinções claramente definidas.

Até o presente momento conversei com 24 usuárias do site – 21 mulheres e 3 homens – e as conversas se deram via *facebook*, MSN ou *gmail*. Em alguns momentos do trabalho acadêmico, seu andamento acontece mais em nível de sorte e menos em nível de esforço intelectual ou etnográfico. Digo isso, pois no mês de dezembro tive a sorte de poder presenciar a formação de um grupo de usuárias do *Bolsa de Mulher* no *facebook*. O contato prévio com alguns dos integrantes *Bolsa* me possibilitou integrar o grupo e ter contato direto com seus 50 membros. Antes de prosseguir, é importante ressaltar o agradecimento a estas pessoas que se

disponibilizaram a apresentar-me suas vidas e frisar que os nomes que citarei aqui são fictícios, inventados por mim, visando não expor meus interlocutores.

Apontei até aqui que os discursos direcionados as pessoas do *Bolsa* apresentam clara marcação de gênero, como podemos ver no texto abaixo retirado de um dos blogs anunciados pelo site, chamado *Cartaz a Uma Mulher Carente*. Quem escreve no blog é Ney, médico, empresário e escritor:

Obviamente, o cérebro feminino também é extremamente sensível a toda sorte de estímulos, mas com um viés bem diferente do cérebro masculino. Ele responde de forma instintiva a qualquer estímulo que traduza risco para sua família. Essa é a prioridade. O cérebro feminino foi estruturado para assegurar a sobrevivência da espécie a qualquer preço e toda a mulher que tem filhos irá concordar com isso sem muita dificuldade. Os demais estímulos, inclusive os sexuais, que levam os homens a cometer desatinos capazes de aniquilar rapidamente o que construíram ao longo de toda uma vida, devem estar para as mulheres em um segundo plano absolutamente desprezível em relação à segurança e ao bem-estar dos seus filhos.¹⁴

No entanto, quando observo as relações ali estabelecidas e quando converso com as usuárias e usuários, a dinâmica se mostra mais complexa do que aponta a plataforma. Apesar de muitas de minhas interlocutoras consumirem o discurso da autoajuda, não só da plataforma, mas com a leitura de livros, a reflexão em torno do que esses textos trazem é bastante intensa. Não se trata de simples consumo intenso de um produto da Indústria Cultural, como diriam alguns frankfurtianos, trata-se de uma interessante dinâmica de reflexividade onde pensar papéis de gênero é possível e desejável, como aponta as falas de duas de mulheres, enquanto falávamos de relações amorosas. Os trechos são longos, mas julguei importante mostrá-los na íntegra:

L@rinha diz: Você e seu namorado discutem às vezes como todo casal, como você me disse... Você nota alguma diferença prática em vocês quando brigam...ou mesmo a forma como resolvem os problemas de vocês?

Tatiane diz: sim. Eu sou bem mais compreensiva e ele bem mais agitado e nervoso. Pra eu resolver problemas de discussões tenho que pensar muito como agir, o que não acontece quando estamos bebendo, os dois ficam com os nervos a flor de pele...o que na maioria das vezes causa rompimento. Nossos problemas mais sérios, na maioria das vezes, só se resolvem depois de uma briga e um rompimento momentâneo. Onde ele sente minha falta e reflete melhor sobre o que aconteceu, aí conversamos, e como ele gosta muito de mim e tem medo de me perder ele também cede um pouco. Fora isso, pra eu resolver qualquer problema, tenho que ser muito cautelosa e inteligente, pra contornar as situações, para que possamos ficar bem

L@rinha diz: ele então é mais cabeça dura? Quem pensa mais é você? Ou ambos refletem bastante sobre a relação?

Tatiane diz: ele é mais cabeça dura, bem mais... só reflete quando vê a possibilidade de me perder....aí fica com medo e para pra pensar.

L@rinha diz: e por que você acha que tendemos a ser diferentes deles, nesse aspecto?

¹⁴ <http://blog.Bolsademulher.com/neymario/>

Tatiane diz: eu acho que é por que homens não nasceram pra pensar muito, desde novos eles são educados pra serem práticos e resolverem as situações de imediato, sem ser sentimentalista. Por exemplo, quando um menino pequeno cai de bicicleta, na maioria das vezes, os pais falam “levanta, tenta novamente você é homem, não doeu nada”. Já se a situação é com uma menina, os pais correm e perguntam se ela ta bem, se se machucou, pegam no colo, dizem q vai passar. Os pais em sua maioria já educam os meninos pra serem duros e práticos e as meninas como peças frágeis, o que as tornam mais sentimentais...bom, esse é meu ponto de vista

L@rinha diz: você concorda que existe diferenças no comportamento de homens e mulheres em uma relação amorosa?

Liliane diz: engraçado, ontem assisti aquele filme brasileiro Pequeno Dicionário Amoroso e hoje cedo estava conversando com um amigo sobre isso, e o que comentei em um tópico do Bolsa sobre esse assunto. Tenho meio que preguiça de certas coisas que as pessoas apontam em relacionamentos amorosos, do tipo: o homem é o culpado, a rotina, acomodação e tal. Os gêneros realmente se comportam diferente, mas isso é provocado por uma má educação q temos ao longo da vida, assim percebo eu, porque se não existisse a guerra dos sexos e cada um “egoistamente” querer ter a razão sobre a sua razão, evitaria, pra mim, uns 70% de problemas

L@rinha diz: e você já tava algum problema ou desentendimento em relacionamentos, que apontam pra essa má educação?

Liliane diz: claro...quando namorei eu ã enxerguei assim, eu vivi a ignorância, sem saber lidar com a situação, permiti que o outro definisse o relacionamento e afundou, e depois de longos anos após o termino, entendi um monte de coisas. O que pequei na relação, o que provoquei de atitudes, essas coisas...a medida que passava o tempo, eu fui reavaliando as coisas, as ações e reações de tudo, tenho isso pra mim sabe [...] e até hoje avalio situações em que aconselho dessa maneira, olhando o lado de ambos e a postura de cada um, o que levou as conseqüências.

L@rinha diz: e que tipo de atitude você acha que tomou errado?

Liliane diz: eu ter me anulado

Os trechos acima evidenciam o oposto do que mostra a plataforma. Enquanto existe um apelo por justificar diferenças culturais com discursos biologizantes, por parte do blog citado, as usuárias refletem sobre seus relacionamentos como resultado de relações sociais mantenedoras de desigualdades de gênero. Apesar de a primeira usuária apontar, inicialmente, para um discurso com justificativas biológicas - *eu acho que é por que homens não nasceram pra pensar muito* – em seguida, apresenta uma frutífera discussão sobre a forma como considera que tais diferenças são construídas.

Considerações Finais

Tentei neste texto abordar algumas discussões que trago em minha pesquisa de mestrado: primeiro a relação que existe entre capitalismo e emoções, especificamente, entre capitalismo e o discurso em torno do autoconhecimento, da autoajuda ou, em resumo, o discurso que se propõe a ajudar as mulheres a resolverem seus problemas emocionais. Dessa forma,

não se trata somente de apontar para como os discursos e práticas afetivos e econômicos moldam uns aos outros, mas pensar de que forma eles se apresentam como afirmadores de diferenças de gênero, sendo as mulheres as que são apontadas como passíveis de receberem conselhos emocionais. No entanto, meu esforço consistiu em mostrar com as usuárias rompem com a fixidez da plataforma em um processo bastante interessante de reflexividade.

Referências Bibliográficas

- ADELMAN, Miriam. *Por amor ou por dinheiro? Emoções, Discursos, Mercados* In: Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 2, p. 117-138.
- BONELLI, Glória Maria da. *Arlie Russell Hochschild e a sociologia das emoções*. In: Cadernos Pagu. Unicamp, Campinas, (21) 2003: pp.357-372.
- COSTA, Sergio. Amores fáceis: romantismo e consumo na modernidade tardia. *Novos Estudos* (73) São Paulo: CEBRAP, 2005, pp. 111-124.
- FOUCAULT, Michel. *Micro Física do Poder*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1979.
_____. *História da Sexualidade 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
_____. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- HAZLEDEN, Rebecca. Love yourself The relationship of the self with itself in popular self help texts. In: *Journal of Sociology* Volume 39(4): 413–428.
- ILLOUZ, Eva. *Saving the Modern Soul: Therapy, Emotions, and the Culture of Self-Help*. Berkeley, CA: University of California Press, 2008.
_____. *O amor nos tempos do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- LAURETIS. A tecnologia do Gênero. In: *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Editora Rocco, Rio de Janeiro: 1994.
- MARTELLI, Carla Giani. *Auto Ajuda e Gestão de Negócios: uma parceria de sucesso*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2006. 288p.
- SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a *Gender and politics of history*. *Cadernos Pagu* (3) 1994: pp. 11-27.
_____. *Gênero, uma categoria útil da análise histórica*. *Revista Educação e Realidade* 20 (2): 71-99. Julho-Dezembro, 1995.

IRMÃO SOL, IRMÃ LUA – RELAÇÕES DE GÊNERO, REPRESENTAÇÃO E A QUESTÃO DO PODER NO COTIDIANO DAS CONGREGAÇÕES CATÓLICAS DE MARÍLIA -SP.

Brother Sun, Sister Moon - Gender Relations, Representation and Power in the daily issue of the Catholic congregations in the region of Marília-SP.

Vanessa de Faria BERTO¹

RESUMO: Tomando por base o mundo de significados que emerge do cotidiano das Congregações Católicas da cidade de Marília-SP e região, procuramos refletir acerca da construção das imagens e das representações do feminino e do masculino e suas múltiplas implicações nas mais diversas instâncias do social, pressupondo articu-

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília – São Paulo – Brasil – vanessa-bertero@ig.com.br.

lações entre práticas culturais, estruturas sociais e relações de poder, rediscutindo as estratégias simbólicas que determinam posições e comportamentos construídos por cada grupo e como sendo constitutivas de identidades.

Palavras chaves: Catolicismo, Gênero, Cultura.

ABSTRACT: Based on the world of meanings that emerge from the daily life of Catholic congregations in the city of Marília-SP and region, we reflect on the construction of images and representations of the feminine and the masculine and its multiple implications in diverse social, assuming links between cultural practices, social structures and power relations, symbolic revisiting strategies and behaviors that determine positions built by each group and as constitutive of identity.

Keywords: Catholicism, Gender, Culture.

Introdução

O presente texto diz respeito à pesquisa que está sendo realizada para nossa tese de doutoramento. O projeto foi iniciado a apenas sete meses, de modo que, como ainda nos encontramos na fase de levantamento bibliográfico e pouco nos principiamos na análise de campo, serão apresentadas algumas hipóteses e problemas relacionados ao tema ainda não comprovados de fato.

Contudo, isso não diminui a importância da pesquisa, como discutiremos neste artigo, em que estabelecemos a relevância de uma reflexão que se proponha a questionar o problema das representações e da construção do conceito de poder dentro do universo específico das Congregações Católicas da região de Marília-SP, e interpretar os processos de exclusão e de subordinação femininos ocorridos nesse meio.

“Estudando ‘mulheres’”

Muito provavelmente, a primeira dificuldade encontrada pelo pesquisador que se dedica a um objeto tão complexo – qual seja, a condição feminina em uma sociedade determinada – é a que envolve a malfadada “invisibilidade” das mulheres diante do que é *oficial*. Não por acaso, a historiografia atual, enfrentando uma crise dos modelos tradicionais, vê-se diante da necessidade de rever seus discursos, baseados na universalidade das versões, bem como, e principalmente, de dar espaço e voz aos sujeitos que até então atuavam e transitavam nas margens da construção histórica (contudo, não no declive dos acontecimentos). Entre tais indivíduos, destacam-se a “descoberta” da mulher enquanto agente social de fato e a inclusão dos estudos acerca do feminino na abordagem de gênero (MATOS: 2000).

Os trabalhos historiográficos sobre a mulher, em franca ascensão nos últimos anos, procuram privilegiar outros conteúdos e questões que abordam a participação feminina não somente em grandes espaços históricos, como a política e o trabalho, mas ainda nas microfísicas do cotidiano, atentando para as formas como as mulheres se aproveitaram de lacunas, brechas e incoerências das práticas sociais, políticas e culturais vigentes para criar resistências frente à sua submissão (D’ ALESSIO: 1997). Ganham destaque, também, a análise do papel feminino no âmbito familiar, seus padrões de comportamento, inclusive sexual, sua educação, seus códigos construídos a partir de preconceitos por vezes fundamentados em discursos de cunho médico e jurídico. Todo esse processo contribuiu por trazer à luz experiências históricas de inquestionável relevância e recuperar testemunhos femininos perdidos em relações múltiplas (BURKE: 1992).

Os movimentos feministas contemporâneos, através da crítica à rigidez das oposições binárias como categorias explicativas, têm buscado referenciais de análise menos limitados, os quais permitam integrar homens e mulheres nas suas relações, no desenvolvimento dos processos sociais (POSSAS: 2001). Nesta linha, Joan Scott (1990) apresentou uma contribuição importante ao debate ao propor o uso do gênero como categoria de análise, pela qual é possível compreender a relação entre os sexos e a constituição da sociedade, onde se inclui necessariamente a dimensão política.

A partir da perspectiva de gênero, têm sido priorizadas as investigações históricas e sociológicas que procurem incorporar as dimensões do masculino e do feminino na análise de forma relacional. Estas investigações buscam compreender a interação entre masculino e feminino na totalidade da vida social, contrariando enfoques investigativos que incompatibilizavam a mulher com a vida política ou pública, características *naturalmente* masculinas. Porém, dados levantados em pesquisas de historiadoras e antropólogas têm mostrado experiências femininas que não podem ser interpretadas a partir de definições dicotômicas, preestabelecidas. A emergência de tais dados conduziu à reavaliação de conceitos e critérios sobre as relações entre o privado e o público, bem como entre o pessoal e o político, na busca de novas alternativas de análise.

Stuart Hall (2001) chama a atenção para a discussão em torno da chamada “crise de identidade” que vem fazendo com que o sujeito tido como unificado se apresente deslocado por conta das transformações societárias ocorridas em escala global. Inicia o livro passeando pelos conceitos de identidade ilustrando que o sujeito do Iluminismo tinha como base o conceito de centralidade na pessoa humana e sua racionalidade. Já o sujeito sociológico seria caracterizado por sua capacidade de interação com o mundo e o sujeito pós-moderno seria composto por várias identidades. Hall ressalta ainda o impacto causado pelo feminismo não só no campo teórico, mas especialmente, como movimento social que, segundo ele, caracterizou-se como um dos principais descentramentos dos conceitos de sujeito iluminista e sociológico. Além disso, o autor afirma que o feminismo é um dos novos movimentos sociais que politizou a identidade feminina e contribuiu de forma importante para a contestação do *status quo*.

As novas abordagens que vêm sendo desenvolvidas a partir dessas novas indagações feministas têm dado visibilidade à presença de mulheres como agentes integrados aos processos sociais e, justamente por isto, têm também despertado inquietações teóricas em várias áreas das ciências humanas. Os dados levantados nas investigações sobre a experiência concreta das mulheres em sociedade – principalmente nas áreas da História, da Antropologia e da Sociologia – evidenciam que as atividades femininas têm-se desenvolvido também em espaços públicos como a comunidade, a organização religiosa, a vizinhança, a rua e a fábrica, lugares que não podem ser considerados como exclusivamente privados, pois envolvem intermediações e relações múltiplas de difícil enquadramento em pólos dicotômicos. Várias pesquisadoras responsáveis por estes trabalhos têm enfatizado a necessidade de serem repensados conceitos ideológicos enraizados e tidos como explicativos e, principalmente, de reavaliar o *político* no campo da história cotidiana (FARGE; PERROT, 2001).

Neste sentido, o mais importante não seriam os aspectos quantitativos da participação política feminina. Haveria, antes, que tratar das questões levantadas pelo *tipo de participação* das mulheres no político, mostrando-se a existência social e política de um sujeito feminino, no qual se reconhece um poder e que se “movimenta”, se empenha conforme a situação vivida em cada época (BLAY, 1982). Tais redefinições conceituais propostas pela crítica feminista alargaram as perspectivas de análise, reavaliando a pretensa invisibilidade e/ou marginalidade das mulheres na política.

Avelar (1987), insatisfeita com os referenciais tradicionalmente empregados na análise da participação política feminina, se preocupou em analisar “a incorporação de um instrumento teórico que possibilite captar as formas singulares da participação das mulheres na vida

política" (p. 11). A sua proposta enfatiza a necessidade de se levar em consideração as diferentes arenas de atuação política nas quais o ativismo feminino se expressa melhor, sem esquecer de considerar a família e a religião no processo através do qual as pessoas se envolvem politicamente (AVELAR, 1987).

Destarte, a revisão teórica proposta por diversos autores na análise da participação política feminina, além da crítica ao viés androcêntrico, levanta como um ponto fundamental a ampliação do conceito de política, para que abarque não apenas a política institucional, mas também agregue atividades convencionais e não convencionais (ABRAMOVAY; CASTRO, M., 1998). Esta visão ampliada inclui ainda uma redefinição dos espaços de atuação das mulheres, mostrando as interpelações entre o público e o privado.

Não se trata apenas da reivindicação feminista de politizar o privado, mas de considerar a mulher como um sujeito político, presente na esfera pública, através de espaços de visibilidade que podem ser os movimentos sociais, as campanhas e/ou os protestos políticos, os movimentos revolucionários e até os próprios departamentos femininos nos partidos políticos (AVELAR, 1987). A política adquire então outras dimensões, mais amplas, abrangendo novas práticas significativas em outros níveis além do tradicional.

A ideia de um cotidiano feminino vivido no privado, isolado dos acontecimentos políticos e sociais, não encontra respaldo em nossa investigação. Sim, a vida de muitas mulheres se constrói no espaço doméstico, mas este fato não pode ser entendido como sinônimo de isolamento e/ou conservadorismo. Contudo, ao lado das transformações individuais, pessoais, no nível do privado, se chega gradativamente a transformações no nível público.

Nesse sentido, nossa pesquisa procura dar apoio, através de exemplos empíricos, à teoria que evidencia que as mulheres, mesmo partindo da esfera doméstica, podem agir politicamente, utilizando recursos específicos, seguindo caminhos que cruzam os espaços públicos e privados.

A dimensão política não se restringe exclusivamente à esfera pública, às atividades masculinas, mas está presente também no cotidiano que homens e mulheres vivenciam em conjunto numa determinada relação histórica e que interessa analisar com um enfoque integrador, sem pré-interpretações globalizantes, sem juízos valorativos que desqualificam de antemão formas diferenciadas de envolvimento político.

Por que se propor tal análise?

Apesar de certas conquistas – inegáveis – por parte das mulheres em relação a direitos legais e à cidadania, principalmente nas últimas décadas, fica claro, contudo, que tais sucessos não alteram o quadro de assimetria entre homens e mulheres nas instâncias da esfera pública. Sabe-se que a desigual participação feminina nos espaços públicos, em especial os do poder político, que exigem representação, tem raízes históricas, relacionadas com o processo de exclusão das mulheres como sujeitos políticos no momento em que o Político era institucionalizado na esfera pública (Araújo, 2001).

Para além disso, também é historicamente observável que características recorrentes das relações sociais de gênero, desiguais e opressivas em relação às mulheres, conferiram a estas responsabilidades, materiais e simbólicas, nas diversas instâncias da esfera privada – em especial, a familiar – que, juntas, sempre funcionaram como grandes obstáculos ao acesso das mulheres à vida pública.

Claro que as conclusões de um olhar histórico retrospectivo sobre a realidade não são totalmente pessimistas. A trajetória feminina, principalmente nas últimas décadas, comprova evolução: foram conquistados espaços significativos na política, na economia, na mídia. Pesquisas apontam para o processo de *empoderamento* da mulher, o que pressupõe o reconheci-

mento e a possível superação gradativa dos problemas que resultam da discriminação por gênero.

Contudo, apesar dos avanços, ainda é latente a fragilidade das condições de vida da maioria das mulheres. Em muitos casos, é praticamente impossível o exercício da cidadania, seja sob a forma de um simples gesto de denúncia, seja através de reivindicações maiores, como educação, emprego, moradia. E, embora a discussão científica tenha avançado no que concerne a temas como identidade de gênero e o que é ser sujeito político no feminino, muitos dos ângulos possíveis de serem analisados permanecem, porém, pouco discutidos pelo movimento feminista e pela Academia.

Daí a importância de uma pesquisa que se proponha entender as dinâmicas das relações de gênero dentro de congregações católicas de uma determinada sociedade (no caso, a região de Marília-SP) – espaços onde decisões políticas são tomadas – e captar os “processos invisíveis” dos quais as mulheres, membros do clero, se utilizam para subverter os diversos obstáculos que inevitavelmente se interpõem em seus caminhos, antes de alcançar os níveis nos quais a influência e a autoridade são exercidas. Enfim, compreender a forma como a mulher clériga estabelece relações no âmbito religioso e público, como transpassa a barreira do “permitido” pelas representações culturais e o quão custoso significa romper com o tradicional.

Para Goffman (1975), o indivíduo influencia o modo como os outros o verão pelas suas ações. Por vezes, age de forma teatral para dar uma determinada impressão e/ ou para obter dos observadores respostas que lhe interesse, mas outras vezes poderá também atuar sem ter consciência disto. Muitas vezes não é o indivíduo que molda seu comportamento, mas, antes, seu grupo social ou a tradição à qual pertence.

Observar e perceber o quanto tais situações são recorrentes em um ambiente religioso, como o *Mosteiro das Irmãs Clarissa*, que vivem em situação de clausura, ou do *Instituto das Apóstolas do sagrado Coração de Jesus*, cujas clérigas são responsáveis por um “conglomerado” que inclui asilos, educandários e creches, ambas da região de Marília, impõem-nos uma necessária análise sociológica. Bourdieu (1992), ao apresentar a sociologia da religião de Max Weber, argumentou que, em toda sua vida, o sociólogo alemão se esforçou para provar a eficácia histórica das crenças religiosas, contrariando o reducionismo da teoria marxista. Chegou a ser simplista ao exaltar demais a força dos agentes religiosos na composição da história. O próprio Bourdieu, em tom de ironia, levanta que tanto Marx quanto Weber, diante de suas teorias concorrentes e complementares, se esqueceram do trabalho religioso que é realizado por agentes especializados, porta-vozes institucionais poderosos, que respondem com um tipo de prática e discurso a um tipo de necessidade e a um grupo determinados.

Nesse sentido, nossa pesquisa procura dar apoio, através de exemplos empíricos, à teoria que evidencia que a dimensão política não se restringe exclusivamente à esfera pública, às atividades masculinas, mas está presente também no cotidiano que homens e mulheres vivenciam em conjunto numa determinada relação histórica e que interessa analisar com um enfoque integrador, sem pré-interpretações globalizantes, sem juízos valorativos que desqualificam de antemão formas diferenciadas de envolvimento político.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, M. CASTRO, M. G. (orgs.) *Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base*. Rio de Janeiro: UNESCO/ CEPIA, 1998.

ARAÚJO, C. Construindo novas estratégias, buscando novos espaços políticos – as mulheres e as demandas por presença. In: MURARO, R. M., PUPPIN, A. B. *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2001.

AVELAR, L. A participação política da mulher e a ideologia do conservadorismo político feminino: subsídios para novas pesquisas. *XI Encontro Anual da ANPOCS*, Águas de São Pedro, 1987 (mimeo).

BLAY, E. A. Mulher, política e poder local. *Revista de Administração Municipal*. São Paulo/ SP. 1982. p. 8-17.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 79-98.

BURKE, P. (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

D'ALESSIO, M. M. *Reflexões sobre o saber histórico*. São Paulo: UNESP, 1997.

FARGE, A., PERROT, M. (et al). Cultura e poder das mulheres: ensaio de Historiografia. Tradução de Rachel Soihet, Rosana M. ^a Soares, Suely Gomes Costa. In: *Gênero: Revista do Núcleo Interdisciplinar de estudos de gênero - NUTEG*. V. 2, nº 1, 2º semestre de 2001. p. 07-30 .

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 11-24.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MATOS, M. I.S. *Por uma história da mulher*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

POSSAS, L. M. V. *Mulheres, trens e trilhos – modernidade no sertão paulista*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SCOTT, J. Gênero uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre.v.16. n.2, julho/dez, 1990.

GT 4: Sociedade Civil, Trabalho e Movimentos Sociais



**NOVAS DEMANDAS E NOVOS DIREITOS
NEW DEMANDS AND NEW RIGHTS**

Alessandra Guimarães SOARES¹
Mônica Sodré PIRES²
Solange Aparecida MANTOVANE³

RESUMO: Foi somente após a Segunda Guerra Mundial, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que os direitos que visam à proteção do ser humano passaram a receber maior atenção e a serem reconhecidos pela ordem internacional com vistas a garanti-los e positiva-los. O objetivo deste trabalho é, através de revisão bibliográfica, apresentar um panorama geral em relação ao surgimento de alguns desses direitos, sua aderência no plano internacional, sua influência no cenário interno brasileiro e, ainda, a abordagem desse tema na visão de alguns autores da Teoria Crítica, mais especificamente Axl Honneth (2003) e Nancy Fraser (2001).

Palavras-chave: Direitos; Movimentos Sociais; Teoria Crítica.

ABSTRACT: It was only after the Second World War, with the Universal Declaration of Human Rights, that the rights aimed at the protection of human beings began to receive greater attention and became to be recognized by the international order. The objective of this article is, to through a literature review, present an overview about the emergence of these rights on the international level, its influence on Brazilian domestic scenario and also to approach this subject by the point of view of some authors from the Critical Theory, more specifically, Axl Honneth (2003) and Nancy Fraser (2001).

Key-words: Rights; Social Movements; Critical Theory

Introdução

A discussão sobre direitos e igualdade data inicialmente de meados do século XVIII. Apesar de o tema apresentar mais de dois séculos de existência e de escrutínio pelas mais diferentes correntes e abordagens teóricas, ainda na atualidade engendra discussões motivadas, principalmente, pelas dificuldades em garanti-los. Se a passagem do tempo e as agitações sociais foram capazes de positivá-los, ainda hoje a maior dificuldade recai sobre os meios de traduzir sua normatização em prática política.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos – PPG-Pol/UFSCar – Cep: 13565-905 - São Carlos – SP, Brasil.

E-mail de contato: aleguisoares@gmail.com

² Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos – PPG-Pol/UFSCar – Cep: 13565-905 - São Carlos – SP, Brasil.

E-mail de contato: monsodre@gmail.com

³ Mestranda em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos – PPG-Pol/UFSCar – Cep: 13565-905 - São Carlos – SP, Brasil.

E-mail para contato: solangeadm2005@yahoo.com.br

Isso dito, o objetivo deste trabalho é, através de uma revisão bibliográfica, contribuir com o debate em torno da problemática dos direitos e suas garantias a partir de uma abordagem que inclui elementos tão distintos e tão interligados quanto surgimento dos primeiros direitos, mudanças originadas nos direitos humanos no âmbito da Organização das Nações Unidas, e balizas analíticas fornecidas por autores da Teoria Crítica. Em resumo, o pano de fundo para a discussão que aqui apresentamos encontra-se calcado principalmente nas trajetórias políticas dos séculos XVIII, XIX e XX e passa por marcos teóricos importantes como a constituição dos indivíduos, o surgimento do Estado e as relações entre Estado e sociedade.

Este artigo encontra-se dividido em quatro seções. Iniciaremos com alguns apontamentos sobre o cenário ao qual nos referimos, que se desenhava ao longo do período considerado, e que permite que façamos uma discussão do nosso tema em específico. Em seguida, discutiremos o surgimento dos primeiros direitos e de que modo as diferentes demandas refletem e ao mesmo tempo engendram uma sociedade em mudança. No terceiro momento, a discussão se concentrará no tema dos direitos humanos e na sua incorporação pelo sistema internacional. No último, abordaremos a temática dos movimentos sociais e dos novos direitos na perspectiva de dois autores da teoria crítica, Axl Honneth (2003) e Nancy Fraser (2001).

Os movimentos políticos e surgimento dos direitos

A política constitui-se ao mesmo tempo como uma atividade, uma ação e uma área do conhecimento. Sendo o homem um *zoon politikon*, a condição humana é essencialmente a condição política e a principal característica que nos define enquanto humanidade e civilização é justamente a organização social e a interdependência existente entre os atores socialmente constituídos. Essa interdependência não é e nunca foi de fácil operacionalização e diversos autores ao longo dos séculos dedicaram-se ao tema na tentativa de compreender o que leva os indivíduos a se agruparem e de que maneira e forma isso se dá. Os autores contratualistas, corrente de pensamento inaugurada no século XV por Maquiavel (1982) e encerrada no século XVII por Montesquieu (1995), preocupavam-se principalmente com a construção do Estado devido às grandes transformações e ao surgimento de uma nova ordem social que acabou por conceber uma nova racionalidade baseada na valorização da técnica e da razão. Nesse momento, era preciso dismantelar no plano político aquilo que os movimentos sociais já haviam iniciado e, assim, fazia-se necessário desmontar a desigualdade natural que havia entre os homens e construir o Estado como fruto da vontade humana.

Esse movimento mostrou-se de suma importância no plano político, mas as mudanças da sociedade ao longo do tempo promoveram um novo tipo de desigualdade, agora econômica, e foi necessário que o pensamento se ajustasse à nova realidade social. Assim, surgiram as classes sociais, a constatação de que culturas são capazes de produzir culturas diferenciadas, o desaparecimento do Homem e Estado universais e a conclusão de que as diferenças humana e material permeiam os indivíduos. O século XIX cristalizou as noções de contradição e movimento, e uma das grandes interpretações desse momento histórico foi dada pelo marxismo.

Gramsci (1999), um dos autores dessa corrente de pensamento, sugere o descompasso existente entre estrutura e super estrutura e acredita que a mudança da sociedade pode ser alcançada através do consenso obtido na sociedade civil. O Estado constitui-se, nesse momento, um elemento de síntese capaz de agregar grandes contradições. Para o autor, a sociedade civil é a esfera pública, um elemento mediador que se situa entre os interesses individualistas e fora da noção de estrutura conhecida como Estado. Desse modo, a alienação das massas só pode ser rompida através da via política e a construção do consenso reside no

processo de produção de uma nova visão de mundo que permita a chegada do proletariado ao poder e, assim, continuidade ao processo revolucionário. O processo de ressignificação do mundo passa por uma mudança no nível do pensamento e, uma vez que estamos em disputa por recursos escassos, é necessário que sejamos capazes de transformar interesse privado em projeto, ideologia em hegemonia. A mudança a que o autor se refere mostra-se permeada por um sentido simbólico e é nesse momento que se revela fundamental a presença do discurso.

O discurso, sua capacidade de sintetizar e revelar a multiplicidade de interesses por baixo do tecido social e seu potencial de transformação dessa mesma realidade social são objetos de discussão de autores como Hannah Arendt (1985) e Jürgen Habermas (1981). Para a primeira, a modernidade *publicizou* os problemas privados, transformando-os em domínio público. Ao mesmo tempo, *laboricizou* a esfera social, transformando tudo em recursos materiais e configurando a natureza, através do trabalho, em mera função. Assim, incitou um processo de massificação que retirou dos indivíduos suas qualidades humanas e transformou a sociedade num agregado de indivíduos sem autonomia. Assim posto, coloca-se como necessário a transformação do social através de novos modelos de organização política, viáveis através do discurso, uma vez que o homem só assume a sua condição humana e, portanto, política quando passa para o âmbito do público através do processo discursivo.

Habermas (1981) divide a realidade social em duas lógicas distintas denominadas sistema e mundo da vida, mediadas e matizadas pela ação social. Segundo o autor, a modernidade e os processos a que nos referimos acima produziram a diferenciação das estruturas de racionalidade, dissociando o sistema do mundo da vida. Com efeito, o primeiro acabou colonizando o segundo, e a transformação desse estado de coisas só se faz possível através do uso público da razão, organizado através do consenso normativo, num espaço denominado esfera pública. Esse espaço compreende, entre outros, os direitos coletivos e não somente os individuais e, desse modo, é capaz de produzir normas e tratamento igualitário dos casos uma vez que emana de todos os indivíduos. Dessa forma, a ordem jurídica só se torna legítima quando iguala a todos os indivíduos e é preciso dar voz à diversidade das formas comunicativas no processo que, no limite, visa o bem comum.

Esse cenário que buscamos apresentar de maneira sintética mostra-se fundamental para a compreensão do processo que deu início ao surgimento de novas demandas sociais, as quais, por seu turno, para existir e fazer parte do todo social, necessitam de reconhecimento pelo Estado, que se dá na forma da positivação dos direitos. Para o nosso objetivo específico, esse cenário evidencia o caldo de cultura e as condições históricas, políticas e sociais postas ao longo do tempo e que permearam e engendraram o surgimento dos direitos e de maneiras distintas de analisá-lo.

Surgimento dos primeiros direitos

Os direitos fundamentais são um fenômeno recente e as condições para o seu surgimento se deram no chamado trânsito à modernidade. Durante os séculos XVII e XVIII todo um terreno estava sendo preparado para o estabelecimento de direitos, período marcado pelas revoluções burguesas e pela ideologia liberal. Através da história desses dois séculos os direitos fundamentais foram se modificando e incluindo novas demandas da sociedade em transformação, processo natural uma vez que tais direitos não são um conceito estático e transmudam de acordo com as necessidades sociais que se apresentam em cada momento histórico.

O tema dos direitos do homem está estreitamente ligado aos da democracia e da paz. O reconhecimento e a proteção desses direitos estão na base das Constituições democráticas modernas, sendo a paz, por sua vez, pressuposto necessário para seu reconhecimento e a efetiva proteção em cada Estado e no sistema internacional. (BOBBIO, 1992).

É possível que adotemos diferentes perspectivas para tratar do tema dos direitos, tais como a filosófica, histórica, ética, jurídica e política. Inicialmente, para a discussão sobre seu surgimento, utilizaremos a perspectiva teórica adotada por T. H. Marshall (1967), pensador clássico que discorre em seu livro “Cidadania, Classe Social e Status” sobre os princípios fundamentais para a construção da cidadania. Em um segundo momento, a argumentação recairá sobre as contribuições de Noberto Bobbio, autor de “A Era dos Direitos” (1992).

De acordo com Marshall (1967), os direitos podem ser classificados linearmente seguindo uma cronologia que existiu sobretudo em países como a Inglaterra, Alemanha e França. Assim, primeiramente, ainda no século XVIII, foram conquistados os direitos civis, seguidos dos direitos políticos no século XIX e dos direitos sociais no século XX. Os primeiros estão relacionados principalmente a direitos necessários à liberdade individual, liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade e à justiça.

No que se refere aos direitos políticos, seu desenvolvimento se deu quando os direitos civis ligados à liberdade já haviam conquistado substância suficiente para justificar a proposição e a busca por um *status* geral de cidadania. Segundo Carvalho (2002), os direitos políticos se referem à participação da população no governo da sociedade através de demonstrações políticas como organização em partidos, liberdade de opinião e, sobretudo, direito ao voto e a ser votado.

É preciso destacar que ainda nesse momento a própria sociedade capitalista do século XIX tratava os direitos políticos como um produto secundário dos direitos civis. Essa situação subsistiu até o século XX quando esta posição foi abandonada e os direitos políticos passaram a ser associados direta e independentemente à cidadania como tal. Essa mudança vital de princípio entrou em vigor quando a lei de 1918, pela adoção do sufrágio universal, transferiu a base dos direitos políticos do substrato econômico para o pessoal.

No que diz respeito aos direitos sociais, até o século XIX os mesmos ainda não haviam sido incorporados ao status de Cidadania. Ainda de acordo com Marshall (1967), foi a partir da *Poor Law* (Lei dos pobres) que surgiu gradativamente a ideia dos direitos sociais, cujo objetivo geral não era criar uma nova ordem social, e sim preservar a existência com um mínimo de mudança essencial, oferecendo assistência somente àqueles que devido à idade e à doença eram incapazes de sobreviver. Tal lei garantia somente os direitos sociais mínimos e de acordo com o autor já estava condenada ao fracasso devido ao espírito dominante da época. Segundo Marshall:

A *Poor Law* tratava as reivindicações dos pobres não como uma parte integrante de seus direitos de cidadão, mas como uma alternativa deles, como reivindicações que só poderiam ser atendidas se deixassem de ser cidadãos, pois os indigentes abriam mão, na prática, do direito civil da liberdade e eram obrigados por lei a abrir mão de qualquer direito político que possuíssem. O estigma associado a assistência aos pobres exprimia os sentimentos profundos de um povo que entendia que aqueles que aceitassem assistência deveria cruzar a estrada que separava a comunidade de cidadãos da companhia dos indigentes. (MARSHALL, 1967, p.72).

Somente no início do século XX, quando as ideias liberais começaram a ser questionadas pela sociedade, surgiram os defensores do liberalismo social, partidários da participação do Estado na promoção do bem estar dos indivíduos através da política do Estado de bem-estar social. Os direitos sociais expressavam o amadurecimento de novas exigências e novos valores, como os do bem estar e da igualdade não apenas de maneira formal, mas sim efetivados por meio do Estado.

Data desse período o surgimento dos direitos sociais vinculados ao status de cidadania e cujo objetivo consistia em eliminar o privilégio hereditário, proporcionar o direito a todos de mostrar e desenvolver diferenças ou desigualdades e, em suma, proporcionar o

direito igual de ser reconhecido como desigual.

Foi somente após a Segunda Guerra Mundial que o problema passou para a esfera internacional, envolvendo pela primeira vez todos os povos. Um marco dessa passagem ocorreu com a Declaração Universal dos Direitos do Homem aprovada pela ONU em 1948, momento em que pela primeira vez um sistema de princípios fundamentais da conduta humana foi livre e expressamente aceito através de seus respectivos governos, pela maioria dos homens. Somente após a Declaração Universal foi possível ter certeza de que grande parte da humanidade partilhava certos valores comuns. Assim, foi possível também a partir desse momento crer na universalidade dos valores e no sentido de que tal crença é historicamente legítima, não por haver sido dada objetivamente, mas por ser algo subjetivamente acolhido por todos os homens.

Com a supracitada Declaração tem-se a última fase na qual a afirmação dos direitos é, ao mesmo tempo, universal e positiva. Universal no sentido de que os destinatários dos princípios nelas contidos não são mais apenas os cidadãos deste ou daquele Estado, mas todos os homens; positiva no sentido de que põe em movimento um processo, cujo final os direitos do homem deverão ser não mais apenas proclamados ou apenas idealmente reconhecidos, porém efetivamente protegidos, até mesmo contra o próprio Estado que os tenha violado. Isso posto, segundo Bobbio (1992), o problema fundamental em relação aos direitos do homem não é tanto justificá-los, mas protegê-los.

Os desenvolvimentos apresentados por Marshall (1967) são úteis à nossa abordagem por apresentar uma cronologia do surgimento dos direitos e permitir que tenhamos contato com as dificuldades envolvidas no seu processo de reconhecimento e positividade, além de evidenciar a importância das agitações sociais e políticas que acompanham todo momento de ruptura em sociedades em constante transformação.

Noberto Bobbio, em trabalho publicado em 1992, reúne uma coletânea de escritos sobre os direitos do homem. Segundo o autor, embora este não seja um tema recente, permanece ainda mal formulado nos dias atuais. Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do movimento histórico e, desse modo, não podem ser dissociados: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos não há democracia e sem democracia não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos.

Ainda segundo o autor, as diferentes gerações de direitos comprovam que os mesmos nascem quando podem ou devem ou quando o aumento do poder do homem sobre o homem, que acompanha o progresso técnico, e o domínio do homem sobre a natureza, cria novas ameaças à liberdade e movimentações para a busca de novas soluções para os problemas que estão postos. Em suma, as exigências nascem somente quando surgem determinadas necessidades; necessidades nascem em função da mudança de condições sociais e quando o desenvolvimento técnico permite fazê-lo.

Uma das principais contribuições do trabalho de Bobbio diz respeito à relação que se estabelece entre teoria e prática quando se trata da questão dos direitos. Segundo o autor, o discurso e a linguagem emprestam uma força particular aos movimentos que reivindicam a satisfação de novas demandas. No entanto, esse mesmo discurso tende por vezes a obscurecer e ocultar a relação perversa que pode se estabelecer entre teoria e prática, entre o direito reivindicado e o direito protegido e reconhecido.

Assim, o problema atual em relação aos direitos não é de fundamentos, mas de garantias: trata-se de encontrar meios para a realização dos direitos já estabelecidos. Trata-se não mais de um problema filosófico, mas sim de um problema político, operacionalizado a partir de cada sociedade e de cada fundamento possível dentro dela.

Ainda segundo Bobbio (1992), o processo de institucionalização dos direitos segue determinadas etapas e é possível distinguir quatro delas: (1) processo de positividade, no qual se deu a passagem do Direito Natural Racionalista ao Direito positivo realizada a partir das

revoluções liberais burguesas; (2) processo de generalização, que inclui a extensão do reconhecimento e proteção dos direitos de uma classe a todos os membros de uma comunidade como conseqüência da luta pela igualdade real; (3) processo de internacionalização que compreende a tentativa de internacionalizar os direitos humanos e criar sistemas de proteção internacional mais ou menos regionais de acordo com cada sistema e (4) processo de especificação, atual e que diz respeito à tentativa de mudanças na mentalidade da sociedade e em que se considera a pessoa em situação concreta para atribuir-lhe direitos.

Em suma, o autor sugere que a efetivação de uma maior proteção dos direitos do homem está ligada ao desenvolvimento global de uma civilização humana de modo que os cidadãos se tornem cidadãos do mundo, que as fronteiras deixem de ser regulatórias e marcos normativos, que se tenha a substituição de uma garantia nacional por uma internacional quando a primeira for inexistente ou mesmo insuficiente. É nesse sentido, de delimitar os contornos assumidos pelos direitos no plano internacional, que desenhamos a próxima seção. Daremos especial ênfase à Declaração Universal dos Direitos do Homem e ao papel da Organização das Nações Unidas no processo de reconhecimento e positivação dos direitos.

Internacionalização e Internalização dos Direitos Humanos

Com as atrocidades vivenciadas na Segunda Guerra Mundial os direitos humanos deixaram de ser tratados como assunto interno de cada Estado, uma vez que esses eram os seus maiores violadores. Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pelas Nações Unidas em 1948, esses direitos passaram a integrar o rol das relações internacionais modificando todo o sistema *westfaliano*, que tinha como atores exclusivos os Estados soberanos e que passou, nesse momento, a conferir à pessoa física a qualidade de sujeito do direito além da jurisdição doméstica (ALVES, 2005).

A referida Declaração alçou os direitos humanos a outro patamar, lançando os alicerces de uma nova e profusa disciplina jurídica, o Direito Internacional dos Direitos Humanos, proporcionando base legislativa às lutas políticas pela liberdade, inspirado a maioria das constituições nacionais e, assim, garantindo a positivação dos direitos à cidadania.

Ao longo de mais de 60 anos de existência da Organização das Nações Unidas (ONU), a instituição conseguiu mobilizar consciências e agências, governamentais e não governamentais para atuações solidárias, esboçando uma sociedade civil transnacional e transcultural capaz de promover, com ética e sem interferência na soberania dos Estados, conquistas de grande relevância como o fim do regime de *apartheid* na África e na luta em defesa da causa palestina.

É preciso destacar que nenhuma dessas conquistas ocorreu em curto prazo ou se verificou sem controvérsias ou lutas. As dificuldades encontradas pela ONU para ampliar os direitos humanos não foram poucas. Seus dois principais tratados de direitos humanos, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos, levaram respectivamente 20 anos (1966) e trinta anos (1976) para entrar em vigor no âmbito internacional e até hoje não receberam a adesão de todos os países.

Embora críticas ao papel da ONU e à sua relevância não sejam raras e poucas é preciso ter em mente que a negociação de um tratado envolve diversos países, com culturas das mais variadas, regimes políticos diferenciados, entre outras particularidades de cada Estado-parte. Ainda, há de se levar em conta a especificidade das matérias de direitos humanos. Diferentemente dos demais tratados internacionais, onde há uma troca de favores conjugada com interesses dos Estados-parte para a assinatura, com cláusulas de responsabilidade e, em alguns casos, penalidades pelo não cumprimento, os tratados de direitos humanos não pressupõem uma troca de favores e, no máximo, se não assinados, ou

não cumpridos podem macular a imagem do Estado-parte uma vez que a ONU não detêm o poder de interferência no Estado.

A impossibilidade de interferência da ONU na soberania de cada Estado é alvo recorrente de críticas da Comunidade Internacional. No entanto, vale relembrar que a Organização é composta de Estados soberanos, cada qual com seus próprios interesses. Assim, conceder poderes de interferência na soberania de outro Estado a uma Organização ou a qualquer outra entidade se mostra arriscado, pois pode dar margens a ações escusas travestidas sobre o pretexto de proteção aos direitos humanos. Exemplo recente desses acontecimentos encontra-se na Guerra do Iraque.

Inobstante todos os empecilhos encontrados pela ONU, entendemos que ela foi e ainda é um dos principais organismos internacionais de promoção e proteção aos direitos humanos, responsável, juntamente com outros organismos, por auxiliar na inserção de diversos direitos no ordenamento jurídico internacional e doméstico de seus Estados-parte.

Ao longo de sua trajetória a ONU sofreu diversas mudanças em sua estrutura e na forma como percebia os direitos humanos. Dentre elas podemos destacar a transição do Sistema Geral da ONU para o Sistema Especial de Direitos Humanos (CESAR, 2002). Segundo a autora, no primeiro sistema o sujeito de direito era abstrato, ou seja, toda e qualquer pessoa. No Sistema Especial de Direitos Humanos o sujeito de direito passa a ser concreto, o que significa que há necessidade de se reconhecer as diferenças, as especificidades e as particularidades de cada indivíduo ou grupo social, tais como: etnia, raça, cor, idade, sexo, entre outras.

Essa alteração possibilitou e trouxe a consolidação de novos direitos. O sistema normativo internacional passou a reconhecer e a tutelar os direitos das crianças, idosos, mulheres, vítimas de torturas e discriminações. Surgiram novas convenções visando assegurar esses direitos e a título de exemplo temos: a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (adotada em 1979)⁴; a Convenção Internacional para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (adotada em 1966); a Convenção sobre os Direitos das Crianças (adotada em 1989).

O reconhecimento desses novos direitos pela ONU e a sua adoção nas Convenções foi o primeiro passo para a internacionalização do reconhecimento dos direitos à diferença⁵. A positivação desses direitos no cenário internacional influenciou o reconhecimento desses direitos pelos Estados-parte da ONU signatários dessas Convenções, com sua consequente positivação no âmbito doméstico.

Apesar das conquistas ao longo de mais de 60 anos de existência da Organização, os direitos humanos são violados ainda nos dias atuais. No entanto, o discurso dos países violadores não se mantém o mesmo e quando pressionados por alegações de violações, tais governos procuram refutá-las com argumentos outros que não a apelação às tradições culturais. Suas justificativas se dão então à luz de dificuldades internas, ou, quando não, reconhecem os problemas existentes, descrevendo esforços empreendidos para resolvê-los.

O respeito e o gozo dos direitos humanos apenas pode se dar com a sua positivação tanto no cenário internacional quanto no doméstico e um exemplo dessa relação e da influência da ONU nesse sentido encontra-se na Emenda Constitucional 45/2004 que no Brasil conferiu caráter de emenda constitucional aos tratados de direitos humanos.

⁴ A adoção significa que a Convenção elaborada pela Comissão de Direitos Humanos da ONU, atual Conselho de Direitos Humanos, foi acordada pelos Estados membros e aprovada pela Assembleia Geral da ONU. Após a aprovação pela Assembleia a Convenção é aberta para a assinatura dos Estados membros e a mesma só entra em vigor no cenário internacional após a obtenção de um número mínimo de ratificações dos Estados-membros.

⁵ A expressão direito à diferença é utilizada aqui para dar sentido aos direitos que abrangem um determinado indivíduo, ou um grupo de indivíduos com as mesmas características (negros, asiáticos, crianças, entre outros).

A positivação desses direitos é importante, mas infelizmente esbarra, para sua efetivação, em dois principais obstáculos: (1) o acesso aos direitos fundamentais à apenas uma pequena parcela da população e (2) na incapacidade do Estado de garantir a não-discriminação. O resultado é que o indivíduo discriminado internamente busca outras “comunidades” para a auto proteção e a auto construção da identidade. A despeito disso, ocorre que a identificação com uma comunidade não é o suficiente é preciso que ela também seja reconhecida pelo Estado, para que ocorra a necessária positivação desses direitos particularizados.

Não se pode esquecer, no entanto, que não cabe somente ao Estado a proteção aos direitos humanos. Cumpre também à sociedade como um todo o auxílio à proteção desses direitos, em especial os direitos específicos, como o das mulheres, das crianças, dos indígenas e das minorias oprimidas. Torna-se urgente que a sociedade civil assuma sua responsabilidade e atue conjuntamente com o Estado com vistas a evitar a violação difusa e garantir o direito a ter direitos.

Movimentos Sociais como categoria analítica e teoria crítica da sociedade contemporânea

De acordo com Mendonça (2007), até o início do século XX, o conceito de movimentos sociais contemplava apenas a organização e ação dos trabalhadores em sindicatos e, a partir da década de 60, os estudos da área de Ciências Sociais deram consistência teórica ao tema. Alain Touraine (1989 *apud* Mendonça, 2007) foi um dos principais expoentes desse movimento e, para o autor, os movimentos sociais seriam o próprio objeto da Sociologia.

Segundo Goss e Prudêncio (2004), a análises das ações coletivas através da denominação de movimentos sociais veio preencher uma lacuna deixada por certo esgotamento do conceito marxista de classe social, teoria predominante nas Ciências Sociais até o final da década de 70. De acordo com LaClau (1986 *apud* Goss e Prudêncio, 2004), os teóricos marxistas debatiam excessivamente sobre a questão das classes, considerando-a uma categoria óbvia e transparente. Tal percepção começou a ser alterada em meados da década de 70 quando novas questões foram introduzidas na análise da realidade social, com ênfase na microestrutura, a ampliação de fatores de análise para além do econômico, deslocamento da atenção da sociedade política para a sociedade civil e da luta de classes para os movimentos sociais.

Ainda de acordo com LaClau (1986 *apud* GOSS e PRUDÊNCIO, 2004), mais recentemente surgiram novos movimentos sociais, centrados em questões identitárias. Esses movimentos tendem a criar e politizar espaços alternativos de luta e não se baseiam num modelo único totalizante da sociedade. Para Touraine (1998 *apud* GONH, 2007), é preciso ter muito claro que nem todo e qualquer tipo de ação coletiva se configura num movimento social e, nesse sentido, os movimentos sociais não estão a serviço de nenhuma sociedade perfeita, mas lutam pela democratização das relações sociais. Ademais, o autor propõe uma tipologia dos movimentos sociais e classifica-os em três tipos:

1) Movimentos sociais que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais: são movimentos de segmentos sociais excluídos e em geral pertencentes às camadas populares, caso da luta das mulheres e dos afro descendentes.

2) Movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, no meio urbano e no rural, que demandam acesso e condições necessárias para realizá-los.

3) Movimentos globais ou globalizantes que buscam modificar a mentalidade de diferentes sociedades e chamar a atenção para uma questão específica compartilhada por todos, caso das questões relativas ao meio ambiente.

Gohn (2007), ao classificar as teorias que abordam os movimentos sociais, identifica quatro grupos principais. Para o presente trabalho, trataremos mais adiante do segundo tipo.

1) Teorias construídas a partir de eixos culturais e ligadas ao processo de construção de identidades.

2) Teorias focadas no eixo da justiça social, que destacam as questões do reconhecimento (das diferenças, das desigualdades) e as questões da redistribuição (econômica como uma maneira de compensar as injustiças).

3) Teorias que destacam a capacidade de resistência dos movimentos sociais.

4) Teorias que canalizam todas as atenções para os processos de institucionalização das ações coletivas.

Teoria crítica da sociedade contemporânea

Os teóricos críticos, em suas interpretações sobre a realidade social, contrapõem-se à teoria tradicional e cartesiana buscando aliar teoria e prática e incorporar ao pensamento filosófico as tensões do presente. Comumente associada à Escola de Frankfurt e ao trabalho pioneiro de Horkheimer publicado inicialmente em 1937, apresentou diferentes gerações de teóricos. Para o trabalho que aqui desenvolvemos optamos por delimitar as contribuições trazidas por Axl Honneth (2003) e Nancy Fraser (2001) e que tem como pano de fundo as discussões habermasianas.

Jürgen Habermas (1981), em diversos trabalhos publicados ao longo da década de 80, propõe o conceito de esfera pública e defende uma democracia deliberativa. O primeiro seria o espaço no qual os indivíduos, dotados e baseados em recursos argumentativos, poderiam pensar e agir de maneira política, e o qual seria também capaz de introduzir no sistema político os conflitos existentes na periferia. Segundo Lubenow (2010), a teoria da democracia deliberativa é resultado da tentativa de formular uma teoria democrática a partir de dois modelos normativos que dominavam o debate até aquele momento: o liberal e o republicano.

Desse modo, ainda segundo o autor, o modelo procedimental deliberativo, através da incorporação de elementos dos dois modelos acima citados, acaba por propor novos procedimentos ideais para deliberação e tomada de decisão e considera a participação dos cidadãos como fundamental para compreensão do processo democrático. Deliberação nesse caso não é somente uma etapa da discussão que antecede a decisão, mas sim o momento no qual são justificadas as escolhas e decisões políticas a partir de razões que todos podem aceitar. Com o paradigma procedimental, a determinação do sentido da igualdade é lançada no campo político de comunicação pública. Assim, o conteúdo da igualdade jurídica deve ser considerado objeto de uma disputa política, e o seu sentido decidido pelos participantes do processo político através da formação democrática da opinião e da vontade.

Assim como mencionado anteriormente, tanto Honneth (2003) quanto Fraser (2001) utilizam parte dos pressupostos habermasianos, embora tenham posições teóricas diferentes das do autor e que também divergem entre si. Para ambos, a obra habermasiana se mostra dotada de incansável procedimentalismo e permeada por um caráter idealista. Ao mesmo tempo, a proposta de uma reforma democrática das instituições não seria tão radical assim e processo de deliberação sobre o qual o autor tanto discorre seria mais ideal que efetivo.

De acordo com Lubenow (2010) a posição de Fraser (2001) é de que a política da teoria crítica teria se afastado dos movimentos sociais e, assim, perdido seu projeto emancipatório uma vez que sua função é resolver casos concretos e auxiliar na solução de conflitos. Tendo em mente preocupações com redistribuição e igualdade, Fraser (2001) discorre sobre as disparidades sociais e a exclusão das mulheres da esfera pública proposta por Habermas (1981). Para a autora, a esfera pública sempre se configurou um instrumento de repressão e distinção e a condição fundamental para que se atinja a igualdade participativa está na eliminação das desigualdades sociais. Para que isso seja possível, torna-se necessário o reconhecimento efetivo de certos públicos alternativos nos quais são produzidos discursos marginalizados da esfera pública oficial.

Desse modo, os discursos alternativos não seriam abarcados por uma esfera pública homogênea, mas sim em várias esferas “fragmentadas” e autônomas, capazes de se organizar de maneira independente e de trazer para discussão temas e conteúdos politicamente relevantes. Com efeito, o desafio que se coloca diz respeito a como operacionalizar reconhecimento cultural e igualdade social de maneira que uma demanda não enfraqueça a outra. Ao mesmo tempo, tal esforço requer a necessidade de se compreender as maneiras pelas quais as desvantagens econômicas e o desrespeito cultural estão imbricados um no outro. (LUBENOW, 2010).

Em suma, o argumento de Fraser (2001) é de que não se pode ignorar a relação indissociável que se estabelece entre injustiça cultural e injustiça econômica. As lutas por gênero são um exemplo e permitem conciliar as duas demandas. Assim, há a proposição de dois tipos de ação tidas como remédios, os do tipo afirmativos e os do tipo transformativos.

Axl Honneth (2003) ocupou o posto que era de Habermas na Universidade de Frankfurt a partir de 1996 e, segundo Lubenow (2010), desenvolveu uma variante significativamente diferente de Habermas (1981), focada não no entendimento e no consenso, mas nas dimensões psicológicas e pessoais da dominação e da emancipação.

Uma das críticas à Habermas (1981) está no equívoco do autor ao considerar como base da interação social o consenso e não o conflito, sendo sua gramática a luta por reconhecimento. Do mesmo modo, Honneth (2003) não concorda com a separação de Fraser (2001) entre demandas por reconhecimento e redistribuição para compreender a conexão entre cultura e economia no capitalismo. De acordo com o autor, essa dicotomia entre lutas suprime as lutas por reconhecimento presentes em todos os conflitos por igualdade legal. Para entender a especificidade do capitalismo contemporâneo e a inter relação entre as injustiças culturais e econômicas é fundamental uma análise da gramática moral que está por trás de todos os conflitos sociais.

Para Mattos (2004), a diferença entre os autores em relação à discussão filosófica do tema do reconhecimento é pautada pela filiação teórica de cada um deles à tradição de pensamento. Fraser (2001) se mostra mais próxima de Kant (1989) enquanto Honneth (2003) se mostra mais próximo de Hegel (1941).

Para Kant (1989), a característica principal dos seres humanos é partilhar de um potencial comum de racionalidade. A partir disso, foram criados os pressupostos da razão crítica, na qual as ações são justificadas e validadas pelo seu caráter universalista. Assim, qualquer sujeito moral agiria tendencialmente do mesmo modo devido ao imperativo moral existente dentro de cada um dos indivíduos e a fonte de moralidade seria então o monólogo do sujeito consigo mesmo, as ações baseadas no imperativo da razão.

Hegel (1941), ao contrário, defende que a circunstância primordial do sujeito moral é a de que ele está desde sempre situado dentro de um contexto ético maior que o define, em grande medida também como ator moral. Assim, a fonte de moralidade são os acordos intersubjetivos baseados no reconhecimento recíproco, que se apresentam em constante

transformação devido às evoluções da sociedade e dos indivíduos de acordo com o surgimento de novas etapas de reconhecimento.

Desse modo, Honneth (2003), seguindo a tradição hegeliana, defende que o desejo de auto realização individual estaria por trás de todas as lutas por reconhecimento. Por outro lado, Fraser (2001) deseja ver o reconhecimento não como uma auto realização individual, mas sim como uma questão essencialmente de justiça. Seguindo a tradição kantiana, a autora se propõe a mostrar que a categoria do reconhecimento pode ser mais bem explicada de acordo com um padrão universal de justiça a partir do pressuposto de igual valor do ser humano. Com efeito, não reconhecimento é analisado pelas práticas discriminatórias institucionalizadas e, para a autora, é possível fundar um padrão de justiça com base na ideia de participação paritária. (MATTOS, 2004).

Ainda de acordo com a autora, a vantagem de se compreender reconhecimento como um critério de justiça e não auto realização permitiria justificar as lutas como moralmente obrigatórias em condições modernas de pluralismo, deixando os componentes do valor ético e da auto realização num segundo plano. Disso deriva que a participação paritária configura-se como o principal objetivo da teoria da justiça, justificável de acordo com os critérios universalistas da razão. Para Fraser (2001), as injustiças de *status* emanam da estrutura do capitalismo moderno e não sofreram grandes modificações na passagem da sociedade tradicional para a moderna.

Fraser (2001) acredita que é possível extinguir os padrões que hierarquizam a sociedade moderna através do crescimento de uma sociedade civil plural. Por não acreditar que seja possível analisar os conflitos sociais isolando as duas dimensões econômica e cultural, a proposta da autora é a utilização de um dualismo de perspectiva que permita analisá-las de maneira indissociável. Sua crítica é de que grande parte dos estudos multiculturais acaba por negligenciar a hierarquia de classes que se esconde por trás do não reconhecimento.

Honneth (2003), por outro lado, não concorda com a separação de Fraser (2001) entre demandas por reconhecimento e redistribuição para compreender a conexão entre cultura e economia no capitalismo. Essa dicotomia entre lutas suprime as lutas por reconhecimento presentes em todos os conflitos por igualdade legal. Para ele, Fraser (2001) supervalorizou a experiência americana ao falar dos movimentos sociais e torna-se perigoso falar de tais movimentos como se eles fossem iguais em todos os lugares e durante todo o tempo. Ainda, considerar a importância da esfera pública como única evidência dos problemas sociais seriam incorrer em outro erro, uma vez que é necessário que se considerem as esperanças e as motivações dos cidadãos. (MATTOS, 2004).

Em suma, embora adotem filiações teóricas distintas e tenham, assim, diferentes posicionamentos sobre do que se trata a questão dos direitos, algo comum à discussão dos autores é a necessidade de se prestar atenção ao surgimento de culturas distintas, à inexistência de uma Cultura universal e que, apesar disso, se pretende homogênea e que no limite hierarquiza, condena algumas manifestações e guarda um local privilegiado para outras. Com efeito, a possibilidade para as transformações reside num empenho político, baseado no discurso e na razão e no reconhecimento comum e partilhado do direito a se ter direitos.

Considerações finais

Foi com o objetivo de apresentar um panorama geral sobre tema dos direitos, seu processo de surgimento, reconhecimento e positivação que este trabalho foi proposto. Entendemos que uma discussão sobre essas questões não pode perder de vista o cenário em que as mesmas ocorreram e se dão. Apesar de divergências teóricas no entendimento da questão dos direitos, uma discussão que emana desses debates é o tipo e a qualidade da

democracia que buscamos e de como possibilitar que diferentes vozes, oriundas da diversidade existente no tecido social, sejam ouvidas. As discussões permitem também que façamos reflexões sobre o contrato social que se estabelece diariamente entre indivíduos e sociedade e sobre categorias como representação e reconhecimento e que parecem muitas vezes aprisionar e marginalizar grande parte dos indivíduos. No limite, permitem que questionemos até mesmo a constituição da categoria indivíduo e a necessidade de sua resignificação num mundo em constante mudança.

Referências Bibliográficas

- ALVES, José Augusto Lindgren. **Os direitos humanos na pós-modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- ARENDT, Hannah. **Da violência**. Ed. Universidade de Brasília, 1985.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CESAR, S.E.M. **Congresso Nacional e a Política Externa Brasileira**. Brasília, 2002. (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – Universidade de Brasília, 2002.
- FRASER, Nancy. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista”. In SOUZA, J. (org). **Democracia Hoje**. Brasília, Ed. UNB, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. “Mulheres - atrizes dos movimentos sociais: relações político culturais e debate teórico no processo democrático”. **Revista Política e Sociedade**. Nº11, pp. 41-70, outubro de 2007.
- GOSS, Karine Pereira; PRUDÊNCIO, Kelly. “O conceito de movimentos sociais revisitado”. **Revista eletrônica de pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol 1, nº 2, pp. 75-9, jan-julho, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.
- HABERMAS, Jürgen. **The Theory of Communicative Action: Reason and the Rationalization of Society**, vol. 1, Cambridge, Polity Press, 1981.
- HEGEL, G. W. F. **La Phénoménologie de l'Esprit**. Paris, Editions Montaigne, 1941.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- HORKHEIMER, M. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica**. In Benjamin, W; Horkheimer, M; Adorno, T.W.; Habermas, J. Textos Escolhidos. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- LUBENOW, Jorge Adriano. “As críticas de Axel Honneth e Nancy Fraser à Filosofia Política de Jürgen Habermas”. **Revista Veritas**, v.55, n. 1, pp.121-134, jan/abr. 2010.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MATTOS, Patrícia. “O reconhecimento, entre a justiça e identidade”. **Revista Lua Nova**, nº63, pp. 143-161, 2004.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1982.
- MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, baron de la Brède et de. **O espírito das leis**. 2. ed. Tradução de Fernando Henrique Cardoso, Leôncio Martins Rodrigues. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1995.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <http://www.un.org/>. Acessado em 13 de janeiro de 2011.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM MODELO ORGANIZACIONAL DE TRABALHO PARA AS MULHERES TRABALHADORAS?

SOLIDARITY ECONOMY: A MODEL OF ORGANIZATIONAL WORK FOR WOMEN WORKERS?

Alyson Thiago Almeida RAMOS¹

Resumo: Nas últimas décadas, a sociedade brasileira vem sendo caracterizada, por uma atuante presença feminina no mercado de trabalho. As mulheres têm atingido um grau expressivo de escolaridade, aumentando sua inserção no mercado formal e conquistando cada vez mais a independência econômica. Por outro lado, encontram-se mulheres trabalhadoras com baixa qualificação e escolaridade, idade avançada que possuem poucas expectativas quanto a empregos bem remunerados ou com direitos sociais garantidos. Por consequência, elas estão mais expostas aos aspectos relacionados à pobreza e à exclusão. Contra esses problemas, tem crescido a participação de mulheres em iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseadas no associativismo e em princípios de autogestão. Seria uma nova configuração do trabalho, a partir do *trabalho associado*. Essas iniciativas, referenciadas no chamado campo da Economia Solidária, são fomentadas como alternativas de geração de renda, oportunidade de trabalho e inclusão. O objetivo desse trabalho é investigar a inserção das mulheres na Economia Solidária analisando se esse tipo de trabalho tem trago autonomia, reconhecimento, qualificação e autoestima a elas. Estão sendo estudados três empreendimentos solidários de grande atuação feminina em duas cidades da região do norte de Minas Gerais. Os dados estão sendo coletados por meio de questionários e entrevistas.

Palavras-chave: Trabalho. Mulheres. Economia Solidária.

Summary: In recent decades, Brazilian society has been characterized by an active presence of women in the labor market. Women have achieved a significant degree of education, increasing their inclusion in the formal market and gaining more and more economic independence. On the other hand, are working women with low skills and education, elderly who have few expectations of well-paying jobs or social rights guaranteed. Consequently, they are more exposed to issues related to poverty and exclusion. Against these problems, has grown the participation of women in popular initiatives to generate employment and income, based on principles of association and self-management. It would be a new configuration of the work, from the associated work. These initiatives, called the referenced field of Economic Development, are promoted as alternatives for income generation, job opportunity and inclusion. The aim of this study is to investigate the inclusion of women in Solidarity Economy analyzing whether such work is bring autonomy, recognition, qualifications and self-esteem to them. Three projects are being studied acting in solidarity with women in two large cities of the northern region of Minas Gerais. Data is being collected through questionnaires and interviews.

Keywords: Labor. Women. Solidarity Economy.

Introdução

No contexto das últimas décadas do século XX, o mercado de trabalho passou por uma reestruturação devido à forte volatilidade dos mercados, da competição, como também da redução dos lucros decorrentes das transformações econômicas e políticas do período. Esse processo aumentou o número de desempregados, de demissões e subempregados, impondo de acordo com as circunstâncias contratos de trabalho mais flexíveis, seja temporários, parciais ou subcontratados. O peso da instabilidade, da insegurança desse período abateu-se sobre os

¹ Sociólogo. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar. Bolsista-FAPESP. E-mail: thiaguitoramos@yahoo.com.br

trabalhadores menos qualificados, sobretudo as mulheres, reforçando o processo de exclusão de trabalhadores no mercado de trabalho.

Mulheres pobres, trabalhadoras com baixa ou nenhuma qualificação, possuem poucas expectativas quanto a empregos bem remunerados ou com direitos sociais garantidos. Além disso, são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e o cuidado com os filhos ocasionando uma sobrecarga. Por consequência, estão mais expostas às flutuações do mercado de trabalho. Tem crescido a participação de mulheres em iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseadas no associativismo. Seria uma nova configuração do trabalho, a partir do trabalho associado em um contexto de forte exclusão social. Essas iniciativas, referenciadas no chamado movimento de economia solidária, são fomentadas como alternativas de geração de renda, oportunidade de trabalho e inclusão social. Esse movimento vem viabilizando atividades de produção, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo.

A economia solidária reúne um conjunto de iniciativas econômicas direcionadas para o interesse coletivo e baseadas na solidariedade. Mulheres excluídas do mercado de trabalho formal, com baixa escolaridade e qualificação, e idade avançada, têm se inserido nesses espaços. Para Guérin (2005) e Ribas Bonet (2005), a inserção das mulheres na economia solidária é uma possibilidade para a conquista de maior igualdade de gênero. Tais experiências consistiriam em espaços intermediários entre público e privado e contribuiriam para o rompimento de algumas dificuldades impostas às mulheres.

Uma breve reflexão conceitual das relações sociais de gênero

Os estudos que privilegiam as mulheres e as relações sociais de gênero são recentes e fortemente influenciados pelos movimentos sociais feministas com destaque para as produções a partir de 1970. Segundo Machado (1994), novas perspectivas e questionamentos são inseridos às diferentes disciplinas, que criticam de forma articulada o poder masculino sobre as mulheres. Sorj (1992) afirma que o conceito central de categoria de gênero unifica o conjunto de estudos feministas e lhe fornece um argumento fundamental que envolve pelo menos duas dimensões. A primeira compreende a idéia de que o equipamento biológico sexual inato não é capaz de explicar o comportamento diferenciado masculino e feminino, observado na sociedade e a segunda envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos e que cabe às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social. O estudo da condição feminina, do papel da mulher na história e na sociedade passa a ser substituído pelo estudo das relações de gênero sem, entretanto, perder o caráter de denúncia da parte oprimida.

Na concepção de Nogueira (2001), o gênero consiste numa ideologia onde as diferentes narrativas são criadas, envolvendo através do seu discurso a construção da masculinidade e feminilidade como pólos opostos e essas distinções são apresentadas dentro da sociedade. Partindo dessa lógica, o gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas (SAFFIOTI, 2004). Nessa mesma argumentação, Louro (2008) observa que os gêneros, a construção de homens e mulheres através de práticas, das relações, dos modos de agir, das posturas apropriadas, se reproduzem nas e pelas as relações de poder. Em outras palavras, a autora acrescenta que ao utilizar o gênero, deixava-se de fazer uma história, uma psicologia ou uma literatura das mulheres, sobre as mulheres e passava-se a analisar a construção social e cultural do feminino e masculino, atenuando para as formas pelas quais esses sujeitos se constituíam e são constituídos, em meio a relações sociais de poder (LOURO, 2002).

Dando continuidade a essa discussão, pode-se afirmar que as sociedades, ao longo da história, produziram e mantêm as diferenças de gênero, através de processos sociais. Por conseguinte, a diferenciação de gênero reproduz o sistema de relações sociais incorporado na maneira como as instituições, especificamente o mercado de trabalho, são organizadas, diferenciando os sexos. Neste contexto, a construção do gênero no mercado de trabalho é produto das formas pelas quais são designadas as funções baseadas no sexo, ou seja, determinadas funções reconhecidas como mais apropriadas para as mulheres e outras para os homens. Assim sendo, normalmente o trabalho executado por homens é mais valorizado do que o executado pelas mulheres.

As desigualdades de gênero no espaço do mercado de trabalho brasileiro no final do século XX

Nas últimas décadas, as análises em torno da divisão sexual do trabalho têm incorporado a dimensão das relações de gênero. Essa temática mostra o lugar no mercado de trabalho onde estão destinadas as ocupações entre homens e mulheres. A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos modulada histórica e socialmente na sociedade (HIRATA & KERGOAT, 2007). Na contribuição das autoras, essa divisão apresenta uma desigualdade sistemática entre os sexos como também trata-se de um processo mediante o qual a sociedade utiliza essas diferenças no processo de hierarquização das atividades criando um sistema de gênero.

Nos anos 90, conforme Araújo (2005), a intensificação das mudanças econômicas sociais e políticas decorrentes do movimento de reestruturação do capitalismo em escala mundial, a intensificação das transformações tecnológicas e nas formas de gestão da produção e do trabalho deram novo impulso sobre os estudos das relações de gênero no trabalho. Essa foi uma década caracterizada pela intensa abertura econômica e pela terceirização da economia. Nessa perspectiva continuou a tendência crescente da incorporação da mulher no mercado de trabalho. Hoffmann & Leone (2004) acrescentam que o aumento de postos de trabalho para as mulheres não foi suficiente para absorver a totalidade do crescimento da PEA feminina.

Para Hirata (2009) a participação feminina no mercado de trabalho tem aumentado tanto formalmente quanto nas atividades informais, com especial incremento dos empregos no setor de serviços. Entretanto, este tem sido um dos paradoxos da globalização, pois tal aumento foi acompanhado da precarização e da vulnerabilidade crescente dos novos empregos. Trata-se de ocupações mal remuneradas, desvalorizadas socialmente e com possibilidades quase nulas de promoção e de carreira, além de serem amparadas por direitos sociais limitados ou inexistentes.

Por exercer, na maioria das vezes, funções definidas como menos qualificadas, as mulheres percebem um rendimento menor, sendo sempre mantidas, hierarquicamente, em posição inferior à dos homens e, geralmente, em condições precárias de trabalho. O que se verifica é que, embora as mulheres tenham ocupado determinados espaços importantes, em termos de rendimentos e escolaridade, isso não traduz em alteração. Ao analisar as demais posições na ocupação dos trabalhadores, nota-se que a inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro tem sido caracterizada através do tempo pela marca da precariedade que tem atingido uma importante parcela de trabalhadoras.

Em pesquisas realizadas por Bruschini & Lombardi (2003) foi destacado que em 1998, mais de 36% da força de trabalho feminino ou 10 milhões de mulheres situavam-se em nichos precários do mercado de trabalho, seja como trabalhadoras domésticas, seja realizando atividades não remuneradas ou trabalhos destinados ao consumo próprio ou do grupo familiar. Ainda nessa década, as mulheres, apesar da diminuição no espaço da desigualdade entre os ganhos, continuaram a ganhar menos que os homens independentemente do setor da atividade

econômica em que trabalhasse tanto na duração da sua jornada de trabalho, do número de anos de estudo quanto a sua posição na ocupação.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho conforme, com algumas exceções, não se deu com paridade salarial em relação aos homens. O que se verificou nesse contexto foi a presença maciça de mulheres em trabalhos atípicos (trabalho temporário, trabalho parcial, trabalho em domicílio e trabalho informal), que contribui para a continuidade das relações assimétricas entre os gêneros no mercado de trabalho, tanto em relação à remuneração, quanto à marginalização das mulheres (CAPPELLIN, 2004). As mulheres encontraram mais dificuldades na inserção e permanência no mercado de trabalho devido a diversos fatores compreendidos nas relações sociais de gênero.

Em mais desvantagem encontram-se trabalhadoras com baixa qualificação e escolaridade, idade avançada e pobres, onde possuem poucas expectativas quanto a empregos bem remunerados ou com direitos sociais garantidos, além de serem as principais responsáveis pelas tarefas domésticas, o que representa grande sobrecarga. Por consequência, elas são mais expostas aos aspectos relacionados à pobreza e à exclusão que resultam em processos de quebra de vínculos sociais fundamentais para a vida em sociedade. Nessa circunstância, contra o desemprego e exclusão social, tem crescido a participação de mulheres em iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseadas no associativismo e em princípios de autogestão e cooperação, que se unem criando uma forma de produção e distribuição, que segundo Singer (2002) poderia se constituir em alternativa ao próprio capitalismo e constituiriam em organizações coletivas em defesa dos indivíduos enquanto cidadãos, moradores, consumidores e trabalhadores.

Seria uma nova configuração do trabalho, a partir do trabalho associado, em um contexto em que persiste a dificuldade de acesso ao emprego, a precarização, a desigualdade. Esse trabalho associado, autogestionário é caracterizado por um conjunto de iniciativas autônomas de grupos organizados da sociedade civil tendo certo apoio do Estado conforme o país ou região e voltadas à produção de atividades econômicas fora do mercado. Ele vem sendo chamado de Economia Social, Economia Social Solidária ou mesmo Economia Solidária (LIMA, 2007).

Economia solidária como instrumento de inclusão a mulheres trabalhadoras

A economia solidária é apresentada como um desafio de afirmação, de reconhecimento e modelo de desenvolvimento sustentável e solidário caminhando por uma forma de organização econômica cuja finalidade principal é a redução das desigualdades econômicas e promovendo o desenvolvimento humano e social (II CONAES/2010)². A economia solidária nos últimos anos vem acumulando experiências de formação, produção, trabalho, consumo e comercialização que valorizam o trabalho associado. Assim esse movimento:

(...) organiza a produção de bens e de serviços, o acesso e a construção do conhecimento, a distribuição, o consumo e o crédito, tendo por base os princípios da auto-

² Trata-se da II Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília em junho de 2010. A Conferência debateu sobre o direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperativa e na autogestão, reafirmando a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento. Os delegados da CONAES elaboraram o Documento Final reconhecendo a economia solidária como direito dos trabalhadores (as) e como dever do Estado em fomentar e apoiar as formas de organização econômica baseadas no trabalho associado.

gestão, da cooperação ... visando ... à distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, ao desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, ao respeito aos ecossistemas e preservação ao meio ambiente, à valorização do ser humano, do trabalho, da cultura, com o estabelecimento de relações igualitárias entre diferentes, em relação a: gênero, raça, etnia, território, idade e padrões de normalidade (II CONAES, 2010, Documento Final, p. 20).

Nas considerações de França Filho (2009), o autor apresenta a economia solidária como um campo de práticas marcado por organizações heterogêneas envolvendo atores (EES³, Entidades de Apoio e Fomento e poderes públicos) que se articulam criando espaços de auto-organização econômica e de autoorganização política, na busca de construção de uma nova institucionalidade para o fazer econômico em sociedade. Numa linha de concepção conceitual e defensiva, Arruda (2003) destaca que a economia solidária está relacionada com uma economia matrística, na qual trás a lógica do cuidado, a lógica da preocupação de cada horto rompendo com as hierarquias. Além disso, reforça dizendo que dentro desses espaços solidários, o jogo está na partilha social da riqueza, do poder, do saber, no compartilhar, no empoderamento de todos.

Na perspectiva de Laville e Gaiger (2009) esse movimento relaciona com a idéia de solidariedade em contraste com o indivíduo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico nas sociedades de mercado. Nesse sentido, com a utilização de práticas solidárias, adota-se critérios igualitários entre os membros participantes e socializa os recursos produtivos. Os autores entendem que os integrantes das organizações solidárias estabelecem entre si um vínculo de reciprocidade como fundamento de suas relações de cooperação, valorizando também a importância do trabalho e o compromisso com a comunidade social em que se inserem.

No Brasil desde os anos de 1990 observa-se uma multiplicação de empreendimentos de economia solidária. Segundo o Atlas da economia solidária no Brasil, elaborado no âmbito do Sistema de Informação da Economia Solidária/SIES com base nos dados de 2007, há 21.859⁴ empreendimentos econômicos solidários contabilizados em todo o país. Estes EES foram criados, em sua maioria, entre 1991 e 2007, tendem a localizar-se em áreas rurais e empregam mais de 1,6 milhões de pessoas, sendo que mais de 15 mil possuem entre 10 e 50 pessoas, e pouco mais de 5 mil têm mais que 50 empregados. A forma de organização desses empreendimentos se baseia especificamente em associações (11.326/51.8%), cooperativas (2.115/9.7%) e grupos informais com menos de 20 participantes (7.978/36.5%). Os dados desse mapeamento podem estar distorcidos para a realidade de hoje, por outro lado, eles ainda continuam sendo utilizados devido terem sido coletados de forma ampla em nível nacional pela SENAES.

Essas formas de atividades solidárias vêm agregando nos últimos anos milhares de pessoas, sobretudo de mulheres, apesar do grande predomínio dos homens. O Atlas mostra que são 1.057.114 homens e 630.382 mulheres. Mulheres desvinculadas do mercado de trabalho formal, com baixa escolaridade e qualificação, mulheres em situação de vulnerabilidade, desempregadas, pobres ou mesmo aquelas que nunca tiveram relacionadas como o assalaria-

³ Empreendimento Econômico Solidário, conceituação teórica mais abrangente utilizada por alguns estudiosos e adotado no Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 do MTE.

⁴ Os tipos de produção e atividades que realizam os empreendimentos são de grande diversidade. De acordo com a CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS (CNAE) a distribuição de EES se concentra 1º: Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal, 2º: Indústrias de Transformação, 3º: Comércio, Consertos e Objetos Pessoais e 4º: Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais.

mento vêm se inserindo nas iniciativas solidárias. Nessa situação, muitas encontram nesse movimento a única opção de trabalho, em outros casos, muitas estão relacionadas nesses espaços como questão de sobrevivência. Nessa conjuntura questionam-se, Quais seriam os benefícios, os ganhos que esse tipo de trabalho propicia para essas trabalhadoras? Em que medida ou mesmo em que sentido elas podem ser contempladas?

Na concepção de Culti (2004), um processo de organização coletiva como esse pode auxiliar o papel das mulheres na sociedade como a identidade a ela relacionada, apesar de não ser um movimento ou ação coletiva composto apenas de mulheres. Para a autora, atualmente, percebe-se em muitos empreendimentos não apenas uma grande participação de mulheres, mas também a presença delas como gestoras. Culti (2004) considera que essas atividades coletivas, em funções de liderança possibilitam reconhecimento e visibilidade para as mulheres pobres trabalhadoras. Além disso, acrescenta que na expressividade das mulheres líderes neste campo, elas têm a possibilidade de serem proprietárias dos meios de produção da mesma forma que os homens mediante a propriedade coletiva.

Indo de encontro nessa mesma linha de raciocínio, Angelin & Bernardi (2007) argumentam que a economia solidária contribui para aliviar o cotidiano das mulheres, pois estas partilham o peso de suas obrigações, contribuindo para uma melhor articulação entre a vida familiar e profissional. Guérin apresenta que é possível ocorrer na prática das atividades solidárias a emancipação das mulheres em vários campos.

Ao participar desses espaços, as mulheres adquirem respeito por si mesmas e constroem sua autonomia pessoal a partir da definição de um projeto de vida. Elas se desvinculam de pertencimentos familiares ou comunitários às vezes opressores. Por fim, elas ganham consciência de seus direitos e conseguem fazê-lo valer graças ao aprendizado ou ao reaprendizado das relações de cooperação e de solidariedade, e graças a uma participação na sociedade civil até então inacessível (2005: p. 148-149).

Mulheres na economia solidária no norte de Minas de Gerais

No Estado de Minas são 43.811 pessoas diretamente inseridas nos EES, sendo 21.399 mulheres e 22.412 homens, em 1.236 empreendimentos. O estado tem se destacado na economia solidária pela multiplicação de empreendimentos situados nas várias regiões (Noroeste, Vale Jequitinhonha, Central/Belo-Horizonte, Vale do Mucuri, Triângulo/Alto Paranaíba, Vale do Rio Doce, Belo-Horizonte, Oeste, Sul/Sudoeste, Zona da Mata). De modo geral, a maioria dos participantes desse movimento nessas regiões do estado são homens. Em contrapartida, o norte de Minas Gerais apresenta um grande número de empreendimentos com destaque à participação de mulheres.

Os empreendimentos da região norte mineira, tais como muitos em todo o país, são constituídos por grupos predominantemente informais. No geral, são assessorados pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES e pelas prefeituras municipais locais juntamente com a Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais/SEDESE. Esta secretaria possui uma diretriz em decreto de Lei Estadual que prevê a promoção da economia solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários em atividades econômicas.

As mulheres nessa região desenvolvem o trabalho em diversos ramos de atividades como: alimentação, oficina de costura, artesanatos, padarias, lanchonetes, reciclagem, entre outros. A mesoregião norte mineira, segundo o Atlas da economia solidária 2007, comporta 214 empreendimentos econômicos solidários sendo: 10 cooperativas, 44 associações e 157

grupos informais. O total de 214 empreendimentos o número de participante são de 4.784, sendo 2547 mulheres e 2237 homens.

Os empreendimentos escolhidos para tal estudo foram: **“Cozinha Bem Servir”** empreendimento situado na cidade de Montes Claros, a fonte de renda do grupo é oriunda da cozinha (venda de comida-marmitex). **“Padaria Semear”** empreendimento situado na cidade de Montes Claros, sua atividade está na produção e comercialização de produtos atribuídos a padaria e a **“Cooprarte”** (Cooperativa de Produção Artesanal Ltda) localizada na cidade de Pirapora, o trabalho do grupo vai desde a produção de vassouras de garrafa pet como comercialização de materiais recicláveis. A escolha desses três grupos deve-se a regularidade das atividades desenvolvidas na produção e comercialização, todos eles estão mapeados pelo Fórum Brasileiro e Mineiro de Economia Solidária. Os grupos da cidade de Montes Claros são acompanhados e assessorados pela ITCP/UNIMONTES diretamente, o grupo de Pirapora é assessorado pela Secretaria de Infra Estrutura do próprio município e tem recebido assistência da incubadora mencionada. Os níveis de desenvolvimento de cada grupo são diferenciados em relação ao sentimento de propriedade, sobre os frutos do próprio trabalho, sobre a determinação do quê, como e por que produzir ou comercializar determinado produto.

Dados da pesquisa de campo

Ao fazer uso da observação, da aplicação de questionários e de entrevistas nos três empreendimentos mencionados, o campo tem mostrado que apesar do desemprego ser um fenômeno que atinge a todas as faixas de idade economicamente ativa, mulheres com média de 42 anos de idade predominam nesses empreendimentos. O total de mulheres geral nesses três grupos é 30 integrantes, a maioria delas possui baixa escolaridade e algumas não tiveram nenhuma qualificação profissional no mercado de trabalho. Nesses grupos destaca-se uma diversidade de mulheres, cada uma possui perfis e trajetórias diferenciadas, nesse caso encontram-se evangélicas, católicas, solteiras, viúvas, casadas, senhoras (a maioria) e boa parte são negras e pardas, além disso, muitas já foram trabalhadoras domésticas, algumas trabalhadoras rurais, outras eram ambulantes, faxineiras, cozinheiras, algumas (nesse caso uma minoria) já tiveram trabalho com carteira assinada em firmas de reflorestamento e em demais outras atividades formais e uma parcela trabalhava no lixão.

Uma parte dessas trabalhadoras vive com um companheiro e metade possui filhos menores que faz uso da Bolsa Família. O tempo de existência desses grupos está acima de dois anos. É recorrente que nesses novos espaços essas participantes apresentem dificuldades no comando dessas atividades. Por nunca terem participado de um trabalho associado envolvendo produção e comercialização, e sendo elas mesmas as próprias donas, é natural sentirem o peso dos desafios. Os grupos têm buscado caminhar em prol da estabilidade e independência, mas são marcados por atritos e dificuldades relacionadas às relações internas, financeiras e gerenciais. A situação deles encontra-se num quadro de pobreza e precariedade, o trabalho é intenso e cansativo (Padaria e COOPRARTE principalmente) e muitas vezes exigem até mais de 8 horas diárias. Por serem grupos de trabalho associado, não possuem retiradas suficientes para que possam introduzir direitos trabalhistas. Pode-se constatar que nos três grupos há falta de proteção social atingindo as mulheres envolvidas. Apenas a COOPRARTE, dos pesquisados, contribui com a previdência, contudo, apenas esse benefício não é suficiente.

Outro fato a se constatar é que essas trabalhadoras foram as responsáveis pelos cuidados com os filhos e pelos serviços domésticos acarretando uma sobrecarga de trabalho. Desse modo, além de trabalharem fora de casa, permaneceram transitando no ambiente doméstico, apesar de que uma parte delas tem recebido ajuda dos familiares. A questão da viabilidade econômica ainda é remota, a retirada mensal é abaixo do salário mínimo, mostrando ainda que a renda é insuficiente para essas trabalhadoras. Vale lembrar que isso é um problema geral

que atinge o movimento em nível nacional. Além disso, os grupos só estão em atividade devido ao apoio recebido dos órgãos de assessorias. Caso não contassem com essa mediação dificilmente estariam no mercado, pode-se constatar que ainda encontram-se num estágio de total dependência de incubação.

Por outro lado, essa atividade tem possibilitado para elas acesso ao mercado de trabalho ou mesmo a inserção social. Podemos considerar que a economia solidária aparece como uma possibilidade aparentemente benéfica para essas trabalhadoras. Isto nos faz perceber que as experiências não se restringiram ao aspecto econômico de sobrevivência, mas se estenderam a uma pluralidade de ganhos que interferiram em suas vidas, embora não seja ainda possível generalizarmos. Esse trabalho ofereceu até o dado momento melhorias da autoestima. Nesse caso, elas demonstraram que estão conhecendo e interagindo muito mais em relação à antes com uma diversidade de pessoas, tanto com os/as próprios/as colegas do trabalho quanto com as pessoas da comunidade. Além de melhorias nos aspectos relacionados à saúde, a grande maioria mostrou um sentimento desenvolvido pelo ambiente de trabalho, pelo convívio, bem como pela oportunidade de sair de dentro de casa. Tudo isso veio contribuir pela melhoria da autoestima.

Além de predominar uma melhor articulação na relação com a comunidade, esse trabalho também conseguiu oferecer a conquista de uma qualificação como também de autonomia. Na oportunidade de estarem inseridas em atividades coletivas geradoras de renda, elas apontaram que trocaram informações umas com as outras no trabalho como também receberam assessorias de órgãos de apoio (ITCP/Prefeitura) e fizeram cursos profissionalizantes e treinamentos. Assim conseguiram adquirir o conhecimento básico para o trabalho. Em relação ao procedimento de inclusão, pelo fato de serem grupos pequenos, pobres, mas diariamente atuantes, elas conseguiram com esse trabalho, apesar das dificuldades, gerar uma boa visibilidade diante da comunidade se reconhecendo como trabalhadoras inclusas no mercado de trabalho, todavia isso não é o caso de todas. Nos três grupos de nossa pesquisa, observamos que os moradores do bairro e adjacências reconhecem a existência dos mesmos, sabem o que vendem e quem são as participantes.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela; BERNADI, Cecília Margarida. Mulheres na Economia Popular e Solidária: desafios para a emancipação feminina e a igualdade de gênero. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 6, n. 70, São Paulo, mar. 2007.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Gênero nos estudos do trabalho. In: *Gênero nas fronteiras do sul*; pp.85-96, 2005.

ARRUDA, Marcos. Situando a Economia Solidária. In: *Fundação Luís Eduardo Magalhães Economia Solidária: desafios para um novo tempo*. Salvador: FLEM, 2003.132p. (Cadernos FLEM, 5).

BONET, Maria Antonia Ribas.: “Mujer y trabajo en la economía social”. Editorial CES: Madrid, 2005.

CAPPELLIN, Paola. Gênero, Trabalho e Cidadania em Tempo de Crise do Emprego. In: *II Encontro de Intercâmbio de experiências do Fundo de Gênero no Brasil*. Brasília, 2004.

CONAES, II Conferência Nacional de Economia Solidária: “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”. Documento Final, Brasília/DF, 2010.

CULTI, Maria Nezilda. Mulheres na Economia Solidária: Desafios Sociais e Políticos. Texto aceito para apresentação no IV Congresso Europeu CEISAL de Latinoamericanistas. 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Economia Solidária. In: VERACIDADE, Ano IV, nº 04, Março/Salvador, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio; LAVILLE, Jean-Louis. Economia Solidária. In: Dicionário Internacional da Outra Economia. CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; PEDRO, Hesperia (orgs). Ed: ALMEDINA, AS. Lisboa, 2009.

GUÉRIN, Isabelle. As mulheres e a economia solidária. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132, set./dez, 2007.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual de trabalho numa perspectiva comparada. In: Nadya Araújo Guimaraes, Helena Hirata (orgs). Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França, Japão. São Paulo, Ed USP, 2009.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade de renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. Nova Economia, nº 14, p 35-58, Maio/Agosto, 2004.

LIMA, Jacob Carlos. O Trabalho em Cooperativas: dilemas e perspectivas. In: DRUCK, Graça, FRANCO, Tânia. A Perda da Razão Social do Trabalho – terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

LOMBARDI, Maria Rosa, BRUSCHINI, Cristina. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: Margaret Maruani, Helena Hirata (orgs). As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Ed Senac São Paulo, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Epistemologia feminista e a teorização social – desafios, subversões e alianças. IN: Coletânea Gênero Plural/Organizadoras: Miriam Aldelman, Celsi Brønstrup Silvestrin. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

_____. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MACHADO, Lia Zanotta. Campo Intelectual e Feminismo: alteridade de subjetividade nos estudos de gênero. Brasília, 1994.

NOGUEIRA, Maria da Conceição de Oliveira. Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero/feminismo e perspectiva críticas na psicologia social. Lisboa/Portugal, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Ed Fundação Perseu Abramo, 2004.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina A. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.15-23.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO SETOR TÊXTIL-VESTUÁRIO: UM OLHAR SOBRE A INDÚSTRIA DA MODA E DAS CONFECÇÕES

Beatriz Isola COUTINHO¹

Resumo: O presente artigo busca articular a reestruturação produtiva vivenciada pelo setor têxtil-vestuário, a partir dos anos 80, com a evolução da indústria da moda. Para tal, enfocamos as mudanças ocorridas no mundo do trabalho na produção de roupas, associando-as ao desenvolvimento das confecções. Depreende-se uma ligação fundamental entre ambas para a transição entre a produção artesanal e a fabril, sobretudo nos grandes centros urbanos.

Palavras-chaves: reestruturação produtiva. têxtil-vestuário. confecção. moda.

Uma cadeia dirigida pelos compradores

Baluartes da primeira Revolução Industrial e locais privilegiados das observações de Marx sobre a maquinaria, a indústria têxtil experienciou em sua trajetória a massiva incorporação técnico-científica e suas primeiras consequências para o mundo do trabalho fabril, sendo o palco de importantes movimentos operários ainda em princípios do século XIX, como o luddismo. Igualmente, a indústria de confecção partilhou do incremento de máquinas e técnicas, acompanhando o desenvolvimento na produção dos tecidos e outros insumos, amplamente utilizados na produção fabril em massa dos artigos de vestuário, essencial ao contexto urbano. Hoje são compostas por empresas especializadas e de diferentes portes, ligando-se a vários outros setores da economia em âmbitos nacionais e internacionais. De acordo com Garcia e Cruz-Moreira (2004), ambas constituem parte central da cadeia produtiva têxtil-vestuário que, por sua vez, agrega outras indústrias como

[...] a indústria química, provedora de fibras ‘químicas’ ou manufaturadas e insumos para tinturaria e acabamento; a indústria agropecuária, fornecedora de fibras naturais, tanto vegetais como animais; a indústria de máquinas e equipamentos especializados, que, juntos com as novas tecnologias de automação, de software, de informação e de comunicações, revolucionam a estrutura produtiva e de negócios (GARCIA e CRUZ-MOREIRA, 2004, p. 275).

Essa “revolução” na estrutura produtiva e de negócios, a qual os autores se referem, diz respeito ao conjunto de mudanças organizacionais e técnicas incorporadas com vigor pelo setor têxtil-vestuário nos últimos 30 anos. Como salientou Harvey (2010, p. 140), período em que “[...] uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma”, retratadas por um novo regime de acumulação, nomeado pelo autor de **acumulação flexível**. Nesse, não somente o trabalho é marcado pela flexibilidade, com seus novos sistemas de contrato e regimes, como também os processos de produção e os padrões de consumo, mediante elevada inovação comercial, tecnológica e organizacional. Tais medidas dizem respeito ao amplo processo de reestruturação produtiva, vivenciado pelo capitalismo a partir dos anos 70, sob a autoridade das corporações.

¹ Mestranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara-Universidade Estadual Paulista (UNESP). Membro do Grupo de Trabalho Trabalho e Trabalhadores na mesma instituição. Bolsista CAPES. E-mail:beatrizisolacoutinho@gmail.com

As grandes empresas da cadeia têxtil-vestuário não ficaram afora desse conjunto de transformações. Na indústria de confecção, notabilizou-se que as líderes mantiveram atenção voltada aos aspectos de maior rentabilidade, repassando as tarefas onerosas para outras empresas, comumente de menor porte. Depreende-se assim um fundamental apontamento, a produção e circulação de vestuário insere-se na mundialização do capital, marcada pela desregulamentação dos Estados Nacionais, pela supressão do espaço-tempo, pelo poderio do mercado financeiro globalizado ou ainda, pela atuação de atores transnacionais (CHESNAIS, 1996; BECK, 1999; HARVEY, 2010). Por um lado, revela-se uma “elite” dotada de múltiplos capitais (econômico, cultural, simbólico) que comanda a cadeia têxtil-vestuário em nível mundial, com destaque para as grandes lojas atacadistas e os detentores de marcas (GEREFFI, 2002; CRUZ-MOREIRA, 2003; LUPATINI, 2004). Por outro, um papel fundamental é exercido pelas micro e pequenas empresas², sobretudo na indústria de confecção, aonde predominam quantitativamente. Segundo dados do Relatório de Acompanhamento Setorial Têxtil e Confecção (2008)³, no setor de artigos de vestuário e acessórios nos anos 2000 e 2005 no Brasil, quase 70% dos estabelecimentos possuíam menos de 10 empregados, sendo que a participação relativa atingia 95% se considerados os estabelecimentos com até 49 empregados. Dados do U.S Census Bureau do ano de 2005 mostram que no mesmo setor 83% das manufaturas de roupas tinham menos de 50 empregados. Como resultado, evidencia-se algo já apontado por diferentes estudos a respeito da indústria têxtil-vestuário, a importância das pequenas empresas para o seu dinamismo.

Na superfície, o crescimento das pequenas empresas e sua valorização para o capitalismo contemporâneo⁴ assemelha-se a uma contradição nos termos da globalização. Ocorre que uma ferramenta organizacional típica da **acumulação flexível**, a subcontratação por meio da terceirização de etapas produtivas, ferramenta esta que se engendra e se dispersa no mundo global, imprime com vigor sua marca sobre as sociedades e os trabalhadores. Foi por meio deste mecanismo que o setor têxtil-vestuário ocidental pode fazer frente ao oriente e sua robusta concorrência, após os processos similares e quase simultâneos de abertura econômica, realizados aos produtos asiáticos, sobretudo a partir dos anos 90. Harvey (2010) situa que a independência lograda pelas indústrias e pelas corporações transnacionais na nova divisão internacional do trabalho origina-se nas duas décadas anteriores, presenciando já a entrada dos produtos têxteis e eletrônicos de Hong Kong, Singapura, Taiwan e Coréia do Sul nos países capitalistas avançados e nos países que tinham por estratégia substituir as importações, como o Brasil. O sudeste da Ásia passa a compor a cadeia produtiva têxtil-vestuário global por meio da investida em tecnologia produtiva e pela comercialização de produtos finais a baixo custo. Como resultados para a indústria têxtil e para a indústria de confecção a literatura apontou a falência de inúmeras empresas nacionais no Brasil (LUPATINI, 2004; CAMPOS e PAULA, 2006; KONTIC, 2007) e nos Estados Unidos (GEREFFI, 2002). Para as empresas que perma-

² A definição do porte das empresas envolve uma série de variáveis qualitativas e quantitativas mensuradas de diferentes maneiras pelos países. Uma delas é o número de empregados por empresa sendo esta a utilizada neste trabalho. No Brasil, de acordo com o IBGE, na indústria micro empresas correspondem até 19 empregados, pequenas empresas de 20 a 99 empregados, médias empresas de 100 a 499 empregados e grandes empresas de 500 acima. No comércio micro empresas correspondem até 9 empregados, pequenas empresas de 10 a 49 empregados, médias empresas de 50 a 99 empregados e grandes empresas mais de 100 empregados. Nos Estados Unidos, de acordo com o NAICS, micro empresas correspondem até 10 empregados, pequenas empresas de 11 até 50 empregados, médias empresas de 51 até 250 empregados e grandes empresas de 251 acima na indústria e no comércio.

³ Trabalho em parceria desenvolvido pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNI-CAMP).

⁴ Este tema tem sido trabalhado nas pesquisas de cunho sociológico sobre o setor por meio do empreendedorismo étnico.

neceram, coube adotar novas estratégias de maior flexibilidade, notadamente a especialização produtiva, a introdução de tecnologias e a diminuição com os custos do trabalho, a exemplo do que ocorria em diversos outros setores industriais.

Dois arranjos marcaram a produção têxtil-vestuário no cenário das grandes alterações do capitalismo após a derrocada da rigidez fordista a que se referiu Harvey (2010). Em um primeiro deles e de maior visibilidade, houve um deslocamento de etapas produtivas para outras regiões e países onde os custos, sobretudo com os trabalhadores, eram menores. Essas transferências se deram por meio de investimentos e/ou subcontratação, contando com grande participação dos Estados. No caso brasileiro, a região sudeste - tradicionalmente importante no setor desde princípios do século XX - com destaque para São Paulo capital (STEIN, 1979), observou uma desverticalização das empresas com rumo à região nordeste e, em menor escala, para a região sul (PROCHNIK, 2002; LUPATINI, 2004; KONTIC, 2007). A realidade estadunidense mostra um deslocamento da produção de maior amplitude geográfica; para dentro do continente, com o México⁵ e para fora deste, como no caso de inúmeros países da Ásia (ABERNATHY *et al.*, 1995; GORINI, 2000; GEREFFI, 2002; PROCHNIK, 2002). Ao mesmo tempo, efetuou-se uma mecanização intensa em todas as etapas de produção onde esta foi possível, a fim de aumentar a produtividade e substituir trabalho humano. Os resultados macroeconômicos delegáveis ao Brasil e aos Estados Unidos foram a aplicação de capital para a incorporação de novas tecnologias nas empresas que permaneceram, mormente de base microeletrônica e em grandes empresas; a queda no nível de emprego do setor em regiões tradicionalmente produtoras e o crescimento deste em outras regiões e países, sob condições precarizadas de trabalho e; o paulatino declínio da indústria de confecção na participação do produto interno bruto (PIB) industrial, agravado pelo aumento das importações.

Forma-se uma paisagem onde há o encolhimento das distâncias territoriais na produção e um afastamento de igual caráter desta para com o consumo, donde a distribuição assim como a formas de atuação do Estado tornam-se essencialmente mais complexas. Em um ambiente de maior competitividade internacional, a flexibilidade e a produtividade caminham juntas à eficácia da distribuição e da logística, assim como com as relações entre Estados e capital por meio de tarifas, acordos e incentivos. Sobre o “livre mercado” em que reside o setor têxtil-vestuário

[...] foram abertas arenas de conflito entre a nação-Estado e o capital transnacional, comprometendo a fácil acomodação entre grande capital e grande governo tão típica da era fordista. Hoje, o Estado está numa posição muito mais problemática. É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar ‘um bom clima de negócios’, para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter (por meios distintos dos controles de câmbio) a fuga de capital para pastagens mais verdes e lucrativas (HARVEY, 2010, p. 160).

A reestruturação produtiva correspondeu para a cadeia têxtil-vestuário na sua segmentação em escala ampliada, aprofundando este atributo técnico já a ela inerente, corporificada pela fragmentação dos processos produtivos em empresas independentes, pela dispersão geográfica entre regiões e países dos processos produtivos e pelo estabelecimento de relações de subcontratação entre empresas e/ou trabalhadores (LUPATINI, 2004). A assim chamada produção triangular passa a ser recorrente e mobilizar empresas de diferentes origens de capital, sendo que em um dos vértices se situa um grande comprador que faz encomendas a outro vér-

⁵ Essa relação é de fundamental importância para compreender a relação do México e dos Estados Unidos no âmbito do NAFTA, assim como seus setores têxtil-vestuário e o projeto *Maquiladoras*. Sobre o tema ver Valadez (1998) e Hale (2002).

tice, um fornecedor que, por sua vez, possui várias fábricas agremiadas que formam o vértice final (LEMOS *et al.* 2009).

Em um segundo arranjo também inserido no quadro das grandes novidades organizacionais, tecnológicas e comerciais da acumulação flexível, encontramos as oficinas de costura que permanecem nas capitais e empregam trabalhadores imigrantes. A indústria de confecção que se manteve nessas cidades vivenciou os impactos da reestruturação produtiva do setor e assim como o restante das empresas adotou estratégias de continuidade, notadamente assentadas em sua subcontratação por empresas maiores e na redução de custos com o trabalho, beneficiando-se da mão-de-obra imigrante. Não é regra que as pequenas fábricas de artigos de vestuário de aglomerados urbanos e polos de moda façam uso de trabalhadores estrangeiros, todavia, veio a ser exceção evidente a partir dos anos 80. Coube para a indústria de confecção a tarefa produtiva onde o trabalho manual faz-se necessário de forma mais intensa, tornando-a por consequência, local onde o fator trabalho continua a pesar no valor total da produção.

Houve um grande aumento de produtividade possibilitada pelos incrementos tecnológicos decorrentes de partes anteriores da cadeia além daqueles destinados a própria produção fabril de vestuário, como nas máquinas de costura⁶, de estamparia, na fabricação de moldes, no corte e nos desenhos com sistemas CAD/CAM. Não obstante, a empreitada de costurar as peças transformando-as em produto final requer ainda o insubstituível trabalho humano. Trabalho este que nas oficinas de costura se contrapõe em sua natureza as demais atividades que precedem e sucedem o cozer dos tecidos, como o processo criativo dos produtos e sua comercialização. A indústria têxtil e a indústria de vestuário, esta última sobre a qual focamos nossos olhares, experienciaram a sistemática separação entre unidade de concepção e de execução proporcionada pela direção científica do trabalho, tal qual apresentou-nos Braverman (2011). Em referência a indústria de vestuário, Gereffi (1994) a situa como uma “cadeia de commodities dirigida pelos compradores”, sendo estes os grandes varejistas, os detentores de marcas e as companhias de comércio que ocupam posição central no controle das redes internacionais de produção. Essas cadeias caracterizam-se pela existência de fábricas com intenso trabalho manual, responsáveis pela realização dos bens finais, enquanto o design e outras especificações são fornecidos pelos compradores e comerciantes. Em conformidade, Garcia e Cruz-Moreira (2004, p. 276) salientam três estratégias adotadas pelas empresas coordenadoras da cadeia

[...] a) as produtoras de marcas, que utilizam serviços de subcontratação internacional ou nacional, b) os grandes varejistas, lojas de departamento e varejistas especializados multimarcas, varejistas de massa (lojas de desconto ou hipermercados) e redes de varejo, que antigamente distribuíam os produtos das empresas e c) comercializadores de marca, que nasceram sem fábricas ou lojas e desde sua origem subcontratam fornecedores nos países em desenvolvimento onde os custos de produção são mais baixos.

Aclara-se que a produção de vestuário na atualidade contempla inúmeros componentes e atores, característicos da era financeira e globalizada. Pode-se dizer que enquanto indústria, esta surgiu e prosseguiu conforme o modo de produção capitalista, adequando-se as transformações deste e as exigências de produção de mercadorias em larga escala. Assim, tanto a divisão manufatureira do trabalho quanto a gerência científica foram fundamentais ao seu desenvolvimento. Concomitantemente, o vestuário enquanto bastião da moda, figura como mercadoria indispensável ao entendimento sociocultural do ocidente contemporâneo. Dessa maneira, faz-se imperativo pensarmos a roupa em sua ligação com a moda, a fim de compreender não somente o mundo do trabalho no ramo da confecção como também, o papel desempenha-

⁶ Dentre as principais máquinas de costura industriais temos a Overlock, a Galoneira, a Zigue-zague e a Pespon-tadeira, todas com funções específicas e exigentes de conhecimento técnico próprio para serem manejadas.

do pelas cidades de São Paulo e de Nova Iorque, onde localizamos nosso objeto de estudo.

A cidade e o trabalho na indústria da moda

Vimos que a segmentação da cadeia têxtil-vestuário se intensificou com a reestruturação produtiva, notadamente a partir dos anos 80, atingindo uma amplitude territorial e organizacional em medida nunca antes existente. Parte fundamental dessa segmentação consistiu na dissociação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual assim como seu distanciamento das próprias unidades produtoras, como no caso da indústria de confecção. O ofício da costura, assentado no saber fazer do costureiro que controlava todas as etapas da sua produção, tornou-se função braçal no espaço da fábrica. O caminho percorrido entre a transformação do costureiro artesão em costureiro operário não é rígido no tempo e no espaço e como tal, não se consumou de igual maneira ou ainda em muitos lugares. Contudo, essa passagem se efetuou onde a produção domiciliar em pequena escala cedeu lugar a um processo produtivo fabril, organizado por uma direção que passa a controlar a tarefa de costura. Além da dissociação entre a concepção e a execução, houve uma simplificação desta última por meio da divisão entre tarefas restritas e especializadas. Braverman (2011) esclarece que para ambos os princípios, o de separação do trabalho mental e do trabalho manual assim como a sua pormenorização, a gerência ocupa o papel central no controle sobre o trabalho, dando origem a um terceiro princípio, o monopólio do conhecimento. Sobre esta tríade organizou-se a gerência moderna, objetivando

[...] tornar consciente e sistemática a tendência antigamente inconsciente da produção capitalista. Era para garantir que, à medida em que os ofícios declinassem, o trabalhador mergulhasse ao nível da força de trabalho geral e indiferenciado, adaptável a uma vasta gama de tarefas elementares, e à medida que a ciência progredisse, estivesse concentrada nas mãos da gerência (BRAVERMAN, 2011, p. 109).

A apropriação da ciência pelo capital e o controle gerencial de cada atividade da produção são parte da indústria e servem de base para a diminuição dos custos e para o seu planejamento. Por conseguinte, Braverman (2011) nos apresentou não somente os efeitos da gerência e da tecnologia na distribuição do trabalho como também a crescente diversificação da classe trabalhadora. Variedade esta que se extremou, paulatinamente, na indústria de confecção. A consequência maior trazida pela reestruturação produtiva para a gestão do trabalho na produção de vestuário foi a retirada da concepção de dentro da própria unidade fabril e seu afastamento não só do trabalhador costureiro como também, em grande medida, da gerência das unidades produtoras das roupas. Isto se deu por meio da subcontratação, onde tradicionais marcas e comerciantes passaram a delegar todo o processo fabril para outras empresas, inclusive em outros países, enquanto concentraram-se na concepção e venda do vestuário. O desenvolvimento do produto e seu design, o marketing e as finanças, a comercialização e a distribuição dos artigos citadas por Garcia e Cruz-Moreira (2004) como sendo as “funções inteligentes” não pertencem às responsabilidades das oficinas de costura, mas sim dos detentores das grifes e das grandes lojas de departamento especializadas e multimarcas. A indústria de vestuário subcontratada assumiu a parte da produção ostensiva em trabalho manual e de menor lucratividade enquanto as grandes empresas compradoras acumulam capitais e detém o comando da cadeia sem realizar a confecção das peças. De acordo com Lupatini (2004, p. 28) uma hierarquia assentada na “[...] crescente separação entre o material e o imaterial, o tangível e o intangível, as funções de produção e as de valorização.”

Um olhar perspicaz sobre a formação da atual cadeia global de produção de vestuário, onde a divisão do trabalho parece ter encontrado o seu ápice, requer uma impreterível retomada histórica. Por meio desta torna-se possível apresentar a profunda ligação da indústria de

confeção com a moda e desta última, com a própria configuração do mundo do trabalho no setor, além de fornecer subsídios para pensarmos os espaços metropolitanos.

A introdução da máquina de costura possibilitou o desenvolvimento dessa indústria primeiramente na França e na Inglaterra, ainda no princípio da segunda metade do século XIX, momento em que Lipovetsky (1989) situa sua transição de uma ordem artesanal para uma ordem moderna burocrática. Foi também nesse período que o trabalho imaterial contido na costura veio à tona e adquiriu valor econômico, passando o costureiro a um artista da moda. Atribui-se tal pioneirismo ao inglês Charles Frederick Worth e a sua Maison aberta em Paris, uma requintada loja que atendia a uma clientela com alto poder aquisitivo, executando modelos pensados anteriormente a sua fabricação e feitos sob medida (LIPOVETSKY, 1989).

Surgia assim a alta costura e a moda institucionalizada, associada ao luxo e ao glamour, dando início ao processo de diferenciação e gestão do trabalhado no ramo da costura. Igualmente, teve origem o lugar por excelência da moda, espaço de um poder simbólico na produção de vestuário que irradiaria pelo restante do mundo por muitas décadas (GREEN, 1997; CRANE, 2006; FREYRE, 2009). Conforme Lipovetsky (2005), vestuário e moda possuem um “vínculo privilegiado”, sendo que esta, por sua vez, “[...] não pertence a todas as épocas nem a todas as civilizações... afirmamo-la como um processo excepcional, inseparável do nascimento e do desenvolvimento do mundo moderno ocidental.” (LIPOVETSKY, 1989, p. 23). Esta forte ligação estabelecida entre a roupa e a moda marcam a produção, a circulação e o consumo dessa mercadoria de maneira bastante própria.

Configurou-se um novo tipo de produção de roupas que agregava múltiplos capitais e lançava as bases sobre as quais tomariam forma a indústria da moda, indissociável da realidade atual. Com a alta costura o vestuário funcionava como meio de distinção entre as classes assim como um critério de análise da mobilidade social, adquirindo um valor excepcional à vida social, cultural e à esfera do consumo já no século XIX (CRANE, 2006). Característica essa que permaneceu com vigor nas primeiras décadas do século XX.

Para as cidades, tanto a produção quanto o comércio de artigos de vestuário estiveram na pauta de seu crescimento econômico. Ao mesmo tempo, a roupa assumia novas funcionalidades no contexto urbano, espaço de uma moda importada, atrelada com a alta costura. Dissociar a produção industrial de vestuário de uma subjetividade inerente ao capitalismo em seu afã pelo novo e pela mudança que vai além das necessidades objetivas impostas pela demanda seria incorrer no erro de desconsiderar os motivos de seu profundo apelo na atualidade. Inocação esta que a moda, enquanto “reino do efêmero sistemático” no pensamento Lipovetskyano, em muito contribuiu. O passo seguinte a ser dado pela indústria da confecção na trilha da moda - conforme o pensador francês - seria a “dessacralização” com referência a alta costura rumo à “moda industrial de massa”, nomeada em sua terra natal de prêt-à-porter e nos Estados Unidos de ready-to-wear. Se por um lado esta nova etapa pode ser compreendida como uma democratização do consumo, por outro, significou profundas mudanças na produção e na distribuição do vestuário, implicando na ampliação do número de cidades participantes do eixo da moda (GREEN, 1997; CRANE, 2006). Os anos 60 serviram de palco para tal transformação que despontava anteriormente na coxa do pós-guerra e encontrou em território estadunidense seu terreno mais profícuo. A política econômica do New Deal, vogada em 1933 de modo a superar a grande depressão de 1929, criou a demanda necessária não somente para sustentar a indústria de produtos duráveis (como os automóveis e eletrodomésticos), mas também, produtos de vida curta como o vestuário. Mais do que criar potenciais consumidores reforçou a importância de tê-lo e afirmou o consumo como um homogeneizador social, algo levado a cabo pela sociedade norte-americana por meio da vestimenta, como demonstrou Crane (2006), desde o século anterior. A ideia de comercializar roupas prontas para o uso que possuíssem ares artísticos e de novidade surgiu nos Estados Unidos, passando o vestuário ready-made “já pronto” típico de suas aglomerações urbanas como Nova Iorque já em 1850, a

artigo de moda. Nessa transformação, o epíteto ready-to-wear desvinculou as peças produzidas no âmbito da confecção de seu caráter simplório, ganhando fatias abastadas de um mercado interno anteriormente voltado a Europa. De acordo com Baudot (2002), muitos fatores contribuíram para tal guinada com início no período entre guerras, dentre eles o desenvolvimento das técnicas de gerenciamento e de marketing, a criação de novas vias de comercialização, a tributação excessiva sobre o vestuário importado (90% ad valorem) e a introdução dos materiais sintéticos. O designativo da moda estadunidense, enxuta nos custos produtivos, no tempo de produção e de comercialização, foi acompanhado de perto pela criação de um estilo próprio, com design dotado de conforto e praticidade que assume ares modernos e de elegância. Tendência que se perpetuaria após 1940, colocando o país dentro do circuito criador de moda. O cinema e as revistas americanas exerceram forte influência na propagação dessa moda e sua indústria ao restante do mundo, inclusive no Brasil.

Por meio do ready-to-wear a produção podia ser feita em larga escala e a custos bastante inferiores, adotando processos organizacionais semelhantes aos das demais indústrias. A introdução de tecnologia nos insumos (dentre das quais desenvolvidas com propósitos bélicos, como o Nylon) possibilitou roupas com novas funcionalidades a partir de materiais com menores custos. Houve o efetivo parcelamento das tarefas manuais envolvidas na costura que não puderam ser suplantadas pela máquina por meio da linha de produção, onde os costureiros realizavam somente parte da peça. Pôs-se em execução o aprimoramento e a aplicação de medidas próprias ao vestuário utilizadas anteriormente na fabricação em massa de uniformes militares, procurando adequar a roupa pronta de maneira a que esta fosse a mais confortável e possível quando no corpo humano e não necessitasse de ajustes posteriores. A indústria de massa criou cenário bastante distinto daquele da alta costura, onde as roupas feitas sob a medida do cliente e sua encomenda, ainda que anteriormente concebidas na mente do modista, eram provadas antes de prontas sendo comumente executadas em todas as etapas por um único costureiro-aprendiz que não raro tornava-se um artista da moda e dono de seu próprio ateliê. A fábrica passou a vigorar em lugar deste último, iniciando um caminho sem volta para o desabamento da referência hierarquizante da alta costura na moda, tanto no fornecimento quanto na demanda (GREEN, 1997). O ready-to-wear chegou a França em 1948 sob a tradução literal de prêt-à-porter, mandatária de um novo estilo de moda, aquela representada pela ascensão da confecção. Uma população envelhecida pelas grandes guerras, uma moda comedida, massificada e por vezes militarizada, cedeu lugar ao espírito jovem urbanizado e a abundância de matérias-primas e de mercado que irromperam nos anos 60. Com o prêt-à-porter a fabricação e a distribuição se consolidam como uma “cadeia de produção coerente”, nos termos de Baudot (2002), espalhando-se por meio de franquias das grifes às grandes cidades de todo mundo. Ocorre o definitivo desmembramento das atividades produtivas materiais que seguem as determinações produtivas imateriais da sede das marcas, perdendo, no entanto, o austero controle das maisons de outrora, trazendo para a indústria da moda uma configuração original, pois

Enquanto a alta costura desce de seu pedestal, a confecção toma lentamente consciência das perspectivas que lhe abre o mercado. Para satisfazer a demanda de novidades, ela deve dotar-se de células criativas que vão assegurar a notoriedade daqueles que serão chamados daqui por diante de estilistas (BAUDOT, 2002, p. 212).

A ampliação do mercado para a qual muito contribuiu o jovem consumidor, foi acompanhada do acirramento da competitividade, em nível nacional e internacional, depositando suas consequências tanto na esfera da produção quanto na esfera do consumo. Seu principal denominador comum era produzir em massa artigos dotados de design ou ainda em uma linguagem própria ao universo da moda, de estilo. Esse desafio de agregar valores estéticos a fim de exaltar o indivíduo em seu modo de vida urbano estava posto para os profissionais respon-

sáveis pela criação⁷. Aos costureiros, cabia produzir em sazão e quantidade para as demandas, que se tornavam cada vez mais transitórias no tempo e interligadas no espaço. O rompente característico da indústria da moda estabelecia suas matizes, envolvendo novos atores e novos cenários, para os quais o crescimento no número de fábricas de vestuário foi essencial. Paulatinamente, o próprio prêt-à-porter cindiu-se em sua porção mais luxuosa (grifes) ou em outra mais acessível às classes populares, ainda com apego ao estilo, por meio de novos canais de comercialização. A diversificação torna-se ainda maior com a confecção de artigos sem afeição ao artístico ou aos grandes nomes da moda (grifes, marcas e estilistas) e com a emergência da moda das ruas (CRAINE, 2006). A grande transformação promovida pelo ready-to-wear na indústria da moda foi a ampliação do consumo e a asseveração do vestuário em escala e tempo industrial sob a direção científica do trabalho, favorecendo a arrancada da manufatura das confecções diante do setor têxtil, reafirmando seu papel central para as economias urbanas e para o mercado internacional. Isso ocorreu com maior ímpeto nos grandes centros urbanos, apoiado no crescimento das classes médias e se mantém até os dias de hoje.

Os anos 80 presenciariam para a indústria de confecção uma substancial alteração de ordem organizacional. Aqueles detentores de marcas e grandes lojas, muitos dos quais formados no início do século XX, deixaram de produzir as roupas, delegando tal função final as confecções. Estas, por sua vez, puderam atender em volume a reestruturação produtiva uma vez que haviam despontado no cenário construído pelo ready-to-wear, estopim da transição do trabalho artesanal familiar para o trabalho de costura fabril.

Bibliografia

ABERNATHY, F. H. *et al.*. The information-integrated channel: a study of the U.S. apparel industry in transition. In: Brookings Papers: Microeconomic, 1995.

BAUDOT, F. Moda do século. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

BECK, U. O que é globalização? Equívocos do globalismo respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAMPOS, A. C., PAULA, N. M. A indústria têxtil brasileira em um contexto de transformações mundiais. In: Revista Econômica do Nordeste, v. 37, n.4, out./dez., 2006.

CRANE, D. A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas. São Paulo: Editora SENAC, 2006.

CRUZ-MOREIRA, J. R. Industrial upgrading nas cadeias produtivas globais: reflexões a partir das indústrias têxtil e do vestuário. Tese (doutorado em Engenharia) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FREYRE, G. Modos de Homem e modas de mulher. São Paulo: Global Editora, 2009.

GEREFFI, G. The organization of buyer-driven global commodity chains: how U. S. retailers shape overseas production. In: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. (ed.). Commodity chains and global capitalism. Westport: Greenwood Press, 1994.

GORINI, A. P. F. Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas. In: BNDS Setorial, Rio de Janeiro, n. 12, p. 17-50, set. 2000.

⁷ Observar o crescimento, desde aquele momento, das universidades de design e moda voltadas ao vestuário.

GREEN, N. L. Ready-to-wear and ready-to-work: a century of industry and immigrants in Paris and New York. Durham: Duke University Press, 1997.

HALE, A. Trade liberalizations in the garment industry: who is really benefiting? In: Development in Practice, vol. 12, n. 1, fev., 2002, p. 33-44.

KONTIC, B. **Inovação e redes sociais**: a indústria da moda em São Paulo. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LEMOS, M. B. *et al.* Relatório setorial: indústria têxtil e de vestuário. In: Agência brasileira de desenvolvimento industrial. ABDI-FUNDEP-UFGM: Belo Horizonte, 2009.

LIPOVETSKY, G. O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

LUPATINI, M. P. As transformações produtivas na indústria têxtil-vestuário e seus impactos sobre a distribuição territorial da produção e a divisão do trabalho industrial. Dissertação (mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

PROCHNIK, V. Cadeia: têxtil e confecções. In: Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio. Campinas: UNICAMP-IE-NEIT, 2002.

STEIN, S. J. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850/1950. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

VALADEZ, C. NAFTA and women of Mexican maquilas. In: HALE, A. (ed.). Trade myths and gender reality. Uppsala: Global Publications.

A DEBILIDADE DA DEMOCRACIA PARAGUAIA: O EXÉRCITO DO POVO PARAGUAIO (EPP) E SUAS VÁRIAS FACETAS

Junior Ivan Bourscheid⁸

RESUMO: O presente artigo busca problematizar as causas e consequências da ação do movimento guerrilheiro Exército do Povo Paraguai (EPP) para a manutenção do Estado democrático de direito paraguai. Através de

⁸ Acadêmico do curso de Relações Internacionais – Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – 98400-000 – Santa Maria – Rio Grande do Sul – Brasil – junior_bourscheid@hotmail.com. Pesquisador membro do Núcleo PRISMA (Pesquisas em Relações Internacionais de Santa Maria).

uma análise crítica do processo geral de constituição da democracia paraguaia contemporânea nas décadas de 1990 a 2000, sob o marco da teoria marxista, o regime democrático paraguaio será analisado a fim de se apresentar os motivos de sua incapacidade em suprir as demandas básicas da população – saúde, educação, segurança, emprego –, fomentando, assim, a ação dos movimentos sociais que reivindicam uma transformação das estruturas estatais, almejando sanar estas debilidades. O EPP será analisado enquanto uma parcela do processo mais geral de insatisfação com a democracia paraguaia, sob a forma de movimento social, – organização terrorista (pois suas ações são ilícitas perante o Estado democrático) – bem como uma exacerbação do nacionalismo paraguaio. Entrementes, demonstrar-se-ão, também, as peculiaridades da ação do EPP, como movimento guerrilheiro, de cunho marxista-leninista, sob a forma do francismo do século XXI, buscando depor um Estado qualificado como representante dos interesses oligárquicos. A análise da ação do EPP intenta evidenciar a debilidade das estruturas democráticas paraguaias, erguidas sob a esperança de lograrem-se êxitos que até então os governos elitistas autoritários não haviam conseguido, oferecendo campo para a ação de organizações similares ao EPP.

Palavras-chave: Exército do Povo Paraguai (EPP); democracia paraguaia; falhas estruturais.

ABSTRACT: The present article searches to problematize the causes and consequences of action of the guerrilla movement Paraguayan People Army (PPA) for the maintenance of the democratic State of law Paraguayan. Through a critical analysis of the general process of constitution of the Paraguayan democracy contemporary in the decades of 1990 the 2000, under the landmark of the Marxist theory, the Paraguayan democratic regime will be analyzed in order to present the reasons of its incapacity in supplying the basic demands of the population - health, education, security, job -, and, in such a way, fomenting the action of the social movements that demand a transformation of the state structures, longing for to cure these weaknesses. The PPA will be analyzed while one parcels out of the process most general of dissatisfaction with the Paraguayan democracy, under the form of social movement, - terrorist organization (therefore its action is illicit before the democratic State) - as well as an exacerbation of the Paraguayan nationalism. Meantime, they will be demonstrated, also, the peculiarities of action of the PPA, as guerrilla movement, of Marxist-Leninist matrix, under the form of the francism of century XXI, searching to put down a qualified State as representative of the oligarchic interests. The analysis of the action of the attentive EPP to evidence the weakness of the Paraguayan democratic structures, raised under the hope successes to be cheated that until then the authoritarian elitist governments had not obtained, offering field for the action of similar organizations to the PPA.

Key-Words: Paraguayan People Army (PPA); Paraguayan democracy; structural failures.

1 INTRODUÇÃO

“A qualidade de vida será promovida pelo Estado mediante planos e políticas que reconheçam fatores condicionantes, tais como a pobreza extrema e os impedimentos da deficiência ou da idade” (CONVENCIÓN NACIONAL CONSTITUYENTE, 1992. p. 2). Isto é o que versa o Artigo 6º da Constituição Nacional da República do Paraguai, elaborada e concebida no seio do processo de redemocratização do país, através da Convenção Nacional Constituinte de 1992, posteriormente ao fim da ditadura de Alfredo Stroessner, em 1989.

Após 35 anos de um regime repressor que representou a vitória da oligarquia sobre os anseios populares, a ditadura stronista caía, tornando-se o emblema do logro da liberdade sobre o autoritarismo intolerante que manchara a história latino-americana. Seu sucessor, o também militar Andrés Rodríguez Pedotti, assume como presidente provisório e, na sequên-

cia, como presidente constitucional. A aprovação da Constituição de 1992 faz com que as eleições sejam convocadas para o ano seguinte, as quais elegeram Juan Carlos Wasmosy como o primeiro presidente democrático pós-Stroessner.

Neste momento, as esperanças da população pobre em uma profunda transformação nas suas condições de vida estavam alimentadas pelas promessas do modelo democrático, mundialmente apoiado, e percebido como a melhor alternativa para êxito no suprimento de tais expectativas. O Paraguai representou apenas uma parcela do processo geral de redemocratização da América Latina, iniciado nos anos 1980, com forte apoio internacional, principalmente da potência hegemônica, os Estados Unidos.

No entanto, os anseios populares paraguaios, por melhorias nas precárias condições do país, principalmente no que diz respeito à pobreza e às desigualdades sociais, fomentados pela ascensão do regime democrático, foram esquecidos pelos governantes, em nome da nova política que se desenvolvia na América Latina – embasada e amplamente assegurada pelo poder hegemônico dos Estados Unidos na região –, qual seja, a política neoliberal do Consenso de Washington⁹.

O programa neoliberal de diminuição da participação estatal na sociedade, principalmente na esfera econômica – via mercado –, apontava o Estado, como sendo grande responsável pelas crises da dívida do Terceiro Mundo¹⁰, na década de 1980, e, assim, este deveria restringir-se ao papel de garantidor da liberdade individual, proteção da propriedade privada e dos contratos privados. Necessitando de ajuda externa, estando amplamente vinculado ao governo estadunidense, o Paraguai seguiu os mandos e desmandos das políticas neoliberais, fazendo com que as reivindicações populares, das grandes massas de excluídos, fossem caladas em nome da suposta reforma estatal, posteriormente benéfica à população.

A democracia paraguaia sofre com a ineficiência latente e crescente, no suprimento das demandas básicas da população, contrariando o que dita a Constituição, redigida no marco do próprio regime. Percebendo esta tendência eminente, grande parte da sociedade paraguaia inicia um processo de descrença na democracia e no governo democrático de seu país, não que este fato ecloda um movimento reivindicador da volta ao autoritarismo de estilo stronista, mas, que simplesmente percebe a incapacidade do governo democrático em atender os anseios da população, funcionando, meramente, como uma forma de encobrir as desigualdades latentes do país, sob o pretexto de que, com este regime, o povo participa ativamente, e, dessa forma, pode transformar a situação individual e do país.

Com o advento dos anos 2000, o neoliberalismo é derrocado na América Latina, bem como no Paraguai, e, neste momento, vários questionamentos são postos na arena política paraguaia: se o autoritarismo e o neoliberalismo não lograram atender os objetivos populares, qual o tipo de modelo estatal a ser adotado? Seria possível atender os anseios populares por meio do regime democrático? Os reformismos liberais seriam o caminho adequado para a mudança social no Paraguai? Ou a via a ser adotada seria a de mudança no caráter do próprio Estado?

⁹ Em novembro de 1989, é formulado o chamado Consenso de Washington, onde as grandes instituições com sede nesta cidade (FMI, Banco Mundial, Departamento do Tesouro dos Estados Unidos), organizam um planejamento de ação para as economias em desenvolvimento. Essas diretrizes visavam o apaziguamento da onda de crises que ocorria nestes países, baseados nos pressupostos de uma nova forma de política econômica, o neoliberalismo, e em seu principal expoente, Milton Friedman.

¹⁰ Após a primeira crise do petróleo, em 1973, e a segunda, em 1979, o mundo recebeu uma enxurrada de petrodólares, e por isto, as taxas de juro para empréstimo deste dinheiro reduziram de maneira significativa. Os países subdesenvolvidos aproveitam a situação favorável para se endividarem. No entanto, os governos Thatcher (Reino Unido) e Reagan (Estados Unidos), promovem reestruturações fiscais em seus países, estabilizando a economia, e fazendo com que as taxas de juro subissem astronômica. Como os contratos eram negociados sem taxas pré-definidas, as dívidas dos países do Terceiro Mundo explodiram, e se tornaram, em muitos casos, impagáveis.

É no marco destes questionamentos que surge uma das grandes incógnitas da história paraguaia recente, o Exército do Povo Paraguaio (EPP), uma organização guerrilheira, de foco marxista-leninista, que busca derrubar o governo democrático burguês e substituí-lo por um Estado Revolucionário Democrático, socialista, que governe para o povo.

2 AS FALHAS ESTRUTURAIS DA DEMOCRACIA PARAGUAIA E A AÇÃO DO EXÉRCITO DO POVO PARAGUAIO (EPP) COMO MOVIMENTO DE CONTESTAÇÃO

2.1 REDEMOCRATIZAÇÃO PARAGUAIA: DA ESPERANÇA À CONTESTAÇÃO EM POUCO MAIS DE DUAS DÉCADAS

2.1.1 CONSTITUIÇÃO DA DEMOCRACIA PARAGUAIA PÓS-STROESSNER

O Paraguai, assim como toda a América Latina, possui um histórico de desigualdades sociais e de ação imperialista das mais distintas formas, imposta pelo império americano. Porém, um capítulo especial na história do Paraguai necessita de atenção diferenciada, pois auxilia na explicação da própria insuficiência da estrutura democrática em suprir as necessidades da população. O período em questão abarca o governo autoritário do General Alfredo Stroessner, entre 1954 e 1989.

A ditadura de 35 anos criou um Estado que necessitava de entradas sistemáticas de divisas para quitar sua dívida externa, sendo respeitado internacionalmente pelos pagamentos da mesma. Para isso, o Paraguai transformou-se decisivamente em um país agroexportador, baseado no latifúndio de grandes proporções e no cultivo dos grandes complexos agrícolas, como a soja, o gado e o algodão. Assim sendo, Stroessner abriu as portas do país para os grandes produtores estrangeiros, especialmente para os brasileiros e, por meio de fraudes e títulos ilícitos, distribuíram-se grandes extensões de terras fiscais para os latifundiários estrangeiros. Desta forma, consolida-se o grande latifúndio no Paraguai, que se tornou uma das maiores problemáticas para os governos democráticos pós-Stroessner.

O regime autoritário de Stroessner entregou como fazendas grandes extensões de terra fiscal a civis e militares de seu primeiro escalão, e facilitou a expansão de médios e grandes produtores brasileiros, basicamente, na fronteira Leste (Alto Paraná), à custa da marginalização dos camponeses paraguaios (FOGEL, 2006. p. 96).

Para se compreender a real dimensão desta problemática, deve-se compreender a real importância do complexo agropecuário para o Paraguai, que foi intensificada de maneira decisiva durante o governo stronista.

O setor agropecuário no Paraguai gera 27% do Produto Interno Bruto (PIB), ocupa 36% da população economicamente ativa e fornece 90% das divisas. Neste sentido, o Paraguai é um país eminentemente agropecuário e com uma economia de safra, tanto econômica quanto socialmente (MORA, 2006. p. 345).

Ademais da população envolvida no complexo agroexportador paraguaio, existem os camponeses paraguaios, que foram diretamente afetados pela ascensão deste complexo, e, quando somados aos trabalhadores envolvidos no setor agroexportador, demonstram a real importância da agricultura para o Paraguai. Segundo MORA (2006), 47% da população paraguaia habitam no campo, evidenciando ainda mais o caráter agrário do país.

Dado este caráter eminentemente agrário do Paraguai, as debilidades estruturais da democracia pós-Stroessner têm suas origens no governo autoritário. É neste momento históri-

co que é consumada a dominação da oligarquia rural, interna e externa, sobre a grande massa da população. De acordo com MORA (2006), de 1956 a 1991, cerca de 1% das propriedades rurais recenseadas correspondia a 77% da área pesquisada, mostrando o caráter latifundiário concentrador da agropecuária paraguaia.

2.1.2 DEBILIDADES ESTRUTURAIS DA DEMOCRACIA PARAGUAIA E A INCAPACIDADE DE SUPRIR AS DEMANDAS BÁSICAS DA POPULAÇÃO

A República do Paraguai ingressava no contemporâneo mundo democrático e globalizado, ocupando a mesma posição que gozava antes da redemocratização, de país agroexportador, baseado na produção em larga escala do latifúndio. Como os traços gerais eram os mesmos, as estruturas do regime democrático eram basicamente as mesmas do regime stonista, porém, popularmente legitimadas através do voto direto e livre, fornecendo uma visão progressista do processo de dominação oligárquica.

Mas, por que a redemocratização paraguaia não logrou os êxitos que o liberalismo democrático prenunciava? Já se discutiu acerca das raízes do problema, que residem nas estruturas debilitadas herdadas do stonismo, no entanto, apenas este fator não explica a complexidade do movimento ocorrido. Outro fator de suma importância, que acabou por destruir as bases econômicas e políticas do Estado na América Latina, trouxe prejuízos às parcelas mais pobres da população, aumentou as disparidades e desconsiderou as esperanças populares, foi a implantação da política neoliberal. O neoliberalismo foi uma “febre generalizada” na América Latina da década de 1990.

A promessa neoliberal de bem-estar generalizado, com suas políticas de privatizações, abertura indiscriminada das economias nacionais, desregulações, redução do Estado e abandono das decisões estratégicas, etc., etc., não somente que não se cumpriu, senão que arrastou a região a uma profunda crise política, econômica e social. Do rasgado tecido social, como correntes subterrâneas, pouco a pouco as resistências começaram a emanar e multiplicar-se com uma saudade de transformações (LEÓN, 2007. p.1).

Neste momento, os anseios populares foram deslegitimados por seus governantes, aliados do imperialismo americano e da oligarquia rural interna, em nome da suposta reforma estatal. O Estado fora reformado, claro está, no entanto, contrariava o que a própria Constituição versava, basta recordar o Artigo 6º, apresentado anteriormente. Era o Estado democrático de direito quem deveria promover a redução da pobreza e das desigualdades, mediante políticas públicas. Entrementes, as políticas neoliberais apontavam que o Estado não deveria interferir na liberdade individual de prover seu próprio bem estar. “A cultura democrática busca meter até pelos poros dos paraguaios a mesquinha teoria de que o bom cidadão é aquele que respeita estritamente as leis democráticas ainda quando estas lhe signifiquem a desapropriação e a morte” (BRITTEZ, 2011. p. 69).

O final da década de 1990 e o advento do século XXI mostraram que o programa neoliberal era completamente incompatível com a realidade paraguaia e com o regime democrático. A população, em geral, havia empobrecido, aumentando as assimetrias, o poder da oligarquia rural e da classe dirigente havia se tornado grande emperro para o processo de câmbio social, e o regime democrático deslegitimava muitos dos movimentos contestatórios. Segundo BRITTEZ (2011. p. 69) “(...) aos ricos é muito bom que os pobres se desarmem ideologicamente e encham suas cabeças com as democráticas banalidades, enquanto, as classes dominantes se asseguram ganas, luxos, poder, exploração”.

A pobreza cresceu aceleradamente, chegando hoje a abarcar 48% da população total do país. Esta situação fez com que os conflitos agrários aumentassem nos últimos anos, acelerados neste caso pela crise econômica, em especial no agronegócio. Estes conflitos, em sua maioria, referem-se ao acesso à terra por parte das famílias camponesas (MORA, 2006. p. 346)

Estes fatos apenas explicitaram dois movimentos gerais da democracia paraguaia contemporânea: primeiro, que as estruturas sobre as quais a democracia estava erguida, eram corroídas e impossibilitavam a manutenção estável do regime, sendo que a oligarquia rural e o setor militar conservador ainda possuíam grande influência sobre a classe governante; e segundo, um profundo movimento de descontentamento com o regime democrático e com os governantes¹¹, que oferecia terreno para a ação dos movimentos sociais reivindicadores de transformações na sociedade paraguaia.

2.1.3 A INSATISFAÇÃO COM A DEMOCRACIA: TERRENO PROPÍCIO PARA MOVIMENTOS SOCIAIS REIVINDICADORES DE TRANSFORMAÇÕES

Mesmo com o êxito macroeconômico do país, durante o governo de Nicanor Duarte Frutos (2003-2008) e, mais recentemente, no governo de Fernando Lugo (2008-presente) até agora, a manutenção das desigualdades sociais e da pobreza acabaram por fomentar ainda mais a ação dos movimentos sociais anti-governo democrático. “Deve se ter em conta que a pobreza extrema chega a 25% da população total, que é basicamente rural, e cresce paralelamente com a concentração dos investimentos e dos recursos” (FOGEL, 2006. p. 102).

Como grande parcela da população vive no campo, os movimentos camponeses começaram a desempenhar papel importante na luta pela transformação social. Invasões, protestos, fechamentos de rodovias, passeatas, entre outras ações, foram aumentando cada vez mais quantitativa e qualitativamente. A grande problemática é o fato de que as ligas camponesas, com o advento da democracia, se politizaram demasiadamente, tornando-se núcleos de promoção de líderes políticos, principalmente em nível local e regional.

De todo modo, a democracia permitiu o crescimento das organizações sociais e de seus afiliados, que buscaram representar seus interesses frente o Estado e a sociedade. No entanto, com o aumento das organizações se produziram rupturas nos grupos camponeses, que responderam, mais que a razões ideológicas, aos interesses dos líderes por *manter um espaço próprio*. O resultado desta situação é a existência de mais de 40 mil camponeses organizados distribuídos em mais de 650 organizações, sejam estas de caráter nacional, zonal ou simplesmente local (MAG, BM y PNUD, 1997. p. 65).

O cenário estava posto: um débil regime democrático, que, mesmo com as tentativas de reformismo, seja da direita neoliberal, ou da centro-esquerda moderada, nada resolviam quanto ao câmbio social. A população, cada vez mais descontente com a democracia, iniciava um processo de mobilização social reivindicatória para a redução da pobreza e das assimetrias. A violência no campo se agrava cada vez mais, dado o aprofundamento do conflito pela terra, detida pelos latifundiários herdeiros do stonismo.

¹¹ Segundo os dados oferecidos pelo relatório anual da CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO (2011. p. 23), entre 2002 e 2011, mesmo contando com grandes oscilações – que representam os picos de esperança e rechaço do governo democrático –, a aprovação do governo esteve em níveis muito baixos em parcela considerável do tempo. A sequência dos dados é a seguinte: 5%, 8%, 57%, 39%, 33%, 17%, 86%, 69%, 55% e 49%. Fica claro, desta forma, que os governantes, durante esta década, não gozaram de nenhum período minimamente estável em suas gestões, apenas corroborando as ideias expostas de crise democrática continuada.

2.2 O EXÉRCITO DO POVO PARAGUAIO (EPP) E SUAS VÁRIAS FACETAS

2.2.1 FRANCISMO DO SÉCULO XXI: MARXISMO-LENINISMO E GUEVARISMO COMO INSPIRAÇÕES TEÓRICAS PARA A AÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Os governos populares alcançados pela revolução encabeçada pelo Dr. Francia (1811-1870) são tidos como modelo básico a ser adaptado para a contemporaneidade. Os francistas do século XXI compreendem a democracia bicameral e presidencialista, adotada no Paraguai, como mero objeto de dominação da oligarquia sobre a população, sendo a única democracia possível, a democracia popular, apenas alcançada através da revolução popular. O sistema parlamentarista deve ser substituído por congressos populares, unicameral e a remuneração dos representantes não deve superar o mínimo legal (BRITTEZ, 2011).

Neste sentido, para a tática da Guerra de Guerrilhas – ou também Revolução Permanente –, a única democracia é aquela conquistada legitimamente pelo povo, e não a imposta pelo poder oligárquico burguês e imperialista.

Propomo-nos a dismantelar as instituições políticas oligárquicas; suas absurdas leis legitimadoras da opressão e exploração; sua sociedade elitista que exclui a milhões de paraguaios; (...) nos propomos, enfim, acabar com os costumes e normas sociais que favoreçam somente aos poderosos (BRITTEZ, 2011. p. 27).

“(...) Ou governam os ricos ou governam os pobres; estes devem tomar todo o poder ajudando aos revolucionários a desalojar aos reformistas, aos conservadores e aos reacionários” (BRITTEZ, 2011. p. 18). Os epepistas não negam a existência de outras vias para se lograr os objetivos propostos, tanto que o início do movimento revolucionário se deu no plano eleitoral – por meio do Partido Patria Libre¹² –, no entanto, dada a conjuntura encontrada em seu tempo-espaço, a única alternativa tida como eficaz é a tomada do poder pelo povo armado, via revolução guerrilheira armada.

(...) Entendemos que a luta das classes oprimidas e exploradas não será uma verdadeira luta de classes se não se propõem como meta sua transformação em classes dominantes e que, como demonstra a história das revoluções triunfantes, não poderão dominar seus inimigos sem um exército revolucionário; nós não pensamos em fazer a revolução sem a tomada do poder (BRITTEZ, 2011. p. 37).

O fim último da revolução paraguaia é a realização de transformações políticas, sociais e econômicas radicais, rompendo com as estruturas atuais do Paraguai. É a guerrilha, como agente popular, que deverá promover tal câmbio, sendo que, após seu desenvolvimento, deve se transformar em exército, englobando todo o povo, sendo assim, o Exército do Povo.

As montanhas seriam a defesa última da vanguarda armada organizada do povo, que é o Exército Rebelde, mas a luta se dará em cada casa do povo, em cada caminho,

¹² Os antecedentes do EPP levam à década de 1990, quando um grupo de jovens paraguaios, organizam-se em pequenos quadros políticos em seus respectivos departamentos, formando o Partido Patria Libre, que buscava a tática da democracia eleitoral para ascender ao poder através do aporte teórico marxista-leninista. O movimento se desenvolve e se consubstancia em duas organizações, o Movimento Patria Libre, seu Comitê Político, e o Ejército del Pueblo Paraguayo, seu Braço Armado, dessa forma, lutando em duas frentes, a eleitoral e a guerrilheira armada. O EPP foi oficialmente concebido e reconhecido como tal em 1 de março de 2008.

em cada monte, em cada pedaço do território nacional pelo grande exército de retaguarda que é o povo inteiro, treinado e armado (...) (GUEVARA, 1960. p. 56).

2.2.2 O EPP ENQUANTO MOVIMENTO SOCIAL DE CONTESTAÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO PARAGUAIO

Sendo um movimento revolucionário, seguindo as premissas do guevarismo, condensadas no plano prático do francismo do século XXI, o EPP deve ter um caráter de movimento social, enquanto promotor do câmbio social, não apenas através da luta armada contra o Estado burguês, senão que também pela promoção de ações sociais que auxiliem a calejada população campesina, foco de sua ação.

Ao campesino sempre se deve ajudá-lo técnica, econômica, moral e culturalmente. O guerrilheiro será uma espécie de anjo tutelar caído sobre o lugar para ajudar sempre ao pobre e para molestar o menos possível ao rico, nos primeiros momentos do desenvolvimento da guerra. Mas esta seguirá seu curso; as contradições seguirão exacerbando-se, chegará um momento em que muitos dos que olhavam com certa simpatia a revolução irão se colocar em uma posição diametralmente oposta; darão o primeiro passo na batalha contra as forças populares. Neste momento o guerrilheiro deve atuar e se converter no embaixado da causa do povo, castigando com justiça qualquer traição. A propriedade privada deverá adquirir de guerra sua função social. Quer dizer, a terra excedente, o gado não necessário, para a manutenção de uma família endinheirada, deverá passar às mãos do povo e ser distribuído equitativa e justamente (GUEVARA, 1960. p. 18).

Neste ponto, pode se observar a evolução que o EPP presenciou. O antigo Comitê Político, o Partido Patria Libre (PPL), atuava na formação marxista-leninista dos campesinos, organizando reuniões com os interessados em debater a realidade campesina, e, posteriormente, caso interessasse aos participantes, ministrava-se um curso de formação sobre a filosofia materialista, visando a implantação de quadros para o PPL (MARTINEZ, 2011).

A tática de movimento popular fora substituída pela ação guerrilheira, não que fosse abandonada, apenas tendo um papel secundário. Isto ocorreu, pois os epepistas perceberam a ineficiência de tal método de ação. Estes fazem ferrenhas críticas aos movimentos sociais paraguaios, atribuindo à sua má direção a culpa pela incapacidade de transformações profundas. As alianças com a oligarquia em busca de cargos e benefícios eleitorais corromperam inúmeros dirigentes, amordaçando os potentes movimentos sociais paraguaios.

Entrementes, a ação revolucionária, em um estágio avançado, desperta grande repúdio do Estado burguês, bem como dos beneficiados por seu regime político. E, no caso paraguai, como o Estado e seus órgãos repressores – Exército e Polícia –, possuem estruturas muito debilitadas, isto permite que o EPP empreenda ações sistemáticas contra estas instituições, e, com isto, tenha um caráter de organização terrorista, perante o Estado burguês.

2.2.3 O EPP ENQUANTO ORGANIZAÇÃO TERRORISTA

Este caráter de terrorismo do EPP fica mais evidente em uma situação como a atual, onde o Paraguai vive sob o regime democrático, e este é profundamente débil. Os democratas utilizam-se do argumento de que o EPP é uma organização criminosa, que viola a Constituição Nacional, concebida em plena era de democracia, liberdade e paz social. Esquecem-se

estes, de que o próprio Estado democrático, desde o início da redemocratização, não cumpre, e até mesmo viola, artigos da Constituição Nacional, sua estrutura básica¹³.

Segundo MARTÍNEZ (2011), o caráter de terrorismo atribuído ao EPP é a forma encontrada pelo governo burguês para desmoralizar e deslegitimar a luta revolucionária, sob todas as formas, utilizando-se desta nomenclatura para se referir aos revolucionários. O terrorismo no século XXI (pós 11 de setembro de 2001) está para a população manipulada pela mídia como o comunismo estava para os oprimidos pelo regime stronista.

Os epepistas advogam a utilização da violência como forma de legítima defesa do povo oprimido frente a oligarquia exploradora, auxiliada pelos governos democráticos burgueses na tarefa de manter a grande massa pobre imóvel perante o quadro de exploração.

O Exército do Povo Paraguaio surge como uma resposta à violência contra o povo pobre, como meio de autodefesa de algumas comunidades campesinas dos departamentos mais pobres do país ante os permanentes assassinatos de campesinos pobres executados pelos assassinos de estâncias e pelos efetivos policiais que, falando com mais propriedade, são uma só e mesma coisa (BRITTEZ, 2011. p. 35).

Desde o início de sua organização, o EPP empreendeu sequestros, mortes, atentados¹⁴. O desenvolver dos fatos mostrou a ascensão do EPP na região norte do Paraguai, e suas ações cada vez mais regulares e exitosas, em seu propósito, no desenvolvimento da luta revolucionária contra o governo, principalmente do presidente Lugo.

O pacifismo, o não uso da violência e o desarme dos explorados e oprimidos é o primeiro mandamento dos opressores e exploradores. Em contrapartida, o primeiro mandamento dos que buscamos séria e sinceramente a liberação das massas populares esgotadas pela miséria e a violência antipopular é o armamento generalizado do povo oprimido e explorado (BRITTEZ, 2011. p. 33).

Até o momento, o EPP vem demonstrando que o Estado paraguaio é profundamente incapaz de combater eficazmente a guerrilha revolucionária. Sua ação, tida como terrorista, está sempre vinculada aos narcotraficantes. Não obstante, em comunicado publicado na internet atribuído ao EPP no dia 21 de novembro de 2011, os guerrilheiros rebatem a crítica corrente de sua ligação com o narcotráfico, principalmente ao seu maior crítico, o governador do Departamento de San Pedro, José “Pakova” Ledesma, dizendo:

Ao mentecapto bêbado Pakova Ledesma dizemos que o EPP se protege e se financia cobrando impostos aos oligarcas detidos. E com a proteção e apoio de nosso povo. A máfia narcotraficante e policial financia ao oportunista e farsante Pakova Ledesma e aos demais politiqueiros da vez (RÁDIO ÑANDUTI).

2.2.4 O EPP ENQUANTO EXACERBAÇÃO DO NACIONALISMO PARAGUAIO

Como já observado na análise do legado guevarista para a ação guerrilheira revolucionária, esta deve ser eminentemente anti-imperialista, já que a revolução só é possível em terreno propício – de contradições entre a pátria e o imperialismo e entre a oligarquia e o povo. Com isso, o EPP, enquanto guerrilha marxista-leninista age de forma marcadamente naci-

¹³ Além do não cumprimento do Artigo 6º, outras críticas dizem respeito à supressão de liberdades quando do decreto de Estado de Exceção, a violência no campo que tira o direito inalienável à vida, a liberdade de imprensa, que segundo o EPP, não existe no Paraguai, dada a concentração dos principais meios comunicadores.

¹⁴ As principais ações empreendidas e atribuídas ao EPP foram: os sequestros de María Edith Bordon (2001), Cecília Cubas (2004) morta em cativeiro, Luis Lindstron (2008) e Fidel Zavala (2009); um atentado a bomba ao Palácio de Justiça de Asunción em 2009; além de vários confrontos com a polícia, assalto e queima de Comisarías, bancos, propriedades rurais.

onalista, e as condições sociais encontradas no Paraguai fornecem os subsídios necessários. O país é essencialmente agrário, pobre e a terra, e, conseqüentemente, a riqueza, está concentrada nas mãos, em grande parte, de estrangeiros.

No Paraguai existe uma forte presença da cultura imperialista, que é o reflexo da dominação imperialista nos terrenos político e econômico; muitos “concidadãos” consideram sua presença como algo natural e fomentam-na sem o menor pudor, com descaro. Corresponde a esta categoria as ideias filosóficas, religiosas, artísticas, políticas que contenham, que ensinem condutas de escravização nacional. É o que se chama de “o pensamento único”, quer dizer “a submissão única” quer dizer, a submissão de todos os povos ao que tragam os norte-americanos (BRITZ, 2011. p. 70).

Ademais, a base de ação advogada pelo EPP é a do chamado francismo do século XXI, releitura do nacionalismo paraguaio do século XIX, adaptando-se às particularidades do Paraguai do século XXI. Os governos revolucionários do Dr. Francia e de Carlos e Solano López, entre 1811 e 1870, são tidos pelos revolucionários do século XXI como os exemplos históricos concretos de modelos de Estado a ser adotado para se lograr o câmbio social.

As classes populares paraguaias demonstraram ao mundo inteiro o que valem e são capazes de fazer; a república revolucionária e popular (1811-1870) é a demonstração mais contundente da altíssima capacidade do povo paraguaio. Sem a oligarquia e contra ela, em somente meio século se converteu a mais atrasada das colônias espanholas do Prata na mais avançada das repúblicas latinas da América (BRITZ, 2011. p. 79).

O movimento guerrilheiro paraguaio faz menções de atenção para com o imperialismo vindo das mais distintas localidades, com base em feridas históricas ainda abertas, principalmente as abertas pela Guerra da Tríplice Aliança, tendo um conteúdo contra o imperialismo brasileiro, argentino, inglês e estadunidense.

3 CONCLUSÃO

O que se buscou debater neste artigo foi a democracia paraguaia como sendo fonte propícia para a eclosão de um movimento guerrilheiro revolucionário na América Latina do século XXI. As massas camponesas estiveram caladas à força pelos regimes autoritários até a década de 1980, e, na década de 1990, em pleno processo de redemocratização, preteridas por seus governantes eleitos legitimamente através de seu voto livre, que optaram por não perder a oportunidade de se subordinar ao poder imperialista, a fim de receber auxílios para financiar seu processo de genocídio social, embasado nas políticas neoliberais.

A democracia paraguaia já surgiu com estruturas debilitadas que, dentro em pouco, se tornariam grandes complicadoras de legitimidade dos governos. Depois do advento da liberdade para a população, os gritos calados pelo stronismo começaram a ecoar nos campos cercados pelos vastos latifúndios, saindo das bocas famélicas dos camponeses paraguaios.

O movimento revolucionário paraguaio, consubstanciado em seu braço armado, o EPP, aproveita-se deste quadro, na forma do francismo do século XXI, para se consolidar como o principal movimento contestatório dos governos democráticos burgueses no século XXI. Os partidos da esquerda paraguaia apenas comprovaram as teses revolucionárias, de que a inclusão no processo democrático trará duas implicações: a transformação em partido de quadros, de cunho reformista ou a impossibilidade de ascender ao poder.

Desta forma, a ação guerrilheira revolucionária mostra-se perfeitamente compreensível, dado o cenário propício para tal. Atualmente, a democracia é vista como bem inalienável

da população e promovedor do bem estar social, entretantes, fora demonstrado que no Paraguai a situação não se dá desta forma. Dificilmente a população se conscientizará de que a Revolução irá manter um governo democrático, mas, de outro caráter, não mais burguês e oligarca, para ser Socialista e democrático de fato, realmente promovedor do bem estar e câmbio social, pois o aparato repressor estatal, os discursos oficiais e a mídia oligárquica fazem com que as vozes vanguardistas do câmbio social sejam demonizadas.

No entanto, se a utopia se tornar realidade, a América Latina poderá vivenciar um processo vanguardista que irá solapar uma ordem corrompida, posta por circunstâncias especiais, e mantida de maneira artificial, sob o véu da legitimidade jurídica, que se esqueceu dos envolvidos básicos no processo, os seres humanos e suas condições de existência.

REFERÊNCIAS

- ABC COLOR DIGITAL. <<http://www.abc.com.py/>> Acessado em: 18, 19, 20, 21 e 22 de novembro de 2011.
- BORON, Atilio. **Estado, Capitalismo y Democracia en América Latina**. Colección Secretaria Ejecutiva. Ciudad de Buenos Aires: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), 2003.
- BRITEZ, Alcides Oviedo. **Programa Político del Ejército del Pueblo Paraguayo**. Publicação livre: 2011.
- BURCHARDT, Hans Jürgen. **Tiempos de Cambio: repensar América Latina**. San Salvador: Fundación Heinrich Böll, 2006.
- CENTRO DE DOCUMENTACIÓN DE LOS MOVIMIENTOS ARMADOS. <<http://www.cedema.org/?ver=portada>> Acessado em: 13,14 e 15 de janeiro de 2012.
- CONVENCIÓN NACIONAL CONSTITUYENTE. **Constitución Nacional de la República del Paraguay**. Asunción: 20 de junho de 1992.
- CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. **Informe 2011**. Santiago de Chile: Corporación Latinobarómetro, 2011.
- FOGEL, Ramón. **Movimientos campesinos y su orientación democrática en el Paraguay**. In: La construcción de la democracia en el campo latinoamericano. Grammont, Hubert C. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.
- GAONA, José Parra. **Paraguay: Movimientos sociales y proceso político**. In: ALAI. América Latina en movimiento: Suramérica: Movimientos sociales ante nuevos desafíos. Periódico Científico. Dirección: Osvaldo León. Quito: ALAI, 2007.
- GLAUSER, Marcos. **Extranjerización del territorio paraguayo**. Asunción: BASE IS., 2009.
- GUEVARA, Ernesto Che. **La Guerra de guerrillas**. Publicação livre: 1960.
- INSTITUTO INTERNACIONAL DE GOVERNABILIDAD. **Libro Blanco sobre la Reforma Institucional en Paraguay**. Barcelona: PNUD (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo), 2003.
- LEÓN, Osvaldo. **Resistencias en movimiento**. In: ALAI. América Latina en movimiento: Suramérica: Movimientos sociales ante nuevos desafíos. Periódico Científico. Dirección: Osvaldo León. Quito: ALAI, 2007.
- MAG (Ministerio de Agricultura y Ganadería), BM (Banco Mundial) y PNUD (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo). **Construyendo el futuro agrario del Paraguay: Estrategia para el Desarrollo Humano Agro Rural**. Asunción: MAG, 1997.

MARIGHELLA, Carlos. **Manual do guerrilheiro urbano**. Publicação livre: 1969.

MARTÍNEZ, Osmar Feliciano. **La razón de mi prisión**. 1. ed. Buenos Aires: Editorial Cooperativa El Río Sueña, 2011.

MORA, Carlos. **Participación y organizaciones campesinas en Paraguay**. In: La construcción de la democracia en el campo latinoamericano. de Grammont, Hubert C. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

PNUD (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo). **A democracia na América Latina a uma democracia de cidadãos e cidadãos**. Trad.: Mônica Hirts. Santana do Parnaíba: LM&X, 2004.

QUIJANO, Anibal. **A América Latina sobreviverá?** Conferência realizada na University Florida Gainesville, EUA, 1991.

_____. **Los movimientos campesinos contemporáneos en América Latina**. In: OSAL. Periódico Año I, Nº 2. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

RÁDIO ÑANDUTI. < <http://www.nanduti.com.py/v1/> > Acessado em: 21 de novembro de 2011.

ROSSI, Carlos. **La Revolución permanente en América Latina**. Material de formação política da Cátedra Che Guevara (edição original). Buenos Aires: Colectivo AMAUTA, 1972.

VILADESAU, Tomás Palau; CABELLO, Daniel; MAEYENS, An; RULLI, Javiera; SEGOVIA, Diego. **Los refugiados del modelo agroexportador: impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas**. Asunción: BASE IS., 2007.

VILLAGRA, Luis Rojas. **Actores del agronegocio en Paraguay**. Asunción: BASE IS./DIAKONIA, 2009.

A RESSIGNIFICAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA NA SOCIOLOGIA RURAL

Gabriel Alarcon MADUREIRA¹

Resumo: A sociologia surgiu no século XIX como campo científico a partir da constituição de uma base epistemológica bem definida: a modernidade europeia. As transformações sociais desencadeadas pelo modo de produção capitalista emergiram como objetos de investigação localizados especificamente no espaço urbano. Desta forma, a oposição entre cidade e espaço rural permeou a disciplina desde suas origens, associando progresso, dinamismo e sociedade, à urbe; e tradição, conservação e comunidade, ao campo. Este artigo tem por objetivo reconstituir a trajetória da sociologia rural a partir das discussões teórico-metodológicas da relação cidade-campo e refletir sobre a conjuntura contemporânea de seu objeto de pesquisa. Assim, o trabalho apresenta o rural como locus fluído, relacional e multifacetado, constantemente ressignificado por dinâmicas sociais e institucionais, como um espaço possível de ser abordado por formas capazes de conjugar a interdisciplinaridade e a integração das categorias locais, globais, espaciais e temporais. Essa linha de raciocínio desloca a abordagem da restrição espacial do campo em oposição ao espaço da cidade; desconstrói a noção de identidade rural fixa, rígida e estereotipada; e passa a operar o rural na perspectiva de construção de identidades e representações, onde os agentes em interação significam a localidade na qual vivem a partir de referenciais discursivos e cognitivos pertencentes tanto à cidade, quanto ao campo.

Palavras-chave: Sociologia Rural; Modernidade; Relação campo-cidade.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar e membro do Grupo de Pesquisa sobre Ruralidades, Ambientes e Sociedade - RURAS. Contato: gabriel_madureira@yahoo.com.br

Abstract: Sociology emerged in the nineteenth century as a scientific field from the establishment of a well-defined epistemological base: the European modernity. The social changes unleashed by the capitalist mode of production emerged as objects of research specifically located in the urban space. This manner, the opposition between town and rural areas has permeated the discipline from its origins, linking progress, dynamism and society, to the urban; and tradition, conservation and community, to the rural. This article intends to track the trajectory of rural sociology from the theoretical and methodological discussions of the relationship between urban and rural and reflect about the contemporary situation of their research object. So the paper presents the rural as a locus fluid, relational and multifaceted, constantly reframed by social and institutional dynamics, as a space possible to be approached by techniques capable of conjugate interdisciplinary and the integration of the categories local, global, spatial and temporal. This line of reasoning displaces the approach of the rural as a fixed opposition to the city space; the notion of identity deconstructing the rural fixed, rigid and stereotyped; operating the rural from the perspective of identities and representations, where the actors in your interactions signify the location in which they live from the references and cognitive discourses, belonging to both the city and the rural.

Keywords: rural sociology; modernity; urban-rural relation;

Introdução

Este artigo tem por objetivo discutir as origens epistemológicas da sociologia rural a partir da formação do próprio arcabouço clássico da teoria sociológica e debater uma abordagem contemporânea que acaba ressignificando seu próprio objeto de estudo através da ênfase em um campo elaborado como espaço de identidades, categoria de pensamento, eixo interdisciplinar, e espaço local de arranjos - políticos, econômicos e socioculturais - específicos. Por razões de escopo e de delimitação do feixe analítico, este exercício reflexivo não abordará de forma extensiva os complexos desdobramentos da sociologia rural enquanto campo disciplinar no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa, deixando de se aprofundar nas questões institucionais, teóricas e metodológicas de cada um destes centros. Da mesma forma, as importantes abordagens do continuum rural-urbano, de José Graziano da Silva, de “mesclagem” do rural-urbano de José Eli da Veiga, e da reforma agrária e estrutura fundiária brasileira, de José de Souza Martins, apesar de suas contribuições fundamentais para os desdobramentos da sociologia rural no Brasil, não serão debatidas.

Desta forma, a estrutura do texto apresenta-se da seguinte forma: primeiramente uma reflexão acerca do vínculo entre a formação epistêmica da sociologia e o processo de modernidade europeu como um todo, onde procuro enfatizar que a cidade - a urbe - e não o rural - o campo - foi o espaço privilegiado da reflexão sociológica clássica. Posteriormente, discuto as formas e processos de ressemantização do espaço rural a partir da natureza e do meio ambiente como eixos de reflexão acerca da própria ressignificação do objeto de estudo da sociologia rural.

Modernidade e nascimento da sociologia

Cidade, metrópole, urbanização, fábrica. Dinheiro, velocidade, desordem e caos. Estes são jogos de palavras que invocam imagens e conceitos de um período extremamente marcado pela transformação material, avanço científico, mudança social e ruptura de paradigmas, onde indivíduos adquiriram novos papéis e se viram diante de condições de vida até então jamais imaginadas. O século XIX europeu testemunhou a *belle époque* do capitalismo como

modo de produção de bens e mercadorias e se viu às voltas com as repercussões estruturais da emergência da modernidade como um conjunto de práticas, culturas e valores que se opunham ao Antigo Regime erodido pela dupla revolução: a francesa e a industrial. E não existem palavras mais apropriadas para sintetizar a essência da modernidade como “ambiguidade, ambivalência e paradoxo”, pois do contexto de entusiasmo generalizado na ciência e no progresso, da aura positivista de ordenação e solidez moral, emergiram uma infinidade de conflitos, rasgos de contestação, feixes de violência, conjuntos de atividades ilícitas, rupturas e descontinuidades. No cerne da estrutura social, principalmente nos proletários e nos indigentes, mas também nas famílias da multiplicidade burguesa, indivíduos reivindicaram, através de lutas macro e microsociais, direitos e papéis sociais. Da ordem transbordava o conflito.

Justamente para compreender as dinâmicas produzidas pelo capitalismo, para dar sentido e coesão intelectual ao fenômeno da modernidade, e para equacionar o binômio entre ordem e conflito, a sociologia desenvolveu-se como ciência explicativa privilegiada, como corpo teórico-metodológico capaz de estudar o mais efervescente dos objetos científicos: a própria sociedade. Desta forma, capitalismo, modernidade e indivíduos em conflito se tornaram feixes analíticos privilegiados para a compreensão dos tempos modernos. Entretanto, fazem-se necessária as seguintes questões: sobre qual espaço a sociologia se debruçou não só para buscar respostas, mas para formular analiticamente as questões da época? Em qual lugar as problemáticas se materializavam e mostravam suas facetas? A resposta se desdobrará como uma consequência dos próprios objetos de preocupação sociológica.

Anthony Giddens (2000), em “Capitalismo e Moderna Teoria Social” realiza um esforço exatamente nesse sentido, de vincular a produção teórico-metodológica da sociologia clássica às condições estruturais do século XIX. Desta forma, Giddens comenta que a construção marxiana da modernidade compreende o estudo das inúmeras transformações na base produtiva que forjam, conseqüentemente, um estado de espírito, uma equação natural das coisas, um *modus operandi*, onde as relações sociais entram em dissolução antes mesmo de serem absorvidas pelos atores sociais. Modernidade emerge como alegoria da imponderabilidade, do incontornável, do imprevisível, da emancipação contínua do novo sobre tudo que remeta ao passado, à história, à tradição; como locus de tensões e desigualdades entre duas forças sociais antagônicas: a burguesia e o proletariado; como dialética entre conservação e revolução. Por outro lado, a preocupação durkheimiana reifica sociologicamente a modernidade como expressão da complexificação, da sofisticação dos esquemas sociais, de uma crescente divisão do trabalho, da materialização da passagem de uma solidariedade mecânica fundada nos vínculos parentais e segmentários para uma solidariedade orgânica baseada na interdependência funcional entre os atores sociais. Em Durkheim, as chaves de compreensão da modernidade conflituosa residem no estudo das formas de coesão, da formação da moral e dos valores, das práticas de ruptura e dos sintomas de anomia social. Enfim, na elaboração weberiana a modernidade emerge como síntese da afinidade eletiva entre práticas burguesas e a ética protestante presente nos países centrais da Europa, consolidando um processo de crescente racionalização da vida, de transbordamento de um ascetismo estritamente religioso para cada espaço de sociabilidade, forjando intensamente espaços de individualização e secularização, desencantando o mundo e inserindo-o em uma aura de racionalidade, burocratização, pragmatismo e objetividade.

Desta forma, é perceptível como a modernidade está na centralidade da elaboração teórica dos clássicos e funciona como um dos mais importantes referenciais para os respectivos desdobramentos conceituais. Esta mesma modernidade é caracterizada de forma bastante alegórica e explicativa por Marshall Berman (1986) como sendo uma experiência de vida peculiar e singularizada, polifônica, plural e multifacetada, marcada constantemente pela dualidade e incompletude, como uma existência experienciada a partir das relações com o tempo e com espaço, onde ambos aparecem deslocados, relativizados e desconstruídos. A partir de

Marx, Baudelaire, Goethe, dos escritores modernistas russos, até chegar aos diálogos com a estética pós-moderna, o autor aponta as transformações sofridas pela experiência da existência desde o renascimento do século XV, passando pelo iluminismo da Revolução Francesa, até chegar aos recentes acontecimentos do século XX e, com isso, consegue não tanto conceituar e fechar as interpretações de modernidade, mas traçar um quadro de sensações e sociabilidades humanas inegavelmente, modernos. Por outro lado, David Harvey (1994) trabalha a modernidade principalmente a partir do contraponto a um discurso pós-moderno associado à ruptura com tudo que remeta a uma tradição... moderna, ou seja, de rompimento e negação aos paradigmas literários, artísticos e científicos construídos justamente a partir da reivindicação do modernismo em contraposição à tradição oitocentista. A isso Harvey aponta para uma série de elementos estruturais característicos de uma suposta transição da modernidade para a pós-modernidade, enfatizando a questão do modelo fordista de produção sendo desmontando pelos novos formatos trazidos pela reestruturação produtiva e pela flexibilização do trabalho.

Neste ponto torna-se pertinente a retomada à questão anteriormente levantada. O binômio problemático entre conflito e ordem, as transformações revolucionárias das relações sociais na ótica marxiana, as dissoluções morais e o desmanche da coesão na abordagem durkheimiana, a racionalização, individualização e secularização tipicamente weberianas, e principalmente, as experiências de arte, de ciência e de sociabilidade apontadas por Berman e Harvey, estão centradas, localizadas, materializadas, no espaço privilegiado de ascensão e manifestação da modernidade: na cidade. A urbe se constituiu no primeiro campo de observação e estudos da sociologia por ser marcada em todos os seus aspectos, materiais e imateriais, pelas consequências da modernidade, seja pela materialidade arquitetônica das fábricas e obras, ou pela sociabilidade imaterial de seus trabalhadores e “cidades” em confluência nos seus espaços.

Na medida em que a cidade emerge como ponto de partida e de chegada das análises sociológicas e se coloca como conceito chave, como lócus da explosão de uma multiplicidade de fenômenos sociais, o campo e o rural ficam renegados a espaços derivados do urbano, a fenômenos decorrentes, secundários, subordinados, o que se reflete na própria epistemologia da sociologia. Como aponta Marcel Jollivet (1998, p.1):

[...] se a sociologia rural, antes de tudo, é sociologia, ela pura e simplesmente se integra nas evoluções gerais – temáticas, metodológicas, teóricas – da sociologia. Isto, aliás, é patente, se se considera a sua própria história: é assim que ela, cada vez mais – ou simultaneamente – foi durkheimiana, funcionalista, culturalista, marxista, estruturalista, weberiana etc.

De fato, nesta perspectiva a sociologia rural se incorpora às dinâmicas teórico-metodológicas-institucionais da sociologia geral, não existindo especificamente uma escola, mas um conjunto de esforços, fluídos ou integrados, contínuos ou dispersos, de realizar análises capazes de integrar tanto o mundo rural, o campesinato e o espaço agrícola, quanto os múltiplos fenômenos característicos das sociedades industriais (JOLLIVET, 1998).

Por uma ressemantização do rural

O que é o espaço rural? Qual seria a especificidade de uma sociologia rural? Marcel Jollivet (1998) desenvolve o argumento que os mecanismos institucionais de formação do arcabouço teórico da sociologia enquanto disciplina científica foram, tradicionalmente, os centros

irradiadores de abordagens para os estudos acerca dos fenômenos sociais localizados no campo e que, justamente por isso, não existe uma teoria ou escola de pensamento claramente delimitada que reivindique a categoria de sociologia rural. Ao contrário, é o olhar, o ponto de partida, a delimitação do objeto a partir do espaço rural que define as investigações.

Entretanto, tal perspectiva não significa a reprodução de uma dicotomia entre campo e cidade que esteve no cerne da estruturação epistemológica da sociologia. A distinção entre rural e urbano remete às origens do próprio iluminismo como um grande processo de enfrentamento dos paradigmas do Antigo Regime, de ampla contestação do absolutismo ao poder da nobreza proprietária de terras, culminando com a ascensão burguesa nos espaços citadinos. Consequentemente, essa polarização entre campo e cidade adquiriu uma série de contornos a partir das estratégias de luta e disputa que marcaram a emergência e a disseminação do modelo de modernidade ocidental, as quais moldaram as nomeações em relação a essas duas categorias. Como aponta Maria José Carneiro (2008), o mito fundacional da sociologia rural realmente se constrói a partir da proeminência da cidade sobre o campo, a partir de uma relação de subordinação ancorada nas significações atribuídas ao rural (atraso, conservação, escassez, apatia política, exclusividade das atividades agrícolas, etc.) e ao urbano (velocidade, progresso, dinamismo, palco político, transformação, revolução, etc.). Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978) discute exatamente a incorporação desses traços dicotômicos entre campo e cidade na formação das próprias instituições brasileiras, submetidas às prerrogativas discursivas da modernização europeia.

A abordagem do projeto parte do próprio argumento de Queiroz (1978): o de que sempre existiu uma pluralidade de relações dialéticas entre o espaço rural e o espaço urbano, onde momentos históricos e contextos econômicos específicos impuseram relações ora de complementariedade, de imanência mútua, de reciprocidade, de ambiguidade, e consequentemente, ora de dependência, onde campo e cidade oscilaram como polos irradiadores de hegemonias. Ponto de vista este que converge com as próprias características fluídas, fragmentadas e contraditórias da modernidade brasileira, as quais impedem que existam categorias tão claramente dicotômicas.

Assim, a utilização do espaço rural como conceito teórico-metodológico no âmbito da investigação o compreende justamente como *locus* fluído, relacional, multifacetado, plural e constantemente ressignificado por dinâmicas sociais e institucionais, em suma, como um campo possível de ser abordado sociologicamente, mas a partir de formas capazes de conjugar a interdisciplinaridade e a integração das categorias locais, globais, espaciais e temporais (JOLLIVET, 1998). O que implica a consideração de que o rural não emerge somente como conceito e categoria de pensamento, mas acima de tudo, como uma categoria histórica, uma construção simbólica e discursiva resultante de uma série de processos sociais:

Gera-se, assim, um confronto entre os discursos sobre a ruralidade destes diversos grupos sociais, particularmente em torno de algumas questões centrais – a agricultura x outras atividades; eficiência econômica x preservação ambiental; espaço produtivo x espaço de lazer; produção e consumo, etc. (WANDERLEY, 2009, p.215)

Disto decorre a compreensão da ruralidade não como enunciado universal, mas como eixo analítico contextual e relacional, expressivo de uma conjuntura heterogênea de sistemas sociais, culturas e econômicos. Essa linha de raciocínio desloca a abordagem da restrição espacial do campo em oposição ao espaço da cidade, desconstrói a noção de identidade rural fixa, rígida e estereotipada, e passa a operar o rural como eixo de efervescência de construção de identidades, de representações, de composições nos quais os agentes em interação signifi-

cam e nomeiam continuamente o espaço no qual vivem, conjugando para isso, elementos ambíguos, pertencentes tanto à cidade, quanto ao campo (CARNEIRO, 1998).

E é exatamente neste aspecto que retomamos as preocupações acerca do paradoxo de Giddens, pois o principal eixo de ressignificação do espaço rural constitui-se como uma explosão de discursos e representações acerca do meio ambiente, da natureza e da preservação ambiental.

A natureza, principal aglutinador de signos nesse meio, torna-se a base sobre a qual a nova noção de rural se constrói. Deixando de representar um meio de produção, a natureza passa a ser um objeto de contemplação que é valorizado justamente pelas suas características imateriais, objeto de avaliações múltiplas, de caráter subjetivo, mas que integra também uma visão da realidade que é ao mesmo tempo imaginária e operatória (...) serve para classificar e dar sentido ao mundo. (CARNEIRO, 2008, p. 25)

A questão do meio ambiente opera como eixo de enunciação e representação do espaço rural emergente, dialogando com a qualidade de vida inexistente nas metrópoles, com a presença ubíqua de paisagens exuberantes, com o despertar de sentimentos idílicos relativos a uma tradição perdida nas atividades contemporâneas, com a revalorização do artesanato, das culturas típicas, das festividades, das simplicidades da vida campesina. Na verdade, há inclusive uma rearticulação simbólica de arquétipos anteriormente considerados estigmas, como o rústico, o simples, o manual, etc. O cenário tipicamente pertencente à agricultura e as características consolidadas do mundo agrícola cedem à representação paisagística do todo e ao discurso social da qualidade do que seja essencialmente rural e próximo da natureza (JOLLIVET, 1998).

Em síntese, ruralidades e urbanidades estão em fluxos discursivos, culturais, e de significação dialógica, apresentando uma ruptura com a concepção essencialista de um ethos rural ou urbano, indicando uma interpenetração entre elementos cidade e campo de forma fluída e intercambiável, constituindo um par de significação dual, múltiplo e relacional (MOREIRA, 2005).

Territorialidade, localidade e milieu econômico: espaços de ressemantização

Dessa forma, ao invés de partimos das noções de continuum rural-urbano, de desaparecimento das especificidades do campo, de proeminência do urbano sobre o rural e de paradigmas acerca do espaço agrícola, preferimos operar com a ruralidade como territorialidade, como sociedade local dotada de história, permeada de referência identitária, material e imaterialmente vinculada as suas dinâmicas específicas. Retomando o argumento de Maria José Carneiro (1998, p. 60), ao invés da ênfase recair sobre o que seja pertencente ao campo ou à cidade, ao que seja respectivamente sociologia rural ou sociologia urbana, a noção de localidade observa exatamente a construção social das variadas categorias de representação do espaço:

Como vemos, as noções de “rural” e de “urbano”, assim como a de “ruralidade” e a dualidade que lhes é intrínseca são representações sociais que expressam visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, estando, portanto, sujeitas a reelaborações e a apropriações diversas.

A partir da ruralidade concebida de forma mais complexa, não como ponto estático de análise, mas sim como ponto de partida, como objeto referencial do olhar para uma multiplicidade de relações sociais que somente podem ser compreendidas em complexa interação com os fatores acima citados, em síntese, a partir do conceito de localidade, fica evidente que o espaço rural está sendo perpassado por um intenso processo de ressemantização.

Carneiro (2005) aponta que essa perspectiva, essa abordagem da localidade, implica em contínuas formações de identidades, de relações, de construções simbólicas, de relação com a natureza, que não expressam uma ruptura no espaço e no tempo, mas sim a posição social dos atores e os arranjos de interesse entre os grupos.

A partir da perspectiva apresentada por Martins (2010), a noção de território também pode ser desenvolvida a partir da contribuição weberiana do milieu econômico, capaz de subsidiar a reconstrução dos sentidos da ação social de agentes e grupos a partir de interesses localizados e de uma abordagem histórico-territorial. Esse instrumental weberiano enfatiza a especificidade territorial, a complexidade causal da conjuntura, o arranjo determinado pela dinâmica histórica dos lugares, dos espaços, e das estruturas de poderes, articulando assim processos locais e nacionais, juntando as características ambientais, geográficas, etc. Ou seja, o milieu econômico caracteriza-se como um espaço composto das características e arranjo políticos, socioculturais e econômicos dos locais, constituindo importante referência para a noção de localidade/territorialidade construída no projeto, pois a investigação busca justamente reconstituir os sentidos diferenciados atribuídos às categorias operantes no espaço social a partir da interação e da heterogeneidade dos agentes.

De fato, as diferentes noções de natureza reproduzem conflitos sociais e que a própria discussão da preservação dos recursos naturais assume características peculiares nas interações entre indivíduos e grupos no âmbito da localidade. Como aponta Paulino (2005, p. 262):

A noção de natureza constitui também uma espécie de categoria operatória que reflete, ao mesmo tempo em que opera, as distinções entre os agentes sociais, contribuindo para a elaboração das identidades locais e expressando formas de organização social distintas.

Através das concepções de natureza como categoria operatória emergem conflitos e tensões entre grupos locais, lutas classificatórias, discursivas e materiais, as quais demarcam simbolicamente espaços sociais, operacionalizando assim, fronteiras entre grupos de sociabilidade emergentes do recorte do próprio universo social (PAULINO, 2005).

Considerações finais

A sociologia rural evidentemente está sendo perpassada por um momento de ressignificação e reorientação de seu objeto de pesquisa e de suas metodologias, transitando de uma rígida dicotomia entre campo e cidade para uma área de estudos interdisciplinar, múltipla, simbólica e interacional, baseada na especificidade da localidade e em suas relações com os feixes globais e regionais, com a multiplicidade de atores, com as formas de distinção, com os arranjos políticos e econômicos, etc. Da mesma maneira, a sociologia enquanto grande área encontra-se em um momento de redefinição de paradigmas e de multiplicação de abordagens e métodos, e como campo científico ora identifica-se em crise, ora exalta a fertilidade de possibilidades epistêmicas.

A trajetória deste paper também, embora modestamente, constitui-se num exercício de reflexão epistemológica. A teoria sociológica clássica e a epistemologia da modernidade ocidental são ao mesmo ponto de partida e ponto de chegada do debate, início e fim daquilo que media o argumento central, justamente o da ressignificação dos espaços rurais a partir das noções de natureza, meio ambiente, localidade, disputas discursivas e de distinção, etc.

O debate acaba transbordando uma perspectiva de que, para que o desenvolvimento da sociologia enquanto disciplina seja efervescente e pulsante, não basta somente a mediação dialógica entre teoria e prática, entre abstrato e empírico, mas uma postura tripla capaz de sempre revisitar as bases epistêmicas que inexoravelmente permeiam o pensamento social e a reflexão acadêmica. E como visto, a teoria sociológica clássica – e nesse ponto o clássico deixa de ser apenas retórico para assumir verdadeira significância – emerge tanto como chave de desconstrução, na medida em que sempre será vinculada ao seu contexto de produção, quanto como porta de releitura e aprimoramento do olhar sociológico, na medida em que contém construtos teórico-metodológicos indiscutivelmente necessários à compreensão dos fenômenos da contemporaneidade.

Referências

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.11, outubro de 1998, p.53-78.

_____. Apresentação. In: MOREIRA, Roberto José (org.) **Identidades Sociais**. Ruralidades no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, v. 2, n.1, março de 2008, p.9-38.

FERREIRA, Ângela Damasceno Duarte. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, n. 18, out., 2002, p.28-46. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezoito/angela18.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social**. Lisboa: Presença, 2000.

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1994.

JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.11, outubro de 1998, p.5-25.

MARTINS, Rodrigo Constante. (Novas) Ruralidades e teoria social: um olhar weberiano sobre a noção de território. **34º Encontro Anual da Anpocs**. GT 19. Metamorfoses do Rural Contemporâneo. Outubro, 2010.

MOREIRA, Roberto José (org.) Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: **Identidades Sociais**. Ruralidades no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.p.14-40

PAULINO, Stefano Mendes. As Cidades e as Serras. Espaço e identidades sociais na construção da ruralidade. In: **Identidades Sociais**. Ruralidades no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.p. 255-274.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros. In: **Cultura, Sociedade Rural e Sociedade Urbana no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1978

SOUZA, Jessé. A Construção Social da Subcidadania. Para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **O Mundo Rural como um Espaço de Vida**. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, 2009. p.203-163.

A ELABORAÇÃO DA MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA, FEITA ATRAVÉS DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO NAS ELEIÇÕES 2010.

Gabriel Papa Ribeiro ESTEVES¹

RESUMO: Esta pesquisa busca compreender a relação entre mídia e política no período pré-eleitoral e eleitoral do ano de 2010, e como se dá a elaboração memorial do passado na sociedade brasileira acerca do regime militar, no que se refere à influência de órgãos de comunicação de massa. Para tal analisa a cobertura feita pelo jornal *A Folha de São Paulo*, que possui um passado de apoio à ditadura, tendo grande circulação diária nacional, e sendo um dos principais meios de comunicação a cobrir as eleições. Os dois principais candidatos à presidência, José Serra e Dilma Rousseff, têm um passado ligado a movimentos de oposição a esse regime, assim, o referido jornal constantemente os relaciona ao seu passado opositor, construindo sua imagem perante tal arcabouço, incluindo, em suas coberturas, concepções sobre o que foi o regime militar e o que ele significou, mostrando-se muitas vezes ambíguo, e vendendo uma imagem branda do regime perante a sociedade. Desse modo, viso analisar, em todos os fragmentos presentes no jornal, de 01/03/2010 à 06/11/2010, referentes ao período exposto, como o jornal relaciona os candidatos, construindo suas imagens, ao seu passado opositor ao regime e como é elaborada a memória da ditadura militar brasileira.

Palavras-chave: Ditadura, Folha de São Paulo, eleições 2010.

ABSTRACT: This research seeks to understand the relationship between media and politics in pre-election period and election of 2010, and how is the memorial of the past development in brazilian society about the military regime, with regard to the influence of the media of mass. For this analysis the coverage by the newspaper *Folha de São Paulo*, wich has a history of suport for the dictatorship, and widely circulated national daily, and one of the major media to cover the elections. The two major presidential candidates, José Serra and Dilma Rousseff have a background in the movments of opposition to this regime, the newspaper refered to constantly relate to his past opposition, building its image in such a framework, including in their coverage, concetions of wath the military regime was and what he meant, being often ambiguous, and selling a soft image of the regime to society. There by, i try to analyse, all the details present in the newspaper, from 01/03/2010 to 06/11/2010, for the reporting period, and how it relates the candidates, building their images, his past of opposition to the regime and how to elaborate the memory of the brazilian military dictatorship.

Keywords: Dictorship, Folha de São Paulo, 2010 elections.

Os dois principais candidatos à presidência da República do Brasil nas eleições de 2010, José Serra (PSDB)² e Dilma Rousseff (PT)³ têm um passado ligado a movimentos de

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – SP. Universidade Estadual Paulista - UNESP. CEP – 14.800.901. Araraquara. São Paulo. Brasil. E-mail: gabriel-papa@hotmail.com

oposição ao regime autoritário civil-militar brasileiro. Civil devido às camadas da sociedade, principalmente setores da classe média e das elites agrária e industrial, que apoiaram e legitimaram o regime enquanto o que este proporcionava lhe convinha. Pois não é possível a existência de regimes autoritários se a sociedade em que ele está posto não o construiu historicamente com base em parcelas sociais que o apóiam e lhe dão quorum de legitimação. E militar porque os agentes políticos que comandaram e instauraram o regime, através de um golpe de estado, eram os militares das três forças armadas, principalmente os de alta patente (AARÃO REIS, Daniel. 2005).

Dilma, segundo documentos oficiais e biografia disposta no site do Partido dos Trabalhadores⁴, presa por estar envolvida com movimentos de oposição armada. Serra, segundo biografia disposta em seu blog oficial⁵, militante do movimento estudantil e presidente eleito da UNE (União Nacional dos Estudantes) nos anos de 1963 e 1964.

Segundo dados informados por Marcelo Ridenti (1993, p. 26), dentre os movimentos de esquerda que surgiram na década de 1960, frente às idéias pacifistas e reformistas do PCB (Partido Comunista Brasileiro) estava a POLOP (Política Operária) pregando uma luta armada em prol da Revolução Socialista. É deste movimento que a militante Dilma Vana Rousseff participou inicialmente, aos 16 anos de idade. Devido a divergências internas surgida como decorrência dos efeitos do golpe militar de 1964, a POLOP rachou e se dividiu, dando origem, em 1968 ao que no início tomara o nome de *organização político militar* e posteriormente, com novas adesões advindas de membros dissidentes do MNR (Movimento Nacional Revolucionário), outro movimento de esquerda armado e anti-golpe, tornou-se o COLINA (Comando de Libertação Nacional), frente na qual Dilma se engajou. Originado em Minas Gerais no ano de 1967. O COLINA, segundo Jacob Gorender (1990 p. 36), se caracterizava por seu programa socialista com um militarismo de esquerda acentuado, vendo a alternativa revolucionária no foco guerrilheiro e por ser um dos poucos movimentos anti – golpe a fazer uma pregação explícita do terrorismo. Posteriormente este movimento teve vários de seus integrantes presos e fundiu-se com a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) que possuía objetivos muito parecidos com os do COLINA. Dilma seguiu com este movimento e três meses depois, após uma nova dissidência entre os membros, o movimento se dissolveu e surgiu então a VAR - Palmares, que Dilma aderiu. É como membro deste movimento que acabou presa, acusada de subversão, e assim permaneceu, no presídio Tiradentes em São Paulo - SP, entre os anos de 1970 e 1972, sendo torturada por agentes da OBAN (Operação Bandeirante)⁶ e posteriormente pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social)⁷. Livre da prisão engajou-se na campanha pela anistia e foi um dos fundadores do PDT (Partido Democrático Trabalhista) do Rio Grande do Sul, engajando assim na política sistêmica e ocupando cargos político – administrativos. Filia-se ao PT em 2000, participando da equipe do governo Lula, também do PT (2003 – 2010)

² Partido da Social Democracia Brasileira, fundado em 25 de julho de 1988 por políticos expressivos do cenário brasileiro, como, por exemplo, o Ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (à época senador).

³ Partido dos Trabalhadores, fundado em 10 de fevereiro de 1980 a partir da organização sindical de operários paulistas liderados por Luiz Inácio Lula da Silva. Fora fundado sob um viés socialista e democrático.

⁴ <<http://www.pt.org.br/index.php?/governo>> Acesso em 01/10/2011.

⁵ <<http://www.joseserra.com.br/biografia-serra>> Acesso em 10/10/2011.

⁶ Centro de inteligência e investigação fundado em 1969 pelo governo brasileiro e coordenado pelo exército, estabeleciam a integração entre os órgãos de combate às organizações de esquerda armadas e anti-regime.

⁷ Criado em 1924 e utilizado de forma irrestrita pelos regimes do Estado Novo e Militar, tinha o objetivo de controlar e reprimir qualquer movimento que possuísse cunho de negação do regime vigente. Possuía também o dever de censurar, através de uma de suas divisões, os órgãos midiáticos. O DOPS existe ainda hoje com o objetivo de proteger a constituição federal de 1988 de qualquer infração penal contra a ordem política e social estabelecida por esta.

José Serra foi presidente eleito da União Nacional Dos Estudantes (UNE)⁸ entre os anos de 1963 e 1964, que se opôs de prontidão ao golpe, e um dos fundadores da AP (Ação Popular), movimento este que, segundo Marcelo Ridenti (1993 p. 26), tinha por corrente ideológica o chamado socialismo humanista, defendia a criação de uma alternativa política que não fosse nem capitalista nem comunista. Perseguido pelos militares após o golpe em 64, Serra exilou-se do país, vivendo no Chile e nos EUA e retornou ao Brasil 14 anos depois, com a Anistia cedida pelo governo Geisel. De volta ao seu país de origem, foi professor da UNICAMP⁹ e pesquisador da CEBRAP¹⁰, engajou-se na política sistêmica em 1983 quando fora nomeado Secretário de Economia e Planejamento do governo Franco Montoro, em São Paulo, ocupando desde então diversos cargos eletivos e político-administrativos. Foi um dos fundadores do PSDB em 1988 e se configura como um dos quadros políticos de maior expressão deste partido.

O jornal impresso *Folha de São Paulo*, propriedade da empresa *Folha da Manhã S.A.*, de grande circulação diária nacional e um dos jornais de maior tiragem do país, possui um passado de apoio ao golpe e ao regime, participando inclusive, com apoio logístico, da chamada Operação Bandeirante (OBAN). Podemos ver nos seguintes fragmentos alguns indícios da posição do jornal:

Nessa direção, o início da década de 1960 foi o grande palco das mudanças internas do grupo. Por um lado, alterações de forma: os três jornais são reunidos em um, que recebe o nome de Folha de São Paulo; de outro, as de estrutura, com a nova direção da empresa. Com a substituição de Nebantino Ramos por Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, em 1962, a linha editorial, a partir de então, tornou-se francamente antijanguista. Como outros jornais, os do grupo também apoiaram as mobilizações e os acontecimentos que culminaram na ação de 31 de março/1º de abril de 1964. (KUSHNIR, Beatriz, 2004, p. 220)

Demasia retórica? Erro crasso de visão histórica? Poderia até ser, tudo isto e muito mais. Porém, nem tanto. Pelo menos a julgar pelo ultimo lapso, ou melhor, tropeço deliberado, mal disfarçado recado a quem interessar possa: refiro-me ao editorial da *Folha de São Paulo*, de 17 de fevereiro de 2009, o tal da “ditabranda”. Não é tão simples assim atinar com as razões daquele escorregão com cara de pronunciamento preventivo, sobretudo por ser mais do que previsível que o incidente despertaria a curiosidade pelo passado colaboracionista do jornal, tão incontroversamente documentado que as pessoas esqueceram, até mesmo da composição *civil e militar* daquele bloco histórico da crueldade social que se abateu sobre o país em 1964. (TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir, 2010, p.205)

Sendo a família Frias, um dos maiores responsáveis pela direção e editoração do jornal *Folha de São Paulo*, e donos de grande parte da empresa *Folha da Manhã S.A.*, tanto no período autoritário como no ano de 2010 (em 2010 os Frias já têm o controle total do jornal) .

⁸ Fundada em 1937 e com sede em São Paulo – SP, a UNE é uma entidade que representa os estudantes do ensino superior do Brasil.

⁸ Universidade Estadual de Campinas, localizada no Estado de São Paulo, fora fundada em 1966 e é uma das universidades públicas que figuram entre as maiores instituições de ensino superior do Brasil.

¹⁰ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, sediado em São Paulo – SP, é uma instituição acadêmica que possui como objetivo realizar pesquisas nas áreas de Ciências Sociais, Economia, Filosofia e Demografia com o intuito de compreender melhor o Brasil.

Foi a partir desse quarto momento, no início da década de 1960, que a sociedade Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumiu o controle acionário da empresa Folha da Manhã, que surgiu com esse nome em 1º/7/ 1925. Iniciou-se, a partir de então, o que Mota e Capelato definiram como “autonomia financeira à busca de um projeto político-cultural (1962 – 1981)”. Os empresários, contudo, já haviam estabelecido sua parceria um ano antes, quando em 1961, empreenderam a construção da Estação Rodoviária de São Paulo.

Dividido em três edições diárias, o conglomerado, possuía a *Folha da Manhã*, a *Folha da Tarde* e a *Folha da Noite* até fins dos anos 1950. As transformações realizadas de 1962 até o fim daquela década instituíram para a empresa os seguintes periódicos: *Folha de S. Paulo* (o *Folhão*, a reunião das três antigas *Folhas*), *Última Hora*, de São Paulo (em 1965), *Notícias Populares* (também em 1965), *Cidade de Santos* (a partir de julho de 1967) e *Folha da Tarde* (a partir de outubro de 1967). Essa estrutura perdurou até 1992, quando a família Frias assumiu o controle total do conglomerado. No fim da década de 1990, a *Folha da Tarde* foi extinta, surgindo em seu lugar o jornal *Agora São Paulo*, da mesma tendência popularesca que marcou trinta dos 32 anos da *Folha*. (KUSHNIR, Beatriz, 2004, p. 218 e p. 219)

No ano de 2010, como podemos comprovar empiricamente nos exemplares disponíveis em <http://edicaodigital.folha.com.br/login.aspx> e <http://acervo.folha.com.br/>, o jornal *Folha de São Paulo* tem como Presidente Luiz Frias e como Diretor editorial Octávio Frias Filho.

Este jornal é um dos principais meios de comunicação a cobrir as eleições nacionais, como nos informa a obra *A mídia nas eleições de 2006* organizada por Venício A. de Lima (2007), e da campanha eleitoral dos dois principais presidentiáveis, tidos assim pela própria *Folha de São Paulo* nas suas publicações, muitas vezes relacionando-os a seu passado de oposição ao regime, construindo uma imagem dos candidatos perante uma memória elaborada dia-a-dia, em suas coberturas acerca do assunto, do que foi o regime e o que ele significou.

O jornal mostra-se muitas vezes ambíguo, chegando mesmo a atenuar a violência da ditadura, vendendo uma imagem branda do regime perante a sociedade. Prova disso foi o episódio de grande repercussão nacional, ocorrido no início de 2009, quando, em editorial, o jornal (17/02/2009) afirmou que não houve, no Brasil, uma ditadura de fato ao chamar a ditadura militar (1964-85) de *ditabranda*, afirmação que surpreendeu a opinião pública e provocou nosso interesse científico em esclarecer as posições políticas do jornal.

A presente pesquisa tem por objeto o jornal *Folha de São Paulo*, principalmente os seus editoriais e seu primeiro caderno, no período que se estende de 01/03/2010 a 06/11/2010 (período pré-eleitoral e eleitoral, sendo a última semana um período pós-eleitoral para que se possa analisar como a Folha se posiciona após o resultado final das eleições), utilizando-se do método de leitura sistemática e analítica do jornal, recortando, arquivando e analisando tudo que se relacione ao tema ditadura militar brasileira, focando-se especialmente nos materiais que tenham Serra ou Dilma como personagens em foco, aliado à leitura de bibliografias que tratem do que foi o regime como um todo; de como foram, como se organizaram os movimentos de esquerda no Brasil durante a época; da trajetória da *Folha de São Paulo* antes, durante e depois do regime.

Conhecer o passado e a forma como ele é elaborado e lembrado na opinião pública, é importante pelo fato de que se ele não é elaborado de forma clara, incisiva e sincera, ou seja, apontando os ressentimentos, os erros e incitando o debate entre as partes e a sociedade, cor-

re-se o risco de ele não ser superado. Isto significa que mesmo que o fato em si não exista mais, suas estruturas podem continuar infiltradas na sociedade, e assim os mesmos erros que foram cometidos outrora, incorrem no presente, porém, massacrados por uma elaboração tendenciosa e omissa da história, afinal, a elaboração de uma memória impõe uma maneira específica de recordar, o que na verdade, significa um impedimento de memória.

Esta pesquisa é importante pelo fato de tentar tornar claros os mecanismos de elaboração memorial de um órgão midiático nacional, acerca de um assunto que interessa à sociedade brasileira como um todo, elucidando a posição do jornal *Folha de São Paulo* perante o período ditatorial e aos dois principais candidatos à presidência da república.

A pretensão deste projeto é compreender a relação entre mídia e política no noticiário de um grande órgão de comunicação de massa, o jornal *Folha de São Paulo*, a partir de uma tentativa de entender como aparece a elaboração da memória da ditadura civil-militar brasileira e a construção da imagem dos dois principais candidatos à presidência do Brasil, José Serra e Dilma Rousseff, no noticiário político do jornal, durante o período pré-eleitoral e eleitoral de 2010.

Interessa principalmente destacar como a referência dos dois candidatos à ditadura civil-militar brasileira é elaborada pelo jornal, já que os dois candidatos apresentam um passado de oposição ao regime e o referido jornal um passado de apoio e colaboração com o regime (TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir, 2010).

A questão da memória histórica fundamenta esta pesquisa para bem compreender a relação entre a política e a informação diária entre a ditadura e a cobertura jornalística, assim esta pesquisa busca, não só compreender a relação entre mídia e política, mas, também entender como a elaboração e memória do passado em questão são mal resolvidas na sociedade brasileira, inclusive (ou principalmente) no noticiário de um grande órgão de comunicação de massa.

O objetivo principal é dialogar com a hipótese segundo a qual o Jornal *Folha de S. Paulo* influenciou no curso das eleições presidenciais brasileira, através de uma cobertura jornalística ambígua, que retoma um período histórico conturbado e com suas feridas não totalmente curadas, rememorando o que ele foi e o que representou, porém, mostrando os fatos e as ideologias de formas mais amenas, e muitas vezes, omissas em relação ao que foram de fato. Elabora, portanto, a memória de uma Ditadura, como o próprio jornal já vinculou em seu editorial, e não de uma Ditadura, para, a partir daí, poder criar polêmicas entre os candidatos, que tomaram posições distintas por bandeira de luta, e entre os candidatos e a sociedade, fazendo juízo de valor em relação à posição que tomaram, hora heroificando, hora demonizando, hora agradecendo os avanços que conseguiram por resistir, hora culpando-os pela violência que vigorou enquanto resistiram, ou seja, tornando a questão um espetáculo a ser assistido e não debatido, obedecendo as malhas do mercado, na busca por vender mais e mais seus exemplares.

A *Folha de São Paulo* tem, como órgão midiático que é, o papel de suscitar o debate na esfera pública, sendo um dos componentes da formação da opinião pública brasileira, com uma das maiores tiragem diária nacional¹¹. Porém, como é uma instituição privada que visa o mercado, ou seja, a mercadorização e comercialização da notícia e, o que esta entidade tentará fazer é levantar debates delicados, sem se posicionar de forma clara, criando polêmicas com o intuito de vender seus exemplares.

Tenho a hipótese de que pelo fato de José Serra ter se exilado e, portanto, não ter combatido incisivamente o governo militar e Dilma ter sido uma guerrilheira, representando exatamente aquilo que a *Folha de São Paulo* combateu incansavelmente no período ditatorial, os movimentos guerrilheiros de esquerda (KUSHNIR, Beatriz, 2004), o referido jornal tentará

¹¹ Dados disponíveis em <<http://www.ajorb.com.br/aj-tiragem.htm>> Acesso em 15/10/2011.

elaborar um debate na esfera pública que ligue o passado de Dilma a uma conotação negativa, aproveitando-se do nicho mercadológico, as eleições 2010, para contrastá-la a José Serra, ao mesmo tempo em que elabora como pano de fundo um período ditatorial não tão rígido, e quando rígido, por culpa dos opositores.

Para pensarmos a questão da memória histórica e a posição da *Folha de São Paulo* ao tratar o ocorrido no período ditatorial, podemos recorrer a Theodor W. Adorno (1995 p. 29), segundo o qual o gesto de tudo esquecer e perdoar, privativo de quem sofreu a injustiça, acaba advindo dos partidários daqueles que praticaram a injustiça, o desejo de libertar-se do passado é justificado na medida em que não é possível viver à sua sombra e o terror não se justifica porque o passado de que se quer escapar ainda permanece muito vivo. A consciência consola-se argumentando que fatos dessa gravidade só poderiam ter ocorrido por que as vítimas deram motivos quaisquer para tanto, e este vago “motivos quaisquer” pode assumir qualquer dimensão possível.

Esta passagem de Adorno se refere a um período pós-nazismo na Alemanha, porém pode ser encaixada para o período contemporâneo, pós-ditadura militar no Brasil, para pensar a questão de um órgão midiático que apoiou um regime autoritário, pragmático e violento no Brasil, e que agora num período posterior irá se referir ao tal regime de uma forma delicada, construindo, ou tentando construir perante seus leitores uma imagem acerca do regime que amenize certas coisas a que deram apoio e derrotem no dia-a-dia o ressentimento histórico dos vencidos. E para tanto ao cobrir as eleições o jornal irá se aproveitar do passado de Dilma e Serra, no que se remete ao período de oposição à ditadura, para tecer um cenário do período e construir a imagem de ambos perante a sociedade.

Entender a elaboração da memória do período ditatorial brasileiro (1964-1985) nos dá margem para que a partir de então se alargue na esfera pública o debate real do que foi e do que é a sociedade em questão, para, dessa forma, emancipá-la, livrando-a de seus fantasmas. Para tratar do conceito de esfera pública e de qual a função da mídia nesta esfera, me reporto a J. Habermas, para quem o sujeito dessa esfera pública é o público enquanto portador da opinião pública, incluindo-se entre os órgãos da esfera pública as mídias, pois servem para que o público se comunique. No âmbito das mídias o caráter público tornou-se um atributo de quem desperta a opinião pública (HABERMAS, JURGEN. 1984. p. 14 e 15).

Como a pesquisa está em andamento, o levantamento bibliográfico, a leitura do livros e a sistematização completa dos materiais recolhidos ainda não estão concluídos. Portanto só se poderá apresentar uma conclusão daqui a algum tempo, depois que for feita toda a análise do material recolhido e for concluída toda a leitura necessária para embasá-la corretamente. Temos como meta finalizar esta pesquisa até o final de Novembro de 2012, na forma de uma dissertação, de linguagem simples e direta, que explique o período, os movimentos opositores e comprove empiricamente o que for concluído, Portanto apresentarei, a seguir um pequeno recorte específico como amostragem geral da pesquisa.

No dia 10/04/2010 a então pré-candidata à presidência pelo PT, Dilma Rousseff, em um palanque declarou que não foge da situação quando ela fica difícil, que não tem medo da luta, pode apanhar, sofrer, ser maltratada, como outrora já foi, mas sempre está firme com suas convicções, disse também que em cada época de sua vida fez o que fez porque acreditava no que fazia, fez com o coração com a alma e a paixão e só mudou quando o Brasil mudou, mas nunca fugiu da luta ou se submeteu e, sobretudo, nunca abandonou o barco. O que poderia ser interpretado como uma declaração de persistência e coragem para passar uma imagem de confiança aos eleitores tornou-se alvo de uma manipulação de imagem perante a população por um jornal de circulação nacional e muito popular, a *Folha de São Paulo*, como veremos adiante. No dia 11/04/2010 em uma matéria publicada na pagina A8 da *Folha* com um slogan dizendo que no ABC, Lula e Dilma rebatem fala de tucano, foi-se exposto subjetivamente nas entrelinhas que Dilma havia criticado Serra, por ter se exilado no Chile em 1964 quando dado

o golpe pelo militares, enquanto ela foi para a clandestinidade e para a luta armada (fato que leva a Folha muitas vezes a chamá-la de Guerrilheira num tom pejorativo).

No dia 12/04/2010, saiu uma reportagem na página A6 do jornal com um slogan dizendo que a crítica de Dilma a exilados causa polêmica, seguido de um subtítulo também com teor de acusação que dizia que opositores e aliados rebatem declaração de ex-ministra de que não fugiu à luta contra a ditadura, que visava atingir Serra, aqui notamos claramente a distorção efetuada pela Folha, pois após a matéria de 11/04/2010 vários adversários de Dilma se aproveitaram da situação para fazer campanha difamatória criticando as declarações dela e heroificando os exilados, tentando transformar, aos olhos dos leitores a candidata petista numa mulher fria que renega os que foram perseguidos pelo regime, obrigados a se exilar do Brasil. Estas críticas não só têm espaço no jornal como também destaque, podemos notar neste contexto a tentativa de se formar uma opinião direcionando e distorcendo um discurso, no dia seguinte, 13/04/2010 ao abrir espaço ao direito de resposta de Dilma, que afirmou não ter se referido aos exilados em momento algum, a Folha divide a página contendo a resposta de Dilma com fotos de vários exilados de carisma da população, como J. Kubitschek, Jango e Brizola, desta atitude da Folha depreende-se que o jornal mesmo dando espaço à resposta de Dilma tenta tocar no emocional dos leitores, como se dissesse aos leitores para pensarem bem na situação e lembrarem quem foram os exilados criticados por Dilma.

No dia 14/04/2010 a Folha de São Paulo solta uma coluna contendo um esclarecimento de Dilma a uma rádio de Fortaleza/CE em que a candidata associa sua fala de que não fugiu da luta às adversidades que enfrentou no governo Lula e declara que não acha que se exilar seja fugir, acusando de manipuladores de uma inverdade aqueles que a acusaram.

A pesquisa está em andamento e já tem todo o material jornalístico coletado e em processo de arquivação e análise, porém, só poderá apresentar uma conclusão daqui a algum tempo, depois que for feita toda a análise do material recolhido e for concluída toda a leitura necessária para embasá-la corretamente e tem como meta estar finalizada até o final de Novembro de 2012, na forma de uma dissertação, de linguagem simples e direta, que explique o período, os movimentos opositores e comprove empiricamente o que for concluído, porém, já é possível notar, pautado no material já analisado, que a Folha de São Paulo se coloca de uma forma ambígua, mas contra a candidata Dilma e em prol de José Serra, recorrendo inclusive ao passado, de luta contra a ditadura, destes. Para tanto, relaciona o passado de Serra àqueles que não tiveram opção e tiveram que se exilar e o de Dilma àqueles que pegaram em armas e que, segundo uma colunista da Folha, Eliane Catanhêde, atribuindo de certa forma a culpa pelo endurecimento do regime aos opositores, pegar em armas provocou um maior endurecimento do regime e uma guerra desigual, exposto em coluna no dia 13/04/2010.

Bibliografia

Artigos de Periódicos

AZEVEDO, Fernando Antônio. *Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político*. Opinião Pública. Vol. 12 N°1 Campinas, 2006. ISSN 0104-6276. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762006000100004&script=sci_arttext> Acesso em 28/10/2011.

COLLING, Leando; RUBIM, Antonio Carlos. *Mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura*. Disponível em <<http://www.cebela.org.br/imagens/Materia/2004-3%20169-190%20antonio%20albino%20canelas.pdf>> Acesso em 13/10/2011

FONSECA, Francisco. *Mídia e democracia: falsas confluências*. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rsp/article/view/3658/2915>> Acesso em 01/11/2011.

RUBIM, Antonio Carlos. *Espetáculo, política e mídia*. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.html>> Acesso em: 31/09/2011.

Livros

AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

ADORNO, Theodor Wiesengrund; HORKHEIMER, Max. A Indústria Cultural: O Esclarecimento como Mistificação das Massas. In: *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. p. 99-138

ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

ALVES, Maria H. M. *Estado e oposição no Brasil, 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1987.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas, Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; MOTA, Carlos Guilherme. *História da Folha de São Paulo: 1921 – 1981*. São Paulo: Impres, 1981.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Cristina. *Ficção, comunicação e mídias*. São Paulo: Senac, 2002.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo – Comentários sobre a sociedade do espetáculo*, Rio de Janeiro: Contraponto. 1997.

FICO, Carlos. *Além do Golpe, Versões controversas sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2004.

FORACCHI, M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 2.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Àtica, 1990.

HABERMANS, Jürgen. *Mudança estrutural da ESFERA PÚBLICA*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda- Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

LIMA, Venício A. de [ORG] *A mídia nas eleições de 2006*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2007.

MARTINS FILHO, João R. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Campinas, Papirus, 1987.

_____. *A rebelião estudantil*. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

MATTOS, H. *Mídia, eleições e democracia*. São Paulo: Editora Scritta, 1994.

MIGUEL, L. F. *Política e mídia no Brasil: episódios de uma história recente*. Brasília: Plano, 2002.

MORAES, Dênis de. *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

RAMONET, Ignácio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2000.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: EDUNESP, 1993.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola, 2002.

SINTONI, Evaldo. *Em busca do inimigo perdido: construção da democracia e imaginário militar no Brasil (1930 – 1964)*. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/ Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 1999.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs) *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

Sites

<<http://www.pt.org.br/index.php?/governo>> Acesso em 01/10/2011.

<<http://www.joseserra.com.br/biografia-serra>> Acesso em 10/10/2011.

<<http://www.ajorb.com.br/aj-tiragem.htm>> Acesso em 15/10/2011.

A HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO E O SENTIDO DA REFORMA AGRÁRIA PARA AS MULHERES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO O CASO DA COSAN-SHELL

THE HEGEMONY AGRIBUSINESS AND THE MEANING OF LAND REFORM FOR WOMEN'S FIELD OF SOCIAL MOVEMENTS: THE CASE OF SHELL-COSAN

Kelli Cristine de Oliveira MAFORT¹

RESUMO: O estágio atual do desenvolvimento do campo brasileiro hegemônico pelo agronegócio, está mudando de modo substantivo a estrutura agrária brasileira. Tenho desenvolvido estudos com o objetivo de compreender se, neste contexto atual, continua preservado o sentido da Reforma Agrária. A base material da realidade agrária que temos hoje permite uma complementaridade com uma política de Reforma Agrária? Ou esses são projetos antagônicos? Num contexto de hegemonia do agronegócio, a Reforma Agrária perderia o seu sentido? Qual tem sido a percepção dos movimentos sociais, para essas mudanças? O fio condutor desta reflexão são as ações protagonizadas pelas mulheres do MST e da Via Campesina, sobretudo no Dia Internacional da Mulher. Ações que são marcadas por profundos questionamentos acerca do modelo do agronegócio e denúncias de suas mazelas. Foco as ações dessas mulheres no ano de 2009, frente o relevante e ativo grupo econômico da cadeia sucroalcooleira: a empresa Cosan-Shell, localizada no estado de São Paulo.

Palavras chaves – Reforma Agrária, agronegócio, mulheres.

ABSTRACT: The current stage of development of the Brazilian countryside hegemonymized by agribusiness is changing so substantive Brazilian agrarian structure. I have developed studies in order to understand whether, in this current context, still preserved the sense of Agrarian Reform. The material base of agricultural reality we have today allows a complementarity with a policy of agrarian reform? Or these projects are antagonistic? In the context of the hegemony of agribusiness, agrarian reform would lose its meaning? What has been the perception of social movements, for these changes? The thread of this discussion are the actions brought about by women of the MST and Via Campesina, especially in the International Women's Day. Actions that are marked by deep questions about the agribusiness model of their ailments and complaints. Focus on the actions of these women in 2009, compared to the relevant and active economic group sugarcane chain: the company Cosan-Shell, located in the state of Sao Paulo.

Keywords – Agrarian reform, agribusiness, women.

¹ Mestranda em Sociologia pela FCLAR – Faculdade de Ciências e Letras / UNESP – Araraquara-Brasil. kmafort@yahoo.com.br / 16. 9231 6280. Orientadora: Maria O. Pinassi

Na semana do Dia Internacional das Mulheres do ano de 2009, cerca de 600 integrantes do MST² e da Via Campesina³ ocuparam uma área agrícola com plantio de cana de açúcar pertencente à Usina Cosan⁴, no município de Barra Bonita – estado de São Paulo:

Cerca de 600 pessoas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e La Via Campesina, realizaram ontem (dia 9/3) a ocupação da Fazenda Santa Luiza, área do grupo Cosan, em Barra Bonita. (...) Como justificativa para a invasão, o movimento explica que o grupo Cosan explora uma área duas vezes maior que o total de hectares destinados para a reforma agrária no Estado de São Paulo: 605 mil hectares pelo grupo, contra apenas 300 mil para as 15 mil famílias em assentamentos estaduais e federais. RECCHIA,2009.

A ação⁵ fez parte de um conjunto de mobilizações organizadas pelas mulheres da Via Campesina no mesmo período e amplamente divulgadas pela imprensa como podemos verificar na matéria da “Agência Reuters”:

Trabalhadoras rurais ligadas ao MST e à Via Campesina protestaram com ocupações de empresas nesta segunda-feira contra o agronegócio e as grandes empresas exportadoras de produtos agrícolas e em defesa da reforma agrária. Apenas mulheres e crianças participaram dos atos, como parte do Dia Internacional da Mulher, no domingo.

Pelo menos quatro grandes companhias foram ocupadas temporariamente: a Votorantim Celulose e Papel (VCP), uma usina de açúcar da Cosan e outra da Cruangi, além do porto de exportações da Aracruz Celulose. A sede do Ministério da Agricultura também fez parte da lista. AGENCIA REUTERS, 2009.

O conjunto destas ações pode evidenciar uma mudança na trajetória de como os movimentos sociais historicamente organizam-se para apresentar suas demandas para a sociedade e para o Estado.

(...) existem 103 denúncias no Ministério Público do Trabalho contra a Cosan, em São Paulo. Entre as denúncias estão problemas relativos a trabalho temporário e terceirização fraudulenta, assédio moral e desvio de FGTS. Como todo o setor sucroalcooleiro, é também responsável pela poluição e destruição ambiental nas regiões em que atua. O monocultivo da cana de açúcar causa um forte desequilíbrio ambiental, sérios problemas sociais, gerando graves consequências para a humanidade.

² Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): movimento social de luta por Reforma Agrária, fundado em janeiro de 1984 no município de Cascavel no Paraná. (MST, 2010).

³ Via Campesina: movimento social de camponeses fundado em maio de 1993 em Mons na Bélgica. Reúne 148 organizações, representantes de 69 países. O MST integra a Via Campesina. (VIA CAMPESINA, 2010).

⁴ Usina Cosan: usina sucroalcooleira criada em 1986 no estado de São Paulo. Possui 23 unidades produtoras no Brasil. (COSAN, 2010).

⁵ O termo ação será utilizado neste artigo para designar o conjunto de mobilizações desenvolvidas.

A mobilização tem como objetivo denunciar a insustentabilidade do agronegócio, a superexploração do trabalho, conivência do Estado, que financia a partir de recursos públicos o avanço do capital no campo. MST, 2009.

O trecho acima evidencia que a empresa Cosan é tida como um símbolo, no entanto, a crítica estende-se ao chamado agronegócio como um todo e ao modelo agrícola predominante no Brasil.

Esta não foi a primeira vez que as mulheres da Via Campesina realizaram ações com esse caráter predominantemente de denúncia. Nota-se que esse caráter passa a ser enfatizado, a partir da ação ocorrida na semana do Dia Internacional das Mulheres em março de 2006 no Rio Grande do Sul, na qual ocorreu a destruição parcial do laboratório de pesquisa e do viveiro de mudas da empresa Aracruz⁶:

Mil e duzentos integrantes do MST e da Via Campesina, a maioria mulheres, invadiram o horto florestal da empresa Aracruz Celulose. Depois de render os vigias, rasgaram as estufas e fizeram questão de arrancar com as mãos as mudas dos viveiros.

A ação durou meia hora.

(...) Os sem-terra também atacaram o laboratório da empresa. Eles quebraram equipamentos e espalharam pelo chão 500 quilos de sementes, que estavam separadas em envelopes. O trabalho de melhoramento das espécies foi perdido, porque as informações ficaram misturadas. Segundo a empresa o prejuízo é de US\$ 400 mil. O GLOBO, 2006.

Da mesma maneira que na ação descrita anteriormente, o caráter reivindicativo do objeto escolhido, no caso o laboratório de pesquisa e o viveiro da empresa Aracruz Celulose, não parece ser o motivador principal. Novamente, o objeto em questão tem o sentido de símbolo daquilo que se quer atingir com a ação.

Evidentemente, o caráter de denúncia das ações descritas, parece não substituir o caráter reivindicativo presente historicamente na trajetória dos movimentos sociais. E nem ao contrário, afirmar que em sua gênese reivindicativa, os movimentos sociais também não tenham incorporado os aspectos relacionados à denúncia do modelo agrícola como um todo. No entanto, destaca-se a ênfase dada a um aspecto ou outro e o que isso pode revelar.

É importante observar que essas ações de caráter diferenciado em relação ao que estes movimentos sociais produziram historicamente, tenham sido protagonizadas pelas mulheres destas mesmas organizações. Isso pode ser um indicador de que as mulheres estejam provocando um debate na sociedade acerca da Reforma Agrária no contexto atual da agricultura, apontando a necessidade de alterar as tradicionais formas de reivindicação.

Como tem sido a sociabilidade das mulheres no interior dos movimentos sociais e nas relações cotidianas dos assentamentos e dos acampamentos? Quais os avanços e entraves

⁶ Aracruz Celulose: empresa do setor de celulose fundada em 1972. Possui atividades nos estados de Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. O maior grupo acionista é a empresa Votorantim. (ARACRUZ, 2010).

na busca da alteração das relações de gênero impregnadas de uma herança patriarcal? Estes elementos precisam ser melhor investigados, afim de identificar quais as razões que motivaram essas mulheres a protagonizarem uma alteração na forma da ação política e uma ampliação no conteúdo do que pode representar a questão da Reforma Agrária na atualidade.

Por outro lado, na medida em que grupos econômicos como a Cosan e a Aracruz Celulose, passam a ser escolhidos pelas mulheres do MST e da Via Campesina, como objetos de questionamentos e protestos, estabelece-se a necessidade de um aprofundamento sobre a atualidade da organização do campo brasileiro e qual o sentido de uma política de Reforma Agrária.

No próprio decorrer da trajetória histórica dos movimentos sociais, ocorreram mudanças objetivas no campo brasileiro, que exerceram mudanças também na forma de atuação destas organizações.

O MST, por exemplo, surge no Brasil no período de redemocratização pós Ditadura Militar no início dos anos de 1980. No final da década de 1970, ocorreram ocupações de terra, que consolidaram-se na criação de um movimento social de caráter nacional em janeiro de 1984. No entanto, mais do que tratar dos aspectos históricos do surgimento do MST, o fundamental é perceber com qual tipo de campo este movimento confrontava-se. E qual papel desempenhava o campo do ponto de vista do desenvolvimento econômico do país e quais eram atores sociais envolvidos.

Segundo Delgado (2003), o campo brasileiro do final dos anos de 1970 estava ainda impactado por um processo de modernização conservadora imposto pela Ditadura Militar a partir de 1965, que enfatizava o avanço da técnica (principalmente através do pacote tecnológico da Revolução Verde) sem alterar sua estrutura fundiária. Ou seja, um processo de modernização sem reformas profundas e sem a Reforma Agrária.

Este projeto de modernização contrapunha-se radicalmente à idéia de implantação da Reforma Agrária, como parte do desenvolvimento econômico do campo, como ocorrera em outros países capitalistas.

É importante ter em conta que a chamada “modernização conservadora” da agricultura nasceu com a derrota do movimento pela Reforma Agrária. (...) Ela foi também uma maneira de responder aos intensos desafios da industrialização e urbanização, combinados com uma necessária diversificação e elevação das exportações primárias e agro-industriais do Brasil, estancadas durante quase vinte anos. DELGADO, 2005.

O ciclo de modernização do campo contribuiu para o desenvolvimento econômico do país, privilegiando médios e grandes proprietários e sem alterar a estrutura fundiária do país, marcadamente concentradora. No entanto, o início da década de 1980 apontou sinais de crise e estagnação.

A partir do início da década de 1980 a economia brasileira se defrontará com um longo período de relativa estagnação econômica interna, em grande medida imposta pelas condições de endividamento externo. Neste contexto o papel da agricultura é crucial para a gestão das várias conjunturas macro-econômicas do período. DELGADO, 2005.

Por outro lado, os pequenos proprietários, os trabalhadores temporários e os trabalhadores rurais sem terra intensificaram sua capacidade de organização, provocando tensões sociais para alterar o modelo agrícola predominante, e exigindo a retomada da política de Reforma Agrária.

A questão da Reforma Agrária havia sido muito fomentada no Brasil principalmente nas duas décadas que antecederam o período da Ditadura Militar, por diversas correntes polí-

ticas e teóricas. Estas diferentes concepções foram derrotadas pelo regime que se impôs pela força e coerção. No entanto, no bojo do processo de redemocratização do país e abertura política, a questão da Reforma Agrária volta à pauta política do país com expressão relevante.

Mas neste caso, de acordo com POMAR (1985), também não é possível afirmar que existia uma única concepção entre os que defendiam a necessidade da Reforma Agrária. Havia diferentes projetos entre as organizações de trabalhadores, mas o que vale destacar é a relevância do tema para setores da burguesia industrial que passaram a criticar o passivo produtivo existente no campo.

Essa ala considera que há muitos “ativos imobilizados” em terras e que eles representam um fator de entorpecimento das atividades produtivas da agricultura. (...) Essas camadas democrático-capitalistas opõem-se à burguesia latifundiária e defendem a desapropriação das terras ociosas previstas no Estatuto da Terra. (POMAR, 1985).

Na prática, o que se pôde verificar foi um período de ajustamento do Brasil à ordem política neoliberal, predominante na escala mundial. E no caso do campo brasileiro, passado o período de estagnação, ocorreu uma retomada de seu desenvolvimento tendo como base o fortalecimento do chamado agronegócio e não a implantação de uma política ampla de Reforma Agrária. Novamente, o caminho escolhido não trouxe profundas alterações na estrutura fundiária concentradora de terras e riquezas, mas proporcionou um cenário bastante diverso do que se verificava no início da década de 1980. Ou seja, ocorreu um novo processo de modernização do campo, sem trilhar o caminho da Reforma Agrária.

O problema apontado pela burguesia industrial, dos chamados “ativos imobilizados” presentes nas áreas improdutivas do campo, teve uma solução na própria modernização da burguesia agrária, com facetas de articulação desta com diversos setores da economia: empresas transnacionais, bancos privados etc.

O problema das áreas improdutivas também foi motivo de reivindicação dos movimentos sociais, que propunham a Reforma Agrária como projeto de desenvolvimento agrícola, em contraposição ao latifúndio. No entanto, a saída encontrada tem passado longe de uma ampla política nacional de Reforma Agrária. O caminho escolhido tem mantido a hegemonia do campo brasileiro, no âmbito das elites, ou seja, o latifúndio no Brasil não está sendo substituído pelo impacto de uma política de Reforma Agrária, mas pela assimilação do passivo improdutivo, pelo agronegócio.

Neste contexto, parte da intelectualidade tem debatido criticamente sobre a necessidade da Reforma Agrária no estágio atual de desenvolvimento do campo. Vejamos o que diz MARTINS:

A concentração fundiária dos anos 60 e 70 e a correlata modernização agrícola criaram uma imensa massa de órfãos do crescimento econômico, sem a contrapartida, como ocorrera entre nos anos 30 e 50, de uma indústria dinâmica capaz de absorver os excedentes populacionais oriundos do desenraizamento rural. As lutas dos trabalhadores rurais tentam criar o que o Estado não criou. (MARTINS, 2008).

O mesmo autor aponta as características defensivas e institucionalizantes dos movimentos sociais e explicita o projeto prioritário do atual Governo para o campo:

Um governo que, no agrário, optou em termos absolutos pelo heroísmo do agronegócio não poderia deixar de fazê-lo em face de uma servil luta pela reforma agrária, alienada e incapaz de reconhecer-se na possibilidade do agronegócio alternativo e popular, fundado no capital social dos que, privados de terra, não foram privados de um saber ancestral criativo e produtivo. (MARTINS, 2009).

O professor Denis Lerrer Rosenfield apresenta um quadro no qual o próprio modelo capitalista superou a existência do latifúndio e a necessidade da Reforma Agrária, levantando, a partir disso, hipóteses sobre quais seriam as “novas” reivindicações do MST:

Com a implantação do capitalismo no campo, rompendo com suas formas não-capitalistas, como a do latifúndio improdutivo, opera-se toda uma transformação, com a introdução de novas tecnologias, culturas, formas de cultivo da terra, introdução de transgênicos, mecanização e, também, deslocamento de populações que migraram para os centros urbanos. Há aqui, evidentemente, todo o aspecto destrutivo que é criador de novas relações socioeconômicas, que possibilitaram ao Brasil se tornar um grande exportador de commodities e player internacional. Ora, o que faz o MST? Fixa-se apenas no aspecto da destruição operada, procurando, com sua concepção marxista, criar condições de inviabilização da propriedade privada, da moderna exploração agrícola e do agronegócio. Não percebe - ou não quer aceitar - que foi o próprio capitalismo que eliminou o latifúndio improdutivo. Conseqüentemente, o seu objeto de luta se torna o capitalismo e o agronegócio. ROSENFELD, 2008.

Zander Navarro desenvolve sua argumentação sob a crítica da existência na academia de uma “Sociologia militante”, que não permite aprofundar a análise sobre a Reforma Agrária e o MST.

Em consequência, fruto desta acrítica perspectiva que ignora as mudanças do período contemporâneo, não se percebe que, senão a “morte da reforma agrária” pelo menos vigora a sua clara desnecessidade na maior parte do território nacional, essencialmente porque não existe mais demanda para sua implementação, na maior parte das macro-regiões brasileiras. (...) Parece mais do que definitivo que este “é rio que nunca cruzaremos”, por impossibilidade objetiva de realizá-la nacionalmente. (NAVARRO, 2008).

Este controverso debate tem como base de questionamento a própria realidade objetiva de como está organizado o campo brasileiro a partir do agronegócio e qual sua importância estratégica no cenário internacional.

Como parte da minha pesquisa no mestrado, tenho estudado o Grupo Cosan-Shell que traduz-se num bom exemplo para elucidar este ciclo da agricultura brasileira.

O Grupo Cosan-Shell reúne elementos para entender as diferentes esferas da produção, industrialização e circulação da cadeia produtiva do agronegócio. A consolidação deste forte grupo econômico é recente. Em setembro de 2010 foi criada uma *joint venture* (empresa conjunta) entre a multinacional anglo-holandesa Shell e a empresa brasileira do setor sucroalcooleiro, Cosan. Porém o acordo somente foi assinado em definitivo no último mês de fevereiro de 2011. A *joint venture* criada entre a junção da Cosan com a Shell, chama-se Raízen.

Para entender a importância da formação desta *joint venture*, vale destacar alguns elementos da formação histórica da Cosan, fruto de diversas aquisições e incorporações.

A partir de 1986, o empresário Rubens Ometto constrói a Cosan, que tinha uma capacidade de moer 4,3 milhões de toneladas por safra. Hoje o grupo tem uma capacidade de moer 60 milhões de toneladas, como mostra a seguinte matéria no “Jornal Valor”:

Rubens Ometto liderou praticamente sozinho a consolidação do império da Cosan a partir de 1986. Na época, a empresa controlava apenas as usinas Costa Pinto e Santa Bárbara, ambas no interior de São Paulo. As duas unidades, juntas, moíam 4,3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra. Atualmente, depois de uma longa série de aquisições e incorporações, a capacidade de moagem da Cosan, que já contro-

la 23 usinas, saltou para aproximadamente 60 milhões de toneladas, a maior do país e do mundo. Jornal O Valor, 2009.

O grupo se capitalizou e possui ações na BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo) e em 2007, o empresário Rubens Ometto criou uma *holding* que passou a ter ações na Bolsa de valores de Nova York.

A Cosan, principalmente após confirmar a associação com a Shell, tem potencial para ganhar destaque no Índice Bovespa. A expectativa é que o apetite do estrangeiro pelo negócio aumente, após o acordo com a Shell, uma espécie de indicador da governança da empresa, tanto interna quanto externa, já que carrega junto parte da imagem da multinacional. Atualmente, ela tem participação de 0,85% na principal carteira do mercado. BRASILAGRO, 2010.

A Cosan possui 23 unidades produtoras (usinas), sendo 21 no estado de São Paulo, 1 no estado do Mato Grosso do Sul e 1 no estado de Goiás; 4 refinarias; 2 terminais portuários; 2 marcas de açúcar no varejo: Da Barra e União. Com a aquisição da Esso em 2007, controla 1,7 mil postos de combustíveis.

A Cosan não é somente sucro-alcooleira, ela controla diversos ramos: da bioenergia, da produção de alimentos, de logística, de combustíveis e de aquisição de terras.

No novo negócio com a Shell, a Cosan também entrou com uma dívida de 3 bilhões de Reais, sendo 500 milhões com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O Banco tem sido um importante financiador dos principais negócios ocorridos no setor.

A Shell possui 2,7 mil postos de combustíveis. As duas grandes empresas juntas já anunciam a possibilidade de novas aquisições de postos de combustíveis de pequeno e médio porte, preocupados com a liderança do setor que hoje é ocupada pela Petrobrás. Além disso, anunciaram também a construção de mais quatro novas usinas.

Na mesa de planejamento estão sendo consideradas três estratégias: projetos "greenfields" (usinas construídas a partir do zero), "brownfields" (ampliação) e aquisições. Somente de "greenfields", a Cosan tem quatro projetos de usinas - duas em Goiás, uma em Naviraí (MS) e uma em Andradina (SP). BATISTA, 2010.

A Raízen já é a quinta maior empresa do Brasil em faturamento. Sua meta para os próximos cinco anos é a de aumentar a produção de açúcar de 4 milhões de toneladas para 6 milhões, além de dobrar a produção de etanol de 2,2 bilhões de litros, para 5 bilhões de litros.

Como suporte para o fortalecimento do agronegócio, ocorre no país um processo de reorganização do estado brasileiro, tanto no que diz respeito ao investimento, principalmente em logística e também a abertura de linhas de financiamento e aporte de recursos financeiros através do BNDES.

A declaração do Ministro da Agricultura e Pecuária, Wagner Rossi, durante a Fenasucro⁷, realizada em Sertãozinho, interior de São Paulo em agosto de 2010, demonstra como isso ocorre:

Ele (o ministro) considerou que um dos gargalos no setor sucroalcooleiro ainda é a logística, lembrou que empresas privadas fazem investimentos na área e citou os também previstos pelo governo federal nos Planos de Aceleração do Crescimento (PACs) 1 e 2. "Seria irreal dizermos que temos uma logística maravilhosa, mas os investimentos no PAC 1 e no 2 vão mudar essa questão, especialmente com a me-

⁷ Fenasucro: Feira internacional das indústrias sucro-alcooleiras. Ocorre anualmente na cidade de Sertãozinho, interior do estado de São Paulo. (FENASUCRO, 2010).

lhoria nos portos e com o uso do modal ferroviário e, eventualmente, também das hidrovias", afirmou Rossi. BRASILAGRO,2010.

A ação das mulheres do MST e da Via Campesina em 2009, na Usina Cosan em Barra Bonita no estado de São Paulo durou cerca de três dias. Parte do canal da fazenda foi derrubado, mas atividades da Usina não foram interrompidas. Por estar inserida num conjunto de manifestações ocorridas em nível nacional, a ação teve grande repercussão naquele momento.

No decorrer na minha pesquisa, pretendo aprofundar a atualidade da Reforma Agrária neste contexto de hegemonia do agronegócio. A questão agrária brasileira estaria resolvida com o advento do agronegócio? Segue o debate.

Referências Bibliográficas:

AGÊNCIA REUTERS. **Mulheres sem-terra ocupam grandes empresas e ministério.** São Paulo, 09/03/2009. Disponível em: <http://www.br.reuters.com>. Acesso em 10/05/2010.

ARACRUZ. Disponível em: <http://www.aracruz.com.br>. Acesso em 12/07/2010.

BATISTA, Fabiana. **Cosan planeja construir quatro novas usinas.** Mato Grosso do Sul, 23/09/2010. Disponível em <http://www.brasilagro.com.br>. Acesso em 25/09/2010.

BRASILAGRO. **Cosan quer megawatt acima dos R\$ 150 para a bioeletricidade.** São Paulo, 31/08/2010. Disponível em: <http://www.brasilagro.com.br>. Acesso em 02/09/2010.

_____. **Cosan põe em foco a governança.** São Paulo, 26/07/2010. Disponível em: <http://www.brasilagro.com.br>. Acesso em 25/09/2010.

CAMPOS, Cristiane. As relações de gênero e o MST, in Setor de Gênero do MST. Construindo novas relações de gênero. São Paulo, 2005.

COSAN. Disponível em: <http://www.cosan.com.br>. Acesso em 12/07/2010.

DELGADO, Guilherme. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003**, in: VÁRIOS AUTORES. *Questão agrária no Brasil> perspectiva histórica e configuração atual.* São Paulo: INCRA, 2005.

FENASUCRO. Disponível em: <http://www.fenasucroeagrocana.com.br>. Acesso em 20/08/2010.

GLOBO ONLINE. **MST invade centro de pesquisa da Aracruz Celulose.** Rio Grande do Sul, 08/03/2006. Disponível em: <http://www.oglobo.globo.com>. Acesso em 10/09/2010.

GOMES DA SILVA, José. **A Reforma Agrária brasileira na virada do milênio.** Campinas: ABRA, 1996.

JORNAL VALOR. **Rubens Ometto confirma que deixará presidência da Cosan no fim do mês.** São Paulo, 16/10/2009.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso.** Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

_____, José de Souza. **O MST da ordem.** Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 13.07.2008.

_____, José de Souza. **A reforma agrária bifocal.** Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 24/05/2009.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em 01/08/2010.

NAVARRO, Zander. **Nunca cruzaremos este rio – a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a ‘Sociologia militante’, e o ocaso da reforma agrária no Brasil**. Caxambú: ANPOCS, 2008.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro*, in CARLOS, Ana Fani Alessandrini (org.). *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo, ed. Contexto, 2002.

POMAR, Wladimir. **Agrária, uma questão controversa**, in: VÁRIOS AUTORES. *Revista Reforma Agrária*, vol. 15, n.º 1. São Paulo: ABRA, 1985.

RECCHIA. [Jornada Nacional das Mulheres: MST ocupa área da Cosan em Barra Bonita](http://www.blogdorecchia.com). Barra Bonita, 10/03/2009. Disponível em: <http://www.blogdorecchia.com>. Acesso em 10/08/2009.

ROSENFELD, Denis Lerrer. **O capitalismo e o MST**. *Jornal O GLOBO*. Rio de Janeiro, 23/06/2008.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

VEIGA, José Eli. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Edusp-Hucitec, 1991.

O CONCEITO DE HEGEMONIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE JUVENTUDE

Mirlene Fátima Simões Wexell SEVERO¹

Resumo: Este artigo apresenta algumas das interpretações acerca do conceito de hegemonia e suas relações com os movimentos sociais de juventude. Faz uma revisão teórica sobre o conceito de hegemonia, a organização dos movimentos de juventude e a importância destes como perspectiva de propor alternativas ao modelo social vigente.

Palavras-chave: hegemonia, movimentos sociais, juventude

Abstract: This article presents some of the interpretations of the concept of hegemony and its relationship with social movements of youth. A review on the theoretical concept of hegemony, the organization of youth movements and their importance as a perspective to propose alternatives to current social model.

Key-words: hegemony, social movements, youth

1. Preâmbulo ao conceito de hegemonia: breve revisão teórica.

Para buscarmos nos autores clássicos o conceito de hegemonia, começaremos por Wilkinson (2008), que valerá da filosofia grega para descobrir o surgimento e uso do conceito hegemonia.

Enquanto palavra, hegemonia é do vocabulário grego clássico e somente no século XIX foi utilizada pelas sociedades para descrever os fenômenos modernos relacionados à

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, integrante do Grupo de Pesquisa Capes “Segurança Urbana e Juventude”, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP FCL/CAr, 14800-901, Araraquara/SP, Brasil, email: mirlenesevero@yahoo.com.br

economia. Em sua origem, hegemonia estava relacionada à hierarquia político-militar, de natureza econômica, em que os recursos culturais poderiam ser usados para promovê-la e sustentá-la:

(...) hegemonia é mais do que simplesmente um conceito antigo: é um tema antigo de aprendizagem, bem desenvolvido ao longo dos séculos, e que merece ser examinada no seu contexto próprio para avaliar a teoria hegemônica no contexto atual, e no estudo comparativo das civilizações e sistema do mundo. (WILKINSON, 2008, p. 120)

Através da *Ilíada* de Homero se concentra o uso grego mais antigo de hegemonia, que tem como significado “comandante”, ou, aquele que está à frente de uma tropa militar. Várias palavras gregas têm sua raiz nesta interpretação e trouxe significados decorrentes: liderança, orientação, governança na guerra. Mas foi outra origem que deu significado à palavra hegemonia hoje utiliza pelo vocabulário norte-americano.

O conceito moderno de hegemonia foi absorvido como a soberania de um Estado sobre subordinados, ao contrário dos gregos que a utilizavam também como liderança, autoridade, regra de uma dinastia ou nação. Na história grega o significado de hegemonia se aprimora de acordo com a guerra ocorrida e tem relação com o comandante militar envolvido: liderança, comando, supremacia, domínio, soberania, império. Todos estes significados têm em comum sua imposição e obediência ao Estado dominado.

Na língua inglesa o termo império chegou muito antes do que hegemonia, e esta distinção, segundo Wilkinson (2008), têm marcos diferentes. Enquanto o império é a dominação pela força, a hegemonia exige um consentimento para a obediência. Segundo este autor, a hegemonia na Grécia clássica era conquistada pela guerra, e para mantê-la era necessário ter guerras constantes ou preventivas.

A história clássica grega e o significado do conceito de hegemonia atribuem ao sentido atual o termo de comando, especificamente comando supremo. “(...), é uma relação de poder de grande desigualdade, não apenas um desequilíbrio de capacidades, mas de influência assimétrica, conscientemente pretendida, conscientemente exercida e conscientemente aceita” (WILKINSON, 2008, p. 138).

Já o Estado hegemônico, baseado no capital financeiro faz com que o ganho por meio dos bancos não esteja ligado ao aumento da produtividade, e por isso, a regulação dos custos, principalmente com relação ao salário, às políticas públicas sociais, ao investimento na infra-estrutura para a sociedade, seja estritamente correspondido aos interesses específicos da classe hegemônica.

A regulação do Estado serve para diminuir as contradições da classe capitalista, como também para representar os interesses econômico-sociais das classes dominantes, esta é uma característica de seu papel hegemônico (POULANTZAS, 1973). Para que a classe hegemônica consiga organizar racionalmente, e impor suas relações de força, é fundamental estar dentro das instituições que compõem o Estado.

No processo de luta política a burguesia se fraciona entre aquela dedicada aos negócios financeiros, a industrial e a latifundiária, e também por isso, que a luta de classes e a luta por hegemonia é fracionada e transversal. Marx já salientava esta divisão no livro *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*.

O conceito de ideologia em Marx pressupõe que o sujeito está despossuído, em sua relação com a superestrutura, de sua essência concreta. Isto porque, a realidade econômica e social se constitui no ideal da classe, na essência objetiva-alienada. E a ideologia pensada

sobre a alienação se identifica como a falsa consciência. A ideologia presente nas sociedades modernas faz surgir a despolitização, e as relações entre os níveis de realidade presentes na sociedade se torna a contradição das classes dominantes em relação ao Estado. A função desta relação se dá pela simples racionalização da desigualdade com a justificativa de que as relações humanas devem ser o que são sem necessidade de transformá-la.

A ideologia se constitui então em uma função objetiva no Estado e na constituição hegemônica deste, com a justificativa de que representam o interesse geral da sociedade:

El papel objetivo propiamente 'politico' de esas ideologías consistirá también en el hecho de privatizar la sociedad civil manteniendo su molecularización (o sea en despolitizar las clases dominadas), y de indicar su unificación abstracta por parte de las instituciones objetivas del Estado político (estructurar la hegemonía de las clases dominantes). La constitución política hegemónica de las clases dominantes en la sociedad moderna reside precisamente en el hecho de presentar, a partir de sus intereses propios y por medio de las 'ideologías', como unificando y 'organizando' efectivamente, bajo su égida, al conjunto de la sociedad molecularizada en todos los niveles. La tendencia permanente hacia una despolitización de las clases dominadas constituye el factor determinante de una politización de las clases hegemónicas actuales y corresponde a las estructuras objetivas del Estado hegemónico. (POULANTZAS, 1973, p. 73)

É a partir desta interpretação do conceito de ideologia em Marx, que Gramsci analisa a formação hegemônica das classes dominantes, onde estas dominam a ideologia com o intuito de formar na política o conjunto de forças de dominação e propriamente exercer sua função no Estado. A ideologia deve estar nesta interpretação com referência às relações da formação social atual.

As articulações da classe hegemônica são elásticas, dado o caráter acerca das relações abertas de manutenção do poder da burguesia. Por isso é possível fazer a crítica ao sistema e propor a mudança nas relações hegemônicas.

Devemos também distinguir a hegemonia de um Estado e as relações de imperialismo isto porque, neste último, as forças políticas e a superestrutura dominam a sociedade, enquanto na hegemonia há um consenso em torno da hierarquia estabelecida. Estados que em seu processo capitalista alcançaram uma acumulação econômica e com isso transformaram suas sociedades, buscam impor sua hegemonia a outros Estados menos desenvolvidos na busca de seus interesses. O Estado que exerce hegemonia sobre outros lidera o sistema capitalista de acordo com seus desejos, é dominação e liderança fundada em consentimento e força militar (PASSOS, 2002).

O poder fundado neste consentimento, ou seja, não coercitivo, para Gramsci abrange um sistema cultural presente, tanto no exemplo acima citado, como entre classes sociais. Para criar esta relação harmônica, a classe dominante solidariza o Estado com as outras classes através de seus valores sociais. No sistema capitalista as classes dominantes além de exercerem seu domínio no Estado, também devem ser direção em instituições e criar novas instituições com o intuito de ser instrumento da manutenção hegemônica.

O poder hegemônico desta forma não se constituiu apenas na presença da classe dominante no Estado, aparece também na estrutura econômica, na organização política, na forma de pensar e nas influências ideológicas das demais classes (Gruppi, 1978).

A hegemonia transforma o modo de pensar do proletariado. O Estado enquanto direção geral da sociedade, enquanto salvaguarda da ideologia presente da classe dominante, tam-

bém impulsiona uma reforma das consciências. Gruppi (1978) considera que hegemonia em Gramsci é a condição de fazer alianças, de dar direção e de indicar uma base social ao Estado.

Gruppi (1978) vai estabelecer a relação do conceito hegemonia em Lênin para entendê-lo em Gramsci. O autor estabelece que o diálogo presente na obra de Gramsci se dá com a teoria leninista e não propriamente com a teoria de Marx. Gramsci, quer estabelecer os caminhos para a solidificação do socialismo e foi um dos maiores intérpretes do marxismo bem como de sua prática. O conceito de hegemonia, mais no sentido de explicação de termo ligado a uma condição, aparece na obra de Lênin em 1905 e tinha como sentido a função dirigente, de uma classe sob a outra. Para Gramsci, o conceito de hegemonia não caminha para esta interpretação, pois ele está relacionado ao sentido de dominação. A hegemonia em Lênin é, portanto, direção política, moral, cultural e ideológica (GRUPPI, 1978).

Ainda segundo Gruppi (1978), Lênin considera que existem diferentes tipos de democracia o que faz ter um reflexo direto sob a organização do proletariado, isto porque, estes têm muito mais a ganhar com a democracia do que a burguesia. O proletariado, então, não pode se afastar da revolução burguesa, ao contrário, tem que participar dela de modo enfático e presente. É através deste papel de direção, presente na revolução burguesa, que o proletariado poderá exercer sua hegemonia, ou seja, influenciar e dirigir a classe burguesa.

A conquista da hegemonia pelo proletariado deve ser vista e entendida como um processo, “A hegemonia, portanto, não é apenas política, mas é também um fato cultural, moral, de concepção do mundo” (GRUPPI, 1978, p. 73). Ela constrói um bloco histórico em que participam forças sociais e políticas das mais diversas e que se mantém unidas dadas as concepções de mundo que partilham. Além disso, devem também envolver a superestrutura política, econômica e ideológica com o intuito de se afirmarem como direção política e moral das classes outrora dominantes:

Aqui, ao lado da noção de hegemonia, é introduzida a de *supremacia*. A *supremacia* é domínio e hegemonia. A hegemonia avança com a afirmação da capacidade de direção política, ideológica e moral daquela que, até tal momento, era uma classe subalterna.

A supremacia entra em crise quando, embora se mantenha a dominação, desaparece a capacidade dirigente; quando a classe que detém o poder político não sabe mais verdadeiramente dirigir, resolver os problemas da coletividade; quando a concepção do mundo que ela conseguira afirmar passa a ser rechaçada. A classe social até então subalterna torna-se dirigente, por sua vez, quando sabe indicar de modo concreto a solução para os problemas, quando tem uma concepção do mundo que conquista novos aderentes, que unifica o alinhamento que se forma em torno dela. É essa a concepção gramsciana da conquista da hegemonia. (GRUPPI, 1978, p. 79)

Podemos afirmar a partir dos acontecimentos que se iniciaram no segundo semestre de 2011, que os movimentos de juventude no Chile, na Grécia, na Inglaterra, na França, confirmaram que a supremacia, assim como apontado pela teoria gramsciana, está em crise, pois as classes hegemônicas presentes nestes Estados não mais conseguem ser dirigentes, não mais resolvem os problemas coletivos, ligados em particular aos jovens, aos direitos de educação gratuita de qualidade, ao trabalho, à segurança.

O consenso, por exemplo, presente na teoria gramsciana como pressuposto para a classe dirigente criar seu aparato hegemônico no Estado, se tornou nas sociedades modernas, passividade e despolitização, e isto se deve em parte pela privação de participação da sociedade no Estado, e não da falsa interpretação presente na atualidade sobre o conceito de consenso.

A função da hegemonia está presente na sociedade civil que é definida como o conjunto de organismos privados, tais como as instituições e os grupos sociais, onde se articulam as relações culturais e políticas da sociedade. Segundo Schlesener (1992), para Gramsci as organizações da sociedade civil são denominadas privadas porque elas nasceram a partir das forças sociais, e das lutas entre os grupos que constituíram os Estados. A sociedade civil é a conservação do consenso para a garantia da legitimação do poder. A partir da relação dos grupos sociais, de sua organização e desenvolvimento é que o exercício da hegemonia aparecerá de diferentes formas.

A partir da concepção do Estado moderno e da maior participação social, relacionadas as conquistas da luta dos trabalhadores, surge também a opinião pública no sentido de preparar a sociedade para a concordância com relação a determinadas políticas realizadas pelo Estado e assim manter a hegemonia. “E a formação da opinião pública através dos mecanismos da sociedade civil formando um clima favorável a determinadas atitudes políticas dos grupos no poder pode mostrar o quanto esta relação é eficaz para o exercício da hegemonia” (SCHLESENER, 1992, p. 21).

As classes dominantes precisam constantemente recriar a sua direção, é neste momento que as classes dominadas tentam alterar as concepções hegemônicas. Na teoria gramsciana é identificado os instrumentos para superar as dificuldades que as classes dominadas enfrentam no processo de conquista da hegemonia. Entre estas dificuldades, Gramsci ressalta a história desagregada destes grupos sociais, as atividades culturais ou políticas constantemente rompidas por grupos dominantes, entre outras. Valorizar e enfatizar toda iniciativa que seja autônoma é importante para que o processo histórico das classes subalternas seja concluído.

Sabemos que em sua teoria, Gramsci pensa no sentido das relações de força que se estabelecem e na luta por hegemonia entre o grupo dominante e os outros grupos sociais. Para Schlesener (1992), ele ainda vai ressaltar que, de acordo com o momento histórico, a crise na hegemonia vai se configurar de formas diferentes, a saber: pela desagregação dos partidos políticos, através do vazio de conteúdo dos órgãos de formação de opinião pública, da passividade política das massas que de forma ligeira organizam reivindicações de mudanças, e também o fim do consenso nas correlações de força. A unidade entre as classes dominadas e os objetivos para a conquista do poder tem que se dar rapidamente, pois enquanto há a articulação destas forças no sentido de conquistar a hegemonia, a classe dominante ainda de posse dos aparatos de coerção e da administração do Estado pode, por meio da força e com o uso destes instrumentos, se manter no poder.

Formar as classes subalternas para sua organização e para conquistarem hegemonia, é um processo lento e com muitos obstáculos. As classes dominantes têm em suas mãos a força ideológica e econômica, e por isso, as classes dominadas devem criar meios de organização próprios, aliando interesses comuns de grupos sociais diversos, com o intuito de elaborar e indicar uma nova concepção alternativa de mundo. Para Gramsci, este articulador deve ser o partido, que deve buscar as alianças, bem como conquistar os intelectuais tradicionais.

Para Schlesener (1992), Gramsci consegue acrescentar novos elementos à reflexão política que auxiliam, na sociedade e no Estado moderno, os caminhos para que a classe subalterna enfrente a luta hegemônica. Os movimentos sociais de jovens vão se valer destes mecanismos para se oporem ao momento presente, como veremos a seguir.

2. Sobre os movimentos de juventude e o conceito de hegemonia.

Os movimentos estudantis são parte de uma das mais antigas práticas universitárias, assim como considera Cazés Menache (2008). Este movimento integra o trabalho intelectual e a vida acadêmica. Na América o primeiro movimento universitário data de 1647 em Puebla,

no México. O motivo de tal manifestação foi a reforma educacional que limitava a influência intelectual dos jesuítas sob os jovens. Os alunos inconformados com esta medida iniciaram protestos contra a coroa espanhola que durou seis anos. No século XVIII, outros movimentos estudantis se organizaram frente à expulsão dos jesuítas em vários estados mexicanos, que culminou com a execução de sessenta e nove estudantes.

Segundo o autor, “os movimentos universitários adquirem transcendência política quando se tem a propagação de mal estar social, os reflexos, os difundem, estimulam as explicações de suas causas e propõem soluções” (CAZÉS MENACHE, 2008, p. 29). Na década de 1960 fora assim, em particular 1968, o movimento estudantil aglutinou forças dispersas que se opunham aos governos ditatoriais. O movimento de 1968 foi tão profundo que os espaços sociais, antes ocupados pela representação hegemônica de poder, passaram gradualmente ser ocupado pelos integrantes do movimento contestatório. Outra mudança que se observa é que conceitos e reivindicações foram incorporados ao discurso oficial dos governos em décadas posteriores.

Passado 1960 outras concepções são priorizadas pelos movimentos estudantis e, no caso mexicano, Cazés Menache (2008) considera que se globalizaram conceitos para a prática política de oposição, e as forças de organização do movimento estudantil se modificaram e se diversificaram.

O autor atribui aos universitários a responsabilidade em não representarem significativamente todos os anos de luta do movimento estudantil, considera que a universidade tem construído com estes jovens a hegemonia e o consenso. Talvez, esta seja a interpretação que possa nos revelar as mudanças na organização estudantil atual, pois a luta por hegemonia é constante e envolve todos os movimentos sociais, para sua reprodução ou crítica.

O conceito de hegemonia muitas vezes tem interpretações diversificadas, a partir das reivindicações dos movimentos de juventude. Parra (2008) considera que o conceito de hegemonia é fundamental para as lutas por emancipação, representa o eixo central tanto para a teoria quanto para a prática.

Segundo esta autora, é urgente reunir as diferentes experiências de lutas sociais presentes na América Latina para que se possam ter os caminhos para um mundo mais justo e igualitário:

Luchamos por construir un mundo más justo, más solidario y más humano, por un mundo donde las relaciones sociales no estén regidas por una lógica instrumental sino por una lógica de la afectación e de la búsqueda del bien común. Luchamos contra el capitalismo deshumanizante y su lógica mercantilista de exploración de unos hombres por otros (...). (PARRA, 2008, p. 28)

O conceito de hegemonia que deve ser pensado para a articulação entre as diferentes experiências sociais, deve estar em uma perspectiva materialista “em função de poder repensar, a problemática da articulação das distintas experiências de luta social” (PARRA, 2008 p. 31). Propor o conceito de hegemonia como totalização das experiências sociais é saber que por um lado há a fragmentação do social e por outro há a condição de centralizar esta fragmentação.

Unificar as diferentes e múltiplas lutas é sair das situações individuais para transformá-las em uma maioria alternativa. Parra (2008) considera que esta posição em que o geral se opõe ao material e o abstrato ao concreto é importante para construir os espaços de articulação e hegemonia. A autora considera ainda fundamental em discutir os principais autores que

conceituam hegemonia junto aos movimentos sociais, para assim, reuni-los em torno de um objetivo coletivo de unidade.

Nesta perspectiva, segundo a autora, um dos autores importantes para ser estudado pelos movimentos sociais, em especial o movimento de juventude, é Gramsci. Parra (2008) vê que o ponto mais importante da teoria gramsciana é a necessidade de investigar como se formam as vontades coletivas e como elas se tornam ações coletivas. O que importa é como, no desenvolvimento histórico, se constituem forças permanentes e regulares, e como um movimento se constrói pela vontade política coletiva.

O processo de construção da hegemonia tem que ser feito pelas forças sociais ligadas a estrutura para se dirigir ao campo da superestrutura. Este processo está ligado à situação material de existência das pessoas, e por isso, os interesses individuais são rebaixados aos interesses coletivos através de uma consciência de solidariedade de interesses.

Parra (2008) cita como exemplo de movimentos com forças permanentes e regulares na juventude o *Coletivo Situações*, uma experiência que formula conhecimento por meio de um grupo. Este grupo compreende que o protagonismo social se transforma da dispersão em multiplicidade, onde “(...), o consenso e a hegemonia, são categorias de uma política de *articulação* onde o objetivo último é o assalto ao poder” (PARRA, 2008, p. 44). A hegemonia tem que ser entendida como o processo de articulação das distintas experiências.

Diferente desta interpretação, Butler (2010) considera que no Brasil os Novos Movimentos Sociais estão focados na autonomia de seus grupos do que a luta por hegemonia. Ele cita como exemplos destes movimentos, os grupos ecológicos, pacifistas, das minorias étnicas, da diversidade sexual, os desempregados, entre outros.

O autor analisa especificamente o movimento dos jovens através de organizações não governamentais e aponta que como estes jovens são vistos como potencial risco à sociedade, a expectativa de direitos deles é fragmentada. Mesmo assim, verifica que a participação juvenil é diversificada vai do tradicional (partidos políticos, por exemplo) ao inovador (grupos culturais).

Estas breves considerações acerca dos movimentos sociais de juventude e o conceito de hegemonia demonstram que os jovens no Brasil têm condições de influenciar outros movimentos sociais no sentido de estabelecer um projeto hegemônico diferente do existente.

3. Acerca de uma conclusão.

Em estudo realizado sobre a juventude brasileira e sua relação com a construção de uma nova hegemonia, Nogueira (2010) afirma que:

Entendemos, pois, que a juventude brasileira, que historicamente participa de embates políticos através de sua organização nos movimentos sociais, sendo um deles o movimento estudantil, vem a contribuir com o processo de edificação de uma nova hegemonia. A participação do jovem nestas disputas sociais o torna um indivíduo consciente, fazendo com que, além de atuar politicamente no presente, futuramente será um ser humano fundamental na constituição deste projeto hegemônico no Brasil, (...). (NOGUEIRA, 2010).

Embora presenciemos em alguns discursos (senso comum ou acadêmico) que os jovens hoje não participam ativamente da vida política do país, a autora afirma que os jovens atuam e até podem conduzir à união de outros movimentos sociais em torno de um projeto coletivo à hegemonia política atual. O Projeto Juventude (2004) comprovou esta motivação

dos jovens no Brasil: quase 60% dos entrevistados gostariam de participar de organizações sociais de jovens e mais de 80% acredita que pode transformar o mundo.

A juventude passa, nesta perspectiva, de autora e vítima de violência, para ser ator estratégico de um projeto coletivo nacional com o objetivo de superar as desigualdades e as diferenças regionais. Para Nogueira (2010) os movimentos de juventude serão fundamentais neste processo:

Os movimentos sociais organizados, dentre eles os movimentos juvenis como o movimento estudantil universitário, por exemplo, formam os sujeitos políticos, que são imprescindíveis na luta da consolidação da democracia de massas e somente através dela que irá construir uma nova hegemonia. (NOGUEIRA, 2010)

Com a democratização dos espaços de poder, se amplia a participação social, assim como demonstra os movimentos de juventude, tanto em suas organizações, como com relação a outras entidades sociais. Portanto, a juventude enquanto sujeito político tem condições de construir as bases para outra hegemonia, ligadas a igualdade social e participação.

Segundo Sofiati (2008), a participação política dos jovens e dos movimentos sociais de juventude vem ao longo das últimas duas décadas no Brasil barrada com a falta de bases materiais e a ausência de políticas sociais voltadas para o problema social do jovem:

Dessa forma, o fator principal para a não participação política é apontado como a falta de bases materiais mínimas de sobrevivência. A destituição do político por parte da juventude é o produto de um Estado que historicamente se exime da distribuição dos bens sociais. (SOFIATI, 2008)

Os movimentos juvenis estão fragmentados dada a crise social e política presente na sociedade atual, por isso também que a perspectiva de futuro dos jovens cada vez se distancia dos projetos do presente. Para que o jovem possa passar as fases naturais de formação tem que criar novos espaços de sociabilidade, militância e educação. O jovem assume responsabilidades da vida adulta sem mesmo ter a experiência necessária:

(...) os jovens estão chegando à vida adulta sem passar pelos estágios fundamentais estabelecidos no processo de transição (que se encontra prolongado nos dias atuais): formação escolar, profissionalização, entrada no mercado de trabalho. Ao ser forçado a pular etapas em virtude da crise social, o jovem assume responsabilidades da vida adulta, casamentos e filhos, prejudicando-se na continuidade de sua formação educacional. (...) Há, portanto, um processo contraditório no cenário juvenil atual que passa pelo prolongamento e encurtamento da passagem da vida juvenil para adulta. (SAFIOTI, 2008)

A sociedade fragmentária cria insegurança e exclusão social entre os jovens. Esta é a disputa pelo consenso da classe dominante que relatamos acima, ou seja, os movimentos de juventude têm como objetivo questionar esta divisão social, a falta de instrumentos de participação para que as mudanças hegemônicas de poder possam acontecer.

Para Gonh (2011) os movimentos sociais são objeto de pesquisas recentes no Brasil, o que contribuiu para a análise superficial da sua influência na história de transformações sociais:

Em síntese, apesar do denso quadro de mobilizações e movimentos sociais no país, a partir do fim dos anos 1970, o debate e a produção teórica caminhou lentamente até os primeiros anos deste novo século, embora conte com um grande número de publicações que são registros descritivos, importantes como memórias. (GOHN, 2011, p. 335)

Os movimentos sociais sempre existiram e continuarão a existir, pois segundo Gohn (2011), eles representam forças sociais. “Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberta. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em ‘fazeres propositivos’” (*idem*, p.336). Daí o sentido mais próximo das mobilizações juvenis e a perspectiva de mudança da estrutura hegemônica do poder. Estes movimentos têm contribuído para dar consciência à sociedade como também organizá-la, apresentar suas demandas e dar sustentação a elas. (GOHN, 2011).

4. Bibliografia

BUTLER, U. M.; PRINCESWAL, M. *Cultures of participation: young people's engagement in the public sphere in Brazil*. Oxford University, Press and Community development Journal, 22 May 2010, p. 335-345. Consulta em: <http://cdj.oxfordjournals.org/content/45/3/335.abstract> em 11/02/2011. Acesso em: 14/dez. 2010.

CACCIA-BAVA, A. Juventude sobre pressão: Um Fórum alemão e uma obra de Octavio Ianni. *Revista Segurança Urbana e Juventude*, Araraquara, v.3, n.2, dez. 2010. Consulta em <http://seer.fclar.unesp.br/seguranca/issue/view/407/showToc> . Acesso: 14/dez. 2010.

CAZÉS MENACHE, D. *La Universidad en los procesos de democratización*. Revista de la Universidad do México, Nueva Época, out. 2008, n. 56, p. 27-37. Consulta em www.revistadelauniversidad.unam.mx/56/cazes/56cazes.html em 14/02/2011. Acesso em 14/de. 2010.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Tradução: Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRUPPI, L. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

NOGUEIRA, P. S. *Juventude: construção de uma hegemonia*. Seminário Gramsci. 2010. Consulta em www.nufipeuff.org/seminario_gramsci_e_os_movimentos_populares/trabalhos/Patricia_Simone_Nogueira.pdf . Acesso em 12 de fevereiro de 2011.

PARRA, A. *Articulación y Hegemonia*. Atenea Digital, n. 13, p. 27-48, 2008. Consulta em: <http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/352> 2011. Acesso em: 14/10/2010.

PASSOS, R. D. F. *Três Leituras do Conceito de Hegemonia de Gramsci na Ordem Mundial e na Globalização*. Prisma Jurídico, 2002, ano/vol. 01, p. 93-110. Acesso em agosto de 2011 em www.redalyc.uaemex.mx/src/inicio

POULANTZAS, N. *Hegemonía y dominación en el Estado Moderno*. Cadernos de Pasado y Presente, n.48. Traducción: María T. Poyrazián. Córdoba, Siglo XXI. 1973

PROJETO JUVENTUDE. *Documento de Conclusão*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2004.

SCHLESENER, A. H. *Hegemonia e Cultura: Gramsci*. Curitiba: Editora UFPR, 1992.

SOFIATI, F. M. *A juventude no Brasil: história e organização*. 2008. Disponível em: WWW.apebfr.org/passagesdeparis/editione2008/pdf/14%20Flavio%20Munhoz%20Sofiat.pdf . Acesso em 20 de junho de 2011.

WILKINSON, D. *Hégemonía: Hegemony, classical and modern*. Journal of World-Systems Research, volume XIV, n. 2, p. 119-141, 2008. Consulta em: <http://jwsr.ucr.edu/archive/vol14/Wilkinson-vol14n2.pdf> . Acesso em 11/02/2011.

“POLÍTICAS SOCIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS”: UMA ÓTICA PLURAL PARA PENSAR O DESAFIO DE ERRADICAR A POBREZA

Paulo Emílio M. de AZEVEDO¹

Resumo: O texto se desenvolve no plano de debate acerca das noções de *pobreza, políticas sociais e movimentos sociais*. Na relevância do tema pretende-se contribuir para uma reflexão sobre o entrelaçamento entre estes circuitos, partindo da hipótese de que os movimentos sociais têm sido um eficiente grupo de pressão para formulação de políticas públicas (sociais) que visam combater o estado de pobreza alarmante no Brasil. Desta forma, o estudo se propõe a investigar de que modo isto vem ocorrendo, evidenciando as relações entre pobreza e a possível ruptura deste estado, tendo como fio condutor os movimentos sociais e as políticas públicas.

Palavras-chave: pobreza, políticas sociais, movimentos sociais

Abstract: The text is developed in terms of debate about the notions of poverty, social policy and social movements. On the relevance of the theme is intended to contribute to a reflection on the interconnectedness of these circuits, assuming that social movements have been an effective lobby group for the formulation of public policies (social) to combat the alarming state of poverty in Brazil. So, the study aims to investigate how this has occurred, showing the relationship between poverty and possible rupture of this state, with the thread of social movements and public policy

Key words: poverty, social policies, social movements

Introdução

Os movimentos sociais entraram na agenda dos acontecimentos mundiais. Eles têm fluxos e refluxos e constituem um dos principais campos de ação social coletiva da humanidade [...] Políticas públicas envolvendo parcerias entre a sociedade civil organizada, o Estado e agentes do mercado entraram no espaço de atuação já clássico dos movimentos sociais. Alguns movimentos transformaram-se em redes e fóruns de atores sociais organizados. Outros em ONGs. Outros, ainda, entraram em

¹ Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Sociologia - Pontifícia Universidade Católica – PUC-RJ. Av. Atlântica, 1444 – apto 301 – Cavaleiros – CEP 27920-390, Macaé/RJ, Brasil, e-mail: fundacaopaz.educacaoocultura@gmail.com

crise e desapareceram. Mas muitos novos foram criados. (GOHN, 2003, p.1).

O texto a seguir tem como foco de discussão três pilares: pobreza, políticas sociais e movimentos sociais. Percebe-se a amplitude e relevância do problema quando se pensam as duas últimas como dimensões do possível para erradicar a primeira. Este é o desejo desta contribuição.

Partindo da hipótese de que os movimentos sociais têm sido um grande aliado, ou até mesmo um grupo de pressão, para a formulação de políticas públicas (sociais) que visam combater o estado de pobreza, ainda alarmante no Brasil, o estudo se propõe a investigar de que modo isto vem ocorrendo, isto é, como os movimentos sociais vêm produzindo um poder alternativo de pressão para formulação de políticas públicas que visam atuar de modo consistente na erradicação da pobreza no Brasil?

Para responder a esta questão central foi necessário, antes, indagar: Quais são as características destes novos movimentos? De que forma eles se articulam? Baseado em que fundamentos estes movimentos têm criado alternativas para pressionar o Estado com suas necessidades?

A análise será composta de dois momentos:

- breve apreciação sobre os conceitos e características dos três pilares envolvidos – pobreza, políticas sociais e movimentos sociais;
- panorama sobre o efeito das políticas públicas na erradicação da pobreza, verificando por sua vez de que modo os movimentos sociais têm contribuído como grupo alternativo de pressão ao Estado para formulação de novas políticas no combate às injustiças sociais, como a pobreza.

Neste desafio está sendo valorizado o que tem sido feito de luta diária para melhorar as condições de um povo que grita, não mais no silêncio, o seu direito de querer ser gente, e o seu desejo, inadiável, de reconhecimento como cidadão ativo e transformador.

Mas o que é pobreza?

Barros et al (2000) servem de base para pensar que o Brasil, nas últimas décadas, confirma uma tendência de grande desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. Uma herança de injustiça social que exclui parte significativa da sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. Ao contrário do que se pensa no senso comum, o Brasil não é um país pobre, mas essencialmente de pobres. Os elevados níveis de pobreza podem ser explicados pela desigualdade gritante na distribuição de renda. Portanto, faz-se necessária uma dada urgência de políticas redistributivas como sendo o modo conjuntural de reduzir tais diferenças, as quais provocam a exclusão socioeconômica da maioria da população brasileira.

A pobreza “refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico”. (BARROS et al, *ibid*, p.22)

Pobre é aquele que sobrevive com renda *per capita* inferior ao nível mínimo necessário para atender as suas necessidades básicas. Já em Abranches et al (1987) define-se assim pobreza:

Destituição, marginalidade e desproteção. Destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e consumo; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à vida e ao bem-estar [...] Para sobreviver, consomem mais horas trabalhando ou em busca de qualquer trabalho, horas que são subtraídas à educação, à busca de melhores opções

de trabalho e renda, aos cuidados com a saúde, ao exercício da criatividade, à ação política e ao lazer [...] São impotentes diante das imposições da necessidade, que lhes retiram toda liberdade: não deixam escolha. (p.16-17)

Ser pobre é ser excluído de construir-se enquanto cidadão. É canalizar toda a energia que lhe resta para a sobrevivência física, material. Destas ponderações surge uma consideração norteadora: ter pobres no país interessa a quem? Vale lembrar que o ser humano, quando privado de sua liberdade², põe conseqüentemente toda a sociedade em perigo, debilitando o projeto de desenvolvimento de toda uma nação. Afinal, como nos ensina o preceito islâmico, “a agressão a um só inocente é violência contra toda a humanidade”.

Para a esfera considerada na análise, é necessário compreender que o pobre, por sua própria situação desfavorável, ainda, tem que enfrentar uma fraqueza política que lhe ocorre de modo naturalizado, ficando deste modo cada vez mais dependente exclusivamente da assistência governamental e da benemerência privada (ABRANCHES et al, op.cit, 1987), ou seja, dependendo da implementação de políticas que venham suprir as diversas lacunas na busca de uma vida mais digna.

Quem detém mais instrumentos de pressão tem conseqüentemente maior possibilidade de obter mais da ação do Estado do que aqueles dependentes dessa própria ação para conseguir o mínimo indispensável a sua sobrevivência. (ABRANCHES et al, ibid).

Portanto, faz-se urgente romper e/ou superar a determinação biológica da pobreza, ou seja, é como se quem nascesse pobre tivesse que morrer pobre. Como traduzir estas questões sob a ótica das políticas sociais?

Mas o que é política social?

Definir política social é algo complexo se pensado a partir dos conceitos de T. H. Marshall (1975):

Política Social é um termo largamente usado, mas que não se presta a uma definição precisa. O sentido em que é usado em qualquer contexto particular é em vasta medida matéria de conveniência ou de convenção [...] e nem uma, nem outra, explicará de que trata realmente a matéria. (ABRANCHES et al, op.cit, p.11)

De modo não menos complexo, aparece o escopo trágico inerente a qualquer política social, em que:

[...] Chama-se de política social a toda política que ordene escolhas trágicas segundo um princípio de justiça consistente e coerente [...] Uma política de ordem superior, metapolítica, que justifica o ordenamento de quaisquer outras políticas [...] Toda escolha social é uma escolha trágica no sentido radical de que, mesmo decisões altamente benéficas reverberam, em algum lugar, metamorfoseadas em mal (ABRANCHES, et al, op.cit, p.37).

São muitas as forças envolvidas para definir o campo de atuação de uma política social: relação com a política econômica, a amplitude do seu alcance, as prioridades, os atores envolvidos, entre outros aspectos.

Apesar da diversidade de argumentos, basicamente pode-se entender que o campo da política social visa interferir através de políticas de alocação e de redistribuição de valores na ordem social, como modo de fomentar certo patamar de equidades a fim de obter justiça soci-

² O conceito de liberdade adotado para este estudo é o de Amartya Sen (1999), que ressalta que a insegurança econômica produz ausência de direitos e liberdades democráticas, pois de certo modo riqueza e qualidade de vida estão sempre sobrepostos, apesar de admitir que aquela não é o único fator causal desta.

al e combate à miséria. Portanto, as ações oriundas da política social devem ser distintas de uma ação da lógica do mercado – a ação da política social será sempre uma ação unilateral de transferência de valores para promover equilíbrios na ordem social, de maneira a possibilitar que as pessoas possam ter acesso e condições de usufruir os meios e serviços mínimos necessários à sobrevivência. Caso a ação perca este foco, passa a ser uma ação privatizada, não atuando, por conseguinte, mais no social.

De modo geral, a política social interfere em casos nos quais a perda da renda precisa ser urgentemente repostada como modo de garantir o mínimo de bem-estar (atendendo) à sobrevivência. Todavia, a política social deve ir além de solucionar estes problemas, buscando identificar e corrigir as causas que fazem emergir a pobreza estrutural e cíclica. Todavia, será o compromisso político impresso na ação do Estado que determinará se o conteúdo desta política reflete manutenção do *status quo* ou um relevante instrumento de mudança social. Desta forma, a ação de uma política social está inserida numa ótica de escolha, o que acaba por ser a *trágica condição da política social* (ABRANCHES et al, *ibid*).

É neste drama entre escolhas trágicas que o cenário analisado vai cada vez mais sendo preenchido de interrogações. Em busca de soluções alternativas que não fazem o “pobre” depender apenas do Estado e de suas políticas sociais problemáticas, surgem os movimentos sociais para pressionar este mesmo Estado a cumprir a implementação de ações mais urgentes, a fim de minimizar injustiças, como o caso da pobreza.

Movimentos sociais e características

Dentre algumas características dos movimentos sociais, independentemente do campo de conflito a que se submetam atuar, conforme Gohn (*ibid*), são indispensáveis:

- a) atuação coletiva de atores ou instituições sociais que constroem ações a fim de demarcar interesses, subjetividade, identidades e projetos políticos de grupos sociais específicos;
- b) agentes de pressão político-social, protestos, resistências;
- c) espaço de criatividade e inovação social; e, recentemente,
- d) alguns movimentos sociais atuam por meio de redes sociais (até mesmo internacionais), utilizando novos meios de comunicação e informação como a internet.

Alberto Melucci (2001), em sua obra “A Invenção do Presente”, ainda, faz questão de ressaltar que os movimentos sociais têm como ponto comum o sentimento de solidariedade, e que é através deste sentimento que os movimentos acabam direcionando seu foco, ou seja, a solidariedade é o motivo que produz a incessante luta por justiça social, pelo reconhecimento das diferenças e chama atenção à diversidade, rompendo assim com a lógica do neoliberalismo.

Contudo, o autor também destaca que esta ação coletiva apresenta seu caráter apenas no presente, o que acaba sendo um ponto frágil na organização política destes movimentos. Ao mesmo tempo em que buscam, através de uma ação coletiva, a identidade privada de cada foco (gênero, etnia etc.) sem se tornar para isso uma instituição política, precisarão da mesma para que suas ações se tornem eficazes. Eis um dilema para os movimentos sociais.

Porém nos novos movimentos sociais esta natureza de demandas tem se alterado: fez-se a transição de reivindicativas para ações propositivas.

Movimentos sociais e campo de conflito

Os “movimentos” contemporâneos se apresentam como redes de solidariedade com fortes conotações culturais e, precisamente estas características, os diferenciam sempre mais claramente dos atores políticos ou das organizações formais. (MELUCCI, op.cit, p.23)

Os movimentos sociais se articulam e se organizam através da identificação de um campo de conflito, ou seja, identifica-se o problema para depois então compor uma ação coletiva. Vejamos o exemplo do movimento feminista: buscou-se uma ação coletiva a partir do apelo à diferença, de encontrar no cotidiano um espaço, não mais de manipulação e subordinação, mas de sentido. A novidade deste movimento está na diferença, não só natural (macho/fêmea), mas porque a partir daí tem recolocado em discussão algumas certezas e conquistas da consciência moderna. É a liberdade – não de ser – mas de agir sobre o seu ser. É a escolha, ou seja, a luta contra a racionalidade instrumental. Eis o campo de conflito: ser por si mesma, sem negar a comunicação com o outro ou o reconhecimento deste.

Contudo, para passarmos finalmente para o segundo foco desta análise, é necessário responder a uma última questão: baseado em que fundamentos estes movimentos têm criado alternativas para pressionar o Estado com suas necessidades?

Em resposta às crises econômicas, visto o avanço das políticas neoliberais, vários movimentos sociais surgem como oposição ao próprio Estado, ou seja, formam um paralelo entre grupos de pressão/movimentos sociais como modo de provocar o poder estatal na implementação de políticas públicas que possam solucionar a problemática em foco. O caso da violência urbana é um grande exemplo para evidenciarmos esta questão – a sociedade se articula em protestos como um todo, tendo ainda o impacto da mídia para pressionar o Estado com suas solicitações emergenciais.

Certamente não se pode lançar de modo pontual a questão da violência sem relacioná-la com um de seus agentes causadores – a desigualdade social alarmante no Brasil, esta por sua vez a maior causa da pobreza. É finalmente neste escopo que delimitamos nosso interesse: atuar na erradicação da pobreza através de propostas não pontuais é sem dúvida a maior urgência das políticas sociais e dos movimentos sociais como agente alternativo de pressão, comunicação, sobrevivência e luta cotidiana.

Do contrário, ninguém estará a salvo enquanto houver uma vida privada de sua liberdade. Passamos ao segundo foco da análise.

Políticas públicas e pobreza

Retornando ao estudo de Barros et al (ibid), estes números são relevantes: em 1999 havia no Brasil 53 milhões de pobres e 22 milhões de indigentes, ou seja, respectivamente 34% e 14% da população brasileira vivia em situações desfavoráveis de liberdade, uma total desproteção da cidadania – um viés nada saudável para se pensar em desenvolvimento. Nos anos de 1983/84 este índice chegou a mais de 50% – cerca de 64 milhões de pobres. Após o Plano Real, este número teve queda de cerca de 10 milhões. Uma queda bastante considerável, mas que de nada resolveu o problema.

Na análise dos autores, o problema do Brasil não está na escassez agregada de recursos, mas essencialmente na má distribuição dos recursos. O fato de haver uma elevação da renda, apesar de poder reduzir o nível relativo de pobreza, não altera o perfil distributivo.

Logo, não havendo alterações neste perfil, será impossível superar certos níveis de pobreza nos setores inferiores de rendimento.

Conclui-se que o Brasil necessita prioritariamente de políticas que visam a equidade social, ou seja, a implementação de políticas redistributivas, visto que sempre se pensou em políticas de crescimento econômico: *crescer o bolo para depois distribuir*.

Como mudar este quadro, ou ao menos pressionar o Estado para que se pense de modo efetivamente diferente nas prioridades das políticas de erradicação da pobreza pelo viés redistributivo?

Movimentos sociais e alternativas de pressão

O que se deseja para o pobre, enquanto ser cidadão, é que ele tenha acesso à construção de uma cidadania substantiva. Discutir cidadania é assumir uma postura “ética cidadã”, na qual analisar questões morais, do cotidiano e contemporaneidade é rediscutir valores e imposições culturais da burguesia dominante, é interpretar fatos históricos com o grau de importância que lhes é merecido, é transformar ou por assim dizer citar novos juízos morais, afinal a cidadania é uma esfera instável. A moral não pode ser amparada por um poder coercitivo, de dominação, mas de forças que promovam a emancipação deste homem, fora de condições de dignidade.

Eis assim que os movimentos sociais passam a interferir no cotidiano destas pessoas às margens. Aqui é possível entender de que modo os movimentos sociais têm contribuído como grupo alternativo de pressão ao Estado para formulação de novas políticas a fim de combater injustiças, como o caso da pobreza.

Desenvolvendo um breve retrospecto das lutas por esta cidadania, cabe o exemplo da abolição dos escravos, em 1888 (CHIAVENATO, 1999). Os Quilombos provocaram rupturas significativas no sistema de privação da liberdade de um grupo. Havia, por trás do interesse de alguns abolicionistas, não apenas a simples liberdade dos negros. Todavia, o importante a ressaltar é que as lutas que já se iniciavam a partir dos Quilombos traduziriam uma verdadeira transformação na sociedade vigente. Inicia-se ali, naquele presente, um conflito de opiniões entre as diversas camadas sociais. Quem é e quem não é a favor da liberdade dos negros? As lutas de outrora produzem um estado de receio naqueles que desejam manter o sistema intacto da escravidão. Por não se tratar, ainda, de uma república, não é o Estado propriamente que sofre a pressão para a implementação de mudanças, mas evidentemente os senhores de engenho, os abolicionistas e os outros atores e instituições que, de forma direta ou indireta, estavam vinculados a estes ou aqueles homens de negócios. Este era o quadro político a ser pressionado. Os Quilombos eram assim a força de pressão por justiça e liberdade dos negros. A política, mesmo tardia e de modo não desinteressado, teve que ceder.

Outro exemplo clássico de como os movimentos sociais têm sido eficazes mecanismos de pressão na formulação de políticas para erradicar a pobreza e possibilitar a construção da democracia é o caso do MST. Através dele, muitas vezes observado apenas como subversão gratuita, a questão da Reforma Agrária não tem mais como ficar em segundo plano na agenda de implementação das políticas sociais. Neste âmbito, cabe aos representantes do MST evitar os excessos que os demonizam no senso comum e não apenas providenciar para que as pessoas possam morar com acesso à cesta social³ (ABRANCHES et al, ibid), mas principalmente possibilitar que o movimento social seja um fio condutor para que se garanta a cada ator desta

³ Termo utilizado pelo autor como sendo o símbolo de representatividade que traduz o conjunto de bens e serviços necessários para não ser privado dos direitos básicos à subsistência, para que não se aumente o alarme agravante da privação e da pobreza.

empreitada uma educação baseada nos pressupostos dos direitos humanos e na transformação radical de toda a sociedade brasileira.

Cada movimento social que acaba por contribuir em desejar reduzir, ou mesmo erradicar a pobreza, está conseqüentemente favorecendo a construção de cidadania de um grupo, de um povo, de uma etnia distinta – está favorecendo o alcançar da liberdade deste mesmo povo. Na mesma intensidade, cada movimento social que acaba por incentivar a construção da cidadania de um povo está conseqüentemente contribuindo para que este, caso seja pobre, possa ter instrumentos prático/informativos (refletidamente) para romper com o seu estigma, já cultural, de ser pobre para sempre.

Considerações finais

A questão central está de alguma forma voltada para a relação entre política e cidadania. Os movimentos sociais podem ser um organismo (alternativo) potente de pressão social para acelerar a agenda das (escolhas) políticas do Estado, atuando em ações coletivas na luta por essa nobre causa: a erradicação da pobreza, isto é, o direito de ser cidadão, bem como prevê a universalidade dos direitos humanos.

Portanto, erradicar a pobreza é também erradicar o artigo limitador da liberdade que esta traz combinada de modo oculto. Em suma, é o próprio alcance desta cidadania. O estado de pobreza, já banalizado na sua aparente perenidade, debilita todo o desenvolvimento da nação, conforme ressaltam as teorias adotadas por esta análise. O pobre gasta todo o seu tempo em busca de poder suprir a pontualidade de sua sobrevivência. Portanto, entra em detrimento o potencial cultural e intelectual do país, e entra em cena a submissão às políticas assistencialistas em épocas de campanha eleitoral.

Na análise das teorias escolhidas, destacamos o trabalho dos autores Barros et al (ibid), que citam que o Brasil é um país de pobres, mas não necessariamente um país pobre. Sendo assim, atuar na implementação de políticas públicas que busquem um viés redistributivo é prioridade para erradicar a pobreza. Combater a pobreza torna-se um objetivo do Estado através de suas políticas sociais, partidos políticos e de toda a sociedade, a partir de seus atores que se organizam em sindicatos, movimentos sociais e outras organizações atuando de modo a realmente produzir mudanças significativas. Faz-se urgente combinar democracia, dando ênfase ao respeito às diferenças com eficiência econômica e justiça social.

Os movimentos sociais aqui são descritos por uma ótica que os percebe como elemento que é de adição na produção de uma sociedade forte, ou seja, acredita no potencial da participação cívica (horizontal) como força que contribui para um Estado (descentralizado) e economia mais fortes (PUTNAM, s/d). Os movimentos sociais não são necessariamente projetos inimigos do Estado, mas essencialmente produtos que surgem de uma necessidade (amparada na injustiça e na busca por igualdade de direitos e respeito às diferenças) que não está sendo ajustada por este modelo coercitivo de Estado. Cabe aos movimentos sociais, impulsionados pelo sentimento de solidariedade, realizar pressões para que as políticas ocorram de modo pacífico ou em último estágio (radical) realizar as próprias mudanças sem o apoio devido destas políticas.

Esperamos que a análise descrita possa ser mais um instrumento de despertar o horizonte utópico adormecido da cidadania desejável para todos os cidadãos. Este é um desafio clássico da era moderna e uma urgência no Brasil contemporâneo.

Referências

ABRANCHES, Sergio Henriques et al. **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BARROS, Ricardo Paes de et al. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil**: da senzala à abolição. São Paulo: Moderna, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. (s/l): Fundação Getúlio Vargas. (s/d).

SEN, Amartya. A perspectiva da liberdade. In: SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

A QUESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA E DOS INDICES DE PRODUTIVIDADE

O CASO DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

Paulo Francisco Soares FREIRE¹

RESUMO: O desenvolvimento do capitalismo brasileiro vem se sustentando num modelo de produção agrícola monocultor e de grandes imóveis. O avanço das forças produtivas agrárias criou novos atores sociais que, uma vez envolvidos nos conflitos sociais, vão impor uma nova configuração às relações sociais de produção. São contraditórias as relações existentes entre os sujeitos da produção social e aqueles que se apropriam da riqueza socialmente produzida. O setor sucroalcooleiro da região de Ribeirão Preto-SP desponta como um dos pólos mais sólidos dessa tendência. O elevado grau de produtividade econômica agrícola da região dá-se à custa de contradições sociais, dentre as quais se sobressai a superexploração do trabalho. O fato impõe que se analisem as condições que apontam ou não para a viabilidade de implantação de projetos de Reforma Agrária na região. Os critérios estipulados para aferir se um imóvel é produtivo ou improdutivo, baseiam-se em dados estatísticos de 1975/76 e até o hoje não foram atualizados, gerando mobilizações sociais de defesa da Reforma Agrária.

Palavras chave: Produtividade; Agronegócio; Reforma Agrária.

¹ Mestrando em Sociologia pela FCLAR – Faculdade de Ciências e Letras UNESP – Araraquara. pfsfreire@yahoo.com.br. Orientadora: Maria Orlanda Pinassi.

ABSTRACT: The development of Brazilian capitalism has been holding a model of monoculture farming and large buildings. The advancement of the agricultural productive forces created new social actors who, once involved in social conflicts, will impose a new configuration of social relations of production. Are contradictory relations between the subjects of social production and those who take ownership of socially produced wealth. The sugar and alcohol sector in the region of Ribeirão Preto-SP is emerging as one of the poles stronger this tendency. The high degree of economic productivity of the agricultural area occurs at the expense of social contradictions, among which stands the overexploitation of labor. That makes it necessary to examine the conditions that link or not to the feasibility of implementation of land reform projects in the region. The criteria provided to judge whether a property is productive or unproductive, based on statistical data from 1975/76 and until today have not been updated, generating social mobilization for the defense of Agrarian Reform.

Keyword: Productivity; Agribusiness; Agrarian Reform

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil realizou-se nas trilhas de uma complexa e estreita relação com o agravamento das questões sociais, que, em muitos casos, acarretaram - e ainda acarretam - em sérios conflitos fundiários. O avanço das forças produtivas agrárias criou novos atores sociais que, uma vez envolvidos nestes conflitos, vão impor uma nova configuração às relações sociais de produção. Isso significa que são contraditórias as relações existentes entre os sujeitos da produção social e aqueles que se apropriam da riqueza socialmente produzida.

De modo breve, o desenvolvimento agrícola brasileiro passa de seu momento predominantemente agroexportador (séc. XV a finais do séc. XIX) para o de industrialização da agricultura (meados do séc. XX a final do séc. XX) e deste para o atual estágio de financeirização agrícola (final do séc. XX a séc. XXI). A monocultura, a concentração da terra e da riqueza social, a exploração da força de trabalho e a produção agro-exportadora resistiram a estas mudanças no campo e continuam sendo pilares fundamentais do agronegócio.

O primeiro período aludido corresponde ao período colonial e imperial brasileiros no qual toda a produção e distribuição agrícola eram controladas pelas metrópoles formais ou não, primeiro Portugal e depois Inglaterra. O segundo período corresponde à instauração da república e da industrialização da economia brasileira, inclusive no setor da agricultura, que passa a contar com produtos industrializados para o aumento de sua produtividade, como máquinas, implementos, insumos químicos e indústrias transformadoras de produtos. Por fim, o terceiro período, ainda em processo, que se confunde com a inserção das políticas neoliberais no Brasil, momento em que parecem se acentuar aquelas características observadas ainda no segundo período, qual seja, o de forte industrialização da agricultura, atualmente marcada pelo incremento da transgenia e da utilização intensiva de agrotóxico, sob o financiamento dos grandes bancos e a presença de empresas transnacionais.

Vale ressaltar uma das características do processo de financeirização da agricultura brasileira, em especial na região de Ribeirão Preto-SP, que se dedica quase que exclusivamente ao cultivo da cana-de-açúcar, industrialização e comercialização de açúcar e etanol.

Antes disso, porém, esta região, localizada a aproximadamente 330 km da capital paulista, ganha relevância no cenário nacional e internacional com a expansão cafeeira para o oeste paulista ainda no século XIX. Juntamente com o café veio uma importante rede ferroviária necessária para a exporta-

ção e, posteriormente, a estrutura industrial e financeira para o beneficiamento e a comercialização do café.

O mesmo movimento se verifica com a cultura de cana-de-açúcar, que, após a década de 60 (principalmente após 1975 – Proálcool), tornou-se a principal lavoura da nossa região e foi um dos primeiros, senão o primeiro, produto agrícola produzido no Brasil Colônia. Em ambas as culturas utilizam-se a exploração de força de trabalho (primeiro escrava e depois assalariada), a concentração e apropriação privada de terra e de riqueza. É nesta esteira que a produtividade do campo da região de Ribeirão Preto foi gradativamente sendo incrementada, chegando aos níveis atuais.

Estes elementos se apresentam de forma intensa na ampla e complexa cadeia produtiva e circulativa da cana, especialmente na região de Ribeirão Preto-SP, onde se encontram 44 usinas de etanol e açúcar e mais de 500 indústrias produtoras de bens de capital para a transformação da matéria prima cana em produto industrializado açúcar ou etanol.

Segundo dados da Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto (ABAG/RP, 2010), o Brasil possuía para 2008, uma estimativa de 7,1 milhões de ha de terras cultivadas com cana, numa expectativa de produção de 569,6 milhões de toneladas de cana para o mesmo ano. Em relação ao etanol, a previsão para o biênio 2008/2009 era de 26 bilhões de litros. Somente em Ribeirão Preto, ainda conforme dados da ABAG/RP (2010), há 32.200 ha de plantação de cana, o que representa 85% da área agricultável do município. Destes, 80% do corte e da plantação de cana já é mecanizado.

Segundo dados da Embrapa:

Em 1988 a cana-de-açúcar ocupava 1.085.668 ha da Região Nordeste do Estado de São Paulo e concentrava-se no eixo central da região de estudo, tendo o município de Ribeirão Preto como área core. No mapa de uso e cobertura de 1988, a distribuição dos canaviais era quebrada por uma infinidade de filetes de vegetação ripária (possivelmente subestimados em alguns casos por dificuldade de detecção/expressão na escala cartográfica deste trabalho) e, em alguns casos, por manchas expressivas de pastagens e culturas anuais (como em Barrinhas, Dumont e Guatapará). No sentido leste-oeste a cana-de-açúcar passou a mesclar-se com a fruticultura nos limites dos municípios de Bebedouro, Taquaral, Taiúva e Matão. E no sentido centro-norte verificou-se a penetração dessa cultura pelo eixo Sales de Oliveira, Orlândia e São Joaquim da Barra. Em 2002/2003, registrou-se 2.293.301 ha com cana-de-açúcar, o que representou um salto em sua participação de 21% para 44% da área de estudo (EMBRAPA, 2003).

Vejamos agora alguns dos elementos caracterizadores gerais do atual momento financeiro da agricultura brasileira, principalmente no que tange ao setor sucroalcooleiro.

Há uma forte tendência à substituição dos antigos grupos familiares, gestores das usinas de beneficiamento da cana-de-açúcar pelos novos e modernos grupos empresariais, controlados por grandes empresas. Uma reportagem da revista Exame evidencia a transferência do controle de duas das mais tradicionais “famílias sucroalcooleiras” para uma grande empresa transnacional francesa:

Na época, os Junqueira contavam com dois dos sete assentos no conselho da Santelisa Vale. Embora minoritários, era o bastante para influenciar os rumos da companhia. Aos Biagi cabiam três cadeiras. Ao falhar em atrair o BNDES, porém, essa dissidência teve de capitular -- e a partir de agora terá de se acostumar à perda de influência na condução do negócio. Com a chegada da Dreyfus, o conselho muda de tamanho e de configuração. Representantes da empresa francesa ocuparão seis dos nove lugares. (JULIBONI, 2009).

Tal tendência reforça outra característica que este setor vem apresentando nos últimos anos, qual seja, o de estrangeirização da produção, industrialização e comercialização da cana-de-açúcar e seus derivados. Isso se verifica com a presença crescente da Bunge (estadunidense), Shell (anglo-holandesa), Louis Dreyfus (francesa), Cargill (estadunidense), Amarys (estadunidense), Monsanto (estadunidense) etc. Conforme reportagem da Agência de Notícias Brasil-Árabe (2009):

Os estrangeiros vão moer 25% da cana-de-açúcar brasileira num prazo de três a cinco anos. A previsão é do presidente da Datagro, Plínio Mario Nastari, que abriu ontem (19) a 9ª Conferência Internacional da Datagro sobre Açúcar e Álcool, em São Paulo. A empresa faz serviço de análise para o setor e promove o evento anualmente. Segundo Nastari, atualmente o capital estrangeiro já é responsável pela moagem de 16,6% da cana-de-açúcar do país. Nastari afirma que está havendo uma mudança no perfil do setor, com empresas cada vez maiores, e neste processo está incluso o capital estrangeiro. (DANIEL, 2009).

Conjugada a este elemento está a financeirização do setor, aumentando a presença de bancos, *joint ventures*, *equite private*, etc. Tais entidades capitalizam o setor e permitem a sua oxigenação em momentos de crise, como o vivenciado em 2008 e 2009. Aliado à capitalização vem o controle da cadeia produtiva e um conseqüente remanejamento gerencial.

A combinação entre a presença de grandes grupos financeiros e de grandes empresas transnacionais, somada à crise vivenciada nos anos de 2008 e 2009, tudo isso contribuiu para reforçar o processo de fusões e aquisições no setor sucroalcooleiro que tem atingido grandes proporções, conforme reportagem do jornal “Valor Econômico”:

As operações de fusões, aquisições e compras de participação bateram recorde no segmento sucroalcooleiro no ano passado (2007) e prometem continuar aquecidas neste ano (2008). A forte queda dos preços do açúcar durante todo o ano de 2007 ajudou a tornar os ativos (usinas) mais baratos para os compradores e foi um grande estímulo aos negócios, sobretudo para os grupos e fundos estrangeiros, que responderam por 70% das transações realizadas no ano passado. [...] Por conta do maior potencial para o mercado de álcool, houve uma mudança também no perfil dos investidores. Grupos e fundos internacionais começaram a mirar o Brasil como rota de investimentos. Em 2006, pela primeira vez, o número de aquisições realizadas por estrangeiros superou o número de transações capitaneadas por grupos nacionais. Em 2007, foram 18 operações com estrangeiros e sete envolvendo grupos do país. Com-

panhias como a multinacional americana Bunge, a espanhola Abengoa, os asiáticos Noble Group, as francesas Louis Dreyfus Commodities e Tereos adquiriram usinas no país. A japonesa Sojitz comprou participação na ETH Bioenergia, controlada pela Odebrecht. (2008).

Mais um elemento que vem se consolidando neste ramo produtivo é a crescente mecanização do plantio e da colheita da cana-de-açúcar, tanto para a extração de etanol quanto de açúcar. Segundo relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (AGUIAR, et al., 2010), “O corte mecanizado da cana-de-açúcar na safra 2009/2010 ficou entre 57% e 65% no estado de São Paulo, o principal pólo produtor da planta, cultivada em cerca de 4,9 milhões de hectares”.

Todas estas características, dentre as quais se destacam a substituição dos grupos familiares por grupos empresariais, a transnacionalização, as fusões, as aquisições e a financeirização do setor de produção, industrialização e comercialização do açúcar e do etanol, proporcionam ganhos elevadíssimos de produtividade destes dois bens primários. Conforme projeção baseada em dados do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) e confirmada pelo diretor-presidente do Grupo Cosan, Marcos Lutz, na Sessão Plenária "Desafio dos Bicombustíveis", foi noticiado em vários canais da imprensa do setor que a produtividade média de cana-de-açúcar por hectare plantado deve dobrar até 2050. Além disso, no mesmo período, o aumento de eficiência esperado deve aumentar a produtividade das usinas de 82 litros de etanol por tonelada de cana-de-açúcar para 250 litros por tonelada.

Além dos elementos apresentados até aqui, duas outras características são fundamentais para o aumento de produtividade: a utilização intensiva de agrotóxicos e a introdução de inúmeras espécies de cana-de-açúcar (inclusive advindas das pesquisas transgênicas), fatores que possibilitam sua maior adaptação às condições climáticas das diversas regiões onde são plantadas. Variedades de cana-de-açúcar resistentes a pragas, à falta de chuva, com maior teor de sacarose, com maior biomassa, obtidas mediante o uso da biotecnologia, que deverão estar à disposição do mercado em médio prazo.

Em se tratando das relações de trabalho, o aumento da produtividade está também diretamente relacionado à superexploração da força de trabalho, que se intensifica e generaliza nas lavouras de cana, ocasionando inclusive situações de mortes de trabalhadores por exaustão e/ou situações análogas à de escravidão².

Todos estes mecanismos combinados têm proporcionado saltos quantitativos e qualitativos, no que tange à produtividade, na cadeia produtiva da cana-de-açúcar, acarretando um movimento intenso de concentração e acumulação de riqueza, agora sob o controle das grandes empresas transnacionais, principalmente no ramo do etanol, que passou de 25% em 2000 para 67% em 2010.

Neste sentido, entendemos que o aumento da produtividade de etanol e açúcar sustenta-se na conjugação do aumento da exploração da força de trabalho, através principalmente do aumento da jornada e da intensidade do trabalho, além da inovação tecnológica sustentada pelas aquisições, fusões e transnacionalização deste setor produtivo.

As contradições do aumento da produtividade, através do incremento da maquinaria, com a intensificação da exploração do trabalho já foi muito bem elucidada por Marx que afirmou:

² Conforme dados da Pastoral da Terra, no ano de 2009, foram encontrados cerca de 4280 trabalhadores em situação análoga à escravidão, sendo que 37% destes foram libertados somente na região sudeste.

Como qualquer outro elemento do capital constante, as máquinas não criam valor, mas transferem seu próprio valor ao produto para cuja feitura contribuem. (...) Se a máquina custa tanto quanto a força de trabalho que substitui, o trabalho nela materializado será sempre muito menor que o trabalho vivo por ela substituído. Do ponto de vista exclusivo de baratear o produto, a aplicação da máquina deve conter-se dentro do limite em que sua própria produção exija menos trabalho que o que ela substitui com sua aplicação. Para o capital, entretanto, o limite é mais apertado. Uma vez que não paga o trabalho empregado, mas o valor da força de trabalho utilizada, a aplicação da maquinaria fica limitada pela diferença entre o valor da máquina e o valor da força de trabalho que ela substitui. (MARX, 1985, p. 18-21).

Desta feita, cumpre observar a estreita conexão entre o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, em especial de suas forças produtivas, e por que não dizer de sua produtividade, e a divisão social do trabalho e a divisão internacional do trabalho.

Segundo Marini,

(...) desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado, e determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica toda a essência da dependência latino-americana. [...] Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada, portanto, sobre o mercado mundial, a produção da A.L. não depende da capacidade interna de consumo para a sua realização. (MARINI, 2000).

Estas questões remetem ao debate e às propostas elaboradas para o desenvolvimento do campo brasileiro, realizadas por grupos políticos e intelectuais, sobretudo, entre as décadas de 1930 e 1960. Neste ínterim, levantavam os seguintes questionamentos: como o Brasil pode superar seu atual estágio de subdesenvolvimento? Como o Brasil deixaria de ser um país periférico para se tornar um país central? Como promover o desenvolvimento das forças produtivas brasileiras?

Diversos caminhos foram apontados por distintas organizações, dentre as principais destacamos a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e “Escola da Dependência”.

Brevemente: a teoria nacional desenvolvimentista da CEPAL, em sua três gerações, afirmava que as causas do subdesenvolvimento brasileiro se encontravam no âmbito da circulação de mercadorias, mais especificadamente nos termos das trocas desiguais efetuadas entre os países periféricos e os países centrais. (MACHADO, 1999).

Já o Partido Comunista Brasileiro, vinculado às idéias da III Internacional Comunista, afirmava que a natureza do subdesenvolvimento brasileiro se encontrava na forte permanência de caracterís-

ticas pré-capitalistas (feudais, escravistas) na economia o que atrasava o desenvolvimento pleno das nossas forças produtivas, sendo necessário passar por todas as etapas do desenvolvimento realizadas pelos países centrais, para superarmos nossa condição de atraso. (MORAES, 1991; MANTEGA, 1991).

A Escola da Dependência, por sua vez, na corrente de Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e José Serra apregoava que existiam setores econômicos brasileiros altamente desenvolvidos e competitivos (empresários) e setores atrasados, conservadores e altamente dependentes dos financiamentos estatais (os chamados barões) e que estes contribuía de forma decisiva para o nosso subdesenvolvimento. (MACHADO, 1999).

Na corrente de Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio do Santos e Vânia Bambirra, o subdesenvolvimento nacional seria fruto, essencialmente, da inserção desigual do Brasil no mercado mundial o que trazendo graves conseqüências para o mercado interno, principalmente no que diz respeito à exploração da mercadoria força de trabalho. Além das causas que se encontram no ramo da circulação de mercadorias, tal corrente, em geral, aponta diversas características que se localizam no ramo da produção como fontes de nosso imenso atraso econômico. (MARINI, 2000).

Tais análises geraram apontamentos diferentes para o desenvolvimento econômico do Brasil, principalmente no que tange ao campo brasileiro. Resumidamente, para os cepalinos, a reforma agrária contribuiria para a criação e ampliação do mercado interno e para o desenvolvimento das forças produtivas e, assim, o capitalismo poderia avançar. Para o PCB a reforma agrária ajudaria a realizarmos a etapa nacional-burguesa da revolução brasileira. Para a Escola da dependência, na versão de FHC, os latifúndios improdutivos e, portanto, atrasados tenderiam a desaparecer (serem integrados aos grupos estrangeiros) com a abertura do mercado brasileiro e com o estabelecimento do Estado Mínimo. E, para Ruy Mauro Marini, a superação do subdesenvolvimento brasileiro somente seria possível através da via revolucionária não-etapista³. A reforma agrária contribuiria decisivamente para este processo revolucionário, tendo em vista que ela implantaria um modelo produtivo agrícola que visaria a superação do modelo capitalista e não o seu desenvolvimento, como acreditavam as outras escolas descritas acima.

Destacam-se ainda as análises de Florestan Fernandes e Caio Prado Jr. já que ambos abordam o processo de desenvolvimento no Brasil na perspectiva das lutas e conquistas democrático-populares pelos trabalhadores e trabalhadoras. Segundo eles, as tarefas de cunho democrático-popular, e das medidas necessárias para o desenvolvimento econômico-social do país, eram de inteira responsabilidade da classe trabalhadora⁴.

Isto implica dizer que todo o progresso das forças produtivas do campo, que caracterizou a passagem da agricultura brasileira de um período a outro do desenvolvimento capitalista no campo, ocorreu sobre a base inalterada da produção de monocultura, para exportação, baseada na exploração do trabalho alheio e na concentração e apropriação privada de terra e de riqueza. A divisão social e internacional do trabalho apresenta-se, portanto, como pilar que determinou e determina os rumos do desenvolvimento do campo brasileiro em geral. O aumento significativo da produtividade acompanha esse desenvolvimento.

³ Isto é, o Brasil não precisaria realizar todas as etapas do desenvolvimento como os países centrais, para sair da condição de subdesenvolvimento.

⁴ Ver a respeito FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987. PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1966.

Pois, este aumento da produtividade real, em especial nas lavouras de cana da região de Ribeirão Preto-SP, encontra-se em dissonância com os índices de produtividade estabelecidos, por lei, com base no censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1975/76.

Em 1975, por exemplo, foram colhidos, em 1 milhão e 900 mil hectares, 88 milhões e 920 mil toneladas de cana, gerando, portanto, uma produtividade de 46,82 toneladas de cana por hectare colhido. Já em 2006, ainda conforme o mesmo material, colheu-se, em 6 milhões e 190 mil hectares, 457 milhões e 980 mil toneladas de cana, gerando uma produtividade de 74,05 toneladas por hectare colhido⁵.

Para alguns especialistas, a produção, por hectare, passou de 60 toneladas de cana para os cerca de 90 e até 100 toneladas atuais.⁶

Este anacronismo entre os índices de produtividade estabelecidos e os índices de produtividade real tem provocado reações e mobilizações de movimentos sociais que lutam pela terra, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), conforme divulgado inclusive na grande mídia. Segundo reportagem do Jornal O Globo (2010):

A atualização do índice de produtividade das propriedades rurais é um dos itens da pauta de negociação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com o governo e está na justificativa das ocupações de prédios públicos realizadas nesta segunda-feira (19/04/2010) pelos sem-terra. O movimento aponta o Ministério da Agricultura como principal entrave para a atualização do índice. Apesar de a Constituição Federal determinar que a cada dez anos esses índices sejam atualizados, a última modificação foi em 1976. O GLOBO, 2010.

Tal reivindicação sustenta-se numa hermenêutica jurídica acerca dos índices de produtividade a serem atingidos por imóvel que o excluam da possibilidade de serem desapropriados para fins de reforma agrária.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 5º, inciso XXII, estabelece que “toda propriedade deverá atender uma função social”. No que tange à propriedade rural, determina, no Capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária e Da Reforma Agrária, em seu art. 184, que “compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social”. Em seu art. 186, do mesmo capítulo, discrimina os critérios necessários para que um imóvel rural cumpra a função social: “aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho; exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores”. (BRASIL, 1988).

A Lei n.8629 de 1993 regulamenta o dispositivo constitucional estabelecendo os cálculos a serem realizados para determinar o nível de produtividade (aproveitamento adequado e racional) de um imóvel rural. E para isso determina dois índices, o grau de utilização da terra e o grau de eficiência na exploração. Na íntegra:

⁵ Balanço Nacional da cana de açúcar e agroenergia, p. 14.

⁶ Folha de S. Paulo, “Pesquisa triplica espécies de cana e eleva produção” 27 de maio de 2007.

Art. 6º Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente.

§ 1º O grau de utilização da terra, para efeito do caput deste artigo, deverá ser igual ou superior a 80% (oitenta por cento), calculado pela relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel.

§ 2º O grau de eficiência na exploração da terra deverá ser igual ou superior a 100% (cem por cento), e será obtido de acordo com a seguinte sistemática:

I - para os produtos vegetais, divide-se a quantidade colhida de cada produto pelos respectivos índices de rendimento estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada Microrregião Homogênea;

II - para a exploração pecuária, divide-se o número total de Unidades Animais (UA) do rebanho, pelo índice de lotação estabelecido pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada Microrregião Homogênea;

III - a soma dos resultados obtidos na forma dos incisos I e II deste artigo, dividida pela área efetivamente utilizada e multiplicada por 100 (cem), determina o grau de eficiência na exploração.

§ 3º Considera-se efetivamente utilizadas:

I - as áreas plantadas com produtos vegetais;

II - as áreas de pastagens nativas e plantadas, observado o índice de lotação por zona de pecuária, fixado pelo Poder Executivo;

III - as áreas de exploração extrativa vegetal ou florestal, observados os índices de rendimento estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada Microrregião Homogênea, e a legislação ambiental;

IV - as áreas de exploração de florestas nativas, de acordo com plano de exploração e nas condições estabelecidas pelo órgão federal competente;

V - as áreas sob processos técnicos de formação ou recuperação de pastagens ou de culturas permanentes, tecnicamente conduzidas e devidamente comprovadas, mediante documentação e Anotação de Responsabilidade Técnica. (Redação da MPV 2.183-56, de 24/08/01).

Atingidos estes dois índices, o imóvel rural, conforme a Constituição e a Lei 8629/93, não pode ser desapropriado para fins de reforma agrária. Conforme a referida Lei, em seu art. 11, os índices devem ser revisados periodicamente de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional, pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário e pelo Ministro da Agricultura, Abastecimento e Pecuária.

A última instrução normativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2003), estabelece os parâmetros, índices e indicadores, que informam o conceito de produtividade, reafirmados com base nos dados técnicos do censo agropecuário do IBGE de 1975/1976, contrariando tanto os dispositivos constitucionais quanto a lei complementar citados acima.

Por sua vez, as entidades patronais do campo brasileiro, principalmente a CNA – Confederação Nacional da Agricultura – argumentam que a desapropriação para fins de reforma agrária não deve se sustentar na obtenção do grau de eficiência na exploração da terra, pois, inúmeras e repetidas vezes o agricultor é penalizado por duas intempéries naturais da atividade agrícola, quais sejam: as alterações climáticas e a lei de mercado. Ambas alteram significativamente os preços agrícolas, obrigando os agricultores a alterarem sua rotina produtiva, o que traz prejuízos momentâneos para a produtividade⁷.

Partindo do exposto até o momento, entendemos que os critérios estabelecidos para se avaliar a produtividade de um imóvel rural, com base em estatísticas da década de 70, desconsideram todo o avanço tecnológico produzido no campo, com sua industrialização, financeirização e estrangeirização.

No que se refere ao etanol (extraído a partir da cana-de-açúcar), a previsão da UNICA (União da Indústria Canavieira), é de que, em 2015, 40% da sua produção e comercialização será controlado por grandes empresas transnacionais, como por exemplo, a Shell, a Petrobrás e a British Petroleum. O Estado de S.Paulo, 4/11/10.

Pensando nesse desenvolvimento, principalmente no que concerne a cadeia produtiva da cana-de-açúcar, o principal objetivo do estudo aqui proposto é apreender e analisar os principais elementos envolvidos na questão da atualização dos índices de produtividade rural, bem como os interesses econômicos e políticos que interferem nesse processo.

Sendo assim, o foco de nossa análise ficará centrado na região de Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo, pois esta região é considerada a “Capital Brasileira do Agronegócio”, tamanha sua importância neste setor.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Daniel Alves de, et al. Monitoramento do modo de colheita da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo – Ano Safra 2009/2010. **INPE**, São José dos Campos, 2010. Disponível em:

<http://150.163.3.3/canasat/data/artigos/Relatorio%20colheita%202009-10%20SP_Daniel%20et%20al.pdf>.

Acesso em: 21 ago. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO DE RIBEIRÃO PRETO. <http://www.abagrp.com.br/>.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 5 ago. 2010.

⁷ Ver a respeito www.cna.org.br

BRASIL. **Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8629.htm>. Acesso em: 5 ago. 2010.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Balanco Nacional da Cana-de-açúcar e Agro-energia**. Disponível em: <http://www.feagri.unicamp.br/energia/bal_nac_cana_agroenergia_2007.pdf>. Acesso em: 20 set. 2010

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Instrução Normativa n. 11 de 4 de abril de 2003*. Disponível em: <sistemas.mda.gov.br/arquivos/caderno/caderno1346313.doc>. Acesso em: 15 ago. 2010.

BRASIL AGRO <www.brasilagro.com.br>

CONFERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA <www.cna.org.br>

DANIEL, Isaura. Estrangeiros vão moer 25% da cana brasileira. **Agência de Notícias Brasil-Árabe**, São Paulo, out. 2009. Disponível em: <http://www.anba.com.br/noticia_agronegocios.kmf?cod=9047737>. Acesso em: 21 ago. 2010.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA.
<www.nordestesp.cnpem.br/navegacao/CanaDeAcucar.htm>

FERNANDES, F.; PRADO JÚNIOR, C. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. <www.ibge.gov.br>.

INVESTIMENTOS E NOTÍCIAS. Produtividade da cana deve dobrar até 2050. **Investimentos e notícias**, São Paulo, set. 2010. Disponível em: <<http://www.investmentosenoticias.com.br/ultimas-noticias/tempo-real/produzividade-da-cana-deve-dobrar-ate-2050.html>>. Acesso em: 15 set. 2010.

JULIBONI, Márcio. O fim de uma dinastia - Como disputas familiares levaram a até pouco tempo atrás bem-sucedida Santelisa Vale a uma crise profunda - e resultaram numa arrastada negociação de venda do controle. **Revista Exame**, São Paulo, edição 0954, out. 2009. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0954/negocios/fim-dinastia-505379.html>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

KURZ, Robert. As luzes do mercado se apagam: as falsas promessas do neoliberalismo ao término de um século em crise. *Estud. av.* [online]. 1993, vol.7, n.18, pp. 7-41. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40141993000200002.

LÖWY, Michel. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Revista Outubro*. Out. 2006. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_06.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2010.

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. *Estud. av.* [online]. 1999, vol.13, n.35, pp. 199-215. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40141999000100018.

MANTEGA, Guido. “Marxismo na Economia Brasileira”. IN: VÁRIOS AUTORES. **História do Marxismo no Brasil**, vol. II. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Vol 1, Livro Primeiro, Tomo 2, cap.XIII – Maquinaria e Grande Indústria. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (os economistas). (p. 7-102).

_____. **O Capital** Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

_____. **O Capital** Vol. II São Paulo: Nova Cultural, 2000.

A OCUPAÇÃO, O CONTROLE OPERÁRIO E A ORGANIZAÇÃO DO PROTESTO POLÍTICO: O CASO DA FLASKÔ

The Occupation, the workers' control of production and organization of political protest: the case of Flaskô

Paulo Roberto de Andrade CASTRO¹

Resumo: O presente trabalho, resultado de campo realizado para uma tese de doutoramento se dedica a estudar o caso da ocupação e do controle operário da produção na Flaskô Industrial de Embalagens. Ao realizarem a ocupação da fábrica os operários herdaram uma estrutura produtiva sucateada, dívidas milionárias deixadas pelos patrões. Orientados pelo Movimento das Fábricas Ocupadas se mobilizaram pela estatização da fábrica. Embora

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA). Professor Orientador: Luiz Antônio Machado da Silva. E-mail: pauloandradecastro@gmail.com

encontrem soluções provisórias para problemas financeiros que afetam a regularidade da produção, como a falta de capital de giro e de crédito para a compra de matérias primas e manutenção do maquinário, a existência da fábrica está sempre ameaçada por leilões de máquinas, penhoras de faturamento e criminalização dos dirigentes da comissão de fábrica. Considerando que a manutenção do funcionamento da fábrica só tem sido possível através da mobilização política contínua, ou seja, que os trabalhadores precisam engajar-se no protesto político para continuar produzindo, o presente trabalho se dedica a estudar esta dinâmica que, apesar da precariedade, tem garantido a continuidade da ocupação e, com ela, a reprodução social e econômica dos operários envolvidos. Através da análise da organização do protesto, dos meios contenciosos, das reivindicações, procura-se avaliar os aspectos que auxiliam a compreensão sobre a longa duração desta ocupação de fábrica, assim como as variações nos repertórios críticos ao longo da sua história.

Palavras chave: controle operário; Protesto político; Repertórios críticos

Abstract: This article, field result held to a doctoral thesis is dedicated to study the case of occupation and worker control of production in factory Flaskô. When they carried out the occupation, the workers inherited a broken structure of production, millionaires debts left by bosses. Guided by the Movement of Occupied Factories were mobilized to fight by the nationalization of the factory. Although find interim solutions to financial problems that affect the regularity of production, such as lack of working capital and credit for the purchase of raw materials and maintenance of machinery, the existence of the factory is always threatened by machinery auctions, foreclosures billing and criminalization of the leaders of the plant commission. Whereas the running of the factory has been possible only through political mobilization continues, meaning that workers need to engage in political protest to keep producing, the present work is devoted to study this dynamic, that despite the precariousness has ensured the continuity of occupation and the social and economic reproduction of the workers involved. By analyze the organization of the protest, contentious means, claims, seeks to evaluate the aspects that help the understanding of the long duration of occupation of the factory, as well as variations in critical repertoires throughout their history.

Keywords: workers' control; political protest; contentious repertoires

A experiência de controle operário da produção, e de gestão administrativa e financeira da Flaskô tem início no ano de 2003 quando os operários assumem o controle da fábrica através da ação coletiva de ocupação, com o auxílio de trabalhadores da Cipla e da Interfibra, e sob a orientação do Movimento das Fábricas Ocupadas (MFO).

Observando os relatos e a memória coletiva dos operários sobre o momento da ocupação, podemos perceber aspectos da resistência desenvolvida por segmentos da classe operária no Brasil, mas também em outros países da América do Sul, frente aos efeitos das formas de acumulação flexível e reestruturação produtiva, que se intensificaram em nosso país na década de 90².

² Durante esta década e nos primeiros anos da década subsequente ocorreram inúmeros casos de ocupação de fábricas em nosso continente. (Novaes, 2007) (Verago, 2010). Greves com ocupação de fábricas também ocorreram em países centrais como EUA, França, Inglaterra. Este fato se exemplifica com a ocupação da fábrica Republic Windows and Doors, que ocorreu em Chicago em dezembro de 2008. Os operários resolveram ocupar a fábrica quando tomaram conhecimento de que os patrões iriam encerrar as atividades da fábrica e não estavam dispostos a pagar os direitos trabalhistas. Contudo, na América do Sul este fenômeno teve maior intensidade,

No Brasil, os trabalhadores de fábricas que se encontravam em vias de falência, muitas vezes por não conseguirem se adaptar as mudanças no mundo do trabalho que acarretavam a racionalização dos processos produtivos e a abertura comercial, realizaram greves com ocupação de fábrica, ou simplesmente ocuparam as fábricas em casos nos quais ocorria abandono patronal, ou fechamento das fábricas. Em alguns casos os operários ocuparam as fábricas para impedir a retirada de maquinário e outros bens, visando garantir o recebimento de créditos trabalhistas. Em outros casos, fizeram acordos com patrões, trocando créditos trabalhistas, por maquinário e reativaram a produção através da formação de novas empresas, com nova razão social, através da formação de cooperativas, nas quais participavam voluntariamente uma parte dos trabalhadores, que possuísem créditos trabalhistas. Muitas vezes esses acordos foram precedidos pela ocupação da fábrica. Dessa forma se transformaram em “trabalhadores – empreendedores”, proprietários dessas novas empresas. Esses casos deram sustentação ao surgimento no Brasil do movimento pela chamada economia solidária.

No caso da Flaskô e demais fábricas do MFO, os trabalhadores ocuparam as fábricas e organizaram o controle operário da produção. Ocupavam para retomar a produção e garantir os postos de trabalho, mas não aceitavam formar cooperativas, pois consideravam que se aceitassem se transformariam em “trabalhadores – patrões”. Viam na formação de cooperativas, uma espécie de adesão ao sistema capitalista, pois consideravam que as cooperativas ao transformarem uma parcela de trabalhadores em “trabalhadores – patrões” efetuam uma divisão e contribuem para a fragmentação da classe trabalhadora³.

A partir do que foi exposto acima, procura-se enfatizar que a ocupação de fábricas tem se constituído em um meio de resistência de segmentos da classe operária. O curso da luta posteriormente à ocupação, leva a que coletivos operários tenham experiências diversas umas das outras, caso decidam formar cooperativas, ou organizar o controle operário da produção e lutar pela estatização, como no caso do MFO e outros movimentos de ocupação de fábricas na Argentina e na Venezuela.

O objetivo do presente trabalho é analisar através de relatos e da memória coletiva dos operários da Flaskô sobre o momento da ocupação, como esta forma de luta se desenvolve entre trabalhadores que vivem uma condição de extrema precariedade com o fechamento de unidades produtivas. Assim, é possível observar aspectos que ligam a experiência dos operários da Flaskô às experiências de outros trabalhadores que no Brasil e na América do Sul desenvolvem a ação coletiva de ocupação de fábricas quando vivenciam situações similares.

Através da memória dos operários sobre a ocupação da fábrica também se pretende observar aspectos que ajudem a elucidar a dinâmica singular da ocupação da Flaskô. Especialmente os elementos que auxiliem a compreensão sobre a produção de solidariedade entre os operários, e sobre a construção da coesão que torna possível a construção permanente de ações coletivas e a mobilização contínua que estes trabalhadores desenvolvem visando à manutenção das atividades fabris.

A Ocupação da Flaskô: A tomada da fábrica como consequência da luta dos trabalhadores da Cipla.

inclusive com o surgimento de movimentos sociais que organizam a ocupação e a “recuperação” de fábricas. O caso Argentino, o mais destacado, onde uma onda de ocupações de fábricas ocorreu em seguida à crise econômica de 2001, revela o surgimento de vários movimentos sociais de recuperação de fábrica neste país.

³ O MFO afirma que trabalhadores de cooperativas passariam a se interessar pela valorização do capital de suas empresas e não teriam mais interesses compartilhados com o conjunto da classe.

A fábrica viveu uma longa decadência na década de 90 que refletia a crise do grupo CHB, Holding da qual a Flaskô fazia parte, que sucumbiu diante das transformações econômicas que se desenvolveram durante a década de 90.

Os operários relatam greves no final desta década. Em 2003 quando a fábrica foi ocupada ela estava praticamente abandonada pelos patrões e a situação havia ficado insustentável para os operários. Eles chegavam a ficar três meses sem receber salário, perderam alguns benefícios como um plano de saúde que consideravam satisfatório, cesta básica etc. Além disso, os cortes de energia eram constantes devido à inadimplência dos patrões com a CPFL. No primeiro semestre de 2003 a fábrica “ficava 15 dias com luz, 15 dias sem luz”, nas palavras de um operário. Quando os operários em junho de 2003 resolveram ocupar a fábrica seguindo a orientação do MFO, os próprios gerentes da fábrica a visitavam esporadicamente, sendo esse um dos aspectos que caracterizava o abandono patronal.

O relato feito por um ex-operário da Flaskô que hoje trabalha na Honda em Sumaré e que participou da ocupação sintetiza a situação da fábrica e a experiência dos trabalhadores no momento da ocupação:

Ocupação: relato do Bahiano:

“Ai naquela época lá tinha patrão, tinha matéria prima, os maquinários tava tudo moderno, tava tudo funcionando bem a produção era sopro e injetora tinham dois setores que era sopradora e injetora. Tinha bastante emprego naquela época lá e outra, a produção era em massa e era tanto que até as bombonas que nós produzia o estoque ficava no pátio ali de tanta produção que tinha. O estoque nosso às vezes tava cheio que precisava colocar a bombona no pátio ali né.

Ai começou assim 98 mais ou menos já começou a dar uma certa queda né, negocio de material, negocio de patrão ficar devendo ai nessa história ai foi trocando de gerencia ai começou... quem tava gerenciando nesse caso aí foi o Gilson, esse Gilson aí ele tinha acho que três carros pequenos e duas carretas aí começou a cair a produção, teve algumas demissões tanto que naquela época lá tinha quatro turnos, trabalhava com 12 horas cada turno... era quatro turnos, dois turnos né, revezava. Um turno trabalhava 12 o outro trabalhava 12 e os outros dois descansava. Trabalhava 3 por 2?... Não 5 por 2. Ai nessa queda da produção ai acabaram de eliminar um turno né então tem que mandar vários trabalhadores embora ai ficou três turnos. Ai voltou o que era antes tipo assim 8 horas né, 6 por 1. Ai começaram tipo assim trabalhava os três turnos, 8 horas cada turno ai nessa fase trocou de gerencia de novo, nessa época entrou o Mário ruivo né ai deu um levanta. Nossa meta por mês era o que o faturamento era 1 milhão e meio e tinha caído para na faixa de 800, 900 mil reais. Eles cortaram até nosso plano de convênio, passaram para um convênio pior né e antes de passar para o convênio pior tinha feito uma reunião porque a Flaskô não tinha condições de pagar um convênio melhor para nós né ai passaram para um convênio lá que tiraram praticamente 50% que tinha no outro convênio melhor para nós. Ai nessa fase aí mesmo sendo a que mandou mais funcionário embora aí foi caindo mais a produção. Ai depois foi o Marcão ...aí tipo assim ele era o braço direito do Batschauer que tanto que nessa fase ai esse Marcão ele falava assim, o pagamento nosso já tava saindo atrasado já demoravam 20 dias, 30 dias até quase dois meses sem pagamento né, ai falava: não, esse mês vai sair e talsó que faturava x ali em vez de pegar e pagar a energia e pagar os funcionários, não. Ele pegava mandava para o Batschauer pro Joinville né para o patrão dele, aliás, para o nosso patrão né. Só que ai começaram o pessoal a descobrir isso ai né, assim pô o Marcão tá pegando o faturamento que tá fazendo aí e tirando da boca, porque muitos ali tava sobrevivendo só de cesta básica ali né. Ai o pessoal descobriu e começou a reunir o grupinho né, chegamos a ficar até 90 dias sem pagamento. Ai a maioria dos funcionários com

cabeça quente, uns tava até sem luz dentro de casa como é o caso do Carlão né aí o Carlão chorava lá falava assim: lá em casa não tem nada eu tô passando necessidade e tal e nessa época cortaram até cesta básica. Ai chegou uma hora lá que o pessoal reuniu lá e falou assim: e ai pessoal? Vamos fazer o que? Ocupar aqui virar uma cooperativa, mas muitos não queria uma cooperativa por causa que ia dar muita briga, não ia ser uma coisa assim cooperativa no meu ponto de vista não ia chegar tão longe como tá agora, que a maioria das empresas cooperativas na faixa de 1 ano, 2 anos já fecha já né e muitos casos aconteceram. Muita gente na rua e uns lá não vai querer ganhar o salário igual, ai o que aconteceu ai nós pensamos bem ai o chegou o... Ai o Carlinhos nessa época já tava lá, tava o Carlinhos e a Kely sempre apoiaram lá e tal ai esse Marcão o pessoal queria pegar ele. Teve uma época ainda que chegou até vir armado com medo dos funcionários pegar ele porque tinha pai de família que tava passando necessidade ali. Ai o pessoal falou vamos fazer o seguinte vamos expulsar esse cara daqui não vamos deixar esse cara entrar mais não. Ai nós assumimos ali.”

O relato sugere a enorme insegurança vivenciada pelos trabalhadores em decorrência da situação na qual se encontrava a fábrica. Os operários viviam a incerteza sobre a manutenção do emprego e não possuíam expectativa de receber salários em dia. Estavam assistindo a constante diminuição da produção da fábrica e a redução de sua carteira de clientes.

No trecho acima o informante cita três administradores diferentes no período de crise da fábrica, que antecede imediatamente a ocupação. Sobre esse ponto vale ressaltar que a maioria dos trabalhadores percebia, no papel desempenhado por estes gerentes, um aspecto da injustiça que sentiam. O informante indica que a gerência somente se preocupava em enviar rendimentos para o Sr. Batshauer e não se empenhava em pagar salários que ficavam atrasados por meses. Essa indignação fica evidenciada quando o informante se revolta com o fato de que o gerente Marcão não pagava salários nem a luz, o que levava a fábrica a sofrer cortes de energia, e enviava todo dinheiro para o Sr. Batshauer. Os operários começavam a ter a percepção de que os donos da fábrica não estavam mais se orientando pela reprodução das atividades produtivas, mas em extrair os rendimentos possíveis antes de abandoná-la ou fechá-la.

O sentimento de indignação que viria a sustentar a rebelião na fábrica se explicita no trecho final da fala citada acima quando o informante afirma sobre Marcão o último gerente da gestão patronal, que *“Teve uma época ainda que chegou até vir armado com medo dos funcionários pegar ele porque tinha pai de família que tava passando necessidade ali. Ai o pessoal falou vamos fazer o seguinte vamos expulsar esse cara daqui não vamos deixar esse cara entrar mais não. Ai nós assumimos ali”*.

Os aspectos analisados a partir do relato acima, estão presentes em relatos de outros operários, indicando alguns elementos que constituem a memória coletiva construída por estes operários sobre o momento e as motivações da ocupação da fábrica:

Como é que foi a Ocupação da fábrica? O processo? Vocês estavam sem receber?

E,L- A gente tava recebendo, OH, Paulo, é, picadinho, é recebia 100 reais, daqui três, quatro semanas recebia mais outro pouquinho, os cara chegou aí, uns beleza, que só sentava na cadeira lá e ficava assim oh, olhando o dia inteiro a internet, computador, sem fazer nada, sem ..e pegava o dinheiro do faturamento aqui e sumia ... teve pessoas que pegou o dinheiro e foi pra Campinas fazer o depósito e diz eles que foi assaltado em Campinas...você acha que um cara, um empresário, gerente administrativo, vai sair com 70 mil reais, dentro de uma maleta pro centro de Campinas fazer de-

pósito..oxi, pára gente!...Isso aí era conversa e aí o que que aconteceu? Roubaram ele ...passou um tempo ele voltou aí com carro zero...andando com carro zero.....e a turma foi...e aquilo foi crescendo, crescendo, foi crescendo a revolta do pessoal, foi crescendo, que quem agitou mesmo o negócio aqui foi um rapaz com o nome de Ronaldo, que eu me lembro mesmo foi o Ronaldo, Toninho que era da ferramentaria, foi uns quatro, cinco que começou a levantar esse negócio.....

Mais uma vez o relato evidencia a indignação com os atrasos de salário, e a representação negativa sobre os gerentes que passavam o dia “sentado na cadeira” e “olhando a internet”.

No momento em que houve a ocupação a situação de abandono por parte dos patrões havia se intensificado. Os trabalhadores relatam que passavam dias em casa devido à paralisação da produção. A própria presença dos administradores na fábrica havia se tornado irregular. Alexandre Prata um jovem que trabalha no setor de mobilização da fábrica, explica o descaso da gerência no momento em que a fábrica foi ocupada afirmando que “*alguns dirigentes chegaram para trabalhar em um dia que houve corte de luz e ao perceberem este fato foram embora sem dar satisfação a ninguém*”, o que segundo este informante teria causado desorientação entre os operários. No contexto dessa situação semi – falimentar e de abandono patronal, um operário que havia tomado conhecimento da ocupação da Cipla, resolveu entrar em contato com os operários de Joinville, procurando uma solução para a situação Flaskô. O ferramenteiro Toninho, citado no trecho acima, possuía alguma experiência sindical, já tendo participado do Sindicato dos Químicos de Sumaré. Fez contato com os trabalhadores da Cipla e chegou a passar um tempo na fábrica, para compreender a dinâmica de funcionamento de uma fábrica ocupada. Este contato foi decisivo para fortalecer a ligação com os operários da Cipla, para a organização da ocupação da Flaskô e para, posteriormente, colocar a fábrica em funcionamento sobre controle operário. Aqui é importante notar a importância do papel desempenhado por Toninho, e o fato de possuir experiência na militância sindical, fato que provavelmente facilitou o seu aprendizado sobre os métodos do controle operário na Capela e sobre as formas de ação coletiva e protesto político do MFO. Embora o MFO tenha sido um movimento que se desenvolveu às margens do movimento sindical, alguns dos seus dirigentes possuíam experiência sindical. Além disso, algumas formas de ação do MFO são similares a formas de ação do movimento sindical, como a realização de greves, piquetes, atos públicos, abaixo-assinados etc. Estes aspectos provavelmente favoreceram o aprendizado de Toninho sobre a organização do controle operário e a sua divulgação para os operários da Flaskô.

No trecho abaixo, encontramos informações sobre o contato dos operários da Flaskô com os da Cipla e sobre a organização da ocupação da Flaskô.

“Eles foram , eles foram...o Lula é eleito, a fábrica lá ta ocupada, eles vão pra Brasília em junho de 2003, no dia 11 de junho eles fazem a primeira manifestação, uma marcha para Brasília exigindo a estatização do governo, a estatização das fábricas pelo governo e daí já é feito um contato com o pessoal aqui da Flaskô e na volta eles passam aqui na Flaskô. Esse contato como é que foi feito...pelo Toninho da ferramentaria que até hoje tá aqui...ele era ligado, já tinha atuado no sindicato, era mais próximo aí aí da luta sindical, da luta dos trabalhadores e ele tinha ouvido dizer.....e ele sabia que a Cipla e a Interfibra era do mesmo grupo econômico ...como todo mundo aqui sabia ...e ele já tava sabendo que a fábrica lá tinha sido ocupada ...e aqui a fábrica tava sendo desmantelada, tirando maquinário daqui....os Batshauer com seus representantes aqui queriam também fechar a Flaskô. E eles ficaram sabendo da luta de lá e entraram em contato com o pessoal de lá e falaram : pô o que vocês tão fazendo aí a gente queria ver de fazer aqui também....aí o pessoal lá de Joinville, o Serge e tal...falaram porque vocês não vem pra cá...vem conhecer e tal...ele foi pra lá conhe-

ceu como é que é , voltou pra cá e combinou na volta , o Toninho se eu não me enganou ele foi antes, chegou lá com os cara, foi pra Brasília junto e na volta com o Toninho eles vieram aqui pra fábrica....fizeram uma assembléia e tomaram a decisão de ocupar a fábrica...

A ocupação da Flaskô se constitui, em certa medida, em um desdobramento da luta dos operários da Cipla. A fábrica foi ocupada no dia 12 de junho quando um dos ônibus que retornava da primeira Marcha do MFO à Brasília, passou em Sumaré e trabalhadores da Cipla ajudaram trabalhadores da Flaskô a realizar uma assembléia na qual decidiram pela ocupação da fábrica e pela tomada do controle da produção. Conforme está indicado no relato acima esta ação coletiva foi construída previamente, como fica indicado pela informação de que um operário da Flaskô já estava há um tempo conhecendo pessoalmente o processo de ocupação da Cipla. Alguns operários da Flaskô relatam que a ocupação já vinha sendo discutida internamente na fábrica entre operários que tinham conhecimento dos contatos de Toninho com a Cipla. Pedro Santinho que participou de todo o processo de reuniões que antecedeu a ocupação da Flaskô relata que *“aconteceram pelo menos 4 reuniões”* entre militantes do MFO e operários da Flaskô, além de *“três reuniões só de operários e inúmeros contatos com o sindicato”*. Assim, a ocupação da Flaskô se deu em certa medida por “contágio”, considerando que as duas fábricas pertenciam ao mesmo grupo econômico e que frente a um cenário de desespero os operários da Flaskô seguiram o caminho que ficava indicado pela atuação dos operários da Cipla, que já haviam assumido o controle da produção e tornavam públicas as suas reivindicações exigindo a estatização da fábrica. É emblemático o fato de que a ocupação da Flaskô tenha ocorrido logo em seguida a primeira marcha dos trabalhadores da Cipla à Brasília. Os trabalhadores da Cipla demonstravam nesse momento, que era viável o controle operário da sua fábrica, pois haviam conseguido retomar a produção e ainda demonstravam coesão e capacidade de mobilização com a realização da marcha à Brasília. Nesta marcha, 350 trabalhadores, entregaram ao presidente Lula, um abaixo assinado com cerca de 70.000 assinaturas. Essa forte demonstração de coesão e de uma alternativa ao fechamento da fábrica, através da ocupação e da retomada da produção sobre controle operário exerceu provavelmente, forte atração sobre os operários da Flaskô, que vislumbraram na proposta de ocupação da fábrica a única saída para a situação crítica na qual se encontravam.

Assim, no dia 12 de junho de 2003, trabalhadores da Cipla e da Interfibra, voltando da Marcha à Brasília, organizada pelo MFO, passaram na Flaskô e ajudaram a organizar a assembléia na qual os trabalhadores da Flaskô decidiram pela ocupação da fábrica.

A assembléia ocorreu no portão da fábrica. Foi organizada por militantes do MFO de Joinville, Campinas e São Paulo e por militantes do Sindicato dos químicos de Campinas e Sumaré, através de reuniões preparatórias. Pedro Santinho, atual coordenador do conselho de fábrica, à época um jovem estudante de sociologia da Unicamp, relata que no mês de maio ocorreu uma assembléia do Sindicato dos Químicos. O sindicato resolveu realizar uma reunião para receber militantes do MFO que preparavam a marcha à Brasília que iria ocorrer no mês de junho.

Assim, dirigentes do Sindicato dos Químicos tinham conhecimento de que o MFO pretendia organizar os trabalhadores da Flaskô para a ocupação da fábrica, e não se opuseram a esta ação. A ocupação da fábrica foi preparada externamente e internamente à fábrica. Fora da fábrica, com os contatos entre Toninho e militantes do MFO e da CIPLA. A partir deste contato, militantes do MFO da região de São Paulo e Campinas mantiveram contato com dirigentes do sindicato.

Neste contexto, no retorno da marcha à Brasília um ônibus deixou alguns operários e membros dos conselhos de fábrica da Cipla e da Interfibra, que permaneceram em Sumaré para conduzir a assembléia de ocupação da fábrica segundo relato de Alexandre Prata. Este mesmo informante relata que a assembléia contou com a presença de dirigentes do sindicato dos Químicos, mas foi “conduzida” por dirigentes do MFO.

Durante a marcha à Brasília os trabalhadores da Cipla e da Interfibra, haviam sido recebidos em audiência pelo presidente Lula. Relatam que na audiência o presidente teria dito que a estatização “não estava no cardápio”, mas havia prometido “encontrar uma solução” para o problema da Cipla e da Interfibra. A informação dada aos trabalhadores da Flaskô sobre a Marcha à Brasília e de que a situação das fábricas já era de conhecimento do presidente da república, que havia se comprometido a buscar uma solução para a reivindicação de manutenção dos postos de trabalho foi segundo os informantes um aspecto decisivo que animou os operários da Flaskô a se engajarem no caminho da ocupação e da luta pela estatização indicado pelos operários da Cipla e do MFO. Os relatos sugerem que outro forte fator de motivação para os trabalhadores da Flaskô se decidirem pela ocupação da fábrica se encontrava na promessa do MFO e dirigentes da Cipla de oferecerem apoio material para a retomada da produção da fábrica sob controle operário.

Os operários da Cipla e da Interfibra já haviam avançado no aprendizado sobre como exercer o controle administrativo e financeiro da fábrica e poderiam ajudar os operários da Flaskô a desenvolverem este aprendizado. Assim, quando ocorreu a assembléia na porta da fábrica no dia 12 de junho de 2003, a maioria absoluta dos trabalhadores votou favoravelmente a proposta de ocupação. Anteriormente à esta assembléia, em reuniões com dirigentes do MFO e operários da Flaskô, a diretoria do Sindicato dos Químicos sugeria ações jurídicas para a garantia do recebimento dos créditos trabalhistas e era contrária a proposta de ocupação da fábrica. A orientação do sindicato se caracterizava pela proposição de medidas circunscritas ao âmbito jurídico. Entre as sugestões do sindicato estava a proposta de arresto dos bens da fábrica para garantia dos créditos trabalhistas e penhora do terreno da fábrica. Nesta fase de discussões que precedeu a assembléia de ocupação os militantes do MFO argumentaram que tais medidas não resolviam o problema que os operários estavam vivenciando. Um dos principais argumentos apresentado pelo MFO era que os processos judiciais poderiam demorar anos e mesmo assim nada garantia que os trabalhadores viessem a receber os créditos trabalhistas. Segundo os relatos obtidos, embora o sindicato não concordasse com a ocupação da fábrica, não se opôs a esse encaminhamento na assembléia de ocupação, o que parece indicar que os dirigentes sindicais perceberam que a maioria dos trabalhadores estava inclinada a aceitar a proposta da ocupação da fábrica. Pedro santinho relata que o sindicato “*aceitou nas assembléias porque era fato consumado, mas antes na preparação ficou contra.*”.

Na assembléia do dia 12 de junho os trabalhadores da Flaskô participaram massivamente e votaram a favor da ocupação e da assunção do controle administrativo e financeiro. Segundo relatos, aproximadamente dois terços dos cerca de cem funcionários que participaram da assembléia votaram a favor da proposta de ocupação enquanto um terço dos trabalhadores se absteve e não houve nenhum voto contrário. Os trabalhadores que se abstiveram, atuavam majoritariamente dos setores administrativos da fábrica. Esta informação é importante tendo em vista que alguns desses funcionários do setor administrativo entraram em conflito com a maioria dos operários da fábrica no ano de 2007, após a intervenção federal na Cipla, quando o interventor nomeado pelo ministério da Previdência para assumir o comando da Cipla, tentou assumir o controle da Flaskô. Alguns desses funcionários apoiaram a presença do Interventor da Cipla na Flaskô e inclusive tomaram a iniciativa de passar um abaixo assinado dentro da fábrica tentando angariar apoio para a intervenção.

Nesta assembléia em que aprovaram a ocupação da fábrica os trabalhadores elegeram um conselho de fábrica que teria a incumbência de tomar as providências necessárias para a retomada da produção sobre controle operário. Os operários também decidiram não permitir mais a entrada de gerentes e representantes da família Batshauer. Resolveram então, “*tornar pública esta nova situação através de um comunicado assinado por quase todos os trabalhadores e dirigido aos patrões informando que os operários assumiriam a partir daquele momento o controle da fábrica para defender os empregos, somando-se aos companheiros da Cipla e da Interfibra.*” (Raslan, 2007). Para a retomada da produção os operários receberam auxílio da Cipla, que realizou um empréstimo de títulos. O dinheiro obtido com a negociação dos títulos foi suficiente para pagar salários, permanecendo em débito todas as outras obrigações, inclusive a matéria prima (Raslan, 2007).

Concluimos a reflexão sobre a ação coletiva de ocupação da fábrica com uma breve reflexão sobre o papel desempenhado pelo sindicato dos químicos frente à ocupação da Flaskô. Como foi exposto o sindicato sugeria aos trabalhadores a adoção de medidas de caráter jurídico destinadas a obter o pagamento dos créditos trabalhistas.

Como foi possível observar através dos relatos citados o sindicato não se opôs a ação coletiva de ocupação da fábrica provavelmente por ter avaliado que esta posição seria derrotada na assembleia.

Os fatos coligidos sugerem que o êxito obtido pelo MFO com a ocupação da Flaskô se deve ao fato de que a principal preocupação que os operários tinham no momento em que decidiram seguir a proposta de ocupar a fábrica era de preservar os seus postos de trabalho. O recebimento de créditos trabalhistas apenas amenizaria o sofrimento causado pelo desemprego. Além disso, o recebimento dos créditos trabalhistas era incerto, devido ao fato de que a fábrica possuía dívidas milionárias, e os bens da fábrica, o maquinário e o terreno onde ela se encontra já estavam penhorados em inúmeros processos de cobrança movidos pelos credores. Os operários sabiam que os processos trabalhistas podem demorar anos. Assim a principal preocupação dos operários, conforme pude perceber através de seus relatos era a de preservar o meio de subsistência que significava o emprego na fábrica. Os operários em grande parte, com idades avançadas para a recolocação no mercado de trabalho e com pouca qualificação profissional teriam dificuldade de obter novos empregos. Devido a estes fatores, entre outros, a proposição do MFO de ocupação da fábrica obteve audiência entre os operários que se dispuseram a ocupar a fábrica e a se somar a luta pela estatização das fábricas ocupadas.

Ao elegerem o conselho de fábrica os trabalhadores, resolveram ceder uma vaga para o sindicato que poderia participar com direito a voz e voto nas reuniões do conselho. O sindicato inicialmente indicou um representante para as reuniões do conselho. Os relatos indicam que se instaurou um clima tenso na relação entre o representante do sindicato e os demais membros do conselho de fábrica. O sindicato logo no início questionou a orientação do MFO a favor da luta pela estatização da fábrica. Após a ocupação da fábrica continuaram a propor as seguintes alternativas: arresto de bens para o pagamento de créditos trabalhistas ou cooperativismo. Os relatos de operários sobre este período sugerem a existência de uma memória coletiva em que há uma representação negativa sobre o papel desempenhado pelo sindicato.

Após desentendimentos a respeito da melhor forma de conduzir a luta da fábrica o sindicato se ausentou das reuniões do Conselho de fábrica. Participou das reuniões do conselho de fábrica por quatro meses e após esse período deixou de frequentar as reuniões.

Vale notar que em todos os relatos que obtive os operários se posicionam contrariamente a proposta de formação de uma cooperativa. Os operários foram de fato convencidos desde o início da ocupação de que a formação de uma cooperativa seria algo negativo, que além de dividir os trabalhadores e significar a perda de direitos trabalhistas, teria uma alta probabilidade de dar errado. A citação abaixo demonstra aspectos presentes na construção identitária destes operários a partir da sua experiência de ocupação da fábrica confrontada com as proposições do sindicato:

E o sindicato apoiou a ocupação?

Em termos sim, em termos, colocou carro de som aí pra gente...

– **É que me disseram que a posição do sindicato era arrendar....**

A posição deles era montar uma cooperativa, sempre cogitou aqui um termo que era montar uma cooperativa....que aqui a gente sabe que cooperativa não dá certo. Não vira...cooperativa não vira!...monta cooperativa...sai panelinha daqui, panelinha dali, junta meia

dúzia lá, chega naquela meia dúzia...diz assim vamo perguntar pra aquele grupinho ali e assim vai, os mais fracos vão saindo, os mais fortes vão ficando, os mais fracos vão saindo...e outra cooperativa não tem direito de fundo de garantia, não tem direito de férias, não tem direito de décimo terceiro, não tem direito de porra nenhuma!...você vai fazer o que, ta difícil aqui pra nós?, ta...Mas porque que ta difícil?...Por causa da justiça, porque a justiça não ajuda, a justiça não apóia, a justiça simplesmente deixou de correr atrás do dono da fábrica quando ele sonegava, que ficou sonegando não sei quantos anos, um par de anos aí,...se eu não me engano 80, 90 milhões que era a dívida ativa disso aqui....né? ...não correu atrás, agora fica correndo atrás dos trabalhadores.....ficou devendo ..901 MILHÕES.....

É possível perceber nesta fala a firme rejeição a proposição de formação de uma cooperativa. O cooperativismo é percebido como algo que causa divisões entre os trabalhadores e conduz à perda dos direitos trabalhistas. Outro aspecto presente na fala deste operário diz respeito à avaliação de que as cooperativas não dão certo. Esta avaliação se encontra presente na fala de quase todos os operários da fábrica.

Assim, a recorrente rejeição da forma cooperativa nos relatos destes operários parece indicar que este aspecto se constitui em um dos elementos que sustentam a coesão dos operários da fábrica, essencial para o engajamento em ações coletivas que sustentam a reprodução das atividades fabris. Os fatos coligidos indicam que a adesão à proposição do MFO de ocupação da fábrica no ano de 2003 configura a adesão dos operários a um discurso que se fundamenta na crítica ao cooperativismo. A rejeição ao cooperativismo se constitui em uma das bases que sustentam a formulação do repertório crítico do MFO. Este repertório crítico aos quais os trabalhadores da Flaskô aderiram tem sustentado as formas de denúncia pública sobre a situação dos operários durante os últimos 8 anos da ocupação da Flaskô. Assim, os relatos sugerem que o afastamento do sindicato do conselho de fábrica se deve ao fato de que os operários não foram convencidos pelas proposições que ele fazia e ao contrário aderiram às propostas do MFO.

BIBLIOGRAFIA:

- ANTUNES, Ricardo.. **Adeus ao trabalho?** (ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho). Cortez, São Paulo, 1995.
- ALBUQUERQUE, Alexander Noronha de. **“A memória dos metalúrgicos do Rio de Janeiro na perspectiva da autogestão: o caso Remington”**. 2007. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
- CARDOSO, Adalberto. **“A Década Neoliberal”** e a crise dos sindicatos no Brasil. Boitempo Editorial, São Paulo, 2003.
- CORMENANZA, Pablo. **“La Batalla de Inveval”** la lucha por el control obrero em Venezuela. Fundación Federico Engels, Madrid, 2009.
- CASTEL, Robert. **“As metamorfoses da questão social”**. Vozes, Rio de Janeiro,1998.CASTORIADIS, **Cornélio**. **“Workers’ Councils and the Economics of a self- Managed Society”- Marxists.com, 1972.**CHAUVEY, **Daniel**. **“ O que é autogestão” Coleção O que é? N.o 6. Edições 70, Lisboa, 1970.**CHESNAIS, **François**. **“ Finança Mundializada” Boitempo Editorial. São paulo, 2005.**
- GONÇALVES, R. . **“Capital Estrangeiro, Desnacionalização e Capital Estrangeiro”**. Praga - Revista de Estudos Marxistas, v. 9, p. 69-80, 2000.
- **“Lula: Aposta Perdida”**. Praia Vermelha (UFRJ), Rio de Janeiro, n. 9, p. 34-51, 2003.
- . **“Globalização, desnacionalização e vulnerabilidade externa. A volta da questão nacional”**. Proposta, v. 82, p. 60-67, 1999.
- GOULART, Serge. **“ A luta da Cipla e da Interfibra”** fpmarx.blogspot.com
- NOVAES, Henrique T. **“ O Fetiche da Tecnologia”**. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2007.
- LEFEBVRE, Henri. **“A Irupção”** – A Revolta dos Jovens na Sociedade Industrial : Causas e efeitos. Editora Fatos e Documentos, São Paulo, 1968

- LIMA, Jacob Carlos e ARAÚJO, Neyara. “Para além do novo sindicalismo: A crise do assalariamento e as experiências com trabalho associado”. In RODRIGUES, Iram Jácome (org). O novo sindicalismo. Vinte anos depois. Petrópolis, Vozes, 1999.
- NASCIMENTO, Janaína Quitério. “Fábrica Quebrada é fábrica Ocupada e Fábrica Ocupada é Fábrica Estatizada” A luta dos trabalhadores da Cipla e Interfibra para salvar 1000 empregos. São Paulo, 2004.
- OLSON, Mancur. “A Lógica da Ação Coletiva” Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Edusp, São Paulo, 1999.
- POCHMANN, Marcio. “O emprego no desenvolvimento da nação” – Boitempo Editorial, São Paulo, 2008.
- REED, John. “Os Dez Dias que Abalaram o Mundo” São Paulo
- ROSSO, Sadi Dal. “Mais Trabalho!” A intensificação do labor na sociedade contemporânea. Boitempo Editorial. São Paulo, 2008.
- TAUILE, José ricardo. “Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento” Editora da UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.
- TILLY, Charles.. “From Mobilization to Revolution”. 1978. New York: Random House, 1978.
- RASLAN, Felipe. “Resistindo com classe”: O Caso da Ocupação da Flaskô. – Dissertação de Mestrado. IFCH- Unicamp, Campinas, 2007.
- FRANK, André Gunder et FUENTES, Marta. “Dez Teses Acerca dos Movimentos Sociais” Revista Lua Nova no 17 , São Paulo, Junho, 1989.

A PRÁTICA SINDICAL DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO NOS GOVERNOS COVAS E ALCKMIN

Renato Kendy Hidaka¹

O objetivo deste trabalho é examinar o posicionamento do Sindicato do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) diante das políticas educacionais implementadas nos governos Covas e Alckmin (1995-2006). Partimos aqui, fundamentalmente, das seguintes indagações: a APEOESP se opôs à política educacional do estado de São Paulo, aderiu ou conciliou com ela? Como esse sindicato reagiu à reforma educacional do estado? Qual foi o impacto causado por essas políticas na atuação sindical dos professores da rede? As respostas a essas perguntas são de grande complexidade. O material de pesquisa que dispomos permite-nos afirmar que por trás da relação da APEOESP com a SEE há uma história de lutas, mostrando a existência, por um lado, de conflitos e mobilizações, mas também, por outro, de fragilidades e convergências.

Iniciemos com um breve balanço a fim de caracterizarmos a forma como as pesquisas sobre o assunto têm respondido a essas questões. Sobre a relação entre a APEOESP e as políticas educacionais dos últimos governos paulistas, encontramos três dissertações. A primeira intitulada *As reformas neoliberais no ensino público paulista e o sindicalismo propositivo da APEOESP – 1991-1998*, de Silvana Soares de Assis, defendida em 1999, pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UNICAMP. Nesse trabalho a autora analisa a atuação do sindicato dos professores diante da LDB, da municipalização, do novo plano de carreira e do Plano Nacional de Educação. Alicerçada em informações históricas e análise documental, Assis sustenta que a APEOESP tem adotado uma linha de ação propositiva diante dessas políticas. Mais ainda: defende que tal prática levou ao rebaixamento das reivindicações sindicais dos professores, bem como à perda de representatividade das lideranças junto à base, o que tem resultado na dificuldade de mobilização da categoria.

¹ Mestre em Ciências Sociais pela UNESP – Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Filosofia e Ciências – Marília. E-mail: rkhidaka@yahoo.com.br

A segunda dissertação apresenta como título *Reformas educacionais e conflitos sociais: o caso APEOESP*, e tem autoria de Bluma Salomão. Foi defendida em 2003, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ. Nesse trabalho a autora procurou examinar o comportamento da APEOESP frente à política de municipalização do governo Covas. Para tanto, utilizou como fonte de pesquisa fundamentalmente as publicações do sindicato. Com base no levantamento de jornais, revistas, cadernos de Conferências e Teses de Congressos da entidade, Salomão constata que a municipalização esteve amplamente presente nos materiais produzidos pela APEOESP. A partir desses documentos, a autora evidencia que ao longo do governo Covas ocorreu um acirramento dos conflitos entre as tendências internas à APEOESP. De um lado, tem-se a diretoria que priorizou o espaço de participação institucional, substituindo a organização política de base pela negociação de cúpula entre técnicos e *experts*. De outro, tem-se a oposição, que procurou denunciar tal prática. A conclusão da autora é a de que a APEOESP contribuiu com resistências pontuais à medida, mas não ofereceu um caminho coletivo para refrear a política de municipalização imposta por Covas.

O terceiro trabalho, defendido em 2004 pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da UNICAMP, é intitulado *Entre a denúncia e a renúncia: “a APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) frente às reformas na educação pública na gestão Mário Covas (1995-1998)”*, de Débora Cristina Goulart, para quem, de modo semelhante à primeira pesquisa, os dirigentes da APEOESP têm respondido às políticas neoliberais adotando o sindicalismo de participação (outra denominação ao que se convencionou chamar de sindicalismo propositivo). Isso significou a substituição dos instrumentos históricos de luta por formas de confronto indireto, privilegiando as instâncias de negociação no interior do aparelho de Estado. Ao cotejar as publicações da entidade, Goulart mostra que o discurso das lideranças variou conforme o interlocutor. Nos documentos dirigidos aos Congressos Estaduais, aos militantes, nota-se a presença de análises críticas às políticas neoliberais. Já nos jornais, boletins, nos discursos às bases, a ênfase recai sobre o “autoritarismo” da SEE, sobre a falta de discussão com a comunidade escolar. Por fim, destaca o fracasso da concepção do sindicalismo de participação, argumentando que a categoria viu negadas todas as suas reivindicações, não obteve conquistas significativas e, além disso, distanciou-se da luta em conjunto com a comunidade escolar em prol da escola pública.

Ainda que estes três trabalhos estabeleçam como limite temporal o ano de 1998, consideramos que eles nos fornecem não somente dados, mas também teses explicativas interessantes, as quais serão absorvidas aqui. Ademais, a exposição que segue também utiliza, juntamente com o exame do material discursivo produzido pela APEOESP, ponderações de trabalhos acadêmicos que, de algum modo, dizem respeito ao nosso objeto de investigação.

Assim sendo, seguindo a linha de argumentação da primeira e da terceira pesquisa, acreditamos ser possível afirmar, liminarmente, que o sindicato dos professores acompanhou, ao longo da década de 1990, a tendência sofrida nas orientações do movimento sindical brasileiro, como vimos na seção 2.4.2. De resto, podemos também asseverar que essas mudanças tiveram como marco a IV Plenária Nacional da CUT², realizada em agos-

² A esse respeito, Ricardo Antunes assinala que “A limitação maior, vivenciada pela CUT, diz respeito [...] às dificuldades de articulação, de mediação, entre as ações contingenciais, imediatas e as ações mais gerais, mais abrangentes, que remetem ao universo das formas de relação e entendimento do poder e as possibilidades par além do capitalismo. Neste ponto pode-se dizer que a CUT, na virada dos anos oitenta para os noventa, vive uma crise. Sua pluralidade política e ideológica tinha avançado desde o II CONCUR, realizado em 1986, no fim de janeiro, para uma convergência em torno de ideais socialistas, convertendo-se, a nível da sua propositura, numa

to de 1990, onde se lançou e se fez aprovar a perspectiva do sindicalismo propositivo³(BOITO JR., 1999, p. 131).

A estratégia do sindicalismo propositivo desponta nesse momento como uma opção ao “sindicalismo defensivo”, de postura predominantemente reivindicativa e de valorização da ação grevista do sindicalismo dos anos 80. Tratava-se de abandonar a postura do “apenas ser contra” e passar a apresentar alternativas “realistas” na busca efetiva de acordos com o governo e empresários. As práticas propositivas se caracterizam, pois, pela ação localizada, fragmentada por setor econômico e por empresa, substituindo o confronto por propostas tecnicamente sofisticadas elaboradas por assessores e técnicos. Nos termos de Andréia Galvão, “o sindicalismo propositivo caracteriza-se pelo predomínio da ação no plano institucional, da negociação dentro da ordem, por concessões ao governo e ao capital, enquanto o sindicalismo combativo se caracteriza pelo predomínio do trabalho de organização e mobilização das bases, pela negociação contra a ordem (negociação contra-propositiva), pela luta em favor da ampliação de direitos (quando na ofensiva) e pela resistência ao desmantelamento de direitos (quando na defensiva)” (2002, p.111).

Filiada a CUT e na mesma linha sindical desta, durante a década de 1980, a APEOESP empreendia uma plataforma de ação que envolvia, em conjunto com a luta salarial, um programa de ataque às posições conquistadas pelo grande capital monopolista. Entre as palavras de ordem da entidade, era possível encontrar: não pagamento à dívida externa, rompimento com o FMI, estatização do sistema financeiro, estatização dos serviços de educação, saúde e transporte coletivo, contra a privatização das estatais, reforma agrária radical contra o latifúndio, entre outras (Cf. APEOESP, 1989)⁴. Sua prática discursiva envolvia, desse modo, certa agitação de ideias, o protesto, dentro de um campo democrático popular, contra o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro.

Conforme argumenta Boito Jr. (1999, p.142), se por um lado a conjuntura neoliberal conseguiu unificar as diversas frações da burguesia em torno de um projeto em comum, criando maiores dificuldades para as organizações das classes trabalhadoras e, nesse sentido, impondo “um recuo do sindicalismo, com a adoção de uma linha de ação defensiva, ela não impunha a adoção do ‘sindicalismo propositivo’, que a Articulação Sindical acabou por implantar.” Essa estratégia, ainda segundo o autor, levou a CUT “a uma prática hesitante, às vezes contraditória, configurando, no geral, uma estratégia de conciliação com a política neoliberal que acabava de chegar ao poder”.

A Articulação Sindical, como sabemos, é a corrente majoritária na APEOESP.⁵ A mudança de estratégia dessa corrente repercutiu no interior da entidade dos professores, podendo ser verificada em diversos documentos publicados pela entidade. Em matéria constante no *jornal da Apeoesp*, a diretoria do sindicato, em pronunciamento contra as correntes de oposição, ressalta:

Central com claros contornos anticapitalistas. [...] Posteriormente, a partir do III Congresso, realizado em Minas Gerais, em 1988, este debate retornou, expressando uma contradição vivenciada no ideário e na prática da Central, e que pode ser sintetizado na existência de dois grandes blocos no seu interior (e aqui não se desconsidera as várias divisões e subdivisões no interior destas duas grandes tendências). O bloco majoritário (que no III Congresso obteve 60,4% dos votos), é aglutinado em torno da Articulação Sindical. [...] Setores da Articulação Sindical têm sido fortes defensores de uma ação voltada cada vez mais para a negociação com o Estado e o capital. E isso ao preço de se subordinar a uma discussão rigorosamente dentro da ordem econômica e política vigente.” (ANTUNES, 1995, p. 33).

⁴ Essas reivindicações ainda estão presentes entre as Resoluções do X Congresso Estadual Anual da APEOESP, na parte referente ao plano de lutas gerais.

⁵ No período abrangido por esta pesquisa, ocuparam o cargo de presidência da APEOESP: Roberto Felício, Maria Izabel Noronha e Carlos Ramiro de Castro, todos vinculados à Articulação Sindical.

[...] esses grupos demonstram mais uma vez que estão distantes dos anseios dos professores e quanto desprezam a necessidade, neste momento, da APEOESP utilizar novos instrumentos de luta.[...] Eles não aceitam a utilização de nenhum outro instrumento de luta. Não desejam mudar nada. Querem que a APEOESP continue realizando os mesmos tipos de campanha, não importando a conjuntura nem muito menos a vontade da categoria. (APEOESP, 1996, p.5)⁶

Em entrevista à Maria Isabel de Almeida (1999), Roberto Felício, então presidente da APEOESP, declara:

Os professores fizeram muitas greves, algumas com até 80 dias de duração. E quais as consequências disso para a categoria profissional? A greve é um momento de muito sofrimento. Gera insegurança quanto ao que vai acontecer com o salário do período e dúvidas quanto a se conquistar as reivindicações. O custo do que se conquistou é, quase sempre, muito alto. Então isso cria um sentimento na categoria de que nós precisávamos encontrar novas formas de luta. Não dá mais para ficar fazendo greve uma atrás da outra (ALMEIDA, 1999, p.77-78)

A direção do sindicato passa a apostar, então, no diálogo e na negociação no plano institucional com o governo. Já no início da candidatura de Covas era possível notar essa disposição:

É preciso manter a esperança e vontade de lutar [...] Covas lembrou que quando foi prefeito elevou o piso do magistério municipal de dois para cinco salários-mínimos e que pretendia fazer o mesmo com o magistério estadual. [...] A Diretoria da APEOESP afirmou que tinha objetivo de sempre buscar o diálogo e a negociação, mas que era preciso que o governo Covas tivesse sensibilidade [...] A Secretaria reafirmou em nome do novo governo a disposição de manter um canal permanente de diálogo com o magistério (APEOESP, 1994, p.3)⁷

Contudo, essas expectativas iniciais assumirão a forma, em seguida, e isso ainda em meados de 1995, de denúncias ao “autoritarismo” do governo. Essa alternância entre tentativa de diálogo e negociação, por um lado, e de denúncia e conflito, por outro, serão frequentes daí em diante.

Atentando para dimensão político-ideológica da luta dos movimentos sociais, Pinheiro salienta que na produção discursiva desses movimentos “é possível identificar uma série de preocupações no campo da simbolização tanto das lutas como das questões a elas afetas, entre as quais, pode-se destacar: a) a formulação e justificação da reivindicação (queixa); b) a definição da base social (o nós da identidade coletiva) interessada; c) também os aliados (o nós mais amplo da comunidade); d) definição dos responsáveis (o eles) pelos problemas, porque são externos à comunidade ou têm interesses opos-

⁶ Ver: Professores rejeitam proposta da oposição. *Jornal da APEOESP*. n.215, abril/maio de 1996.

⁷ Ver a esse respeito, *Jornal da APEOESP*. jan/dez de 1994.

tos aos dela; e e) o recurso a uma visão de mundo (ou a elementos dela) ou a projeção de uma.” (2011, p.202)⁸.

Esses aspectos da luta político-ideológica identificados pelo autor são bastante úteis para os fins a que nos propusemos nesta seção. Mais precisamente, interessa-nos sobretudo os aspectos: a) formulação e justificativa da reivindicação, b) definição da base social e c) definição dos aliados. Procuraremos detectá-los na produção discursiva da APEOESP em relação principais medidas educacionais dos governos Covas e Alckmin a que nos referimos na seção anterior. Isso contribuirá para a identificarmos o modo como o sindicato se posicionou em relação a tais medidas bem como o discurso produzido para mobilizar a base e conquistar possíveis aliados.

Como já foi dito, a implementação do projeto educacional do governo Covas teve início com a extinção das dezoito Divisões Regionais de Ensino – instâncias intermediárias entre as Coordenadorias e as Delegacias de Ensino. Tal medida foi justificada pela SEE com base 1) na necessidade de acabar com a superposição de atribuições entre os órgãos administrativos regionais e 2) na necessidade de agilizar o processo executivo e decisório. Atendia, nesse sentido, a diretriz de racionalização do uso de recursos.

Coloquemos a pergunta: como APEOESP se posicionou sobre tal medida? Na produção material discursiva da entidade no primeiro ano da gestão Covas não observamos qualquer referência acerca da extinção das DREs. Mas qual o porquê disso? Nossa hipótese é a de que, nesse caso, houve uma convergência entre os interesses da APEOESP e da SEE. De outro modo, pode-se dizer que tal medida, que seguia a diretriz de racionalização do uso dos recursos, convergiu com proposta defendida pela APEOESP de que o sistema estadual de ensino caracterizava-se por uma extrema burocracia em suas relações e pela verticalização do poder, fatores esses que concorriam para a separação entre elaboradores das propostas educacionais e os seus implementadores. Inclusive, a proposta de extinção das DREs consta no plano de lutas de diversos congressos da época. Ademais, com a adoção do sindicalismo propositivo, a nosso ver, a entidade se viu enredada a operar sobre os mesmos critérios contábeis da SEE. Esta última, como mostra a pesquisa de Oliveira (1999), declarava aos professores, no início da gestão Covas, que os problemas salariais do magistério não seriam resolvidos sem que se encontrassem formas de liberar recursos dentro do próprio sistema, já que o Estado não via como possível aumentar investimentos no setor. A extinção das DREs aparecerá nos materiais produzidos pela APEOESP somente nos anos seguintes, vinculada ao discurso de denúncia à política de redução de “gastos” da SEE.

Diferentemente, em relação ao projeto de reorganização da rede pública estadual, o discurso da APEOESP assumiu de início o caráter de denúncia. Isso se deveu, em grande medida, ao fato de o processo de anúncio e implementação da medida ter se dado num período bastante curto. A reorganização foi anunciada publicamente pela SEE em meados de outubro e, conforme Oliveira (1999), na segunda semana de dezembro já estava em andamento⁹. A APEOESP acusou o então governador e a

⁸ Conferir a esse respeito, PINHEIRO, Jair. Visões de mundo em luta. *Revista Aurora* (UNESP. Marília), v. 8, p. 202-212, 2011.

⁹ Sobre o processo de implementação do projeto de reorganização da rede pública estadual, Oliveira levanta a seguinte questão: “Que o CEE concordasse com os pressupostos e objetivos que sustentavam o Projeto de Reforma parece-nos legítimo. Muitos de seus membros compartilhavam dos diagnósticos apresentados pelo governo e podiam estar convencidos da necessidade de sua realização. Chama-nos atenção, porém, o fato de basear suas justificativas na crença de que a SEE se comprometia a implementar as medidas a partir de uma ‘ampla discussão com a sociedade’ [...] Tendo o Parecer sido aprovado em 8 de novembro e estando prevista a reorgani-

SEE de encaminharem tal medida sem discussão prévia com a comunidade escolar. Posicionando-se liminarmente contra a reorganização da rede, o sindicato dos professores destacava como pontos negativos da medida: dificuldade em garantir vagas na passagem dos alunos da 4ª para a 5ª série, pois haveria a transferência de uma escola a outra; fechamento de escolas e salas de aula, causando superlotação das que se mantivessem abertas; demissão de professores; não justificativa pedagógica convincente para a separação de crianças e adolescentes (APEOESP, 1996, p.)¹⁰. Ao que tudo indica, desde setembro a ideia de que a SEE iria reorganizar a rede já circulava entre as escolas, e chegou inclusive a ser discutida no XIV Congresso Estadual da entidade, realizado em Santos, no final de outubro de 1995. Na ocasião, os participantes do congresso deliberaram pela organização de abaixo-assinados, protestos e outras formas de luta política que reivindicavam maior disponibilidade por parte da SEE em discutir a proposta com toda comunidade escolar.

Diante da pressão de professores, diretores, pais e alunos, segundo assinala Martha dos Reis (2005, p.99), “a Secretaria da Educação suspendeu as aulas e realizou *um dia* de discussão e orientação sobre seu Projeto (novembro/95), através de reuniões onde se distribuíram folhetos explicativos. No entanto, os participantes eram informados de que o processo de transferência dos alunos era irreversível, pois atendia critérios técnicos. Todos poderiam apresentar sugestões, contudo, elas em nada alterariam os propósitos da Secretaria da Educação”.

Conforme Aparecida de Neri Souza,

A implementação do Programa de Reorganização, no segundo semestre de 1995, enfrentou inúmeras dificuldades, dado o alto grau de centralização das decisões por parte dos órgãos centrais. Com base nos dados estatísticos - número de alunos, classes, salas, séries – que indicavam como estavam organizadas as escolas, foram tomadas as decisões sobre as mudanças na distribuição dos alunos e professores. O debate com os sindicatos de professores, com associações de moradores, Conselhos de Direitos e Tutelares das Crianças e Adolescentes foi pouco expressivo. Os espaços decisórios eram, majoritariamente, as reuniões entre delegados de ensino, supervisores e diretores, e as decisões referiam-se à distribuição de alunos e não ao perfil de atendimento que cada escola assumiria. (1999, p.122).¹¹

Resta-nos, portanto, a pergunta: de que modo o sindicato dos professores, sendo contrário à reorganização da rede, reagiu à inflexibilidade, ao “autoritarismo” da SEE? A tática utilizada pela APEOESP foi investir na pressão sobre os deputados estaduais, intentando, por intermédio destes, forçar audiência com o governo. Em reunião realizada em novembro, conjuntamente com outros sindicatos de trabalhadores em educação, movimento de pais, entidades estudantis e parlamentares, foi elaborado um abaixo-assinado exigindo a suspensão da medida

zação para o próximo dia 15 de dezembro, duas hipóteses poderiam ser supostas: ou o processo de reorganização já vinha sendo feito, sem qualquer debate e até mesmo a aprovação do Conselho era desnecessária, ou a discussão se iniciaria a partir de então, o que seria quase impossível de se esgotar em um mês” (1999, p.33).

¹⁰ APEOESP. *Subsídios para os Encontros Regionais*, 1996.

¹¹ Em nota, Souza sublinha que o início da pesquisa para elaboração de sua tese de doutorado sobre a relação entre o projeto educacional do governo Covas e a compreensão dos professores das escolas públicas estaduais sobre a mesma coincidiu com o processo de reorganização da rede. Nesse sentido, a autora aponta que “Nenhuma das dez escolas estudadas participou de decisão sobre que agrupamento de alunos deveria atender [...], esta foi uma decisão tomada pelos níveis hierárquicos superiores e somente comunicada às escolas.” (1999, p.123)

e a constituição de fóruns de debates. Foram também organizados, nesse mesmo mês, atos regionais nas Diretorias de Ensino, Ato Público em frente à Secretaria da Educação e uma ação civil pública em favor da suspensão da medida (APEOESP, 1995, p.3)¹². No entanto, apesar desses esforços contrários, a reorganização é oficializada através do decreto nº 40.473, de 21 de novembro de 1995. Uma última tentativa de reverter a medida se dá no ano seguinte também pela via jurídica. A APEOESP passa a orientar professores e pais a entrarem com processos judiciais contra a reorganização.¹³ Depois disso, esta aparecerá somente na forma de denúncia ao governo. Em editorial do jornal de abril/maio de 1996 intitulado *Covas não honra seus compromissos*¹⁴, a entidade enuncia:

Quando disputou o segundo turno das eleições de 94, o candidato Mário Covas apresentou um programa de governo com promessas de melhorias dos salários e das condições de trabalho do Magistério e dos Funcionários das escolas. Eleito, Covas vem pautando sua gestão pelo mais absoluto descaso para com as necessidades da rede oficial de ensino. [...] As entidades representativas do magistério e dos funcionários têm tentado negociar com o a Secretaria da Educação e com o próprio governador mas, infelizmente, só têm obtido evasivas. Da mesma forma, as demais entidades do funcionalismo não estão conseguindo agendar reuniões de negociação com os secretários estaduais, sendo, quando muito, recebidas apenas por assessores sem poder de decisão. [...] O governador prometeu melhoria da rede de ensino. No entanto, impôs uma reforma que deixou milhares de alunos sem vagas, milhares de professores sem empregos, salas superlotadas. Prometeu também elevar nosso piso salarial a 5 mínimos mas esse patamar sequer atinge os 3 salários mínimos. Covas prometeu democracia nas decisões mas mantém uma Secretaria da Educação que desconhece o diálogo e o livre debate de ideias e faz da imposição e do autoritarismo marcas registradas de sua gestão.(APEOESP, 1996, p.1)

Nessa mesma edição do jornal, são anunciadas algumas de suas novas estratégias:

APEOESP tem veiculado matérias no rádio e na TV, mostrando o descaso do governo estadual para com os professores. [...] O objetivo de ocupar espaço em rádios e TVs é mostrar para toda a sociedade que a APEOESP e os professores buscam permanentemente a negociação e é o governo que se mantém intransigente. Por isso, a Assembléia do dia 26 decidiu que, a cada semana, seria veiculado um novo Comunicado, alternando rádio e TV (APEOESP, op.cit, p.5)¹⁵

¹² APEOESP. *Suplemento Especial*, 1995.

¹³ Em dezembro de 1995, o Diário Oficial do Estado trouxe a listagem da nova situação das escolas estaduais e deu as orientações para a matrícula para o ano letivo de 1996. Com essas medidas, aproximadamente 70% das 6.800 escolas foram reorganizadas e os alunos remanejados (REIS, 2005, p.99).

¹⁴ *Jornal da APEOESP*. n.215, abril/maio de 1996.

¹⁵ APEOESP no rádio e na tv. *Jornal da APEOESP*. n.215, abril/maio de 1996.

De 1996 em diante, as críticas da entidade à reorganização da rede se transformam em denúncias, situadas em geral no início dos anos letivos. As matérias publicadas nos jornais da APEOESP já não manifestam desacordo em relação à medida, manifestam, sim, denúncias aos seus efeitos: ao fechamento de mais de 120 escolas e centenas de salas de aulas, à demissão de cerca de 20 mil professores, às salas superlotadas, à falta de vagas, ao não cumprimento da SEE em relação ao pagamento de transporte para alunos realocados para longe de suas residências e à falta de mobiliário suficiente para as classes montadas no reagrupamento de alunos. Em 1998, a APEOESP consegue obter da SEE a promessa de que as salas que estivessem acima do número estabelecido pelas Resoluções seriam reconfiguradas. A postura da APEOESP, depois disso, limitou-se a instruir seus representantes a fiscalizar continuamente as escolas do estado.

Se de um lado, a partir dos argumentos já explicitados, é possível detectar no material produzido pela entidade a tentativa de agregar todos os professores numa posição comum contrária à reorganização, de outro, a análise de Souza mostra que tal política teve um impacto diversificado entre eles. Diz a autora: “A despeito de os professores afirmarem que a intervenção na rede de ensino foi arbitrária e que há um excesso de experimentalismo em políticas educacionais, o sentido do Programa de Reorganização, para os professores, principalmente para aqueles que trabalham com as quatro séries iniciais, consistia em supor que a proposta era portadora de projeto de melhoria da educação, em especial das condições de trabalho do professor.” (1999, p.131).

Para a autora, os professores que ministram aulas nas quatro séries iniciais concordam que a reorganização melhorou as condições de trabalho, principalmente nos aspectos que se referem às condições físicas das salas de aula, à higiene e à disposição do material de trabalho com os alunos. Todavia, não melhorou os aspectos referentes ao número de alunos por professor, a quantidade de aulas diárias, às condições de salário e jornada.

Já os professores das quatro séries finais do ensino fundamental (5ª a 8ª série) e ensino médio argumentam, na sua maioria, que não houve melhoria nas condições de trabalho, seus depoimentos evidenciam as dificuldades em organizar ambientes de aprendizagem para os adolescentes com os quais trabalham em salas superlotadas. (1999, p.131). A pesquisa de Souza revela, portanto, que a política de reorganização da rede criou divergências entre os professores, ou seja, fragmentou em alguma medida a base.

Em fevereiro de 1996, Covas institui o Programa de Ação Parceria Educacional Estado-município, que terá impulso com a instituição do FUNDEF e a promulgação LDB, no final do mesmo ano. O FUNDEF se assenta sobre a premissa neoliberal – propalada pelo governo federal e estadual – de que as verbas para a educação eram suficientes e que o problema estaria na má distribuição dos recursos e das responsabilidades. Em conferência proferida nesse ano, Paulo Renato declara:

Dos 625 municípios do Estado de São Paulo, 557 não mantêm nenhuma escola de Ensino Fundamental. Os 25% da arrecadação dos municípios de Estado de São Paulo que têm que ser aplicados na Educação não passam perto da sala de aula. Este é um ponto muito importante: colocar mais dinheiro na Educação é aumentar o desperdício.¹⁶

¹⁶ Trecho da conferência proferida pelo ex-ministro no Seminário Internacional de Políticas Públicas do Ensino Médio, realizado em agosto de 1996.

A APEOESP inicialmente se manifestou contrária ao projeto de municipalização anunciado pelo governo. Em evento realizado em setembro, intitulado *Seminário sobre a Municipalização*, a entidade procurou informar e advertir os professores em relação ao projeto. Entre os pontos levantados pela APEOESP, destacam-se: a municipalização seria induzida com a captura de 15% das receitas dos municípios; o piso salarial não estava garantido, uma vez que contava apenas com a destinação de 60% das verbas repassadas; a redistribuição de verbas seria realizada em valor custo/aluno muito baixo; não estava previsto aumento de recursos para educação; a educação de jovens e adultos estava excluída da contagem de matrículas para o repasse; os professores seriam prejudicados com a ausência de plano de carreira nos municípios. Entretanto, a maior preocupação da entidade estava na questão da incorporação dos professores municipais. Conforme a direção do sindicato, era preciso evitar “a fundação de novas entidades” e a fragmentação da luta (APEOESP, 1996, p.5)¹⁷

Ao analisar o processo de implantação da municipalização do ensino, Assis procura demonstrar que o posicionamento da APEOESP vai sofrendo mudanças gradativas, indo do “diga não à municipalização” à participação nos fóruns institucionais e, posteriormente, à formulação de uma alternativa à municipalização.¹⁸ Esse posicionamento é evidenciado nos Congressos Estaduais.

TABELA
POSICIONAMENTO DA APEOESP EM RELAÇÃO À MUNICIPALIZAÇÃO

1988	Defesa da Escola Pública: não à Municipalização; não à privatização
1989	Campanha Diga não à Municipalização
1990	Contra a municipalização e elaboração de um dossiê para demonstrar a situação das regiões municipalizadas
1991	Não existe registro no item bandeira de luta em relação à municipalização
1992	Não existe registro no item bandeira de luta em relação à municipalização
1993	Não houve congresso
1994	Não existe registro no item bandeira de luta em relação à municipalização
1995	Não à implantação do projeto de municipalização do ensino, não ao projeto de parcerias com a iniciativa privada
1996	Debater e denunciar a municipalização do ensino
1997	Construir um Sistema Público de Ensino Básico: uma alternativa à municipalização

Fonte: ASSIS, 1999; APEOESP, 1992, 1989, 1995, 1996.

Podemos observar que, a medida em que o processo de municipalização avança pelo estado, o discurso da APEOESP de enfrentamento ao governo se desloca para a participação consentida nos Conselhos Municipais. Na linha de atuação propositiva, a APEOESP procurou então orientar ativistas, conselheiros e diretores – caso não conseguissem impedir o processo de municipalização em suas regiões – a participarem dos Conselhos Muni-

¹⁷ *Jornal da APEOESP*. n.220, set/out, 1996.

¹⁸ Para um acompanhamento detalhado do processo de municipalização, ver ASSIS, op. cit.

cipais de Educação (CME) e dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.

De imediato, as subsedes devem acompanhar o processo de constituição dos Conselhos Gestores nos municípios da sua área de abrangência, pressionando para que a categoria esteja ali representada através de seu sindicato, pois, a legislação prevê a presença de um representante da APEOESP. [...]

É importante frisar que a legislação apenas cria a possibilidade de uma intervenção da sociedade civil na gestão dos recursos públicos à Educação. Todos temos que envidar esforços para ocupar este espaço. Caso contrário, outros o farão. (APEOESP apud ASSIS, 1999, p.102)

Observe-se que a APEOESP não empreende uma atuação em todo o estado contra o projeto. Inversamente, procura orientar os professores a uma ação localizada nos municípios onde o projeto estava em processo de implantação. A nosso ver, essa postura do sindicato não se conforma, portanto, em uma ação contrária à municipalização, e sim numa atuação visando a discussão sobre a forma de sua implementação. Nesse sentido, ao tentar negociar a forma como se dará a municipalização, a APEOESP contribui, de forma indireta, para a fragmentação da luta, haja vista o fato de atrair a atenção para o polo local, atenuando, desse modo, as questões tratadas na esfera estadual.

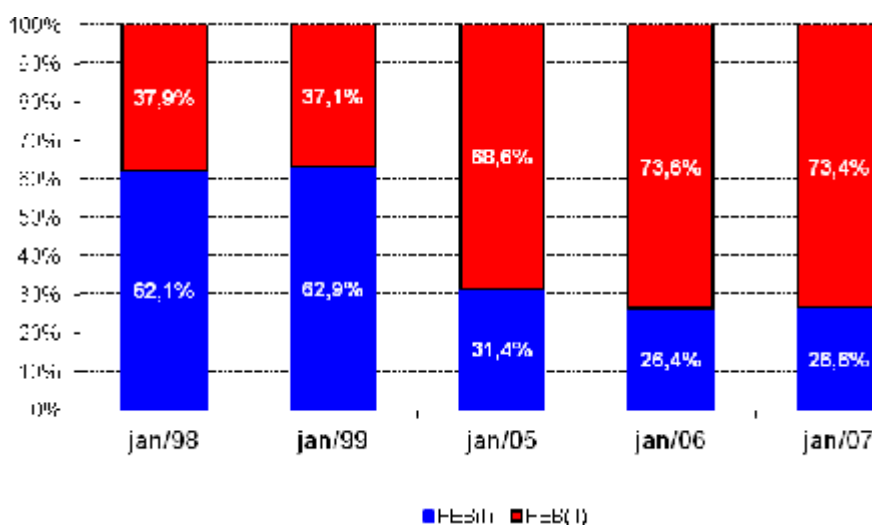
Assis (1999) destaca que quanto mais as políticas neoliberais na área da educação avançam pelo estado, mais a APEOESP propõe a participação, sustentando ser esta a única forma eficaz de “combatê-las”. Essa postura do sindicato é, contudo, contrariada pela postura dos governos, que caminha em sentido inverso às negociações.

A autora pondera ainda que a proposta alternativa à municipalização apresentada pela APEOESP funcionou mais como uma tentativa de manter a unidade dos professores estaduais e municipais, e menos como uma proposta a ser levada a efeito.

Dados divulgados pela *Folha de São Paulo* em 2001 mostram que dos 645 municípios paulistas, 523 possuíam rede municipal, sendo que destes 451 assinaram convênios de municipalização no governo Covas.¹⁹

GRÁFICO
DISTRIBUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS CARGOS PEB I E II
ESTADO DE SÃO PAULO
1998-2007

¹⁹ Dados extraídos de “Governo de SP assina novos convênios de municipalização do ensino”. *Folha Online*, 02/08/2001



Fonte: SEE – Boletim /de Acompanhamento de Pessoal

Elaboração: Dieese – Subseção Apeoesp/Cepes. (APEOESP; DIEESE, 2007)

O gráfico acima evidencia a mudança na distribuição entre professores PEBI e PEBII. Note-se que de 1998 a 2007 ocorre quase que uma inversão no percentual. Se em 1998 o percentual de professores PEBI correspondia a 62,1%, em 2006, último ano do governo Alckmin, esse percentual vai para 26,4%. Contrariamente, se em 1998 o percentual de professores PEB II representava 37,9%, em 2006 passa para 73,6%. Essa mudança se deve, como vimos, à transferência dos professores PEBI para as redes municipais.

A partir do segundo semestre de 1997, depois da aprovação da Deliberação nº 9/97 do Conselho Estadual de Educação, que, como vimos na seção anterior, instituiu a progressão continuada no sistema de ensino do estado de São Paulo, matérias e artigos sobre a progressão passam a fazer parte de algumas publicações da APEOESP. Verificamos tal presença nos jornais da entidade de agosto e novembro, no Caderno de Subsídios para as Conferências Regionais de Educação de setembro e no Caderno de Formação nº5, de novembro do mesmo ano. No artigo intitulado *Ciclos não resolvem o problema*, constante no jornal de agosto, a entidade sindical aponta:

A organização do ensino em ciclos poderia colaborar na superação daqueles indicadores de fracasso escolar, mas enquanto medida isolada, não passa de uma solução cosmética para os problemas do ensino. A decisão da Secretaria, por exemplo, ignora que a reprovação e a evasão são frutos do próprio sistema de ensino, de sua forma organizativa e das condições de formação e de trabalho dos professores. É necessário que se construa outra lógica escolar, onde o aluno aprenda que não se estuda apenas para passar de ano, onde a reprovação deixe de ser uma arma nas mãos dos professores para conseguir a atenção e a disciplina dos alunos (APEOESP, 1997, p. 8).

Nessa e nas outras publicações citadas, a APEOESP se manifesta destacando que a proposta de progressão continuada do CEE e da SEE não apresentava uma perspectiva consistente de superação

do fracasso escolar. Isso porque, segundo a entidade, tanto o CEE quanto a SEE não apontavam subsídios necessários para sustentação desta política.

[...] onde estão garantidas as condições de infraestrutura para a escola operar estas mudanças? Como será a jornada dos professores? Como viabilizar o planejamento do curso, a preparação de aulas e atividades, o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar, a formação continuada, a recuperação dos alunos com dificuldade, entre outros pontos. Não existe nenhuma formulação nesse sentido por parte da SE (APEOESP, 1997, p.5).

Em publicação de dezembro a APEOESP declarava: “Na política educacional deste governo, vale a pena sacrificar a qualidade do ensino, para forjar índices favoráveis” (APEOESP, 1997, p.6)²⁰. Curiosamente, em 1998, ano que a progressão continuada foi de fato implantada, não verificamos manifestações sobre a medida. O foco do sindicato, nesse momento, desloca-se para a reorganização curricular. Mas qual o motivo disso?

Como vimos no tópico 3.2.9, a instituição do novo Plano de Carreira trouxe a mudança do conceito de hora-aula para hora-relógio, o que resultou na diminuição da quantidade de aulas semanais na rede estadual e, conseqüentemente, na diminuição do número de aulas de algumas disciplinas. Essa medida causou, como consta no jornal da APEOESP de maio de 1998, a demissão de mais de 40 mil ACTs. Reivindicações favoráveis ao retorno da grade curricular anterior serão presença constante no material discursivo produzido pela entidade. No jornal do mês de março, a entidade reivindicava, além do piso salarial, a reabertura das classes fechadas, a readmissão dos professores demitidos e a indenização dos ACTs que perderam suas aulas.

De fato, a reorganização curricular teve efeitos negativos para o sindicato dos professores. Observando a tabela de crescimento da APEOESP situada na seção 2.4.1 podemos notar que de 1995 a 1998 o número de filiados à entidade caiu de 150 mil para 138 mil. A centralização da produção da APEOESP na reorganização curricular tem, portanto, razões materiais. Do dia 8 ao dia 20 de maio a categoria esteve em greve por conta do Decreto 42.965/98, que ameaçava os ACTs de demissão ao final do ano letivo. Esse decreto é revogado em novembro.

Dito isso, voltemos à progressão continuada. Declarações acerca dessa política vão aparecer no XVI Congresso Estadual, realizado em novembro. Nesse congresso, encontra-se entre as teses da diretoria que as mudanças educacionais do governo Covas “vem travestidas de uma roupagem ‘inovadora’ e muitas são originárias da árdua luta em defesa da educação de qualidade, mas foram esvaziadas de seu significado ou implementadas sem os pré-requisitos necessários para alcançar os resultados pretendidos. É o caso dos ciclos, das salas-ambientes, da flexibilização curricular, da classe de aceleração, da avaliação, etc.” (APEOESP, 1998, p.9).

O posicionamento da APEOESP em relação à progressão continuada ganha contornos mais drásticos na greve de 2000. Conforme aponta Steinvascher (2003), se até então o discurso do sindicato se dirigia à desconfiguração que a SEE havia feito da proposta de organização do ensino em ciclos, evidenciado principalmente no descaso com a infraestrutura necessária e a falta de investimento na

²⁰ Jornal da APEOESP, dezembro, 1997.

formação continuada dos educadores, na greve o discurso passou a ser o da reivindicação do fim da *promoção automática*.

Desse momento em diante o termo promoção automática começa a ser utilizado para identificar a política governamental, diferenciando-se do que a APEOESP considerava a autêntica progressão continuada, que poderia de fato, segundo enunciava, contribuir para a melhoria da qualidade do ensino.

O projeto de progressão continuada que vem sendo implementado pela SE configura, na prática, a “aprovação automática” dos alunos, uma vez que não são observadas as condições estruturais, pedagógicas, salariais, de formação dos professores e outras necessárias ao desenvolvimento de um verdadeiro projeto de progressão continuada. O resultado é que boa parte dos alunos chega as séries finais do Ensino Fundamental sem saber ler e escrever corretamente. (APEOESP, 2000, p.9)²¹

Steinvascher (2003) destaca a fragilidade do discurso da APEOESP argumentando que não era possível afirmar em 2000 que o motivo de os alunos chegarem as séries finais do ensino fundamental sem saber ler e escrever era consequência da progressão. Isso porque, como sublinha, um aluno que naquele ano estivesse na 8ª série do ensino fundamental frequentava, em 1998, a 6ª série.

Em 2001, no jornal da entidade de agosto/setembro²², é noticiado que o deputado Carlinhos de Almeida, do PT, havia apresentado à Assembléia Legislativa de São Paulo um projeto de lei que propunha a suspensão temporária do regime de progressão continuada bem como propunha a criação de uma comissão de avaliação sobre a progressão. Entre os artigos do então projeto estava:

Artigo 1º. – Fica criada, no âmbito da Secretaria do Estado da Educação, uma Comissão de Trabalho para, no prazo máximo de 1 (um) ano, avaliar as condições existentes e propor novas bases para o funcionamento do regime de progressão continuada e de avaliação do rendimento escolar dos alunos da rede pública estadual do ensino fundamental e médio, do sistema de ensino do Estado de São Paulo.

Parágrafo único – Deverão obrigatoriamente fazer parte da Comissão aludida no caput deste Artigo, representantes das entidades sindicais que congregam as diversas categorias de profissionais do ensino estadual – APESE (supervisores de ensino), UDEMO (diretores de escola), APEOESP e CPP (professores) e AFUSE (funcionários administrativos e de serviços), além de representantes das áreas de educação das 3 (três) universidades públicas estaduais (USP, UNESP e UNICAMP). [...]

Artigo 3º. – Fica suspenso, a partir da vigência desta Lei e até a entrada em vigo das novas normas, a serem elaboradas conforme aqui estabelecido, o funcionamento do regime de progressão continuada e o sistema de avaliação do rendimento escolar hoje vigentes no ensino fundamental da rede pública estadual.

²¹ Caderno de teses. XVII Congresso Estadual, Serra Negra, 2000.

²² Aprovação imposta. *Jornal da APEOESP*. agosto/setembro, 2001.

No Congresso Estadual de 2001, realizado em outubro, delibera-se que a APEOESP apoiaria “de forma inequívoca e decidida de o Projeto de Lei nº 428/2001”. Em novembro realizou-se uma Audiência Pública organizada pela Comissão de Educação da ALESP para discutir tal projeto. Este foi, com efeito, o primeiro espaço aberto para a discussão acerca da progressão continuada. Nesse ponto, cabe apontar, como bem mostra Barbosa, que na Indicação do CEE nº 08/97, documento este em anexo à Deliberação CEE 9/97,

Estava previsto [...] o envolvimento de entidades da sociedade civil, tais como: Ministério Público, os Conselhos Tutelares e o CONDECA O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente composto por 20 (vinte) membros, sendo 10 (dez) representantes do Poder Público e 10 (dez) representantes da sociedade civil, e respectivos suplentes.— Conselho Estadual (ou Nacional, ou Municipal) dos Direitos da Criança e do Adolescente. O texto não deixava claro como esta articulação ocorreria, nem que objetivos deveriam ser alcançados a não ser terminar com a repetência. (2010, p. 141)

Todavia, na época, tal indicação não foi respeitada e a progressão foi implantada sem qualquer discussão com os profissionais da educação ou com a comunidade escolar. Feita essa observação, assinala-se que, nas discussões realizadas em 2001 a APEOESP foi a única entidade a defender a suspensão da progressão. No discurso de Nilcéia Victorino, diretora da Secretaria de Legislação e Defesa dos Associados da APEOESP, observa-se: “Nossa entidade, com a aprovação de 93% dos professores, pede a suspensão, a análise e a reavaliação deste projeto que está levando analfabetos e semi-analfabetos para os bancos das universidades”. Podemos observar em operação nesse discurso a presença da ideologia meritocrática. A preocupação da representante da APEOESP era a de que a progressão continuada, tal como estaria sendo implementada, não previa mecanismos de punição aos maus alunos, causando injustiça no processo educacional.

A proposta de suspensão temporária da progressão também aparece no Fórum de Debates intitulado Progressão Continuada: compromisso com a aprendizagem, promovido pela SEE em junho de 2002. Na ocasião, a presidente da entidade, Maria Izabel Noronha, declarou:

[...] o processo de implantação da progressão continuada no Estado de São Paulo não aconteceu, mas não é tarde para se rever alguma coisa e colocá-la no rumo certo. [...] a aprovação automática não pode continuar como está, tem que ser repensada. Não me refiro à repetência, mas às condições de trabalho e a avaliação. Deve-se dar aos professores junto com conselho de classe/série a prerrogativa de tomar esta decisão. Este é um caminho que me parece seguro em médio prazo, para que em longo prazo, tenhamos a progressão continuada na perspectiva da qualidade do ensino e não tão-somente a escola como um espaço de passagem.

Este discurso sintetiza a posição da APEOESP em relação à política de progressão continuada e de sua avaliação no tocante ao processo de implementação da medida no estado. As produções discursivas presentes nos documentos da entidade, de resto, reiteram e reproduzem a colocação acima.

A ausência de discussão no processo de implementação da medida foram, para Chalita, uma das causas do fracasso da medida.

Para o secretário da Educação, Gabriel Chalita, o problema [...] foi a falta de discussão na implantação do modelo. "O erro foi o sistema não ter sido discutido com professores e pais", [...]

Para ele, se tivesse ocorrido um amplo debate ficaria claro que a progressão não tem relação com ensino e aprendizagem. "Ela é um grande caminho para minimizar a exclusão social, já que evita que o aluno abandone a escola por uma série de repetências", diz.

A ex-secretária de Estado da Educação Rose Neubauer, que coordenou a implantação da progressão no Estado, no governo Mário Covas, diz que não houve autoritarismo e que, se houvesse discussão prévia com a rede, o modelo nunca seria efetivado.

Neubauer também afirma que a implementação não foi autoritária, uma vez que estava prevista no programa do governo Covas. Segundo ela, a decisão que aprovou o sistema foi do Conselho Estadual de Educação, tendo como base a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).²³

Em favor da progressão, o discurso de Neubauer foi, repetidamente, o de que

"A progressão continuada reduziu os índices de evasão no Estado e diminuiu a repetência" [...]

Pelo sistema, aplicado no ensino fundamental e criticado por parte dos professores da rede, o aluno com fraco desempenho só pode ser reprovado nas 4ª e 8ª séries.

Segundo a secretária, a média atual de repetência na 4ª série é de cerca de 20%. "A evasão no ensino fundamental caiu de 10% para 3% nos últimos anos e, no ensino médio, de 25% para 10%".

"A política de ciclos leva a família a apostar mais na escola", disse Rose. Para ela, é muito confortável reprovar o aluno. "Quando se faz isso, se está dizendo que o aluno, sozinho, é o responsável por não ter aprendido. A progressão continuada incomoda porque questiona, quando um aluno passa quatro anos na mesma série e não é retardado, se a escola não tem competência para ensinar. Alguém tem que ser responsável por isso".

"Por que a escola culpa a criança? Onde está a competência dos professores, coordenadores pedagógicos e supervisores?", questionou a secretária.

Como já expusemos, o principal motivo da queixa da APEOESP ao longo do governo Covas foi não abertura do governo para discussões em relação aos projetos implementados.

²³ Secretário da Educação de SP admite falhas, *Folha de São Paulo*, de 02/01/2003.

O editorial do jornal de julho de 1997 é exemplar. Apresentando o slogan: *Basta! Salários baixíssimos: R\$ 2,86 por aula; política de gratificações, que acaba com a carreira profissional; negociações para um novo plano de carreira paralisada; autoritarismo permanente do governo; imposições da S.E.; falta de diálogo.....* destacava-se que:

Os projetos implementados pela Secretaria da Educação nunca passam por um debate com a comunidade escolar. São autoritariamente implantados, provocando prejuízos ao aprendizado e à vida escolar de milhares de alunos. Foi assim com a reorganização da rede estadual, o Programa de Avaliação de Desempenho, a recuperação do mês de janeiro, a insistência em recusar matrículas de crianças com sete anos incompletos, a tentativa de obrigar professores a preencherem Fichas de Avaliação de Alunos, o Programa de Ação de Parcerias com municípios, o PDV e outros. (APEOESP, 1997)²⁴

A APEOESP também se manifestou contrariamente ao Programa Escola nas Férias, declarando que o objetivo principal da SEE não era pedagógico e sim, econômico e político – redução de gastos e alteração dos índices educacionais. Para tanto, o sindicato se ampara no próprio discurso da SEE, que proclamava que o programa de recuperação nas férias, atingindo uma aprovação de 51% dos inscritos, representaria para os cofres públicos uma economia de aproximadamente R\$ 72,6 bilhões de reais.

Entre os anos de 1996 e 1997, o tema prioritário na pauta do sindicato consistiu na elaboração do novo Plano de Carreira. Sobre essa medida, Covas havia instituído no primeiro mês de seu mandato uma Comissão que ficou encarregada de discutir e elaborar a nova forma de progressão funcional do quadro do magistério. Essa comissão teve a participação de representantes dos sindicatos de professores, diretores e supervisores de escola bem como de assessores, dirigentes da SEE e representantes de outras secretarias de governo. A Comissão tinha um prazo inicial de noventa dias para apresentar a proposta de um novo Plano de Carreira. Todavia, devido a seu funcionamento irregular, ficou por vários meses paralisada. Deve-se registrar ainda que tal Comissão consistiu no único canal institucional de negociação entre entidades representantes do magistério e a SEE.

A SEE elaborou rapidamente uma proposta de plano de carreira e logo a divulgou. Tal proposta estava em conformidade com as diretrizes e com o diagnóstico sobre o quadro de funcionários da SEE expressos no programa de educação do governo. Um de seus aspectos se dirigia, portanto, ao fim da diversificação de jornadas de trabalho docente e de salários que caracterizavam a vida profissional dos professores. Diversificação essa que a SEE atribuía aos projetos especiais e às políticas salariais de gratificações dos governos anteriores. Quanto a esse aspecto, convém sublinhar que não havia divergência entre a SEE e o sindicato dos professores. Um dos pontos debatidos no Congresso Estadual da entidade em 1995 sobre a elaboração do novo Plano de Carreira sublinhava justamente que:

Os projetos educacionais dos últimos governos – Ciclo Básico, CEFAM, Escola Padrão – vêm descaracterizando o Estatuto do Magistério, colocando a necessidade de um novo Plano de Carreira, que elimine as desigualdades (jornadas desiguais, diferentes critérios para atribuição de aulas) dentro da rede (APEOESP, 1995, p.4)

²⁴ *Jornal da APEOESP*. n.226, julho, 1997.

A divergência central entre a SEE e a APEOESP se situou, portanto, em outro ponto, que não constava no programa eleitoral: tratava-se do “enxugamento” da carreira e da composição da jornada docente. A proposta apresentada pela SEE reduzia os níveis de evolução funcional da carreira do magistério de 11 referências para 4. Já na questão da jornada de trabalho, a proposta da SEE fixava uma proporção de 16,6% para a preparação do trabalho pedagógico, enquanto que o Estatuto do Magistério de 1985 estabelecia uma proporção entre 20 e 33%.

A questão sobre a definição do piso salarial também gerou divergências: a SEE sinalizou no projeto um piso de 5 salários mínimos para jornada de 40 horas semanais. A APEOESP, por outro lado, defendia o dobro, alegando que na campanha eleitoral de Covas este havia prometido 5 salários mínimos para uma jornada de 20 horas. A SEE alegou, em contrapartida, que Covas havia prometido 5 salários mínimos, mas não havia especificado para qual tipo de jornada.

Mas a APEOESP tinha um projeto de plano de carreira? Nas discussões do Congresso Estadual de 1995, no que diz respeito ao Plano de Carreira, a APEOESP propunha: a) concurso público para professores e funcionários de escola; b) eleição direta para os demais cargos (diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico); c) jornada de trabalho docente única de 40 horas semanais, sendo 20 horas em sala, 10 horas-atividade em local de livre escolha e 10 HTPCs; d) política salarial com reajustes mensais com base no ICV-DIEESE e um salário mínimo do DIEESE para cada 20 horas-aula semanais; e) carreira aberta (possibilidade de todos os integrantes do quadro do magistério evoluírem sem sair de sala de aula); f) quando à progressão funcional, aumentar a pontuação nos cursos de atualização/capacitação, além de manter a pontuação por tempo de serviço; g) reconhecimento pela SEE dos cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização ministrados pelas universidades públicas e outras instituições de reconhecida qualidade, bem como a participação em eventos educacionais promovidos pela APEOESP. (APEOESP, 1995, p.4).

Sintomaticamente, no Congresso Estadual do ano seguinte, detecta-se o rebaixamento da proposta do congresso anterior. Em 1996, o sindicato passa a priorizar a defesa de 10 salários mínimos em detrimento do piso do DIEESE e, além disso, a defesa anterior de uma jornada de trabalho composta por 20 horas em sala é substituída pela defesa da “redução da jornada de trabalho e ampliação do número de HTPCs”, não se especificando o número de horas correspondentes. Tanto Assis quanto Goulart consideram que esse recuo na proposta da APEOESP é uma evidência da sua postura propositiva, participacionista. Dito de outra forma, segundo as autoras, a APEOESP rebaixa sua proposta para torná-la compatível com a matriz propugnada pela SEE, priorizando portanto as negociações nas instâncias institucionais. Com efeito, a favor das autoras, conta o fato de que a atuação do sindicato daí para frente consistiu em localizar os pontos negativos da proposta do governo, propondo então nova formulação para os mesmos.

Depois de várias tentativas de negociação fracassadas, a direção da APEOESP enfatizava: “Só a forte mobilização do magistério estadual na Jornada de Luta pela Educação forçou o governo a reabrir no início de setembro [de 1996] as negociações sobre o Plano de Carreira [...] O caminho agora é reforçar a mobilização para exigir que o governo valorize efetivamente o Magistério.” (APEOESP, 1997)²⁵.

Mas de que forma a APEOESP procurou reforçar a mobilização? Entre as ações da entidade para mobilizar a base dos professores estavam previstas: construção de um calendário de debates nas

²⁵ Só mobilização garante um bom plano de carreira. *Jornal da APEOESP*. n.228, setembro, 1997.

escolas e subsedes bem como elaboração de materiais informativo aos associados. Um das hipóteses defendidas por Assis é a de que a adoção da prática sindical propositiva tem resultado no distanciamento da base da categoria em relação à direção do sindicato. A substituição da mobilização de massa por propostas elaboradas por técnicos/assessores contribui, assim, para a desmobilização das bases, fazendo com que o sindicato tenha que recorrer cada vez mais aos mecanismos de pressão indiretos.

Na matéria intitulada *Toda a pressão sobre a Assembléia Legislativa*, a APEOESP apontava:

A secretaria da Educação enviou na manhã de 26 de novembro sua proposta de Plano de Carreira do Magistério à Assembléia Legislativa. Em mais um flagrante desrespeito com a categoria, a SE convocou a APEOESP e demais entidades à tarde apenas para comunicar que o projeto já havia sido enviado ao Parlamento. O desrespeito chegou a tal ponto que, na mensagem enviada à Assembléia, o governador Mário Covas disse que a elaboração do projeto foi ‘precedida de amplos entendimentos com as entidades representativas do setor’, o que obviamente não é verdade. [...]

Em relação ao projeto que a Secretaria já havia apresentado anteriormente, a única alteração foi o aumento do número de níveis de evolução, de 4 para 5 no caso dos professores, e de 3 para 4 no caso dos especialistas. Quanto aos demais pontos, como jornada e piso, a SE manteve o que já vinha propondo. Para subsidiar a mobilização da categoria, as subsedes estão recebendo da Diretoria da APEOESP um material analisando todos os pontos da proposta da SE. (APEOESP, 1997, p.3)²⁶

E prossegue:

Diante da recusa da Secretaria da Educação em continuar negociando nossa Carreira, a Assembléia do Magistério de 16 de outubro reafirmou por unanimidade a rejeição ao projeto do governo e aprovou que a categoria deve fazer uma grande pressão sobre os deputados estaduais. Além de caravanas à Assembléia Legislativa, a estratégia de mobilização inclui pressão direta sobre os parlamentares em suas próprias regiões eleitorais e envio de cartas, faxes e aerogramas aos gabinetes, reafirmando nossas reivindicações. O modelo de “Carta aos deputados” e a relação dos 94 parlamentares, com números dos gabinetes, do telefone e do fax, já foram enviados às subsedes. (ibidem)

Em 1997, ano em que as propostas da SEE sobre o Plano de Carreira apareceram de forma mais clara nas Comissões de negociação, verificamos o abrandamento das formas de luta e a priorização de mecanismos indiretos de pressão.

Depois de completados quase três anos de negociações, o projeto da SEE é enviado à Assembleia Legislativa sem incorporar nenhuma reivindicação da APEOESP. Conforme Goulart, “Interessante destacar a súbita percepção [da APEOESP] de que o governo tinha maioria no legislativo estadual e que portanto o projeto de Plano de Carreira seria aprovado pelos deputados governistas. Fosse

²⁶ Toda a pressão sobre a Assembléia Legislativa. *Jornal da APEOESP*. n.228, setembro, 1997, p.3.

esta afirmação reconhecida pela diretoria da APEOESP em julho de 1997, quando esta optou por uma ação negociada com uma pauta rebaixada, não haveria sustentação para suas propostas de mobilização (faxes, aerogramas, intermediação com deputados, etc.)” (2004, p.163). Com a aprovação do novo Plano de Carreira no final de dezembro, as resistências cessaram.

Como informa Goulart (2004, p. 92), o piso salarial de “um professor I (1ª a 4ª série) por 20 horas-aula em julho de 1997 era de R\$ 167,05, com gratificações e complemento o salário compunha-se de R\$ 286,55, ou seja, quase 2 salários mínimos e meio (o valor do salário mínimo era R\$ 120,00). Com o Plano de Carreira o piso salarial para professor I passou a ser R\$ 610,00, ou 5 salários mínimos para jornada de 30 horas-relógio.” Ainda segundo a autora, “O que houve foi a incorporação das gratificações²⁷ e um aumento que não excedeu o que o governo vinha afirmando ser o máximo possível, ou seja, um impacto de 20% sobre a folha de pagamento com a aprovação do novo Plano de Carreira.” Por isso, conclui: “tanto por tão pouco”.

No jornal especial de fevereiro/março de 1999, a APEOESP publica um amplo material no qual se encontra a crítica mais sistemática ao conjunto da política educacional neoliberal do governo Covas. Nesse mesmo ano, ocorrem diversas manifestações da APEOESP contra a política educacional paulista. Em março 2000, a APEOESP, em conjunto com as demais entidades do Magistério paulista, lança a Campanha Salarial Unificada. Além da reivindicação de “no mínimo cinco mínimos”, observa-se uma ampla mobilização de repúdio à política educacional governamental.²⁸ As entidades do magistério entram em greve que terminou depois de dura repressão governo. A APEOESP manteve-se em greve por 43 dias.

A APEOESP tem enfrentado, desde o início do governo Covas, as políticas de desmonte da Escola Pública e de rebaixamento da qualidade do ensino que vêm sendo aplicadas pela Secretaria Estadual de Educação de forma autoritária, prepotente, sem qualquer diálogo ou debate com o Magistério, com a comunidade escolar e com a sociedade em geral.

[...] Temos combatido cotidianamente cada um dos aspectos destas políticas na condição de categoria profissional e também estabelecendo um diálogo com pais, alunos e outros setores sociais para construirmos uma ampla contraposição aos projetos do governo. Com este propósito, produzimos inúmeras análises publicadas em nossas Revistas de Educação, suplementos do Jornal da APEOESP, cadernos, cartilhas, boletins especiais e outros instrumentos de subsídio ao debate, bem como realizamos jornadas de luta, manifestações, paralisações, abaixo-assinados e outras formas de luta contra aspectos pontuais e globais das políticas do governo.

Ao atacar violentamente nossa greve, Covas quis impedir que se concretizasse a unidade do funcionalismo e dos trabalhadores dos serviços públicos com o movimento popular e estudantil contra suas políticas. (APEOESP, 2000, p.6)²⁹

²⁷ As gratificações a que Goulart faz referência são: Gratificação Extra, a Gratificação de Magistério, a Complementação de Piso e a Gratificação de Função.

²⁸ Para um maior detalhamento dos acontecimentos, ver *Jornal da APEOESP Especial Greve 2000*, julho, 2000.

²⁹ *Jornal da APEOESP*. Especial Greve de 2000, Julho, 2000.

No final de dezembro, Covas instituiu o bônus gestão e o bônus mérito, Lei Complementar 890 e 89. Conforme Barbosa (2010, p.146), “A instituição desses bônus embute a lógica da competitividade entre as escolas e entre os professores quando estabelece critérios de comparação vinculados ao desempenho de cada escola na avaliação do SARESP.” No caso do bônus de gestão, a iniciativa colocou nas mãos dos dirigentes um instrumento poderoso de cobrança, já que a verba do gestor dependia da performance dos professores e dos alunos no cumprimento das metas. Vale dizer que tais medidas tiveram grande repercussão entre o professorado. Como afirma Carlos Ramiro, presidente do sindicato na época, “Com salários cada vez mais baixos, os professores se submetem à política do bônus do governo estadual. Para garantir o dinheiro extra, muitos vão trabalhar doentes”³⁰. Porém, a despeito dessa consideração, a APEOESP não se preocupou em fazer uma análise dos efeitos de tal política, nem mesmo procurou relacioná-la ao conjunto da reforma educacional.

Bráulio Roberto Loureiro, ao analisar a política concessão de bônus mérito, aponta que:

[...] a concessão de bônus-mérito não possui consenso entre os professores. Como uma política inserida dentro de um processo de racionalização educacional, diretores, professores, gestores, sindicatos, SEE/SP, entre outros sujeitos ligados à educação, divergem e conflitam a respeito das múltiplas implicações que esta política educacional possui no trabalho docente e na educação pública paulista. Da mesma forma que se tem manifestações docentes no sentido de reivindicar melhorias substanciais nos salários ao invés de bonificação atrelada à metas, existem professores que observam no bônus-mérito um benefício concedido de modo justo aos profissionais mais empenhados. E existem ainda aqueles que vêem com ressalvas a bonificação, já que o valor concedido poderia ser maior. Enfim, as opiniões e visões a respeito dessa medida geram polêmica e debate em diversos âmbitos, desde o espaço escolar até as sedes de movimentos representantes dos professores, sindicatos e diretorias de ensino. (2011, p. 18)

A hipótese defendida por Loureiro é a de que:

Na medida em que o bônus está atrelado às principais políticas educacionais vigentes (ao SARESP, à progressão continuada dos alunos e à formação dos professores pela SEE/SP), o Estado paulista avançaria no sentido de intensificar o controle sobre os rumos da educação pública estadual. A escola e os professores, vislumbrando a bonificação, devem ensinar aos alunos os conteúdos cobrados no SARESP, necessitam atuar de modo que o contingente de estudantes flua satisfatoriamente, precisam participar da formação fornecida pela SEE/SP e não podem faltar ao trabalho. Acreditamos que a concessão de bônus aos docentes, da forma como esta é organizada pelo Decreto 52.719/08, pode ser considerada uma forma de garantir o funcionamento das demais políticas educacionais do Estado. (LOUREIRO, 2011, p.19)

³⁰ Retirado de “No estado mais rico do país, a educação é desprovida de meios”. In: Revista Adusp (Associação dos Docentes da USP), Seção sindical da Andes, nº38, set, 2006.

Nossa interpretação a respeito dessas políticas é a seguinte: articulando concessão pecuniária à assiduidade, numa conjuntura de degradação salarial e de estratégias de luta que têm afastado as bases da categoria do sindicato, tal política tem reforçado o meritocratismo individualista nos professores, produzindo um efeito de isolamento particular, reforçando os efeitos político-ideológicos derivados da estrutura jurídico-política capitalista, conforme vimos na seção 1.2.

Em *Sobre a Reprodução*, Althusser (2008) assinala que um dos fatores que garantem o funcionamento das relações de produção é a existência de agentes da exploração e da repressão interior no interior do próprio processo de produção. Ou seja, não são policiais ou militares que garantem as funções de vigilância-controle-repressão no processo de produção, mas agentes do processo de produção (diretores e seus subalternos, contramestres, engenheiros e técnicos superiores). Com base nessa observação, podemos sustentar a ideia de que, no interior da instituição escolar, são os diretores, vice-diretores e coordenadores os responsáveis por desempenhar tal função. E mais, é possível dizer que a política de bônus gestão estimulou o reforço da função de agente da repressão entre os diretores.

Acrescente-se a isso que “é possível considerar a distribuição dos bônus de gestão e de mérito aos funcionários da educação como uma forma sutil de aumentar o controle sobre os agentes educacionais, para que realizassem suas tarefas e aceitassem a novas diretrizes da política educacional sem grandes resistências.” (BARBOSA, 2010, p.151)

O bônus tem conseguido manter os professores em sala de aula e, portanto, longe das mobilizações e reuniões sindicais. De resto, é o que atesta os depoimentos de dirigentes do sindicato bem como fica evidenciado na tabela abaixo. Nessa tabela, podemos observar que, depois da greve de 2000, outra greve ocorrerá somente 5 anos depois, contando com baixa adesão e com duração de apenas 4 dias. E mais: a greve de 2000 agregou à luta salarial uma forte crítica à política educacional do governo, contando com uma postura combativa. Diferentemente, a motivação da greve de 2005³¹ se deveu ao Decreto 43.630 que previa a alteração contratual dos servidores temporários.

QUADRO

GREVES DA APEOESP ENTRE 1978 E 2005

Ano	Greves (dias)	Principais reivindicações
-----	---------------	---------------------------

³¹ “A principal reivindicação é que o governador Geraldo Alckmin (PSDB) desista de alterar os contratos dos professores e dos servidores temporários. O governo enviou no começo deste mês uma proposta para a Assembléia Legislativa que previa que esses trabalhadores fossem contratados por seis meses, com a possibilidade de renovação por mais seis meses. Após esse período, o servidor teria de ficar dois anos fora da rede. Atualmente, os funcionários com esses contratos podem trabalhar por tempo indeterminado, desde que haja aulas disponíveis. A Apeoesp (sindicato dos professores) avaliou que a medida poderia causar a demissão de 120 mil docentes -- número de trabalhadores com esse tipo de contrato. A rede possui cerca de 230 mil professores. Alckmin recuou e retirou a proposta para estudá-la. A proposta levaria à demissão de 40% dos 230 mil professores --92 mil deles. O projeto foi retirado anteontem à noite da Assembléia após manifestação que reuniu cerca de 10 mil professores, mas Alckmin disse que a razão do recuo não foi o protesto. “Já havíamos detectado um problema jurídico”, disse. [...]Assim, as escolas estaduais precisariam, todo os anos, mudar seu quadro docente, já que hoje 40% dos professores são temporários”. Alckmin admite erro em plano para docente, *Folha Online*, de 07/10/2005

1978	24	Reajuste de 20%, 180 dias letivos; 20% de hora-atividade; pela 5ª semana; pela CLT aos precários; pela aposentadoria aos 25 anos e regulamentação do Estatuto do Magistério
1979	37	
1982	05	Reajuste de 140%, sem parcelamento
1983	01	
1984	14	Reajuste de 70%, retorno das cinco referências perdidas no governo Maluf, reajuste semestral, reestruturação da jornada de trabalho, eleições diretas para delegado de ensino e presidente da República
1985	06	Reajuste de 47,7%, incorporação da jornada integral para efeito de aposentadoria, reestruturação da jornada de trabalho
1986	34	Piso salarial de cinco mínimos para jornada parcial
1987	24	Manutenção e pagamento do gatilho
1988	54	Reposição de 144% mais 15% de produtividade
1989	82	Piso salarial profissional para o magistério unificado nacionalmente de um salário mínimo do DIEESE para jornada de 20h/a semanais, reposição das perdas salariais, definição de data base para 1º de maio, aplicação imediata dos direitos conquistados pelo magistério na Constituição (13º salário, 1/3 férias, etc.), por uma Constituição Estadual e uma LDB que atenda os interesses da comunidade escolar
1992	27	Estabelecimento de política salarial com reajustes acima da inflação, reposição das perdas salariais, piso de um salário mínimo do DIEESE para jornada de 20 horas-aula semanais
1993	79	Reajuste mensal conforme a inflação, piso de um mínimo do DIEESE para jornada de 20 horas-aula semanais
1995	36	Cinco salários mínimos por 20 horas-aula
1998	13	Revogação do decreto 43.630 que permitia a demissão de ACTs ao final do ano letivo
2000	44	Volta da grade curricular de 1997, máximo de 35 alunos por sala, fim da reforma do ensino médio, cinco salários mínimos por 20 horas-aula

2005	04	Contra o projeto que limita o tempo de contratação de professores e servidores temporários.
------	----	---

Voltando ao bônus, um dos poucos pronunciamentos feitos a respeito dessa política pela APEOESP em seu jornal foi:

Agora, mais uma vez o governador desrespeita a carreira dos professores e anuncia o pagamento de mais um bônus Mérito e Gestão, como já havia ocorrido ao final de 2000. Estes bônus não incidem sobre os salários base dos professores, acarretando prejuízos para a carreira, férias e aposentadorias, entre outros. Condicionado à assiduidade dos docentes, obriga-os a permanecer em sala de aula mesmo quando acometidos por alguma enfermidade, pois além das licenças-prêmio (a que os professores têm direito justamente por serem assíduos) as licenças médicas também são descontadas. (APEOESP, 2001)³²

Os pronunciamentos posteriores tem revelado, em tom de crítica aos critérios de concessão do bônus, a aceitação a tal política: “Tudo indica que, mais uma vez, o governo não publicará os critérios para a concessão dos bônus. (APEOESP, 2002)³³. Em 2001 uma das reivindicações da APEOESP era a inclusão dos aposentados entre os funcionários que recebem o bônus mérito³⁴. E de 2002 em diante, passa a ser “transformação dos recursos do bônus em reajuste para todos (aposentados e da ativa).”³⁵. Mas, até o período pesquisado, pudemos observar que tal reivindicação é secundária na pauta de luta da entidade.

Podemos concluir que, frente à reforma educacional neoliberal operada no estado de São Paulo, a APEOESP, ao adotar uma estratégia de luta *participacionista* (propositiva) optou por dar prioridade aos confrontos e práticas pontuais, vinculados à tentativas de negociação com o governo no plano institucional. Essa estratégia, diante do projeto educacional articulado e estrategicamente implementado pelo governo, tem resultado uma postura no afastamento da direção em relação às bases da categoria e, além disso, levado esse sindicato ao insulamento corporativo o que, de outro modo, significou o afastamento da luta maior contra o modelo de política neoliberal em sua totalidade. Sintomaticamente, no período em que se concentram as principais medidas da reforma educacional operada no estado e que requeriam, portanto, ações mais incisivas, a APEOESP dá prioridade à formas de luta pautadas por ações indiretas e pontuais.

³² Governo rasga Plano de Carreira. *Jornal da APEOESP*. n.256, nov/dez, 2001.

³³ Em: Mais um bônus destrói a carreira dos professores. *Jornal da APEOESP*. n.260, set/out, 2002.

³⁴ “A Apeoesp (sindicato dos professores da rede estadual de ensino) entregam amanhã um abaixo assinado à Assembléia Legislativa de São Paulo, pedindo a inclusão dos aposentados entre os funcionários que recebem o bônus de mérito. O sindicato promete levar 200 professores ao plenário amanhã de manhã para entregar pessoalmente o documento ao presidente da Casa, o deputado estadual Walter Feldman (PSDB). [...] O abaixo assinado inclui também uma lista com outras reivindicações, como a aprovação do projeto de lei que limita a 35 o número de alunos por sala de aula. [...] Os professores também pedem aos parlamentares que intermediem a abertura de negociações com governador Geraldo Alckmin, sobre as reivindicações salariais e profissionais da categoria”. Em: Professores vão à Assembléia pedir extensão de bônus a inativos, *Folha Online*, de 06/06/2001.

³⁵ Professores estaduais de SP realizam assembléia nesta sexta. *Folha Online*, 18/03/2005

APROPRIAÇÃO ESTRATÉGICA E IDEOLÓGICA DO FLUXO ASCENDENTE DE MOBILIDADE SOCIAL NA MOTIVAÇÃO PROFISSIONAL: UMA DIMENSÃO DE COOPTAÇÃO DOS TRABALHORES

IDEOLOGICAL AND STRATEGIC APPROPRIATION OF UPOWARD FLOW OF SOCIAL MOBILITY IN PROFESSIONAL MOTIVATION: A DIMENSION OF WORKERS COOPTATION

Rodrigo Moreira VIEIRA¹

Resumo: Neste trabalho procuramos identificar como a questão da mobilidade social – sobretudo a de caráter intrageracional – tem sido permeada e sobrevalorizada em discursos relacionados à motivação profissional representando a posição política e ideológica que a classe dominante defende. Este ato tem constituído uma estratégia utilizada pelos motivadores profissionais na tentativa de disseminar a ideia de que o trabalho “bem feito”, com “dedicação e entusiasmo” leva, necessariamente, a um suposto sucesso canalizado na ascensão social, além de uma também suposta ascensão moral no sentido de que os indivíduos que alcançam tal posto são tidos como exemplo de postura social. Por fim, tentaremos analisar os limites encontrados no discurso motivacional de ascensão social proposto pela via da mera iniciativa individual, ao mesmo tempo em que analisaremos se é possível provar uma suposta democratização através da mera ascensão em questão.

Palavras-chave: mobilidade social; ideologia; motivação profissional; trabalho.

Abstract: This job tries to identify how the question of social mobility - especially the one of intragerational character - has been permeated and overvalued in speeches related to professional motivation representing the ideological and political position that dominant class defends. This fact has been a strategy used by professional motivation leadership in order to disseminate the idea that the job "well done" with "dedication and enthusiasm" necessarily lead to a supposed success channeled into social rise, and also a supposed moral rise in the sense that individuals who reach such a position are taken as an example of social stance. Finally, this job tries to analyze the limits found in the motivational of social rise proposed by mere individual initiative, while examines if is possible to prove an alleged democratization through the mere rise in question.

Keywords: social mobility; ideology; professional motivation; work.

Introdução

Nos anos que seguiram após a crise capitalista desencadeada, sobretudo, a partir de 1973, vários empresários do setor produtivo precisaram reconsiderar parte de suas estratégias administrativas e produtivas de modo a combater ou amenizar os efeitos causados por tal crise. É neste contexto que várias empresas desencadearam o processo de ocidentalização do modelo Toyotista de produção com o objetivo de absorver algumas das principais estratégias produtivas e administrativas encontrada neste modelo.

No entanto, o novo modelo de administração, para funcionar necessitou cooptar a subjetividade trabalhadora em uma nova dimensão (ALVES, 1999; 2000) em nome de elementos como administração participativa e dos círculos de controle de qualidade, entre outros, além de passar por uma reestruturação de determinados elementos operacionais. Também desencadeou um processo de reestruturação ideológica cujo objetivo foi legitimar as novas estratégias

¹ UNESP – Campus de Marília. Mestrando do programa de pós-graduação em Ciências Sociais. Orientadora: Fátima Aparecida Cabral. moreiraemail@gmail.com

de exploração que vieram à tona com o desenvolvimento do Toyotismo na tentativa de “naturalizá-las” como a (suposta) única via possível nas relações produtivas, quebrar a resistência dos empregados e mascarar os elementos que potencializaram alguns aspectos perversos sobre trabalhadores de diferentes áreas e níveis hierárquicos: o boom de novas tecnologias, a automação da produção, a mudança geográfica de empresas de grande nome para lugares onde houvesse legislações trabalhistas enfraquecidas, fusões e técnicas de aceleração do tempo de giro do capital também passaram a fazer parte do cotidiano de corporações como estratégia de sobrevivência frente às condições gerais de deflação (HARVEY, 2001), além da flexibilização que criou problemas em torno dos direitos trabalhistas e o processo de terceirização na contratação de força de trabalho, entre outros. “Toyotismo implica em flexibilização dos funcionários. Se estes o rejeitam, não pode funcionar” (GOUNET, 1999, p. 55).

É neste cenário que novas estratégias ideológicas, como a motivação profissional, passaram a ganhar vulto em nome dos interesses da classe dominante no projeto de implantação prática e legitimação ideológica das novidades que vieram à tona com a expansão do modelo produtivo em questão. Combater o desânimo dos trabalhadores canalizado em manifestações, greves e boicotes em relação às novas estratégias produtivas, ao mesmo tempo em que se tentou construir uma onda de (falacioso) otimismo em relação a tais novidades tornou-se uma pauta importante da agenda da classe dominante. A quantidade de elementos ideológicos foi e tem sido imensa numa sociedade de capitalismo moderno. No entanto, neste trabalho elencamos especificamente o modo como a motivação profissional se apropria dos processos de ascensão socioeconômica para tentar autenticar seu discurso cooptante na tentativa de legitimar os pressupostos existente nas suas afirmações. A seguir veremos como funciona esta estratégia.

1. O pragmatismo enviesado em nome do conservadorismo

O discurso da motivação profissional é constantemente permeado pelos seguintes pressupostos:

Além da formação e treinamento é preciso também investir na motivação, sem a qual qualquer programa de qualidade e produtividade estará fadado ao fracasso (GRETZ, 1996, p. 79)

Para ser vitorioso na competição acirrada dos tempos atuais, só mesmo sendo forte. Não a força material e o tamanho, necessariamente, mas sim a força do trabalho bem feito (GRETZ, 1996, p. 31).

Tais afirmações disseminam a crença de que uma série de problemas de caráter social pode – e deve, segundo tal perspectiva – ser solucionada a partir da ascensão social que a ação individual “otimista” e “empreendedora” supostamente traz ao indivíduo disposto a adotar tal postura. A classe dominante, com o intuito de legitimar e ganhar credibilidade e apresentar a sua tese como a “verdade” e, desse modo, conquistar certa credibilidade social acerca daquilo que ela defende, tenta construir e/ou apresentar uma lógica aparentemente coerente de acordo

com os pressupostos do pensamento na qual ela se apoia. Para tentar se sustentar, ela utiliza-se, como estratégia, de exemplos concretos, mas que constituem exceções, para fins ideológicos generalizantes e, como no caso está a serviço da classe dominante, funciona como mecanismo ideológico conservador:

É claro que as ideologias dominantes da ordem social estabelecida desfrutam de uma importante posição privilegiada em relação a todas as variedades de “contraconsciência”. Assumindo uma atitude positiva para com os mecanismos auto-reprodutivos fundamentais da sociedade, podem contar, em suas confrontações ideológicas, como apoio das principais instituições econômicas, culturais e políticas do sistema todo. Ao mesmo tempo, visto que se identificam “interiormente”, digamos assim, com os processos contínuos de reprodução socioeconômica e político-ideológica, podem estipular a “praticabilidade” como pré-requisito absoluto para a avaliação da seriedade ou da inadmissibilidade categórica da crítica, bem como da legitimidade da mudança social. Assim, não é acidental que as ideologias dominantes insistam nas insuperáveis virtudes do “pragmatismo” e da “engenharia social gradual”, rejeitando (no mais das vezes, pela simples rotulação de rótulo exorcizante) todas as formas de “síntese total” ou de “holismo” – isto é -, nas palavras autoconfiantes de uma das figuras representativas, qualquer concepção da ordem social “radicalmente diferente daquela estabelecida (MÉSZÁROS, 2004, p.233)

Exemplos práticos, que posteriormente serão ilustrados neste trabalho através do caso do ex-camelô David, analisados fora da concreticidade, são sobrevalorizados em sociedades modernas pautadas no forte raciocínio pragmático arrolados na materialidade de fatos e/ou pseudo coerência. Casos como este, se não forem analisados a partir do contexto amplo onde se efetiva, nos leva a uma superficialidade enganosa. A visão meramente imediatista ao invés de nos aproximar da essência, dela nos afasta. Por isso devem ser analisadas a partir da sua relação dialética com o concreto:

O todo não é imediatamente cognoscível para o homem, embora lhe seja dado imediatamente em forma sensorial, isto é, na representação, na opinião e na experiência. Portanto, o todo é imediatamente acessível ao homem, mas é um todo caótico e obscuro. Para que possa conhecer e compreender este todo, possa torná-lo claro e explicá-lo, o homem tem que fazer um detour: o concreto se torna compreensível através da mediação do abstrato, o todo através da mediação da parte. Exatamente porque o caminho da verdade é um detour – der Weg der Wahrheit ist Unweg – o homem pode perder-se ou ficar no meio da caminho” (KOSIK, 1975, p. 36).

A totalidade concreta quando mistificada através de meras categorias abstratas como “pro-atividade, “empreendedorismo”, “entusiasmo” acaba fazendo com que os trabalhadores encarem as supostas verdades que permeiam o tal “mercado de trabalho”- que em última instância são reflexos das condições materiais que privilegia a classe dominante - como algo natural. Interpretados através da imediatividade são descontextualizados e compreendidos de maneira leviana. Além disso, ter acesso à noção instrumental e à “*práxis* utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo,

de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade” (KOSIK, 1975, p. 14).

Para entendermos o que tem sido afirmado até aqui, recorrer-se-á a dois conceitos que se complementam nas relações de domínio: a subestimação e a superestimação. Ambos são elementos constantemente utilizados como estratégias políticas e ideológicas. A diferença no caso da classe dominante é que o seu controle sobre os meios de produção do conhecimento, dos meios de comunicação e outros elementos de reprodução social contribui para o processo de homogeneização das perspectivas que legitimam os privilégios desta. Deste modo, os pressupostos do conhecimento estão altamente permeados por interesses políticos e ideológicos. Para tanto, munidos do controle sobre os meios de comunicação e dos centros de controle e formação dos pressupostos do pensamento e do conhecimento, busca inculcar e disseminar tais ideias sobre a classe trabalhadora. Desse modo, a classe dominante tenta estabelecer os limites e as regras da ação social de modo a homogeneizar suas perspectivas privilegiando e mantendo seus interesses, ao mesmo tempo em que demoniza qualquer ação que se dê fora das regras e dos limites estabelecidos por tal classe. Agora transportaremos estes dois conceitos para o terreno social.

A classe dominante se apropria da superestimação na seguinte situação: qualquer elemento que possa ser utilizado estrategicamente para defender os seus interesses tem a importância superestimada por esta. O processo de superestimação daquilo que pode ser utilizado para legitimar seus interesses é conquistado através do domínio dos elementos mencionados logo acima.

Tudo aquilo que pode ser utilizado para sustentar o raciocínio que ampara os interesses da classe dominante ganha contornos cintilantes e é sobrevalorizado. Em contrapartida, qualquer fato comprovável, seja em termos de práxis, seja em termos lógicos e científicos, que contrarie os interesses e a posição da classe dominante, são subestimados por esta através das estratégias mencionadas anteriormente.

Para comprovarmos esta tese, adentraremos sobre a ideia de mobilidade social. A partir daí mostraremos um exemplo de superestimação para elucidarmos o modo como o que tem sido dito até aqui se dá na prática.

O conceito de mobilidade social foi criado para ajudar a compreender o processo de ascensão e decesso dos indivíduos em determinadas posições sociais separadas de acordo com preceitos econômicos cujo nível de renda é o centro da classificação.

De modo mais específico, aqui abordaremos a mobilidade social em termos econômicos corriqueiramente e superficialmente rotulados como classe A, B, C, D e E. De um lado temos o fluxo ascendente onde um indivíduo passa a ganhar um salário que o eleva a um estrato econômico superior. Do outro lado temos o processo contrário onde o indivíduo, por algum motivo, tem seu poder de compra reduzido e acaba descendo a um estrato econômico inferior. Em ambos os fluxos, temos dois métodos centrais de comparação: o intrageracional e o intergeracional. O primeiro baseia-se na comparação do status inicial e final do próprio indivíduo ao longo da sua carreira. O segundo baseia-se na comparação de status ocupacionais dos indivíduos com o de seus pais.

Contudo, é necessário deixar claro a seguinte situação: embora a ideia de mobilidade social se concentre nos processos de ascendência e queda econômica, o seu grande fluxo se concentra em determinada faixa da pirâmide econômica da sociedade. Isso porque os ocupan-

tes da grande base onde se concentra a maior parte da população mundial constituída por pobres e miseráveis, em geral, permanecem na base. Não passam por um fluxo ascendente de maneira significativa. Por isso, podemos dizer que ela é uma camada de caráter relativamente estático. Os mais pobres dificilmente saem desta posição.

Por outro lado, os pertencentes ao pico da pirâmide, uma grande minoria constituídos de milionários e bilionários, dificilmente descendem na hierarquia socioeconômica. Permanecem sempre no pico. Por isso, também compreendem uma camada estática da pirâmide em questão.

Desse modo temos duas camadas praticamente estáticas: uma constituída de pobres e outra constituída por indivíduos muito ricos. Esta situação comprova o seguinte: o fluxo da mobilidade social se concentra em uma zona específica e muito limitada da pirâmide em questão.

Essa zona onde se concentra a maioria do fluxo da mobilidade social pode ser entendida, também, como zona de amortecimento de conflitos (DAHRENDORF, 1982).

Esta zona recebe este nome porque é utilizada ideologicamente pelos liberais e pela classe dominante na tentativa de ocultar e/ou reduzir o conflito entre classes. De que maneira? Usando exemplos de pessoas que ascenderam economicamente para disseminar a ideia de que vivemos em uma suposta democracia que oferece oportunidades iguais a todos. As ascensões, mesmo que limitadas, são utilizadas para amortecer os ânimos e conter a revolta ou a crítica ao conflito e amortecer os impactos da contradição e dos aspectos negativos e excludentes do nosso sistema econômico e social. Dentre os principais porta-vozes desta ideia encontram-se os motivadores profissionais: novos intelectuais orgânicos – apropriando-se da categoria teórica de Gramsci (2001) – a serviço da classe dominante.

No entanto, quanto a isso temos dois problemas: 1) a zona onde acontece o grosso da mobilidade social é pequena e restrita; é onde se concentram apenas camadas médias da hierarquia econômico-social; 2) salvo raríssimas exceções, ninguém da base da pirâmide tem a possibilidade de ascender ao topo e ninguém que está no topo descende até a base, ou seja, a mobilidade, além de concentrada em camadas específicas, é muito limitada e não pode de maneira nenhuma ser generalizada em todas as zonas da pirâmide socioeconômica. Isso acontece por que, mesmo em casos de ascensão, a estrutura socioeconômica capitalista é essencialmente desigual e sua existência implica, necessariamente, na manutenção e reprodução dessa desigualdade.

Entretanto, as camadas da classe dominante subestimam os limites e restrições acerca da mobilidade social e superestimam os fluxos ascendentes com o objetivo de utilizar desta zona para ocultar o conflito social maior que envolve o ápice e a base da pirâmide. Os casos de ascensão são louvados com base numa perspectiva individualista. Desse modo, a posição daqueles que estão na base da pirâmide é justificada por uma suposta incompetência individual e que, caso o sujeito quisesse e dispusesse de boa vontade e iniciativa, isso em si, já seria o suficiente para sair desta condição como se a desigualdade fosse justificável apenas por existirem aqueles que têm vontade e iniciativa e aqueles que não têm. O limiar entre estar ou não em condições de pobreza, segundo esta perspectiva, é ter ou não uma postura pró-ativa:

O que caracteriza um lutador vitorioso ou um time campeão? A garra, a vontade firme e poderosa. Enfim, a força, a coragem, a bravura, o brio e a determinação. Achar que isso é difícil que jamais conseguirá chegar lá. Essa acomodação existe em empresas e indivíduos. Que não chegam a lugar nenhum (GRETZ, 1996, p. 43).

É neste ponto que a ideologia dominante se apropria de casos práticos – embora representem uma pequena e restrita minoria – de pessoas que ascenderam socioeconomicamente para argumentar e tentar legitimar suas ideias. Se os defensores dessa ideologia fizessem a defesa do pressuposto de que vivemos em um contexto democrático, mas não apresentassem exemplos que pudessem ser apropriados para a construção de um argumento pragmático e, aparentemente amparado por uma pseudo racionalidade, de modo a tentar criar exemplos práticos para seu raciocínio – mesmo que tais exemplos concretos representem exceções -, tal argumentação ficaria vulnerável.

Mas ao encontrar algo concreto onde podem se endossar, se apoiam firmemente e superestimam tal caso na defesa da perspectiva que privilegie seus interesses. É a estratégia da curvatura da vara onde esta é entortada para o lado oposto da sua curvatura na tentativa de tentar ocultar esse desvio.

É neste sentido que a concretude, a superestimação e a mobilidade social fazem parte de referências e estratégias ideológicas utilizadas pela classe dominante que se beneficia da desigualdade existente e, por conta disso, buscam amortecer os conflitos sociais.

Um exemplo pode nos ajudar a compreender esta questão. Tal caso sobrevalorizado é o do David, o camelô. O resumo de sua história é contada através de uma reportagem feita por Mariana Oliveira:

David Portes é autor de livro citado por teóricos do marketing, dono de um patrimônio considerável que inclui um carro estimado em mais de R\$ 200 mil, ganhador de prêmios como Bizz Awards e Top of Business, ambos concedidos a iniciativas de sucesso nos negócios. A maioria das pessoas indicaria esta biografia como de um empresário de sucesso, mas ninguém imaginaria que ele começou como camelô, hoje é citado por Philip Kotler e dá dicas de marketing em palestras pelo Brasil (OLIVEIRA, 2006).

Logo em seguida Mariana continua:

A movimentada Avenida Presidente Wilson, no centro do Rio de Janeiro, é o local escolhido para vender diversos tipos de guloseimas. A ideia nasceu quando David precisava comprar remédios para sua esposa. Os dois passavam por dificuldades e os 12 reais emprestados que ele conseguiu foram multiplicados quando investiu o dinheiro em doces, conve

rtendo-os em medicamento, pagamento da dívida e capital para iniciar o novo empreendimento. Menos de um ano depois, a “Banca do David” já contava com mais

de 240 itens. Alavancado pela trajetória de sucesso, David explica que há seis anos, quando teve os primeiros contatos com a mídia, foi convidado por representantes do grupo Votorantim para dar uma palestra em São Paulo. Desde então tem sido requisitado pelas mais diversas empresas para contar sua história de vida e revelar alguns segredos que o elevaram à categoria de marqueteiro (OLIVEIRA, 2006).

A figura de David é apropriada como exemplo concreto do conteúdo defendido no discurso motivacional. A ascensão do camelô na hierarquia socioeconômica que se tornou empresário é superestimada enquanto os casos de indivíduos que tiveram suas condições de vida pioradas são desdenhados e reduzidos a incompetentes.

O exemplo de David, assim como outros casos isolados, não só é utilizado pelos disseminadores da ideologia motivacional como foi apropriado e, em parceria com o SEBRAE, se tornou uma marca, uma mercadoria, como era de se esperar de um contexto onde a motivação se tornou um grande negócio²:

Em parceria com o SEBRAE ele já estuda a possibilidade de transformar seu nome em marca. A franquia da Banca do David será uma rede lojas de doces voltadas para o público de shoppings e quiosques e certamente carregará consigo as características de carisma e simpatia de seu idealizador (OLIVEIRA, 2006)

A notoriedade dada ao caso do David reflete a sobrevalorização dada ao fluxo ascendente da zona de mobilidade social; a sua vida é utilizada e é apropriada como exemplo de postura; faz parte de casos que contribuem para o amortecimento dos conflitos. A história de vida deste empresário, a sua iniciativa em buscar uma maneira de obter dinheiro para comprar remédio para sua esposa não são de modo nenhum condenáveis. Pelo contrário. A questão degradante é o modo como ela é utilizada para ocultar as raízes de um problema econômico e social. O caso de David é utilizado para defender uma estrutura social que, em última instância, se pauta numa lógica perversa.

Os casos de ascensão profissional não surgem como resultado da melhora das condições de trabalho e por uma suposta democratização. Isto é uma conclusão extremamente superficial. As ascensões que aconteceram (e acontecem) se deram por uma necessidade operacional das empresas que passaram a adotar um modelo produtivo/administrativo que necessita de um número maior de cargos intermediários e de organização e controle dos empregados. No entanto, no momento em que tais cargos passaram a se generalizar, os salários foram nivelados por baixo, afinal, com o processo de ampliação de escolarização, o número de pessoas que, em tese, estão preparadas para ocupar tais cargos aumentaram. Este processo aumentou a força de trabalho disponível para exercer tais funções. A conhecida lei da oferta e da procura se vez valer: o preço pago em salário a tais empregados diminuiu com o aumento da oferta de mão de obra disponível. Além disso, com a ampliação da quantidade de cursos de Administração, por exemplo, o número de empregados formados em tal curso se tornou tão grande que muitas empresas se dão ao luxo de contratar indivíduos com formação superior em tal área para ocuparem cargos de auxiliar administrativo. Desse modo, a ideia de “democratização” oculta o processo de nivelamento por baixo pelos quais muitos empregados passaram a sofrer. Houve um processo de precarização das condições de trabalho de empregados com formação de ensino superior. Isto contribui para o fluxo descendente da mobilidade social; no entanto, tal processo é estrategicamente

² Para ter-se ideia da proporção alcançada pela indústria de normas de pensamento e conduta e o comércio da disciplina de trabalhadores desencadeado pela motivação profissional, pode ser mencionado o seguinte dado: somente nos EUA, o mercado de motivação, que inclui palestras, seminários, livros e DVDs, movimentava hoje cerca de 10 bilhões de dólares (Revista Exame - 28/06/07). No Brasil, profissionais de diferentes áreas também iniciam esta prática em um mercado em grande crescimento.

subestimado pela ideologia dominante. O capital não funciona para “gerar oportunidades”, mas para extrair tudo o que for preciso e da maneira que for preciso para o processo de acumulação.

2. Desconstruindo a ideia e a superestimação da ascensão

O Brasil nos 70 primeiros anos do século XX, que apesar de ser apenas um caso específico, ilustra uma tendência pela qual a maioria dos países da América Latina e alguns dos países “em desenvolvimento” passaram neste mesmo período:

Nem sempre as distâncias percorridas foram grandes. Ao contrário, a grande maioria subiu um ou dois degraus na escala social. Mas, em função de o status social dos pais ser muito baixo, qualquer movimento dos filhos representou uma promoção social. Esse foi o caso do filho do lavrador que, quando adulto, passou a ajudante geral numa indústria recém-instalada montadora de automóveis. O mesmo pode ser dito em relação ao auxiliar de escritório cujo pai era oleiro; ou do bancário cujo pai era garimpeiro; ou do mecânico filho de ferreiro (PASTORE; HALLER, 1993, pp. 29 e 30).

Não existe mudança social significativa sem que haja declínio acentuado da desigualdade social. Essa ascensão social experimentada no Brasil não modificou a estrutura da pirâmide social com uma enorme base e com um ápice reduzido. Pelo contrário:

O estudo baseado nos dados de 1973 revelou um fato aparentemente paradoxal. O Brasil exibiu ao longo do século XX muita ascensão social e muita desigualdade. Na verdade, os dados mostraram uma ampliação simultânea da mobilidade social ascendente e da desigualdade. Comparado com dez outros países, o Brasil teve as mais altas taxas de ascensão social e, ao mesmo tempo, foi o campeão mundial de desigualdade social (PASTORE; HALLER, 1993, p. 31).

Embora, segundo Pastore e Haller (1993) a classe média tenha “engordado” a distância existente entre o topo e a base da pirâmide social aumentou de modo extraordinário.

No entanto os otimistas estratégicos – como os líderes motivacionais - enfatizam e superestimam esta ascensão, ao mesmo tempo em que subestimam o aumento da desigualdade social. Esta é uma posição político-ideológica: achar que a democracia é demonstrável a partir da ascensão de casos isolados e ignorar o aumento da desigualdade social. Pode haver democratização com o aumento da desigualdade? Acredito que não.

A partir do ano de 1973 – ano no qual o germe do que hoje entendemos como estratégias motivacionais passa a ocupar função ideológica -, a taxa descendente intergeracional começou a cair significativamente. Se em 1973 a taxa era de 11,3%, em 1988, essa taxa passou a ser de 27,3%. No caso da taxa intrageracional, destaca-se a queda de 54,2% em 1973 para 27,3% em 1988³. Estes dados contribuem para desconstruir a falácia do otimismo encontrado na motivação profissional que, não sem motivo, é desenvolvida e potencializada de maneira significativa a partir de meados da década de 80. A ascensão tão proclamada pelos motivadores que, segundo estes, é alcançável através do trabalho não representa uma afirmação verdadeira. Lembrando que os que ascendem representam uma camada bem balizada e localizada numa zona muito limitada. Não há mudanças na hierarquia social com base numa pirâmide extremamente afuniladora. No entanto, é interessante para a classe dominante sobrevalorizar

³ Fonte: PNAD 1988.

a questão da possibilidade de ascensão social em detrimento de uma mudança social de caráter estrutural profundo. A manutenção da hierarquia social é interessante para esta, ao mesmo tempo em que contribui para disseminar a ideologia de uma suposta democracia.

Se alguns dos países pobres que conseguiram um avanço tecnológico e industrial passaram por este trajeto e possuem tais características, os países altamente industrializados são caracterizados por um processo de mobilidade social circular (GRUSKY; HAUSER, 1984). Como o desenvolvimento destes países já chegou ao seu limite relativo, não existe mais essa ascensão significativa como no grupo dos países mencionados anteriormente. Neste caso, as variáveis individuais são preponderantes nos fluxos ascendentes e descendentes, que, segundo Grusky e Hauser (1984), a educação profissional é o principal elemento que estabelece esse movimento circular. Neste caso, para uma pessoa ascender, a outra precisa descender.

Além disso, a atual crise econômica e social pela qual passam vários países da Europa, tem desencadeado o aumento da desigualdade social entre tais, como é o caso da França. Os franceses que representam a faixa de renda mais alta no país estão cada vez mais ricos. No outro extremo da pirâmide social, a desigualdade cresce entre as famílias de imigrantes.. As conclusões fazem parte de um relatório⁴ divulgado no dia 7 de Janeiro de 2010 pelo INSEE (Instituto de Pesquisas e Estatísticas Econômicas da França). Mesmo num país que em 2007, segundo o índice de desenvolvimento humano feito pela ONU, ocupava o 13º lugar dentre os países com alto índice educacional⁵, sofre com as crises capitalistas e coloca em xeque o modo teleológico como os líderes e motivadores profissionais encaram a questão da mobilidade social. Mesmo em países ricos e com alto índice de desenvolvimento humano, a cada nova crise, a população mais pobre é rechaçada da riqueza produzida coletivamente. Deste modo, notamos como a ascensão que permeia a mobilidade social está subsumida às condições econômicas capitalistas. Os trabalhadores podem até ascender em termos relativos em épocas de otimismo econômico, mas na primeira crise que se segue, o declínio socioeconômico destes amortece a queda da rentabilidade das empresas. Isto tem ocorrido na atual crise econômica, assim como ocorreu na crise da década de 70 com a grande perda de direitos sociais que foi desencadeada pela onda neoliberal e com o avanço da exploração de força de trabalho através de técnicas de administração e produção toyotistas que prezavam a chamada *lean production* (RUAS; ANTUNES; ROESE, 1993).

Desse modo, o discurso motivacional de superestimação da ascensão se mostra contraditório tanto em contextos de países subdesenvolvidos como nos países desenvolvidos. As ascensões representam meros reflexos das nuances econômicas, portanto, a rigor, não representam uma tendência que ilustra o fim da desigualdade e do avanço democrático.

Estes fatos contribuem para desconstruir a égide levantada em torno da ideia de que a ascensão nas chamadas camadas socioeconômicas são elementos confiáveis na defesa da tese de que isso, por si só, comprova uma suposta democratização social e das relações de trabalho.

Considerações finais

Exemplos como o de David, a rigor, não servem como argumento para sustentar a tese de que a atitude empreendedora e entusiástica por si só pode estabelecer uma suposta democratização por meio de uma suposta ascensão generalizada através da mera falácia que permeia a ideia individualista da pró-atividade, afinal, a descendência e decadência na mobilidade social são condicionados e limitados pela conjuntura sócioeconômica que vive da desigualdade. Isso vale para o contrário: não se pode explicar a queda na mobilidade social dos indivíduos através da mera argumentação da tal falta da postura pró-ativa com “paixão e amor” (GRETZ, 1996; FILHO, sem data) como a emanada no recetário motivacional. Isso se deve a simples razão: o sistema econômico e as relações produtivas domi-

⁴ Disponível em: < <http://www.insee.fr/fr/>>. Acessado em 16/11/2011.

⁵ HUMAN DEVELOPMENT REPORT 2011: Human development statistical annex. United Nations Development Programme. Disponível em < http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_EN_Tables.pdf>. Acessada em 29 de novembro de 2011.

nantes e a respectiva sociabilidade são de caráter piramidal e excludente. O capitalismo só se sustenta com uma grande base de explorados e um pequeno ápice de exploradores.

Desse modo, o atual sistema econômico e social não se mantém com todos tendo condições e oportunidades iguais. Este caráter faz com que seja previsível que poucos alcancem sucesso, promoção e reconhecimento na sua respectiva área profissional. Não é possível que todo trabalhador venha a ser gerente. Não é possível que todo gerente venha a ser diretor, como mostra o caso da Petrobrás em que existem 354 gerentes para cada cargo de direção. Apesar de ser um caso extremo, isso não muda nada. A média do Brasil é de 40 gerentes para cada vaga de diretoria (DINIZ, 2006, p.22).

Além disso, a pressão intensa exercida sobre as vítimas das ideologias ocultada através de categorias abstratas como “mercado de trabalho”, em muitos casos causa desânimo em uma grande quantidade de jovens. Muitos conduzem suas vidas num processo de formação profissional constante, desgastante e se capacitam de acordo com os preceitos disseminados, entre outros meios, pelas diretrizes encontradas na motivação profissional e animados pela “ascensão social” enaltecida pelo discurso motivacional. No entanto, muitos deles não alcançam seus objetivos por meio dessa capacitação. Afinal, temos uma quantidade significativa de jovens sendo formada em cursos superiores. Um número de jovens impossível de ser empregado exatamente na área de suas respectivas formações. Muitos acabam atuando em outras áreas e se frustram, pois foram traídos pela promessa de que há espaço para todos. “A sociedade das capacitações talvez precise apenas de uma quantidade relativamente pequena dos educados de talento, especialmente nos setores de ponta das altas finanças, de tecnologia avançada e dos serviços sofisticado” (SENNETT, 2008, pp. 83 e 84). O setor produtivo e também o de prestação de serviço, gradualmente funcionam de maneira eficiente ao mesmo tempo em que precisam de uma elite profissional cada vez menor. O processo de enxugamento vai diminuindo ou extinguindo determinados cargos. Portanto, a máxima de que todos têm oportunidades é uma falácia; a ascensão aqui mencionada é sustentada através de exceções numa zona da mobilidade social muito limitada cujo fluxo acompanha as oscilações da economia capitalista que volta e meia entra em recessão. O que temos então é uma posição ideológica que superestima os fluxos ascendentes e subestima os fluxos descendentes e o caráter desigual do *modus operandi* do contexto social e econômico em que vivemos em nome do interesse pela manutenção do *status quo* desempenhado pela classe dominante que, para se manter, precisa alimentar pseudo-soluções dentro das regras e pressupostos arquitetados por esta de modo a conservar o seu privilégio e o contexto o possibilita. As lacunas da insustentabilidade é que sustentam tal discurso, afinal:

A sistematicidade e a coerência ideológicas nascem de uma determinação muito precisa: o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem de classe dominante. Universalizando o particular pelo apagamento das diferenças e contradições, a ideologia ganha coerência e força porque é um discurso lacunar que não pode ser preenchido. Em outras palavras, a coerência ideológica não é obtida malgrado as lacunas, mas, pelo contrário, graças a elas. Porque jamais poderá dizer tudo até o fim, a ideologia é aquele discurso no qual os termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado (CHAUÍ, 2000, pp. 3 e 4).

Analisar as manifestações ideológicas modernas, como a sobrevalorização do fluxo ascendente da mobilidade social, serve para compreender melhor a realidade concreta em que elas se assentam, afinal, sem investigar os fenômenos não é possível chegar a essência, mas, por outro lado, não se pode analisar os fenômenos sem contextualizá-los na essência. É este movimento de *détour*, como menciona Karel Kosik (1975), que possibilita aos homens chegar à essência e as suas determinações. Do contrário, ficaremos reféns de raciocínios superficiais que, ao invés de ajudar compreender as raízes dos problemas, delas nos afasta.

Um exame mais rigoroso aponta, portanto, que os pressupostos utilizados para fomentar a ideia de democracia por meio da ascensão social não podem ser generalizados e tomados como base para sustentar a tese da igualdade de oportunidades e de condições; não enquanto vivermos neste contexto perverso e excludente. Problemas sociais devem ser pensados, analisados e solucionados sob a ótica social e não pela ótica individualista e pseudo concreta.

Referências

ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. Editora Práxis, Londrina, PR, 1999.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. Editora Boitempo, São Paulo, SP, 2000.

DINIZ, D. A vida dura dos gerentes. In: Revista **Você S. A.** Capa: Manual de sobrevivência do gerente. Editora Abril, São Paulo, n° 97, julho de 2006.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**; volume 2. Editora Civilização Brasileira – Rio de Janeiro, 2001.

GRETZ, J. R.. **É óbvio! Qualidade real ao alcance de todos**. Editora Florianópolis, Florianópolis, RS, 1996.

GRUSKY, D; HAUSER, R. Comparative social mobility in 16 countries. **American Sociological Review**, 19-34, 1989.

HARVEY, D.. **Condição pós-moderna**. Editora Loyola, São Paulo, SP, 2001.

MARINS FILHO, L. A.. **Entusiasmo e paixão**. Vídeo palestra. Produtora Commit, São Paulo, SP, sem data.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. Editora Ensaio, São Paulo, 1996. Trad. Magda Lopes.

OLIVEIRA, M. **O marketing intuitivo do camelô que virou empresário**. 2006. Disponível em:

<<http://www.mundodomarketing.com.br/8,199,o-marketing-intuitivo-do-camelou-que-viceu-empresario.htm>>.

Acessado em 12/03/2011.

PASTORE, J; HALLER, A. O que está acontecendo com a mobilidade social no Brasil. In: **Pobreza e mobilidade social**. Editora Nobel – São Paulo, 1993.

RUAS, R; ANTUNES, J. ROESE, M. **Avanços e impasses do modelo japonês no Brasil**: observação de casos empíricos. In: HIRATA, H. (org). **Sobre o modelo japonês**. Editora Edusp – São Paulo, 1993.

SENNETT, R. **A cultura do novo capitalismo**. Editora Record – Rio de Janeiro - RJ, 2008.

O TRABALHO BANCÁRIO E OS PROGRAMAS DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS (PLR)

Wilson Emanuel Fernandes dos SANTOS¹

¹ Departamento de Sociologia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP).

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discutir a relação entre o fenômeno da intensificação da utilização da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) no setor bancário brasileiro e o trabalho bancário. A partir dos dados coletados em uma pesquisa que compreendeu uma observação participante em uma grande empresa brasileira do setor bancário, entre os anos de 2009 e 2011, foi possível identificar a influência dessa forma de remuneração variável sobre a prática e o cotidiano dos trabalhadores. A relação entre a PLR e o trabalho bancário é operacionalizada através dos programas de metas que são requisitos para o pagamento daquela. Nesse contexto, a necessidade de cumprimento de metas individuais de produção pelos trabalhadores é o principal mecanismo que atua sobre sua dimensão subjetiva, influenciando pontos de vista sobre o trabalho que se manifestam alinhadamente aos interesses do capital. Verificou-se a prática desse tipo de remuneração variável como um jogo que condiciona o “envolvimento” ou o “comprometimento” dos trabalhadores com os objetivos organizacionais.

Palavras-chave: PLR; trabalho bancário, prática dos trabalhadores.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo discutir a relação entre o fenômeno da intensificação da utilização dos programas de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) e o trabalho bancário.

A delimitação da pesquisa no setor bancário foi motivada pelo fato de que esse setor da economia apresenta a prática da PLR já bastante disseminada, pois o tema vem sendo objeto de negociação da categoria de trabalhadores bancários já há 15 anos, o que permite uma razoável riqueza de experiências para a pesquisa, assim como uma prática dos trabalhadores já conformada por essa realidade.

Utilizamos, na pesquisa, as categorias da “coerção” e do “consentimento”. O conceito de “coerção” é utilizado com o sentido do conjunto de práticas de coação, pressão e constrangimento aplicado pelas forças representativas do capital sobre os trabalhadores, que caracteriza o período pré-fordista do chamado “capitalismo concorrencial”. Tais práticas não teriam desaparecido totalmente das relações de trabalho, mesmo na atual fase do capitalismo avançado. No período fordista encontra-se o “consenso”, compreendido no contexto do “capitalismo hegemônico” que compreende a aceitação da extração da mais-valia pelos trabalhadores em troca da garantia de direitos trabalhistas e previdenciários e vantagens pecuniárias regulados pelo Estado. Já o conceito de “consentimento” aqui adotado, refere-se não somente à aceitação, ou a uma ausência de resistência dos trabalhadores nessa relação de interesses conflituosos com o capital, mas envolve a dimensão subjetiva da aceitação do trabalhador - a adesão do trabalhador ao proclamado “envolvimento” ou “comprometimento” com os objetivos organizacionais e aos interesses do capital, característica do período pós-fordista.

O contexto contemporâneo à intensificação dos programas de PLR

No capitalismo avançado pós-fordista (ou toyotista/ohnista) de “acumulação flexível” (HARVEY, 1993), a acumulação capitalista é marcada pela financeirização do capital e pela expansão sem precedentes dos mercados financeiros internacionais dominados por um capital privado concentrado e centralizado, sustentada nas políticas de desregulamentação e liberalização (CHESNAIS, 1999). Esse foi o contexto no qual o setor bancário internacional, na década de 1980 e o brasileiro, na década de 1990, desenvolveram seus processos de reestruturação produtiva que transformaram os processos e as relações de trabalho.

No Brasil, a partir da reestruturação iniciada na década de 1990, o setor bancário foi marcado por um aumento na concentração por meio de fusões, aquisições e privatizações, pelo uso intensivo de

tecnologia da informação e pela internacionalização. Essas mudanças foram acompanhadas da precarização do trabalho bancário, caracterizada por uma brutal redução no número de empregos, *downsizing*, terceirizações, perda de direitos, flexibilização da jornada de trabalho e da remuneração e intensificação do ritmo e do volume das tarefas (GRISCI, 2002, 2004; JINKINGS, 1995, 2002; LARANGEIRA, 1997; RODRIGUES, L., 2004a; SEGNINI, 1999; SILVA, 2002).

No período de 1989 a 1996, o número de trabalhadores bancários passou de 821 mil para 497 mil - uma redução de cerca de 40%, que foi acompanhada da mudança no perfil do “novo bancário” que surge após a reestruturação produtiva: especialização em vendas, capacidade negocial, conhecimento em informática e polivalência (LARANGEIRA, 1997).

Nesse contexto, herdado a partir dos processos de reestruturação produtiva por que passou o trabalho bancário e o mais recente cenário de internacionalização e de fusões que o mercado financeiro vem promovendo, é que se situa a questão das conseqüências da implantação - ocorrida em 1994 - dos programas de PLR sobre o trabalho e a reação dos trabalhadores a esses modelos.

Planejamento e procedimentos da pesquisa de campo

A pesquisa consistiu em uma observação participante em uma grande empresa do setor bancário entre os anos de 2009 e 2011, em 3 diferentes locais de trabalho na cidade de São Paulo/SP escolhidos pelo critério de sua diversidade de funções: uma agência de atendimento ao público em geral de clientes pessoa física e pessoa jurídica, uma agência de gerenciamento somente de público de alta renda (segmentado) e um setor de serviços operacionais.

Na pesquisa de campo, o universo estudado nas agências bancárias foi composto de trabalhadores de execução e de atendimento ao público; gerência média de expediente, administração e relação com os clientes; e alta gerência geral e administrativa.

A observação participante objetivou apreender o cotidiano dos trabalhadores, suas percepções e comportamentos relacionados à flexibilização da remuneração e aos “incentivos” e coerções proporcionados pela utilização da PLR. Com esses dados, discutiremos a influência dessa forma de remuneração sobre a prática dos trabalhadores bancários.

Durante o processo de observação participante, nosso “olhar” foi voltado para as relações sociais dentro da empresa e para a relação do trabalhador com seu próprio trabalho, nos aspectos em que essas relações são influenciadas pelo modelo da remuneração variável da PLR. Para tal, procuraremos registrar a prática do cotidiano dos trabalhadores, suas percepções e comportamentos de resistência relacionados aos elementos geradores de consentimento proporcionados pelas formas de remuneração condicionadas ao cumprimento de metas de resultados.

Paralelamente à observação, foram pesquisados documentos e referencial teórico sobre a PLR no setor bancário no Brasil. Para tal, as fontes documentais foram jornais, *sites* e impressos dos diversos Sindicatos de trabalhadores bancários do país e de outras Instituições (Confederações de trabalhadores e DIEESE), documentos públicos da empresa, Convenções e Acordos Coletivos entre os anos de 1995 a 2010 e a legislação brasileira sobre o tema.

Na análise dos dados coletados, procurou-se uma interpretação através do referencial teórico e do instrumental metodológico da Sociologia do Trabalho. Para tal, relacionamos os dados obtidos através da observação participante com os elementos dos modelos da Participação nos Lucros ou Resultados estudados, especificamente na relação da prática dos trabalhadores, seu comportamento, suas estratégias de resistência e consentimento, com os programas de PLR - enquanto fenômeno social do trabalho - em seu contexto histórico específico.

A dimensão prática dos programas de Participação nos Lucros ou Resultados no trabalho bancário

Os modelos de Participação nos Lucros ou Resultados são debatidos anualmente, a cada negociação coletiva de diversas categorias de trabalhadores no Brasil. Essa forma de remuneração já é prevista desde a Constituição de 1946. Na Constituição de 88, em seu capítulo II, artigo 7º, inciso XI, a participação nos lucros ou resultados é assegurada, sob o título de direito social dos trabalhadores urbanos e rurais. Mas a regulamentação do preceito constitucional deu-se somente a partir da Medida Provisória n.794, de dezembro de 1994. As Medidas Provisórias (MPs) que regulamentam a PLR foram sucessivamente reeditadas com praticamente o mesmo teor até a publicação da Lei n.10.101/2000, de 19 de dezembro de 2000 que assentou a regulamentação do assunto.

Ao editar a Medida Provisória, a ideia do governo à época era fazer com que a PLR, agora passível de instituição através da “livre negociação”, substituísse a então política salarial oficial, indexadora dos salários aos índices de reajustes de preços, no contexto do Plano Real e do combate à inflação. A PLR passou a configurar uma alternativa ao reajuste dos salários, além de não incorrer em encargos trabalhistas ou previdenciários, justamente por constituir-se, legalmente, em uma remuneração desvinculada daqueles. A partir de então, as empresas adotaram diversos modelos de PLR e é nesse momento que sua implantação ocorreu nas instituições bancárias.

Paulatinamente, a PLR foi sendo incorporada nas negociações coletivas das principais categorias de trabalhadores. Entre os bancários, o tema vem sendo debatido desde as campanhas salariais de 2007 e 2008, sob os aspectos dos critérios utilizados para a apuração da base contábil sobre a qual a PLR é paga, da reivindicação do não atrelamento de seu pagamento ao cumprimento de metas e de isonomia entre funcionários. A discussão se intensificou no ano de 2009, em decorrência da crise econômica mundial, por conta da reivindicação do estabelecimento de critérios contábeis mais claros e baseados em resultados, e não em lucros e crescimento de lucros.

A partir dessa problematização inicial sobre o fenômeno, são identificáveis algumas implicações derivadas que devem ser exploradas para esclarecer aspectos relevantes do objeto de pesquisa. A primeira delas é a caracterização do fenômeno. A PLR é uma modalidade de remuneração variável do trabalho. Logo, seu montante varia de acordo com as circunstâncias e não se incorpora à remuneração mensal como os aumentos reais de salários. Essa característica da PLR se mantém mesmo com os aumentos de produtividade por funcionário que poderiam ser compreendidos como Resultados. Não obstante configure-se como um “prêmio” por lucros ou resultados obtidos, a PLR não se confunde também com prêmios pagos pela empresa unilateralmente, já que pressupõe uma negociação anterior entre empregadores e empregados na qual são estabelecidos seus parâmetros. A PLR, normativamente, também não se confunde com os abonos salariais, que são pagos sem nenhuma relação com resultados ou lucros, muito embora, na prática, a PLR muitas vezes seja utilizada com esse mesmo fim.

A Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) pode adquirir três configurações básicas. A primeira é a chamada Participação nos Resultados (PR) que se caracteriza pela remuneração com base em algum resultado que pode ser financeiro (Resultado do Exercício, Receitas, etc.), mas geralmente relaciona-se a metas de desempenho, de vendas, produtividade, níveis de produção, de redução despesas, de qualidade, de satisfação dos clientes, ou outro critério mensurável. Outra configuração possível é a Participação nos Lucros (PL), que se constitui na remuneração com base nos lucros contábeis (em geral, líquidos) de um determinado exercício financeiro. Já a PLR em si geralmente traz uma combinação desses dois critérios. Uma vez que na PR a distribuição deve ocorrer independentemente do lucro ou prejuízo contábil e a PL distribuí independentemente do alcance de metas, as empresas utilizam critérios que condicionam o pagamento da PLR tanto aos resultados de desempenho como à existência dos lucros, ou mesmo ao aumento destes.

Uma segunda implicação do problema relaciona-se com a materialidade concreta, ou a objetivação do fenômeno, através de seus mecanismos operativos, suas regras, assim como seu amparo pela lei. De um lado, tem-se a previsão legal, dada pela Constituição Federal e pelas Medidas Provisórias que a regulamentam. Por outro, a operacionalização do mecanismo dá-se somente em caso de negociação entre empregadores e empregados, com a celebração de Acordo Coletivo ou Convenção Coletiva. Em geral, nas Convenções Coletivas, a PLR costuma ser estabelecida por um valor fixo e distribuída em função de uma equivalência ao salário. Já no caso dos Acordos Coletivos, a remuneração é atrelada ao alcance de determinadas metas.

Em geral, a estratégia dos sindicatos dos bancários vem sendo negociar as linhas gerais e o índice de reajuste salarial da Convenção em uma “mesa única” para garantir condições mínimas, enquanto paralelamente negociam questões específicas, melhores condições acessórias ou ganhos extras nos Acordos em separado com cada banco.

Os critérios para a definição do lucro líquido são questionados pelos representantes dos trabalhadores. Em diversas reuniões entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF) e a Federação Nacional dos Bancos (FENABAN) durante as negociações coletivas, o assunto foi debatido e a reivindicação principal por parte dos representantes dos trabalhadores era a clareza e a unificação dos critérios para apuração do lucro líquido, uma vez que a legislação permite a publicação de vários tipos de apuração com finalidades gerenciais, de relacionamento com acionistas, e outras, o que possibilita alguns bancos a publicar até 7 apurações de lucros com critérios diferentes (CONTRAF, 2009).

Por fim, o problema envolve a explicação do fenômeno inserido na dialética das relações sociais entre capital e trabalho. Sob esse aspecto, o contexto de avanço do capital financeiro internacional e de retração por que passou o movimento sindical entre a década de 90 e início dos anos 2000 (GALVÃO, 2009; MARTINS; RODRIGUES, I., 2000; RODRIGUES, I., 1999) frente às tendências globalizantes de precarização do trabalho e de flexibilização de direitos trabalhistas coloca a PLR como uma forma de remuneração do trabalho em discussão e "em disputa" entre os atores sociais das relações do trabalho - empresários e trabalhadores.

A categoria bancária foi uma das primeiras a incluir a PLR em uma convenção coletiva em nível nacional, no ano de 1995. Passados esses mais de 14 anos, a PLR tornou-se um tema com o qual, não só os bancários, mas todo o movimento sindical foi colocado em um dilema fundamental não tão divulgado e discutido: aceitar e promover a remuneração flexível, dentro das regras do jogo posto em prática pelo capitalismo flexível, ou resistir e correr o risco de pagar um alto preço de convencimento dos trabalhadores à rejeição desse tipo de remuneração.

Uma vez que a PLR não se incorpora aos salários e não implica em encargos fiscais e trabalhistas, torna-se, muitas vezes, uma alternativa à ausência ou rebaixamento dos aumentos reais de salários. Por outro lado, os próprios trabalhadores hoje consentem e aceitam a PLR como uma forma de rendimentos complementares ao salário. No caso dos bancários de São Paulo, nos três últimos anos (2007 a 2010) em que a categoria foi chamada escolher os temas que seriam reivindicados, os índices e valores de PLR constaram entre as pautas principais.

O cotidiano do trabalho bancário e os programas de PLR

O modelo de PLR adotado pela empresa pesquisada contempla um percentual do salário de cada funcionário acrescido de um valor fixo, que funciona como um amenizador das diferenças de pagamento dessa remuneração entre as hierarquias de cargos, limitado a um valor máximo, seguindo a Convenção Coletiva. Além disso, é previsto um pagamento extra condicionado ao alcance de metas definidas pela empresa que dizem respeito a resultados financeiros, vendas de produtos, concessão de

crédito, níveis de conformidade nos processos internos diversos e satisfação dos clientes. Um sistema de pesos e pontuação atribuído a cada item compõe um placar que serve como parâmetro para atribuição ou não do pagamento extra.

A aplicação prática da PLR envolve, portanto, a mobilização dos trabalhadores para o alcance de metas. Mas as metas que serão impostas aos trabalhadores são estabelecidas pelo próprio Banco. O programa de metas classifica as agências através de um sistema de pontuação que é divulgado diariamente em forma de *ranking* e, em cada etapa do programa, determina os “produtos” que são “foco” de vendas dos trabalhadores das agências bancárias. A classificação da unidade (agência ou setor) tacitamente determina se os que ali trabalham têm alguma chance de ascensão profissional.

Rankings de trabalhadores são divulgados, classificando-os por ordem de quantidade de vendas. Os gestores dessas unidades sofrem pressões constantes – em reuniões, através de mensagens pelo celular, por correio eletrônico, entre outros – e até ameaças (implícitas ou não) de perda da função.

A PLR, inserida na prática cotidiana dos trabalhadores, pode ser compreendida como um tipo de “aparelho político de produção”², no sentido utilizado por Burawoy (1982) no sentido de que estabelece um mecanismo de “geração de consentimento”. Os mecanismos de geração de consentimento agiriam, no cotidiano do trabalho e da reprodução das relações de produção, na dimensão subjetiva do trabalhador.

Na observação participante no cotidiano do trabalho bancário foi verificada também a presença do que Burawoy (1982) denomina “jogo de bater metas”³. Implicitamente, em curtos diálogos e comentários no decorrer da jornada de trabalho, os trabalhadores “combinam” o atingimento ou não de uma determinada meta no dia, ou trocam informações sobre dificuldades que podem ser alegadas e que os impediriam de cumpri-la. Os níveis de “produção” (no caso, de vendas) também são equalizados por essas comunicações entre funcionários. Frequentemente se fala em “ficar na média”, ou conteúdos semelhantes, que denotam a preocupação em não extrapolar nem ficar aquém da média dos demais colegas. Naturalmente, esse comportamento não é unânime e há boa parte dos trabalhadores que adotam posições bem mais individualistas, conformadas pelas “regras do jogo” da remuneração variável e que são indícios de uma “atomização” que discutiremos mais à frente.

A operacionalização do “jogo” estaria no condicionamento do pagamento ao cumprimento de metas. O jogo da PLR, então, seria o jogo de “bater metas” de resultados financeiros, de produção, de qualidade e outros, classificar-se e habilitar-se entre os que, individualmente ou em grupo, passam a fazer jus ao prêmio pelo “êxito” no jogo.

O que, por fim, passa a estar em disputa entre trabalhadores e empresariado, são as “regras do jogo” da PLR. Assim, ao transferir a arena de luta dos conflitos decorrentes dos interesses antagônicos de classes para a disputa pela definição das regras do próprio jogo, esses instrumentos podem colaborar para a adesão dos trabalhadores aos interesses do capital. Sob essa ótica, a PLR ocultaria, ao mesmo tempo em que garantiria, o trabalho excedente. Na prática, esse tipo de remuneração variável procura condicionar o “envolvimento” ou o “comprometimento” dos trabalhadores com os objetivos organizacionais.

² Burawoy utiliza o termo “aparelhos (ou aparatos) políticos de produção” (em analogia aos aparelhos políticos do Estado) para designar determinados mecanismos que, no contexto das relações de produção capitalistas, são utilizados para garantir a reprodução destas relações, regulando e obscurecendo os conflitos inerentes a elas. Como exemplos, o “mercado de trabalho interno” que constrói o consentimento a partir da promessa de ascensão hierárquica aos funcionários.

³ O termo *making out* (jogo de bater metas) foi utilizado por Burawoy em *Manufacturing Consent*, para explicar o comportamento dos trabalhadores de uma fábrica que recebiam remuneração por peça produzida e que mantinham propositalmente um determinado nível de produção suficiente para garantir uma remuneração razoável e, ao mesmo tempo, não extrapolar de sobremaneira as metas estabelecidas pela empresa, para que estas não crescessem muito no período seguinte.

O “jogo” não se baseia em um consenso geral, mas pelo contrário, o consentimento baseia-se no jogo e se cria através dele. “O jogo não reflete uma harmonia de interesses subjacentes, ao contrário, é responsável pela geração dessa harmonia” (BURAWOY, 1982, p. 79). Assim, não há um consenso primário sobre como jogo e suas regras são estabelecidos, mas o jogo é resultado da adaptação do trabalhador à essa situação.

Mas, além do consentimento, na remuneração variável da PLR também podemos encontrar a dimensão do controle. O sistema de remuneração variável “possibilita ao capital um controle extremo sobre o trabalhador. Uma vez que não são todos os trabalhadores da empresa que têm acesso às maiores parcelas de remuneração pela PLR - mas somente os que ocupam posições de comando na hierarquia organizacional - a estratégia dos níveis hierárquicos superiores é a medição de desempenho através de metas individuais, com o objetivo de garantir a reprodução das relações de produção no nível dos trabalhadores subordinados através do controle hierárquico.

Pode-se perceber, também, que essa remuneração baseada no desempenho individual intensifica a competição entre trabalhadores por conta da medição e da divulgação de *rankings* de desempenho individual. Notou-se que boa parte dos conflitos entre colegas da mesma unidade de trabalho eram motivados pela necessidade de se destacar dentre os demais no alcance das metas e das melhores posições nos *rankings*.

Aqui se verifica, na aplicação concreta da PLR, a dimensão da “atomização” da inserção do trabalhador em seu cotidiano das relações “de trabalho” e “no trabalho”. Esse elemento da “atomização” é reforçado a partir de um conjunto de práticas, como a medição de desempenho realizada individualmente e a exposição do trabalhador a situações de competição e comparação constantes com seus colegas e grupos de trabalho vizinhos. Com frequência, os *rankings* classificatórios de produção são elaborados e divulgados para “incentivar” a produção e conseguir o “comprometimento” de seus funcionários.

Esse tratamento individualizante das relações de trabalho procuraria estabelecer padrões de comportamento que distanciam o trabalhador de sua organização coletiva. Isso porque, como observaram Braga (2006), Mello e Silva (2004), Rodrigues, L. (2004b), dentre outros diversos autores, a intensificação da prática da remuneração com base no desempenho individual e de grupos ou unidades autônomas, vem trazendo, como consequência, a redistribuição dos conflitos, antes referenciados hierarquicamente, para a direção lateral, uma vez que coloca os trabalhadores em competição e ataca o princípio da solidariedade entre eles. Nos termos de Burawoy (1982, p. 81), “o indivíduo passa a se inserir no trabalho como um indivíduo isolado, não como um membro de uma classe caracterizada por sua relação com os meios de produção”.

Considerações finais

A partir dos dados coletados em uma pesquisa que compreendeu uma observação participante em uma grande empresa brasileira do setor bancário, entre os anos de 2009 e 2011, foi possível identificar a influência dessa forma de remuneração variável sobre a prática e o cotidiano dos trabalhadores.

A relação entre a PLR e o trabalho bancário é operacionalizada através dos programas de metas que são requisitos para o pagamento daquela, configurando um atrelamento de parte da remuneração dos trabalhadores a metas organizacionais estabelecidas pelas próprias empresas.

Nesse contexto, a necessidade de cumprimento de metas individuais de produção pelos trabalhadores é o principal mecanismo que atua sobre sua dimensão subjetiva, influenciando pontos de vista sobre o trabalho que se manifestam alinhadamente aos interesses do capital. Verificou-se a práti-

ca desse tipo de remuneração variável como um jogo que condiciona o “envolvimento” ou o “comprometimento” dos trabalhadores com os objetivos organizacionais.

Na perspectiva do referencial teórico adotado, a PLR torna-se um instrumento que favorece o “consentimento” subjetivo. Os resultados obtidos através da observação participante apontam para uma relação da PLR com o cotidiano do trabalho que intensifica as pressões gerenciais por aumento de volume e de ritmo de produção e também na dimensão do aperfeiçoamento dos mecanismos de controle do trabalho.

Como instrumentalizações de geração de consentimento, os programas pesquisados agem, no cotidiano do trabalho e da reprodução das relações de produção, na dimensão subjetiva do trabalhador. Eles induzem à individualização do trabalhador em suas relações “de trabalho” e “no trabalho”, principalmente pela atomização gerada pela sua natureza ideológica – simbólica e valorativa – de predominância do indivíduo ou do pequeno grupo sobre a classe em si.

Referências

- AGLIETA, M. **Regulación y crisis del capitalismo**. Ciudad del Mexico: Siglo Vinteuno, 1979.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BATISTA, Erika. *Empowerment* no setor bancário: emancipação do trabalho ou contradição do discurso? **Revista Perspectiva Contemporânea**, Campo Mourão, v.1, n.1, jan./jul. 2006.
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BRAGA, Ruy. **A nostalgia do fordismo**. São Paulo: Xamã, 2003.
- _____. Uma sociologia da condição proletária contemporânea. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, jun. 2006.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Artigo 7º, inciso XI.
- _____. Lei n.10.101/2000, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a participação nos lucros ou resultados – PLR. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, dez. 2000.
- _____. MP n.794/1994, de dezembro de 1994. Dispõe sobre a participação nos lucros ou resultados – PLR. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, dez. 1994.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BURAWOY, M. **Manufacturing consent**. Changes in the labor process under monopoly capitalism. 6.ed. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

_____. The extended case method. In: BURAWOY, M. et al. **Ethnography unbound. Power and resistance in the modern metropolis**. Berkeley: University of California Press, 1991.

_____. **The extended case method: four countries, four decades, four great transformations, and one theoretical tradition**. Berkeley: University of California Press, 2009.

CARVALHO NETO, A. M.. Reestruturação produtiva, jornada de trabalho e PLR: novos temas negociados entre empresas e trabalhadores brasileiros de 1992 a 1998. In: CARVALHO NETO, A. M.; NABUCO, M. R. (org.). **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária, 1999.

_____.; OLIVEIRA, Vanessa C.P. Acordos coletivos no setor bancário brasileiro: perdas, resistência e algum avanço nos anos 90. In: CARVALHO NETO, A. M.; CARVALHO, R. A. A. (org.). **Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90**. Belo Horizonte: IRT-PUC Minas, 1998.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão salarial**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CHESNAIS, F.. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. (org.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1999.

CONTRAF. **Convenção coletiva de trabalho sobre participação dos empregados nos lucros ou resultados dos bancos**. São Paulo, 2003 a 2009.

_____. **Comando propõe e FENABAN aceita discutir conceito de lucro para a PLR**. 29 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.contrafcut.org.br/noticias.asp?CodNoticia=17024>>. Acesso em 02 jun. 2009a.

DIEESE. A participação nos lucros ou resultados dos bancários (1995 a 1997). **Boletim DIEESE**, n. 206, jul. 1998.

_____. Bancos (e finanças) no Brasil: reestruturação e tendências. **Boletim DIEESE**, [s.n.], mai/jun. 1999.

_____. Reestruturação produtiva reduz emprego nos bancos. **Boletim DIEESE**, n.198, set. 1997.

_____. **Balanco das greves em 2007**. São Paulo: DIEESE, 2007.

_____. **Um balanço da participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas**. São Paulo: DIEESE, 2000.

_____. – Subseção ANABB – Associação Nacional dos Bancários da empresa. **A empresa e a remuneração variável**. Brasília, jun.1998.

DRUCK, Maria da Graça. Globalização e reestruturação produtiva: o fordismo e/ou japonismo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.19, n. 2, abr-jun. 1999.

GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. **Revista Outubro**, São Paulo, n.18, p.175-197, 2009.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRISCI, Carmen L. I.; BESSI, Vânia G.. Modos de trabalhar e de ser na reestruturação bancária. **Sociologias**, Porto Alegre, n.12, jul./dez. 2004.

_____. **Trabalho, gestão e subjetividade em tempos de reestruturação do trabalho bancário**. Porto Alegre: FAPERGS, 2002.

GRÜN, Roberto. **Taylorismo e fordismo no trabalho bancário: agentes e cenários**. 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PUC-SP, São Paulo, 1985.

HARVEY, D. **Condição pós moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

JINKINGS, Nise. **Dominação e resistência no trabalho bancário**. IV Congreso Latinoamericano de Sociología del Trabajo "El Trabajo en América Latina en los comienzos del siglo XXI: perspectivas de su carácter emancipador y de su centralidad", 9 al 12 de septiembre Del 2003, Cuba. Disponível em: <<http://novo.ea.ufrgs.br/graduacao/disciplinas/adm01156/REESTRUTBANCARIA.pdf>>. Acesso em: 18/10/2009.

_____. **O mister de fazer dinheiro**: automação e subjetividade no trabalho bancário. São Paulo: Boitempo, 1995.

_____. **Trabalho e resistência na “fonte misteriosa”**: os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro. Campinas: UNICAMP, 2002.

KAREPOVS, Dainis. **A história dos bancários**: lutas e conquistas, 1923-1993. São Paulo: Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região, 1994.

LARANGEIRA, Sônia M.G.. Reestruturação produtiva no setor bancário: a realidade dos anos 90. **Educação e Sociedade**, v. 18, n. 61, p.110-138, dez. 1997.

LEITE, Wagner de Souza Molina. **Inovações gerenciais e sua conotação política**. Bancários em São Paulo nos anos 90: um estudo de caso. 163f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UNICAMP, Campinas, 2003.

MARTINS, Heloísa de Souza; RODRIGUES, Iram Jácome. O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90. **Tempo Social**, São Paulo, n.11, v.2, p.155-182, fev. 2000.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Flama, 1946.

_____. **O capital**. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MELLO E SILVA, Leonardo. **Trabalho em grupo e sociabilidade privada**. São Paulo: 34, 2004.

PENELLA, Isabela. **LER**: uma jornada de sofrimento no trabalho bancário. 2000. 198f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

POUPART, Jean; et alii. **A pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

RODRIGUES, Iram Jácome. A trajetória do novo sindicalismo. In: RODRIGUES, I. J. **O novo sindicalismo**: vinte anos depois. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 73-94.

RODRIGUES, Lea Carvalho. A dimensão simbólica no processo de reestruturação da empresa. Uma análise etnográfica. **Idéias**, Campinas, SP, v. 11, n. 3, p. 69-95, 2004a.

_____. **Metáforas do Brasil**. Demissões voluntárias, crise e rupturas na empresa. São Paulo: Fapesp/Anablume, 2004b.

SEGNINI, Liliana R. P.. Reestruturação dos bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v.20, n.67, p. 183-209, ago. 1999.

SELLTIZ, C.; et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1974.

SILVA, Jair Baptista da. **A perversão da experiência no trabalho**. Os bancários em face do Programa de Ajustes da empresa. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 2002.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO. **Folha Bancária**, São Paulo, 1995 a 2009.

ZYLBERSTAJN, Helio (coord.). **Participação nos lucros ou resultados**: cinco anos de regulamentação. Relatório final. São Paulo: FIPE e Ministério do Trabalho e do Emprego, 2000.
